

XIX Encontro Estadual de História ANPUH - PB

# HISTÓRIA: liberdades e direitos

**ANAIS DIGITAIS**

de 25 a 27 de novembro de 2020  
evento online



## REALIZAÇÃO



## APOIO



E56a Encontro Estadual de História ANPUH - PB (19 : 2020 : João Pessoa, PB)  
Anais do XIX Encontro Estadual de História ANPUH - PB: História: liberdades e direitos [recurso eletrônico]: 25 a 27 de novembro de 2020, evento online / Organização: Israel Soares de Sousa ... [et al.]. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

Edição digital  
ISBN: 978-65-5621-148-0

1. História - Anais. 2. História - Trabalhos científicos. 3. História e Memória. 4. História e Cultura.  
5. História - Brasil. I. Sousa, Israel Soares de. II. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 94(030)

Editoração eletrônica e design da capa: Millena Luzia Carvalho do Carmo

Imagem da capa: Israel Soares de Sousa

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.  
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido  
pelo artigo 184 do Código Penal.

Revisão ortográfica e gramatical sob responsabilidade dos autores dos artigos.

A Comissão Editorial do evento se responsabilizou pela revisão da formatação dos textos de acordo com as normas de edição dos Anais Eletrônicos. Eventuais erros ortográficos e o conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui os textos oriundos das comunicações orais apresentadas nos Simpósios Temáticos. Esta versão eletrônica encontra-se em: [www.anpuhpb.org](http://www.anpuhpb.org) e [emhttp://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/](http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/).

# Universidade Federal de Campina Grande

**Reitor:** Prof. Dr. Vicemário Simões

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias

**Pró-Reitor de Ensino:** Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

**Pró-Reitor de Pós-Graduação:** Prof. Dr. Benemar Alencar de Sousa

**Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão:** Prof. Dr. Orineves Monteiro de Castro

**Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários:** Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues Athayde

**Pró-Reitora de Gestão Administrativo-Financeira:** Profa. Dra. Vânia Sueli Guimarães Rocha

**Diretor do Centro de Formação de Professores:** Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho

**Vice-Diretora do Centro de Formação de Professores:** Profa. Dra. Debia Suenia

**Coordenador da UACS:** Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

**Coordenação do Curso de Licenciatura em História (diurno):** Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos

**Coordenação do Curso de Licenciatura em História (noturno):** Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

## Diretoria ANPUH-PB 2018-2020

**Diretora:** Josineide da Silva Bezerra (UFPB-Bananeiras)

**Vice-Diretor:** Israel Soares de Souza (UFCG/CFP – Cajazeiras)

**Secretária Geral:** Keliene Christina da Silva (SEDEC-PMJP)

**2º. Secretária:** Daviana Granjeiro da Silva (SECT-PB)

**Tesoureira:** Ana Maria Veiga (UFPB – JOÃO PESSOA)

**2ª. Tesoureiro:** Isamarc Gonçalves Lôbo (UFCG/CFP – Cajazeiras)

**Delegacia de Cajazeiras:** Viviane Gomes de Ceballos (UFCG-CFP)

**Delegacia de Campina Grande:** José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)

**Delegacia de Guarabira:** Cristino Luis Christillino (UEPB)

**Delegacia de João Pessoa:** Damião de Lima (UFPB)

**Revista Paraibana de História:** Lucas Gomes Nóbrega (UFPB – João Pessoa)

Fernando Cauduro Pureza (UFPB – João Pessoa)

**Conselho Fiscal:** Maria Helena Pereira Cavalcantei (UFPB – Guarabira)

Priscilla Gontijo Leite (UFPB – João Pessoa)

Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (UFPB - Bananeiras)

## Comissão Organizadora

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG)

Profa. Dra. Viviane de Gomes Ceballos (UFCG)

Prof. Dr. Isamarc Gonçalves Lôbo (UFCG)

Profa. Dra. Josineide da Silva Bezerra (UFPB)

Profa. Ms. Keliene Christina da Silva (SEDEC/PMJP)

Profa. Ms. Daviana Granjeiro da Silva (SECT/PB)

Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB)

## Comissão Científica

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG)

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (UFCG)

Profa. Dra. Viviane de Gomes Ceballos (UFCG)

Prof. Dr. Isamarc Gonçalves Lôbo (UFCG)

Profa. Dra. Josineide da Silva Bezerra (UFPB)

Prof. Dr. Iranilson Buriti (UFCG)

Prof. Dr. Ramsés Nunes (UEPB)

Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva (UEPB)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>ST 01   CIDADES EM DISPUTA, DISPUTA(S) NA CIDADE: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, PRÁTICAS DO/NO ESPAÇO</b>	
Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos	
Profa. Dra. Regina Soares de Oliveira	<b>9</b>
<b>ST 02   HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO: CONFORMAÇÕES DO PODER, CULTURAS POLÍTICAS, IDEIAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS</b>	
Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes	
Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto	<b>81</b>
<b>ST 03   A POLÍTICA DA MEMÓRIA: NARRATIVAS LITERÁRIAS E BIOGRÁFICAS NO EXERCÍCIO DE (RE)CONSTRUÇÃO DO PASSADO</b>	
Prof. Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Galdêncio	
Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes	<b>209</b>
<b>ST 04   TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA</b>	
Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha	
Prof. Me. Elton John da Silva Farias	<b>282</b>
<b>ST 05   ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NEGRAS</b>	
Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros	
Prof. Me. Lucian Souza da Silva	<b>326</b>

## **ST 06 | ENTRE A EXPLORAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: OS SUJEITOS TRABALHADORES NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO NO BRASIL**

Prof. Me. Arthur Manoel Andrade Barbosa

Profa. Ma. Lidineide Vieira da Costa **343**

## **ST 07 | O MUNDO DOS INTELLECTUAIS E DA CULTURA**

Prof. Me. Luiz Mário Dantas Burity

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto **368**

## **ST 09 | ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DE SABERES E FAZERES DOS PROFISSIONAIS DA HISTÓRIA**

Prof. Ms. Danilo Alves da Silva

Profa. Ms. Daniela Medeiros da Silva **396**

## **ST 10 | “O CRÈME DE LA CRÈME DA HISTÓRIA”: HISTÓRIA CULTURAL DAS SENSIBILIDADES**

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior

Prof. Me. Rafael Nóbrega Araújo **444**

## **ST 11 | “LIBERDADE, LIBERDADE ABRE AS ASAS SOBRE NÓS”: A LUTA POR LIBERDADES E DIREITOS NA HISTÓRIA DO BRASIL**

Profa. Ma. Janielly Souza dos Santos

**613**

## **ST 12 | MUNDOS DO TRABALHO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, CULTURA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES**

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira **659**

## **ST 13 | HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO**

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

**708**

## **ST 14 | HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, IMAGINÁRIO E NARRATIVAS EM DIÁLOGO**

Profa. Ma. Naiara Ferras Bandeira Alves

Prof. Dr. Carlos André Macedo Cavalcanti

**743**

## **ST 15 | 90 ANOS DE 1930 – DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Prof. Dr. Thiago Mourelle

Profa. Ma. Daviana Granjeiro da Silva

**778**

## **ST 16 | A HISTÓRIA DOS VENCIDOS: MEMÓRIAS, VOZES E ESPAÇO DE LIBERTAÇÃO**

Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**810**

## **ST 17 | DEBATES INTERSECCIONAIS: GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES**

Profa. Ma. Dayane Nascimento Sobreira

Profa. Ma. Geilza da Silva Santos

**854**

## **ST 18 | HISTÓRIA E FONTES VISUAIS**

Prof. Me. Márcio dos Santos Rodrigues

**940**

# Apresentação

Em agosto de 2018, na ocasião da assembleia geral realizada durante o XVIII Encontro Estadual de História, em João Pessoa, os associados decidiram por unanimidade dedicar seu XIX Encontro Estadual de História ao tema “História: liberdades e direitos”. O local acordado para a realização do evento seria o Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Cajazeiras. Àquela altura, o período governamental de Michel Temer, iniciado com o que consideramos o golpe de 2016, chegava ao seu fim marcado pela perda de direitos trabalhistas, continuidade da agenda de ações neoliberais e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Além disso, aproximavam-se as eleições presidenciais, estas apontavam para um preocupante avanço da extrema-direita como uma possibilidade de resultado para o cargo executivo, o que veio a se confirmar no mês de outubro.

Iniciado o ano de 2020, a organização do evento começou os trabalhos para que a sua execução ocorresse no local previsto. Porém, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia de covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, e orientou a adoção de medidas de distanciamento social com a finalidade de retardar a propagação do vírus e mitigar os efeitos da pandemia. Alinhando-se às orientações da OMS, pautadas em conhecimentos técnicos e científicos, assim como guiados pelo compromisso com a coletividade e o bem-estar social, a comissão organizadora decidiu que o evento dar-se-ia na modalidade *online*.

Em sua décima nona edição, entre os dias 25 e 27 de novembro, o evento teve como objetivo principal reunir pesquisadores(as), docentes, discentes, ativistas, militantes e demais interessados(as) da sociedade civil para dialogar sobre os resultados de seus estudos e experiências cotidianas em torno das diversas possibilidades da História, das liberdades e dos direitos sociais e/ou individuais.

Organizado pela Diretoria da ANPUH-PB, o XIX Encontro Estadual de História deu continuidade a uma longa preocupação da associação no fomento à reflexão historiográfica produzida por pesquisadores dos vários cursos de graduação e pós-graduação existentes no estado da Paraíba e estados vizinhos.

As questões que guiaram os debates do evento merecem oportuna evidência, diante de um contexto de profundas discussões que envolvem as sociedades humanas, em plano mais geral ou mais específico. As relações entre direitos sociais e individuais, os significados históricos de democracia e autoritarismo, as políticas de inclusão e exclusão social, as estratégias de poder e as práticas cotidianas e a diversidade de formas de resistência são algumas das possibilidades de discussão. Isso, à luz da necessária defesa do Estado Democrático, prontamente afeito à pauta dos direitos e das liberdades, objetos do evento.

**A Comissão Organizadora  
A Diretoria da ANPUH-PB (2018-2020)**



# ST 1

## CIDADES EM DISPUTA, DISPUTA(S) NA CIDADE: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, PRÁTICAS DO/NO ESPAÇO

Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos  
Profa. Dra. Regina Soares de Oliveira



# A CIDADE DA PARAHYBA E OS SENTIDOS DA CIDADE NO “SÉCULO DAS LUZES”: AS DOENÇAS E AS TEORIAS MÉDICAS\*

**Helmara Gicelli Formiga Wanderley\*\***

*Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer incomunicáveis entre si. Às vezes os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traçados dos rostos, mas os deuses que vivem com os nomes e os solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos.*

Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*

Às margens do Rio Sanhauá, um dos principais afluentes do Rio Parahyba, foi edificada numa “planície de mais de meia légua, muito chão, de todas as partes cercado d’água”, por decisão da Coroa hispano-portuguesa, a atual Capital da Parahyba. Era o dia 30 de outubro de 1585. O empreendimento deveu-se, dentre outros motivos, à necessidade de promover a defesa das Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá, que se viam constantemente ameaçadas, ora pelas tribos indígenas da região, ora pelos franceses que investiam sobre a terra a fim de contrabandear o “pao brasil” e outras riquezas “naturaes”. Portanto, a fundação da cidade “ao pee do Rio Parahyba”, justificava-se pela necessidade de garantir o domínio da Capitania, contra os invasores franceses.

Assim, dado as funções que a cidade deveria comportar, a escolha do sítio onde seria asentado a cidade, “em hum monte alto tres legoas da bocca da barra ao rumo do loes sudueste ate o sudueste que fica em hua paraje ao pee da mesma cidade” (apud. MOURA FILHA, 2006, p. 7), veio atender as necessidades administrativas, econômicas, religiosas, de defesa e de povoamento, o que obedecia às determinações da Coroa para a colonização do Brasil.

Em que pese, apesar de não haver, na documentação estudada, referências à existência de um plano que orientou a construção da Capital parahybana, há fortes indícios de que este núcleo não tenha sido obra do acaso. Ora, de acordo com Serrão (S/D), a escolha por lugares altos, “inexpugnáveis”, caracterizou a paisagem portuguesa<sup>1</sup> e, concorreu para a divisão de suas cidades em dois planos distintos, quais sejam: Cidade Alta e Cidade Baixa, cada uma com funções bem definidas. A parte alta caracterizava-se por ser espaço residencial [e de defesa], já as áreas mais baixas definiam-se por suas funções portuárias e comerciais. Logo, não é precipitado afirmar que houve a transmissão de tais modelos/orientações urbanísticas para as colônias no além-mar. Notadamente, a cidade de Nossa Senhora das Neves, sede da capitania da Parahyba, foi influenciada por modelos portugueses.

E as funções ou “sentidos da cidade” justificaram não só a escolha do sítio, mais ainda, a disposição dos edifícios públicos, a abertura das ruas e também as formas de praticar o espaço, o que sugere que, o traçado original foi dando lugar a muitas intervenções que surgiam para atender as necessidades cotidianas da sua população, conforme sugere Maria Bertilde Moura Filha (2010). Não obstante, também as funções ou “sentidos da cidade” foram [re]significados de forma que algumas das primeiras funções da povoação perderam sua importância com o tempo, e, nessa medida, surgiram novas funções, garantindo que a cidade de Nossa Senhora das Neves continuasse a ser um “lugar central” na Parahyba<sup>2</sup>.

Enfim, no percurso dos séculos XVII e XVIII, muitos foram os caminhos íngremes e tortuosos que foram surgindo na Cidade da Parahyba e que ligavam o Varadouro [Cidade Baixa] à Cidade Alta, o que fugia ao controle das Municipalidades que dado a ausência de regulamentos ou planos urbanísticos e/ou arquitetônicos não intervinham naquele espaço, o que deu lugar a que cada proprietário edificasse como quisesse a sua residência. Tal aspecto, nada lisonjeiro, caracterizaria a paisagem de Parahyba do Norte também no século XIX, muito embora, já se observe aí, algumas mudanças de caráter urbanístico, que não só transformavam materialmente a cidade, mas que impactaram a vida de seus habitantes, fazendo surgir novas sensibilidades e novas formas de praticar e significar a cidade.

## A CIDADE DA PARAHYBA E AS DOENÇAS

*A paisagem vista da janela é uma linda visão peculiar do Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas iminências, meio ocultas pelas árvores soberbas.*

Henry Koster, 1815

As cidades, em qualquer tempo ou lugar, são organismos vivos em permanente mudança, tal como sugere Martins et. al (2012), e tendo por base que não é possível fugir do seu passado, a cidade que estava para os homens e mulheres do século XIX, conservava muitos elementos arquitetônicos do antigo núcleo fundado em 1585, mas não apenas isso, a cidade de “pedra e cal” guardava também pálidos reflexos das complexas realidades sociais, econômicas ou ideológicas, que estiveram na origem daquele espaço e das gentes que construíram, sentiram, usaram e transformaram a cidade por mais dois séculos. Enfim, Nossa Senhora das Neves, Felipéia, Frederica... foi sobre os fragmentos materiais daquela[s] cidade[s] que lentamente Parahyba do Norte foi se constituindo, isto porque tal como Zaira, cidade imaginária de Ítalo Calvino, também Parahyba do Norte era feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (2009, p.14). Evidentemente, a Capital parahybana “não conta o seu passado”, ela o contém. Pois as transformações materiais embora tenham o poder de mudar a paisagem e as funções e usos de um espaço, elas não podem modificar o seu passado e/ou as escolhas e usos que fizeram seus habitantes em outros tempos. Afinal, uma cidade não é somen-

te “materialidade de espaços construídos e vazios”, ela é também, como afirmou Sandra Jatahy Pesavento, um tecido de relações sociais (2002, p. 32)

Assim, chegado o século XIX, as representações de Parahyba do Norte, nos revelam uma cidade de aspectos bucólicos, apesar de ter se passado aí, desde a sua fundação, mais de duzentos anos. A cidade, naquele começo de século, era ainda muito “pequena, antiquada e desprovida de muitos equipamentos urbanos” (AGUIAR; OCTÁVIO, p.75). Era possível contar suas ruas, ladeiras, travessas e beccos, assim como seus edifícios residenciais, administrativos, comerciais e religiosos – três conventos “cinco ermidas, uma misericórdia com seu hospital e uma matriz” (SOUTHEY, apud. PINTO, 1977. p. 236). Inclusive, a Igreja Matriz, cujas obras haviam sido iniciadas em 1585, continuava em construção, o que acentuava a imagem de atraso e pobreza da aludida cidade. E não era diferente o quadro urbanístico das demais cidades coloniais no alvorecer do oitocentos<sup>3</sup>:

Em que pese, a cidade que o português Henri Koster conheceu em 1810, quando de suas *“Viagens ao Nordeste do Brasil”*, tinha aproximadamente de dois a três mil habitantes. Somente a Rua Direita era pavimentada com pedras, o mato tomava conta das ruas revelando o atraso da cidade. Koster também deixou em relevo em seus escritos a divisão topográfica daquela capital sugerindo que já havia naqueles anos nítidas diferenças socioeconômicas entre os habitantes da Cidade Alta e aqueles que viviam na Cidade Baixa. Segundo o viajante, apesar de comportar aspectos da[s] cidade[s] dos séculos XVI, XVII e XVIII, havia, por certo, em Parahyba do Norte, diferenças em relação àquela[s]. Destarte, enquanto no “auto da montanha”, os ricos proprietários da região haviam construído “casas excelentes”, inclusive, comportando janelas de vidro, na parte baixa, as casas eram pequenas e mal construídas, estando muitas delas cercadas por pântanos e mangues, conforme relato de Koster.

Como se vê, o aspecto da cidade da Parahyba no início do oitocentos era pouco lisonjeiro. No entanto, apesar de muito se falar sobre seu processo de urbanização após a Proclamação da República, não se pode desconsiderar que algumas transformações materiais e sensíveis já estavam em curso na referida urbe naquele princípio de século, o que foi influenciado pela presença da Corte Joanina no Rio de Janeiro. Inclusive, também lá era muito precária a situação da cidade.

A despeito do aspecto nada lisonjeiro da nova sede do poder metropolitano, o que fica em evidência é que a chegada da corte, se não pôde alterar substancialmente o aspecto da cidade do Rio de Janeiro, tornando-a mais salubre e desobstruída, colocou em evidência os problemas que aquela cidade comportava, acelerando seu processo de urbanização (CARVALHO, 2008).

Dito isto, no que se refere à Parahyba do Norte, deve-se observar que naqueles anos, a defesa da civilização passou a fazer parte dos discursos dos gestores parahybanos que viam em instituições como a Guarda Nacional, a Polícia, as igrejas, os hospitais, cadeias e casas de Correções, instrumentos para assegurar e/ou manter a ordem e a disciplina, tal como sugerido

na documentação examinada. Também deveriam ser criadas escolas para ensinar as primeiras letras aos jovens membros das elites que estudariam em Coimbra. Tais eram as melhorias consideradas necessárias para que Parahyba se tornasse civilizada e para que fizesse jus ao título “honroso” de cidade que recebera quando da sua fundação em fins do século XVI.

A propósito, sobre o conceito de civilização, no sentido apreendido pelos parahybanos, considere-se, a partir dos apontamentos de Norbert Elias, que a Civilização “não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir”, isto porque, ela se “constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie” (ELIAS, 1994, p. 62). Parece ser este o sentido implícito nos discursos que tratavam da civilização em Parahyba do Norte, sempre relacionado à ideia de um progresso não necessariamente material, mas sem excluir este aspecto. Tratava-se de um refinamento das práticas sociais, de educar a população de forma a eliminar aquilo que era considerado, por alguns sujeitos das elites parahybana como irracional, o que barrava o desenvolvimento local. Portanto, entende-se que antes de promover melhorias materiais e higiênicas na pequena cidade os discursos dos gestores se direcionavam para as práticas supostamente incivilizadas de sua população. Diante do que, entende-se que para as elites políticas, econômicas e letradas de Parahyba, civilização era compreendida como sinônimo de civilidade, cortesia, polidez.

Seja como for, de acordo com o historiador Archimedes Cavalcanti, na Capital da Parahyba esse “desejo” de civilização, era fruto da iniciativa “de pessoas sensíveis a um novo estilo de vida, às ideias arejadas, ao progresso” (1972, p. 31). Desde essa ótica, a civilização era entendida, por alguns sujeitos das elites parahybanas, como racionalidade, de forma que não raras vezes as populações do interior da Província, e, ainda, os índios e negros foram nomeados como “gente ignorante e sem civilidade”, o que se deveu à recusa, dos mesmos, em seguir as regras e/ou modelos impostos por aqueles que eram considerados os representantes do saber. Em face disso, lentamente foram se erguendo muros entre os habitantes de Parahyba, diante do que os padrões de comportamento, as condutas esperadas por aqueles que se diziam defensores da civilização, vinham reforçar as diferenças entre os sujeitos que praticavam aquela cidade, provocando certo distanciamento entre eles.

Assim, influenciados pela Corte que estava alojada no Rio de Janeiro, alguns parahybanos, a exemplo de alguns governadores e comerciantes locais que em viagem à Capital colonial tiveram experiências que consideravam serem civilizadas, se tornaram defensores da suposta civilização, o que, na maior parte das vezes, limitou-se a discursos eruditos destinados aos seus pares e sem grande impacto para a vida da maior parte da população parahybana. Tome-se em conta ainda, que a chegada da família real ao Brasil em nada foi favorável ao desenvolvimento econômico da Província, pois, os excessos da Coroa, que passou a cobrar das províncias taxas extorsivas a título de contribuição, vieram somente agravar a já “estiolada” economia parahybana, como faz notar o historiador Archimedes Cavalcanti (1972, p. 15-21).

A título de informação, outro fator que corroborou para que o quadro econômico da Parahyba fosse desfavorável às melhorias almejadas por alguns “espíritos civilizados” da Capital da Província foi a eclosão da Revolução de 1817, cujas consequências perpetuaram-se ainda por alguns anos.

Com tanta coisa acontecendo, não é de estranhar que, nem mesmo a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, tenha sido capaz de promover grandes transformações materiais e sensíveis na cidade da Parahyba e, menos ainda, nos hábitos cotidianos dos seus habitantes, segundo sugeriu Archimedes Cavalcanti em seu estudo “A Cidade de Parahyba na época da Independência”. Naquele momento surgiram discursos em defesa das transformações materiais e sanitárias e, principalmente, intelectuais<sup>4</sup>. No entanto, somente na década de 1830 é que se pôde observar algumas ações, quer do governo, quer das elites econômicas e intelectuais da província, no sentido de imprimir um ar de civilização à paisagem da cidade, o que está decerto relacionado à Lei de 1 de outubro de 1828, que marcava as atribuições das Câmaras Municipais. A referida Lei, que foi a primeira do Império a sugerir meios para controlar o crescimento e ordenamento das cidades brasileiras, tinha no Título III, as Posturas Policiais, que compreendia 8 artigos, deliberando sobre os melhoramentos, higiene e conduta da população. Inspirados por esta normatização as vereanças de Parahyba do Norte criaram, a partir de 1830 uma série de posturas que visavam melhorar o aspecto daquela cidade.

Cumprir observar que as transformações materiais ocorridas na cidade da Parahyba não corresponderam a uma mudança na mentalidade daquela população, conforme sugeriu Archimedes Cavalcanti (1972).

E, apesar das limitações espaciais e econômicas, alguns parahybanos estavam informados não apenas sobre as mudanças que aconteciam em algumas cidades brasileiras e europeias, como tinham também conhecimentos sobre algumas descobertas científico-tecnológicas que aconteciam no Velho Mundo desde o final do século XVIII. Também se observa, naquele momento, a influência do pensamento ilustrado europeu na Parahyba. Inclusive, de acordo com o presidente da província Dr. Joaquim Pereira Peixoto D’Albuquerque, no século XIX,

Século das luzes, em que os conhecimentos humanos parece ter dado mais hù passo na carreira dos progressos” na província da Parahyba, bem como em sua Capital, eram muitas as obras que t[inham] de fazer” e que “a necessidade, e utilidade publica exige[a] (1838, pp.14-20).

Em qualquer caso, entre as obras consideradas, pelos habitantes de Parahyba, de maior importância nos anos 1830, estiveram a instalação do Lyceo e a reivindicação para a criação do Collegio de Educandos Pobres. O primeiro estabelecimento, segundo relatório do presidente da Província Basílio Quaresma Torreão (1837), deveria primar por “hua educaçãõ illuminada”, certamente direcionada aos jovens membros das elites econômicas da Província que deveriam ser preparados para exercerem cargos políticos e para administrar economicamente o patrimônio familiar, não sem exceções, observe-se. Este collegio foi fundado em 1836. O segundo

estabelecimento, por sua vez, direcionava-se aos “educandos pobres, e órfãos, que se appli[casem] aos officios mecânicos”. O Collegio de Educandos Pobres justificava-se por viabilizar o aproveitamento da mão-de-obra dos pobres para o desenvolvimento econômico da Parahyba, uma vez que àqueles sujeitos seriam ensinados “o officios de maior uso, e precisão” para as obras públicas, correndo todas as despesas deste empreendimento por conta do aluno, que pagaria os investimentos do governo “com o trabalho proporcional às suas forças” (TORREÃO, 1837). A criação daquela instituição de educação tinha ainda uma função de caráter moral, qual seja: afastar a ameaça representada pela pobreza ociosa, que circulava pelas ruas e beccos de Parahyba do Norte, mendigando dos transeuntes uma esmola e da Santa Casa de Misericórdia asilo e alimento, o que causava certo horror às elites “ilustradas” daquela cidade e aos religiosos do referido estabelecimento. Ademais, a implantação do colégio de Educandos pobres era reclamada como um importante auxílio para a obra de caridade prestada pela Santa Casa de Misericórdia, tal como sugeriu o vice-presidente da Província.

Havia, portanto, no gesto de criar um collegio para crianças e jovens pobres uma questão de ordem moral que atendia à ética capitalista, o que era reclamando a partir de um ideal de caridade e compaixão que, dizendo agir em benefício das classes necessitadas e sofredoras, conforme sugere a documentação examinada, pretendia criar vínculos de submissão, reforçando a desigualdade e gratidão daquele que é assistido em relação ao seu “benfeitor” (CAPONI, 2000).

Poder-se-ia afirmar, com base nos apontamentos de Sandra Caponi, que os discursos em favor da criação de um espaço para a infância desvalida de Parahyba seria uma forma de racionalizar a pobreza, diz-se, a infância e a juventude pobre, a partir da designação de um lugar e de formas específicas de controle para aquele grupo (2000, p.27).

Neste sentido, guardadas as devidas proporções, o estabelecimento de collegios para pobres, comportava semelhanças com as “casas de trabalhos” surgidas no século XVIII, na Europa, num contexto em que a pobreza e a ociosidade passaram a ser tratadas como questões de teor moral (FOUCAULT, 2009). Assim, se o Lyceo se prestava a ajudar no progresso e na civilização do povo parahybano, diz-se, das elites da Província. Um Collegio para educandos pobres, além de se prestar à guarda e assistência a crianças e jovens desvalidos, o que pouco interessou às elites econômicas e políticas da cidade da Parahyba, conforme sugere a documentação, também era reclamado à bem do progresso da Província. Pese que o desejo de criar um lugar específico para aquele grupo, inseria-se nos princípios defendidos pela Lei dos Pobres criada na Inglaterra no século XVII que de acordo com Himmelfarb, citado por Caponi, visava auxiliar todos os diferentes tipos de pobres: “esmolas e asilos para os idosos e doentes, aprendizado de ofício e escolas de caridade para as crianças, castigo e clausura para os ‘andarilhos teimosos’, e trabalho para os sadios” (apud. CAPONI, 2000, p.26). Esta logica veio auxiliar no controle dos pobres, criando mecanismo que garantiam certa autoridade e obediência, assim como constituía em uma forma de auxiliar aqueles homens e mulheres menos favorecidos economicamente a satisfazerem suas necessidades. De qualquer forma, este empreendimento só foi levado a cabo

em 1865, em proveito das vocações industriais, vindo a funcionar de forma precária no Sítio da Cruz do Peixe, nas imediações da Capital, no lugar que mais tarde se transformou em Asilo de Sant'Anna.

Esta “cruel compaixão”, tal como afirma Foucault, “permitiria manter um controle pelo qual as classes adinheiradas garantiam (...) a proteção de faixa privilegiada da população (apud. CAPONI, p.24), dizendo de outra forma, embora o discurso da caridade sugerisse beneficiar o pobre, o certo é que ele agia em favor das elites, afinal a caridade quase sempre estendia-se a pobreza considerada doente, diante do que assisti-la e normatizá-la implicava em resguardar as camadas consideradas normais, diz-se: aqueles que se consideravam benfeitores dos pobres.

A propósito, aqui na Parahyba, nos anos 1830, também bêbados e “doido” foram alvos das ações de controle das elites políticas, que criaram leis proibitivas a circulação de tais sujeitos pelas cidades e estradas da província. Apesar disso, não consta ter havido interesse por parte das governanças parahybana em criar lugares para aprisionar ou assistir tais sujeitos. Também os irmãos da Caridade silenciaram sobre a questão, talvez para evitar que recaísse sobre aquela instituição aquele ônus. Restava então enviá-los à Cadeia pública onde os mesmos deviam ser contidos, por meios de torturas, tais como a diminuição da comida, a prisão ao “pé do tronco” ou em porões e o uso de correntes

No campo das ideias, destacaram-se, nas décadas iniciais do século XIX, ainda a influência das teorias miasmáticas e contagionistas. Ora, a “patologização” do espaço, que as topografias e/ou geografias médicas do século XVIII tinham levado a cabo na Europa, sob o impulso do paradigma neo-hipocrático (CORBIN, 1987), também alcançaram a Capital da Parahyba, o que levou ao surgimento de práticas terapêuticas que ultrapassavam, em algumas ocasiões, as análises dos ares, das águas e dos lugares, definindo-se como uma política higienista de cunho socioeconômico.

É preciso considerar que apesar de haver indícios sobre o conhecimento das teorias neo-hipocráticas<sup>5</sup> por parte de alguns parahybanos, uma série de fatores concorria para que o quadro sanitário da cidade da Parahyba fosse julgado insalubre. Mas nem sempre foi assim. De acordo com os defensores destas ideias, houve tempos em que a Capital parahybana era “considerada de excelente ar e boas agoas”, o que foi atestado por Henri Koster quando este viajante esteve nesta cidade em 1811 (KOSTER, 1942).

No entanto, à medida que a cidade cresceu e aumentou sua população<sup>6</sup>, decerto, aumentaram também os problemas sanitários. Ora, considerando que sua população era de 9000 habitantes na primeira década do século XIX, não era pequena a quantidade de excrementos lançados às ruas, o que pode até ter provocado alguns incômodos, sem, no entanto, acender grandes preocupações aquela gente, afinal, até 1848 não havia na Parahyba médicos diplomados, e apesar de haverem pessoas com conhecimentos sobre as teorias miasmáticas, estes não correspondiam a uma maioria populacional, permanecendo tais discursos restritos a uma pe-



quena minoria, o que nem sempre implicou na mudança de atitude desta parcela da população em relação à higiene pública e/ou doméstica. Além disso, que opção tinham aqueles homens e mulheres para se desfazerem de lixos e outros tipos de excrementos numa cidade onde as fossas constituíam requinte de meia dúzia e a coleta do lixo e limpeza pública não representavam ainda obrigações da municipalidade, apesar de estarem previstas na Constituição do Império de 1824 e na Lei Imperial de 1828?

Ora, na falta de autoridades médicas que pudessem auxiliar no tratamento das doenças que tinham caráter epidêmico, e em face da propagação das teorias dos miasmas, as elites políticas da Capital parahybana, quando da ameaça de que alguma pestilência viesse a invadir aquela cidade, davam início a um plano de combate à moléstia, o que consistia basicamente em vigiar o ar, as águas e os lugares [mais populosos] de Parahyba.

Inclusive é importante mencionar que as ações higiênicas eram pontuais e aconteciam especialmente em períodos críticos, de epidemias ou de secas, prática que não cessou naquele contexto.

Não obstante, analisando-se o quadro sanitário da cidade da Parahyba percebe-se que além da teoria dos miasmas, também as teorias do contágio explicavam as doenças. A propósito, a teoria do contágio foi responsável pelo surgimento de discursos em defesa de medidas preventivas, tais como a quarentena e os cordões de isolamento. Em Parahyba, as influências destas correntes, segundo a documentação examinada, se confundem, culminando com a construção de hospitais de isolamento. Neste sentido, compreenda-se que o processo de urbanização, de caráter sanitário, em defesa das práticas de saneamento da cidade, bem como os discursos acerca das necessidades de eliminar do Centro da cidade hospitais, cadeias, matadouros etc., eram obras influenciadas tanto pela teoria miasmática, quanto pela teoria do contágio, teorias essas que concorreram para que, na capital parahybana, entre ricos e pobres se levantassem muros em defesa dos primeiros, objetivando resguardar seus corpos das doenças que adquiriam caráter epidêmico.

## NOTAS

\* O presente trabalho é parte do primeiro capítulo da Tese de doutoramento desta autora, defendido em junho de 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, intitulado Doidos[as] e doutores: A medicalização da loucura na província/estado da Parahyba do norte (1830-1930).

\*\* Universidade Federal de Campina Grande

1 Cidades como Lisboa, Porto, Coimbra são exemplo de cidades construídas em lugares elevados margeados por rios, marcando a divisão característica das cidades portuguesas em parte alta e parte baixa (SERRÃO, SD, p.60).

2 Para explicar o conceito de cidade como lugar central foi importante a aproximação com os apontamentos do arqueólogo português Jorge Alarcão, para quem “ a formação de uma cidade é um processo que envolve toda uma região: cidade é lugar central que hierarquiza sítios à sua volta e exerce funções de que a população rural do território carece ou beneficia. A cidade estrutura ou ordena o território em que

se insere ou de que é capital”. E mais, as cidades portuguesas se caracterizavam “pelas funções políticas, econômicas e eventualmente religiosas que exerc[iam]” (apud. MOURA FILHA, 2010, pp. 34-36).

3 De acordo com estudo realizado por Marieta Pinheiro de Carvalho, intitulado “Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. Joao (1808-1821)”, quando a Corte portuguesa escolheu para sede do governo a cidade do Rio de Janeiro, que à época de sua chegada era uma cidade pequena, com poucas ruas, estreitas e com grandes problemas em seus traçados; também não havia um arruamento, estando muitas moradias em meio a matos e/ou mangues. Havia também muitas regiões alagadiças. As casas normalmente estreitas não possuíam janelas que favorecesse a circulação do ar. O espaço citadino era também denunciado com insalubre e, portanto, responsável pelas pestilências que atacavam os moradores da nova Capital do Reino português (2008).

4 De acordo com o médico Oscar de Castro também o interesse pela higiene coletiva, em Parahyba, será sentido depois da década de 30 do século XIX (CASTRO, 1945).

Como já se observou, as Câmaras Municipais da Capital parahybana estavam informadas sobre as necessidades de promover melhoramentos materiais e à saúde pública, mas não apenas elas, os governadores da Província também externaram este desejo em seus relatórios. Ver Relatórios dos presidentes da Parahyba. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/000002.html>. Primeiro acesso 02.02.2011.

5 O tratado hipocrático “Água, ares e lugares” ressaltava a relação dos constituintes atmosféricos da variação das estações e da localização da cidade na determinação da doença. No século XVIII, tais teorias voltam a ter influência sobre as concepções médicas e, novamente, o meio reaparece como fator fundamental para explicar muitas epidemias. No entanto, deve-se notar que para as diferentes tradições científicas, “a ideia de meio e sua relação com os seres vivos nunca teve uma conotação unívoca” (EDLER, 2011, p.29).

6 De acordo com Aguiar, no final do século XVIII, havia em Parahyba aproximadamente 1000 habitantes; nas primeiras décadas do século XIX esse número elevou-se para 3000 almas e, em 1851, viviam na capital parahybana aproximadamente 9000 pessoas (1992, p. 111).

## REFERÊNCIAS

ADVÍNCULA, Chyara. **Entre Miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926**. Dissertação (Mestrado) em história. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980.

ANDRADE. Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito**. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.

AQUINO, Aécio Villar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos da vida social de uma cidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1988.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba Na Época da Independência**. João Pessoa: Editora Universitária, 1972.

- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade**: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. Joao (1808-1821).Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002a.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- KOSTER, Henri. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 1942Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil>>. Acesso em 04.02.2013.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba**: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba,2010.
- PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva Peixoto. Considerações gerais sobre a alienação mental (1837). Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental. vol.16 no.4, dec. 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142013000400012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142013000400012). Acesso em 20/08/2015.
- PINTO, Irineu. **Datas e Notas para História da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 1977. (Vol. I).
- SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Castanhoso: Iniciativas Editoriais, S/D.
- URTEAGA. **Miseria, Miasmas y Microbios**. Las Topografías Médicas y el estudio del médio ambiente em el siglo XIX, 1980. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm>>. Acesso em 03.05.2013.

# **BAIRRO DO PITO: O ENCLAVE NEGRO URBANO À BEIRA DO RIO CARANGOLA**

**Fernanda dos Santos Silva**

**Henrique Cunha Júnior**

## **RESUMO**

Este estudo aborda uma temática pouco presente na história das cidades, que são os relatos históricos referentes aos bairros negros, os enclaves da população negra nas cidades brasileiras. A história urbana da população negra é um dos aspectos da história do trânsito entre a sociedade do escravismo criminoso e a do trabalho livre capitalista, mediado pela contradição do racismo antinegro. Os assentamentos de população negra fazem parte da construção das cidades no Brasil e raramente são creditados como relevantes e componentes das transformações urbanas. A população negra foi descartada da história das cidades brasileiras e por vezes aparece diluída na história dos pobres brasileiros e das denominadas classes subalternas. Entende-se que as especificidades dessa população precisa ser recuperada pela história das cidades brasileiras principalmente, mas não só, com base em abordagens vindas de pesquisadores negros comprometidos com as lutas dos movimentos negros. Também a história tem privilegiado os eventos históricos dos grandes centros, das metrópoles brasileiras e pouco discute sobre a história das pequenas cidades brasileiras. Essas razões justificam a relevância da história urbana da população negra do Bairro do Pito, localizado na pequena cidade da Natividade, região Noroeste Fluminense no interior do estado do Rio de Janeiro. Localidade apontada pelos antigos moradores como o primeiro bairro negro do município, localizado às margens do Rio Carangola, espaço que abrigou os primeiros negros recém-chegados à área urbana, após a dita abolição. Para tal, apresenta-se neste estudo o desenvolvimento de uma proposta metodológica que utiliza-se da história oral para conhecermos, entendermos e examinarmos as visões, as histórias e as memórias de primeiros residentes da referida localidade; privilegiamos também registros fotográficos desse enclave urbano.

Palavras-chave: Bairro negro. População negra. Inserções urbanas.

## **INTRODUÇÃO**

O reconhecimento das especificidades das populações e das necessidades de expressões particulares é um dos avanços das ciências humanas ocidentais do final do século passado e do início do presente. A recolocação dos problemas das identidades coletivas se encontra na pauta

das políticas públicas dos organismos internacionais e dos nacionais. O reconhecimento de um grupo social de identidade coletiva confere direitos sociais na constituição da maioria dos países do ocidente. Neste sentido é que o reconhecimento das identidades e das especificidades dos grupos sociais tornou-se um campo de disputas políticas entre os grupos sociais dominantes e os subalternizados. São pautas epistêmicas e produtoras de formas não hegemônicas na produção da história (WHITE, 1978), (MUSLOW, 1997) e que são posturas antigas no universo internacional mas somente no atual momento da história científica brasileira encontram ressonância. Em decorrência dessas mudanças epistêmicas e das reivindicações dos movimentos sociais negros é que esta sendo produzida a história dos afrodescendentes ou história da população negra no Brasil.

Um dos fatores importantes na história da população negra brasileira é a história do século XX que representa duas grandes transições históricas, a da passagem entre a sociedade criminosa do escravismo (findo oficialmente em 1888) e do capitalismo racista e o outro, o da transição entre o mundo rural e o mundo urbano. As populações negras das diversas regiões do território nacional enfrentaram a transição histórica dos modos de produção e também a transformação urbana. A sociedade brasileira transformou-se no século XX, de fortemente rural até 1940 a predominantemente urbana em 1980.

O enfoque epistêmico de bairros negros procura traduzir as especificidades da população negra na história da urbanização brasileira considerando a história dessa camada da população, suas origens, a existência do racismo antinegro além do racismo estrutural e das relações sociais brasileiras. Portanto, um enfoque baseado nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas das populações negras primando pela ideia de população e não de raça, seja social ou biológica ou mesmo de raça como construção social.

A cidade de Natividade situada no noroeste do estado do Rio de Janeiro é uma na qual houve uma grande expansão rural no século passado e essa, é por muitos entendida como mérito e criação dos imigrantes europeus que já haviam chegado na região na época do auge da economia do café. Mas desde 1880 o município já produzia café e arroz e apenas 1896 ocorreu a imigração italiana no município. Porém ficou invisibilizada as criações da população negra e o período do apogeu do café passou a ser pensado como resultado apenas da imigração. A hegemonia europeia na cidade é importante em ser compreendida visto que até 1985 existiam separações de circulação da população negra e branca no centro da cidade (CUNHA JUNIOR; SOUZA, 2020).

Em relação aos locais de moradia da população negra na cidade de Natividade, o bairro negro do Pito é conhecido como primeiro núcleo da população negra na cidade e segundo relatos orais essa localidade teve origem em meados de 1920. Neste artigo apresentamos os elementos históricos sobre a existência e a formação deste bairro trabalhando com o conceito de memória da população negra e utilizando fontes orais e fotográficas. O artigo é parte de uma

pesquisa maior sobre as populações e bairros negros da cidade de Natividade no estado do Rio de Janeiro.

## **OS CONCEITOS UTILIZADOS**

O conceito central neste artigo é o de população negra. População que é definida pelos condicionamentos da história social e da geografia. É entendida como o conjunto de descendentes de africanos que sofreram no Brasil o escravismo criminoso e o capitalismo racista. Uma população cuja especificidade é condicionada pela história brasileira. O conceito de população negra não é produzido neste trabalho com referência aos conceitos de raça social ou biológica.

O conceito de racismo estrutural é importante para a compreensão das relações sociais vividas entre as populações negras e brancas no período republicano brasileiro que coincide com o período do pós-abolição, da urbanização e da industrialização. A república processa um ideal de modernidade eurocêntrica e ruptura com o passado escravista criminoso que resultou numa ampliação do racismo antinegro na sociedade brasileira. O designativo de população negra, de população despossuída dos meios de produção e de poder político funcionaram e funcionam como determinantes associados à dominação da população branca sobre a população negra. Portanto, o racismo antinegro é entendido como um fator estrutural das relações sociais brasileiras e resultante de um processo de dominação entre grupos sociais, sendo que a situação sócio-econômica da população foi resultante das condições estruturais impostas pelo racismo antinegro. Embora parte da população branca enquanto grupo dominante, por razões ideológicas negue a existência de racismo na sociedade brasileira, este processo se encontra decodificado, compreendido e provado por diversos estudos realizados na sociedade brasileira (CAMPOS, 2017), (CUNHA JUNIOR, 2006). O racismo está demonstrado pelo estudos acadêmicos e pelo longo processo promovido pelo movimento negro e denominado recentemente, como estrutural.

## **NATIVIDADE, MUNICÍPIO DO VALE DO RIO CARANGOLA**

A região do vale do Rio Carangola fica incrustada na divisa dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Trata-se de uma região de topografia montanhosa, com grandes vales e as cidades edificadas a beira dos rios que serviram no passado como via de penetração no território. O rio Carangola é um rio de jurisdição federal devido percorrer dois estados, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo afluente do rio Muriaé, que por sua vez é afluente do rio Paraíba. (Figura 1) A conexão desses cursos de água foi de vital importância nos períodos do Brasil Colônia e Império para a ocupação da região. O mapa da figura 1 ilustra a representação dessa região.



**Figura 1 Região do vale do Rio Carangola**

Fonte: <http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/Vanilsa.pdf> (Adaptado pelos autores)

Como apresentado acima, o município de Natividade é um dos municípios que compõem a Região do Vale do Rio Carangola. Situa-se na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área de 387 km<sup>2</sup> e atualmente abriga uma população de pouco mais de 15.000 habitantes segundo o último censo demográfico do IBGE.

Antes das ocupação da cidade por invasores portugueses, no século 19 o vale do rio Carangola foi habitado pelos índios Puris, da tribo dos Goitacá. A história da instalação de populações negras na região é incerta e mal determinada pela história local. Os registros disponíveis são apenas referentes ao final do período escravista em razão das fazendas de café. De meados do século 19 em diante formou-se na região do município de Natividade um grande número de fazendas de café, arroz e gado. Ainda figura na paisagem geográfica do município um número expressivo de fazendas de café, algumas desativadas em relação a produção outra não. Na atualidade registramos como exemplos significativos as fazendas: Bananeiras, Monte Alegre, Boa Vista, Santa Rosa, Bela Vista, Mutuca, São José, Taboca e Conceição. A existência dessas fazendas demonstra a presença antiga de população negra no município em período anterior a imigração italiana que data de 1896. Apesar da importância do contingente de trabalhadores negros nessas fazendas pouco se sabe enquanto registro histórico, sobre a origem da população negra de Natividade.

## BAIRRO PITO

A partir da década de 1920 a população negra que residia na zona rural da cidade começou a intensificar a procura por trabalho e moradia na área urbana da cidade devido a desvalorização do trabalho da população negra e a substituição da mão de obra negra pela do imigrante europeu. Os primeiros a chegarem na área urbana ocuparam um espaço próximo à área central denominado popularmente por bairro Pito (Figura 2). Segundo relatos orais foi nesse espaço que os primeiros negros recém chegados à cidade iniciaram a construção de suas moradias que segundo Cunha Júnior e Souza (2020) eram ranchinhos de sapé, que às margens do rio Carangola, abrigavam pessoas pobres e trabalhadoras.



**Figura 2 Referenciais geográficos do enclave do Pito**

Fonte: Google Maps

Ainda segundo Souza e Cunha (2019) as residências foram construídas em torno do rio sem um planejamento adequado o que gerou e continua gerando sérias consequências em épocas de cheias.



**Figura 3 Tomada da enchente do Rio Carangola no enclave do Pito em 2020**

Fonte: Natividade-FM



Não só no Bairro Pito, que ilustra esse estudo, mas em todo o vale do Carangola a dinâmica dos rios da região e as inundações são históricas devido à grande vazão de pico na época das chuvas que produzem grandes ondas de cheias. Nas cidades ao longo do rio as ocupações urbanas das populações sofrem com as enchentes e a valorização dos lotes urbanos é produzida inclusive pelo grau de vulnerabilidade em relação às cheias, a estabilidade dos morros e os riscos de desabamentos. Habitar próximo ao rio em segurança depende da estabilidade física do terreno e da estrutura da fundação do imóvel. Sendo, portanto, um problema regional que afeta a maioria das cidades da região. Parte das populações negras e dos bairros negros na região foram produzidos ao longo do rio devido a pequena valorização dos lotes no passado. No bairro Pito na cidade de Natividade as construções tornam-se vulneráveis devido serem em um espaço entre a pista, o rio Carangola e uma ladeira. (Figura 4). Todo o desenvolvimento do bairro é em torno do Rio Carangola. (Figura 5)



**Figura 4 Enclave do Pito entre o Rio e a estrada**

Fonte: Acervo dos autores



**Figura 5 Convivência Casas do Bairro Pito e rio Carangola**

Fonte: Acervo dos autores

## CONCLUSÕES

O bairro do Pito em Natividade caracteriza as ocupações urbanas de populações negras em todas as cidades do vale do Carangola. Esse enclave de população negra foi constituído por populações negras migradas das áreas rurais que ocuparam áreas no passado pouco valorizadas pela vulnerabilidade por volta da década de 1920 como relata a memória coletiva. A história da população começa com habitações de pau a pique e cobertura de palha. As intempéries climáticas, as enchentes, os desabamentos e as perdas de pertences e mesmo da casa fazem parte da história urbana dessa população. Na atualidade as habitações são de relativa boa qualidade e edificadas em estrutura de concreto e alvenaria de tijolos, com até três pavimentos. Trata-se uma área geográfica com grande densidade de população e com boa infraestrutura urbana, próxima ao centro comercial da cidade. Apresenta ainda o problema de ser uma população diretamente exposta a poluição do rio Carangola. No entanto, ainda ocorrendo riscos de desabamento e de enchentes.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 32 N° 95. 2017.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros Negros: A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil. **Revista ABPN**, v. 11, p. 65-86, 2019.
- CUNHA JUNIOR, Henrique; SOUZA, Marcia. A. de. **Bairros negros de Natividade/ RJ: Modelo de Expansão Urbana das Populações Negras no Pós-abolição**. *Revista ABPN*, v. 12, p. 209-237, 2020.
- DA SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade**. / Maria Nilza da Silva, Mariana Panta (orgs.). – Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- DE JESUS, Tiago. S.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros Negros: Patrimônio Cultural Negro em Fortaleza-CE. ID ON LINE. **Revista de psicologia**, v. 14, p. 1045-1059, 2020.
- MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. 1997.
- WHITE, Hayden. “**The Historical Text as Literary Artifact**,”. In *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* (1978), pp. 81-100.
- YADE, Juliana de Souza Mavoungou. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP** : uma abordagem para a educação escolar. 2010. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2010.

# “DA PORTA PARA DENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE A CULTURA MATERIAL EM CAJAZEIRAS, PB (SÉC. XIX)”

Hava Mariana de Oliveira Santana<sup>1</sup>

Viviane Gomes de Ceballos<sup>2</sup>

## RESUMO

A partir da leitura de inventários post-mortem, localizados na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, na cidade de Cajazeiras-PB, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dimensão material presente no patrimônio das famílias do sertão paraibano. Os inventários são fontes documentais seriais, quantitativas e qualitativas, que nos oferecem encaminhamentos possíveis para a obtenção da análise acerca da cultura material. Assim entendidos, para além do que está sendo inventariado, os inventários nos permitem conhecer quem eram os agentes sociais que estavam por trás da formalização do processo, bem como as redes familiares, embates e disputas sociais ali presentes. O estudo acerca do patrimônio legado nos leva a atentar para a relevância de se possuir alguns bens como forma de estabelecer um status social diferenciado naquele contexto. Para além do valor monetário, permeando o simbólico, o “ter” configurava um ethos social, e marcava disputas por uma distinção entre as elites.

Palavras-chave: inventário post-mortem; patrimônio material; cotidiano; sertão.

## INTRODUÇÃO

O século XIX definido por Hobsbawm como o Século das Revoluções, ficou marcado por ser um período de grande efervescência política e social por todo o globo, promovendo mudanças no âmbito político, nas hierarquias sociais, na cultura, etc. Partindo desta premissa, o globo como um todo iniciava o processo de interligação com suas partes.

As mudanças na ordem vigente, seja esta do ponto de vista econômico, social ou até comportamental, eram observados primeiramente nos grandes centros ou nas metrópoles mais influentes, tendo em vista a sua própria inserção no desenvolvimento. No entanto, durante este período os pequenos centros não ficaram do lado de fora, aos poucos estas localidades começaram a ganhar destaque por sua desenvoltura frente às investidas do progresso.

A cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano, é um exemplo disso. No ano de 1876, se eleva da categoria de cidade, e rapidamente vai se tornando uma das principais cidades da região do Alto Piranhas, marcada principalmente por sua atuação na educação e no

comércio – sendo palco de feiras livres que atraíam público dos estados vizinhos: Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

É claro que o desenvolvimento da localidade já vinha se delineando momentos antes de sua emancipação política, mas tal fato leva a cidade a ser organizada de forma mais consistente enquanto pólo de comercialização de produtos trazidos das grandes praças, como Recife e Fortaleza, bem como do chamado ouro branco (algodão) nos anos vindouros.

O aprimoramento social e o desenvolvimento do comércio davam a Cajazeiras indiscutível hegemonia em toda região do sertão paraibano com sua feira semanal a reunir um surpreendente conglomerado humano no afã da comercialização de produtos regionais. As lojas regurgitavam de fregueses interessados nas novidades recém chegadas das praças do Recife e de Fortaleza (LEITÃO, 2000 apud OLIVEIRA, 2015, p.23)

Devido a tais fatos, Cajazeiras enquanto centro comercial e educacional, concentrava também a comarca do município, sendo possível encontrar uma vasta documentação que envolvia a população sertaneja daquele período, suas tramas políticas, sociais e judiciais.

É a partir da leitura deste tipo de documentação, mais precisamente de inventários post-mortem, que nos foi possível construir a presente pesquisa. Encontrados na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, localizado em Cajazeiras, PB, os inventários são processos judiciais abertos após a morte de um indivíduo, podendo ser baseado ou não em um testamento<sup>3</sup>. Os inventários nos dão acesso, dentre outros dados, à listagem de bens, que são avaliados e partilhados entre os entes do inventariado.

Quando trabalhamos com este tipo de fonte documental, sabe-se que o público encontrado nos processos são indivíduos que compunham grupos de distinção da elite local, que faziam parte do cenário político, comercial e que suas famílias eram as ditas tradicionais. Isso se deve a inacessibilidade por parte dos indivíduos de outros grupos sociais ao inventário, era necessário que se tivessem bens suficientes e que extrapolassem o valor da formalização do processo, que custava caro na época.

Ainda que o grupo mais presente nos inventários não represente a maioria da sociedade, e que isso se coloque como uma dificuldade para se conhecer os outros sujeitos, isso não nos impede de cruzar informações para sabermos mais, tendo em vista que tudo depende do olhar que se coloca perante a fonte. O inventário se coloca como uma espécie de câmera em nossas mãos, onde conseguimos enxergar e entrar na intimidade das famílias sertanejas, de suas casas, de seu vestuário, cotidiano, crises e embates. É um ponto de intersecção entre o presente e uma realidade que não foi experimentada, de fato, por nós.

Trata-se de uma montagem de tempos heterogêneos, uma coexistência de tempos distintos, uma apresentação sinóptica de diferenças. Um tipo de conhecimento específico e complexo é operado pela prática, trabalho ou jogo da montagem, um exercício que não busca qualquer unidade e pretende

mostrar a própria complexidade ao acentuar diferenças e ao misturar, colocando lado a lado, numa mesma superfície. (JACQUES, 2018, p. 217-218)

E para fazermos a ponte entre ambas as realidades, se faz necessário utilizar uma nova forma de pensar, como trazido por Paola Berenstein Jacques (2018), cabe a nós pesquisadores que utilizemos as fontes documentais encontradas como uma peça de um grande quebra-cabeça, que metaforicamente seria a cidade de Cajazeiras, fazendo associações entre os fragmentos e os não ditos, forjando os embates e as alianças, pensando assim montagens possíveis para a escrita da história.

## **A DIMENSÃO MATERIAL: UMA ANÁLISE POSSÍVEL**

A análise mais detalhada do inventário, somada às discussões historiográficas e aos indícios que encontramos, coloca em nossas mãos um amplo leque de possibilidades. E tendo, portanto, a riqueza como formadora de um cabedal daquela determinada família, que não somente se resumia a joias, objetos valiosos ou dinheiro, mas também artigos que faziam parte da cultura material daquela época e que eram agregados de valor tanto monetário quanto simbólico, é que estabelecemos as informações quantitativas com as qualitativas que serão trabalhadas mais adiante.

Ter alguma posse no século XIX – uma casa arruinada coberta de telhas, alguns móveis toscos, um escravo velho – já conferia requisitos suficientes para introduzir o indivíduo e sua família “no rol de abonados” (MATTO-SO, 1992 apud MARTINEZ, 2007, p.36)

É possível perceber a partir da leitura da documentação do ano de 1883, que a maioria dos personagens históricos – assim denomino-os porque os enxergo como sujeitos atuantes na história da cidade –, sejam estes inventariados ou inventariantes, não residiam na cidade, mas sim em seus arredores, em sítios. No entanto, este fato não os impedia de ter quartos de comércio ou até mesmo casas construídas no centro urbano de Cajazeiras.

As mudanças ocorridas, principalmente, durante a segunda metade do século XIX, como a delimitação do que fazia parte do urbano e do rural, foram observadas de forma muito tênue na cidade de Cajazeiras, tendo em vista que o ritmo entre as cidades do interior ocorria de forma mais lenta. Ou seja, havia a delimitação, mas as atividades exercidas em cada um desses espaços ainda eram muito mescladas.

Como trazido acima, encontramos estes sujeitos históricos possuindo bens de raiz que se localizavam principalmente na zona rural, o que nos leva a crer que apesar de morarem em sítios ou mais afastados do “aglomerado” urbano, ia surgindo a necessidade de estar e participar desta pequena urbe, seja para fazer a compra ou venda de produtos, seja para socializar ou

estudar. Aos poucos ainda que de forma muito lenta, ia-se traçando os espaços de circulação de bens e pessoas, códigos de etiquetas e normas comportamentais.

As mudanças empreendidas no cotidiano das pessoas que viviam naquela cidade passam também pela forma como a casa muda. Me refiro à casa enquanto estrutura física, que também começa a adquirir novos usos e significados<sup>4</sup> que eram atribuídos pelos moradores àquele ambiente. É interessante notar como esta vai passando de um lugar em que a única função é servir como local de descanso e onde as pessoas se alimentavam, e começa a se tornar o palco para a execução das relações familiares, sejam estas de afeto, conflito ou até mesmo as práticas do cotidiano.

A casa é o lar, lugar de refúgio e de proteção, de descanso, de organização da vida familiar e habitação. Ela segue transformações da sociedade apresentando mudanças de acordo com as influências de novos costumes. Sua estrutura física, seu desenho, se altera a medida que novas técnicas construtivas e novos elementos vão surgindo e sendo incorporados. (SILVA, 2017, p.11)

Começava-se a delinear novos tipos de costumes, e a linha que separava o público e o privado ia se tornando cada vez mais forte, isso era justificado porque entre os séculos XVIII e XIX as cidades adquiriram um ar cosmopolita, sendo necessário definir onde era o privado e o comum, o nós e o eu. A clara delimitação do público e privado, somada às mudanças ocorridas na sociedade, vão influenciando as construções de pedra e cal, como são denominados esses tipos de bem patrimonial. Um exemplo disso é o número de portas e janelas que se construía em uma casa de médio porte, bem como o material a ser utilizado, etc.

Analisando a documentação, observamos a partir de um bem de raiz, arrolado e partilhado no inventário de Manoel de Sousa Teixeira (1883), em que sua casa possuía três vãos, oito portas e seis janelas. A construção era de tijolos e foi avaliada em 200\$000 réis. As janelas da casa continuavam a ser uma comunicação com a rua, sendo assim possível observar o público através de um lugar dotado de intimidade e privacidade

**Tabela 1.** Bens de raiz de Manoel de Sousa Teixeira (1883)

<b>Fazenda/Morada/Sítio/Terra-dimensão</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>
<b>Uma casa de tijollo com três vãos, oito portas e seis janellas</b>	Sítio Baixa Grande	<b>200\$000</b>
<b>Uma parte de terra</b>	Sítio Baixa Grande, data Carcará	<b>40\$000</b>
<b>Uma parte de terra</b>	Baixa Grande, Carcará	<b>80\$000</b>

<b>Uma parte de terra limetando-se ao nascente com o Riacho Carcará, ao norte com terras de Galdino de Sousa Dias, ao poente com o Riacho de Sipó e ao sul com as terras de Salviano Batista</b>	Baixa Grande, Carcará	<b>220\$000</b>
--	-----------------------	-----------------

Fonte: Inventário encontrado na 2º Vara do Fórum Dr. Ferreira Junior, Cajazeiras, PB.  
Processo: 1883\_19processo(Caixa Cinza\_1851.1883)

Ainda que a utilização da cultura material como fonte documental não seja recente, a interlocução desta fonte a partir dos elementos que ela oferece, começou a ser mais utilizada recentemente na historiografia. Ateriormente a dimensão material era usada como uma fonte secundária, incompleta e limitada quando comparada com a fonte escrita. No entanto, como se percebe o lugar da cultura material se desloca de um lugar de apoio para um espaço central, sendo assim possível, perceber quais objetos ou posses contribuía para a distinção das famílias abastadas da época. Como trazido por Silva (2013):

(...) a cultura material é importante para a investigação daquilo que tem sido chamado de “distinção de elites”, pois ela demarca as fronteiras sociais, oferecendo-nos uma visão dos “índices de civilidade no sertão”. (SILVA, 2013, p.54).

Podemos comprovar isso tanto no inventário citado acima, como a partir do que encontramos no inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (1883) (tabela 2) que possuía três quartos de comércio com a armação e cabeçada feitas de pedra, sendo avaliada na quantia de 1:050\$000 (um conto e cinquenta mil réis).

**Tabela 2.** Bens de Raiz da Inventariada Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (1883)

<b>Fazenda/Morada/Sítio/Terra-dimensão</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>
Uma parte na Casa do Angelim, de telha, taipa.	Angelim	45\$454
Uma casa de taipa	Angelim	10\$000
Uma parte de terras com uma casinha de taipa	Serrote Branco, data Taimbauba ou Carnauba	20\$000
Uma parte de terras cada duas partes em duas casas de taipa e um “assudinho” (açude) na terra	-	49\$999
Uma casa de tijolo	Rua da Aurora, Cajaseiras	800\$000
Uma casa de tijolo, cuja casa está em construção.	Rua da Aurora, Cajaseiras	1:000\$000

Uma casa com a frente branca	Rua Boa Vista, Cajaseiras	300\$000
Uma casa com a frente de tijolo e o corpo de taipa	Rua da Matriz, Cajaseiras	200\$000
<b>Três quartos no comércio desta cidade com armação e cabeçada de pedras.</b>	Cajaseiras, PB	1:050\$000
Tresentos e quatro braças de terra duma casa judicialmente demarcada	Sítio Angelim, data Santo Antonio do Bé desta freguesia	608\$000
Dusentos e quarenta braças de terras duma casa judicialmente demarcadas	Sítio Santo Antonio, data do Santo Antonio do Bé desta freguesia	480\$000
Cem braças de terra em comum	Data da Alagôa de São Francisco desta freguesia	100\$000
Uma parte de terra	Pedra Lavrada da Comarca do Ingá desta Província	4\$545
Uma parte de terras	Varje de São Pedro da Comarca de Campina Grande desta Província	9\$090
Uma parte de terras	Data Bom Sucesso da Comarca de São João na freguesia de Malhada da Areia desta província	9\$818
Uma parte de terras na propriedade dos Guaritas ao norte do Rio Parahyba	Ao norte do Rio Parahyba, na comarca de Itabaiana	31\$998

Fonte: Inventário encontrado na 2º Vara do Fórum Dr. Ferreira Junior, Cajazeiras, PB.  
 Processo:1883\_19processo(CaixaCinza\_1851.1883)

Os tipos de materiais de construção mais comuns eram a taipa, devido a sua rapidez e facilidade em ser construída. As casas de taipas eram comumente encontradas nas zonas rurais, mas também sendo encontradas em algumas localidades dentro do centro urbano. As mudanças arquitetônicas nas casas, em relação ao tipo de material utilizado na construção acrescentava valor ao imóvel, assim como também agregava ao valor simbólico ao cabedal das famílias.

De edificação razoavelmente rápida, a casa de taipa necessita somente de uma trama de varas na medida do possível retilíneas que, trançadas, são amarradas com cipós ou cordões de sola, a madeira de lei sendo utilizada para esteios, vigas e traves (LIMA, apud MACÊDO, 2007, p. 155)

A partir das informações encontradas na tabela dois acima, é possível observar também a quantidade de propriedades em outras localidades dentro da província da Parahyba do Norte, como por exemplo em Ingá, em Campina Grande, Itabaiana, entre outros. O que nos leva a cor-



roborar que essas famílias realmente possuíam muitos bens e que tinham prestígio e distinção entre as famílias paraibanas, e que isso se configurava até mesmo na arquitetura de suas casas.

No inventário de Dona Josefa Dina também foram encontrados uma grande quantidade animais, principalmente bois de lote (tabela 3), no total de 35 (trinta e cinco), vacas *solteiras*, *paridas*; além de ovelhas e cabras. O que é bastante curioso, já que devido à seca que aconteceu durante os anos de 1877-1879 no sertão nordestino, muitos proprietários de terra, gado e agricultores foram afetados e perderam muitos de seus animais e escravos. No monte de Dona Josefa Dina também foi encontrada uma escrava, de 14 anos, chamada Sabina e avaliada no valor de 300\$000 (trezentos mil réis).

**Tabela 3.** Bens de raiz da inventariada de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (1883)

<b>Espécie</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
<b>Bois de lote</b>	35	40\$000	1:400\$000
<b>Novilhotes</b>	30	30\$000	750\$000
<b>Novilho (de dois anos)</b>	1	40\$000	40\$000
<b>Novilho (de um ano)</b>	1	30\$000	30\$000
<b>Vacas (paridas)</b>	3	50\$000	650\$000
<b>Vacas (solteiras)</b>	9	40\$000	360\$000
<b>Garrotes</b>	5	16\$000	80\$000
<b>Garrotas</b>	6	16\$000	96\$000
<b>Bestas paridas</b>	2	60\$000	120\$000
<b>Égua (velha)</b>	1	40\$000	40\$000
<b>Poltra de mula</b>	1	40\$000	40\$000
<b>Poltro de mula</b>	1	60\$000	60\$000
<b>Poltra (de ano e meio)</b>	1	30\$000	30\$000
<b>Poltro (de ano e meio)</b>	1	35\$000	35\$000
<b>Burras (novas)</b>	3	20\$000	60\$000
<b>Burros (novos)</b>	4	120\$000	360\$000
<b>Cavalos (idosos)</b>	3	50\$000	150\$000
<b>Ovelhas</b>	12	2\$000	24\$000
<b>Cabras</b>	11	2\$000	22\$000

Fonte: Inventário encontrado na 2º Vara do Fórum Dr. Ferreira Junior, Cajazeiras, PB.  
Processo:1883\_19processo(CaixaCinza\_1851.1883).

O fato de encontrar muitos animais em um período pós-seca nos leva a crer que Dona Josefa Dina, ao invés de estar no lugar das pessoas que tiveram que vender todos os seus ani-

mais, estava no lugar de quem comprou muitos animais, justificando assim, a sua grande posse de animais. Não foi encontrada na documentação a sua profissão ou a de seu marido, o que não nos possibilita afirmar se eram ou não agricultores.

No inventário de Manoel de Sousa Teixeira somente foi encontrado 5 semoventes, sendo todos eles animais, não houve registro de escravos. Dentro de seu monte predominava o mobiliário e bens de raiz.

Além da curiosidade de se encontrar muitos animais mesmo depois da seca, também é bem interessante notar que a detentora de todos esses bens era uma figura feminina. Em seus utensílios domésticos encontramos muitas colheres de prata – sopa, chá – e também, duas quantidades de copos, que além de serem de pratas também eram decorados, sendo classificados como “flôrados”. Sabemos que as pessoas não costumavam possuir talheres, pelo fato que no cotidiano muitos comiam com as mãos, até mesmo na casa dos mais abastados, os utensílios eram guardados para serem utilizado em ocasiões especiais. Possuir talheres, assim como possuir animais, casas e escravos, distinguia a sua família na sociedade.

As mudanças que ocorriam na metade do século XIX não diziam a respeito somente à arquitetura das casas, mas também ao tipo de mobília que era escolhida, objetos de decoração, espaço para jardins, etc. Del Priore (2016) traz o oratório como objeto de decoração e que era mais comum ser encontrado em regiões pouco habitadas, tendo em vista que os espaços estudados por ela era cidades maiores, como o Rio de Janeiro que até então era a capital do império.

Dona Josefa Dina, visivelmente mais abastada, possuía um oratório de madeira avaliado na quantia de 7\$000 réis e também, um santuário com os seus respectivos oratórios avaliado na quantia de 20\$000 réis.

**Tabela 4.** Mobiliário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (1883)

<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>Duas mesas grandes de cedro, com gavetas</b>	8\$000
<b>Um santuário com os respectivos oratórios</b>	50\$000
<b>Três jogos de caixa de pregaria</b>	15\$000
<b>Dose cadeiras</b>	18\$000
<b>Um oratório de madeiras</b>	7\$000
<b>Um carro de madeira</b>	25\$000

Fonte: Inventário encontrado na 2º Vara do Fórum Dr. Ferreira Junior, Cajazeiras, PB. Processo:1883\_19processo(CaixaCinza\_1851.1883).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber portanto, que enquanto uma fonte documental serial, qualitativa e quantitativa, o inventário post-mortem se apresenta como um intermédio entre duas realidades, como citado acima, uma que não foi conhecida de fato e o presente. A análise dos bens materiais e as implicações para a cultura material representa apenas um recorte dentre os vários olhares que podem ser lançados para a documentação. É a partir disso que aos poucos, começa-se a delinear a historiografia sertaneja, lançando olhares que se distanciam dos memorialismos ligados às famílias tradicionais e se aproximam de sujeitos históricos ligados a outras famílias que compunham a elite local.

## NOTAS

- 1 Graduanda em Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande.
- 2 Professora Dra. Viviane Gomes de Ceballos, orientadora, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande.
- 3 O testamento difere-se do inventário post-mortem principalmente porque o arrolamento dos bens feito no primeiro tipo de documentação, é ainda feito em vida. No segundo caso, a documentação é elaborada após a morte do inventariado, sendo possível haver carta testamentária anexada a este.
- 4 O estudo feito por Tadeu Pereira da Silva lança luz sobre a funcionalidade do lar, como cada espaço tem o seu uso e significado. Foi a partir deste que conseguimos capturar um pouco das mudanças observadas no patrimônio de pedra e cal.

## REFERÊNCIAS

- DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira: volume 2: Império**. São Paulo, LeYa, 2016.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. O espaço público como meio comunicativo, p. 35-50. In: COSTA, Carlos; BUITONI, Dulcília Schroeder. **A cidade e a imagem**. Jundiaí, SP, Editora In House, 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens, p. 209-234. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.) **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: modos de pensar**. Salvador, EDUFBA, 2018.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. Tese – Natal, RN, 2007.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **Inventários e Sequestros: fontes para a história social**. *Revista do Departamento de História*, 9, 1989. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3\\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf)>

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. **Patrimônio material de Cajazeiras – PB: discursos para além do concreto e cimento**. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso, p. 7-48. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riqueza: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do séc. XVIII)**. Dissertação - João Pessoa, PB, 2013.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradias rurais na cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2017.

SYMANSKI, Luis Claudio P. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos**. Revista de Arqueologia, 21, n.2:73-96, 2008.

# ENTRE O CAMPO E A CIDADE: OS TRABALHADORES E A LUTA POR DIREITOS EM MONTES CLAROS/MG (1975-2008)

Valéria de Jesus Leite<sup>1</sup>

O processo de desenvolvimento de Montes Claros, bem como seu crescimento desordenado, já foi discutido em diversos trabalhos que estudaram a região norte mineira e sua industrialização, além de ter sido debatido na imprensa local. Sabemos que a inclusão do Norte de Minas na área mineira da SUDENE proporcionou a Montes Claros e região significativas transformações, alterando os modos de vida, principalmente daquele que deixou sua terra natal para ir morar na cidade. Além do aumento populacional, os diversos autores que discutem o tema enfatizam que a condição de centro urbano transformou a economia do município, o que ocasionou profundas alterações estruturais na cidade. Devido a isso a Sudene foi, ora exaltada, ora condenada. A partir da década de 1970 a indústria incentivada foi responsável por 45,63% do emprego industrial no município. De acordo com Oliveira, foi a partir desse momento que Montes Claros e região começaram a sentir os resultados positivos da política de promoção industrial, com uma taxa de efetivação de emprego de 85,1% para o ano de 1977 (OLIVEIRA, 2000).

Consideramos de grande importância conhecer sobre este processo de industrialização de Montes Claros e região, contudo, neste texto buscamos enxergar além desses números para tentar perceber a maneira como essas pessoas, que um dia migraram para Montes Claros em busca de oportunidades, disputaram e ainda hoje disputam lugares, reclamam direitos, realimentam costumes e como essas experiências se formam em meio a contradições e ambiguidades.

Um dos nossos entrevistados foi o senhor Ariovaldo<sup>2</sup>. Seu Ari, como é conhecido pelos vizinhos. Conversamos em sua casa no bairro Nova Morada, em Montes Claros. Sua fala indica como expectativas e narrativas se formam na memória e se confundem entre o que era: “porque lá na roça pra estudá mesmo, eu num estudei quase, num tinha como... num tive oportunidade”; e como tudo aconteceu: “quando entrei na Coteminas [...] surgiu uma vaga lá de encarregado [...] mandou uma turma e eu não fui. Chegou um cara mais novo lá e ele tinha segundo grau, eu num tinha segundo grau”. O projeto de um futuro diferente do seu é transposto para os filhos: “formei meus filho no segundo grau, o que eu pude fazê eu fiz”.

A leitura que o senhor Ariovaldo faz de sua própria trajetória une sua condição com as transformações sociais e com as mudanças a que grande parte dos trabalhadores está sujeita, sendo que tais mudanças estão geralmente associadas à educação formal. Essas são questões extremamente importantes para os trabalhadores, sobretudo para aqueles que vieram da zona

rural e não encontraram oportunidades na cidade. As palavras de Seu Ari expressam bem os limites impostos por um social tenso e conflituoso.

Ao ser perguntado sobre sua vida na roça, a resposta surge a partir da comparação com a vida na cidade. Na roça, ressaltava ele, “era uma vida sofrida, mas era bom demais”, ao passo que na cidade era preciso obedecer o horário. A vida no campo era boa, porque o tempo era controlado por ele mesmo, porque “a gente folgava, trabalhava o dia que queria, num era mandado por ninguém”. Aqui percebemos como as pessoas tentam se adaptar a esta nova vida e, especialmente, ao controle exercido dentro do ambiente fabril. O trabalho na fábrica requer uma série de normas a que os trabalhadores do campo não estão habituados, mas a que, portanto, são obrigados a se adaptarem. Assim, Seu Ari por meio da comparação segue avaliando sua vida na roça e a sua vida hoje, ressaltando que quem é empregado é obrigado a se adequar.

No entanto, mesmo a vida na roça sendo “boa demais”, Seu Ari faz questão de ressaltar que “hoje é melhor”. Ao se confrontar com as suas necessidades de vida atual, o narrador percebe as vantagens que a vida na cidade oferece e isso está presente em toda a sua narrativa. A experiência foi construída no embate com outras situações e, nesse sentido, até mesmo o fato de comparar a cidade e o campo surge como parte dessa experiência. Experiência adquirida com a vida que ele construiu na cidade em situações por vezes adversas. Sobretudo nos primeiros momentos, em que as coisas eram mais difíceis do que antes, pois no bairro onde ele se estabeleceu as condições eram precárias. Faltava toda a infraestrutura básica, como rede de água e esgoto, luz elétrica, asfalto, transporte coletivo.

Em sua narrativa foi possível localizar todo um processo vivido e compartilhado por ele e por muitos dos seus vizinhos, colegas de trabalho, parentes e amigos. As conquistas na cidade, que se traduzem na casa própria, em ter água e esgoto em casa, ter energia elétrica e assim poder ter uma geladeira, tomar um banho quente, ver televisão são ganhos valorizados por quem nem sempre usufruiu deles.

A experiência de Adamastor também nos possibilitou conhecer melhor como as pessoas compreendem essas questões. Ao expor seus próprios limites, em alguma medida, ele revela sua visão de mundo. A interpretação que ele faz de sua realidade e da sociedade é extremamente significativa. Uma sociedade de interesses divergentes que exige de cada sujeito uma luta diária para a construção de seus espaços.

Ao ser questionado sobre o início da vida na cidade, o senhor Adamastor elabora uma narrativa que julgamos representativa dos limites e pressões impostos por um social de conflitos, possibilitando a nós compreender as expectativas, as frustrações e os limites de um trabalhador; situações com que não estamos acostumados a lidar e que exigem de nós um esforço maior para compreendê-las, pois estamos sempre acostumados com as explicações generalizantes sobre a “inércia” de homens e mulheres deste país. Perguntamos a Adamastor se ele sentiu muita diferença quando veio morar na cidade. Sua resposta foi imediata, “é muito diferente”.

As questões giraram em torno das dificuldades para cursar uma faculdade, das dificuldades financeiras, do controle do tempo. Pode-se dizer que esse é o terreno comum compartilhado por essas pessoas. Para Adamastor o estranhamento inicial em relação à vida na cidade refere-se, principalmente, às questões financeiras: na cidade se “cê não tem o dinheiro, cê não come, cê não compra”, para, em seguida, esbarrar-se nos impedimentos relacionados à falta de estudo, aos compromissos adquiridos com a família, ao baixo salário e aos obstáculos decorrentes disso. A identificação com os enfrentamentos próprias de sua classe está presente em sua narrativa: “o mundo hoje só visa mais a classe média, a gente... a pessoa mais fraca não tem tanta oportunidade pra ter as coisa não”. Podemos dizer que, em maior ou menor intensidade, é uma situação que todos compartilharam e compartilham. No momento de sua fala é que se percebe o quanto a narrativa é elaborada em função do momento em que ele está vivendo, sobretudo quando se trata das frustrações, dos sonhos não realizados, da falência de oportunidades, dos seus limites reais: “Aqui hoje, eu te falo mesmo, não tenho vergonha não, se eu tirar hoje 30 reais do meu pagamento a diferença é grande, eu não consigo recuperar ele mais, entendeu?”

Igualmente interessante foi perceber como, ao falar sobre os seus impedimentos, ele consegue nos mostrar uma dinâmica de transformação social. Ao enfatizar a sua ausência na sala de aula Adamastor está percebendo essas mudanças: “fiz um segundo grau que hoje se torna a quarta série primária”. Viver hoje com um segundo grau não é o mesmo que viver há vinte ou trinta anos. As exigências do mercado de trabalho são outras e, nesse mundo que se apresenta à sua porta, as relações de amizade são cruciais. Por isso mesmo ele se ressentido com sua atual situação e lamenta, “talvez pela amizade que eu tenho, eu tava mais bem colocado”, caso tivesse tido a oportunidade de se dedicar mais aos estudos.

Talvez seja por isso que a dedicação à Igreja e à Associação de Moradores seja tão intensa. Essas instituições não negam oportunidades, ao contrário, de certa forma, acolhe a todos. Dessa forma, as agruras da vida são compensadas pela dedicação e pelo reconhecimento de todos diante de um trabalho realizado em prol de seus pares. Quando nos falava de sua atividade no bairro, Adamastor enfatizou orgulhoso que “eu trabalho na comunidade, muitos me admira, né, devido o trabalho meu”. Isso faz com que se sinta parte da cidade em que vive.

A forma como expõe a sua trajetória, a partir de expectativas aparentemente comuns, como não poder fazer um curso técnico ou tirar a carteira de habilitação, remete a algumas reflexões a que não estamos acostumados, muito em virtude de nossas preocupações com as grandes explicações. É verdade que as pressões econômicas frequentemente influenciam as decisões, mas o fator econômico não pode ser considerado como determinante. Ele fixa limites e exerce pressões, mas não determina as escolhas de homens e mulheres. Os valores relacionados ao econômico são insuficientes para abranger os vários sentidos da vida. Essas escolhas se processam tendo como referência a experiência vivida de cada um e essa experiência, como nos lembra Thompson (1981), pode abrir seu caminho tanto por formas culturais quanto por econômicas.

As redes de sociabilidades construídas na vida urbana, como é o caso dos bairros, das associações, da igreja, são muito importantes na vida das pessoas, sejam elas migrantes ou não. Mas essas sociabilidades não estão presentes somente no bairro ou na igreja. No ambiente de trabalho, encontramos situações que expressam uma boa relação entre os colegas de trabalho, que vão desde uma simples ajuda com as máquinas, onde “o colega ao lado te ajuda”, até situações extremas, como a relatada por Rosa.

São em momentos de necessidade e tensão que percebemos como o sentimento de pertencimento de classe é forte e se faz diariamente nas relações vividas. Ao narrar o acidente de trabalho do colega Rosa deixa claro o seu lado dentro da empresa. Por isso, “cada um dava, um dava cinco, outro dava dez, um dava um real, outro dava dois e, juntamo lá um dinheirim e fomo e mandamo pra ele uns trezentos reais pra ele comprar os remédio”. É porque são colegas, porque trabalham um ao lado do outro, porque têm as mesmas necessidades, porque partilham as mesmas dificuldades, ou seja, porque vivem as mesmas condições de desigualdade que todos estão prontos a ajudar. E é dessa noção de identidade de classe que surge uma necessidade de assumir uma postura de colaboração e camaradagem com relação aos seus pares.

O fato relatado é o acidente de trabalho sofrido por um colega que não encontrou apoio na empresa, uma vez que esta corta os benefícios quando o “colaborador” não está exercendo suas funções. O ressentimento de Rosa ao falar sobre isso é muito grande. Assim como o é em outro momento, também se referindo a outro acidente de trabalho, em que um funcionário tem um braço tragado por uma máquina dentro da empresa. Ao falar sobre isso, conclui que: “você não tem valor nenhum, nenhum, nenhum dentro da empresa”. Percebemos que são nos enfrentamentos diários que o sentimento de pertença a uma classe se faz mais evidente. No entanto, sua narrativa aponta para outras coisas. Mesmo falando sobre seu ambiente de trabalho, sobre seus embates diários, Rosa consegue nos apresentar como eles percebem essa cidade que ela e seus colegas estão partilhando e disputando.

Uma cidade carente em infraestrutura, sobretudo com relação à assistência médica, em que o trabalhador se vê obrigado a ficar aguardando, por dias, uma vaga no Sistema Único de Saúde (SUS), muitas vezes para realizar procedimentos cirúrgicos urgentes. O Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, também é outro procedimento burocrático, já que para que um trabalhador seja afastado por mais de quinze dias é preciso que ele solicite a este órgão do governo um pedido de auxílio. Neste caso, os procedimentos também são demorados. Como enfatizou Rosa, “até que legaliza aqueles papel que manda pra perícia, que manda e volta, [...] o cara já morreu de fome”.

É significativo notar, a partir das narrativas, que a luta empreendida pelos trabalhadores têxteis é muito mais abrangente. A luta não é restrita ao ambiente de trabalho, não é somente a luta do trabalhador dentro da empresa, mas significa o tratamento médico, significa a alimentação, a educação para os filhos, os medicamentos em caso de enfermidades, os itens básicos para a manutenção da casa, o transporte. Ou seja, esses trabalhadores se reconhecem na cidade e



estão lutando por um pertencimento a esta cidade. Estão buscando melhores condições de vida e principalmente buscam garantir essa condição.

Portanto, a Montes Claros que os trabalhadores estão partilhando e disputando é uma cidade carente de serviços básicos, em que o trabalhador sempre teve de gastar mais da metade de seu salário com alimentação, já que em 30 de novembro de 1989 a imprensa noticiava o percentual de 86,8% do salário, para gastos com alimentação (Jornal do Norte. Montes Claros, 30 nov. 1989). É uma cidade com problemas na coleta do lixo; com transporte público caro e ineficiente; com carência no abastecimento de água; com uma das contas de energia elétrica mais cara do país. Mas foi nesta Montes Claros que um dia essas pessoas puderam planejar suas vidas e buscar melhorias concretas, assim como fazer acontecer o sonho da casa própria, outro elemento muito significativo que perpassa a fala dos entrevistados e que faz parte do tão sonhado desenvolvimento humano.

A partir do momento em que Montes Claros despontou como centro urbano da região do Norte de Minas, tornando-se ponto de paragem para inúmeros viajantes, verificou-se um significativo crescimento em sua população, fato conhecido desde as primeiras décadas do século XX (CARDOSO JUNIOR, 2005). Com o passar dos dias e com a efetivação da cidade como principal centro urbano da região, muitas foram as pessoas que a viam como um lugar propício para melhorar a vida. Outros, no entanto, aqui permaneceram por falta de opção em outros locais, ou por não terem como chegar aos grandes centros. Fato é que Montes Claros cresceu, contudo os seus administradores não conseguiram resolver os seus problemas mais urgentes, dentre os quais a habitação.

A chegada de pessoas vindas principalmente dos pequenos municípios da região e zona rural contribuiu para que, em apenas duas décadas, entre 1960 e 1980, Montes Claros tivesse sua população quintuplicada. Isso gerou um grave problema habitacional não solucionado pela Administração Pública. Muitas foram as notícias veiculadas nos jornais que informavam sobre esse problema. As medidas anunciadas pela Prefeitura Municipal também estampavam as páginas dos jornais. Encontramos no Diário de Montes Claros, em 12 de abril de 1977, uma notícia informando que “casas populares serão sorteadas”. Porém, tais casas eram destinadas a famílias com renda mensal comprovada, sendo financiada, naquela época, pela Aspemg – Cooperativa habitacional de Montes Claros. Dessa forma, o trabalhador recém-chegado, muitas vezes sem emprego, não tinha como pleitear esse imóvel.

As casas populares financiadas pelo Banco Nacional de Habitação ou pela Administração Pública nunca foram suficientes para suprir as necessidades da população. Mesmo os conjuntos habitacionais construídos especificamente para a população de baixa renda, sem as exigências habituais de apresentar comprovante de renda, não conseguiram minorar o problema.

Contudo, quando se tratava de atender as classes economicamente guarnecidas, esse problema logo encontrou solução. Não obstante, os empresários locais se uniram com a “finalida-

de de construir, incorporar, financiar e proporcionar excelentes moradias ao povo de Montes Claros e àqueles que vierem morar conosco”, sendo que para isso “foi inaugurada na cidade a Colonial Empreendimentos Imobiliários Ltda”. Dessa forma, a “Colonial surge para preencher uma das maiores lacunas da cidade, que é o setor de construções particulares para atender ao crescimento populacional de Montes Claros” (Diário de Montes Claros. Montes Claros, 01 jan. 1974). Também na década de 1970, o poder público municipal, através dos órgãos responsáveis, implantou na cidade quatro núcleos habitacionais, dos quais três deles foram destinados à classe média da cidade.

Seu Ariovaldo, Seu Adamastor e também Rosa chegaram em Montes Claros e buscaram construir seu espaço na cidade. Compraram, venderam, compraram outra vez e construíram algo melhor para si e sua família. Rosa começou sua vida em Montes Claros morando com os parentes, alguns primos que já moravam no bairro Vargem Grande, região do grande Maracanã. Da casa dos primos saiu para morar de aluguel e sozinha. A independência habitacional chegou quando no ano de 2000 comprou uma casa financiada pela Caixa Econômica Federal, no conjunto habitacional Joaquim Costa, “eu comprei essa casinha, ralando lá e comprei aqui”. Avaliando sua trajetória profissional, Rosa conclui que, ao fim e ao cabo as coisas deram certo, “foi bom”, ressalta ela. Principalmente porque conseguiu uma casa, comprou um carro e uma motocicleta. Ela conclui dizendo que tudo que conseguiu foi graças ao seu trabalho. É significativo notar que ao falar sobre tudo que conquistou Rosa simplesmente tira da empresa a força que os demais lhe deram. Assim, de certa forma, transfere para si, para o seu trabalho que foi “ralado, suado”, como ela enfatiza, a conquista de seus bens. Tudo foi “graças a meu trabalho”.

Enfim, nosso objetivo com este texto, foi adentrar nos modos de vida dos trabalhadores têxteis, no que se refere às suas trajetórias e memórias, seja dentro da fábrica ou fora dela. Em se tratando da cidade, percebemos como esta foi e é vivida e disputada pelos diversos grupos sociais que a compõem. Neste ponto, as reflexões de Déa Fenelon (1984) foram significativas, ao sugerirem um novo olhar para a cidade, no sentido de que devemos tentar percebê-la como um espaço plural que comporta diferenças e que, por isso mesmo, “representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder”. Essa percepção da cidade foi possível a partir de uma análise conjunta das fontes, em que percebi, por parte dos novos sujeitos que a compõem, antigos e novos moradores, uma busca para construir seus espaços. Isso foi possível a partir dos testemunhos, que permitiram perceber a importância das redes de sociabilidades na experiência das pessoas.

Com relação aos trabalhadores buscamos enfatizar a maneira como foram construídos alguns dos seus espaços de sociabilidades, como lidaram com a construção da casa própria, a educação dos filhos, os problemas enfrentados na execução do trabalho. Questões muito vivas na fala das pessoas que entrevistamos. Essas questões nos permitiram compreender melhor como as noções de desenvolvimento levadas a cabo pela classe dominante influem na vida das

pessoas, proporcionando ou não condições para usufruir direitos como educação, por exemplo, que está presente em todas as narrativas, como um direito a ser alcançado.

## NOTAS

- 1 Doutora com ênfase em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente na educação básica de Minas Gerais e na Universidade Aberta do Brasil (UAB). E-mail: [valeriajleite@hotmail.com](mailto:valeriajleite@hotmail.com).
- 2 Os entrevistados (as) foram identificados (as) com pseudônimos.

## ENTREVISTADOS

Adamastor: nasceu em Miralta, zona rural de Montes Claros no ano de 1966. Chegou a Montes Claros no ano de 1988. Trabalha no grupo Coteminas desde 1990. É casado e pai de três filhos. Mora no bairro Nova Morada, região do grande Santos Reis.

Ariosvaldo: [Seu Ari] nasceu na Fazenda Cabeceiras no município de Montes Claros no ano de 1944. É casado e tem três filhos. Trabalhou no grupo Coteminas de 1980 a 2008. Atualmente é aposentado. Mora no bairro Nova Morada, região do grande Santos Reis.

Rosa: nasceu em Claro dos Poções, município do Norte de Minas, no ano de 1976. Chegou a Montes Claros no ano de 1995. Trabalhou no grupo Coteminas de 1995 a 2008.

## FONTES

Casas populares serão sorteadas. Diário de Montes Claros. Montes Claros, 12 abr. 1977.

Conjunto habitacional para favelados. Diário de Montes Claros. Montes Claros, 14 ago. 1977.

Moc continuará no programa mineiro cidades de porte médio. Diário de Montes Claros. Montes Claros, 09 out. 1977.

SUDENE: A redenção do Norte de Minas. Jornal do Norte. Montes Claros, 27 out. 1989. Caderno especial.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Industrialização da área mineira da SUDENE. Um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008. 128 p.

FENELON Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. In: Revista Projeto História. São Paulo: EDUC, n.5, 1984.

FRANÇA, Iara. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte

de Minas Gerais. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas e Artes. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e Sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 143-179.

LEITE, Valéria de Jesus. Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 152 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas e Artes. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento na Área da Sudene. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. (et all)

Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13-103.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; (et all) Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d’água, 2005. p. 296-313.

\_\_\_\_\_. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. In: História e Perspectivas. Uberlândia, (25 e 26): 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. Cursos de História e Programa de Mestrado em História.

\_\_\_\_\_. História Oral e Memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. In: História e Perspectivas. Uberlândia, (25 e 26), jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. Cursos de História e Programa de Mestrado em História.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. Projeto História. São Paulo, nº14. Programa de Pós-Graduação em História, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a maldição de adão. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1987.

\_\_\_\_\_. A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1987.

\_\_\_\_\_. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 341-364, 2002.

VELOSO, Cândida Maria Santos. Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros 1960 a 1980. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

# INVENTÁRIOS E REDES SOCIAIS: A CULTURA MATERIAL EM CAJAZEIRAS, 1876-1891

Ayrle Alves de Figueiredo

Viviane Gomes de Ceballos

## RESUMO

A utilização da cultura material na pesquisa histórica tem permitido um espaço de ricas discussões para compreensão do século XIX no Brasil. O objetivo deste trabalho é pensar como a materialidade, através do uso dos inventários *post mortem*, possibilita entender como se estabeleciam redes familiares e de sociabilidade na cidade de Cajazeiras (PB) do final do século. Fonte rica em informação, os inventários nos auxiliam a conhecer o passado e suas personagens a partir do arrolamento e avaliação dos bens materiais de um sujeito no contexto de morte, tais como: casas, escravos, um relógio pequeno de ouro, copos, talheres, máquinas, e muitos outros bens que nos possibilitam enxergar a vida material e o cotidiano, além de evidenciar as tramas sociais e o jogo político que contribuem para compreender o contexto do período estudado. Baseando-nos nas reflexões sobre a cidade, o uso dos inventários e a análise do patrimônio, dialogamos com Lucrécia Ferrara (1988), Adriano Teixeira (2012) e Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007). O texto aqui desenvolvido procura demonstrar a experiência de conhecer a cidade a partir de um olhar sobre os espaços particulares dos sujeitos e de seus cabedais.

**Palavras-chave:** Cidade; Cultura Material; Inventário.

## MATERIALIDADE E CONEXÕES SOCIAIS

Considerar a cultura material para produção histórica é um passo relativamente novo, visto que por muitos anos houve um desinteresse pelo campo. O diálogo com a arqueologia possibilitou ganhos, já que pensar os objetos extrapola a dimensão física dos mesmos propiciando a análise dos seus diversos significados, da dimensão pessoal do artefato em que a presença do sujeito na cultura material é visível a partir das relações sociais. (MENEZES, 1998). Tendo isto como foco, a proposta do nosso trabalho é pensar as relações sociais, as tramas e o jogo político que a cultura material nos permite conhecer através dos processos de inventários *post mortem*, fonte primária de nossa pesquisa para pensar o século XIX em Cajazeiras, Paraíba.

A história é apenas um dos inúmeros olhares possíveis e dedicados ao espaço urbano e ao estudo das cidades. Este espaço se apresenta para nós como um texto, como lugar saturado de signos, nos deixando o desafio de “ler a cidade” para assim transformá-la em linguagem,

como propõe D’Aléssio Ferrara (1988). Por nossas análises e leituras atribuímos significado aos signos mudos do texto não verbal – a cidade, que para além da condição física, é uma produção significativa, feita inclusive pelas transformações e tensões que nela se apresentam. (FERRARA, 1988, p.13).

A história de Cajazeiras é marcada pela ligação política, social, econômica e religiosa (ROLIM, 2016), contada muitas vezes pelos filhos da cidade que retratam a memória do lugar e seus costumes com as glórias do passado. Localizada no extremo ocidental do estado da Paraíba, distante 485 km da capital, a cidade é notável pela contribuição na educação desde a fundação do Colégio Padre Rolim no século XIX, carregando até os dias atuais o título da cidade que ensinou a Paraíba a ler, e sendo polo educacional para sertanejos paraibanos e cearenses, e ainda uma importante área comercial para a região do Alto Piranhas. Foi emancipada politicamente em 1876, ano inicial da documentação trabalhada.

Nossa intenção para o trabalho foi ler e apreender os significados da cidade através dos inventários *post mortem* registrados no Cartório da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior de Cajazeiras, na Paraíba, sendo este fruto do projeto “Cidade(s) Inventariada(s): Cultura Material e Redes Familiares em Cajazeiras, PB (1876-1900)”<sup>1</sup>. Conhecer o espaço através desta documentação perpassa não só perceber e apreender a sua materialidade, mas também os aspectos sociais que estão entrelaçados a ela e que vão para além do valor econômico, mas incorporam um valor simbólico. Tais fontes permitem o acesso às redes sociais, políticas e familiares que constituíram-se na recém emancipada cidade na passagem do século XIX para o XX, na medida em que se definiam os participantes do processo de inventário, herdeiros e funcionários públicos envolvidos como juízes, escrivães, procuradores, entre outros.

As Ordenações Filipinas legislavam os processos de inventário e as formalidades da sociedade brasileira como um todo, destacamos aqui o Livro IV que tratava do Direito Civil e regia a produção desse documento, assim como dos testamentos. Essa organização foi vigente até a promulgação do Código Civil Brasileiro no ano de 1916 que passa a legislar a produção dos mesmos. Os inventários constituem-se pelo arrolamento e avaliação dos bens materiais de um sujeito no contexto de morte, sendo preciso ter um patrimônio considerável para abertura do processo, visto que o mesmo contava com custas e despesas. Por esse motivo o trabalho com essa fonte limita-se à análise de um pequeno grupo social, apesar disso, segundo Muirakytan Macêdo (2007, p. 85) “[...] é possível tangenciar os despossuídos, pobres e escravos, visto que são citados ou como bens (escravos), ou como credores e devedores dos inventariados (escravos e trabalhadores livres)”, o que pode ser visto na documentação analisada quando se trata das dívidas ativas e passivas.

A prática de inventariar além de ser um ato jurídico tornava público os bens possuídos pelo falecido, bem como os destinos dados para cada um a partir da partilha, caso houvesse testamento obedecendo aos seus desejos, caso não, a partilha era feita a partir da justa divisão, reservando-se a metade dos bens para a mulher, caso tenha o marido falecido e permitindo que

a mesma assuma como cabeça de casal<sup>2</sup>, enquanto a outra metade é dividida entre os filhos herdeiros. Na ausência de herdeiros descendentes, os bens do falecido passam ao seu ascendente em grau mais próximo<sup>3</sup>, como é o caso de Francisco Beserra, que solteiro e sem filhos, deixa a mãe Dona Anna Beserra de Sousa como “universal herdeira de seus bens pela lei da sucessão [sic.]”<sup>4</sup>, a mesma reserva para si a terça parte da herança, um montante de 63:932\$668, repartindo as demais partes entre os irmãos e sobrinhos do falecido, cada um ficando com 9:835\$795.

Tratar das possibilidades de uso do inventário como fonte histórica permite através do diálogo com Adriano Teixeira (2012) ver que essa não é uma prática recente, contudo são os novos questionamentos que fazemos às fontes que permitem conhecer outros aspectos ao passo que adentramos os meandros das casas, assim, como se tivéssemos uma “câmera indiscreta”. (MAGALHÃES, 1989). Desta forma, a pesquisa sobre o patrimônio familiar cajazeirense nos permite perceber mais que a cultura material, o valor simbólico da posse, mais que o valor monetário dos bens, o que garante aos sujeitos um lugar social distinto.

À medida que avançamos na leitura da documentação, a coleta de informações privilegiou discutir algumas das variáveis presentes nela<sup>5</sup>. Visando compreender as redes sociais presentes naquele momento, cruzar dados entre os inventários foi essencial, especialmente nos casos de dívida ativa e passiva. Sobre a declaração destas, geralmente apresentadas imediatamente antes da partilha, Macêdo (2017) apresenta que

o não esquecimento desses episódios era uma demonstração de retidão moral que ia além do simples fato jurídico, visto que a lembrança reparadora influenciava diretamente na salvação ou danação da alma do testador. Os eventos contábeis poderiam ser acertados pelos que ficavam no plano terreno, já a alma desencarnada deveria esperar pela insondável decisão *sine die* do Juízo Final. (MACÊDO, 2017, p. 19).

Verificam-se dentre os 30 documentos analisados a presença de dívidas passivas em 13 deles, enquanto apenas o inventário de Dona Anna Rosa do Espírito Santo<sup>6</sup> e o de Francisco Beserra de Sousa continha dívidas ativas, que somadas apresentam a expressiva quantia de 96:168\$985, o que representa 32% do seu cabedal.

**Tabela 1.** Constituição do cabedal de Francisco Beserra de Sousa (1884) <sup>7</sup>

	Quantidade de bens	Porcentagem (%)
Semoventes (escravos e animais)	656	16
Raiz	122	3
Equipamentos e instrumentos profissionais	863	21

Mercadoria	578	14
Pertences e utensílios domésticos	113	3
Dívidas ativas	1354	32
Outros	454	11

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1884. Elaboração da autora (2020).

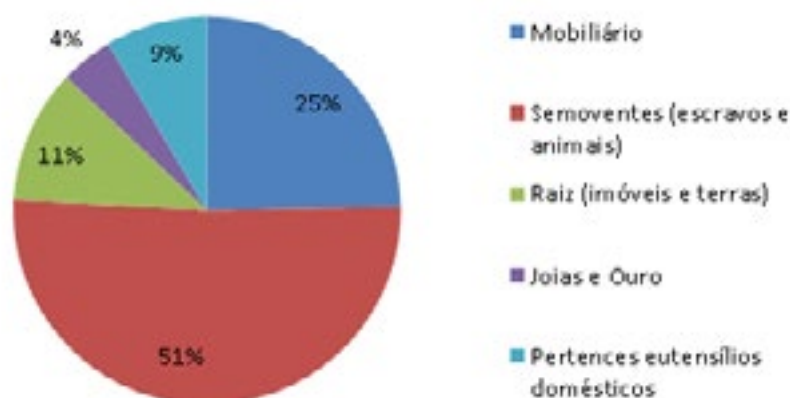
Podemos considerar o caso do inventário de Francisco Beserra como único em quantidade de bens e detalhamento no arrolamento, enquanto alguns dos processos apresentam informações reduzidas, o processo contém 450 páginas minuciosas. O monte mor chega a soma de 193:798\$005, uma fortuna impactante na pesquisa, principalmente ao considerar que o mesmo morre aos 42 anos e solteiro<sup>8</sup>, o segundo maior montante observado é quase vinte vezes inferior, pertencendo a Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (9:911\$630)<sup>9</sup>. Segundo Deusdedit Leitão (2005), Francisco Beserra de Sousa foi um homem público e de muitas posses, como nos diz em seu livro *Ruas de Cajazeiras*:

Alcançou destacada posição em sua cidade como comerciante e político. Foi, em seu município, um dos fundadores do Partido Liberal que representou como vereador. [...]. Foi um dos maiores proprietários do sertão paraibano. (LEITÃO, 2005, p. 28).

No inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus encontramos “provenientes de fazendas delle comprada e dinheiro de empréstimo” uma dívida no valor de 120\$000<sup>10</sup>. A natureza das demais dívidas ativas de Francisco Beserra não é detalhada em seu inventário, apesar disso o volume de mercadoria (12:935\$950), em sua maioria fazendas<sup>11</sup>, bem como a presença de quatro propriedades na Rua do Comércio da cidade, infere a característica principal de sua atividade comercial, que apresenta itens importados como é o caso das peças de cambraia e casimira<sup>12</sup>. Por outro lado, no inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, na descrição da dívida ao mesmo consta uma variedade de itens comprados como pratos, lenços e vinhos<sup>13</sup>. Outro comerciante que aparece de forma recorrente como credor é o Coronel Vital de Sousa Rolim<sup>14</sup>, também em sua maioria proveniente de fazendas.



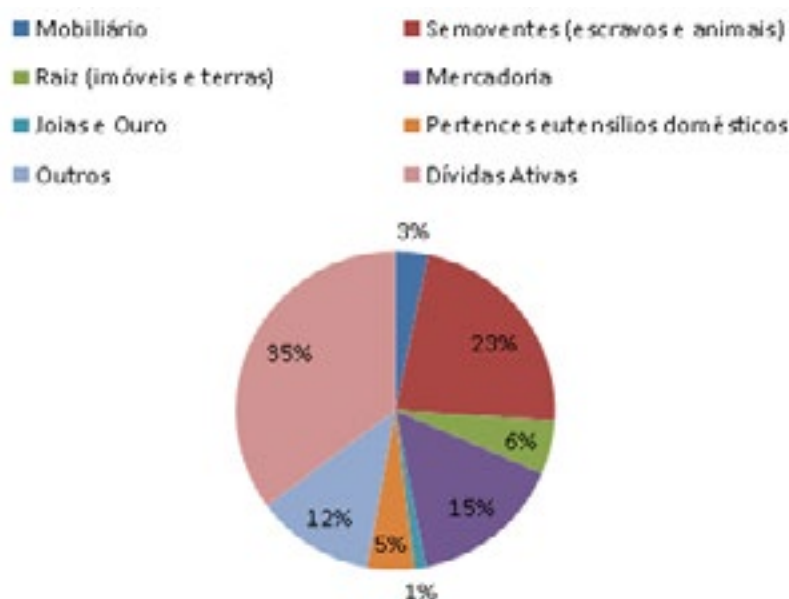
**Figura 1** Porcentagem de bens arrolados em Cajazeiras no ano de 1876



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1876. Elaboração da autora (2020).

No gráfico acima podemos ver a porcentagem dos bens que aparecem no ano imediatamente antes da seca do período de 1877 a 1879. Vale chamar atenção para como alguns bens assumem dimensões diferentes antes e depois desse momento. Observa-se que a tríade gado-escravos-terras era significativa para o cabedal dos proprietários da cidade, assim como analisado por Muirakytan Macêdo (2007), na Ribeira do Seridó. Neste momento em Cajazeiras os bens móveis também ocupam uma posição de prestígio, índice que se apresenta drasticamente reduzido no período pós-seca que provoca mudanças vistas abaixo, bem como aos pertences e utensílios domésticos, joias e ouro. Com relação a esses últimos, só foram descritos em inventários de mulheres, chamando atenção para a posse de anéis e itens religiosos como crucifixos.

**Figura 2** Porcentagem de bens arrolados em Cajazeiras entre 1800 e 1891



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1880-1891. Elaboração da autora (2020).

Os inventários mostram que nos anos que se seguiram após a seca a posse de semoventes caiu para metade. Nesse período houve investimento em outras áreas econômicas, o que provoca um aumento do comércio de acordo com o número de mercadorias existentes e com as dívidas ativas passando a integrar o quadro. Aqui não consideramos o valor monetário das dívidas, mas a natureza delas, que configuram relações entre credores e devedores na cidade. Cláudia Martinez em diálogo com a economista Zélia Cardoso de Mello afirma que “[...] as dívidas relacionavam-se diretamente ao sistema creditício e financeiro da sociedade oitocentista. A ausência e/ou a ineficiência das instituições bancárias transformava alguns indivíduos em emprestadores particulares, possibilitando a circulação de dinheiro.” (MELLO, 1985, p. 92 *apud* MARTINEZ, 2004, p.9).

A passagem do século XIX para o século XX marca um momento de melhorias na cidade com o desenvolvimento econômico, este possibilitado em grande parte pela produção algodoeira e o crescimento urbano, que segundo Eliana Rolim (2010), unido ao avanço do consumo e do crescimento industrial gera acúmulo capital suficiente para investimento em bens patrimoniais como as edificações. (ROLIM, 2010, p. 45). Os dados obtidos para as casas inventariadas apontam uma crescente no investimento na área urbana, apesar dos números se manterem basicamente estáveis entre 1879 e 1882, enquanto nos anos após 1884 não foram registrados outros imóveis, como se observa na tabela abaixo. As casas que aparecem registradas em outra província pertencem ao espólio de Francisco Beserra de Sousa, o que demonstra que as relações estabelecidas passavam pelas fronteiras da cidade não só se tratando de mercadoria, mas estabelecendo contratos de compra e venda na província do Ceará, mais especificamente nos termos de Missão Velha, Brejo dos Santos e Milagres, importantes cidades do cariri cearense.

**Tabela 2** - Número de casas inventariadas (1876-1884) <sup>15</sup>

Ano	Área urbana	Área rural	Não informado	Outra província
1876	7	5	2	
1879	1			
1880	1	4	1	
1881	1		1	
1882		2		
1883	7	4		
1884	70			5
Total	95	15	4	5

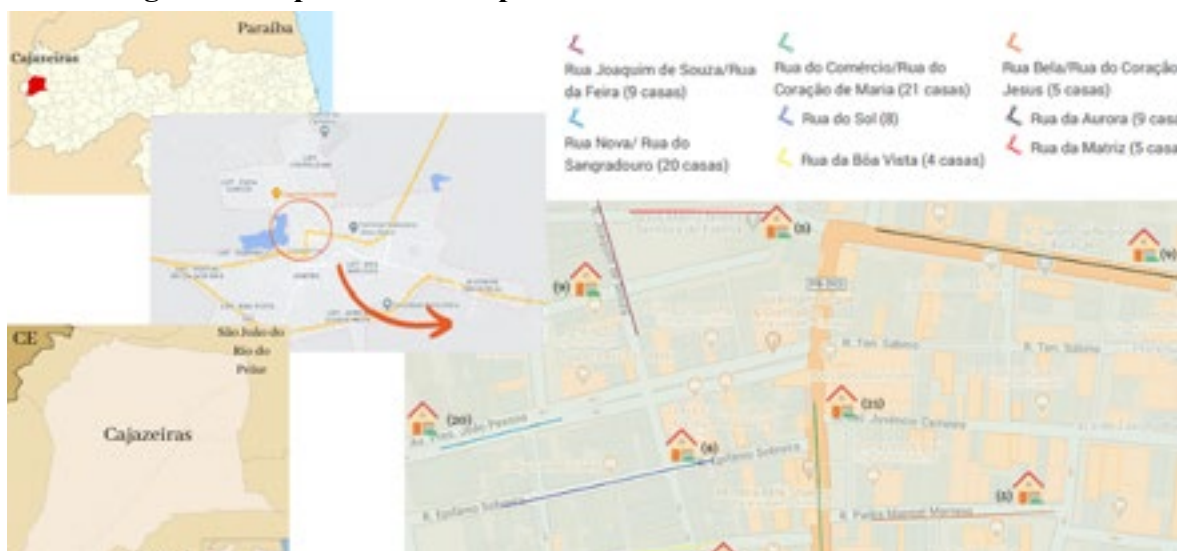
Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1876-1884. Elaboração da autora (2020).

A maior parte das casas tinha a taipa como sistema construtivo, mas percebe-se uma alteração nos modelos. De acordo com Tadeu Pereira da Silva que realiza trabalho sobre a

constituição das casas na região, “o uso da taipa como material de construção das moradias [...] não implica dizer que seus donos fizessem parte do extrato pobre da população.” (2017, p. 38), contudo ao longo dos anos observamos que os valores tendem a serem maiores com a mudança da técnica construtiva, que parece caracterizar um símbolo de status no momento. Em 1876 Salvador de Luna Ramalho tem em seu inventário uma “caza tendo a frente, um oitão e o muro de tijollo, calçada de pedra, e o mais de taipa com uma cozinha atrás, coberta de telhas, tem duas portas na frente, a sala de seante ladriada” na Rua da Matriz avaliada em 200\$000, no mesmo ano é descrita no inventário de Manoel Gonsalves da Silveira “casa de vivenda, de taipa coberta de telha, tendo a primeira sala ladriada, tendo uma porta e uma janela em frente” no valor de 30\$000 localizada no sítio Várzea da Caiçara, o que demonstra uma diferença entre as zonas urbana e rural.

Apesar de variar entre os valores de 50\$000 a 300\$000, algumas casas chegam a ser avaliadas na soma de 1:000\$000 ou acima disso, como no inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo (Rua da Aurora) e de Francisco Beserra de Sousa (Rua da Aurora, Rua do Sol, Rua da Bôa Vista e Rua Formosa). Existe ainda nos bens deste último uma casa de tijolo “com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janellas e na outra duas portas e cinco janellas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro” contendo mobília na Rua da Aurora no valor de 2:700\$000, sendo o imóvel mais valorizado entre os documentos lidos e comprova que a presença de alguns componentes podia agregar valor à casa sendo os mesmos enfatizados nas descrições (MACÊDO, 2007, p. 149), neste caso a quantidade de portas e janelas além da mobília e localização fazem com que esse imóvel atinge um preço maior que os demais.

**Figura 3 Mapa localizando parte das casas inventariadas entre 1876 e 1884**



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1876-1884. Elaboração da autora (2020).

A pesquisa nos levou a conhecer apenas parte de Cajazeiras. Explorar os inventários e toda documentação secundária que possa surgir nas páginas dos processos podem nos mostrar ainda mais dos signos e significados produzidos na cidade. Os desdobramentos possíveis ao trabalho de inventariar bens nas cidades permitem analisar variáveis individuais como as dívidas, a posse de bens de raiz, os imóveis, ou ainda as transformações na cidade, as partilhas como estratégia do bem viver, a estrutura doméstica, a atuação da mulher como possuidoras de bens. Ou seja, mostram-se inesgotáveis, mesmo com os desafios que se impõem à sua leitura, pois a condição do material por vezes determina um limite da mesma, mostrando que esse acervo exige uma série de cuidados devido à ação do tempo e das intempéries.

## NOTAS

- 1 O projeto teve vigência entre os anos 2018-2020 junto à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, e participei dele como voluntária. Atualmente essa pesquisa terá continuidade junto ao programa PIBIC/CNPq.
- 2 Ordenações Filipinas Livro 4 Tit. 95.
- 3 Ordenações Filipinas Livro 4 Tit. 96.
- 4 Inventário de Francisco Beserra de Sousa, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884.
- 5 Na Ficha de Exploração do Inventário (TEIXEIRA, 2012) organizamos os bens em grupos como mobiliário, bens e utensílios domésticos, joias, equipamentos profissionais, bens de raiz e semoventes, entre outros. Visualizar esses aspectos potencializa as análises possíveis para o estudo. O uso da ficha foi autorizado pelo autor.
- 6 Inventário de Dona Anna Rosa do Espírito Santo, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.
- 7 Para elaboração da tabela consideramos nas mercadorias peças com unidades de medida em metros, cortes e jardas como item único.
- 8 Em documentação trabalhada para continuidade desta pesquisa, encontramos informações sobre a família de Francisco Beserra, tendo esta origem pobre viviam de favor nas terras do tenente Joaquim de Sousa Rolim e depois do capitão Serafim Gomes de Albuquerque até que o mesmo obteve sucesso no comércio desta cidade. - Auto de Petição, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1894.
- 9 Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1883.
- 10 Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.
- 11 Tecido ou pano de lã de que se fazem peças de vestuário. (COSTA, 2004, p. 146).
- 12 Idem. p. 142.
- 13 Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.
- 14 Em 1876 Inventários de Salvador de Luna Ramalho (286\$220), Vitalina Maria de Jesus (65\$220), Raimundo Joze de Freitas (27\$000), Anna Maria Bizerra (158\$000), em 1878, Maria Francisca da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses (20\$000), em 1880, Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus (181\$700), em 1882, Maria do Rosario Leite (65\$680).
- 15 Para elaboração da tabela não foram consideradas as casas tidas como benfeitorias.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Manuela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO** Porto, 2004 I Série vol. III, pp. 137-161. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>> . Acesso em: 19/09/2020.
- FERRARA, Lucrecia D. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **Ruas de Cajazeiras**. Gráfica Ideal - Cajazeiras-PB, 2005.
- MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.
- \_\_\_\_\_. Tratos e caminhos da capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. **Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará**. Fortaleza, Vol. VIII, Nº 16 – julho - dezembro, 2017. pp. 17-32. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3442/2907>> . Acesso em: 19/09/2020.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. Inventários e Sequestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**, 9, 1989.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1340/1304>>. Acesso em: 20/09/2020.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos**. v. 11, n. 21. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>>. Acesso em: 22/09/2020.
- ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6038/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21/09/2020.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero**. – Olinda: Livro Rápido, 2016.
- SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradas rurais na Cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia (UFCCG-CFP). Cajazeiras, 2017.
- TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.

# LÁ NA VOLTA DE ZÉ LEAL: O TRIUNFO DA MEMÓRIA COLETIVA EM DETRIMENTO DA MEMÓRIA DOMINANTE

Glauber Paiva da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

A nomeação de lugares de forma oficial por parte do Poder Público não pode ser observada como um processo neutro, pois, na verdade, é por meio dele que compreenderemos o que buscou-se ser rememorado. Ao mesmo passo que nomes de pessoas tem o prestígio de batizar ruas e praças, outros grupos ou até mesmo alcunhas que já estão presentes na memória coletiva da sociedade são relegados ao esquecimento. Mas, e quando a memória coletiva se sobrepõe a memória dominante? É pensando nesta premissa que o presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise acerca do triunfo da memória coletiva em detrimento da institucionalização do Poder Público especificamente em uma rua. Nos referimos a um trecho da rua Sargento Hermes de Ferreira Ramos que grande parte da população da cidade de Campina Grande conhece como a “Volta de Zé Leal”. Assim, tentaremos descobrir quem foi Zé Leal, quais as justificativas para o triunfo de tal alcunha e como os populares que moram no lugar observam tal nomenclatura. Para a realização da nossa empreitada dialogaremos com autores que trataram transversalmente do nosso objeto, como são os casos de Sousa (2006) e Nascimento (2011). Também buscaremos aporte em fontes jornalísticas, blogs e entrevistas que dialoguem com nossa temática e que contribuam com a construção de nossa pesquisa. Acreditamos que fazer uma reflexão acerca de uma rua é compreender que esta é um palco das vivências de uma cidade em diferentes períodos históricos, por isso a discussão acerca da memória nesses locais se tornam tão importantes.

**Palavras-chave:** Volta de Zé Leal; Memória; Rua.

## INTRODUÇÃO

O ser humano desde o princípio da humanidade nomeou todo e qualquer ser, sendo eles de caráter material ou imaterial. Tais processos de nomeação ocorrem na sociedade perpassando desde a definição dos próprios nomes das crianças que nasciam, até lugares, animais, plantas e tudo projetado por mãos humanas. Um dos métodos mais comuns para a consagração dos nomes seria a de fazê-lo por meio das características elencadas do que se quer nomear. Conquanto, quando pensamos no estado da Paraíba e o batismo do seu nome, percebemos que a palavra Paraíba vem do dialeto indígena e quer dizer “rio ruim”, ou seja, o local teria um rio

ruim para a navegação. Portanto, o uso das características do alvo que será batizado pode gerar desde nomes que se dispensam pela sociedade se tornando extremamente populares, até mesmo apelidos que serão um desgosto para quem os recebe.

O nome, por conseguinte, transporta um ser ou algo irreal para um lugar de presença, sobretudo de identidade, pois, antes de ter um nome ele não existe e, conseqüentemente, deixará de existir, já que não estará presente na memória. Assim, compreendemos a força que a alcunha tem na sociedade, afinal, tudo efetivamente encontrado na terra tem um nome.

Ter seu nome consagrado na memória histórica é algo importante para quem pretende ser lembrado mesmo quando seu ser físico não existir mais, e é justamente por tal motivo que houve a criação de meios para que tais nomes, para além dos livros de história, permaneçam vivos na sociedade. São por esses motivos que encontramos tantos Projetos de Leis nas câmaras de vereadores dispondo de nomes para batizar ruas, praças e monumentos criados nas cidades. As nomeações desses locais não são feitas com neutralidade, visto a necessidade de perpetuação de nomes na memória oficial da cidade, e a busca pelo esquecimento de tantos outros. Isso ocorre em demasia em ruas, visto o papel que elas têm para a sociedade.

Dinâmicas e necessárias, as ruas são sinônimas da urbanidade, territórios complexos de subjetividade onde sujeitos buscam incessantemente seus interesses, sendo assim, territórios em que as sociabilidades, os grupos sociais, as memórias coletivas e as histórias da cidade se encontram constantemente. Destarte, a memória dominante articularia meios para perpetuar nomes em meio a sociedade e esquecer definitivamente alcunhas consagradas por moradores que perpassam a memória coletiva de grupos diferentes, haja vista que: “Os populares nomeiam o espaço e o Poder Público interfere de modo a estabelecer suas diretrizes, deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que se almeja esconder ou renegar ao esquecimento” (FRANÇA, 2015, p.303)

Entretanto, poderia ocorrer o contrário? A memória coletiva poderia se sobrepujar a memória dominante e triunfar na alcunha de determinado logradouro? É a partir dessas questões levantadas que teceremos nossa discussão, tentando verificar se tal premissa poderia ser legitimada na sociedade. Para isso, nos transportaremos para a cidade de Campina Grande-PB, mais precisamente para a rua Sargento Hermes de Ferreira Ramos, popularmente conhecida no bairro da Bela Vista como “A volta de Zé Leal”.

Todavia, antes de adentrar em tal reflexão, compreendemos que seja necessário definir alguns conceitos para melhor compreensão dos nossos leitores. Desse modo, dois autores célebres serão essenciais para nossa empreitada. O primeiro é Maurice Halbwachs (1990) que compreende que a memória é realizada socialmente pelos sujeitos, sendo construída por meio de seu pertencimento para com um grupo, portanto, uma memória individual se construiria pela sua experiência inserida em grupos sociais, logo, toda memória individual também seria uma memória coletiva. Assim, os grupos sociais, localizariam e articulariam as lembranças em qua-

dros sociais, compartilhando um acervo de lembranças que seriam o conteúdo dessa memória coletiva. O segundo autor, é Michael Pollak (1989) que trata das memórias oficiais, que estamos chamando em nosso artigo de memória dominante. Para o autor, as memórias oficiais seria um contraponto as memórias subterrâneas, já que não privilegiaria os excluídos, os marginalizados ou as minorias, mas aos dominantes. Não cabe aqui fazer uma oposição entre um Estado dominador e uma sociedade civil, mas, demonstrar que essa memória oficial forja uma memória por meio dos seus dominantes e constrói o silenciamento de outros grupos.

Além do diálogo entre esses conceitos, também evocaremos algumas fontes que contribuíram para a construção desse trabalho. Assim, nos utilizaremos de algumas pesquisas que tratam transversalmente das nossas discussões, como também manusearemos de fontes orais e jornalísticas para construção de nosso artigo.

## **A EXPANSÃO DA CIDADE: NOVOS BAIRROS, NOVAS RUAS**

A primeira metade do século XX em Campina Grande, trouxe consigo o crescimento econômico da cidade e, conseqüentemente, o aumento populacional, proporcionando expansão dos limites da cidade com a criação de novas “artérias” e novos bairros. O algodão se torna a principal atividade econômica da cidade, sendo motivo para seu desenvolvimento, pois atraía comércio, fábricas, e aventureiros buscando renda e melhor qualidade de vida. Assim, além do algodão, o crescimento urbanístico de Campina Grande ocorre por alguns motivos preponderantes, dentre alguns podemos mencionar: a criação do Açude de Bodocongó em 1915 que tinha como meta aumentar a disponibilidade de água para o município, sobretudo para regiões mais periféricas de Campina Grande, visto que os açudes Novo e Velho não suportavam a necessidade da população, assim contribuindo para aumento populacional do local e criação do bairro de Bodocongó; a instalação de fábricas e indústrias entre as décadas de 1920 e 1940, como a Fábrica Têxtil, a Ipelsa, e a Premol, que proporcionaram a criação de vilas operárias ou curtumes nas regiões adjacentes as empresas; e, por fim, mas talvez um dos motivos mais importantes, temos a reforma urbanística e higienista realizada pelo prefeito Vergniaud Wanderley durante as décadas de 1930 e 1940, que se utilizando da premissa da modernidade utilizou de forma autoridade o poder para destruir casas de taipas e cortiços do centro da cidade com o argumento de embelezar a urbe: “Por essa ocasião, a população pertencente à camada mais pobre da população que residia na área central foi deslocada para bairros periféricos, deixando o centro livre para atividades de comércio, serviços e lazer” (LIMA, 2015 p.39).

Todos estes fatores foram preponderantes para a expansão de novos bairros e ruas da cidade, e com a abertura de novas rodovias, com o início de obras de saneamento e de abastecimento de água, os loteamentos ou ocupações progressivamente aconteceram resultando em subúrbios que posteriormente se tornariam bairros populares composta de uma população proletária, tais como o Monte Santo, a Bela Vista, Bodocongó, Liberdade, Jeremias e José Pinheiro.



Uma dessas rodovias de extrema importância para a região mais afastada do centro da cidade era a Rua do Sertão, que também era conhecida como Rua da Rodagem e que adquiriu o nome de Arrojado Lisboa. Tal rua tinha sua origem nas imediações da rua João Pessoa (anteriormente Rua das Areias) próximo à praça Félix Araújo e seguia perpassando as margens do bairro da Bela Vista até um declive que segue para o bairro de Bodocongó. O papel desse trajeto era crucial pois possibilitava a saída da cidade de Campina Grande para o sertão paraibano, como também ligava o centro da cidade à alguns dos principais subúrbios das décadas de 1930 e 1940, como a Bela Vista, o Monte Santo e Bodocongó. Atualmente, o trajeto foi renomeado em determinada parte. O seu início saindo da praça Félix Araújo nas adjacências da Rua João Pessoa permanece com o nome “Arrojado Lisboa”, mas ao desembocar nas margens do bairro da Bela Vista, adquiri o nome de “Sargento Hermes de Ferreira Ramos”<sup>2</sup> seguindo até fazer a curvatura que toca na Avenida Dom Pedro II. É justamente o segundo trecho que iremos nos deter a partir de agora, pois é nela que vive a “Volta de Zé Leal”.

## O HOMEM, O TERRITÓRIO E SUAS SOCIABILIDADES

Severino “Serrotão”, lá de Campina Grande  
Frequentava toda dança em Bodocongó  
Na volta de Zé Leal era bem respeitado  
E lá na rua do Arrojado ele estava só<sup>3</sup>

Em a *Lei da Compensação*, música do cantor paraibano Jackson do Pandeiro, temos a apresentação de um tal “Severino Serrotão” que frequentava locais no bairro do Bodocongó em que provavelmente se dava a vida noturna com a possibilidade de se beber e dançar por toda noite. O trecho da música também revela que “Serrotão” era o mandachuva da rua Arrojado Lisboa e que na volta de Zé Leal ele era muito bem respeitado. Duas observações são necessárias de salientar neste pequeno trecho de canção. A primeira é que os locais de sociabilidade e a vida noturna, antes tão costumeiros no centro de Campina Grande, começaram a se espalhar pelas periferias da cidade a partir do momento que essas ocupações se transportaram para locais mais afastados, isso pode ser observado no trecho em que se revela sobre as “danças em Bodocongó”. O segundo detalhe, e talvez o mais importante, é a divisão existente entre a “rua do Arrojado” e a “Volta de Zé Leal”, que demonstra que em determinado trecho a tão importante “artéria” Arrojado Lisboa adquiriria o nome de um cidadão conhecido como Zé Leal. Mas, qual seria esse trecho? Quem seria Zé Leal? E quais os motivos que contribuíram para que sua memória sobrepujasse a nomenclatura da rua legitimada pela memória dominante?

Tentando solucionar esses problemas elencados, se faz necessário tentar delimitar o espaço que pode ser caracterizado como “A volta de Zé Leal”, visto que não existe, de fato e de

direito, demarcações de onde iniciaria e onde terminaria tal território. Entretanto, tal imagem pode nos dar o ponta pé inicial para tal limitação:

### IMAGEM 01



Fonte: Google Maps

A imagem 01 especifica os domínios de cada nomenclatura. Dessa maneira, conseguimos localizar “a Volta de Zé Leal” que oficialmente não existe, mas que a memória coletiva legítima como território. A demarcação que propusemos também não pode ser informado como “oficial”, já que, de fato, a “Volta” seria justamente a curvatura que a rua Sargento Hermes de Ferreira Ramos faz até a Avenida Barão Rio Branco. Entretanto, moradores dos bairros adjacentes não delimitam em seus discursos uma “rota” oficial, pois para alguns a sua demarcação iria até o início da rua Dom Pedro II (como demonstramos), para outros até a Avenida Barão Rio Branco, e ainda tem outros que consideram que a “Volta de Zé Leal” se estende por muitos outros metros da rua Sargento Hermes de Ferreira Ramos, aglutinando bem mais que a curvatura. Lembramos que fazer tal rota era obrigatório para quem iria para o sertão paraibano, já que a rua Silva Barbosa que atualmente segue tal caminho, ainda não existia.

Dito isso, podemos agora tentar compreender quem foi a figura que nomeou tal curvatura. Este é um trabalho complexo, pois existem poucos registros acerca do senhor José Leal. Deste modo, partimos de duas fontes para descobrirmos um pouco mais sobre ele. De acordo com o Blog Retalhos Históricos de Campina Grande (2013), José Batista Leal era proprietário de uma bodega com grande salão ao final da Avenida Barão Rio Branco, vendendo cereais secos e molhados, sendo também um bar no cenário noturno durante a década de 1930. Também é dito que o senhor José Batista Leal era adepto e admirador das artes da cantoria, aglomerando durante os finais de semanas grande parte dos moradores para apreciar as batalhas dos cantadores. Alguns dos cantadores que lá teriam passado foram: Manoel Raimundo de Barros, Josué da Cruz, Canhotinho, Zé Gonçalves e Estrelinha. Na década de 1940, José Batista Leal parte do bairro da Bela Vista em Campina Grande para morar Timbaúba dos Mocós no estado de Pernambuco.

Edna Vieira<sup>4</sup> de 89 anos foi uma das primeiras moradoras da Avenida Barão Rio Branco no alto da Bela Vista e conheceu o senhor José Leal e sua bodega ainda na década de 1930. De acordo com dona Edna e, seguindo os Retalhos Históricos (2013), a bodega localizava-se na esquina da rua, sendo a última ao lado esquerdo de quem desce até a “Volta de Zé Leal”:

Quando eu cheguei aqui eu tava com 4 anos, aí mãe mandava a gente comprar o pão lá em Zé Leal. Quando cheguei só tinha a bodega dele. Aí a gente descia nesses matos arroteava pra ir comprar pão. Eu tenho assim uma lembrança dele muito pouca. Ele era um rapaz novo [...] vendia pão, feijão. Tinha muita freguesia porque só tinha ele de bodega, e era muito falado.

Poucos são os registros acerca do senhor que nomeou aquela curvatura, os Retalhos Históricos de Campina Grande (2013) também ressaltam que o lugar foi batizado pelo cantador Josué da Cruz. Todavia, não acreditamos que apenas a figura do senhor José Leal, ou o batismo de Josué da Cruz, foram preponderantes para que a memória coletiva do local rejeitasse outras nomenclaturas, atestando o lugar como a “Volta de Zé Leal”. Destarte, uma rede de sociabilidades se agrupou naquele território e fez com que o batismo acontecesse e é por esse caminho que partiremos. É possível encontrar alguns trabalhos que dialogam transversalmente com o território e que nos permite perceber como a “Volta de Zé Leal” era um reduto de sociabilidades.

De acordo com o Blog Retalhos Históricos de Campina Grande (2013), muitas outras bodegas foram criadas próximas ao local, como as bodegas de seu Lau, de Eloi Leal e a bodega de Zé de Beta existente até hoje no final da rua Idelfonso Aires. Em tais locais seria possível tomar uma bela “cana de cabeça”, mas havia outros locais mais indicados para isso como o caldo de mocotó de Zé Carroceiro, o também caldo de mocotó de seu Nere e o bar de Maria de Babú. Nas adjacências também são criados vários times amadores que eram muito populares como o Sapateiro Esporte Clube, o Milionários Esporte Clube e o Vila Nova Futebol Clube – este último fazendo o clássico contra o Sapateiro que acirrava os ânimos entre os bairros da Bela Vista e do Monte Santo. Isso demonstra que além de ser reduto boêmio e cultural, também tinha caráter desportista.

Próximo a “Volta de Zé Leal” existia o terreiro de Maria de Lourdes que de acordo com Carvalho (2011) se localizava na rua Conde D’Eu no bairro do Monte Santo sendo um dos primeiros da cidade e, existindo desde a década de 1940. Nos arredores da “Volta” funcionava as difusoras “A Voz do Guarani” de propriedade de Zé de Holanda e a “Voz da Bela Vista” de propriedade de Severino Barbosa, que proporcionava para a população programações musicais, novelas e postais sonoros, além de prestar serviços de utilidade pública. Já Sousa (2006) demonstra que além de bodegas a Arrojado Lisboa na década de 1930 continha cafés, quitandas, casas de jogos e prostibulos. Os vários cabarés da região contribuía para a vida noturna tanto na Rua Dom Pedro II, quanto nas imediações da própria “Volta” ainda na Arrojado Lisboa. Sobre os cabarés Edna Vieira depõe que:

O cabaré era ali... ali na rodagem, era onde era o cabaré de Ciço Pinto. Da padaria (localizada na Rua Sargento Hermes) para cá, ali tudo era cabaré. A gente tava dormindo e ouvindo os sanfoneiros tocando, e as quengas vea da mulestia tudo solta. Era tanta quenga... aquele beco que tem (nas imediações do bairro do Monte Santo) aquela era as casas das quengas, aí desmantelaram tudinho e fizeram aquilo ali (as casas do bairro).

De acordo com Nascimento (2011) nas décadas de 1930 e 1940 os locais de prostituições se expandem para os bairros periféricos da cidade e ao citar o memorialista Antonio Calixto, reflete que a “Volta de Zé Leal” ficou conhecida como “Boca Quente” por conta do número de batidas policiais ocorridas no local ocasionado pelas constantes brigas. Sousa (2006) ao se debruçar sobre processos criminais da década de 1930 demonstra como a Arrojado Lisboa se tornou um território boêmio e problemático, já que, os bêbados passavam dias seguidos ingerindo álcool e gerando infortúnios por meio de brigas e calotes para os donos das bodegas, quitandas e cafés. Um dos casos citados iniciou na frente da bodega de José Leal, onde um grupo bebia cachaça e ao se dirigir para um baile em um cabaré na rua Xeixo Miúdo (atual Dom Pedro II), houve uma troca de murros entre dois deles e um morreu por meio de uma faca peixeira. O território que circulava tanto pobres quanto ricos em busca de bares e forrós ficou marcadamente conhecido nas crônicas policiais, pois sempre aparecia um valentão nas festas do local. Assim, os processos criminais não são a única fonte, mas elas podem revelar tanto os movimentos de sociabilidade existente no local quanto suas tensões.

É por esses vários núcleos de sociabilidades que acreditamos que apenas o batismo do cantor Josué de Castro não foi fator preponderante para a legitimação da nomenclatura da “Volta de Zé Leal”. É provável que o local tenha se tornado ponto de referência para os diversos locais de sociabilidade que se encontrava ao longo do território. Para além disso, a “Volta de Zé Leal” se configurou como um *lugar de memória* da cidade de Campina Grande. Pollak (1992), ao tratar da memória coletiva nos fornece três elementos que são primordiais para pensarmos, sendo eles os acontecimentos, os personagens e os lugares de memória. São justamente tais elementos que colocam o território da “Volta de Zé Leal” como sendo chave da memória coletiva campinense, seja pelos diversos acontecimentos ocorridos no local e que podem ser observados pelos vários processos crimes, seja pelos personagens importantes que por lá socializaram como o próprio José Batista Leal ou o Ciço Pinto, seja pela própria curvatura que traz lembranças particulares e especiais para os moradores dos bairros da Bela Vista, Monte Santo, Bodocongó e toda Campina Grande.

## **RENOMEANDO O LUGAR: A LEGITIMAÇÃO DA VOLTA DE ZÉ LEAL**

O triunfo da memória coletiva em detrimento da memória dominante no caso da “Volta de Zé Leal” pode ser observado em várias fontes diferentes. A primeira delas já foi citada quando nos amparamos na música de Jackson do Pandeiro no início do tópico anterior para demonstrar

a divisão e as sociabilidades existentes. A segunda fonte que demonstraremos seria a jornalística, onde a “Volta de Zé Leal” também se legitima e se sobrepõe a nomenclatura oficial.

Quando se referem a reforma de uma praça que fica na rua Sargento Hermes de Ferreira Ramos, os blogs jornalísticos destacam que: “A Volta de Zé Leal, entre Bela Vista e Bodocongó, também ganhou uma academia popular”<sup>5</sup>. Quando se detém a falar do São João nos bairros e as quadrilhas juninas<sup>6</sup> a “Volta de Zé Leal” novamente aparece em detrimento da nomenclatura oficial. Quando os jornais online tratam sobre a saúde itinerante<sup>7</sup> ou quando um homem é abordado<sup>8</sup> por suspeitos em um carro, a “Volta de Zé Leal” retorna a aparecer. Mais do que os jornais, os próprios cidadãos dos bairros adjacentes não conseguem vislumbrar outra nomenclatura de rua, se não a da “Volta de Zé Leal”. Dona Edna Vieira – contemporânea do senhor José Batista Leal – ao ser questionada sobre a nomenclatura da rua, relata que:

Ali eu não sei se é a Arrojado Lisboa, sei não... de primeira era Arrojado Lisboa. O povo conhece mesmo como volta de Zé Leal. Como é o nome daquela rua dali? Você num vê, todo mundo só fala volta de Zé Leal, ninguém fala pelo nome não, é volta de Zé Leal.

Buscando algum morador mais jovem e, conseqüentemente, mais distante do senhor José Batista Leal, encontramos Thayrone Pereira<sup>9</sup> de 28 anos, nascido e criado no bairro da Bela Vista e participante de vários grupos sociais do próprio bairro, como igreja evangélica e projetos sociais envolvendo esportes como times de futebol de pelada e ensino de luta. Indagado sobre conhecer as ruas da Bela Vista ele afirmou:

Conheço. A maioria conheço sim, a Avenida Rio Branco, a minha rua, a rua Dom Pedro II, (rua) Rodrigues Alves, (rua) Idelfonso Aries e a (rua) Conego Pequeno... e (rua) Montevideo.

Mas, quando tratamos especificamente da rua que engloba a “Volta de Zé Leal”, nosso depoente afirmou:

Eita, rapaz. Não, o nome da rua não. Só conheço pela Volta de Zé Leal mesmo, desde guri. A rua não lembro. Para ser mais honesto, se me disseram eu não lembro, só a Volta de Zé Leal mesmo [...] Também não sei quem foi Zé Leal. Me foi ensinado que o “nome daquela rua” que era Zé Leal. Por tradição me passaram e eu fiquei chamando de Zé Leal. Eu nunca me preocupei em saber realmente o nome da rua de fato [...] eu acredito que a maioria da galera do bairro conhece como Volta de Zé Leal e não pelo nome da rua que tá. [...] (As pessoas lembram dele) de fato pela memória, que era um cara que era referência aqui nesse bairro e por algum motivo ficou o nome dele.

Claramente, os dois depoimentos, sobretudo o segundo, nos remete novamente as discussões de Pollak (1992) quando ele trata sobre a memória “vívida por tabela”, já que mesmo não tendo vivido o período do senhor José Batista Leal, o nosso depoente se sente parte daquela memória que segundo ele é passado por tradição, mas que para Pollak (1992, p.2) seria: “aconte-

cimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rua Arrojado Lisboa adquiriu tal nomenclatura inspirada em Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1872-1932), um engenheiro civil e de minas, e também geólogo nascido no Rio de Janeiro que foi o primeiro Inspetor Geral de Obras Contra a Seca e também um grande pesquisador em sua área, portanto, sendo um nome de forçar e influencia para a memória dominante da cidade, pois além de evocar a alcunha de um letrado que cuidava dos problemas envolvendo a falta de água, tal homenagem poderia cair bem diante do instituto que contribuía no combate à seca, necessidade tão cara para os moradores da cidade de Campina Grande. Já o Sargento Hermes de Ferreira Ramos<sup>10</sup> (1924 –1968) nasceu na cidade de Remígio interior da Paraíba, sendo um policial militar que participou do Comando Geral durante o governo de Pedro Gondim. Cumprindo um mandato de prisão para prender o pistoleiro Zé Canuto no açude de Boqueirão, faleceu por meio de afogamento por consequência do naufrágio de sua canoa. Provavelmente o batismo do seu nome em uma das principais artérias de Campina Grande se deu por homenagem a uma grande figura da polícia militar paraibana que fazia parte do Comando Geral e que acabou falecendo na busca por prender um bandido.

O triunfo da memória coletiva em detrimento da memória dominante se dá quando, um senhor dono de uma bodega em 1930 na cidade de Campina Grande, consegue sobrepujar as nomenclaturas oficiais dadas pela câmara dos vereadores e permanece vivo na oralidade dos grupos que circunvizinha aquela área. Mais de 80 anos se passaram desde que a bodega do senhor José Leal fechou no bairro da Bela Vista, mas ele e toda a sociabilidade que lhe representa conserva-se na memória coletiva, no imaginário popular e nos mais diversos meios que representam a famosa “Volta de Zé Leal”.

## NOTAS

1 Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em História pela mesma instituição e Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: glauber.historia55@gmail.com

2 Não conseguimos encontrar fontes que informem qual a data precisa da mudança de parte dessa via, apenas algumas referências que indicam que ocorreu na década de 1960. Também não encontramos os motivos para essa mudança.

3 PANDEIRO, Jackson do. Lei da Compensação. Rio de Janeiro: Philips, 1962. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jackson-do-pandeiro/1853847/>. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

4 Entrevista concedida ao autor por Edna Vieira, realizada no dia 24 de agosto de 2020. (09m 19 segs.). Todas as citações encontradas neste artigo e cedidas por Edna Vieira ocorreram nesta entrevista.

5 O trecho pode ser encontrado tanto no Jornal Online A Palavra do dia 10/10/2017, quanto na Agen-

da PB do dia 16/11/2017 e no PB Agora do dia 09/10/2017. Disponíveis respectivamente em: <http://www.apalavraonline.com.br/noticias/12/romero-entrega-na-noite-desta-terca-praca-no-sandra-cavalcante.html>; <https://agendapb.com.br/prefeitura-ja-construiu-e-revitalizou-30-pracas-e-mais-seis-serao-entregues-ate-o-final-de-dezembro>; <https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/romero-alcanca-marca-de-40-logradouros-construidos-ou-revitalizados-em-cg/>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

6 Matéria do Click PB com título “Capilé, Calibre 12 e Collo de Menina se apresentam hoje em CG”. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/capile-calibre-12-e-collo-de-menina-se-apresentam-hoje-em-cg-35658.html>. Acesso em 24 de novembro de 2020.

7 Matéria do PB Agora com título “Moradores da Bela Vista serão beneficiados pelo Saúde Itinerante neste sábado em Campina”. Disponível em: <https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/moradores-da-bela-vista-serao-beneficiadas-pelo-saude-itinerante-neste-sabado-em-campina/>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

8 Matéria do G1 Paraíba com título “Mototaxista Clandestino é morto a tiros em Campina Grande”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/08/mototaxista-clandestino-e-morto-tiros-em-campina-grande.html>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

9 Entrevista concedida ao autor por Thayrone Pereira, realizada no dia 01 de outubro de 2020. (07m 38 segs.). Todas as citações encontradas neste artigo e cedidas por Thayrone Pereira ocorreram nesta entrevista.

10 Não foi possível encontrar fontes que tratem diretamente sobre o Sargento Hermes de Ferreira Ramos. A biografia que deliberamos em nosso artigo é de uma menção encontrada que possivelmente se refere a ele, e que pode ser observada no Memorial Urbano de Campina Grande, onde encontrasse a biografia do Sargento Hermes Pereira. Possivelmente por serem nomes correlatos na grafia, redigiram no Memorial Urbano de Campina Grande o sobrenome Pereira ao invés do Ferreira, ocasionando tal incerteza.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Amanda Peixoto de. **As reinvenções das religiões Afro-brasileiras em Campina Grande-PB (1920-1980)**. Universidade Federal de Campina Grande. Dissertação de mestrado em história. Campina Grande, 2011.

FRANÇA, João Paulo. A “**Rua do esquecimento**”: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB. Revista Espacialidades. V.8, n.1, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora Vertice. São Paulo, 1990.

LIMA, Jéssica Camêlo. **Do Mercado Velho à Nova Feira: A Reestruturação da Feira do Bairro da Prata, Campina Grande-PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **Mandchúria: o bairro chinês de Campina Grande**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **A Volta de Zé Leal**. Campina Grande, 10 de abril de 2013. Disponível em: < <http://cgretalhos.blogspot.com/2013/04/a-volta-de-ze-leal.html#.X71cQ2hKhPb>>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Território de Confrontos**. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

# PERMUTA E INCORPORAÇÕES DE TERRAS PERIURBANAS COMO PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO DA TERRA RURAL NAS CIDADES DE PATOS E CAJAZEIRAS, SERTÃO DA PARAÍBA

Luciana Medeiros de Araújo

## PALAVRAS INICIAIS

No sentido mais amplo, a incorporação de novas terras rurais para a expansão territorial das cidades é uma prática antiga, como mostra-nos Mumford (1961) ao descrever a ocupação e uso dos arredores de cidades, por ocasião do crescimento populacional e da modernização técnica, de alguns grandes centros urbanos, a exemplo dos transportes e da implantação de sistemas viários, em diferentes contextos históricos. Assim, a complexidade e a celeridade do processo de urbanização impactam sobre o preço da terra urbana e a escassez da moradia, demandando mais glebas periurbanas para o parcelamento e a transformação em terra urbanizada. Ou seja, aquelas porções de terras situadas na transição entre a cidade e o campo.

Por conseguinte, essa demanda tende a uma especulação sobre a gleba periurbana disponível para a expansão territorial da cidade, gerando uma sobrevalorização venal, tornando-a, muitas vezes, inviável à aquisição. Contudo, independentemente do modo de aquisição de novas porções de terra, sem a prática de incorporação dificilmente a malha urbana da cidade se expandiria para além de seus limites periurbanos. Dentre as diferentes formas de aquisição, com a finalidade de parcelamento para abertura de loteamentos residenciais, destacaremos neste texto as práticas de permutas e de incorporações estabelecidas entre os proprietários fundiários e os incorporadores imobiliários.

No que se refere às permutas de terra rural por terra urbanizada, na forma de lotes urbanos, essa prática tornou-se não somente frequente nos últimos anos, como também um negócio bastante lucrativo para os proprietários fundiários. Isso porque, a celeridade do processo de expansão urbana, verificado nas grandes e médias cidades brasileiras, notadamente a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, aumentou a demanda por terra urbana, tornando-a uma mercadoria mais rara e cara no mercado imobiliário, sendo premente incorporar novas glebas à malha urbana consolidada ou não.

Especulada e sobrevalorizada, essas glebas são convertidas por seus proprietários em grandes ativos geradores de mais renda fundiária. Assim, como veremos mais adiante, as in-



corporações e as permutas de glebas para parcelamento, implicam, necessariamente, em acordos previamente estabelecidos entre os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, ambos atuando como agentes sociais hegemônicos, determinantes no processo de produção do espaço urbano, sob a lógica do modo capitalista de produção (HARVEY, 2005).

Neste texto, analisamos essas duas práticas no processo de expansão territorial das cidades de Patos de Cajazeiras entre os anos de 2009 e 2015, ambas localizadas no sertão da Paraíba. Nesse intervalo temporal, as permutas foram negociadas na aquisição de terras periurbanas para a implantação de grandes loteamentos residenciais, cujo o desdobramento foi um grande volume áreas desmembradas de propriedades rurais, parceladas e transformada em lotes urbanos, disponibilizados no mercado imobiliário dessas duas cidades.

Para a análise das permutas e das incorporações, consultamos os processos de incorporação dos loteamentos registrados entre os anos de 2009 e 2015, nos cartórios de registro de imóveis daquelas cidades. De modo especial, atentamos para o registro do empreendimento, a certidão vintenária e o contrato de parceria, notadamente, àquele constituído na forma de sociedade de propósito específico (SPE). Os dados primários e secundários arrolados relativos à abertura de lotes urbanos estão apresentados por meio de gráficos.

De modo particular, por meio desses documentos foi possível analisar a propriedade fundiária parcelada e os seus antigos proprietários; o processo de parcelamento da terra rural; as especificações dos empreendimentos imobiliários; e o tipo de permuta estabelecido no contrato. Além de examinarmos o processo de mobilidade espacial e temporal do capital (LOJKINE, 1997) investidos no mercado imobiliário das cidades de Patos e de Cajazeiras, oriundos, particularmente, de empresas de capital não local. Ou seja, de empresas cuja a matriz situa-se em outra localidade, mas que moveram, temporariamente, para lá parcelas do seu capital, a partir de incorporações, da abertura de loteamentos e da construção de habitação popular e de médio e alto padrões.

## **PERMUTAS, INCORPORAÇÕES E O CAPITAL NÃO LOCAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PATOS E CAJAZEIRAS**

O marco inicial da inserção de empresas de capital não local atuando no mercado de terras periurbanas para a implantação de loteamentos residenciais na cidade de Patos foi registrado em 2008. A empresa Enger Engenharia e Construção Civil Ltda, sediada em Cabedelo/PB, incorporou mais de 56,6ha de glebas do sítio Santana, de propriedade de Everaldo Nóbrega, para a abertura do Loteamento Residence Privê Villas do Lago, primeiro condomínio fechado da cidade, com 408 lotes, em Patos. De acordo com o memorial de incorporação, o custo médio de implantação desse empreendimento foi superior a sete milhões de reais.

Esse dado é indica início do processo de mobilidade espacial e temporal do capital imobiliário e a capacidade de investimento das empresas de capital não local em grandes empreendimentos imobiliários nas cidades do sertão paraibano. Com efeito, o investimento de capital dessas empresas foi determinante no processo de expansão territorial daquela cidade, como também de Cajazeiras, acelerando a transformação de glebas em lotes urbanizados.

A permuta de terra rural por terra urbanizada, acordada entre o proprietário fundiário e o incorporador, em geral, é feita por meio de uma divisão em partes percentuais sobre o total dos lotes a serem abertos e comercializados. Os percentuais dependem das condições do mercado imobiliário no momento da negociação, da quantidade de lotes implantados e da localização do empreendimento, especialmente em relação aos serviços terraplanagem, de abastecimento de água e de energia, e das condições geomorfológicas do solo.

Quantos às negociações, em geral não há uma predeterminação das condições de permuta, tampouco legislação específica para salvaguardar o direito do proprietário fundiário, caso o empreendimento não seja feito em conformidade com o contrato a promover. Em Patos e em Cajazeiras analisamos alguns desses contratos, sobretudo àqueles estabelecidos com empresas de capital não local, sendo o lote urbanizado o objeto a ser permutado.

No processo de permuta da gleba por frações ideais a serem loteadas, o percentual reservado ao proprietário fundiário é de 30% a 40% sobre o total de lotes do empreendimento, ficando a maior parcela com a empresa, responsável pela incorporação do loteamento. Como já referido, esse processo tornou-se bastante lucrativo para o proprietário das terras por possibilitar maior valorização de suas terras e, conseqüentemente, maior obtenção de renda fundiária.

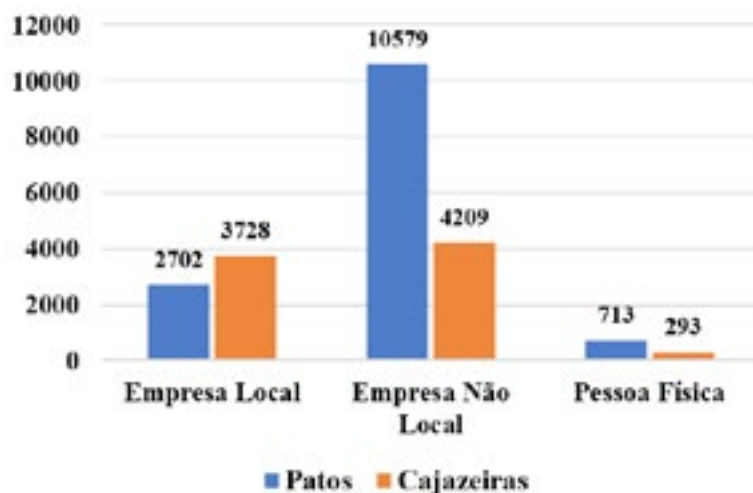
Em 2014, o valor médio de um hectare de gleba (dez mil metros quadrados), nas proximidades dessas cidades variava entre cinco e sete mil reais. Já o menor valor médio do lote com dimensões de 250 a 300m<sup>2</sup>, no ano de 2015, foi de R\$ 17 mil reais. Portanto, para os proprietários de terras periurbanas, as suas glebas passaram a ser um meio intercambiável e rentável, negociado como mercadoria para o mercado imobiliário.

A partir de 2009, a prática de incorporação mudou, devido às exigências legais de regularização fundiária, com o registro em cartório dos empreendimentos imobiliários. Além disso, com o aumento do prazo de financiamento privado para a aquisição de lotes urbanos, e a possibilidade de uso de linhas de crédito para compra subsidiada pelo governo federal, a partir do PMCMV, de modo obrigatório, os processos de incorporação passaram a ser realizados por meio de empresas juridicamente constituídas, inscritas na Junta Comercial e na Receita Federal.

Em Patos, do total de loteamentos implantados e registrados, entre 2009 e 2015, 91% foram incorporados por empresas. Em Cajazeiras, esse percentual correspondeu a 78%. Os demais foram incorporados como pessoa física, diretamente pelos proprietários fundiários da terra loteada, somando uma média de trinta hectares, parcelados em 293 lotes, isto é, pouco menos de 4% do total de lotes implantados no período em tela.

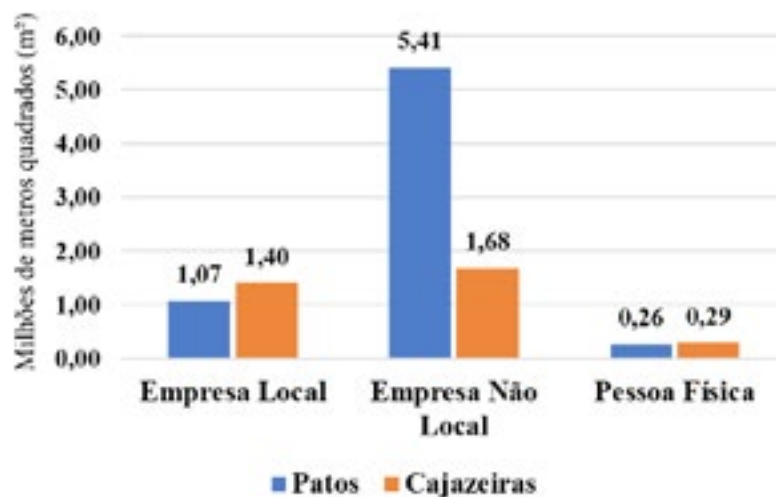
Em Patos, foram registrados três empreendimentos incorporados por pessoa física, perfazendo um total de 26ha de área loteada, com 713 lotes disponibilizados para venda, o que equivale a 5% do total de 13.994 lotes abertos entre 2009 e 2015. Essa mensuração importou para dimensionarmos as mudanças na prática dos promotores imobiliários nessas cidades

**Gráfico 01. Número de lotes incorporados por empresa e por pessoa física, em Patos e Cajazeiras/PB – 2009 a 2015**



Fonte: Araújo (2017, p. 236)

**Gráfico 02. Área loteada incorporada por empresa e por pessoa física, em Patos e Cajazeiras/PB – 2009 a 2015**



Fonte: Araújo (2017, p. 236)

Os gráficos mostram a participação das empresas de capital não local como grandes incorporadoras e loteadoras nessas cidades, especialmente em Patos, cujo número de lotes abertos por essas empresas foi quase quatro vezes maior do que aqueles abertos por empresas locais. Essa maior participação é expressivamente extensiva à variável área total loteada, conforme re-

presentamos. Essas empresas desmembraram, incorporaram e lotearam mais de 700ha de terras periurbanas nas cidades pesquisadas.

As empresas de capital não local são oriundas de diferentes cidades do estado da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e São Paulo. Juntas, foram responsáveis pela abertura de 14.959 lotes, o que corresponde a pouco mais de 67% do total de 22.224 lotes abertos em Cajazeiras e Patos. Isso reafirma o papel determinante do capital não local no controle de um grande estoque de terras urbanas, bem como evidência o caráter empresarial do mercado de terras incorporadas nessas cidades.

A atuação de empresas formais no processo de incorporação dos loteamentos ladeou a prática do desmembramento informal de glebas, ainda existente, promovida diretamente pelo proprietário das terras, sem garantia futura para o comprador. Informalmente, os lotes eram delimitados, desmembrados e, posteriormente, vendidos, conforme a demanda. Ademais, nem sempre havia observância em relação à legislação urbana local, como o Código de Obras e Urbanismo e o Código de Postura, bem como o plano diretor do município.

Como constatamos, no período analisado, os loteamentos incorporados por empresas de origem não local cumpriram com mais rigor a legislação urbana, até porque elas entraram no mercado imobiliário local com maior capacidade de investimento, estabelecendo forte competitividade com os promotores imobiliários locais. Por conseguinte, esses promotores passaram a fiscalizá-las, o que conforma a lógica dos conflitos de interesses de grupos hegemônicos por parte dos promotores urbanos, na disputa pela apropriação da cidade como um espaço econômico de reprodução do capital (CANO, 2010).

Segundo esse autor, no caso dos grupos de origem local, a cidade é mais que um espaço econômico. Ela é concebida como espaço de reprodução e de manutenção do poder político exercido por tais grupos. Em Patos e em Cajazeiras, antes de 2009, o mercado de terra era basicamente controlado por uma pequena parcela de promotores imobiliário, muito dos quais eram também proprietários fundiários. Eles incorporavam e loteavam pequenas glebas, construindo e financiando os imóveis produzidos. Para isso, exerciam (exercem) forte articulação com o poder público local, que intervinha (in)diretamente, beneficiando-os.

Segundo Cano (2010, p. 2), aquela parcela tende a perder seus ativos para o capital não local porque não dispõe de “massa de recursos financeiros para ocupar o espaço que fatalmente será do grande”. Ou seja, boa parte dos incorporadores e proprietários fundiários locais não é capaz competir no processo de parcelamento de grandes glebas em lotes urbanizados, ficando limitado a pequenos e médios empreendimentos imobiliários.

A transformação modernizada de parte do capital mercantil dos promotores imobiliários das cidades pesquisadas tem sido investida na construção privada de moradias familiares e na implantação de loteamentos que apresentam uma infraestrutura mais modesta, implementada em longo prazo, mas nem sempre concluída. Em geral, os loteamentos incorporados por empre-

sas locais apresentam uma infraestrutura precária, quando comparada com os que são abertos pelas empresas de capital não local.

Além disso, com frequência apresentam algum tipo de irregularidades no processo de incorporação e de implantação dos empreendimentos, a exemplo da falta de documentação ambiental necessária, alterações nos projetos arquitetônicos pós aprovação dos órgãos públicos, ausência de especificações da delimitação de ruas e quadras, dentre outras. Em alguns loteamentos visitados constatamos a inexistência de calçadas, de pavimentação das ruas e de sarjetas para escoamento pluvial.

Dos itens instalados previstos por lei, o mais comum era a existência do meio-fio (ou guia), utilizado para delimitar as quadras, a eletrificação e o abastecimento de água. Em suma, as divergências presentes nos processos de licenciamento e de implantação dos loteamentos revelam um poder público conivente com a prática de inobservância à legislação urbana.

Por outro lado, como já salientamos, a capacidade de investimento das empresas de capital não local, no que respeita os investimentos em infraestrutura comparece de forma mais eficiente. Essas empresas entram no mercado não somente para competir, mas para conquistar a credibilidade antes apropriada pelos empresários locais, redefinindo o conjunto de dinâmicas socioespaciais e de ações institucionais até então existentes.

Assim, essas empresas quando passaram a incorporar e a lotear grandes parcelas de glebas periurbanas, nas cidades de Patos e de Cajazeiras, constituíram redes de técnicos de fora (arquitetos, consultores e construtores), demandaram mais atuação dos agentes imobiliários auxiliares, ampliando a oferta de emprego para esses agentes, voltados à promoção e venda dos lotes então produzidos. Elas redefiniram o tratamento e a veiculação das informações e das estratégias midiáticas e fizeram circular com mais velocidade os produtos imobiliários lançados no mercado, que aqueceram o mercado de terras e aceleraram a expansão urbana e territorial em ambas.

Uma dessas empresas, por exemplo, é a Colorado Empreendimento Imobiliário Ltda, com sede em Recife, cujo os investimentos em seis loteamentos implantados em Patos e em Cajazeiras somam quase R\$ 60 milhões. Nesse valor, estão inseridos a aquisição de terreno, a incorporação, a regularização e a instalação da infraestrutura exigida por lei. Esta última inclui terraplanagem, drenagem, meio fio, rede de água, com reservatório próprio, rede de energia e pavimentação das ruas.

Em termos quantitativos, os empreendimentos da Colorado incluem a abertura de 2.695 lotes em Patos e 2.011 em Cajazeiras. Nas duas cidades, a incorporação e o parcelamento de glebas por essa empresa somam quase 230ha de terras rurais periurbanas, transformadas em lotes urbanizados. Desse modo, a Colorado foi responsável por 19,2% do total de lotes abertos em Patos, e de 23,4% em Cajazeiras. Percentuais que reforçam a sua presença hegemônica na produção imobiliária e ratificam a intencionalidade estratégica na escolha das cidades para im-

plantar os seus empreendimentos, pois, em 2014, o valor geral de venda de lotes nessas cidades atingiu uma cifra de R\$ 109,4 milhões.

Além das permutas, outra modalidade constituída no processo de incorporação diz respeito à formação de Sociedade de Propósito Específico (SPE). Como o nome sugere, a empresa é criada para certa finalidade e se extingue quando a obra é concluída e/ou os lotes são vendidos, como no caso dos loteamentos urbanos, assinala Fazano (2012). O referido autor lembra que a SPE não é um novo tipo societário na ordem jurídica brasileira, apenas é organizada sob uma das formas existentes na legislação, como, por exemplo, a sociedade limitada ou a sociedade anônima, a qual deve ser registrada na Junta Comercial.

As SPE resguardam a individualização e as especificações contratuais de cada empreendimento, fato que garante mais segurança na constituição de parcerias, inclusive as permutas, entre os agentes imobiliários e, em especial, entre o proprietário da terra loteada e a empresa incorporadora. Esse tipo de sociedade passou a ser recorrente nos processos de incorporações dos novos loteamentos implantados nas cidades pesquisadas e, particularmente, envolve o contrato de permuta.

A constituição da SPE define a finalidade, a função e a participação monetária de cada uma das partes associadas ao empreendimento incorporado, objeto da sociedade constituída. Em alguns casos, a formalização da SPE estabelece os parâmetros de permuta da gleba em lotes urbanizados, os quais são partilhados com o proprietário fundiário na forma de percentual do total de lotes abertos. Igualmente, a constituição da SPE ratifica o caráter temporal da mobilidade do capital não local, investido no mercado imobiliário dessas cidades, a considerar o fim da sociedade após a venda do loteamento.

## **PALAVRAS FINAIS**

A rapidez com que assistimos o processo de mobilidade espacial e temporal do capital para o setor imobiliário do sertão paraibano direcionado às cidades de porte médio, por exemplo, permite-nos afirmar que esse processo conformou uma nova prática das empresas que atuam na região e colocou em “xeque” a concepção de que os promotores imobiliários que atuam nessas cidades são apenas locais, a considerar a suposição de que não eram “atrativas” ao capital imobiliário.

Ademais, as estratégias de investimento das empresas de capital não local nas cidades de Patos e de Cajazeiras, recortadas neste breve texto, estão atreladas a nova centralidade que essas cidades assumiram em suas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas e nos estados circunvizinhos, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais (REUNI), em 2003, o qual promoveu a expansão do ensino superior, fato relevante nos processos de expansão e de reestruturação urbanas dessas cidades.

Outro fator importante para o aumento das atividades imobiliárias e, conseqüentemente para a expansão urbana das cidades em tela, foi implantação do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, em 2009. Convertido em política habitacional, o MCMV foi determinante para aceleração da produção habitacional e da expansão territorial das cidades de porte médio em todo o país. Entre os anos de 2009 e 2015, em Patos e em Cajazeiras esse programa foi responsável pela produção de mais de quatro mil novas unidades habitacionais.

Segundo as declarações dos agentes imobiliários locais, antes do PMCMV, e da mobilidade do capital das empresas não local, o mercado de terras urbanas estava praticamente estacionado nas cidades interioranas, inclusive em Patos e em Cajazeiras. Tal situação, nos remetem às reflexões de Lefebvre (2008), ao considerar que, para realizar a produção capitalista da cidade, é necessário que os promotores imobiliários privados se apoderem do espaço, fato que torna o setor imobiliário central nesse processo.

Mesmo que esse setor esteja subordinado à retomada do crescimento econômico e aos fluxos de capitais, ele assume uma função essencial para reproduzir o capital. Nesse sentido, a incorporação e o parcelamento de terras periurbanas em lotes urbanizados proporcionam um lucro bem superior em relação à média do valor da terra rural.

Por fim, as ações das empresas de capital não local, responsáveis pela intensificação dos processos desmembramentos, de permutas, de incorporação e de transformação de terras periurbanas, desencadearam um processo de planificação sobre os espaços intraurbanos das cidades onde atuam. Assim, os grandes promotores imobiliários hegemônicos, com grande capacidade de intervenção, servem-se do espaço como instrumento para acumular riqueza e se mostraram “eficazes” no processo de expansão territorial dessas cidades.

Essa acumulação não é feita apenas por meio da transformação da terra rural em lotes urbanizados, realizando-se também no processo de edificação do ambiente construído, que é estruturado a partir de relações de trabalho e de geração de renda. De ambas as formas, sob a lógica capitalista, os processos de apropriação, de produção e de uso do espaço urbano, são geradores de grandes conflitos, contradições e iniquidades da/na cidade, a qual tende a ser cada vez mais fragmentada, socioespacialmente desigual e disputada por diferentes grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. M. de. *Produção imobiliária e novas dinâmicas de expansão urbana em Patos e Cajazeiras (PB)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2017

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 27, p. 29-57, 2010.em: jun., 2016.

FAZANO, H. G. V. Sociedade de Propósito Específico (SPE): Aspectos Societários,

Contábeis, Fiscais e as Incorporações Imobiliárias. **Revista Virtual de Direito Brasil**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav61/artigos/fa.pdf>. Acesso em agosto de 2015.

HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Trad.: Margarida M. de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. Tradução de Estrela dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MUMFORD, L. **A cultura das cidades**. Trad.: Neil R. da Silva.



# **RUAS PERIGOSAS, CIDADE EM MOVIMENTO: O TRÂNSITO DO RECIFE NOS ANOS 1950.**

**Wanderson da Silva Freire<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O artigo em questão tem como objetivo analisar, de modo geral, a circulação de pessoas e veículos pelas ruas do Recife na década de 1950. Em um contexto no qual a cidade se passava por um aumento demográfico, problemas estruturais de saneamento, habitacionais e urbanização, além da saída de bondes elétricos e entrada de outros transportes coletivos (PONTUAL 2001). Neste sentido, o trabalho busca investigar os problemas relacionados ao trânsito da Recife, nos perigos que a rua proporcionava com o aumento considerável de automóveis, caminhões e ônibus na cidade. Levando assim, a disputa de espaços como também uma disputa pelo tempo no espaço entre o veículo, o pedestre ou entre outros meios de locomoção e também a produção de novos sentidos para mudanças ocorridas. Com isso dialogamos com Rolnik (1997) e Berman (1989) sobre o espaço real vivido e a incorporação de subjetividade, além do controle e códigos sociais colocados a partir das mudanças acontecidas e intervenções impostas pelos poderes públicos para reorganização dos espaços. Pois, com o aumento considerável de veículos nas ruas, impõe ao pedestre mais atenção e um olhar redobrado aos riscos consideráveis a sua vida. Levando assim a mudanças no cotidiano da cidade e estratégias de mobilidade Leis, códigos e infrações como também dados de aumento e fluxo de veículos nas ruas serão consultados no Boletim do Porto e da Cidade do Recife dos respectivos anos no intuito de entender a situação do trânsito que se encontrava naquele período, dialogando com o periódico Diário de Pernambuco, onde contem notícias e crônicas relacionadas ao assunto. Além de analisar processos crimes relacionados à violência no trânsito neste período possuindo informações importantes de acidentes, batidas e a relação perante a justiça de motoristas e pedestres em diversas situações. São fontes importantes analisadas e dialogadas na caminhada do trabalho que permitirão entender e discutir o recorte temporal proposto nesse artigo.

**Palavras Chaves:** Recife – Trânsito – Anos 1950.

## **RECIFE ANOS 50: CIDADE, COTIDIANO E DELITOS DE TRÂNSITO**

As cidades possuem um campo amplo de pesquisas e análises. Segundo Bresciani (2018) esses estudos podem focalizar a vida política, a instituições públicas e seus edifícios, o mercado e a vida comercial, na busca de definir aquilo que chamamos de espaço de uso público e lugar

de sociabilidade<sup>2</sup>. O foco da pesquisa aqui apresentado neste artigo está direcionado ao trânsito na cidade, que pode ser entendido como um fluxo de transeuntes e veículos de diferentes modos por vias públicas, gerando interação, sentidos, conflitos e uma disputa por esses espaços. Refletimos que as ruas sejam esse território disputado e que adquirem em diversas circunstâncias novos sentidos aos seus sujeitos que por elas trafegam. Onde, na esteira de Berman (1989) entendemos que:

Um homem que saiba mover-se dentro, ao redor e através do tráfego pode ir a qualquer parte, ao longo de qualquer dos infinitos corredores urbanos onde o próprio tráfego se move livremente. Essa mobilidade abre um enorme leque de experiências e atividades para as massas urbanas<sup>3</sup>.

Nesse sentido, iremos aqui fazer um pequeno apanhado de uma pesquisa mais ampla sobre as mudanças sentidas no trânsito na cidade por alguns sujeitos que participavam da sociabilidade no tráfego e circulação nas ruas. Assim, o artigo tem um recorte de investigar a cidade do Recife nos anos de 1950, por entender que neste período ela estava passando por mudanças urbanas quanto no aumento de veículos motorizados e intensidade demográfica. O Brasil ampliava sua rede rodoviária e estava em processo de ser um país mais urbano do que rural. As massas de trabalhadores do campo saíam com suas famílias para cidades na busca de trazer melhores condições de vidas. Nesse contexto, Recife nos anos 40 e 50 também era procurada por esses sujeitos. Na crônica de Eudes de Carvalho para o Boletim da cidade e do porto do Recife, podemos analisar a visão do cronista o início anos de 1950 sobre chegada desses sujeitos a capital pernambucana:

(...) Não falham os passageiros na boleia, os mais afortunados, e no meio das cargas, os mascates, mulheres, vagabundos e toda essa massa humana mais desprotegida da sorte, que vem tentar a vida na capital, invadindo albergues, as pensões mais ou menos suspeitas, ou deixando-se absorver pelo burburinho, especulando ou procurando emprego, comprando, comendo pão doce regado a gelada nas barracas, sentando-se nos bancos da praça, para reajustar os ossos desacostumados à tamanha agitação e a tanta angústia (...) <sup>4</sup>.

No primeiro momento, percebemos que ele está tratando dos sujeitos desprotegidos de sorte. Esses homens, mulheres e crianças vindas do interior faziam parte de uma massa migratória que buscavam um novo lugar para trabalhar e residir. Nesse contexto, Recife nos anos de 1950 tinha um papel importante na região nordeste, capital tinha um porto estruturado, tradição e equipamentos culturais, boas comunicação marítimas, rodoviária e ferroviária para com outras capitais e até a Europa, fazia com que a cidade fosse procurada por muitos do interior do estado, mas também de toda região. Isso fazia com que no transcorrer da década, o município tivesse sua área territorial modificada e a densidade populacional aumentada. Chegando em dez anos (1950-1960) um crescimento de aproximadamente 51,9%<sup>5</sup>.

Segundo Pontual (2001) as manchas urbanas que existiam no Recife começaram a se aproximar. Os subúrbios distantes ficaram maiores e mais próximos um dos outros, saindo assim de uma forma tentacular de cidade para uma configuração aparentemente próxima que temos hoje<sup>6</sup>. Desde a década de 40 que os morros começavam a ser ocupados de forma volumosa e constante devido principalmente a uma onda de migração como também a retirada de mocambos nas partes centrais da cidade. Dessa forma, fez com que algumas áreas nunca habitadas dessem lugar a novos loteamentos e bairros. Neste período também podemos citar que a capital Pernambucana estava num processo de metropolização com outras cidades circunvizinhas, criando assim mais interligações entre elas, novas vias, interação e fluxo elevados de pessoas nos centros comerciais.

Mas esses novos territórios e as novas configurações da cidade ainda passavam por mudanças e principalmente por contradições sociais. Além da falta de emprego, pobreza, violência e analfabetismo, a população principalmente as mais despossuídas sofriam pela falta de equipamentos públicos, serviços básicos e transportes coletivos de qualidade para circular na cidade<sup>7</sup>. Diante os problemas apresentados na cidade, a população de modo geral não deixava de protestar para acontecer melhorias. Um dos exemplos disso se encontrava na página 6 do Diário de Pernambuco na coluna *Queixas e Reclamações*. Nela é possível identificar diversas denúncias sobre os problemas da cidade onde na sua maioria estava ligada na infraestrutura dos equipamentos públicos usados pelos os que queixam: falta de água, postes com luzes queimadas, alagamentos, buracos nas ruas, ônibus que não param nas paradas e problemas no trânsito da cidade.

Ao que se percebe no perfil da população que se queixavam no Diário, podemos argumentar que o leque abrange pessoas pobres e analfabetas como também afortunadas. Isso porque existiam diversos modos de suas reclamações chegarem à coluna do jornal. A mais comum estava na entrega de uma carta, geralmente nominal, ao editorial do Diário de Pernambuco, via correios ou pessoalmente no edifício. Dessa forma, percebemos que pessoas alfabetizadas, somando os locais que elas residiam e os lugares por elas reclamadas, eram identificados como territórios de melhor posição social, nesse sentido, nos dá a condição de entender que esses reclamantes tivessem melhores condições de vida. Já as pessoas de condições financeiras menores, onde provavelmente não fossem alfabetizadas e morassem em bairros mais pobres da cidade, tinham o costume de irem coletivamente, juntando moradores do local ou sua própria família para queixar-se, de forma oral, no edifício do jornal.

Assim, percebemos que os sujeitos das cidades estavam presentes nas reivindicações dos problemas que apresentavam cotidianamente. Nesse sentido, optamos neste no artigo apenas analisar as queixas destinadas as mudanças percebidas por eles no trânsito. Entender que nesta década, foi sentida uma maior atenção ao fluxo de veículos nas ruas, não só pela imprensa da época, como também pela sua população. De certo, sabemos que o primeiro automóvel a chegar ao Recife foi em 1901 pelo s.r. Antônio Costa<sup>8</sup>. Equipamento moderno que em seus primeiros

anos causavam mais deslumbre do que incômodos nas ruas da cidade. Entretanto, com aumento de veículos pelas ruas da cidade, somado a uma fraca fiscalização, os automóveis também atribuíram o adjetivo de perigoso e a velocidade que era vista como divertida, esportiva e moderna, passava a ter também o sentimento de morte.

O que podemos notar nessas décadas que sucedem os anos de 1950, foram os processos de alargamento das vias, priorização dos automóveis de cunho privado ao invés de transportes coletivos, bondes e trens urbanos, a destruição de patrimônios históricos para abertura de avenidas e edifícios modernos e o aumento considerável de novos veículos nas ruas. Nesse sentido, percebemos que o centro do Recife nos anos 30 e 40, as ruas já eram tomadas de carros velozes convivendo com os transeuntes e estabelecendo um tráfego lento em alguns lugares ou velozes em vias mais largas da cidade.

Há de se perceber também que o aumento de veículos nas ruas, não se limitava ao centro da cidade. De acordo com uma queixa extraída do Diário de Pernambuco em 1954, percebemos a seguinte situação:

“Sucedede que não é a primeira vez que, naquele trecho da Rua da Harmonia, tem se verificado acidente de tráfego, embora nem sempre com os resultados fatais decorrentes do que vitimou aquela menina. Torna-se, portanto, necessário que a delegacia do trânsito mande colocar nas imediações do Ginásio Bandeirante, uma placa com dizeres: Atenção Escola! Marcha vagarosa. Para resguardar a incolumidade física dos alunos deste educandário, ao mesmo tempo restituindo a tranquilidade ao seio das famílias ali residentes<sup>9</sup>.”

A Rua da Harmonia está localizada no bairro de Casa amarela, periferia muito distante no centro onde tinha (e ainda tem) uma feira bastante conhecida e movimentada com o comércio agitado pelos seus moradores e bairros vizinhos. Porém isso se dava no centro do bairro, as demais ruas dela predominava a tranquilidade que se verificava como um perfil pacato e sossegado no seu cotidiano. Casa Amarela também era, e ainda é, um bairro periférico no conceito da palavra, isto é, um bairro que se apresenta com problemas estruturais e saneamentos básicos e precários, constituindo assim um território de uma população carente e principalmente daqueles que ocupam os morros circunvizinhos à feira. Entretanto, as partes mais planas, próximo ao comércio e a própria igreja da Harmonia podia se encontrar belas casas e mansões de pessoas abastadas, usineiros e gentes de recursos moravam naquela região<sup>10</sup>.

Dessa forma, analisando o espaço onde a queixa foi direcionada, percebemos o sentimento do queixoso as mudanças ocorridas naquelas ruas e os problemas que estavam acontecendo. Pois, apesar de se tratar de um bairro longínquo do centro os problemas de trânsito eram presentes e fatais, como corriqueiros também. Desta maneira, a solução aconselhada do autor da queixa seria a presença da lei na rua através da placa, visto que a presença de uma escola e o fluxo de atravessamento da rua era constante, era preciso um aviso de marcha vagarosa para

evitar acidentes e tranquilizar a família sobre seus filhos andando pelas calçadas em direção ao colégio.

A queixa sobre acidentes na harmonia não pode ser visto como corriqueiro se nós entendermos o contexto de aumento de casos a relacionado a acidentes de trânsito. De acordo com o boletim da cidade e do porto do Recife, entre 1946 – 1955 seguem em aumento chegando a 3033 em 1951 e uma média de 2200 até 1955. Se compararmos isso a outros desastres da cidade, ou seja, morte por facas, quedas, explosões e etc. Não chegavam a uma média de 65 casos por ano nesse mesmo período<sup>11</sup>.

Esses aumentos de ocorrências na cidade estão relacionados também com os números de Automóveis nas ruas, uma política nacional tanto com Getúlio Vargas com uma maior introdução de veículos no país, como a continuidade feita por Juscelino. Em 1956 o Recife tinha cerca de dez mil veículos circulando pela cidade, em contra partida, apenas 44 inspetores de trânsito fiscalizam as ruas e os motoristas infratores. Um número muito baixo para uma quantidade expressiva de veículos nas ruas, fazendo que os números de ocorrências anotadas possivelmente sejam menores do que foram ocorridas na cidade naqueles anos. Isso porque os funcionários provavelmente estavam mais agrupados nas ruas principais e centrais da cidade.

De acordo com a tabela 1, extraída do jornal Diário de Pernambuco, coloca em números as ocorrências acontecidas na cidade em 48 horas.

**Tabela 1.** Tipos e números de ocorrências de infração de trânsito<sup>12</sup>.

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Avanço de sinal	64
Abandono de veículo	2
Curva pela contramão	5
Desobediência à fiscalização	2
Desrespeito à autoridade	1
Excesso de velocidade	15
Estacionamento proibido	60
Falta de socorro à vítima	1
Falta de equipamento	2
Falta de matrícula	1
Outras infrações	140
De outros estados	19
Oficiais	11
<b>Total</b>	<b>323</b>

O que podemos analisar nesta tabela, é que as imprudências levadas as maiores colisões estão diretamente ligadas aos números de excesso de velocidades e principalmente avanços de sinal. Entretanto, esta ultima pode ter mais ocorrências anotadas pelo fato dos inspetores de trânsito ficassem na maioria das vezes posicionados em cruzamentos, fazendo essas ocorrências fossem mais costumeiras do que o excesso de velocidade, que apesar de ser um do maior causador de desastres na cidade, aconteciam em sua maioria nos lugares longe das vistas dos inspetores de trânsito, subúrbios e até mesmo a noite.

Neste ultimo ponto, requeria mais atenção dos condutores e o uso do equipamento de lanternas para melhor visualização noturna. Num processo crime pesquisado e relacionado a delitos de trânsito, o senhor Antônio Santos que conduzia uma carroça de tração animal foi “abalroado” por um ônibus a Auto Aviação Ribeiro numa avenida movimentada do Recife. Em sua defesa, segundo senhor Antônio, estava tomando todas as medidas precaução se utilizando uma “uma lanterna acesa nas extremidades da carroça”, além de reforçar que estava “trafegando a sua mão” na Avenida João de Barros. Concluiu seu testemunho acusando o motorista do ônibus de trafegar com “faróis apagados”. Em contra partida, o condutor Eliezer Pereira em sua defesa informou às autoridades que estava trafegando na mão certa e que foi atrapalhado por um forte feixe de luz vindo de outro automóvel na direção contrária, o fazendo sair de sua mão e bater na carroça<sup>13</sup>.

Além de ser um caso nos inúmeros pesquisados sobre acidentes de trânsito na cidade, esse chama atenção pelos testemunhos dos envolvidos no entendimento de ambos sobre o uso da lanternagem durante a noite. Os dois usaram em suas defesas os modos corretos e incorretos de se utilizar a iluminação nos seus distintos veículos. Sendo que, partindo de dois equipamentos distintos que circulavam nas ruas da cidade. O primeiro mais lento, a carroça de tração animal seguia tomando as preocupações necessárias para se proteger. Nesse sentido, percebemos que o senhor Antônio entendia que primeiramente enxergava os riscos que a avenida trazia tanto para pedestres como para veículos que não mais se adequava as velocidades padrões estabelecidas para ela e o uso de iluminação beneficiaria para sua segurança e por alguma ocasião, como esta, na sua defesa. O segundo culpou a lanterna de outro veículo como responsável pelo incidente. O mesmo equipamento aqui, mas em distinta situação, fazia parte de um modo de dirigir que competia para melhor condução dos motoristas e ambos sabiam dessas condições.

Tanto os pedestres, quanto os motoristas estabeleciam mais atenção ao trafego nas ruas devido ao aumento de veículos na cidade. Os sujeitos percebem as mudanças, as percepções sobre as ruas e a velocidade e as leis inseridas nos territórios. De acordo com Rolnik (1994), a lei organiza os espaços urbanos como também trás novos significados a ela, gerando modo de civilidades e cidadania<sup>14</sup>. Os sujeitos atribuem às ruas e ao trânsito de modo geral um lugar que exija respeito, atenção e intervenção do estado dependendo das circunstancia.

Não a toa que os jornais daquela época nominaram o período como *a batalha do Recife*<sup>15</sup>, na qual a violência do trânsito era colocada na imprensa como algo diário, costumeiro, violento

e que devia ser combatido. Algumas ações feitas pela delegacia de policia neste período tentaram reverter alguns problemas no trânsito como também reeducar os motoristas. Premiar os melhores condutores que não tiveram nenhuma infração ou ocorrências na delegacia. A troca do um delegado por outro que pudesse ser mais firmes perante os infratores e a criação da semana do silencio com o objetivo de diminuir as tensões no trânsito causado pelas buzinas. De modo geral, os efeitos foram pequenos para a diminuição de incidentes nas ruas do Recife. Afinal, segundo o próprio delegado, o respeito nas ruas pelos motoristas ou pelos pedestres precisava de funcionário da delegacia inspecionando e colocando ordem no trânsito. Entretanto, seria muito difícil com o pequeno contingente de inspetores a disposição uma melhora significativa nas ruas da cidade <sup>16</sup>.

## NOTAS

- 1 Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
- 2 BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos.** -1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018. p.46.
- 3 BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p. 157.
- 4 **Boletim da Cidade e do Porto do Recife.** Diretoria de Estatísticas, Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife. Volume: 35-42. Anos 1950-1951.
- 5 PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950.** 1. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p.36.
- 6 Idem. p.37.
- 7 Ler o primeiro capítulo de: *De matéria insólita, a cidade.* In: TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha: presença do teatro do estudante e do gráfico amador no Recife (1946-1964).** Recife: Universitária da UFPE, 2007.
- 8 CAVALCANTE, Vanildo Bezerra. **Recife de Corpo Santo.** -2 ed. Revista e ampliada. – Recife: Bagaço, 2009. p.354.
- 9 *Diario de Pernambuco*, 14/09/1954, p.11.
- 10 Boletim da cidade e do porto do Recife. p.12
- 11 Boletim da cidade e do porto do Recife, 1941-1956.
- 12 *Diario de Pernambuco*
- 13 Memorial de Justiça de Pernambuco. Série: Crimes, subsérie: delitos de trânsito. **Caixa: 239.**
- 14 ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 3. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.17.
- 15 *Diario de Pernambuco* -21/10/1954, p.16.
- 16 *Diario de Pernambuco*, 27/05/1956. p.4.

## JORNAIS, BOLETINS E PROCESSOS CRIMINAIS.

Diario de Pernambuco

**Boletim da cidade e do porto do Recife.** Diretoria de Estatísticas, Propaganda e Turismo da prefeitura do Recife. Volume: 35-42. Anos 1946-1956.

Memorial de Justiça de Pernambuco. Série: Crimes, subsérie: delitos de trânsito. Caixa: 239.

## REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Da cidade e do urbano:** experiências, sensibilidades, projetos. -1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

CAVALCANTE, Vanildo Bezerra. **Recife de Corpo Santo.** -2 ed. Revista e ampliada. – Recife: Bagaço, 2009.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos:** narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 3. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1994.



# ST 2

## HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO: CONFORMAÇÕES DO PODER, CULTURAS POLÍTICAS, IDEIAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto



# A JUVENTUDE COMO UMA TENTATIVA DE RENOVAÇÃO – UMA ANÁLISE SOBRE A ARENA-JOVEM PARAIBANA

Dmitri da Silva Bichara Sobreira\*

## INTRODUÇÃO

Desde as chamadas *jornadas de junho*, ocorridas em 2013, emergiu na política nacional grupos políticos formados por jovens com discurso de negação da política tradicional, sobretudo a crítica à tradicional classe política e os partidos políticos existentes no Brasil desde 1979<sup>1</sup>. Um movimento de direita que posteriormente se mostrou pouco renovador da forma de fazer política, ou sejam mudavam-se os indivíduos, mas mantinham-se as práticas das tradicionais lideranças da política nacional.

Contudo, o fenômeno da juventude conservadora engajada não é inédito na história política brasileira, e se olharmos para o passado, houveram outros momentos em que foram lançados questionamentos sobre a capacidade da tradicional classe política atuar em benefício dos interesses nacionais. Um deles, o qual nós vamos abordar nesse texto, ocorreu durante a ditadura instaurada em 1964. Nesse período, os militares conviveram às turras com a classe política que foi fundamental para a legitimação do golpe de Estado e do regime autoritário instaurado subsequentemente, sobretudo a partir da criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Esse foi o partido político encarregado de apoiar os governos militares no parlamento, que compôs o sistema bipartidário com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que desempenharia a função de oposição consentida.

A partir da Lei Orgânica dos Partidos decretada em 1972 instituiu-se a obrigatoriedade de criação de departamentos jovens pelos diretórios partidários, daí surgindo a Arena-Jovem. Em um momento de crise entre os militares e a tradicional classe política, o departamento jovem da Arena tinha como principal missão renovar os quadros político-partidários da legenda de apoio à ditadura, deixando para trás uma série de características consideradas nocivas à política nacional.

Dessa forma, é objetivo deste texto analisar a atuação da Arena-Jovem, buscando compreender qual o real papel desse departamento na dinâmica interna da Arena, bem como identificar quem seriam os jovens engajados no partido e quais seriam os anseios dessa juventude de direita. Essa abordagem da Arena-Jovem é parte de pesquisa de doutoramento desenvolvida sobre a atuação da Arena no estado da Paraíba. Ao longo de nossas análises sobre essa secção

estadual do partido, percebemos que esse departamento teve significativa atuação no estado, tornando-se um vetor desse discurso renovador da classe política promovido pela ditadura.

Diante disso, selecionamos como recorte espacial de nossa pesquisa a Paraíba e como recorte temporal os anos de 1972 e 1976, auge da atuação da Arena-Jovem nesse estado. Não obstante, é preciso salientar que pesquisas sobre a juventude *arenista* vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, destacando a realizada por Lima (2019). No seu entendimento, é preciso promover novos estudos sobre movimentos políticos protagonizados pela juventude, em sua maioria, as análises direcionam-se aos jovens, estudantes secundaristas e universitários, alinhados à esquerda, comumente protagonistas de movimentos de resistência política ao autoritarismo da ditadura militar.

Pesquisas como a de Lima e essa própria vem na esteira do trabalho de Grinberg (2009), autora de tese de doutorado que ampliou as perspectivas interpretativas sobre a Arena. Em sua pesquisa, a autora promoveu uma análise histórica sobre o partido, monopolizada por cientistas sociais. Antes analisada apenas na sua dimensão eleitoral e governamental, a Arena passou a ser estudada em seus mais amplos campos de atuação, entre eles a juventude atuante dentro do partido.

Ao mesmo tempo é preciso ampliar as pesquisas sobre a atuação de jovens e estudantes de direita na Paraíba. Em um estado cuja política tem se mantido nas mãos das mesmas oligarquias, muitas delas limitadas a um mesmo núcleo familiar, é preciso conhecer os espaços de atuação desses jovens na política paraibana em outros momentos da história republicana da Paraíba, ou mesmo sobre a Arena-Jovem. Nossa pesquisa sobre a Arena paraibana em certo momento debruça-se sobre a juventude *arenista* no estado, mas não se aprofunda além da explicação do seu papel na promoção de um discurso renovador dentro do partido.

Em vista disso, este texto divide-se em duas partes, num primeiro momento descreveremos possibilidades de pesquisa sobre a Arena-Jovem, as fontes disponíveis e um enquadramento teórico viável para a análise do departamento na Paraíba. No segundo, descreveremos a atuação da Arena-Jovem paraibana, atentando para sua proposição como um instrumento de renovação política e seu fracasso nessa empreitada.

## **DOCUMENTAÇÃO SOBRE A ARENA-JOVEM E POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Devido ser um objeto de estudo atuante em diversos âmbitos da política, os registros históricos sobre os partidos são comumente fartos para os pesquisadores. Contudo, existe certa dificuldade no que diz respeito aos órgãos de jovens e estudantes das agremiações partidárias. Sobre a Arena-Jovem existe uma série de registros no acervo do diretório nacional do partido, disponível para a pesquisa no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>2</sup>. Nele constam algumas referências ao departamento Jovem, mas poucas sobre sua atuação na Paraíba.

A maioria das fontes trazem informações sobre os departamentos Jovens do eixo Sul e Sudeste, sobretudo os dos estados do Paraná e São Paulo. A juventude *arenista* nesses estados teve uma atuação mais marcante que nos demais, sendo mais representativa nas documentações presentes no acervo do Diretório Nacional. Contudo, ainda assim são poucas as informações que possam ser colhidas, limitadas a um manual para a organização de departamentos jovens no Paraná, e matérias no jornal da Arena, a *Carta Mensal da Arena*, que circulava entre os diretórios do país. Pontualmente, eram publicadas notícias sobre a atuação de departamentos jovens no país.

Há ainda relatos dos presidentes de diretórios regionais do partido presentes em ata de reunião promovida em 1972, quando, junto ao Diretório Nacional, esses prestavam conta da situação da reorganização de suas seções regionais. Um dos temas abordados pela maioria dos relatos foi a formação dos departamentos jovens da Arena em seus estados. É interessante ao pesquisador apontar contrapor as informações apresentadas pelos representantes estaduais do partido e as reveladas nas demais fontes históricas. Ressalve-se ao pesquisador interessado no departamento Jovem da Arena paraibana que não consta a fala do presidente regional do partido na época.

Verticalizando para o plano regional de atuação desses diretórios, uma fonte fundamental para compreender a atuação desses jovens *arenistas* são os jornais de grande circulação estadual<sup>3</sup>. No caso da Paraíba, foram fontes importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa as publicações de *A União*, *Correio da Paraíba* e *O Norte*. O primeiro, sendo o jornal oficial do governo do Estado, que durante a ditadura militar foi comandado por governadores indicados pelo regime e eleitos indiretamente, sem a participação do povo. Tornou-se, dessa forma, um periódico atrelado aos interesses da Arena paraibana.

O *Correio da Paraíba*, por sua vez, é um jornal à época pertencente ao deputado federal *arenista* Francisco Teotônio Neto. Suas publicações tornam-se importantes para a análise para a Arena-Jovem da Paraíba em virtude da esposa de Teotônio Neto, Maryland Teotônio, ter sido a presidenta do Diretório Municipal de João Pessoa no período auge da atuação do departamento no estado, sendo a capital do Estado fundamental para o estabelecimento da juventude partidária na Paraíba – foi nela que se elegeu o primeiro e único representante da Arena-Jovem, o vereador Levi Borges, jornalista daquele periódico.

O jornal *O Norte*, apesar de ter menor vinculação com o partido, foi espaço para a publicação de notícias e colunas de opinião sobre a juventude *arenista* na Paraíba. Existem ainda outros jornais no estado a serem analisados, como o *Diário da Borborema*, que circulou em Campina Grande, além de outros periódicos que restringiam sua circulação em outros municípios paraibanos. Nos jornais eram comuns a publicação de informações sobre os integrantes

da Arena-Jovem; carta de princípios com as diretrizes de ação e organização do departamento, bem como notícias sobre sua atuação na política local. Tais ajudam o historiador a apontar a forma como a Arena-Jovem se apresentava à sociedade, como sua atuação de fato.

Existem ainda outras fontes que podem servir ao pesquisador interessado em analisar a juventude partidária da Arena, uma delas são depoimentos orais. Contudo, é preciso mapear os membros do partido e convencê-los a conversar sobre sua atuação na juventude de um partido de direita que apoiara a ditadura militar. Para alguns, a memória desse passado *arenista* pode causar certo constrangimento ou recusa, o que pode dificultar o trabalho do pesquisador. Ao mesmo tempo que, tendo sucesso na empreitada, é possível colher informações importantes que podem tanto complementar, como contrapor informações com as demais fontes supracitadas.

Existe ainda a possibilidade de acessar os arquivos da Câmara Municipal de João Pessoa para análise da atuação do vereador Levi Borges naquela casa legislativa. Único candidato eleito que representasse o departamento Jovem, seria uma contribuição significativa para a compreensão do que significava a atuação de um jovem *arenista* nos espaços públicos de poder, sobretudo se a perspectiva renovadora da política foi, de fato, implementada. Difícil é saber se tais acervos estão disponíveis para o manuseio do pesquisador. Talvez, nem mesmo os apanhados taquigráficos das sessões legislativas de 1973 a 1976 nem existam mais. Cabe ao pesquisador interessado bater na porta do arquivo da Câmara de João Pessoa e, com paciência e bom trato pessoal, convencer arquivistas a ajuda-los nessa empreitada.

Em relação ao referencial teórico possível para a análise, as chaves de engajamento e participação apontadas por Lima (2019, p. 380-387) podem ser proveitosas para o pesquisador interessado em estudar a juventude partidária da Arena. Contudo, apontamos aqui a perspectiva da cultura política brasileira como uma das formas possíveis de análise desse departamento. Um conceito complexo dentro da historiografia, pois foi incorporado de cientistas políticos e antropólogos. Para os historiadores, serve, como aponta Motta (2009, p. 21), para analisar as práticas, tradições e representações políticas fomentadoras do comportamento e da interpretação das conjunturas políticas dos indivíduos. Apontar a existência de uma cultura política brasileira significa que todos os brasileiros dela compartilhem, mas um padrão de comportamento entre aqueles que controlam ou almejam controlar o poder do Estado.

Segundo Berstein (1998), partidos políticos não são instituições que formam culturas políticas (excetuando-se os comunistas, haja vista que a sua existência é fundamental para o desenvolvimento da ideologia), mas são órgãos que são vetores de culturas políticas. Dessa forma, a Arena-Jovem, como um organismo partidário, partilharia de suas características.

Entre suas principais características, Motta (2013) aponta a construção de um imaginário conservador da política nacional, formada por grandes nomes da política nacional e datas marcantes; práticas políticas fundadas no patrimonialismo, ou seja, aquelas que privilegiam projetos políticos pessoais em contrapartida ao interesse público; uma tendência a conciliação

de conflitos, geralmente pelo alto, entre elites, que excluem as classes subalternas; a crítica aos partidos e demais instituições democráticas, sobretudo pelo baixo apelo junto à população; e a influência exercida em culturas políticas baseadas nas grandes famílias políticas de origem europeia, como o conservadorismo, o liberalismo, o comunismo e o republicanismo.

Diante de um texto curto, torna-se difícil aprofundar melhor as características dessa cultura política. Nesse sentido, passamos a exposição sobre a Arena-Jovem paraibana, por onde conseguiremos identificar melhor a operacionalização teórica com nosso objeto de pesquisa.

## **A ARENA-JOVEM NA PARAÍBA E O DISCURSO RENOVADOR DA DITADURA MILITAR**

Os principais pontos de análise da Arena-Jovem paraibana que podem ser discutidas em textos são sua formação enquanto departamento e sua relação com os demais setores do partido. Na tese de doutoramento ainda em desenvolvimento sobre a Arena na Paraíba constam mais informações sobre o departamento jovem local, contudo, em um texto tão curto, torna-se difícil realizar uma problematização mais ampla sobre sua atuação.

A primeira aparição de um grupo designado a representar a juventude dentro da Arena paraibana ocorreu ainda em 1966, logo após a fundação do partido no estado. Denominada Juventude Popular Renovadora Nacional, teve aparição efêmera, relatada apenas em uma única notícia no *A União*, na qual era listados seus membros<sup>4</sup> e constava carta de apoio ao governo do general Castelo Branco (SOBREIRA, 2016, p. 103). Politicamente produziu pouco, apenas um de seus membros seguiu carreira política – Edme Tavares foi eleito deputado estadual em 1970, mais pelo fato de ter ocupado cargos no governo João Agripino do que por qualquer atuação na juventude partidária.

Novas notícias sobre o funcionamento do Departamento Jovem da Arena na Paraíba só tornariam a aparecer em 1970. Antes da determinação da Lei Orgânica dos Partidos daquele ano, que tornaria obrigatório a fundação dos departamentos jovens nas seções regionais do partido (Correio da Paraíba, 25 de ago de 1970, p. 8). Na virada das décadas de 1960 e 1970, a crise instaurada entre o regime e seu partido após a votação da cassação do deputado federal do MDB da Guanabara, Márcio Moreira Alves, na qual os militares sofreram acachapante derrota no Congresso, deixou sequelas. Parte significativa dos *arenistas* votaram contra a cassação de Moreira Alves e isso afetou sua credibilidade junto ao regime. Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Congresso foi fechado e uma série de políticos foram cassados.

O baque sofrido pela Arena foi significativo<sup>5</sup>, contudo, essa relação foi sendo contornada a partir das novas medidas visando a reorganização dos partidos políticos – as principais delas o Ato Complementar 54 (AC-54) e a já mencionada Lei Orgânica de 1972. Junto a esses novos direcionamentos, emergiu um discurso promovido pelo regime e por setores do partido, propa-

gado pela imprensa de que era preciso renovar os partidos, a Arena especialmente, não apenas em sua organização interna, mas na sua forma de ação.

Falava-se em erradicar por completo a identidade das antigas legendas extintas em 1965, sobretudo os chamados “vícios” da política nacional, sobretudo o patrimonialismo e as práticas derivadas dele: familismo, clientelismo, paternalismo entre tantas outras que caracterizam a cultura política brasileira. Ainda era forte o discurso anti-demagogia, o qual atrelava aos partidos pré-1965 uma imagem negativa da sua vinculação com a sociedade, que a relação de seus membros com o eleitorado era demagógica. Como resposta a esses problemas, o regime via na juventude do partido um ponto de partida para a renovação dos quadros partidários, formando uma nova classe política desvinculada aos antigos partidos e atrelada apenas ao ideário do regime.

A Arena-Jovem paraibana após a sua fundação lançou o nome do jornalista e universitário Levi Borges para candidato a vereador. Sua campanha baseava-se no discurso anti-demagógico, de renovação dos quadros políticos paraibanos, mas suas principais ações políticas eram vinculadas à tradicional classe política, como encontros com o governador, o prefeito de João Pessoa e outros (Correio da Paraíba, 30 de fev de 1972, p. 5). Eleito, Borges abriu as portas para a expansão do partido para o interior do estado e para a formalização das bases e das diretrizes de ação.

Entre 1973 e 1974, a expansão da atuação da Arena-Jovem na Paraíba desencadeou uma série de problemas internos dentro do partido na Paraíba. Os membros da juventude *arenista* na Paraíba basearam sua ação numa perspectiva carreirista da política partidária, o que afetou diretamente os grupos políticos mais tradicionais. Apresentava-se um choque de gerações dentro do partido, contudo o que via-se formar na Arena paraibana era uma nova ala, ou facção, dentro de um partido já bastante fracionado (BRITO. A União, 21 de jan de 1973, p. 2).

Ainda haviam os políticos mais tradicionais que, diante da popularidade que a juventude partidária aparentava desfrutar junto a uma parcela significativa da cidade, buscou “surfear na onda” dos jovens *arenistas*. Alguns políticos apresentavam-se como os representantes da Arena-Jovem para o pleito de 1974, sem qualquer relação firmada com o departamento, esses casos levaram as lideranças da juventude *arenista* a lançarem nota declarando não serem esses políticos apoiados pelo departamento (Correio da Paraíba, 16 de jul de 1974, p. 1). Uma situação conflituosa dentro do partido promovida por uma entidade que visa a colaboração com o partido.

Na eleição de 1974 a Arena-Jovem não elege nenhum representante, sendo a programação do departamento eleger um deputado estadual. O fracasso naquele pleito – que foi uma estrondosa derrota para o partido governista no âmbito senatorial, mas nas casas legislativas mais baixas manteve a média de representantes das eleições passadas –, levou à publicação pela imprensa de críticas sobre a postura da Arena-Jovem, desde a atuação carreirista de seus mem-

bros, até o questionamento de, se de fato, os seus membros eram jovens (MADRUGA. Correio da Paraíba, 17 de mai de 1975, p. 3; Correio da Paraíba, 19 de ago de 1975, p. 1; O Norte, 18 de ago de 1976, p. 3)

Ao mesmo tempo, o partido buscava promover uma renovação daqueles que deveriam promover a renovação dos quadros partidários. A imprensa publicava notícias e colunas de jornais que o Diretório Regional da Arena paraibana estava selecionando novos membros para a diretoria do departamento, sendo o perfil desses especulados filhos de políticos, lideranças e membros do alto escalão do governo estadual (BRITO. Correio da Paraíba, 24 de jan de 1976, p. 3; Correio da Paraíba, 20 de jan de 1977, p. 3).

Após o fim do mandato de Levi Borges na Câmara Municipal de João Pessoa, em 1976, não houve mais qualquer referencia à Arena-Jovem nos jornais locais. A Arena Jovem tornou-se instrumento de busca de poder dentro do partido, sem qualquer perspectiva de renovação de práticas ou conduta política de seus membros em relação às personalidades mais tradicionais. Na ótica do colunista Gilvan de Brito, a Arena Jovem em toda sua trajetória viveu sob a ausência da juventude (BRITO. Correio da Paraíba, 17 de jul de 1977, p. 3).

## NOTAS

\* Doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: dmitri\_bichara@hotmail.com

1 O principal expoente desse movimento foi o Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em 2014 na esteira das manifestações públicas a favor da operação Lava Jato, em defesa das políticas de livre-mercado no Brasil. Apesar de se denominar apartidário, diversos de seus líderes ingressaram na carreira política pelos tradicionais partidos políticos.

2 Pesquisa do acervo pode ser feita através do link: <https://cutt.ly/phSTz2w> (acesso em 14 de dezembro de 2020).

3 Os jornais citados nesse texto estão disponíveis para pesquisa presencial nos acervos da Casa de José Américo, Arquivo Público do Estado da Paraíba (localizado no Espaço Cultural) e no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Todos na cidade de João Pessoa.

4 Entre os nomes constavam pelos bacharéis Edme Tavares, Roberto Sá, Antônio Carlos Carneiro, Antônio Lima e Wellington Aguiar; pelos jornalistas José Octávio de Arruda Melo e Otinaldo Lourenço; e pelo universitário João Agripino Neto (SOBREIRA, 2016, p. 103)

5 Para Grinberg (2009, p. 132-133), a crise gerada após o AI-5 levou a diversos questionamentos por parte da classe política sobre a viabilidade de se manter atuante enquanto tal. Entre 1969-1970 muitos políticos foram cassados e outros desistiram da vida pública.

## REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 57-98.

GRIMBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.



LIMA, Gabriel Amato Bruno de. Um lugar para a mocidade na política: A atuação das juventudes na Arena Jovem durante a Ditadura Militar brasileira (1969-1979). In BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, p. 2019, p. 171-390.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013a, p. 9-33.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

# **A MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE MILITANTES RELIGIOSOS E LAICOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA (1966-1981)**

**Ciro Caleb Barbosa Gomes<sup>1</sup>**

**Monique Cittadino<sup>2</sup>**

A relação entre a Igreja Católica e a ditadura civil-militar no Brasil já foi objeto de extensa e significativa investigação historiográfica: dos clássicos trabalhos que analisam de forma mais ampla tal relação, a exemplo de Souza Lima (1979) a Mainwaring (2004), para quem o posicionamento da Igreja Católica brasileira frente ao Estado adveio de especificidades de sua própria relação com a sociedade local, a autores como Alves (1980) a Della Cava (1985), que enfatizam tal relação a partir das próprias definições emanadas das orientações do Vaticano, passando por trabalhos mais recentes que, ao tratarem de objetos específicos dentro do universo religioso, trazem novas análises a respeito do papel da Igreja enquanto elemento social e político relevante nos embates travados durante a ditadura civil-militar. Diante do exposto, é fundamental destacar o papel desempenhado por militantes religiosos e leigos na denúncia, resistência e no combate às violências praticadas durante esse período, na busca de compreender os meandros desse cenário temporal. Na Paraíba, a Igreja Católica, na pessoa do seu principal dirigente, o Arcebispo Dom José Maria Pires, foi importante fonte de inspiração, estímulo e referência durante o período em questão. O fato é que o arcebispado paraibano, até a chegada de Dom José, era comandado por Dom Mario de Miranda Villas Boas, defensor intransigente do novo regime militar, garantindo à Igreja Católica a posição de aliada preferencial dos novos detentores do poder do Estado. Logo, as medidas persecutórias implementadas contra os movimentos sociais, organizações de esquerda, movimento estudantil, funcionalismo público, camponeses e políticos identificados com atividades e ideologias consideradas subversivas, bem como o uso da violência e da tortura nas prisões então abarrotadas de presos políticos não se constituíram em objeto de preocupação por parte da principal autoridade da Igreja paraibana à época. Em síntese, a Igreja funcionava como uma instituição que contribuía para a manutenção do estado atual de coisas e para a preservação dos interesses dos grandes grupos políticos e econômicos hegemônicos no território. A partir de então, fazendo uma opção em defesa daqueles que se situavam à margem da sociedade e das estruturas de poder dominantes, e que tinham seus direitos permanentemente violados em função do avanço das relações de exploração dos trabalhadores que a ditadura impunha, a Igreja, através do seu Arcebispo e de diversos militantes a ela rela-

cionados, sejam eles religiosos ou laicos, passou a atuar de forma sistemática principalmente na organização dos trabalhadores rurais e na implementação de medidas em defesa da classe que se encontrava à margem (SANTOS, 2010; PEREIRA, 2012; MITIDIERO JR, 2010; DUARTE, 2015). Posteriormente, ao longo da abertura política do regime, o processo de luta pela criação de novos partidos políticos que superassem o quadro de bipartidarismo imposto desde 1966 começou a ganhar força a partir do ano de 1979.

Na esteira de outros movimentos, como a reivindicação de anistia aos perseguidos políticos do regime militar, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) representou importante elemento para superação do autoritarismo e busca da redemocratização do país. Na Paraíba, o processo de organização do PT esteve vinculado fundamentalmente à atuação de militantes ligados à Igreja Católica e à Teologia da Libertação, alguns deles sendo professores universitários.

Dessa maneira, intenta-se neste artigo entender em que medida a Igreja Católica na Paraíba e seus integrantes e parceiros contribuíram para o processo de resistência à ditadura civil-militar estabelecida no país a partir de 1964 e para a recuperação de um Estado Democrático de Direito. Além disso, busca-se também recuperar e registrar a memória dos diversos militantes, religiosos ou laicos, que participaram desse processo de enfrentamento e resistência ao regime, desatacando sua trajetória e luta pela superação deste Estado de exceção, igualmente analisando o papel da Igreja Católica e dos seus militantes junto a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais paraibanos, e a partir de depoimentos coletados e gravados em entrevistas, visando construir um banco de memórias referente a resistência à ditadura civil-militar na Paraíba.

A história oral tem sido instrumento fundamental no aporte de fontes primárias responsáveis por um leque de informações incapazes de serem supridas através de outras fontes documentais. Os depoimentos orais, produzidos pelos sujeitos a partir de suas memórias, e outros indivíduos que de alguma forma participaram do desenrolar da história, ou a ela assistiram, constituem-se em testemunhos vivos capazes de interagir com o ofício do historiador.

Ao assumir a história oral e sua importância, reconhecemos todo aporte teórico que fundamenta a compreensão de P. Thompson (1998), de que as entrevistas são fontes históricas preciosas cabíveis de um rigor científico e procedimentos claros de análise. E, não podem ser desmerecidas pela subjetividade ou pelas lacunas que surgem no ato de lembrar, tampouco podem ser rotuladas como um elemento complementar na investigação científica. “Se as fontes orais podem de fato transmitir informação fidedigna, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado” (THOMPSON, 1998, p. 137).

Não obstante, a história oral avançou, seja através dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, vanguarda na introdução da história oral no Brasil, que iniciou suas experiências neste campo através do registro da memória das elites políticas do período Vargas, seja na reconstrução da história dos excluídos/

vencidos, das minorias dominadas, dos marginalizados e de todos aqueles, que, na perspectiva da história oficial, não tiveram direito a voz e participação. Frente à carência de registros documentais desses sujeitos sociais, a história oral passou a constituir-se em um importante elemento metodológico para a construção dessas trajetórias. Com isso, os trabalhos que pretendiam discutir metodologicamente o seu uso voltaram-se, primordialmente, para os temas relativos às comunidades camponesas e operárias, às mulheres, aos marginais, etc., bem como para os aspectos envolvendo manifestações da cultura popular, do cotidiano e da vida privada, com forte influência da Antropologia.

Neste artigo, busca-se fazer uso de uma das categorias da história oral: a história de vida, em que o depoente discorre de forma aberta e espontânea sobre a sua trajetória de vida desde a infância, abordando aspectos da sua constituição familiar, formação escolar e profissional, relações sociais e afetivas, visão de mundo e inserção no universo político. Neste sentido, a história de vida lança mão de um espectro ampliado da memória, não se restringindo a rememoração de um único aspecto a ser indagado pelo pesquisador. Assim, os relatos oriundos da história de vida propiciam um campo extremamente alargado de informações e experiências ao alcance do historiador, permitindo-lhe análises mais ricas e complexas, que conjuguem e ponham em diálogo diferentes e múltiplos aspectos do indivíduo, da sociedade e da cultura política prevalente nesta sociedade (FERREIRA, 2006; SANTOS, 2007).

As oitivas foram realizadas com os militantes Alder Júlio Ferreira Calado e João Batista Magalhães Sales, de forma remota através da plataforma *Google Meet* durante o mês de junho de 2020. Há de salientar-se que a íntegra em áudio e vídeo das entrevistas estão disponibilizadas como parte fundamental do banco de memórias referente à ditadura-civil militar na Paraíba.

Mediante esse quadro, as oitivas realizadas com os dois militantes, evidenciam semelhanças e aproximações no processo de resistência a esse período da história do país por parte de importantes atores religiosos e leigos no Brasil e também na Paraíba. Ambos os militantes advindos de uma formação cristã já na infância passam a compor e vivenciar a lida religiosa a medida em que também surgem diversos grupos minoritários ligados à Igreja Católica, que, posteriormente, configuraram-se como uma ala progressista no seio da Igreja. Esses grupos populares, de militância católica, dos quais tanto Alder Júlio Ferreira Calado quanto João Batista Magalhães Sales fizeram parte, assumiram o importante papel de intermediar a fé do povo com a difícil conjuntura sócio-política e econômica que se atravessava, gerando uma espécie de ativismo religioso e produzindo incômodo nos membros dos setores mais tradicionais da Igreja e da Cúpula Militar Golpista. À frente desses grupos, por suas posturas e ações, apesar da hegemonia das forças conservadoras na Igreja, nesse período, ambos os entrevistados recordam as vidas e vozes daqueles que se manifestaram contra o golpe desde o seu início, dentre eles a figura do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires.

A militância religiosa de Alder Júlio e João Batista são frutos das reverberações do Concílio Vaticano II que debateu a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a possibilidade de a Igreja ter uma “opção preferencial pelos pobres” (GUTIÉRREZ, 1985; LOWY, 2007)

A todo momento, os entrevistados salientaram sua escolha de vida e obra em favor dos pobres e oprimidos nas suas mais diferentes realidades. Como aponta Boff (1980), a compreensão do termo “pobre” tem significado singular para a Igreja na América Latina cujo desafio maior, reside em denunciar as injustiças sociais causadas pelo sistema capitalista. Neste sentido, a “consciência da Igreja” se materializou em duas grandes opções: na escolha “preferencial pelos pobres” e na opção por sua libertação integral.

Esse discurso de uma Igreja socialmente engajada e comprometida com os pobres da qual Alder Júlio e João Batista se aproximaram, gerou ressonâncias importantes para a legitimação dos movimentos de militância Católica, a exemplo da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), e também contribuiu para o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), logo também para a consolidação ideológica da própria Teologia da Libertação. Há de se destacar que as menções a esses movimentos acontecem repetidamente nas oitavas.

A Igreja na base, de que falam os entrevistados, designa toda a ação da Igreja Católica e de outras igrejas reformadas históricas surgidas na efervescência do Cristianismo libertador, refletindo um conjunto de várias experiências de base, que floresceram e tiveram um papel importante no que a Igreja Católica fez em relação à causa libertadora dos pobres. Esse movimento contou com apoio de parte expressiva do Episcopado Brasileiro e latino americano, merecendo destaque as contribuições dos Bispos Dom Helder Câmara, Dom Batista Antônio Fragoso, Dom José Maria Pires, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Francisco Austragésimo de Mesquita, Dom José Távora, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino como realça Mainwaring (2004).

Destaca-se que essas experiências na base foram norteadas pelos pressupostos da Teologia da Libertação. Essa compreensão da Teologia da Libertação apresentada pelos militantes entrevistados coaduna, de certa forma, com Tamayo (1999), ao definir essa teologia como o conjunto de várias teologias, pois nasceram no terceiro mundo são, portanto, teologias da periferia onde a pobreza constitui um fenômeno massivo estrutural e essas múltiplas experiências, anteriormente apresentadas, foram os meios pelos quais ela ocupou espaço no cotidiano das pessoas.

Frente à pobreza e miséria que assolava a América Latina, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, espaço temporal onde se desenvolveu a militância dos entrevistados, teólogos como José Comblin, Hugo Assman, Juan Luiz Segundo, Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Enrique Dussel, Pablo Richard entre outros, buscaram nas Ciências Sociais contribuições para um novo pensar teológico mais comprometido com os aspectos políticos e so-

ciais, surgindo dessa forma textos mais críticos do ponto de vista conjuntural que se vivia, sobre fé, cristianismo e sociedade. De igual modo surgiram métodos e instrumentos de mediação para que as camadas populares pudessem pensar e agir sobre suas realidades e materialidades a partir da ótica dos empobrecidos. O método ver, julgar e agir é um exemplo claro disto, buscando no Marxismo, referências e fundamentação para a compreensão do modelo de desenvolvimento capitalista.

Outrossim, cientes do forte envolvimento e influência religiosa na trajetória desses militantes, verifica-se que um e outro ensaiaram e vivenciaram uma formação teológica e política concatenadas com a Igreja comprometida com os pobres, a Teologia da Libertação e as práticas de educação popular, viabilizadas pelas contribuições de todo arcabouço teórico-metodológico advindo da Ação Católica Especializada.

É nesse contexto sociocultural de contrastes entre centros urbanos industrializados e regiões de miséria que a Teologia da Enxada buscou na relação com o povo, o berço para um processo de reorientação teológica. Nesse lastro de vivências e valorização do saber popular e singularidades cotidianas dos excluídos daquela época, Alder Júlio e o monge João Batista foram construindo junto as comunidades de trabalhadores rurais as bases para um novo fazer teológico e uma nova vivência do Evangelho de Jesus. Neste sentido, as contribuições do Pe. José Comblin, de Dom José Maria Pires e de outros protagonistas importantes na história de resistência da Igreja se fizeram fundamentais.

Convém lembrar que os militantes entrevistados foram verdadeiros animadores e baluartes do “novo jeito de ser Igreja”, partilhando e multiplicando diversas experiências formativas com as comunidades de fé, desempenhando importante papel no apoio aos processos organizativos de caráter pedagógico para a capacitação de novas lideranças para o meio popular, e evidenciando um compromisso vivo e continuado com o povo e sua libertação no contexto da ditadura civil-militar a nível nacional como também na Paraíba.

## NOTAS

- 1 Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- 2 Docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura (1974/85). In: KRISCHKE, Paulo;

MAINWARING, Scott (Orgs.). **Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L E PM/CDEC, 1985.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **Nos passos da revolução da fé: a caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) CCHLA/PPGDH/UFPB, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GUTIÉRREZ, Gustavo. “O Concílio Vaticano II na América Latina”. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 17-49.

LOWY, Michael. **Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias**. In: Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 411-437.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MITIDIERO JR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Curitiba: CRV, 2010.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/CCHLA/UFPB. 2012.

SANTOS, Ednaldo Araújo dos; VELÔSO, Ricardo Grisi. **O ano sacerdotal e o clero da Arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SANTOS, Sônia Maria dos. ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. **História Oral: vozes, narrativas e textos**. In. **Cadernos de História de Educação**, n.5, jan/fev. 2007.

SOUZA LIMA, Luis Gonzaga. **Evolução dos católicos da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TAMAYO J. J. Teologias da Libertação. In: **Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# ASPECTOS ACERCA DA VIGILÂNCIA DO SNI AO CAMPO POLÍTICO PARAIBANO

Profa. Ma. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares\*

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar considerações acerca da vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao campo político paraibano. Os apontamentos e análises aqui apresentadas são oriundas de minha dissertação de mestrado intitulada “A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)”<sup>1</sup>, e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

O foco principal são os documentos do chamado Fundo SNI – Agência Recife, especificamente aqueles que abordam o campo político<sup>2</sup> paraibano e seus integrantes. Tal documentação está desde 2016 sob posse da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM-PB), sendo constituída por mais de 7 mil arquivos digitais pertencentes ao acervo da Agência Recife do SNI. Trata-se de documentos que apresentam como data de produção inicial o ano de 1979, o que não significa que não contêm informações anteriores a este ano, visto que data de produção do documento não significa data de produção da informação. Deste modo, consta no acervo do Fundo SNI – Agência Recife, documentos produzidos em 1979 e diante, mas com informações que datam de anos anteriores, inclusive algumas de antes de 1964.

Segundo consta na redação da Lei Nº 4341, instrumento que oficializa a criação do Serviço Nacional de Informações em 13 de junho de 1964, cabia a este Serviço “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (BRASIL, 1964). Ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil e das várias conjunturas que este período abarcou, o SNI atuou como o principal órgão de informação e espionagem política dos militares, promovendo a coleta, análise e posterior difusão adequada de documentos e dados aos órgãos integrantes do sistema de informações e do sistema de segurança criados pela ditadura militar, além é claro, da Presidência da República.

A estrutura organizacional do SNI era composta por uma Agência Central (ACE) no Distrito Federal e mais 12 Agências Regionais espalhadas por cidades consideradas importantes para cada região ou localização, como é o caso da Agência Recife (ARE). Esta, como o próprio nome sugere, situava-se na cidade do Recife e era responsável pelas atividades de informações e contrainformações dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Nas



unidades federativas onde não possuía agências, como é o caso da Paraíba, o SNI podia possuir Núcleos de Área, por exemplo, havia na capital João Pessoa o NAJP/SNI.

De forma geral, o Serviço atuava em conjunto – no sentido de receber informações dos órgãos e setores e participar de suas atividades (repressivas) na busca por dados – com as Secretarias de Segurança Pública dos estados e com outros Órgãos de Informações (OIs). A partir de 1970 os OIs passaram a compor o Sistema Nacional de Informações (SISNI), formado por: as agências regionais e central do SNI (a qual incumbia a função centralizadora das informações); as Divisões de Segurança Interna (DSI) dos ministérios civis, e as Assessorias de Segurança Interna (ASI) de órgãos e entidades civis; o Departamento de Polícia Federal (DPF), os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CIE, CISA, CENIMAR); o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e outros órgãos setoriais com atividades de informações.

Além da “parceria” com os órgãos integrantes do SISNI, o SNI também recebia dados e podia atuar conjuntamente na busca por informações com os órgãos e setores responsáveis pelas atividades entendidas como de segurança, na prática, os conhecidos órgãos de repressão da ditadura militar. Em 1970, juntamente com a criação do SISNI, a ditadura militar criou o SISSEGIN, Sistema de Segurança Interna, que agrupava os órgãos de repressão sendo os mais conhecidos o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Um dos objetivos da ditadura com a criação destes dois sistemas – também conhecidos como comunidades – era justamente promover uma maior interação entre os órgãos e setores responsáveis por atividades de informações e os de segurança, cabendo ao SNI o papel de órgão centralizador das informações oriundas desta interação, na recepção e difusão de dados e documentos.

## **RELATO DA VIGILÂNCIA**

Voltando-nos agora para as fontes primárias analisadas em pesquisa. Temos que o acervo do Fundo SNI – Agência Recife é composto por Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE) relativos aos quatro estados da federação citados anteriormente. Os ACEs são um tipo documental criado pelos militares e se caracterizam como dossiês compostos por vários documentos relativos a um mesmo indivíduo ou temática. De tal modo, a primeira etapa da pesquisa desenvolvida no acervo do Fundo SNI – Agência Recife foi justamente a identificação dos ACEs acerca da Paraíba; seguida da identificação e separação para análise daqueles arquivos que eram relativos ao campo político paraibano: políticos, partidos, eleições, reuniões e manifestações políticas, militantes, organizações e partidos de esquerda, movimentos sociais, além dos documentos intitulados “infiltração comunista”.

A vigilância executada pelos órgãos de informações era disposta em diversos tipos documentais que possuíam por sua vez, características e funções variadas. Assim, os ACEs presentes no Fundo SNI – Agência Recife sobre o campo político paraibano, são constituídos por tipos documentais como: prontuários, que agrupam e transmitem informações, oriundas de outros documentos, dos indivíduos em vários anos; juízos sintéticos, que apresentam um resumo esquematizado sobre a vida, as ações e posicionamentos de um indivíduo na política, focando em questões importantes para os militares; e o documento informação, que apresenta informações específicas e resumidas, de caráter mais curto indica a certeza de um agente sobre o que se informa.

A pesquisa revelou a grande circulação destes documentos de vigilância e, com isso, das informações que relatam, pela estrutura repressiva sob o comando dos militares. De forma que consta em vários documentos do Fundo SNI – Agência Recife, a indicação dos órgãos para os quais o documento foi remetido ou de onde veio, com destaque para: Agência Central do Serviço, demais Agências Regionais e DSIs ou ASIs; setores militares como CIE, CISA e CE-NIMAR, além de 1º Grupamento de Engenharia e Construção (1º Gpt E Cnst), 15º Regimento de Infantaria (15º RI), 7º Regimento Militar (7º RM); Secretarias de Segurança Pública dos estados e mesmo Presidência da República.

Os setores e órgãos citados acima também aparecem como fontes das informações relatadas nos documentos. Nessa variedade duas se sobressaem como fontes majoritárias: a Agência Central e a Regional do Recife. Esta situação remete à função de produtor de informações que o SNI passou a executar desde 1970 quando, na esteira da criação do SISNI e do SISSEGIN, a estrutura e funções do Serviço foram ampliadas e o mesmo passou “a centralizar a produção e circulação de informações em suas mãos, diluindo o papel dos estados no controle de todo o Aparato Repressivo.” (LONGHI, 2009, p. 129).

Ainda sobre as fontes das informações, muitas vezes os variados tipos documentais traziam relatos e dados cuja fontes eram jornais impressos ou revistas. É conhecido a prática da censura que a ditadura fazia aos meios de comunicação e a outros meios como o artístico, entretanto, na documentação pesquisada verificou-se outro tipo de relação, onde a imprensa, a mídia, funcionava como objeto de análise dos agentes em busca de informações sobre indivíduos e grupos vigiados. Assim, observou-se em vários documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, a situação assinalada por Carla Longhi (2014, p. 105), onde a “informação jornalística se mostrava como uma forma de controle, de reverberar ações”, além de “uma forma de agilizar a circulação da informação, tornando-se a mídia impressa uma importante fonte documental aos órgãos de informação”.

O relato da vigilância exercida pelo SNI e por demais órgãos de informações, apresentava variações em seu discurso, onde alguns eram apenas informativos diretos e breves sobre ações e dados, sem parecer de juízo evidente; enquanto outros eram detalhados, com informações diversificadas (do privado ao público), com discurso que buscava, seguindo a visão e padrão dos

autores do documento, desqualificar os indivíduos ou grupos alvos da vigilância. Desse modo, a desqualificação era praxe nos documentos que informavam acerca de opositores da ditadura.

Outras características dos documentos são o caráter de denúncia que permeava o discurso dos relatos informativos, a prática da reiteração e a técnica de inculpação. A prática da reiteração baseava-se na constante anexação de dados e/ou documentos aos dossiês de indivíduos e grupos vigiados, reiterando a necessidade de mantê-los sob vigilância pois, na visão dos militares, continuavam a ser representantes do “perigo comunista”. A técnica de inculpação, por sua vez, se baseava no lançamento de uma primeira “dúvida” acerca de uma pessoa, tratava-se de uma suspeita que podia acompanhar este indivíduo por vários anos, resultando em vigilância e em prontuários extensos e com vários anexos.

A prática da reiteração e a técnica de inculpação eram características comuns da produção de documentos de vigilância durante todo o funcionamento do SNI e dos demais órgãos de informações, entretanto, no período da chamada “abertura política” a aplicação de tal prática e técnica na produção dos relatos informacionais da vigilância ganhou um estímulo a mais. Com a divulgação por parte do executivo federal de que o regime executaria uma “abertura lenta, gradual e segura” para a transição à democracia, o sistema de informações ficou apreensivo sobre qual seria o seu futuro nesta nova conjuntura. A estratégia pensada pelo SNI, principal órgão do SISNI, foi fomentar a produção de informações e documentos relatando supostas ações e suspeitas acerca do perigo do comunismo infiltrado e atuante no Brasil, visando evidenciar que o comunismo e a subversão da ordem ainda não haviam sido completamente destruídos no país e que, por este motivo, ainda era necessário o pleno funcionamento do Serviço e do sistema de informações com um todo.

## **VIGILÂNCIA AO CAMPO POLÍTICO PARAIBANO**

A identificação de documentos do SNI informando acerca do campo político paraibano, comprova que este Serviço exercia atividades de vigilância política sobre tal campo. Para fins de análise durante a pesquisa, foi observada a vigilância do SNI ao que se entende como política institucional, ou seja, políticos e legendas partidárias do período, tanto da oposição à ditadura militar (majoritariamente MDB e após 1979 o PMDB) quanto de apoio (a ARENA e seu sucessor PDS pós 1979). Bem como observou-se a vigilância à política que foi ilegalizada pela ditadura militar, os partidos, organizações de esquerda e seus militantes (especialmente PCB, PCdoB, PCBR, PORT, MR-8 e AP), além de movimentos sociais (estudantil, sindical e negro). A pesquisa nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife revelou que a vigilância do Serviço a estes dois grandes grupos ou segmentos do campo político, por assim dizer, e principalmente o relato da vigilância, apresentava certas diferenciações na forma, nas características, no discurso.

Assim, no que se refere à política institucional, verificou-se que o objetivo principal dos documentos e portanto da vigilância, era conhecer os principais atores e grupos atuantes na política, seja à nível local ou nacional, copilando e relacionando suas ações políticas até então, além de uma certa preocupação por antecipar, antever posicionamentos futuros em votações legislativas ou em apoios a projetos e ações políticas.

Também foi observado diferenciações no relato da vigilância dos integrantes deste grupo da política institucional, de forma que com relação aos políticos e partidos da chamada situação, observa-se a lógica do “confie, mas verifique”. O fato de ser um político pertencente a uma legenda comumente de apoio à ditadura poderia ser um sinal de abrandamento da vigilância sobre ele e seu partido, contudo, os órgãos de informação não viam necessariamente desta forma, certamente havia algum nível de abrandamento da vigilância que não temos como identificar apenas pelos documentos oriundos destas atividades. De maneira que é possível assinalar pelos documentos do SNI, é que o relato da vigilância apresentava distinções, o discurso e os termos usados: focava-se na trajetória do indivíduo, observava-se suas orientações, ações e relações políticas, bem como as relacionavam com uma análise da política nacional e estadual, buscando evidenciar as ligações do político vigiado nestes planos.

Já com relação ao relato da vigilância aos políticos e partidos situados à oposição, o que se verificou foi a lógica da “suspeição prévia”. De forma que o pertencimento dos indivíduos a legendas de oposição figurava como fator determinante para o estabelecimento da vigilância sobre o mesmo. Os documentos que relatavam acerca destes políticos destacam suas trajetórias, focando em suas relações com aquilo que a ditadura entendia como subversão e comunismo. Contudo, é importante destacar que o SNI demonstrava em seus documentos total conhecimento acerca dos fatores que incidiam sobre a escolha dos políticos por filiação às legendas partidárias, como questões de ordem de disputas de poder entre grupos oligarcas locais, bem como conheciam a organização e os embates dentro dos partidos políticos, sendo todos eles alvo de vigilância do Serviço.

No grupo da política ilegalizada, a vigilância aos indivíduos suspeitos pela ditadura de serem militantes de esquerda, atendia à lógica de identificar o militante, localizar e neutralizar sua ação política. O militante era entendido como um meio para se alcançar a organização e o partido ao qual fazia parte, de forma que a lógica acima citada era completada quando permitia chegar à organização. Para se alcançar isso, os movimentos sociais, como estudantil<sup>3</sup>, sindical<sup>4</sup> e negro<sup>5</sup>, também eram alvo da vigilância, uma vez que os documentos os tratam como meios de atuação da esquerda e do comunismo e, por isso, eram possíveis canais para se alcançar as organizações e os partidos de esquerda.

Ainda neste grupo da política ilegalizada, a pesquisa proporcionou o contato com um conjunto de documentos cuja o assunto é bastante interessante, trata-se daqueles que abordam uma chamada “infiltração comunista” em setores da sociedade. Tais documentos reconhecem alguns indivíduos como comunistas, baseando-se para tanto, na vigilância prévia a “diversos

setores da sociedade”: os três poderes da República, órgãos representativos de classe, estabelecimentos de ensino, meios de comunicação, meios religiosos (majoritariamente os católicos), organizações de segurança privada e até órgãos de segurança e informações. Deste modo, foi identificado que o SNI e demais órgãos de informações classificaram vários indivíduos como “infiltrados” a serviço de um grande “complô comunista” que, por meio de suas “tropas invisíveis presentes em toda parte” buscariam subverter a ordem brasileira para implantar o regime comunista no país. Trata-se de um bom exemplo daquilo que Raoul Girardet (1987) chamou de “mitologia do complô”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, a pesquisa realizada nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, evidenciou a magnitude, o funcionamento, as características e o objetivo das atividades de informações e de vigilância efetuadas pelo principal órgão de informações e contrainformações da ditadura militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), e também por outros órgãos que igualmente compunham o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Nesse sentido, foi observado que, no que se refere ao campo político paraibano (e aos seus integrantes), as atividades do SNI baseavam-se na relação vigilância-controle. De forma que a vigilância exercida sob o referido campo objetivava, através do conhecimento de suas relações, convicções, ações e pretensões, proporcionar ao Serviço e a ditadura em geral, as informações necessárias para exercer um certo controle, ou mesmo mais uma forma de intervenção sob este campo político. Para os militares, informação era palavra-chave, era a possibilidade de se exercer mais uma forma de controle, e ainda manter a aparência de que as instituições da política nacional funcionariam normalmente sob o seu governo.

Essa relação e suas consequências levam a um segundo entendimento. Estando os 21 anos de ditadura militar inseridos na longa duração da cultura política brasileira<sup>6</sup>, identifica-se no período, o influxo desta cultura política principalmente através de duas de suas práticas: a conciliação “pelo alto” e o autoritarismo. Isto porque, às chamadas elites políticas – grupos de políticos profissionais ligados às elites econômicas e políticas – ainda que, com a presença marcante do autoritarismo em uma série de cerceamentos e repressões (inclusive físicas), além de alterações constantes na legislação, mesmo seguindo regras impostas e constantemente alteradas pelos militares e, como exposto aqui, sofrendo com a vigilância dos órgãos de informações, foi permitida a atuação institucional no campo político. Ao passo que aos grupos políticos que não pertenciam às elites econômica e política, como partidos comunistas e organizações de esquerda em geral, estes não conheceram nenhum tipo de conciliação, seja no âmbito social ou político, apenas o autoritarismo: além das prisões, torturas e assassinatos; a vigilância, a ilegalidade e a proibição da atuação política devido a sua ideologia e militância política.

Por fim, a pesquisa em documentos do Fundo SNI – Agência Recife, documentos produzidos pelos órgãos de informações da ditadura militar, evidencia que as atividades de informações exercidas por tais órgãos, eram atividades de vigilância política, portanto, se constituem como mais uma face da violenta repressão política imposta pela ditadura militar à sociedade brasileira ao longo de 21 anos.

## NOTAS

\* Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

1 Orientada pelo Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB).

2 Segundo Pierre Bourdieu (2011, p. 195), “um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”, sendo o campo político portanto, “definido como um espaço relativamente autônomo, dependente de um universo de regras, crenças e papéis próprios. É “o lugar em que se geram – na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos – produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (CANEDO. IN: CATANI; NOGUEIRA; HEY; MEDEIROS, 2017, p.91). Nesse sentido, observando o macrocosmo social brasileiro no período da ditadura militar, o campo político brasileiro era composto por questões como: poder (do Estado e do capital), forças armadas, militares, partidos e associações políticas, políticos profissionais, eleições, organizações e militantes de esquerda, movimentos sociais, autoritarismos, ideologias, discursos, conjunturas, disputas de classe, dentre outros.

3 Acerca da vigilância do SNI ao movimento estudantil, especificamente no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, ver: DIAS, Elissandra Maria Costa. **A vigilância do SNI aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (1979-1985)**. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2018.

4 Sobre a vigilância do SNI ao movimento sindical paraibano, ver: COSTA, Matheus Pereira da. **A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano (1979-1987)**. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2020.

5 Sobre a vigilância do SNI ao Movimento Negro, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. A vigilância do SNI sobre o movimento negro brasileiro (1978-1985). In: **VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG - História em tempos sombrios: estudar pesquisar ensinar**, 2019, Belo Horizonte. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS-UFMG), 2019. v. 1. p. 2219-2228. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1TDLzqgc6SWKfwD6\\_4hJb93WZiqul37B3/view](https://drive.google.com/file/d/1TDLzqgc6SWKfwD6_4hJb93WZiqul37B3/view)

6 Na definição de uma cultura política brasileira, utilizo o conceito de cultura política apresentado por Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21): “Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”. Segundo Motta (2013, p. 15), uma cultura política brasileira engloba um imaginário nacional, no sentido de um conjunto de representações que oferecem ao grupo uma identidade política, e que possibilita a identificação com atores políticos do passado, de forma a classificá-los como heróis ou vilões, ou a estabelecer importância em eventos marcantes. Assim, destacam-se como características ou práticas da cultura política brasileira: uma “tendência à flexibilidade, à conciliação, ou à negação de conflitos” – mais comum entre as classes dominantes ou elites, situação comumente oposta quando as situações envolvem a classe trabalhadora –, “frágil identificação dos cidadãos com os partidos políticos, o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos”, além das já conhecidas práticas de patrimonialismo, personalismo, clientelismo, elitismo e autoritarismo (MOTTA, 2013).

## REFERÊNCIAS

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), localizado na Fundação Casa José Américo.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001, 203p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 269p.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005, 577p.

LONGHI, Carla Reis. **Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1o sem. 2014, 22p. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2014v15n22p92/7013>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448p.

PARAÍBA. Comissão Estadual Da Verdade E Preservação Da Memória Do Estado Da Paraíba. **Relatório final**/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, 748p.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2020, 229p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18201>

# CARACTERÍSTICAS FASCISTAS NO TWITTER DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO EM SEU PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

Matheus Vasconcelos Figueiredo<sup>1</sup>

José Luciano de Queiroz Aires<sup>2</sup>

## RESUMO

Inegavelmente, durante o processo eleitoral que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, dois aspectos que podem ser destacados são o uso massivo das redes sociais como fonte de propaganda, informação e discussão política, bem como a volta do termo “fascista” ao vocabulário popular, sobretudo para se referir aos apoiadores bolsonaristas. Tal cenário não se modificou no primeiro ano de governo do novo presidente. Portanto, para que o neofascismo de Bolsonaro não seja banalizado, ignorado ou ridicularizado se faz necessário caracteriza-lo, utilizando exemplos produzidos pelo próprio Jair, elaborando uma análise tendo como fonte principal a rede social Twitter, ferramenta que o governante utiliza com frequência para expor suas ideias e ações envolvendo diversos temas relevantes para o Brasil. Dessa forma, observa-se que ao chegar ao poder, o projeto extremista logo é posto em prática e seu líder apresenta diariamente na internet as novas políticas governamentais, além de fomentar o culto a sua personalidade e atacar todos aqueles que de alguma forma se colocaram como opositores. Tudo isso nos revela de maneira clara seus ideais fascistas, englobando campos historicamente prioritários a tal ideologia, como por exemplo educação, segurança, mídia e gênero.

**Palavras-chave:** Bolsonaro; Neofascismo; Twitter.

## INTRODUÇÃO

Com a chegada do século XXI, a internet foi se tornando uma ferramenta cada vez mais presente no cotidiano de boa parte da população mundial, afetando desde nossa forma de executar simples tarefas domésticas até o modo como nos comunicamos uns com os outros. Nesse contexto, o Brasil aparece como um país que fez parte desse processo de mudança tecnológica, visto que a rede online chegou ao território nacional em 1988 e viveu um crescimento contínuo nas décadas seguintes, mesmo que ainda longe do padrão de alguns países mais desenvolvidos.

Uma vez que o país se conecta à rede mundial de computadores, é possível dizer que um marco para as alterações sociais causadas por essa conexão é a chegada das redes sociais,



especialmente aquelas que foram criadas durante os anos 2000, como o Facebook e o Twitter. Ao caírem no gosto popular do brasileiro, as mídias sociais acabaram se tornando mais do que um lugar para encontrar amigos, viraram espaço para a propagação de ideias, debates, fontes de renda e informação. Sendo assim, não demorou muito para que setores da política aderissem a esses novos meios de comunicação, percebendo ali mais uma maneira de baixo custo para ações de campanhas políticas, buscando mobilizar e integrar os adeptos de seus ideais, algo nem sempre feito com intenções positivas, como este artigo irá demonstrar mais à frente.

Dessa forma, o engajamento de políticos nas redes sociais, sobretudo em períodos de campanhas eleitorais fica evidente, pois de acordo com Braga e Carlomagno (2018, p.10) “[...] Facebook e Twitter, por seu baixo custo e fácil acesso, tornaram-se as ferramentas digitais preferidas dos candidatos a partir do pleito de 2012, ultrapassando os *websites* como ferramenta de e-campanhas”. Apesar dos autores apontarem uma popularização dessa modalidade de campanha a partir de 2012, foi no processo eleitoral de 2018 que o tema de fato chamou a atenção do grande público, tendo em vista que o candidato vencedor na disputa para presidência do Brasil foi Jair Messias Bolsonaro, um extremista de direita que durante a década em questão construiu nas redes sociais uma militância de seguidores fanáticos em que se misturam pessoas reais com uma parcela de possíveis robôs para construir sua imagem de mito, como explica Sampaio (2016, p.12)

Entretanto, encontramos elementos da retórica da sedução presentes nos comentários publicados pelos seguidores do candidato. Para estes, Bolsonaro é “Bolsomito”, ou seja, um ser mitológico que será capaz de combater os males presentes na sociedade brasileira. Somente Bolsonaro, para esses eleitores, teria a força - relacionada diretamente ao militarismo - e a ideologia necessárias para enfrentar essas questões.

Como resultado, ao ser alçado ao cargo de chefe da república, Bolsonaro seguiu atuando intensamente na internet, fazendo de suas mídias sociais praticamente os principais canais de comunicação para apresentar suas ações enquanto presidente e conseqüentemente o Twitter, por se tratar de uma ferramenta de comunicação bastante direta através de textos que podem ser compartilhados em outros lugares da internet, rapidamente sendo disseminados. Em resumo, um olhar mais atento para esse ambiente específico se faz necessário por se tratar de uma grande fonte de informações oficiais a respeito do pensamento de Jair Bolsonaro sobre os mais diversos assuntos.

Além disso, por se tratar de um político constantemente classificado como fascista em discussões populares, seus seguidores também acabam sendo chamados dessa forma em debates com pessoas que se opõem ao governante. Mas, para que o termo não acabe sendo usado de forma banal, criando uma naturalidade que faça com que as pessoas achem normal ter um presidente com esse tipo de posicionamento ideológico, se faz necessário que deixemos claro porque Jair Bolsonaro pode ser considerado um fascista ou neofascista, quais características de

seus discursos e ações apontam para isso e como ele usa as redes sociais para propagar tais ideais. Para tal, é relevante a análise de suas publicações online, apresentando quais temas tomam mais a atenção presidencial nesse ambiente e a partir de então analisar seu conteúdo.

Embora muitas posições extremistas sejam colocadas de maneira evidente pelo atual governante do Brasil, se fez necessário nos debruçarmos sobre as obras daqueles que estão se dedicando a compreender esse processo histórico e suas consequências, para melhor poder identificar as características e particularidades desse Neofascismo do século XXI, utilizando tais classificações na construção deste trabalho. Nesse sentido, em nível brasileiro podemos destacar autores como Felipe Demier, Marcelo Badaró, Gilberto Calil e Tatiana Poggi, os quais possuem trabalhos não apenas voltados para esses movimentos políticos recentes, mas também para a presença histórica do Fascismo em território brasileiro. Ademais, para uma visão do contexto internacional da emergência dessa nova extrema direita, destacamos Jason Stanley, que em sua obra *Como Funciona o Fascismo* discorre a respeito dessa temática em uma perspectiva global, dando especial atenção ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que talvez seja o expoente mais conhecido dentro dessa esfera que ameaça à democracia.

## **COMO BOLSONARO USA O TWITTER PARA DISSEMINAR SEUS IDEIAS FASCISTAS**

O ano de 2019 ficou marcado como o primeiro de Jair Bolsonaro a frente da presidência da república e como muitos já esperavam, ao chegar a tal posto, ele continuou emitindo opiniões e desejos que vinha expressando durante toda a sua carreira política, o que significa que seguiu atacando e ameaçando minorias e opositores, incentivando a violência armada, exaltando a ditadura militar, se colocando como um salvador da pátria vítima de alguma conspiração e disseminando desinformação, tudo isso tendo a internet como um de seus principais palanques. A seguir analisaremos alguns momentos em que tais posicionamentos apareceram em seu Twitter durante o período.

**Figura 1 – Tweet do presidente Bolsonaro a respeito do tema da segurança e letalidade.**



Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter<sup>3</sup>.

Logo em seus primeiros meses de governo, Bolsonaro ao tratar da política de segurança, demonstra sua intenção de promover a violência no país ao fazer um apelo, classificando como urgente a aprovação de medidas por parte do legislativo que permitissem que as forças de segurança pública ou não usassem meios letais para resolver o que ele classifica como terror vivido na região. Sabendo que no Brasil a polícia age de maneira agressiva e muitas vezes fatal quando atuam em áreas periféricas das cidades, local de moradia de grupos minoritários, da população menos favorecida, de famílias negras que diariamente sofrem com ataques deliberados dos agentes estatais, não há como não pensar que esse tipo de declaração visa apenas a legalização da repressão contra uma parcela populacional que não conta com a simpatia de seu governante, como nos explica Tatiana Poggi (2019, p. 92)

O projeto de segurança pública defendido pelo governo, ancorado no excludente de ilicitude para a polícia somado à liberação da posse de armas para a população civil, tem como alvo justamente esses grupos. Vemos aqui uma estratégia no sentido de convocar a população civil a perseguir os supostos “inimigos da nação”.

Ao ter como uma de suas prioridades o amparo legal para que policiais possam usar seu armamento sem maiores consequências, bem como a intenção de armar a população, principalmente aqueles que o apoiam de maneira fervorosa e possuem grande desejo pela posse e porte de armas de fogo, junto com as condições financeiras para compra-las, Bolsonaro nos apresenta

explicitamente suas aspirações autoritárias, pretendendo contar com todo o aparelho repressivo do Estado aliado a milícias de apoiadores para intimidar, reprimir e violentar todos aqueles que ele considere que estão causando terror em solo nacional, se tornando obstáculos no seu suposto projeto de resgatar a paz no território brasileiro. O reflexo dessas práticas é descrito por Behring (2019, p. 224, 225)

O bolsonarismo expressa no Brasil um projeto de extrema-direita com traços de fascismo [...] e está deixando marcas destrutivas, indeléveis e cada vez mais profundas na medida em que o tempo segue seu curso e são implementadas suas medidas reais – formais e informais. Inclusive, estas últimas por meio de *twitters*, *lives* etc., incentivam o que há de pior na sociedade brasileira, incrementando todo tipo de violência, como se dissessem aos monstros (supostamente) reprimidos que agora “liberou geral” e que eles podem fazer o que quiserem: atear fogo nas florestas, invadir terras indígenas, matar mulheres e LGBTTs, chicotear jovens negros que roubam barra de chocolate, e impor o poder das milícias nas comunidades.

Simultaneamente, na medida em que fomenta o caos social através do ódio, o presidente evoca o período da ditadura militar como uma época modelo, exaltando esse passado mítico que deveria ser resgatado como solução para muitos dos problemas do país e claro, isto também está posto em suas redes sociais.

**Figura 2 – Bolsonaro faz alusão ao apoio da Globo a ditadura militar.**



Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter<sup>4</sup>.

Com a aproximação do aniversário de 55 anos do golpe militar que instaurou uma ditadura no Brasil em 31 de março de 1964, Bolsonaro ordenou que o ministério da defesa organizasse as devidas comemorações para celebrar a data, vista por ele com grande entusiasmo. Em seguida, o mesmo se deparou com diversas críticas de setores da sociedade e da imprensa e para responder os questionamentos, fez uma postagem em sua rede social lembrando diretamente o apoio da Rede Globo a ditadura e indiretamente o de outros grandes veículos de comunicação os quais também foram favoráveis ao regime da época.

Quando o presidente traz à lembrança do apoio de parte da grande mídia ao golpe, ele tenta apresentar uma prova de que sua visão positiva sobre o período está certa, algo que se consiste em mais um exemplo da retórica fascista, aqui buscando produzir a glorificação de um passado que nunca existiu de tal maneira, é o que nos diz Jason Stanley (2020, p. 20)

O passado mítico fascista tem uma estrutura particular, que sustenta sua ideologia autoritária e hierárquica. O fato de que as sociedades do passado raramente eram tão patriarcais, ou tão gloriosas, quanto a ideologia fascista as faz imaginar não vem ao caso. Essa história imaginária fornece provas para apoiar a imposição de hierarquia no presente, e dita como a sociedade contemporânea deve ser e agir.

Em síntese, ao fazer essa publicação em seu Twitter, Jair Bolsonaro busca exatamente construir uma história imaginária através da distorção de fatos históricos. Além disso, tal prática também demonstra seu anseio por transformar a sociedade brasileira naquilo que foi durante o regime ditatorial, com uma hierarquia imposta, o temor da população com relação as ações das forças de segurança, a supressão de qualquer forma de questionamento a respeito do governo e o controle midiático.

Todavia, para que tal estratégia seja bem sucedida é necessário também construir esta narrativa ideológica desde a escola, pois ela assim como as instituições de ensino superior, são apresentadas no discurso fascista como ambientes subversivos e perigosos para os estudantes, pois de acordo com Mattos (2019, p. 34)

Nos anos imediatamente anteriores a sua eleição, passou a compartilhar também as pautas do conservadorismo moral/sexual [...] em especial aquelas que atacam a educação pública sob argumentos de que uma “doutrinação comunista” domina as práticas docentes e de que o ambiente escolar é responsável pela difusão de uma “ideologia de gênero” que confronta os valores da “família tradicional”.

A retórica bolsonarista de combate a “doutrinação comunista”, “ideologia de gênero” e proteção à criança tenta disfarçar seu projeto altamente ideológico para a educação, o qual envolve desde a militarização de escolas públicas, retomando a ideia de sociedade fortemente hierarquizada até a perseguição de profissionais e instituições da educação que se opuserem aos seus planos, tudo isso aparelhando o Ministério da Educação para que endosse seus posicionamentos.

**Figura 3 – Bolsonaro fala a respeito do combate a ideologia de gênero.**



Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter<sup>5</sup>.

Neste exemplo, o governante cobra diretamente através do seu Twitter o Ministério da Educação para que seja preparado um projeto de lei que proíba a “ideologia de gênero” no ensino fundamental, buscando utilizar o poder federal para impor sua vontade sobre estados e municípios, sem ao menos apresentar qualquer intensão de diálogo a respeito do tema.

O então o chefe da pasta educacional era Abraham Weintraub, um defensor fervoroso do presidente que alinhava seu discurso junto ao mesmo para agradar a base de apoio religiosa e conservadora que desejava a aplicação de pautas que defendessem a família patriarcal, enxergando qualquer tipo de estudo sobre gênero nas escolas como uma ameaça, tendo em vista que tais grupos de apoiadores se veem como vítimas em uma guerra cultural contra minorias que hipoteticamente buscam deturpar os valores da nação. Essa característica dos movimentos fascistas em estados democráticos liberais é comentada por Jason Stanley (2020, p. 54)

Quando movimentos fascistas estão em curso em estados democráticos liberais, certas disciplinas acadêmicas recebem destaque. Os estudos de gênero, por exemplo, são criticados por movimentos nacionalistas de extrema direita em todo o mundo. Os professores dessas áreas são acusados de desrespeitarem as tradições da nação.

Desse modo, explicita-se a intensão de moldar a sociedade a partir da infância para que todos sigam o modelo de família tradicional defendido pelo pensamento neofascista ao mesmo tempo que suprime as discussões de gênero tão importantes para o avanço da sociedade moderna. Esse retrocesso social é perceptível ao se observar além do presidente, seus ministros, principalmente Educação, Direitos humanos e Relações Exteriores, os quais deveriam ser locais de ampla pluralidade e debate de ideias, mas acabaram por se tornar grandes polos do aparelhamento bolsonarista.

## CONCLUSÃO

Muitos eventos relacionados ao governo de Jair Bolsonaro ainda estão em curso neste momento, o que faz com que o debate a respeito de suas características ainda se encontre em um nível de ampla discussão, com diversas perspectivas sendo analisadas. Contudo, ao observarmos os autores aqui tratados, podemos perceber que apesar de suas diferentes opiniões, há um consenso de que o presidente possui ao menos alguns traços de Fascismo em sua trajetória política, o que também, pelas particularidades do mundo atual, pode ser chamado de Neofascismo.

Portanto, se faz extremamente necessário na atual conjuntura brasileira observarmos Bolsonaro com muita atenção, pois apesar de ainda vivermos em um regime democrático, a vigilância é necessária para que não haja uma escalada rumo ao autoritarismo opressor. Assim sendo, as redes sociais se apresentam não só como uma relevante fonte de informações a respeito do comportamento governamental, mas bem se constituem em uma importante ferramenta de mobilização social, seja para organizar movimentos e manifestações ou para pressionar de forma mais direta aqueles que estão envolvidos com a administração federal em Brasília através de seus respectivos perfis.

## NOTAS

- 1 Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
- 2 Professor doutor na Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
- 3 Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1102984499070226432>. Acesso em: 12 de dezembro. 2020.
- 4 Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1111005083196706817>. Acesso em: 12 de dezembro. 2020.
- 5 Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1168873702668345345>. Acesso em: 12 de dezembro. 2020.

## REFERÊNCIAS

- BEHRING, E, R. Devastação e urgência. In: CISLAGHI, J, F.; DEMIER, F. et al. (org.). O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. cap. 11, p. 223-238.
- BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Rev. Bras. Ciênc. Polít*, Brasília, n. 26, p. 7-62, mai./ago. 2018. DOI: 10.1590/0103-335220182601. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182601>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- MATTOS, M, B. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o

Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, J, F.; DEMIER, F. et al. (org.). O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. cap. 1, p. 17-47.

POGGI, T. Fascismo à brasileira. In: CISLAGHI, J, F.; DEMIER, F. et al. (org.). O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. cap. 3, p. 69-101.

SAMPAIO, D. et al. Jair Bolsonaro no Facebook: O Marketing Eleitoral Voltado para o Eleitor Conservador. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 18., 2016, Caruaru. Resumos [...]. São Paulo: **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em:** <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1191-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

STANLEY, J. Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”. Tradução: Bruno Alexander. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020. 208 p.



# COLETA DE DADOS NOMINAIS/DOCUMENTAIS DOS POLÍTICOS PARAIBANOS NA ELEIÇÃO DE 1954: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, TRE E DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS

Rayane de Lima Brasil<sup>1</sup>

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O estudo das elites políticas nos permite compreender a formação dos grupos/partidos políticos que compõe a política brasileira desde o Período Imperial (1822-1889), ao mesmo tempo, nos possibilita explicar os resultados posteriores a Independência (CARVALHO, 2013). O controle oligárquico presenciou as modificações dentro do contexto político local entre o pós-1930 (1930-1937), no período democrático (1945-1964), no regime militar (1964-1984), até a nova república em 1984. Apesar desse novo aparelhamento, as elites políticas herdeiras da tradição monárquica e detentora da propriedade da terra, permaneceram no jogo político através da sua influência e poder. Dessa maneira, a análise desses grupos permite nos variados contextos históricos nos permite entender os mecanismos que constituem o conceito de “elites” proposto por Mills (1958, 1975), e respectivamente seus atores através da composição partidária, as vinculações econômicas, ideológicas e sócio-políticas inseridas.

Para tanto, partimos do contexto que se desenhou com o fim do Estado Novo em 1945: fatores como a redemocratização, o pluripartidarismo e a Lei Agamenon Magalhães (1945), reestruturaram a composição política e partidária brasileira. Na década de 1950, o processo de urbanização e industrialização havia se intensificado rapidamente, a participação do povo dentro do contexto político-social e a presença de prática populistas, influenciaram diretamente as eleições seguintes tanto a nível nacional como a nível local. Consequentemente, esses fatores promoveram o declínio das práticas coronelísticas e das classes oligárquicas, que viram no populismo o meio de preservação do domínio oligárquico (CITTADINO, 1998).

Partindo desses pressupostos podemos afirmar, inicialmente, que embora as elites paraibanas estivessem obrigadas a se readaptar, por conta das transformações do contexto social e político, ainda podemos perceber o paternalismo, o familismo e associação com o mandonismo local por dentro da estrutura partidária paraibana. Também podemos perceber certa homogeneidade social nos perfis dos candidatos eleitos, cuja caracterização pode ser sentida na representação partidária que se organizou: a UDN paraibana, por exemplo, tinha seu quadro de

filiados composto predominantemente, por uma elite de base agrária, aspecto esse, que pode ser percebido nos perfis dos políticos eleitos em 1954.

## **METODOLOGIA UTILIZADA E REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

Para iniciarmos a coleta dos dados quantitativos sobre os políticos da eleição de 1954 na Paraíba, tivemos como base os acervos digitais como o site do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC); O portal da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE- PB), como também a identificação e as bases partidárias e sociais em torno dos políticos de 1954 na Assembleia Legislativa da Paraíba. A organização dos dados nos permitiu estabelecer os parâmetros de influência política e das formações dos grupos de poder no período estudado, o que foi nosso objetivo inicial de estudo. Assim, foi possível iniciar as primeiras análises em comparação com as referências bibliográficas sobre o período e os dados levantados.

Por meio das fontes utilizadas, o levantamento feito com os dados documentais/nominais dos candidatos eleitos para a Terceira Legislatura (1955-1959) da Paraíba, obtemos resultados significativos e relevantes para a nossa pesquisa. Na eleição de 1954 os brasileiros votaram para a Câmara Estadual (Deputados Estaduais) e Federal (presidente, senadores e deputados federais). Na Paraíba, as coligações e os partidos que concorreram foram: a Coligação Democrática Nacional (CDN-PSD/PL) e a Coligação formada pela UDN e PSP; o Partido Socialista Brasileiro (PSB); o Partido Republicano (PR); o Partido Social Progressista (PSP); a União Democrática Nacional (UDN); o Partido Social Democrático (PSD); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Libertador (PL) e o Partido Social

Trabalhista (PST), este último entre os demais foi o único partido que não conseguiu eleger nenhum candidato, visto que era um dos partidos com menor expressão na política local (CITTADINO, 1998). Somando com os candidatos eleitos para senador e suplente, deputado estadual e federal, os partidos que mais tiveram representação parlamentar foram a UDN com 40% das cadeiras garantidas e o PSD com 36% dos eleitos.

## **ANÁLISE DOS PARLAMENTARES ELEITOS EM 1954**

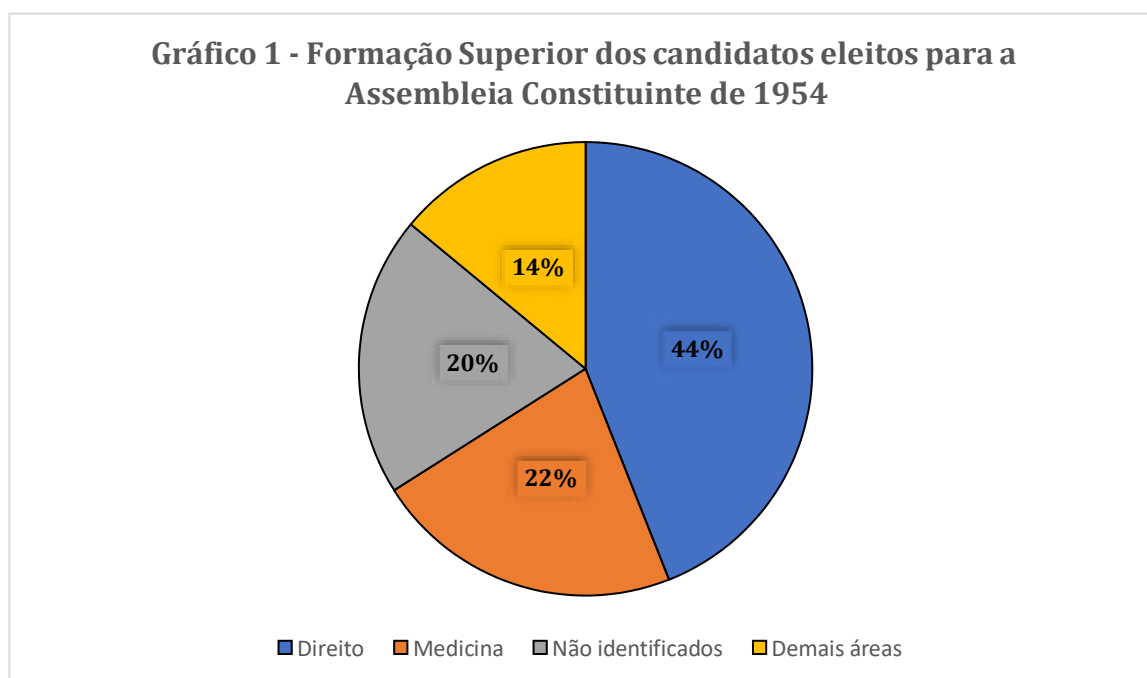
A formação superior dos candidatos é evidente, como símbolo representativo das elites sociais e políticas. Pois, com o fim do Império e o início da República Brasileira, o bacharelismo descrito por Raimundo Faoro (2001), se tornou frequente entre os perfis dos políticos e daqueles que se candidatava a algum cargo público. Na ocupação desses setores se encontravam os bacharéis em Direito, cujo capital político se revestiu de uma estrutura de relações de poder e

prestígio social de modo a garantir um constante movimento de permanências de alguns poucos membros dessa elite letrada nos cargos públicos.

Com os eventos políticos ocorridos em 1930, as elites brasileiras procuraram outros campos de formação superior como forma de ampliar e se adequar as demandas da sociedade, e o bacharelismo ganhou outras áreas concorrentes, que permitiu às elites a capacidade de deter um saber técnico-científico. Nessa direção, abriu-se espaço para outras áreas profissionalizantes e ao mesmo tempo ampliou o espectro de representação de poder no interior dessa mesma elite letrada.

Na análise realizada para os cargos legislativos do estado, na formação superior, 30% dos candidatos eleitos para Deputados Estaduais paraibanos em 1954, são formados em Direito, enquanto 23% são formados em Medicina, ao compararmos esses números com o cargo de Deputado Federal 82% apresentam formação superior em direito, enquanto na área de saúde foram 18%. Em geral, dos 55 candidatos eleitos para seus cargos (Dep. Estadual, Dep. Federal e Senador): 44% são advogados; 22% são formados em Medicina; 20% são relacionados aos que não conseguimos identificar se possuem formação superior/acadêmica devido à falta de informações. Temos ainda, aqueles que representam as demais áreas como Professor, Engenheiro Agrônomo e Militar, que somam 14%.

**Gráfico 1 – Formação Superior dos candidatos eleitos para a Assembleia Constituinte de 1954**

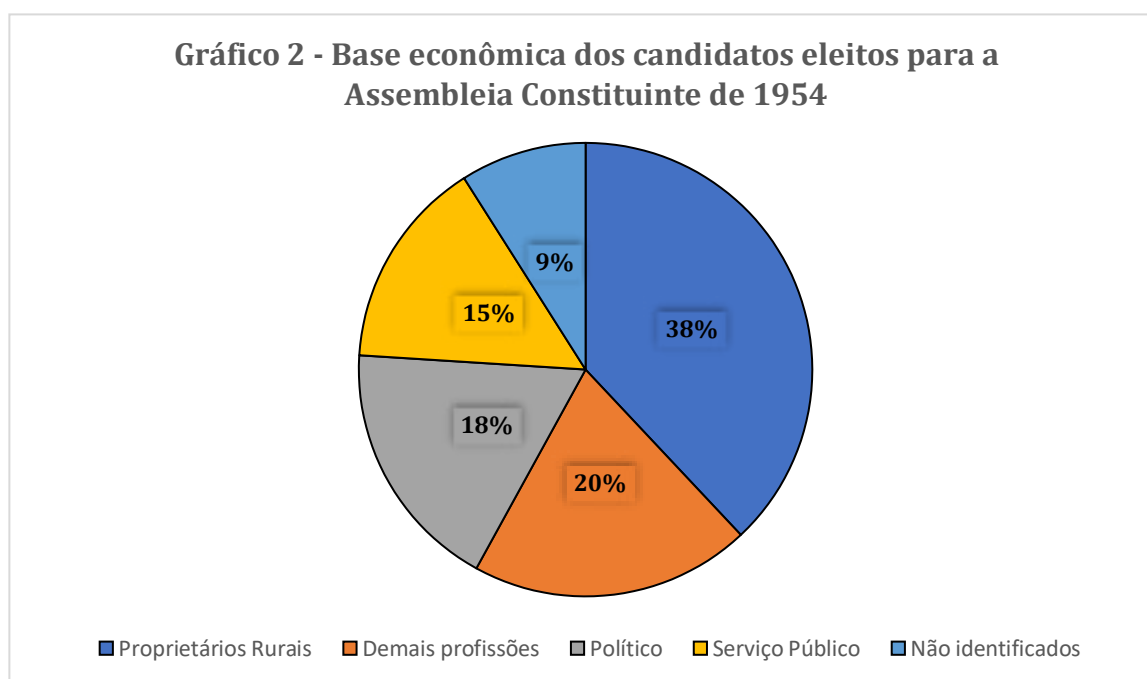


Fonte: BRASIL, Rayane de Lima; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Coleta de dados nominiais documentais dos políticos paraibanos na eleição de 1954: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários.** Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, pág.11

Outro aspecto que identificamos foi homogeneidade da *base econômica* dos representantes paraibanos nas esferas institucionais, voltada para o latifúndio, o cultivo dos produtos agrícolas, o processo de exportação e importação da manufatura (GURJÃO, 1994). O desenvolvimento dinâmico da produção têxtil no período, colaborou para a intensificação da industrialização e a conseqüente diversificação da elite política paraibana, com o favorecimento relevante das especializações em Ciências Agrárias.

O universo dos eleitos em 1954 para a assembleia Legislativa, constatamos que 38,1% dos representantes eleitos eram proprietários de terras, um fator interessante a ser destacado está nas distinções das demais profissões, encontramos diversos meios econômicos como Empresários, Profissionais Liberais e Comerciantes (11,2%), além dos Usineiros e Proprietários Industriais (9,4%). Outros 18% podemos considerar como “políticos profissionais” e 15% dos eleitos pertenciam a administração pública. Entre os que não foram possíveis encontrar ou não exerciam nenhuma atividade naquele período temos 9%.

**Gráfico 2 – Base econômica dos candidatos eleitos para a Assembleia Constituinte de 1954**

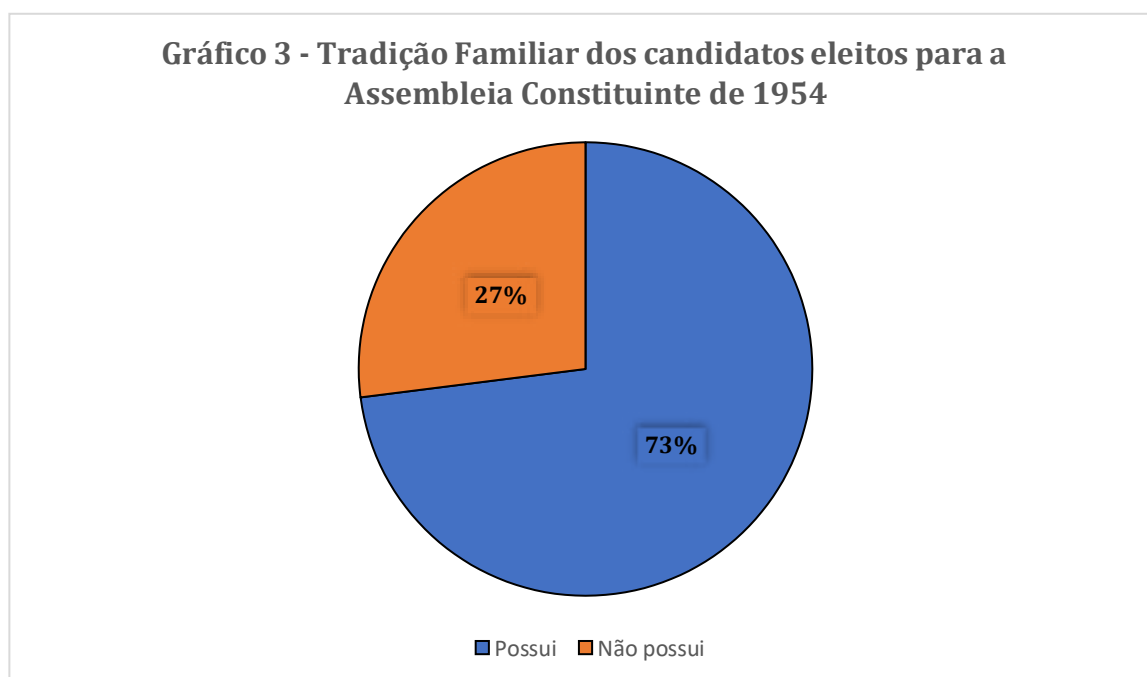


Fonte: BRASIL, Rayane de Lima; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Coleta de dados nominiais documentais dos políticos paraibanos na eleição de 1954: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários.** Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, pág.12

Como ponderou Blondel (1994), não podemos entender a política paraibana estando totalmente voltada para o “coronelismo”, por mais que tenhamos as práticas coronelísticas presentes, é um sistema de “chefes políticos”, fundamentais para auxiliar os cidadãos nas eleições e futuras reeleições. Ao verificarmos as tradições familiares do período em questão, constata-

mos que a maioria dos candidatos ou eram, ou possuíam parentesco com os chefes políticos locais. É interessante perceber a continuidade na eleição de 1954 de práticas que remetem ao coronelismo (LEAL, 1948). O contexto da política paraibana pós 1930 ainda que tenha presenciado transformações, as práticas “coronelismo”, continuou a usufruir da sua ferramenta mais poderosa - a população analfabeta, os empregados, os meeiros, e todos aqueles ligados ao latifúndio. foi por meio dessa situação que o uso das práticas do coronelismo, esteve centrada entre o poder estadual e os eleitores, assim como os pactos com as autoridades superiores, as trocas de favores/empregos e as relações de poder.

**Gráfico 3 - Tradição Familiar dos candidatos eleitos para a Assembleia Constituinte de 1954**

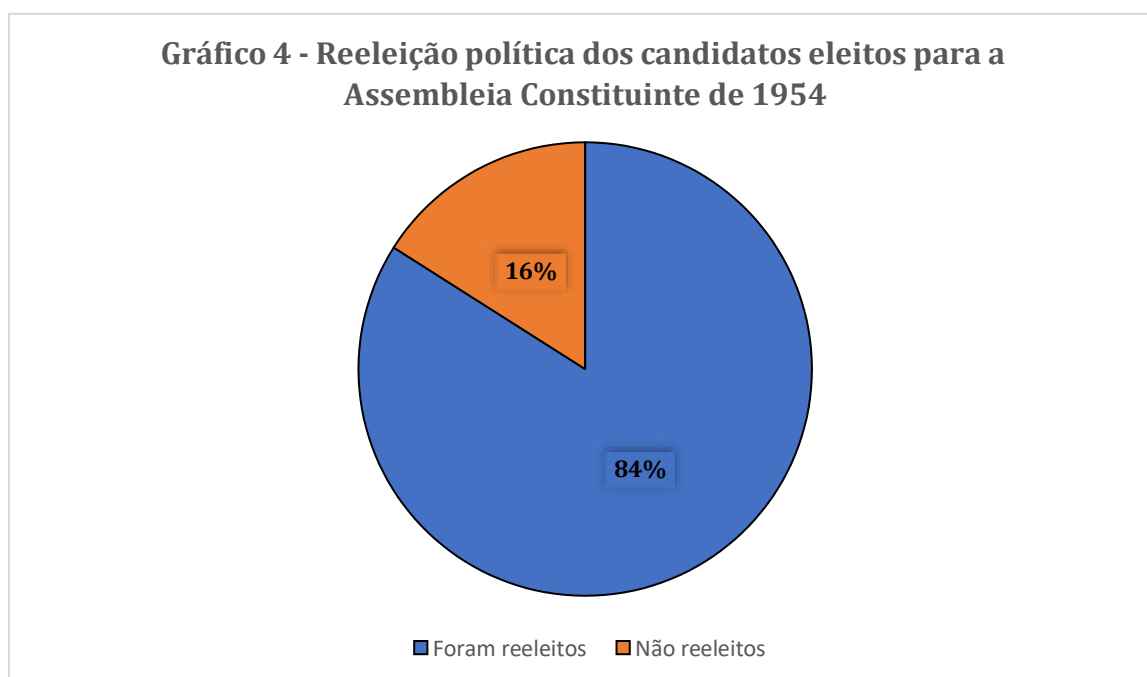


Fonte: BRASIL, Rayane de Lima; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Coleta de dados nominais documentais dos políticos paraibanos na eleição de 1954: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários**. Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UEPB). João Pessoa: UEPB, 2020, pág.13

Nas eleições de 1954, percebemos que a tradição familiar esteve fortemente presente, foram 73% dos candidatos eleitos inseridos nas grandes oligarquias paraibanas, enquanto 27% não possuem tradição familiar ou não foram possíveis encontrar informações a respeito. Outro fator interessante, está nos candidatos como João Cavalcanti de Arruda (UDN), José Targino Maranhão (PTB), Wilson Leite Braga (UDN), Humberto Coutinho de Lucena (PSD) que embora venham de famílias tradicionais, inauguraram sua carreira política neste ano (1954), e posteriormente estabeleceram prestígio social e representatividade em diversos cargos dentro da história política paraibana.

Com o processo de reeleição política, percebemos como essas lideranças políticas permaneceram presentes. É válido lembrar que em todo processo eleitoral, os rumos tomados estão sempre de acordo com a situação política/econômica do país daquele período. Sendo assim, foi comum a alternância em outros cargos eletivos nos municípios (vereador e prefeito), facilitando assim, a continuidade das elites. As bases partidárias também se encaixaram nessa esfera, o surgimento de novos partidos na paraíba ao longo dos anos e a decadência de outros possibilitou aos candidatos outras readaptações.

**Gráfico 4 - Reeleição política dos candidatos eleitos para a Assembleia Constituinte de 1954**



Fonte: BRASIL, Rayane de Lima; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Coleta de dados nominais documentais dos políticos paraibanos na eleição de 1954: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários.** Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020, pág.15

Quando consideramos todo o período varguista (1930-1945) e por seu turno a implantação do sistema de interventorias, cuja configuração foi centralista e burocratizada, percebemos que: do fim do Estado Novo em 1945, até a realização das eleições em 1954, verificamos que, na Paraíba, 75% dos candidatos já haviam sido eleitos (ou indicados a interventores) anteriormente. Nas eleições consecutivas com os dados encontrados foi possível constatar que 84% conseguiram a reeleição. Para o cargo de Deputado Estadual, 42% conseguiram ser reeleitos, enquanto 24% obteve o cargo para Deputado Federal. Entre a disputa para os cargos mais altos, cerca de 9% conseguiram uma vaga para o Senado, já para o pleito de Governador apenas 5,4%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As elites políticas e partidárias da Paraíba se concentram fortemente através da permanência defendida pelos mesmos interesses políticos, independentemente da base partidária, a predominância com a elite agrária, urbana-industrial pode ser encontrada em cada período. A partir da análise feita e a demonstração dos resultados da pesquisa, foi crescente o

número dos parlamentares que possuíam uma formação superior, uma atividade econômica, tradição familiar e carreira política. Convém acrescentar ainda, uma feição oligarquista concentrada, que continua a se renovar, apesar de sofrer modificações (nos perfis e na base partidária), como principais lideranças políticas do estado.

Diante da perspectiva teórica de Mills (1958, 1975) e dos direcionamentos analisados por (PERISSINOTTO, 2015), a teoria das elites nos permite adensar nas análises dos grupos e dos perfis parlamentares que compuseram a representatividade da Paraíba nas esferas institucionais de poder. Dentro de cada área institucional, seja ela estadual, municipal ou federal, até mesmo aqueles que não estão diretamente em algum cargo político, acabam ocupando o exercício na administração pública (serviços prestado ao Estado). Além disso, estão presentes praticamente os mesmos grupos, com poucas alterações que consideram, principalmente a passagem do tempo como elemento de alteração de alguns nomes.

## NOTAS

- 1 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- 2 Docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## REFERÊNCIAS

- BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.
- BRASIL, Rayane de Lima; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Coleta de dados nominais documentais dos políticos paraibanos na eleição de 1954: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários**. Programa de Iniciação Científica (PIVIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020,
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba. (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa Omega, 1986. MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Departamento de Publicidade, 1946.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo (Org.). **Como estudar elites**. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v.19, n.39, p.115-137, 2011.



# **CORONELISMO INDUSTRIAL E PODER LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FAMÍLIA LUNDGREN EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA (1911-1940).**

**Jessica Monteiro Viana de Andrade\***

## **RESUMO**

Este artigo propõe fazer uma discussão sobre a inserção dos irmãos Lundgren no fenômeno político do coronelismo. Tal fenômeno tem como suporte o clientelismo e o mandonismo local. Entretanto, sabemos que o debate sobre o coronelismo reduz esse cenário para o contexto rural, sendo assim incompatível com o modelo econômico industrial. Diante do exposto, como foi possível a existência de coronéis industriais? Lembremos que os Lundgren foram donos de uma das maiores indústrias têxteis da América Latina, a Companhia de Tecidos Paulista (PE) e a Fábrica Rio tinto (PB), com extensos núcleos fabris e utilizou das particularidades e oportunidades do seu tempo, criando um “Estado dentro de um Estado”, legitimado pela autonomia extralegal. Para tanto, os estudos serão ancorados nas proposições de: Leal (2012), Mello (2000), Alvim (1997), Lopes (1993), Carvalho (1997) e Carone (1971), além de livros de memórias e de fontes de jornais.

**Palavras-chave:** Família Lundgren; Coronelismo industrial; Poder Local.

## **INTRODUÇÃO**

A partir do século XX, o Brasil passava por intensas modificações com o advento da modernidade. A capital do país, Rio de Janeiro, sofria mudanças com as reformas urbanas que espalhava-se por todo o Brasil o padrão europeu de viver. Em meio a essas circunstâncias, muitos outros Estados transformaram-se, como Pernambuco e a Paraíba, ambos compostos por incentivos locais e econômicos.

Assim, foi possível sequencialmente a instalação de grandes centros industriais no Nordeste, como o caso de Pernambuco com a Companhia de Tecidos Paulista (1903), e da Paraíba com a Marques de Almeida & cia (1923), Fábrica de Tecidos Rio Tinto, em 1924 e a S/A Têxtil de Campina Grande (1928), acompanhada pela chegada dos cinemas, clubes, teatros, praças e uma nova forma de viver. Nessa mesma conjuntura, tínhamos a predominância política dos co-

ronéis que com raízes do período imperial, estruturou-se no decorrer do tempo histórico. Como ressalta , Edgard Carone ressalta:

a razão primeira do coronelismo é o fator geográfico, que vai estar intrinsecamente ligado à formação das grandes propriedades. A formação complexa e individualista da nossa expansão territorial se faz através de núcleos isolados. Portugêses nobres, comerciantes ricos e militares a serviço da Coroa, etc., recebem sesmarias, formando os primeiros núcleos independentes e iniciando, por razões várias, um processo que prossegue no Império e República.

Trata-se de coronelismo um fenômeno político que solidificou o sistema brasileiro, assim os coronéis foram a máquina de poder do País, principalmente nas cidades isoladas e do interior no período denominado como República Velha. Na obra clássica, Victor Nunes Leal define o coronelismo como:

um sistema de negociação entre os chefes locais e os governadores dos Estados, e deste com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros. O coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão dos cargos públicos, que iam do delegado de polícia, a professora primária. E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda.

É possível compreender então que o coronelismo sustentava as relações entre o município, o Estado e o governo federal, característica denominada como clientelismo junto ao mandonismo local que era a “carta branca” para o desenvolvimento do poder local que autenticava o controle da população e conseqüentemente do voto.

Segundo o historiador Edgard Carone:

a partir da Independência e, principalmente, do federalismo da Primeira República, acentuam-se os predomínios locais, uma vez que são os representantes das oligarquias latifundiárias que dominam o legislativo e executivo.

Diante disso , tratam-se dos coronéis os indivíduos que detém de grandes posses de terras, ou seja, os fazendeiros. Porém, encontramos dois problemas a respeito do fenômeno do coronelismo: a sua duração e quem representava a figura do coronel. Será que devemos tratar o coronelismo como finalizado após o Golpe de 30? Será que apenas fazendeiros poderiam ser coronéis?

A essencialidade do coronelismo era a sua atuação em locais isolados e afastados dos centros urbanos. E os núcleos fabris dos Lundgren eram localizados em distritos isolados da sede

do município, além de ser o detentor econômico e conseqüentemente grandes latifundiários nos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

José Murilo de Carvalho descarta os coronéis pós 1930 e ressalta o clientelismo como estrutura da política brasileira após o fim da República Velha. Entretanto, respondendo à primeira interrogação, a construção desse coronelismo industrial só consegue ser compreendida através de um extenso estudo sobre toda a trajetória da família, pois é necessário enxergar as malhas sociais e as tramas políticas que foram construídas ao decorrer do tempo.

O historiador francês Marc Bloch enfatiza: “em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. [...] Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. Metaforicamente, relacionada com a política da Primeira República e após 1930, justifica-se no modo como a família Lundgren vai organizar-se politicamente, socialmente e economicamente no contexto do coronelismo do Nordeste, adaptando-o em moldes industriais. Assim, Victor Leal vai definir que esse jogo político ocorre: “dadas as peculiaridades locais do “coronelismo” e as suas variações no tempo [...]”.

Falar de coronelismo é um grande debate, pois há uma divergência entre até quando foi a sua duração, uma vez que, para uns os coronéis morrem após 1930 com a instituição da Nova República e para outros estendem-se no decorrer do tempo com adaptações. O primeiro caso é do historiador José Murilo de Carvalho que considera após 1930 a vigência do clientelismo ao invés do coronelismo, e, para o segundo tem-se o sociólogo Victor Nunes Leal e o historiador Edgard Carone que acreditam na continuação do coronelismo para além do tempo.

## **PAULISTA: O BERÇO DO CORONELISMO INDUSTRIAL DA FAMÍLIA LUNDGREN**

A história da família Lundgren constrói-se em Pernambuco desde o século XIX, com o patriarca Herman Lundgren no comércio local. Entretanto, ganha maior destaque quando adquire ações da Companhia Paulista no início do século XX e assume os irmãos Lundgren esse novo investimento após a morte de Herman.

Logo a indústria ficou conhecida como a Companhia de Tecidos Paulista, localizada inicialmente no distrito de Paratibe (antes da emancipação) pertencente ao município de Olinda no respectivo Estado.

Paratibe, atual cidade de Paulista [...] era repleto de doenças que assolavam a população, prejudicada pela ausência do higienismo nas cidades. [...] Quando a família Lundgren decide fundar a sua própria companhia de tecidos, ela traz consigo a marca da inovação industrial, uma vez que as indústrias que já existiam no Brasil eram simples e “de fundo de quintal”, e o que Herman fez, tratou-se da vinda de padrões europeus para o Nordeste, pelo fato de trazer um modelo industrial que tinha como base um

grande contingente de operários assemelhando-se às grandes indústrias do exterior.

Assim, seguindo um padrão Europeu, os Lundgren iniciaram, de imediato, reformas urbanas para sustentar o núcleo fabril, com a derrubada dos mocambos e a construção de casas higiênicas em ruas com padrões de limpeza, todavia, por trás de toda essa reforma existia uma intenção: a disciplinarização dos operários.

Tal disciplinarização era comum nas fábricas composta por modelos de silêncio, hierarquização e de vigilância. Contudo, nesse contexto, no interior de Pernambuco ocorriam não apenas dentro do ambiente de trabalho, mas também do lado externo. Assim, o operário que era um cidadão do distrito vivia em um regime de observação pelos donos do poder, a lei da fábrica era a lei do distrito.

A Companhia de Tecidos Paulista contou com dois núcleos fabris: a fábrica velha e a fábrica aurora, com um total de 15 mil operários e 6 mil casas. O grande número de trabalhadores estava atrelado ao serviço de recrutamento estabelecido pela companhia que percorria os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte em nova busca para compor o salário-família. A antropóloga Rosilene Alvim, explica essa organização:

O tamanho da família e o número de seus membros que são incorporados ao trabalho fabril são fatores condicionantes para o acesso às casas. A família considerada “pouco” numerosa poderá recair o constrangimento de ter de dividir a casa com outra família nos períodos de escassez de unidades de moradia.

Assim sendo, compreende-se que a família era a peça fundamental, pois quanto maior, melhor sobrevivia, não esqueçamos que nesse período as crianças também trabalhavam. Dessa maneira, foi diante desse extenso desenvolvimento industrial que os Lundgren adentram na política local, nas eleições do ano de 1911.

Dessa maneira, no ano de 1911 em meio às eleições para presidente de Estado, Paulista sediou as disputas de poder dos Lundgren contra as demais oligarquias vigentes em Pernambuco. O coronel Padilha diretor da CTP também prefeito de Olinda tornou-se opositor ao apoio político dos Lundgren, mantendo fidelidade à oligarquia tradicional do conselheiro Rosa e Silva, enquanto os industriais apoiaram o então general Dantas Barreto. É importante perceber que as divergências políticas dos Lundgren estão claramente relacionadas ao próprio monopólio acionista da CTP, tendo em vista que um apoio político iria propiciar em caso de vitória a queda do coronel Padilha e a abertura para a obtenção de maiores ações dos Lundgren dentro da companhia.

A chegada da família nos embates políticos locais, mostram que era um meio de expandir o poder para fortalecer o controle já exercido através da fábrica com a população. O poder nesse caso significava um controle para além dos muros, uma vez que reproduziu-se entre diversos

cargos políticos, ou seja, o objetivo era o de gerar influência política no Estado, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 1 - Histórico do poder local administrado pela família Lundgren em Pernambuco**

Coronel Frederico Lundgren - Deputado Federal - 1913	Coronel Arthur Lundgren / Coronel Frederico Lundgren - Conselheiro Municipal de Olinda - 1916
Coronel Arthur Lundgren - Prefeito de Olinda - 1914	Coronel Alberto Lundgren - Prefeito de Olinda - 1919
Coronel Frederico Lundgren - Deputado Federal - 1915	Coronel Arthur Lundgren - Deputado Estadual - 1918

Fonte: elaborado a partir da análise dos jornais do Estado de Pernambuco.

A partir da tabela 1, podemos perceber que a família aos poucos se inserem na política local, apresentando uma das características do coronelismo que é a “rarefação do poder público e a incursão do poder privado”, pois era isso que sustentava esse fenômeno político, a dualidade administrativa entre ambos os poderes. Em todos os anos eleitorais, os irmãos Lundgren concorreram a cargos públicos, percorrendo os três poderes: o município, o Estado e a União.

Conseqüentemente e próximo a década de 40, o poder local dos industriais foi alvo de denúncias de fraudes eleitorais pela oposição e pelo Ministério Público, com denúncias de apropriações de terras que ocasionou a presença de sedes públicas em âmbitos privados, a exemplo a delegacia de Paulista que comportava números inferiores de policiais comparados aos vigias e capangas da companhia, que: “apesar da independência do delegado local, a cadeia de Paulista não oferece segurança. São 600 vigias armados para apenas algumas dezenas de policiais. É um prédio velho, construído nos terrenos da CTP”.

## **A “CIDADE” FABRIL DE RIO TINTO E A EXPANSÃO DO PODER**

Em 1917, quando os Lundgren chegam a Paraíba, o objetivo não era apenas expandir-se economicamente, mas também politicamente. A economia paraibana encontrava-se nos anos 20 com o “boom” algodoeiro, o que representava bons investimentos para as indústrias do ramo têxtil.

Nesse cenário os irmãos Lundgren conseguiram através de acordos homologados pelo presidente de Estado João Suassuna em 1920, 25 anos de isenções fiscais, com uma ressalva: deveriam ser responsáveis pelo desenvolvimento do núcleo fabril, assim tinham bandeira branca para administrar a saúde, a educação e a segurança do distrito. Tal atitude autorizada pelo Estado, mostra a relação de clientelismo entre ambos, que negociava com um deputado pernambucano uma vez que o coronel Arthur Lundgren assumia o cargo desde 1918. Em 1924,

a fábrica Rio Tinto foi inaugurada e passou a se isolar do município de Mamanguape, até então a sua sede.

João Batista Fernandes (“Batistinha”), relata a sua visão sobre Rio Tinto quando comandada pela família Lundgren:

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso.

Em consequência dessa autonomia extralegal, definida por Leal (2012) como característica do coronelismo, ocorreram embates com a população indígena da extinta terra da preguiça, assim conhecida. Em registros antropológicos temos as seguintes informações:

Muitos Potiguaras relatam que quando uma família se recusava a entregar suas terras para os Lundgren tinham suas casas atacadas e destruídas pelos capangas do Coronel Frederico durante a noite impossibilitando a fuga, muitos indígenas tinham medo de se aproximar de suas famílias para não serem pegos, devido a esse fato muitos optaram pela dispersão ao migrarem para outras aldeias ou cidades do entorno.

Esse relato, é uma breve amostra do mandonismo local presente no núcleo fabril. E trata-se da localidade da Vila de Montemor (atual Vila Regina) onde foi construída uma subsede da Fábrica Rio Tinto e a extensão do núcleo fabril, a Fábrica Regina em meados da década de 30. Nessa mesma localidade foi construído o símbolo de poder dos Lundgren, o palacete, local de reuniões de negócios ou de hospedagem para as suas rápidas visitas quando vinham de Paulista. A localização do palacete oferecia ótima visibilidade da Fábrica de baixo e as suas imediações externas.

A respeito dos atritos ocorridos entre os Potiguaras e a família, o historiador Eltern Vale faz a seguinte observação:

Essa expansão não se dá sem conflitos. Para tanto, tenha-se a contenda com os índios potiguaras, que acusam os Lundgren de posse ilegal de suas terras, em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição. [...] Os Lundgren, no período de construção da cidade-fábrica, não só compram terras em torno do Engenho da Preguiça, como também se apropriam das pertencentes aos índios potiguaras. João Pessoa trata de rever tal posse no Serviço de Proteção aos Índios, visando à demarcação das terras indígenas. Em novembro de 1929, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, designa uma comissão tendo à frente o inspetor do Serviço de Proteção, no estado do Mato Grosso, engenheiro Antônio Martins Vianna Estigarribia, para analisar [...] Porém, com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, as medidas de demarcação das terras não se efetivam.

Notamos que durante o mandato do presidente de Estado João Pessoa, o governo detinha conhecimento dos que vinha ocorrendo no distrito de Mamanguape e tentou intervir, pois era

um caso de apropriação de terra e de imoralidade. Entretanto, foi interrompida com a morte de João Pessoa e as demarcações dessas terras passaram a ser palco de lutas para os povos indígenas durante décadas.

Dessa maneira, diante a política extensionista Rio Tinto na década de 30 já contava com mais de 14 mil operários e quase 2000 mil casas, além da presença de clubes, igreja, praças, cinema ao ar livre e outros meios de conter o seu operariado nas redondezas da fábrica. E nessa situação, o historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello, definiu o distrito de Rio Tinto como um “Estado dentro de um Estado”.

Essa denominação de Mello é reflexo das atitudes dos industriais que estavam relacionadas à expulsão de alguns moradores, assim como a vigilância que da mesma forma de Paulista, era comandada pela fábrica, Rio Tinto tinha as suas próprias leis.

Junto a esse Departamento Pessoal atuavam os chamados “caveiras” que, na condição de “olhos” e ouvidos do rei”, encarregavam-se de, infiltrados junto à população, manter os dirigentes fabris informados de tudo que se passava em Rio Tinto. (p.89)

Nessa citação, podemos perceber a presença do mandonismo local, pois além disso o delegado do distrito era de nomeação dos industriais, assim como também dominavam o sindicato dos trabalhadores que era no espaço do núcleo fabril, o que não representa apenas estratégias do patronato, mas também de controle da população diante as suas demandas em um sindicato que assim como o distrito, tornava-se privado.

O próprio Coronel Frederico Lundgren afirmava que:

A política que deverá ser adotada aqui, em Rio Tinto, será entre mim, e meus operários. Não quero intrusos; pois se eles tomarem posição aqui, acabar-se a harmonia que existe entre a Fábrica e meus operários.

Percebemos pela citação anterior que da fábrica o distrito de Rio Tinto tornou-se um lugar só, era tudo homogêneo e dos Lundgren. Com a influência da fábrica, a família assumiu o poder local do município de Mamanguape. Ainda na década de 20, o diretor da Fábrica Rio Tinto, o coronel Mário Coelho Vianna ocupa a chefia municipal, além de outros representantes da fábrica, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 2 - Histórico da influência na política local dos Lundgren em Mamanguape**

Coronel Mário Coelho Vianna - 1925/1929	Coronel Mário Vianna (1934-?)
Durval Campos de Góes Teles - 1929/1930	Eduardo de Alencar Ferreira (1936- 1940)

Fonte: elaborado a partir de dados extraídos de livros da história local.

Analisamos que Mário Vianna e Durval Teles eram pessoas de cargos importantes na fábrica, e o ex-prefeito Eduardo Ferreira era o genro de Arthur Lundgren. Em um período de tempo desde a inauguração da Fábrica Rio Tinto em 1924 até a década de 40, temos 15 anos de influência no poder local. E atentemos que ao contrário de Paulista, em Mamanguape os industriais não se envolvem diretamente na política, mas com indicação de pessoas influentes na indústria e de confiança para os seus interesses políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do poder dos Lundgren teve início com a morte do fundador, Hermann Lundgren, e a administração dos negócios pelos seus herdeiros, os irmãos Lundgren: Alberto, Frederico e Arthur. Dessa forma e através dos grandes empreendimentos fabris foi possível que o poder privado influenciasse o poder público.

Respectivamente nessa época era comum esses acontecimentos, pois a política do País era comandada pelos coronéis. E foi nessa circunstância que os industriais se adaptaram aos costumes da casa, com detenção de terras e poder econômico, não foi difícil utilizar de práticas de mandonismo e clientelistas para benefício próprio. O coronelismo é um fenômeno político que se modifica rapidamente dada as circunstâncias do seu tempo, a base do sistema como apresenta Leal (2012), consiste em um jogo que: “tiram-se os anéis e deixam os dedos”.

Por isso, é importante discutir os coronéis pós 30 e a conceituação de coronelismo que reduz a um cenário rural. As malhas sociais e políticas da República Velha eram comandadas por jogos de poderes que viabilizam outras pessoas em circunstâncias favoráveis a pertencerem ao fenômeno do coronelismo. O caso de Paulista (PE) e de Rio Tinto (PB) são situações que requerem atenção, pois podem abrir horizontes para novas análises e informações a respeito da organização dos coronéis.

A historiografia é redundante quando cristaliza o fim do coronelismo com o Golpe de 30 e conseqüentemente o fim da dita República Velha. Sabemos que, principalmente no Nordeste, os coronéis foram figuras politicamente fortes e aprendemos também que nada na história é encerrado abruptamente. Tudo transita em dado espaço e tempo. Questão apresentada pelo historiador francês Fernand Braudel, através do conceito de longa duração.

A recente ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX não foi uma ruptura total com o tempo curto. Ela agiu, sabemos-lo, em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política.

Quando não respeitamos essa limitação temporal não estamos sendo anacrônicos, mas fazemos uma história isolada, seguindo serialmente os acontecimentos, delimitando-os.

Portanto, os Lundgren inserem-se no coronelismo antes da crise das oligarquias de 1920, em Pernambuco através da Companhia de Tecidos Paulista e da política local em 1911 e na



Paraíba a partir de 1917, quando iniciam as primeiras negociações de compras de terras para a construção do núcleo fabril em Rio Tinto (extinta Vila da Preguiça), em um extenso jogo de clientelismo e mandonismo, bases do poder dos coronéis.

A historiadora francesa Michelle Perrot define o tipo de organização dos núcleos fabris da seguinte forma:

As grandes empresas não limitam seu controle ao perímetro da fábrica. Elas tentam estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores, através de todo um conjunto de instituições e uma política de ordenamento do espaço, chegando até a constituição de verdadeiras cidades industriais.

Apesar de ser comum a construção das cidades industriais desde o período remoto da industrialização, não podemos definir que as indústrias da Companhia de Tecidos Paulista e a Fábrica Rio Tinto construíram dessa forma nos Estados de Pernambuco e na Paraíba esse tipo de espaço. Uma vez que o termo cidade está vinculado à noção de liberdade, o que não ocorria nos núcleos fabris da Família Lundgren que transformaram os distritos em grandes terras privadas, utilizando do clientelismo e do mandonismo local para o controle e a detenção do poder, o que os tornam coronéis industriais. E dessa maneira, os Estados que tiveram a presença de suas fábricas foram respectivamente palcos de embates e de dominação dos donos do poder.

## NOTA

\* Mestranda em História - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: jessicamonteiro1613@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Jessica Monteiro Viana de. Dos núcleos fabris ao poder local: um coronelismo industrial no interior da Paraíba (1917-1949). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

ARAÚJO, Marianna de Queiroz. **A Família Lundgren e a fundação da cidade de Rio Tinto: Do medo ao acirramento dos conflitos fundiários**. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v.1, n.3, p. 124-135, novembro de 2017. ISSN 2526- 4702.

CARONE, Edgard. **Coronelismo: definição histórica e bibliográfica**. Rev. adm. empres. vol.11 no.3 São Paulo, Julho/Sept/1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258

COSTA, Coelho Adailton. **Mamanguape: a fênix paraibana**. João Pessoa: Grapset, 1986.

FERNANDES, Batista João. **Rio Tinto: o falso município**. s.n, Sapé, 1978.

LEAL, Nunes Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, L. S. José. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília.

MELLO, José Octávio de A. Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

VALE, Campina Eltern. “**Da Aldeia da Preguiça à Ativa Colmeia Operária**”: O Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte (1917-1924). Revista Crítica Histórica Ano III, Nº 5, julho/2012 ISSN 2177-9961. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2783>.

## **JORNAIS**

A província: Orgão do Partido Liberal (PE)

Jornal de Recife (PE)

Diário de Pernambuco (PE)

# “ELEIÇÃO, SINÔNIMO DE LIBERDADE”? A(S) DEMOCRACIA (S) DE 1945

Cintya Chaves<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Os rastros discursivos de um esgotamento do modelo autoritário que o país experimentara com o Estado Novo; e a posição de diferentes setores da sociedade brasileira que não desejavam somente o fim da ditadura, mas eram contrários a qualquer candidato apoiado por Getúlio Vargas, acentuavam-se na virada de 1944 para 1945. No caso dos impressos cearenses destaca-se o jornal *O Povo* que dia a dia noticiava sobre o enfraquecimento do regime ditatorial, se construindo como mais “uma voz democrática”, que lutava pela queda de Getúlio Vargas. Vale lembrar que desde 1942, estudantes já sinalizavam as contradições vivenciadas no país com suas passeatas “antitotalitárias”.

Não obstante, este foi um processo tenso e contraditório, tendo no “Queremismo”, movimento político que a partir de maio de 1945, se posicionou a favor da permanência de Vargas no poder, um elemento que complexifica as próprias análises sobre o período: “[...] Cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem permanência de Vargas no poder [...]” (FERREIRA, 2003, p. 15).

Neste sentido, a abertura política de 1945, normalmente não fogem a lógica da permanência, da ruptura ou da permanência na ruptura, em relação ao regime anterior. Como nos lembra Lucilia Delgado:

[...] a transição política de Estado Novo à nova ordem democrática [...] pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político. Simultaneamente, pode ser entendida como marco de permanência na mudança [...]. (DELGADO, 2003, p. 131).

Neste texto interessa-nos ir além ao refletir sobre como ex-políticos cearenses, que já atuavam anos de 1930, articularam a concepção de democracia no processo da abertura política. Através da imprensa do período é possível acompanhar certa euforia com a democratização de 1945 e mapear o posicionamento destes. Para esta comunicação analisamos o Jornal *O Povo* (de inclinação mais liberal) e *O Democrata* (sob direção dos comunistas) por expressarem concepções dissonantes de democracia. A escolha destes impressos se deu pela memória jornalística cearense pontuar *O Democrata* como um jornal político e *O Povo* como um jornal de grande

circulação que adentrou os interiores do estado a partir de 1945. Nos intrigou o fato de somente o jornal “comunista” ser considerado político, enquanto o outro dirigido por um conhecido deputado (Paulo Sarasate) ter sido construído por esta memória sob o tom da neutralidade. (NOBRE, 2006, p. 149 - 153).

O Jornal *O Povo* circula no Ceará desde 1928 tendo como fundador Demócrito Rocha (1888-1943). No ano de 1945, o diretor do jornal passou a ser Paulo Sarasate Ferreira Lopes, genro de Demócrito Rocha (CUNHA, 2009) e Deputado Estadual (Constituinte), 1935-1937, CE, sendo posteriormente Deputado Federal (Constituinte), 1946-1951 pela União Democrática Nacional (UDN).

Há de se considerar além da circulação destes jornais, o número de alfabetizados do período. Conforme o Anuário Estatístico do Brasil de 1945 <sup>2</sup>, o Ceará contava com uma população 2335,6 milhões. Segundo Benedita Sipriano, em Fortaleza habitavam 180 mil destes dois milhões, sendo que em 1940 “mais de 50% da população de Fortaleza declarou saber ler e escrever, entretanto, em todo o estado, aproximadamente 80% da população era analfabeta” (SIPRIANO, 2016, p.143).

Sobre os impressos compreendemos que até a década de 1970 os jornais não eram considerados pelos estudos históricos, devido a herança do século XIX, de que através dos documentos a verdade era alcançável, como lembra de Luca (2008, p. 111). Apesar da crítica dos Annales na década de 1930, esta concepção somente mudaria a partir da terceira geração, e sua proposta de “novos objetos, problemas e abordagens”, em que os jornais obteriam espaço pela aproximação com a Linguística e a Semiótica, em especial. Assim, “ao lado da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. (LUCA, 2008, p. 118).

Logo, os jornais são aqui pensados, “no interior da história social”, como agentes socio-culturais ativos e historicamente construídos e não como depositários de informações. Atuantes nos processos e constituidores de modos de vida e percepções, os jornais, como outras fontes, carecem de procedimentos próprios como “Identificação do Periódico, do Projeto Gráfico/Editorial, do Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político, da Produção e Distribuição (Grupos Produtores, Circulação e Distribuição). Para de Luca (2008), é importante se atentar para a materialidade de jornais (tipos de papel, qualidade da impressão, cores, imagens)”, pois isso contribui no processo de envolvimento do leitor/historiador e não deve ser naturalizado.

As discussões da professora Tânia Regina de Luca (2008) se aproximam do que abordado pela professora Heloisa Cruz (2007) quanto a necessidade de se entender as “condições técnicas de produção vigentes, as funções sociais desses impressos, o conteúdo e sua linguagem, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público”, os motivos da publicidade “e como eles chegaram às mãos dos leitores”.

Deste modo, é importante ressaltar que a democracia será aqui abordada em sua perspectiva histórica, não lhe sendo adequadas definições rígidas. Não teremos como preocupação propor um conceito de democracia, mas sim entender como estes atores a definiram e manejeram discursos de acordo com seus interesses e sua cultura política (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 227).

## **A DEMOCRACIA MINIMALISTA DA ELEIÇÃO E VOTO VERSUS A DEMOCRATIZAÇÃO ECONÔMICA?**

Os anos que antecederam 1945 foram “tempos” de incerteza e de asfixia social. Por isso, o tema da liberdade foi evocado como bandeira de luta por diferentes grupos. Estudantes, trabalhadores, ex-políticos que atuavam anos de 1930, assim como futuros udenistas gritavam pela liberdade, apesar de cada grito pretender ecos de intensidades diferentes. Mas esta não foi uma “luta” despreziosa. Os interesses de alguns destes eram entrar no jogo político, e ocupar ou retornar a máquina pública. Não obstante, continuavam no limbo. Por isso, quanto mais se adia o posicionamento oficial de Getúlio Vargas sobre as eleições, mais se discursava sobre o quanto a sociedade estava pronta para retornar a democracia.

As tensões sobre a concretização do pleito e, de como ele seria, no início de fevereiro, juntamente com o medo de retaliações e o desejo por liberdade de imprensa eram articuladas de modo a tornar a democracia sinônimo de voto e eleição: “Só o voto livre e consciente poderá fazer o milagre”<sup>3</sup> dizia a manchete entusiástica do início de fevereiro do Jornal *O Povo*. As notas continuavam: “Prevaleceu à ideia do voto direto”<sup>4</sup>, “Confirmada a formação de um partido oficial”<sup>5</sup>, “O povo brasileiro atingiu a sua maioria política”<sup>6</sup>. Todas essas manchetes compunham o quadro do mês de fevereiro de 1945, se tornando o indício da supervalorização do retorno das eleições, naquele contexto difícil.

A última notícia foi construída com apelo partidário pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. A euforia estava em poder votar outra vez exercendo “a cidadania” roubada pelo ditador. Se pontuava de forma muito tímida, por exemplo, a ampliação da participação popular nas eleições, a partir da ideia do sufrágio universal, inspirada no Código Eleitoral de 1932. O elogio as eleições eram apresentadas como um fim em si mesmo, como se estas automatizassem a democracia. Não obstante, o Jornal *O Povo* deixava claro que a democracia também só poderia ser garantida se o brigadeiro Eduardo Gomes fosse eleito. O mais emblemático desta associação parece ser o fato de que democracia e cidadania reduziam - se ao direito político.

Em um Comentário do dia, que tinha por título, “Eleição, Sinônimo de Liberdade” de uma seção do Jornal *O Povo*, Paulo Sarasate externou preocupações sobre a maneira que se realizaria as eleições. Estas pareciam significar a primeira conquista, o primeiro passo para efe-

tivação da democracia. E o incomodava a não exposição dos planos oficiais como ele mesmo colocava sobre o que iria ocorrer. Neste contexto afirmava:

[...] O ideal seria que houvesse uma exposição antecipada dos planos oficiais, afim de que o maior interessado, o povo, pudesse analisar detidamente o assunto por intermédio de seus líderes, impondo, afinal sua vontade na estruturação democrática da nação. [...] (SARASATE, 1945, s/p)

A democracia entendida como regime representativo participativo direto precisaria ser organizada através de eleições transparentes e com liberdade de imprensa, conforme ressaltava o artigo. A expectativa da concretização das eleições parecia ser o termômetro do retorno a vi-  
vência democrática. Nesta ocasião a democracia e cidadania estavam circunscritas as eleições na ótica do movimento de união nacional sem Getúlio Vargas.

Olavo Oliveira, outro democrata cearense, ex-deputado federal<sup>7</sup> e professor de Direito, ao falar sobre o retorno à democracia<sup>8</sup>, afirmava:

Recebo com prazer a normalização da vida política do país, que marcará a restauração da democracia em cujos prélios retemperará o povo e seu civismo. As próximas eleições terão significação invulgar, eis que serão no seu resultado, o julgamento das atitudes dos nossos homens públicos [...] em todos os municípios estou agremiando os meus amigos para irmos as urnas em defesa das nossas ideias dando eu preferência a sua manifestação direta tanto no âmbito nacional, como no estadual e no municipal. Deve governar quem, em pleito livre, dispuser de maioria. (OLIVEIRA, 1945, s/p)

Olavo Oliveira se tornaria proprietário do Jornal *O Democrata*, em sua primeira fase, a partir de cinco de agosto de 1945. Seria eleito, pelo Partido Popular Sindicalista (PPS), senador no final do ano de 1945, contando com *o apoio dos comunistas*. De um partido que era totalmente contra os comunistas, que no caso era a Liga Eleitoral Católica, o político migra para um que encontrou apoio comunista.

Após sua vitória, Olavo Oliveira encerrou as atividades do jornal, em janeiro de 1946, vendendo, este, para os comunistas, seus apoiadores neste período. (LIMA NETO, 2006, p. 18). Mas, o Olavo Oliveira, do início de 1945 destacava a democracia como um regime marcado pela luta, permitindo ao povo rever seu apreço pela pátria. O sentimento nacionalista forjado pelo Estado Novo estava muito presente na retórica destes sujeitos sociais. Tanto comunistas udenistas, como pessedistas aludiam a ele em suas retóricas. Tudo parecia ser em nome da pátria e pela pátria.

Mas, Olavo Oliveira, em seu breve comentário, construiu a ideia de uma democracia que não se distanciava da noção de pleito e, claramente, se concretizaria, para ele, através das urnas e do povo votando. Por isso, já preparava seus correligionários em alianças partidárias para serem além de eleitores, provavelmente também candidatos, já que ele foi um dos fundadores do partido pelo qual foi eleito.

As contradições expressas pelas decisões, ou seja, futuras coligações partidárias, lemas dos partidos que estes aderiram ou fundaram, bem como os rearranjos de alianças partidárias, enfim os interesses que engendraram o jogo político e social nos ajudam a compreender como os grupos se apropriavam de uma concepção de democracia.

Neste sentido, Olavo Oliveira, conforme a historiadora Roberta Maia (2014, p. 4) teria sido o encarregado por Vargas para fundar o Partido Social Democrata no Ceará. O partido, que passaria a existir no estado a partir de 26 de outubro de 1945, foi fundado por Menezes Pimentel, devido Olavo Oliveira ter perdido a disputa de controle do grupo para este. Pelas colocações de Roberta Maia podemos concluir que Olavo Oliveira que era um “getulista”, por disputas internas, passa para a ala dos “democratas” rivalizando diretamente com o ex-interventor Menezes Pimentel.

Assim, Olavo Oliveira teria em setembro de 1945, fundado o PPS neste contexto. Da comissão diretora do partido faziam parte José Marrey Júnior e Miguel Reale<sup>9</sup>. Do ponto de vista nacional, o PPS teve expressão além do Ceará, no Pará, na Bahia e em menor escala em São Paulo. Em seu programa, apresentava compromisso com as leis trabalhistas e organização sindical.<sup>10</sup> A ocasião fizera um democrata, opositor ao governo? Apesar dos possíveis ressentimentos envolvidos, Olavo Oliveira não migrou para UDN e escolheu fundar seu próprio partido. Mas, há uma questão intrigante. Como Oliveira recebeu apoio comunista? Ildefonso Rodrigues Lima Neto (2006) nos esclarece isso:

[...] Enquanto nas eleições de 1945, o partido no Ceará não atingia o quociente eleitoral para a Câmara dos Deputados, em janeiro de 1946, elegeu dois deputados comunistas na Assembleia Estadual. Na disputa pelo senado cearense, o PCB havia apoiado os candidatos do Partido Popular Sindicalista e União Democrática Nacional, respectivamente, Olavo Oliveira (PPS), e Plínio Pompeu (UDN). Os dois candidatos, apoiados pelos comunistas, derrotaram o ex-Interventor do Estado, Menezes Pimentel, e César Cals de Oliveira, do Partido Social Democrático (PSD). [...] (LIMA NETO, 2006, p. 182)

Além do apoio ao PPS, percebe-se que o partido comunista apoiou candidatos da UDN. A aproximação de comunistas e udenistas no Ceará, assim como em outras partes do Brasil, no ano de 1945, explica-se em nome de uma união em favor da democracia de diferentes segmentos da sociedade insatisfeitos com a ditadura Vargas, como já mencionado. Como sabemos a união de comunistas e liberais foi breve, já que Luís Carlos Prestes, em abril de 1945, declarou ser a favor da democratização com Getúlio Vargas. Não obstante, vale ressaltar o que já colocou Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981) a UDN foi formada por diferentes perfis de pessoas que iam desde oligarcas a indivíduos das esquerdas, sem negociar, contudo, o prestígio do nome de seus membros.

Ricardo Maranhão (1979, p. 27) já colocava que “as primeiras articulações da UDN contavam com a presença de comunistas de São Paulo” a exemplo de Astrogildo Pereira e que “o

próprio nome União Democrática Nacional<sup>11</sup> foi sugerido por Caio Prado Jr.” que nas eleições de dezembro de 1945 disputaria uma vaga pela legenda do PCB, ficando na suplência por ter obtido 9 304 votos.<sup>12</sup>

Os comunistas apresentavam uma concepção mais elástica do conceito de democracia. Juntamente com os estudantes articularam uma campanha pela anistia, em 1945. Apesar dos segmentos liberais participarem desta campanha, inclusive fazendo cotas para que Anita Leocádia Prestes retornasse do México, a luta pela anistia dos presos políticos foi uma reivindicação protagonizada principalmente por estes primeiros e aderida pelos últimos.

Com o jornal *O Democrata* sob a direção dos comunistas em 1946, foi possível perceber outro discurso sobre a democracia:

Este jornal, - O Democrata – porque o povo e o proletariado tanto esperavam em nossa terra, aparece hoje, no jornalismo cearense, para ser um defensor dos direitos populares e um ativista do progresso. Tem, assim, um programa de ação que é a luta constante pela democracia, pela unidade da classe operaria e do povo, visando o fortalecimento da frente nacional democrática. Jornal do proletariado e das grandes massas populares, intérprete dos sentimentos de libertação econômica de todos os homens que trabalham, na cidade e no campo, O Democrata ressurgiu, na imprensa do Ceará, para realizar uma obra de educação política, para apresentar honestamente os problemas gerais que afligem as populações cearenses, e para encaminhar as soluções justas que se impõem. [...]<sup>13</sup>

Apesar de, em novembro de 1946, se estar vivenciando um momento já diferente na conjuntura política, *O Democrata* não se restringiu a convocar apenas os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos para alistarem-se como eleitores. O discurso<sup>14</sup> (POCOCK, 2013) sobre democracia perpassava pela luta de direitos e denunciava as desigualdades, não se restringindo apenas ao voto.

O impresso que se construía como verdadeiramente popular e defensor das causas do povo, endossava a concepção teleológica do progresso, muito própria do período. Não obstante, discursava a noção de democracia como uma luta em aberta, cotidiana, que extrapolava os períodos eleitorais e que precisava ser fortalecida no seio da sociedade cearense, através da conquista de direitos sociais básicos e de condições de existências dignas. Apesar da expressão de educação política insinuar o caráter tutelador da forma que o “povo” deveria atuar, logo em seguida, o impresso deixa mais claro que esta educação política consistiria em visibilizar os problemas dos cearenses e das cearenses menos favorecidas. Isso se expressa em especial na preocupação de noticiar as lutas cotidianas nos bairros das cidades.

No mês de outubro de 1946, o jornal informava que as mulheres do bairro Arraial de Moura Brasil estavam se mobilizando para lutarem por seu bairro. A associação ficava conhecida como a União Feminina Contra a Carestia. Vale ainda destacar que neste movimento de luta encontravam-se também mulheres donas de casas e tecelãs, em prol de melhores condições de sobrevivência.



Assim, a formação da diretoria desta organização foi acompanhada também pela comissão de representantes da Sociedade das Donas de Casa. Dali se estabeleceu as representantes para conversar com o Prefeito Municipal sobre a conclusão da obra de um chafariz para o Arraial, que fazia muito tempo que se iniciara, mas encontrava-se sem conclusão. Ainda foi criado um posto de reclamação para que através da União Feminina as irregularidades do comércio daquele bairro fossem notificadas as autoridades. Mas, a luta não era fácil. Passados alguns meses as condições do bairro continuavam precárias e o Jornal *O Democrata* dedicava também outras páginas que denunciavam a situação.

Conhecido e debatido pela historiografia, o movimento das mulheres contra a carestia foi um dos muitos visibilizados pelo impresso, que constantemente tratava da articulação de populares e ressaltava o sucesso de eventos que reuniam trabalhadoras, visando o fortalecimento sindical.

Como já dito, desde 1945 comunistas já expressavam uma concepção de democracia que avançava para os direitos civis, através da luta pela anistia. Em 1946 procuraram através de seu impresso visibilizar as lutas de sujeitas das comunidades para a resolução dos problemas de sua localidade, endossando, portanto, uma concepção de democracia que tinha como princípio o aprofundamento da participação popular diretamente junto aos representantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se assim que em 1945 a democracia vai sendo construída sob uma concepção minimalista que a associava a eleição e ao voto, por aqueles que já se encontravam na cena política partidária antes da ditadura de 1937. Em contraposição, segmentos comunistas, desde 1945, estão a frente com outros grupos pela elasticidade desta concepção. Em 1945, os sujeitos lembravam que as eleições seriam verdadeiramente livres se a liberdade de imprensa se efetuassem. Cada conquista era significativa, mas as reivindicações dos ditos liberais não traziam o tema da liberdade econômica, como haviam feito através do Manifesto Mineiro em 1943. Privilegiava-se a liberdade de expressão como uma conquista em respeito aos “compatriotas mortos em defesa da democracia” (SARASATE, 1945, s/p), fazendo menção a guerra.

A democracia assim foi evocada como um “regime de janelas abertas, em que todos” (SARASATE, 1945, s/p)<sup>15</sup> teriam “o direito de pensar e agir as claras, sem o temor da ameaça e o receio de perseguições” (SARASATE, 1945, s/p). Deveria-se aproveitar o ensejo, “em que a democracia faz valer o seu prestígio em todo o mundo, após uma luta entre de vida e morte contra os sistemas totalitários [...]” (SARASATE, 1945, s/p).

Deste modo, o conceito de democracia se constituiu como um campo de disputa na abertura política de 1945. A participação popular, o lugar do povo por vezes assumiu o que Isaiah Berlin (2005) chamou de mitologia do eu verdadeiro, formulado por Rousseau. Ou seja, haveria

apenas uma forma correta de se desejar e se comportar e o povo, mesmo sendo bom não saberia verdadeiramente o que queriam e “ao querê-los por eles damos-lhes o que num sentido oculto, sem que eles próprios saibam, desejam realmente” (BERLIN, 2005, p. 72).

Se por um lado se institucionalizou, em 1946, uma democracia tutelada pelos militares, que via o povo como o legitimador das instituições, através do sistema representacional somente em períodos eleitorais, por outro, a democracia foi experienciada, ampliada para além do âmbito institucional, através de lutas cotidianas propiciando aprendizagens em prol de conquistas por direitos sociais.

## NOTAS

- 1 Universidade Federal do Ceará, doutoranda, cintyachaves2@gmail.com
- 2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil, Ano VII – 1946. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.
- 3 Jornal O POVO. Fortaleza, sábado, 10 de fevereiro de 1945. p.1. A manchete foi produzida baseada em uma entrevista retirada do periódico O Globo com o comandante Atila Soares, intendente Municipal e político conhecido do Distrito Federal, sobre o retorno “do regime político que havia sido abandonado em 1937.
- 4 Jornal O POVO. Fortaleza, sexta – feira, 23 de fevereiro de 1945. p. 1.
- 5 Jornal O POVO. Fortaleza, quinta – feira, 22 de fevereiro de 1945. p. 1.
- 6 Jornal O POVO. Fortaleza, sábado – feira, 24 de fevereiro de 1945. p.1. A manchete foi produzida a partir da transcrição do Parga, jornal do Rio, da fala de mineiros sobre a candidatura de Eduardo Gomes
- 7 Eleito em 1934 pela Liga Eleitoral Católica. “Com o Golpe de 1937 voltou ao Ceará para advogar e ensinar Direito Penal na Faculdade de Direito”. Ver Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Deputado Pontes Neto/ Deputados Estaduais, 13ª Legislatura – 1951-1954. Edições INESP – Reimpressão da 1ª, Fortaleza – Ceará, 2009.
- 8 OLIVEIRA, Olavo. [Comentário a reportagem]. Jornal O POVO. Fortaleza, sábado, 10 de fevereiro de 1945. p.1.
- 9 Integralista na década de 1930.
- 10 Informações pesquisadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-olavo-de>. Acesso em: 08 out. 2019.
- 11 Com a abertura democrática era comum os partidos incorporarem a palavra popular ou democrático como forma de reafirmar seus compromissos com a democracia. Afinal, como lembra Serge Berstein os partidos se constituem, um lugar por excelência “onde se opera a mediação política” (BERSTEIN, 2003, p. 60)
- 12 Informações disponíveis em: [https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/exposicoes/parlamentares-paulistas/cao\\_prado/Perfil\\_biografico/perfil\\_biografico.htm](https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/exposicoes/parlamentares-paulistas/cao_prado/Perfil_biografico/perfil_biografico.htm) Acesso em: 12 out. 2019.
- 13 Jornal “O Democrata”, 01/03/1946, p. 2.
- 14 A noção de discurso é compreendida neste trabalho de acordo com Jonh Pocock, que assim afirma: [...] estudar o discurso político implica estudar fatos históricos, pois faz parte desse enfoque pensar os discursos como ações – “atos de fala”, [...] para reagir a fatos passados (geralmente ações humanas), modificar fatos presentes ou criar futuros. [...] (POCOCK, 2013, p. 09)

15 SARASATE, Paulo. Eleição Sinônimo de Liberdade. [Comentário do Dia]. Jornal O Povo, quinta-feira, 22 de fevereiro de 1945.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERLIN, Isaiah. **Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2005, p. 49-74.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

CUNHA, Rodrigo do Espírito Santo da. Andrés Guevara e a evolução gráfica do jornal O Povo. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia – mídias alternativas, alternativas midiáticas, 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2009. s/p. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/52013023\\_Andres\\_Guevara\\_e\\_a\\_evolucao\\_grafica\\_do\\_jornal\\_O\\_Povo](https://www.researchgate.net/publication/52013023_Andres_Guevara_e_a_evolucao_grafica_do_jornal_O_Povo). Acesso em: 20 ago. 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253 - 270, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127 – 154.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15 – 46.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia Política. In: **Revista Estudos Históricos**: Cultura Política. N. 24, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 1-33

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **A cidade do jornalista**: da Fortaleza representada nos jornais à administração da capital por Luiz Queiroz Campos (1954 -1964). 183 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. **Escrita subversiva**: O Democrata, 1946 – 1947. 282 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

MARANHÃO, Ricardo; ALMEIDA Jr, Antônio Mendes (org.). **A era Vargas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Ed. USP, 2003.

SIPRIANO, Benedita. O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: as relações entre “informativo” e “opinativo”. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 138 - 154, jul.- dez. 2016.

# **“ENQUANTO EU AMARGO AQUI O PÃO QUE O DIABO AMASSOU”: BANDA CONSPIRAÇÃO APOCALIPSE E A CONTESTAÇÃO POLÍTICA EM CAJAZEIRAS – PB<sup>1</sup>**

**Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior**

**Orientador: Prof. Francisco Firmino Sales Neto**

## **RESUMO**

A situação brasileira do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 encontrava-se totalmente agitada pelo então cenário político: de retorno à democracia, das frequentes crises financeiras do governo Sarney e da eleição e conseqüente crise de representatividade do governo Collor. Em razão disso, diversas formas de representar e refletir sobre esse cotidiano político e social foram ganhando notoriedade, como por exemplo o Rock ‘n’ Roll, que a partir do seu boom em solo brasileiro nos anos 1980/1990 passou a questionar o cenário político vigente (GRANGEIA, 2018), isto em suas mais distintas regiões e singularidades. No alto sertão paraibano, mais especificamente na cidade de Cajazeiras, a banda Conspiração Apocalipse, que foi a primeira banda de rock cajazeirense, passou a compor canções autorais e a garganteá-las em eventos locais, sendo representante do então cenário de rebeldia local. A partir disso, como um desmembramento da monografia intitulada de “Canções e tensões apocalípticas: banda Conspiração Apocalipse e a eclosão do Rock ‘n’ Roll em Cajazeiras – PB (1989-2005)”, o presente trabalho tem por objetivo problematizar as contestações possibilitadas a partir das canções compostas pela banda Conspiração Apocalipse, nomeadamente as canções Roqueica e Modus Vivendi. Canções estas que, enquanto materiais que articulam sentidos históricos (NAPOLITANO, 2002), evidenciam representações sobre as dimensões políticas dos anos 1980/1990, além das próprias tensões culturais existentes na cidade de Cajazeiras.

**Palavras-chave:** Rock ‘n’ Roll; Canção Popular; Conspiração Apocalipse; Cajazeiras.

## POR UM ROCK DO FIM DO MUNDO

Imagem 1: Recorte da capa do jornal *Correio da Paraíba*, publicado em 30 de agosto de 1992.



Fonte: Acervo Particular de Gilberto Álvares, 1992.

“Um rock do fim do mundo”, noticiava em sua capa o jornal *Correio da Paraíba* nos finais de agosto de 1992. Dividindo espaço com matérias que dissertavam sobre os protestos políticos e sobre um provável *impeachment* do então presidente Fernando Collor, a matéria transpassava um olhar, em tons apocalípticos, da capital paraibana para o Sertão. Ao mesmo tempo, mesmo que contendo as suas próprias funções e intencionalidades enquanto um periódico, essa publicação trouxe à tona a visibilidade de uma cultura musical sentida febrilmente nas mentes, ouvidos e corações de determinados jovens, localizados na cidade de Cajazeiras, na Paraíba, em pleno decorrer dos anos 1990. Pensar esse contexto, contudo, é pensar os íntimos diálogos travados entre a cultura musical e a cultura política.

A potência dessa menção jornalística nos leva a questionar: mas, que *rock* era esse? E por que é o “fim do mundo” se esteve “antenido” com os movimentos internacionais em torno do *rock 'n' roll* e de crítica ao *establishment*? Transcendendo aos ditames culturais desse “fim do mundo” sertanejo, a atuação artística da banda *Conspiração Apocalypse* representava, portanto, a transversalização de referências. Referências que iam desde a musical até a cultural, a qual acabava criando *links* de conexão com uma cultura global, denominadamente o *rock 'n' roll*, dando suporte às formas de transgressão propostas, incluindo-se a política.

Nesse compasso, falar de uma cultura *underground*, por referência, é falar sobre uma cultura de alternância a outra cultura por ora estabelecida. Uma é relacional a outra, havendo, no entanto, a negação como ponto chave. Esse sentimento de negação é existente frente à racionalidade e ao controle comportamental almejados pelas sociedades, sobretudo industriais/ocidentais (ROSZAK, 1972), de modo que sejam definidos nesta forma de pensar e viver uma

postura oposta à uma dada racionalidade, uma postura “desviante”. Imbuídos dessa postura contracultural e desviante, e influenciados por um cenário político nacional inflamado dos anos 1980, jovens por todo o território brasileiro engajaram-se de diversas maneiras. Uma das quais era justamente criando uma banda e expondo aquilo que os inquietava por meio de composições próprias, ou até mesmo tocando canções de outros artistas/grupos com quem se identificavam. Da efervescência cultural pós-ditadura e da luta pela redemocratização política emergiram diversas formas de expressão dentro do próprio universo da música. O *rock ‘n’ roll* passou a ser, neste cenário, um dos principais representantes da música de contestação, trazendo consigo um mercado consumidor e militante que se expandiu e ganhou corporeidade na sociedade.

No Brasil, justamente após o fim da ditadura civil-militar de 1964, os grandes centros urbanos explodiam em contestação sob o ritmo do *rock* nacional, o que ficou marcadamente conhecido como o *boom* do *rock* nacional (GRANGEIA, 2018). Progressivamente, a MPB perdeu espaço para este que apontava ser um dos novos e mais promissores sucessos do mercado musical brasileiro (NAPOLITANO, 2002). Um dos eventos que ficaram marcados nas mentes de todos aqueles que eram apaixonados por *rock ‘n’ roll* no Brasil, na década de 1980, foi o *Rock in Rio* de 1985 – principalmente na noite em que se apresentaram bandas como *AC/DC*, *Scorpions*, *Kid Abelha & Os Abóboras Selvagens* e *Barão Vermelho*. Anunciado como o “primeiro show da democracia brasileira”, fez com que bandas se apresentassem para uma multidão que delirava aos gritos. Cazuzza, até então vocalista da banda *Barão Vermelho*, cantava a canção “Pro dia nascer feliz” e comemorava a eleição indireta de Tancredo Neves, este que fora o primeiro presidente civil após os anos da ditadura militar – ainda que tenha falecido antes de tomar posse do cargo.

Essas bandas e músicas ficariam gravadas na história, nos ouvidos e nas mentes de muitos jovens como a trilha sonora da redemocratização brasileira. Nessa geração musical dos anos 1980, a do *rock* nacional, havia algo deveras distinto daqueles como os Bossa-novistas e os Tropicalistas de outrora, pois já não se identificavam com alguns representantes da música brasileira (GRANGEIA, 2018). Nessa nova geração do *rock* nacional, haviam práticas totalmente destoantes dos grupos de *rock* da Jovem Guarda que, por exemplo, eram embalados pelo *Calhambeque* de *Roberto Carlos* e pelo ufanismo do *Eu te amo, meu Brasil!* da dupla *Dom & Ravel*. Esses artistas, que cerca de duas décadas antes haviam se tornado receptores do *rock* no Brasil, já não eram mais os símbolos do *rock* enquanto comportamento rebelde (CHACON, 1982). Talvez, nas duas décadas anteriores, entre os anos de 1960 e 1970, estes tenham se tornado influenciadores por um tempo, em tons de musicalidade e estética. Mas essa geração dos anos 1980, advinda dos anos da redemocratização, trouxe com uma postura completamente oposta à Jovem Guarda, sendo pertinente ao que se propunha o *rock* nas suas definições e conceituações mais claras: a contestação.

Passados três anos depois do *Rock in Rio* de 1985, com o processamento das políticas públicas encabeçadas por José Sarney – o mesmo que apoiara alguns aspectos da Ditadura

nos anos anteriores e que assumiria repentinamente a presidência por conta do falecimento de Tancredo Neves – o Brasil vinha afundando-se em meio aos planos econômicos. A sensação popular que se tinha era a de descontrole total da economia brasileira, a inflação, por exemplo, chegou a incríveis 980,22%, segundo o IPCA (Indicativo Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Agravante a esta situação, Sarney era investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por irregularidades e corrupção na gestão pública. Dizia-se que o próprio Sarney havia dado acréscimos aos salários dos militares, gerando desconfiças em grandes parcelas da população brasileira (FERREIRA, 2018).

Dos muitos que cantaram “Pro dia nascer feliz” nos anos iniciais da redemocratização, poucos restaram com tamanha positividade. Símbolo disso é o próprio Cazuzza, que durante o já citado *Rock in Rio*, cobriu-se com a bandeira nacional em tom de esperança e comemoração da eleição de Tancredo Neves. Passados exatos três anos, o próprio Cazuzza chegou a cuspir em uma bandeira nacional na casa de shows Canecão, no Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Símbolo da descrença dos rumos políticos, Cazuzza, assim como boa parte da população brasileira, não acreditava mais nas falácias dos planos econômicos criados no governo Sarney.

Frente a esta situação, de Sul a Norte, de Leste a Oeste, muitos jovens sentiram a necessidade de expressar, de alguma maneira, seus pontos de vista, suas inquietações a partir do *rock*. Longe do *show business* das grandes metrópoles e dos grandes grupos musicais, encontravam-se jovens sedentos por esta vontade de fazer música, de fazer *rock ‘n’ roll*. Se nas partes litorâneas da Paraíba e em grandes centros populacionais do país enxergavam-se a hegemonia de grandes grupos musicais e toda uma movimentação em torno deles; em Cajazeiras essas informações chegavam em forma de discos de vinil, fita cassete e em revistas de *rock* compradas na banca da “dona Diana”, atiçando os ouvidos, mentes, olhos e sensibilidades daqueles que se apaixonavam diariamente pelo *rock ‘n’ roll*.

Em Cajazeiras, cidade interiorana atrelada aos “encantos” de Padre Rolim<sup>3</sup> e de Mãe Aninha, à 464km da capital paraibana, viam-se alguns jovens cabeludos, outros de camisas preta, muitos deles com tatuagens expostas no corpo e brincos nas orelhas. Tendo em suas mentes a recente reconquista da democracia e nos ouvidos a geração tanto do *rock* internacional como do *rock* nacional (e seu forte caráter contestador ao contexto político vigente), perambulavam pelas praças, bares, cinemas e ruas da cidade cantarolando canções do *Queen*, *Barão Vermelho*, *Engenheiros do Hawaii*, *Pink Floyd*, e entre tantos outros. Desbundados, esses que muitas vezes tamborilavam seus dedos na tentativa de reproduzir música, leia-se *rock ‘n’ roll*, findariam por chamar a atenção de toda a sociedade cajazeirense pelo fato de não serem tão comuns, de não estarem dentro de uma “normatividade” padronizada. Eram conhecidos como “galera do *rock*”.

Alguns desses, que eram comumente chamados de “galera do *rock*” de Cajazeiras, inspirados pelos seus anseios juvenis e pelo *boom* do *rock* nacional, no fim dos anos 1980, decidiram dar início a uma banda denominada de *Páginas Amarelas*, partindo de uma ideia primeira de Elinaldo Braga. A banda continha uma grande quantidade de integrantes, por isso o nome *Pági-*



*nas Amarelas*, por se parecer com uma lista telefônica. Integrantes aos quais podemos citar: Elnaldo Braga (mais conhecido como Naldinho Braga) nos ganzás, tambores e vocais; Gilberto Álvares no violão e, em alguns momentos, no baixo; Junior Terra na percussão; Elizomar Filho nos teclados; Ítalo nos vocais; Johnson na guitarra; e Eugênio Nóbrega na bateria.

Esse grupo, que nasceu nos interstícios do colégio Diocesano de Cajazeiras, ainda não passava do nível de uma “banda de garagem” criada na intenção de concorrer aos Festivais Regionais da Canção<sup>4</sup>, realizados na própria cidade de Cajazeiras. “Banda de garagem” porque, como diziam, só ensaiavam a nível descompromissado, sendo mais conhecidos pelo barulho que faziam nos ensaios realizados na casa de Gilberto Álvares. Mas o que nos vale atentar é que esses ensaios, apesar de descompromissados, carregavam um tipo de musicalidade inaugural na cidade, trazendo à tona uma incontestável inversão de valores, desarticulando-se do universo artístico por ora cristalizado na cidade de Cajazeiras. A banda emergiu, nesse contexto, como um marco na história do *rock sertanejo* e, para além de Cajazeiras, na Paraíba como um todo.

Anos depois, viu-se necessário a mudança do nome da banda. “Apocalipse” foi o nome escolhido e simbolizado pelos seus membros, assumindo não como uma menção aos ditames escatológicos da Bíblia, mas sim em referência aos apocalipses diários que a raça humana vive. Logo, em uma cidade atrelada à religiosidade cristã, não à toa chamada de “Terra do Padre Rolim”, esse nome da banda serviu como forma de confrontar essa cultura religiosa dominante.

Essa mudança na nomenclatura acabou por se tornar essencial para a construção de uma identidade atrelada a esse nome. E, acompanhando a mudança, modificaram-se também alguns integrantes, sobre os quais podemos citar: Ionas Matias (que passou a compor algumas das músicas integrantes do *set list* da banda), Gilberto Álvares nas guitarras, Naldinho Braga no baixo, Fabiano Lira na bateria e Rocha Rochedo no vocal. Nessa formação clássica (ver a imagem 1), a qual se manteria durante boa parte dos anos 1990, a banda passou a criar toda uma identidade pautada na mescla entre músicas autorais e *covers*. São nessas canções autorais que podem ser visualizadas complexas referências e representações sobre questões sociais, culturais e políticas.

## **ANÁLISE DAS CANÇÕES *ROQUEIXA* E *MODUS VIVENDI***

Composta em pleno processo de eleição do ano de 1989, *Roqueixa* é uma das canções autorais da banda *Conspiração Apocalipse* que contém uma forte contestação política. Sendo um “*Rock + queixa*”, por isso o nome “*Roqueixa*”, a canção traz em suas linhas textuais e melódicas tons de crítica ao governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, sua ascensão e do comodismo da sociedade brasileira. Nesse compasso, a banda *Conspiração Apocalipse*, “amargando o pão que o próprio diabo amassou” (em referência a própria canção *Roqueixa*) em pleno Alto Sertão paraibano, demonstrava-se integrante de uma parcela do meio artístico/cultural, sobretudo através da música, que contestava os tramites da política nacional.

Collor de Mello, sujeito político que foi intitulado pela revista *Veja* como um “caçador de marajás”, ou ainda de “paladino da moralidade”, criou um discurso político de combate a corrupção brasileira por meio das suas veementes críticas aos exorbitantes benefícios dos funcionários público. Segundo Sallum Jr (2018, p. 164): “Collor atacava o gigantismo do Estado e os “marajás” que se locupletavam do dinheiro público sem trabalhar e sem merecimento; e defendia um reformismo liberal que rompesse com o caráter fechado da economia brasileira e integrasse o Brasil ao “Primeiro Mundo”.

Em suas linhas musicais, a canção *Roqueixa* contém a participação ativa da bateria, das guitarras, do baixo, do vocal e dos *backing vocal's*, transmitindo e sincopando inquietantes sentimentos de subversão política. Isso torna-se possível ao pensarmos a musicalidade como uma forma de evidência do sensível (PESAVENTO, 2007). Pois, com efeito, enquanto uma leitura do mundo que nos chega pelos sentidos, que nos desperta emoções e sentimentos, a música está atrelada às sensibilidades. Seja um meio de entreter, de pensar, de questionar, de contestar (NAPOLITANO, 2002), enfim, de encarnar os signos e discursos da canção nas formas de perceber e agir na sociedade a música é sensibilidade, uma forma de apreender a realidade através dos sentidos, tornando-a inteligível.

Em linhas poéticas, o refrão da canção diz: “Será se essa gente não consegue enxergar? Que em pele de cordeiro ele se disfarça. Que tal se em geral a coisa continuar?” Ou seja, esse que se “disfarçava em pele de cordeiro” e que a sociedade brasileira “não conseguiu enxergar”, nomeadamente Collor de Mello, trouxe um lema para sua campanha como promessa, mas que, na prática, realizou impensáveis ataques contra própria a população brasileira, como o famoso confisco da caderneta de poupança. Então, a sua pele de cordeiro, que fora um discurso trajado e usado como artifício para chegada ao poder, como um “salvador da pátria”, fez com que Collor pusesse em prática as suas reais intenções, que foram questionadas pela população a ponto de exigirem um *impeachment* no ano de 1992.

Não à toa, a própria menção ao “rock do fim do mundo” (ver figura 1), estampada na capa do jornal *Correio da Paraíba*, divide espaço com matérias que dissertam sobre um possível *impeachment* (uma palavra até então nova no dicionário dos brasileiros) do presidente Collor, pois em razão do seu conjunto de práticas políticas, a população se fez presente nas ruas em protesto. Na “busca por melhores dias para a Nação”, uma das matérias que dividem espaço com a menção à banda *Conspiração Apocalipse* é dos protestos que foram realizados em todo o Brasil em finais de agosto de 1992, onde sobretudo jovens saíram com os rostos pintados e vestidos de preto, cansados de ser “sacos de pancada” para citar a própria canção *Roqueixa*.

Já *Modus vivendi*, segunda canção do disco *Trágica lógica do Absurdo*, gravado em 2003, é outra das canções que integram a temática de contestação política. Em suas tramas que interligam a cultura e a prática de contestar politicamente, a canção disserta sobre o modo de vida roqueiro. É importante, nesse sentido, atribuir as inspirações dessa canção ao *modus operandi* da causa contracultural em Cajazeiras. Aqueles que se identificavam com as práticas *undergrounds*

em Cajazeiras, no decorrer dos anos 1990, deparavam-se com essa canção autoral. Nesse contexto de composição e de inicial circulação, ela servia como uma forma de catarse, um grito libertador. O refrão, “Sou pura adrenalina, sou puro *rock ‘n’ roll*”, cantado pelos fãs da banda em tom uníssono, seja nos shows ou nas mesas de bares, soaria como um grito de purificação contracultural, aguçador das paixões pelo *rock ‘n’ roll*.

Além de carregar toda essa aura catártica, essa canção também possui engendrada em sua composição um momento um tanto quanto inusitado. Tanto a letra quanto a melodia da canção foram compostas em um leito hospitalar (ÁLVARES, 2020). Gilberto Álvares, compositor da canção, estava internado no hospital prestes a fazer uma cirurgia. Enquanto isso, Cajazeiras sediaria um Festival Regional da Canção. Como a banda tinha o hábito frequente de inscrever músicas para esses Festivais da Canção, os integrantes da banda, Naldinho Braga e Kleber – esse último a quem também é creditada a música –, solicitaram que Gilberto compusesse uma canção para o citado festival. Tendo isso em mente, deitado em uma maca na enfermaria, Gilberto compôs a letra e a melodia da canção, passada minuciosamente para Kleber, que instrumentalizou toda a canção e a inscreveu no festival, obtendo inclusive o segundo lugar. Contando-nos os pormenores, enquanto formulação dos seus quadros de memórias moldáveis no tempo, Gilberto (2020) nos conta que:

*Modus vivendi* tem uma história meio esquisita, porque [...] eu ia ser cirurgiado no hospital, e os cara iam no hospital. Enquanto eu estaria no hospital, haveria o Festival da Canção no Tênis [Clube]. E aí eles ficaram sem chão, e eu já tava internado lá na enfermaria pra ser cirurgiado no dia seguinte. Eles chegaram e entraram lá na enfermaria, a gente conversou e eu passei essa letra pra eles. Uma letra feita na hora, igual caldo de cana (risos). E uma melodia, o corpo melódico. Aí entra a participação de Kleber, que lembrando mais ou menos como eu tinha cantado, fez a harmonia.

Apesar de destoar da versão apresentada no Festival Regional da Canção, que tinha um tom mais “pesado”, a introdução de *Modus vivendi* no disco é feita pela marcação da bateria, pelo pulsar do baixo, pela harmonização do teclado e da distorção timbrística da guitarra. O teclado, que acompanha a transição das notas musicais da guitarra, traz um timbre específico e característico ao início da canção. Próximo ao término dessa introdução, a guitarra é duplicada, uma segue trilhando as notas musicais que definem a estrutura harmônica e a outra, descendo na escala da guitarra, produz uma breve musicalização que, ao som de *vibratos*<sup>6</sup>, finda sincopando a melodia da canção e antecedendo a entrada da linguagem textual de forma vibrante. Além dessa musicalização, a canção consta com um solo de guitarra repleto de *vibratos*, demonstrando uma desenvoltura mais complexa dessa técnica. Toda essa musicalidade é plausível com a forma de transgredir cultural e politicamente por meio da contracultura.

A estrutura sintagmática, dando início ao mote da canção, vai sendo delineada pelas descrições que definem o seu sentido, narradas pelo eu lírico e sendo reforçadas pelo acompanhamento da guitarra, do baixo e do teclado. O sentido inscrito nas entrelinhas da canção é o do

instinto de rebeldia, de fuga dos padrões. Por meio das suas descrições, a discursividade do eu lírico fala sobre a essência do ser roqueiro, esse que tem suas atitudes ditas como “desviantes”, “que fogem das normas” sociais e políticas. Nesse ritmo, levado pelo espírito de “irracionalidade”, há a indagação da lógica do que é ser racional, pois “ser racional é ser piegas/ Na espiral de sujeiras”. As dúvidas, que são consideradas primordiais, constituem essa maneira de pensar, mais até do que as próprias certezas. No entanto, uma das poucas certezas atribuídas a esse *Modus vivendi* é saber que o caminho da rebeldia, que além de teoria é uma prática de vida, é longo “e leva a lugar nenhum”. Ou seja, como reflexão do ponto final da vida, por mais que “engajada” e “curtida” no seu percurso, a reta final é sempre a mesma, o lugar em comum, a morte.

Se nos primeiros momentos da linguagem textual da canção foi descrito o ponto final desse modo de vida, que é a morte, o pré-refrão vem justamente para elucidar o lugar de partida. Portanto, esse *Modus vivendi* é descrito como “fruto da inquietude”, como uma espécie de “efeito colateral da receita”. Ou, em outras palavras, a distinção caracterizada a partir do padrão de normatividade. Logo em seguida, o refrão traz a máxima expressiva da canção, emergindo no sentido de simplificar toda essa descrição lapidada durante o percurso da canção. Em poucas palavras, com a potencialização do *backing vocal* e da linguagem melódica da guitarra, do baixo e do teclado (musicalizando a palavra “*rock ‘n’ roll*”), define-se que ser roqueiro é ser “todo adrenalina”, é ser “puro *rock ‘n’ roll*”, é ser todo contracultura e ser pura contestação.

## NOTAS

- 1 O presente trabalho contém fragmentos da monografia intitulada “**Canções e tensões apocalípticas**: banda *Conspiração Apocalipse* e a eclosão do *Rock ‘n’ Roll* em Cajazeiras – PB (1989 – 2005)”, para mais informações sobre a pesquisa na íntegra, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR (2020).
- 2 Após a morte de Cazusa, foi publicada uma carta relacionada a este evento. Um trecho dela diz o seguinte: “A bandeira de um país é o símbolo da nacionalidade para um povo. Vamos amá-la e respeitá-la no dia em que o que está escrito nela for uma realidade. Por enquanto, estamos esperando.” (O GLOBO, 1990, p. 1 apud GRANGEIA, 2018, p. 370).
- 3 Além de ser conhecida como a “terra que ensinou a Paraíba a ler”, Cajazeiras também é conhecida como a “terra do Padre Rolim”. Esse padre foi, justamente, o alfabetizador que representou tal empreitada educacional nos anos iniciais da cidade. Tornando-se, assim, um símbolo estabelecido tanto na esfera educacional como religiosa.
- 4 Festivais estes que seguiam a lógica das estruturas dos Festivais da Canção a nível nacional, que, segundo Napolitano (2002), eram um símbolo das discussões e questões brasileiras relacionadas a sociedade e a musicalidade vigentes. No entanto, ainda assim, esses Festivais Regionais da Canção, realizados em Cajazeiras, demonstravam suas singularidades, como a radiodifusão das canções autorais ganhadoras nas emissoras de rádio local. Fazendo com que, inclusive, grupos e compositores de todo o Nordeste se inscrevessem em tal evento.
- 5 Ambas as canções encontram-se disponíveis no canal do YouTube da banda *Conspiração Apocalipse*, cf.: <https://www.youtube.com/channel/UCjIDzK5H0G97WGjCA5Nlyhg>. Acesso em: 08/10/2020.
- 6 Com origem italiana, o termo *vibrato* designa uma leve variação nas frequências de uma nota musical. No caso da guitarra, a nota é oscilada de forma proposital pelo músico, no sentido de dar maior expressividade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Francisco Didier G. A. **Canções e tensões apocalípticas: banda Conspiração Apocalipse e a eclosão do Rock 'n' Roll em Cajazeiras – PB (1989 – 2005).** Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2020.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Francisco Didier G; AQUINO, Jefferson Fernandes de. Ensino de História e Música: Confrontamentos entre o planejar e o fazer. *In: História dos Brasis: Narrativas Historiográficas de Ontem e Hoje*, XI. 2019, Cajazeiras – PB. Anais eletrônicos: UACS/UFCG, 2019. Pág. 61 – 71. Disponível em: <https://www.eventohistoriacfp.com.br/anais-eletronicos>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ÁLVARES, Gilberto. *Vozes da Conspiração Apocalipse: entrevista com Gilberto Álvares.* Cajazeiras, 16 de junho de 2020. Gravação em gravador digital (2h35'11") Entrevista concedida a Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior, 2020.

CHACON, Paulo. **O que é Rock.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. O Brasil republicano: O tempo da nova república da transição democrática à crise política de 2016.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-71.

GONZÁLEZ, Juan Pablo. Fazendo história da música com a musicologia em crise. *In: GARCIA, Tânia da C; TOMÁS, Lia (Orgs.). Música e política: um olhar transdisciplinar.* São Paulo: Alameda, 2013. p. 75-96.

GRANGEIA, Mario Luis. Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). O Brasil republicano: O tempo da nova república da transição democrática à crise política de 2016.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 353-387.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral, caminhos e descaminhos.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 55-65, ago. 1993.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

PEREIRA, Carlos A. Messeder. **O que é contracultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In: PESAVENTO, Sandra J; LANGUE, Frédérique. Sensibilidades na história: memórias singulares e identidade sociais.* Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2007. p. 9 - 22.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

SALLUM JR, Brasílio. O governo e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. *In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. O Brasil republicano: O tempo da nova república da transição democrática à crise política de 2016.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-71.

TATIT, Luiz. **O cancionista: composição de canções no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2012.

# IDENTIDADES EM CONFRONTO: A DISPUTA POLÍTICA ENTRE CHRISTIANO LAURITZEN E IRINÊO JOFFILY (1888-1891)

Viviane Carneiro de Oliveira<sup>1</sup>

Esse trabalho tem o objetivo de analisar as identidades de Christiano Lauritzen e Irinêo Joffily, dois políticos que conviveram em Campina Grande, na virada do século XIX para o século XX, que eram contrários ideologicamente em relação à política, ambos possuindo diferentes projetos para que a cidade pudesse tornar-se efetivamente moderna. Cada um, à sua maneira e dentro do seu campo de ação, buscou deixar sua marca na cidade e através dos jornais que eram diretores, a *Gazeta do Sertão*, comandado por Irinêo Joffily e o *Correio de Campina*, comandado por Christiano Lauritzen. O primeiro era natural de Pocinhos, Paraíba, tendo se formado em Direito no Recife. Membro do Partido Liberal, desde o início da sua carreira profissional foi apontado como um dos nomes mais importantes do partido. O segundo, vindo da Dinamarca, iniciou sua vida em terras campinenses como comerciante de jóias, sendo proprietário da antiga *Casa Inglesa*; casou-se com a filha de Alexandrino Cavalcanti, filha de um importante membro da elite local e um dos principais nomes do Partido Conservador, por onde, naturalmente, Christiano filiou-se politicamente.

Durante seu tempo como prefeito, Lauritzen fundou o jornal *Correio de Campina*, ligado à ideologia conservadora sendo ele membro e chefe do Partido Conservador em Campina Grande, ideologia que o acompanhou desde o início da sua vida política nos tempos do Império e até a sua morte, já nos tempos da República Velha.

O conflito entre Joffily e Lauritzen era um *conflito intraelites*. Isso, de uma maneira simples, quer dizer que são diferentes em tudo. As relações políticas entre partidos antes das diferenças, apoiavam-se também nas semelhanças. E dessas semelhanças, essas relações intraelites possuem uma que considero das mais marcantes: o pensamento de que a política deveria ser feita para e por uma pequena parte da população, capaz de manter a ordem (BRAGA, 2017). Ou seja, tanto Joffily quanto Lauritzen não estavam verdadeiramente interessados em difundir uma cultura política para toda a população, mas sim para os seus semelhantes, mesmo que, considerando o caso de Joffily quando se analisa a *Gazeta do Sertão*, numa leitura menos atenta, somos levados a crer que ele deseja justamente o contrário. De acordo com Braga (2017):

“Então, apesar de membros dos partidos monárquicos poderem aqui e ali discordar em certos pontos, compartilhavam valores comuns e sem dúvida um deles era a composição elitista que deveria ter o corpo político do país” (BRAGA, 2017, pg 16).

Braga (2017) faz uma análise muito metódica da *Gazeta do Sertão*, trazendo justamente a ideia do elitismo de Joffily. O próprio jornal pode ser aqui considerado como um meio de fazer o “jogo” ficar sempre na mão das elites. Para tanto, considero que quando no jornal são citados eleitores, por exemplo, estão se referindo às especificidades do que era ser eleitor naquela época, a saber, de uma forma direta: aquelas pessoas que possuíam poder censitário. Assim, ainda de acordo com Braga (2017):

“O Jornal *Gazeta do Sertão* (1888-1891) serviu para dar suporte a uma série de interesses econômicos e para sustento de determinado grupo político local, encarnado nos homens de elite vinculados ao Partido Liberal de Campina Grande” (BRAGA, 2017, pg. 21).

O sistema oligárquico, tão bem consolidado na República, também já estava formado no tempo do Império. É que muitas das relações sociais e políticas, mesmo com a mudança do sistema de governo, permaneceram e ganharam ainda mais força, a exemplo das famílias oligárquicas. Tendo isso em vista, não é possível falar sobre Christiano Lauritzen sem passar pela análise dessas oligarquias locais, as quais ele era um dos membros, sendo esse um dos pontos-chaves do meu trabalho, quando me proponho a analisar dois dos seus representantes, Lauritzen e Joffily.

Irinêo Ceciliano Pereira da Costa, nascido em 1843 é o verdadeiro nome de Joffily. Natural de Pocinhos, seu pai era José Luís Pereira da Costa e sua mãe Isabel Americana de Barros. A família Pereira era uma família tradicional do ramo Liberal em Campina Grande e mesmo com as dificuldades da vida que o pai de Joffily enfrentou, este nunca deixou de cumprir um de seus desejos, que era educar pelo menos um dos filhos (BRAGA, 2017). Assim, José Luís manda seu filho para Cajazeiras, para estudar no famoso Colégio do Padre Rolim. Nesse ínterim, seu pai falece na epidemia do cólera, doença que foi devastadora em grande parte do Sertão paraibano no século XIX. Tendo isso em vista, Joffily e os alunos do Padre Rolim são transferidos para o Ceará, fugindo da doença. Passado esse momento, Joffily retorna à sua casa e encontra sua mãe restabelecida do luto, casada com Antônio Lessa, comerciante do Recife, para onde levou sua nova família. (JOFFILY, G. S.d). Essa mudança permitiu a Irinêo terminar os seus estudos, tal qual seu pai sonhou, entrando na Faculdade de Direito do Recife, considerado um centro de formação da elite nortista. Em homenagem ao pai, Irinêo abandonou o “Costa” e adotou o Joffily, que é a composição da palavra em latim “*Josephus fillii*”, ou seja, Filho de José. (JOFFILY, G. s.d) (BRAGA 2017).

Quando termina sua graduação retorna para Pocinhos, onde é nomeado Promotor de São João do Cariri e, dois anos depois, é nomeado para exercer o cargo de Juiz Municipal de Campina Grande, sendo também eleito para a primeira legislatura como deputado provincial (1868) (JOFFILY, G. s.d). Atuou na advocacia e na administração de propriedades rurais que possuía. Em 1871, casou-se com Raquel Torres Brasil, filha de um dos maiores proprietários de Campina Grande, João Martins Torres Brasil, também vinculado ao Partido Liberal de Campina

Grande (BRAGA, 2017). Esse matrimônio de Joffily, à semelhança do de Lauritzen com Elvira, selava uma aliança política e econômica, estratégica para os objetivos políticos de cada partido na época.

A dissertação de Mestrado de Hugo Paz de Farias Braga (2017), defendida na Universidade Federal de Campina Grande, intitulada “*Campina Grande no Império: poder local e disputas políticas*” traz toda uma análise do poder local que permeia Campina Grande, refletindo sobre o poder familiar, as ligações políticas com o Império, as relações sociais – muitas vezes permeadas pela violência – e, principalmente, uma reflexão sobre as dicotomias e similaridades entre o ser Conservador ou Liberal, tanto a nível local, através de Campina Grande, como a nível nacional, tomando o Brasil como pano de fundo.

O mecanismo legítimo de manutenção do poder das elites era a eleição. Naquele tempo, era quase corriqueiro lidar com fraudes eleitorais, aliás, era por meio delas que a política brasileira como um todo funcionava, uma vez que dissociar os interesses públicos dos privados era uma tarefa quase impossível. Assim, mesmo sendo também uma das peças chaves para se mostrar ao mundo que se era “moderno”, a Democracia foi por muitas vezes um estorvo para a classe dominante brasileira, e mesmo com o advento da República, a política ainda continuaria sendo feita nos *bastidores*. (BRAGA, 2017).

Manutenção do poder das elites refere-se à eleição. E quanto à inserção de pessoas de fora nessa elite? Não era algo corriqueiro, era preciso que determinada pessoa possuísse capital e, claro, pensamentos ideológicos semelhantes ao partido que pretendia se filiar. Respondendo à pergunta inicial e já relacionando-a com Christiano Lauritzen, o casamento era o meio mais fácil de alguém tornar-se de vez membro da elite local. O apadrinhamento político intensificava-se nas relações familiares, de forma que as relações familiares da elite implicavam, necessariamente, relações políticas. Casando-se vantajosamente com Elvira Cavalcanti, Christiano ascende de vez à elite local. Braga (2017), trazendo a reflexão de Lewin (1993), “denominou como um tratamento “quase-corporativo” da Parentela. O chefe de família pensava em sua parentela como um todo, vislumbrando várias conexões e possibilidades aos seus herdeiros. Para as filhas, abriam-se os “bons casamentos”, nunca abandonando a perspectiva do matrimônio como uma estratégia de união política-econômica, pois os bens da esposa seriam administrados pelos cônjugues respectivos”. (BRAGA, 2017, pg. 60).

As aspirações ao setor da política local parecem ter sido uma consequência quase automática do caráter político-familiar, em uma sociedade que se pretendia moderna ao mesmo tempo em que lutava para libertar-se de velhos estigmas.

Por um lado, quando se fala de modernidade costuma-se pensar em desenvolvimento. E do outro lado da moeda encontra-se o atraso. Aranha (1991) não considera que as desigualdades existentes entre países ricos e pobres se explique pela simples dicotomia entre “atraso” e “moderno”, ele considera que é uma “oposição tão-somente formal” (pg. 19) e que, na realida-

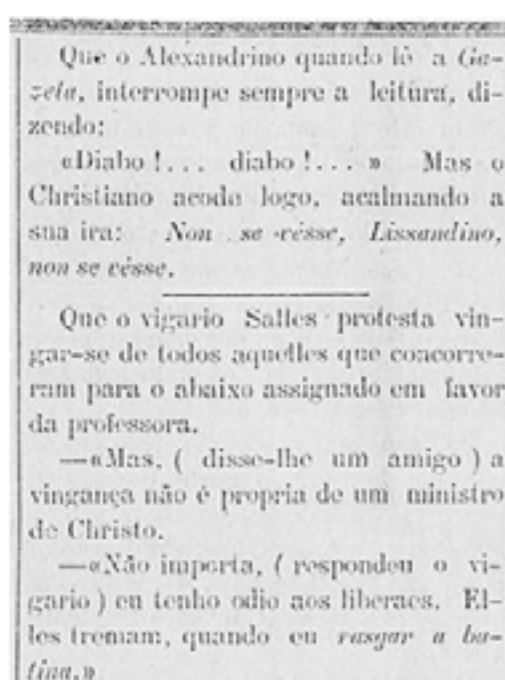
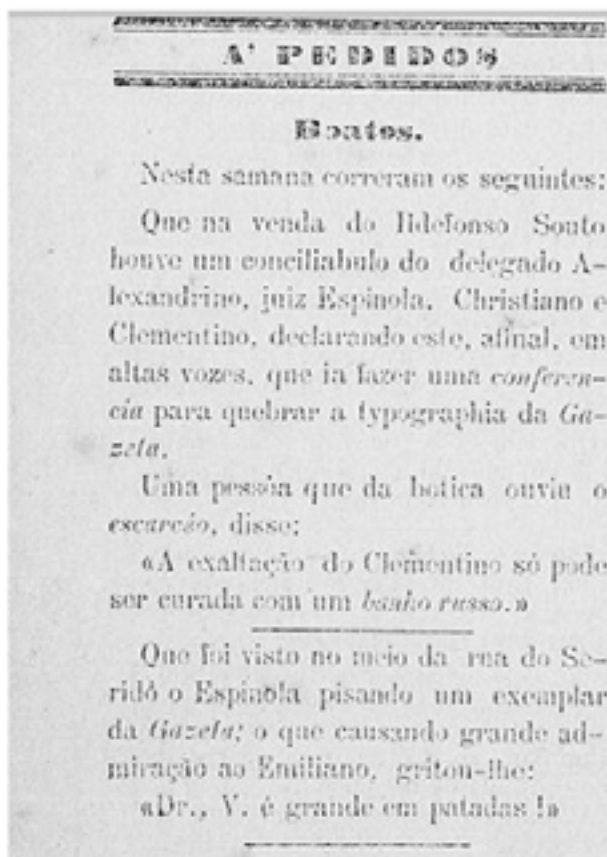


de, são estágios de um mesmo processo de expansão do capitalismo. “A acumulação interna de capital favorece diretamente a burguesia local, seja através de suas frações em conjunto, seja através de suas frações em particular” (pg. 20).

Assim, Christiano Lauritzen, em seus esforços para modernizar Campina Grande, buscou incessantemente o prolongamento da linha férrea para a cidade, com um dos objetivos da “provincialização do comércio”, que era uma tentativa de evitar que as grandes capitais monopolizassem completamente o protagonismo comercial, sendo assim, abriria espaço para que as pequenas capitais (Campina Grande, por exemplo) também ganhassem lugar na disputa comercial. Em 1901 foi feito o primeiro prolongamento da estrada de ferro pela Great Western Brasil Railway, mas de acordo com Aranha (1991), o traçado dessa ferrovia era muito curto, não conseguindo atender ao objetivo da “provincialização”. Foi com o prolongamento da estrada de ferro Itabaiana – Campina Grande – Recife que esse objetivo foi alcançado.

Aranha (1991) chama atenção para o feito de Christiano Lauritzen nesse quesito, porém ele faz uma consideração importante antes de falar sobre a história desse político local. Seu objetivo não é fazer uma história personalista e biográfica, herança do positivismo com viés puramente detalhista sem análises mais profundas do contexto onde o indivíduo está inserido socialmente. Aranha (1991) começa definindo Christiano Lauritzen como: “*chefe político de Campina Grande e comerciante abastado, defensor intransigente dos interesses da classe a qual pertencia e de suas reivindicações em torno dessa estrada de ferro.*” (pg. 87). Posso dizer que concordo plenamente com essa afirmação acerca Lauritzen, principalmente no tocante a ser *defensor intransigente dos interesses da classe a qual pertencia*. Essa relação apaixonada pela sua classe e seu partido é vista às claras através do seu jornal, o *Correio de Campina*, onde a sua política e sua maneira de pensar estão em evidência.

Por outro lado, enquanto mantinha-se fiel à sua classe, Lauritzen era bastante criticado por Irineo Joffily no seu jornal, a *Gazeta do Sertão*. Essa crítica era feita, na maioria das vezes, em tom de piada na *Gazeta*, é tanto que a maioria das vezes que Lauritzen aparece no jornal é no quadro intitulado “Boatos”, de forma satírica, principalmente em relação ao seu sotaque e seu “português quase inglês” que Joffily faz questão de destacar num tom mordaz:



(IMAGEM 1. GAZETA DO SERTÃO, 18 de janeiro de 1889, edição número 3).

É muito interessante ver como as relações do Império se perpetuaram na República, e de forma mais intensa, na República Velha. Por isso, não seria um anacronismo se utilizar de configurações aplicadas ao Império neste trabalho, que trata tanto da fase final da Monarquia quanto ao começo da República (devido às fontes disponíveis dos Jornais analisados). É como bem pontua Braga (2017), a mudança de sistema de governo seguiu o lema “modernizar para conservar”.

Jacques Revel, em *Jogos de Escalas*, reflete que:

“(…) fenômenos maciços que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio de estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente” (REVEL, pg. 13, 1998).

Por meio do método da micro-análise encontramos a possibilidade de um novo olhar para a história social da cidade, passando pelas ações coletivas e individuais de Lauritzen e Joffily. A particularidade desses indivíduos chama a atenção, pois mostra os bastidores e o “palco” da política de Campina Grande. Enquanto um possuía os meios para alcançar seus objetivos, por

ser o prefeito da cidade (Lauritzen), o outro (Joffily), apesar da sua trajetória múltipla como político, jornalista e historiador não conseguiu efetivar os seus projetos completamente.

Giovanni Levi (2000), em *A herança imaterial*, traz o conceito de excepcional normal aplicado ao pároco de Santena. No prefácio desse livro feito por Jacques Revel, o *excepcional normal* está vinculado aos personagens que ficam muitas vezes às margens da história, a exemplo dos loucos, dos pobres, dos doentes, das prostitutas, das mulheres. A História em sua grande produção durante muito tempo deu voz apenas àqueles considerados dignos – os heróis, os vencedores, as elites – isto frequentemente silenciava quem não se encaixava nessa categoria. O diferente, o *excepcional* pouco a pouco encontra o seu caminho nas linhas da História.

No caso de Christiano Lauritzen, dinamarquês e membro da burguesia urbana (fator proporcionado por uma mudança no imaginário da sociedade, tal qual proposto por Agra (2008), é preciso refletir duas questões: a primeira é que, mesmo sendo uma “irregularidade” um estrangeiro conquistar tanto prestígio num local tradicionalmente vinculado à permanências sociais, isso não significa que ele fugiu totalmente do “normal”. Isso porque, como já foi dito antes nesse texto, além dele ter alcançado riquezas como comerciante, ele contou com o apoio de Alexandrino Cavalcanti. Nesse sentido, não é possível colocar o Christiano Lauritzen na mesma modalidade que os *excluídos* da história permanecem, até porque a sua própria trajetória política demonstra o seu prestígio.

Contudo, não significa dizer que inserir-se na sociedade campinense, mesmo com riqueza e apoio político local tenha sido uma tarefa fácil. Christiano por muitas vezes tinha que provar-se merecedor desse prestígio, tendo recebido inúmeras críticas à sua gestão, críticas tais que tocavam no seu estrangeirismo. Era depreciadamente chamado de *Gringo* por seus adversários, a exemplo de Irineo Joffily e seus partidários. Mais uma vez reforço que o prestígio político alcançado por Lauritzen só foi possível devido a uma mudança no imaginário da sociedade campinense, de acordo com Agra (2008), em valorizar o urbano e a burguesia que a ele estava vinculado.

Assim, para concluir, a escolha pela realidade individual não é contrária à do social. Acompanhar uma particularidade histórica é também uma forma de mostrar a multiplicidade de espaços e de tempos, à semelhança do que Hartog (2014) definiu como *regimes de historicidade*, onde cada espaço – e aqui consideramos os espaços abordados pela micro-análise – tem sua própria forma de *fazer história*.

## NOTA

1 Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada em História pela UFCG. Esse texto é parte da pesquisa de dissertação. (viviihistory@gmail.com)

## REFERÊNCIAS

- AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935**. Recife: O Autor, 2008
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Pedrosa. 1978.
- ARANHA. Gervácio B. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2007.
- BAUMAN. Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade**. 1.ed. Rio de Janeiro. J. Zahar Ed., 1998.
- BRAGA, Hugo Paz de Farias. **Campina Grande no império: poder local e disputas políticas**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 2017.
- CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- HARTOG. François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Levi, Giovanni. **Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- REVEL. Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

# JOGOS DE PODER E DISPUTAS POLÍTICAS NA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE DEMOCRATIZAÇÃO (1947-1950)

Waniéry Loyvia de Almeida Silva<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao final de 1945, o autoritarismo do Estado Novo acabou cedendo espaço a um cenário mais democrático e pluripartidário, sendo o processo de criação dos partidos políticos algo visceral para o rompimento com o passado ditatorial recente. Dessa forma, surgiram assim a União Democrática Nacional (UDN), criada oficialmente em 7 de abril de 1945, e que atraía para junto de si empresários, bacharéis, militares de alta patente e intelectuais liberais; o Partido Social Democrático (PSD), que angariava as “velhas raposas” da política brasileira, ou seja, a máquina administrativa do Governo Vargas; e por fim o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), composto de trabalhadores sindicalizados, operários e funcionários públicos (DELGADO, 2003, p. 132, 134 e 136).

Mesmo com o novo sistema partidário em crescente processo de consolidação, o que ficou comprovado pelas análises de Antônio Lavareda (2012) é que a mesma elite política que sustentou o Estado Novo manteve-se na liderança do processo de redemocratização, promovendo os primeiros pleitos em quinze anos e influenciando a Constituição de 1946.

Segundo Maria do Carmo C. Campello Souza (1990), a nova Carta Constitucional conservou intacta a estrutura institucional do regime decaído. Em *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1945-1964)*, a autora procurou investigar a participação do Estado na formação desse sistema partidário e a dinâmica da política brasileira a partir de suas relações com o sistema de representação e as mudanças socioeconômicas operadas na época.

Sendo assim, é mais que acertado dizer que, mesmo que o Estado Novo tenha chegado ao fim, a transição para a democracia conservou permanências, que residiam no fato de o processo de democratização ter sido uma exigência das elites de oposição e coordenada pelo próprio governo que era deposto, caracterizando-se assim uma “transição pelo alto” (VIANNA, 1999, p. 303).

Tais transições ou saídas sem rupturas drásticas não são uma novidade na *Cultura política*<sup>2</sup> brasileira, pelo contrário, nossa tradição nos mostra que impreterivelmente quando se trata de mudanças, a tendência é sempre operar para que estas sejam superficiais, não atinjam os donos do poder e conserve permanências que possibilitem a reprodução das mesmas condições históricas que permitem a sobrevivência e a continuidade das bases de um sistema arcaico e quase inalterado.

Pensar o contexto dessas mudanças e permanências dentro da lógica de disputas políticas e jogos de poder que ocorrem na Paraíba, então sob a liderança de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, no imediato pós Estado Novo, é a que se propõe esse breve artigo.

## UM INTELLECTUAL NA POLÍTICA – BREVE PERFIL BIOGRAFICO DE OSWALDO TRIGUEIRO.

Neto do aristocrata José Luís de Albuquerque Melo e filho de Francisco Luís Albuquerque Melo, chefe oligarca da região de Alagoa Grande, Oswaldo Trigueiro não era nenhum ingênuo no terreno fértil das tradições políticas familiares, que sempre estiveram presentes no seio da elite paraibana. Nascido em 1905 no interior da Paraíba, Trigueiro, como muitos de seus conterrâneos, se formou em Direito pela Faculdade do Recife em 1924, para se lançar no campo da política apenas seis anos depois. Oriundo de uma família estável de proprietários de terras e donos de escravos, Trigueiro provavelmente aprendeu cedo as engrenagens que faziam funcionar a famosa “gangorra do poder”.

Os posicionamentos do pai, tido como um *coronel*, chefe da prefeitura de Alagoa Grande em duas ocasiões diferentes, a primeira entre os anos de 1912 e 1915, período que corresponde ao governo de João Pereira de Castro Pinto e a segunda, entre os anos de 1947 e 1951<sup>3</sup>, bem como as suas próprias origens familiares, influenciaram consideravelmente as posturas políticas que Oswaldo Trigueiro veio a adotar, como pode ser visto em suas próprias palavras: “*A minha origem, portanto, não é diferente da dos bacharéis de meu tempo: origem proprietária, origem rural, embora eu nunca tivesse morado na roça. Toda a vida morei na cidade.*” (MELO, 1980, p. 6)<sup>4</sup>.

Combatendo a *Revolução de 1930*, Trigueiro manteve-se fiel às práticas de uma política arcaica<sup>5</sup>, que tinha suas raízes firmadas na Primeira República (1889-1930) e que não foram superadas em sua totalidade mesmo após a vitória do movimento de 1930, uma vez que, tanto o cenário político quanto seus agentes continuavam os mesmos. Ou seja, “*a mudança assumiu o caráter de metamorfose e os ‘coronéis’ e as oligarquias mudaram apenas de roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou.*” (GURJÃO, 1994, p. 52).

A famosa Revolução, aclamada como um divisor de águas e saudada como ventos que trariam mudanças significativas ao fazer político no Brasil, se mostrou na verdade como mais uma das transições ou transações pelo alto, a fim de conservar o poder da classe dominante. Em suma, como bem dito por Eliete Gurjão (1994), os atores apenas mudaram a roupa, se travestiram, mas o papel que desempenhavam permaneceu inalterado.

E nesse contexto, Oswaldo Trigueiro, tido como “um dos vencidos de 1930”, acabou sendo cooptado pelo então Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo. Provenientes de oligarquias do interior do estado, Trigueiro e Figueiredo foram amigos fieis. Conhecido por

seu poder de oratória e sua grande capacidade de conciliação, Figueiredo conseguiu atrair para junto de si todos aqueles oligarcas dissidentes que se digladiavam ainda pelos espólios de 1930. Para Trigueiro, a amizade com o governador lhe valeu a nomeação como prefeito da capital, cargo que exerceu até a implantação do Estado Novo.

Insatisfeito com os rumos da política nacional e local, Oswaldo Trigueiro se afastou da vida pública, retornando apenas oito anos depois. Com a queda do Estado Novo e o advento da democratização e formação dos novos partidos políticos, Trigueiro, após anos nos Estados Unidos, voltou ao Brasil e engrossou as fileiras da União Democrática Nacional – UDN, sendo um de seus membros fundadores. Tendo seu nome lembrado por muitos amigos, na Paraíba e no Rio de Janeiro, acabou sendo indicado para concorrer às eleições para o Governo do Estado em 1947. Sua escolha como candidato obedeceu à vontade partidária de sanar as divergências dentro da UDN paraibana, que se dividia (não de forma equivalente)<sup>6</sup>, entre dois grandes líderes da política local: José Américo de Almeida, que liderava a ala Americista<sup>7</sup> do partido e Argemiro de Figueiredo, que liderava a ala Argemirista<sup>8</sup>. Segundo Coutinho, (1965, p.47)

Sem a preocupação maior de observarmos os incidentes e os detalhes que motivaram o desentendimento dos dois líderes do udenismo paraibano, podemos realçar a própria escolha da candidatura de Oswaldo Trigueiro ao Governo que obedeceu a um critério de pacificação entre as alas em conflito, resultando no artificialismo que salvou por dois anos a unidade partidária.

Indicado mais uma vez, por seu amigo, Argemiro de Figueiredo e endossado por José Américo, Oswaldo Trigueiro apareceu como *o conciliador*, a fim de colocar “panos quentes” nas disputas entre os dois chefes políticos paraibanos. O acordo das duas alas da UDN paraibana em torno do nome de Trigueiro nos remete às velhas práticas oligárquicas de consenso, conchavos e troca de favores presentes no Império, mas tão características da Primeira República (1889 – 1930).

A tentativa de sanar tais disputas e atritos dentro do partido, visava a construção de uma *hegemonia*, pois diferente do que acontecia em outros estados, na Paraíba a UDN demonstrava certa superioridade em relação ao Partido Social Democrático (PSD). Nas eleições de 1945, das dez vagas para Deputados Federais, sete foram ocupadas por membros da UDN paraibana<sup>9</sup>. A única ameaça a essa unidade partidária era a rivalidade entre os próprios membros do partido, que se acirrava a cada dia, como veremos a partir de agora.

## **DISPUTAS INTRA-OLIGARQUICAS – OSWALDO TRIGUEIRO ENTRE O ARGEMIRISMO E O AMERICISMO**

Embora não possam a rigor, serem enquadrados como “uma geração nova” no que diz respeito aos seus anos de atuação na política, fosse em âmbito nacional ou local<sup>10</sup>, José Américo

de Almeida e Argemiro de Figueiredo, vistos enquanto *revolucionários de 30* e, portanto responsáveis por “romper” com as práticas arcaicas da Primeira República, procuraram de fato se afastar da alcunha de “coronel”, mas sem de fato abandonar as velhas tradições políticas, pois,

O que restava do coronelismo antigo reviveu em 1945. Mas ai já era a geração nova, os descendentes dos velhos chefes, que não queriam o título de coronel. O título tornara-se obsoleto. Nas cidades, nas áreas urbanas, ninguém queria ser coronel ou capitão da Guarda Nacional. Havia lideranças novas, mas vinculadas ao passado. (MELO, 1977, p. 126)<sup>11</sup>.

Esses dois indivíduos, com larga experiência, trajetórias consolidadas no meio político, de heranças familiares e ligações com as mais diversas facções oligárquicas do estado e que em momentos passados tinham dado seu apoio à Vargas, agora constituíam-se em oposição a este, sendo os organizadores da UDN na Paraíba. De acordo com Monique Cittadino (1988), enquanto Figueiredo arrastara para o partido as elites oligárquicas que não lhe deram as costas nem no momento da sua deposição em 1940, José Américo trazia a elite intelectual paraibana, a classe média e os profissionais liberais. Podemos dizer assim, que a UDN paraibana tinha uma feição coronelística e conservadora.

Entretanto, essa organização partidária não foi de todo pacífica. Pelo contrário, os dois maiores líderes políticos do estado, já citados anteriormente, obrigados pela necessidade da conjuntura da hora a se abrigarem dentro do mesmo partido, passaram a querer se impor um ao outro. De forma que, se nos outros estados do país a efervescência se dava pela própria volta à “democracia” e a vida político-partidária, na Paraíba, o que gerava grande comoção era a guerra dentro da UDN para saber quem seria o chefe do partido, e se esse teria condições de no pleito se consolidar como chefe local.

Nos estados do Norte sempre houve a preocupação da chefia unipessoal. Havia quem fizesse questão de ser chefiado por José Américo; outros a de serem chefiados por Argemiro – uma preocupação que já me parecia um pouco ultrapassada.

[...] Mas a paraíba tinha a preocupação da chefia. O partido tinha que ter um chefe, o chefe era uma pessoa. Isso resultava um pouco da tradição. Tínhamos uma tradição de chefes muito poderosos, chefias muito nítidas. (MELO, 1977, p. 122)<sup>12</sup>.

E é justamente em meio a essa disputa por esse *espaço político limitado*<sup>13</sup>, que surge o nome de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo como o candidato de conciliação entre as duas alas que compunham a UDN. O acordo tácito firmado entre Argemiro de Figueiredo e Virgínio Veloso Borges (representante de José Américo e industrial respeitado e bastante influente) estabeleceu que nenhum dos dois líderes paraibanos iria concorrer às eleições ou indicar um nome de sua bancada para tal. Além disso, a responsabilidade de apresentar um *tertius* recaiu sobre Figueiredo. O nome indicado por este, e saudado por seus correligionários seria levado a



apreciação de José Américo e aos componentes de sua ala dentro da UDN a fim de evitar uma cisão dentro do partido.

Todos sabem, igualmente que na hora de concretizar-se a escolha, os representantes do senador José Américo recusaram-se a cumprir o pactuado, surgindo daí a primeira crise que ameaçou a unidade da UDN.

Os amigos do senador José Américo não aceitavam a candidatura de Argemiro nem a de qualquer dos nomes que compunha a lista de quatro por ele depois apresentada. Creado o impasse, tratou-se como sempre acontece, de encontrar nova fórmula de acordo para uma candidatura de conciliação. (MELO, 1950, p. 6)<sup>14</sup>.

Para analisar mais profundamente as motivações que levaram a escolha de Oswaldo Trigueiro como um *tertius* nas eleições de 1947 recorreremos ao conceito de *bloco hegemônico*<sup>15</sup>, pelo qual, Antônio Gramsci define como sendo o grupo dirigente, não homogêneo, que mesmo tendo contradições internas, se propõe a saná-las, a fim de suprimir as dissidências em prol de se manter no poder, estabelecendo a *hegemonia*.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48).

Diante da ameaça de perder espaço para o PSD, a UDN na Paraíba, chefiada por Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida, estabelecendo uma *relação de forças*<sup>16</sup>, diante da tensão que ameaçava o partido, optou por endossar a campanha de um indivíduo político sem muita tradição, que há muito vivia afastado das intrigas corriqueiras dentro do Estado e que por isso não poderia ainda, ser enquadrado como partidário de nenhuma das alas em disputa na UDN paraibana. Para explicar a crise intra-partidária, recorreremos mais uma vez a Gramsci, quando este afirma que tais crises podem revelar

Contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do “ocasional”<sup>17</sup>. (GRAMSCI, 2002, p. 37).

O consenso estabelecido abriu espaço para desencadear o que se denomina como *pequena política*, entendida como a política do dia-a-dia, do corredor e das intrigas, que diz respeito às questões parciais referentes as práticas cotidianas e que aparecem no interior das estruturas já estabelecidas, como consequência das disputas pela predominância entre várias facções de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2002, p. 21), uma vez que durante os momentos que

antecederam a campanha, tanto José Américo, quanto Argemiro de Figueiredo, tentaram voltar atrás no acordo firmado, a fim de se lançarem como candidatos ao governo, manobrando os seus correligionários por meio de conchavos e ajustes de última hora.

Dessa forma, compactuamos da visão de Marcos Odilon Ribeiro Coutinho (1965), de que o consenso foi superficial e perdurou de forma cambaleante, apenas por duas eleições<sup>18</sup>, uma vez que os líderes da UDN paraibana não tinham em si a predisposição de dividir o poder. Tidos como *prepotentes e ambiciosos* na visão deste autor, Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida tinham em comum apenas “o amor pelo poder”. Entretanto, o que aparentemente pôde se configurar como uma cisão inter-elites, pode ser entendido como estratégias de permanências dos mesmos grupos no poder.

## OS MEANDROS DE UMA QUEDA DE BRAÇO – O ARGEMIRISMO SE SOBRESSAI AO AMERICISMO

Diante da indefinição da política paraibana, a única certeza era a existência de uma disputa violenta pela chefia unipessoal do Estado e pelo poder. Mais do que uma simples discordância entre *mandatários*<sup>19</sup>, o confronto de Argemiristas e Americistas expôs uma competição pelo próprio *campo político*, definido como

O lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Tal disputa iniciada mesmo antes das eleições tendeu a se acentuar após a vitória de Oswaldo Trigueiro, que mesmo sem dispor de um *capital político*<sup>20</sup> próprio, conseguiu a maioria dos votos. A rigor, o perfil dos políticos paraibanos eleitos obedecem a um determinado padrão, isso quer dizer que na maioria das vezes, estes são bacharéis em direito, com uma herança familiar forte, ligados a propriedade da terra e que tem uma trajetória política construída durante toda a vida<sup>21</sup>.

A escolha de Oswaldo Trigueiro como candidato ao governo do estado estaria dentro de todos esses padrões se não fosse pelo último, pois, embora tivesse marcado presença nos acontecimentos políticos da década de 1930, como já expomos anteriormente, sua participação de forma mais incisiva na política foi ínfima. Sem uma trajetória política sólida, a vitória de Trigueiro nas urnas só pode ser explicada pela *delegação de capital político*.

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* – acto propriamente magico de *instituição* pelo qual o partido *consagra* oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval soleni-

zava a “tradição” de um feudo ou de benz de raiz – não poder ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção a instituição. (BOURDIEU, 1989, 192).

Após as eleições, podemos perceber o fortalecimento de Argemiro de Figueiredo, visto que seu indicado se tornou governador, e sua ação dentro do partido no sentido de se aproveitar da liderança pouco efetiva de José Américo, vislumbrando assim a oportunidade de alargar suas relações políticas estabelecendo laços fortes em prol da homogeneidade do partido, utilizando-se de seu *capital político*, que no momento era maior que o de seu oponente<sup>22</sup> (pelo menos dentro dos quadros da legenda). Fazendo uso deste para atrair os Americistas. Figueiredo e seus correligionários passaram a englobar parte da ala liderada por José Américo, tentando tornar-se a liderança incontestada dentro da agremiação.

Aproveitando-se de uma *estrutura de oportunidades políticas*<sup>23</sup>, que pode ser interpretado como dimensões consistentes dentro de um contexto político, de forma que as mudanças que ocorrem dentro dessas estruturas podem encorajar ou desencorajar a ação coletiva, que possibilita ou não um confronto, os Argemiristas viram-se vitoriosos por um breve tempo.

## CONCLUSÃO – PARA QUE LADO PENDEU O TERTIUS?

Embora as pesquisas sobre esse período da historiografia paraibana sejam ainda muito escassas, acreditamos que seja possível afirmar, pelo aqui já exposto, que Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, como amigo pessoal de Argemiro de Figueiredo e tendo sido indicado por este por duas vezes, em momentos distintos, para ocupar cargos-chaves na política paraibana (Prefeito da capital em 1936 e Governador do Estado em 1947), manteve-se fiel, tanto as tradições oligarcas que o forjou, quanto aos laços de amizade, lealdade e clientelismo tão recorrentes na história da política nacional e local, chegando assim a integrar, o que o historiador José Octávio de Arruda Mello, nomeia como sendo um “neo-argemirismo”, ou seja, a volta de uma liderança incontestada nos anos 1930, que após sua queda na década de 1940, conseguiu conciliar, correlacionar forças e voltar a cena política em papel de destaque nos finais de 1945.

## NOTAS

1 Doutoranda do PPGHE/USP e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. loyvia-almeida@hotmail.com.

2 Entendida ainda, como um conjunto de tradições, crenças e símbolos, partilhada por um povo/nação, que comunga de um passado e tem projetos para um futuro. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. **Culturas políticas na história: novos estudos**. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). – Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.

3 O coronel Francisco Luiz de Albuquerque Melo foi eleito ainda no primeiro turno, em 12 de outubro de 1947. Filiado a UDN, que já havia conseguido angariar a máquina estatal, o pai de Oswaldo Trigueiro contabilizou 874 votos. Ver <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> acesso em

22/04/2019.

4 De acordo com o próprio Oswaldo Trigueiro, o “Trigueiro” de seu nome vinha de seu lado materno. A família de sua mãe, D. América Trigueiro, não tinha qualquer tradição na política, seu avô materno, Gomes Trigueiro, era comerciante e se interessava por poesia e literatura, mas tinha verdadeira aversão a política.

MELO, Oswaldo T. de A. Oswaldo Trigueiro (*Entrevista*), João Pessoa: CPDOC/NDHIR/UFPB, 1980, p. 3.

5 Oswaldo Trigueiro, ausente do estado paraibano desde 1924, volta em 1930 compondo juntamente com o desembargador Heráclito Cavalcanti a oposição e o combate ao governo de João Pessoa. Ver MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque (1988).

6 Nas eleições de 1945 para a Constituinte Federal, segundo o próprio Oswaldo Trigueiro, o argemirismo já dava sinais de ser mais forte dentro do partido, uma vez que a ala argemirista da UDN elegeu quatro deputados, enquanto a ala americista elegeu apenas três. (Documento manuscrito “*A minha sucessão*”, 1950? p. 5) Um fator que pode explicar a preponderância de Argemiro em relação a José Américo seria o fato de o primeiro de base agrária e ligado as famílias oligárquicas mais tradicionais do estado, somar naquele momento, maiores dividendos para o partido; enquanto o segundo, afastado do partido ainda durante a campanha eleitoral de 1947, ter passado a liderança de sua ala para as mãos de seu parente, Virgíneo Veloso Borges, que se provou ineficiente na posição de líder. Tal fator, abriu espaço para a expansão argemirista dentro do partido.

7 Nome atribuído aos liderados por José Américo de Almeida dentro dos quadros da UDN na Paraíba.

8 Denominação da liderança exercida por Argemiro de Figueiredo dentro da UDN paraibana.

9 Os eleitos pelo PSD foram: Janduhy Carneiro, Samuel Duarte e José Joffily; já pela UDN os eleitos foram: Argemiro de Figueiredo, Fernando Nóbrega, João Agripino, Ernani Sátyro, Osmar de Aquino, Plínio Lemos e João Úrsulo R. C. Filho. No pleito estadual de 1947, além de garantir a chefia estadual, a UDN elegeu 21 Deputados Estaduais, enquanto que o PSD conseguiu eleger apenas 14. Ver CITTADINO, Monique (1998).

10 Situamos a atuação política de José Américo de Almeida a partir de 1928 quando este é nomeado como Secretário do Interior, pelo Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Com relação a atuação política de Argemiro de Figueiredo também consideramos que seja por volta deste mesmo ano, quando ele juntamente com outros políticos paraibanos funda o Partido Democrático na Paraíba.

11 Trecho da entrevista concedida por Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, em 07 de outubro de 1977. Essa documentação faz parte do acervo “Projeto de História Oral – Entrevista com políticos paraibanos”, parceria do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

12 Trecho da entrevista concedida por Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, em 07 de outubro de 1977. Essa documentação faz parte do acervo “Projeto de História Oral – Entrevista com políticos paraibanos”, parceria do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

13 De acordo com Iná Castro, a definição de *espaço político* foi pega de empréstimo da ciência política que o define enquanto um lugar de mobilização para o confronto, de defesa de interesses, de negociação e de disputa pelo poder. Assim, a autora conceitua *espaço político limitado* como sendo um espaço de debates e representações, tais como associações e partidos políticos e o seu enquadramento enquanto limitado está ligado ao fato de estes espaços serem restritos a uma agenda temática (p. 23 e 24).

14 Trecho da Carta de Oswaldo Trigueiro, em resposta a uma entrevista de José Américo, dirigida ao diretor do *Jornal A União*, em 15 de julho de 1950. Arquivo dos Governadores/Oswaldo Trigueiro, caixa nº 1 – textos manuscritos (1936 – 1950).

15 Ver GRAMSCI, Antônio (2002).

16 Entendida como as relações entre estrutura e superestrutura “*das forças que atuam na história de um determinado período.*” (GRAMSCI, 2002, p. 36).

17 Ou seja, fenômenos de conjuntura, “*que envolvem pequenos grupos políticos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder.*” (GRAMSCI, 2002, p. 37).

18 “O conluio Argemiro e José Américo funcionou bem por duas eleições, enquanto se podia dividir as cadeiras da Câmara e do Senado” (COUTINHO, 1965, p. 46). Entendemos que o autor se refere as eleições de 1945 em que foram eleitos o Presidente da República e o Congresso Nacional e as eleições de 1947 para compor o

terço restante do Senado, suplentes e deputados para a Câmara.

19 Pierre Bourdieu (1989); (2011) define *mandatários* como profissionais da política, ligados a organizações (partidos políticos) e representam a população que lhes deu voz e o designou para essa função.

20 “*O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado a maneira de ser conhecido*”. (BOURDIEU, 2011, p. 204).

21 Exemplos disso são os já mencionados nesse texto, Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida, Flávio Ribeiro Coutinho. Ver MONTEIRO, José Marciano (2016).

22 A maioria dos membros da UDN naquele momento eram aliados de Argemiro de Figueiredo, a bancada argemirista em número era superior aos aliancistas. Sobre essa relativa superioridade, o próprio Oswaldo Trigueiro afirma: “*Essa situação de inferioridade eleitoral se ampliou no pleito para governador e deputados estaduais, no qual a UDN elegeu vinte e um deputados. A corrente de José Américo elegeu apenas um terço (7), o que o colocou em desfavorável situação de inferioridade no cenário estadual.*” (MELO, 1950? p. 6).

23 Ver TARROW, Sidney (2009).

## REFERÊNCIAS

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa-PB, A UNIÃO, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. In. **Revista Brasileira de ciência política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. - Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA, 1989.

CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos. O que isso quer dizer? In. **Revista Geografares**. – Rio de Janeiro, julho-setembro de 2018, p. 12-33

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

\_\_\_\_\_. **Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. – São Paulo: Edusc, 2006.

COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro. **Poder, alegria dos homens**. Gráfica “A Imprensa” – João Pessoa – PB, 1965.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frente parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In. **O Brasil Republicano**, vol. 3 – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In. **O Brasil Republicano**, vol. 3 – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política/ edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luís Sergio Henriques e

Marco Aurélio Nogueira. – 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário-eleitoral (1945-1964). 2 ed. rev. – Rio de Janeiro: Iuperj: Revan, 1999, 3º edição, outubro de 2012.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Política do meu tempo**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força do capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). – Campina Grande/PB, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. **Culturas políticas na história**: novos estudos. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). – Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2009.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

SOARES, Glaucio A. D. A formação dos partidos nacionais. In. **Os partidos políticos no Brasil**. FLEISCHER, David (org.). – Vol.1 – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SOUZA, Maria Campello C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**, 3 ed. - São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

# MEMÓRIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR: A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA CRIAÇÃO DO PT PARAIBANO (1979-1981)

Claudemberg Madeiro de Souza Araújo\*

Monique Cittadino\*\*

## INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores surgiu das lutas dos metalúrgicos no estado de São Paulo, no final da década de 1970, em que os trabalhadores se organizaram em protesto contra o arrocho salarial a que estavam submetidos, contra as arbitrariedades da ditadura militar em relação ao movimento sindical e pelo retorno à democracia (MENEGELLO, 1989; SECCO, 2011). Com o processo de reabertura política e com o fim do bipartidarismo em 1979, tem início o processo de discussão para a criação de novas legendas no país (ALVES, 1989; SILVA, 2017). Assim, sindicalistas e trabalhadores sentiram a necessidade de criar um partido que os representasse, muito embora fizessem críticas ao sistema partidário. No Encontro de Metalúrgicos, em janeiro de 1979, realizado na cidade de Lins – SP, foi lançada oficialmente a ideia de criação de um partido. A partir de então, sindicalistas, intelectuais, parlamentares e membros da Igreja Católica se engajaram nos movimentos Pró-PT em todo o país.

Nesse processo, a Igreja Católica, que apoiara o golpe civil-militar de 1964, passou – após reavaliação de sua postura – a ser um espaço privilegiado de reorganização do movimento operário e popular (MAINWARING, 2004; ALVES, 1980), contribuindo, através da atuação de seus diversos militantes, com a formação do Partido dos Trabalhadores.

Na Paraíba, a marcha para a criação da legenda se deu de forma diferente do movimento que ocorreu em São Paulo, haja vista a fragilidade do movimento operário local, de forma que coube aos membros da Igreja Católica paraibana o papel de vanguarda e protagonismo desse processo. Assim, o objetivo de nosso texto é trazer a fala desses militantes a fim de compreender a importância de sua vida na luta para a construção do PT/PB.

O recorte temporal considerou os anos de 1979 a 1981, em virtude do Encontro das Oposições Populares, realizado no Centro Comunitário do Rangel, na Igreja do Varjão, bairro popular de João Pessoa, no dia 25 de novembro de 1979, promovido pela Pastoral Operária, ser o marco do início das discussões e pelo fato de, em 1981, ter acontecido a oficialização da primeira executiva estadual do partido. Para tanto, dividimos o texto, além desta breve introdu-

ção e das considerações finais, em dois tópicos versando sobre o processo de formação do PT paraibano e a análise da opção dos militantes ligados à Igreja Católica da Paraíba pelo Partido dos Trabalhadores.

## **A FORMAÇÃO DO PT PARAIBANO**

As bases para a formação do Partido dos Trabalhadores na Paraíba, nos fins dos anos de 1970, se deu de maneira diferente da que ocorreu no estado de São Paulo. A principal diferença encontrada na Paraíba em relação a São Paulo (lugar que originou o partido) está na fragilidade do movimento sindical local devido à situação econômica do estado. Enquanto em São Paulo o “novo sindicalismo” (SADER, 1988; ANTUNES, 1992), as organizações de esquerda, parlamentares e intelectuais progressistas foram fundamentais para a formação do Partido, na Paraíba - estado pouco industrializado e carente de uma organização sindical mais forte em comparação com o estado paulista -, a construção do partido foi dirigida, em grande medida, por militantes ligados à Igreja Católica e às pastorais (Pastoral Operária, Pastoral Rural, Pastoral da Juventude e Pastoral Universitária) em conjunto com alguns segmentos do funcionalismo público:

No caso do Estado da Paraíba, devido à fragilidade do movimento sindical, onde inicialmente apenas a Associação dos Professores do Estado (AM-PEP) apoia a criação do PT, e a não adesão de parlamentares de outras legendas ao Partido, quem irá encabeçar o projeto de criação da agremiação no Estado são os militantes vinculados aos movimentos da Igreja Católica (NUNES, 2003, p. 142).

A Pastoral Operária já havia iniciado os debates com seus membros a esse respeito e convocou um encontro com os movimentos populares da capital paraibana a fim de buscar uma posição igualitária sobre uma legenda que levasse adiante as lutas do povo. No boletim explicativo do Encontro, metade do espaço disponível foi ocupado para tentar explicar, de forma resumida, o que era o PT e quais os seus objetivos. O Encontro das Oposições Populares, convocado pela Pastoral Operária, pela CGT (Coordenação Geral dos Trabalhadores), órgão ligado à própria Pastoral Operária, pelo Jornal do Povo, além de outras poucas entidades não religiosas, mas com ligações políticas com membros que atuavam na Igreja (Ibid, p. 143), foi realizado no Centro Comunitário do Rangel, em novembro de 1979, e contou com a participação de amplos setores de base da Igreja Católica, além de

...setores jovens do MDB, do movimento sindical, principalmente de professores, bancários, trabalhadores da construção civil, estudantes e camponeses. Como convidados participaram o líder camponês do Maranhão e membro da coordenação nacional do Movimento Pró-PT, Manoel da Conceição e Edval Nunes, o Cajá, Coordenador Regional das Pastorais. (Ibid, pp. 145-146).



A partir dessa primeira discussão, foi marcado um segundo Encontro das Oposições Populares para janeiro de 1980, que não se realizou. Outrossim, alguns militantes que participaram do primeiro encontro resolveram formar uma Comissão para organizar um Encontro de Militantes do PT, que aconteceu no dia 2 de março daquele ano, também na Igreja do Varjão. No que posteriormente ficou conhecido como I Encontro de Militantes do PT, foi formada uma Comissão Estadual Provisória, e ficou decidido enviar o funcionário público Sérgio Botelho para participar dos preparativos de criação do PT a nível nacional.

Estava marcado para acontecer em abril de 1980 o II Encontro de Militantes do PT, mas por desavenças de seus integrantes, o Encontro só se realizou dois meses depois. A não realização do II Encontro de Militantes do PT na data marcada indica o afastamento da Igreja do processo de organização do PT na Paraíba. Ao longo do processo, os militantes religiosos – membros da Pastoral Operária - que promoveram os primeiros debates acerca da criação do Partido dos Trabalhadores no estado, passaram a perder influência no grupo, gerando forte descontentamento. Nessa conjuntura, a Pastoral Operária organizou dois encontros para discutir questões referentes ao PT. No primeiro encontro, em 18 de maio de 1980, os grupos discutiram as seguintes questões: “Como vemos o PT? É um grupo de trabalhadores? Ele está ajudando os trabalhadores?”. Neste primeiro encontro, as respostas dos participantes foram as seguintes: “O PT deve ser um partido dos trabalhadores, mas não está sendo”; “a direção do PT tem de ser dos operários”; “os operários não são contra o PT, mas contra o modo como está sendo conduzido e construído” (Ibid, p. 147).

Um segundo encontro aconteceu no dia 22 de junho de 1980, ocasião em que foram colocadas três propostas para serem votadas: 1ª) Ficar fora do PT enquanto não mudasse a condução e orientação do Partido na Paraíba; 2ª) Ficar dentro do PT para transformá-lo no Partido dos Trabalhadores; 3ª) Não ser contra o PT, porém no momento tem que organizar as bases. Os presentes escolheram, então, a terceira alternativa. Em ambos os encontros, fica claro o descontentamento que houve ainda durante o processo de formação do partido no estado.

Os relatórios dos encontros da Pastoral Operária de maio e junho de 1980 demonstram a inquietação de seus membros quanto a não participação ativa dos trabalhadores no partido. Segundo a fala de seus integrantes, o partido deveria se chamar “PTA: Partido dos Trabalhadores Abafados”, além de afirmarem que, por ser o Partido dos Trabalhadores e eles não terem posição relevante, “serviam apenas de enfeites” (Ibid, p. 149). Os militantes defendiam uma concepção “basista” em que os próprios trabalhadores deveriam dirigir o partido. É bem verdade que estes militantes ligados à Igreja Católica queriam transferir o modelo organizacional das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para o movimento operário e popular. Após a decisão tomada no dia 22 de junho de 1980, a Pastoral Operária resolveu não privilegiar mais nenhum partido político.

Com o afastamento de grande parte dos militantes de base da Igreja do PT na Paraíba, nessa fase inicial, o Partido passou praticamente a ser domi-

nado, em termos de direção, por membros das organizações de esquerda, o que o tornou ainda mais distante de uma base social vinculada aos trabalhadores manuais, que estavam procurando se organizar através de um trabalho de base das Pastorais da Igreja (Ibid, p. 150).

Mesmo com o afastamento de diversos daqueles militantes que tomaram a dianteira de todo o processo de construção da agremiação no estado da Paraíba, esta decisão não foi unânime e integrantes da Igreja, como o padre Luiz Couto e o Frei Anastácio permaneceram vinculados à legenda que foi oficialmente fundada em João Pessoa, no dia 10 de agosto de 1980, e contou com a presença de Luís Inácio Lula da Silva, que participou de atividades do lançamento oficial do Partido na capital paraibana e em outras cidades do interior do Estado. No dia 13 de setembro, o PT/PB pediu seu registro provisório, após conseguir preencher todos os requisitos exigidos pela lei de reorganização partidária. Em 21 e 22 de março do ano seguinte, o PT/PB realizou seu I Encontro Estadual no qual reuniu militantes pró-PT de várias cidades. Na ocasião, foi eleito o Diretório do Partido e marcada as convenções municipais. No dia 06 de setembro de 1981 houve a oficialização da sua primeira executiva estadual<sup>1</sup>.

## **POR QUE O PT?: A OPÇÃO DOS MILITANTES LIGADOS À IGREJA CATÓLICA DA PARAÍBA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES.**

A partir da realização das oitavas<sup>2</sup> com o professor Alder Júlio Ferreira Calado e o com monge João Batista Magalhães Sales<sup>3</sup>, buscamos entender o que havia movido tais militantes ligados à Igreja Católica paraibana em aderir ao projeto político do Partido dos Trabalhadores e não de outro partido no momento em que estavam sendo criadas as novas legendas. Também procuramos entender qual foi a atuação de ambos nesse processo. Para as entrevistas fizemos uso da metodologia da história oral, na perspectiva da história de vida dos entrevistados, na busca da construção das memórias daqueles militantes no que se refere às suas trajetórias de vida rumo a uma integração com o universo religioso, bem como, a partir de então, às suas participações no processo de criação do PT. A história oral, como pressupõe Portelli (2017), refere-se a uma inter-relação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, para construção do relato oral. O documento oral surge da dialética entre os sujeitos envolvidos na ação e não são documentos achados de forma aleatória pelo pesquisador, mas construídos de maneira conjunta. O historiador tem papel fundamental nesse processo assim como seu entrevistado, uma vez que, partindo de sua pesquisa, conduz seu depoente em uma intensa comunicação a partir de perguntas previamente selecionadas. Diferentemente da maior parte dos documentos dos quais se vale a pesquisa histórica,

...as fontes orais não são achados do historiador, mas construídas em sua presença, com sua direta e determinante participação. Trata-se, então, de uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de

olhar (entre/vista), de perguntas e de respostas, não necessariamente em uma só direção. (PORTELLI, 2017, p. 182).

As entrevistas evidenciaram semelhanças e aproximações no que diz respeito à vida pregressa dos entrevistados, como também em todo o processo de resistência à ditadura civil-militar dentro e fora da Igreja Católica. Ambos de família humilde, tiveram, ainda na infância, formação cristã e viveram sua vida religiosa cercado de grupos social e economicamente excluídos. A vida religiosa e o trabalho com grupos subalternos durante toda a vida desempenharam forte influência não só na militância contra a ditadura, como também em suas decisões dentro dos movimentos da Igreja Católica.

Participantes de uma Igreja política e socialmente engajada, comprometida preferencialmente com os pobres, conforme o ideário da Teologia da Libertação (LOWY, 2007; MITIDIERO Jr., 2008), Alder Júlio e João Batista militaram ativamente dentro do movimento estudantil durante as mobilizações promovidas pela UNE e apoiadas por setores da Igreja na década de 1960. Ambos contribuíram no processo de criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tanto na Paraíba quanto em Pernambuco. O movimento das Comunidades Eclesiais de Base foi tão importante para a criação do PT que “...participar das CEBs já caracterizava tomar partido dentro da militância partidária”<sup>4</sup>.

A respeito do processo de criação de novas legendas partidárias, foi perguntado aos entrevistados a razão de terem resolvido, como membros ativos da comunidade eclesial, aderir à proposta do PT e não de outro partido. Eles foram enfáticos na resposta ao afirmar que o PT das origens era, naquele momento, o único partido dentre os que estavam sendo criados que de fato nasceu da luta do povo – trabalhadores, sindicalistas, estudantes, etc – contra a arbitrariedade do Estado brasileiro e que possuía um plano partidário voltado para a classe trabalhadora.

Por acreditarem nos ideais de um partido que contou, ao nascer, com quadros da própria Igreja Católica, que apresentava um perfil de combate à ditadura militar, comprometido com os mais humildes, e que se mostrava como a voz da classe trabalhadora, tanto Alder Júlio quanto João Batista desempenharam papel importante na criação de Diretórios do PT em Pernambuco e na Paraíba. Dessa maneira, Alder Júlio, pernambucano, participou da criação do Partido dos Trabalhadores com atuação nas cidades de Sertânia, Pesqueira e Arcoverde. Por sua posição relevante na militância partidária, foi convocado a se candidatar a deputado no ano de 1983 pelo PT de Pernambuco, muito embora não tenha sido eleito.

João Batista Magalhães Sales ajudou a criar diretórios do PT em pequenas cidades do interior da Paraíba: Maçaranduba e Serra Redonda. Nesta última, ele participava da experiência de evangelização e educação popular proposta pela “Teologia da Enxada”, que advogava que os seminaristas e educadores populares vivenciassem o cotidiano do trabalhador do campo, inserindo-se em suas comunidades (SOUZA, 2011). A partir da militância que tinha dentro das CEBs, para ele, o PT era o partido no qual se sentia representado por ser, na sua origem, a le-

genda dos trabalhadores, dos pequenos e dos humildes, além de estar, na sua gênese, vinculado ao combate à ditadura militar. Em suas palavras, “...o partido cheirava a povo”.

Dessa maneira, portanto, todo o percurso da vida de ambos na militância dentro dos movimentos sociais, sobretudo nas CEB's, foram referência na decisão de não só de aderir ao PT, mas lutar para a sua construção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base do Partido dos Trabalhadores no país como o todo está no movimento sindical, nas organizações de esquerda, nos grupos de intelectuais, em parlamentares que saíram do MDB e na Igreja Católica. Porém, na Paraíba esse movimento partiu com mais intensidade a da união das forças dos militantes ligados à Igreja Católica que estavam vinculados as Pastorais que atuavam no campo e nas comunidades mais isoladas com a finalidade de criar um partido que falasse em nome do povo. A partir do relato dos participantes nas oitivas, podemos concluir que houve efetiva participação de pessoas ligadas a instituição, religiosos e não religiosos, tanto no que diz respeito a ação de resistência à Ditadura Civil-Militar como na criação do Partido dos Trabalhadores na Paraíba. Portanto, entendemos que a Igreja Católica representa local de resistência e de lutas sociais tanto no passado, como também no presente, em que homens e mulheres não mediram espaços para lutar por direitos mínimos das classes mais vulneráveis, seja no campo ou na cidade.

## NOTAS

\* Discente no curso de História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

\*\* \*\* Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

1 Eliezer Gomes, presidente; José Alves, 1º vice-presidente; Francisco Nóbrega Gadelha, 2º vice-presidente; Laércio Losano, Secretário Geral e Wagner Braga Batista, Tesoureiro (NUNES, p. 156).

2 As oitivas realizadas são frutos do PIVIC: “*Memória e resistência à Ditadura Civil-Militar: a atuação dos militantes religiosos e leigos na Paraíba (1966-1981)*”, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monique Cittadino.

3 O sociólogo Alder Júlio, pernambucano de Pesqueira, é professor aposentado da UFPB, onde participou em diversos programas de pós-graduação, e desde jovem atuou junto aos movimentos sociais, inicialmente em Pernambuco e, após a sua chegada a Paraíba, neste estado. O monge João Batista é natural de Itabaiana/Pb, graduou-se em filosofia e integrou-se às atividades missionárias da Igreja. Tanto Alder Júlio como João Batista foram seminaristas durante a década de 1960 e atuaram fortemente no combate à ditadura. Ambos não seguiram vida sacerdotal, mas continuam até hoje operando dentro da Igreja Católica, como também nos movimentos sociais.

4 Palavras de Alder Júlio Ferreira Calado aos pesquisadores, em 11 de junho de 2020.

## FONTES ORAIS

DEPOIMENTO concedido por Alder Júlio Ferreira Calado ao grupo de pesquisa em 11 de junho de 2020.

DEPOIMENTOS concedidos por João Batista Magalhães Sales ao grupo de pesquisa em 17 e 25 de junho de 2020.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. 1964-1984. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.
- LOWY, Michael. **Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias**. In: Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 411-437.
- MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MENEGELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido. 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MITIDIERO JR., Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do Partido no estado (1980-2000)**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. “Um trabalho de relação: observações sobre a história oral”. Tradução Lilia Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**. Vol.7, nº13, jul-dez, 2017. Três Lagoas, p. 182-195.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SECCO, Lincoln. **A história do PT**. 1978-2010. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA JUNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular – Serra Redonda – Paraíba**. Dissertação. (Mestrado) CCHLA/PPGE, 2014.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves. **Brasil Republicano**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017, p. 245-263.
- SOUZA, Luciano Batista de. **Educação popular e teologia da enxada: afinidades, convergências e complementaridades**. Dissertação (Mestrado). CCHLA/PPGE, 2011.

# MULHER ATLÂNTICA: THEREZA SANTOS E O AFRO-MARXISMO

Elio Chaves Flores

Ao nascer no Rio de Janeiro, no dia 07 de julho de 1938, Thereza Santos recebeu o nome de Jaci Santos. Thereza Santos vem da sua adesão à juventude comunista, no início da década de 1950. Tornou-se atriz, dramaturga e carnavalesca a partir da década de 1960. Nos últimos quatro anos de existência Thereza Santos lutava contra doenças que iam apagando uma longevidade admirável, um câncer de bexiga agravado por insuficiência renal crônica. Foram nessas condições de saúde que ela veio a óbito no dia 19 de dezembro de 2012, no Rio de Janeiro, cidade para onde havia retornado, uns três anos antes, depois que tinha sido obrigada a deixá-la, no auge da ditadura militar, em 1969, para não ser presa e, talvez, eliminada, por sua identidade negra e comunista.

Procura-se destacar testemunhos de amizades e de sociabilidades sobre o protagonismo de uma mulher negra que, formada no marxismo brasileiro, buscou as revoluções africanas como referências contemporâneas para exercer e praticar a cultura afro-marxista. Assim, ela cruzou o Atlântico para lutar na luta de libertação da Guiné portuguesa, na África ocidental e, em seguida, na Angola libertada. Por fim, é apresentada a autobiografia escrita pela própria Thereza Santos, no início do século XXI, que se autodeclarou Malunga, isto é, companheira e camarada na etimologia banto dos povos da África Centro-Occidental.

Um importante depoimento de Gal Souza, produtora dos eventos “Estéticas das Periferias”, desde 2013, amiga e vizinha de bairro de Thereza quando ela retornou para o Rio de Janeiro, em 2009, afirma tê-la acompanhado nos últimos meses até dezembro de 2012. O depoimento de Gal Souza foi coletado pela jornalista Juliane Sintra, para a matéria “Três pioneiras negras e suas influências nas estéticas das periferias”, publicada no site Afreaka. Ainda em 2008, em São Paulo, Thereza dava entrevistas, participava de oficinas e narrava suas experiências para a juventude negra, quando as duas se conheceram. Gal Souza contou para a jornalista que elas “voltaram a se cruzar no Rio de Janeiro” quando Thereza Santos já se encontrava muito debilitada e morava com o seu filho: “A procurei para ver como poderia ajudar, pouco tempo depois por divergências políticas com seu filho, militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Thereza era uma comunista convicta – decide viver no asilo”. Gal Souza testemunha que, nos frequentes encontros em sua casa, sempre aos finais de semana, ela pode “acessar um universo único” e, lembra emocionada, que obteve “acesso efetivamente a trajetória de uma guerreira negra brasileira” (AFREKA, 20 Ago, 2015).

Os sites e blogs dos movimentos negros e de sindicatos foram os primeiros a noticiar a morte de Thereza Santos. Depois, isso acabou repercutindo na grande imprensa. No site do *CULTNE – Agência Cultura Negra*, talvez o mais rico em imagens e filmes sobre cultura negra no Brasil, a manchete foi expressiva: “Thereza Santos nos deixa um grande legado como guer-

reira”. No texto que noticia a sua morte, a questão entre mulheres negras e cultura comunista é retomada, para afirmar uma marca de Thereza Santos, a de ser “mulher negra, revolucionária, de história ímpar e seu livro é testemunho de um capítulo que a direita negra quer borrar: a relação histórica entre setores do movimento negro e a esquerda revolucionária” (CULTNE, 20/12/2012). Ao final, o site dispõe de importante entrevista de Thereza Santos, gravada no ano de 1985, que faz parte do Acervo CULTNE. A entidade nacional de mulheres negras, Geledés, publicou no seu site matéria muito parecida – o gênero perfil biográfico se repete na WEB – com o título, “Thereza Santos (1930-2012) guerreira da cultura negra”. Um pormenor explica o final da matéria, pois trata-se da seção “No Orun”, expressão iorubá que remete à passagem do mundo físico ao espiritual: “O corpo está sendo velado na Capela A do cemitério do Caju, no Rio de Janeiro. O enterro está marcado para amanhã, dia 20 de dezembro, às 9 horas” (*Portal Geledés*, 20/12/2012).

No dia seguinte, o combativo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo, emitiu a “Nota de Falecimento – Thereza Santos, presente”. A nota considera Thereza Santos uma parceira do sindicato e informa o seu sepultamento: “É com profundo pesar que informamos o falecimento de Teresa Santos. Estudiosa dos temas raciais e de gênero, contribuiu para os debates contra a opressão em Congressos e outros eventos do Sindsef-SP. Teresa foi sepultada no dia 20 de dezembro, no cemitério do Caju, no Rio de Janeiro”. Ao apresentá-la como “estudiosa dos temas raciais e de gênero” o sindicato sintetiza um aspecto forte da trajetória de Thereza. A redação da nota conta o último dia, pois, segundo “informações da Clínica Cliger, onde vivia há cerca de três anos, ela morreu na madrugada do dia 19, dormindo e sem grande sofrimento”. Num parágrafo sobre a carnavalesca Thereza, talvez sem imaginar o grande feito do dado, a redatora alude à construção dos seus enredos de carnaval onde é inequívoca sua experiência em Angola:

Para além da Mangueira [Thereza criou-se como mangueirense], ela desenvolveu um trabalho junto a Mocidade Alegre, em 1980, sendo responsável pelo enredo sobre os negros na política Embaixadas de *Many Soyo e Many Bamba*, ano em que a escola se saiu campeã, e assim prosseguiu sendo responsável também pelo enredo do negro na economia *Vissingo, Canto de Riqueza* (1981) e sobre o negro na cultura *Malungos, Guerreiros Negros* (1982). (SINDSEF-SP, 21/12/2012, grifos meus).

Thereza Santos praticamente incorporou a expressão *Malunga* (companheira, distinta) ao seu nome, de uso corrente nas línguas da África Centro-Occidental – quicongo, quimbundo e quioco – em território angolano (Lopes, 2004, p. 412). Malungos de Thereza eram o jornalista Odacir de Matos, o poeta, jornalista e sociólogo Aristides Barbosa e o poeta Solano Trindade, todos ativistas e intelectuais negros. Na casa de Solano, em Embu das Artes, aprendeu maracatus e cultura popular: “Lá era sempre uma festa e uma escola. Era uma verdadeira Kizomba (...) porque discutíamos as questões sociais, aprendíamos história. Tudo regado com muita comida e bebida”. Os malungos de sua geração estavam morrendo e Thereza sentiu muita solidão no ve-

lório de Aristides Barbosa. Ao lembrar da morte de muitos de seus malungos a própria Thereza se refere às experiências africanas: “Na África, tive a oportunidade de encarar a morte por outro ângulo, mas confesso que neste ponto não aprendi nada, ou melhor, não assimilei, e é sempre um grande sofrimento cada vez que perco um dos Malungos” (Santos, 2008, p. 128).

Na grande imprensa a notícia da morte de Thereza Santos foi quase invisível. Apenas na *Folha de São Paulo* foi encontrado uma matéria de referência. O jornal paulista publicou a notícia praticamente uma semana depois que, mesmo com esse atraso, foi replicada por outras mídias. *A Folha de São Paulo*, na seção Cotidiano, expressou em manchete: “Morre Thereza Santos (1930-2012) - Carioca militante no movimento negro”. Na matéria, destaca-se que Thereza foi a primeira autora a escrever uma peça de teatro exclusiva para atores e atrizes negras, que estreou no teatro do MASP, na capital paulista. Se bem observada, a matéria inclui dois indícios de uma trajetória atlântica, como vamos sustentar no decorrer da pesquisa: “Carioca, radicada em São Paulo, exilada na África, Thereza Santos também foi filósofa e educadora. (...) Thereza deixou o Brasil e optou por morar no continente africano. Na época, recusou os convites para se mudar para a então União Soviética. Na África, a atriz participou, como guerrilheira, do movimento de libertação de Guiné-Bissau e de Angola” (FSP, 25/12/2012). O site do CEERT– Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, uma importante entidade que produz conhecimento para a promoção da igualdade racial e de gênero, repostou com o mesmo título, no dia 26 de dezembro, a matéria da *Folha de São Paulo* do dia anterior. Apenas situou a matéria na seção Gênero & Mulher (CEERT, 26/12/2012). Também é certo que o binômio gênero e mulher foi bastante agenciado por Thereza Santos, basta lembrar da sua histórica entrevista de 1985, que consta no Acervo CULTNE DOC, “Mulher Negra”.

Fora do eixo Rio-São Paulo – Sudeste brasileiro – o MNU-MA, Movimento Negro Unificado do Maranhão – Nordeste brasileiro – publicou matéria no mês de janeiro do ano seguinte, “Obituário de uma guerreira”, na dimensão de expressão da negritude brasileira. Um registro que chama a atenção é sobre, muito provavelmente, a última viagem de Thereza à África: “No ano de 1989, a Assessora de Cultura Afro-brasileira, Thereza Santos, viaja para o continente africano, em Luanda, Angola, a convite do Ministro da Cultura, Boaventura Cardoso, onde participa de atividades de intercâmbio cultural” (MNU-MA, Jan, 2013). Outro ponto que se pode destacar é a menção a uma grande homenagem que Thereza Santos iria receber no Rio de Janeiro, em dezembro de 2012, que não chegou a contar com a presença de Thereza Santos. Ela seria homenageada com o Prêmio Espelho D’água para quem faz a diferença, pelo Projeto Oxum Rio Ijexá de Mãe Iva d’Oxum. O evento teria lugar no Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDIM). A redação informa como se o evento tivesse acontecido, mas finaliza que ele estava previsto para dezembro e, encerra com a frase, “guerreira não morre, voa!!!” (MNU-MA, Jan, 2013).

O Blog Memorial Lélia Gonzalez Informa, com a manchete, “Thereza Santos é homenageada no Rio”, no dia 02 de dezembro, um domingo, e no texto afirma que o evento aconteceu



no dia 30 de novembro, com o “Prêmio Espelho D’Água para quem faz a diferença...” Pelo que se compreende a seguir que, em função das condições de saúde de Thereza, a homenagem seria realizada em outro momento: “A honraria será entregue à Thereza Santos, ainda neste ano de 2012, em data a ser marcada” (MLGI , 02/12/2012). O site do CEERT replicou essa matéria no dia 03 de dezembro, com a capa da obra da atriz estilizada com um coração à frente e com o título “THEREZA SANTOS é homenageada com Prêmio Espelho D’Água para quem faz a diferença” (CEERT, 03/12/2012). No Blog do Projeto Oxum Rio Ijexá, da Mãe Iva d’Oxum, coordenadora e gestora, consta que o prêmio é destinado a “quem faz a diferença na religião e na cultura”. Thereza Santos, definida como “militante feminista, assessora de cultura afro-brasileira e carnavalesca”, foi agraciada no campo da cultura e esteve representada por Ana Felipe” (OXUM RIO IGEJÁ, Dez, 2012). As notícias do evento explicitam que a longevidade de Thereza Santos estava na passagem para Orun.

Por fim, o músico e carnavalesco Dorinho Marques, publicou no seu Blog Multisamba, no dia 17 de janeiro de 2013, o seu testemunho e experiência musical junto com Thereza Santos. O título, “Thereza Santos – Malunga Guerreira” denota uma autoria muito próxima da história de vida de Thereza. Dorinho conta como conheceu Thereza: “Conheci-a num ensaio de escola de samba na década de 1980. Era muito exigente nos cuidados de cada detalhe de um desfile, mas principalmente defensora dos valores e preceitos e fundamentos do Samba. Escrevia enredos, participava da montagem, ajudava a definir o melhor samba, ensaiava a comissão de frente entre outras atividades e com conhecimento de causa” (Marques, 17/01/2013). Dorinho Marques, que em 1974 participou da fundação da E. S. Barroca Zona Sul com participação em mais de quarenta carnavais e vários sambas enredo e que, na sua “Sambiografia”, registra a criação, na década de 1980, da Cia. de Música e o Trio Elétrico Zuera Paulista. Mais recentemente, depois da morte de Thereza Santos, lançou seu primeiro trabalho autoral, o CD Samba Rural Paulista. Dorinho Marques fala, então, da parceria com Thereza Santos:

Algumas das nossas principais escolas tiveram sua ajuda – Camisa Verde, Peruche, Rosas de Ouro, X9 Paulistana, Mocidade Alegre e outras mais. Quis o destino, depois de alguns anos, de eu ter a oportunidade de conviver alguns meses trabalhando em parceria na realização de um carnaval para a Barroca Zona Sul. Formamos um time para tentar levar de volta a escola ao grupo especial. O enredo escrito a quatro mãos, era “Quem Não Samba, Dança”. Desfilando pelo acesso conseguimos apenas o 4º lugar porque a escola não teve recursos para realizar o projeto integralmente, mas aquela experiência ao lado de Thereza Santos só aumentou minha admiração por ela. Era Mangueirense mas tinha orgulho de ter participado do projeto Kizomba da Vila Isabel de 1988 (Marques, 2013).

Dorinho Marques lembra da homenagem a Thereza, no carnaval de 2007, feita pela Escola de Samba Unidos do Cabral, do Rio de Janeiro, que “apresentou num desfile singelo, porém sincero, uma homenagem a Thereza Santos que muito contribuiu para a cultura brasileira. Assim ficará a guerreira Malunga guardada para sempre no coração do seu povo” (Marques,

17/01/2013). Dorinho Marques postou no Blog Multisamba o vídeo do desfile da escola de samba e a letra do samba-enredo, que assim abre-alas para Thereza Santos, ainda em vida: “Oh bela e formosa ô, jóia rara pioneira/ Na luta na força da fé, raiz afro-brasileira/ No rádio, jornal e TV, teatro em cena/ És poema, guerreira negra contra a discriminação/ Tereza Santos, a musa que inspira essa canção”.

Creio ter sido “essa raiz afro-brasileira” que levou Thereza a assinar sua autobiografia como “Malunga Thereza Santos” e optar por asilo político na África Ocidental. Antes da abertura do capítulo “África”, Thereza conta como foi sua decisão e a iminência de ser presa pelos órgãos de repressão da ditadura militar: “Conversei com companheiros do Partidão e pensaram em me enviar para a União Soviética. Eu já tinha ido lá umas quatro ou cinco vezes e não via possibilidade de viver lá. Liguei para o Flávio Proença, responsável pelo Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde no Senegal (PAIGC), pois Fidélis Cabral havia me passado o número do telefone na Alemanha e pedido para que eu ficasse em contato com ele. Expliquei a situação e imediatamente ele me ofereceu asilo. Preparei o plano de fuga” (Santos, 2008, p. 44). Primeiro ato: embarcar para o Senegal. Thereza Santos saiu clandestina de São Paulo, viajou para Dakar, capital do Senegal e, depois de três dias, seguiu para a fronteira com a Guiné, na região do Alto Casamance, para trabalhar na Escola Terenga. Foi lá que se integrou ao PAIGC, em meio à crise do assassinato de Amílcar Cabral e aos primeiros signos da independência que seria liderada por Aristides Pereira.

A identidade comunista de Thereza Santos parece ser tão forte quanto a de mulher negra e carnavalesca, na ideia mesma de Gal Souza, “comunista convicta”, capaz de “romper” com o filho por causa disso. Outra definição, “mulher negra da esquerda revolucionária” remete à formação política de Thereza, isto é, a “cultura comunista” (Rios, 2014, p. 73-95; CULTNE, 2012). No artigo de Dainis Karepovs, importante pesquisa que resenha biografias e memórias dos ativistas de esquerda, com mais de 189 títulos desde 1979, especialmente “memórias da ditadura” (Kerepovs, 2012), não consta, estranhamente, a autobiográfica de Thereza, *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira* (2008). Mais recentemente, mesmo com a intenção de visibilizar “mulheres revolucionárias”, uma matéria sobre Thereza Santos, foi fixada na última página do jornal do PCB, com a manchete: “Thereza Santos: militante comunista da cultura negra” (O PODER POPULAR, n.º 45, set-out, 2019, p. 11).

A expressão “Afro-Marxismo” (Köslling, 2007, p. 160-170) parece-me pertinente à trajetória de Thereza Santos, embora no contexto da formação do MNU e da abertura política (1977-1984), os limites do agenciamento negro esbarrava nos “partidos políticos e as comissões de negros” (Köslling, 2007, p. 241-250). As evidências desses limites, nas relações “política e discussão identitária”, não impossibilitaram, de acordo com Florentina Souza, o “embasamento marxista” no Brasil e, em boa parte, nos novos países africanos (Souza, 2005, p. 221-252). A concepção de “marxismo negro”, a partir de “uma antologia do pensamento marxista”, em África, só muito recentemente seria publicada no Brasil (Manoel e Landi, 2019 – Coleção Que-

brando as Correntes). Mesmo uma “releitura” dos textos clássicos de Marx sobre “nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais” também chegou ao Brasil quase uma década depois de publicada em inglês (Anderson, 2010, 2019).

Para a geração atual, de sites de “blogueiras negras”, é preciso olhar para o tempo de Thereza:

no tempo em que Thereza militou, é fácil entendermos muitas falas problemáticas que não nos impulsionam para uma solução ou um debate mais profundo em relação às mulheres negras, seus espaços e suas lutas, mas também com base no tempo de sua militância, é possível compreendermos o quão importante suas falas são e foram para o movimento negro e para o movimento feminista que, em 1984, era algo muito mais burguês do que possamos imaginar; a ideia da revolução da mulher enquanto a mulher negra permanece na cozinha era muito mais visível e fixada do que hoje é. (...) A história de Thereza Santos ainda não foi finalizada. Somos muitas, somos fortes, e continuaremos a existir, escrever, debater, desconstruir, organizar e desorganizar” (Vieira, 08/07/2015).

Na entrevista de 1985, Thereza Santos enfatiza as ambiguidades e a condição de classe do feminismo branco: “A mulher negra segurou duas famílias, a dela e a da mulher branca”. Ainda segundo Thereza, o segmento mais discriminado do movimento feminista seria aquele das mulheres negras: “As feministas brancas não se enxergam como objeto dentro das suas cozinhas. As mulheres negras têm apenas o direito de ficar na cozinha” (Santos, 1985). Na década de 1980, retornada da África em 1978, Thereza Santos se dedica à construção de espaços públicos para as mulheres negras.

Não consta na autobiografia a data exata da partida de Thereza para a África. Thereza afirma que teria de sair do país com o final da exibição da novela, *Mulheres de Areia*, sucesso da TV Tupi, na qual representava Vilma, a esposa de Chico Belo (Adoniram Barbosa). Também não encontrei outro documento que definisse a data da viagem. O melhor estudo sobre a trajetória de Thereza Santos, o artigo de Flávia Rios, fixa o período da novela, “entre os anos de 1973 e início de 1974” (Rios, 2014, p. 86). Como a novela foi ao ar entre 26 de março de 1973 a 05 de fevereiro de 1974 e Thereza disse que “após o final da gravação e a novela sair do ar teria uns dez dias”, mas complementou que o “meu passaporte tinha validade ainda por uns vinte e cinco dias” (Santos, 2008, p. 44), eu deduzo que ela viajou ainda no mês de fevereiro de 1974.

Thereza não devia conhecer Flávio Giselo Proença, guineense, economista formado na Hungria, cuja projeção no Partido, em Dakar, parecia importante e, com longa carreira, chegou a ser ministro Diretor Geral da Presidência e Secretário Geral em governos diferentes. Fidélis Cabral de Almada, guineense, formado em Direito pela USP, em 1964, chegou a ser preso pelo regime militar, em Salvador, no início de abril do mesmo ano, acusado de fazer “propaganda política” contra o Estado português. Chegou a ser ministro de Estado em três pastas: Educação, Justiça e Exterior. Muito provavelmente, Thereza e Fidélis se conheceram no Rio de Janeiro, namoraram e se tornaram noivos. Creio que foi antes de Thereza se “exilar” em São Paulo, a

partir de 1969, para escapar dos órgãos de repressão da Marinha no Rio de Janeiro, o CENIMAR – Centro de Informações da Marinha, onde havia sido interrogada. Thereza Santos, antes de ir para a África, já praticava uma cultura marxista no Brasil, entretanto parece não haver dúvida de que foram as suas experiências na África (Guiné e Angola) que temperaram um genuíno marxismo negro e, não menos importante, adensaram uma visão de feminismo negro.

Parte significativa do acervo documental de Thereza Santos faz parte do NEABI/UFS-Car, sob guarda da UEIM – Unidade Especial de Informação e Memória, com a denominação de “Coleção Thereza Santos”. O pesquisador Evaldo Ribeiro Oliveira escreveu dissertação de mestrado em educação, a partir da análise fenomenológica dessa documentação, que se tornou uma primeira referência para se compreender a obra e trajetória de Thereza Santos. O autor percebeu na “Coleção Thereza Santos” um lugar de memória negra com “potencialidades pedagógicas em materiais de ensino para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Oliveira, 2008, p. 15). A intenção desse curto trabalho foi tentar visibilizar, tanto quanto possível, a experiência narrada de Thereza Santos para novas gerações de historiador@s e estudantes de história e, assim, tornar a história do Brasil menos eurocêntrica. O último parágrafo de sua autobiografia é comovente:

Eu, que pensava tanto saber e nada sabia sobre a África, sobre nossas raízes e cultura afro-brasileira, bebi tudo o que pude da fonte, me realizei como negra e como ser humano, e o quanto me restar da vida quero continuar lutando e aprendendo, pois acredito que seja a única forma de dizer: VIVI (Santos, 2008, p. 143).

## REFERÊNCIAS

AFREAKA. <http://www.afreaka.com.br/> Acesso: 16 Mai 2020.

ALMADA, Sandra. **Damas Negras**: sucesso, lutas, discriminação – Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas Margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. [2010]. São Paulo: Boitempo, 2019.

CEERT– Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Morre Thereza Santos (1930-2012) - Carioca militante no movimento negro, 26/12/2012. <https://ceert.org.br/buscar?q=thereza+santos> Acesso: 02 Mar 2020.

CEERT– Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. THEREZA SANTOS é homenageada com Prêmio Espelho D’Água para quem faz a diferença, 03/12/2012. <https://ceert.org.br/buscar?q=thereza+santos> Acesso: 05 Mar 2020.

CULTNE – Thereza Santos nos deixa um grande legado como guerreira, 20/12/2012. <http://www.cultne.com.br/tereza-santos-nos-deixa-um-legado-exemplar-como-militante-negra/> Acesso: 05 Mar 2020.

CULTNE DOC. Mulher Negra – Entrevista com Thereza Santos, 1985, 15'13". <http://www.cultne.com.br/doc-mulher-negra-1/> Acesso: 20 Mar 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Morre Thereza Santos (1930-2012) - Carioca militante no movimento negro, 25/12/2012. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1206203-thereza-santos-1930-2012---carioca-militante-no-movimento-negro.shtml>. Acesso: 20 Mar 2020.

GELEDÉS. Morre Thereza Santos (1930-2012) guerreira da cultura negra. In: **Portal Geledés**, 20/12/2012. <https://www.geledes.org.br/morre-tereza-santos-1930-2012-guerreira-da-cultura-negra/> Acesso: 10 Mar 2020.

KAREPOVS, Dainis. Biografias de Esquerda: memórias da ditadura. In: **Perseu: história, memória e política**, n.º 8, ano 6, 2012, p. 317-357. <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/6> Acesso: 10 Mar 2020.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. São Paulo: USP/FFLCH/PPHS, 2007. [Dissertação de Mestrado em História Social].

LEMONS, Rosália. Mulheres Negras: resistência e ação política. In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. (Orgs.). **Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a década internacional dos afrodescendentes (ONU, 2015-2024)**. Brasília: Brado Negro, 2016, p. 125-146.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. (Orgs.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. [Coleção Quebrando Correntes].

MARQUES, Dorinho. Thereza Santos – Malunga Guerreira, 17 jan 2013. Multisamba. <http://multisamba.blogspot.com/2013/01/thereza-santos-malunga-guerreira.html> Acesso: 10 Mar 2020. Autores do Samba-Enredo da Escola de Samba Unidos do Cabral, do ano de 2007: (Betinho, Davi da Viola, Fernandes Jr., J.Eduardo, JP, J.Pro Kana, Luis Fernando, Magrão e Ricardinho Professor).

MNU-MA. Obituário de uma guerreira. [Autores: Adomair Ogunbiyi e Ilma Fátima de Jesus]. São Luís, Jan, 2013. <http://movimentonegrounificadomnu.blogspot.com/2013/01/obituario-para-uma-guerreira-adomairo.html> Acesso: 05 Mar 2020.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Narrativas de Thereza Santos – Contribuições para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. São Carlos-SP: UFSCar/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008. [Dissertação de Mestrado].

O PODER POPULAR, n.º 45. PCB. Thereza Santos - Militante comunista da cultura negra, set-out, 2019. [http://opp.dls.hol.es/O\\_Poder\\_Popular\\_45-LEITURA.pdf](http://opp.dls.hol.es/O_Poder_Popular_45-LEITURA.pdf) Acesso: 05 Mar 2020.

OXUM RIO IGEJÁ. Prêmio Espelho D'Água, 30/11 e 08/12/2012. <https://am3338.wixsite.com/oxumrioijexa> Acesso: 05 Mar 2020.

RIOS, Flávia. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 1, 2014, p. 73-96.

SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos**: a história de vida de uma guerreira. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2008.

SINDSEF-SP. Nota de Falecimento – Thereza Santos, presente, 21/12/2012. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo. <http://sindsef-sp.org.br/portal/node/12032> Acesso: 02 Mar 2020.

SINTRA, Juliane. Três pioneiras negras e suas influências nas estéticas das periferias [Malunga Thereza Santos, Tia Cida dos Terreiros, Sharylaine Sil]. AFREAKA, 20 Ago, 2015. <http://www.afreaka.com.br/notas/tres-pioneiras-negras-e-sua-influencia-nas-esteticas-das-periferias/> Acesso: 16 Mai 2020.

VIEIRA, Nênis. Thereza Santos – Teatróloga, professora, filósofa e militante negra. In: **Blogueiras Negras**, 08 Jul 2015. <http://blogueirasnegras.org/thereza-santos-teatrologa-professora-filosofa-e-militante-negra/> Acesso: 16 Mai 2020.

# O DISCURSO POLÍTICO DAS ELITES NA PARAÍBA DA ERA VARGAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS ENCONTRADOS NO LIVRO DE ATAS DE 1935 DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE ESTADUAL

Mariana Karen Alves dos Santos

Martinho Guedes dos Santos Neto

## INTRODUÇÃO

Durante o pós-30 temos um processo de (re)organização política, que resulta no surgimento de novos mecanismos para a manutenção do poder. Algumas ferramentas já configuradas no jogo político como essenciais para a consolidação e perpetuação das elites no poder, continuaram a exercer papéis indispensáveis nas engrenagens da elite política paraibana pós-1930, estas como uma formação superior em Ciências Jurídicas, uma economia voltada à produção rural e uma tradição familiar recorrente na política, eram características que moldavam os perfis dos representantes presentes no jogo político de 1933 a 1945 na Paraíba.

Porém, apesar destes elementos se fazerem presentes durante este período, o elemento-chave em torno da “nova” configuração política proposta pela Era Vargas (1930-1945), que visava um processo de centralização política, sem romper com a relação de interdependência pré-estabelecidas pelas elites locais no âmbito da política estadual, pois era preciso estar dentro dessa estrutura para conseguir uma centralização de poder; o discurso político se torna a ferramenta principal, que ligada às demais características, fornecia a sobrevivência das elites paraibanas no centro do poder local.

Acontece que, o discurso político das elites se torna na Paraíba um componente estratégico para as elites, de forma que poderia ser utilizado para pautar relações entre os próprios representantes e entre estes e o povo, na intenção de promover vínculos estratégicos que favorecessem o interesse do discursante, além de que, esses vínculos podem ser intensificados quando entre representantes, estes forem de partidos opostos, o que os tornam mais importantes. Essas relações estratégicas do discurso político, são chamadas especificamente de *dupla identidade discursiva* (CHARAUDEAU, 2013) e neste sentido, elas se caracterizam de formas diferentes, obtendo a influência desejada de acordo com o determinado ouvinte.

Consolidar uma rede de apoio ao seu interesse no legislativo era uma tarefa indispensável no jogo político pós-30 na Paraíba, portanto o discurso entre representantes poderiam

apresentar recursos provenientes das outras características que formam o perfil dessa elite. Os formados em direito, possuíam em seus discursos, termos específicos de sua área de formação, onde é importante ressaltar que a formação superior é um fator importante de distinção e de poder. Aqueles que possuem tradição familiar, utilizam seus parentes influentes/personalidades políticas em seus discursos para dar mais credibilidade a sua fala, tudo para conseguir um alinhamento político no jogo de poder.

Já direcionado ao povo, o discurso pode ser simples e objetivo, ou também pode ser carregado com termos e nomes de personalidades influentes, desde que bem posicionados na fala, causando o efeito de confiança do povo para com o representante, estreitando laços e garantindo o apoio popular, um discurso de fácil impacto produz um rápido processo de identificação do político com o povo, mas quando somado às outras características, além da identidade, o representante também consegue credibilidade e confiança na garantia de seus projetos e interesses.

## **OS DISCURSOS POLÍTICOS PRESENTES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE ESTADUAL PARAIBANA EM 1935**

No processo de análise dos discursos, descritos na Ata nº 12 da Assembleia Constituinte Estadual da Paraíba em 1935, identifica-se primeiro que a maior parte dos representantes na Assembleia são de um mesmo partido, das 30 posições na Casa, 27 são preenchidas por membros do Partido Progressista (PP), enquanto as outras 03 restantes eram ocupadas pelo Partido Republicano Liberal (PRL), através de Ernani Sátiro, Fernando Pessoa e Severino Lucena. Então, quando há a votação entre os membros da Constituinte Estadual paraibana para eleger o governador do Estado, o mais votado seria o representante e também chefe político do PP, Argemiro de Figueiredo, já que a maior parte da Casa é proveniente do seu próprio partido.

Com isso, os outros três candidatos do PRL se tornam a oposição clara do governo estadual. Durante a sessão do dia 23 de Janeiro de 1935, esta condição é ainda mais evidente quando ainda na votação, Fernando Pessoa justifica seu voto, que teria sido nulo. Segundo o deputado do PRL, era muito óbvio a decisão final da eleição, pois o candidato eleito teria o apoio da maioria de seus companheiros de partido, então o fato de Fernando Pessoa votar nulo se configura como um *plenipotenciário*, uma palavra polissêmica que explica a fala do candidato como uma forma de mostrar e fazer valerem os interesses de uma pessoa ou de um grupo (BOURDIEU, 2004), que estabelece pólos de oposição sem um rompimento efetivo. Principalmente, por Fernando Pessoa deixar claro que aquela ação não se direcionava como uma represália ao próprio Partido Progressista ou a própria figura de Argemiro de Figueiredo, era apenas um ato simbólico para demonstrar que por fazer parte do partido de oposição sua decisão deveria ser contrária aos de seus demais colegas de Casa.



Com base nas análises das atas de 1935, também é possível identificar as características que moldam o perfil das elites paraibanas em seus discursos. Desde a abertura das atividades legislativas com descrições no Livro de Atas (AL - 12 de 1935), em 22 de Janeiro do mesmo ano, a maioria dos representantes eram referidos com o termo “Doutor” antes do nome ser propriamente chamado. Acontece que, 14 dos 30 representantes eram formados em Direito, ou seja, 46,7% dos deputados, enquanto outros 5 eram formados em Medicina, áreas nas quais o termo doutor é geralmente designado antes do nome do indivíduo.

A formação superior era um fator importante de distinção, tanto política quanto social, e era um elemento muito presente nos discursos políticos. É possível perceber em várias discussões ao longo das sessões legislativas, o uso de termos específicos pelos representantes, sobretudo por aqueles formados em direito. Por exemplo, na sessão legislativa do dia 26 de Janeiro de 1935, o deputado José Rodrigues de Aquino (doutor, formado em Direito) usou o termo jurídico *ad nutum*, para justificar que a suplência de um de seus colegas não poderia ser efetiva pois o cargo que este estaria exercendo paralelo ao de deputado é demissível, portanto, não era sólido como o legislativo; considerando isto, não seria necessário recorrer a uma suplência.

Ademais, usar de palavras mais formais era algo totalmente corriqueiro nas falas dos representantes, o uso de um discurso mais formal como uma forma de demonstrar a superioridade escolar entre os pares; o discurso que Argemiro de Figueiredo promoveu quando assumiu o cargo de Interventor paraibano possui diversos elementos formais, o que em uma relação de discurso político-povo, representa uma forma de passar seriedade à população, além de claro, demonstrar saber o que diz e faz, suscitando um processo de confiança e comprometimento (CHARAUDEAU, 2016).

O discurso de Argemiro de Figueiredo foi pautado por uma dualidade de recursos linguísticos, permeando entre uma linguagem mais formal, que demonstra pleno conhecimento do aparelhamento estatal, e uma mais simplista, que buscou a construção de uma imagem de “político elucidador”, que se aproxima do povo e que sabe dos problemas mais técnicos que a Paraíba enfrentava. É como se, durante a parte que consideramos mais simplista do discurso, Argemiro de Figueiredo assumisse a posição de porta-voz, que pega para si o dever de ter a voz de todos à sua voz e o controle de ideias que podem ser propagadas, sem o risco de ser mau interpretado permite que o processo de *singularização* do discurso (CHARAUDEAU, 2013) seja efetivo neste sentido.

Na mesma sintonia que pretendeu atingir positivamente aos anseios da população, Argemiro de Figueiredo também atingiu os interesses das elites paraibanas, sobretudo da elite agrária, quando assegurou o investimento na base da economia paraibana, voltada para o setor agropecuário.

“Ninguém ignora que constituimos ainda um povo sem organização econômica. Basta, numa palavra, salientar que a vida do Estado esta a depender dum elemento unico da sua lavoura, e este mesmo instavel na produção e

no valor perante os mercados consumidores. É do algodão de onde extraímos quase 80% da nossa receita publica. Quer dizer, senhores, que por um desses phenomenos naturais na economia do mundo fosse desprestigiado esse ramo da nossa riqueza, ou se, mesmo valorizado, nos privasse-mos delle por força das incertezas de nossas condições climáticas, teríamos de assistir o profundo desequilibrio financeiro, que so seria ammenizado pelo recurso extremo dos empréstimos. Urge (=é urgente), pois, que o governo ponha em pratica seus maximos esforços para a organização e estabilidade da nossa vida economica. Fomente outras fontes de riqueza publica, utilizando para tanto as inexauríveis possibilidades do nosso solo, que bem se presta ao serviço de todas as culturas. Não deixe sem continuidade a solução desse problema tão bem encaminhados pelos governos antecessores. Mas não esqueça, antes de tudo, que só poderemos attingir a esse estado de organização perfeita pelos milagres da educação. Poderemos possuir o melhor aparelhamento tecnico para os cuidados de uma lavoura scientificamente orientada.” (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, AL 12, SESSÃO DO DIA 28 DE JANEIRO, 1935, p. 19)

Com isso, a base do seu discurso político também esteve pautada em “reunir as elites em torno de um projeto de governo, para o qual convém estabelecer alianças com diferentes partidos e com diferentes setores dessas elites” (CHARAUDEAU, 2013), pois, foi parte do jogo político garantir o interesse de ambas as partes, o que é extremamente comum, visto que as elites também precisaram se aliar ao governo para conseguir subsídios para atingir seus objetivos, principalmente porque 26,7% dos representantes tinham como sua principal atividade econômica voltada ao setor agrário, mesmo que uma maioria de 36,7% voltadas ao exercício das Ciências Jurídicas não fossem totalmente ligados à terra.

No entanto, o apelo emocional ao povo também estava bastante presente, afinal, “o político deve fazer uso de todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira a suas ideias, a seu programa, a sua política e a sua pessoa” (CHARAUDEAU, 2013) então os elementos que mais atingiam os paraibanos eram: a seca e as doenças, até porque, saúde e educação sempre foram setores imprescindíveis a serem destacados nos discursos políticos. Argemiro de Figueiredo demonstrou total conhecimento das enfermidades que assolaram a Paraíba, desde o sertão ao litoral, e utilizou destas questões em seu discurso, afirmando que a assistência social era uma das pautas principais de seu governo como demonstra a seguir:

“Uma população vencida pela doença, atacada continuamente pelos males endemicos e epidemicos, perde a alegria de viver, tem abatidas as condições virilidade da raça, torna-se inutil e improductiva; esteriliza-se pelas deficiencias organicas e psychicas para todas as conquistas da humanidade. Logo que se reanimem as possibilidades financeiras de Estado, de modo que possa o poder publico attender melhor as necessidades colectivas, é mistér (= necessário), a execução de um plano prophylactico bem orientado no sentido technico e pratico condizente com a defeza da população das zonas do littoral, brejo e caatinga, onde grassam assustadoramente o impaludismo, a bouba (= doença tropical - de pele), o amarellão (= Ancilostomíase - infecção que ataca o intestino) e o trachema (= Tracoma - doença infecciosa do globo ocular, conhecida como conjuntivite granulomatosa), doenças contra as quaes pela deficiencia de recursos, tem sido possivel tão somente empregar os recursos de uma

prophylaxia medicamentosa. Parece-me ainda de fecundos resultados a instalação de centros de saúde regionaes, com serviços de cirurgia, clinica geral e assistencia hospitalar [...] Todos sentem tambem a conveniência de uma eficaz actuação do poder publico em sistematizar o serviço de assistencia social.” (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, AL 12, SESSÃO DO DIA 28 DE JANEIRO, 1935, p. 24)

Nas considerações finais do discurso, Argemiro de Figueiredo utilizou de uma frase que demonstra plena sabedoria e conhecimento de todos os principais problemas que a Paraíba enfrentava: “A Parahyba, senhores, tem todas as suas necessidades à luz do sol. A solução de seus problemas exige apenas o bom senso dos governantes e a continuidade nos serviços administrativos” (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, AL 12, SESSÃO DO DIA 28 DE JANEIRO, 1935, p. 25), induzindo a uma sensação de tranquilidade ao público por ter um político que sabe do que o estado necessita.

Um outro fator que chama atenção nos registros foi quando se iniciaram as discussões sobre a Constituinte Estadual, mesmo que não se tenha uma descrição completa, as considerações de alguns deputados são destacadas, como a exemplo da colocação de Fernando Pessoa do PRL sobre a autonomia dos municípios e as eleições municipais: onde defende que para esta ser completa deveria compor eleições de prefeitos da capital e das estações de “hydro - minerais”, a não ser que fosse por motivos políticos, a própria população deveria decidir quem seria o poder executivo destes.

Contudo, o deputado Duarte e Lima se colocou dizendo que “a autonomia dos municípios está condicionada ao Estado soberano, como a exemplo dos Estados da América do Norte e da Suíça, padrões de democracia, que permitem a interferência do Estado nas administrações municipais, e o município da capital continua neutro, que pelo fato de ser a sede do governo do Estado, seu prefeito só poderá ser uma pessoa de inteira confiança do governador, tanto é que os prefeitos de todas as capitais brasileiras são de nomeações de seus respectivos governadores, por isso, são trocados no momento em que muda-se o governador”. (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, AL 12, SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO, 1935, p. 83)

Essa discussão despertou a preocupação sobre o rumo político que as administrações dos municípios iriam seguir, isso porque parte das características substanciais de sobrevivência a longo prazo de uma elite política é ter um poder local consolidado:

A conformação do poder local, a conformação do jogo do poder local, marcado pelo controle da elite, assim como a manutenção desse controle de maneira estável no tempo levariam a que as políticas implementadas seguissem sempre os interesses dos indivíduos ali representados, tornando completamente viciados os resultados do governo sob a democracia representativa. Por estes motivos os grupos que dominariam as várias dinâmicas políticas e que se apropriariam do Estado seriam sempre da elite, ajudados, muitas vezes, pelo próprio Estado, que seria parcialmente responsável pela reprodução da mesma. (SILVA, 2014, p. 42)

Dos 30 representantes legislativos estaduais, 43,3% eram da região do agreste paraibano, sendo a maioria de Campina Grande - PB, representada exclusivamente por membros do PP, enquanto os da segunda região mais expressiva (Sertão paraibano) somaram 26,7%, sendo a maioria de Patos - PB, de onde inclusive foi um dos candidatos da oposição: Ernani Sátiro do PRL, que dividiu espaço com mais 3 colegas do PP. Nestas áreas, mas principalmente no sertão paraibano, podemos entrever como grandes espaços de relações clientelistas, são também regiões onde a maior parte das oligarquias paraibanas se concentravam, além do que, nessas regiões estavam as propriedades rurais responsáveis pela base econômica do estado, a agropecuária, setor privilegiado no governo de Argemiro de Figueiredo.

O uso de personalidades influentes nos discursos, foi também um dos fatores presentes nas falas dos representantes durante quase todas as sessões legislativas constatadas nas atas de 1935. O próprio discurso de Argemiro de Figueiredo demonstra isso quando de início, Argemiro destaca humildade e reconhecimento da importância que é exercer este cargo administrativo, além de reconhecer a relevância de José Américo de Almeida como um legítimo condutor de destinos políticos”.

A figura de José Américo, que ocupava o cargo de Senador e chefe do PP, também eleito pelos membros da Assembleia, que em maioria, eram seus colegas de partido, era sobretudo de líder político, não só reconhecido pelo seu grupo, mas também pelos opositores. Em uma das sessões mais interessantes do Livro Atas nº 12 de 1935, consta o conhecimento sobre uma possível saída do Senador de seu partido político, o PP, no qual era chefe. A maioria dos presentes demonstraram insatisfação sobre tal informação e requereram que fosse enviado um telegrama ao mesmo, em nome de toda a Assembleia, pedindo para que fosse reconsiderada tal decisão.

Entretanto, na sessão seguinte, o deputado Severino Lucena do partido opositor (PRL), demonstrou aborrecimento em relação ao requerimento aprovado e pelo telegrama endereçado à José Américo, pois apenas 20 representantes estavam presentes durante a votação e entre estes nenhum era membro do PRL. Desse modo, foi feita a ressalva de que o telegrama enviado não contemplava os desejos de todos os eleitos, portanto não deveria ser assinado como mandado pela Constituinte, até porque os três deputados da oposição não estiveram presentes e não votaram sobre esta unidade, os deputados da oposição votariam contra para além de suas desavenças políticas mas por acharem que não é da finalidade da Assembleia tratar destes assuntos, e pediu ainda para que ficasse registrado em ata sua consideração a partir deste acontecimento, o que acaba sendo concedido pelos demais representantes (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, AL 12, SESSÃO DO DIA 05 DE FEVEREIRO, 1935, p. 41).

Quanto aos candidatos que conseguiram se reeleger para outras legislaturas, 50% dos representantes eleitos em 1935 conseguiram exercer atividades representativas em outras candidaturas; do Partido Progressista - PP, que possuía o maior número de representantes na Assembleia Constituinte paraibana, 14 dos 27 representantes continuaram em outros mandatos,

foram eles: Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, Aluizio Afonso Campos, Américo Maia de Vasconcelos, Celso Matos Rolim, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, Francisco Duarte Lima, Francisco Seráfico da Nóbrega, José de Souza Maciel, José Rodrigues de Aquino, José Targino Pereira da Costa, Miguel Severino Bastos Lisboa, Pedro Ulysses de Carvalho, Raymundo Viana de Macedo e Tertuliano Correia da Costa Brito. Já do Partido Republicano Liberal - PRL, apenas Ernani Sátiro conseguiu permanecer na política em outras legislaturas. Com isso, podemos compreender que ao menos 15 candidatos dos 30 que compuseram a Assembleia Constituinte Estadual da Paraíba, estiveram em atividade política nos anos seguintes; destes 15, ainda podemos ressaltar que 8 deles possuíam formação superior em Direito, enquanto 3 em Medicina e os 4 restantes estavam sem essa informação no levantamento de dados.

## CONCLUSÕES

Com a instauração da Assembleia Constituinte Estadual e a eleição de Argemiro de Figueiredo como governador do Estado, a hegemonia política da Paraíba passou pelo desenho político dos integrantes do Partido Progressista - PP, que possuía o maior número de representantes na Assembleia e seus chefes: Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida em cargos a nível estadual e federal (Governador e Senador respectivamente). Fica evidente que as personalidades políticas mais influentes sob o estado, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, permaneceram como figuras centrais nas relações de poder entre os representantes políticos, não só por estarem dentro do partido que detinham uma grande concentração de cargos políticos, mas por possuírem um poder simbólico (BOURDIEU, 1998).

Pelas relações políticas estabelecidas por ambos foi possível identificar as características mais importantes para construção de um espaço de poder e de uma identidade política, pois, ambos apresentam os indicadores que a elite paraibana possui: 1-formação superior em direito; 2- possuíam tradição familiar ou parentela de influência política em determinado local, neste caso respectivamente Areia e Campina Grande, nas regiões do Brejo e Agreste paraibano; 3- tem suas bases econômicas ligadas à terra, Argemiro de Figueiredo principalmente, assumindo-se publicamente como Coronel.

A importância do discurso nesse cenário, faz com que o representante político consiga se conectar com o povo e com seus pares, utilizando de estratégias linguísticas, que elucidam o conhecimento sobre o aparelhamento estatal e os problemas que o estado enfrenta para garantir seus interesses. O desenho político da Assembleia Legislativa neste período (1930-1937 e 1945) caracterizam uma estrutura de relações de poder que não fugiu ao *status* até então percebido na costura da representatividade legislativa estadual.

Os discursos estiveram próximos de se fazerem úteis ao povo e, ao mesmo tempo buscaram realocar as bases de continuidade de uma representação de poder simbolicamente percebido.

da como padrão, ou seja, as eleições neste contexto, embora estivesse imersa na percepção de certo rompimento com o modelo político da Primeira República (1889-1930), a base do perfil dos representantes estaduais ainda permaneceu.

## REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Livro Atas da Assembleia Legislativa (1935)**. Vol. 12 (AL-12). João Pessoa, 1935.
- BOBBIO, Norberto. “A política: características do poder político”. IN: **O filósofo e a política: antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003; p. 139-158.
- BOURDIEU, Pierre. “Os usos do “povo” e “A delegação e o fetichismo político”. IN: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 181- 187 e 188-206.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 2º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARR, Edward H. **O que é História?**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 11-29.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. As estratégias do discurso político. In: \_\_\_\_\_. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino - Paraíba (1965-1971)**. São Paulo: EDUSC, 2007.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARTIN, Monique de Saint. Capital social. IN: CATANI, Afrânio Mendes [et all] (orgs.). **Vocabulário Bourdieu 2017**, p. 113-117.
- MELO, Fernando. **Epitácio Pessoa – uma biografia**. João Pessoa: Ideia, 2005.
- MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 12, n. 1, p. 25-32, Jan./Jun. 2009.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.
- SANTOS, Mariana Karen Alves dos; DOS SANTOS NETO. **Análise e formação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1933/1934 e 1945**. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020.
- SANTOS, Mariana Karen Alves dos; DOS SANTOS NETO. **Coleta de dados documentais**

**dos políticos paraibanos pós 1930: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários.** Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019.

SILVA, Márcia da. **Poder local, ideologia e representações sociais.** Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-51, mai./ago. 2014.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940).** Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2017.

VISCARDI, Cláudia. Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite.** 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

# O GOLPE CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS

**Sandra Gorete Gomes de Oliveira**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo analisar a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), tomando como referência dois livros didáticos que fez parte do Programa Nacional do Livro Didático, e queremos observar como o Golpe Civil-Militar é trabalhado nestas duas obras.

O primeiro livro, utilizado no 9º ano do Ensino Fundamental, foi escrito por Alfredo Boulos e se intitula História, sociedade e cidadania, publicado pela editora FTD (BOULOS, 2018). Boulos é doutor em História da Educação pela PUC/SP e Mestre em História Social pela USP. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. Além de autor de outras coleções paradidáticas, Boulos também foi assessor da Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.

O segundo livro, utilizado no terceiro ano do Ensino Médio, é uma obra coletiva escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos e tem como título História 3 - O mundo por um fio: do século XX ao XXI, publicado pela editora Saraiva (VAINFAS *ET. ALL.*, 2016). Todos os quatro autores são doutores em história e professores universitários no Estado do Rio de Janeiro.

Como o livro didático ainda é um instrumento fundamental para o ensino/aprendizagem em nossas escolas temos o dever de avaliar o que é relacionado ou omitido, o que os autores fazem lembrar ou esquecer em uma obra. Isso é significativo para assimilarmos a história do nosso país, que influencia diretamente o entendimento que os estudantes vão construir do passado. Essa é uma preocupação que nos inquieta bastante atualmente, diante das falácias propagadas com ideias distorcidas da Ditadura Militar no Brasil, principalmente entre os jovens que não viveram o período ditatorial e que são tomados por campanhas que exaltam uma memória desvirtuada do período de 1964-1985.

Foi veiculado recentemente no jornal de grande circulação nacional Folha de S. Paulo dados que, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 54,2% da população brasileira nasceram após o ano de 1985, quando o regime militar tinha terminado. Somados aos que eram crianças de até 10 anos nesse ano, o percentual sobe para 69,4%. Ou seja, 7 de cada 10 brasileiros não viveram a ditadura, ou eram muito jovens para terem fixado na memória o que foi. O próprio jornal organizou uma série de eventos midiáticos com a finalidade de mostrar para os mais jovens, qual era a realidade do período autoritário (FOLHA DE S. PAULO, 24 jun. 2020).



Com isso nosso trabalho se faz necessário, diante do contexto vivido em nosso país, onde grupos se manifestam reivindicando intervenção militar e fechamento de importantes instituições democráticas, baseado em informações muitas vezes manipuladas em redes sociais, sem nenhuma base histórica confiável. O livro didático ainda é considerado uma fonte autêntica de conhecimentos pelos nossos estudantes. Por isso, o exame crítico dos livros didáticos é importante para verificarmos com a historiografia os diversos discursos veiculados nesse instrumento didático, com grande alcance entre os estudantes, com o cuidado de observarmos as linguagens inseridas nos textos sobre a ditadura. Como os autores trabalham com os conteúdos, propõem reflexões acerca das informações ou fazem uma abordagem tradicional e conservadora?

A preocupação com a temática, é devido a qualidade de conhecimento que é apresentado aos estudantes sobre o período ditatorial, em todos os seus aspectos. Assim, os estudantes podem construir elementos para avaliar o período em toda sua dimensão histórica e principalmente perceber que o país de hoje, deve muito àquela época, e que ainda não foi devidamente estudada, dissecada historicamente.

É importante termos consciência disso também. Os grupos que possuem conotação positiva da ditadura, pedindo sua implantação, provavelmente baseada em uma memória deturpada do período, espalham a ideia de forma acrítica. Devido a esse tipo de interpretação, devemos olhar atentamente os discursos que vêm nos livros didáticos, para que possam ser confrontados com as informações de redes sociais, contribuindo com uma reflexão crítica sobre o tema.

A Ditadura Militar no Brasil tem se tornado um assunto muito controverso que traz à tona muitas preocupações, por exemplo, como tratar a documentação, as informações que estavam protegidas por lei para o acesso à população. Essas fontes trouxeram mais esclarecimentos àquele período que ainda está submerso na história de nosso país, mas latente na memória das vítimas.

Os novos enfoques, debates, pesquisas recentes que vêm sendo construídos, novos discursos concebidos nos últimos anos estão sendo inseridos nos livros didáticos. Novas abordagens sobre a ditadura militar, conceitos antes refutados, agora são validados, devido aos documentos disponíveis. A abertura de arquivos sobre ditadura permitiu muitas possibilidades de pesquisas com novas interpretações, como a participação dos Estados Unidos no planejamento do golpe, influenciando os empresários, parte da população contra João Goulart, em preparação para um possível golpe.

Esperamos, com esse estudo, contribuir para ampliar os discursos dos livros didáticos sobre a Ditadura Militar no Brasil, buscando novos enfoques, abrir possibilidades para debates. É o momento de conhecermos e refletirmos mais profundamente sobre esse período da história do Brasil importante para a população que viveu e para os que nasceram depois construir uma memória baseada na defesa dos direitos humanos, assim, não permitirá tipo algum de violência.

O Ensino de História, tem uma importância fundamental na formação dos indivíduos em sociedade, na construção de sua identidade, que contribui para a reflexão sobre nossas relações com os demais, nossas atitudes, e noções para interagirmos com o meio. Para isso, temos que dar sentido e significado para o conhecimento histórico que deve ser revisitado pelos historiadores quando temos disponíveis novas fontes históricas.

Assim, a possibilidade de acessar novas informações, abre espaço para confronto de ideias, e conseqüentemente, de transformações na relação que possuímos com o passado e de concepções históricas ultrapassadas. Estamos falando de um período da história recente de nosso país, o Golpe de 1964. Compreender a história não é tarefa fácil, mas é uma necessidade que temos atualmente. É importante termos em mente, que a construção da História não deve partir de evidências duvidosas, de especulações sendo que sua reconstrução tem a responsabilidade de ser realizada em bases sólidas: as fontes históricas.

Diante dessa problemática, pretendemos analisar as obras didáticas públicas em consonância com as pesquisas historiográficas de Carlos Fico e Marcos Napolitano, que tratam sobre o tema, destacando a relação entre elas, como também o nível de reflexão demonstrado nos textos didáticos, além dos conceitos utilizados pelos autores para desenvolver nos estudantes, pensamentos e ações críticas e observadoras da história.

Temos a pretensão que esse estudo possa contribuir na formação dos estudantes, para que eles consigam interpretar os fatos de modo assertivo, na valorização da democracia, dos direitos humanos e da liberdade como fundamentos essenciais para a construção de uma nação que privilegie a igualdade e a justiça entre seus cidadãos.

Os autores Alfredo Boulos (2018) e Ronaldo Vainfas *et. al* (2016) já trazem referências das interpretações recentes da historiografia como a mudança do termo de Golpe Militar para Golpe Civil-Militar, porque antes não envolvia o apoio de empresários, jornalistas, políticos e a elite como conspiradores juntamente com os militares em defesa do golpe. Boulos (2018) simplifica muito as causas do golpe, justifica que o golpe foi efetivado, por falta de habilidade política do presidente. Menciona a participação de civis no movimento golpista, figuras como o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto e o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, decretou inconstitucionalmente vaga a presidência da República, e em seguida empossa o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, sendo que o Presidente ainda estava em solo brasileiro.

No entanto, Vainfas *et. al* (2016) não usa o termo Golpe Civil-Militar, porém, na abordagem do conteúdo, ele faz diversas referências à participação dos civis, seus principais autores, na construção, e na efetivação do Golpe no governo democrático de João Goulart. Os autores inclusive, esclarecem a participação que os Estados Unidos tiveram no Golpe.

Fico (2004), afirma que havia uma campanha financiada pelos Estados Unidos, que distribuía dinheiro aos candidatos da oposição, aos órgãos de imprensa, aos empresários, para dis-

seminar e radicalizar a teoria de que Jango era comunista. Com as novas pesquisas, constata-se, de fato, que o governo estadunidense era responsável por essa publicidade contra João Goulart.

A Ditadura Militar no Brasil é um assunto muito controverso que traz à tona preocupações entre as quais: como tratar a documentação, as informações que estavam protegidas por lei para o acesso à população e que agora estão sendo abertas para as pesquisas, trazendo à luz novas interpretações daquele período que estava submerso na história de nosso país e ainda está latente na memória nacional. Os novos enfoques, debates, pesquisas recentes que vêm sendo construídos, novos discursos concebidos nos últimos anos estão sendo inseridos nos livros didáticos.

As novas abordagens sobre a ditadura militar, conceitos antes refutados, agora são validados, devido as fontes disponíveis que aparecem com notoriedade entre os historiadores. A abertura dos arquivos da ditadura abriu muitas possibilidades de pesquisas, como a participação dos Estados Unidos no planejamento, influenciando os empresários, parte da população contra João Goulart em uma preparação para um possível golpe.

Sendo Carlos Fico é um dos pesquisadores sobre a Ditadura Militar, autor de vários livros que abordam diversos aspectos do período, baseados nos documentos do Arquivo Público aberto recentemente. Neste sentido, Fico (2014) afirma que “é preciso ter em mente que o golpe não foi uma iniciativa de militares desarvorados que decidiram do nada, investir contra o regime constitucional e o presidente legítimo do Brasil. Houve apoio da sociedade” p. 7-8. Para o autor, é complexo estudar o fenômeno histórico, sendo que não há fatos simples. Sob o ponto de vista do autor, a interpretação do passado nem sempre é confortável, como os grupos que apoiou o golpe civil-militar em 1964, como a imprensa, Igreja Católica e parcela da classe média e alta. Para o autor o entendimento histórico não pode ser definitivo, mas ele que nos leva refletir. Os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões ‘golpe militar’ e “ditadura militar”, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura “civil-militar”. (FICO, 2014, p.9)

Atualmente na historiografia brasileira existe muita discussão que nos leva a ampliar o debate sobre temas relevantes da Ditadura Militar (1964 a 1985), entre os quais a essência do golpe. Assim, os historiadores Carlos Fico e Marcos Napolitano procuram observar se o golpe foi puramente militar, ou civil-militar. Essa teoria nos leva alguns desdobramentos que não eram considerados anteriormente, como o apoio e participação direta de parte da sociedade no planejamento e auxílio ao golpe. Ela foi crucial para a tomada do poder pelos quartéis.

As análises mostram com mais clareza, trazendo à cena grupos sociais que pediram e apoiaram o golpe dado pelos militares. Tal interpretação é recente na historiografia, que há pouco tempo atrás a participação de civis não era citada. O apoio de uma parcela da sociedade civil, era motivada pela temeridade das reformas sociais que estavam em curso pelo presidente João Goulart. O comunismo era o pano de fundo neste cenário brasileiro no início dos anos 1960.

O Brasil era um país profundamente conservador e excludente liderado por uma elite liberal oligárquica, avesso a maior participação política da população excluída, inserido no contexto mundial da Guerra Fria, inibia qualquer tipo de reforma social que poderia ser traduzida como comunista. Muitos dos grupos sociais que estava sob o espectro da esquerda, eram simpáticos às reformas propostas por Jango, porém, existia algumas divergências entre as lideranças do próprio PCB, em apoiar o governo.

Sob o ponto de vista do Fico (2014), a interpretação do passado nem sempre é confortável, como os grupos que apoiou o golpe civil-militar em 1964, como a imprensa, Igreja Católica e parcela da classe média e alta. Para o autor o entendimento histórico não pode ser definitivo, mas ele que nos leva refletir. Ele defende que apenas o golpe foi civil-militar, no regime que se seguiu não houve protagonismos civis, sendo colocados não-militares no novo governo apenas em cargos técnicos, sem grandes poderes. Assim ele define:

é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América [...] Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. [...] admito como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar. (FICO, 2014, p. 9-10)

Marcos Napolitano (2014) também é um historiador estudioso do Regime Militar brasileiro, que defende a ideia de que o golpe de Estado de 1964, foi civil-militar. Para ele, os ingredientes do golpe, foi a conjuntura nacional e internacional, e as transformações internas brasileira, que potencializou um golpe de Estado insuflado pelos EUA. Devido a sua influência nas forças armadas brasileira e em outros setores da sociedade com financiamentos que compôs a fórmula golpista. Essa parcela da sociedade que não apoiava as reformas de base de João Goulart, mesmo que as reivindicações fossem justas. Na verdade, estavam preocupadas com a manutenção de seus privilégios e da hierarquia social, pois tinham medo de perder seu *status quo*. O autor demonstra as motivações que a elite tinha para defender tal ato:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista [...] O golpe foi resultado de uma profunda divisão da sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país. (NAPOLITANO, 2014, p.12)

Carlos Fico (2014) afirma que os militares apresentavam uma postura moderada, teoria que segundo ele, grande parte da sociedade brasileira possuía a crença de que as Forças Armadas no Brasil, quando necessário, retiravam o que eles consideravam um mal governante do poder, arrumavam a casa, e devolviam a direção do país para os civis. Atitude praticada muitas vezes na história republicana brasileira.

Muitos acreditaram que em 1964 essa lógica se repetiria, que os militares tirariam o presidente João Goulart do poder e em curto espaço de tempo, devolveriam o mando para o controle da sociedade civil, que admitia uma intervenção militar para “pôr ordem na casa”.

Carlos Fico em sua obra “O golpe de 1964” defende o mito da história incruenta para esclarecer alguns aspectos sobre o golpe. Esta teoria encobre uma versão apaziguadora do golpe e da ditadura brasileira nos primeiros anos, que não teriam sido tão violentos quanto nos vizinhos argentinos e chilenos. Fico afirma:

O golpe de 1964 não foi marcado pela banalidade. A tese de um golpe asséptico e banal relaciona-se persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura. (FICO, 2014, p. 59)

O mito da história incruenta embasa a teoria da “ditabranda” importante ponto para debater sobre a violência e o autoritarismo dos militares nos primeiros anos da ditadura. Devemos estar atentos as diversas interpretações que surgem sobre o período. Como esse que a ditadura no Brasil foi menos agressiva que em outros países latino-americanos que tiveram experiências autoritárias.

O mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. Aqui teria havido uma “ditabranda” – alguns asseguram ingenuamente. [...] Essas versões simplistas dão conforto aos espíritos, mas devem ser repelidas porque não traduzem a verdade. Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio de parte da sociedade, como já disse. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. (FICO 2014, p. 60)

Fico relata que existia uma versão de que o golpe aconteceu de forma pacífica, já que o presidente não reagiu a movimentação da oposição golpista, para sua deposição. Depois ele reafirma, que esse ponto de vista é simplista, que houve violência e apoio no golpe. Os dias que se seguiram foram de grandes manifestações em comemoração à vitória dos militares, os setores civis que apoiaram a deposição do Presidente, se regozijavam. A imprensa atacava Jango tentando justificar o ato autoritário. Em contrapartida, os poucos que reagiram sofreram todo tipo de violações, como torturas e prisões. Enfim, dizer que o golpe foi tranquilo, não condiz com a verdade.

A proximidade dos militares com a política no Brasil sempre foi marcante, em muitos episódios de nossa história. Eles se confundiram por um tempo, mas nenhum durou tanto como o inaugurado em 1964. A relevância desse debate para a historiografia demonstra a importância da abertura dos Arquivos Públicos aos pesquisadores do período, que podem revelar novos enfoques dando luz a equívocos e novas interpretações de temas sobre o golpe e o período posterior que foi instaurado o governo autoritário.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. **ESTADO E OPOSIÇÃO NO BRASIL (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOULOS JÚNIOR, Ronaldo. **História sociedade e cidadania: 9º ano: ensino fundamental, anos finais**. 4. ed. São Paulo. FTD, 2018.
- FERREIRA, J., & DELGADO, L. d. **O BRASIL REPUBLICANO - O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2003.
- FICO, C. **Como eles Agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001
- FICO, C. **Além do Golpe - Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- FICO, C. **O golpe de 1964 - momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FICO, C. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, v. 9, nº 20, 05-74, jan./abr. 2017.
- FOLHA DE S. PAULO. **Por que aconteceu o golpe militar em 1964?** *Youtube*. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=eEAbKs4DY5c](http://www.youtube.com/watch?v=eEAbKs4DY5c)>. Acesso em 24 de jun. 2020.
- NAPOLITANO, M. **1964 - HISTÓRIA DO REGIME MILITAR BRASILEIRO**. São Paulo: Contexto, 2014
- REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo *et. al.* **História O mundo por fio: guerras, revoluções, globalização: 3º ano: ensino médio**, 3. ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

# O PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE-PB E O MODERNO PRÍNCIPE DE GRAMSCI (1980-1982)

Lucas Tadeu Borges Viana<sup>1</sup>

Vamos legalizar o PT! Esta é a palavra de ordem do momento. É sobre esta tarefa que hoje devemos nos empenhar com todos os nossos esforços: mostrar com a legalização do Partido aqui na Paraíba, que o PT é um partido viável e que os trabalhadores e o povo oprimido em geral têm capacidade de construir e organizar o seu próprio partido político<sup>2</sup>.

O trecho acima foi extraído do primeiro documento decorrente da pesquisa realizada a respeito do Partido dos Trabalhadores na cidade de Campina Grande. Trata-se da edição inaugural do jornal impresso do partido na cidade e surgiu da necessidade da agremiação de dispor de um meio de comunicação que divulgasse notícias relativas às lutas e tarefas do partido entre os militantes, filiados e simpatizantes. Além disso, conforme destaca a comissão de imprensa encarregada para sua elaboração, “é também um instrumento através do qual se dará cobertura e apoio aos trabalhadores nas suas lutas do dia a dia”<sup>3</sup>.

Antes de mais nada, a análise do periódico petista permite-nos apontar nosso objetivo no presente texto, a saber, a capacidade do PT campinense estabelecer conexão com as lutas sociais e o conjunto de trabalhadores na cidade, pautando seu comportamento e atuação sob um princípio ético e programático, isto é, a autonomia política dos grupos subalternos. O teórico marxista italiano nos ajuda a pensar a experiência partido político a partir do conceito de “moderno príncipe”<sup>4</sup>, com ênfase para o que ele denominou de “eficiência real”. Neste sentido, não priorizamos no presente texto os desdobramentos internos do partido, sua composição social, os momentos fundacionais, pois o que mais fortemente nos interessou foi analisar a relação que PT de Campina Grande estabeleceu junto aos grupos subalternos. Este viés não resultou de um descuido, mas de uma opção metodológica proposta por Antonio Gramsci no volume 3 dos Cadernos do Cárcere.

No texto, o italiano aponta que os historiadores dos partidos políticos deveriam observar a “eficiência real” desempenhada pelas agremiações estudadas entre as classes sociais das quais almeja ser a expressão, pois “o historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem” (GRAMSCI, 2007, p.88). A análise da conexão entre o PT campinense e grupos subalternos se dará no texto seguindo essa direção.

O corpus documental que fundamenta nossas hipóteses gira em torno de material partidário, depoimentos de militantes e dirigentes petistas e jornais locais, tais como o Jornal da Paraíba e o Diário da Borborema.

A edição inicial do periódico partidário contava com os seguintes itens: a) o editorial “Surge o órgão do PT local”; b) breve relato das atividades que o PT campinense passava a desenvolver junto aos bairros, fábricas e zona rural da cidade, com ênfase para a luta dos camponeses da Fazenda Ramada, as greves protagonizadas pelos professores do ensino fundamental e médio da rede estadual; c) rápida descrição da visita de Francisco Weffort a Campina Grande; d) uma pesquisa intitulada “Quanto deveria ser o salário mínimo de nossa região?”, com o intuito de denunciar o quadro de superexploração no qual vivia o trabalhador, sobretudo o da região nordeste, e) uma seção que objetivava prestar esclarecimentos a respeito de termos que eram constantemente empregados pelos membros que compunham a primeira Comissão Executiva Provisória<sup>5</sup> do partido no município e, finalmente, um espaço reservado para o envio de cartas por parte dos leitores.

A matéria “PT, presente” é, particularmente, interessante, uma vez que objetiva evidenciar o trabalho desempenhado pelos petistas na cidade, suscitando a ideia que o partido “cada vez mais se torna presente no dia a dia da população dos bairros de Campina Grande”<sup>6</sup>. Era fundamental buscar se capilarizar na cidade, pois tanto na experiência formativa partidária nacional quanto na campinense entendia-se que a agremiação seria construída pelas suas bases. Neste particular, portanto, a noção de núcleo passa a ter uma importância crucial, visto que, além da Declaração Política de 13 de outubro de 1979 (atestado de nascimento do partido), o encontro de São Bernardo aprovou também “Sugestões Para Normas Transitórias de Funcionamento”<sup>7</sup>.

Estas teriam, preliminarmente, a intenção de oferecer um padrão organizativo de funcionamento, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente naquele atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Propugnava-se, assim, que os militantes do Movimento pelo PT se definem “por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/1979 e da Declaração Política de 13/10/79”<sup>8</sup>.

Ademais, os núcleos seriam reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária, quando contassem com um mínimo de 21 membros, organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação a nível municipal e regional. Contudo, frisa o Jornal, “aqui na Paraíba, por uma questão tática, o número foi reduzido para 7 militantes”<sup>9</sup>. Seria reconhecido, também, o direito de expressão aos núcleos em formação. Deste modo, seguindo orientação nacional, já haviam se formado na cidade de Campina Grande os seguintes núcleos, considerando-se, paralelamente, os que estariam em fase de organização:



- Por local de moradia- bairros do Catolé, Liberdade, Monte Santo (Norte e Sul), bairro do 40, Vila Libera, Pedregal e Bodoncogó, estando em formação os núcleos de Santa Terezinha;

- Por categoria profissional- núcleo de professores de 1º e 2º graus e, em formação, o dos professores universitários, o dos estudantes e os das empregadas domésticas.

O PT também se faz presente apoiando as lutas populares, incentivando a organização do povo na luta por seus direitos, reivindicando melhores condições de vida para população. Atua, neste sentido, em diversas frentes de trabalho: no Tambor; na Pedreira; no Canal e nos becos do Catolé; em Sandra Cavalcanti; na fazenda Ramada; em Santa Terezinha e na Associação dos Motoristas.<sup>10</sup>

O militante Raimundo Augusto de Oliveira<sup>11</sup> nos relatou que à época se “tinha a orientação para nuclear o partido onde tivesse base social”<sup>12</sup>. Neste sentido, o entrevistado confirmou a existência inicial de dois núcleos fortes na cidade localizados, respectivamente, no bairro de Bodoncogó e do Catolé, além das iniciativas de nucleação nos bairros do Pedregal, Ramadinha e no Serrotão. Diz, ainda, que “a base social do partido nasce em Bodoncogó, com um pé muito grande na universidade e também nas lutas sociais”<sup>13</sup>, que corresponderiam ao “enfrentamento por direito a terra, por direito a moradia e dentro daquela lógica, que foi a lógica nacional, de ter um partido que represente os trabalhadores com um viés mais de classe”<sup>14</sup>.

Destacamos a este respeito dois episódios em especial: a participação no Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig Nordeste e o envolvimento no conflito protagonizado pelos lavradores da antiga fazenda Ramada. Realizando uma breve digressão, lembremos que entre 1961 e 1965, “foram aprovados pela SUDENE, para Campina Grande, 9 projetos, sendo 5 de implantação de novas indústrias e 4 de modernização das indústrias já existentes”<sup>15</sup>. Entre estes projetos, o estabelecimento da WALLIG NORDESTE S/A<sup>16</sup>, empresa de grande porte, em terras campinenses mais fortemente nos interessa. Consoante nos apresenta Lima (2001)

Para se aferir a importância da Wallig, basta dizer que, tendo iniciado suas operações em 1967, inaugurada festivamente pelo então Presidente da República, General Costa e Silva, já em 1968, a empresa foi responsável por 12,22% do valor da produção industrial do Estado. O item “fogões não elétricos” alcançou o 4º lugar, abaixo de tecidos de algodão, farinha de trigo e cimento Portland. O objetivo da Wallig era abastecer todo o mercado de fogões do Nordeste e Norte do país<sup>17</sup>.

Não é difícil imaginar o impacto causado pelo encerramento das atividades da empresa no dia 17 de setembro de 1979, posto o alto índice de desemprego direto e indireto gerado. Daí a necessidade de formação do Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig, o qual o núcleo do PT de Campina estava envolvido junto a diversas entidades da sociedade civil<sup>18</sup>. A fim de não nos estendermos muito, localizamos nos jornais locais, ao menos em dois momentos, as ações da aludida Comissão. A primeira remonta ao dia 06 de maio de 1980 e adveio a partir de uma demanda dos trabalhadores. Estes requeriam parte das indenizações a que tinham direito após

suas demissões. Segundo matéria veiculada pelo JP, o comitê faria “uma viagem à Brasília para entrar em contato com a presidência da República e os Ministérios e órgãos governamentais envolvidos no problema”<sup>19</sup>.

Chama a atenção as dificuldades atravessadas por aqueles trabalhadores, agravadas com a demora na solução de seus dilemas, “tais como fome, doenças, desemprego, exploração e humilhações”<sup>20</sup>, sem falar na angústia de inserirem-se novamente no mercado de trabalho<sup>21</sup>. Outro ponto reclamado diz respeito a promessa realizada pelo governador Tarcísio Burity<sup>22</sup> ao Sindicato dos Metalúrgicos, de que dispensaria uma “ajuda” aos trinta entre eles mais necessitados<sup>23</sup>. Essa listagem, conforme indica o periódico local, já havia sido elaborada e remetida através do escritório de representação do Executivo Estadual em Campina Grande. A outra ação do Comitê junto aos trabalhadores da Wallig foi mais ousada, uma vez que pretendia organizar uma manifestação pública quando da visita à Campina Grande do ditador de plantão, João Batista Figueiredo. A edição do dia 21 de junho estampava na primeira página:

Os trabalhadores da Wallig Nordeste, reunidos ontem à noite no plenário da Câmara Municipal, decidiram ir às ruas, no dia 26, exibindo faixas e exigindo do Presidente João Batista Figueiredo uma solução para o problema daquela indústria, paralisada há vários meses. Esta foi a primeira proposta colocada em votação e aprovada pela maioria dos operários que participaram do encontro.<sup>24</sup>

A reunião foi promovida mais uma vez pelo Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig e liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulo Fausto Torres. O plenário aprovou ainda a proposta de fazer intensa divulgação, bem como a formação de uma comissão que iria ao Prefeito Enivaldo Ribeiro em busca de uma audiência com o General Figueiredo. A possibilidade de haver um ato público em Campina Grande, no dia da visita do ditador da República, marcada para 26 de junho corrente, pelos trabalhadores da Wallig, gerou tamanha preocupação nos governos estaduais e municipais “ao ponto do prefeito Enivaldo Ribeiro procurar entendimentos com os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e com os vereadores que integram o Comitê de Solidariedade aos operários da Wallig Nordeste”<sup>25</sup>.

Note-se que nesse momento desaparece qualquer menção aos outros setores sociais que conformaram a ideia de organização do comitê, diminuindo, assim, sua importância. Na tentativa de demonstrar a face legal e ordeira do movimento, o jornal e o prefeito faziam questão de se referirem somente aos dirigentes do sindicato e aos vereadores locais. Apesar do já mencionado presidente do Sindicato dos Metalúrgicos vir a público desacreditar a decisão coletivamente tomada pela base no sentido de se manifestar<sup>26</sup>, “os trabalhadores foram às ruas, exibiram suas faixas na praça da bandeira”<sup>27</sup> e distribuíram, consoante matéria do JP, “10 mil cópias de uma carta aberta do Comitê de Solidariedade aos trabalhadores da Wallig, denunciando a situação vexatória dos operários e de suas respectivas famílias”<sup>28</sup>. O comitê obteve parte de suas reivindicações, pois, no dia 27 de junho, a agência local do Banco do Brasil confirmou que estaria

com o crédito destinado a pagar aos 756 funcionários que recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento, restando, ainda, a presença do proprietário da empresa, Werner Wallig, para assinatura da confissão da dívida junto aos operários da Wallig Nordeste.

Já a antiga Fazenda Ramada se localizava no bairro de Bodoncogó e foi adquirida à época pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) dentro do controvertido plano de habitação<sup>29</sup> levado a cabo pela ditadura militar, replicado nos Estados e municípios Brasil afora. Aqui, necessitamos, mais uma vez, de uma curta reflexão. Optamos por iniciá-la a partir de uma noção importante contida na dissertação de mestrado em Geografia de Lima:

A produção do espaço, por se tratar, de algo intencional e articulado no modo de produção capitalista, concretiza-se a partir da atuação de alguns agentes: os promotores imobiliários, os proprietários do solo, os construtores e os incorporadores, o Estado em todos os seus níveis de atuação (Federal, Estadual e Municipal) e os trabalhadores que podem ou não estar organizados em movimentos sociais. Esses agentes atuam dentro de marcos jurídicos que não são neutros. São construídos dentro de estruturas de poder existentes e deixam brechas para que a legislação seja burlada sempre que a classe dominante necessite<sup>30</sup>.

Articulando a citação acima com o nosso caso particular, observaremos como os agentes que influenciam na produção do espaço se movem no terreno da luta de classes em favor próprio e agindo à revelia das necessidades dos grupos subalternos. É interessante observar que havia constante demora na construção e entrega de casas populares em todo o Estado da Paraíba, fato noticiado em profusão nos jornais locais. Mereceu, particularmente, nossa atenção matéria veiculada pelo JP do dia 13 de junho de 1980. Nesta, o governo Estadual aponta que a maior dificuldade no que tange a entrega das 50 mil casas prometidas é “a falta de iniciativa dos prefeitos municipais de desapropriarem terrenos destinados à construção das unidades residenciais”<sup>31</sup>. O prefeito Enivaldo Ribeiro não poderia tolerar ser ele o culpado por inviabilizar empreendimento tão auspicioso para a cidade, bem como para sua carreira política<sup>32</sup>.

Creemos que a desapropriação das terras da antiga fazenda Ramada adquiria, assim, grande interesse. O grande problema é que estas terras já se encontravam ocupadas por cerca de 200 famílias, que alegavam trabalhar na mesma aproximadamente há de 10 anos mediante pagamento de foro ao seu proprietário. Conforme denúncia do jornal petista:

Tudo começou em setembro do ano passado. Os agricultores, que já tinham pago o foro ao proprietário das terras, Sr. Roberto C. do Monte, viram, de repente, SEM QUALQUER AVISO, suas roças serem invadidas pelo gado, que destruiu tudo. Depois de tentarem resolver o problema de várias formas, os agricultores entraram com uma ação na justiça, que se arrasta até hoje, sem qualquer solução. Apesar de eles terem conseguido autorização para cercar as lavouras, essa cerca- construída com muito esforço e apoio financeiro do povo de Campina Grande- foi derrubada<sup>33</sup>.

Dois aspectos precisam ser ressaltados. Em primeiro lugar, percebemos que o proprietário das terras extraiu enquanto pôde renda fundiária e mais valor do trabalho daquele coletivo

de camponeses. Aliou seus interesses também ao dos especuladores imobiliários, esperando a valorização das áreas próximas à sua. Diante do novo quadro, isto é, criada a necessidade de apropriação de novos terrenos para construção de casas populares, não pestanejou no sentido de transformar suas terras rurais em terras urbanas, com total anuência do executivo e judiciário campinense. Do outro lado, o Partido dos Trabalhadores objetivando inserir-se nas lutas sociais locais, tal como no caso Wallig Nordeste, apoia o movimento e tenta acompanhar de perto a precipitação dos acontecimentos, denunciando as práticas cometidas pela classe dominante local, visto que

aos poucos, as autoridades governamentais vão deixando cair a máscara e mostrando os reais motivos de seu silêncio. A CEHAP- também implicado no caso- manda as máquinas destruírem os roçados e pede “proteção” policial, para proteja-la dos violentos foreiros. E talvez esteja com a razão: por trás das foices dos 200 foreiros estão os milhares de trabalhadores rurais da Paraíba.<sup>34</sup>

Observamos, portanto, que PT campinense tentava se fazer presente na vida política e social da cidade, oferecendo apoio às lutas populares e incentivando suas formas de organização. A plataforma conceitual gramsciana é aqui atendida, uma vez que o PT de Campina buscava oferecer direção e organicidade aos grupos subalternos da cidade, tencionando ser sua expressão de classe mais consequente. Inicialmente, o partido tomou configuração e partia do pressuposto que teria cada vez mais força enquanto as populações dos bairros pobres locais e as massas trabalhadoras de uma maneira geral se utilizassem dele como instrumento de suas lutas e reivindicações.

Salta aos olhos na interpretação das ações empreendidas pelo PT local aquela noção que seria central no discurso petista em sua origem aqui e alhures: a independência política e autônoma da classe trabalhadora<sup>35</sup>. Segundo adverte o historiador Eurelino Coelho, “a afirmação da necessidade de organização política da classe trabalhadora é uma constante nas intervenções dos petistas, desde 1979”<sup>36</sup>. Tal assertiva funcionaria ora em diante como marco programático e identitário do partido, uma vez que eram os trabalhadores, organizados a partir de seu próprio espaço de interlocução política, que deveriam comandar as mais importantes transformações sociais, como o eram à época as lutas por melhores condições de trabalho e vida no campo e na cidade, o combate travado contra a ditadura e a bandeira levantada pela democratização com um corte predominantemente classista e anticapitalista.

Não custa lembrar. A construção da identidade de classe é decisiva, pois “ela pode permitir subtrair os trabalhadores do domínio do capital. A contraposição a esse processo de construção é a subordinação ao discurso antagonista, a perda de capacidade estratégica”<sup>37</sup>. Portanto, o desafio número zero para qualquer partido que buscasse desempenhar o papel de intelectual coletivo ou *moderno príncipe*, negador da ordem vigente, como admitia sê-lo o Partido dos Trabalhadores de Campina grande na década de 80, residia na tarefa de oferecer organicidade,

sentido e direção às classes trabalhadoras. Para tanto, com intuito de cumprir esse objetivo, a construção do periódico oficial do partido local, a constituição de núcleos populares, o envolvimento nas lutas do ex- operários da Wallig, o caso protagonizado pelos agricultores da antiga fazenda Ramada e o estar presente no dia a dia dos grupos subalternos da cidade informava a ação do PT campinense.

A ideia é concluir o artigo percebendo algumas das características explícitas no corpus documental avaliado. Referimos- nos, sobretudo, a elementos programáticos que informavam a ação do partido local, mas que estavam também articulados com os princípios mais gerais da agremiação no âmbito nacional: a) a afirmação necessária, consciente e organizada da independência social e política da classe trabalhadora tomada em conjunto, b) uma visão geral da política e dos agentes políticos pautada por critérios classistas, o que justifica o afastamento dos partidos mais tradicionais e c) a valorização das bases sociais enquanto motor imprescindível para/da ação política.

Coelho nos ajuda a perceber que todos esses componentes são centrais para formulação inicial do discurso petista. Segundo observa o autor, “trata-se do marco pragmático fundamental, princípio organizador de um efetivo discurso hegemônico, no sentido que produzia um elemento de unificação em torno de um consenso politicamente construído”<sup>38</sup>. Além do mais, a mobilização de tais elementos não se dava de maneira isolada, permeava toda “a prática política dos petistas, sejam as lideranças nacionais, os quadros intermediários ou os militantes de base”<sup>39</sup>. Foi com esse espírito, portanto, que o PT campinense encarou seu primeiro pleito eleitoral na cidade. O desempenho nas urnas, os desdobramentos do primeiro contato com a arena institucional e as mudanças experimentadas pelo o PT em campina Grande serão aprofundadas, brevemente, em novas oportunidades.

## NOTAS

1 Aluno do PPGH-UFCG e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Marxismo GEPMARX – UFCG. Desenvolve a pesquisa sob a orientação de José Luciano de Queiroz Aires.

2 **Jornal do PT**, Nº 1, maio de 1981. Órgão do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande- PB. Arquivo da Sede do Partido dos trabalhadores de Campina Grande.

3 IDEM

4 Gramsci esboça sua concepção de partido político no “Caderno 13, (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel”. De acordo com o comunista sardo, “o moderno príncipe, o mito- príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade de coletiva que tendem a se tornar universais e totais“. GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere Vol. III**. Maquiavel. Notas do Estado e a Política. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3º ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16.

5 O curioso é que a reunião que registrou em ata esta Comissão Executiva Provisória realizou-se

somente no dia 26 de maio de 1981, embora eleita desde o primeiro Encontro Municipal do partido realizado nos dias 14 e 15 de março daquele mesmo ano. Vale destacar, contudo, que a formação do núcleo do partido em Campina Grande remonta ao primeiro semestre de 1980. Assinaram a ata do dia 26 de maio oito pessoas: Severino José de Lima (eleito secretário), Erinaldo Antonio Duarte Guimarães (presidente), Lamarck Bezerra de Melo, Wagner Braga Batista, Eleny Gianini, Edgard Afonso Malagodi, Roberta Vêras de Oliveira e Kathryn Marie Pacheco Harrison (tesoureira). Mesmo não se fazendo presentes naquela reunião, o professor Marcos Antônio Barbosa de Melo e o estudante Antônio Humberto Lopes de Almeida foram credenciados enquanto delegados para representar o partido junto ao Juiz Eleitoral da 16ª Zona. **Ata da reunião da Comissão Diretora Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores – PT- para eleição da Comissão Executiva Provisória do município de Campina Grande**, 26 de maio de 1981. Arquivo da sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.

6 **PT, Presente.** Jornal do PT, nº 1, p. 3. Arquivo da sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.

7 GADOTTI, Moacir; PERREIRA, Otaviano. **Pra que PT?** Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989, p. 46-47.

8 IDEM

9 **A visita de Francisco Weffort a Campina Grande**, Jornal do PT, nº1, p. 7. Arquivo da sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande

10 **PT, Presente.** Jornal do PT, nº 1, p. 3. Arquivo da sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande

11 Carinhosamente conhecido sob o epíteto Cajá, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores da cidade de Cajazeiras, sertão Paraibano, em 1980. Com o objetivo de cursar Ciências Sociais no antigo Campus II da UFPB, transferiu-se para Campina Grande em 1981. Aqui, além de colaborar com a fundação do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), exerceu quase todos os cargos possíveis no PT local, destacando-se como presidente do Diretório Municipal no ano 2000, quando da aliança PT/ PMDB, e assumindo o posto de secretário de assistência social da prefeitura na gestão Cássio Cunha Lima/ Cozete Barbosa, cargo do qual foi exonerado em dissídio com à época prefeita e ex- sindicalista petista.

12 Entrevista com Raimundo Cajá. Depoimento dado ao autor no dia 21 de março de 2020.

13 IDEM

14 IDEM

15 LIMA, Damião de. **Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense.** Gurjão, Eliete de Queiroz e Lima, Damião de. (Orgs.) Estudando a História da Paraíba. -2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2001, p. 73.

16 Especializada na produção de fogões, pertencia ao Grupo Wallig do Rio Grande do Sul, surgida em Porto Alegre em 1904. Tinha como acionista maior o industrial paulista, Werner Wallig, que acenou positivamente ao convite realizado pelo prefeito de Campina Grande, Newton Rique, que acaba não estando presente quando da implantação da empresa na cidade em função de sua cassação. Para maiores esclarecimentos convidamos a leitura de GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.) **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.** Campina Grande: SEC, 2000; LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção:** a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012 e SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura:** (des) inventando festas e (re) inventado a cidade (1965-2002). Jundiá: Paco editorial, 2016.

17 LIMA, 2001, p.74.

18 Entre as pessoas e organizações que participaram mais sistematicamente das reuniões promovidas pelo comitê estavam “dezenas de funcionários da Wallig, representantes do Sindicato de Metalúrgicos, Comissão de Justiça e Paz, Comissão Municipal do PMDB, Núcleo do PT, Pastoral da Juventude, Diretório Central dos Estudantes da UFPB, Setor Jovem do PMDB, SAB do Catolé, Juventude Franciscana, estudantes da FURNE”, além dos vereadores pemedebistas Lindaci Medeiros e Mário Araújo. **Jornal da Paraíba**, 08 de maio de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.

- 19 **Jornal da Paraíba**, 08 de maio de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 20 IDEM
- 21 O Núcleo Microrregional do SINE- Sistema Nacional de Emprego de Campina Grande- constatou que o índice de desemprego em Campina Grande sofria aumento considerável no primeiro trimestre daquele ano. A justificativa apontada para tal estado de coisas, no entanto, era creditado quase que exclusivamente a seca que vinha assolando toda a região do Estado e a falta de qualidade técnica dos que estavam em busca de emprego, como se isso não esteve atrelado a trágica política econômica da ditadura nos seus estertores e a crise econômica mundial. Conferir **Jornal da Paraíba**, 29 de maio de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 22 Através de eleição indireta, como ocorria à época, assumiu o governo da Paraíba, em 1979, pela Aliança Renovadora Nacional, Arena, extinta em 20 de dezembro daquele ano.
- 23 Não nos enganemos com o aparente tom de denúncia do Jornal da Paraíba. Já na edição do dia 25 de maio, data em que se comemorava o “dia da indústria”, há uma matéria bastante elogiosa ao governador Burity, na qual se enfatiza que, apesar dos efeitos deletérios do fechamento da empresa, “não pode ser negada, no entanto, a presença constante do Governador Tarcísio Burity no encaminhamento de todas as negociações e o seu interesse na solução mais rápida e prática possível”. **Jornal da Paraíba**, 25 de maio de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 24 **Jornal da Paraíba**, 21 de junho 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 25 **Jornal da Paraíba**, 22 de junho de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 26 IDEM
- 27 Lugar no qual o General Figueiredo e sua comitiva oficial participaram da concentração pública promovida pela prefeitura municipal. Vale apontar que os agentes do serviço de segurança da Presidência da República tomaram as faixas conduzidas pelos trabalhadores da Wallig Nordeste ao local indicado. **Jornal da Paraíba**, 27 de junho de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 28 IDEM
- 29 Conferir MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre a crise econômica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- 30 LIMA, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande- PB (1988-2009)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). João Pessoa, 2010.
- 31 **Jornal da Paraíba**, 13 de junho de 1980. Acervo Digital do Jornal da Paraíba.
- 32 Após o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS. O político administrou a cidade de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, o que contabilizava um período de seis anos sem interrupção, isto é, sem eleição. O político chega nas eleições de 1982 com a imagem desgastada e sem conseguir consolidar sua figura como a de um líder local. Segundo elucida SANTOS (2016, p.101), “a Campina produzida por Enivaldo e sua administração era uma cidade populosa, popular e empobrecida que necessitava da intervenção de um governo que conhecesse o seu “povo” e suas “carências”. Enivaldo, assim como Cabral no final da década de 50, era um produto político das mudanças econômicas e sociais que Campina estava atravessando. Era o efeito eleitoral de uma massa de desempregados e pessoas sem nenhuma ligação política com as “tradicionais famílias” ou elites políticas locais e que viam na figura daquele a possibilidade de estarem melhor representados na municipalidade e assim conseguir ter atendidas suas reivindicações e demandas, que aquela época se concentravam mormente em torno das questões de moradia e emprego”. A construção e entrega de casas populares, portanto, era tarefa número zero a ser cumprida para um político que edificou sua plataforma política sobre os elementos acima apontados.
- 33 **Lavradores da Ramada lutam por suas terras**. Jornal do PT, p.3. Arquivo da sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.
- 34 IDEM
- 35 Princípio compatível com aquele proposto no Manifesto de fundação do Partido (1980), como

transparece na passagem que segue: “O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobras para os políticos e partidos comprometidos com a manutenção da economia, social e política. Nasce, portanto, da vontade da emancipação das massas populares. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um partido dos trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores”. **Manifesto de Fundação (1980)**. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI (org.). Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998). São Paulo: Diretório Nacional do PT. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp.65-66. Não é difícil perceber que uma das características marcantes nos documentos e publicações iniciais do PT é seu caráter anticapitalista, classista ampliado, basista e de massas, além de apontar para um horizonte socialista. No desenvolvimento do partido grande desses componentes sofreriam alterações. A este respeito, recomendamos a leitura IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e consentimento**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

36 COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 68.

37 DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 108.

38 COELHO, 2012, p. 67

39 IDEM



# ST 3

## A POLÍTICA DA MEMÓRIA: NARRATIVAS LITERÁRIAS E BIOGRÁFICAS NO EXERCÍCIO DE (RE)CONSTRUÇÃO DO PASSADO

Prof. Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Galdêncio  
Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes



# A REPRESENTAÇÃO DO COTIDIANO DOS HOMENS EM ÊXODO NA SAGA DA FAMÍLIA JOAD EM “AS VINHAS DA IRA”

Ana Paula Medeiros de Moraes<sup>1</sup>

José Luciano de Queiroz Aires<sup>2</sup>

## RESUMO

A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, ficou marcada como um dos maiores colapsos econômicos da história, responsável por trazer miséria e desespero para a vida da população americana. No campo da literatura, tal panorama é retratado no romance “As vinhas da ira” de John Steinbeck, publicado em 1939. Neste livro, o leitor é apresentado a saga da família Joad, que perde sua fazenda, devido as consequências da Grande Depressão, por esse motivo, decidem vender tudo aquilo que lhes restam e migrar do estado do Oklahoma para a Califórnia, em busca de trabalho. No capítulo XI desta obra, Steinbeck resume em poucas páginas o desespero dessas pessoas ao longo de uma viagem tão árdua com recursos escassos. Esse cenário não se restringiu apenas a ficção, pois representa a situação real de milhares de americanos durante os primeiros anos da década de 1930. Sendo assim, ao destacar trechos desse capítulo, o presente artigo se propõe a discorrer sobre “As vinhas da ira” e o seu papel de literatura como representação histórica, afim de refletir sobre o passado dessas pessoas durante um dos piores momentos do capitalismo.

**Palavras-chave:** História; Literatura; As vinhas da ira; Grande depressão

## INTRODUÇÃO

Após o final dos conflitos bélicos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), selado oficialmente com o Tratado de Versalhes em 1919, os países que protagonizaram esse evento, tais como, Grã-Bretanha, França e Alemanha, precisavam urgentemente de auxílios financeiros que possibilitassem sua reconstrução, dada a devastação em que se encontravam.

A partir disto, os Estados Unidos entraram nesse cenário, como único credor em potencial, visto que, antes mesmo dos conflitos bélicos, o país já exibia números que provavam sua ascensão. Em 1913, os EUA já haviam se tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial — pouco abaixo do total combinado de Alemanha,

Grã-Bretanha e França (HOBSBAWM, 1995). Sendo assim, os americanos forneceram empréstimos que permitissem aos países europeus possibilidades de se reestruturarem.

Foi nessa conjuntura que os americanos receberam a chegada da década de 1920, que ficou conhecida como os “Loucos anos vinte”, marcada pela prosperidade econômica e consumismo desenfreado. Karnal (2007) aponta que em 1923, a produção industrial cresceu em 60%, assim como a inflação e a taxa de desemprego só diminuía. Esses avanços tecnológicos afetaram áreas de produção automobilísticas, de itens de comunicação, eletrodomésticos e plásticos. Durante quase toda a década de 20, passara a circular entre as massas “Produtos antes restritos aos ricos – carros, luz elétrica, gramofone, rádio, cinema, aspirador de pó, geladeira e telefone –, o *American way of life*<sup>3</sup> tornou-se o slogan exaltado do período” (KARNAL, 2007). Essa postura do país, como um grande produtor, lar de grandes polos industriais, afetou a sociedade como um todo, as consequências benéficas foram rápidas, no sentido de permitir o acesso das classes menos afortunadas ao consumo e conforto, mas a parte negativa dessa produção desenfreada viria à longo prazo.

Quando se fala no declínio econômico que culminou na Grande Depressão, também conhecida como a Crise de 29, Gazier (2009) afirma que o *crash* ocorreu por consequência de quatro fatores: declínio da atividade industrial, dificuldades agrícolas, saturação do setor imobiliário e desorganização bancária. Dessa forma, para adentrar ao tema do presente artigo, destacam-se as dificuldades que o setor americano de agricultura, como também a população rural, sofreram nos anos posteriores ao *crash* da bolsa de Nova York.

Devido ao avanço no desenvolvimento de automóveis, o setor de agricultura obteve um grande aumento na sua produção, o que ocasionou diretamente em um declínio nos preços dos produtos, diminuindo ainda mais o lucro dos pequenos proprietários, que, imersos nessa situação, viram-se obrigados a migrar para a zona urbana à procura de trabalho (KARNAL, 2012). Para aqueles que insistiam em ficar, seguiam com o hábito de pedir empréstimos aos bancos para custear as plantações, e pagar com o lucro das colheitas.

Com o advento da grande crise, os efeitos foram devastadores para todos os setores, e para o setor bancário não foi diferente, em virtude do grande *crash*, Eric Hobsbawm afirma que:

[...] Estavam sobrecarregados de dívidas não salgadas, recusavam novos empréstimos para habitação e refinanciamento para os existentes. Isso não os impediu de estourar aos milhares, quando (em 1933) quase metade das hipotecas domésticas americanas ficaram em atraso e mil propriedades por dia eram executadas. (HOBSBAWN, 1995, p.84)

Era uma aniquilação total, na medida que a crise atingia a população com grande poder aquisitivo, seus efeitos eram ainda mais duros aos menos afortunados. Para os agricultores, como se não bastassem os efeitos da crise, também precisaram lidar com o clima, estados de produção agrícola como o Oklahoma, por exemplo, sofreram com as tempestades de areia (*Dust Bowls*), esse fator climático, impediu que os fazendeiros de pequenas propriedades, ar-

rendatários e meeiros, cultivassem a terra, sendo assim, não conseguiram quitar suas dívidas com os bancos, e perderam o direito sobre a propriedade, em virtude disto, inúmeras famílias deixaram os estados do Meio-Oeste americano, em busca de trabalho nas colheitas da Califórnia (KÖLLN, 2014)

## “AS VINHAS DA IRA” E SUA RELAÇÃO COM A GRANDE DEPRESSÃO

É nesse panorama que o autor John Steinbeck, escreveu o seu livro de maior sucesso, “As vinhas da ira” publicado em 1939. Nesse romance, o leitor acompanha a saga da família Joad, que, após perderem sua fazenda no estado do Oklahoma, pelos motivos expostos anteriormente, se veem obrigados a migrarem para a Califórnia na esperança de encontrar trabalho nas colheitas de frutas da região.

A visão do autor acerca da problemática do livro é particular e intrínseca à sua vivência. Sendo filho de imigrantes irlandeses, Steinbeck nasceu e viveu na Califórnia, em propriedade que pertenceu e foi cultivada por sua família durante várias gerações (KÖLLN, 2014). Dessa forma, quando o autor escreve sobre a vida na zona rural, não era resultado somente de suas pesquisas, mas também, relatos daquilo que ele já conhecia.

As vinhas da ira, em sua íntegra, possui um caráter denunciativo sobre a situação da população americana durante os primeiros anos da Grande Depressão. Antes, da publicação, mais precisamente no ano de 1936, Steinbeck foi contratado pelo jornal *The San Francisco News*, para viajar ao Meio-Oeste, no objetivo de investigar as migrações massivas que estavam ocorrendo para a Califórnia. Nessa viagem, ele conviveu e ouviu as histórias desses migrantes, que resultaram em seis artigos, nos quais, abordavam-se a vida dessas pessoas que haviam perdido suas terras por conta da crise econômica (KÖLLN, 2014). Considerando os fatos, quando o autor criou a história da família Joad e sua saga em busca de uma vida melhor, lidando com as dificuldades que foi se viver nos Estados Unidos durante a Grande depressão, a obra literária já não falava somente de uma família fictícia, mas sim, de milhares de pessoas que viveram tal realidade.

No âmbito da História Cultural, a literatura pode ser interpretada como um objeto de análise do passado, uma vez que “Sendo a literatura irremediavelmente histórica, ela não existe no vácuo, mas vinculada a um universo social e histórico” (KÖLLN, 2014, p.136), dessa maneira, é inegável a representação da realidade dentro da ficção, bem como afirma o historiador francês, Roger Chartier “[...] o conceito de representação é a de variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural.” (CHARTIER, 1990, p.21). Sendo assim, o modo como John Steinbeck, transferiu suas percepções e compreensões a respeito da sociedade em que vivia para a sua obra, permite que hoje analisemos o livro como uma repre-

sentação do que foi o passado de muitas famílias americanas durante esse período infortúnio de crise.

Logo no início da narrativa, Steinbeck (1972) o autor descreve a tomada das terras dos arrendatários pelos bancos, de modo que àqueles que lá viviam não conseguiam ao menos entender o que estava acontecendo, tudo que eles sabiam é que precisavam ir embora do lugar o mais rápido possível.

O que restou para essas pessoas era a esperança de que em outro lugar eles encontrariam um trabalho para se sustentar, no caso da família Joad, ao receberem panfletos de oferta, decidiram migrar para o estado da Califórnia, somente com as roupas do corpo e um caminhão velho, comprado com o lucro que tiveram ao vender tudo que possuíam. Esse foi o cenário não somente dos personagens do livro, mas também, de centenas de milhares de pessoas que migraram para as zonas urbanas e empregaram-se no agronegócio por salários baixíssimos.

## **PERSEGUINDO UM SONHO: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DOS HOMENS EXÔDO A PARTIR DO CAPÍTULO XI DE “AS VINHAS DA IRA”**

E assim seguiam, por intermináveis quilômetros, montados em caminhões caindo aos pedaços, incontáveis homens em êxodo, em busca de um emprego, comida e um teto para se viver, enfrentando adversidades como fome, sede, calor, sujeira e o desespero constante por temer não conseguir sair de tal situação.

O livro, de modo geral, é narrado em terceira pessoa, entretanto, em determinados momentos, ao iniciar um novo capítulo, Steinbeck para a narrativa da família, e escreve um panorama geral, que de maneira um tanto “caótica”, em poucas páginas ele mistura descrições de cenários, e diálogos sem pausa, também sem especificar quem fala naquele momento, tanto, que em momentos como esse, ele não menciona o nome de nenhuma personagem, o que transmite para o leitor um certo grau de imediatismo, e até mesmo de desespero.

O capítulo XI, em questão, se caracteriza dessa forma, e inicialmente descreve a travessia das pessoas pela Rota 66, mais especificamente, o deserto do Arizona:

“E então vêm as montanhas altas: Holbrook e Winslow e Flagstaff entre os cumes elevados do Arizona. Depois, o Grande Platô, que se estende qual uma grande intumescência. Ashforke e Kingman e montes pedregosos de novo, onde a água é difícil de ser achada.” (STEINBECK, 1972, p.157)

Essa última frase em que o autor menciona a falta d’água, é interessante, pois, ao longo dos parágrafos em que ele narra os cenários quentes e sua paisagem repleta de migrantes, existe uma interrupção incisiva para informar que um garotinho pede água insistentemente durante a viagem, mas sua família não tem dinheiro, nem se encontra perto de algum local que distribua

água, uma situação como essa, transmite para o leitor o cenário degradante dessas famílias, por não terem ao menos água para beber.

Vale ressaltar a questão das altas temperaturas durante essa época, de acordo com Melo (2014), estima-se que até o ano de 1936, aproximadamente 4500 pessoas morreram de calor em todo o país, tanto que essa época ficou caracterizada por *Dirty Thirties* (os sujos anos 30), pois devido as grandes secas e tempestades de areia, misturado as misérias do país, a população tinha uma constante aparência de sujeira.

Além das dificuldades físicas, havia-se também uma preocupação com as condições do veículo em que essas pessoas transitavam, porque se porventura, ocorresse algum problema, além de atrasar a viagem, ainda precisaria gastar dinheiro para resolver, dito isto, Steinbeck descreve os momentos de exploração que essas pessoas se submeteram, o que também nos faz refletir sobre como as relações capitalistas de oferta e demanda, se tornaram mais notáveis:

“Temo que arrumar um pneu, mas, Deus do céu! êles querem tanto dinheiro por um pneu usado. Olham a gente e sabem que a gente precisa viajar de qualquer maneira, que não pode perder tempo. Então, aumentam o preço.”  
(STEINBECK, 1972, p.159)

Quando os migrantes chegam até um comerciante que vende pneus, ainda sofrem com o preconceito, na passagem a seguir, é possível fazer alusão ao desprezo que os nativos da Califórnia possuíam em relação aos migrantes, que apelidaram de *Okies*<sup>4</sup>:

“Bem, a Califórnia é um grande Estado.

Mas também não é tão grande assim. Os Estados Unidos juntos não são tão grandes assim. Grandes assim, não! Pelo menos, não são bastante grandes. Não há lugar suficiente para você e para mim, para a sua e para a minha gente, para ricos e pobres, todos num só país, ladrões e gente honesta. Para a fome e para o fastio. Por que não voltam para o lugar de onde vieram?”  
(STEINBECK, 1972, p.159)

Em cenários de crise como o da Grande depressão, a sensação que a leitura transmite é de que já não existe mais aquela simpatia dos americanos para com seus compatriotas. Em momentos de desemprego, em que a população conhece a fome e o desespero de perto, o mais valioso é manter sua fonte de renda, e a vida do outro já não importa. Nesse trecho do livro destacado, o que fica claro é que, para os Californianos, os *Okies* não eram pessoas como eles, mas sim, animais que aceitariam qualquer coisa para comer, inclusive os seus empregos por um salário bem menor, sendo assim, nessa perspectiva de viver em constante ameaça, o sentimento que desperta para o Californiano é medo, raiva e desprezo pelos migrantes.

Entretanto, enfrentar o desprezo dos nativos da Califórnia, parece ser o de menos para aqueles que conseguiam chegar até o destino final, pois muitos não conseguiam se salvar do deserto, das adversidades da viagem ou simplesmente desistiam, o que fica exposto neste trecho:

“Duzentos e cinquenta mil homens sobre a estrada. Cinquenta mil carros velhos - fumegantes, feridos. Carcaças de automóveis abandonadas à margem da estrada. Que lhes teria acontecido? E que teria acontecido aos donos dessas carcaças? Foram para diante a pé? Onde estão eles? Como é que eles possuem tanta coragem assim?” (STEINBECK, 1972, p.162)

Ao final desse trecho, Steinbeck propõe ao leitor, refletir sobre àqueles que por algum motivo não conseguiram terminar sua viagem, e por não haver alternativa, abandonaram o motor que os levaria até a Califórnia, de modo a se exporem ainda mais ao calor e a fome. Gazier (2009) afirma que, apesar de não existirem muitos dados sobre isso, mais de 100 pessoas morreram de fome nos Estados Unidos em 1934, além do aumento de casos de escorbuto, raquitismo e pelagra. A realidade miserável dos americanos durante a crise não os mostrou o que é viver sem móveis ou eletrodomésticos, e sim, a fragilidade das suas vidas, e que a morte é algo presente e persistente para os que não tem dinheiro no mundo capitalista.

Foram essas, algumas das situações que milhares de americanos passaram por tentar conseguir algo para comer durante a Crise de 29, nesses breves trechos destacados, vemos as dificuldades dessas pessoas em percorrer milhares de quilômetros em veículos velhos, expostos ao calor e fome, além de verem o pouco dinheiro que tinham, desaparecer devido as explorações de seus conterrâneos. Apesar disso, existia uma força que mantinha essas pessoas determinadas a não desistir, pois, em cenários como estes, ao ter comida o suficiente no seu estômago e de sua família, já era o bastante para dormir e continuar batalhando no dia seguinte. É nessa perspectiva que John Steinbeck encerra esse capítulo, onde apesar de todas as dificuldades e adversidades pelas quais essas pessoas passaram, sempre há um fio de esperança que os motiva a seguir lutando:

“Os homens em êxodo, fugindo do terror, que campeava atrás deles, assistiram a coisas estranhas, algumas de uma crueldade amargurante, e outras de tão maravilhosa bondade que a fé os empolgou e neles se manteve para sempre e sempre.” (STEINBECK, 1972, p.162)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados, podemos concluir que o campo da História e Literatura, nos permite enxergar o mundo de um modo diferente e por vezes, até mais rico do que por outras fontes. A historiadora brasileira, Sandra Pesavento (2006), afirma que os homens, expressam pela linguagem o mundo do visto e do não visto, seja ela por forma de música, oralidade, imagem ou escrita, assim sendo, durante a narrativa de *As vinhas da ira*, John Steinbeck transfere para sua obra ficcional, muito do que ele viu ao longo de sua vida, e por isso, ele traz ao leitor, de forma muito convincente o conhecimento detalhado do cotidiano da população

rural dos Estados Unidos, além do sofrimento e humilhação pelas quais passaram ao longo da Crise de 29.

Ainda seguindo as reflexões de Pesavento (2004), ela aponta que através da literatura é possível acessar o “clima” de uma época, ela nos permite conhecer as pessoas, seus valores, perfis e sensibilidades, por isso, a literatura, para além de códigos de etiqueta e disposições legais, é uma fonte para entender como e por que as pessoas agiam de determinadas formas. Por isso, considero notável a popularização dos estudos da história por meio dessa fonte, afinal, por meio das representações literárias, as sociedades podem perceber e compreender a realidade de sua existência.

Portanto, vejo como extremamente importante a obra de John Steinbeck, especialmente no capítulo analisado, porque o autor consegue transpassar e convencer sobre a sensação caótica do cenário migratório. Em passagens breves, ele destaca elementos conhecidos aos estudiosos da grande depressão: o calor, quando descreve as paisagens secas da rota 66, a sede, fome, o dinheiro escasso e as explorações dos comerciantes, o desprezo dos californianos com os migrantes, e o fracasso de uns ao longo da estrada, visto os caminhões abandonados, todas essas situações, somente em um capítulo. Sendo assim, é possível afirmar que “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p.23), dessa forma, a partir do que foi exposto, a obra de John Steinbeck, atende perfeitamente ao que denominamos de representação histórica no campo literário.

## NOTAS

- 1 Graduada em História e membro do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de Campina Grande
- 2 Professor da Unidade Acadêmica de História da UFCG, membro do PPGH/UFCG e Tutor do PET História/UFCG.
- 3 Apelido pejorativo para denominar os migrantes, remetendo aos que vinham do Oklahoma, mas que ao longo do tempo foi usado para distinguir qualquer um vindo do Meio-oeste americano.
- 4 Termo usado para designar um padrão de vida caracterizado pelo consumismo.

## REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, vol. 13, n. 24, jul/dez 2011, p. 15-29.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929**. L&pm; Pocket, 2009, 128 p.



HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991): o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Editora Contexto, 2017.

KÖLLN, L. A. B. As vinhas da ira: a leitura histórica de Steinbeck acerca da Grande Depressão. **Revista Trama**, v. 10, p. 121-134, 2014.

MELO, FLÁVIA DA ROSA. FAMÍLIA NORTE AMERICANA E MISÉRIA: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA E DA INSTITUIÇÃO

**FAMILIAR EM AS VINHAS DA IRA, DE 1940**. Orientador: Prof. Dr. Pedro Plaza Pinto. 2014. 83 p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/60195> . Acesso em: 3 ago. 2020

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história, **Nuevo Mundo Nuevo**, Debates, 2006. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>> . Acesso em: 15. ago. 2020.

\_\_\_\_\_, **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

STEINBECK, JOHN. **As vinhas da ira**. Trad. de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. Rio de Janeiro: Abril, 1972, 629 p.

# “DEIXE-ME SER EU MESMA”: A MEMÓRIA DE ANNE FRANK COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Aline Vieira Fernandes<sup>1</sup>

Mayara Benevenuto Duarte<sup>2</sup>

Laércio Teodoro da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

A memória exerce influência sobre a história da sociedade e de cada indivíduo. O presente trabalho consiste em analisar, por meio da obra *O Diário de Anne Frank*, as possibilidades de entender o impacto da Segunda Guerra Mundial no cotidiano de Anne e de sua família e os meios buscados para a resistência e sobrevivência. Também, intenciona refletir sobre a importância do discurso e do gênero diário para a construção e propagação da memória, buscando compreender a subjetividade e a mentalidade de uma adolescente em meio a um cenário avassalador, levando em consideração a escrita de si. Essa pesquisa parte do interesse de refletir sobre como a memória da personagem, a partir do seu diário, foi tomada para a propagação de símbolos da resistência. Além disso, justifica-se pela busca em valorizar as vozes não tão reconhecidas que fizeram parte do Holocausto. Utilizaremos como embasamento teórico deste trabalho autores como Ricouer (2000), Barros (2011) e Bakhtin (2011). A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi de cunho qualitativo. Além disso, foram feitas as análises documentais, bem como a revisão bibliográfica para o alcance do objetivo proposto.

**Palavras chave:** Memória; resistência; Holocausto. (Anne Frank)

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos anos de 1914 e 1918<sup>4</sup>, a Europa enfrentava complicações políticas decorrentes da I Guerra Mundial, especialmente a Alemanha, que enfrentava dificuldades relacionadas à crise econômica mundial, além de consequências decorrentes do Tratado de Versalhes. Tempos depois, em 12 de junho de 1929, nascia em Frankfurt, na Alemanha, Annelies Marie Frank, mais conhecida como Anne Frank.

Em 1933, época em que Anne contava com a idade de quatro anos, Adolf Hitler, em eleições ganhas pelo Partido Socialista, chega ao poder, dominando o território da Alemanha. Temendo por seu futuro, Edith e Otto Frank, os pais Judeus da menina, compreendem que a

melhor solução eram sair dali para se refugiarem na Holanda. Lugar onde viveram uma vida normal e despreocupada até a chegada da II Guerra Mundial em 1940. E naquele momento, com a chegada dos Nazistas a Holanda, Anne viu sua rotina mudar completamente, assim como seus planos, seus sonhos, sua vida inteira, tudo foi interrompido.

A nível nacional, o governo nazista impediu o acesso dos judeus à educação, criando nas universidades e escolas públicas uma quota de apenas 1.5%<sup>5</sup> para ingresso de estudantes “não-arianos”. Outras leis impediam os judeus de trabalharem no setor público sabe-se também que centenas de indivíduos em toda a Alemanha participavam na perseguição aos judeus, destruindo as suas lojas, ou atacando e matando judeus, como aconteceu durante a ‘Noite de Cristal’<sup>6</sup>, em 1938, quando os judeus foram violentamente reprimidos por toda a Alemanha.

Segundo o sociólogo Bauman (1998, p. 12),

O Holocausto foi de fato uma tragédia judaica. Embora os judeus não tenham sido a única população submetida a —tratamento especiall pelo regime nazista (seis milhões de judeus estavam entre as mais de 20 milhões de pessoas aniquiladas a mando de Hitler), só os judeus foram marcados para o extermínio, a destruição total, e não tinham lugar reservado na Nova Ordem que Hitler pretendia instaurar. Mesmo assim, o Holocausto não foi simplesmente um problema judeu nem fato da história judaica apenas. O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. [...].

Em seu diário, Anne Frank retratou todas as atitudes desumanas cometidas pelos alemães nazistas ao povo judeu, enquanto vítimas do preconceito e da intolerância religiosa, bem como tudo o que ela sentiu diante daquele cenário de medo e angústia dentro de um anexo secreto que serviu de esconderijo por dois anos até a família ser descoberta e deportada para o campo de concentração de Auschwitz. A convivência que tinha com as demais pessoas do anexo é relatada em seu diário com riqueza de detalhes, inclusive a relação ruim que Anne tinha com sua mãe, o descobrimento do primeiro amor, seus planos e sonhos alicerçados em angústias e tristezas, mas ao mesmo tempo atrelados a esperança de vencer aquele contexto conturbado.

São essas narrativas que fazem deste livro, que começou com um simples diário de adolescente, sem a mínima intenção inicial de se tornar público, num comovente testemunho do terror que foi a conjuntura da grande guerra, tornando-se um documento histórico de extrema importância para a história da humanidade, sendo hoje um símbolo de resistência, baseada em batalhas diárias contra o medo e a insegurança quanto ao futuro e de sua memória que, a princípio, individual, tornou-se então parte da memória coletiva. *O Diário de Anne Frank* é tido como um dos livros mais importantes do século XX, tendo sido considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO<sup>7</sup>.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar o discurso autobiográfico e a memória individual, bem como também a resistência e o percurso feito por Anne Frank antes e durante a guerra, enquanto vítima dos Dogmas Nazistas, além da repercussão do seu Diário.

## **DEIXE-ME SER EU MESMA: A REPERCUSSÃO DO DIÁRIO E A PRESENÇA DO DISCURSO AUTOBIOGRÁFICO ENQUANTO FONTE**

No seu décimo terceiro aniversário, Anne Frank recebeu de seus pais um diário o qual nomeou de Kitty, que viria a ser depois o principal responsável por propagar a sua história e memória pelo mundo. Quando a família Frank decidiu refugiar-se no Anexo Secreto com a tentativa de escapar dos horrores da guerra, Anne levou o diário consigo. Em 1944, Anne ouviu em uma transmissão de rádio que um membro do governo holandês esperava, depois da guerra, recolher cartas e diários de testemunhos oculares sobre o sofrimento do povo holandês durante a ocupação alemã.

Escrever para Anne Frank era de grande importância, assim como a leitura de um bom livro, didático ou não, a ajudava a escapar um pouco da “prisão” em que se encontrava: “As pessoas comuns não sabem quanto os livros significam para alguém escondido. Nossas únicas diversões são ler, estudar e ouvir rádio”. (FRANK, 2013, p. 127).

O diário como parte dos gêneros do discurso, promove a reflexão individual e é considerado ainda, uma ferramenta de transformação utilizado no âmbito das mais diversas esferas sociais. Do latim *diarium* está relacionado com o termo dia e para muitos pode ser considerado uma autobiografia. Mas, cabe ressaltar que de acordo com Bergson (2006) o texto autobiográfico é caracterizado por memórias de um passado mais longínquo. Já o diário lida com eventos presentes (quase) imediatos.

A linguagem é considerada em seu aspecto dialógico como uma construção de natureza social e histórica. Nessa concepção, preconiza-se que ela é constituída, nas mais diversas enunciações geradas nas diferentes situações de comunicação, pelos gêneros do discurso como afirma Bakhtin (2011, p.264): “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos de gêneros do discurso”.

Mediante a isso, é possível percebermos que o diário funciona como um *alter ego*<sup>8</sup>, como afirma Oliveira (2002), visto que, o interlocutor estabelece o diálogo com ele próprio, ao invés de estabelecer diálogos com outras pessoas, não havendo uma preocupação linguística. Essa escrita confessional apresenta ainda data e local da escrita, procurando sempre manter uma ordem cronológica dos acontecimentos. Um vocabulário voltado para a informalidade com um foco na expressão do *eu* escritor podendo vir a ser escrito em diversos suportes.

Primeiramente, é importante mencionar o fato de que nem sempre todos os tipos de arquivos foram considerados fontes documentais válidas para construções historiográficas, tendo em vista que, no período do positivismo, mais precisamente no século XIX, somente arquivos escritos e oficializados pelo Estado eram vistos como passíveis de historicização. Contudo, graças ao movimento denominado de Escola dos Annales<sup>9</sup>, no século XX, mais precisamente no ano de 1929, o conceito de documento histórico foi completamente reformulado e, acima de tudo, ampliado. Sendo assim, a construção historiográfica e, conseqüentemente, a forma de se fazer História mudou radicalmente e a partir dessa transposição, tudo o que pudesse transmitir alguma pista sobre o passado, passou a ser cotado como fonte contribuinte para a historiografia de forma geral.

Dessa forma, percebe-se que, sem essa proposta dos Annales, possivelmente, após a Segunda Guerra Mundial, o diário de Anne Frank não estaria inserido no âmbito da construção histórica como fonte, tendo em vista que seu diário era apenas um relato de uma menina judia, que na época era uma entre tantas pessoas perseguidas na Alemanha nazista, ou seja, seria apenas a narrativa de uma pessoa comum, não portadora de um grande nome e, conseqüentemente, de um feito social reconhecido justamente pela sua posição.

Portanto, é importante trazer para o meio historiográfico a valorização de histórias para além das que enfocam nomes e acontecimentos famosos. Histórias essas advindas de pessoas que antes de serem descobertas eram apenas indivíduos comuns, vítimas, sobreviventes ou não, e que de alguma forma deixaram seu legado de contribuição para a história mundial, externando uma maior valorização de uma outra versão das tragédias que acometeram a Segunda Guerra Mundial e que não estão presentes em livros didáticos, na tentativa de trazer mais reconhecimento para além dos grandes nomes e grandes feitos de um dos episódios mais impactantes da história da humanidade, como afirma Angela de Castro Gomes:

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si. (GOMES, 2004, pág. 17)

Diante de todo esse cenário, faz-se necessário entender como a memória e as lembranças se apresentam. Sendo assim, o filósofo francês Paul Ricoeur (2000), inspirado no holocausto, trata de tipos de exteriorização da memória e como ela se manifesta na prática e nas mais diferentes conjunturas, como por exemplo a memória individual, que nada mais é do que aquilo que cada pessoa tem armazenado em sua mente, haja vista que pessoas passam por uma situação de uma maneira singular, mesmo que a circunstância seja igual para mais de uma pessoa, ainda assim a particularidade da vivência se faz presente e, muitas vezes, essa memória torna-se coletiva.

Levando em consideração o fato de que o diário de Anne se tornou acessível em todo o mundo, pode-se dizer que nesse campo ele se interliga à transição da memória individual para a coletiva, o que, conseqüentemente, traz à tona o fato de que a memória passa por esse processo quando esta promove em quem a estuda uma certa familiarização com o assunto em pauta, o que é extremamente relevante no momento de uma análise, pois se faz necessário que o pesquisador tente se colocar no lugar de quem está narrando para compreender as especificidades da fala.

No entanto, com relação à repercussão que o diário teve, partindo da característica do discurso autobiográfico enquanto fonte, é interessante pensarmos que o objeto não foi utilizado somente nesse sentido, apesar da sua propagação ter sido mais marcante enquanto possibilidade de estudo de uma parte da Segunda Guerra Mundial para o meio historiográfico, mas também favorável ao lucro, por exemplo. Existem crenças que mesmo não contando com um embasamento aprofundado em pesquisas, afirmam que a narrativa presente no diário não foi escrito por Anne Frank e, sim, pelo pai da adolescente, visando uma publicação lucrativa. E como um produto, ele atende as necessidades de quem o faz, bem como de quem o compra.

Sendo assim, existem meios que estruturam o que será recordado, tendo em vista o contexto histórico e político bastante influenciador em que a adolescente se encontrava nos momentos de suas narrativas, e também das editoras, inseridas no meio midiático, onde muitas vezes ocorre a manipulação de fatos, que condiciona os elementos incluídos e excluídos da história.

A tradução alemã, por exemplo, influenciada diretamente pelo contato bastante próximo que o país tinha com a situação vivenciada que Anne Frank vivenciou,

[...] errou o tom em algumas passagens, e, por medo de repelir seu público projetado, omitiu referências ao sentimento antigermânico no anexo secreto. As proibições de ouvir estações de rádio alemãs e falar alemão – um problema para a sra. Frank e a sra. Van Pels, que nunca haviam se tornado inteiramente fluentes em holandês – não aparecem em parte alguma da edição, e uma referência ao ódio entre judeus e alemães foi alterada, substituindo-se alemães em geral por —esses alemães. (PROSE, 2010, p. 82).

Há também um contexto histórico de extrema importância que também contou com a apropriação do diário para a sua consolidação: a criação do Estado de Israel, que pode ser considerada uma consequência do Holocausto, a partir da urgência em diminuir o antissemitismo, ou seja, o preconceito contra os judeus, e ao mesmo tempo assegurá-los em um campo de paz. Dessa forma, para o movimento sionista que tinha como objetivo incentivar a criação desse Estado, fez-se importante a divulgação do alvo, e o diário de Anne Frank foi utilizado como meio de propaganda para denunciar o ódio contra os judeus, logo, a necessidade de combatê-lo de alguma forma, através de sua narrativa comovente.

A criação do Estado de Israel esteve inserida em um contexto de Guerra Fria e, portanto, envolveu países como EUA e URSS que apresentavam interesses no Oriente Médio e na forma

como os territórios estavam organizados. Desse modo, os relatos de Anne Frank, de maneira intencional ou não, estiveram dentro de um contexto pós-guerra, o que representa a sua disseminação em outras conjunturas históricas para além da Alemanha nazista.

Diante do exposto, vemos que a indigência de resistir perante o contexto em análise, se fez presente para toda a população oprimida, e essa resistência se manifestou através de diferentes atitudes, sejam elas de reivindicação direta, como a busca sionista pela criação do Estado de Israel ou também de maneira indireta, como foi a narrativa de Anne Frank, que foi pautada em desabafos escondidos por um tempo.

## **RESISTÊNCIA SIMBÓLICA: O PERCURSO DE ANNE FRANK ENQUANTO VÍTIMA DOS DOGMAS NAZISTAS**

Primeiramente, é importante ressaltar como se deu o início da perseguição nazista, que culminou nos terríveis acontecimentos que vitimaram a família Frank. É necessário fazer um breve panorama histórico relacionado ao contexto da Segunda Guerra Mundial e suas ações ligadas aos judeus, que representavam a parte mais significativa dentro da grande parcela populacional oprimida e perseguida pelo preconceito e pela intolerância religiosa que foram marcas explícitas do nazismo.

A partir de ordens vindas de Adolf Hitler, baseadas no preconceito e na intolerância, a perseguição e a segregação dos judeus foram executadas em um processo dividido por fases. Depois que o Partido Nazista alcançou o poder na Alemanha, em 1933<sup>10</sup>, o preconceito que predominava no então regime foi o principal fundamento para a criação de leis anti-semitas. Após o início da Segunda Guerra Mundial, as imposições políticas anti-semitas evoluíram até mesmo para o assassinato dos judeus europeus. Inicialmente, os nazistas criaram os guetos, com o objetivo de isolar os judeus, nas regiões que os alemães denominavam. Os judeus viviam em péssimas condições higiênicas, superlotação, e má alimentação, o que gerava doenças e, conseqüentemente, a morte em massa.

Em 1941, foram introduzidas as câmaras de gás móveis, que liberavam um gás letal<sup>11</sup>, o monóxido de carbono, dentro dos compartimentos na carroceria, matando a quem ali estivesse, em conjunção às operações de fuzilamento que já estavam sendo praticadas. Por fim, em 31 de julho de 1941, o líder nazista Hermann Goering autorizou ao General das SS, Reinhard Heydrich, o início das preparações necessárias para a implementação da “solução final para a questão judaica”.

Isso significa que todas as ações mencionadas até aqui, fizeram parte de etapas necessárias de um extermínio, de certa forma, parcelado, até a chegada de um ponto decisivo que visava a aniquilação completa e letal de todos os judeus, algo que possibilitasse, sem múltiplos

subsídios e ações, dizimar essa parte da humanidade. Foi nesse plano que entraram em vigor os campos de concentração de extermínio e trabalho forçado.

Para pensarmos na vida de Anne Frank enquanto vítima dos nazistas e suas atrocidades, principalmente as implantadas pelo plano de solução final dos judeus, é válido refletirmos sobre os seus dias antes das terríveis vivências durante a guerra, para entendermos o tamanho da mudança impactante que Anne e sua família vivenciaram, onde a vida pacífica dessa família, rodeada de amigos e afazeres comuns ao ser humano, no que se refere à escola, atividades domésticas e lazer, foi transformada em uma vida perturbadora e cheia de medos e inseguranças enquanto fugitivos e, posteriormente, prisioneiros do regime nazista.

Trechos do diário nos levam a entender os sentimentos que permeavam Anne Frank diante do cenário de horror em que ela estava vivendo com a sua família:

“Depois do dia terrível de ontem, finalmente algo de muito bom — a esperança. Esperança de que tudo termine, esperança de paz”.  
(-Anne Frank, Segunda-feira, 26 de julho de 1943).  
“Meus estudos, minha esperança, meu amor, minha coragem, tudo isto me conserva de cabeça erguida e me impede de lamentar-me.”  
(-Anne Frank, Sexta-feira, 14 de abril de 1944).

As palavras da adolescente conseguem transmitir ao leitor uma percepção do que se passava naquele contexto, já que o testemunho é totalmente subjetivo e pessoal, o que denota um sentido de escrita que nos permite colocar-nos no lugar de quem escreve. Durante o ato da leitura, é possível nos identificar com os pensamentos de Anne, e isso significa que a memória individual existente naquela narrativa, torna-se então, coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das elucidações apresentadas neste artigo, é possível afirmar que apesar do contexto em que vivera, Anne Frank foi uma adolescente como tantas outras, repleta de sonhos e alegria de viver, no entanto se diferenciava por seu sentido crítico apurado e com uma coragem avassaladora de mudar o mundo ao seu redor. A escrita de Anne nos faz transportar para o Anexo Secreto e percorrer os mesmos caminhos por ela percorridos.

Nesse sentido, evidencia-se que, o gênero diário apresenta estratégias organizacionais dos fatos, mobilizando aspectos linguísticos de ordenação temporal e de espaço marcando a trajetória do interlocutor. Desse modo, é possível evidenciar que escrever é como prolongar a sua existência, ainda que no papel, talvez, uma forma de tornar eternizado as suas palavras. Ou como ela mesma dizia: “o papel tem mais paciência do que as pessoas” (FRANK, 2013, p. 19).



Portanto, tendo em vista que o ato de escrever praticado pela garota tornou-se algo de imensa relevância para a história, é importante fazermos ressalva ao significado de memória, que se diferencia de lembranças e está intimamente ligada a ideia de manutenção de uma determinada leitura e representação sobre um fato ou contexto. A lembrança existe na memória, mas essa relação aparece em uma figuração ampliada quando o assunto é construção histórica, isto é, as lembranças tornam-se compartilhadas e ao mesmo tempo propagadas, de maneira a fixá-las de alguma forma.

O diário de Anne Frank teve sua narrativa inserida em todos esses aspectos supracitados, onde houve a transformação de simples palavras de uma garota comum, mas com pensamentos aguçados, em uma fonte documental importante.

## NOTAS

- 1 Aline Vieira Fernandes, Graduanda do Curso de História na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Centro de Formação de Professores-CFP, Campus de Cajazeiras; Membro do Grupo de pesquisa em História e Cultura-GEPHC, CNPq. E-mail: alinevieira\_f5@hotmail.com
- 2 Graduanda em Letras, Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Centro de Formação de Professores-CFP, Campus de Cajazeiras. Integrante do Grupo de Estudos sobre Discurso, Semiótica e Ensino-GEDISEEN, CNPq.
- 3 Doutor em História pela UFPE. Professor da Rede Pública Estadual de Educação da Paraíba. Membro do Grupo de pesquisa em História e Cultura-GEPHC, CNPq.
- 4 Disponível em: A Primeira Guerra Mundial, 1914-1918 - Incrível História (incrivelhistoria.com.br). Acesso em: 15 dez. 2020.
- 5 Disponível em : Legislação Anti-Semita na Alemanha antes da Guerra | The Holocaust Encyclopedia (ushmm.org). Acesso em: 15 dez. 2020.
- 6 Disponível em: A “Noite dos Cristais” | The Holocaust Encyclopedia (ushmm.org). Acesso em: 15 dez. 2020.
- 7 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/europa/diario-de-anne-frank-entra-em-lista-de-documentos-da-unesco,9ae8979fd9a2b310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 dez. 2020
- 8 “Alter ego é uma locução substantiva com origem no latim “alter” (outro) e “ego” (eu) cujo significado literal é “o outro eu”. Disponível em: Significado de Alter ego (O que é, Conceito e Definição) - Significados. Acesso em: 15 dez. 2020.
- 9 A Escola dos Annales provocou uma verdadeira revolução na forma de se fazer História a partir da crítica ao método histórico positivista que vigorava no século XIX. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/escola-dos-annales.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- 10 Disponível em: Afinal, como Hitler chegou ao poder? (editoracontexto.com.br). Acesso em 15 dez. 2020.
- 11 Disponível em: EVANS, Richard J. Terceiro Reich: Na história e na memória. Ed. 1ª, Editora: Crítica, São Paulo, 2015.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. Textos escolhidos por Gilles Deleuze. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ALMEIDA, Davi da Costa. **Hannah Arendt e Walter Benjamin: História, memória e narrativas perdidas**. Periódico Sbu Unicamp, São Paulo, Vl. 7, n. 3, p. 114-138, Out. 2015. Disponível em: Vista do Hannah Arendt e Walter Benjamin: história, memória e narrativas perdidas (unicamp.br). acesso em: 16 dez. 2020.
- FRANK, Otto. **O diário de Anne Frank**. Geek; Edição: 1ª, 2017.
- GOFF Jacques le. História e memória. Trad: Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990
- LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. **Reflexões sobre a modernidade e o holocausto a partir de Zygmunt Bauman** in Argumentos Revista de Filosofia. v. 6, n. 11, p. 281-297, ago. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19056>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. **Diários íntimos na Era Digital: Diários públicos, mundos privados**. In: Ciberpesquisa. 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/>. Acesso em 15 dez. 2020.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP. 2000
- SANTOS, Marta Magalhães dos. **UM OLHAR SOBRE “O DIÁRIO DE ANNE FRANK. 2012. 69 f. Dissertação**. (Mestrado em Psicologia Aplicada em Especialidade em Psicologia Clínica). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, São Paulo. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2607/1/14668.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- MONTEIRO DE SOUZA, C.; MONTEIRO WANKLER, C. **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE AUTOBIOGRAFIAS COMO FONTES NA PESQUISA HISTÓRICA**. *Revista História & Perspectivas*, v. 25, n. 47, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21276>. Acesso em: 16 dez. 2020.

# “IDEAL QUE TOMBA”: ESCRITURA ERÓTICA FEMININA E TÁTICA EMANCIPATÓRIA INSURGENTE DE GILKA MACHADO (1910-1916)

Isabela Silva Nóbrega

## RESUMO

Em meio a toda efervescência política, social e cultural que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século vinte irrompe uma voz insurgente que clama por liberdade, a escritora Gilka da Costa de Melo Machado. Considerada a pioneira da escrita erótica feminina, a transgressora autora é uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino (1910). Os seus textos abordavam os desejos e as amarras sociais reservados a mulher em uma sociedade com rígida hierarquia de gênero. Neste trabalho, busco refletir sobre um determinado momento da trajetória de vida da poetisa (1910-1916), para reinseri-la no debate político e cultural. O objetivo é redimensionar para uma perspectiva histórica os rígidos preconceitos que seu “fazer” estava circunscrito, tentando inferir como suas diferentes práticas sociais se configuraram como forma de intervenção da realidade sociocultural que estava imersa. A metodologia aplicada neste estudo é a de análise de textos literários e dos discursos produzidos por e para a escritora em impressos da época, pois, Gilka Machado foi colaboradora em diversos periódicos como, por exemplo, *A Faceira*, revista que no ano de 1913 atuou como diretora. Já no que se refere à teoria, serão privilegiados conceitos como *representação* (CHARTIER, 2002), *tática* (Certeau, 1999) e *indivíduo e sociedade* (ELIAS, 1994;1995), pois ao analisar os impressos, poderemos compreender em que medida os discursos constituíram ou romperam com um ideário de “ser mulher” no início da República. Portanto, este trabalho segue os pressupostos dos estudos de gênero e discute os elementos que impossibilitaram a construção de uma memória do pioneirismo político de Gilka Machado e de sua poética libertária.

**Palavras-chave:** Gilka Machado, Belle Époque, Política, Primeira República

Na virada do século dezenove para o vinte, percebia-se na cidade do Rio de Janeiro o desenhar de uma nova paisagem urbana<sup>1</sup>. Devido ao “compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período”, como afirma Sevcenko<sup>2</sup>, põe-se em relevo novos tipos sociais<sup>3</sup>. Em consequência da nova ordem política e econômica, motivada pela crescente indústria e o desenvolvimento do comércio, havia uma demanda por dar novas formas aos hábitos<sup>4</sup>. Os impulsos que orientaram o devir moderno no Rio de Janeiro da Belle Époque exprimiam o anseio de torná-la cada vez mais moderna e cosmopolita.

Nesse conturbado início de século, diversas mulheres empreenderam lutas contra as desigualdades de gênero e travaram embates contra as forças conservadoras que buscavam conter os avanços de suas conquistas. Portanto, busco neste trabalho trazer uma reflexão sobre o ativismo político e a poética libertária da escritora carioca Gilka da Costa de Melo Machado (1893-1980), que a partir das primeiras décadas do século XX se lançou à exposição e a crítica de seus contemporâneos ao denunciar as discriminações e apontar novas experiências possíveis do “ser mulher”.

Novos modelos de masculinidade e feminilidade emergiram com práticas que “remodelavam” as relações entre os gêneros, pois, a modernidade exigia normas de conduta para as “performances” nos espaços público e privado. Por outro lado, na tentativa de disciplinar ações interpretadas como ameaça à ordem familiar, foram mobilizados discursos que concorriam para construção das subjetividades, prescrevendo o tipo de “civildade” moderna. Amplamente difundidas pela imprensa e pela Literatura da época, tais prescrições visavam proteger “o mais importante ‘suporte do Estado’ e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da ‘modernidade’”<sup>5</sup> – a família.

No interior da sociedade são espacializadas as disputas ideológicas, entre gêneros, classes, raças. A partir um olhar mais atento, ao ajustar a lente com atenção aos indivíduos, as unidades sociais – famílias, nações, associações profissionais e classes sociais – se apresentarão balizadas por diferentes expressões que darão suporte ao ordenamento social. Na dinâmica entre *indivíduo e sociedade*, a linguagem e o pensamento recebem destaque por sua relevância nos processos com os quais os sujeitos se aglutinam. Dessa forma, ao tomar como objeto de pesquisa a trajetória singular de um indivíduo, evidenciamos a multiplicidade de suas experiências, seu envolvimento com a cultura e a política<sup>6</sup>.

As relações entre o indivíduo e a sociedade são constituídas por circunstâncias históricas e convenções sociais, ou seja, o indivíduo resulta de “múltiplas práticas discursivas e não discursivas, que vão das linguagens artísticas e científicas”<sup>7</sup>. Nessa perspectiva, a trajetória de Gilka Machado e seus escritos tratavam não apenas de ensinar os modos de ser mulher, eram uma reação de resistência a certos condicionamentos sociais, expunham o aspecto dinâmico das interações sociais<sup>8</sup>. Logo, a proposta de recuperar as trajetórias de vida pode ser definida como o ato de:

evidenciar o “fazer-se” do personagem focado ao longo do tempo, e que tal movimento não é linear e unidirecional, mas contextualmente delineado, sujeito, pois, a diferentes injunções e ritmos, bem como a incertezas, oscilações e incoerências. Afinal, a cada momento da vida, todo o indivíduo tem diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual faz escolhas no âmbito de um campo de possibilidades, esse, sim, historicamente determinado<sup>9</sup>.

Por esse prisma, a feitura de biografias históricas possibilita o acesso a determinada realidade sociocultural e política em um período histórico específico. A fim de perceber as

nuanças entre as questões políticas e os aspectos das representações dos comportamentos sociais tentarei promover o cruzamento da fonte literária produzida por Gilka Machado com os escritos que circulavam em jornais do início da República. O objetivo é perceber como a poetisa constrói múltiplas redes e espaços de sociabilidade, uma vez que “as idéias não ‘circulam’ elas mesmas pelas ruas; elas estão sendo portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados”<sup>10</sup>.

Nas primeiras décadas do século vinte a escritora já se encontrava inserida nos meios intelectuais do Rio de Janeiro, uma vez que seus laços familiares proporcionaram ligações com personalidades como, por exemplo, o escritor Olavo Bilac, de quem confessa ter recusado a oferta de preambular sua obra inaugural *Livro Cristais Partidos*. Por ocasião de uma entrevista concedida a Nádya Battella Gotlib e a Ilma Ribeiro, no ano de 1979, a poetisa relata que:

“em 1916, fiz uma conferência sobre ‘A revelação dos perfumes’. Bilac compareceu. Ele quis fazer o prefácio do meu primeiro livro. E eu recusei. Ele disse – Por que você recusa? – Recuso porque eu quero aparecer sem defesa, sem escudo. E com um prefácio seu, todo mundo já está me achando ótima”<sup>11</sup>.

Nossa *Belle Époque* buscava a todo momento alijar as mulheres da esfera pública e desqualificar qualquer atividade intelectual feminina. Portanto, ao recusar que sua produção passasse pelo crivo masculino, ela estava impondo-se de maneira autônoma, “alegando que queria entrar para a carreira literária sozinha sem a proteção de homem nenhum”<sup>12</sup>.

Por meio da Literatura, criando uma espécie de poética da existência, esta escritora tenta desnaturalizar o papel idealizado das mulheres enquanto esposas, mães e donas de casa que abnegam seus desejos e seus corpos. O tema da liberdade é intensamente explorado pela autora, que em seus versos aponta os grilhões que tolhem os comportamentos sociais. Esses aspectos são contemplados nos seguintes versos de *Ânsia de azul*:

De que vale viver  
trazendo, assim, emparedado o ser?  
Pensar e, de contínuo, agrilhoar as ideias,  
dos preceitos sociais nas torpes ferropias;  
ter ímpetos de voar,  
porém permanecer no ergástulo do lar  
sem a libertação que o organismo requer;  
ficar na inércia atroz que o ideal tolhe e quebranta...<sup>13</sup>

Neste poema, Gilka Machado alude à multiplicidade de elementos que trazem à baila a negação das configurações de gênero como uma determinação biológica. Sua escritura feminina, tão marcada pelos signos do interdito, da imoralidade e da transgressão, incorporava diferentes práticas sociais e uma crítica da condição feminina. Em vista disso, sua poética se configurava não somente como forma de interpretação e intervenção da realidade, mas também como uma tática para se manter atuando em jornais e revistas. Por consequência, Gilka Macha-

do seguia divulgando sua produção literária, bem como defendendo a inserção da mulher na vida pública e o “direito de seguir a carreira que estiver de acordo com seus ideais”<sup>14</sup>.

Nascida no dia 12 de março de 1893, no Bairro Estácio de Sá, na rua da Colina, na cidade do Rio de Janeiro, Gilka da Costa de Melo Machado. Filha de Thereza Christina Moniz da Costa e de Hortênsio da Gama Souza Melo a quem sabe “apenas que era culto, bonito, inteligente e boêmio”<sup>15</sup>. Em sua narrativa autobiográfica, a autora relata que integrava uma família de artistas – poetas, músicos, atores e atrizes de teatro e rádio –, em que cartazes artísticos registravam a trajetória familiar, porém “nublados pela pobreza”. Em 20 de outubro de 1911, o jornal *A Imprensa*<sup>16</sup> divulgava a estreia da nossa poetisa nas letras através do resultado de um concurso literário feminino, no qual uma jovem “comunicativa, indiscreta e falaz”<sup>17</sup> alcança os dois primeiros lugares na categoria de verso. O primeiro sob o pseudônimo de Pythoniza ao Luar e o segundo assinado com seu nome próprio.

Casada com o poeta e Rodolfo Machado, em 1910, traz ao mundo dois filhos Hélio e Heros, que criou sozinha, pois ficou viúva em 1923 e fatalmente atravessou um período de grande adversidade. Assim, diametralmente oposta ao perfil das intelectuais escritoras de sua época, “mulheres pertencentes às classes alta e média, coroadas por uma educação formal”<sup>18</sup>, Gilka Machado, que nunca recebeu educação formal, “a mais pobre, a de nenhum prestígio social e já então matrona”<sup>19</sup>, em 1933, vence um plebiscito para escolha da maior poetisa do Brasil realizado pela revista *O Malho*.

Pioneira na poesia erótica de autoria feminina, Gilka Machado destaca-se, também, como uma das percussoras do movimento sufragista brasileiro ao lado de Leolinda Daltro e outras mulheres. O estabelecimento de uma rede de sociabilidade entre essas mulheres que buscavam romper com os limites da atuação feminina na esfera pública, sobretudo nos domínios da atividade política, possibilitou a criação do Partido Republicano Feminino em 1910. Os estatutos e o programa do PRF indicam que este será pautado na congregação das mulheres pela emancipação política, reivindicando “medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade”, “para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais”, promover “a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano” e no combate “pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo”<sup>20</sup>.

Contando com uma vasta rede de contatos influentes, Gilka Machado, Leolinda Daltro e seu grupo de emancipacionistas iam tecendo redes de sociabilidade e incitando a adesão de personagens políticos pela causa da participação feminina nos domínios da política. De acordo com Monica Karawejczyk, “Leolinda mantinha e explorava uma grande rede de contatos junto ao governo, antes e após a queda da Monarquia”<sup>21</sup>. Em consonância com as demandas desse movimento de mulheres, recitando a independência, os anseios e o desejo por liberdade, Gilka Machado oferecia possibilidades multifacetadas de criação e ressignificação da existência.

De acordo com os textos dos estatutos do PRF, na agenda política dessas militantes há uma centralidade nas propostas de educação e profissionalização. A poetisa, ao refletir sobre as desvantagens das mulheres em um artigo escrito para *A Faceira* em 1913 nos informa que:

[...] a educação do homem é muito mais ampla que a sua. Enquanto áquelle é frequente aprofundar-se nas sciencias, expandir-se nas artes, manter-se nas profissões, esta quase se limita á instrução das escolas publicas primarias e aos conhecimentos práticos dos afazeres domesticos [*sic*]<sup>22</sup>.

Ao longo do seu texto – redigido para homenagear a caricaturista Nair Teffé por ocasião da obtenção do título honorífico de oficial da *Instrução Publica da França* –, Gilka Machado lamenta o lugar da mulher na sociedade, ao mesmo tempo que aponta a possibilidade de ação transformadora e defende a sua formação intelectual. Na sua escritura, a autora mobiliza uma potência política ao problematizar a invisibilidade e silenciamento feminino,

[...] quantos espiritos fecundos, inutilizados pela ignorancia, quantas inteligencias perdidas no anonymato do silencio! [...] Até mesmo na politica as nossas patricias fizeram um ensaio que foi quasi um triumpho. Na ultima questão das candidaturas presidenciaes fundou-se aqui na Capital um partido que, em menos de seis mezes, conseguiu obter tres mil socios. Apesar de não ser eu affeita a essas questões, acho que á mulher deve ser concedido o direito de seguir a carreira que estiver de acordo com seus ideaes [...] Si a Historia, a cada passo, nos demonstra a influencia da mulher, sobre os governos, porque motivo não há de ella agir por conta propria? Si já tem dominado reis si já tem mesmo governado como rainha, porque não poderia votar e ser votada? Porque num governo que prega a igualdade, como o republicano, não é licito aspirar o supremo poder? [*sic*]<sup>23</sup>.

É interessante notar que sua argumentação é fundamentada a partir de experiencias já vividas por mulheres, suas indagações recorrem à história e à contribuição destas para a sociedade. Se referindo ao tema da conquista de postos de representação política, ao enfatizar que “apesar de não ser eu affeita a essas questões”, Gilka Machado atesta já em 1913, que este não era o seu anseio. O que a intelectual desejava era impugnar a ideia de que as mulheres seriam inferiores aos homens intelectualmente. Outros elementos críticos são a denúncia dos “impecilios que sóem aparecer áquellas que, deixando a obscuridade dos lares, dedicam-se a outro qualquer mister” e as prisões sociais de seu sexo. A intenção de libertação da força repressiva que cerca as mulheres e o clamor por liberdade foram explorados no Poema *Aspiração*, enunciados nos versos:

Eu quisera viver sem leis e sem senhor,  
tão somente sujeita às leis da natureza,  
tão somente sujeita aos caprichos do amor...  
viver na selva acesa  
pelo fulgor solar,  
o convívio feliz das aves gozando,  
viver em bando,  
a voar, a voar.

[...]  
sufoca-me a estreiteza  
desta vida social a que me sinto presa.  
Diante  
de uma paisagem verdejante,  
diante do céu, diante do mar,  
esta minha tristeza  
por momentos se finda  
e desejo sofrer a vida ainda  
e fico a meditar:  
como os homens são maus e como a terra é linda!<sup>24</sup>

Nas estrofes desse poema é sublinhado um discurso político no qual a marca da exclusão aparece ao reclamar que “os humanos perversos” a interdita por “interpretar perfidamente” o seu cantar. Identifico em sua poesia um o teor testemunhal, nela há o entrelaçamento dos conteúdos autobiográficos e sociais que possibilitam refletir sobre os problemas políticos, existenciais e socioculturais da época.

No início da primeira República a imprensa foi um instrumento de divulgação e/ou construção de estereótipos femininos negativos. Diversos jornais, revistas ilustradas e demais periódicos da época manifestavam forte oposição a respeito da emancipação feminina. Temas do cotidiano eram estampados nos periódicos que ridicularizavam as atividades femininas por intermédio de sátiras e charges. Discursos evocando a moralidade e legitimados por médicos, juristas e religiosos também podiam ser lidos com bastante frequência em jornais e revistas “no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o ‘lugar da mulher’ e definir claramente que tipo de mulher seria alvo de respeito social”<sup>25</sup>.

Todavia, embora não fosse em número expressivo, havia outro tipo de periódico destinado às mulheres que manifestava inquietação acerca da condição feminina. Em tais periódicos é patente “a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais e políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades”<sup>26</sup>. Por meio dessas fontes impressas percebemos o ordenamento do espaço público, as limitações e/ou promoções das ideias, das práticas e das representações políticas destinadas ao feminino, bem como os processos de cristalização dos “ideias de mulher”<sup>27</sup>. Desenhando um quadro social, aos impressos “impunha-se uma missão, a de moldar o pensamento, o comportamento e, em última análise, o caráter das gentes”<sup>28</sup>.

As páginas impressas exprimiam o conflito constante entre a tradição e o moderno, traziam representações sobre a cidade, sobre os diferentes tipos e grupos sociais que buscavam infundir suas idealizações, expectativas, modelos comportamentais. Por esse ponto de vista, a “imprensa, principalmente a feminina, realçava a importância e o sentido da educação”<sup>29</sup>. A presença dos textos jornalísticos e poéticos de Gilka Machado em jornais e revistas podem ser lidas nesse contexto de representações do feminino. A poetisa ajuda a delinear padrões de vida



que comportavam o moderno, o ser mulher e o fazer feminino na política. *A Revista Feminina*<sup>30</sup>, em 1920, na edição 69 publica uma matéria intitulada *O feminismo no parlamento brasileiro* na qual convida a escritora Gilka Machado. Discorrendo sobre o assunto, afirma:

Sou pela Mulher no Parlamento porque entendo que onde o homem entra a mulher poderá entrar também. Para as raças organizadas, que tem o progresso como uma preocupação permanente e que consideram o trabalho como um dos mais apreciáveis elementos do progresso, o preconceito dos sexos não é obstáculo para a tarefa em comum que visa um fim progressista. [...]

E quando questionada sobre o direito do voto feminino, eis que responde:

Comquanto que essa vitória do feminismo é de grande necessidade social, tenho de considerá-la inexequível para o Brasil, nos tempos que correm. A mulher brasileira rebaixou-se tanto que para convencer-a de que tem consciência o deverá falar tão alto quanto o homem, teremos que gastar cinquenta anos no mínimo. Em tempo menos reduzido não se poderá destruir a obra enfezadora dos séculos. E conta-se, realmente, em séculos, o tempo que o homem vem rebaixando a Mulher à condição de subalterna de “Gata Borralheira”, fazendo-a convicta de que só nasceu para isso.

Anos antes, a revista *A Faceira*, na edição de outubro e novembro de 1913, vem à público comunicar que tem como redatora uma das melhores beletistas modernas, Gilka Machado. O editorial contava também com redadoras “representantes intelectuais da nossa sociedade culta”. A mudança da composição da revista se justifica pela disposição do seu programa estar destinado ao desenvolvimento de “questões feministas, dirigida e redactoriada pelo sexo culto”. Nesta edição de apresentação do editorial feminino, por exemplo é publicado o texto *Uma gloria para a mulher brasileira*, assinado por Gilka Machado. Nele está presente a preocupação com a educação e a autonomia feminina e a escritora informa que “a intellectualidade feminina, entre nós, já não é apenas um phenomeno, mas, sim, um facto trivial que tende a evoluir e culminar”.

Nos jornais e revistas em que figurava como colaboradora, Gilka Machado cumpriu um importante papel no engajamento político das mulheres nos meios intelectuais e na imprensa. Gilka Machado ao integrar um grupo de intelectuais alinhados na paisagem ideológica do período tentou estabelecer conexões e deslocamentos. Com sua voz eloquente e bastante ruidosa como um “cristal partido”<sup>31</sup> reclama a ocupação cada vez maior da mulher nos espaços públicos com lugar de fala – com a legitimação de suas ideias. A atividade desenvolvida junto a revista *A Faceira* se manifesta como a estruturação de redes de sociabilidade. Uma vez que, segundo Angela de Castro Gomes, “Salões, cafés, editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de idéias”<sup>32</sup>.

Este trabalho tentou recuperar do silêncio e esquecimento a trajetória de vida da poetisa carioca na historiografia. Enquanto um estudo preliminar e introdutório, este texto arriscou interpretar sua produção literária e atuação política no que se refere às campanhas sufragistas, na imprensa

e no cânone literário. Ao esboçar o significado do que foi dito pela autora, busquei compreender os limites de seu protagonismo e os embates com as forças conservadoras de sua época.

## NOTAS

1 Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, “Recônditos do mundo Feminino”, em Fernando Novaes (dir.) e Nicolau Sevcenko (org.) *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do rádio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

2 Nicolau Sevcenko, *A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1999, p. 26-27.

3 Com as transformações econômicas e sociais, novos sujeitos passam a ocupar o espaço urbano do Rio de Janeiro a exemplo imigrantes, ex-escravizados e membros da elite rural constituindo uma população nova e heterogênea (Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, op. cit. p. 371)

4 Nicolau Sevcenko, op. cit.

5 Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, op. cit. p. 372.

6 Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 76.

7 Benito Bisso Schmidt, “História e Biografia”, CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo(orgs.). *Novos domínios da História*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p.197.

8 Benito Bisso Schmidt, op. cit.

9 Ibid., p. 199.

10 Angela de Castro Gomes, “Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo”, *Estudos históricos*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, 1993, p. 63.

11 Apud Maria Lúcia Dal Farra, “Gilka – A mulher proibida, op. cit., p. 37.

12 Ana Paula Costa de Oliveira, O sujeito poético do desejo erótico: a poesia de Gilka Machado sob a ótica de uma leitura estética e Política feminista, dissertação de mestrado em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, p. 49.

13 Gilka Machado em *Poesia Completa*, Jamyle Rkain (org.), São Paulo, V. de Mendonça – Livros, 2017, p. 59.

14 Gilka Machado, “Uma gloria para a mulher brasileira”, artigo publicado em *A Faceira*, outubro e novembro, 1913, p. 5.

15 Ibid.

16 *A Imprensa* (RJ), 20 out. 1911, p. 04.

17 Informações contidas “Dados Biográficos” da autora, publicado originalmente em *Poesias Completas*, Editora Cátedra, 1978.

18 Maria Lúcia Dal Farra, “Gilka – A mulher proibida”, em *Poesia Completa*, Jamyle Rkain (org.), São Paulo, V. de Mendonça – Livros, 2017, p. 29

19 Gilka Machado, Dados Biográficos op. cit.

20 O Diário Oficial em 17 de dezembro de 1910 publica o texto dos estatutos Partido Republicano Feminino.

21 Monica Karawejczyk, “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, 2014, p. 67.

22 Gilka Machado, Uma gloria para a mulher brasileira, artigo publicado em *A Faceira*, outubro e novembro, 1913, p. 5.

23 Idem, ibidem, p. 6.

- 24 Gilka Machado, op. cit., p. 138-139.
- 25 Carla Bassanezi Pinsky, “A era dos modelos rígidos”, em (orgs) PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2018, p. 472.
- 26 Tania Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, em Pinsky, Carla Bessanezi (org.), *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 120.
- 27 Carla Bessanezi Pinsky, op. cit.
- 28 Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, op. cit., p. 390.
- 29 Idem, *Ibidem*.
- 30 Periódico criado por Virgilina Salles de Souza e dirigido por mulheres, circulou de 1914 até 1936, dirigido ao público feminino. Embora não seja uma das primeiras iniciativas editoriais versadas sobre a condição feminina, a Revista Feminina, que teve origem em Mogi das Cruzes e transferiu-se posteriormente para São Paulo ocupou um espaço importante no variado e numeroso universo de publicações de revistas da época. Sobre a Revista Feminina e a imprensa feminina ver: Sandra Lúcia Lopes Lima, “Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil” em Projeto História, São Paulo, n.35, p. 221-240, dez. 2007.
- 31 Aqui faço referência ao título do primeiro livro publicado por Gilka da Costa de Mello Machado em 1915, *Cristais Partidos*.
- 32 Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 65.

## BIBLIOGRAFIA

- CERTEAU, MICHEL DE. Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CHARTIER, ROGER. **A História ou a leitura do tempo**. 2 Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DAL FARRA, Maria Lucia. **Gilka – a mulher proibida**. In: MACHADO, Gilka. *Poesia completa*. (org.). Jamyle Rkin. São Paulo: V. de Moura Mendonça – Livros, 2017.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo, **Estudos históricos**, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, 1993.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACHADO, Gilka. **Poesia completa**. São Paulo: V. de Moura Mendonça – Livros, 2017.
- MALUF, Marina, MOTT, Maria. Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino, In: NOVAES, Fernando (dir.) Sevcenko, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia, In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo(orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

# MARCAS DE UM ARQUITETO: GEORGE MUNIER NA REGIÃO NORDESTE (1912 – 1945) - PARTE II

Andresson Araújo Gomes<sup>1</sup>

Túlio Carlos Silva Antunes<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva expor a vida do arquiteto francês George Henri Munier a partir de obras e projetos realizados na região Nordeste entre o período de 1912 a 1945. George Henri Munier teve uma grande participação na região Nordeste, realizou projetos na cidade Natal (RN): O Grande Hotel em 1935 e o Cine Pax em 1939; em Recife (PE) projetou uma Casa residencial na Rua da Hora em 1939; Na cidade João Pessoa (PB) efetivou um projeto de reurbanização do Parque Solon de Lucena em 1935. Além de Georges Munier percorrer o Nordeste realizando obras e projetos, foi professor na Escola de Belas Artes de Pernambuco no ano de 1932. O trabalho propõe, em sua especificidade, analisar essas três cidades, identificando a passagem e a presença do arquiteto, evidenciando suas obras e prédios projetados. Em sua dimensão metodológica o trabalho se pauta no Método Indiciário, em entrecruzamento de fontes, nas quais estão disponíveis em: sites, trabalhos acadêmicos, periódicos e revistas históricas; nos quais serão expostos e identificados no decorrer do texto.

**Palavras Chave:** George Munier; Natal (RN); João Pessoa (PB); Recife (PE)

## INTRODUÇÃO

O trabalho que segue é parte de um projeto maior que está em construção. As discussões e conclusões apresentadas no texto, são resultados de pesquisas realizadas ao longo do tempo, na qual irá compor um capítulo da dissertação de mestrado que está em andamento. O objetivo da dissertação, no geral, é analisar a presença, influência e importância do arquiteto francês George Henri Munier no processo de modernização e urbanização da cidade de Campina Grande no período entre 1935 a 1945. Na dissertação, um capítulo é direcionado a falar e expor a vida do arquiteto, tanto do âmbito público, como do privado.

Este trabalho, pode se dizer, é uma continuação de um texto<sup>3</sup> que foi publicado no evento I Semana Nacional de História da UEPB: história, interdisciplinaridade e culturas; no simpósio temático “A política da memória: narrativas biográficas e literárias e as possibilidades de (re)

construção do passado”. Muitas informações sobre Georges Henri Munier foi um estrangeiro que veio para o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Natural da França, sua presença em solo Brasileiro foi notável. Formou-se em arquitetura, conquistou o diploma/certificado que permitia e licenciava atuar como arquiteto. Era o DPLG (Diplomé par le Gouvernement) diploma outorgado pelos governos da França e da Bélgica a discentes concluintes do curso de arquitetura.

No Brasil, Munier realizou trabalhos na área da arquitetura e urbanismo. Podemos adjectiva-lo profissionalmente como arquiteto/urbanista, apesar de grande parte de suas obras e serviços terem sido no campo da arquitetura. Foi na cidade de Recife – PE, que Munier implanta um escritório particular, dando início a serviços locais e posteriormente em outras cidades da região nordeste.

Sua atuação não se limitou apenas em trabalho de gabinete, lecionou na Escola de Belas Artes de Pernambuco criada em 1932. A escola foi um marco na cultura local. Tomando as rédeas iniciais na busca de implantar a instituição, Bibiano Silva, Mario Nunes, Baltazar da Câmara e Jayme de Oliveira, que, por meio da “força e vontade (...), em 1932, criaram oficialmente a Escola de Belas de Pernambuco, que mudaria os rumos da produção artística do Estado de Pernambuco e suas adjacências”

A Escola surgiu mediante existência de “uma lacuna que a região Nordeste viveu no cenário artístico e cultural, em relação às outras regiões. (...) A Escola era um chamado aos jovens (...) com vocação para as artes plásticas, que não tinham no Recife um centro regular de ensino com este propósito”.

Com esforço e determinação,

A EBAP foi inaugurada extra oficialmente, funcionando apenas internamente e ainda não aberta para o ingresso dos alunos, em 29 de março de 1932. Entretanto, a solenidade oficial de abertura da instituição à sociedade ocorreu em 20 de agosto de 1932. Apenas em 16 de dezembro de 1932, obteve inscrição jurídica, sob o nº 33076, de seu regulamento, publicado no Diário do Estado de 14 de dezembro de 1932, no livro A, nº 2, de registro de pessoas jurídicas, no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos Particulares da Capital do Estado de Pernambuco (TORRES, 2015, p. 29)

Georges Munier percorreu as cidades da Região Nordeste, deixando sua marca nos projetos e obras efetivados. Seus serviços foram requeridos mediante contexto similar presenciado nas urbes visitadas. Processos de modernização, urbanização, embelezamento e higienização foram elementos que fizeram parte do momento histórico das obras realizadas pelo arquiteto/urbanista. O leitor perceberá que em cada estado e cidade visitado por Munier, transformações estavam ocorrendo, e que em determinado momento, seus projetos foram fundamentais na exposição e realização das mudanças ocorridas nas urbes.

O trabalho está dividido em cinco partes: a primeira, se encontra a introdução, apresentação do trabalho; na segunda, expõe-se sobre a presença de Munier na cidade de Natal (RN); na terceira parte mostra os projetos realizados Recife – PE; segue-se para a presença de Munier em cidade João Pessoa – PB; e quinta última parte se conclui o trabalho.

## **GEORGES MUNIER EM NATAL (RIO GRANDE DO NORTE)**

Seguindo os passos percorridos por Georges Munier na vasta região Nordeste, nos deparamos com a cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. O arquiteto executa um projeto que se tornou um símbolo do processo de modernização da urbe mencionada, o “Grande Hotel”.

O Grande Hotel foi inaugurado no ano de 1939. A inspiração para a construção do prédio surgiu mediante contexto singular da cidade de Natal. Esta estava sendo acometida por mudanças estruturais e conjunturais que resultaram em ações transformadoras por parte dos gestores públicos tendo em vista a necessidade imediata<sup>4</sup>.

Em meados de 1910 e 1920, líderes políticos<sup>5</sup> locais iniciaram projetos objetivando melhorias na infraestrutura da urbe. Era o início do processo de modernização da cidade de Natal. A começar pela reestruturação do Porto da cidade, cujos retoques apontavam para uma alavancada na economia local, e com Plano Geral de Sistematização que visava alinhar a cidade nos modelos urbanísticos em vigor da época<sup>6</sup>.

No ano de 1935, na cidade de Natal, a atividade econômica estava em seu pleno auge. O algodão, principal produto gerador de riqueza local, se encontrava nos dias de glória de produtividade. Com isso, neste mesmo ano, é lançado o Plano Geral de Obras no qual intensificou o processo de modernização e melhoramento dos espaços físicos<sup>7</sup>.

Elaborado e pensado mediante Escritório Saturnino de Brito, o Plano Geral de Obras agiu em questões gerais e estruturais da cidade, como o abastecimento e saneamento básico, mobilizando a criação de reservatórios, casas de máquinas e etc.; como também, o plano abarcou os aspectos estéticos da urbe com projetos arrojados e com estilo “destinado a atender as necessidades de modernização da cidade”<sup>8</sup>.

E foi neste contexto que vigorou a ideia de construir um prédio que pudesse proporcionar conforto, e o mais importante, estética e estilo moderno as ruas da cidade. No dia 19 de julho de 1935, foi lançado um decreto que deliberava a construção do Grande Hotel<sup>9</sup>.

Durante uma visita à cidade de Natal, mediante negociações de trabalho<sup>10</sup>, o arquiteto Georges Munier foi contratado para fomentar o projeto<sup>11</sup> da obra.

O projeto (...) era grandioso e arrojado: A planta consistia de um volume principal (...) e um volume posterior (...); além de um pequeno anexo, de dois pavimentos, nos fundos do terreno. O pavimento térreo, em seu volume principal, abrigaria um grande hall de entrada, café, bar, duas lojas,

administração, barbeiro e salão de visitas; à frente da entrada principal, estava uma área coberta, que servia como intermédio entre os espaços externo e interno do hotel. O volume posterior abrigaria banheiros, salas de bagagens, e a cozinha com os devidos aposentos de armazenamento (...). O anexo traria garagens e as áreas de serviço. O primeiro andar (...) conteria no volume principal um salão central, com passagem para uma grande varanda, 24 quartos comuns e 10 quartos maiores, quatro banheiros (...). O volume posterior abrigaria o grande refeitório, com pé-direito triplo e planta octogonal, além de banheiros e uma copa. No anexo, estavam dormitórios e banheiros para funcionários. Os pavimentos (...) conteriam 27 quartos comuns e 10 quartos maiores, e quatro banheiros, além do salão com varanda semicircular, cada um. No volume posterior estaria um mezanino com vista para o salão de jantar. Seriam, ao todo, 108 quartos. No pavimento de cobertura, um salão e um terraço comporiam o volume central, que coroava o hotel; a edificação era coberta em parte com telhas, e em parte com placas de concreto. A fachada principal, que ocupava toda a testada do terreno, simétrica e marcada pela curvatura do volume principal, incluiria também uma arcada ao longo da varanda frontal. Os portões laterais eram ladeados por volumes retangulares característicos da arquitetura *Art Deco*. Um grande letreiro seria colocado sobre o volume central da cobertura (FARIAS e FERREIRA, 2006, p. 07-09)

O grande Hotel foi erguido, apesar do projeto original executado por Munier ter tido algumas modificações, tendo em vista os altos custos que acarretaria para a cidade. As mudanças<sup>12</sup> foram realizadas pelo engenheiro Gentil Ferreira de Souza, prefeito da cidade na época.

**Figura II**



**Fonte:** <https://tokdehistoria.com.br/2015/06/30/o-grande-hotel-da-ribeira-e-a-ii-guerra/> Acessado em 23/11/2020. **Grande Hotel** de Natal na contemporaneidade.

A construção do Hotel modificou o ritmo da cidade, os jornais noticiavam cada passo do processo<sup>13</sup>. E no dia 13 de maio de 1939 o Hotel é inaugurado<sup>14</sup>. As imagens a abaixo mostram a magnitude da obra.

A atuação de Georges Munier no estado do Rio Grande do Norte não parou na cidade de Natal. Indícios<sup>15</sup> apontam que o arquiteto/urbanista percorreu a região do estado fazendo obras. O Cine – Pax, localizado na cidade Mossoró, foi uma delas.

Tendo iniciado sua construção no ano de 1939, Georges Munier foi contratado<sup>16</sup> (mediante um acordo entre empresário e órgão público) para fazer a planta do prédio. O Cine – Pax foi inaugurado em 1943. O cine exibiu grandes filmes<sup>17</sup> da época - Formosa Bandida, Os Dez Mandamentos, o Ébrio – como também, possibilitou a apresentação de artistas famosos como Roberto Carlos<sup>18</sup>. Infelizmente o Cine – Pax fechou no ano de 2007.

## GEORGES MUNIER NO ESTADO DE PERNAMBUCO (PE)

A cidade de Recife é a urbe que mais contém prédios e obras de Munier. Banco de Londres e da América de Sul (conhecida atualmente como Caixa Cultural de Recife), Igreja Nossa Senhora de Fátima, Casa Puristas e etc. Estas construções foram trabalhadas no artigo mencionado na introdução. Este ponto evidencia uma residência apontada como projeto de Munier que não é mencionada no trabalho citado.

Erguida em 1936, planejada por Georges Munier, se localiza na rua da Hora na cidade e Recife. Não foi possível localizar o nome do proprietário, como também, a casa não tem uma nomenclatura de destaque como as residências acima (“Casas Puristas” por exemplo).

Segundo Naslavsky (1998), a residência foi pensada e erguida com alguns elementos interessantes, como: A cobertura da casa foi feita com concreto armado em formato de laje plana e na fachada da residência foram inseridas pestanas discretas, no qual denuncia um saber técnico e inovador da obra. A imagem abaixo ilustra bem a beleza da residência.

**Figura I**



**Fonte:** Naslavsky, 1998, p. 206. **Rua:** Rua da Hora, nº 958, 1936.



## GEORGES MUNIER NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

A caminhada prossegue e os indícios apontam para o Estado da Paraíba. Georges Munier realiza projetos relevantes que se tornaram símbolos que expressavam os anseios das cidades, diante do contexto histórico vivido. João Pessoa e Campina Grande<sup>19</sup> foram os locais onde o arquiteto deixou seus vestígios e que apesar do tempo, seus projetos continuam erguidos e ativos.

João Pessoa<sup>20</sup>, assim como as demais cidades acima expostas, passava por intensos processos de reformas, ações modificadoras guiadas pelo discurso higienista e embelezamento estético<sup>21</sup>. No século XX, em suas iniciantes décadas, “as intervenções se dão em diferentes partes da cidade e de forma pontual, alterando-se em cada rua, cada praça, cada espaço (...). Há um grande empenho em estabelecer melhorias no espaço urbano, aprimorando sua infraestrutura”<sup>22</sup>.

Afunilando a análise, entra em cena o Parque Solon de Lucena. Projeto gestado no plano<sup>23</sup> urbanístico da Lagoa do Irerês pensado por Saturnino de Brito em 1913, a execução só veio acontecer na década de 1920. O parque é construído na perspectiva de sanar questões sanitárias e de embelezamento<sup>24</sup>. O parque recebeu esse nome em homenagem ao governador do estado, na época, Solon Barbosa de Lucena.

O Parque Solon de Lucena recebeu intensas intervenções, pois, por ser um local situado aos arredores do centro urbano e que faz ligações com outros espaços centrais da cidade (o parque faz conexão com a Praça Vidal de Negreiros e com a Avenida Getúlio Vargas), é investida de aparatos paisagísticos e equipamentos modernos<sup>25</sup>. O parque é tido como símbolo do processo de urbanização e modernização da urbe da capital Paraibana<sup>26</sup>.

Georges Munier, em 1935, a convite do gestor Antônio Pereira Diniz, é encarregado de planejar um projeto de reurbanização para o parque<sup>27</sup>. Neste contexto, a cidade de João Pessoa estava seguindo o plano urbanístico de Nestor de Figueiredo<sup>28</sup>, que indicava uma proposta mais ousada para o parque, com vista a embelezar seus espaços<sup>29</sup>. Munier esquematiza um projeto no qual,

pretendia harmonizar aqueles três elementos que segundo ele definiam o caráter desse logradouro e conformavam um conjunto cuja feição pitoresca deveria ser mantida e reforçada: a lagoa central, cujo nível d'água era variável; as palmeiras imperiais dispostas a perifericamente; e a avenida circular de contorno, para o qual confluíam outras vias de penetração. (...) Munier estabelece a construção de muro de arrimo até o nível do patamar da avenida circular, com uma balaustrada de ferro delimitando o espelho d'água, cujo nível poderia ser regularizado pela abertura de dois poços artesianos. Entre esse muro e as palmeiras se estenderia uma larga faixa de passeio para pedestres, além da qual se desenvolveria a avenida circular de contorno (FILHO, 2003, p. 97)

Neste projeto<sup>30</sup>, Munier teve a perspicácia de direcionar suas ideias no mesmo caminho que percorria a o Plano de Nestor de Figueiredo, propondo assim, na área de encontro da ave-

nida circular com a lagoa, a fundação de um espaço de conforto que seria, segundo o arquiteto, “um ponto altamente atractivo e esthetico”<sup>31</sup>.

## CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades, creio que as expectativas previstas tenham sido atendidas. Tentamos mostrar um pouco da vida do arquiteto francês George Henri Munier através de sua presença e participação em projetos realizados em algumas cidades da região nordeste. Para mais informações sobre outras obras, conferir o artigo mencionado na introdução.

Natal - RN, Recife – PE e João Pessoa – PB tiveram o privilégio de ter prédios e edifícios projetados por Munier. Seu estilo e sua marca estão cravados nessas cidades. É nítido a influência e importância do arquiteto. Cabe salientar, que o arquiteto realizou suas obras nestas cidades no período em que tais estavam passando por um processo de modernização e urbanização. Isso demonstra a relevância do arquiteto francês George Henri Munier.

## NOTAS

- 1 Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestrando pela Universidade federal de Campina Grande, andressonag@gmail.com
- 2 Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestrando pela Universidade federal de Campina Grande tulio.carlos.antunes@gmail.com
- 3 GOMES, A. A. Marcas de um arquiteto: Uma vida contada a partir dos projetos e obras efetivados na região Nordeste (1912 - 1945). In: I Semana Nacional de História da UEPB, 2020, Campina Grande. Anais da I semana nacional de história da UEPB: história, interdisciplinaridade e culturas, 2020. v. V. I.
- 4 Cf.: FARIAS, H. T. M.; FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. Grande Hotel de Natal: ícone esquecido de um tempo, de um pensamento, de um lugar. In: I Seminário Docomomo Norte-Nordeste, 2006, Recife. I Seminário Docomomo No-Ne: Anais, 2006.
- 5 Oligarquia Albuquerque e Maranhão. Cf.: Farias e Ferreira, 2006, p. 04
- 6 Idem, p. 04
- 7 Idem, p. 04
- 8 Idem, p. 05
- 9 Idem, p. 07
- 10 Georges Munier tinha vindo a Natal atendendo o “pedido do Bispo Diocesano D. Marcolino Dantas, que o havia chamado com fins de discutir a construção de uma nova catedral para a cidade” (Farias e Ferreira, 2006, p. 06).
- 11 “As principais alterações foram a exclusão do volume posterior que abrigaria o refeitório do hotel – que foi transferido para a ala direita do pavimento térreo –, a inclusão de apenas metade dos blocos de apartamentos das extremidades e a redução da dimensão transversal da planta do hotel. Trocaram-se as varandas semicirculares por varandas semi-octogonais, e excluíram-se os arcos que marcavam a passarela frontal do edifício” (Farias e Ferreira, 2006, p. 10).
- 12 Idem, p. 10 – 11 - 12

- 13 Cabe destacar alguns pontos importantes do Grande Hotel de Natal. O hotel, na Segunda Guerra Mundial, hospedou soldados norte-americanos. Hospedou figuras políticas, nacionais e internacionais, importantes como: Franklin D. Roosevelt, Dwight D. Eisenhower, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, entre outros. Cf.: Farias e Ferreira, 2006, p. 12 – 13.
- 14 FARIAS e FERREIRA, 2006, p. 06
- 15 Cf.: <http://www.blogdogemaia.com/detalhes.php?not=630> Acesso em: 02/07/2020
- 16 Cf.: <https://www.brechando.com/2019/02/cinemas-antigos-de-mossoro/> Acesso em 04/07/2020
- 17 Cf.: <https://defato.com/cultura/86160/reprter-luiza-gurgel-faz-um-passeio-no-tempo-de-mossor-cidade-dos-cinemas> Acesso em: 04/07/2020
- 18 Campina Grande (PB) foi abordada no artigo mencionado na introdução.
- 19 Cabe lembrar que a Capital do Estado da Paraíba recebeu esse nome no ano de 1930, em homenagem a João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, assassinado quando presidia o cargo de presidente do estado Paraibano e que concorria como candidato a vice-presidente do Brasil ao lado de Getúlio Vargas. Antes deste ocorrido, a capital se chamava Parahyba do Norte (1817 – 1930).
- 20 Por mais detalhamentos a respeito do processo de urbanização e modernização da cidade João Pessoa ver: ALMEIDA, Maria Cacília Fernandes. *Espaços em João Pessoa (1889 – 1940): formas, usos e nomes*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Área – Teoria da Arquitetura e do Urbanismo. 2006.
- 21 Cf. Almeida, 2012, p. 80
- 22 Projeto de Melhoramento e Saneamento da Parahyba do Norte. Cf. Almeida, 2012, p. 160
- 23 Idem, Almeida, 2012, p. 165
- 24 Idem, 2012, p.153
- 25 Idem, 2012, p. 161
- 26 Cf. Almeida, 2012, p. 170
- 27 Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de João Pessoa.
- 28 Segundo Almeida (2012), Nestor de Figueiredo considerava a intervenção realizada no parque idealizada por Saturnino de Brito, insuficiente. Não Valorizava o parque diante a importante função que exercia na cidade.
- 29 Não foi possível adquirir imagens das plantas das obras de Munier.
- 30 Apud, PREFEITURA MUNICIPAL de JOÃO PESSOA, op. Cit., 1936 p. 14

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira. **Habitação social no Nordeste: atuação das CAPs e dos IAPs (1930 -0 1964)**. Tese (Doutorado – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Maria Cacília Fernandes. **Espaços em João Pessoa (1889 – 1940): formas, usos e nomes**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos d Universidade de São Paulo. Área – Teoria da Arquitetura e do Urbanismo. 2006.

FARIAS, Fernanda de Castro. **Cidade em expansão, arquitetura em transformação: o**

Art Déco na João Pessoa de 1932-1955. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa (PB), 2011.

FARIAS, H. T. M.; FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. **Grande Hotel de Natal: ícone esquecido de um tempo, de um pensamento, de um lugar.** In: I Seminário Docomomo Norte-Nordeste, 2006, Recife. I Seminário Docomomo No-Ne: Anais, 2006.

FILHO, Francisco Sales Trajano. **DVOP: Arquitetura moderna, Estado e Modernização na Paraíba na década de 1930.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2003.

GOMES, A. A. **Marcas de um arquiteto: Uma vida contada a partir dos projetos e obras efetivados na região Nordeste (1912 - 1945).** In: I Semana Nacional de História da UEPB, 2020, Campina Grande. Anais da I semana nacional de história da UEPB: história, interdisciplinaridade e culturas, 2020. v. V. I

NASLAVSKY, Guilah. **Modernidade Arquitetônica no Recife: modernização da arquitetura no segundo Quartel do século XX.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1998.

TORRES, Niedja Ferreira dos Santos. **O ensino do desenho na Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932 a 1946).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife: O Autor, 2015.

# MEMÓRIAS, DIREITOS E MOBILIZAÇÕES: PRIMEIRAS ANÁLISES DO CICLO DE GREVES CANAVIEIRAS EM PERNAMBUCO (1979-1985)

Bárbara Maria Costa e Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a pesquisa em andamento, referente à construção do trabalho de dissertação, que analisa o ciclo de greves da zona de trabalho canavieiro no estado de Pernambuco entre os anos de 1979 e 1985. A experiência das greves deflagradas entre esses anos consolidou um processo de mobilização coletiva dos trabalhadores rurais que se estendeu ao longo da década de 1980, pois com os movimentos grevistas importantes conquistas foram firmadas nos contratos coletivos da categoria. O retorno das atividades produtivas após o período de greve é fortemente marcado pelas disputas cotidianas entre trabalhadores e patrões em torno das normas consagradas nos acordos. Nesse sentido, as formas de resistência cotidiana e a luta dos trabalhadores pelo cumprimento dos direitos conquistados dão o tom da continuidade das lutas, não só no período das greves, mas em seus interregnos. É sobre este panorama que o presente projeto de pesquisa pretende, por meio da história oral, compreender como o ciclo de greves da zona canavieira pernambucana se construiu na memória dos trabalhadores e líderes sindicais do período, assim como o impacto do ciclo nas formas de luta das gerações posteriores. A análise dos dissídios e acordos coletivos, como também as matérias noticiadas na imprensa pelo periódico Diário de Pernambuco, aliados aos relatos orais, serão o cruzamento de fontes instrumentalizado para compor as teias da memória dos trabalhadores sobre o período. O termo “ciclo de greves”, cunhado por Sigaud (1986), é aqui utilizado, pois concordamos com a perspectiva da autora de que este momento para a categoria possuiu uma importância distinta por se tratar de uma retomada das mobilizações e da dinâmica de lutas por direitos dos trabalhadores canavieiros, que haviam sido parcialmente freadas, pelo golpe militar em 1964. Para este fim, a fundamentação teórica deste projeto está centrada na perspectiva de História Social do Trabalho, sobretudo, os conceitos de “classe” e “experiência”, desenvolvidos pelo historiador inglês E. P. Thompson, são fundamentais para esta pesquisa.

**Palavras-chave:** Canavieiros; Greves; Memórias; Trabalho.

## INTRODUÇÃO

Este texto é parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento que busca, em linhas gerais, compreender as nuances, narrativas e os discursos construídos, ao longo do tempo, sobre o ciclo de greves canavieiras em Pernambuco, no recorte do ano de 1979 a 1985. Nesse sentido, considerando o objetivo central proposto para este artigo, busquei mapear as primeiras análises e apontamentos acerca dessa pesquisa.

Desenvolvida no Brasil, especialmente, ao longo da década de 1980, a renovação historiográfica traz consigo a história social como uma nova possibilidade de olhar teórico e metodológico sobre os sujeitos, a fim de compreender como a dinâmica da luta de classes acontece no chão social do cotidiano, neste caso, dos trabalhadores e das suas tradições e lutas. Diante dessa possibilidade de reconfiguração de recortes espaciais e cronológicos, a noção de História se amplia e abre portas para que novos sujeitos sejam reconhecidos e tenham suas histórias contadas. Foi utilizado, sobretudo, os estudos do historiador E. P. Thompson, partindo do conceito de classe como categoria histórica utilizada pelo uso da tradição marxista, relacionada à ideia de processo histórico empírico e real da formação das classes sociais, conforme proposta pelo historiador em sua obra *A formação da classe operária inglesa* (1987). Tendo em vista que o caso específico de trabalhadores canavieiros no Nordeste brasileiro, aqui apresentado, implica, necessariamente, em um processo histórico de autoconstrução e luta de classes, busco enfatizar a memória das greves e o cotidiano de trabalho dos canavieiros, aliando o método da História Oral com a breve análise de notícias do periódico *Diário de Pernambuco*.

Nessa perspectiva, classe e consciência de classe constituem um processo histórico não mecânico e automático, constituindo reflexos simplificados de estruturas econômicas, ao contrário, partem do reconhecimento de interesses e tradições de classes sociais dentro de uma complexa teia de dinâmica de lutas. Por isso, compreendo que a classe se delinea, historicamente, no seio das experiências de mulheres e homens no conjunto de suas relações sociais, dentro de um modelo de produção e a partir da cultura autoconstruída e compartilhada. No caso dos canavieiros, a sua formação de classe foi permeada pela ação dos sindicatos rurais ao longo da década de 1960, pelas mobilizações das greves, participação de membros da Igreja Católica nos empenhos de luta, sobretudo, pela organização e direcionamento da Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE desde sua fundação no ano de 1962 e pela Confederação de Trabalhadores na agricultura – CONTAG, no ano de 1963, além do processo de identificação entre os trabalhadores, que aconteciam geralmente no cotidiano de exploração de sua força de trabalho.

De acordo com as categorias do historiador inglês, para analisar o cotidiano dos canavieiros, ressaltamos a publicação *A história vista de baixo* (1966), onde buscou analisar o passado à luz da experiência de pessoas comuns. A perspectiva da história vista de baixo, como abordagem, permite a possibilidade do surgimento de novas fontes, do ato de fazer novas indagações

às fontes oficiais, ou materiais, que não seriam considerados fontes legítimas, como os relatos de memória de trabalhadores, que demonstra a necessidade de um salto conceitual para o aprofundamento da compreensão sobre um fato ou processo histórico. Nesse sentido, a partir das possibilidades de interpretações sobre as fontes, historiadores tem a possibilidade de desenvolver novas pesquisas a partir deste amadurecimento de sua visão histórica.

No mesmo período da década de 1980, no plano regional, foram desenvolvidos diversos estudos sobre a região da Zona da Mata de Pernambuco, onde foram analisadas questões essenciais do campo, como a sobrevivência da população, a exploração dos trabalhadores da indústria açucareira, assim como a insurgência das lutas organizadas dos trabalhadores a partir das Ligas Camponesas na década de 1950. Importantes pesquisas historiográficas dedicadas ao estudo de temáticas da região são utilizados como suporte teórico e bibliográfico, tais como os de Dabat (2015) e Abreu e Lima (2012). Portanto, há um grande leque de estudos consagrados realizados que cobrem esse período e acerca dos trabalhadores canavieiros. No âmbito dos estudos sobre as greves aqui enfatizadas, trabalhos na área da Antropologia foram desenvolvidos, com destaques para as contribuições de Sigaud (1980 e 1986), os quais fornecem elementos de análise e discutem as particularidades que caracterizam o contexto histórico da luta dos canavieiros e o “ciclo de greves” coordenado pelo movimento sindical rural de Pernambuco.

Por fim, o uso da História Oral como ferramenta teórica e metodológica corresponde à concepção da história social do trabalho thompsiana, a qual ouvir e considerar as experiências de vida e trabalho de pessoas “comuns”. Por este meio, busco apontar o os primeiros resultados do cruzamento das fontes orais com notícias publicadas pelo *Diário de Pernambuco* no período correspondente ao ciclo de greves.

### **3º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE 1979**

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorreu em Brasília, entre os dias 21 e 25 de maio, no ano de 1979. O evento contou com a participação de cerca de 1500 dirigentes sindicais de todas as regiões do país, com o objetivo geral de discutir as condições de vida e trabalho das categorias de trabalhadores rurais. O propósito do congresso, de forma específica, foi definir os rumos do movimento sindical do campo, nos sentidos estratégicos de luta coletiva, formas de resistência cotidiana e o encaminhamento das lutas no momento de transição para a redemocratização do país.

A partir do ano de 1979, o movimento se reorganizou, culminando na abertura de um importante ciclo de mobilizações dos assalariados. As resoluções aprovadas nesse evento representaram o marco que passou a orientar um amplo processo de mobilização dos canavieiros na Zona da Mata pernambucana. Naquele momento, foi aprovado um plano de ação que priorizou um processo de defesa dos trabalhadores, tendo como plano central as lutas coletivas. Essa

linha foi consagrada como estratégia, redimensionando o campo de atuação do movimento sindical ao transpor uma prática de encaminhamento dos conflitos restrita às defesas individuais. Nessa direção, o movimento sindical rural reorganizou seu direcionamento para uma atuação mais comprometida com a mobilização das bases em defesa de suas reivindicações no sentido coletivo de luta.

Em sua concepção de ciclo de greves canavieiras, Sigaud (1986) observa que o interregno, momento da retomada da produção sob a vigência das conquistas consolidadas ao nível normativo da regulação do trabalho, é marcado pela multiplicação e intensificação dos conflitos no campo. As normas consagradas com o fim da campanha salarial se tornaram instrumentos de disputas cotidianas, de acordo com a perspectiva de Scott (2002), durante o processo de trabalho. Nesse período, desdobram-se diversas formas de resistência e luta pelo cumprimento dos direitos conquistados através dos movimentos reivindicatórios da categoria.

Nessa perspectiva, faço uso da História Oral para dar continuidade à apresentação do contexto de lutas e para contar como se deu a primeira grande greve dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco, partindo das diretrizes definidas no 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, no mesmo ano de 1979. Na ocasião da entrevista que fiz com várias lideranças sindicais em novembro de 2017, junto ao grupo de pesquisadores da UFPB<sup>2</sup>, Josefa Martins Reis, conhecida como Zefinha, que foi assessora sindical da Fetape durante a década de 1970, estava narrando junto com Severino Domingues de Lima, conhecido como Beija-Flor, sobre o 3º Congresso. Ela reportou que no evento, em Brasília, alguns participantes prestaram solidariedade à greve dos metalúrgicos de 1979 que estava ocorrendo durante o período do conclave: “(...) na época do terceiro congresso situando historicamente Lula era presidente do sindicato e tava comandando a greve dos metalúrgico e o congresso se solidarizou com uma nota pública colocou na imprensa e tudo nosso lá da CONTAG e discutiu a importância do movimento sindical do campo também fazer as lutas coletivas”. Em seguida sua fala foi completada por Beija-Flor: “por isso que a gente seguiu à risca essa decisão e Paudalho e São Lourenço da Mata ainda voltou muito mais animado de fazer greve também porque tava dando certo lá em São Paulo e por que aqui não dava certo?”.

## **A REORGANIZAÇÃO DAS LUTAS E A GREVE DE 1979**

“E nós fizemos em 79, mas foi a experiência que a gente tem de greve. É porque, olhe, foi tão importante essa questão da greve naquela época que nós fizemos, o povo estava com 15 anos sem se mobilizar. 15 anos da ditadura ninguém podia se juntar mais pra conversar porque o regime militar não deixava. Quando a gente fazia uma reunião com 10 pessoas podia ver que tinha gente da segurança, olheiro escutando pra ver o que é que você falava. E então quando a gente deflagra uma greve em 79, veio tanto companheiros de outros estados pra dar apoio que a gente nem conhecia.”



(Zé Rodrigues, Líder sindical da Zona da Mata pernambucana, entrevista concedida em junho de 2018.)

A greve de 1979 foi o grande marco da retomada das lutas dos canavieiros para o estado de Pernambuco. A greve foi deflagrada em dois municípios, São Lourenço da Mata, que tinha como presidente do sindicato Agápito Francisco da Silva, e Paudalho, que tinha como presidente do sindicato Beija-Flor. Beija-Flor narra que um grupo de sindicalistas de Pernambuco foi ao Rio de Janeiro acompanhar a reunião dos sindicatos daquela região para sondar como eles estavam se organizando. Após as diretrizes de luta definidas no 3º Congresso e a verificação de que lá os trabalhadores não estavam se mobilizando por meio de greve e que, por isso, os processos na Justiça do Trabalho estavam sendo mais morosos do que o normal, os dirigentes voltaram a Pernambuco com a proposta de greve mais firme do que estavam antes:

Aí os companheiros voltaram com a proposta mais forte ainda, tinha que ser greve porque não funcionava se não fosse greve, a justiça não funcionava. Resultado, a FETAPE acatou a nossa proposta. Os sindicatos também, todos da Mata Sul e da Mata Norte, acataram a proposta de fazer greve. Mas quando foi na hora de botar o edital, alguns sindicatos saíram com o edital debaixo do braço e nunca mais voltaram, correram da parada, não tiveram coragem de enfrentar uma greve. E a gente, São Lourenço e Paudalho, botou o edital, cumpriu e a FETAPE também e aí quando o delegado do trabalho que era Romildo Leite tomou conhecimento através do jornal dos editais e que a gente ia fazer greve e entendeu que Paudalho e São Lourenço da Mata eram os mentores, os puxadores e declarou também no jornal que ia punir os dois sindicatos. E aí a gente correu para a FETAPE e lá tava a CONTAG, Zé Francisco da Silva. De lá nós marcamos uma audiência, ou foi uma audiência ou foi um chamado dele... parece que foi um chamado dele e a gente foi. Aí foi eu, Zé Francisco, Agápito, Zé Rodrigues, Romeuzinho, Romeuzinho da Fonte... (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

O entrevistado Beija-Flor, teve participação ativa na greve de 1979. Naquele momento era presidente do sindicato rural do município de Paudalho, localizado na Mata Norte. O seu relato narra a preparação da greve e dos impasses que existiam entre dirigentes sindicais sobre como operacionalizar o movimento e quais cidades deflagrariam o movimento paredista primeiro. Neste período, as movimentações estavam intensas e os sindicatos da Zona da Mata vinham individualmente mobilizando os trabalhadores para o plano de retomada das lutas coletivas. Por isso, segundo Beija-Flor, a imprensa estava muito interessada em noticiar os próximos passos dos canavieiros do estado de Pernambuco. Nesse sentido, nos contou:

Bom, mas a gente entrou sem falar com ninguém, tudo em cima da gente e a gente foi se reunir numa sala, na sala da presidência. A gente foi pra lá e pedimos que eles aguardassem que a gente ia definir. A gente foi pra lá e aí Zé Francisco falou, mas Romeuzinho tomou a frente e falou logo primeiro. Romeuzinho era quente, metro e meio de homem mas era quente. Chegou, fez uma análise das coisas, o momento político, Zé Francisco endossou, que isso é bom pra fazer uma análise da conjuntura e Zé Rodrigues tava pra passar no teste, passou. Porque se Zé Rodrigues não aceitasse essa decisão

ele não passava no teste que ele tava ingressando. Primeiro mandato na presidência. Eu, meu primeiro mandato também na presidência. Só Agápito que era raposa velha. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

O trecho acima faz referência ao momento quando os dirigentes se reuniram para convencer uns aos outros de que a decisão certa a ser adotada era a deflagração da greve. “Romeuzinho”, a que Beija-Flor se refere, era o advogado da Fetape Romeu da Fonte, conhecido por ser um homem de baixa estatura, mas que ia aonde os trabalhadores fossem sem temer. “Zé Rodrigues”, que também era presidente sindical na época, estava passando pela provação, isso quer dizer que estava sendo sondado, internamente entre seus parceiros se era “pelego” ou não. E como aponta Beija-Flor, ele passou no teste aceitando a ideia de greve. Agápito nesse momento era presidente do sindicato rural de São Lourenço da Mata e já era conhecido na região por ser um sindicalista mobilizador:

E Zé Rodrigues tava na Federação faz muito tempo mas não era presidente e aí a pergunta foi dura pra cima da gente. Agápito ninguém perguntou nada a ele não. Ele disse: “Lá em São Lourenço da Mata vai ter greve, vai ter greve em São Lourenço da Mata”. Chega trincava os dentes. E eu, o meu grupozinho, meu exército miudinho, primeiro ano, eu olhava pra um, olhava pra outro, olhava pra porta, não podia sair, tudo fechado e eu digo “não tem jeito não eu vou ter que entrar nesse negócio”. “E tu, Beija-Flor?” não sei qual foi desses que perguntou. Zé era mais afoito, esse Zé aqui (aponta para Zé Francisco), era mais afoito do que o Zé Rodrigues. Mas não sei quem foi que me perguntou: “e tu, Beija-Flor?”. Eu disse: “olhe, eu vou pra onde São Lourenço for, se em São Lourenço tem greve Paudalho vai ter greve também!” (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE, parênteses meus).

Beija-Flor demonstra em suas palavras a sua inexperiência em relação a toda aquela nova conjuntura que vinha se reorganizando na Zona da Mata. Sendo seu primeiro mandato na presidência do STR de Paudalho, acabou por seguir a orientação de quem considerava “raposa velha”, ou seja, Agápito Francisco. A mobilização então já começara a tomar corpo logo após aquele encontro:

E aí abriu o portão e a turma pega Zé e pega Zé Rodrigues e a imprensa em cima e no outro dia: Greve! E a gente foi e no outro dia teve greve mesmo. Não teve brincadeira, não, foi greve mesmo em São Lourenço e Paudalho. Os patrões não pensava, eles duvidava que isso ia acontecer, eles não acreditava que a gente ia fazer greve entendeu... devido a conjuntura, devido a rapidez que a gente teve e aí... greve. E foi greve forte, sabe quantos dias? Sete! Mas antes de sete dias quando a gente foi pra São Lourenço, todo esse grupinho foi pra São Lourenço, primeiro São Lourenço pra poder ir pra Paudalho. Aí vamo pra São Lourenço da Mata... Assim, não tinha menos de cinco mil pessoas não, trabalhadores, não tinha salão não, era... era um galpão com o espaço grande e aí muita gente fora. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

Segundo o relato da preparação de greve contado por Beija-Flor, primeiro os dirigentes seguiram para São Lourenço da Mata, onde o STR era comandado por Agápito e que, segundo ele, o povo estava mais preparado. Depois, seguindo para a cidade de Paudalho, a animação do povo não foi diferente, segundo seu relato.

Ainda, com base nesse trecho, é interessante apontar que mesmo tendo ficado registrado na história da Zona da Mata canavieira de Pernambuco que os dois municípios que se mobilizaram com força na greve de 1979 foram São Lourenço da Mata e Paudalho, existiam divergências de mobilização entre a população rural desses dois municípios. Tanto por parte da presidência do sindicato, uma vez que, como já citado, Agápito possuía mais experiência do que Beija-Flor, tanto porque as populações eram distintas no sentido de prática de mobilização e de greve. São também elementos como estes que podem ficar escondidos em outros tipos de fontes, que não a fonte oral, onde se possibilita uma liberdade maior de narração e de demonstração de ambiguidades, que se bem aproveitadas podem deixar as narrativas ainda mais complexas. Sobre os sete dias de greve Beija-Flor conta:

Aí pra concluir essa coisa da greve a gente passou sete dias parados tendo ajuda. Fizemos a FETAPE junto com a CONTAG fizemos um comitê aqui na federação e aí os urbanos e CPT essas entidades organizaram e ajudaram a gente tanto em São Lourenço da Mata quanto em Paudalho os próprios sindicatos que não pararam porque só houve na primeira greve só houve paralização em Paudalho e São Lourenço da Mata. Os outros sindicatos ficaram se preparando pra entrar também em greve mas não entraram. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

O relato mostrou que um elemento bastante importante quando se trata se esforço de greve é a solidariedade de outros estados e organizações para ajudar os trabalhadores a conseguirem manter os dias de paralisação. Beija-Flor conta que as pessoas se envolviam de livre e espontânea vontade e vinham para o estado de Pernambuco: “vinham pra cá ajudar nas greve de Pernambuco e ia para o campo do Rio de Janeiro de Minas Gerais de vários lugares e ia para o campo”. Josefa Martins Reis, conhecida como Zefinha, complementa:

Eu me lembro que a Fetape tinha dois carros. Será que o sindicato era forte tinha dois carros a Fetape tinha dois carros e na greve tinha muita gente que vinha da Contag, que vinha na segunda greve nós conseguimos reunir quarenta carros de apoios. E olha e outra coisa em Recife a gana de muita gente contra os usineiro a gente vinha assim uma solidariedade por isso essa coisa da imprensa e tal apesar de tá na ditadura né tinha uma sensibilidade que era todo mundo tinha um pavor as injustiças do usineiro né e então da universidade sei que se conseguiu quarenta carros. Quarenta carros e nos municípios rodando, rodando, mobilizando ajudando a apoiar a mobilização dos trabalhadores. (Josefa Martins Reis, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

Beija-Flor, ao narrar a greve no município de Paudalho, conta como se deu nesse momento o enfrentamento dos dirigentes sindicais e trabalhadores com a polícia, que sempre aparecia

quando os trabalhadores começavam qualquer pequena mobilização. Com certo atrevimento e perspicácia, Beija-Flor convenceu os trabalhadores a virem se aglomerar para ouvir o discurso de greve, dizendo que os policiais de cacete estavam ali para protegê-los, pois estavam apenas cumprindo a lei:

Quando foi no dia da organização da assembleia de greve foi um domingo de manhã bem cedinho a gente tava na frente do sindicato com duas corneta em cima do carro e a gente chamando os trabalhadores para começar a assembleia nesse momento começou a aparecer polícia cercaram a frente do sindicato todinha. Cercaram o sindicato a frente do sindicato todinha e os trabalhadores quando vinha ele não via gente só via a polícia, um cara com um cacete desse tamanho e eu em cima de um birô um microfone me valendo da lei e dizendo que a polícia não estava aqui para agredir a gente rapaz, a gente passava isso e eles não tinha coragem de dizer que não, eles não podia dizer que não e vim pra cima de mim. Eu dizia “tá aqui a polícia para garantir, companheiro! Venha companheiro para garantir a nossa assembleia que os patrões não tão querendo.” (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE, *itálico meu*).

O que Beija-Flor chamou de “me valendo da lei” diz respeito ao uso da Lei 4.330 do ano de 1964, chamada Lei de Greve. Esse recurso legal foi utilizado com muita força durante toda as mobilizações do ciclo de greves canavieiras do estado de Pernambuco. A lei também era conhecida como Lei antigreve, uma vez que previa que vários passos fossem cumpridos até que uma greve pudesse ser deflagada de modo legal, sem que os grevistas sofressem punições.

A greve do ano de 1979 teve duração de 7 a 8 dias (variação entre as fontes) e foi concluída a partir de uma convenção coletiva pela qual a classe patronal, pressionada pelos trabalhadores e dirigentes, aceitaram as reivindicações dos canavieiros. Uma das reivindicações mais importantes alcançadas com a greve foi o aumento de 52% do salário- mínimo. Sobre isso, Beija-Flor aponta sobre a finalização da greve com a vitória para classe trabalhadora:

A gente que conseguiu em sete dias, a gente conseguiu ter um salário dobrado. E aí a gente passou a comer charque em vez de um kg de sardinha a gente comprava quase dois kg de charque e aí a nossa vitória além disso a tabela de campo que foi muito importante pra gente que até então o acordo do campo de Arraes aquilo tava na gaveta ninguém usava mais aí uma boa parte daquele acordo feito no tempo de Arraes foi colocado na tabela da gente na greve de 1979 então a gente fez uma comemoração na vitória. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da Fetape em Carpina – PE).

## **O “CICLO DE GREVES” E A LUTA PELO CUMPRIMENTO**

A diretriz central da retomada de lutas organizadas após o 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais visava um processo de lutas em defesa dos trabalhadores pelas lutas coletivas, quebrando um ciclo anterior, a partir do ano de 1964, quando as lutas dos trabalhadores

do campo se davam mais pela esfera individual, principalmente por toda a repressão sofrida e perseguição às lideranças rurais característica da ditadura militar. Assim, os trabalhadores tinham como saída, por vezes, recorrer a seus direitos na Justiça do Trabalho de forma individual. Nesse sentido, as formas de lutas coletivas que eram colocadas como tática central a partir de 1979 eram as formas de encaminhamento através dos dissídios coletivos.

De acordo com o que já foi citado, sobre a definição de “ciclo de greves” canavieiras em Pernambuco, o meu principal referencial para acolher este recorte entre os anos de 1979 e 1985 são os estudos da antropóloga Lygia Sigaud, em especial, sua pesquisa referente as greves e paradesios<sup>3</sup> ocorridos nos anos desse período (Sigaud, 1986). Nesta obra, Sigaud sintetizou as estratégias do movimento motivadas pela recusa patronal em aceitar as normas propostas pelos trabalhadores, essencialmente no que se referia à Tabela de Tarefas e ao Estatuto do Trabalhador Rural, ambas cláusulas tratavam sobre as diretrizes de trabalho, como quantidade de horas a serem trabalhadas, direitos dos trabalhadores e obrigações da classe patronal, firmadas no Acordo do Campo<sup>4</sup>, durante o governo de Miguel Arraes, no ano de 1963.

Nessa perspectiva, considero importante apontar que não realizo a descrição detalhada sobre a paralisação de cada ano que compõe o ciclo de greves canavieiras de Pernambuco, nem as pautas reivindicadas pelos trabalhadores ano após ano, mas sim os efeitos que o ciclo de greves gerou para os próprios trabalhadores da palha da cana do estado naquele período. De nenhuma forma ao optar por esse viés de análise menosprezo a importância de trabalhos e pesquisas descritivas de mobilização de trabalhadores, principalmente sobre os movimentos grevistas, tão caros para nossa classe trabalhadora nordestina, contudo, como já aponte na Introdução deste artigo, a região canavieira de Pernambuco é uma área amplamente estudada, com trabalhos consagrados e de referência para todo o Brasil. Portanto, vale ressaltar obras de Manuel Correa de Andrade (2001), Moacir G. Soares Palmeira (1979), Leonilde Sérvolo de Medeiros (2009), Mauro Guilherme P. Koury (2013), entre outros. Com isso, pretendo mostrar que apesar desse grande leque de estudos já produzidos, novas perspectivas estão sendo construídas que igualmente tem potencial para compreender a complexidade das histórias e narrativas dos trabalhadores da região.

Nessa perspectiva, as greves eram sempre organizadas durante o período da Campanha Salarial, iniciada no mês de setembro, que naquele momento, correspondia ao período de safra da cana-de-açúcar, ou seja, da colheita, quando os trabalhadores eram mais exigidos pelas empresas e pelos patrões nos engenhos. Durante a greve de 1980, houve a paralisação durante dois dias e contou com a participação de 240 mil trabalhadores de toda região da zona canavieira de Pernambuco, resultando no julgamento de dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 6ª Região.

O ano de 1981 seguiu sem greve, no entanto, o fato de não ter havido uma paralisação em massa durante a Campanha Salarial significa que ao longo de todo o ano até o mês de setembro os trabalhadores estiveram mobilizados, organizados e pressionando suficientemente a

classe patronal que não houve a necessidade urgente de utilizar a tática de greve, considerado o instrumento de luta mais forte. Nesse sentido, nesse ano, foi julgado dissídio coletivo pelo TRT.

Já no ano seguinte, em 1982, 240 mil trabalhadores paralisaram suas atividades por dois dias durante a Campanha Salarial, que só foi interrompida por pronunciamento da Justiça e, novamente, pelo julgamento de dissídio coletivo pelo TRT.

A greve do ano de 1983 ocorreu com as mesmas características das do ano de 1979, 1980 e 1982, com finalização de julgamento de dissídio coletivo. O ano de 1984 só se diferenciou das demais anteriores pela adesão de 30 mil trabalhadores que paralisaram suas atividades durante doze dias, chegando a alcançar nos últimos nove dias de greve o número de 210 mil trabalhadores de braços cruzados na zona canavieira, resultando em julgamento de dissídio coletivo pela Justiça. Por fim, o ano de 1985 teve características de mobilização semelhante a ocorridas no ano de 1981, quando não houve deflagração de greve pelos trabalhadores, mas muita organização, paradeiros localizados nos engenhos durante todo o ano, resultando em acordo entre as partes, sem chegar a julgamento no TRT. (Sigaud, 1986).

Passados os momentos de greve, a luta pelo cumprimento se tornava a pauta central e constante nas notícias dos anos de 1980 a 1983 no jornal analisado *Diário de Pernambuco*, assim como nos relatos obtidos. Por vezes as notícias podem parecer repetitivas ao olhar do pesquisador, pois basicamente em todas as datas do período de cada ano do ciclo existem queixas, denúncias, pronunciamentos dos presidentes dos sindicatos rurais da Zona da Mata e constantemente denúncias feitas pela FETAPE. Nesse sentido, busquei filtrar um número baixo de notícias a fim de montar um panorama geral do que era publicado ao longo dos anos, seguindo a busca por notícias referentes aos diversos tipos de estratégias para forçar o cumprimento dos padrões das cláusulas firmadas nos dissídios e acordos coletivos.

Em 1982, foi noticiado que cerca de 80 trabalhadores pararam suas atividades no Engenho Cumbi, em Carpina, após o não pagamento do salário, pelo patrão, relativos à semana anterior<sup>5</sup>. Além disso, o patrão descumpriu sistematicamente as normas do dissídio coletivo firmado em 1981 no que diz respeito ao tamanho das tarefas. O engenho já havia sido denunciado à DRT pelo STR de Carpina por estar sendo exigido dos trabalhadores que cortem 100 cubos, que é o dobro do estabelecido no dissídio. O delegado Alexandre Kruse comprometeu-se a mandar um grupo de fiscalização averiguar a situação. Ao mesmo tempo o STR de Carpina organizou uma ação na Justiça do Trabalho com o objetivo de cobrar os salários retidos, o pagamento dos dias de paralização e a multa prevista pelo dissídio coletivo para este tipo de irregularidades. Os trabalhadores permanecerão parados até que a situação se regularize de acordo com o previsto no dissídio coletivo. Essa notícia demonstra como os trabalhadores necessitavam promover paradeiros mesmo após o esforço coletivo de greve e conquistas de direitos. Os paradeiros são identificados pela recusa coletiva de trabalhar em locais específicos, diferenciando-se das greves por não cobrirem uma região nem sequer um município completo.

Uma notícia simples e corriqueira referente ao descumprimento dos acordos feitos durante em outubro do ano de 1979 foi publicada no mês de abril e nela apontou-se que foram acordados: o aumento de 57% do salário, a concessão a cada trabalhador uma área de terra próxima à sua casa, o fornecimento de instrumentos para o trabalho e maior segurança no transporte dos boias-frias<sup>6</sup>. Já no mês de julho foi publicada a notícia sobre o presidente do STR de São Lourenço da Mata, Agápito Francisco, que afirmava que trabalhadores poderiam entrar em greve novamente em outubro do ano 1980 devido ao descumprimento dos acordos feitos com os usineiros desde a última greve. A afirmação foi feita após a demissão de mais de 300 trabalhadores da Usina Tiúma, que decorre do descaso dos empregadores quanto as leis trabalhistas conquistadas e firmadas em dissídio coletivo no ano da retomada das lutas<sup>7</sup>.

No mês outubro, já após a Campanha Salarial do ano de 1980, o presidente do SRT de Palmares, José Alves de Moura, denunciou que trabalhadores estavam comendo alimentos deteriorados e afirmou que os prefeitos da região não permitem a mudança das feiras-livres para o domingo. José ainda questionou o descaso da Companhia Brasileira de Alimentos - Cobal, órgão criado em 1962 pelo Ministério da Agricultura, em relação a propostas de melhoria e facilitação do transporte e implantação de postos de revenda para trabalhadores camponeses e operários<sup>8</sup>. O Movimento de União Sindical - Musi distribuiu nota apoiando a reivindicação do líder sindical de Palmares e cobram posicionamento da Cobal. O presidente se refere à utilização do sistema de barracões, prática tradicional dos engenhos de manter a superexploração, onde os trabalhadores compravam alimentos de péssima qualidade, como sardinhas podres e com valores abusivos. (SILVA E DANTAS, 2019).

As notícias selecionadas demonstram que a luta pelo cumprimento das cláusulas do dissídio coletivo ocorre no cotidiano dos trabalhadores, se organizando frente à recusa da classe patronal em cumprir os acordos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho. Isso implica afirmar que a luta dos canavieiros não se dava apenas no período de safras, quando se organizava-se por dentro da Lei de Greve, mas durante todo o período do ano.

Ainda, a mudança de conjuntura que se delineava em meio aos anos do ciclo de greves também pode de ser identificado através das notícias. Uma delas diz respeito à posição política da Fetape em relação à importância das eleições do ano de 1982 para o desenvolvimento do país em direção à democracia e ao fim do regime militar. A notícia publicada em outubro deste ano afirmava que documentos da Federação foram encaminhados a partidos políticos e aos seus candidatos, a fim de expor as reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais que exigiam dos políticos uma posição objetiva referente às problemáticas do campo. Outro elemento trazido no texto foi da lembrança do 3º Congresso dos Nacional dos Trabalhadores Rurais no qual foi aprovada, dentre suas propostas, a defesa da redemocratização completa do país, com o estabelecimento do voto direto em todos os níveis e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita.<sup>9</sup>

O ano de 1983 foi marcado pelo acirramento profundo das lutas no campo no país, especialmente na região do Nordeste, e em agosto daquele ano foi assassinada a líder camponesa Margarida Maria Alves na região do Brejo da Paraíba. O *Diário de Pernambuco* publicou nota da Fetape, representando 150 sindicatos, 44 da zona canavieira, em solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, que teve sua dirigente assassinada. Clamavam uma resposta para o assassinato e esperavam que o trágico episódio servisse de estímulo para continuarem a luta, cada vez mais fortes e unidos. A nota afirmava:

A luta dos trabalhadores rurais, em todo o País, para aumentar o pão na boca de nossos filhos, tem sido sempre uma luta muito dura. Os latifundiários, senhores de engenho e usineiros, não querem a melhoria das condições de vida dos camponeses e as nossas conquistas são sempre na base do sacrifício. Usam da violência para nos intimidarem, visando, principalmente, as lideranças.” (“Fetape solidariza-se com sindicatos da Paraíba”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de agosto de 1983, A4).

Mais intensamente a partir do ano de 1983 a política nacional, assim como a organização dos trabalhadores rurais apontava para necessidade de tomar novas direções. A partir do ano de 1985 o ciclo de greves, marcado pelas diretrizes firmadas no 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, foi repensado e refletido sistematicamente pela Fetape, Contag e seus dirigentes, tendo em vista a mudança de conjuntura e de prioridades na luta dos canavieiros, para que um novo ciclo de mobilizações se iniciasse nos anos seguintes da década de 1980 e 1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao processo brevemente analisado, é possível questionar: o que define o ano de 1985 como o fim do ciclo de greves? Uma das bases que utilizo para tentar responder essa complexa questão é a exposição de Romeu da Fonte, advogado da FETAPE durante o ciclo de greves, no encontro de trabalhadores e representantes sindicais ocorrido na Paraíba, em março do ano de 1985<sup>10</sup>. A partir de uma análise conjuntural remetida ao ano de 1982, Romeu da Fonte apontou o alto nível de desemprego para os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata. Portanto, a mudança perceptível que se construía no âmbito da conjuntura regional, redirecionaram os trabalhadores para buscarem novas formas de pressão e estratégias para o cumprimento das suas demandas.

Em sua exposição, Romeu da Fonte teve condições de elaborar um balanço sobre o ciclo de greves até aquele momento e construiu em seu argumento um panorama conjuntural sobre o que mudou do ano de 1982 para o ano de 1985, principalmente no plano do desemprego, fator que tem influência direta nas condições de vida dos trabalhadores. A partir disso, produziu uma análise de como as formas de pressão para o cumprimento das reivindicações e conquistas precisavam se reordenar a partir dali.



Para Romeu, a causa central das mudanças ocorridas era a falta de estabilidade no emprego, o que impactava diretamente na mobilização dos trabalhadores para pressionar a classe patronal, pois se os trabalhadores temiam o desemprego isso fazia com que não reclamassem o cumprimento das cláusulas firmadas nos dissídios coletivos e, conseqüentemente, não levariam as suas queixas a Justiça do Trabalho. (CEDI, 1985, p.38) Aliado à conjuntura nacional de alto desemprego, estava a conjuntura regional, na qual ao longo dos anos novas demandas apareceram com a chegada de grandes empresas ao campo, a mecanização da agroindústria canavieira cada vez mais insurgente e, com grande impacto para a zona canavieira, a grande seca no sertão do estado de Pernambuco que gerou muita mão-de-obra disponível e barata. (CEDI, 1985, p.39)

Em linhas gerais, foi apontada a necessidade de reorganização de luta e táticas, assim como ocorreu na década de 1970, culminando no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Tais mudanças estruturais e conjunturais também puderam ser vislumbradas neste texto através das notícias veiculadas na imprensa oficial *Diário de Pernambuco*.

Então, reiterando meu objetivo central deste trabalho de apontar as primeiras análises sobre a temática, reafirmando as conclusões de Sigaud (1986), para quem o ciclo de greves canavieiras trouxe mais do que conquistas em formas de cláusulas nos dissídios coletivos da categoria ao possibilitar a afirmação da identidade em torno de objetivos comuns dos trabalhadores canavieiros, busquei apontar os primeiros resultados da análise sobre o ciclo de greves de Pernambuco, por um novo prisma de análise que está em desenvolvimento.

## NOTAS

1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba e mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFPB na linha de pesquisa História e Regionalidades. E-mail: [barbaramcostas@gmail.com](mailto:barbaramcostas@gmail.com)

2 O referido grupo de pesquisa foi integrante do projeto nomeado de *Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70*, encabeçado pelos pesquisadores José Sérgio Leite Lopes e Moacir Palmeira através da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que contou com a participação da Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa teve seu início no primeiro semestre do ano de 2017, sendo esta última a instituição que me vinculou ao projeto junto ao Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira do Departamento de Pós-graduação de Sociologia da UFPB. O projeto teve como um dos seus frutos o livro *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves de metalúrgicos e canavieiros*, lançado no ano de 2019.

3 Paradeiros são momentos em que os trabalhadores optam pela recusa do trabalho, como forma de estratégia de pressão para fazer os patrões cumprirem determinada cláusula do dissídio coletivo ou contrato coletivo. A recusa não se configura como greve pois o paradeiro é um movimento individual do trabalhador ou de um grupo localizado em alguns locais de trabalho.

4 SILVA, Bárbara Maria Costa e Silva. *Acordo do Campo de 1963: memórias das condições de trabalho e lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco*. (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

- 5 (“Salários atrasam e camponeses param”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de julho de 1982, A11).
- 6 (“Falta de acordo no campo piora vida do camponês”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 de abril de 1980, p. A10).
- 7 (“Ameaça de greve com a demissão de rurícolas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de julho de 1980, p. A16).
- 8 (“Cardápio de camponeses inclui sardinha podre”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 de outubro de 1980, A6).
- 9 (“Camponeses querem o país com maior espaço político”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 de outubro de 1982, A8).
- 10 CEDI. **Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo**. CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, nº14, São Paulo, 1985, p.38-39.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, M. S. **Construindo o sindicalismo rural: Lutas, partidos e projetos**. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- AMADO, Janaína. **Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil**. Resgate, n.5, 1993, p.47-69.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. 8º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Revista Estudos Avançados, v.15. n.43, p.267-280, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CEDI. **Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo**. CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, nº14, São Paulo, 1985.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**. Recife: FETAPE, 1984.
- LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 309-327.
- PALMEIRA, M. G. S. **Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana**. Revista de Cultura e Política, v.1, n. 1, p.41-56, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.171-200. (p.174)

SILVA, Bárbara Maria Costa e Silva. **Acordo do Campo de 1963**: memórias das condições de trabalho e lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco. (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, Bárbara M. C; DANTAS, Maressa F. P. **Greves e conflitos na zona canavieira de Pernambuco**: trabalhadores na luta por direitos (1979-1980). 16º Encontro Nacional da ABET, UFBA, Salvador, 2019.

SIGAUD, L. **A luta de classes em dois atos**: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: Dados, v. 29, n.3, p.50-72, 1986.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, p. 10-31.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs.) NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. P.269-281.

THOMPSON, E. P. **The history from below**. TSL, April 7, 1966.

# REVOLVER A HISTÓRIA, RESGATAR A MEMÓRIA: EDUARDO GALEANO E A MEMÓRIA DO FOGO LATINO-AMERICANA

Bárbara Carolline Santos Cavalcante<sup>1</sup>

## RESUMO

Desde a “descoberta”, a América esteve acompanhada de imagens associadas, titubeando entre Deus e o Diabo, o Céu e o Inferno. A história da colonização latino-americana tornou-se palco para diversas interpretações da realidade do continente. Dos espaços distópicos resultantes da exploração colonial aos utópicos forjados nas resistências, confluem diferentes Américas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre qual história da América Latina o escritor Eduardo Galeano (1940-2015) se propôs a contar na trilogia *Memória do Fogo* (1982-1986). Transgressor de fronteiras, Eduardo Galeano aproximou-se, em muito, do próprio fazer literário. Narrando a história do continente desde *los nacimientos*, Galeano percorre os eventos a fim de recontar a história de *nuestramerica*. Com uma proposta ousada, a trilogia inicia com as cosmogonias indígenas e finaliza no século XX, em 1984. Dando destaque aos povos indígenas, às mulheres, às lutas de resistência, toda a sua obra perpassa a ideia de “dar voz ao que a história oficial esqueceu”, de “resgatar a memória sequestrada”, ocorrendo, portanto, uma construção alternativa da história e da memória latino-americana.

**Palavras-chave:** América Latina; Eduardo Galeano; Memória; História.

## CARTOGRAFANDO A MEMÓRIA DE NUESTRAMERICA

*A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje –, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia.*

*Eduardo Galeano em As veias abertas da América Latina*

“A geografia das Utopias encontra-se na América Latina”, anunciou certa vez Oswald de Andrade (1966, p. 8). A descoberta da América, em outubro de 1492, forjou no pensamento europeu um ideário de que esta nova terra era, de fato, o paraíso terrestre. O Éden perdido. O escritor mexicano Carlos Fuentes (2001, p. 124) considera que o “nascimento” do continente americano ocorreu “sob o signo da utopia”. Desde a “descoberta” a América esteve acompanhada de imagens associadas a ela. O clássico estudo *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1969), já desvendara

essa relação nas terras brasileiras. Laura de Mello e Souza (1986; 1993) se dedicara ao outro lado: o diabólico. O Novo Mundo titubeava entre Deus e o Diabo. Entre o Céu e o Inferno.

No conjunto dessas visões, a própria ideia do *espaço* prevalecia; eram às características dele que os pensamentos se afiguravam. A natureza, o clima, as convivências sociais o levavam ao céu ou ao inferno – há que se lembrar, por exemplo, do “diário de viagem” de Cristóvão Colombo (2013)<sup>2</sup>. Mais de quinhentos anos depois, visões semelhantes ainda convivem. A história da colonização latino-americana tornou-se palco de novas interpretações para a realidade do continente. Dos espaços *distópicos* resultantes da exploração colonial aos *utópicos* forjados nas resistências, confluem diferentes américas.

Nessa perspectiva, cabe investigar os “processos de invenção” e as disputas sobre as visões das Américas – em particular, da América Latina. Na trilogia *Memória do fogo* (1982-1986), o escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015) narra a história da América Latina desde *los nacimientos*, nos tempos da América pré-colombiana, estendendo a “narrativa” até 1984, poucos anos antes da publicação do último livro da trilogia – a saber, *Os nascimentos* (1982), que conta a história desde os tempos em que a América era somente Abya Yala, narando as cosmogonias indígenas, o início da “longa noite”<sup>3</sup> e os séculos XV-XVII; *As caras e as máscaras* (1984), que transita os séculos XVIII e XIX; e *O século do vento* (1986), que, por fim, adentra o século XX.

Escritos durante o período em que Galeano estava exilado na Espanha, os livros estão inseridos em um momento muito específico da história latino-americana. Em 1973, dois anos após a publicação de *As veias abertas da América Latina*, o golpe militar no Uruguai – na época, acontecimento padrão nos países do continente – pôs o escritor em exílio. Situado neste perigoso terreno antidemocrático, o autor diz pretender recuperar a memória latino-americana, *la historia de los de abajo*. Clarificando seus pressupostos ideológicos, Galeano expressa bem as pulsões que o levou a escrever os livros:

A lo largo de los siglos, América Latina no sólo ha sufrido el despojo del oro y de la plata, del salitre y del caucho, del cobre y del petróleo: también ha sufrido la usurpación de la memoria. Desde temprano ha sido condenada a la amnesia por quienes le han impedido ser. La historia oficial latinoamericana se reduce a un desfile militar de próceres con uniformes recién salidos de la tintorería. Yo no soy historiador. Soy un escritor que quisiera contribuir al rescate de la memoria secuestrada de toda América, pero sobre todo de América Latina, tierra despreciada y entrañable: quisiera conversar con ella, compartirle los secretos, preguntarle de qué diversos barros fue nacida, de qué actos de amor y violaciones viene (GALEANO, 1991, p. 12).

A ciência e a honestidade de admitir ter escrito uma história sem pretensão à neutralidade o distingue de outros que escondem seus interesses sob uma suposta imparcialidade. Transgressor de fronteiras, Eduardo Galeano aproximou-se, em muito, do próprio fazer literário. Um *fazer* que se propõe a contar a história da América a partir de uma perspectiva que, no campo

propriamente historiográfico, seria identificada como uma “história vista por baixo” – termo cunhado pelo britânico Edward P. Thompson (Cf. Sharpe, 1992, p. 40). Dando destaque aos povos indígenas, às mulheres, às lutas de resistência, toda a sua obra perpassa a ideia de “dar voz ao que a história oficial esqueceu”. Ocorre, portanto, uma construção alternativa do que se entende por América Latina. Por sempre direcionar suas obras à história latino-americana – as exceções são seus últimos livros, como *Espelhos: uma história quase universal* (2009) e *Os filhos dos dias* (2012) –, Eduardo Galeano representa um inestimável meio de investigar as disputas simbólicas que constroem um ideário do que é – ou dizem ser – a América Latina.

No que concerne à produção de Eduardo Galeano, é necessário matizar as fronteiras entre suas práticas literária e jornalística. Seus escritos são dotados de certo lirismo que impossibilitam dissociá-lo do mundo literário. Atravessando os territórios da crônica histórica e jornalística, da poesia ou dos relatos de memória, Galeano fez de sua obra um grande arcabouço para o entendimento da dimensão viva, vivida da América Latina. Pensando nas suas vinculações e interesses políticos, é possível analisar suas obras a partir de uma ótica que considera o engajamento do intelectual/escritor. Longe de somente produzir literatura, ele também o faz para interferir e modificar a realidade – para que amanhã não seja outro hoje.

A trilogia *Memória do fogo* é composta por pequenos textos que contam uma história, marcada por um tempo, um espaço e um título sintético que a apresenta – por exemplo: “1935/ Buenos Aires/Borges”. Ao fim de cada texto, Galeano referencia as obras consultadas para escrevê-lo – os três livros totalizam 1063 fontes. Essa ousada proposta de narrar a história latino-americana de forma concisa no decorrer de três livros revela uma noção particular da história que Galeano se propõe a recuperar. Há uma linearidade temporal, mas os espaços se confundem. De Buenos Aires, a narrativa viaja, de súbito, ao Rio de Janeiro. Em alguns casos, o Galeano “viaja” por espaços fora da América Latina. Na maioria das vezes, ele o faz com a pretensão de explicitar melhor a história do continente. Em outros casos, ele simplesmente resgata fatos da América do Norte que considera importantes (como quando cita o cinema de Chaplin, por exemplo). Operando uma “cartografia narrativa”, Galeano concebe a história da América Latina assentando o espaço no tempo e o tempo no espaço.

Como já afirmado, a história da América Latina se desenrolou por interpretações que ora pendiam ao utópico, ora ao distópico. A obra mais celebrada da carreira do uruguaio remete, justamente, à distopia: as veias do continente sangram, abertas perante os séculos de exploração (Cf. Galeano, 2017a). Por outro lado, algumas de suas obras – como *O livro dos abraços* (2017c) e *Dias e noites de amor e de guerra* (2017b) – remetem à celebração, à utopia forjada na resistência dos povos. Nesse sentido, problematizando os objetivos políticos de Galeano por trás da escrita da obra, cabe interrogar como essas diferentes visões concebidas pelo Galeano sobre a América Latina aparecem na trilogia, como se articulam e como conformam um discurso sobre a realidade latino-americana.

## PARA QUE O AMANHÃ NÃO SEJA UM OUTRO HOJE

*Sempre gostei de ouvir as vozes não ouvidas, de as procurar e encontrar. Por isso fui sempre muito andarilho desde miúdo, a caminhar pelos caminhos da América, sem bússola, sem dinheiro, sem nada, lancei-me ao caminho... essa foi a minha educação.*

*Eduardo Galeano em O tempo e o modo*

Nas reflexões sobre a trilogia *Memória do fogo*, a ligação das obras do Galeano com a História é algo muito interessante de se pensar, pois, embora ele renuncie ao ambiente acadêmico, não se furta aos temas próprios a esse ambiente. Mesmo que não seja um historiador de ofício e nem queira ser, o fato é que ele se contrapõe a essa “história oficial” – como ele mesmo coloca. Ele quer oferecer uma versão a ela. O já clássico *As veias abertas da América Latina*, por exemplo, é, basicamente, um livro de História Econômica para não-acadêmicos. Nele, o Galeano escreve o que se poderia chamar de uma história de longa duração da América Latina, buscando denunciar o subdesenvolvimento do continente como resultado da exploração colonial.

Ao longo dos três livros da trilogia, as histórias que o Galeano escolhe narrar marcam bem qual é essa memória que ele diz pretender recuperar. Para o Galeano, narrar a história da América Latina é recuperar sua memória. Memória de luta, de resistência aos séculos de espoliação colonial... uma memória que ele julga esquecida e ignorada devido aos próprios processos de dominação colonial. Dessa forma, para ele é necessário recuperar essa memória para se conceber uma nova visão e um novo futuro para a América Latina. Como ele fala no *As veias abertas*, para fazer com que o amanhã não seja um novo nome para o hoje.

Em uma espécie de prefácio à edição em espanhol de *Os nascimentos*, Galeano ilustra bem como e por que ele quer “recuperar a memória da América Latina”.

Yo fui un pésimo estudiante de historia. Las clases de historia eran como visitas al Museo de Cera o a la Región de los Muertos. El pasado estaba quieto, hueco, mudo. Nos enseñaban el tiempo pasado para que nos resignáramos, conciencias vaciadas, al tiempo presente: no para hacer la historia, que ya estaba hecha, sino para aceptarla.

[...]

Ojalá *Memoria del fuego* pueda ayudar a devolver a la historia el aliento, la libertad y la palabra. [...]

Yo no quise escribir una obra objetiva. Ni quise ni podría. Nada tiene de neutral este relato de la historia. Incapaz de distancia, tomo partido: lo confieso y no me arrepiento. Sin embargo, cada fragmento de este vasto mosaico se apoya sobre una sólida base documental. Cuanto aquí cuento, ha ocurrido; aunque yo lo cuento a mi modo y manera (GALEANO, 1991, p. 12).

Nesse processo, ele resgata histórias dos ditos “povos vencidos”. Alguns personagens que se destacam em suas histórias são: indígenas, mulheres, camponeses e trabalhadores em geral,

transformados em sujeitos da história. Buscando sempre denunciar os problemas da colonização do continente e os prejuízos que perduraram por todos esses anos, Galeano rompe com o padrão eurocentrado de pensamento fruto da exploração colonial e o subverte, reconhecendo as múltiplas epistemologias que integram os saberes de diferentes povos latino-americanos.

Fato interessante é que o Eduardo Galeano chegou a trocar cartas com o Subcomandante Insurgente Marcos – porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O Subcomandante Marcos, quando da sua mudança de nome para Galeano, negou a ligação com o Galeano escritor, mas se referenciou a ele como “incansável reconhecedor da palavra dos de abaixo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparando-se em perspectivas teóricas que associam a cultura e a política, pondo em foco o engajamento político do autor, aqui nos propomos a operar uma investigação que descortine não só o viés literário da obra *Memória do Fogo*, mas também os objetivos políticos do autor e a motivação que o levou a escrever. Enquanto recorte de uma pesquisa de mestrado, essa comunicação buscou explorar brevemente as possibilidades de análises da trilogia de Eduardo Galeano.

Percebemos como Galeano diverge de uma noção que essencializa a América Latina, propondo-se a pensa-la historicamente. Recuperando histórias e espaços, Galeano busca tecer novas memórias para o continente. Dessa forma, nos cabe questionar mais profundamente qual é a América Latina que o Eduardo Galeano se propõe a narrar. Quais são seus personagens, qual a cartografia desenhada por ele. Cidadão global, mas de pés verdadeiramente fincados na América Latina, Galeano acende reflexões sobre geografias, sobre o caminhar e... perguntar.

## NOTAS

- 1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 2 Sobre isso, vale destacar que os relatos da “descoberta do Novo Mundo” despertaram o nascimento do gênero literário Utopia, a partir da publicação de obra homônima, em 1516, por Thomas Morus. Do mesmo modo, o ensaio *Dos canibais*, de Montaigne (2017), analisando os costumes indígenas, inauguraria a figura de “bom selvagem”, incorporada por Rousseau ao pensamento Iluminista.
- 3 Os zapatistas se referem aos 500 anos de exploração colonial como “longa noite”.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**. Brasil: Ministério da Educação e da Cultura, 1966.



- ANSOTEGUI, Elena. La utopía son los otros: un acercamiento descolonial a Memoria del fuego de Eduardo Galeano. **Sociedad y Discurso**, Dinamarca, n. 29, p. 64-84, 2016.
- ARAUJO, André. **Eduardo Galeano**: devolver à história o alento, a liberdade e a palavra. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- CARVALHO, José Rodrigues de. O corte que não estanca: imagens, cartografias coloniais e resistências na obra “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano. **Espaço e tempo midiáticos**, Tocantins, v. 1, n.1, jul./dez. p. 171-188, 2016.
- COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta de América**: as quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado**: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GALEANO, Eduardo. **Los nacimientos**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Memória do Fogo I**: Os nascimentos. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Memória do Fogo II**: As caras e as máscaras. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Memória do Fogo III**: O século do vento. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2017b.
- \_\_\_\_\_. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2017c.
- \_\_\_\_\_. **Espelhos**: uma história quase universal. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Edusp, 1969.
- KOVACIC, Fabián. **Galeano**: apuntes para una biografía. Buenos Aires: B de Books, 2016.
- LÓPEZ BELLOSO, Roberto (Ed.). **Galeano, un ilegal en el paraíso**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.
- MAFRA, Liana Márcia Gonçalves. **História e literatura en Eduardo Galeano**: narrativas a contrapelo en El Siglo del Viento. 148f. 2016. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- MELLO E SOUZA, Laura. O novo mundo entre Deus e o diabo. In: **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 21-85.
- \_\_\_\_\_. Macrodemonologia: O diabo nas malhas do Antigo Regime. In: **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização séculos XVI - XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 21-46.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**: da amizade e outros textos. Porto Alegre: L&PM, 2017.

MORUS, Thomas. **Utopia**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

O TEMPO e o modo, com Eduardo Galeano. Realização: Graça Castanheira. 2012. 30 min.  
Disponível em: <https://vimeo.com/46213265>. Acesso em: 01 jun. 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch’ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62.

# RUA PRINSENGRACH, Nº 263: GÊNERO, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO DIÁRIO DE ANNE FRANK

Elielma da Silva Nóbrega

Maria Artenisia da Costa Lima

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a problemática de gênero, identidade e memória a partir das memórias da experiência de vida narradas por Anne Frank, registradas em seu diário pessoal, entre os anos de 1942 a 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em que a família de Anne Frank de origem judia se muda para Amsterdam para esconder-se da perseguição nazista no local chamado por Anne Frank de *Anexo Secreto*, situado em um prédio da rua Prinsengracht, nº 263. Anne Frank ganha o diário no seu aniversário de 13 anos, e passa a escrever sobre o cotidiano no anexo, a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os seus sentimentos e sonhos. Ao nos apropriarmos dos registros pessoais como indícios reforçamos o valor documental dos diários, para realizar um estudo a cerca das memórias de Anne Frank em relação à perseguição nazista contra os judeus e a problemática de gênero.

**Palavras-chave:** Anne Frank; Gênero; Memória.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar as problemáticas de gênero, memória e identidade nos escritos do Diário de Anne Frank. O diário foi escrito no contexto da Segunda guerra mundial, durante os anos de 1942 a 1944. Anne Marie Frank foi uma menina judia, nascida em Frankfurt, na Alemanha, no dia 12 de Junho de 1929. Seus pais eram Otto Frank (um banqueiro) e a sua mãe Edith Frank (uma dona de casa) e a sua irmã mais velha era Margot Frank. Em meio ao temor da ascensão de Hitler ao poder, a família Frank muda para a Holanda quando Anne Frank tinha quatro anos de idade, onde Otto Frank se tornou diretor administrativo de uma empresa que fabricava produtos para fazer geleia. Em Maio de 1940, a Holanda é invadida pelos nazistas, dando início a série de hostilização aos judeus, proibições e a negação do direito de ir e vir.

Em 12 de Junho de 1942, em seu aniversário de 13 anos, Anne ganhou um diário e nesse mesmo dia começou a escrever, em seu primeiro registro Anne escreve: “Espero contar tudo a

você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda” (FRANK, 2019, p. 13). No dia 9 de Julho de 1942, para não ser presa, a família Frank se mudou para um esconderijo, atrás da empresa onde o pai de Anne trabalhava, onde ficaram confinados com a família Van Pels e o amigo dentista Fritz Pfeffer. O local, nomeado por Anne Frank de “Anexo secreto”, estava situado em Amsterdã no bairro Rivierenbuurt, Rua Prinsengracht, Nº 263.

Anne Frank escreveu em seu diário acontecimentos cotidianos, os conflitos de uma adolescente, a aflição de viver escondida sobrevivendo com comida armazenada, a ajuda recebida de amigos, o sofrimento da guerra, os bombardeios que aterrorizavam, e a possibilidade do esconderijo ser descoberto. Anne era falante nativa de alemão, mas foi alfabetizada em holandês, idioma que escolheria para escrever em seu diário. Os diários pessoais consistem em uma importante fonte histórica, fazer uso desse documento, para esta escrita, nos permitiu versar sobre as memórias de Anne Frank em relação à perseguição nazista contra os judeus e a problemática de gênero presente na sua escrita.

Os diários pessoais passam a ser vistos como depoimentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas, repletas de gestos de amor, amizade, ressentimento, mas também marcados pelos freios morais de determinada época. Os diários pessoais são fontes a partir das quais é possível capturar sensibilidade do passado, através dos traços objetivos que estas deixaram para o presente, pois como toda a escrita pessoal, eles são atravessados pelas tensões e dilemas do mundo em que inserem. (CUNHA, 2009, p. 253).

## OS REGISTROS DE ANNE FRANK

Os primeiros registros do diário correspondem a uma narrativa de cunho pessoal, onde Anne discorre sobre o cotidiano familiar e escolar, após a chegada da sua família ao esconderijo Anne retrata o seu cotidiano e o da sua família e os seus sentimentos. No dia 11 de Julho de 1942 Anne registra no diário: “[...] O anexo é um lugar para se esconder. Pode ser úmido e torto, mas provavelmente não há esconderijo mais confortável em Amsterdã. Nem em toda a Holanda. [...]” (FRANK, 2016, p. 36).

Quando começou a escrever no diário, Anne guardava os seus escritos para si, quando ouvi o membro do governo holandês Gerrit Bolkestein declarando na rádio que após a guerra esperava recolher depoimentos de judeus sobre o holocausto Anne reorganiza o seu diário, melhorando a forma de redigir o texto, omitindo passagens e acrescentando outras que acreditava ser interessante, ao mesmo tempo que mantinha uma escrita pessoal no diário. Anne escreve em seu diário após ouvir no noticiário o interesse em recolhimento de diários e cartas de judeus no dia 29 de março de 1944:

Querida Kitty, O Ministro Bolkestein, falando no noticiário holandês transmitido da Inglaterra, declarou que depois da guerra farão uma coletânea de diários e

cartas que falem da guerra. Claro que todo mundo se lembrou imediatamente do meu diário. Imagine como seria interessante se eu publicasse um romance sobre o Anexo secreto. [...] Sério, dez anos depois da guerra, as pessoas achariam muito interessante ler sobre como vivemos, o que comemos e sobre o que falamos como judeus escondidos. Apesar de eu contar muita coisa sobre a nossa vida, você ainda sabe muito pouco a nosso respeito [...] (FRANK, 2016, p. 254).

Os registros de uma escrita de si nos leva a conhecer os fatos sob a ótica do depoente, de forma que essas memórias devem ser analisadas levando em consideração o lugar social e também não podemos negligenciar fatores subjetivos como os medos e angústias (LE GOFF, 2000). Uma vez que a memória é um fenômeno individual e também coletivo. No dia 13 de Dezembro de 1942 Anne desabafa em seu diário:

[...] Nossos pensamentos mudam tão pouco quanto nós. Parece um carrossel, indo dos judeus à comida, da comida à política. A propósito, falando de Judeus: ontem vi dois, quando estava espiando pela cortina. Senti como se estivesse olhando as Sete Maravilhas do Mundo. Tive uma sensação esquisita, como se eu houvesse denunciado à autoridade e agora estivesse espiando sua infelicidade [...] (FRANK, 2016, p. 88).

Anne é uma menina judia que precisou se esconder da perseguição nazista, mantendo o seu diário de cunho pessoal ao mesmo tempo que retratava o medo da guerra e as dificuldades em se manter confinada, como essa passagem do dia 29 de Setembro de 1943 quando Anne retrata um desentendimento em torno de comida da sua família e dos Van Peals, no diário ela se refere a família como os Van Daan:

Há problemas à vista com os Van Daan, dá pra ver! Papai anda furioso porque eles andam nos enganando: eles vêm escondendo carne e outras coisas. Ah, que tipo de bomba está para explodir agora? Se ao menos não nos envolvêssemos em todas essas brigas! Se ao menos eu pudesse sair daqui! Eles estão nos deixando loucos (FRANK, 2016, p. 147)

Nessa outra passagem do dia 17 de Abril de 1944 Anne retrata um susto ao imaginar que o esconderijo estava sendo invadido, temor frequente que os moradores do anexo experimentaram:

P.S.: Ontem acordamos às seis horas da manhã, porque toda a família ouviu de novo sons de uma invasão. Dessa vez, a vítima deve ter sido um de nossos vizinhos. Quando fomos verificar, às sete horas, as portas ainda estavam trancadas, graças a Deus! (FRANK, 2016, p. 278).

Em seu diário Anne Frank escreve também notícias da guerra que escuta pelo rádio, bem como a reação dos moradores do anexo e as discussões em torno do contexto político, e sobre figuras políticas como Churchill, Gandhi e a de um bispo que escreve uma carta ao povo holandês, tomamos como exemplo a passagem a seguir do dia 27 de fevereiro de 1943:

Querida Kitty, Pim espera a invasão para qualquer dia, Churchill teve pneumonia, mas está ficando melhor. Gandhi, o defensor da liberdade na Índia, está fazendo mais uma de suas incontáveis greves de fome [...] Jan trouxe para nós a carta que o Bispo escreveu a seus fiéis. É linda e inspiradora. “Povo dos Países Baixos,

erga-se e aja. Cada um de nós deve escolher as próprias armas para lutar pela liberdade de nosso país, de nosso povo e de nossa religião! Ajudem e apóiem. Ajam agora!” É isso que estão pregando no púlpito. Será que vai servir de alguma coisa? É definitivamente tarde demais para ajudar nossos companheiros judeus. (FRANK, 2016, p. 95).

## O DIÁRIO E A MEMÓRIA

Os diários podem ser entendidos como um lugar de disputa da persona pública e dos desejos privados do autor. Pretendemos analisar as memórias e a construção da identidade de Anne Frank em seu diário. Em seus relatos no diário Anne se demonstra incompreendida em seus sentimentos, por esse motivo Anne forja uma amiga em seu diário. A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste, de um eu que se dirige a um tu.

É perceptível a necessidade de Anne em forjar uma amiga em muitas passagens do seu diário em que ela revela se sentir sozinha mesmo com pessoas a sua volta, e também pela relação conflituosa com a mãe, e por vezes com os demais moradores do esconderijo. O diário era uma forma de expressar seus sentimentos sem ser julgada, nesta outra passagem do dia 10 de agosto de 1943 Anne retrata o quanto não se sentia compreendida:

Uma nova idéia: durante as refeições eu falo mais comigo mesma do que com os outros, o que tem duas vantagens. Primeiro eles ficam satisfeitos por não precisarem ouvir minha conversa contínua, e segundo não preciso me chatear com suas opiniões. Não acho que as minhas opiniões sejam idiotas, mas outras pessoas acham; por isso, é melhor guardá-las comigo. (FRANK, 2016, p. 136).

Anne Frank ao vivenciar o holocausto se ressignifica à medida que elabora o seu diário, além disso, o diário causa a impressão no leitor que Anne está passando por um processo profundo de amadurecimento em um curto período de tempo, como evidencia o registro de 22 de Janeiro de 1944 quando Anne reler parte do seu diário:

Eu não seria capaz de escrever esse tipo de coisa. Agora eu estou relendo meu diário, depois de um ano e meio, estou surpresa com a minha inocência infantil. No fundo sei que nunca poderei ser tão inocente de novo, por mais que quisesse. Entendo as mudanças de humor e os comentários sobre Margot, mamãe e papai como se tivesse escrito isso ontem, mas não consigo escrever tão abertamente sobre outras coisas. Fico tremendamente constrangida ao ler as páginas que falam de assuntos dos quais me lembro como sendo muito melhores do que realmente foram. Minhas descrições são muito indelicadas. [...] (FRANK, 2016, p. 71).

O diário possui uma dimensão individual e subjetiva, uma vez que a escrita do diário é um exercício mnemônico, mas também uma dimensão social e coletiva, uma vez que Anne está inserida em um tempo e lugar social como agente histórico. O não dito desempenha um grande espaço na construção da memória, aqui por meio de um diário. De forma, que a obra certamente esconde uma série de possibilidades e fatos ligados ao ocorrido, ele não é a totalidade

da experiência vivida, mas um indício, o resultado de luzes postas em determinados pontos em detrimento de outros. Como afirmamos em HALBWACHS (1968), existem forças que atuam em pontos distintos na construção da memória.

O processo de enquadramento da memória que promove uma seletividade para lembrar de certas lembranças em detrimento de outras, lembramos também das memórias subterrâneas que correspondem às memórias excluídas, diante de um silenciamento, cujo silêncio é rompido em momentos de crise, levando a memória a um cenário de disputa, como é o caso dos judeus após o holocausto.

## **GÊNERO E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE**

Anne escreve em seu diário na fase da sua adolescência, onde ela passa a questionar fatos e a construir a sua identidade, ela escreve em seu diário sobre os seus planos após a guerra em estudar história da arte e línguas e o seu sonho em ser uma escritora. Anne, também fala sobre sexualidade e questiona a moral instituída no casamento e sobre o fato dos pais não falarem abertamente com os seus filhos sobre sexo, como podemos ver nesse registro do dia 18 de Março de 1944.

Os pais, e as pessoas em geral, são muito estranhos quando o assunto é sexo. Em vez de contar tudo aos filhos quando eles têm 12 anos, mandam as crianças para fora da sala quando surge o assunto e deixam que elas descubram tudo sozinhas. Mais tarde, quando os pais percebem que, de algum modo, os filhos encontraram a informação, presumem que eles sabem mais (ou menos) do que realmente sabem. Então, por que não tentam consertar perguntando o que é o quê? (FRANK, 2016, p. 233).

Sabemos que muitas mulheres escreveram em seus diários não apenas fatos cotidianos, mas também sobre o pensamento em torno das dificuldades sociais em torno do gênero, é perceptível essa tendência no diário de Anne Frank quando ela fala sobre do seu relacionamento com Peter Van Pels no dia 17 de Abril de 1944 que também esteve confinado com Anne no anexo:

Sei que estou começando muito nova. Menos de quinze anos e já tão independente – é meio difícil para os outros entenderem. Tenho certeza de que Margot nunca beijaria um rapaz, a não ser que houvesse alguma conversa sobre noivado ou casamento. Nem Peter nem eu temos esse tipo de plano. Também tenho certeza de que mamãe nunca tocou num homem antes de conhecer papai. O que será que minhas amigas ou Jacque diriam se soubessem que fiquei nos braços de Peter, com o coração encostado no peito dele, minha cabeça em seu ombro e sua cabeça e seu rosto encostado no meu?

Em seus registros ela faz algumas observações pertinentes para uma garota da sua idade. Anne tinha ambições distintas da maioria das jovens daquela época, ela almejava ter uma profissão, ser jornalista, era esse o seu desejo, apesar de duvidar de seu talento, no fundo ela

sabia do potencial da sua escrita. A ideia de viver uma vida em prol de um esposo e filhos não a agradava. Anne queria ser lembrada, queria marcar a vida de outras pessoas, para ela a escrita tinha esse poder de eternizar as pessoas. Como podemos observar nos relatos do dia 5 de Abril de 1944:

Não consigo me imaginar vivendo como mamãe, a Sra. van Daan e todas as outras mulheres que fazem o seu trabalho e depois são esquecidas. Preciso ter alguma coisa além de um marido e de filhos aos quais me dedicar! Não quero que minha vida tenha passado em vão, como a da maioria das pessoas. Quero ser útil ou trazer alegria a todas as pessoas, mesmo aqueles que jamais conheci. Quero continuar vivendo depois da morte! (FRANK, 2016, p. 260).

## **IDENTIDADE NO DIÁRIO DE ANNE FRANK**

A memória do indivíduo está relacionada com a construção da identidade. “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva [...]” (POLLAK, 1992, p. 201). Dessa forma, a identidade se trata da representação que o indivíduo faz da sua imagem para si mesmo e para os outros.

As questões de identidade são constantes na escrita do Diário da Anne Frank, pois é pela identidade étnica judaica que o seu povo foi perseguido e massacrado durante a segunda guerra mundial. A partir dos relatos do dia 20 de junho de 1942, é possível ter noção de todas as restrições que foram impostas aos judeus por meio de diversos decretos antissemitas. Ela relata algumas delas.

Os judeus deveriam usar uma estrela amarela; os judeus eram proibidos de andar de carro, mesmo em seus próprios carros; os judeus deveriam fazer compras entre três e cinco horas da tarde; os judeus deveriam frequentar barbearias e salões de beleza de proprietários judeus; os judeus eram proibidos de frequentar teatros, cinemas ou ter qualquer outra forma de diversão; os judeus eram proibidos de ir a piscinas, quadras de tênis, campos de hóquei ou qualquer outro campo esportivo; os judeus eram proibidos de ficar em seus jardins ou nos de amigos depois das oito da noite; os judeus eram proibidos de visitar casas de cristãos; os judeus deveriam frequentar escolas judias etc. você não podia fazer isso nem aquilo, mas a vida continuava. (FRANK, 2016, p. 18)

Assim como os demais judeus, Anne e sua família também tiveram que respeitar os decretos antissemitas, Anne, teve que trocar de escola, quando as crianças judias passaram a frequentar obrigatoriamente as escolas israelitas. Ela fala que precisava corresponder às condições que foram impostas para que ela fosse aceita no Liceu Israelita.

A identidade judaica é uma identidade étnica, pois não é definido por origem nacional, ou seja, ela não está ligada ao surgimento de uma nação, não tem relação ao período anterior ou posterior a formação do estado de Israel, ocorrido em 1948, a identidade Judaica está sobretudo ligada ao legado cultural, que apesar de ter uma interligação com a religião judaica não é defi-



nida por ela. Ser judeu é compreendido para além das crenças e práticas religiosas, é acima de tudo uma questão de identificação étnica judaica.

É importante enfatizar que o antissemitismo, como é designado a prática de discriminação dos povos judeus teve a sua origem nos primórdios da história da humanidade. Ao longo da história, as populações judaicas sofreram opressão e inúmeras tentativas de dizimação, por parte de governantes, imperadores e por nações. Essa perseguição ao povo judeu era efetivada desde a expulsão territorial desses povos até o genocídio em massa. O antissemitismo marcou diversos períodos da história da humanidade, com ênfase para: O massacre dos judeus ocorrido na primeira cruzada; as perseguições e autos de fé em ataque aos cristãos-novos promovidos pelas santas inquisições espanhola e portuguesa; as perseguições por países europeus como Espanha, Inglaterra, Alemanha, França e Portugal, países em que os povos judeus se instalaram. O ponto culminante da perseguição antissemita ocorreu através do comando de Adolf Hitler, por meio do Holocausto que resultou na morte milhões de judeus entre os anos de 1942 e 1945. Essa prática, por mais abominável que seja, não foi erradicada na Segunda Guerra mundial, pois, todavia as perseguições aos judeus e a outras minorias étnicas e religiosas são práticas recorrentes.

A construção da identidade ocorre no diário de Anne Frank no exercício memorialístico de Anne ao escrever em seu diário, no ato de registrar fatos cotidianos ocorridos no passado, é possível ter novas interpretações dos fatos vivenciados. Portanto, o exercício de lembrar, esquecer e ressignificar na escrita do seu diário é um fator que promove a construção de uma identidade. Ao contar a própria vida, o indivíduo procura estabelecer coerência com acontecimentos-chaves, por meio da construção de si o indivíduo tende a definir o seu lugar social. “Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir o seu lugar social e suas relações com os outros.” (POLLAK, 1989, p. 12).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diário teve vários recortes para publicação, principalmente nas suas versões A e B, e um acabamento mais conciso na sua versão C (versão utilizada nesse artigo). Onde nas primeiras publicações foram omitidos passagens da sexualidade de Anne Frank, a relação conflituosa com a mãe e com outros moradores do anexo. Este fato, ressalta a importância dos manuscritos da Anne Frank para os estudos de gênero e da história das mulheres, tendo em vista que ao analisar a problemática de gênero, nos diários das mulheres dar visibilidade as imposições sociais às mulheres, que foram naturalizadas ao longo da história. Contudo, o documento revela uma falta, bem como a memória está atrelada ao esquecimento, o arquivo em si é apenas o indício de uma memória individual e coletiva. O Diário de Anne Frank tem perpassado décadas, tornou-se um best-seller sobre a Segunda Grande Guerra, trata-se de uma fonte documental de extrema relevância para a História mundial, por possibilitar compreender a sua dimensão trágica.

ca. Diante do exposto ressaltamos o valor documental dos diários, para a realização de estudos acerca das memórias, assim como para a sua conservação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Denise Borille de. **Fronteiras de identidades**: a escrita do eu em ‘O diário de Anne Frank’. Anuari de Filologia. LiteraturesContemporànies. Barcelona, v. 6, 2016, p. 63-70. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/AFLC/article/view/17508>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CUNHA, Maria Tereza. Territorios abertos para a História. IN: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; LUCAS, Regina de (orgs.). São Paulo: contexto, 2009.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**: edição integral/ Anne Frank; tradução de Alves Calado. – 61 . ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. 1. Ed.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 1968.

Le Goff, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

NETO, O. C. da S. **O diário de Anne Frank**: memória, narrativa e construção identitária. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

POLLAK, Michael. Memória esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V. 2, n.3, p. 3 -13, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

# VICTOR KLEMPERER: O TESTEMUNHO DA RECONSTRUÇÃO

Juliana Aparecida Lavezo

## RESUMO

A presente pesquisa faz um recorte biográfico do intelectual alemão Victor Klemperer a partir de seus escritos do pós-guerra *The lesser evil: the diaries of Victor Klemperer 1945 -1959*. Victor Klemperer foi um importante filólogo, professor universitário, tendo ocupado a cátedra de filologia românica na Universidade Técnica de Dresden, cidade onde viveu a maior parte de sua vida. Klemperer era um judeu assimilado, se converteu ainda jovem ao protestantismo, foi casado duas vezes, primeiro com Eva Schlemmer e, ao ficar viúvo dela, casou-se com sua aluna Hadwig Kirchner. Ao longo de sua carreira acadêmica, debruçou-se sobre diferentes temas, mas, principalmente, se dedicou aos estudos da literatura francesa do século XVIII, publicando obras relevantes, como *Montesquieu* (1913), *História da literatura francesa do século XVIII: o século de Voltaire* (1954). Outra obra singular de Klemperer resultou na publicação do livro *LTI- Lingua Tertii Imperi (A linguagem do Terceiro Reich)* em 1947 na Alemanha. Desde jovem, Klemperer tinha o hábito de escrever diários e estes compõem três fases distintas de sua vida: *Curriculum vitae*, que abordam seus primeiros anos, sua juventude, até 1918; *Os diários de Victor Klemperer – testemunhos de um judeu na Alemanha Nazista*, que referem-se aos anos de 1933 a 1945, período em que é destituído de seu cargo de professor universitário, perseguido e sofre diversas humilhações; e o último, *The lesser evil: the diaries of Victor Klemperer 1945 – 1959*, onde escreve o cenário em que a Alemanha Oriental se encontrava, as dificuldades de reabastecimento alimentar e a reconstrução de Dresden nos primeiros anos do pós-guerra e seu retorno ao trabalho. Pretende-se com essa pesquisa analisar e explorar a obra de Victor Klemperer a fim de compreender o contexto social e político do pós-guerra, assim como as relações dos sujeitos envolvidos presentes em seus escritos, sua própria vida, a retomada de sua carreira acadêmica, amparados por uma bibliografia específica sobre o tema. A fonte primária a ser utilizada são os diários do autor do período pós-guerra *The lesser evil: the diaries of Victor Klemperer 1945 – 1959* e como fonte secundária sua outra obra, também mencionada aqui, *LTI- Lingua Tertii Imperi (A linguagem do Terceiro Reich)*, pois consideramos que ela aborda aspectos importantes de sua carreira acadêmica.

**Palavras-chave:** Victor Klemplerer; diários; pós-guerra; biografia.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos brevemente um excerto dos diários de Victor Klemperer que se referem ao período pós-guerra. Para tanto, iremos expor aqui, de forma sucinta, uma biografia sobre o autor e logo após, apresentaremos uma análise sobre o trecho do diário mencionado.

Victor Klemperer foi um importante filólogo alemão, professor universitário, judeu convertido ao protestantismo ainda jovem, mas que mesmo assim não escapou da perseguição nazista nos anos do Terceiro Reich.

Ao longo de sua vida escreveu vários diários, *Curriculum Vitae*, que aborda os anos de 1881 a 1918, Os Diários de Victor Klemperer, referentes aos anos do nazismo – de 1933 a 1945, publicados no Brasil em 1999 e *The diaries of Victor Klemperer – The Lesser Evil* (também sem tradução para o português), que compreende os anos de 1945 a 1959.

Compreendemos que ao apresentar uma vida, analisamos também todo o contexto social e político da época e isso não é diferente com o estudo dos diários de Klemperer. Seus escritos são uma importante fonte para a historiografia da *Shoah* e nos permitem conhecer um pouco mais sobre as pessoas que viveram esses eventos traumáticos e como os superaram (ou não).

## VICTOR KLEMPERER

Nascido a 9 de outubro de 1881 em Landsberg, na Alemanha, Victor Klemperer era filho de Wilhelm Klemperer e de Henriette Klemperer. Foi casado com a pianista Eva Schlemmer que não era judia, fato que o livrou de ser enviado ao campo de concentração, mas não de ser perseguido e por diversas vezes, humilhado.

Victor Klemperer foi professor na Escola Técnica Superior de Dresden, ocupando a cátedra de letras latinas em 1920, cidade onde viveu grande parte de sua vida e onde veio a falecer. É autor de várias obras. Entre elas, destacam-se: *Lingua Tertii Imperii (A linguagem do Terceiro Reich)*, com sua primeira edição em Berlim em 1947, e publicada no Brasil em 2009, obra singular para o estudo do Nazismo, pois este analisa a linguagem nazista e *História da literatura francesa do século XVIII: o século de Voltaire*, publicado na Alemanha em 1954. Destaca-se mundialmente por ser um grande estudioso sobre a literatura francesa, tendo publicado várias obras sobre a temática. Em 1995, sua obra *LTI* recebeu o prêmio de literatura alemã *Geschwister Scholl*.

Klemperer era acostumado a escrever diários desde criança e sua obra divide-se em *Curriculum Vitae* (sem tradução no Brasil) que aborda os anos de 1881 a 1918; *Os diários de Victor Klemperer*, referentes aos anos de 1933 a 1945, publicado no Brasil em 1999; e *The diaries of Victor Klemperer – The Lesser Evil* (também sem tradução para o português), que compreende os anos de 1945 a 1959.

Após a morte de Eva, em 1951, Klemperer se casa novamente, com uma de suas alunas, Hadwig Kirchner. Volta a lecionar em diversas universidades, como a Universidade Greifswald em 1948, Universidade de Halle, lecionando até 1960, ano de sua morte, e a Universidade de Berlim no período de 1951-1954.

Durante o regime nazista, Klemperer foi destituído de seu cargo de professor da Escola Técnica Superior de Dresden pelas leis antissemitas de Hitler e teve até mesmo sua máquina de escrever confiscada, impossibilitando qualquer possibilidade de produção de seu trabalho.

É importante ressaltar aqui que Klemperer optou por permanecer na Alemanha, então, temos uma visão de um intelectual que vivenciou tais fatos de perto. Ele explica em seus diários que decide ficar na Alemanha pelo sentimento de pertencimento ao seu próprio país e também devido à saúde de Eva.

É no pós-guerra que Klemperer publica uma de suas maiores obras sobre o Nazismo, sua *LTI*. A obra é publicada pela primeira vez em 1947 pela editora Aufbauverlag, de Berlim. Após essa, seguem-se muitas edições, totalizando 318 mil exemplares vendidos na Alemanha nesse período.

Para escrever *LTI*, Klemperer desmonta os Diários, quebra a sequência de datas e organiza o livro por temas que refletem vivências. Estrutura-o basicamente em duas partes: antes e depois de 19 de setembro de 1941, dia que o uso da estrela amarela com a insígnia *Jude* passou a ser obrigatório para todos os judeus, como castigo pelos reveses sofridos pelos alemães na Rússia a partir de junho daquele ano. (OELSNER, 2009, p. 15)

*The lesser evil – the diaries of Victor Klemperer (1945-1959)* narra o cotidiano dos alemães do lado oriental que tentaram reerguer seu país (mesmo que dividido). Ademais, a obra nos fornece dados e informações sobre a vida do próprio Klemperer: o que mudara, como o casal Klemperer se estabelecera novamente em Dresden, como se reergueram, entre outros pontos.

É nesse contexto do pós-guerra que continua a redigir seus diários, hábito que o manteve com a consciência sadia diante de tudo que viveu. Dessa forma, buscamos analisar seus escritos pós-guerra e compreender como foram esses anos de reconstrução na Alemanha Oriental para o casal Klemperer. Assim, conseguimos entender como foi o processo de desnazificação e quais as mudanças ocorridas nessa sociedade no findar da guerra.

## OS DIÁRIOS

As páginas finais dos diários escritos durante o período nazista (1933 – 1945) são repletas de descrições minuciosas sobre a destruição da cidade de Dresden. Os dois bombardeios desferidos pela RAF na madrugada de 13 e posteriormente 14 de fevereiro, deixou a cidade em ruínas flamejantes.

A preocupação de Klemperer era deixar a cidade o quanto antes, preservar seus escritos e suas próprias vidas, a dele e de sua esposa Eva, buscando um lugar onde pudessem estar a

salvos. Na primeira oportunidade, se desfez rapidamente da estrela costurada no paletó, motivo de tanta humilhação.

o ataque feroz à Dresden em 13 e 14 de fevereiro ganhou um lugar de destaque. As condições eram perfeitas para uma destruição aérea completa: tempo ideal para o arremesso de bombas, ausência quase absoluta de defesas contra ataques aéreos, falta de providências por parte da liderança nazista e até mesmo de abrigos razoáveis para a população, numa cidade sobrecarregada pela necessidade de acomodar milhares de refugiados, além de seus 640 mil habitantes (KERSHAW, 2015, pg. 283)

Em sua longa caminhada próximo ao rio Elba, Klemperer relata a destruição que viu, cápsulas de balas vazias, pessoas mortas, prédios em chamas, alguns irreconhecíveis. Receberam ajuda de enfermeiros em uma ambulância que os atendeu e pode tratar do ferimento em sua cabeça causado pela explosão durante a falta de energia, momento em que ele se perdeu de Eva.

Já havia algum tempo que ele e Eva não comiam, conseguiram comer somente de manhã em um alojamento, onde receberam pão e chá, a água estava escassa. A ideia de Klemperer era levar seus manuscritos até a casa de sua amiga, a médica Annemarie Köhler, onde para ele, estariam a salvos. Conseguiram chegar até Pirna, após vários dias de viagem e de terem se hospedado em vários lugares, casas de conhecidos, hospitais, pessoas que os ajudaram ao longo do caminho. Annemarie guardou seus escritos, se hospedaram confortavelmente em sua casa e no outro dia seguiram em direção à Baviera. Era possível ouvir ruídos de detonações próximas e os aviões que voavam muito perto, o que os deixavam aflitos.

No dia 3 de abril seguiram em uma viagem longa e passaram por diversas cidades como, Muldenbergm Zwotental, Graslitz, Falkenau, depois seguiram para Eger, e em Marktredwitz tiveram sua primeira noite de espera. No outro dia, continuaram viagem e seguiram para Regensburg e depois até Landshut, passaram por Munique e no dia 5 estariam em Dachau, Pfaffhofen, depois, Schweitenkirtchen, onde pernoitaram. No dia 12 chegaram em Inchenhofen, seguiram em um veículo militar para Aichach e à noite em Unterbernbach, onde dormiram na casa do dirigente de agricultores locais. Foram dez noites viajando, sete delas sem tirar a roupa do corpo, passadas em salas de espera, com alimentação insuficiente.

Klemperer descreve Munique como uma cidade também arrasada, mas em comparação a Dresden estava menos destruída. Pelas cidades onde passaram, viram muita destruição, essas cidades vinham sendo atacadas constantemente. Ficaram hospedados em abrigos, hospitais, casas de amigos, estações, quartéis, lugares onde pudessem estar seguros naquele momento.

No dia 25 de abril chegaram na Baviera, onde se hospedaram da casa de um conhecido, Gruber. Lá também o cenário não era diferente dos outros lugares por onde passaram: barulho de tiros vindos do front, detonações de bombas, esquadrilhas em pleno voo, caças em voos rasantes, acreditavam ser os americanos.

Pensava em quando poderia retornar a Dresden, mas naquele momento tudo ainda era muito obscuro e cheio de incertezas. Ele menciona que naquele momento era difícil encontrar alguém que defendesse o horror nazista, parecia que ninguém nunca houvesse estado ao lado deles.

No dia 8 de junho de 1945 chegaram em Chemnitz, a cena que presenciaram já se tornara habitual para eles. Escombros. Destruição. Cinzas. Foram até a estação de trem e souberam que o trem para Dresden partiria no dia seguinte às três horas da tarde, porém estavam superlotados e irregulares. Adormeceram nos fundos de um restaurante onde tinham comido, ali também se acomodaram alguns soldados, naquele espaço beliches estavam espalhadas pelos cantos.

Finalmente, no dia 10 de junho conseguiram chegar em Dresden. Estavam exaustos e foram até uma delegacia. Klemperer acreditava ser impossível reaver sua casa. Foram até um abrigo na Marggranfenstrasse, mas não estavam distribuindo alimentos, então, seguiram caminhando pelas ruas. Encontraram alguns conhecidos que imaginaram que eles estivessem mortos.

## OS ANOS DE RECONSTRUÇÃO

Muito do que Klemperer escreve nas primeiras páginas de seu diário pós-guerra, ainda no último ano de guerra, se referem à escassez de alimentos na região onde vivia e aos incessantes blecautes que ocorriam ao longo dos dias. O que podemos perceber em seus escritos no imediato pós-guerra é que, de fato, a tentativa das pessoas era a de sobreviver em meio ao caos.

A casa dos Klemperers havia sido invadida por um *bunker* e eles tiveram o trabalho de removê-lo durante alguns meses, fato que manteve Klemperer bastante irritado por esse tempo.

A alimentação nesse período era realizada mediante os cartões de ração que o governo fornecia às famílias, estes eram insuficientes para suprir as necessidades calóricas adequadas em cada refeição.

Era muito comum o cenário de filas formadas em frente às padarias para se comprar pão o tanto quanto se podia ou se conseguia. A fome era geral e também ocorria casos de tifoide, a vacinação geral tinha sido ordenada primeiro em Berlim e depois em Dresden.

O casal, nesse período, recebe a ajuda de um amigo muito querido por eles, que sempre que possível levava cupons de pães até eles. Ele relata a falta de energia: “Yesterday evening from 7-9.30 there was no electricity for 2 ½ hours, whereas usually the misfortune lasts for 1 ½ hours” (KLEMPERER, 2003, p. 58).

Em um trecho posterior do diário, também comenta sobre a escassez de alimentos: “In addition extreme food shortage, literal lack. For 3 days now, morning and evening, barley soup, which ran out today. What is to be done?” (KLEMPERER, 2003, p. 125).

Klemperer consegue de volta seus diários que durante esse tempo mantevesse seguro com sua amiga Annemarie Köhler, e passa a escrever novamente, tenta retomar seu trabalho, lhe emprestam uma máquina de escrever.

Sua percepção, de início, era a de que os americanos não eram melhores que os russos, dizia que na verdade eram um pouco piores e que eles não tinham ido a Dresden e ainda menos fariam uma aliança com a Alemanha.

Os rumores da Rússia contra os EUA não paravam. Relata que a propaganda nazista ainda surtia efeito. Ele se perguntava se era somente em Dresden que isso acontecia ou se era em toda a Alemanha – especialmente “nazista”.

Naquele momento, o fato de não estar trabalhando o incomodava muito. Não havia, no entanto, uma previsão possível de quando isso poderia acontecer e por isso a impaciência. Recebeu uma carta da secretaria do Estado sobre a possibilidade de lecionar na Universidade de Leipzig tão logo fosse nomeado na Escola Técnica, fato que ainda não tinha ocorrido.

Klemperer foi até a Escola Técnica e relata em seus diários que todos os funcionários da área administrativa tinham sido removidos. Diante das dificuldades em retornar ao seu cargo de professor, vê a possibilidade de facilitar sua vida se filiando ao Partido Comunista. Ele se descrevia como liberal, mas que nunca tinha se filiado a partido algum, no entanto, quando se filia ao Partido Comunista, menciona que acreditava que permanecer livre em um partido naquela época era uma luxúria e acreditava que um resolutivo movimento de esquerda poderia tirar-los daquela calamidade e preveni-la que retornasse.

De fato, Klemperer retorna ao seu cargo na Escola Técnica ainda em 1945, porém só voltaria a lecionar em uma universidade em 1948, na Universidade de Greifswald. Klemperer escreve incansavelmente sobre o desejo de lecionar em uma universidade e as dificuldades encontradas nesse período até que conseguisse tornar-se professor nessa instituição o aborreceram bastante. Quando finalmente consegue o que desejava, o tempo em que passa em Greifswald não foi prazeroso nem para ele nem para Eva, os dois enfrentaram problemas de saúde e ele próprio escreve em seus diários que foi um período infeliz de sua vida.

Nesse mesmo ano ainda, Klemperer torna-se professor na Universidade de Halle, cargo que ocuparia até 1960, ano de sua morte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pudemos compreender, ao longo desse breve artigo, um pouco sobre a história de Victor Klemperer, filólogo alemão e professor universitário, autor de várias obras renomadas, especialista em literatura francesa do século XVIII e escritor de diversos diários dos períodos que antecedem, postergam e do próprio período da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Klemperer nos relata as dificuldades que ele e sua esposa, Eva, passaram quando sua cidade, Dresden, foi atingida pelo pesado bombardeio britânico nas noites de 13 e 14 de fevereiro de 1945 e como conseguiram escapar da morte e preservar suas vidas e seus manuscritos tão valiosos.



A difícil retomada à vida normal, no pós-guerra, foi tratada aqui de forma sucinta, através de um excerto do diário do autor, o qual fizemos uma análise com alguns comentários. Notam-se as frequentes dificuldades de acesso à alimentação, cada vez mais escassa e também os blecautes constantes.

O trabalho sempre foi motivo de constante preocupação para Klemperer, afinal, era dele a fonte de seu sustento e de sua esposa. Porém, diante de tantas ansiedades, aos poucos, o trabalho também vai sendo recuperado e novas oportunidades surgem. Sua obra LTI é publicada em 1947 e tem grande alcance na Alemanha Oriental.

Deste modo, para além de seus escritos pessoais, que nos possibilitam conhecer um pouco mais sobre sua vida e seu cotidiano, também nos fornecem informações acerca da Alemanha durante os períodos abordados. Sendo assim, para a historiografia, os diários representam uma importante fonte de estudo para aqueles que buscam compreender o período nazista e também o testemunho daqueles que vivenciaram a *Shoah*.

## NOTAS

- 1 O título do livro era uma paródia que Klemperer se referiu à típica mania do uso de siglas pelo regime nazista.
- 2 “Ontem à noite das 7 às 9:30 não havia eletricidade por 2 ½ horas, considerando que geralmente o infortúnio dura 1 ½ horas” (tradução nossa).
- 3 “Além da extrema escassez de comida, agora faltava literalmente. Por 3 dias agora, manhã e noite, sopa de cevada, que acabou agora. O que fazer?” (tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

KERSHAW, Ian. **O fim do Terceiro Reich**. A destruição da Alemanha de Hitler, 1944 – 1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Curriculum Vitae**. Berlin: Aufbau Taschenbuch Verlag, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os diários de Victor Klemperer: Testemunho Clandestino de um Judeu na Alemanha Nazista 1933-1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **The diaries of Victor Klemperer 1945-1959: The lesser evil**. Londres: Phoenix, 2003.

OELSNER, Miriam Bettina Paulina. **A linguagem como instrumento de dominação. Victor Klemperer e sua obra LTI – Lingua Tertii Imperii**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

# ST 4

## TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha  
Prof. Me. Elton John da Silva Farias



# DANIEL J. BOORSTIN E *THE IMAGE*: O NASCIMENTO DOS *CELEBRITY STUDIES* ACADÊMICOS?

Elton John da Silva Farias<sup>1</sup>

Daniel Joseph Boorstin (1914-2004), historiador estadunidense, é mais conhecido pela trilogia de livros acerca da História das ideias e do pensamento dividida em *Os Descobridores* (que versa, na longa duração, sobre cronistas, viajantes, cientistas e historiadores na busca pelo conhecimento); *Os Criadores* (que realiza exercício semelhante, alterando o foco para as artes e artistas em geral com foco para os renascentistas e o mundo moderno); *Os Investigadores* (que muda o mote para os filósofos e as grandes estruturas do pensamento político e filosófico). No entanto, foi *The Image: a guide to pseudo-events in America*, publicado em 1961, que atribuiu a Boorstin a imagem de ‘autor canônico’ para os *celebrity studies* (estudos da celebridade): seu único capítulo dedicado ao tema segue os parâmetros do título geral e trata a questão como um “pseudo-evento” produzido pelas comunicações de massa que substituiu o costume antigo de fabricar heróis de ‘grandes feitos’ e ‘símbolos nacionais de referência’ como premissa social para a elaboração de ‘figuras exemplares’ a serem seguidas, guias para a coletividade. Permuta-se a propagação de uma ‘reputação elogiável’ pela circulação de imagens nos espaços públicos e nos meios de comunicação. Na ótica do autor, deixou-se gradativamente de existir uma admiração pública pelo ‘grande feito’ e passou-se a valorizar, em seu lugar, o espetáculo.

A máxima pela qual Boorstin se tornou conhecido e se consolidou como uma espécie de marco para as pesquisas sobre as pessoas famosas é a seguinte: “a celebridade é uma pessoa que é conhecida por sua condição de ser bastante conhecida” (“*the celebrity is a person who is known for his well-knownness*”<sup>2</sup>). Há uma tautologia que se estabelece com esta frase e isto cria parâmetros para muitas produções posteriores: infelizmente não foi apenas esta a contribuição acadêmica de Boorstin e tal frase de efeito passou à frente forte carga de moralismo conservador que associou certa efemeridade a partir de tal transformação (a permuta do herói à celebridade) à depreciação do ‘espírito identitário do povo estadunidense’, motivo este para a distorção do que se pressupõe como a ‘realidade’, afastando seus compatriotas daquilo que deveriam buscar: a suposta “grandeza humana”. O objetivo desta comunicação, a partir disto, é discutir em que medida a obra de Daniel J. Boorstin pode ser vista como ‘cânone’ para os estudos sobre fama e celebridade, problematizando a perspectiva moralista deste autor, ponto de vista que continua a reverberar recorrentemente em trabalhos sobre o tema até os dias de hoje<sup>3</sup>.

De maneira bem semelhante ao que fizeram Theodor Adorno e Max Horkheimer quando opuseram a “música ligeira” à “música erudita”, tratando-as como conflitantes e distintas por desqualificarem aquela como fruto da ‘mistificação de massas’ e associarem esta à “grande cultura alemã”<sup>4</sup>, Boorstin deslegitima a celebridade e elabora um elogio à produção de “heróis do passado”<sup>5</sup>, em específico aos da História de seu país. Entretanto, o pioneirismo atribuído ao autor está longe de qualificá-lo como o primeiro a escrever sobre o tema: encontram-se livros e manuais anteriores que apresentam a denominação de maneiras diversas, cada um com alguma noção própria do que ela representa e do que pode significar. Cito quatro do século XIX. No ano de 1855, foi publicado um livro de crônicas sobre as visitas de William B. Sprague a algumas “celebridades europeias”<sup>6</sup>. Em 1869, encontrou-se publicado uma obra sobre figuras ilustres do condado de Devon, no sudoeste da Inglaterra, que abrange as mais ‘antigas, distintas e nobres’ famílias<sup>7</sup> do lugar; é relevante citar o escrito memorialístico *Sketches Of Hull Celebrities*, do ano de 1875, compilado por William A. Gunnell, contendo memórias e cartas de Alderman Thomas Johnson, que, durante o século XVII, foi por duas vezes o prefeito de Kingston-upon-Hull, uma cidade portuária e autônoma localizada no condado de East Riding Of Yorkshire, Inglaterra<sup>8</sup>. E, por fim, já em 1900, Ellen Velvin publicou curiosa pesquisa sobre alguns dos ‘animais selvagens mais célebres’ (*Wild-Animal Celebrities*)<sup>9</sup> em exibição em diversos zoológicos e/ou parques do mundo e que poderiam ser úteis à produção posterior de uma ‘História Natural’. Nota-se a falta de qualquer consenso do conceito de ‘celebridade’ entre tais produções e sua natureza bastante distinta do academicismo de Boorstin.

Ao adentrar o século XX, ainda em 1901, lançou-se um livreto de 48 páginas, contendo ‘caricaturas e desenhos decorativos’, que homenageava, com versos, as “ilustres celebridades” da Universidade de Harvard<sup>10</sup>; onze (11) anos mais tarde William H. Rideing lançou um livro de memórias<sup>11</sup> sobre personagens célebres que conheceu durante a vida (um *hall* de pessoas que compreendia desde Richard Blackmore, autor do romance *Lorna Doone*, até o antropólogo Paul Belloni Du Chaillu, famoso na década de 1860 por “ter descoberto” e confirmado a existência dos gorilas e do povo pigmeu na África Central). Nos idos de 1923, o lançamento de *Celebrities: little stories about famous folk*, de Coulson Kernahan, parece confirmar a reminiscência e certa resistência dos interesses por produções memorialísticas que envolvessem personagens vistas como ‘célebres’<sup>12</sup> até aquela década.

A exceção singular a esse período, ou seja, do século XIX até a década de 1920, é o trabalho acadêmico do sociólogo, psicólogo e criminologista francês Gabriel de Tarde. Como resultado de um curso ministrado no *Colège de France*, entre 1900-1901, foi publicado o livro *Psychologie Économique*, que teve como principais pautas as relações elementares da vida em sociedade e do trabalho, relações estas estruturadas por bases econômicas renovadas com toda a industrialização crescente e o otimismo burguês decorrente da *Belle Époque*, além do processo desencadeado pelos projetos de urbanização da sociedade francesa. Propositor da “psicologia social”, Tarde defendeu que seria necessário compreender os possíveis conflitos decorrentes da

interação interpsicológica dos indivíduos com as leis sociais pré-estabelecidas para, por tabela, que se consiga compreender o próprio mundo contemporâneo.

A obra de Tarde aqui interessa quando de sua segunda *consideração geral* sobre as leis sociais: há, neste momento, a menção à palavra *celebridade* (*célébrité*) quando do conjunto de créditos, glórias e popularidades que podem ser atribuídos a algum indivíduo, desde que, para isso, não se perca de vista os elementos religiosos, linguísticos, políticos, científicos, jurídicos e morais que nos permitem conceder confiança voluntária, além de crédito a certos homens, por seus supostos talentos, feitos ou virtudes. Ao discorrer sobre uma teoria geral da *ideia de valor*, Tarde recorre a certa percepção de *celebridade*, dentre outras, como o caráter fugaz e passageiro da aquisição de fortuna e do acúmulo de capital variável para compreender como tal psicologia permitiria uma avaliação das pessoas, geralmente julgadas em função daquilo que possuem e não a partir de um conjunto de valores mais humanos. Nesse ínterim, a *glória*, uma espécie de semelhante antagônica à *celebridade*, seria capaz de crescer ou diminuir, a depender de cada caso, sem que se perca de vista sua ‘natureza essencial’: haveria como medir os atos de grandeza (Tarde utiliza o termo *glorimètre*) vinculando-os à preservação de uma memória coletiva para a posteridade, da ‘imponência’ dos feitos de um indivíduo ou mesmo da ‘quantidade social’ referente ao *valor* subjetivo que tais feitos desencadeariam em sociedade. A *celebridade*, negativa, careceria da substância produtiva essencial que, em tese, poderia ser encontrada na *glória*<sup>13</sup>.

Apesar de ter sido lançada cinquenta e nove (59) anos antes do livro de Boorstin, a obra de Tarde não tem sido considerada uma pioneira dos estudos sobre fama e/ou *celebridade* por algumas razões, quais sejam: *primeiro* por não tratar da *glória*, da fama e de *celebridade* como fenômenos sociológicos analisáveis ou passíveis de compreensão, restando a estes apenas a condição de subterfúgio para um entendimento geral da *ideia de valor*; *segundo*, “pelo fato de ser um autor esquecido entre os fundadores das ciências sociais, além de escrever em francês, [ele] ocupa uma posição marginal na bibliografia das *celebridades*, predominantemente escrita em inglês”<sup>14</sup>; *terceiro*, seu foco na rede de comunicações em sociedade e uma preocupação plausível em definir certos parâmetros para uma interpsicologia social sociológica que tratasse, dentre outras coisas, de conceitos amplos como o de ‘opinião’ e o de ‘público’ não permitiram que ele dedicasse mais que seis (06) páginas do primeiro tomo de sua obra à questão; e *quarto*, o pensamento do autor foi desenvolvido entre as décadas de 1880 e 1910, o que significa poder-se afirmar, com alguma segurança, que certa “cultura da *celebridade*”, ao menos nos termos com os quais nos habituamos defini-la, ainda não estava posta na ordem do dia. Basta lembrar que, à luz da época, apenas a imprensa escrita estava estabelecida como um meio de comunicação de largo alcance (habituada com a noção de que a *celebridade* se constrói publicamente por intermédio de meios e mediações audiovisuais, a maior parte da literatura predominante sobre o tema sequer se lembraria de usar Tarde como uma referência essencial, já que sua análise se limita, por motivos óbvios, às tecnologias comunicacionais da época). Isso explicaria, portanto,

porque o sociólogo francês não faz parte do *hall* de pesquisas que são consideradas ‘canônicas’ para os *celebrity studies*.

Há de se mencionar as pesquisas produzidas entre as décadas de 1930 e 1960 que, na contramão daqueles livros do século XIX ou do tratado de psicologia econômica assinado por Gabriel de Tarde, avançaram no sentido de conferir à fama e à celebridade, cada qual em suas particularidades e às suas maneiras, reflexões ontológicas de propriedades gerais a elas fossem intrínsecas e que objetivavam estabelecer origens sociais e culturais para ambas. Por exemplo, Joseph Schneider, em um trio de artigos publicados em revistas acadêmicas nos anos de 1936, 1937 e 1945<sup>15</sup>, direcionou a sua pesquisa “para a análise da distribuição dos homens de gênio entre as classes sociais de um determinado país. A fama encontra-se dessa forma diretamente associada ao talento e à genialidade de poucos indivíduos”<sup>16</sup>. A partir das experiências de países anglófonos, Inglaterra e Estados Unidos mais especificamente, o autor se propunha a pensar o conceito de ‘gênio hereditário’ (*heredity genius*) ao defender que a fama só pode ser alcançável em função da existência de elementos sociais que ‘garantem genialidade’, tais como condição econômica favorável e berço, e que resguardam privilégios culturais. Ou seja, para Schneider a fama é restrita a uma elite favorecida historicamente ou enriquecida pelo modo de vida burguês moderno. Esta defesa talvez fizesse sentido à época. Hoje ela perde força, já que celebridades, em função da expansão das tecnologias de comunicação e de uma Indústria Cultural consolidada, são produzidas a partir das mais diversas classes sociais.

Da mesma época cito ainda o sociólogo alemão Leo Löwenthal, associado à *Escola de Frankfurt* e conhecido por textos que se dedicaram ao campo da Sociologia da Literatura, dos quais se destacam os livros *Literature And Mass Culture (Literatur und Massenkultur*, em sua versão original) e *Literature And The Image Of Man* (tradução muito distinta do título original, qual seja: *Das Bürgerliche Bewusstsein in der Literatur*). Estes dois volumes, respectivamente sequenciais, publicados em 1980 e 1981, são coletâneas de textos clássicos de Löwenthal que foram publicados em revistas acadêmicas durante as décadas de 1930 e 1940. O sexto capítulo do primeiro volume é um artigo publicado originalmente no ano de 1944 que trata de perceber como “no início do século XX a maioria das pessoas biografadas pertencia ao campo da política; [contudo,] em torno de 1940 há uma inversão, e majoritariamente elas se associam ao mundo do entretenimento”<sup>17</sup>. Intitulado “The Triumph Of Mass Idols”, o texto buscou encontrar essas determinações sociais do sucesso que permitiram tal transformação, o que fez que a sociedade Ocidental invertesse sua preferência pelos chamados “ídolos de produção” (*idols of production* – sejam políticos, ‘grandes nomes históricos’ ou escritores) em troca dos “ídolos do consumo” (*idols of consumption* – estrelas de cinema, artistas, atletas ou qualquer sujeito de notoriedade que despertasse o interesse público por fatos triviais de sua vida).

Orrin Klapp, por sua vez, no artigo “Hero Worship In America”, publicado pela *American Sociological Review* em 1949, caminhou por alguma coisa entre o meio termo dos pensamentos de Schneider e Löwenthal, ainda que não os cite em nenhuma oportunidade: o autor elege uma

aparente deturpação da categoria de ‘herói’ como um ‘sinal dos tempos’, nos idos da década de 1940, para ironizar a mesma transformação estudada por Löwenthal (a de que atletas, artistas e pessoas ligadas ao entretenimento despertaram mais interesse popular naquele período do que pessoas públicas de áreas mais “relevantes”) e identificar certos sinais que demarcaram o ‘culto ao herói’ naquele momento como consequência do materialismo e da vulgaridade do *american way of life* para a produção de um *status quo* cultural e privilégios, algo próximo do que pensou Schneider. Tomando por base apenas a sociedade estadunidense, ele acreditava que à medida que a fé religiosa perdia seu espaço consolidado milenarmente (além de aparentar um declínio), a crença em “heróis do entretenimento” tendia a prosperar por causa da sensação democrática que ela suscitava. Enquanto a fé religiosa parecia impositiva e autoritária, a crença em atletas e artistas parecia uma realidade mais plausível a uma sociedade capitalista de consumo como é os Estados Unidos. Klapp lamenta a ausência de pesquisas que buscassem compreender as relações entre os ‘heróis populares’ daquele momento com os movimentos sociais e as crises do sistema econômico vigente<sup>18</sup>. Tal lamentação não foi o suficiente para sensibilizar os *celebrity studies* e ele não tem sido visto como um ‘autor canônico’ da vasta literatura escrita sobre o assunto.

Resta mencionar o escritor italiano Francesco Alberoni, autor de *L’élite Senza Potere*, livro publicado no ano de 1963. Apesar de ter sido lançada dois anos após o texto de Daniel J. Boorstin, esta obra lombarda está longe de ser considerada ‘canônica’ pelos *celebrity studies* e a maior dificuldade para que se consolide tal reconhecimento repousa tanto na barreira da língua italiana, pouco usual entre tais estudos, quanto nas escolhas do autor: não ter pensado de modo direto a cultura de massas, a sociedade de consumo e a produção de celebridades pelas vias do entretenimento. Ao invés disso, ele recorreu a uma comparação entre as maneiras de conceber poder na antiguidade clássica e tardia com aquelas utilizadas no mundo contemporâneo; para tal, argumenta que, para os antigos, apenas certa elite constituída por reis, nobreza e clero poderia gozar de pompa e de magnificência a ponto de isso significar admiração e um modelo para as demais pessoas em sociedade; no século XX, tanto o poder de uma elite política quanto aquele exercido pelos meios de comunicação e pelas personagens resultantes do espetáculo das massas podem resultar em protótipos para comportamentos diversos. Assim, para Alberoni, as grandes transformações do mundo atual, em relação à antiguidade, manifestam-se na capacidade que os meios de comunicação adquiriram para influenciar revoluções nos costumes e comportamento moral de sociedades inteiras, produzindo um segundo tipo de poder elitista: o midiático<sup>19</sup>.

Tenho falado bastante nos autores ‘esquecidos’ pelos *celebrity studies* e naqueles que são considerados ‘canônicos’. É necessário revelar quem são estes últimos: há algum consenso que, além de Boorstin, encontram-se neste *hall* o antropólogo e sociólogo Edgar Morin, o professor de artes e línguas Leo Braudy, o jornalista e documentarista Richard Schickel, além do trio de professores de comunicação e *marketing* Irving J. Rein, Philip Kotler e Martin R. Stoller, e em função do fato de estes autores se fazerem presentes, de um modo ou de outro, em praticamente todas as pesquisas realizadas sobre fama e celebridade a partir dos anos 1990. Refiro-me a esta

década porque Boorstin e Morin publicaram seus trabalhos na década de 1960; já os demais o fizeram nos anos 1980; um segundo motivo por citá-la é que houve nela um “boom” de pesquisas sobre o tema, talvez impulsionado por interesses emergentes daquele momento histórico, e de seus/suas acadêmicos/as, que variaram entre as pautas identitárias e a globalização, passando pelo multiculturalismo, pela sociedade em rede, por novos debates em torno da cidadania e do consumo, entre outros, todos frutos de um mundo que se entendia em transformação conforme uma ‘nova ordem mundial’ pós Guerra Fria se dizia instaurada.

Boorstin foi o primeiro, dentre os ‘canônicos’, ao publicar o livro *The Image*, o que, de um modo ou de outro, inaugurou uma “linhagem temática” que conseguiu atribuir nome a “um objeto, as celebridades, procurando apreendê-lo de maneira arguta e crítica”<sup>20</sup>; os seus pares, contudo, não seguiram os passos por ele dados: as pesquisas sobre fama e celebridade estão em circulação entre várias áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente entre a Sociologia, mas o fenômeno em si ainda não caiu nas graças da prole de Clio.

É possível apontar pelo menos duas causas para isso, desde as escolhas acadêmicas e de carreira de Boorstin até o próprio desenrolar da Historiografia de língua inglesa entre as décadas de 1960 e 1970. Trata-se de um ‘historiador’<sup>21</sup> estadunidense que, enquanto cursava Doutorado, algo que ocorreu entre 1938 e 1941, se filiou ao Partido Comunista de seu país natal, logo no primeiro ano. A filiação durou pouco mais de um ano, já que ele optou por uma desvinculação imediata após a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop (ou o *Tratado de Não Agressão entre a Alemanha e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*) ocorrida a 23 de agosto de 1939. Sua desculpa parecia nobre, já que justificou a saída do Partido em função do pacto soviético com os nazistas; suas intenções, no entanto, posteriormente se manifestariam conservadoras e oportunistas: em 1953, no auge da política macarthista proposta pelo senador Joseph McCarthy, de forte repressão à livre circulação de ideias marxistas e/ou comunistas, Boorstin passou por um interrogatório no HUAC<sup>22</sup>, comitê da câmara de representantes que investigava “práticas antiamericanas”, sobre a suposta ‘influência’ exercida pelo Partido Comunista nas universidades estadunidenses. Não só denunciou alguns de seus ex-colegas de Partido, que acabaram presos, como jurou ao comitê seguir a linha de pesquisa que moldou toda a sua carreira posterior, qual seja, a de fazer um exercício de compreensão das supostas “virtudes únicas” da democracia de seu país que, além de anticomunista, percebe-se, pouco tinha/tem de democrática.

Sob tal prerrogativa Boorstin direcionou praticamente toda a abordagem de seus textos, levando em consideração essa busca pela “virtude do ser” na América, que se orientou através do combate a todo fenômeno ou comportamento que “ofuscasse a realidade em nós mesmos”<sup>23</sup>. Para ele, os EUA, em sua ânsia por viver o espetáculo e a aparência, passavam por uma transformação radical na virada do século XIX para o XX (e por todo este) que os levava a optar pela fabricação de notícias ao invés da checagem destas<sup>24</sup>; que a fazia esquecer-se dos ‘heróis grandiosos e virtuosos’ que teriam feito do país uma potência econômica e ‘democrática’ para celebrar a futilidade de certas figuras públicas; que a fazia preferir enterrar as noções de viajan-



te explorador e curioso por questões ditas relevantes para substituí-la pelo modismo do turista que prefere a diversão e o entretenimento; que abandonava as tradições e a razão para dar lugar a uma espécie ambígua de “culto à imagem” com vias à consolidação da comunicação de massa e da propaganda; e que, por fim, os Estados Unidos estariam em pleno abandono de seu *ethos*, o “sonho americano”, com vias à ‘liberdade’ e à ‘prosperidade’, para ceder à *daimôn* das quimeras libertas pela “mágica do prestígio enganoso”<sup>25</sup> que, em toda sua voracidade, levaria o país a um único destino: a inevitável queda que as ‘ilusões’ imagéticas haviam de propiciar. E foi com essa carga reacionária que fama e celebridade foram tratadas pelo autor.

Já a Historiografia de língua inglesa, entre 1960 e 1979, era fortemente influenciada pela nova esquerda britânica e pelo periódico inglês *New Left Review*. Desde 1956, quando acusações foram interpeladas por Nikita Khrushchov ao regime de Josef Stalin durante o *XX Congresso do Partido Comunista Soviético*, uma “crise” se instaurou na esquerda como um todo, inclusive a acadêmica. Pelo menos três modos de encarar tal ‘crise’ foram percebidos: a) houve quem se mantivesse fiel ao modelo teórico marxiano mais clássico do materialismo histórico, negando qualquer possibilidade de reajuste interpretativo ou teórico, a exemplo de Louis Althusser; b) muitos optaram por reinterpretações dos pressupostos teóricos marxistas, desde que não se perdesse de vista o reconhecimento da importância do materialismo histórico para as produções intelectuais, a exemplo de Edward Palmer Thompson; c) e houve aqueles que se utilizaram das divergências soviéticas para, de modo contraditório, renegar os pressupostos de Karl Marx ou acusar a esquerda como um todo em função das perseguições realizadas pelo governo stalinista, como foi o caso de Daniel J. Boorstin. Assim, a *New Left Review*, fundada em 1960, foi uma das tentativas acadêmicas de “reestruturar (política e teoricamente) esta esquerda em ‘crise’”<sup>26</sup>, ajudando a dar norte à Historiografia de língua inglesa naquela década e, ao menos, na seguinte.

As opções de Daniel J. Boorstin, portanto, não aproximaram suas pesquisas e seus textos de qualquer simpatia por parte da Historiografia anglófona de esquerda, por motivos óbvios, e isso, de um modo ou de outro, influenciou para que houvesse um desinteresse da área pelo tema até, pelo menos, a década de 1990. Qualquer questão considerada ‘inovadora’ pode levar anos ou décadas (ou mesmo mais tempo) para que se estabeleça como temática reconhecida por uma determinada área do conhecimento e parte do processo de maturação necessário para que ocorra. No tocante à fama e à celebridade, estes fenômenos que por si sós são associados, ainda que de modo equivocado, à efemeridade e à falta de protagonismo e relevância sociais, sua introdução no debate historiográfico ter sido feita por meio de um desafeto da maioria dos pares, acredito, contribuiu para que a Sociologia, a Antropologia, o *Marketing* e a Comunicação Social tenham disparado na frente no que se refere à quantidade de produções dedicadas a ambas as questões. Ainda que não seja a causa determinante, a discórdia contribuiu para que a celebridade, tal qual o livro *The Image* onde o autor publicou sobre o tema, constitua-se um “mundo perdido” para a obra e a carreira de Boorstin entre seus pares da área de História<sup>27</sup>.

## NOTAS

1 Discente de Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) no Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Napolitano. Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor do quadro permanente da Rede de Ensino da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) – Paraíba.

2 BOORSTIN, Daniel Joseph. **The Image: a guide to pseudo-events in America**. New York, NY, USA: Macmillan Publishing Company, 1987, p. 57.

3 ORTIZ, Renato. “As Celebidades como Emblema Sociológico”. **Revista Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, volume 06, ano 03, dezembro de 2016, p. 685.

4 Sobre o debate em questão escrevi texto intitulado “Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche & Theodor Adorno: pioneiros de uma moderna historiografia da música popular?”, publicado como capítulo da coletânea com o título **Epistemologia, Historiografia & Linguagens**, organizada por mim em parceria com o Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha e lançada em 2013. Sobre o mesmo debate há diversos textos clássicos, principalmente aqueles publicados pelos próprios mencionados. Cf. ADORNO, Theodor Ludwig Weisenrund & HORKHEIMER, Max. “A Indústria Cultural: o Iluminismo como Mistificação de Massa”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Tradução: Júlia Elisabeth Levy. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 159-204; WIGGERHAUS, Rolf. **Escola de Frankfurt – História, Desenvolvimento Teórico, Significação Política**. Tradução: Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Difeel Editora, 2002; NOBRE, Marcos. **Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. Cf.

ADORNO, Theodor Ludwig Weisenrund & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 [primeira edição de 1944]; FARIAS, Elton John da Silva. “Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche & Theodor Adorno: pioneiros de uma moderna historiografia da música popular?”. In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (orgs.). **Epistemologia, Historiografia & Linguagens**. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2013, pp. 57-83.

5 Além da oposição feita por Boorstin no tocante à fabricação de heróis e ao surgimento de celebridades, o autor também opõe cinco outras categorias, chamando-as de “pseudo-eventos”: assim, a “coleta de informações” (*News Gathering*) teria dado lugar à “fabricação de notícias” (*News Making*); o “viajante” (*traveler*) descobridor e com sede de conhecimento teria cedido espaço ao “turista” (*tourist*) mais interessado no vislumbre e no fotografar para ostentar; as “formas” (*shapes*) modernas dariam lugar às “não-formas” (*shadows*) midiáticas; os “ideais” (*ideal*) seriam substituídos pela imagem (*image*); já o “sonho americano” (*American dream*) daria vazão às “ilusões americanas” (*American illusions*) da tela de cinema. Cf. BOORSTIN, *op. cit.*, pp. 07-262.

6 Religiosos, aristocratas, nobres, médicos, escritores, ou seja, uma elite social. Cf. SPRAGUE, William B. **Visits To European Celebrities**. Boston, MA, USA: Gould And Lincoln; New York, NY, USA: Sheldon, Lamport & Blakeman, 1855.

7 PRIDHAM, T. L. **Devonshire Celebrities**. London, LDN, UK: Bell & Daldy, 1869.

8 GUNNELL, William A. **Sketches Of Hull Celebrities**. Kingston Upon Hull, ERY, UK: Messrs. Walker & Brown, 1875.

9 VELVIN, Ellen. **Wild-Animal Celebrities**. New York, NY, USA: Moffat, Yard & Company, 1907 [primeira edição de 1900].

10 ELIOT JR., Henry Ware; HALL, Frederick Garrison & LITTLE, Edward Revere. **Harvard Celebrities: a book of caricatures & decorative drawings**. Cambridge, MA, USA: Harvard University Press, 1901.

11 RIDEING, William H. **Many Celebrities And A Few Others: a bundle of reminiscences**. New York, NY, USA: Doubleday, Page & Company, 1912.

12 KERNAHAN, Coulson. **Celebrities: little stories about famous folk**. London, LDN, UK:

Hutchinson & Co., 1923.

13 Gabriel de Tarde não se eximiu de avaliar o envolvimento dos meios de comunicação, a imprensa acima de tudo, para conferir a ‘quantidade’ de valores morais a uma reputação ou celebridade: “a imprensa, de fato, à medida que se espalha, tende a tornar mais numerosos e mais similares os exemplos de julgamentos individuais, cujo conjunto é chamado de opinião, e torna mais ou menos desigual, de um indivíduo para outro, a intensidade da adesão de cada pessoa a cada uma das ideias que ela sugere. Esses são os dois principais *fatores* através dos quais a glória de um homem ou a de um livro se torna um *produto*”. No original: “la Presse, en effet, en se répandant, tend à rendre plus nombreux et plus semblables les exemplaires des jugements individuels dont l’ensemble s’appelle l’Opinion, et à rendre plus égale ou moins inégale d’un individu aux autres l’intensité de l’adhésion de chacun d’eux à chacune des idées qu’elle suggère. Ce sont là les deux *facteurs* principaux dont la gloire d’un homme ou celle d’un livre est le *produit*”. Cf. DE TARDE, Gabriel. **Psychologie Économique**. Paris, Île-de-France, FRA: Félix Alcan Éditeur, 1902, pp. 76-77 [Tome Premier].

14 ORTIZ, *op. cit.*, p. 677.

15 Com propostas e análises sociológicas bem semelhantes, os três foram publicados em periódicos distintos dos Estados Unidos da América: o primeiro, de 1936, foi publicado na *Social Forces*, revista de Ciências Sociais da Universidade da Carolina do Norte; o segundo, do ano seguinte, teve publicação impressa no *American Journal Of Sociology*, da Universidade de Chicago; já o terceiro, oito anos mais novo, ganhou editoração no *American Sociological Review*, da mesma universidade do anterior.

16 ORTIZ, *op. cit.*, p. 677.

17 Idem.

18 KLAPP, Orrin. “Hero Worship In America”. **American Sociological Review**. Chicago: American Sociological Association, volume 14, número 01, fevereiro de 1949, p. 62.

19 ALBERONI, Francesco. **L’élite Senza Potere**: ricerca sociologica sul divismo. Milano, Lombardia, ITA: Società Editrice Vita e Pensiero, 1963.

20 ORTIZ, *op. cit.*, p. 670.

21 Ao longo do texto tenho me referido a Boorstin como ‘historiador’, fazendo uso de aspas, porque ele cursou três graduações, mas nenhuma em História especificamente: a primeira, um bacharelado em Artes com Especialização em História e Literatura pela Universidade de Harvard (1934); a segunda e a terceira se deram na Universidade de Oxford, no Balliol College, na Inglaterra e foram ambas em Direito, sendo uma em *Jurisprudência* (1936) e a outra em *Direito Civil* (1937). Seu Doutorado seguiu o mesmo caminho, especificamente a área de jurisprudência, e ocorreu pela Universidade de Yale, em New Haven, Connecticut, nos Estados Unidos, e foi defendido em 1941. Ele passou a ser reconhecido como um ‘historiador’ quando se tornou professor desta área pela Universidade de Chicago em 1944. Também foi professor de História da América na Universidade de Kyoto (1957), na Universidade de Sorbonne (1961-1962) e na Universidade de Cambridge (1964-1965), em todas as ocasiões trabalhou como visitante. Na última ocasião, em Cambridge, ele atuou como *Pitt Professor of American History And Institutions*, algo como “Professor Estadual de História da América e suas Instituições”, cargo público criado em 1944 e que se mantém existente até os dias de hoje. Cf. WHITFIELD, Stephen J. “Review: The Image: the lost world of Daniel Boorstin”. **Reviews In American History**. Baltimore, MD, USA: volume 19, número 02, junho de 1991, pp. 302-312.

22 Sigla para *House Un-American Activities Committee* da *House Of Representatives* (ou a equivalente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI –, na época, da Câmara dos Deputados no Brasil, por exemplo).

23 Ou percebe “como nós ofuscamos a realidade de nós mesmos”. No original, “how we hide reality from ourselves”. Cf. BOORSTIN, *op. cit.*, p. ix.

24 Há quem defenda que Boorstin previu, de maneira quase visionária, o fenômeno hoje conhecido como a fabricação de *fake news*. A diferença estaria na terminologia: ao invés desta, ele descreveu a produção de notícias falsas e/ou sensacionalistas como uma “inundação de pseudo-eventos” (*flood of pseudo-events*) destinada a manipular a opinião pública. Apesar de certo exagero nesta defesa e de alguma idealização ao se considerar que ele tenha estabelecido algum pensamento visionário, é crível

pensar que Boorstin teve pioneirismo, além da fama, em levantar um debate que nos dias atuais se manifesta de maneiras distintas com o advento de tecnologias não existentes quando da escrita de seu texto. Cf. WHITFIELD, *op. cit.*

25 No original, “The Self-Deceiving Magic of Prestige”. Cf. BOORSTIN, *op. cit.*, p. 239.

26 “Basta dizer que, em 1956, o Partido Comunista Britânico perdeu cerca de sete mil filiados, quase um quinto do total. Uma baixa considerável em apenas um ano”. Cf. ARANHA, Gervácio Batista; BRAGA, Hugo Paz de Farias. “Edward Palmer Thompson: abertura a novos horizontes marxistas”. In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (orgs.). **Epistemologia, Historiografia & Linguagens**. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2013, pp. 108-109.

27 O “mundo perdido” (*the lost world*) é um termo utilizado por Stephen J. Whitfield para descrever a obra *The Image: a guide to pseudo-events in America*, isso porque o autor é bem mais conhecido pela trilogia de ‘tratados’ sobre a História das ideias e do pensamento humano divididos em *Os Descobridores*, que versa, na longa duração, sobre cientistas e historiadores em busca do conhecimento; *Os Criadores*, que realiza exercício semelhante, alterando o foco para as artes e os artistas em geral; e *Os Investigadores*, que muda o mote para os filósofos e as grandes estruturas do pensamento político e filosófico. A trilogia se inicia na década de 1980 e foi publicada no Brasil, pela Editora Civilização Brasileira, até as décadas seguintes. É perceptível nas três obras como a fama aparece nas entrelinhas dos textos e o caso mais flagrante é visível quando, no segundo livro, o autor busca compreender a escrita autobiográfica e a tentativa de construção de um “eu heróico” nas obras de Jean-Jacques Rousseau e Benjamin Franklin pela via da fama atribuída a ambos. De todo modo, bem longe da importância que a fama e a celebridade adquiriram em *The Image*. Cf. WHITFIELD, *op. cit.*; BOORSTIN, Daniel J. **Os Descobridores**: de como o homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo. Tradução: Fernanda Pinto Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; BOORSTIN, Daniel J. **Os Criadores**: uma história da criatividade humana. Tradução: José J. Veiga. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; BOORSTIN, Daniel J. **Os Investigadores**: a história da permanente busca do homem para compreender o seu mundo. Tradução: Max Altman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

# ENTRE O MUNICÍPIO E A MONARQUIA PLURICONTINENTAL: PROLEGÔMENOS CONCEITUAIS PARA UMA RELEITURA SOBRE AS CÂMARAS DA AMÉRICA PORTUGUESA

Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas<sup>1</sup>

Dr. Mozart Vergetti de Menezes<sup>2</sup>

## RESUMO

Nesta comunicação analisamos conceitualmente as câmaras municipais na América Portuguesa, observando a relação com a estrutura de poder do Antigo Regime e sua integração na monarquia pluricontinental lusa. Para isso, serão essenciais as contribuições fornecidas por António Manuel Hespanha, o conceito de monarquia pluricontinental e a categoria da totalidade. Define-se aqui a monarquia portuguesa como uma monarquia corporativa e polissinodal e como uma monarquia pluricontinental. Contrapõe-se, assim, à interpretação ainda corrente que procura compreender o sistema político português a partir da ideia de absolutismo e a relação entre América Portuguesa e o império português por meio do conceito de Antigo Sistema Colonial. As câmaras compartilhavam o governo do império e influíam na dinâmica política dele. Encontrava-se, portanto, na relação de interdependência entre o poder local e o poder central, relação essa essencial para o império português. Entre o município e a monarquia pluricontinental, a câmara se organizava e atuava, sendo fundamental para ambas as dimensões. A categoria da totalidade, entendida como um complexo de complexos, associada com as contribuições de António Manuel Hespanha e o conceito de monarquia pluricontinental, permite-nos romper com a referida historiografia, conduzindo-nos a um diferente entendimento sobre o período e a temática em questão.

**Palavras-chave:** Câmara; poder local; município; monarquia pluricontinental; América Portuguesa.

## O PODER EM UMA MONARQUIA DE ANTIGO REGIME DE QUATRO CONTINENTES

Para compreendermos a estrutura de poder da monarquia portuguesa na Época Moderna e de seus domínios ultramarinos, é fundamental caracterizar o sistema político do Antigo Regime luso como uma monarquia corporativa e polissinodal.

Segundo António Manuel Hespanha (1986), a noção corporativa de sociedade tem suas raízes no período medieval, em que predominava a ideia de “corpo”, entendido como um organismo, com suas diferentes partes, que possuíam funções próprias, mas que cooperavam de maneiras distintas para um fim comum. Disso resulta a compreensão corporativa e polissinodal.

Os diversos corpos, diversos sínodos, coexistiam e compartilhavam o governo da monarquia, conjuntamente com o rei, tendo em vista um fim único e comum. Com isso, o poder precisava ser partilhado, o governo só poderia ser feito de maneira mediatizada, através das diversas partes que compõem esse corpo.

Isso nos permite ver como é inviável uma ideia que é fundamental à tese do absolutismo, a que associa as monarquias da Época Moderna a um Estado forte e centralizado, baseando-se em uma projeção para a Época Moderna da forma que o Estado assume na contemporaneidade. Diante desse contraste, expressa Hespanha (1986) em sua célebre frase: “Tão monstruosa como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade em que todo o poder estivesse concentrado no soberano” (HESPANHA, 1986, p. 392)

A isso se soma a noção de autonomia dos poderes, presente tanto nos níveis inferiores como nos superiores. Cada parte do corpo tem sua função e deve ter autonomia para a exercer, ou seja, autonomia de atuação, de produzir jurisdição e de julgar conflitos.

Cada parte possuía sua autonomia e jurisdição, o que, por vezes, irá causar conflito, sendo necessário à cabeça, o rei, manter a harmonia das partes. A essa cabeça também cabe garantir as autonomias e representar exteriormente uma unidade. Ao contrário do que certas visões baseadas no modelo contemporâneo de Estado concebem, o poder da Coroa no Antigo Regime enfrentava determinadas limitações, não podendo e não conseguindo realizar tantas interferências nos outros poderes, nas outras partes do corpo; eram limitações jurídicas, de meios e de fato.

O próprio Hespanha (2010) aponta quais seriam as principais características da monarquia corporativa:

- O poder real dividia o espaço político com os poderes inferiores (famílias, municípios, corporações [*corpora*] e universidades [*universitates*]) e superiores (Igreja.)
- A lei estatutária era limitada e constituída pela doutrina jurídica comum europeia (*ius commune*) e por usos locais e práticas judiciais (*consuetudines, usus, styli*), além da religião e da ética.
- Deveres políticos e até mesmo jurídicos cediam espaço a deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos (amor – num sentido mais amplo que atualmente – e amizade), corporificados em relações visíveis, como domicílios, redes de amizade, patrões e clientes, criando deveres que juristas chamavam antidoral (*antidora* ou obrigação moral)
- Oficiais régios gozavam de uma larga e efetiva proteção de direitos e atribuições

(*jurisdictio*) e estavam autorizados a protegê-los mesmo contra ordens reais.  
(2010, p. 46)

A monarquia portuguesa também se constituiu no e com o ultramar, é um império ultramarino, uma monarquia pluricontinental.

A mesma sociedade [a América Portuguesa] surge como uma conquista ultramarina de um reino com características corporativas e polissinodais. Portanto, nesse último modelo, a sociedade analisada tinha seu centro político na Europa, mas se organizava como uma república e, desse modo, tinha a capacidade de autogoverno. (FRAGOSO, 2019, p. 18)

Portanto, ao falarmos em monarquia pluricontinental, estamos falando de uma monarquia que se organiza em uma dimensão ultramarina, em que, ao lado do Reino, existem conquistas em outros continentes, que coexistem no interior desse império e participam do seu governo. O Reino e todas as suas conquistas se encontram agrupados em uma determinada unidade, a monarquia pluricontinental.

Ou seja, temos também no ultramar vários poderes que compartilham e concorrem com a Coroa no governo dessa monarquia que se espalha por diversos continentes. Os domínios do além mar não se apresentam como sendo governados por forças autocráticas e diretoras oriundas do Reino.

Para a manutenção dessa unidade, a garantia de uma coesão, a governabilidade do império e, até certo ponto, a formação de uma identidade, alguns elementos foram essenciais. Em especial, temos: a economia do dom, as redes, trajetórias administrativas e a disciplina social católica.

A conquista “passa a ser mais um espaço no qual existiria a pluralidade de centros de poder, como acima referido, e nos centros uma hierarquia social que se confundia com o sentimento de lei (fatalidade e obediência).” (FRAGOSO, 2019, p. 23) Com isso, temos uma monarquia constituída por diversos poderes autônomos, que se integram em um todo orgânico, no qual e com o qual se inter-relacionam. É justamente este conceito, o de monarquia pluricontinental, que melhor nos permite compreender a instituição camarária e o seu lugar no Império Português.

## **DA GOVERNANÇA DA TERRA AO GOVERNO DA MONARQUIA**

Falamos em uma autonomia dos poderes, essa era maior no que tange ao poder local. António Manuel Hespanha (1986) mostra para o Reino como careciam meios humanos para uma possível intervenção da Coroa nesses poderes locais. Mas, além da dificuldade de meios, existia uma limitação jurisdicional e em torno da visão corporativa que permeava essa sociedade. No contexto das conquistas, as condições jurisdicionais e decorrentes da visão corporativa

permanecem, todavia, as limitações de meios são ainda maiores, mesmo com o amplo uso da comunicação escrita.

Essa autonomia será maior no século XVII do que no XVIII, sendo mais afetada no período pombalino. A questão da autonomia também variava de acordo com o tipo de capitania, donatária ou real.

“Aliás, no Seiscentos, a monarquia governava as conquistas com apoio das câmaras, governadores, ouvidores, provedores, entre outros agentes, ou seja, existiam instâncias distintas de poder que, por vezes, entravam em conflito. Na segunda metade do setecentos, conforme análise quantitativa dedicada às câmaras e aos ouvidores-gerais [...], o governo dos povos do ultramar cada vez mais estava sob o controle dos governadores e vice-reis, particularmente no reinado de d. José.” (RAMINELLI, 2017, p. 393)

Como afirma George Félix Cabral de Souza (2019), a fraqueza do Estado moderno permite aos poderes locais uma margem de manobra. Mas podemos também dizer que a fraqueza do centro e a capacidade de manobrar dos poderes locais, têm um mesmo fundamento e são consequências diretas da forma como o poder está estruturado nessa monarquia.

A constituição dos municípios como repúblicas, baseadas no autogoverno, foi um fator essencial para a autonomia desses poderes locais, estando também de acordo com a forma como o poder se estrutura nessa sociedade. Dentro da visão corporativa, a monarquia é vista como a república das repúblicas. O governo dessas repúblicas estava a cabo da câmara, mas outros poderes, bem como grupos sociais, atuavam politicamente sobre o município e, conseqüentemente, o império. Essa autonomia encontra respaldo no plano doutrinal, no direito régio, na prática político-administrativa e no princípio de autonomia jurisdicional. Para Hespanha (1986):

A autonomia do mundo político local era efectiva e originária. E a lógica interna do sistema político-administrativo nem sequer era a de se substituir ao sistema local; mas antes a de, deixando-o quanto possível intacto, estabelecer instâncias “externas” de controle, segundo um modelo que a teoria administrativa recente denomina de “auto-governo” (*Selbstregierung, self-rule*). (HESPANHA, 1986, p. 59)

Pelo que foi exposto, pode-se ver a impossibilidade e a ausência de respaldo da ideia de um projeto colonial, de um pacto colonial ou da existência de um poder central forte e diretor dos domínios ultramarinos, elementos esses que estão na base do modelo do Antigo Sistema Colonial. Fernando Novais (1986) defende a existência de um “projeto básico, que por vários séculos informou a política ultramarina das nações européias, e que faz portanto (sic) parte dessa mesma e complexa realidade.” (NOVAIS, 1986, p. 60) Tal concepção não corresponde à forma como estava configurada a estrutura e as relações de poder nessa monarquia, essa sendo melhor compreendida a partir do conceito de monarquia pluricontinental, que compreendemos como uma totalidade, um complexo de complexos.



A autonomia e a relevância dos poderes locais não devem ser confundidas com o localismo. Do mesmo modo, afirmar a autonomia camarária não implica em uma total atomização desse poder, de modo que sua existência em uma unidade maior resulte “casual” ou “artificial”. A inserção das câmaras na monarquia pluricontinental lusa corresponde a uma inserção orgânica em uma totalidade.

A hipótese de conexão e complementaridade entre tais conceitos parece-me essencial, especialmente para a América lusa, pois evita confundir poder local com localismo. Ao mesmo tempo, no momento em que a Coroa conferia autonomia aos conselhos e assegurava a legitimidade das normas locais e de uma hierarquia social costumeira, possibilitava a fluidez da vida nas comunidades lusas pelos vários cantos do planeta. Aquele autogoverno dos conselhos dava um aparato institucional a uma monarquia que convivia, por se espalhar pelo mundo, com diversas realidades culturais e sociais, permitindo à monarquia resolver os problemas comuns aos impérios ultramarinos e multiculturais. (FRAGOSO, GUEDES, KRAUSE, 2013, p. 37)

A relação estabelecida é de uma interdependência entre os poderes locais e o poder central. Esse aspecto vem sendo ressaltado por boa parte das pesquisas sobre as municipalidades na América Portuguesa, podendo ser observado também através de pesquisas quantitativas, como a que Ronald Raminelli (2017) apresenta com base nos dados do Compol.

As câmaras se constituem em pilares fundamentais de uma monarquia que abrange quatro continentes. Essenciais para o governo local, a nível da municipalidade, mas também para a governabilidade régia, assim como para a garantia de uma unidade. O poder camarário aparece, portanto, como fundamental a nível local e global, bem como para a interrelação entre esses dois níveis e para a dinâmica política em diferentes níveis no interior dessa monarquia pluricontinental.

A América Portuguesa nasce a partir da conquista, nesse processo, instituições e mecanismos de governo existentes no Velho Mundo são transpostos ao ultramar. Nesse sentido, instituições, dentre elas as câmaras, foram transportadas para o Novo Mundo. Do outro lado do Atlântico, a administração constituía “símile perfeito” da reíno, segundo expressão de Caio Prado Júnior (2011, p. 320). Todavia, apesar de desse traslado de mecanismos e instituições jurídicas, políticas e administrativas, isso não correspondeu a uma mera transposição, constituindo meras cópias, idênticas às do Reino e iguais em todos os territórios portugueses.

Não obstante muitas semelhanças entre o Reino e a América Portuguesa, não é possível afirmar que se identificam, são semelhantes, diferentes e pertencem conjuntamente a uma mesma unidade. O que temos é uma sociedade “derivada, mas específica” (PUNTONI, 2013, p. 43). Essa especificidade não exclui as semelhanças, nem nega sua inserção no todo. Na nossa compreensão, o conceito de monarquia pluricontinental nos permite justamente isso, operacionalizar essas semelhanças e especificidades dentro de uma totalidade.

Nesse traslado, que insistimos não ser um mero decalque das instituições reinóis para as conquistas, ocorrem adaptações à realidade na qual estavam inseridas, o que seria essencial para a eficácia desse aparelho administrativo, da governança desses domínios e da governabilidade régia. Sobre a importância da adaptabilidade, Hespanha e Santos afirmam: “A máxima da administração ultramarina portuguesa traduz-se numa capacidade infinita de adaptação de instituições que já haviam sido experimentadas e também de improvisação.” (HESPANHA; SANTOS, 1998, p. 354)

No século XIV e XV, as formas de organização municipal em Portugal apresentavam grande diversidade, porém, sofrem um processo que tende à aproximação delas de um modelo que se busca estabelecer. Medidas nesse sentido estão presentes nas Ordenações do Reino (1447), nas Ordenações Afonsinas (1448) e no Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos (1504). Mas, como mostra Joaquim Romero Magalhães (2005), as mudanças mais importantes vieram com as Ordenações Manuelinas (1512-1514 e 1521), que não realizaram uma imediata ou total homogeneidade, mas levaram a uma maior uniformização. Outras normas ainda virão legislar sobre a forma desses governos. As vilas da América Portuguesa já nascem, portanto, sob essa maior uniformidade na forma de organização do governo municipal, todavia, isso não implica uma identificação entre as câmaras dos dois lados do Atlântico.

Maria Fernanda Bicalho (1998) aponta que as municipalidades no ultramar possuíam problemas específicos, oriundos da sociedade na qual estavam inseridos e sobre a qual atuavam, resultando em legislação e políticas específicas. Isso, porém, não excluiu demandas genéricas ao império e desenvolvimentos conjuntos, apesar das especificidades decorrentes de onde estavam inseridas. As câmaras tinham como principal função o governo do município, mas eram também instituições da monarquia pluricontinental lusa, nela e em relação com ela existiam e atuavam. “Os Conselhos Municipais coloniais seguiam de perto o padrão dos da metrópole, mas havia naturalmente diferenças marcadas bem como grandes semelhanças quanto ao modo como evoluíram subsequentemente.” (BOXER, 2019, p. 272)

A câmara, como caracteriza António Manuel Hespanha (1986), possuía como tipo de poder apenas a *modica coercio*, um poder que adere a qualquer jurisdição, não tendo *imperium*. Com isso, não poderiam julgar e prender, todavia, alguns casos que estariam na sua competência jurisdicional e de acordo com o seu poder iriam aos seus juízes.

“Administração” e “governo” na Época Moderna apresentavam significados diferentes do que hoje designam. “Administração” aparece sempre como administrar algo. O termo “governo”, por sua vez, tem seu significado muito relacionado com a atividade pastoral, com fins transcendentais, e com o governo da casa pelo *pater familias*, esse sentido se relacionará com o governo da república, em uma aproximação do governo da casa com o da municipalidade, relação que se verificará com a própria atividade da Coroa. Também não se via um órgão governativo específico para as ações governativas, sendo elas muito realizadas por órgãos jurídicos.

A despeito da ambivalência de “governo”, é certo que, no período que estamos a considerar [século XVII], já existia a actividade governativa, entendida como a acção da Coroa no sentido de gerir alguns aspectos do funcionamento do reino. Não há dúvida de que essa actividade já marcava presença, mas não é menos certo de que tal actuação governativa se encontrava ainda desprovida de uma identidade jurídica própria. (CARDIM, 2005, p. 52)

Vemos a existência de um modelo jurisdicional para o Antigo Regime Português. Pedro Cardim (2005) aponta que essa centralidade do jurisdicional modelava a atuação das diversas partes do corpo na monarquia corporativa. O historiador português ainda afirma a existência de uma imbricação entre a esfera da administração e a da justiça.

A política deveria ter como fim a justiça, mantendo a ordem social e política, para isso, precisaria estar atento à conservação da autonomia e harmonia dos poderes. Com isso, as ações naquela esfera aparecem como precisando ser guiada pela moral, pela justiça, pelo bem público e pelas leis naturais.

A escolha deste ponto de partida para a construção de uma teoria política estava de acordo com o próprio sistema tradicional de legitimação do poder, baseado na existência de uma ordem tradicional, definidora das esferas jurídicas e políticas de cada um, face à qual o poder se deveria apagar, assumindo uma atitude não de criação/intervenção, mas de observância/manutenção. (HESPANHA, 1986, p. 400)

Temos, portanto, um poder que se caracteriza como passivo e arbitral, pouco propõe mudanças ou as executa, atuando mais pela manutenção da ordem, defesa da justiça e observância da harmonia entre os poderes. Uma concepção passiva e regulativa da política e do poder, não ativa e propositiva.

Observamos a importância do caráter administrativo e jurisdicional presente no exercício do poder e a característica passiva e regulativa dele. Todavia, devemos ter cuidado para não tomar o *nomeno* pelo fenômeno, de modo que nos leve a negar a política nas ações das instituições do Antigo Regime e de seus agentes, vendo-as como meros exercícios de gestão e administração impessoal (vale ressaltar a impossibilidade de se utilizar a categoria de impessoalidade para tratar do Antigo Regime).

Não podemos reduzir a ação das câmaras e dos camarários apenas a uma ação no campo administrativo, no sentido mais frio que esse termo é empregado; as câmaras exercem ações políticas e são também instituições políticas. Não observar essa dimensão prejudicaria muito qualquer entendimento a respeito dessa instituição e do poder nessas sociedades. “Ou seja, reduzir o raio de ação das municipalidades ao campo administrativo pode obscurecer aspectos mais profundos de como as elites locais compreendem sua participação na gestão da república.” (SOUZA, 2019, p. 122)

Os municípios, como afirmamos anteriormente, devem ser entendidos como repúblicas, nas quais as câmaras estavam e sobre as quais a sua atuação incidia diretamente. Porém sua atuação não ficava restrita, em escopo e em abrangência, apenas ao nível da municipalidade que a ela cabia governar. Para essa república, de maneira geral, cabia à câmara cuidar do bem público.

A câmara tinha sua atuação envolvida em uma grande variedade de temas, o que demonstra a ampla e variada dimensão do poder camarário. A gama de assuntos envolvia questões de ordem fiscal, econômica, militar, jurídica, entre outras. A essa variedade de temas sobre a qual atuava, soma-se também uma diversidade de formas de ação e exercício do poder, que não correspondem à contemporânea distinção de funções e seus enquadramentos institucionais.

No Antigo Regime, sob cuja égide atuou o município colonial, dava-se o contrário da especialização pós-iluminista das funções do Estado: assim como a monarquia enfeixava as funções executivas, legislativas e judiciais, também o poder local se organizava, no microcosmo, à semelhança do poder central. Cabia ao município colonial atuar executiva, normativa e judicialmente em todos os espaços institucionais que lhe eram atribuídos no quadro da monarquia. (WEHLING, 2018, p. 61)

A câmara agia sobre a república, assim, atuando na governança da terra, que era município e parte da monarquia pluricontinental; atuar nesse âmbito era realizar a governança da república e participar do governo do império. Está, portanto, ligada a questões locais, onde demandas e interesses dos moradores (ou de parte deles, a elite local) poderiam ser defendidos e por onde o governo daquele município seria exercido.

Mas também sua atuação diz respeito a uma dimensão global, pelo aspecto assinalado de participação no governo da monarquia pluricontinental e por ser um meio de execução de medidas vindas do poder central ou do poder central na conquista. Essas medidas poderiam não ser acatadas, acatadas parcialmente ou negociadas. Como vimos, as câmaras mantinham seu espaço de autonomia preservado, permitindo-a fazer isso, o que, por sua vez, poderia gerar conflitos e negociações.

Não obstante, a importância da instituição camarária para a monarquia pluricontinental e sua participação no governo dela não se dava como simples executoras de ordens vindas da Coroa, não correspondiam a meras correias de transmissão. Funcionavam e atuavam como atores políticos locais e do império. A própria necessidade de utilizar as câmaras como ponta de lança, observa bem Souza (2019, p. 128), mostra a interdependência dos poderes. Do mesmo modo que viabilizavam a governabilidade régia, participavam do governo da monarquia, ou ainda, “as Câmaras, além de tomarem parte na gestão das comunidades, também interferiam na dinâmica do império ultramarino.” (FRAGOSO, 2012, p. 10)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, em uma monarquia corporativa e polissionodal, que se abrangia por quatro continentes, organizando-se e se estruturando nessa dimensão, as câmaras municipais se mostravam de grande importância. Podemos dizer que as câmaras eram essenciais para o governo local, a nível da municipalidade, para a governabilidade régia e para a dinâmica política e social da monarquia pluricontinental lusa.

## NOTAS

- 1 Graduando em História pela UFPB. Contato: lucas\_guedes97@hotmail.com
- 2 Professor do departamento de História da UFPB. Contato: mmvergetti@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no Império português: O exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 18, no. 36, pp. 251-280, 1998.

BOXER, C. R.. O Império ultramarino português 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2019.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

FRAGOSO, João. Elites e hierarquias sociais numa conquista americana da Monarquia pluricontinental lusa (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII): algumas questões sobre o tema. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 17-71.

FRAGOSO, João Luís; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago Nascimento. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. São Paulo: FGV, 2013.

FRAGOSO, João. Introdução. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 7-16.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos Trópicos?: um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 43-93.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político. Portugal. Séc. XVII. Rio de Mouro: Edição do Autor, 1986.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, p. 351-366.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os nobres da governança das terras. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). **Optima pars**: elites iberoamericanas no Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo: Alameda, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, George F. Cabral de. Municípios na América Portuguesa: um aproximação à produção epistolar das câmaras das capitanias de Pernambuco e Itamaracá (Séculos XVI-XVII). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Diálogos com o império**: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 111-146.

RAMINELLI, Ronald. Poder político das câmaras. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalves (orgs.). **Um Reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 371-400.

WEHLING, Arno. O município no Brasil-Colônia, expressões e limites do poder local. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 16, n. 2, p. 61-73, 2018.

# HOMERO E AS ASSEMBLEIAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE FINLEY E MORRIS

Ana Beatriz Saraiva Leite<sup>1</sup>

Priscilla Gontijo Leite<sup>2</sup>

## RESUMO

Através dos poemas homéricos é possível exercer interessantes reflexões acerca do mundo grego antigo, no qual as obras fornecem alguns elementos referentes à política, cultura e sociedade, sobretudo do contexto que perpassa a composição dos poemas homéricos, o século VIII a. C. Dentro das possíveis temáticas trabalhadas em Homero, muito se discute acerca da organização política e comunitária retratada nas epopeias, se esta se aproxima de uma estrutura poliade, ou se estaria configurada apenas sob o domínio do *oikos*. As assembleias, por sua vez, consagram um importante objeto de estudo nesse debate, na medida em que caracteriza uma das principais instâncias políticas da polis tanto na época arcaica, como no período clássico, e ainda em Homero, tais assembleias se apresentam enquanto um espaço de interação social. Dessa forma, o presente trabalho pretende refletir até onde há uma proximidade entre os elementos que compõem a organização política e social das epopeias homéricas, com a constituição de uma estrutura arcaica – a partir da inserção das assembleias nos espaços analisados –, ponderando o debate teórico e antagônico entre Moses Finley em *O Mundo de Ulisses* (1982), e do Ian Morris, em *O Uso e o Abuso de Homero* (1986).

**Palavras-chave:** Homero; assembleias; Ilíada

O estudo e pesquisa em torno do mundo homérico constitui um trabalho extremamente difícil, sobretudo para o historiador. Além das dificuldades postas de se trabalhar com uma literatura enquanto objeto de estudo histórico, também há o fato de *Ilíada* e *Odisseia* serem resultado de um longo processo de composição oral, que, de acordo com os estudos sobre, abrangem desde o esplendor micênico dos séculos XVI-XIV a. C., passando por sua queda, pela chamada Idade Obscura (*dark age*) e culminando no século VIII a.C., momento no qual os poemas foram compostos<sup>3</sup>. Os estudos acerca da sociedade retratada por Homero dividem opiniões entre os especialistas: alguns destes como Finley e Snodgrass<sup>4</sup>, acreditam que o mundo de Ulisses pertence a um período anterior ao século VIII a. C., não possuindo ligação alguma com o contexto do poeta e muito menos apresenta alguma característica poliade, sendo sua estrutura sócio-política ainda precoce, diferente da existente no século VIII a. C. Por outro lado, outros estudiosos como Morris, apontam que em Homero já é possível sim observar elementos

que remontam o século VIII a. C., e sua estrutura política e social poderia organizar atividades semelhantes às do século em questão.

Nessa discussão, destacam-se os historiadores Moses Finley (1912-1986) e Ian Morris (1960-), que destrincham os argumentos sobre o mundo homérico em suas respectivas obras *O mundo de Ulisses* (1982) e *The use and abuse of Homer* (1986). Finley, em *O Mundo de Ulisses*, realiza um longo e complexo debate acerca de como Homero concebia a sociedade grega refletindo questões relativas ao trabalho e à agricultura, à escravidão e ao comércio<sup>5</sup>. Através de uma metodologia comparativa, Finley traça sua análise sob a visão de que as epopeias homéricas refletem mais um passado histórico, distante de seu contexto histórico-social, sendo esses poemas compostos por uma “massa de fórmulas tradicionais” que sofriam alterações ao longo da geração de aedos (ora por ordem política, ou artística), e dessa forma, não apresentam elementos que refletem uma única estrutura social, atentando para multi-temporalidade em Homero dita anteriormente<sup>6</sup>. Ao contrário da distinção básica entre aristocratas e plebeus, – que é perceptível na sociedade grega arcaica por exemplo – a clivagem e separação entre estes não era bem destacada nos poemas homéricos – sobretudo na *Iliada* –, havia apenas uma linha divisória que separava os nobres (*aristoi*), e “todos os outros”, que era a camada mais baixa, como Finley coloca<sup>7</sup>. O autor também atenta também para questões como a falta de comunidades sem reis, de sociedades povoadas e colonização em Homero, a ausência de instituições que se formaram nesse contexto, ou que estas instituições, como é o caso das assembleias se apresentam ainda de forma muito precoce para serem situadas no século VIII a. C.<sup>8</sup>

Ao falar das assembleias Finley evidencia as limitações da mesma dentro da narrativa:

“A assembleia nem votava nem tomava decisões. A sua função era dupla: confrontar os argumentos prós e contras e exprimir ao rei ou ao comandante do campo a opinião predominante. A aclamação representava o único meio de avaliar a opinião [...] O rei era livre de tomar ou não em conta os sentimentos expressos [...] A assembleia era para os reis um modo de testar a opinião pública” (FINLEY, 1982, p. 77-79)

E, de fato, é possível identificar na narrativa a limitação da participação popular nas assembleias apontada pelo autor. A convocação das reuniões e a fala diante a assembleia, era conduzida sobretudo por personagens como Agamemnon, Aquiles, Heitor, Nestor, personagens estes que pertenciam ao núcleo central da trama e à camada dos *aristoi*, ou que possuíam um alto cargo dentro da tropa. Tersites é o único membro dos aqueus, pertencente a uma camada mais baixa, que exerce uma fala perante a assembleia. Tal episódio protagonizado pelo aqueu é inclusive muitas vezes resgatado no estudo das representações sociais do poema, na medida em que a conduta do personagem aponta elementos referentes à distinção entre nobres e a “camada mais baixa” presente na obra:

“Todos os outros se sentaram, contidos nos seus assentos. Só Tersites de fala desmedida continuava a tagarelar – ele que no espírito tinha muitas e feias palavras, sem nexos e sem propósito, para vilipendiar os reis [...]. Era



**o homem mais feio** que veio para Ílion: [...]. Para Aquiles e Ulisses era ele especialmente odioso, pois contra ambos disparava; **mas agora era contra o divino Agamêmnon que gritava estridentes insultos. Muito irados contra ele estavam os Aqueus no coração.** Mas ele gritava em voz alta e assim **insultava Agamêmnon**: “Filho de Atreu, estás descontente? Falta-te alguma coisa? As tuas tendas estão cheias de bronze e muitas mulheres escolhidas estão nas tuas tendas, essas que nós Aqueus te demos em primeiro lugar, quando saqueávamos uma cidade [...]. Assim falou Tersites, **insultando Agamêmnon**, pastor do povo. Rapidamente se postou junto dele o divino Ulisses; fitando-o com o sobrolho carregado, repreendeu-no com duras palavras: “Tersites de fala desbragada (embora até sejas bom orador), controla-te! **Não queiras entrar, sozinho, em conflito com reis.** Pois eu afirmo que não há criatura mortal mais abjeta que tu, entre todos que para debaixo de Ilíon vieram com os Atridas. **Por isso não devias andar com os nomes dos reis na boca, nem proferir injúrias,** nem preocupar-te com o regresso [...].” (*Ilíada*, II, 215-260 – grifos nossos)

O tratamento dado à conduta do aqueu, por exemplo, faz com que Finley questione até onde os membros atribuídos a uma camada baixa tinha o direito de tomar a fala<sup>9</sup>. Seria então a participação popular reduzida a uma simples expressão? No entanto, vale ressaltar também que a repressão feita por Ulisses não ocorreu apenas por Tersites ser um “membro inferior”, mas sim, pelo seu desrespeito perante ao magnífico Agamêmnon, fato este também ilustrado pela expressão dos demais presentes em assembleia. Bem, ao estabelecer sua análise pontuando os erros e exageros de um lado, e uma sociedade histórica e concreta do outro, Finley situa o mundo homérico entre os séculos X e IX a. C., onde nele ainda faltaria o princípio de cidadania e da ideia de comunidade política, que em Homero, como já foi dito, ainda seria prematuro, algo simples<sup>10</sup>. Dessa forma, para Finley, Homero se aproxima mais de um transmissor de um passado histórico, ao invés de estar retratando a sociedade em que o mesmo viveu.

Diferentemente de Finley, Ian Morris concebe o mundo de Homero sob outra perspectiva. Morris constrói seu argumento partindo inicialmente do caráter oral presente nos poemas – trabalhado melhor por autores como Milman Parry e Albert Lord –, sob a defesa de que os poemas homéricos estão situados e absorvem sobretudo a cultura em que Homero viveu. Como Finley também coloca, Morris evidencia essa mescla de culturas de diferentes momentos históricos, no entanto ele atribui essa questão ao que chama de “distância épica”. Essa distância épica funciona como forma de dividir o mundo de Odisseu em esferas da “realidade” e do “irreal”, como é o caso do resgate de elementos pertencentes à Idade do Bronze, a exaltação dos deuses e da figura do herói. Por exemplo, as viagens de Odisseu, as criaturas e mitos fantásticos, caracterizariam o mundo “irreal”, enquanto o meio de Ítaca, Pilos, e a organização ali presente, constituíam o mundo “real”<sup>11</sup>. Dessa forma, para o autor, a distância épica em si não vai alterar a realidade, e também, não fornece uma base sólida acerca da sociedade homérica. Ao construir sua narrativa, Morris tece algumas críticas e considerações aos trabalhos que vão de encontro com o fato de o presente de Homero ter servido de base para os poemas, sobretudo à obra de Finley, e à de Snodgrass, em *An historical homeric Society?* (1974). Morris coloca que o cerne do argumento

de Finley contra uma data do século VIII a. C. é a ausência de estruturas que ele sente que deviam ter existido na época do poeta, entretanto, seus escritos são um pouco vagos quanto ao que devemos esperar encontrar em Homero para que o poeta fosse fixado em seu próprio tempo<sup>12</sup>.

Assim como Finley, Morris também vai apontar para as limitações políticas e sociais presentes na poesia homérica, como o fato de que ao longo dos poemas, a nobreza é glorificada, enquanto o *demos*, o povo, ignorado ao ponto de exclusão total. Entretanto, o autor reforça que as principais instituições (como o casamento, a família, comunidade, agricultura, as formas de guerra) estudadas por Finley, que situam o mundo de Ulisses na Idade das Trevas, não são realmente tão incompatíveis assim com a época de Homero<sup>13</sup>. Finley pontua a ausência de comunidades sem o domínio dos reis no mundo homérico, Morris, por sua vez, alega que ao fazer essa interpretação, o mesmo supõe que após Idade das Trevas, os monarcas foram logo substituídos por oligarquias no século VIII a. C. e que, segundo a tradição, a realeza ainda era importante no período para o qual Homero pertencia.

No que diz respeito à essa ausência e o desenvolvimento das instituições políades que começaram a existir no século VIII a.C., como o caso das assembleias, Morris alega que a assembleia dos guerreiros em Troia poderia até ser mais limitada, mas, vale salientar que esta representa um contexto político muito diferente, em meio ao nono ano da guerra entre aqueus e troianos. Ocorria realmente a manifestação pública através de expressões sonoras e faciais, manifestações estas, que, segundo Morris, continuaram existindo até nas assembleias do período clássico. De acordo com o autor, esse é um dos primeiros sinais de manifestação social do povo ali presente, mas é inegável que as decisões estavam nas mãos da nobreza, sobretudo de Agamemnon, tanto é que a assembleia poderia até mesmo ser dissolvida e a decisão final ser colocada nas mãos dos basileus numa reunião no jantar, sem a necessidade de consulta com o público. As assembleias em Ítaca, por sua vez, poderiam ter sido capazes de organizar algumas atividades semelhantes às da Grécia do século VIII a. C., e que Finley, ao questionar sobre as assembleias homéricas parece não levar em conta a ausência de evidências acerca das assembleias no século VIII a. C. e sua respectiva funcionabilidade dentro da sociedade. Morris coloca:

“Os debates em Troia poderiam caber igualmente bem em uma situação do século VIII a. C.; de fato, a aclamação pública e a capacidade dos nobres de derrubar os desejos de a assembleia lembra de nada mais do que o relato de Plutarco sobre o golpe espartano que provavelmente data do século VII a. C.” (MORRIS, 1986, p. 102)

De fato, embora a decisão assembleia homérica ainda esteja configurada sob o domínio dos nobres, na qual a participação popular se dava por meio dessas manifestações limitadas, apontadas por ambos os historiadores, esta já exercia a função de organização coletiva e de consulta pública<sup>14</sup>, mostrando uma ligação com as funções que estas organizavam no contexto em que estavam inseridas. Ao analisar essas instâncias dentro do poema, se faz necessário

entender também que as mesmas foram fruto de um longo processo antes de atingir sua maturidade política, sendo suas funções mudadas ao longo dos séculos e não de imediato a partir do processo de formação da *pólis*. Dessa forma, Morris vai colocar que as alegações de Finley de o que nós sabemos do século VIII a. C. e o que as obras homéricas nos fornecem, simplesmente não são compatíveis, não é algo concreto. Logo, se os poemas homéricos nos informam sobre a antiguidade grega, será a Grécia no século VIII a.C., da Época Arcaica, e não da Idade Obscura.

É interessante observar que apesar de antagônicos, tanto Finley quanto Morris utilizam da principal metodologia do historiador ao se trabalhar com uma fonte literária: a aplicação da fonte ao seu contexto<sup>15</sup>. Finley, embora tome por base os séculos X e IX a. C. para a estrutura social e comunitária dos poemas, aponta que as informações ali contidas acerca destas estruturas podem ser remontadas desde o século XII ao século VIII a. C. Apesar dessa confusão cronológica, para Finley, com uma análise histórica adequada, através da correção de erros e anacronismos, traçar e separar esses exageros de forma coerente, é possível obter um bom resultado dentro dos estudos da sociedade figurada em Homero. Morris, por outro lado, resgata a tradição oral, na medida em que para o autor as sociedades orais transmitem e refletem muito mais os valores de seu tempo presente, do que ficam presos a curiosidades e eventos passados. Logo, a sociedade homérica guarda fortes relações com o contexto em que viveu o poeta, mas claro, não há como negar os exageros presentes em Homero, até mesmo por que a sociedade retratada pelo poeta não é, e muito menos tem obrigação de ser um reflexo concreto do mundo no século VIII a. C.

## NOTAS

1 Graduanda do curso de História (licenciatura) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, e-mail: beatrizleitesaraiva6@gmail.com). O presente trabalho está vinculado à pesquisa desenvolvida na Iniciação Científica (PIBIC) dentro do projeto “Palavra e democracia: reflexões sobre o sistema democrático ateniense”, sob os planos de trabalho “Assembleia – espaço de palavras: comparações entre Homero e Aristóteles”, e “As assembleias homéricas em perspectiva e reflexões sobre o início da política em Atenas”.

2 Professora doutora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, e-mail: priscillagontijo.ufpb@gmail.com.) Coordenadora do projeto de pesquisa “Palavra e democracia: reflexões sobre o sistema democrático ateniense”, e orientadora dos planos de trabalho do PIBIC mencionados acima.

3 Essa discussão acerca da temporalidade em Homero entra no debate do que os estudiosos chamam de questão homérica, para mais, ver: MOSSÉ, C. A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo. Lisboa: Edições 70, 1989; e VIDAL-NAQUET, Pierre. O mundo de Homero. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

4 Apesar de Finley apontar para essa mistura temporal em Homero, em seu argumento o autor destaca os séculos prováveis nos quais a narrativa homérica se enquadra. Snodgrass, por sua vez, aponta para a dificuldade em situar o mundo de Homero em um contexto específico, tendo em vista os elementos de contextos diversos apontados pelo autor, para mais, ver: SNODGRASS, A. M. The Dark Age of Greece. Edinburgh: University Press, 1971.

5 Finley divide sua obra a partir dos seguintes pontos: os capítulos I e II (Homero e o gregos, e aedos e heróis), discutem a questão homérica e pontua as técnicas e divergências presentes em ambas as epopeias; os capítulos III, IV e V (riqueza e trabalho, domínio, família e comunidade, e moralidade

e valores), discutem questões pertinentes à política e sociedade do mundo homérico.

6 O autor aponta que a chave da confusão homérica vai residir justamente nessa técnica do aedo, que juntamente à transmissão oral, vai alterando o corpo da narrativa ao longo dos anos, ver: FINLEY, M. *O Mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1982.

7 *Ibid.*, p. 51.

8 Sobre tais questões, destaco aqui os capítulos IV e V, “Domínio, família e comunidade” (p. 71-102), e “Moralidade e valores” (p. 102-134).

9 “Uma única vez, nos dois poemas, um homem do povo, Tersites, ousa tomar a palavra no decurso de uma assembleia, e é imediatamente chamado à ordem por Ulisses. A conduta de Tersites era inconveniente: o povo devia escutar, depois aclamar ou discordar, mas não devia tomar a palavra” (p. 78).

10 *Ibid.*, p. 45-47.

11 MORRIS, Ian. The use and abuse of Homer. *Classical Antiquity*, Vol. 5, No. 1 (Apr., 1986), pp. 81-138. (p. 91).

12 *Ibid.*, p. 96.

13 Para mais, ver colocações de Morris sobre Finley em relação aos objetos que ele dá como ausentes (p. 98-110).

14 Sobre a organização social nas assembleias ver: JULIEN, A. A interpretação das cenas de ágora na épica homérica: o texto e a determinação de seus contextos socioculturais. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, ano X, n 1, 2013.

15 Sobre a utilização da fonte literária pelo historiador, ver: SOUSA, P. Â. de M. *A História Antiga a partir de textos literários*. Teresina: EDUFPI, 2017.

## REFERÊNCIAS

FINLEY, M. I. *O Mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1982.

HOMERO. *Ilíada*. 1º ed. São Paulo: Pinguim Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Trad. F. Lourenço. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

JULIEN, A. *A interpretação das cenas de ágora na épica homérica: o texto e a determinação de seus contextos socioculturais*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, ano X, n 1, 2013.

MORRIS, Ian. The use and abuse of Homer. *Classical Antiquity*, Vol. 5, No. 1 (Apr., 1986), pp. 81-138.

MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Edições 70.

SOUSA, P. Â. de M. *A História Antiga a partir de textos literários*. Teresina: EDUFPI, 2017.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

# NARRATIVA E EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA: DISCUSSÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DO TEXTO HISTORIOGRÁFICO EM CARLO GINZBURG E ROBERT DARNTON

Lucas Eduardo de Souza Ferreira\*

## RESUMO

A proposta presente é traçar linhas interpretativas que demonstrem aproximações entre o método de Robert Darnton – a história etnográfica de descrição densa – e de Carlo Ginzburg – sobretudo a proposição indiciária no trato das fontes, e sua rejeição ao racionalismo ocidental cartesiano que tanto determinou os rumos da historiografia, desde os historicismos, positivismos e cientificismos no século XIX, às historiografias da primeira metade do século XX. A narrativa histórica é assumida por Darnton e Ginzburg como texto, como construção, e justamente isso a potencializa. Darnton quer fugir dos excessivos “discursos sobre o método” que estão enraizadas na tradição francesa, e resgatar o conceito de “mentalidades” não como um campo historiográfico como fora na França desde Lucien Febvre, mas como conceito que sirva de aproximação das mentes dos sujeitos do passado, que jamais podem ser pensadas como iguais a nossa. A partir de abordagens distintas, partindo de tradições historiográficas distintas, objetos diferentes, Darnton e Ginzburg liberam a narrativa histórica das amarras construídas em nome do rigor científico, assumem o desafio linguístico lançados por Balzac e Stendhal aos historiadores no século XIX e XX. Seus textos incorporam lacunas, incertezas, incoerências, figuras de linguagem. Nada mais demasiadamente humano, constituinte da pesquisa e do saber histórico.

**Palavras-chave:** Carlo Ginzburg; Narrativa histórica; Robert Darnton.

## INTRODUÇÃO

Os anos 1960 no mundo ocidental foram, sem dúvida, um momento de ruptura e reconstrução crítica. Ruptura em relação a uma série de preceitos, fundamentos e visões de mundo já consolidadas. Rompimento com projetos de sociedade que reivindicavam sua primazia como mecanismos de verdadeira emancipação e desenvolvimento do homem, como o projeto marxista ou o liberal, ambos demasiadamente importantes para o século XIX e primeira metade do século XX. Havia concomitantemente uma descrença e um questionamento com relação aos padrões de sociedade vigentes; às formas de enxergar a sociedade, os mecanismos de mani-

festação e expressão política e aos espaços sociais reservados aos diferentes indivíduos em sociedade (MARCZAL, 2016, p. 169-171). Estamos falando de um mundo dinâmico, volátil em transformação cada vez mais acelerada, em que fora necessária uma séria revisão de conceitos, maneiras de visualizar e ler a realidade. Necessidade esta que surge tanto pela eclosão de questões inéditas, mas principalmente pela incapacidade dos modelos explicativos já sedimentados em lidar com elas, devido a sua fluidez e dificuldade de categorizações fixas, estanques.

Do ponto de vista histórico e social, esse é o período no qual assistimos à irrupção de uma variedade de manifestações culturais, sociais e políticas. Por exemplo: os movimentos negros por direitos civis nos Estados Unidos; a luta feminina em vários lugares do mundo; revolução sexual; movimento *hippie* e a contracultura; guerras civis por independência na África e o talvez o evento mais fulcral de todos, a rebelião estudantil francesa de 1968 e seus outros desdobramentos sociais, como greves generalizadas país afora. Do ponto de vista acadêmico, historiográfico, este é um momento de grande crise de paradigmas, em grande medida influenciados pelas querelas sociais. A ebulição social, a emergência de novos personagens políticos e o esfacelamento de outros mais arcaicos contribui também para uma reflexão analítica sobre as ciências, nos moldes aos quais se encontravam. Tratava-se de pôr em xeque os próprios modelos de investigação e de produção do conhecimento, que em sua maioria se encontravam arraigados no âmago da estruturação científica erigida nos séculos XVIII e XIX. Estamos falando da crise do paradigma moderno ou Iluminista, assim denominado por Ciro Flamarion Cardoso (1997).

Após os anos de maior tensão historiográfica, isto é, os anos 1960 e 1970, com a força do giro linguístico, que atinge todas as ciências humanas em alguma medida, com a crise do racionalismo e objetivismo na história, crise de narrativas holísticas e estruturantes do pensamento anterior, importantes historiadores surgem com propostas que se encaminham para a superação, ou ao menos renovação historiográfica. Se Hayden White e outros historiadores ditos “pós-modernos” estreitaram ou eclipsaram as diferenças entre texto historiográfico e texto literário, ambos tratados, portanto, como narrativa, literalidade, e com isso impossibilitando o conhecimento objetivo do passado, outros autores como Carlo Ginzburg e Robert Darnton, cada um com uma metodologia idiossincrática, formaram um novo pensamento acerca da narrativa histórica, do passado, dos sujeitos históricos e da relação do historiador com as fontes.

Eles pertencem a um escopo de relações maiores, profundas, que se estabelecem com a Antropologia Cultural – fenômeno bastante forte dentro da historiografia, mas não apenas nessa disciplina entre os anos 1960 e 1990. Ambos buscam em seus trabalhos, dentre outros objetos, o regaste da cultura popular dos séculos XVII e XVIII. Entre as décadas citadas há uma enveredada significativa para o domínio da cultura nas pesquisas acadêmicas, sendo ela agora a base para explicação do mundo político e econômico, não mais vista como pura “superestrutura” do mundo econômico e material (BURKE, 2003, p. 47). Isso significa que pelo menos nos últimos 30 anos, a palavra ou conceito de cultura não mais esteve associado necessariamente a alta cultura, ou cultura das elites como outrora, mas passou a abarcar também a cultura popular e um

arranjo simbólico mais complexo, que incorpora a cultura cotidiana, costumes, valores, modos de vida dos sujeitos no tempo.

Robert Darnton, ao buscar a cultura popular faz um enorme esforço para se afastar da história intelectual. Segundo ele, esta está focada apenas no pensamento formal dos grandes pensadores e filósofos do passado, e perde de vista o estofado social e cultural mais amplo, que circunda e faz parte o horizonte possível de criação de tal obra. O resgate que faz do conceito de “mentalidades” não é fortuito. Só assim é possível resgatar o pensamento e a tessitura mental das sociedades francesas no século XVIII, seu objeto (DARNTON, 1986, p. 18).

Ginzburg, por sua vez, influenciado pela narrativa estimulante de Arthur Conan Doyle em seus livros sobre Sherlock Holmes, quer encontrar nos detalhes ínfimos e numa exegese profunda das fontes, uma explicação sobre camponeses e classes subalternas nos séculos XVI e XVII. Seu paradigma indiciário rompe com cartesianismo, na medida em que os problemas, as dúvidas e as incertezas da pesquisa e do pensamento histórico estão presentes em todos os procedimentos da pesquisa, e principalmente, no texto final.

## O MÉTODO DE CARLO GINZBURG

Carlo Ginzburg é um historiador italiano, nascido em Turim em 1949. Figura pelo menos desde os anos 1970 entre os mais proeminentes historiadores no mundo. Ocupa desde 2006 a cadeira de história cultural europeia na Escola Normal Superior de Pisa. É um dos pais fundadores da micro-história italiana, junto a Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Seu objeto de pesquisa é especialmente personagens da cultura popular – religiosos, camponeses, feitiçeiros – no início da Era Moderna, além de desenvolver importantes estudos sobre teoria e epistemologia da história.

Ele, bem como grande parte dos intelectuais ligados a gênese da micro-história, possuíam raízes no marxismo, orientação política tendencialmente à esquerda e pouca inclinação à metafísica. O ofício historiográfico para eles não se tratava de pura retórica ou estética. Pegando Ginzburg como exemplo, ele mesmo diz que a hipótese inicial de seu primeiro trabalho – que se tornou o livro *Andarilhos do Bem*, publicado em 1966 – era tratar a perseguição à feitiçaria na Europa medieval tardia e início da Idade Moderna com foco e protagonismo aos perseguidos, o que não se fazia até então, como uma espécie de luta de classes (GINZBURG, 2007, p. 300). Para a presente seção cabe analisarmos duas ideias centrais para entendermos melhor o trabalho de Ginzburg: a primeira é a própria ideia de micro-história. A segunda, é seu famoso paradigma indiciário. Desse modo podemos notar como seu trabalho contribuiu enormemente para a libertação da narrativa na história e ampliação do horizonte historiográfico. Começamos pela micro-história.

Antes de mais nada ela é essencialmente uma prática. Começa a ser feita nos anos 1970, pelos três historiadores citados antes, e por outros na Itália. Não foi calcada em manifestos teóricos, em projetos globais. A micro-história:

“É uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo. [...] assim como todo trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir” (LEVI, 1992, p. 133-134).

A variação na escala de observação é central. Talvez seja por aí mesmo que venha a nomeação micro, que não necessariamente a caracteriza por si mesma. O objetivo é reduzir a escala de análise e fazer uma exegese da documentação. A análise deve ser sempre qualitativa e não quantitativa. Ao invés de buscar sempre pelo que é similar, análogo, é necessário absorver, amiúde, artefatos anômalos. Destarte a sugestão do nome, não se trata de estudar o micro pelo micro. Por exemplo: realizar uma pesquisa sobre uma aldeia florentina no século XVII por ela mesma. Um moleiro de um lugarejo qualquer no século XVII por ele mesmo. A grande contribuição da micro-história é possibilitar a mescla das escalas. O olhar micro perde o contexto. O olhar contextual perde o detalhe. Mas quando se busca no micro sua inserção no geral estamos primariamente falando de um trabalho de micro-história – somado as outras caracterizações já citadas, obviamente. Essa dialética das escalas é o princípio organizador da narrativa, assunto da última seção do artigo (GINZBURG, 2007, p. 277).

Outro aspecto fundamental dessa vertente historiográfica, e que diz muito sobre sua gênese é a crítica ao eurocentrismo, ao estrutural-funcionalismo e ao positivismo, modelos em voga no pensamento historiográfico da época, embora já assaz enfraquecidos. Essa saída se dá através da aproximação com outras ciências sociais, sobretudo com a Antropologia, o que serve para outras abordagens historiográficas, como já elencado acima. Entretanto, ela não se esgota assim. Giovanni Levi defende que a micro-história não estava apenas fazendo reparos na historiografia precedente. Era mais importante a defesa e a refutação contra novos modelos irracionais, relativistas, pós-modernos:

“Não era simplesmente uma questão de corrigir aqueles aspectos da historiografia acadêmica que pareciam não mais funcionar. Era mais importante refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios conhecimentos. [...] Por isso o principal conflito não é entre a nova história e a história tradicional, mas antes do significado da história encarada como uma prática interpretativa.” (LEVI, 1992, p. 136).

Falemos brevemente agora de Carlos Ginzburg, e do famoso paradigma indiciário. Ao fazer a genealogia do conceito, Ginzburg diz que esse paradigma se consolidou na Europa nos anos 1870 e 1880, embora suas raízes remontem a medicina de Hipócrates na Grécia Antiga.



Baseado na semiótica, é um modo de investigar obras de arte (Morelli), o inconsciente humano (Freud) ou a história que se faz com base em indícios ínfimos. A análise desses dados marginais, permite descortinar um mundo sombrio do subconsciente ou dos objetivos despercebidos de um pintor ao realizar sua obra. Seus resultados são sempre indiretos, conjecturais de orientação antropocêntrica. Logo, não racionalista, não cientificista, não quantificável (GINZBURG, 1989).

Esse aspecto é fundamental para a historiografia de Carlo Ginzburg. O autor defende com veemência que os historiadores, embora apoiados durante algum tempo em modelos racionalistas, galileanos – por ser inspirarem nas ciências matemáticas e físicas – devem buscar outra saída. A questão que ele levanta é peremptória: ou aceitamos um estatuto científico frágil para a historiografia, (já que não se assemelha ao modelo das ciências duras) para com isso atingir resultados significativos em nossas pesquisas, ou façamos o inverso. Busquemos um estatuto rijo para nossa disciplina – como muito se buscou no século XIX e início do século XX – e com isso percamos a relevância do nosso trabalho de historiador. Sua opção é a primeira. Em grande medida por essa mesma opção historiográfica que seu trabalho contribui para o retorno do tema da narrativa na história. Assim como Sherlock Holmes, o historiador ao estudar o passado vai em busca de pistas. Precisa perscrutar idiosincrasias, vestígios, minuciosidades para recompor uma história, identificar os sujeitos envolvidos e construir uma narrativa que seja inteligível e que os explique.

## O MÉTODO DE ROBERT DARNTON

Robert Darnton nasce também em 1949, em Nova Iorque. Faz seus estudos universitários em Harvard e Oxford. Trabalhou como jornalista no *The New York Times*, fato que influencia sua escrita historiográfica, que é bastante peculiar, cativante e acessível a um público mais amplo. Foi durante muito tempo professor da Universidade de Princeton. Darnton é talvez a principal referência sobre estudos acerca da Revolução Francesa e do Iluminismo hoje. Estuda também a cultura popular na França do século XVIII, e tem importantes trabalhos sobre história dos livros. O seu método, ou sua perspectiva teórica é a história cultural de tendência etnográfica. Falemos um pouco acerca.

Pegando emprestado a ideia de seu amigo, o antropólogo Clifford Geertz<sup>1</sup> - ambos inclusive ministraram cursos juntos em Princeton, sobre História e Antropologia - Darnton entende a cultura como essencialmente semiótica. Para ambos os seres humanos são criaturas que se entranham em teias de significados culturais que os próprios tecem. Ao estudioso cabe analisá-las, não como nas ciências experimentais que buscam leis, mas através de uma ciência interpretativa, que tem como objetivo a busca de significado. Isso se faz através de uma descrição densa de todos os sinais captáveis. Portanto, vemos que assim como Ginzburg, Darnton rompe com formas mais duras de enxergar a história, com positivismos, racionalismos e estruturalismos diletantes.

Outro aspecto significativo no trabalho do historiador norte-americano é o destaque para o diferente. Darnton diz que quando não entendemos uma pilhéria em algum texto do passado, é porque há algo que precisa ser observado com acuidade (DARNTON, 1986, p. 106). Mais uma semelhança com as proposições do Italiano, por salvaguardar o papel do anômalo na pesquisa. Na mesma senda, ambos são paladinos de um empiricismo na história. Os universos mentais que Darnton busca só se descortinam nos arquivos, no seu trabalho de campo. Somente através dele é possível abrir caminho em um universo mental que é estranho ao nosso, de outro tempo. Ambos querem a prática, não a teorização, os prolixos e pedantes discursos sobre o método. Robert resgata o conceito de “mentalidades” da tradição francesa, mas sem cercá-lo de prolegômenos. Os dois historiadores buscam cada um à sua maneira escapar as quantificações, serializações de documentação, para ao invés, mergulhar fundo nos signos e significações das documentações disponíveis. (DARNTON, 1986, p. 329-330).

Por último, é imperioso o destaque que ambos dão às vozes dos “nativos” – personagens históricos – em suas abordagens. Ao invés de virem com análises, hipóteses de antemão, prontas, fechadas e sobrepor aos atores, eles os escutam, deixam eles falarem. Assim se constrói os significados e a argumentação historiográfica. Como liam? Como agiam? Aos censores: como censuravam? O que era a censura para eles?<sup>2</sup> Aos inquisidores: o que era a Inquisição para eles?<sup>3</sup> Como enxergavam seu ofício? Assim por diante. Agora podemos volver a análise para as elaborações e proposições acerca da narrativa na história.

## **O PROBLEMA DA NARRATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE CARLOS GINZBURG E ROBERT DARNTON**

As aproximações entre os dois historiadores nesta altura já ficaram minimamente estabelecidas, diretamente enunciada por mim, e tacitamente inferidas pelo leitor. Carlo Ginzburg e Robert Darnton ao se debruçarem sobre a metodologia, ao proporem uma nova abordagem historiográfica necessariamente precisaram também se colocarem a questão da narrativa. E aqui cabe uma importante informação: por um lado, temos Ginzburg que intencionalmente combate os irracionalismos e pós-modernismos que queriam esvaziar a história de qualquer dimensão de verdade, e investe na própria narrativa como uma ferramenta possível. Ou seja, ele se preocupa teoricamente, epistemologicamente com essa reformulação. Darnton, por outro lado, é muito mais um experimentalista, nesse sentido. Ele não está no fronte mais imediato de combate ao pós-modernismo, mas na sua *práxis* narrativa nós observamos elementos similares aos de Ginzburg que se resumem em: assumir que o texto histórico é uma narrativa, como as outras, mas que o processo de pesquisa, de investigação, de busca dos arquivos permite estabelecer o limiar entre a veracidade e a pura literalidade, ficcionalidade.

O experimentalismo e as fendas abertas por eles nos permitem formular questões. Ao sobrelapar de vez o racionalismo advindo desde Descartes, Spinoza e o positivismo Comtiano, na historiografia de um lado, e de outro frear os ímpetus pós-modernos, ambos nos possibilitam especular acerca das narrativas na história. Podemos indagar: Aonde se esconde a verdade histórica? É possível alcançá-la? Qual o melhor discurso, recurso narrativo, técnica argumentativa que melhor a representa, a resguarda? Narrativa lacunar? As possibilidades, verossimilhanças, os “talvez” e “pode ser” de Natalie Zemon Davis<sup>4</sup> são a única saída? (GINZBURG, 2007, 312-316).

Os historiadores não são treinados para escrever. Giovanni Levi argumenta que é necessária uma preocupação com a comunicação. História não é apenas exposição de resultados em um livro (1992, p. 152). Ginzburg e Darnton nos permite pensar na narrativa como o único meio de desvendamento do passado. Dizer que ela não é neutra não é suficiente. É preciso discuti-la. Se nós somos animais de linguagem, que pensamos, nos expressamos e apreendemos o mundo a realidade por meio dela, quanto mais a refinarmos, nos aprofundarmos em suas nuances mais sutis, e conseguirmos usar todos os recursos possíveis, como figuras de linguagem por exemplo, mais teremos chance de nos aproximar da tal verdade histórica.

Para Stendhal a verdade histórica só era tangível no romance (GINZBURG, 2007, p. 173). Sua proposta de romance era essa: buscar uma verdade que os historiadores não conseguiam alcançar. Somente através do romance era possível adentrar no cotidiano, nas sensibilidades, nas imagens mentais das pessoas comuns, no modo como viviam, sentiam, pensavam, falavam. Essas investidas são justamente aquelas buscadas por historiadores pelo menos desde os anos 70. Alguns deles, dentre os mais ilustres, além dos dois objetos do presente artigo: E.P Thompson, Natalie Zemon Davis e Peter Burke.

Carlo Ginzburg e Robert Darnton aceitaram as provocações de Stendhal. Aceitaram e foram além. Colocaram incisivamente o problema da narrativa na história em seus trabalhos teóricos e empíricos. Ambos nos convidam a desgrudar de concepções criadas pela modernidade, pela ciência moderna, formulada em textos de Descartes, Bacon, Galileu, entre outros. Se nós não vivemos em uma Pós-modernidade, naquela modernidade dos séculos anteriores pelo menos não vivemos. A história não é física, matemática, biologia. História é vida humana, é sentimento, é presente.

É difícil conceber asserções dessa envergadura porque fomos criados durante 4 séculos dentro de um pensamento cientificista, quantificador, classificador, ordenador, que espera resultados precisos, eficientes. Não precisamos temer. Os historiadores precisam melhorar suas sensibilidades. Somos humanos falando da vida de outros humanos. Quanto mais entendermos esse ser, e melhor tivermos recursos narrativos para expressar o outro, mais verdadeiro será nosso discurso, nosso poder de representação e apreensão da realidade humana.

Já demos muitos passos para fugir da história positivista, cientificista, historicista, racionalista. Continuemos. O convite que fica implícito nos trabalhos de Robert Darnton e Carlo

Ginzburg é de escavar nosso passado pelo sensível, pelo sentimento, pelo imaginário, para que narremos da melhor maneira possível. Que mais pessoas leiam. Que mais pessoas se deleitem ao ler história. Vamos atrás dos anseios e medos esquecidos, perdidos. Eles formaram a nós. Nós somos eles. Nós somos nosso próprio objeto de estudo. Nossa linguagem é a única maneira de apresenta-lo.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das letras 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-161.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. **Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

## NOTAS

\* Mestrando - Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lucaseduardoferreira1998@gmail.com

- 1 Ideia desenvolvida por Geertz em seu livro “A interpretação das culturas”.
- 2 Ver o livro “Censores em Ação” de Robert Darnton.
- 3 Ver o livro “O queijo e os vermes” de Carlo Ginzburg.
- 4 Ver o livro “O Retorno de Marin Guerre”.

# PENSAR O VESTUÁRIO COMO FONTE E DOCUMENTO NA HISTORIOGRAFIA

Daniele Caroline Antunes<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo colocar em perspectiva o vestuário como fonte de estudo historiográfico em diálogo com suas metodologias. Assim, parte de uma breve tipologia e contexto da fonte da dissertação que a autora está desenvolvendo, este o vestuário litúrgico presente no Museu Histórico de Londrina, em seguida, pensar os principais conceitos que envolvem a roupa como cultura material e acervo museológico e por fim, um estudo do estado da arte do vestuário como fonte na história.

**Palavras-chave:** Historiografia; Metodologia; Vestuário; Cultura Material.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, visa pensar em um quadro metodológico em torno da Dissertação a ser desenvolvida pela presente autora, em que abordará um estudo sobre as vestes litúrgicas acervadas no Museu Histórico de Londrina. Para isso, foi desenvolvido um estudo em torno do vestuário como fonte da historiografia, com os principais conceitos e autores que aparecem dentro deste campo.

Primeiramente, busca-se realizar uma breve tipologia da fonte, esta, o vestuário religioso acervado no Museu Histórico de Londrina com uma breve contextualização das vestes em suas condições atuais e históricas. Em seguida, colocar em discussão os principais conceitos que aparecem dentro da pesquisa, cujo tema cerca as roupas em acervos, estes são: museu, memória, cultura material, vestuário e *símbolos*, com autores como: Ulpiano Bezerra de Menezes, Daniela Calanca, Diana Crane e Roger Chartier.

Por fim, foi realizado um estado da arte em torno de pesquisas e autores que buscaram em um determinado ponto através da historiografia, pensar o vestuário como fonte para seus estudos culturais, como Daniel Roche, Braudel, Daniel Miller, Igor Kipytoff, Diana Crane, Gilberto Freyre, Daniele Calanca, Jules Prown e Lou Taylor.

## **UMA BREVE TIPOLOGIA E CONTEXTO DAS FONTES**

As fontes que serão utilizadas na pesquisa são de característica material e museológica, ou seja, objetos da cultura material, estes o vestuário, acervados no Museu Histórico de Londrina. No acervo de indumentária do museu, encontram-se peças do vestuário feminino, masculino, infantil, japonês, carnavalesco, religioso, vestidos de noiva, folia dos reis, militar, toalhas de banho e camisolas. Totalizam uma média de mais ou menos 600 peças, datadas a partir da década de 1930. Para esta pesquisa, foi selecionado o vestuário religioso, trajes litúrgicos, de clérigos católicos usados em missa e em cerimônias, como: as alvas, capas de asperge, cámulas, dalmáticas, sotaina e acessórios (lenços, estolas, bandeiras e porta objetos) pertencentes entre a década de 60 a 80 totalizando 113 itens.

As vestes acervadas no Museu Histórico de Londrina foram doadas pela própria Arquidiocese da cidade a fim de preservar a memória das mesmas. As peças estão em um bom estado de conservação e se encontram guardadas na sala de acervo da Reserva Técnica. Apresentam tecidos nas mais diversas cores, priorizando os tons mais fortes como: azul, vermelho, roxo, dourado e verde. Cada uma, apresenta detalhes específicos de bordados, o que mostra uma grande variedade de signos, símbolos e representações.

Em uma breve contextualização histórica das vestes litúrgicas, elas se desenvolveram a partir dos trajes seculares do Império Romano, as túnicas usadas em Roma. Com o passar dos séculos, se tornaram mais complexas, relacionados a hierarquia, e associados as questões místicas e sagradas, completados por adornos de cabeça e peças superiores (LEVENTON, 2009). Segundo Vale (2016), as vestes sagradas ou paramentos litúrgicos são usados nas celebrações da Missa ou durante os Sacramentos.

As vestes ainda são confeccionadas com grande riqueza nos detalhes, nos símbolos e nos tecidos, respeitando as regras e mudanças trazidas com o tempo, como por exemplo, O Concílio do Vaticano II, mantendo a memória dos símbolos da história do cristianismo, algumas vestes, caíram em desuso e outras, sofreram poucas modificações (VALE, 2016).

A partir disso, torna-se relevante abordar um estudo de alguns conceitos que aparecem em torno dessa fonte para compreender e desenvolve-los dentro do campo da história na futura pesquisa.

## **ABORDAGEM DOS CONCEITOS: MUSEU, MEMÓRIA, CULTURA MATERIAL, VESTUÁRIO, SÍMBOLOS E REPRESENTAÇÕES NA HISTÓRIA**

Para Ulpiano Bezerra de Menezes, pensar no conceito museu é pensar em um lugar que mostra uma historicidade das coisas, por meio da materialidade presente, evidência um se-

guimento da vida social e se torna uma possível referência para se pensar de forma científica, documental, cultural e educacional, ou seja, um lugar que produz conhecimento. O museu deve mostrar a sociedade como um organismo vivo, em transformação, produção e reprodução o que contribui para a consciência histórica (MENESES, 1992).

Assim, o museu tem a capacidade de despertar emoções, sensações, sentimentos e pensamentos. É um local a serviço da sociedade, que exhibe pesquisas e exposições materiais e imateriais de povos e sociedades, atribuindo sentidos e mensagens, que leva o indivíduo a uma interpretação por meio da materialidade. Este material de referência de representação social, também conhecido como cultura material, faz parte das coleções de artefatos acervados de um conjunto documental patrimonial, que armazenam a trajetória do homem e do passado e das suas relações vividas (BITTENCOURT, 2009).

A interpretação dos objetos é, portanto, processo de construção de memória e de leitura crítica, que exterioriza valores, costumes, economias, formas de viver e ações e constrói-se um modelo interpretativo da cultura que informa a sociedade a partir da interpretação. Assim, a memória é uma construção social que edifica diversas identidades e culturas e produz documentos, simbologias e significações (MENESES, 2009).

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, traz o conceito de cultura material como aspecto de toda a dimensão material que cerca a vida social e cotidiana, com lembranças, marcas, atributos, que dão sentido nas relações sociais de onde são gerados e podem justificar essências sobre a economia, social e simbólico de cada lugar e tempo (HEYMANN E LACERDA, 2011). O autor ainda pensa estes objetos materiais como fontes que ultrapassam a vida, que buscam sentido nas relações sociais, que apresentam atributos físico-químicos e orientam leituras de esferas de fenômenos como: matéria prima, técnicas, processamento, etc. (MENESES, 1998).

O objeto está sujeito a transformação no decorrer de sua vida social, assim possui sua própria biografia, se torna um suporte de informação e sentido, que repassa informações de indivíduos, produção, processos, identidade e circulação (MENESES, 1998). A cultura material segundo Braudel em “A dinâmica do capitalismo” de 1987, é resultado da produção humana, onde o consumo gera a vida econômica, que impulsiona a vida material pelas trocas e pelo comércio, ou seja, as histórias dos homens transformam o cotidiano e incorporam o social e as experiências, como por exemplo o comer, o alugar e o vestir. Estes elementos pertencem a vida material que são resultados de escolhas da civilização que geram técnicas e os transformam, dentro de uma determinada temporalidade histórica (BRAUDEL, 1987).

Dentro da perspectiva da cultura material, se encontram as roupas, que pertencem à diferentes tempos, sociedades e valores, em “O império do efêmero” de 2009, Lipovetsky vê a roupa e moda como um fenômeno e estruturas que determinam uma organização social das aparências, de característica simbólica que está em constante transformação junto com a sociedade. O vestuário tende a ser pensado e conceitualizado como um artefato de revestimento do

corpo, que primeiro apresenta característica funcional, como o vestir para se proteger do frio ou para se adaptar ao calor, e ao longo da sua trajetória incorpora sentidos e estruturas, que dão novas interpretações, que ajudam a tornar compreensível o mundo social e os indivíduos, como por exemplo, a crença, a estética, a uma tendência ou ocasiões (BITTENCOURT, 2009). Para Daiana Crane:

O vestuário, sendo uma das formas mais visíveis de consumo, desempenha um papel da maior importância na construção social da identidade. A escolha do vestuário propicia um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinado período (o que é conhecido como moda), bem como uma variedade de alternativas extraordinariamente rica. Sendo uma das mais evidentes marcas de status social e de gênero – útil, portanto, para manter ou subverter fronteiras simbólicas –, o vestuário constitui uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas, vêem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de status [...] (CRANE, 2006, p. 21).

O vestuário como objeto social adquire vivências e representações, por meio das relações roupa (objeto) e indivíduo/sociedade, transmitem e manifestam juízos e valores, como elemento sinalizador de significados e interesses de um conjunto de relações simbólicas (BERGAMO, 1998), que como fonte de estudo, ajuda a compreender as transformações da cultura, pois age como unificadora e abre caminhos para uma multiplicidade de estudos, que são interpretados pelo tempo e ligados aos fatores econômicos, políticos, culturais e de costumes que caracterizam cada época (SORCINELLI, 2010). De acordo com Meneses (1992), as roupas colaboram para mensagens que marcam ciclos, integração e diferenciação.

Estas manifestações estão relacionadas a um sistema de comunicação do vestuário, expressa em sua forma material, com qualidades concretas e tangíveis e funcionam como guia de evidência para registros documentais, hipóteses, representações e interpretações (MCCRAKEN, 2003).

Uma roupa apresenta inúmeros símbolos e signos que tem como o objetivo representar, ou seja é uma peça apropriada de significações, que traz um significado a quem veste e a quem observa. Assim, as ideias de representação, apropriação e significação devem ser vistas de dentro de seu contexto e tempo, por isso, as técnicas utilizadas têm que ser capazes de enxergar os símbolos no contexto e nas suas relações sociais (MILLI, 2017).

Para Chartier, pensar no conceito representação é um caminho para auxiliar e pensar a história e prática cultural, pois ela substitui um objeto ausente, reconstituindo uma memória que auxilia no conhecimento, construída por um signo exibido pela aparência. Segundo Bourdieu, os símbolos são instrumentos de conhecimento e comunicação que dão sentido as relações sociais e a ordem (GUIDO, 2015). Assim, a roupa como elemento pertencente as relações e a vida material, têm uma função simbólica, representativa, histórica e de memória social (BENARUSH, 2015).



## O ESTADO DA ARTE: O VESTUÁRIO COMO FONTE DA HISTORIOGRAFIA

Como base teórica e metodológica de autores que abordam o tema, vale ressaltar o historiador Daniel Roche e seu livro “História das coisas banais” de 2000 em que aborda a importância do estudo da cultura material como fonte histórica, por meio da relação de objetos (artefatos e vestimentas) com os aspectos da esfera social, elementos que carregam parte da história das relações humanas que podem levar a hipóteses e à compreensão da história social. Roche e as suas fontes de registros, visam análises relacionadas com o seu tempo, espaço, características e valores, que podem definir padrões, comportamentos e estilos de vida que, inserido nas perspectivas da Nova História, promovida pela escola dos *Annales*, permitem uma melhor e maior compreensão das sociedades e todos os seus aspectos possíveis ligado a vida humana e as suas estruturas (ROCHE, 2000).

Em sua outra obra, “A Cultura das aparências” de 2007, Roche desenvolveu uma análise sobre as vestimentas e os costumes de uma França, especificamente Paris entre os séculos XVII e XVIII, onde dedicou-se ao universo das roupas, evidenciando os sistemas indumentários franceses, como por exemplo, elementos hierárquicos, consumo e circulação, onde busca mostrar, uma sociedade com valores simbólicos e estéticos que estruturavam as aparências daquele momento (GUIDO, 2015).

Outro autor historiador que tem estudos voltados ao tema é Braudel, que aborda uma perspectiva reflexiva sobre a história da moda, que parte de uma análise da roupa em seu capítulo “Roupa e moda”, publicado em “Civilização material, economia e capitalismo- séculos” XV-XVIII: as estruturas do cotidiano” de 2005, e analisa a indumentária como elemento relacionado as mudanças sociais, aos *status*, as relações, aos custos e a produção, destacando questões econômicas e valores culturais de uma época e sociedade, dentro de uma perspectiva de longa duração (BRAUDEL, 2005).

Na obra “Trecos, troços e coisas” de 2013, Daniel Miller parte de um olhar antropológico e etnográfico sobre o consumo de trecos, sobre o vestir e como este constrói o indivíduo. De acordo com o autor, a roupa transforma, atinge e traz significados em sua forma de usar, que pode variar de acordo com o tempo e o lugar, que atua na constituição do indivíduo e transmite sentimento e emoção. Assim, a peça navega em um diálogo entre o contexto social e material, em que sua análise busca observar o artefato pela sua diversidade e especificidade ao invés de reduzi-las aos padrões, marcando um estudo da diferenciação (MILLER, 2013).

Na obra “A biografia cultural das coisas”, de Kopytoff em 2008, o autor parte de um estudo material ao realizar perguntas ao objeto, a fim de conduzir a uma biografia, como se fosse a uma pessoa. Ou seja, seu foco é a realização de uma biografia do objeto, tratando-o como culturalmente construído, dotado de significado específicos e classificados e reclassificados em categorias culturalmente construídas (KOPYTOFF, 2008).

Pensamentos relacionados à roupa e à moda, destaca-se o livro de Diana Crane, “A moda e seu papel social - classe, gênero e identidade das roupas” de 2006, a autora apresenta um panorama da moda e de padrões de vestuário da França, Inglaterra e Estados Unidos no período pós-industrial (GUIDO, 2015), e aborda um estudo historiográfico e sociológico partindo de um histórico de relações que mediarão a criação e transformação no uso da moda desde da origem da roupa, disposto compreender suas referências sociais e valores pessoais, e entender a relação da roupa com o indivíduo, dando uma interpretação do papel social, dos seus códigos e da sua função. Parte de uma perspectiva de campo em torno da dinâmica e circulação da moda, com a relação das transformações, dos orçamentos familiares, documentação fotográfica, coleções de indumentárias de museu, consulta de periódicos do comércio e indústria, consumo e produção, conciliando os estudos da moda com as ciências humanas (CRANE, 2006).

O livro “Modos de homem & modas de mulher” de Gilberto Freyre, publicado em 1987, traz várias questões relacionadas aos costumes e à moda no Brasil, como a influência da moda francesa, a adaptação e criação de peças e tecidos brasileiros e a mudança dos padrões de beleza (GUIDO, 2015). Gilberto Freyre ressalta a forma de como os brasileiros se apropriaram da moda e dos modos franceses e a ingleses, e adaptando-se a eles e transformando-os de acordo com a vida no Brasil, como por exemplo, o clima (MOTTA, 2015, p.3). Assim, esta obra permite ver as roupas a partir das perspectivas das mudanças sociais, das transformações e códigos culturais, que exprimem modos e modas, partindo de uma perspectiva etnográfica e sociológica, que analisa a vestimenta e as adaptações que ocorrem pela sociedade brasileira com o que se via no exterior (FREYRE, 1987).

Em “A história social da moda” de 2008, Calanca, traça um panorama entre a história da moda e a sociedade e seu tempo. Partindo da diferenciação das vestes, a roupa entra como um conjunto de maneiras que caracterizam um determinado grupo no tempo e no espaço, que é possível refletir sobre resistências sociais, culturais e morais. Envolve os aspectos sociais e suas mudanças com o vestuário em uma reflexão profunda sobre a mudança da sociedade ao longo dos séculos e a influência que isso causou não só ao vestuário, mas aos hábitos da população (CALANCA, 2008).

O pesquisador e professor, Jules Prown, em sua obra “*Mind in matter*” de 1982, ao escrever sobre o vestuário, propõe um estudo que compõe três estágios: observação, dedução e especulação. O primeiro consiste em fazer todas as observações contidas fisicamente na roupa, uma análise substancial e formal, o segundo inicia-se fazendo pequenas associações, interpretando as ideias que nascem da interação objeto e observador, apresenta um caráter sensorial intelectual e emocional. O terceiro e último passo consiste em levantar hipóteses, questões derivadas do objeto para outras evidências externas, com a introdução de outras fontes de pesquisa para que sejam testadas e resolvidas, assim esta etapa propõe a formulação de uma hipótese, análise quantitativa, estatística e iconológica (PROWN, 1982).

Para a área de acervos têxteis em instituições, as obras “*The study of dress history*” de 2002 e “*Establishing dress history*” de 2004 de Lou Taylor são importantes referências, pois problematizam as roupas em acervos e dialogam com a historiografia sobre moda. (GUIDO, 2015). Lou Taylor propõe uma análise da roupa partindo essencialmente de uma descrição, pois é o primeiro passo para se conseguir pensar sobre o contexto social e cultural da peça. Pensando a peça acervada em um museu, o primeiro passo é a identificação, seguida pelo estado de conservação, sua disposição e então, a interpretação (TAYLOR, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou aprofundar as noções sobre a fonte estudada e os conceitos que envolvem este estudo, ampliou os horizontes e perspectivas sobre autores e seus trabalhos em torno da roupa, cultura material e da historiografia, que serão selecionados e pensados para desenvolver na dissertação a ser realizada pela autora em sua pós-graduação.

Fica evidente a necessidade de registrar o pensamento dos artefatos, como por exemplo, através de critérios etnográficos, da descrição, da identificação material, de usos, processos e fabricação, da importância de situá-lo em seu tempo e lugar, afim de evitar anacronismo. Ainda, trazer um profundo estudo sobre as simbologias e representação destes signos como forma de pensar na eficácia simbólica do vestuário a ser estudado e como este organiza esse sistema das vestes litúrgicas.

Além disso, o trabalho aponta para um caminho da interdisciplinaridade, como a antropologia, a história e o design com seus autores e metodologias para enriquecer o trabalho.

## NOTA

1 Aluna de pós-graduação do programa de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, graduada em Design de Moda pela mesma. E-mail: daniele.caroline.antunes@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BENARUSH, Michelle Kauffmann. Por uma museologia do vestuário: Patrimônio, memória, cultura. In: MERLO, Márcia (Org.). **Memórias e Museus**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015. p. 99-111.

BERGAMO, Alexandre. O campo da moda. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 41, n. 2, p.137-184, 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-77011998000200005>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/133431>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro das coisas: uma reflexão sobre museus,

artefatos e coleções. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (Org.). **Cidadania, memória e patrimônio**: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 17-31.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII**: As estruturas do cotidiano. Volume 1. SP: Editora Martins Fontes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. Tradução Renato Ambrosio. São Paulo: SENAC, 2008.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GUIDO, Ligia Souza. **Sob capas e mantos**: roupa e cultura material na vila de Itu, 1765-1808. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279667/1/Guido\\_LigiaSouza\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279667/1/Guido_LigiaSouza_M.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

HEYMANN, Luciana Quil Let; LACERDA, Aline Lopes de. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 405-431, jul. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862011000200009&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2020.

KIPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjan. **Avida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008. p. 89-124.

LEVENTON, Melissa. **História ilustrada do vestuário**: um estudo da indumentária, do Egito antigo ao final do século XIX, com ilustrações dos mestres Auguste Racinet e Fiedrick Hottenroth. São Paulo: Publifolha, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

MCCRACKEN, G. **Cultura e consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (Org.). **Cidadania, memória e patrimônio**: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 32-45.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, Universidade de São Paulo, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In:

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-262.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89- 103, 1998.

MILLER, Daniel. **Treco, troços e coisas**: Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro, 2013.

MILLI, Cátia Regina. “A Antropologia e o Estudo dos Símbolos em Rituais e Religião: um percurso teórico”. In: **II Seminário de ciências sociais**, 2., 2017.. Vitória-ES.: Pges Ufes, 2017. p. 1 - 16.

MOTTA, Elisa Fauth da. UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE VISUAL E PATRIMÔNIO. In: MODA DOCUMENTA, 5., 2015, São Paulo. **Anais [...]** . São Paulo: Moda Documenta, 2015. p. 1-11. Disponível em: [http://www.modadocumenta.com.br/anais/anais/5-Moda-Documenta-2015/04-Sessao-Tematica-Historia-da-Indumentaria-e-da-Moda/Elisa-Fauth\\_ModaDocumenta2015\\_Gilberto-Freyre\\_portugues.pdf](http://www.modadocumenta.com.br/anais/anais/5-Moda-Documenta-2015/04-Sessao-Tematica-Historia-da-Indumentaria-e-da-Moda/Elisa-Fauth_ModaDocumenta2015_Gilberto-Freyre_portugues.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

PROWN, Jules. **Mind in matter**: An Introduction to Material Culture Theory and Method. Winterthur Portfolio, 1982.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências**: Uma história da Indumentária (séculos XVII-XVIII). Tradução: Assef Kfourri. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SORCINELLI, Paolo (Org.). **Estudar a moda**: corpos, vestuários, estratégias. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. Tradução: Renato Ambrosio.

TAYLOR, Lou. **Establishing dress history**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

TAYLOR, Lou. **The study of dress history**. Manchester: Manchester University Press, 2002.

VALE, Renilda Santos do. **Memória da fé**: a coleção de paramentos litúrgicos do museu do traje e do têxtil da fundação instituto feminino da Bahia. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22657/1/Mem%C3%B3ria%20da%20F%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

# ST 5

## ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NEGRAS

Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros  
Prof. Me. Lucian Souza da Silva



# O NEGRO NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA. REFLEXÕES A PARTIR DO CONTO PAI CONTRA MÃE DE MACHADO DE ASSIS (1850-1900)<sup>1</sup>

Luciano Rodrigues da Costa<sup>2</sup>

## RESUMO

Propomos neste trabalho um breve estudo acerca da sociedade negra no Brasil na passagem do período imperial para a república, a partir do conto Pai contra Mãe de Machado de Assis. Baseados na narrativa e seus personagens, trouxemos ao diálogo autores que contribuem com a reflexão, como Sevcenko, Boris Fausto, Florestan Fernandes, que são estudiosos da história do Brasil, da literatura como fonte histórica e também das implicações sociológicas da sociedade brasileira. Nesse cruzamento de informações observamos que mesmo tendo um papel importante na economia e na sociedade, através das funções que desempenhava, o negro foi inferiorizado na sociedade nos períodos estudados com desdobramentos atuais. E ainda que a Lei Áurea, de 1888, tenha garantido sua liberdade no papel, a sociedade (branca) brasileira não estava preparada para o receber como livre, e o advento da República corroborou para uma subalternização maior da parcela negra dentro do que era considerada a sociedade brasileira, o que é uma conclusão que chegamos. E mesmo com o passar dos anos, o negro ainda busca, efetivamente o seu reconhecimento dentro da mesma sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Negros, império, república, escravidão, sociedade.

Joaquim Maria Machado de Assis, cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista, romancista, crítico e ensaísta, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839. Filho de um operário mestiço de negro e português, Francisco José de Assis, e de D. Maria Leopoldina Machado de Assis, aquele que viria a tornar-se o maior escritor do país e um mestre da língua.<sup>3</sup>

Pai contra mãe, é um texto publicado em 1906, junto a outros textos reunidos por Machado de Assis na Obra Relíquias de Casa Velha. As narrativas do autor acabam por aproximar os leitores de um determinado período, a que a narrativa se propõe evidenciar. O texto é um dos contos da antologia Relíquias de Casa Velha<sup>4</sup>, composta por textos que o próprio Machado reuniu, publicando-os em 1906, dois anos antes de sua morte.

Nesse sentido, nos é importante perceber que trabalhar literatura no campo da história é algo defendido por diversos autores. Martins (2015), em seu trabalho, fala sobre o uso da literatura como fonte histórica, ressaltando a relação que há entre as duas disciplinas. A partir do diálogo proposto entre alguns autores, ela mostra que mesmo sendo um objeto de estudo complexo, há várias possibilidades para o trabalho historiográfico a partir da literatura pois contém aspectos que não são vistos em outros objetos, principalmente em questões relacionadas ao imaginário da época estudada. Esse campo de pesquisa, segundo ela, se desenvolveu no Brasil de modo significativo a partir dos anos 1990.

Dessa forma ao observar a escrita de Machado de Assis, podemos ter uma noção da maneira como ele enxergava as relações raciais no Brasil. Com isso, nosso propósito neste trabalho é tentar olhar pela lente de Machado de Assis, a partir do conto Pai contra Mãe, como ele percebe essas relações, focando no período de transição do Império para a República no Brasil. Esse recorte nos ajuda a buscar um melhor entendimento da proposta de Machado de Assis já que essa transição não se manifestava apenas nas questões da vida política. O campo da literatura refletiu essas transformações por meio de suas retratações escritas, como nos diz Sevcenko (2003, p. 286, 287)

“As décadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. Por outro lado, os valores éticos e sociais mudaram tanto no nível das instituições e dos comportamentos como no plano das peças literárias. Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade”.

O início do conto nos remete ao papel desenvolvido pelos escravos na sociedade brasileira do período Pré-abolição e ainda após, porém, sabe-se que o papel socioeconômico dos africanos no Brasil começa exatamente com a sua comercialização pelos europeus devido a suas habilidades já atestadas em sua terra e também rentabilidade para os senhores, como nos sugere Boris Fausto:

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. O historiador americano Stuart Schwartz calcula que, durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses. (FAUSTO, 1995, p.51)



A escravidão seguiu integrante da história colonial e imperial do Brasil. Contudo, em meados do período Imperial, já no reinado de D. Pedro II, uma outra visão de sociedade permava o cenário brasileiro, umbusca pela transformação da realidade político social do Brasil, o que representava também a adequação aos tempos vivenciados na Europa. A busca pela modernização capitalista, levou o País a sofrer uma serie medidas, pois, como afirma Fausto,

1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século. Foi o ano de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou a Lei de Terras, centralizou-se a Guarda Nacional e foi aprovado o primeiro Código Comercial. Este trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. [...] A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc. (*Op. Cit.* Pág 197)

Como percebemos, o período de transição entre fim do Império e início da República, trouxe uma série de mudanças na sociedade brasileira. Inclusive, na realidade do negro que é modificada pelo fim do tráfico negreiro, e ainda pela assinatura da Lei Áurea, em 1888, no fim do Império. Entretanto isso não significa uma mudança na estrutura social, a qual o negro é inserido no período pós abolição. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados* (1987), lança um olhar sobre a então capital imperial e principal pólo cultural, econômico e político do período, a cidade do Rio de Janeiro, reduto de muitos imigrantes de várias partes do Brasil, entre eles negros, agora ex-escravos.

Como a maior cidade e a capital econômica, política e cultural do país, o Rio de Janeiro não poderia deixar de sentir, um grau mais intenso do que qualquer outra cidade, as mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. A mudança de regime, com todas as novas realidades, tornando a vivência delas também mais intensa e mais difundida. De uma maneira ou de outra, para melhor ou para pior, grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvidas nos problemas da cidade e do país. (CARVALHO, 1987. Pág. 16)

Embora Machado de Assis não se refira a um período específico, ele narra o conto *Pai contra Mãe* fornecendo informações que ajudam o leitor a se situar. Num primeiro momento, ele apresenta uma série de informações gerais acerca de ofícios mantidos a partir da escravidão. A partir disso, o autor fala sobre sina dos escravos que fugiam ou que roubavam para manter o vício da embriaguês. Depois ele apresenta a importancia desses ofícios falando do personagem central Cândido Neves. Algo também abordado por Machado de Assis logo no início do conto é a maneira como os senhores procuravam manter o controle do corpo negro por meio de coleiras e algêmas. Além dos ofícios de fabricação de materiais escravocratas, a narrativa segue com um apanhado acerca de outra profissão bastante difundida na época pré e pós abolição. Trata-se dos caçadores de escravos. Homens que ganhavam a vida em busca de recompensa pela captura

de escravos fugidos, e além disso, o reconhecimento por parte da sociedade, não como um nobre, um *lord*, e sim, como uma pessoa que impõe força. Um mantenedor da ordem.

Este é o trabalho que Cândido Neves passa a exercer quando se vê na iminência de entregar seu filho na roda dos enfeitados, dada a situação precária da família, e ao saber que o dono de Arminda, a escrava fugida, a procurava, oferecendo recompensa, não perdeu tempo. Ao relatar a fuga da escrava, Machado de Assis toca no uso e abuso do trabalho escravo no Brasil. Ribeiro (1987) fala que os negros formaram a massa substancial da força de trabalho no Brasil. Com eles muitas experiências de trabalho vieram e foram incorporadas as suas atividades na colônia, para além da questão do cultivo do açúcar. Muito do que se usou como conhecimento de técnicas de cultivo, utilização de tecidos, ferro e couro se deu devido a experiência negro-africana.

A utilização de escravos não era uma atividade comercial desconhecida entre os africanos, pois em seus reinos essa prática já era efetiva. No entanto, o conceito de escravismo era diferente e foi ressignificado com a prática europeia, pois envolvia uma ideia de produto social, amparado por questões militares, econômicas, jurídicas e políticas e não como uma mera mercadora (SERRANO; WALDMAN, 2010). A historiografia traz essa informação apenas numa visão diferenciada a qual *tenta justificar a ação do ocidente nesse empreendimento pela cumplicidade dos reis africanos nesse tráfico* (Idem, 2010).

Na história do Brasil, o escravo ocupava cargos geralmente ligados a servidão, seja trabalhando na casa dos senhores e na zona urbana como escravos de ganho. Além disso cultivo do açúcar, a mineração e a cultura cafeeira, estão diretamente associadas ao trabalho do negro na sociedade. Esses trabalhos também poderiam estar ligados ao uso da força muscular, como um escravo de ganho. No entanto, era a vontade do senhor de escravos que determinaria a especialidade a qual ele estaria ligado, inclusive como um objeto (MATTOSO, 1990).

No fim do conto Machado de Assis narra a agonia da escrava Arminda ao ser arrastada por Cândido Neves, num percurso feito a gritos de socorro implorando piedade, sem efeito algum. Apatia dos vizinhos que já sabiam do que se tratavam. Mesmo ouvindo da fugida acerca do seu estado de gravidez, nada toca-lhe o coração. Apatia completa, mesmo não discernindo ele que, havia poucos instantes, estava na mesma sensação da paternidade. O autor do conto toca no fato de a fuga era algo comum entre os escravos. Mattoso (1990) fala que juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga era maior expressão de revolta entre os escravos, no caso uma revolta interior do escravo inadaptado. Essa fuga não reflete somente árduo trabalho, mas também as condições cotidianas da vida escrava. Entretanto isso não mobilizava qualquer sentimento empático, pelo contrário, a indiferença era algo comum.

Florestan Fernandes, em sua obra *A integração do Negro na sociedade de classes* (1978), trabalha a transição do regime escravista para o trabalho livre no Brasil na primeira metade do século XX, mostrando como a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, libertou os negros de uma maneira teórica, mas não representou um olhar diferente do que se tinha antes, em plena

escravidão, pois a discriminação e a submissão da população negra em relação aos brancos foi algo que perdurou (e perdura) na sociedade brasileira. O negro liberto não conseguiu se achar “livre” dentro de uma sociedade que não estava preparada para recebe-lo e concebe-lo enquanto ser humano, pelo contrário, a ideia de trabalho estava ligada a algo ruim, inferior, em muito pela associação ao trabalho escravo desenvolvido pelo negro. Contando ainda que este período de transição do Império para a República gerou inúmeras complicações para os trabalhadores. A capital imperial sofreu uma série de transformações sendo que

a primeira delas foi de natureza demográfica. Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira, especialmente de portugueses. (CARVALHO, 1987. Pág. 16)

Fausto (1995) nos diz no fim do período imperial, a cidade do Rio de Janeiro era o único grande centro urbano do Brasil, as demais regiões ainda eram essencialmente agrícolas. E quando o lento processo de industrialização se dá no País, sobretudo na capital, a disputa por trabalho começa. Essa disputa por trabalho no Brasil, despreza o negro que (em sua maioria) não recebeu nenhuma capacitação para desenvolver alguma função que a sociedade aceitasse. Assim, rejeitados por uma República buscando fincar suas bases, os negros são preteridos por imigrantes europeus e asiáticos. E isso suscita a questão do “branqueamento” trabalhado na obra de Fernandes (1978) com o discurso da Democracia racial, onde este mito buscou idealizar a sociedade brasileira composta pela mistura do indígena, do branco e do negro, de tal forma que essas três raças conviveriam em harmonia. Ideia que é debatida e combatida por Florestan e também por outros autores.

Nesse contexto há uma inexistente preocupação por parte das autoridades, como o governo, com relação ao negro. Esta visão é presente no conto *Pai contra Mãe*. A sociedade assiste calada e indiferente a uma perseguição, mesmo que abafada num discurso de igualdade e liberdade. Isso nos leva a pensar acerca do problema que representava a abolição no período Imperial, quando a questão foi tratada por diversos setores da sociedade e pressões externas, exigindo o fim da escravidão. Porém, para a República, o negro não representaria um problema, ameaça, seja econômica ou política. Sendo assim, os negros tiveram que se contentar com uma marginalização, que os colocou fora das zonas frequentadas pelos nobres da sociedade, suportando um contínua subserviência. Acabaram por assumir atividades discriminadas, não mais apenas pela questão da cor, mas também pela situação econômica, já que uma boa parte da população negra não dispunha de condições para desenvolver um trabalho melhor remunerado.

Nesse sentido, a transição do período Imperial para a República simbolizou um período de transformação social, onde a sociedade brasileira buscava se afirmar, a partir de questões econômicas e políticas, o que refletiu na estrutura da sociedade brasileira, sobretudo nas nos

principais centros da época. O negro de um modo geral, teve de se arranjar dentro da sociedade brasileira. Na maioria das vezes sofrendo discriminação, devido o seu passado escravo, sendo assim considerado mesmo depois de livre. Tal fato é real, quando pensamos que mesmo depois da abolição da escravatura, o negro não deixou de ser considerado inferior na sociedade, e no consciente coletivo ou senso comum, essa ideia de subjugamento e inferioridade permeia o ideário social através das histórias que surgiram ao longo do tempo e se manifestam, inclusive, quando tratamos da concepção do próprio negro em relação a si e como este se percebe enquanto sociedade.

A partir disso, percebemos que mais de cem anos depois da Lei Áurea, nós continuamos numa sociedade em transição, e este negro continua sua busca de afirmação dentro da sociedade brasileira, e esta, por sua vez e em sua maioria, continua despreparada para tratar o negro como um igual. Embora haja ações que motivam a valorização da identidade e cultura afrobrasileira, este pertencimento pode levar um bom tempo ainda a acontecer. Para compreender e conhecer a afrodescendência brasileira, Santos e Gonçalves (2009) citam dois pontos principais dessa contribuição africana para a formação brasileira que são os conhecimentos técnicos e científicos trazidos pelos africanos e o outro seria a sua maneira diferenciada do ocidental de ver e conceber o mundo, ou seja as suas culturas. Culturas essas que acabaram por agregar-se e ressignificar-se num contexto divergente do seu.

Formar os elementos que constituíram esta cultura e identidade afrobrasileira, além de não ter acontecido de uma maneira rápida, não foi de um modo idolor ou passivo. No conto de Machado de Assis, algo que está bem caracterizado é a resistência do negro em relação à opressão dos senhores. Quando a escrava Arminda foge, ela representa mostra a resistência que o negro vai marcar a trajetória do negro no Brasil. Resistência não apenas nas fugas no período escravista, mas também ao longo da sua trajetória na sociedade.

Algo que não podemos deixar de tratar aqui diz respeito a como muitos grupos negros surgidos a partir da década de 1980, o chamado Movimento Negro, apareceram erguendo uma bandeira de luta pelo reconhecimento do negro enquanto cidadão, pertencente e formador da sociedade e da história brasileira, e também das atrocidades históricas por eles sofridas ao longo dessa história.

Os movimentos sociais contribuíram decisivamente, ao longo da história, por meio de suas demandas e pressões organizadas para a conquista de vários direitos sociais novos, e é isso que consta, inclusive na Constituição Brasileira de 1988.

Mas, mesmo assim, as lutas de algumas categorias profissionais surgiram num contexto de crescimento da economia informal, que foram resposta à uma crise socioeconômica, sendo mais atuantes como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Toda essa trajetória dos movimentos sociais proporcionou uma série de documentos oficiais que

garantem direitos, e geram um movimento voltado para políticas afirmativas, como forma de garantia aos direitos humanos.

Matilde Ribeiro em *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil 1986-2010* (2014), falando em relação à luta das mulheres, vai dizer que *as mulheres negras apresentam em suas respostas uma maior criticidade em relação ao desrespeito aos seus direitos sociais*. E com isso observar-se que as mulheres negras tiveram um papel fundamental, ao lado da juventude negra, na luta pelo reconhecimento do negro na sociedade também acerca do papel secundário que este grupo tem dentro da sociedade brasileira, legado carregado ainda por seu passado escravo e que já tratamos acima. Fatos ocorridos se mostram como conquistas a partir dessa luta. Um dos ganhos para o movimento negro que podemos citar aqui, diz respeito à Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana nas escolas brasileiras.

Nessa perspectiva, (e para exemplificar a informação acima) dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), em 1999<sup>5</sup>, mostram que 54% dos 160 milhões de brasileiros, na época<sup>6</sup>, se declaravam brancos, 5,4% se declaravam pretos e 39,9% se disseram pardos.

A média salarial dos brancos, segundo a pesquisa era de 5,25 salários. Pretos, recebiam 2,43 salários, e os pardos 2,54% salários mínimos. Nota-se que o rendimento do branco era bem superior ao do pardo e do negro.

Por último, um dos dados trabalhados na pesquisa se refere ao ingresso dos alunos numa das principais universidades brasileiras, a Universidade de São Paulo (USP), onde 79,5% dos alunos eram brancos contra 1% de negros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com este trabalho trazer uma reflexão breve de pontos acerca do ser negro no Brasil, no período de transição do Império para a República a partir do uso da literatura de Machado de Assis. O autor traz por meio de uma escrita detalhista a sua visão da realidade social brasileira, mesmo que ele não trate diretamente do recorte século XVIII e XIX, ele apresenta por meio do contexto. Valemos-nos de outros autores que têm trabalhado a temática do negro na sociedade brasileira e a partir deles trouxemos as reflexões.

Acreditamos que a nossa pesquisa contribuiu com o entendimento da situação do negro por meio de nossa breve análise acerca dos anos finais do Império e nos anos iniciais da República baseados no que Machado de Assis escreveu no conto *Pai contra Mãe*. Certo é que este tema, ainda deve ser mais explorado, podendo ter alguma conexão com outras obras da literatura brasileira e assim agregar valores e conhecimentos à temática negra e também aos estudos de história e literatura que temos no País.

Assim, esperamos que esse diálogo encerrado por hora aqui, seja relevante para a difusão de conhecimento e quebra de preconceitos, seja onde for o seu alcance.

## NOTAS

- 1 Este trabalho foi inicialmente pensado no Programa de Especialização em História e Cultura Africana e afrobrasileira da Universidade Estadual do Piauí, no ano de 2016;
- 2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco;
- 3 Disponível em <[http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp)> Acesso em 31/03/2016;
- 4 Disponível em <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn007.pdf>> acesso em 22/07/2016;
- 5 Sérgio Salomão Shecaira. Racismo. Disponível em <<http://aidpbrasil.org.br/artigos/racismo>>. Acesso em 19/08/2016;
- 6 Em 2010, os resultados divulgados em novembro daquele ano, apontaram uma população formada por 190.732.694 pessoas. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 23/08/2016.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1987;
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da USP, 1995. 2ª ed;
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: GLOBO, 1978. 2 v;
- MARTINS, Giovana Maria. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história.** In: Congresso Internacional de História, 7., 2015, Maringá. **Anais eletrônicos.** Maringá: UEM, 2015. p. 3889 – 3901. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em 21/12/2020;
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990;
- RIBEIRO, Dacy. **O Povo Brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1987;
- RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010).** Rio de Janeiro: Garamond, 2014;
- SANTOS, Ângela Maria dos. GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. **Identidade e cultura Afro-brasileira.** Cuiabá: UAB/ EdUFMT, 2009. 2ed;
- SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. **Memória d'África.** A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2010. 3 ed;
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

# PROFESSORAS NEGRAS PIONEIRAS DA CIDADE DE NATIVIDADE

**Márcia Aparecida de Souza\***

**Henrique Cunha Júnior\*\***

## RESUMO

Esse estudo é parte de uma pesquisa que estamos realizando que possui enfoque nos bairros negros e nas memórias e narrativas dos moradores da cidade de Natividade-RJ. Trata-se de um campo de pesquisa original e com a novidade em trabalhar com populações negras de uma pequena cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro em contra posição às Metrôpoles. O século XX se constituiu no período da dura consolidação da passagem do trabalho escravizado para o capitalismo racista. Como também da urbanização da população deixando o campo em direção à cidade. A experiência específica da população negra foi de luta contra os modos do racismo estrutural e da competição com os imigrantes europeus prestigiados pelo Estado Brasileiro. O ideal de europeização do país, de civilização e industrialização foi convertido também no de embranquecimento e desvalorização social da população negra. Na luta urbana a população negra sempre valorizou a educação que era acessível a uma minoria branca e que raramente contemplava a população negra. Em meio a esse quadro de dificuldade destacamos algumas professoras negras e neste artigo enfocamos e discutimos as narrativas de algumas delas. São pessoas octogenárias e septuagenárias e que viveram já como profissionais as etapas da implantação do ensino público na cidade e sobreviveram às limitações racistas do sistema. Consideradas bem sucedidas pois produziram estratégias de superação das dificuldades vividas por elas em suas trajetórias profissional. Os relatos das educadoras nos possibilita entender a complexidade da relação mulher negra/educação escolar no período do pós-abolição e comprovaram a existência do racismo institucional.

**Palavras-chave:** Trajetórias. Educação. Pós-abolição.

## INTRODUÇÃO

O século XX representa o período da história do Brasil de sensível mudança da vida das populações negras devido a transição entre o regime de produção criminoso do escravismo e do trabalho denominado como livre. Existe uma história da população negra nesta transição de século que se encontra em fase de produção pelos pesquisadores negros e pelos movimentos sociais das populações negras. Nesta transição várias especificidades são importantes e preci-

sam ser destacadas. Uma delas é relativa às políticas imigratórias do estado brasileiro na qual estrangeiros, principalmente de origem europeia, foram financiados e preferidos como mão de obra para o desenvolvimento do país. Processo no qual a população negra foi desqualificada socialmente para o trabalho capitalista da sociedade livre. Ideólogos e pesquisadores universitários incorreram no erro magistral em considerar a população negra despreparada para o trabalho livre, pensado como trabalho industrial.

Outra transição importante que foi enfrentada pela população negra foi a transição entre o mundo rural e urbano. A população brasileira viveu no século XX um imenso processo de urbanização, que implicou num grande processo de redefinição das profissões, dos modos de formação, escolarização e das práticas sociais. E todas essas mudanças sociais, políticas e econômicas realizadas tiveram como premissa a existência do racismo estrutural. A mudança do século não foi apenas entre o sistema de produção escravista e do capitalismo no modo europeu, mas sim do capitalismo racista no modo brasileiro, ou seja um modo de produção onde os privilégios de origem estão fortemente ligados a população branca.

As grandes mudanças sociais e econômicas ocorrem de formas diferenciadas entre as cidades, as regiões dos estados e entre os estados. Existe uma grande variação entre as regiões agrárias, as industriais e comerciais. A cidade de Natividade por exemplo, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, é uma pequena concentração urbana, atualmente com pouco mais de 15.000 habitantes, numa região fortemente agrícola e de grande força das imigrações italianas. Também foi uma cidade que no decurso da transição do século contou com poucos recursos educacionais, além de que a modernização das profissões no sentido urbano ocorreram de maneira lenta e em descompasso com os grandes centros urbanos. Neste processo a população negra da cidade de Natividade teve muita dificuldade de inclusão social. Por outro lado, a escolarização sempre foi muito valorizada e perseguida pela população negra apesar desse ter sido um processo onde se observou a grande dificuldade de acesso.

Considerando a educação um dos ideais da população negra e em face das dificuldades as primeiras professoras negras surgem apenas depois de 1950 e se tornaram ícones pioneiras na cidade.

Este artigo apresenta um quadro do contexto social local e neste, a história biográfica de professoras negras da cidade. São elas pessoas com mais de setenta e oitenta anos de vida e as suas vidas estão sendo pesquisadas dentro de um trabalho de pesquisa mais amplo voltado para os bairros negros. Sendo estes bairros, forças de segregação espacial parcial e determinantes nos modos de vida da população.



## CONCEITOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA SOBRE BAIROS NEGROS E UTILIZADOS NESTE ARTIGO

A complexidade sistêmica é uma forma de abordagem dos sujeitos de uma pesquisa procurando a sinergia sistêmica e dinâmica entre as diversas partes ou os diversos enfoques do trabalho. Traduz-se em uma forma de pesquisa transdisciplinar que considera que as partes necessariamente são várias e não apenas duas e que são retroalimentadas entre si.

Contrariando a forma de pesquisa cartesiana que é uni-disciplinar e trabalha apenas duas categorias estanques, como por exemplo entende que classe social são apenas duas e uma em completa oposição à outra, baseadas apenas numa relação econômica.

Relacionando com a pesquisa em curso, citada anteriormente sobre bairros negros entende-se que essa é de natureza complexa visto que relaciona as populações negras e brancas não como uniformes e sim como conjuntos com subconjuntos. Também procura as relações sociais, culturais, políticas e econômicas como disciplinas que tem relação entre si. O modelo de abordagem sobre bairros negros não privilegia as relações econômicas em relações as sociais, culturais e políticas. Considera que todas as formas de relações são importantes na determinação das condições de vida da população.

Populações negras são definidas pela história, cultura e geografia. Tratadas como populações de origem africana, como parte da cultura negra de origem africana produzida no Brasil e que vivem as delimitações sociais, econômicas, políticas e culturais do racismo estrutural brasileiro. Limitações, que se traduzem na ausência de referências da cultura negra e dos marcadores de vida dessa camada da população. Limitações, que produziram a exclusão da maioria das populações negras do mercado de trabalho moderno e dependente da educação formal, que foi de acesso limitado e desigual para as populações negras.

Bairros negros são definidos como parte da história urbana de populações negras. Enfocando as populações e não raça social ou biológica. O conceito de bairros negros justifica-se por expressar as condições da formação da identidade e das formas de limitação do acesso das populações negras a educação, trabalho, moradia, infraestrutura urbana, saúde coletiva e demais demarcadores da vida moderna. A vulnerabilidade social é um dos definidores dos bairros negros produto da ausência do estado e de políticas públicas produtores de condições de vida cidadã.

A formação da identidade negra é um processo coletivo que depende da memória social, das experiências coletivas de vida e dos patrimônios culturais a que a população é exposta. A identidade nem sempre é um processo consciente, muito menos uniforme e estático dentro da população, são processos que sofrem constantes atualizações.

A identidade traduz direitos sociais, mas a identidade da população negra pelo seu caráter político é sempre contestada. As populações negras são vitimadas por processos sociais polí-

ticos e culturais de negação e de apagamento da identidade. A negação das identidades sociais faz parte dos processos de dominação e do racismo estrutural.

As histórias de vida são partes das histórias sociais e parte dos processos de construção das identidades dos grupos sociais. Neste sentido é que trabalhamos as histórias de vida apresentadas neste artigo.

## **FORMAS DE ABORDAGEM DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Procurou-se conhecer a autopercepção de professoras negras a despeito de suas práticas pedagógicas e situações de racismo e preconceito enfrentados por essas no espaço escolar bem como entender suas práticas de combate à essa realidade.

Utilizamos-nos do método de pesquisa afrodescendente, que define que o pesquisador ou pesquisadora tenha um envolvimento com o tema, que tenha vivenciado aspectos do problema antes da pesquisa. No caso, a primeira autora é uma mulher, professora, negra, de origem pobre e que residiu em bairros negros que sofreu intervenções do meio social e conhece por prática de vivências o racismo e a forma como ele atua principalmente sobre a mulher. Também, ainda nessa linha de raciocínio, o método afrodescendente aponta que essas características são determinantes em um pesquisador que tem intensão de tratar a temática proposta nesse estudo visto que já está de forma espontânea imersa na questão da pesquisa.

Cunha Júnior (2018, p.399), o define como aquele que procura “uma dialética entre ação-pesquisa-ação, tendo como partida o campo e o conhecimento sobre o campo, e procurando a construção explicativa teórica, depois, como consequência e não como fonte”. Ou seja, aquele em que a vivência anterior do pesquisador(a) é relevante para a pesquisa e traz importantes contribuições a ela. Demanda haver respeito pesquisador /entrevistado, pois os conhecimentos de ambos se assemelham,

Também utilizamos-nos da História Oral como metodologia de trabalho, pois ela é apropriada à intenção de ouvir aqueles excluídos das narrativas oficiais. As fontes orais foram escolhidas devido elas serem uma fonte de explicação das relações sociais, serem um grupo pioneiro, serem exceções à regra e aspiração à população negra. Devido a pesquisadora possuir vasta vivência em bairros negros e com as protagonistas locais identificou um número de mulheres que contaram suas histórias conforme apresentaremos nos próximos tópicos.

## **NATIVIDADE, RELAÇÕES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO NEGRA, BAIROS NEGROS**

A cidade de Natividade localiza-se no noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. É um município no qual visivelmente observa-se que grande parte da população é negra. Atu-

almente o município conta com pouco mais de 15 mil habitantes segundo o último censo do IBGE.

Em Natividade-RJ há vários bairros negros que são resultado da troca de mão de obra escravizada pela mão de obra europeia, no caso italiana, que ocorreu em todo o país. Segundo Cunha Júnior (2017), os bairros negros surgiram devido ao grande número de negros que foram escravizados durante o período do escravismo criminoso e também devido à falta de políticas públicas de inclusão completa aos novos moldes da sociedade que culminaram em uma grande segregação espacial desde o período colonial, apesar de na época os logradouros receberem outra(s) denominações.

Souza e Cunha Júnior (2019) apontam que a ocupação territorial do município iniciou entre 1821 e 1831, a região possuía muitas fazendas onde eram cultivados produtos tais como, arroz, milho e café conseqüentemente era grande o número de negros na região. E ao serem dispensados de seus afazeres laborais enquanto escravizados, esses começaram a deslocar-se para a área urbano do município à procura de trabalho e melhores condições de vida.

Após a abolição muitos dos negros que saíram das fazendas vieram para a zona urbana da cidade de Natividade, formando bairros predominantemente negros e maior parte localizados em morros, como é o caso dos Bairros Pito, Morro São Pedro e Vila da Paz.” ( p.241-242)

Remontando à história dos primeiros bairros negro de Natividade observa-se a forte presença da sociabilidade e solidariedade que havia e ainda há entre os moradores, maioria negros, que fixam residência no bairro Pito. As primeiras residências desse bairro eram barracos de pau a pique, que de acordo com Cunha Júnior (2010, p.28) é uma técnica “em uso até hoje, e que foram introduzidas e difundidas no Brasil pelos africanos” que foram construídas pelos próprios moradores uns ajudando aos outros. Segundo Cunha Júnior e Souza (2020, p.224) “o Bairro era formado por vários ranchinhos de sapé, às margens do rio Carangola. Local em que moravam pessoas pobres, que trabalhavam muito, principalmente, mulheres que passavam o dia a lavar roupas na beira do rio” e também local próximo ao Colégio Estadual Francisco Portella, o colégio mais antigo da cidade considerado escola de Elite e também instituição na qual a professora Elza Vianna sofreu severas restrições devido ao racismo institucional conforme abordaremos no próximo tópico.

Parte do Bairro Liberdade também abriga relevante número de população negra. Nesse bairro cresceu, trabalhou e ainda mora a professora Arlete, sobre a qual também trataremos no próximo tópico.

## MEMÓRIA DAS PRIMEIRAS PROFESSORAS NEGRAS DE NATIVIDADE-RJ

Dona Elza Viana, como é popularmente conhecida é a professora negra mais antiga da cidade de Natividade-RJ, que se tem conhecimento. Nascida em 20/10/1934, na cidade de Laje do Muriaé.

Após conclusão do curso normal na década de 1950, a referida professora casou-se e passou a residir no município e mesmo sendo aquela uma época em que havia grande demanda de professores e que o país estava crescendo em questão de educação a docente passou por diversas situações de racismo não como por exemplo não a dificuldade de aceitação por parte de pais de alunos, direção e equipe pedagógica.



Mas como a referida professora era concursada e fora designada para aquela escola tiveram que aceitá-la mas seus alunos eram selecionados pela cor e origem de população negra, ou seja suas turmas eram compostas por crianças negras oriundas principalmente dos bairros Pito, Morro São Pedro e Ladeira São Cristóvão. Também determinados cargos, tais como supervisão de merenda escolar por diversas vezes ela pleiteou e sempre havia uma justificativa para não aceitarem-na. Esses, eram reservados para docentes brancos “possivelmente por haver possibilidade de em algum momento precisar apresentar-se diante de um coordenador regional, por exemplo e o executivo não ia apresentar uma negra como representante de cargos de confiança na educação do município” (SOUZA e CUNHA JÚNIOR, 2019 p. XX).

Os relatos de Dona Elza nos leva a entender que mesmo o profissional apresentando boas condições sociais e adequadas formação profissional, sendo negro, imperava o racismo institucional, a dominação branca e a segregação imposta por um sistema de produção de desigualdade social

Também a professora Arlete Jerônima, mulher negra, atualmente com 77 anos relata uma série de memórias do racismo vivido. No evento da sua formatura onde recebia dois certifica-

dos sofreu um insulto verbal quando subia ao palco para receber seu certificado de conclusão (Professora e contadora), sofreu injúrias raciais de pessoas que assistiam a cerimônia. E depois, ao passar no concurso público, foi direcionada a uma escola de alunos negros na zona rural do município. Em uma localidade que não havia transporte, era preciso carona no caminhão de leite para ter acesso à escola. E a professora ficava toda a semana na roça onde lecionava e só retornava à sua residência aos finais de semana. Ela esteve em lugar onde outras professoras brancas não queriam estar pela difícil condição de vida e acesso. Em um local em que por vezes a população fica desassistida por falta de profissional que aceite essa condição de trabalho.

## CONCLUSÃO

A contemporaneidade das ciências humanas no Brasil é constituída pela procura de afirmação das populações negras. Essa contemporaneidade das ciências sociais é marcada pelos embates entre grupos sociais e o reflexo epistêmico desses embates. Podemos falar da constituição de ciências humanas da população negra e não apenas sobre a população negra. Trata-se de uma contemporaneidade pontuada pelas procuras de ações afirmativas para a população negra, da constituição dos marcadores de identidade dessa população e pela proposição de uma história de negras e negros escrita através das próprias referências. O enfoque de bairros negros e de populações negras abrigam conceitos de parte dessa epistemologia própria. Constituintes dessa pauta de proposições é que se caracterizam as histórias de professoras negras apresentadas neste artigo. Trata-se de uma forma de valorização da identidade da população negra e do reconhecimento das nossas narrativas da realidade.

As professoras negras em toda história da cidade de Natividade não foram muitas, no entanto as pioneiras são referências para toda a comunidade negra local e suas histórias ilustram as dificuldades de inserção no mercado de trabalho mesmo existindo carências de profissionais e essas apresentando formação compatível às existências do mercado. Existiram fortes mecanismos de rejeição à mão de obra profissional negra qualificada, bem como também existiram razões e motivações específicas para superação das dificuldades como foi apresentado nesse artigo, devendo também haver derrotas que ainda são desconhecidas pela história local. As histórias das professoras negras ilustram a amplitude do sistema de dominação do racismo antinegro e permitem uma avaliação de como são produzidas as desigualdades sociais na sociedade rural brasileira do século XX. Também ilustra a luta dessa população para inserção nas profissões urbanas. A educação sempre foi um campo expressivo de aposta da população negra para a melhoria das condições de vida, e como o artigo demonstra também foi um campo minado pelas dificuldades que não eram apenas econômicas ou de formação, mas das relações sociais pela existência do racismo.

## NOTAS

\* Professora SEEDUC-RJ . profmarciasouza2016@gmail.com

\*\* Professor Titular (UFC). Professor Visitante (UFBA). racismoantinegro@gmail.com

## REFERÊNCIAS

CUNHA JÚNIOR, Henrique; SOUZA, Márcia A. de. Bairros negros de Natividade/RJ - Modelo de expansão urbana das populações negras no pós-abolição. **Revista da ABPN**. v. 12, n. 34. Set - Nov 2020, p.209-237

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros: epistemologia dos currículos e práticas pedagógica. In: Anais do colóquio luso-afro-brasileiro de questões curriculares, 2017. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: < <https://proceedings.science/coloquio/papers/bairros-negros--epistemologia-dos-curriculos-e-praticas-pedagogica--?lang=pt-br> > Acesso em: 08 dez. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique; Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Metodologia da Afrodescendência: uma discussão para finalizar as leituras. In: BIÉ, Estanislau Ferreira; CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Maria Saraiva (orgs). Ações afirmativas da população negra: o contexto da educação brasileira. **Fazer Educativo**, n.15. INESP: Fortaleza, 2018.

SOUZA, Márcia Aparecida de; CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros e suas formações na cidade de Natividade-RJ. In: Bairros negros cidades negras. CUNHA JÚNIOR, Henrique; BIÉ , Estanislau Ferreira .(Org.). Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019

# ST 6

## ENTRE A EXPLORAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: OS SUJEITOS TRABALHADORES NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO NO BRASIL

Prof. Me. Arthur Manoel Andrade Barbosa

Profa. Ma. Lidineide Vieira da Costa



# **QUANTO GANHAVA E COMO VIVIA UM/A PROFESSOR/A PÚBLICO/A PRIMÁRIO/A? PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE. (1860-1864)**

**Clebson Mateus de de Lacerda<sup>1</sup>**

**Mauricéia Ananias<sup>2</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

O estudo trata de analisar os ordenados, as gratificações e as possibilidades de sobrevivência e/ou subsistência dos/as professores/as públicos/as primários/as na província da Parahyba do Norte entre os anos de 1860 a 1864. É de grande relevância o desenvolvimento de pesquisas que possam dar conta das histórias dos/as trabalhadores/as, especialmente pensando os sujeitos da educação como agentes dos processos de construção da profissão docente.

Usou-se os regulamentos de 1860 que dividiu os ordenados segundo os níveis de ensino das aulas de primeiras letras em 1º e 2º graus com salários respectivos de 600\$000 e 700\$000 réis e o promulgado pela lei nº 178, de 30 de novembro de 1864, que diminuiu os pagamentos dos/as docentes das escolas de 1º grau para 400\$000 e das de 2º grau para 500\$000 réis.

Os relatórios dos presidentes de província e dos diretores gerais da instrução, ofícios, quadros de pagamentos, anúncios de jornais bem como a história e a historiografia da educação paraibana e brasileira compuseram as fontes da escrita da narrativa.

A metodologia considerou as viabilidades, ou não, entre os salários dos/as professores/as à época e a aquisição de escravizados/as, de móveis e imóveis em comparação com os vencimentos de outros trabalhadores da província. As alterações na legislação, nos ordenados e nas gratificações marcaram as trajetórias dos sujeitos reclamando os pagamentos atrasados, nomeações em concursos públicos, abertura de escolas e licenças para tratamentos de saúde.

## **“A DELICADA, TRANSCEDENTE E PENSOSA TAREFA DE INSTRUIR E MORALIZAR A MOCIDADE”:** ORDENADOS E GRATIFICAÇÕES

A afirmativa em aspas faz parte do Relatório da Instrução Pública de 1855 apresentado pelo secretário interino Thomás d’Aquino de Mindello. O texto tratava da situação das aulas públicas na província paraibana e dos salários pagos aos/as docentes que, segundo o secretário,



não havia uma classe de trabalhadores/as mais abandonada, apesar do importante papel desempenhado na sociedade. O trecho completo é:

Maravilha-me que se desconheça ou que se finja desconhecer que qualquer serviço mal recompensado he sempre mal executado, e especialmente **a delicada, transcendente e penosa tarefa de instruir e moralizar a mocidade**, que exige particular vocação, prudencia, dedicação, desvelo, costumes exemplares e outros predicados de que deve ser ornado um bom preceptor além das habilitações intellectuaes requeridas para esta especie de sacerdocio. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1855, p.34, grifos nossos).

A fala de Mindello partia do pressuposto da educação como forma de civilizar e instruir a população no intuito de moldar a sociedade com bons hábitos e costumes. Em seu discurso aparecia, também, relatos da precarização das casas-escola para a realização de aulas, como assinala Santos (2016, p.9),

[...] ressalva-se que a preocupação com o avanço e qualidade da instrução ficou muitas vezes no discurso, pois as ações do governo provincial estavam longe de estabelecer o anunciado, ainda que à instrução pública fosse destinado o terceiro maior valor das despesas da Província, mesmo assim, era comum aparecer nos relatórios dos presidentes e do diretor geral da instrução reclamações quanto à falta de recursos destinados para instrução.

No que se refere ao estado dos ordenados pagos aos/as professores/as públicos/as primários/as, o secretário dizia que enquanto a docência não fosse uma profissão bem remunerada sempre seria objeto de desprezo, em seguida lança o seguinte questionamento: “[...] será huma criança apreciadora mais equitativa do merito de seu pobre preceptor opprimido de precisões?” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1855, p.35). Ainda no mesmo parágrafo questiona sobre o respeito que o/a professor/a terá de seus/suas alunos/as ao se apresentar malvestido/a e alojado/a na “[...] humildade da indigência [...]” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1855, p.35). Todas estas exposições dão a ver o lugar social dos/as docentes e suas possibilidades de compra e sobrevivência com os ordenados e gratificações recebidas prescritas nas leis e regulamentos da instrução pública da Paraíba Imperial.

À medida que se verificou o posicionamento de Mindello favorável ao aumento dos ordenados dos/as docentes também houve, em 1859, um presidente de província, Ambrozio Leitão da Cunha, que argumentou existir uma superioridade nos valores pagos na Parahyba do Norte em relação a outras partes do Império. “[...] os que ahi fixastes, de 900\$000 réis para os professores da capital, e 800\$000 para os do interior, são realmente maiores de que os de grande parte das provincias do imperio” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1859, p.09). A depender da localidade e do ano isso podia ser verídico, como já apontado por Santos (2020). Na década de 1870 a Paraíba pagava mais que determinadas regiões, a exemplo de Pernambuco. Já os salários dos/as professores/as do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro eram superio-

res aos pagos na Paraíba, entretanto, ainda, assim, surgiram reclamações dos valores pagos no período.

Os salários e/ou gratificações foram divididos por localidades, sexo e graus de ensino. Os ordenados pagos de 1860 a 1864 estiveram, majoritariamente, regulados a partir dos níveis de ensino das aulas de primeiras letras. O quadro a seguir demonstra os salários e/ou gratificações anuais/mensais pagos/as aos/as mestres/as de primeiras letras na década de 1860.

**Quadro 01: Salários e gratificações pagos/as aos/as professores/as primários/as da Paraíba de 1860 a 1864.**

<b>Ano</b>	<b>Lei/ regulamento</b>	<b>Divisão dos ordenados E gratificações por graus de ensino ou localidade</b>	<b>Valor Anual ou mensal</b>	<b>Valores dos ordenados e gratificações</b>	<b>Fonte</b>
<b>1860</b>	Regulamento de 1860	Graus de ensino	Anual	Professores/as das escolas de 1º grau: 600\$000 réis Professores/as das escolas de 2º grau: 700\$000 réis Gratificação para todos/as professores/as: 200\$000 réis	PARAHYBA DO NORTE, Regulamento da Instrução..., 1860, p.05.
<b>1862</b>	Não encontramos lei/regulamento neste ano	A divisão foi aparentemente por localidades	Mensal	Professores da Capital: 58\$333 réis Gratificações: 16\$666 réis Professores de outras localidades: 50\$000 réis Gratificações: 16\$667 Professora de Espírito Santo: 50\$100 réis	PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1868, paginação irregular.

1864	Regulamento de 1864	Graus de ensino	Anual	Professores/as das escolas de 1º grau: 400\$000 réis Gratificação para ambos os sexos: 200\$000 réis  Professores/as das escolas de 2º grau: 500\$000 réis Gratificação para ambos os sexos: 100\$000 réis	LEIS E REGULAMENTOS..., 1864, [2004], p.42.
------	---------------------	-----------------	-------	--	---

**Fonte:** Quadro elaborado a partir dos dados coletados nas Leis e Regulamentos da Instrução Pública na Paraíba Imperial (LEIS E REGULAMENTOS, 2004).

O Regulamento de 1860 prescrevia a divisão dos ordenados e gratificações segundo os graus de ensino das cadeiras de instrução pública primária, divididos em escolas de 1º grau com 700\$000 réis para professores/as e escolas de 2º grau com 600\$000 réis de ordenados para ambos os sexos. Em relação aos pagamentos das gratificações, todos/as professores/as da instrução primária, em 1860, recebiam 200\$000 réis, independentemente das localidades, do sexo ou dos graus de ensino das cadeiras de instrução primária, porém o Regulamento de 1860 ficou vigente por pouco tempo, como afirma Pinheiro (2009, p. 02)

[...] esse regulamento teve uma brevíssima existência, uma vez que foi suspenso pela Lei no 12 de 8 de agosto do mesmo ano. Portanto, ficou em vigor por apenas 7 meses, voltando, por conseguinte, a normatizar a instrução pública na província da Parahyba do Norte, o regulamento de 1852, que foi, finalmente, substituído pela Lei de no 178 de 30 de novembro de 1864 [...].

Dado os limites das fontes que se perderam com o tempo, o Regulamento de 11 de março de 1852 não foi encontrado, impossibilitando, assim, a comparação com os ordenados prescritos por lei. Por não dispor dos valores estabelecidos pelo Regulamento de 1852 fez-se uma busca nos Documentos Diversos a fim de encontrar elementos que auxiliassem a análise. Achou-se dados de pagamentos mensais do mês fevereiro de 1862 apontando que professores da cidade da Parahyba recebiam 58\$333 réis de ordenados e 16\$666 réis de gratificações. Professores de outras localidades da província receberam, em setembro daquele ano, 50\$000 réis de ordenados e 16\$667 réis de gratificações. A única informação sobre pagamentos de professoras foi o de uma da povoação de Espírito Santo que, em fevereiro de 1862, recebeu 50\$100 réis de ordenados mensais.

Após a aprovação do Regulamento de 1864, promulgado pela lei nº 178 de 30 de novembro de 1864, a instrução primária foi dividida em elementar e superior. Os pagamentos dos/as

professores/as foram, novamente, separados por graus de ensino que estabeleceram os valores dos ordenados e das gratificações:

[...]§ 4º – As escolas do sexo feminino serão divididas em dois graus tão somente. Art. 2º– Os professores do 1º grau nunca serão vitalícios e perceberão 400\$00 réis de ordenado e 200\$00 de gratificação. Os do 2º grau serão vitalícios, depois de 5 anos do efetivo exercício, e perceberão os mesmos vencimentos dos atuais professores[...]. § 2º– Para a vitaliciedade no 2º grau contar-se-á até a 3ª parte do exercício no 1º grau [...]. (LEIS E REGULAMENTOS..., lei nº 178, de 30 de novembro de 1864 [2004], p.42-43).

De acordo com Santos (2020), com o Regulamento de 1864 os professores e professoras das escolas de 1º grau receberiam 400\$000 réis de ordenados e 200\$000 de gratificações, enquanto os/as das de 2º grau 500\$000 como ordenados e 100\$000 de gratificações, após o exercício de cinco anos no cargo. As reduções dos salários e das gratificações foram significativas ao compararmos os Regulamentos de 1860 e 1864. Em conformidade com Pinheiro (2009), os/as professores/as das escolas de 1º grau tiveram uma redução de 33,3% nos ordenados, enquanto as gratificações continuaram as mesmas, 200\$000 réis. Já a diminuição nos vencimentos dos/as professores/as das escolas de 2º grau foram de 28,5%, e de 50% nas gratificações, representando, uma perda maior que a dos/as professores/as das escolas de 1º grau.

Com a divisão da instrução primária (elementar e superior), supomos que a instrução superior ficou reservada aos meninos, pois segundo a prescrição da lei, as meninas teriam apenas a instrução elementar, “[...] as escolas do sexo feminino serão divididas em dois graus tão somente.”. [...] sem acesso ao superior (LEIS E REGULAMENTOS..., lei no 178, de 30 de novembro de 1864 [2004], p.42). Para os professores da instrução superior “[...] serão vitalícios e perceberão mais 100\$000 réis de ordenado e outro tanto de gratificação do que os de 2º grau. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1864 [2004], p.43).

## **QUANTO CUSTAVA O SUSTENTO DE UM/A PROFESSOR/A PRIMÁRIO/A? POSSIBILIDADES DE SOBREVIVÊNCIAS E SUBSISTÊNCIAS**

Cotejou-se os ordenados e as gratificações pagas com valores de escravizados/as, móveis e imóveis para demonstrar as possibilidades de compra dos/as professores/as da instrução pública primária da Província da Parahyba do Norte. Os preços estavam presentes tanto nas sessões de anúncios do jornal *O publicador* quanto nos relatórios presidenciais.

Os valores das casas eram determinados de acordo com suas localidades e seus respectivos tamanhos. As moradias que estavam à venda e tinham o menor valor era uma casa na Rua do Quartel por 80\$000 réis e uma casa de taipa coberta de telhas, localizada na Rua da Alagoa no valor de 30\$000, ambas do ano de 1864. Naquele mesmo período os professores/as das es-

colas de 1º grau recebiam anualmente 400\$000 e 200\$000 de gratificações e os/as das escolas de 2º grau 500\$000 de ordenados e 100\$000 réis de gratificações. As casas da Rua baixa e da Rua da Alagoa poderiam entrar no orçamento dos/as professores/as das escolas dos dois graus, caso eles/as poupassem parte de seus salários por alguns meses.

Já uma casa de “ar senhorial” na Rua das Convertidas por 1:200\$000 réis, em 1864, estava distante do poder de consumo dos/as professores, tanto os/as das escolas de 1º grau, quanto das de 2º grau.

O salário anual de um engenheiro e diretor de obras da povoação de Gramame em 1860 era de 2:400\$000 mil de ordenados e 400\$000 de gratificações, ao todo 2:600\$000 réis anuais, um valor expressivo à época. Naquele ano com o regulamento de 1860 os/as professores/as das escolas de 1º grau recebiam 600\$000 e os/as professores/as das escolas de 2º grau 700\$000, ambos os níveis tinham 200\$000 réis de gratificações. O salário anual do engenheiro e diretor de obras da Cidade da Parahyba era 69,2% superior aos ordenados e gratificações dos/as professores/as das escolas de 1º grau e 65,3% mais elevado do que os/as das escolas de 2º grau. Os/as docentes passavam, aproximadamente, três anos para receber uma quantia semelhante.

No ano de 1864 um administrador de obras da cidade da Parahyba recebia mensalmente gratificações equivalentes a 200\$000 réis. Esse mesmo valor era pago anualmente aos/as professores/as das escolas de 1º grau e para que um/a professor/a de uma escola de 2º grau tivesse essa mesma quantia ele/a teria de juntar integralmente durante dois anos suas gratificações anuais de 100\$000 réis. Ainda, em 1864, alguns profissionais recebiam salários anuais inferiores aos/as professores/as primários/as da Paraíba, a exemplo do ajudante do bedel, que recebia anualmente 360\$000 de ordenados.

Durante o século XIX possuir um/a escravizado/a significava, em alguns momentos, ser dono de um bem valioso, tendo em vista que eles/as eram vendidos/as muitas vezes por altos preços. Apesar das habilidades influenciarem no preço de um/a escravizado/a, os valores eram pensados de acordo com vários elementos como sexo, idade e até mesmo o estado de saúde.

Os/as mais velhos/as estavam regulados/as a preços reduzidos ao compararmos com os valores dos/as mais jovens. A escravizada Cosma, definida como mulata, velha e doente foi avaliada pelo valor de 3\$000 réis, enquanto Serafina, Crioula, de 25 anos por 1:000\$000 réis. A moça jovem valia 99,7% a mais que a escravizada doente, essa porcentagem era de 997\$000 réis, um valor elevado. O escravizado Joaquim de 12 anos, de cor mulata foi anunciado no valor de 1:000\$000 réis e o mulato Firmino de 20 anos a 350\$000. Seu preço era quase três vezes maior que o da criança.

Um/a professor/a com o salário de acordo com o Regulamento de 1864 poderia ser capaz de tomar posse de uma escrava considerada velha e doente como a mulata Cosma, pois seu valor era muito abaixo da média dos/as demais escravizados/as encontrados/as. Entretanto, uma escrava jovem como a crioula Serafina exigiria quase dois anos de ordenados e gratificações

dos/as docentes das escolas de 1º grau e 2º grau. Ter um menino de 12 anos como escravo custaria a gratificação anual de um/a professor/a de uma escola de 2º grau, 100\$000 réis, ou metade da de um/a escola de 1º grau, 200\$000 réis. A aquisição de um de rapaz de 20 anos seria cerca de 58,3% da soma dos ordenados e gratificações anuais dos/as docentes em 1864.

Os objetos verificados vão desde itens de uso pessoal, como sapatos, até móveis para casa: mesas, marquesas, candeeiros, carteiras, camas, espelhos e sofás. Observou-se os respectivos valores de cada um dos itens comparando-os com os salários dos/as professores/as do ano de 1864. Os resultados apontaram quais objetos poderiam ser acessíveis ou não as rendas dos/as professores/as da instrução primária da Paraíba.

Os produtos de menor valor eram: uma mesa grande envernizada, uma mesa pequena, duas carteiras, um candeeiro de bomba, um espelho, quatro marquesas e um par de sapatos franceses para homens e mulheres. Estes/as poderiam ser adquiridos/as com os ordenados anuais do pessoal do magistério, mas a aquisição de uma cama francesa de 80\$000 réis era o equivalente a 20% dos ordenados anuais de um/a professor/a de uma escola de 1º grau e 16% dos ordenados anuais dos/das de 2º grau.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os/as professores/as da Paraíba tiveram salários e gratificações que oscilaram no decorrer do tempo. Com o Regulamento de 1860 os salários foram divididos a partir dos níveis de ensino nas aulas primárias e em 1864 passaram por uma redução significativa, o que implicou mudanças na vida dos/as mestres/as, que continuaram enviando queixas relativas aos seus vencimentos.

Concluiu-se que havia possibilidades dos/as docentes sobreviverem e/ou subsistirem com os salários recebidos. Eles/as eram considerados funcionários públicos e tinham um lugar de destaque nos discursos dos gestores da Província, no entanto, isso não garantia uma vida de tranquilidade financeira, pois a situação econômica dos/as mestres não era favorável, muitos/as se diziam pobres em especial quando não exerciam outra função pública, não possuíam bens advindos de herança familiar ou não faziam parte do clero. Por mais que alguns preços de objetos, moradias e escravizados/as entrassem, aparentemente, nos seus orçamentos, suas aquisições poderiam dificultar a posse de outros bens necessários, a exemplo de alimentos.

## NOTAS

- 1 Graduando em Licenciatura Plena em História e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).
- 2 Professora Associada do Departamento de Habilitações Pedagógicas, Centro de Educação, e membro do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

### **FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA**

**IMPERIAL: DOCUMENTOS DIVERSOS (1861-1889)-Parte II.** CURY, C. E. (Org.); ANANIAS, M. (Org.); PINHEIRO, A.C.F. (Org.); VIEIRA, C. E. (Org.). ed. Jundiáí- São Paulo: Paco Editorial, 2018. v. 4. 276p.

### **LEIS E REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO IMPERIAL.**

PINHEIRO, A. C. F.; CURY, C. E. Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico] - Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

*O Publicador*, Parahyba do Norte, ano 3, nº 452, 1864. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> . Acesso em: 18/06/2020

PARAHYBA DO NORTE. **Relatoria apresentada na assembleia legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelente vice-presidente da mesma, o dr. Flavio Clementino da Silva Freire em 2 de outubro de 1855.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=27&s=0&cv=32&r=0&xywh=172%2C868%2C2293%2C1614> Acesso em: 18/06/2020

PARAHYBA DO NORTE. **Relatoria apresentada na assembleia legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da província, ou dr, Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de agosto de 1859.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=27&s=0&cv=32&r=0&xywh=-172%2C868%2C2293%2C1614> Acesso em: 18/06/2020

PARAÍBA DO NORTE, Província da. **Coleção das Leis Provinciais do ano de 1860.** Paraíba, Tipografia de J. R. da Costa, 1860.

PINHEIRO, A. C. F. Permanências e Mudanças nas prescrições destinadas à instrução pública e particular da Parahyba do Norte (1852-1864). In: IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do IX CIHELA Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009. v. 1. p. 1-10.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins dos. **A escolarização da população pobre na Parahyba do Norte: instruir para civilizar, 1855-1889.** João Pessoa, 2016.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins dos. **Histórias da Profissão docente no Brasil: “Porque no ensino os professores são tudo!” Parahyba do Norte. 1835-1885.** João Pessoa, 2020.

# SALÁRIOS E SOBREVIVÊNCIA DOS/AS PROFESSORES/AS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1864)

Aldenize da Silva Ladislau<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A compreensão do processo de produção da profissão docente a partir das experiências docentes está inserido no campo de pesquisa da história da educação como um campo promissor que busca conhecer e contar histórias sobre a profissão de professor. Ao tempo que é um campo promissor, também é marcado por desafios recorrentes da escassez das fontes para pesquisa em história da educação no período imperial brasileiro.

A compreensão sobre os salários dos/das docentes e as condições sociais em que estavam inseridos/as, têm sido objeto de pesquisa no campo da história da educação. De tal modo, a proposta apresentada neste texto, tem como objetivo discutir acerca das condições de vida dos/das professores/as da instrução pública primária a partir da análise salarial no ano de 1864.

O recorte temporal considerou o ano de 1864 em virtude da promulgação do regulamento da Instrução Pública pela Lei nº 178, de 30 de novembro de 1864, que deu uma nova configuração aos salários separando os valores por graus de ensino. As Leis e Regulamentos da Instrução Pública, relatórios de presidentes da Província e o jornal *O Publicador* – edição de 1864 compuseram o corpo documental do trabalho, para identificar informações referentes aos salários dos/as professores/as do magistério público primário e pagamentos de ordenados de outras profissões como praça do corpo de guarnição, porteiro, agente de correio, ajudante de bedel, empregados em obras, e colaborador da secretaria do governo.

A fim de construir uma narrativa capaz de responder as questões levantadas, dividimos o texto, além da introdução e das considerações finais, em 2 tópicos versando sobre a relação entre os ordenados e a formação de professores; e, a análise sobre os salários recebidos no ano de 1864.



## **ORDENADOS E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: UM PROBLEMA PARA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE?**

Os documentos oficiais como as leis e regulamentos, os relatórios dos presidentes de Província e os relatórios do diretor geral da instrução apresentam propostas e medidas que buscavam organizar e uniformizar a instrução pública primária e o debate em torno de qual seria o seu papel para se alcançar o almejado projeto de Nação moderna e civilizada. O ensino tinha como fim o alcance da civilização representada pelas posturas, moral, ordem e civilidade.

O professor, contudo, seria aquele que deveria conduzir os alunos à boa educação. Será que os/as professores/as paraibanos estariam aptos a esta função, de acordo com o que pensavam os presidentes da Província e os diretores que passaram pela diretoria da instrução pública? Já que no ensino os “professores são tudo”, deveriam estes estar bem preparados e receber os devidos ordenados, merecimento de uma função tão lisonjeira como esta para o bom andamento da instrução primária.

No entanto, o que observa-se é que embora fossem sujeitos imprescindíveis para este importante ramo do serviço público, os professores primários eram na maioria das vezes, alvos das mais intrigantes críticas dos políticos paraibano. Como também, apresentaram-se como profissionais insatisfeitos/as com os salários que recebiam do estado provincial.

O primeiro vice-presidente da Província da Parahyba, Frederico de Almeida e Albuquerque, na exposição feita em 1850, proferiu críticas a situação da instrução pública primária, atribuindo a culpa, aos parcos ordenados dos professores e falta de habilidade para os que desejavam empenhar-se ao magistério.

A instrução primaria da Provincia não obstante as providencias, que se há dado, as reformas por que há passado, ainda se acha mui longe do estado de regularidade necessária para produzir os importantes e beneficos effeitos, que d'ella deve obter a sociedade: a pequenez e insignificancia dos ordenados dos Professores, não convidando a empregar-se no magisterio pessoas mais habilitadas e instruidas, é em minha opinião huma das causas que produzem aquelle resultado: seria mais conveniente que se restringisse o numero de Cadeiras de 1.as Lettras, e se augmentasse o ordenado dos respectivos Professores. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição..., 1850, p. 6).

Segundo ele, os baixos salários não eram satisfatórios para atrair pessoas habilitadas para o magistério. Assim, ele sugere que diminuísse o número de cadeiras e aumentasse o salário dos docentes. Essa sugestão de suprimir cadeiras para aumentar os ordenados dos professores vai aparecer no ano seguinte como melhor solução para resolver o problema, como demonstra a fala do presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque no relatório apresentado em 1851.

A instrução primaria da Provincia, não obstante as providencias tomadas pelos meus antecessores para tornal-a mais regular e util, ainda esta

muito longe de prestar os benefícios que a sociedade espera. A pequenez e insuficiência dos ordenados dos Professores não consente que homens habilitados se proponhão ao honroso magisterio de ensinar a mocidade. É meu voto que, attenta a defficiencia das rendas, seja restringido o numero das Cadeiras, augmentando-se o ordenado das respectivos Professores. Não é possível encontrar-se moralidade e intelligencia á tão baixo preço. (PARAHYBA DO NORTE, Província Relatório..., 1851, p. 5).

O tema dos baixos salários dos professores da instrução primária, se tornou um tema recorrente nos discursos e relatórios dos presidentes da Província e do diretor geral da instrução. O segundo, sendo mais persistente quanto ao assunto. Pois, ao apresentar o relatório, o diretor tinha a intenção de apresentar o estado da instrução pública solicitando os melhoramentos necessários.

## **CONDIÇÕES DE VIDA DOS/DAS PROFESSORES/AS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Para saber qual era a situação de sobrevivência dos/das profissionais da educação na instrução primária da Parahyba do Norte, um dos caminhos de análise possível é a comparação entre os salários de alguns trabalhadores que atuaram fora da docência. Os valores dos serviços prestados em ofícios que não contemplam a esfera do ensino ao ser cotejado com os ordenados dos professores revelam o grupo social à qual estes últimos pertenciam ou poderiam circular a partir do *status* econômico. Haja vista que o poder de consumo compartilhado ou não, pode indicar as condições de sobrevivência na Província paraibana.

O regulamento da instrução pública promulgado pela Lei nº 178, de 30 de novembro de 1864, configurou os valores dos salários a partir dos níveis de ensino das aulas primárias. É possível observar essa modificação na tabela a seguir:

**Tabela 01: Ordenados dos professores de 1º e 2º grau em 1864.**

<b>Valores anuais</b>
<b>Professores/as das escolas de 1º grau: 400\$000 réis</b>
<b>Gratificação para ambos os sexos: 200\$000 réis</b>
<b>Professores/as das escolas de 2º grau: 500\$000 réis</b>
<b>Gratificação para ambos os sexos: 100\$000 réis</b>

Embora na legislação os pagamentos para o ano de 1864 foram referenciados em periodicidade anual, na prática, os ordenados eram pagos mensalmente aos/às professores/as da Província. Na tabela 01 pode-se ver uma diferença entre os salários pagos para as classes da instrução pública de 1º grau por 400\$000 mil réis e 2º grau por 500\$000 mil réis. Uma diferença de 100\$000 mil réis a mais para estes últimos. Diferentemente do que acontece na gratificação, onde os professores do 1º grau recebem 100\$000 mil réis a mais que os do 2º grau. Era com esse vencimento que os/as professores/as da instrução primária deveriam sobreviver na Parahyba do Norte, de acordo com o que a Lei previa. Mas quanto ganhava os outros trabalhadores da Província?

A divisão, considerada uma importante reforma na instrução primária no período, modificava os saberes que deveriam ser ensinados indicando, por consequência, que o ensino nas aulas de 1º grau compreenderia “[...] leitura e escrita, doutrina cristã, noções de gramática, e aritmética até suas operações por números inteiros” (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004 [1864], p. 42). Para as de 2º grau, prescrevia

[...] noções de gramática prática, aritmética em suas operações, tanto em decimais quadrados, como em complexas e proporções, explicação de gramática de língua nacional; noções elementares da história sagrada e o sistema de pesos e medidas (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004 [1864], p. 42).

Referindo-se ao conteúdo que deveria ser ministrado na instrução superior, a legislação exigia que as escolas ensinassem, “[...] além das matérias do parágrafo antecedente: elementos de geometria, e noções do evangelho, e da geografia e história do Brasil” (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004 [1864], p. 42).

O acréscimo destas matérias, com exceção de noções do evangelho, não ocorreu nas escolas para meninas que permaneceram com o ensino elementar de 1º e 2º graus. Para elas, mais o ensino de afazeres domésticos. As alunas de 1º grau deveriam aprender, além de leitura e escrita, as prendas domésticas, como: coser, bordar, marcar e outros trabalhos da agulha, enquanto que as presentes no 2º grau deveriam compreender “[...] aritmética até proporções, explicação da gramática da língua nacional, e noções elementares da história sagrada” (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004 [1864], p. 42).

O ensino da religião representado pela história sagrada e noções do evangelho permaneceu em todos os graus da instrução elementar e da superior. A reforma acrescentava, no currículo das escolas de 2º grau, para os meninos, o ensino do novo sistema de pesos e medidas francês adotado no Brasil pela Lei 1.157 de 26 de junho de 1862 que “[...] autorizava o governo a tomar as providências necessárias para uma substituição gradativa do sistema de pesos e medidas utilizados até então pelo novo sistema métrico” (COSTA, 2017, p. 52), indicando, inclusive, que “[...] as escolas de instrução primária, tanto publicas como particulares, compreenderão

no ensino da arithmetica a explicação do systema métrico comparado com o systema de pesos e medidas que está actualmente em uso” (BRASIL, 1862).

**Tabela 02: Valores dos ordenados recebidos pelas pessoas que prestavam serviços à Província em 1864.**

<b>Serviço prestado/ Nome do trabalhador</b>	<b>Ordenado (mensal)</b>	<b>Cidade</b>	<b>Fonte/Ano</b>
Administração de obras (uma fonte/uma ponte) Francisco Soares da Silva Retumba.	200\$ réis	Gravatá e Grammame	Relatório do Presidente de Província (PB). 01/10/1864. (p.10)
Gratificação para o trabalho de inspetoria e direção de obras de estrada.	80\$ réis.	Válida Para toda a Província.	Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00450. (p. 1).
Praças do corpo de guarnição	400 réis	Villa de Teixeira	Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00496. (p. 1).
Empregados em obras de dois dias de trabalho	34\$800 réis	(Obstrução do Rio Jaguaribe)	Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00496. (p. 1).
Porteiro Joaquim José de Hollanda	27\$90 réis		Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00578.
Agente de Correio	120\$000 réis		Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00603.
Colaborador da Secre- taria do Governo. An- tonio Mamede Cabral de Vasconcelos.	50\$ réis	Villa de Teixeira	Jornal O Publicador (PB). Anno: 1864/Edição: 00629.

Foi encontrado o valor de salários de porteiro, praças do corpo de guarnição, empregados de obras, colaborador de secretaria do governo e agente de correio mencionados nas notícias que circulavam no jornal *O Publicador* no ano de 1864.

Tomando o mesmo ano como ponto de referência, encontramos na legislação professores/as de 1º grau com o salário regulamentado no valor de 400\$000 mil réis., mais 200\$000 mil réis de gratificação anual (Lei nº 178, de 30 de novembro de 1864). Fazendo a relação dessa renda de periodicidade anual para mensal, o valor que os/as mestres recebiam ficaria em torno de 33\$333 mil réis, salário que chegava a ser superior ao de porteiro (27\$900 mil réis, mensal). Próximo ao que era pago aos praças de guarnição (33.333 mil réis, mensal); colaborador de secretaria do governo (50\$ mil réis, mensal) e aos empregados que trabalhavam na inspetoria e direção de obras (80\$ mil réis, mensal). Muito inferior, porém, se comparado com agente de correio (120\$000 mil réis, mensal) e ao administrador de obras públicas (200\$ mil réis, mensal).

Isso mostra como os valores destinados aos professores da instrução pública não eram distantes do que alguns dos outros trabalhadores da Paraíba recebiam, a exemplo de praças de guarnição, porteiro e colaborador de secretaria do governo. Mas também percebemos uma desvalorização quando contrastamos com o pagamento de agente de correio e administrador de obras públicas.

Essa desvalorização salarial recai sobre o grupo social a qual os/as professores/as pertenciam e gerava consequências no seu modo de viver. Tendo em vista que, “[...] a figura do professor nos anúncios do jornal *O Publicador* foi entendida como uma representação da realidade, e, portanto, uma das maneiras de identificar o lugar social desse sujeito” (ARAÚJO, 2015, p. 97). A partir desta análise considera-se que estes profissionais ocupavam um lugar em que tinham de lidar com as dificuldades de sobrevivência, alguns até complementavam sua renda desenvolvendo outros ofícios. Mas algumas condições foram impostas aos profissionais do magistério, uma delas segundo a Lei nº 12, de 8 de agosto de 1860, que indicava não ser permitido o exercício de qualquer outra atividade, pois poderia acarretar demissão.

Entretanto, na prática tivemos professores/as exercerem outras profissões. Peixoto (2017) comenta ser possível “[...] perceber a visível participação de homens em posições de distinção” (PEIXOTO, 2017, p. 76) da imprensa na capital atuando como professores. A autora cita o exemplo de José Athanazio Pinheiro, descrito por sua distinção social de Capitão das Guardas, mas que também atuava no magistério primário como professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação dos salários dos/das docentes da instrução primária com os salários de outros trabalhadores da Província da Parahyba do Norte demonstrou à qual grupo social os/as professores/as pertenciam, que a nosso ver era aquele que sobrevivia com dificuldades. E isto pode ser referendado pelos diversos professores/as pedindo aumento salarial e enviando aos gestores públicos suas críticas com relação as gratificações, em particular, para pagar o aluguel

das casas onde as aulas ocorreriam ou para a compra de materiais que manteriam o funcionamento destas escolas.

## NOTAS

- 1 Discente do curso de História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Faz parte do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – (GHENO).
- 2 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela (UFPB). Participa do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – (GHENO).

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Jornal

*O Publicador*, Paraíba do Norte. Ano: 1864. Disponível em: [memoria.bn.br](http://memoria.bn.br). Acesso em: 11 de Outubro de 2020.

#### Legislação

**Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial.** Organizado por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury. Brasília: INEP; SBHE, 2004, 174 p. CD-ROM.

#### Relatórios

**PARAHYBA DO NORTE. Província da.** Exposição. 1850. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 15/06/2020.

**PARAHYBA DO NORTE. Província da.** Relatório. 1851. Disponível em: <http://www.crt.edu/brazil>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Camila Almeida. **Ofertam-se serviços: Anúncios de professores no Jornal O Publicador (1864-1885), na província da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2015.

COSTA, Suenya do Nascimento. **As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Província da Parahyba do Norte (1974-1876).** Dissertação (mestrado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2017.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866).** Dissertação (mestrado em história) UFPB, João Pessoa, 2017.

# TECENDO RETALHOS DE MEMÓRIAS DE CRIANÇAS TRABALHADORAS EM PICUÍ – PB NOS ANOS DE 1960

Maria Artenisia da Costa Lima

Elielma da Silva Nóbrega

## RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar a situação de crianças pobres da zona rural no município de Picuí - PB nos anos de 1960, através do relato de memórias de sujeitos que vivenciaram este período da história, permeamos pelo mundo do trabalho em que as crianças estavam inseridas, a privação do acesso a educação e a momentos de lazer. Adentramos as percepções práticas e sentimentos que estes sujeitos têm da própria infância através da fonte oral, tendo como apoio autores como CERTEAU (2007), THOMPSON (2002) e RIZZINI (2010). Permeamos por uma rede de estratégias que submetiam as crianças a situações de atribulação, a inserção precoce no mundo do trabalho, as longas jornadas de trabalho, a privação da educação e de brincadeiras. Mas também temos acesso às táticas empregadas por elas, principalmente no tempo livre para brincar e agir como crianças.

**Palavras-chave:** Trabalho; Crianças; Picuí.

## INTRODUÇÃO

As crianças mais pobres nos anos de 1960 em sua grande maioria não experimentaram uma infância regrada de cuidados típicos dessa fase, como as crianças mais abastadas, com acesso a escola, lazer e poucas tarefas. Este ideal de infância era negado àqueles que desde o início de suas vidas eram submetidos a longas jornadas de trabalho para se obter o básico para garantir a própria sobrevivência.

Neste trabalho estudamos as condições sociais e culturais de crianças do campo, na cidade de Picuí na década de 1960, em que nos utilizamos dos relatos orais de pessoas que vivenciaram a infância no período abordado, onde podemos ter acesso a memórias sobre o trabalho, sobre o tempo livre para brincar e agir como crianças e a privação do acesso a escola. Valorizamos principalmente os sentimentos dos depoentes a cerca das suas vivências, buscamos captar as cores e odores que atribuem à infância através das suas memórias.

Permeamos nesse estudo a inserção precoce de crianças no mundo do trabalho, dentro desse contexto rural de Picuí<sup>1</sup>, em que a organização familiar atribuía que todos os seus membros precisavam trabalhar para sobreviver. As crianças eram submetidas a vários tipos de trabalho e tarefas como auxílio para garantir a sobrevivência de todos os integrantes da família. De forma, que para cumprir determinados trabalhos eram procuradas crianças pelo seu corpo ser mais adequado para designar determinadas tarefas, além do fato de os seus corpos serem considerados mais dóceis em relação ao trabalho e a negação dos seus direitos.

É perceptível a dura rede de estratégia que cercava estas crianças, as péssimas condições sociais que as levava a uma longa jornada de trabalho desde muito cedo, o pouco ou em alguns casos o nulo acesso a lazer e a escola, advindos de um projeto social que não garantia a proteção necessária para crianças pobres. Diante de uma rede de controle que ditava as relações sociais, estes sujeitos em muitas situações conseguiam driblar tal rede: “Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural.” (CERTEAU, 2007, p. 41). Por meio das memórias dos depoentes adentramos a uma história em torno de pessoas, de sentimentos, solidariedade e de táticas de diversão e sobrevivência.

## **MEMÓRIAS DE CRIANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO**

O município de Picuí tem como referência a produção do algodão, do sisal e do minério. Buscamos analisar quais eram os trabalhos atribuídos as crianças nesse contexto, através do relato das memórias de personagens que vivenciaram esta realidade. Os trabalhos agrícolas eram executados em parceria, quando a divisão dos produtos colhidos pelos chamados meeiros, é feita na divisão de cinquenta por cento (meia) para os colonos<sup>2</sup>; ou por salário, quando o pagamento do trabalhador é realizado em dinheiro, ajustando as despesas que o proprietário da terra teve com a alimentação dos empregados. O grupo familiar dos moradores trabalhava junto, embora o salário fosse individual pago aos adultos da família ou apenas ao chefe da família, era levado em consideração o sexo a idade, e a quantidade de trabalho exigido.

Ao longo de toda a história do Brasil a exploração da mão de obra infantil foi utilizada em grande escala, com o fim da escravidão foram postas várias iniciativas para preparar crianças para o trabalho, pois a experiência da escravidão havia demonstrado que as crianças são corpos dóceis e mais facilmente domesticáveis, eram mão de obra barata e sem direitos:

O Brasil tem uma longa história da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou



agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas para manterem a si e as suas famílias. (RIZZINI, 2010, p. 376).

Fazemos uso das memórias de três depoentes que vivenciaram esse contexto são eles: Severina da Costa Silva, Antônio da Costa e Valdeci Lima da Silva. Os nossos entrevistados têm em comum o trabalho infantil na cidade de Picuí em 1960, eles nos relatam sobre a jornada de trabalho, o contexto familiar, e até mesmo de algumas travessuras e, posteriormente sobre a dificuldade em relação à escolaridade. Por tanto, voltemo-nos ao passado junto com eles.

Iniciaremos com o depoimento de Severina da Costa Silva, que nos relata começar a trabalhar muito cedo e que sequer lembra a idade exata que começou a trabalhar e, relembra que executava vários tipos de trabalhos diferentes, hoje a depoente é aposentada como agricultora, passou parte da sua infância na zona rural e a outra parte na zona urbana. Quando lhe perguntamos sobre a idade em que começou a trabalhar ela nos responde:

Eu comecei a trabalhar eu era muito pequena. Trabaia na agricultura mais pai e mãe, ai depois deixei fui trabaia nas casa aí na rua, ai depois dexei fui pro sitio trabaiei até me casar. Quando eu era criança fazia as coisa em casa e, ajudava na agricultura também, a plantar, limpar, ajudava. Nós morava na propriedade dos outros né? (risos) era, trabaia no roçado de pai e ajudava a plantar no roçado do patrão também. Era cinco irmãos, lá em casa mesmo só vivia eu, Antoin, Maria e Zézim, era nós quatro. Aí todo mundo trabaia na agricultura. (SILVA, 2020, grifos nossos).

Severina relembra que realizou muitos tipos de trabalho na infância até casar aos 17 anos, embora o índice de meninas trabalhadoras seja menor do que os meninos, em muitas circunstâncias devido à conservação da moral que recaia sobre elas, as relegando ao ambiente privado, muitas meninas se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico desde muito cedo, muitas delas cuidando dos irmãos menores para que os pais pudessem trabalhar. Severina prossegue em seu depoimento sobre a rotina de trabalho:

Eu prantava feijão, ai era abaixado, eu era molecota tinha espição melhor do que as muié, eu plantava muito. Começava de manhã, parava de 10 horas que os almoço era cedo, pra almoçar. Almoçava e voltava, não tinha essa história de descansar não, almoçava e voltava pro trabalho. Aí de tarde a gente parava pra tomar um cafezim, meio dia né, ai voltava de novo. Prantava, limpava... era. Tá difícil de eu me lembrar quanto ganhava, no tempo eu era pequena (risos), o que eu ganhava pagava pra mãe, era assim eu não recebia não, mãe que recebia (risos) sei não. Nesse tempo a gente trabaia, os pais é quem recebia, agente não via nem a cor. (SILVA, 2020, grifos nossos).

Nessa parte do depoimento, Severina nos relata que tinha mais habilidade para plantar feijão exatamente por ser criança, uma vez que não sofria com dores nas costas. Ela não lembra o salário que recebia quando criança, já que era pago a sua mãe, pois nesse período a família trabalhava junto, se tratava de uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar, a luta contra

a fome, de forma que a participação de cada membro da família era importante. Questionamos a nossa depoente se ela tinha tempo para brincar e, ela nos responde:

Tinha. Brincava de boneca. (risos) De boneca minha fia, eu era doida pelas minha boneca, ainda hoje eu tenho olha (aponta para o banco onde tem uma boneca). Os brinquedos era boneca de pano, boneca de mi, nós quebrava as boneca dos mi de pai e ele brigava (risos). Tinha uns cabaço cumprindão assim (gesticula) agente fazia os menino também (risos), sabugo. Aí tinha uma moça que morava lá perto da gente, ela fazia boneca de pano, aí ela me deu uma, eu enriquei viu! Não tinha condição de comprar uma (risos). Era... As coisa era meio difícil na época, mas parece que era melhor do que hoje, sei lá. Eu brinquei muito quando eu era criança, brincava de boneca, de roda nos terço, lá onde nós morava, o povo fazia uns terço. (SILVA, 2020, grifos nossos).

Severina nos conta que apesar do contexto social que estava submetida na infância não deixava de brincar, já que não tinha dinheiro para comprar uma boneca se armava de táticas e fazia as suas bonecas com milho da plantação do seu pai, contava também com uma rede de solidariedade, quando relata do presente de uma boneca que havia ganhado de uma vizinha, além das brincadeiras de roda quando havia um terço por perto<sup>3</sup>. Aqui, apesar dos momentos difíceis da infância, ela demonstra um saudosismo aos tempos felizes do passado.

O nosso segundo entrevistado Antônio da Costa, começou a trabalhar aos sete anos de idade e passou a sua infância na zona rural, ele relembra que trabalhava em muitas atividades e que estava sempre disposto a trabalhar, mas relembra que trabalhou mais precisamente no “motor de agave” já que Picuí era um bom produtor de agave nos anos de 1960. Ele relembra quando perguntamos a idade em que começou a trabalhar:

Há...sete anos. Trabaiava no moto de agave, botando água, limpando água. Tudo fazia. Só trabaiva mais nesse tempo, quando era menino, em casa mesmo, trabaiva pra pai, mas o Motô era do finado Rodão Zacarias, botava água pra lavar a friba do agave. Nesse tempo eu não ganhava nada não, era o véi meu pai que ganhava, trabaiva pra pai. A gente trabaiva pra comprar um cumezim, um feijãozim, um negócio, de ano em ano dava uma roupa ao caba. (COSTA, 2020, grifos nossos).

Na primeira parte do depoimento de Antônio da Costa, além de relatar que trabalhava carregando água para lavar as fibras do agave, ele relembra a sua condição social e que trabalhava principalmente para comprar comida, e que raramente quando tinha dinheiro o pai dele comprava uma roupa para ele vestir. Antônio seguia a lógica das crianças que trabalhavam para sobreviver, inserido em uma família pobre em que todos precisavam trabalhar, pois na grande maioria dos casos o salário pago aos chefes de famílias era fraudado, e estes tendo que recorrer ao trabalho da esposa e dos filhos.

O Brasil é um grande exportador do agave, suco de laranja, fumo, entre outros produtos que se utilizam de trabalhos semi-escravo de famílias e crianças por todo país, sendo um problema

desde o pós abolição, gerando riqueza nas mãos de poucos, por meio de uma situação lamentável e sem perspectivas para tantos outros. Antônio da Costa prossegue em seu depoimento:

Acordava bem cedo, umas seis horas, pra carregar água num burro, nos tanque pra lavar as friba, parava umas 10 horas pro almoço aí pegava de novo. Botava água do governo, num balde nós botava assim atravessado (gesticula), cada um numa ponta, e o balde pendurado no meio. Nós era seis irmão macho e duas irmã, era oito. Tudo trabalhava em casa dos pequeno, os grande se danava no mundo só chegava no outro dia, ou no fim da semana. (COSTA, 2020, grifos nossos).

Na segunda parte do seu relato, Antônio relembra um pouco sobre a sua rotina de trabalho, a forma de como pegava a água que era distribuída pelo governo do estado da Paraíba, já que naquela época não havia água encanada na cidade. Ele nos conta que tinha sete irmãos e que todos trabalhavam, os mais novos trabalhavam junto dos pais e os mais velhos iam procurar trabalho em locais mais distantes e que só voltavam no dia seguinte ou no final de semana, nos fazendo ter uma alusão das longas jornadas de trabalho que estavam submetidos. A seguir nós questionamos Antônio se lhe restava tempo para brincar, e ele nos responde:

Muito pouco. Às vezes no Domingo, de tardzinha. Eu não sei nem do que eu brincava (risos). Eu brincava de toca, correndo um atrás do outro. Nesse tempo era muito difícil a gente brincar. Eu me montava num cavalo de pau e saía correndo, numa vara de pau que era o burro (risos). Morava no sítio, morava lá no juazeiro, gravatá. Dava pedrada nos menino, ainda tenho ferida aqui (aponta para a cabeça) que eles lascava minha cabeça também (risos). (COSTA, 2020, grifos nossos).

Embora tenha dificuldade para recordar e afirmar que não tinha muito tempo para brincar, ele diz que em certos Domingos à tarde brincava, relatando com alegria os poucos momentos que tinha para brincar e agir como criança, era nesses momentos, nas pausas do trabalho que a tática, o refúgio das crianças trabalhadoras era empregada, em um contexto que a primeira vista não havia tempo ou sequer meios para brincadeiras. Mas era para outros também no próprio trabalho, onde se ganhava o pão para sobreviver e em muitas circunstâncias cercadas de uma sutil rede de solidariedade, que as táticas para sobrevivência eram empregadas.

A nossa próxima depoente Valdeci Lima da Silva começou a trabalhar com nove anos na agricultura com a sua família, também moradora da zona rural, ela nos relata quando perguntamos sobre o trabalho na infância: “Com nove anos, eu já trabalhava na agricultura. A gente trabalhava pra meus pais, pra gente se manter. O dia todinho. A gente ia limpar mato, ia tirar ração para o gado, ia pasturar o gado, quando terminava de pasturar o gado, ia juntar pedra pra fazer as obreiras dos açudes.” (SILVA, 2020).

O trabalho no campo consistia em várias atividades como relata valdeci, que trabalhava o dia inteiro executando todas as tarefas que lhes era subordinada. Perguntamos a Valdeci se lhe restava tempo para brincar, e ela nos responde: “Não, nós não sabia o que era brincar.” (SILVA, 2020).

Valdeci é a única a não recordar de nenhum tipo de brincadeira quando criança, a rotina do trabalho lhe consumia toda energia e, nas pausas que tinha do trabalho pouco brincava, ou melhor não brincava, ao menos não o bastante para ter um registro na sua memória. Valdeci não teve infância, assim como os demais entrevistados e como tantas outras crianças, não a infância como conhecemos, regada de cuidados especiais, acesso a escola e com tempo regular de recreação.

A seguir abordamos o acesso a educação negada às crianças das camadas mais pobres de Picuí. O acesso a escolaridade básica é um pilar fundamental na vida das crianças, que até então não era assegurado para aquelas que desde os anos iniciais de vida precisavam trabalhar para poder viver. Este fator faz parte de um projeto social, com o intuito de conservar mão de obra barata, semi-escrava e conservação de riqueza nas mãos de poucos.

## **CRIANÇAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO**

As discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional marcou este período, além de outras iniciativas notáveis no cenário da educação brasileira, como o método de ensino criado por Paulo Freire que ganhou dimensões nacionais, impulsionando estados brasileiros a adotar o método. Inspirados no método de ensino de Freire foram elaborados em 1962 o Plano Nacional de educação e o programa nacional de alfabetização. Esse caráter de redemocratização da educação brasileira é desestabilizado em 1964 com o Golpe militar, que anula a proposta de revolucionar o setor educacional do país, sob o argumento de que as propostas eram subversivas.

No âmbito do ensino primário, que é o enfoque desta pesquisa, o regime manteve a essência da estrutura definida pela LDB de 1961 que tornava o ensino obrigatório apenas nos quatro primeiros anos (equivalente ao Fundamental I). Vale salientar que esta legislação previa que em casos de pobreza dos pais ou responsável, insuficiência de escolas, matrícula encerrada e doença ou anomalia grave da criança, as famílias não eram obrigadas a realizar as matrículas de seus filhos. Além da ausência de políticas públicas educacionais, o governo passou a incentivar as instituições de ensino particulares, direcionando o ensino do país para o viés privado.

Entrevistando antigos moradores da cidade de Picuí podemos observar o alto grau de exclusão escolar na década de 1960, a população paraibana ainda era rural, o que explica a quantidade de escolas rurais, que eram superiores aos números de escolas urbanas. De acordo com os dados do IBGE, em 1963 havia 3.258 unidades escolares, e 2.507 delas estavam situadas na zona rural do estado.

Apesar da existência de grupos escolares em Picuí, muitas crianças não tiveram acesso à educação, entre os principais fatores que contribuíram para as altas taxas de analfabetismo estava a distância dos centros educacionais e as condições financeiras da população. As crian-

ças paraibanas principalmente as residentes na zona rural, durante muitas décadas, tinham suas infâncias marcadas pelo trabalho e pela exclusão educacional e ao lazer, como abordamos anteriormente. O nosso depoente Antônio da Costa, que ao ser questionado se teve acesso à educação quando criança, respondeu: “Não, porque naquele tempo os pais não colocava ninguém em escola, ia trabaia. Eu não aprendi a escrever nem o nome.” (COSTA, 2020). Quando fizemos o mesmo questionamento para Valdeci Lima da Silva, recebemos a seguinte resposta: “quando era criança não estudava não, vim estudar já tinha meus dezoito anos.” (SILVA, 2020).

Essas crianças passavam a maior parte do tempo trabalhando na agricultura, no sisal, transportando água, entre outras funções, sem tempo para estudar foram privadas de ingressarem nas escolas. Aprender a assinar o nome era um privilégio pago, como é o caso da entrevistada Valdecir Lima da Silva, que não teve acesso a rede pública de ensino quando criança, e teve a aprendizagem no ambiente privado reduzida a assinar o nome já aos 18 anos de idade, quando a questionamos o motivo de não ter frequentado a escola ela nos responde: “Porque onde eu morava não tinha escola, e tudo era difícil. A gente para assinar o nome tinha que pagar alguém, para assinar e escrever o nome da gente [...] eu só aprendi assinar meu nome e ler muito pouca coisa.” (SILVA, 202).

Diferente de Antônio e Valdecir, Severina chegou a frequentar uma sala de aula quando ainda criança, através do exercício da memória, Severina recupera algumas de suas experiências da infância:

A sala de Aula era em casa, não era em colégio, em grupo não, era na casa de uma mulher. Na sala tinha duas mesas, uns bancos pra gente se sentar. Naquele tempo não era que nem hoje não, a gente estudava cartilha, eu estudei uma cartilha chamava... Agora me esqueci à cartilha que eu estudava. Aí a outra era, era uma cartilha bem grande, chamava cartilha maravilhosa. (risos). Era, e pronto. (SILVA, 2020, grifos nossos).

A cartilha maravilhosa, mencionada por Severina da Costa Silva, era utilizado no processo de alfabetização nas escolas dos anos 50/60. Embora Severina tenha ingressado na escola, tido contato com a sala de aula, cartilhas e até mesmo vivenciado a experiência de passar por mais de uma escola, as condições financeiras também foram determinantes para a sua evasão escolar:

Aí eu vim mim bora lá de onde eu morava pra aqui, ai com muitos tempos é que eu fui de novo pra escola, no Tio Filipe, aí eu estudei lá primeiro e segundo ano. Parei de estudar cedo porque eu tinha que trabalhar, os pais não tinha condição, aí a gente tinha que trabalhar pra comprar as coisa da gente. As coisa era muito difícil, eu ainda aprendi a escrever e ler um pouquinho. Eu estudei lá onde eu morava e, aqui pai ainda pagou uma escola particular. (SILVA, 2020, grifos nossos).

Diante dos relatos de memórias dos depoentes, é perceptível, que a educação das crianças não era uma prioridade para os seus pais, que lhes atribuíam afazeres trabalhistas agrícolas e do-

mésticos, os ocupando por longas horas de trabalho. O posicionamento de resistência à inserção das Crianças nas escolas por parte dos pais ocorria para evitar despesas e um menor rendimento mensal, além da estratégia familiar em que todos os integrantes da família precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o sentimento de infância das crianças rurais, no contexto dos anos de 1960 e os fatores que as levaram a ingressar no mundo do trabalho, é de extrema relevância para os estudos das crianças no Brasil, e pra compreendermos que a idéia dos Direitos das crianças e adolescentes é uma construção histórica, que vem sendo construída e reconstruída ao longo do tempo. Portanto, é relevante enfatizar que muitas crianças no contexto abordado nesse estudo não tiveram o seu direito de estudar, ou de agir como crianças na maior parte do tempo. Elas eram inseridas no ambiente de trabalho como apoio para o sustento do conjunto familiar, e passavam a maior parte do tempo trabalhando.

Por meio dos depoimentos utilizados nessa pesquisa, realizamos um exercício de reconstrução da memória dos agentes que vivenciaram esse contexto histórico do município de Picuí. Contudo, esse trabalho é de fundamental importância para registrar as memórias das crianças trabalhadoras do município, assim como fonte de estudos para outras pesquisas voltadas para história das crianças na cidade.

## NOTAS

- 1 Picuí está localizada a distância de 244, 10 Km da capital paraibana João Pessoa, situada no centro-norte do estado da Paraíba, mesorregião Borborema e microrregião do Seridó Oriental Paraibano. No período estudado, o município estava sob a gestão de Roldão Zacarias de Macedo até 1963 e, posteriormente sob a gestão de José Mariano da Silva até 1969.
- 2 Eram chamados colonos os moradores que habitavam os sítios, dos chamados grandes proprietários de terra do município de Picuí.
- 3 Consiste em uma prática católica romana, de devoção mariana, se tratando de uma reunião na casa de um dos fiéis para a recitação seriada de orações com o auxílio de uma corrente com contas ou nós que recebe o nome de rosário.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**:1. Artes de fazer;13 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 41.

DOURADO, Ana. DABAT, Christine. ARAÚJO, Teresa Corrêa de. **Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco**. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das Crianças no Brasil. 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**, 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990, p. 42.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1960.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf) >. Acesso em 22 de Agosto de 2020 às 15h00min.

MIRANDA, Humberto Silva. Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920 -1930). História Unicap, 2008. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1167>. Acesso em: 23/ 07/ 2020.

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí** (esboço histórico). Brasília, DF: CENEC, 1981.

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das Crianças no Brasil. 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

RIZZINI, Irma. **Pequenos Trabalhadores do Brasil**. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das Crianças no Brasil. 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

THOMPSON, Paul, **A voz do passado**, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

## **ENTREVISTAS REALIZADAS**

Antônio da Costa, entrevista concedida a Maria Artenisia da Costa Lima. Picuí, 20/07/2020 as 16:00 horas.

Severina da Costa Silva, entrevista concedida a Maria Artenisia da Costa Lima. Picuí, 20/07/2020 as 15:30 horas.

Valdeci Lima da Silva, Entrevista concedida a Elielma Nóbrega. Picuí, 10/08/2020 as 13:33 horas.

# ST 7

## O MUNDO DOS INTELLECTUAIS E DA CULTURA

Prof. Me. Luiz Mário Dantas Burity  
Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto





# GRACILIANO RAMOS: INTELECTUALIDADE E A EDUCAÇÃO ALAGOANA

Ângela Maria dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

Embora Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953) seja nacional e internacionalmente conhecido como romancista/cronista, ele teve uma intensa participação na condição de administrador no serviço público. Além de Prefeito em Palmeira dos Índios/AL, nos anos de 1928-1930, em 18 de janeiro 1933, Graciliano Ramos foi nomeado diretor da Instrução Pública pelo então capitão Francisco Afonso de Carvalho (interventor federal nos anos de 1932-1934), e permaneceu nessa função até o dia 3 de março de 1936, quando foi preso. Também ocupou o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário no Distrito Federal (RJ), justamente no mesmo ano do governo que o levou ao cárcere (o Governo Vargas). É a respeito da inserção do autor de *Infância* no universo educacional que proponho o estudo da participação de Graciliano Ramos na Instrução Pública alagoana, na transição dos Governos Provisório e Constitucional da Era Vargas. O autor de *Angústia*, considerado intelectual brasileiro, faz parte de vários estudos acadêmicos. Por esse viés, os estudos sobre intelectuais, como escreve Sirinelli (2003, p.233): “Na historiografia dos atores do político, os intelectuais ocupam indiscutivelmente um lugar à parte”, percebendo que “[...] constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho”. Os estudos atuais sobre o papel dos intelectuais têm se colocado como fundante na História da Educação como pensadores que projetaram um modelo de educação, a partir das apropriações de intelectuais europeus e norte-americanos, e com isso se colocavam como formadores de opinião, de consensos em suas propostas educacionais, quer na condição de jornalistas, literatos, professores ou na condição de burocratas da estrutura dos governos estadual e federal.

**Palavras-chave:** Instrução Pública. Intelectuais. Graciliano Ramos.

## INTRODUÇÃO

Graciliano Ramos conhecido também como uma figura do campo dos intelectuais brasileiros transitou pela administração pública alagoana. As personagens das suas obras literárias representam, muitas vezes, traços da sua trajetória de vida pessoal e profissional, ao afirmar: “Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só” (SENNÁ, 1996, p. 207). A escrita literária de Graciliano Ramos era imersa em

suas subjetividades, suas críticas, suas indignações e revoltas; um sujeito que por muito tempo ficou no anonimato, um intelectual escondido nos pseudônimos para poder fazer as suas denúncias sociais

Para apreender o processo de construção da figura de Graciliano Ramos como intelectual brasileiro das décadas de 1930 e 1940, do século XX, inúmeras questões podem ser levantadas, todavia o ponto central para este escrito é a respeito da sua inserção na Diretoria da Instrução Pública alagoana.

Nesse liame, os estudos voltados para a história do intelectual se insere no ponto de vista de “[...] um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Para o autor, esse debate ganhou espaço na França, nos fins da década de 1960 do século XX.

Nesse contexto, ao tratar das redes de sociabilidades pode-se perceber como Graciliano Ramos conseguiu alcançar cargos públicos durante a Era Vargas, mesmo sem possuir curso superior. Em 18 de janeiro de 1933, Graciliano Ramos foi nomeado para o cargo de diretor da Instrução Pública pelo então capitão Francisco Afonso de Carvalho (1897-1953),<sup>2</sup> e permaneceu nessa função até o dia 3 de março de 1936, quando foi preso. Estima-se que a indicação do autor de Caetés foi devida a notoriedade dos seus trabalhos no campo da administração pública alagoana, por exemplo, pela passagem na Junta Escolar de Palmeira dos Índios (1926), a publicação e exposição dos seus Relatórios de prestação de contas da prefeitura de Palmeira dos Índios e sua atuação na Direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas (31 de maio de 1930 a 26 de dezembro de 1931).

Graciliano era filho de comerciante e juiz substituto; a falência material de seus pais se deu pela dilapidação social. Uma vez livre do cárcere, no Distrito Federal (RJ), em 1938, exerceu temporariamente o cargo de assistente-técnico na secretaria-geral da Universidade do Distrito Federal (UDF). No ano de 1939, Graciliano Ramos passava por dificuldades financeiras e, a pedido de Carlos Drummond de Andrade, ele foi designado por Gustavo Capanema a ocupar o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário no Distrito Federal (RJ). Nesse período, o ministro Capanema estava “em plena política de atração de intelectuais para a órbita do MEC [...]” (MORAES, 2012, p. 171).

Segundo Antonio Candido parte dos intelectuais “correspondem a expectativas ditadas pelos interesses do poder e das classes dirigentes” (MICELI, 2001, p.72). O autor ressalta que as trajetórias (principalmente as decadências familiares) desses intelectuais fizeram com que servissem ou se vendessem ao Estado Novo, mas sem se alienar. Os funcionários-escritores “puderam se abrigar sob a postura de uma ‘neutralidade’ benevolente m relação ao Estado, o que lhes permitiu salvar muitas de suas obras do aceso das lutas políticas” (MICELI, 2001, p. 237).

## INSTRUÇÃO PÚBLICA ALAGOANA SOB OS DISCURSOS GRACILIÂNICOS

As impressões de Graciliano a respeito dos aspectos sociais ficaram registradas em suas crônicas, nas colunas de jornais, nos romances e nos documentos oficiais emitidos aos governos/governadores quando gestor público. Nas páginas do Jornal *O Índio* (1921), revelava admiração pelos livros (não os livros infantis) e culpava os pais por não exigirem do governo escolas para seus filhos. Graciliano Ramos, em um de seus escritos e em tom de denúncia, destacava: “criam-se aqui todos os dias, quase, centros de diversões, e, no entanto, uma escola não se abre! [...] não tenhamos quem nos ensine a ler, arrancando-nos a cegueira da alma” (SALLA, 2012, p. 61). De uma filosofia conservadora e também progressista, Graciliano imprimiu em suas obras e até mesmo em colunas jornalísticas seu olhar para a educação.

Em uma edição do jornal *O Índio*, de 1921, Graciliano Ramos criticava o governo da época e o acusava de desinteressado na promoção da instrução do seu povo. Num contexto de pouco investimento na educação pública, os administradores públicos enviavam professoras às escolas sem formação adequada para lecionar, cabendo, decerto a crítica: “Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem?” (SALLA, 2012, p.61).

Com relação às práticas escolares, recordemo-nos dessas percepções presentes em *Infância*, no qual Graciliano Ramos faz críticas aos métodos de ensino e os materiais escolares utilizados, tal como o que desejaria estudar na escola. Em suas reminiscências refuta acerca de algumas práticas de leituras que mais o agradava durante o tempo que passou na escola:

Invoquei, num desespero, o socorro de Emília. Eu precisava ler, não os **compêndios escolares, insossos**, mas aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas. Em falta disso, agarrava-me a jornais e almanaques, decifrava as efemérides e anedotas das folhinhas. Esses retalhos me excitavam o desejo, que se ia transformando em ideia fixa. (RAMOS, 1992, p. 211, grifos nossos).

A mensagem imbuída no trecho provoca a discussão de novos padrões de pensamento para uma nova sociedade no sistema capitalista. Mas também o desejo da elite de formar seus filhos para a intelectualidade, como o próprio Graciliano Ramos aborda em suas narrativas acerca das pressões sofridas pelo pai, Sebastião Ramos, para ser um homem das letras e dos negócios.

Por esse viés, observa-se que nos primórdios do século XX Graciliano Ramos também corroborava com o que na atualidade entendemos como *clichê* da máxima de intelectuais e políticos liberais, mas também no espaço acadêmico: “a mudança da sociedade se dá pela educação”. Entretanto, a ignorância do povo interiorano vai aumentando e levando consigo a violência, os vícios e a prostituição. Quando prefeito, Graciliano Ramos mencionou em seu segundo Relatório (1930) alguns pontos a esse precário sistema educacional que o estado de

Alagoas se encontrava e escreveu no documento acerca do investimento nas escolas da cidade que gerenciou:

INSTRUÇÃO — 2:886\$180 - Instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum e Cana Fístula. O conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica á educação de adultos. Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras. Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos, passatempos acessíveis a quase todos os roceiros. (RAMOS, 2013, p. 39).

Em um contexto de pouca preocupação com a cultura letrada, com a escolarização e formação crítica dos sujeitos, o autor enfatiza o que é oferecido para o povo: “porque, em vez de uma carta de ABC, se dá ao povo carta de baralho; porque, em vez de um ensinamento são, que lhe ilumine o cérebro, se lhe deita na boca o copo de aguardente que lhe devasta o organismo e relaxa o caráter!” (SALLA, 2012, p. 65). A partir dessa interpretação, nota-se que mais uma vez Graciliano Ramos trata a escola como meio irredutível de mudança, como forma viável de desenvolvimento, de prosperidade, de autonomia política para os sujeitos sociais e históricos refletindo que: “precisamos abrir escolas. E é na palavra autorizada de Guerra Junqueiro que vamos achar este conceito de suprema verdade: ‘Alongar a escola é diminuir o cárcere’” (Idem, p. 66). A necessidade de mudar a tessitura nacional por meio da educação veio com as transformações econômicas, políticas e sociais do período em questão. Com o objetivo de sairmos da antiga pedagogia jesuíta e positivista, os renovadores trouxeram consigo um conjunto de propostas pedagógicas europeias. Em face disso, Lemme (1984, p. 167) faz notar que esse movimento estimulado pelo espírito da renovação escolar, chamado de Escola Nova ou Escola Ativa.<sup>3</sup>

Influenciado pelos ideais modernizadores da época, Graciliano Ramos, tanto na condição de prefeito quanto no cargo de diretor da Instrução Pública, entendia que a aspiração da escola renovadora mudava a roupagem cultural do seu povo, pois essa novidade da Escola Nova vislumbrava nos intelectuais a ideia de que podiam investir na formação de um homem novo. Lemme (1984, p. 167) entendia que esse homem novo,

[...] passaria a encarar a convivência entre os povos, em termos de entendimento fraternal, que conduziria a humanidade a uma era de paz duradoura, em que os conflitos sangrentos fossem definitivamente banidos e substituídos pelos debates e resoluções de assembleias em que estivessem representados todos os povos.

Entretanto, como lamenta o próprio Lemme (1984, p. 167) “E se essas aspirações não se concretizaram não se deve debitar aos educadores o fracasso...”. Pois, as reformas de ensino feitas do Império aos fins da Primeira República estavam restritas “às áreas dos vários estados

da federação”, e “O governo federal quase nada realizava, a não ser algumas reformas no âmbito dos ensinos superior e secundário, preso que estava à letra do artigo 35 da Constituição de 1891” (LEMME, 1984, p. 169). O mesmo autor reafirma que:

Essa situação só veio a se modificar após a Revolução de 1930, quando se deu uma maior concentração de poderes no governo federal, pela diminuição da influência das oligarquias locais, que antes comandavam todos os aspectos da política nacional. (LEMME, 2005, p. 169-170).

Tratando-se do estado de Alagoas, Humberto Bastos (1939, p.22) relata que os dados de nosso analfabetismo, historicamente marcado por uma centralização de poder e de uma sociedade patriarcal, contribuíram para que a Instrução Pública colhesse esse atraso. Para ele, “A reforma ideológica dos nossos processos educacionais não será obra de uma só administração. Exige tempo. E tempo muito. Tempo e dinheiro”.

Um dos objetivos de Graciliano Ramos, como administrador público, foi com a escola e a saúde pública. O cargo de diretor da instrução pública foi uma das funções de grande desafio para ele. Por estar em um contexto no qual a situação educacional nacional e em especial, a educação alagoana, encontravam-se em estado de miserabilidade plena. Em seu Relatório sobre a situação da instrução pública no estado de Alagoas nos anos entre 1932 a 1934, Graciliano Ramos destaca:

[...] dezena e meia de grupos escolares, ordinariamente localizados em edifícios impróprios, e várias escolas isoladas na capital e no interior, livres de fiscalização, providas de material bastante primitivo e quase desertas. As professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, desaprendendo o que sabiam, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Salas acanhadas, palmatória, mobília de caixões, santos nas paredes, em vez de mapas. Em 1932 eram assim as escolas rurais, as distritais e também grande parte das urbanas. (SALLA, 2012, p.143).

O fragmento acima expõe as condições nas quais as escolas se encontravam nas mais diversas cidades brasileiras. Especificamente em Alagoas, o estado era governado por uma política coronelista, que não mediu esforço para levar o seu povo a penúria e largado a própria sorte. Assim, nota-se, portanto, que a década de 1930, também denominada de “Conflito de ideias”, engloba as disputas entre os católicos e os escolanovistas, ambos com o objetivo de dar um norte às questões educacionais do país. Por um lado, a igreja desejava continuar no poder juntamente com a classe dominante; por outro, os pioneiros que almejavam uma mudança real no ensino para as massas que estavam insatisfeitas com a situação política do país.

De acordo com Fausto (2000, p. 337), o modelo da educação escolar da década de 1930, cunhada de centralizadora, foi organizado de “cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural”.

Depois da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (em novembro de 1930), Francisco Campos, um dos adeptos da Escola Nova, e também criador de decretos para reformular o ensino no Brasil, priorizou o ensino secundário e superior. Uma das críticas feitas a sua reforma foi não priorizar a educação primária e a formação dos professores, já que essas pautas faziam parte dos ideais dos escolanovistas.

Ao analisar o discurso presente nos dados do Relatório de prestação de contas intitulado “Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas”, publicado na Revista *A Escola*, Maceió, setembro de 1935, o então diretor, Graciliano Ramos, afirma ter promovido várias e importantes mudanças na instrução pública estadual. O fragmento a seguir revela que,

Em 1932 existiam 434 professores em 337 estabelecimentos de ensino, compreendidos 17 grupos escolares. Temos hoje 473 professores trabalhando em 358 estabelecimentos: 335 escolas isoladas e 23 grupos escolares. [...] Em 1934 as crianças pobres dos estabelecimentos públicos receberam 3.865 cadernos e 9.064 metros de fazenda. É pouco, mas talvez este ano os fornecimentos cresçam. Sobre o ensino municipal há os seguintes números: 45 escolas isoladas em 1932, 56 em 1933; 1.622 crianças matriculadas em 1932, 1.994 em 1933; frequência média de 1.412 em 1932, de 1.487 em 1933; 45 professores em 1932, 56 em 1933. (SALLA, 2012, p. 144-145).

Os dados apresentados por Graciliano Ramos demonstram o investimento correspondente à educação primária e pública daquele período.

Bastos (1939, p. 22) traça em seu texto *O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas* números referentes à Instrução Pública alagoana no governo do interventor Osman Loureiro (1934-1941). O autor chama atenção para a então administração que se diz “voltada por inteiro para o problema do ensino” que esta “[...] deve verificar a queda da matrícula, que não tem sido pequena nestes últimos anos. Corrigida essa falha, conquistada a população escolar para os grupos, deu-se um passo com botas de sete léguas para a solução do problema”.

Sendo assim, Humberto Bastos apresenta alguns dados comparativos referentes às matrículas e frequências da rede estadual dos anos de 1862 a 1938, a saber:

**Tabela 1 - ENSINO PÚBLICO ESTADUAL**

Ano	Corpo docente	Mat.	Frequ.
1862	14	791	616
1928	-	2.925	2.163
1934	112	7.264	4.895
1935	113	7.310	4.911
1936	120	6.364	4.379
1937	125	5.437	3.821
1938	135	5.660	3.886

Fonte: BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas**. Maceió: Departamento Municipal de Estatísticas, 1939, p. 23.

Em comparação aos dados apresentados por Graciliano Ramos, em seu Relatório publicado na revista *A Escola* (1935), em 1932 ele informa que existiam “434 professores em 337 estabelecimentos de ensino, compreendidos 17 grupos escolares” e que no ano de 1935 os números subiram para “473 professores trabalhando em 358 estabelecimentos: 335 escolas isoladas e 23 grupos escolares”. Os dados expostos por Graciliano Ramos e Humberto Bastos se contrapõem, é um quantitativo muito diferente, o que nos leva a questionar cada vez mais a respeito da instrução pública alagoana e dos índices de pessoas não escolarizadas.

Apesar dessa constatação, uma das questões que inquietava o Diretor da Instrução Pública eram as relações na política local e/ou regional, pois os governantes municipais preferiam construir escolas a reformar as existentes, e com essa decisão dar mais conforto para as crianças ali matriculadas. No que dizer respeito a essa questão, Graciliano Ramos foi um administrador público atento, e não hesitava quando se tratava de expor as condições estruturais das escolas alagoanas. A despeito disso, Moraes (2012, p. 92) ressalta que ao denunciar uma escola situada em área periférica (o autor não cita a cidade), em situação de abandono, não agradou ao interventor: “As carências ainda existentes desagradaram Afonso de Carvalho. – O Senhor me traz aqui para ver essa miséria toda? Graciliano retrucou: - É o que tenho para mostrar” (MORAES, 2012, p. 92). As indicações político-partidárias, na visão de diretor da Instrução Pública, interferiam no não desenvolvimento da escola pública, pois muitos dos professores do ensino primário eram nomeados pela classe política sem a realização de concurso público. Somada a tal situação, encontravam-se as condições de trabalho dos professores das escolas primárias que eram precárias. Na sua administração, Graciliano Ramos fazia ressalvas acerca dos bons resultados apresentados à época à Diretoria da Instrução Pública, que começaram a aparecer:

Em poucos meses, triplicou o volume de material escolar distribuído gratuitamente; aumentou o número de vagas instituindo o regime de turnos; criou o serviço de fiscalização de ensino; ampliou as Juntas Escolares; e iniciou a seleção de novos professores para preencher as lacunas no quadro. (MORAES, 2012, p. 92).

Assim como na administração da prefeitura de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos permanecera rígido na aplicação das normas, o que não agradava aos professores. Moraes (2012, p. 93) relata que Graciliano Ramos não hesitava em manter o mesmo critério:

As professoras rurais concursadas trabalhavam em condições adversas, recebendo salário de fome. Quando Graciliano Ramos autorizou a equiparação às professoras da capital, a chiadeira das normalistas foi enorme. Mas ele não se abalou e confirmou a média de justiça. (MORAES, 2012, p. 93).

Diante dos números “positivos” da escolarização pública alagoana, expostos nos relatórios por Graciliano quando esteve na Diretoria da Instrução Pública, indaga-se o porquê não são mencionados nos dados estatísticos levantados acerca da escola alagoana, por exemplo, por Humberto Bastos. É provável que o trabalho como administrador público do autor de *Vidas Se-*

*cas* tenha tido um período relativamente curto para manter duradouros resultados, e mais, após sua saída o trabalho realizado foi rapidamente desconstruído?

O que se constata é que, embora com o Movimento da Escola Nova, o país avançou a passos lentos e não saiu do atraso educacional, com suas estatísticas vagas e obscuras. O que contava era o *glamour* das classes intelectuais que transitaram do Império para a República recebendo formação clássica e da cultura literária portuguesa. Segundo Lemme (1984, p. 166) a situação educacional do país era percebida da seguinte forma:

Em todo o vasto interior do País havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem formação profissional, que atendiam às populações dispersas em imensas áreas: eram substitutas das antigas aulas, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas [...].

É importante salientar que durante a administração de Graciliano Ramos, na Instrução Pública em Alagoas, foram realizados concursos para professores da Escola Normal de Maceió, em 27 de maio, e outro concurso referente ao curso Higiene e Puericultura na Escola Normal, em 20 de maio, ambos publicados no Jornal de Alagoas, no ano de 1934.

Depois das chamadas de editais aos concursos para professores da Escola Normal, pode-se compreender as razões pelas quais Graciliano Ramos afirmava que os números, durante sua administração, deram um salto se tratando de concursos de admissão ao Curso Normal, matrículas e frequências escolares. Constando em lei tal determinação se procedia à retirada de professoras de seus respectivos cargos por indicações políticas, fato que foi apontado como um dos motivos de sua prisão, em 1936, segundo Moraes (2012).

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante do exposto, há um aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção em relação à função burocrática ocupada pelo então Diretor da Instrução Pública de Alagoas, esta que reforçou o lado prático e imediatista do escritor-funcionário, pronto para resolver as situações emergentes referentes à educação do estado.

Por conseguinte, é pertinente frisar que, o caminho percorrido por Graciliano Ramos no campo da educação nos ajuda a compreender, por meio de suas lentes, um pouco dos desfechos da história da educação brasileira. Suas narrativas em *Infância*, *São Bernardo* e seus Relatórios, por exemplo, contribuem para a historiografia e a História da Educação, já que na pesquisa com fontes documentais devemos entender que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que (é) circunscrito por determinações próprias [...]”, como afirma Michel de Certeau (1982, p. 66).



## NOTAS

- 1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CAPES. E-mail: m.angela19@gmail.com
- 2 Foi interventor federal do estado de Alagoas nos anos de 1932 a 1934, designado ao cargo por Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-afonso-de-carvalho>. Acesso em 10 de dez. de 2020.
- 3 Segundo Paschoal Lemme (1984, p. 169) os intelectuais que influenciaram os renovadores brasileiros foram: Claparède, Binet, Simon, Decroly, Ferrière, Montessori, Durkheim, Kerschenstein, Dewey, Kilpatrick, Wallon, Piéron, Thorndike, e até mesmo, Lunatshartky, o primeiro ministro da Instrução Pública da União Soviética, após a Revolução Russa de 1917.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas**. Maceió: Departamento Municipal de Estatísticas, 1939.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 2000.
- LEMMÉ, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, Brasil, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan/abr, 2005.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, Dênis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. Edição rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RAMOS, Ricardo. **Graciliano: retrato fragmentado**. São Paulo: Siciliano, 1992.
- RAMOS, Graciliano. **Infância**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 110-111. Edição digital.
- \_\_\_\_\_. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.
- SALLA, Thiago Mio (Org.). **Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SENNA, Homero. **República das letras: entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros**. 3 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

# OS INTELLECTUAIS EDITORES DA ALFA-OMEGA

Gustavo Orsolon de Souza

## RESUMO

A proposta para o XIX Encontro Estadual de História – ANPUH Paraíba, é apresentar em linhas gerais parte da minha pesquisa de doutorado, que tem como objeto de análise a editora paulista Alfa-Omega. A intenção é localizar essa casa no mercado editorial na década de 1970 e conhecer o seu perfil editorial. A Alfa-Omega foi fundada em 1973, pelo casal Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo.

**Palavras-chave:** editores; Alfa-Omega; História Intelectual

## ABSTRACT

The proposal for the XIX State Meeting of History – ANPUH Paraíba, is to present in general lines part of my doctorate research, which has as object of analysis the São Paulo publisher Alfa-Omega. The intention is to locate this house in the publishing market in the 1970's and know its editorial profile. Alfa-Omega was founded in 1973 by Fernando Mangarielo and Claudete Machado Mangarielo.

**Keywords:** editors; Alfa-Omega; Intellectual History

## INTRODUÇÃO

Para conhecer de perto a editora, é fundamental entender a trajetória dos editores. Ainda bem jovens, os dois decidiram abrir o próprio negócio. Fernando tinha experiência com o mundo dos livros, resultado do tempo em que trabalhou em editoras renomadas do mercado. Já Claudete, na época em que conheceu o futuro marido, exercia a função de bancária. A proposta da criação da Alfa-Omega veio de Fernando. Claudete acreditou na ideia, deixou o emprego no banco e passou a exercer a função de editora junto a ele.

Durante muito tempo, foi comum definir o “intelectual” apenas como aquele que tinha frequentado o ensino superior. Neste caso, apenas um pequeno grupo social poderia receber tal definição. O tempo passou, e essa ideia vem sendo desconstruída nas últimas décadas. Uma referência importante nesse processo de desconstrução é o livro *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*, das historiadoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos

Hansen (2016). Nessa obra, as organizadoras reuniram reflexões de vários pesquisadores que vêm dedicando-se a temática. Nos artigos, é possível conferir um destaque para profissionais que tiveram uma atuação importante na sociedade, na medida em buscaram travar “diálogos com as questões políticas e sociais de seu tempo”. Além disso, destacaram-se como “sujeitos conectados” que atuaram como “mediadores culturais” (GOMES; HANSEN, 2016, pp. 07-37).

Partindo da ideia de Gomes e Hansen, destacarei nesse estudo que os editores da Alfa-Omega foram intelectuais, ou seja, “sujeitos conectados” que buscaram, através de seu catálogo, dialogar com a sociedade. Valorizando o autor nacional, a editora privilegiou em suas publicações temas políticos, econômicos, culturais e sociais que estavam na pauta das principais discussões do país.

## **O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NA DÉCADA DE 1970: BREVE PANORAMA**

Em 1964, foi instaurado no Brasil o Regime Militar, um sistema de repressão bastante significativo em todos os setores da sociedade. Os anos de 1969 e 1974, por exemplo, podem ser considerados os mais “lacerantes da ditadura”, com o fechamento do Congresso, a cassação e suspensão de direitos políticos, assim como também com uma forte censura à imprensa, as produções culturais e a demissão de muitos professores nas universidades públicas (ALMEIDA; WEIS, 1998, 332).

O período também é marcado pelo chamado “milagre econômico”, entre os anos de 1969 e 1973. Dentre algumas características desse período destacam-se: aquecimento do mercado, aumento do Produto Interno Bruto – PIB, queda na inflação; desenvolvimento da construção civil. Esses e outros fatores contribuíram para uma conjuntura favorável a economia brasileira. Como destacam os economistas Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp (2003, p.209-234), tudo parecia ir muito bem, ninguém poderia imaginar que em 1978 a situação iria mudar bastante com o aumento significativo da dívida externa.

O crescimento da indústria editorial brasileira ocorreu, curiosamente, na década de 1970. Nesse sentido, o historiador Flamarion Maués (2013, p. 10 e 13) destacou que o segmento mais popular da editora foi o de livros de oposição ao regime militar. As editoras de oposição, já estabelecidas - como a Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes, Paz e Terra, - retomaram o “perfil” político de oposição ao regime militar, editando livros de “parlamentares de oposição, (ex) exilados e (ex) presos políticos”. Para além disso, surgiram outras editoras de oposição, que tinham o mesmo objetivo: publicar livros com caráter político. Dentre essas editoras, destacam-se: “Alfa-Omega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, LP&M, Graal, Codecri, Vega e Livramento”.

## OS EDITORES E A EDITORA

Fernando Celso de Castro Mangarielo nasceu em Recife, em 1947. Em 1965, aos 18 anos de idade, veio para São Paulo. Dois anos depois de estabelecido na cidade, entrou para o curso de Ciências Orientais da USP, curso que acabou não concluindo. Em 1968, ao mesmo tempo em que estudava, Mangarielo começou a exercer a função de diretor da Banca da Cultura - uma espécie de “ponto de encontro” dos estudantes e professores da USP - onde ele também vendia livros. No mesmo ano, as atividades da Banca foram interrompidas devido a uma invasão policial, e Mangarielo ficou preso por alguns dias (ARAGÃO, p. 75).

Após esse episódio, Fernando continuou trabalhando com os livros. Foi funcionário de quatro importantes editoras da época: Atlas, McGraw-Hill, Brasiliense e Record. A experiência adquirida nessas casas foi fundamental para a sua carreira de editor.

O desejo de se tornar editor veio aos poucos, sendo construído a partir desse contato com o mundo editorial e literário. Questionado pela historiadora Eloísa Aragão (2007, p. 158) sobre como se tornou editor, Mangarielo também fala de uma influência importante, a do amigo e filósofo Jacob Bazarian. Segundo Mangarielo, o mestre Bazarian sugeriu que se tornasse editor, já que possuía características essenciais para exercer tal função: saber “ouvir”; e “verticalizar a compreensão dos fatos filosóficos, sociais e políticos”.

A trajetória de Claudete Machado foi diferente. A mesma trabalhava como bancária em São Paulo antes de conhecer o Fernando. O apoio de Claudete foi fundamental para que o sonho da editora fosse concretizado. Os dois se conheceram em 1971, ou seja, dois anos antes da fundação da editora.

A Alfa-Omega, quando inaugurada, funcionou dentro do pequeno apartamento do casal: na Rua Santa Isabel, nº 323, conjunto 502, no centro da cidade, próximo a Santa Casa de Misericórdia. Com o crescimento da editora, o casal teve a necessidade de buscar novos endereços pela cidade. Hoje a editora fica localizada na Rua Lisboa nº 489, no Bairro de Pinheiros.

## UMA EDITORA QUE VALORIZA O AUTOR NACIONAL

A obra de estreia da editora foi a *Ideia Republicana, Através dos Documentos*, do historiador e professor da USP, Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa. Três anos após a inauguração, em 1976, seu catálogo possuía mais de 40 títulos, com a predominância de autores nacionais.

Essa característica de valorizar o autor nacional é uma marca dos editores. Quando criaram a Alfa-Omega, Fernando e Claudete deixaram claro que uma das funções da casa seria dar voz aos autores brasileiros, pois vinham que as traduções de literatura estrangeira, muito bem acolhidas pelas grandes editoras, não atendiam as questões da realidade do país.

A defesa do autor nacional pode ser conferida, em parte, pela imprensa da época. Os periódicos, ao noticiarem a inauguração da nova editora, destacaram também essa particularidade da Alfa-Omega.

O jornal *Estadão* trouxe um posicionamento do Fernando, que defendia não só o autor nacional como também o pagamento referente aos honorários deste:

(...) A “Alfa-Omega”, diz ainda que Fernando Mangarielo, procurará defender o autor nacional, particularmente no que diz respeito ao sistema de pagamento. Para ele, a porcentagem de 10% que o escritor recebe por livro vendido, sobre o preço de capa condiciona os honorários do autor ao malogro ou ao êxito da obra. Na “Alfa-Omega” será diferente: na assinatura de contrato de edição de uma obra, seu autor já recebe um terço dos direitos autorais. “É a maneira mais prática que existe para que o escritor seja remunerado, seja qual for o destino do seu livro no mercado” (*ESTADÃO*, 14/03/1973).

Não tenho conhecimento, até o momento, se Fernando conseguiu manter essa forma de pagamento aos seus autores, o que estou sinalizando apenas é a sua preocupação com esse autor nacional. E, é possível perceber que a nota deixa claro que a Alfa-Omega seria um lugar de defesa e de acolhimento para com aqueles que não tinham espaço nas grandes e renomadas editoras.

O outro periódico, *O Diário da Noite*, o destaque para o autor nacional também ficou evidenciado. De acordo com o veículo, Fernando “quer apenas que sua editora se constitua na pedra angular que trará o autor nacional para o *boom* do livro que se inicia no Brasil”. Ainda de acordo com o editor, a “Alfa-Omega se propõe defender o autor e o livro nacionais, através de uma programação editorial intensiva e voltada quase que exclusivamente para as necessidades do ensino superior, em nosso país” (*Diário da Noite*, 14/03/1973). Assim como foi destacado na nota publicada pelo *Estadão*, aqui percebe-se também que a recém criada editora seria um espaço destinado ao reconhecimento da produção nacional.

O interessante é que essa proposta de valorização do autor nacional manteve-se ao longo dos anos de funcionamento. Os editores não perderam a essência inicial, pelo contrário, continuaram oferecendo espaço para autores compromissados com as questões políticas, sociais e culturais do Brasil. Em 1976, o *Estadão* destacou que Fernando, “ao contrário de seus colegas, que consideram a publicação do autor nacional quase um dever cívico ou favor”, visou mostrar o contrário, “provar que o escritor brasileiro vende”, e que teve orgulho de

(...) jamais ter recorrido a co-edições, com o Instituto Nacional do Livro ou outro órgão. Os editores que se valem disso, são os que não sabem preparar um lançamento, pesquisando as condições de marketing. Os que não entendem que uma boa apresentação gráfica, uma capa bem cuidada, valem mais do que vistosos (ilegível) ou campanhas culturais de tipo “benéfico”, com slogans como “ler é cultura”.

O Brasil, diz Mangarielo, “é um país onde há mais escritores premiados do que publicados”. E ele acha que o editor brasileiro, de um modo geral, por não querer investir em edições que possam ser aprendidas por um motivo qualquer, está-se tornando cúmplice da censura (*ESTADÃO*, 24/04/1976).

É possível verificar nesta nota uma crítica de Fernando para com seus colegas editores, que por temerem o período marcado pela censura militar, optaram por publicações que não causariam nenhum tipo de problema, ou mesmo preferindo editar títulos que tivessem uma saída certa.

O periódico carioca *Jornal de Brasil*, de 25 de maio de 1976, também abriu espaço para o posicionamento de Fernando. O destaque da matéria foi para o grande equívoco que as grandes editoras cometem em não escutar o livreiro para saber como é o comportamento de um livro no mercado. Segundo Fernando:

Um mergulho em profundidade no mercado editorial mostra que o leitor está começando a se cansar de literatura de lixo, das pornografias, das traduções sem critério e de um certo tipo de autor nacional – em geral premiado – que prefere situar suas angústias, suas vivências, seus dramas, em um clima mais parisiense do que brasileiro. Nós, os editores, temos que valorizar o autor que fala da nossa temática urbana e social, escreve sobre motivos regionais nosso, sintetiza o Brasil em literatura (*Jornal do Brasil*, 25/05/1976).

Fernando ainda afirmou que não era somente a Alfa-Omega que tinha essa visão mais acolhedora, outras pequenas editoras estavam, na época, engrossando seu catálogo com títulos de autores nacionais como, por exemplo, a Vertente, a Hucitec, a Pallas e a Garantuja. Fernando utiliza até mesmo uma metáfora para explicar o papel desempenhado pela Alfa-Omega e por essas outras editoras. Ele as compara como “minhocas” que prepara o “terreno para fertilizá-los”. As pequenas editoras, portanto, ao trazer os novos autores, estavam fazendo um trabalho que acabaria “por levar as grandes editoras a tomar conhecimento do escritor da casa, até agora marginalizado” (*Jornal do Brasil*, 25/05/1976).

Novamente no *Estadão*, só que agora do dia 15 de agosto de 1976, Fernando defendeu mais uma vez a produção nacional:

A insuficiência dos incentivos governamentais, o preconceito do editor brasileiro contra os autores nacionais, a invasão das traduções e dos “best-sellers” de comercialização garantidas estão descaracterizando a nossa cultura. Essa é a opinião de Fernando Mangarielo, diretor da editora Alfa-Omega e participante da IV Bienal Internacional do livro, que acredita ser necessária a adoção de medidas urgentes para “salvar a literatura e a indústria editorial nacionais” (*ESTADÃO*, 15/08/1976).

Dentre as medidas sugeridas por Fernando, destaca-se a criação de um “órgão pelo Ministério da Educação e Cultura”, como o objetivo de centralizar a “compra de livros de editores e escritores nacionais, dotando todos os municípios de verba própria para criarem a sua biblio-

teca”. Dessa forma, na opinião de Fernando, “os editores já teriam a garantia de uma tiragem de quatro mil exemplares – considerando um para cada município – e, paralelamente a isso, a possibilidade de baratear o preço do livro” (*ESTADÃO*, 15/08/1976).

Ainda na mesma fonte é possível perceber certo pessimismo de Fernando, caso nada fosse feito para valorizar o autor nacional:

Caso contrário – diz Mangarielo – continuaremos a assistir a invasão das traduções, que constituem um investimento comercialmente seguro, pois o editor, normalmente, só acredita no autor brasileiro quando este chega em seu escritório com a prova de que, numa edição auto financiada, conseguiu vender dois mil exemplares. O do nacional pode ser pela simples observação das capas – afirma. Enquanto as capas dos livros de escritores estrangeiros são rebuscadas, coloridas, o autor nacional, normalmente, consegue apenas uma capa pobre com duas ou três cores (*ESTADÃO*, 15/08/1976).

Essa preocupação com o autor nacional mostra o engajamento de Fernando com a produção brasileira. Claudete, por ficar mais voltada ao trabalho burocrático da empresa, acabou na aparecendo nesses periódicos. Mas os dois são exemplos de “intelectuais mediadores”. Diante de um cenário marcado por grandes editoras, que favoreciam publicações de autores já renomados ou traduções de grandes clássicos, a Alfa-Omega vinha na contramão, trabalhando em defesa do reconhecimento dos autores nacionais que, por diversos fatores, estavam fora do circuito comercial.

Tal característica pode ser percebida no catálogo construído pelos pesquisadores Flamarion Maués, João Nery e Sandra Reimão (2015, pp.169-190). Como a editora não tem um registro de todos os títulos publicados ao longo da sua história, os pesquisadores realizaram uma pesquisa minuciosa para construir um catálogo dos três primeiros anos. O catálogo é composto por quarenta e quatro títulos. Nele, apenas dois autores estrangeiros podem ser vistos: o peruano e ativista político José Carlos Mariátegui; e o armênio e filósofo Jacob Bazarian. Mariátegui é o autor de *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (1975); e Bazarian, que veio ainda bem jovem para Brasil, é o autor de *Intuição Heurística: uma análise científica da intuição criadora* (1973).

Ainda compõe o catálogo títulos como: *Quatro Cantos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados* (1973), de Álvaro Alves de Faria; *Café e Ferrovias* (2ª. ed.) (1974), de Odilon Nogueira de Matos; *Sociologia e Sociedade no Brasil* (1975), de Otavio Ianni; *História Sincera da República*, volumes 1, 2, 3 e 4 (1976), de Leôncio Basbaum; *Assim Escrevem os Catarinenses* (1976), organização de Emanuel Medeiros Vieira (MAUÉS, NERY e REIMÃO, 2015, pp.169-190).

Não cabe uma análise exaustiva e minuciosa do catálogo. Entretanto, para exemplificar e destacar esse acolhimento da Alfa-Omega para com os autores nacionais, o título *Assim Escrevem os Catarinenses*, é uma boa referência. A obra faz parte de uma coleção intitulada Antologias, composta por outros volumes, como, *Assim Escrevem os Gaúchos* (1976), organizada por Janer Cristaldo; *Assim Escrevem os Paulistas* (1977), organizada por Hamilton Trevisan;

*Assim Escrevem os Paranaenses* (1978), organizada por Domingos Pellegrini Jr. A ideia central do projeto foi reunir contos brasileiros. Para isso, os organizadores de cada título realizaram um mapeamento da produção literária regional. A partir deste levantamento, cada região descrita no título foi contemplada com um trabalho rico, com a participação de diversos autores, muitos desconhecidos do grande público.

Na coleção, é interessante observar que a editora e os organizadores tiveram a preocupação em fazer uma breve apresentação dos autores. Cada autor foi mostrado através de uma fotografia e uma breve biografia. Essa estratégia, utilizada pelos organizadores, foi muito feliz, pois permitiu tornar os autores conhecidos, assim como, trazê-los para perto dos leitores.

Essa coleção, destacada aqui, foi só um exemplo da preocupação dos editores da Alfa-Omega em dar voz e espaço para os autores que estavam fora do circuito comercial. Analisando ainda o catálogo, outros exemplos podem ser conferidos, mas por uma questão de recorte, não serão evidenciados neste momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmei logo no início do texto, objetivo foi apresentar apenas uma pequena parte do que venho estudando nos últimos meses. Vale destacar que a pesquisa ainda está em andamento. Portanto, a reflexão trazida aqui não é um retrato exaustivo ou mesmo conclusivo, trata-se de uma consideração preliminar.

Foi possível perceber nessas resumidas linhas que os editores da Alfa-Omega escolheram um caminho diferente das editoras já consolidadas no mercado. Enquanto as casas tradicionais privilegiaram em seu catálogo as traduções de obras estrangeiras e os clássicos da literatura; a Alfa-Omega apostou no autor nacional, alguns, até mesmo, desconhecidos do grande público. Decidiu trazer temas políticos que estavam na pauta das principais discussões da época, assim como, valorizar a história e a cultura regional do país.

O papel desempenhado pelos editores já foi reconhecido por outros pesquisadores. Flamarion Maués, João Nery e Sandra Reimão, por exemplo, consideraram Fernando e Claudete como “exemplos de produtores culturais de resistência e persistência, mantendo-se fiéis a uma linha editorial engajada à esquerda” (2015, pp.169-190).

Por fim, gostaria de destacar que a editora Alfa Omega ainda hoje está em plena atividade. Com um catálogo amplo, as publicações estão inseridas em seções como: Antologias; Biografias; Crônicas; Direito; Filosofia; História; Jornalismo; Literatura Brasileira; e Memórias. O trabalho realizado pelos editores ao longo dos seus 47 anos, fez com que a Alfa-Omega se tornasse uma referência, contribuindo com o pensamento crítico brasileiro.



## NOTA

\* Bolsista FAPERJ e doutorando em História Social – UERJ/FFP. E-mail: gustavouerj2018@gmail.com

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

“Alfa-Omega” Vai Defender Autores. In: **O Estado de São Paulo – Estadão**, São Paulo, 14 de março de 1973. Disponível na internet, no Acervo Digital do *Estadão*, via: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730314-30047-nac-0007-999-7-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 10/08/2018. Essa fonte encontra-se no acervo digital do jornal *Estadão*. Para ter acesso é preciso se cadastrar no site do jornal ou ser assinante.

Editor Prova que Autor Nacional é Bom Negócio. In: **O Estado de São Paulo – Estadão**, São Paulo, 24 de abril de 1976. Disponível na internet, no Acervo Digital do *Estadão*, via: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760424-31007-nac-0010-999-10-not/busca/Fernando>. Acesso em: 11/08/2018. Essa fonte encontra-se no acervo digital do jornal *Estadão*. Para ter acesso é preciso se cadastrar no site do jornal ou ser assinante.

FARIA, Álvaro de. Leitura. In: **Diário da Noite**, São Paulo, 14 de março de 1973. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, via: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961\\_05&pagfis=22489](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_05&pagfis=22489). Acesso em: 04/08/2018.

LUPPI, Carlos Alberto. O Autor Nacional Bem Administrado Vende. In: **Jornal do Brasil**, 25 de maio de 1976. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, via: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=141141](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=141141). Acesso em: 05/08/2018.

Na Bienal do Livro, a Indústria da Cultura – Editores Nacionais Lutam pelo Mercado. São Paulo, 15 de agosto de 1976. In: **O Estado de São Paulo – Estadão**. Disponível na internet, no Acervo Digital do *Estadão*, via: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760815-31104-nac-0028-999-28-not/busca/Fernando+Mangarielo>. Acesso em: 10/08/2018. Essa fonte encontra-se no acervo digital do jornal *Estadão*. Para ter acesso é preciso se cadastrar no site do jornal ou ser assinante.

### Site:

[https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=4701](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/trabalho/view?ID_TRABALHO=4701). Acesso: 02/07/2020.

### Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: *SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAGÃO, Eloísa. A Editora Alfa-Omega nos Anos de Chumbo: entrevista com Fernando Mangarielo. In: **Oralidades – Revista de História Oral**, nº 02. São Paulo: Universidade de

São Paulo - USP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Censura na Lei e na Marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências.** São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, Mediação Cultural e Projetos Políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAUÉS, Flamarion. **Livros Contra a Ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias; REIMÃO, Sandra. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. In: **Intercom**, São Paulo, vol. 38, n. 01, pp. 169-190, jan./jun. 2015. Disponível na Internet via: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2210>. Acesso em: 19/01/2019.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Vol. 4. Rio de Janeiro, 2003.

# VIRGÍNIUS DA GAMA E MELO *POST MORTEM*: O CAMPO DE PRODUÇÃO CULTURAL E UM PROJETO INTELECTUAL

Laércio Teodoro da Silva\*

Virgínius Figueiredo da Gama e Melo foi um advogado e escritor paraibano. Nasceu em 19 de outubro de 1923, na capital, então cidade da Parahyba, e pertenceu a uma família de governadores e senadores, fato que marcou de forma conflituosa a sua vida. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, mas pouco atuou na área. Passou a ganhar notoriedade escrevendo para periódicos de Pernambuco e da Paraíba, além de colaborar esporadicamente com jornais de outros estados. Era possível encontrar vários artigos diferentes de Virgínius publicados diariamente por jornais diferentes por todo o país. É seguindo as representações e vestígios deixados por esse *homem de letras* que o presente trabalho se propõe analisar as problemáticas que emergem das biografias e escritas de si de Virgínius. Atentar para as representações que foram construídas em torno desse sujeito, bem como a sua própria escrita sobre si, permite decompor sua trajetória, compreender a construção de uma escrita de história de vida e a construção do sujeito intelectual e suas representações.

Tal imagem de *intelectual consagrado* não se obtém da noite para o dia, principalmente num campo marcado por tradições, nomes firmados e disputas. Tal investidura é fruto de processos históricos. Entender a consagração dentro de um campo enquanto um processo indefinido dentro da trajetória de um sujeito vai de encontro à visão cristalizada que se tem em torno de Virgínius. A consagração obtida em vida foi sendo galgada em diferentes momentos de sua trajetória, não surgiu com seu nascimento, e envolveu jogos de interesses, disputas, embates e concessões. Nem sempre Virgínius recebeu como tratamento o epíteto de *crítico renomado*, *intelectual consagrado*, ou congêneres que o destacavam no cenário literário.

Nesses processos de consagração imbricam-se a vida e a glória póstuma do escritor. O próprio Virgínius da Gama e Melo, ao refletir sobre o poeta paraibano Pereira da Silva, primeiro paraibano a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, sua consagração no início do século XX e o silenciamento do seu nome no decorrer do século, ajuda-nos a refletir sobre os destinos dos homens de letras:

Destino de escritor é destino vário. Mutável em vida e também mutável em glória póstuma. Muitos, a vida inteira não são conhecidos – só a morte os revela. Outros possuem extraordinário prestígio em vida, grande favor do público, e o tempo faz cinzas de sua obra como a morte lhes fizera antes aos corpos. Há também os que ressuscitam, às vezes subitamente e como um vendaval, um relâmpago, durando um só instante. Outros têm ressuscit-

reição mais demorada, permanecem mais longamente. (LITERATURA E VIDA. 24 de julho de 1964, p. 6)

Virgínius da Gama e Melo refletia um exemplo em específico, a do poeta Pereira da Silva, que em vida experimentou a glória, mas no tempo de Virgínius pouco se falava nesse poeta paraibano. Porém, o crítico também entendia esse processo de projeção do nome de um autor, como também o seu apagamento, como parte da lógica do campo literário. E como integrante deste campo, estaria envolto nesta dinâmica.

Virgínius da Gama e Melo fixou a sua imagem na memória da cultura paraibana e a cultura paraibana não cessa de lançar seus olhares sobre essa personagem. Em vida, Virgínius procurou construir e projetar uma autoimagem oficial para a o campo de produção cultural, para a sociedade como um todo e para a posteridade. Entende-se que, na busca dos sujeitos em projetar uma imagem, há a necessidade de fazê-la coesa, que atenda aos anseios pessoais e sociais. Porém, compreende-se também que tal busca recai numa ilusão. A busca pela autobiografia cronologicamente coerente e sem contradições é perpassada por escolhas e censuras. Lançar um olhar crítico sobre essas autorrepresentações permite compreender melhor os sujeitos e suas multiplicidades.

Virgínius da Gama e Melo dedicou parte de sua trajetória a fazer o seu nome ser reconhecido, perpassando, inclusive, as questões mais pessoais e íntimas. Vivenciou os louros da consagração, mas não sem os percalços advindos dos embates próprios de um campo marcado por disputas. Seu nome passou a ser envolto por um simbolismo e toda uma carga de representações.

As biografias e demais representações tendem a naturalizar a imagem do intelectual, como se o reconhecimento e consagração que Virgínius alcançou fosse atemporal. Entender os processos intrínsecos do campo na promoção de seus agentes ajuda a situar e entender as imagens que foram sendo apropriadas para a escrita da história dessa personagem.

A consagração de sua figura em vida e de sua memória póstuma é fruto de um investimento que envolve sujeitos e seus interesses, sendo o próprio Virgínius personagem central desse processo. A compreensão desses sujeitos históricos em sua complexidade passa pela investigação do espaço no qual ele se inseriu e as operações que envolvem a construção de seus agentes, suas ações e os bens simbólicos do campo. Luigi Bonafé coloca que “o historiador que se depara com este tipo de ‘canonização’ deve compreendê-lo como construção histórica, desvelando operações mnemônicas e suas formas de enunciação” (2008, P. 17). O autor ainda coloca que tratar os heróis como construções históricas, perseguindo “os atores que promoveram sua consagração” – e, aqui, entende-se Virgínius da Gama e Melo como protagonista desse processo –, identificando “os vários momentos em que sua figura mitológica é imbuída de significados e analisar as mutações que sofrem ao longo do tempo são procedimentos típicos daquilo que se tem chamado de ‘nova história política’” (BONAFÉ, 2008, p. 22). É dentro dessa seara que se

enquadra a “História Intelectual”, que se tornou ao longo dos anos um campo histórico autônomo, mas que está “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Essa perspectiva emergiu principalmente “devido ao papel desempenhando por eles [os intelectuais] sobretudo a partir de 1945” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Virgínius da Gama e Melo é concebido a partir de um cenário complexo, o que Pierre Bourdieu denominou de *campo de produção cultural*. A noção de *campo de produção cultural* é tomada de forma abrangente por entender que, no contexto analisado, comporta a relação entre literatos, artistas e intelectuais. Logo, esse campo abrangente pode se referir, dependendo do olhar, ao campo artístico, literário ou intelectual, porém, todos trazendo a noção de campo como uma rede de agentes e bens que atendem às especificidades objetivas que regem as relações dentro do próprio campo. Como veremos, Virgínius transitou por diversos espaços, bem como concentrou em torno de sua figura agentes de diversos campos. Além das inúmeras práticas e saberes que desempenhou. Seja ele literário, intelectual ou político, entre outros, os campos são vistos como espaços de disputa de poderes, com ritualizações próprias e com a capacidade de construir discursos de verdade. Os campos possuem semelhanças uns com os outros, mas cada qual possui suas especificidades e autonomia e devem ser vistos em constante reestruturação.

O *campo de produção cultural* é marcado por disputas em torno de legitimidade e “guerras de representações”. Segundo Chartier, representações são “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). Por meio dessas representações, é possível compreender as diversas relações dos agentes e suas posições no campo, além de se ver como se configuram as lutas simbólicas interiores do campo literário. Entende-se os artefatos, escritos e demais obras produzidas pelos próprios agentes como os meios pelos quais há a produção e reprodução de um “discurso autorizado” dentro do campo, nos termos de Bourdieu (1996<sup>a</sup>), que funciona como elemento de legitimação de práticas e representações dos agentes e seus grupos e instituições que compõem o campo. A escrita de biografias entra nessa seara. Escritas pelos próprios agentes, visam construir lugares de destaque para seus pares dentro da história do próprio campo, relegando a outros o silenciamento ou um pequeno pedaço na historiografia. As biografias que se colocam como falas autorizadas, por partirem, principalmente, de pessoas que conviveram com o escritor, constroem, dentro de seus objetivos específicos, uma imagem de um sujeito múltiplo em seus talentos de homem de letras. Porém, recaem numa *ilusão* da personagem sem contradições enquanto figura humana.

Os agentes se materializam por meio da crítica literária (gênero do qual Virgínius foi representante), pelos prefácios, pelo mercado editorial, pelas obras memorialísticas, biografias e estudos que analisam as obras do autor. Virgínius se torna protagonista desse processo por meio de uma *escrita de si*, que se expressa pelos escritos autobiográficos, currículos que elaborou, o “arquivo do eu” que desenvolveu, pelas obras que escreveu e pelas redes que construiu ou nas

quais se inseriu. São construções que são retomadas e reelaboradas incansavelmente no decorrer dos anos.

Em vida, Virgínius procurou construir e projetar uma autoimagem oficial para a o campo de produção cultural, para a sociedade como um todo e para a posteridade. Entende-se que, na busca dos sujeitos em projetar uma imagem, há a necessidade de fazê-la coesa, que atenda aos anseios pessoais e sociais. Porém, compreende-se também que tal busca recai numa ilusão. A busca pela autobiografia cronologicamente coerente e sem contradições é perpassada por escolhas e censuras. Lançar um olhar crítico sobre essas autorrepresentações permite compreender melhor os sujeitos e suas multiplicidades.

Virgínius da Gama e Melo dedicou parte de sua trajetória a fazer o seu nome ser reconhecido, perpassando, inclusive, as questões mais pessoais e íntimas. Vivenciou os louros da consagração, mas não sem os percalços advindos dos embates próprios de um campo marcado por disputas. Seu nome passou a ser envolto por um simbolismo e toda uma carga de representações.

Nos anos 1960 Virgínius já começava a ser tratado entre os agentes do próprio campo como um escritor de talento. Notas que o apresentavam, por exemplo, como o “crítico literário da Batista Leite (no Rogers), mas, de repercussão nacional” (ENQUETE, 15 de outubro de 1963, p. 2), passaram circular e cada vez mais foram aparecendo como parte da qualificação de Virgínius, até que este adquiriu o caráter de *nome próprio*. Além disso, seu nome foi ocupando diariamente as páginas dos jornais locais por meio de suas críticas.

A imagem que Virgínius projetou de si, mas também as representações que circulavam durante a sua vida, somaram-se às memórias advindas dos sujeitos que conviveram com ele e passaram a reconstruir constantemente a imagem que tinham dessa personagem. Algumas reproduzindo o que Virgínius projetou, outras originais e tantas outras que buscaram revelar um Virgínius mais íntimo, mas todas tentaram projetar uma história oficial do sujeito. E por elas perpassam uma “naturalização” da sua intelectualidade.

A face intelectual foi concebida a partir da naturalização do lugar que ele ocupou em certo momento de sua trajetória. A sua intelectualidade aparece como uma característica atemporal, que o acompanhava como um dom. Esse teria sido o “caminho a que se destinou” (RODRIGUES; COUTINHO, 2000, p. 10). Ele seria um “intelectual puro” (CRISPIM In DUARTE, 1987, p. 3), de talento nato e, por isso mesmo, o seu *destino manifesto* era ser um ilustre escritor.

Em alguns casos, ocorre o choque entre as faces do sujeito, que concebia como algo contraditório a boemia e a intelectualidade. Esse embate surgiu, justamente, dos interesses específicos de cada projeto em torno da escrita da história de Virgínius. Talvez seja uma “herança” do próprio Virgínius, que construiu sua autoimagem atendendo objetivos que variavam conforme os contextos.

Um indivíduo é múltiplo, porém a busca por uma imagem una e coerente tornava muitas vezes conflituosas as faces boêmia e intelectual. Nesses projetos, o desafio maior era harmonizar esse sujeito fragmentado. Tais representações partiram, em sua maioria, dos próprios agentes que orbitaram a figura de Virgínius da Gama e Melo, fazendo parte da parcela dominante do campo de produção cultural, cujos laços de amizade simbolizavam relações afetivas e “contratos” firmados dentro deste espaço.

Foi a partir da sua *imaterialização* que se assistiu uma nova *materialização* da personagem. Virgínius da Gama e Melo faleceu no final da tarde de 1º de agosto de 1975. Os jornais do dia seguinte já traziam estampados na capa a trágica notícia e apresentando um cenário de comoção que tomava conta da sociedade paraibana.

O jornal *A União* anunciava a morte “Paraíba lamenta a morte de Virgínius”. A manchete curta e direta dava a entender que o falecido era uma pessoa que dispensa maiores apresentações. A capa ainda trazia uma foto do escritor e um breve relato das circunstâncias da morte:

uma insuficiência circulatória registrada às 19 horas no Prontocor, antecedida de mal súbito que começou em sua residência, matou ontem o escritor, crítico literário e jornalista Virgínius da Gama e Melo, colunista de A UNIÃO que chegou a obter seis prêmios literários nacional, publicou quatro obras importantes, participou de seus filmes e dedicou-se à cadeira de Teoria de Literatura da UFPB, além de pertencer a inúmeras entidades culturais. (PARAÍBA LAMENTA..., 2 de agosto de 1975, p. 1)

A notícia de capa ainda dava informes sobre o velório e sepultamento para, em seguida, voltar a falar sobre quem foi Virgínius da Gama e Melo, destacando duas sessões: “O Intelectual” e “O Jornalista e Boêmio”:

#### O INTELECTUAL

No ano passado, a Universidade Federal da Paraíba havia convidado o escritor para escrever a História Cultural e Literária da Paraíba. E para segunda-feira estava programada a apresentação que ele faria do livro de poemas *Quarto Minguante*, do ministro José Américo de Almeida.

Detentor de seis prêmios nacionais [...], ele era para todos os círculos intelectuais de João Pessoa o eterno mestre Gama.

[...]

Pertencia à Academia Paraibana de Letras e, inclusive, a instituto ligado à UNESCO.

#### O JORNALISTA E BOEMIO

Com sua morte desaparece também uma fase da boemia pessoense, que teve no encontro de intelectuais e jornalistas, na antiga Churrascaria Bambu, durante as madrugadas das duas últimas décadas, a característica principal. Ontem à noite, alguns dos seus representantes foram os primeiros a chegar à casa do escritor: Celso Novais, Severino Ramos, Paulo Melo, Gonzaga Rodrigues, Otinaldo Lourenço, Linduarte Noronha e outros. (PARAÍBA LAMENTA..., 2 de agosto de 1975, p. 1)

Vemos então que notícia trazia uma imagem que se fez constante nas narrativas que se seguiram à sua morte e que girava em torno dos projetos que Virgínius iria realizar e do sujeito que ele ainda poderia e viria a ser. Também se discutia o que a sua morte significaria em termos práticos para a cultura paraibana, destacando, ainda, os filmes dos quais ele participou da produção, sua colaboração com os periódicos da Paraíba e do restante do Brasil, os nomes de seus pais e sua data de nascimento.

O *Correio da Paraíba* noticiava “Virgínius morreu no Prontocor”. O fato de também trazer uma manchete que partia da premissa de que o nome “Virgínius” bastava para saber de quem se falava, visto que o seu reconhecimento seria uma verdade incontestada, como também era uma forma de afirmar essa ideia. A notícia, também na primeira página, tratava de justificar essa visão ao falar “Quem era” Virgínius:

Pouquíssimas pessoas, na Paraíba, desconhecem o autor de “Tempo de Vingança” e, para essas pessoas, um rápido histórico de Virgínius.

Nascido a 19 de outubro de 1922, Virgínius Figueiredo da Gama e Melo era Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife; jornalista e crítico literário; professor de Literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba; membro da Associação Paraibana de Letras da Paraíba; membro do Conselho de Cultura do Estado, etc. (VIRGÍNIUS MORREU..., 2 de agosto de 1975, p. 1)

A morte era tomada como um momento de reconhecimento do seu valor para a cultura, bem como para os seus amigos e admiradores. Mas, acima de tudo, um novo momento, ou um novo processo de consagração. Essa construção de uma narrativa acerca do cotidiano desse intelectual, por exemplo, é central no artigo e visava fabricar a imagem mítica de um intelectual com poderes sobre-humanos. De outro lado, evidencia uma política de relações, de estabelecimento e fortalecimento de laços e vínculos afetivos e intelectuais, nos quais Virgínius seria uma personagem central.

Deve-se tomar essas manchetes para além de um noticiário. Os necrológios da morte de Virgínius da Gama e Melo foram, acima de tudo, textos consagradores da trajetória do sujeito, concebidos a partir da imagem que o escritor e o campo construíram durante a sua vida, e objetivavam a sobrevivência dessa memória e da sua obra. E tal memória não poderia trazer contradições ou fatos que ameaçassem a imagem reconhecida, coesa e positiva que deveria ser perpetuada.

Após a morte de Virgínius da Gama e Melo, e até a atualidade, assistiram-se inúmeras homenagens. E todas partindo daqueles que conviveram com o escritor ou de instituições que, de alguma forma, tinham a sua imagem ligada à de Virgínius. É possível associar todas as homenagens e projetos envolvendo a história de Virgínius aos sujeitos que compuseram suas redes de sociabilidade, que se empenharam em demarcar seus lugares ao lado da imagem produzida de Virgínius da Gama e Melo. O jornal *O Norte*, do dia 3 de agosto, por exemplo, trouxe inúmeros depoimentos dos amigos do escritor, como Evandro Nóbrega, José Américo de Almeida, Ivan



Bichara, Eilzo Matos, Pedro Santos, entre outros, que, em comum, compartilhavam a consternação pela perda, falavam de seus laços amistosos com o escritor e a lacuna que deixaria na cultura paraibana devido à ausência física, pois a sua obra seria imortal.

Percebe-se que, para esses agentes, a imortalidade estaria condicionada a ações diretas, e estas começaram a ser efetivadas nos dias seguintes ao falecimento. No dia 7 de agosto, o Conselho Estadual de Cultura, do qual o escritor era membro e ex-presidente, aprovou requerimento de Paulo Melo, que propunha que a Casa do Conselho passasse a se chamar “Virgínius da Gama e Melo”. Na resolução, o conselheiro Paulo Melo justificava

os méritos indiscutíveis de Virgínius da Gama e Melo, reconhecidamente um dos maiores nomes da história literária brasileira, que ele era o único integrante do Conselho Estadual de Cultura desde sua fundação, ocorrido há 10 anos atrás, além de considerar um imperativo, prestar ao intelectual uma homenagem que se perpetue através dos tempos. (O Norte, 7 de agosto de 1975, p. 1)

No dia 12 de agosto de 1975 o jornal *O Norte* noticiou que o vereador Derivaldo havia apresentado projeto de lei dando o nome do escritor Virgínius da Gama e Melo a uma das ruas de João Pessoa. Além de congratular o jornal por “vir divulgando, diariamente, crônicas” do escritor (O Norte, 12/8/1975, p. 1). A Câmara Municipal da cidade Patos, no interior da Paraíba, aprovou projeto dando o nome do escritor a uma das ruas da cidade.

A imagem mais recorrente associada à Virgínius da Gama e Melo era a do *menestrel*. Era um tratamento afetivo e que marcou sua trajetória. Waldemar Duarte, em sua biografia sobre o escritor, trás a imagem que perpassa as representações em torno de Virgínius e explica como, possivelmente, essa imagem de menestrel surgiu:

“Virgínius da Gama e MELO, o intelectual mais badalado, em todos os tempos, que a Paraíba possui, recebeu há poucos anos passados a carinhosa alcunha de **Menestrel**. Esse **nick-name**, de feliz aplicação, foi de autoria (se a memória não me falha) do jornalista Gonzaga Rodrigues, um dos dedicados amigos e admiradores de Virgínius. A verdade é que o **apelido** pegou (seja Gonzaga Rodrigues, Natanael Alves ou Ipojuca Pontes) e pegou para ficar. Sempre que alguém a ele se referia não esquecia de lhe dar o tratamento afetivo – de amizade, carinho e admiração. (...)Essa alcunha de Menestrel, pespegada incondicionalmente, simbolizava a intenção carinhosa do tratamento mais lisonjeiro. Não sabemos, no entanto, do ponto de vista semântico ou mesmo literário, qual fora a intenção do seu autor”. (1987, p. 5)

À imagem do “intelectual nato” associava-se ao de menestrel e boêmio. Um homem das letras que sempre era encontrado em bares discutindo literatura, tomando cerveja e fumando cigarro. E ao seu redor admiradores, seguidores e outros intelectuais. A boemia é um dos traços marcantes do seu perfil construído por amigos, familiares e biógrafos, e desperta diversas leituras. Para Rodrigues e Coutinho, o escritor era “de hábitos boêmios, fumante fervoroso e bebedor muitas vezes incoerente, incorrigível, era uma pessoa assediada por todos em João Pes-

soas e mantinha relações de amizade em todas as classes sociais” (2000, p. 32). Os seus hábitos boêmios são apresentados hora, como traços intrínsecos de sua personalidade e precursores de episódios centrais de sua vida, como no final da década de 1950, quando esteve recluso para tratamento de uma pneumonia fruto de seus hábitos de fumante e que serviu para se dedicar a estudos, hora como motivos para abordar eventos anedóticos envolvendo seu nome, como narrativas sobre possíveis episódios de embriaguez.

Muitas das falas encontradas evidenciam um conflito e parecem encarar como faces antagônicas o caráter intelectual e boêmio do sujeito. Porém, o caminho a ser percorrido não é procurar qual a face prevaleceu no sujeito Virgínius. As representações (CHARTIER, 1990) sobre o escritor muito mais que comunicar quem foi Virgínius da Gama e Melo, dizem muito sobre os sujeitos que constroem essas representações e os sentimentos que o escritor despertou sobre elas. Assim, como é central no percurso de entender as (auto)biografias, analisar os interesses em torno dessas construções, a de perpetuar uma memória histórica do sujeito e, a partir desse entendimento, observar de onde partem essas construções, se de um amigo de redação, colega de universidade, amigo de bares, familiar, ou representante de instituições. Tanto a busca pela “unidade do eu”, de uma identidade, quanto o que aparece como conflituoso para os sujeitos e suas representações sobre Virgínius é tomado como matéria central na decomposição do seu perfil biográfico.

Os necrológios, as homenagens e projetos que se deram logo após a morte do escritor, bem como os que seguiram anos e décadas depois, trataram de heroicizar, mitificar e monumentalizar Virgínius da Gama e Melo. Também era possível perceber a construção de um mito em torno de seu nome, que em muito partiam das suas histórias de boemia, das suas excentricidades e de uma possível doação da própria vida às causas culturais. Para Waldemar Duarte, Virgínius precisava “ser perpetuado em monumento, em praça pública” (DUARTE, 1985 In: DUARTE, 1987, p.26).

Tanto no sentido figurado, quanto nos projetos que se efetivam, ou que não saíram do papel, a memória em torno de Virgínius poderia ser entendida a partir do “Poema olhando a posteridade de Virgínius (mas que poderá servir para outros de seu timbre)”, uma das várias composições do poeta, e amigo do escritor, Eulajose Dias de Araújo:

Se a posteridade tiver/ de fazer um busto sem rumo/ é melhor não fazer o busto/ para não fugir do prumo,/ o prumo absoluto/ de todo homem ilustre.  
Se a posteridade tiver/ de fazer um busto de rumo/ que arrume o busto,/ que siga a prumo/ ao homem absoluto...  
e não esqueça ainda/ a posteridade/ de botar o busto/ numa praça/ sob o abrigo/ do sol e da chuva/ para o homem (busto)/ não morrer de luto. (Correio das Artes, 10 de agosto de 1983, p. 7)

A compreensão do nome de Virgínius da Gama e Melo passa pela compreensão da própria fragmentação experimentada ao longo da vida e expressa numa escrita de si, como pela análise

das representações em torno do sujeito e que, possivelmente, contribuíram para uma busca de unidade na “produção do eu” quando as experimentou em vida, e a apreensão das representações que vieram postumamente.

## NOTA

\* Doutor em História pelo PPGH-UFPE. E-mail: laercioeteorohistoria@gmail.com

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. **Virgínius Figueiredo da Gama e Melo: Perfil Biobibliográfico**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1991.
- BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República**. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982, p.183-202.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- DUARTE, Waldemar. **O menestrel Virgínius da Gama e Melo**. João Pessoa: Editora A União, 1987.
- ENQUETE. *A União*. João Pessoa, 15 de outubro de 1963. p. 2.
- MELO, Virgínius da Gama e. Literatura e vida. **A União**, João Pessoa, p. 6, 24 jul. 1964.
- PARAÍBA LAMENTA LAMENTA MORTE DE VÍRGÍNIUS. *A União*. João Pessoa: 2 de agosto de 1975, p. 1.
- RODRIGUES, José Edmilson; COUTINHO, Maria de Fátima. **Paraíba** – Nomes do século – Virgínius da Gama e Melo. João Pessoa: Editora A União, 2000.
- SIRINELLI, Jean-Fraçois. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.
- VIRGÍNIUS MORREU NO PRONTOCOR. *Correio da Paraíba*. João Pessoa: 2 de agosto de 1972, p. 1.

# ST 9

## ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DE SABERES E FAZERES DOS PROFISSIONAIS DA HISTÓRIA

Prof. Ms. Danilo Alves da Silva  
Profa. Ms. Daniela Medeiros da Silva



# O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DE PODCASTS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DA HISTÓRIA PÚBLICA A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DO PODCAST SENTA QUE LÁ VEM HISTÓRIA

Gabriela Castro de Lima<sup>1</sup>

José Miguel Holderbaum Ferrari<sup>2</sup>

Priscilla Gontijo Leite<sup>3</sup>

## RESUMO

O podcast *Senta Que Lá Vem História*, projeto de extensão vinculado à Universidade Federal da Paraíba e selecionado pelo Governo da Paraíba através da Secretaria de Estado da Cultura no edital #CulturaPBnaWeb, atua no âmbito da História Pública, produzindo e disponibilizando gratuitamente material em formato de áudio com conteúdo de diversas temáticas abordados sob a perspectiva histórica.

A História Pública é um campo historiográfico ao qual são atribuídos diversos usos e significados. O termo compreende os vieses acadêmico e profissional, é a partir da delimitação de qual das duas práticas estão sendo abordadas, que se dá a definição do conceito. A terminologia surge em meados dos anos 1970 nos EUA e se difunde a princípio para a Austrália e Grã-Bretanha, alcançando posteriormente outros países. No entanto, naquele momento, o intuito era de inclusão dos historiadores formados ao mercado de trabalho. Atualmente, entende-se História Pública como o esforço afim de tornar acessível ao maior número de pessoas a produção acadêmica relacionada à área da história. Dentre os pesquisadores e as pesquisadoras que se debruçaram sobre a discussão ou estão sendo referidos na mesma, podemos citar: Jill Liddington, Juniele Rabêlo dse Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. No que diz respeito às ferramentas que possibilitam alcançar o objetivo dos historiadores públicos ou da própria História Pública, estão os podcasts.

O objetivo desta comunicação é apresentar o podcast *Senta Que Lá Vem História* a partir de seu diálogo com a História Pública, pensar o fenômeno dos podcasts aliado ao ensino de história, discutir as metodologias e expor os resultados parciais obtidos pelo projeto.

**Palavras-chave:** História Pública. Podcasts. Ensino de História.

## INTRODUÇÃO

De início, o objetivo deste texto é apresentar o podcast *Senta Que Lá Vem História*<sup>4</sup>, projeto de extensão composto por professores e alunos do curso de História da UFPB que atuam produzindo e disponibilizando, gratuitamente, material em formato de áudio com conteúdo de diversas temáticas abordadas sob a perspectiva histórica, a partir de seu diálogo com a História Pública. Também no projeto nos dedicamos a pensar o fenômeno dos podcasts aliado ao Ensino de História, bem como a discutir suas metodologias.

Para expor os resultados parciais obtidos pelo projeto de extensão, se faz necessário apresentar e discutir um panorama introdutório acerca da conceituação de História Pública e definir como este campo permite, a nós historiadores e historiadoras, olhar para os fatores relacionados ao Ensino de História e a ampliação e inserção do conhecimento histórico nos espaços públicos, em um mundo cada vez mais conectado e globalizado.

## O CONTEXTO DA HISTÓRIA PÚBLICA

Em um primeiro momento, a História Pública surge como conceito nos EUA, a partir dos estudos do historiador Robert Kelley, na metade final dos anos 70, com o propósito de ampliar à empregabilidade dos historiadores por meio da atuação destes fora da academia. A partir de então, o campo foi se ampliando para além das questões empregatícias, de modo a incorporar em seus objetivos práticos e teóricos preocupações em estender o alcance público da História e disseminar a produção de um conhecimento com métodos historiográficos concisos. Isto posto, ao contextualizar os últimos 50 anos de discussões e definições da História Pública como uma área de atuação consolidada, com as diversas novas formas de comunicação e inovações tecnológicas dentre as quais se observa, principalmente, a Internet e a sua popularização a partir da década de 1990, tem-se no âmbito da História Pública, conseqüentemente, uma área cada vez mais fértil pra atuação dos historiadores e historiadoras hoje.

No Brasil, sobretudo a partir de 2010, a História Pública começa a se destacar por meio da realização de eventos e seminários, assim como pela publicação de livros relacionados ao assunto dentre os quais, vale destacar, *Introdução a História Pública*, de 2011, cuja organização é de Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, e também, *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, de 2016, organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago e que propõe reflexões sobre a História Pública em diversos temas que vão desde tradições e cultura popular até o Ensino de História e o Mundo Digital.

Deste modo, é notável perceber que a História Pública, ainda que um campo cuja vastidão e abrangência prática e teórica contribuam para que este tenha mais formulações do que respostas concretas, nos permite, de certa forma, uma flexibilidade considerável durante o processo de escolha e produção de um projeto de pesquisa ou uma metodologia de ensino, podendo se

integrar, de maneira oportuna, ao Ensino de História e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) por meio de ferramentas como vídeos, animações, quadrinhos, etc., bem como o objeto de nosso maior interesse: os podcasts.

## **OS PODCASTS NO BRASIL E A METODOLOGIA EMPREGADA**

A priori, a ferramenta do podcast surge como uma atividade complementar para o Ensino de História tradicional na medida em que, além de ampliar os horizontes teóricos da utilização do livro didático, tanto para o professor quanto para os estudantes, também propõe uma necessária aproximação entre as Ciências Humanas, neste caso, a História, para com as emergentes novas formas de comunicação e interação social, que em sua maioria se encontram no ambiente da internet. Outro fator que contribui para a expansão do uso de podcasts como aliados no Ensino de História, trata-se da grande mobilidade de acesso a ferramenta, a qual, em virtude do caráter essencialmente sonoro dos podcasts, assim como as rádios, permite aos ouvintes o acompanhamento das produções até mesmo durante as mais variadas atividades do cotidiano. Além disso, outro aspecto de válida menção a respeito da ferramenta do podcast, trata-se da relativa “facilidade” técnica de produção da mesma, a qual, aliada com o constante processo de aprimoramento tecnológico de celulares e computadores, permite, por conseguinte, o desenvolvimento do podcast sem a extrema necessidade de utilização de grandes artefatos tecnológicos, por vezes inacessíveis, aumentando assim o potencial didático deste recurso audiovisual para o Ensino de História, assim como a consolidação deste tipo de ferramenta como um recurso com boa margem para desenvolver as produções de maneira inteiramente digital, ou remota, como feito diante do contexto pandêmico atual, sem a dependência das gravações presenciais.

Ao adentrar o campo da metodologia do projeto, faz-se necessário retomar alguns conceitos da História Pública, assim como especificar os dados estatísticos, relativos ao crescimento da produção e consumo de podcasts no Brasil e aos dados de acesso à internet e a recursos tecnológicos no país, que consolidam o podcast como uma plataforma de destaque para projetos de divulgação científica e transmissão de conhecimento na área de História. Em relação aos podcasts, pesquisas feitas pela ABPOD (Associação Brasileira de Podcasters)<sup>5</sup> e pelo IBOPE, respectivamente nos anos de 2018 e 2019, apontam que mais de 50 milhões de brasileiros já consumiram algum tipo de podcast. Uma outra pesquisa, feita pela plataforma de streaming Deezer em conjunto com outras renomadas empresas como Apple Music, Google Podcasts e Spotify, relata um crescimento de aproximadamente 67% no consumo deste tipo de recurso audiovisual no Brasil<sup>6</sup>. Tais fatores, em conjunto com a ascensão do percentual de brasileiros conectados à internet para aproximadamente 75% da população, segundo levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) em parceria com o IBGE, demonstram o aumento da abrangência da ferramenta do podcast nos últimos anos de maneira a possibilitar uma expansão

contínua deste recurso não só para fins de entretenimentos variados, como também para sua utilização como artefato de transmissão de conhecimento e aliado no Ensino de História<sup>7</sup>. Assim, em consideração a existência de uma vasta gama de recursos tecnológicos, propiciados pelo mundo digital e à disposição de boa parte dos historiadores e historiadoras que trabalham com a História Públicas, os podcasts de ensino também se encaixam neste âmbito diante das várias políticas de estimular uma maior divulgação das formas do conhecimento histórico promovidas pela área, como a historiadora Jill Liddington descreve em seu capítulo “O Que é História Pública: Os públicos e seus passados, presente na obra *Introdução a História Pública*:

Devemos, certamente, colocar a audiência no centro do palco. Os historiadores públicos - em oposição aos privados - têm consciência da audiência e provavelmente, desde o início de uma ideia ou projeto, buscam estar atentos a leitores e audiências ampliados, visando aumentar o acesso público ao passado. (LIDDINGTON, 2011, p.47.)

No mais, para além das questões relacionadas aos aspectos técnicos das etapas de produção de podcasts e a vasta capacidade de ampliação e divulgação deste recurso pela internet, a partir de experiências próprias relativas ao processo de produção e formulação do projeto em foco neste trabalho, a ferramenta do podcast, quando utilizada no ensino de História, contribui para a formação discente dos participantes na medida em que, além de incentivar uma aproximação dos futuros professores e professoras com as TIC's, já citadas anteriormente, também destaca a importância de um compromisso com a aplicação de um rigor historiográfico e métodos concisos de pesquisa e difusão de conhecimento, questões de imenso valor ao debate em torno do campo da História Pública e suas aplicações no meio digital em tempos de facilidade de acesso e divulgação de informações (ou desinformações), como afirma Jill Liddington:

A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje. Em um contexto de segmentação acadêmica e profissionalização restrita, os historiadores públicos podem fornecer uma mediação necessária, inspiradora e revigorante entre o passado e seus públicos. Os fornecedores do passado para as grandes audiências ignoram os historiadores por sua conta e risco. (LIDDINGTON, 2011, p.50.)

Por fim, a grande variedade de formatos de podcast, seja estes curtos, duradouros, humorísticos, descritivos, investigativos, dentre vários outros exemplos, representam infinitas possibilidades de utilização desta ferramenta no Ensino de História. Neste caso, em relação ao podcast *Senta Que Lá Vem História*, ao utilizar essencialmente uma metodologia baseada em um sistema de entrevistas com professores e professoras especialistas nos temas abordados nos episódios, além dos fatores relativos ao processo de pesquisa e formulação dos episódios já citados previamente, por meio deste formato também se institui uma valorosa dinâmica de interação virtual entre quem entrevista, quem está sendo entrevistado(a) e quem está ouvindo.



Assim, tal dinâmica se consolida como um importante passo rumo a uma maior aproximação entre a comunidade acadêmica e o público ouvinte de podcasts em geral.

## RESULTADOS OBTIDOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos resultados obtidos pelo projeto em seu primeiro ano de execução, ao procurar abordagens que relacionassem aspectos do passado com elementos da atualidade como, por exemplo, discussões em torno de aproximações e distanciamentos históricos entre peste negra e coronavírus, democracia grega, orientalismo em foco na China e problematizações históricas das queimadas ocorridas no Pantanal, além de temas relativos a História Cultural, pra citar alguns dos temas presentes nos 13 episódios gravados até o presente momento<sup>8</sup>, e diante do contexto de pandemia instalado no país ao longo de 2020, o projeto, ao conseguir uma regularidade no lançamento de episódios nas principais plataformas de distribuição de podcasts, obteve uma recepção positiva tanto pelos professores e professoras envolvidas, quanto pelos ouvintes exteriores aos projeto. O projeto também trabalhou em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba para o lançamento de dois episódios temáticos envolvendo a história do estado paraibano, além de ter alcançado marcas significativas de audiência e espectadores ao atingir, em um pouco mais de 8 meses de execução, cerca de 600 seguidores na rede Instagram, 187 na rede social Facebook, 167 inscritos e 2,2 mil visualizações no canal do YouTube e 289 seguidores, 1700 reproduções e o 93º podcast de História mais ouvido no Brasil na plataforma Spotify. No mais, no que diz respeito às colaborações com outros projetos de extensão e criadores de conteúdo, a rede Moderna Parahyba nos recomendou na lista “4 podcasts parahybanos para escutar”. O jornal *A União* publicou uma matéria de duas páginas sobre o podcast *Senta Que Lá Vem História*, fomos entrevistados em vídeo pela TV UFPB e pelo Estendendo o Verbo, a ASCOM UFPB e o portal Paraíba Criativa publicaram matérias sobre o projeto, a Web Rádio Porto do Capim através do podcast Jornadas gravou um episódio com a nossa equipe. Além disso, participamos da reportagem intitulada “O som do povo” sobre a alfabetização midiática, publicada pelo QO EM DIÁLOGO.

Em virtude disso, o projeto se mostrou sempre dentro das nossas metas e com os resultados obtidos, obtivemos um olhar mais profundo sobre os conteúdos que estamos produzindo e a sua relação com a proposta educacional de um curso de licenciatura e para além das questões estatísticas citadas acima, a inserção de projetos da comunidade acadêmica em geral e a criação e divulgação de conteúdos produzidos com fontes e métodos concisos de pesquisa no meio digital, caracteriza um importante ato de exercer o ofício do historiador ao ocupar espaços, que por muitas vezes no contexto atual são focos de disseminação de informações falsas e constantes negacionismos históricos, que prejudicam consequentemente a transmissão de conhecimento histórico e desvalorizam a importante produção feita pelos historiadores e historiadoras

em um período de intensificação dos ataques feitos as Ciências Humanas e as Universidade Públicas.

## NOTAS

- 1 Graduanda do curso de História (licenciatura) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: limagabrielacastro@gmail.com. Participante do projeto de extensão Senta que lá vem História.
- 2 Graduando do curso de História (licenciatura) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: josemiguel.h.ferrari@gmail.com. Bolsista do projeto de extensão Senta que lá vem História.
- 3 Professora doutora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: priscillagontijo.ufpb@gmail.com.). Coordenadora do projeto de extensão Senta que lá vem História.
- 4 O *Senta Que Lá Vem História* tem páginas nas redes sociais Facebook: fb.com/sentaquelavempodcast e Instagram do projeto, podendo ser conferido no perfil @sentaquelavempodcast.
- 5 Tal pesquisa pode ser conferida na íntegra no endereço: <https://www.superplayer.company/dados-e-estatisticas-sobre-o-consumo-de-podcasts-no-brasil/>
- 6 Consumo de podcasts no Brasil cresce 67% em 2019, aponta pesquisa - TecMundo.
- 7 Aqui vale a menção ao podcast “História FM” e ao canal “LeituraObrigaHISTÓRIA”, desenvolvidos pelo Prof<sup>o</sup> Icles Rodrigues e também para a RBHP – Rede Brasileira de História Pública, que tem em suas publicações contribuições significativas para a História Pública.
- 8 Dentre os episódio gravados, abordamos temas como Peste Negra e Coronavírus, Coco de Roda e Ciranda na Paraíba, História da Arte, Cultura Historiográfica e Ofício do Historiador, Democracia Grega: Aproximações e Distanciamentos, Feminismos e Interseccionalidades, Cinema e História, Ensino à Distância através de relatos pessoais, História da Saúde e das Doenças na Paraíba, Diáspora Africana na Paraíba, Queimadas no Pantanal: Uma problematização histórica, Orientalismo em foco na China contemporânea e “O Que Está Acontecendo na UFPB?”, todos com participação de especialistas nos assuntos discutidos.

## REFERÊNCIAS

- LIDDINGTON, JILL. O Que é História Pública?. *In*: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). *In*: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>. Publicado em: 6 nov. 2017. Acesso em 20/11/2020].
- RODRIGUES, Icles. **Ocupando espaços virtuais com ciências**: alguns apontamentos. [S. l.]: Leitura OBRIGAHistória, 2019. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com/2019/02/05/ocupando-espacos-virtuais-com-ciencias-alguns-apontamentos/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MORATTI FRAZÃO, S. História pública no Brasil: espaço de apropriações e disputas. **Revista Tempo e Argumento**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 374 - 379, 2016. DOI: 10.5965/2175180308192016374. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/>

article/view/2175180308192016374. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. **01. O surgimento da história pública | Introdução à história pública**. 2020. (07m08s). Disponível em: < <https://youtu.be/T-frXeLbiZc>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

Icles Rodrigues explica como fazer a História Pública – Historiador Explica - EP.31. [S. l.], 17 abr. 2020. **ANPUH-BRASIL**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/secoes-estaduais/item/5798-icles-rodrigues-explica-como-fazer-a-historia-publica-historiador-explica-ep-31>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Superplayer&CO. **Dados e Estatísticas sobre o Consumo de Podcasts no Brasil**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.superplayer.company/dados-e-estatisticas-sobre-o-consumo-de-podcasts-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2020

MOGNON, Mateus. **Consumo de podcasts no Brasil cresce 67% em 2019, aponta pesquisa**. [S. l.], 21 out. 2019. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/146951-consumo-podcasts-brasil-cresce-67-2019-aponta-pesquisa.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRIGATTO, Gustavo. Acesso à internet cresce no Brasil, mas 28% dos domicílios não estão conectados. **Valor**, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/26/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-mas-28percent-dos-domicilios-nao-estao-conectados.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

# O LUGAR DA HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT: O CASO DO IFAM/ CAMPUS EIRUNEPÉ

Paulo de Oliveira Nascimento<sup>1</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para que serve a História? Essa teria sido a questão que teria motivado a escrita de *Apolo-gia da História ou o ofício do historiador*, uma das mais importantes obras do campo do Saber Histórico do século XX. Para responder à questão e (re)definir o campo epistemológico desse conhecimento, Marc Bloch nos disse que a História não era simplesmente estudar o passado, mas o estudo do *homem no tempo*, a partir de uma problemática e tomando como base os vestígios deixados pelo meio do caminho.

Mesmo após os esforços e reflexões daquele singular historiador francês, nós – professores de História – somos surpreendidos por nossos alunos, no cotidiano das nossas salas de aula, com a mesma pergunta e suas variantes: “Professor, porque eu sou obrigado a estudar História?”. As nossas respostas - quase sempre embalada por malabarismos retóricos – tentam ir ao encontro das orientações curriculares e da legislação educacional, em expressões tais como “preparação para o mercado de trabalho”, “exercício da cidadania”, “(re)construção das identidades”, “respeito à diversidade”.

Essas respostas, todavia, escondem muito mais do que revelam, na medida em que não dão conta de inculcar na cabeça daqueles discentes que a História é um Saber tão importante e necessário quanto os demais, talvez porque nós – educadores – ainda não tenhamos conseguido tornar tais conhecimentos significativos para o cotidiano e a vida daqueles alunos. A História Regional e Local - enquanto recorte espacial e abordagem didático-pedagógica do Ensino de História – pode ser uma alternativa interessante no sentido tentar responder de maneira eficiente às indagações dos alunos a respeito da necessidade da aprendizagem escolar sobre o Saber Histórico.

Objetivamos, neste trabalho, discutir o “lugar” do regional e do local no Ensino Médio ofertado no IFAM/*Campus* Eirunepé, tomando como fonte (a) a legislação em vigor, (b) o currículo institucional e (c) os materiais didático-pedagógicos disponíveis. Acreditamos que é papel do Ensino de História Regional e Local fazer os alunos e alunas se perceberem enquanto sujeitos partícipes da História e, nesse processo, esses conhecimentos devem assumir o protagonismo, partindo das realidades locais e regionais e problematizando a construção histórica

dos grupos, das comunidades, das cidades e da própria região, num movimento que promova o (re)conhecimento e a valorização de todos que vivem e compõem as localidades e regiões.

## **ENSINO DE HISTÓRIA E HISTORIA REGIONAL E LOCAL**

Quando perguntamos aos alunos e alunas do Ensino Médio o que é a História (num sentido de componente curricular), a maioria tende a nos dizer que se trata de um saber sobre o passado, talvez em razão daquilo que tenham aprendido acerca do Saber Histórico nos anos escolares que antecederam o seu atual estágio. Por outro lado, nos cursos de licenciaturas, somos compelidos e instruídos a não repedir a velha máxima da “história mestra da vida”, uma vez que esse campo do conhecimento tem assistido a importantes transformações nas últimas décadas.

Essas questões têm levado muitos licenciados a refletirem sobre o papel do ensino de história, bem como as metodologias e abordagens mais adequadas às aulas, de modo a construir um conhecimento significativo e interessante para os alunos, no sentido de promover uma educação que tenha como tripé (a) o saber historiográfico construído em nível acadêmico transformado – há que fale em uma “tradução” – em conteúdos escolares, (b) a experiência cotidiana de professores e alunos, quando a aula se torna o espaço adequado para a troca de experiências e conhecimentos, e (c) o ato de aprender e (re)produzir saberes sobre o passado, no sentido de (re) construir identidades e chamar atenção para o protagonismo dos discentes, enquanto sujeitos dos/nos processos históricos. E qual seria o papel da História Regional e Local nesse processo?

Para responder a essa questão, talvez devamos divagar um pouco acerca do que se entende por História Regional e Local. Tanto uma quanto outra dizem respeito a um recorte espacial daquilo que os historiadores elegem como objetos para a sua “operação historiográfica”. A História Regional diz respeito a um recorte regional, em que o espaço regional pode ser tanto administrativo, quanto geográfico/ambiental, antropológico ou cultural (MOREIRA, 2017, s/p). Já a História Local está necessariamente associada a uma família, um feudo, uma província, uma paróquia, um condado (DONNER, 2012, p. 223). Em ambos os casos, é preciso estar ciente de que o espaço não está dado, mas é uma construção histórica marcada por relações sociais e de poder, que pode ou não usar elementos do ambiente físico (rios, lagos, desertos, florestas, etc.) e lançar mão de elementos da memória e das tradições para se legitimar.

O Regional e o Local, por outro lado, dizem respeito àquilo que se aproxima do cotidiano das pessoas, indo de encontro à ideia dos distantes Nacional e/ou Global. E essa aproximação parece ser a melhor aposta, quando se trata do Ensino de História nas escolas, que estão cheias de crianças e adolescentes pouco interessados na maioria das aulas que lhes são oferecidas. Todos concordam que as aulas de História, além de apresentarem os conteúdos programáticos determinados, precisam ser necessariamente dinâmicas e interessantes. Na equação em que alunos, conteúdos, recortes e abordagens precisam ser operados de modo a se obter como resultado

uma “boa aula”, faz-se necessário que as identidades, memórias, experiências, vivências e práticas sociais, culturais e étnicas sobre um determinado espaço e um passado comum se façam presentes (MOREIRA, 2017, s/p).

Nesse sentido, parece-nos pertinente a ideia de que o Ensino de História precisa deixar de ser entediante tem passado necessariamente pela oferta de conteúdos, recursos e metodologias que tenham a História Regional e Local como mote principal, na medida em que essa abordagem pode tornar mais significativas as aulas de história ao aproximar o Saber Histórico da vida dos discentes, fazendo-os se perceberem partícipes e personagens da História, que vivem e atuam numa cidade e/ou região. Trata-se de um esforço que tende a situar os sujeitos no mundo, localizando-os numa temporalidade e espacialidade, com suas mudanças e permanências.

## HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT diz respeito a uma educação voltada essencialmente para o trabalho, associado à ciência e à tecnologia (DALLABONA; FARINIUK, 2016). Segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, “A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar ‘para o exercício de profissões’”, cujo objetivo principal é que o sujeito “possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, s/d, s/p).

Inicia-se no Brasil ainda na primeira década do século XX, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as escolas de aprendizes artífices (AFONSO; GONZALEZ, 2018, s/p) e, com idas e vindas, chega-se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada conjuntamente com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF's, através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Para além do conjunto de leis que instituiu a EPT no Brasil, havemos de considerar o debate em torno da natureza dualista – para não dizer classista – da mesma. Na forma como foi historicamente organizada, tanto do ponto de vista legal quanto curricular e de conteúdos, a EPT esteve associada à histórica divisão entre *Technê* e *Epísteme*, técnica e pensamento, tecnologia e ciência, o que revela respectivamente uma diferenciação na formação ofertada àqueles que compõem a classe dirigente e os que deveriam ser educados para o trabalho (DALLABONA; FARINIUK, 2016, p. 51). Em outras palavras, para os membros da elite, ofertar-se-ia uma educação propedêutica, voltada para o estímulo ao pensamento e à capacidade de reflexão, ao passo que para os demais, ofertar-se-ia um ensino técnico sobre determinada profissão, a ser exercida no âmbito do mercado de trabalho.

Essa dualidade, ao que parece, tem persistido ao longo do século XX e chegado ao século XIX, o que nos leva necessariamente a refletir sobre o lugar da História no seio dessa modalidade educacional. No caso específico do Ensino Médio, a EPT dar-se tanto na forma integrada quanto concomitante e subsequente. Na primeira das ocasiões, o currículo e a carga horária são divididos, sendo que os alunos recebem uma formação mais integrada e numa mesma escola. No segundo caso, as formações ocorrem de forma concomitante – ao mesmo tempo – podendo ou não ser ofertadas numa mesma instituição de ensino e, no terceiro caso, os alunos já teriam concluído o ensino médio. Nas duas últimas situações, não há uma ligação entre a formação técnica e os demais componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, incluídas aí a História.

Temos assistido ao processo de reformulação curricular do Ensino Médio, especialmente a partir da Lei n. 13.415/2017, que propõe – entre outras coisas – uma maior flexibilização do currículo escolar, os itinerários formativos e uma Base Nacional Comum Curricular (BRASI, 2017). Esta, por sua vez, está dividida em quatro grandes áreas – matemática, linguagens, ciências humanas e ciências da natureza – além de propor uma maior interdisciplinaridade e os itinerários formativos, embasados principalmente através de percursos de aprendizagem que dialoguem com os interesses, anseios e aptidões dos discentes. Nesse processo, portanto, a História Regional e Local teriam recebido mais atenção e saído com mais vigor, especialmente em razão de atividades curriculares e extracurriculares, conteúdos e metodologias que têm como centro o protagonismo e os anseios estudantis (MOREIRA, 2017).

Desde o aparecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1998, e dos PCN+ em 2002, a interdisciplinaridade e a contextualização têm sido responsáveis por alocar a História Regional e Local num lugar destacado, no quadro geral daquilo que foi nomeado “Ciências humanas e suas tecnologias”. Já foi dito que a História Regional está para além de um recorte administrativo ou geográfico e ambiental. O espaço regional diz respeito sobretudo a um recorte antropológico e cultural, no qual devem ser observadas as relações sociais estabelecidas entre os homens e no meio no qual estão – ou estiveram - inseridos (BARROS, 2005). Não apenas o recorte espacial – a região – mas também a proposta de uma abordagem relacional com o global, o nacional e o local acabariam por ditar a forma como essa parte do saber histórico deveria ser apresentado nas escolas.

Mas como contemplar a História Regional e Local no contexto da EPT? A resposta a essa questão passa necessariamente pelas reflexões sobre o Ensino de História nas escolas de Ensino Médio “normais”, na medida em que as instituições que ofertam a EPT na forma integrada seguem as normas gerais para o Ensino de História na educação básica. Portanto, não há diferença, o que nos leva necessariamente aos mesmos desafios enfrentados.

Sempre que tomarmos como exemplo a disponibilidade de materiais didático-pedagógicos para o Ensino de História Regional e Local, somos compelidos a refletir acerca daquele que talvez seja uma das mais importantes ferramentas disponíveis e, a um só tempo, uma importante

fonte de controvérsias: o livro didático. O Brasil possui um dos maiores programas de distribuição gratuita de livros didáticos, através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (NASCIMENTO, 2010).

Num processo de escolha que envolve, num primeiro momento, as editoras – responsáveis por apresentar ao Ministério da Educação – MEC seus livros já produzidos – e os professores, que escolhem os livros pré-aprovados pelo MEC, obtemos como resultado um conjunto de obras didáticas sobre História Geral e do Brasil e quase nada sobre a História Regional e/ou Local, o que nos impele necessariamente a buscar em outros lugares os subsídios necessários para a abordagem da Região e da Localidade.

No debate acerca do Ensino de História e o uso das fontes, observamos uma série de críticas aos professores que têm como principal ferramenta de trabalho o livro didático e, em consequência disso, recebem uma série de críticas, especialmente por ministrarem aulas expositivas e “monótonas” (PINSKY; PINSKY, 2010). Por outro lado, há quem diga que “O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica” (FONSECA, 2003, p. 37). Todavia, são poucos os que se detêm à complexidade dos processos de ensino-aprendizagem e ao dia a dia dos professores, enquanto profissionais cujas tarefas excedem em muito o momento da sala de aula.

Críticas e debates à parte – que parecem mais uma “discussão bizantina”, o que podemos destacar é que a fonte histórica na sala de aula desempenha uma função importante, se explorada adequadamente enquanto recurso. Ao lado das novas linguagens e metodologias, pode despertar nos alunos uma motivação, na medida em que o professor pode mediar a problematização, análise e interpretação da referida fonte, à luz do conhecimento histórico. Havemos de ponderar, todavia, que essas fontes são múltiplas e variadas, sendo que cada tipologia requer um tratamento específico de análise e interpretação, o que exige que o professor tenha domínio da *episteme* historiográfica e seja capaz de usar didaticamente tais fontes, o que nem sempre é viável ou possível, dada a realidade brutal da profissão.

A análise das fontes históricas em sala de aula, portanto e se realizada de forma adequada, pode levar os alunos a se perceberem enquanto sujeitos partícipes dos processos de construção do passado. Não se trata de transformar adolescentes em “pequenos historiadores”, mas de situá-los no tempo e espaço nos quais estão inseridos, na medida em que sua atenção é despertada para os processos históricos de (re)construção da realidade que os cerca. De onde vieram? Quem são? O que os motiva? Essas e outras perguntas podem ser respondidas – ao menos parcialmente – a partir da (re)construção dos conhecimentos sobre o lugar onde vivem, tanto a partir de um recorte local quanto regional.



## HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ

Pensados enquanto instituições voltadas necessariamente para a EPT, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, como já afirmamos acima, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e constituem-se enquanto uma versão melhorada daquele conjunto de iniciativas governamentais no esforço de promover uma educação para o trabalho. O *Campus* Eirunepé, enquanto parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, foi criado em 2014, como parte da expansão da rede naquele momento (SOUZA, 2020, p. 12). Oferta curso técnico de nível médio forma integrada em Administração, Informática e Agropecuária, além de outros cursos na forma subsequente. Interessa-nos aqui os cursos integrados ao Ensino Médio, uma vez que são nesses que se oferta o componente curricular História.

Nos três cursos ofertados no *Campus* Eirunepé, a carga horária para o nosso componente curricular é de 160 horas/aula (cada hora aula corresponde a 50 minutos da hora/relógio), distribuídas equitativamente entre a primeira e a segunda séries (não há aulas de História na terceira série). Desse total de horas, deve-se dedicar parte à diversificação do currículo, conforme preconiza o artigo 26 da LDB (BRASIL, 1996). De acordo com a Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNTE, o percentual a ser dedicado à parte comum – a partir do que preconiza a Base Nacional Comum Curricular – deve ser de 60%, deixando os outros 40% para a parte diversificada (2015, p. 5). Quando calculamos a carga horária de História a ser cumprida no *Campus* Eirunepé, chegamos ao seguinte: das 160 horas/aula, 64 devem ser dedicadas à parte diversificada, o que corresponderia a 40% do total. Do ponto de vista da carga horária, os conteúdos de História Regional e Local ocupariam esse lugar.

Quando pensamos nos materiais disponíveis para tal empreitada, somos inicialmente remetidos àquilo que nos disse Donner (2012) acerca da existência, em algumas cidades, da escrita de textos voltados para uma “História Regional e/ou Local” e que pode ser classificados muito mais como “lugares de memória”, produzidos necessariamente para construir determinadas narrativas, quase sempre marcadas pela tradição e que buscam reforçar identidades e memórias coletivas. Nesse sentido, estariam muito mais próximos de uma classificação como “fonte histórica” do que como uma escrita historiográfica e, enquanto fonte, passível de problematização. Por outro lado, essas e outras fontes (memórias, fotografias, monumentos, documentos oficiais da administração, documentos cartoriais, etc.) acabam por possibilitar um importante trabalho de (re)construção do conhecimento histórico sobre a Localidade e a Região. Esse conjunto de fontes, portanto, também seria um daqueles lugares para a História Regional e Local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão importante quanto os conteúdos de História Geral e do Brasil são as temáticas da História Regional e Local na EPT. Assim como nas demais escolas, nas instituições que ofertam a EPT, a exemplo do IFAM/*Campus* Eirunepé, o Ensino de História Regional e Local se depara com mesmas limitações, mas também as mesmas possibilidades.

Quando atentamos para a hora/aula entre uma e outra, percebemos uma discrepância, na medida em que o componente curricular História não é ofertado na terceira série do Ensino Médio, o que representa uma redução de 80 horas/aula na formação dos alunos da EPT. Nesse sentido, havemos de considerar a opção por privilegiar os componentes curriculares dos chamados “eixos” que compõem a formação profissional. Isso dar-se porque o IFAM optou pela conclusão dos cursos de nível médio integrados num período de três anos, o que necessariamente tem forçado a retirada de horas/aula de outros componentes curriculares, a exemplo da História.

Para além disso, há limitações em relação aos conteúdos programáticos, os recursos didático-pedagógicos, as fontes bibliográficas que pensam desfavoravelmente em relação ao Ensino de História Regional e Local. Todavia, havemos de ponderar que esses saberes oferecidos no âmbito dos cursos de nível médio integrado aos cursos técnicos, ofertados pelos IF's possibilitam aos discentes o acesso à boas práticas no ensino de história e podem oportunizar tanto a docentes quanto a estudantes e demais pesquisadores, condições para se construir uma Educação pautada na (re)produção de ações afirmativas das identidades regionais e locais, com vistas na promoção de uma educação significativa e de qualidade. Trata-se, portanto, de perceber experiências didático-pedagógicas concebidas e realizadas com alunos do ensino básico enquanto oportunidade para uma (re)construção de processos educacionais ativos, com vistas no alargamento do Saber Histórico sobre a Localidade e a Região, tomado enquanto força motriz da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.

## NOTA

1 Graduado em História pela UEPB, Campina Grande – PB (2012), Mestre em História pela UFCG, Campina Grande – PB (2014), doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Recife – PE (2020). Professor EBTT – História, do IFAM/*Campus* Eirunepé. E-mail: paulo.nascimento@ifam.edu.br.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Anthonie Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Desafios da educação profissional e tecnológica: novas faces dos mesmos problemas. **Comciência**, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/desafios-da-educacao-profissional-e-tecnologica-novas-faces-dos-mesmos-problemas/#:~:text=Observa%2Dse%20uma%20grande%20complexidade,com%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20tecnol%C3%B3gica>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, n. 10, vol. 1, p. 95-129, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm#:~:text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm#:~:text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.>)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Confederação dos Trabalhadores Nacionais em Educação – CNTE. **Considerações da CNTE sobre o projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC**. Disponível em: <[https://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC\\_analise\\_CNTE.pdf](https://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC_analise_CNTE.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DALLABONA, Carlos Alberto; FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. EPT NO BRASIL: histórico, panorama e perspectivas. **Poiésis**, vol., n. especial, pp. 46-65, jun./dez. 2016.

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. **XI Encontro Estadual de História [anais eletrônicos]**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG, 2012, pp. 223-235.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **O ensino de História Regional nas escolas brasileiras** [2017]. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-regional/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY Jaime. Por uma história prazerosa e consequente. In: CARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, temáticas e propostas**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. CESTOS, TRONCOS E CHIBATAS: imagens do Negro no livro didático de História. **Anais do III Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2010.

SOUZA, Renan Rocha de Holanda. **CAMPUS EIRUNEPÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica**. Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM. Manaus – AM, 2020.

# O PROFESSOR DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Vítor Lins Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste estudo, problematizamos a situação vivida pelos professores de História do Ensino Médio do Estado da Paraíba em plenas mudanças de 2020, ocasionadas pela pandemia do coronavírus e as demandas pelo ensino remoto dela advindas. Em um primeiro momento, discutimos a situação do historiador brasileiro na atualidade e a conquista da regulamentação da sua profissão. Em seguida, apresentamos as problemáticas do Ensino de História provenientes do coronavírus, as medidas legislativas tomadas pela Federação Brasileira e, mais especificamente, pelo estado da Paraíba, para contorná-las, e refletimos sobre os impactos e reações da classe trabalhadora neste estado.

**Palavras-chave:** ensino de história; ensino médio; pandemia; coronavírus.

## INTRODUÇÃO

O historiador brasileiro conquistou, com muita luta, a regulamentação da sua profissão. Em 12 de agosto de 2020, foi derrubado o veto presidencial do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 368/2009, que regula o exercício da profissão de Historiador. Foi uma importante vitória contra os que têm como projeto destruir a autonomia da História como ciência e como saber.

Esse reconhecimento oficial da profissão de historiador em nosso país fortalece nossa categoria para continuarmos na luta pela produção do conhecimento histórico científico e valoriza o trabalho dos historiadores. Em tempos de mudança como este em que estamos vivendo a crise da pandemia do coronavírus, precisamos nos posicionar criticamente e apontar as perspectivas do futuro.

Ao longo desse artigo, pretendemos responder a alguns questionamentos que permeiam a prática docente dos professores de História da Educação Básica: O que tem mudado no ofício do historiador durante a pandemia do coronavírus? O que esperar do Novo Ensino Médio? Quais as possíveis perdas para a área de História nesse segmento educacional? Quais as perspectivas futuras para nossa categoria? Qual a necessidade de introduzir o uso das tecnologias digitais?

Nesse sentido, esse artigo analisa o ensino remoto emergencial de História no Ensino Médio na Paraíba, tanto na rede pública, quanto na rede privada a fim de contribuir cooperativamente com nossa sociedade.

## **A BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define as “aprendizagens essenciais” para os alunos brasileiros desenvolverem ao longo da Educação Básica em todas as instituições de ensino do país. A BNCC referente ao Ensino Médio foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) no final de 2018 e apresenta mudanças significativas no currículo e na carga horária, ao ponto de ficar conhecida como “O Novo Ensino Médio”.

A Lei 13.415/2017, conhecida como “Reforma do Ensino Médio” determinou a ampliação da carga horária anual desse segmento de 800 para 1400, fomentando a implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral. Analisando esse aumento da carga horária, poderíamos supor que a atuação dos professores seria valorizada e que novos postos de trabalho surgiriam.

Contudo, no parágrafo 5 do artigo 3º dessa mesma lei consta: “A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 2017)

Isso resulta numa diminuição da carga horária anterior, pois 1800 horas divididas para cada uma das três séries, resulta em apenas 600 horas para a formação geral básica, comum a todos os estudantes do Brasil. Ou seja, os componentes curriculares tradicionais perderão carga horária para os itinerários formativos. Além disso, os únicos componentes obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio são Língua Portuguesa e Matemática. Portanto é possível e provável que os demais deixem de existir em alguma das três séries.

O Estado de São Paulo foi o primeiro a publicar o Currículo do Ensino Médio conforme a BNCC em agosto de 2020 e iniciará a implementação de forma gradual a partir de 2021, para os estudantes da 1ª série. Nesse documento, encontramos uma tabela intitulada “Organizador Curricular da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” entre as páginas 179 e 195, na qual consta os objetos de conhecimentos dos cinco componentes curriculares da área organizados de acordo com as habilidades e competências ao longo de todo o Ensino Médio, sem as tradicionais divisões por série.

Portanto, não há qualquer menção a quantidade de horas-aulas para cada componente curricular em cada uma das três séries do Ensino Médio e, muito menos, garantia de qualquer um desses cinco componentes da área em todas elas.

Os professores de História do Ensino Médio precisarão completar sua carga horária ministrando itinerários formativos afins ou terão que se desdobrar em diversas escolas diferentes como já fazem os colegas de Filosofia e Sociologia.

Na Deliberação nº 186 do Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo, Seção III, Artigo 8º consta: “Os itinerários formativos correspondem aos arranjos curriculares ofertados pelas instituições para que os estudantes possam aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho.” (SÃO PAULO, 2020)

Os professores Mauro Sala (IFSP) e Evaldo Piolli (UNICAMP) no artigo Itinerário técnico e profissional na reforma do ensino médio paulista: dualidade e dualidade da dualidade chamam a atenção para o fato dessa Reforma do Ensino Médio explicitar a dualidade entre o prosseguimento de estudos “ou” o mundo do trabalho.

Além disso, ainda destacam outra dualidade dentro do itinerário de formação técnica e profissional: a habilitação profissional técnica ou qualificação profissional. No primeiro caso, temos os tradicionais cursos técnicos de nível médio, como os oferecidos pelos Institutos Federais, por exemplo. No segundo caso, temos cursos curtos, com carga horária mínima de 20% da prevista para a respectiva habilitação, e que ainda podem ser ministrados à distância. Ou seja, enquanto a habilitação profissional tem cerca de 1000 horas, a qualificação profissional pode ter apenas 200 horas.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Em 2020, o mundo parou! A música de Raul Seixas *O dia em que a Terra parou*, lançada em 1977, resume bem os primeiros dias da crise. O coronavírus cruzou continentes muito mais rápido do que se poderia imaginar. As práticas de contenção da pandemia se fundamentaram no isolamento social, mesmo com as objeções de alguns líderes de potências globais.

O Brasil entrou em estado de calamidade pública em 20 de março de 2020, de acordo com o Decreto Legislativo nº 6 de 2020. Em seguida, a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que permitia a redução proporcional da jornada de trabalho e salário e a suspensão do contrato de trabalho.

A Paraíba teve as aulas presenciais suspensas por meio do Decreto Estadual nº 40.112, de 13 de março de 2020. O Governo do Estado da Paraíba, estado em que atuamos, determinou o recesso escolar da Rede Estadual de Ensino, do dia 19/03/2020 até o dia 18/04/2020, através do Decreto Estadual nº 40.128. O Regime Especial de Ensino instituído pela Resolução Normativa 120/2020 foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 18 de abril de 2020 e alterado em 07 de maio de 2020 pela Resolução 140/2020.

A rede privada paraibana de ensino acompanhou o contexto e antecipou as férias coletivas, assim como a rede estadual. O retorno após o dia 20/04/2020 ocorreu com atividades remotas. Se já não bastasse essa grande mudança na vida dos educadores, a maioria dos patrões oportunistas aproveitou a MP 936 para reduzir os salários e a jornada de trabalho dos professores, que na prática estão trabalhando muito mais.

Na rede pública estadual paraibana, as orientações para as aulas remotas foram as seguintes:

A Secretaria disponibilizou a plataforma online ‘Paraíba Educa’ (<https://paraiba.pb.gov.br/paraibaeduca>), que reúne todas as informações sobre Regime Especial de Ensino, assim como os recursos educacionais, documentos legais e pedagógicos norteadores, além de promover o contato direto entre estudantes, professores, gestores e a SEECT. Além da plataforma Paraíba Educa, também serão utilizados os seguintes recursos:

Google Classroom: Trata-se de uma plataforma virtual para aulas online, que serão organizadas pelas próprias escolas. Esta ferramenta será incorporada pelas turmas devidamente matriculadas na Plataforma SABER da SEECT.

Aplicativo Paraíba Educa: Permitirá o acesso dos estudantes e professores ao Google Classroom e à Plataforma SABER. Este recurso estará disponível em breve.

Vídeo-aulas: A SEECT vai disponibilizar uma grade de programação para todas as etapas de ensino a ser exibida em canal aberto em diferentes regiões do estado. Este recurso estará disponível em breve.

Redes sociais: Serão ferramenta de interação entre equipes escolares, estudantes e famílias em grupos oficiais das turmas criados por cada escola. Também serão utilizadas para o envio de roteiros de atividades estruturadas para as famílias e estudantes.

Fonte: GOVERNO DA PARAÍBA, 2020.

A rede privada também aderiu às aulas remotas, principalmente para justificar o pagamento das mensalidades, utilizando plataformas digitais como Google Meet e Microsoft Teams. Vale mencionar que essas duas empresas disponibilizaram gratuitamente e temporariamente essas ferramentas durante a crise da pandemia.

Interessante destacar o “drama mexicano” que os empresários da educação viveram quando a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou, após quase dois meses de discussões, a Lei nº 11.694/2020 permitindo um desconto cumulativo que chegava a 30% nas mensalidades das escolas particulares, em virtude da situação dos responsáveis pagantes e da economia que as escolas fechadas estão tendo com energia elétrica, água, material de limpeza e de expediente.

O governador chegou a vetar o artigo 3º, que trata da redução das mensalidades para as escolas que estão com aulas remotas, a fim de isentar essas instituições que estão em atividade, porém a ALPB derrubou o veto no dia 03/06/2020 e sancionou a lei na íntegra. Contudo, dias depois o Tribunal de Justiça da Paraíba concedeu liminar suspendendo a lei, para a felicidade geral dos donos de escolas. Por outro lado, os professores empregados, tiveram que ceder à

pressão e aceitar a redução dos salários para manter seus empregos. A luta de classes continua mais viva do que nunca!

A realidade do professor brasileiro em tempos de pandemia pode ser resumida na afirmação: “A cada novo dia, uma nova lei e outra novidade!”.

No Brasil, a Medida Provisória nº 934/2020, de 1º de abril de 2020, flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Na Paraíba, a Resolução nº 140/2020 também trouxe como novidade a possibilidade das escolas, instituições e redes de ensino, caso realizem atividades pedagógicas não presenciais (com ou sem uso de meios tecnológicos), de computar estas atividades como parte da carga horária prevista na LDB e em outras legislações.

Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - Os estudantes matriculados em todas as modalidades dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio terão acesso às atividades por meio de roteiros de estudo, disponibilizados por meio das salas virtuais disponíveis na Google Classroom, vídeo-aulas, meio físico ou outros. Os Professores do Ensino Regular deverão manter parcerias pedagógicas com o professor da Sala de Recursos Multifuncionais no sentido de que este professor seja um orientador de metodologias diferenciadas, a partir da real necessidade educacional desses estudantes.

Fonte: GOVERNO DA PARAÍBA, 2020.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB) teve trabalho e precisou se posicionar mais de uma vez contra as cobranças descabidas da Secretaria de Educação, que chegou a exigir que os professores fizessem vídeo-chamada via WhatsApp para os alunos durante o período de pandemia.

E na prática? O que tem mudado no ofício do historiador durante a pandemia do coronavírus?<sup>2</sup>

O uso das tecnologias digitais no ensino não foi uma novidade imposta por esta nova realidade. Já existiam estudos e iniciativas que pretendiam inserir essas novas tecnologias na formação educacional dos estudantes. O professor Danilo Alves da Silva, em sua Dissertação de Mestrado, *Letramento Histórico Digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais* já defendia que “Nesse contexto da era digital, a educação precisa ser reestruturada e, conseqüentemente, o ensino de História carece de ser repensado.” (SILVA, 2018: 12).

Contudo, na prática, ocorriam apenas algumas iniciativas nesse sentido, de acordo com o interesse do educador ou devido à pressão do empregador. A sala de aula continuava muito parecida com a de décadas atrás: carteiras enfileiradas com os alunos copiando do quadro e ouvindo a explanação dos seus professores.



Durante o período de ensino remoto, propus para meus alunos a realização de mapas mentais digitais, ao término dos estudos de cada conjunto de competências e habilidades, como “Era Vargas”, por exemplo. O objetivo dessa atividade de estudo, além de estimular a pesquisa e o pensamento crítico e criativo dos estudantes, a fim de torná-los ativos no processo de ensino-aprendizagem, era avaliar a aprendizagem. Sendo assim, essa metodologia ativa digital contribui também com a inserção das novas tecnologias na formação educacional dos alunos.

A partir do momento em que o processo de conhecimento é refletido e encaminhado a partir da perspectiva de uma prática social, é possível para os educandos compreender, usufruir e transformar a realidade de uma forma crítica, ativa e protagonista.

Mas, o quadro de distanciamento das tecnologias digitais se alterou radicalmente com a pandemia do coronavírus. Muitos professores viram que seus computadores estavam defasados e seus planos de internet não eram tão bons assim. Tiveram que investir financeiramente e aprender a utilizar essas “novas” tecnologias em poucos dias para poder continuar trabalhando e garantindo o seu sustento com a volta às aulas pós-recesso/férias de abril.

A maior adversidade, contudo, é a exposição do profissional que passa a ter sua aula gravada e assistida ao vivo dentro das casas de seus estudantes por seus pais e responsáveis. A sensação é daquela fala de filmes de ação: “tudo o que disser será usado contra você no tribunal”.

Sabemos que, infelizmente, em nosso país, alguns cidadãos defendem projetos como “Escola sem Partido”, com o seguinte slogan: “Se você ou seu filho foi ou está sendo vítima de algum militante disfarçado de professor, denuncie.” O site oficial dos militantes dessa ideologia está aproveitando toda e qualquer gravação ou postagem para condenar os professores, principalmente, os das Ciências Humanas.

Felizmente, para os educadores conscientes de nosso país, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a primeira lei do Escola Sem Partido (ESP) por nove votos a um, na sessão de 22/08/2020, julgando inconstitucional a lei alagoana do ESP (Lei 7.800/2016). A ação foi movida pela Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

A decisão do STF tem um forte simbolismo, pois outras inúmeras Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o país apresentaram projetos de leis que tentavam censurar os professores. Ainda existem outras leis que precisam ser julgadas e esperamos que elas tenham o mesmo destino inconstitucional.

Como se já não fosse grande o estresse de lidar com uma situação de saúde pública delicada, em que pessoas morrem diariamente em todo o mundo, os educadores ainda têm que suportar a pressão psicológica imposta pelo sistema para ministrar as melhores aulas remotas possíveis, independentemente de seu estado de saúde mental. Essa é outra questão delicada, cujos impactos só serão avaliados após o término da pandemia.

A jornalista Paula Salas, em seu artigo publicado na Revista Nova Escola, Ansiedade, medo e exaustão: como a quarentena está abalando a saúde mental dos educadores, destaca

como as rápidas mudanças, o alto nível de cobranças, as frustrações diárias e as dificuldades técnicas durante o ensino remoto comprometem o psicológico dos educadores brasileiros.

Ela conclui com uma sugestão de uma série de práticas para cuidar da saúde mental durante a pandemia, como por exemplo: alinhar as expectativas consigo mesmo, diminuindo as expectativas e aceitando que nem tudo sairá como planejado; estabelecer uma rotina com horários para cada tipo de atividade, como trabalho, descanso, lazer e exercícios físicos; manter a conexão afetiva consigo e com os outros; compartilhar os sentimentos conversando com familiares e colegas; evitar o excesso de notícias e; principalmente, nunca se automedicar.

Em João Pessoa, o Decreto Municipal nº 9585/2020 autorizou o retorno das aulas, de forma presencial e remota, exclusivamente para o Ensino Médio, com capacidade máxima de 50% dos alunos de cada turma, distanciamento mínimo de 1,5 metro entre alunos e professores, bem como uso de máscaras por todos, disponibilização de álcool 70%, a partir de: 13 de outubro para o 3ºAno; 19 de outubro para o 2º Ano e; 26 de outubro para o 1º Ano.

Contudo, um novo Decreto Municipal (9626/2020) revogou esse retorno às aulas a partir de 25 de novembro de 2020, para tranquilidade e segurança dos professores que tiveram que arriscar suas vidas para garantir seus empregos nesses quarenta e poucos dias de aulas presenciais durante a pandemia.

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba (SIN-TEENP-PB) emitiu notas à comunidade escolar das escolas particulares advertindo os donos de escolas sobre as reduções salariais ilícitas praticadas durante o ensino remoto e enfatizando que a responsabilidade do retorno às aulas presenciais é exclusivamente dos empregadores que assim exigirem.

Nesse contexto, nossa categoria de professores precisa, mais do que nunca, se unir para enfrentar um possível desmonte da educação, maior ainda do que já vinha sendo colocado em prática nos últimos anos. É necessário estarmos atentos e conscientes. Sendo assim, vale a pena concluir com a lição que o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) apresentou, em 1981, no ensaio intitulado *A História e a Previsão do Futuro*, na London School of Economics, no qual chamou a atenção para a importância dos historiadores preverem o futuro com base na análise histórica do passado:

E toda a previsão sobre o mundo real repousa em grande parte em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história. O historiador, portanto, deve ter algo pertinente a dizer sobre o assunto. Reciprocamente, a história não pode se esquivar do futuro, no mínimo porque não há nenhuma linha separando os dois. (HOBSBAWM, 2013:62)

## NOTAS

1 Mestre em Ciências das Religiões (UFPB). Licenciado em História (UFPB). Professor de História da Educação Básica da Rede Privada da Paraíba. Dirigente Sindical do SINTEENP-PB. Filiado à ANPUH.

2 Nesse sentido, conferir a metodologia ativa descrita no meu artigo “Proposta Investigativa: uma metodologia ativa para a formação da consciência histórica no Ensino Médio”, publicado nos Anais do XI Encontro Nacional da ABEH.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 15/11/2020.

HOBBSAWM, Eric. “A história e a previsão do futuro” In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013

JOÃO PESSOA (Município). **Decreto N° 9585/2020**, de 2 de outubro de 2020. Estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela Covid-19 (Novo Coronavírus) no município de João Pessoa, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=402327#:~:text=Estabelece%20novas%20medidas%20de%20enfrentamento,Pessoa%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias%20.&text=70%25%20e%20observadas%20as%20demais,da%20Secretaria%20Municipal%20de%20Sa%C3%BAde>>. Acesso em: 20/11/2020.

JOÃO PESSOA (Município). **Decreto N° 9626/2020**, de 19 de novembro de 2020. Estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela Covid-19 (Novo Coronavírus) no município de João Pessoa, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=404770>>. Acesso em 20/11/2020.

OLIVEIRA, Vítor Lins. “Proposta Investigativa: uma metodologia ativa para a formação da consciência histórica no Ensino Médio”. **Anais do XI Encontro Nacional da ABEH**, 2020.

PARAÍBA. Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Secretaria de Educação anuncia Regime Especial de Ensino para a Rede Estadual durante a pandemia**, 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/secretaria-de-educacao-anuncia-regime-especial-de-ensino-da-rede-estadual-durante-pandemia-do-novo-coronavirus>>. Acesso em: 20/11/2020.

SALAS, Paula. “Ansiedade, medo e exaustão: como a quarentena está abalando a saúde mental dos educadores”. **Nova Escola**, 01 de julho de 2020. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/19401/ansiedade-medo-e-exaustao-como-a-quarentena-esta-abalando-a-saude-mental-dos-educadores?download=truevoltar=/conteudo/19401/ansiedade-medo-e-exaustao-como-a-quarentena-esta-abalando-a-saude-mental-dos-educadores?download=true#>>>. Acesso em: 20/11/2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Deliberação CEE 186/2020**, de 3 de agosto de 2020. Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual,

rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: < [https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CEE-186\\_2020-08-07.pdf](https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CEE-186_2020-08-07.pdf)> Acesso em: 20/11/2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista Etapa Ensino Médio**, 2020. Disponível em: < <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/sites/7/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>> Acesso em: 20/11/2020.

SILVA, Danilo Alves da. **Letramento Histórico Digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). 2018. 102 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

SINDICATO dos Professores de São Paulo. “STF anula primeira lei do Escola Sem Partido”. **SIMPRO-SP**, 2020. Disponível em: < <https://www.sinprosp.org.br/noticias/4032>> Acesso em: 20/11/2020.

SINDICATO dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba. “Sobre as cobranças para realização de vídeos-chamadas com estudantes”. **SINTEP-PB**, 2020. Disponível em: <<https://sinteppb.com.br/noticias/visualizar/sobre-as-cobrancas-para-realizacao-de-videochamadas-com-estudantes-392>> Acesso em: 20/11/2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba. “Nota à comunidade escolar das escolas particulares”. **SINTEENP-PB**, 2020. Disponível em: <<http://sinteenp-pb.org.br/noticias/nota-a-comunidade-escolar-das-escolas-particulares/>> Acesso em: 20/11/2020.

# **POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: EXTENSÃO DO PET-HISTÓRIA/UFCG NA ESCOLA MANUEL JOAQUIM ARAÚJO (COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO)**

**João Batista Pereira de Lima Segundo<sup>1</sup>**

**Mayra Dias Garcia<sup>2</sup>**

**José Luciano de Queiroz Aires<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo busca enfatizar o projeto de extensão do grupo PET-História da Universidade Federal de Campina Grande (campus sede), na Escola de Ensino Fundamental Manuel Joaquim Araújo, localizada na Comunidade Quilombola do Grilo no município de Riachão do Bacamarte – PB. Aliando-se a grupos subalternos, o PET-História/UFCG iniciou as atividades na Escola Manuel Joaquim Araújo no ano de 2017, com o propósito de estimular o pensamento antirracista e crítico numa escola cujo mais de 70% dos alunos são de origem negra. As aulas tiveram como foco as estruturas de dominação socioeconômica e opressão racial e na histórica resistência do povo negro e pobre desde o Brasil Colonial, transformando-os em protagonistas históricos, mesmo sofrendo pressões da estrutura colonial escravista. A utilização de recursos didáticos foi essencial para envolver na discussão tanto as crianças quilombolas quanto as crianças das demais cidades circunvizinhas ao Quilombo, em um ensino secundário humanista, percebendo a educação como um instrumento de emancipação político-social, a partir da desconstrução de estereótipos geradas por um racismo estrutural. Para isso nos apoiaremos nos fundamentos teóricos dos conceitos de educação quilombola, racismo estrutural de Silvio Almeida e educação transgressora de Bell Hooks.

**Palavras-chave:** antirracismo, educação transgressora, escola quilombola, projeto de extensão.

## **INTRODUÇÃO**

A educação básica pública no Brasil se origina de uma constantes lutas das classes subalternas, aliadas com movimentos sociais, de dar qualidade de ensino e de vida para todos e todas. Educação básica se compreende uma formação Fundamental, Média, Especial, Técnica e Superior de escolaridade e é conferida pela Lei nº 9.394/96, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Porém, ficava visível com o tempo que havia ali um direcionamento

único e eurocêntrico para a educação e escolaridade de jovens e adolescentes nas escolas públicas. Existia naquele ponto uma problemática de completo apagamento da História e cultura negra e afro-brasileira, que possui raízes profundas com a própria História do país. Isso tudo deriva de um – também enraizado – racismo, que se esgueira por todas as alas e instituições da sociedade brasileira.

Antes de falar em uma educação antirracista é necessário compreender o racismo como um estruturante social. Para o jurista Silvio Almeida (2018), o racismo atua na esfera política, no direito e na economia de forma ideológica, sendo o alicerce que estrutura a sociedade moderna, assim, as instituições são a materialização de uma estrutura social que tem o racismo enquanto base fundante – seu componente orgânico. Posto isso, entende-se que “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais” (ALMEIDA, 2018). De modo que todos os aspectos da vida, enquanto população negra, irão ser estruturados por elementos racistas. Indubitavelmente, uma nação que se desenvolveu a partir da exploração, comercialização e destruição do povo negro tem o histórico de controle e punição deste grupo social, através de diversas formas de violência como o apagamento da história negra.

Tendo em vista isso, notava-se – desde a instituição da LDB – uma evasão grande das classes mais pobres da sociedade, motivada por uma questão de déficit orçamentário nas escolas públicas, que inviabilizava a permanência da população mais pobre nas escolas e no conteúdo racista e eurocêntrico que estava ainda contido nos livros didáticos. Havia falta de conteúdos nestes livros que criasse uma noção de identidade nas crianças e adolescentes negras, indígenas e quilombolas. A luta constante dos Movimentos Negros conseguiu adotar uma educação que incluísse a História da África, indígena e afro-brasileira na grade curricular da educação pública brasileira nos três níveis principais de ensino. O Projeto de Lei nº. 18 de 1995, da então senadora Benedita da Silva (PT/RJ), foi uma tentativa da implantação da disciplina escolar. Porém, só veio ser considerada e atendida no ano de 2003 com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, aonde foi elaborada a lei 10.639/03, oriunda do Projeto de Lei nº. 259/99 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira, que adicionou dois artigos na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

**Art. 26-A** – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura afro-brasileira.

**Art. 79-B** – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Esse movimento foi benéfico para a capacitação e profissionalização de uma nova classe de professores para atuar como agentes de transformação nas escolas, graças a criação de cursos nas universidades que tinham interesse nas pautas étnico-raciais. (CAMPELO et. al., 2019, p. 212-13)

Assim pensar o processo educacional antirracista é pensar em engajamento político e social dos professores e estudantes conforme afirma ativista Bell Hooks: “Mas a verdade é que a pedagogia engajada, em alguma de suas versões, é o único tipo de ensino que realmente gera entusiasmo na sala de aula, que habilita os alunos e os professores a sentir a alegria de aprender.” (HOOKS, 2013, p. 269). Nessa perspectiva, as considerações da pesquisadora reforçam a construção de uma pedagogia emancipatória, não se trata de um utilitarismo, mas sim a construção de sujeitos críticos, capazes de pensar sobre sua própria história como arma para a luta pelo fim do racismo.

Destarte, as atividades ministradas pelo PET-História na escola Manoel Joaquim de Araújo, localizada na comunidade quilombola do Grilo, região de Riachão do Bacamarte, assumiu o compromisso antirracista, organizou todo o processo de construção educacional alinhada a finalidade transgressora. Desde a elaboração, passando pelo curso, até o evento de encerramento provimento pela escola relacionada a temática, conforme será explorado a seguir.

## **ORGANIZAÇÃO DAS AULAS DO PET-HISTÓRIA NA ESCOLA QUILOMBOLA**

A atuação do PET-História teve início no ano de 2018, na tutela do professor e tutor do Programa José Luciano de Queiroz Aires, sob a iluminação de uma teoria que via no ensino não hierárquico uma forma de se estimular o pensamento crítico dos estudantes da comunidade quilombola do Grilo. Antes das aulas na escola Manoel Joaquim de Araújo em si, começou a ser elaborado, para o projeto de extensão do PET-História, o Módulo Didático da História do Povo Negro e Quilombola do Brasileiro, e que foi levada para a escola quilombola, para que fossem ministradas aulas e oficinas focadas nos mais diferentes temas encontrados no módulo, a fim de apresentar e dialogar com os estudantes as suas próprias origens. Os trabalhos são impulsionados pelas lideranças da comunidade quilombola, além da diretora da escola, que dão liberdade e confiança para o PET-História passa atuar a sua maneira.

O foco do módulo está nas estruturas de dominação socioeconômica e opressão racial e na histórica resistência do povo negro desde o Brasil Colonial, evidenciando o protagonismo históricos apagado pela história oficial. Para esse momento foi possível recorrer ao pedagogo Paulo Freire que em sua obra intitulada “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” indagava “Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, Paulo. 2014, p.32). Nesse momento, o autor questiona a forma tradicional de ensino, onde o aluno é visto como parte passiva no processo educacional, e aponta formas de modificá-lo por meio da integração da realidade concreta e a matéria a ser compreendida. Para esse efeito as

aulas ministradas possuíam como temáticas principais: revoltas abolicionistas, reforma urbana, Teatro Experimental Negro e religiões afro-brasileira.



**Fig. 1:** Capa do Módulo didático: História do povo negro do Brasil

O módulo foi publicado no dia 20 de novembro de 2018 no site do PET-História/UFCG, em pleno dia da Consciência Negra e era direcionado para alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Com o início das aulas, os módulos foram impressos e entregues para os estudantes da escola.

Quanto a organização das aulas, todos os anos – desde o início da extensão – quatro membros do PET ministram as aulas durante um semestre do ano, com carga horária de vinte horas, abordando os mais diversos temas sobre a história do povo afro-brasileiro, desde o tráfico de escravos e os terríveis navios negreiros, as rebeliões nas senzalas e o processo de criação dos quilombos e seus remanescentes. Também se via o processo de abolição e desconstrução do dia 13 de maio, que se comemora o dia da abolição da escravatura, o pós-abolição e as resistências do povo negro no Brasil República.



Também utilizamos uma grande variedade de recursos didáticos para manter a atividade educativa mais dinâmica, alinhado à Hooks que afirma “Idealmente, a educação é um lugar onde a necessidade de diversos métodos e estilos é valorizada, estimulada e vista como essencial para o aprendizado.” (2003, p. 268). E por isso murais com personalidades negras e um breve resumo de suas trajetórias foi construído pelos estudantes e exposto na escola, contando com figuras como: Dandara, Zumbi, Cartola, Aleijadinho e Luiz Gama. Bem como dinâmicas e aulas dialogadas, onde as experiências pessoais dos negros e negras presente, são saberes válidos e importantes para construção do conhecimento. Dessa forma, reforçamos que a “educação engajada” não se trata de uma educação normativa, que se baliza por deveres e obrigações, mas um processo que tem entre seus critérios exercer a liberdade e promover o diálogo.



Fig. 2: Criação do mural com personalidades históricas negras na escola  
Manoel Joaquim de Araújo (2019).

Um ponto importante para a manutenção das aulas foi a utilização dos mais diferentes recursos didáticos e metodológicos para ativar e manter a atenção e permanência dos estudantes nas aulas, aonde o papel de participação dos estudantes foi essencial para criar uma dialética de aprendizado. Alguns métodos devem ser ressaltados como os caça-palavras, construção de quebra-cabeças, discussão de músicas, interpretação de revistas em quadrinhos, além de outras linguagens atuais, que permitiram uma interação maior dos alunos com a aula.



**Fig. 3:** Oficina da aula com o tema de religiões afro-brasileiras.

Com o fim das aulas, os membros do grupo PET-História são convidados pela população da comunidade quilombola do Grilo para uma culminância dentro do quilombo, aonde todos se juntam e se divertem durante um dia inteiro. Nesse período de um dia, os estudantes da escola quilombola apresentam para os petianos a comunidade, além de explicar sobre as engenharias criadas por eles para arar a terra em tempos de seca e como se organizam na sociedade; contam histórias de suas vivências e tratam a todos com receptividade. Na perspectiva de Campelo (2019): “a maior preocupação dessa atividade foi a integrar-se a comunidade não como um visitante, mas pertencente dessa comunidade”, trazendo assim elementos de educação freireana. (2019, p. 228).

Em 16 de maio de 2019, o PET-História promoveu o evento “Quilombolas na universidade: apresentações culturais de alunos da comunidade do Grilo”. Que foi realizada dentro dos domínios da Universidade Federal de Campina Grande. A intenção do PET-História para a criação desse evento foi estimular a pluralidade da cultura na universidade ao atrair os jovens estudantes da escola pública do quilombo para apresentações de dança e capoeira, além de alimentar o interesse desses jovens pela universidade, no qual eles serão sempre bem-vindos. Outro ponto imprescindível que vale salientar para a criação do evento é romper as barreiras da universidade como um lugar inalcançável pela sociedade não-acadêmica.



**Fig. 4 e 5:** Apresentações do evento “Quilombolas na universidade: apresentações culturais de alunos da comunidade do Grilo” na UFCG (campus sede), 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto isso, é possível entender que a construção de uma educação transgressora exige uma mútua cooperação entre os professores e estudantes, em uma luta constante contra qualquer forma de preconceito, pela emancipação do povo negro enquanto sujeito histórico, capaz e protagonista de sua própria história. Ao fim e ao cabo, os grupos nos quais temos contato seja através das aulas, seja nos eventos que eles organizam, acabam por desenvolver um certo vínculo com o programa PET, de uma forma que o quilombo não é apenas local de interesse de estudos ao historiador em formação, mas um projeto social que combate ao racismo.

## NOTAS

- 1 Estudante de graduação do curso de licenciatura de História pela Universidade Federal de Campina Grande (campus Sede).
- 2 Estudante de graduação do curso de licenciatura de História pela Universidade Federal de Campina Grande (campus Sede).
- 3 Professor da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande (campus Sede), membro do PPGH/UFCG e tutor do PET História/UFCG.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etno-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.** Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

**BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAMPELO, Alex Alves et. al. Extensão no Quilombo do Grilo-PB: por uma educação antirracista. In: AIRES, José Luciano de Queiroz (org.). **Dez anos de História** (2009-2019). João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

# **POR UMA EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO PET HISTÓRIA NA ESCOLA PAULO FREIRE DO ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA**

**Marcos Naadison Gabriel**

**Rodrigo Pires de Araújo**

**José Luciano de Queiroz Aires**

## **RESUMO**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como outros movimentos que lutam pela Reforma Agrária, empenham-se em reivindicar, entre tantas outras lutas pertinentes à classe camponesa, o direito ao acesso à educação no e do campo. A educação do campo está ligada à história de lutas dos movimentos sociais do campo, compartilhando as lutas que perpassam a classe trabalhadora, em sua especificidade camponesa, ao longo da história, nos acampamentos e assentamentos. A partir dessas concepções políticas e pedagógicas, o presente artigo pretende analisar a atuação do PET História na Escola Paulo Freire no ano de 2019, localizada no assentamento Oziel Pereira, no município de Remígio-PB. Em uma atividade de extensão onde pretendeu construir, junto aos educandos, uma educação contextualizada, estimulando o conhecimento sobre a história dos movimentos sociais no Brasil e as questões agrárias em sua dinâmica, da colônia aos dias atuais, como também a história local. A atividade foi elaborada a partir do conceito de Educação do Campo, partindo dos Marcos Normativos da Educação do campo, das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo e em autores como Roseli Salete Caldarte e Miguel Arroyo, além de uma concepção de história à contrapelo com Walter Benjamin.

**Palavras-chave:** Educação do campo, Direitos educacionais, PET-História-UFCG

## **INTRODUÇÃO**

A educação pode tornar os indivíduos conscientes de suas condições históricas e torná-los capazes de assumir o controle de sua trajetória. Assim, a educação é de fundamental importância para a transformação de indivíduos, tornando-os cidadãos e sujeitos construtores de sua própria história. Desta forma, os movimentos sociais do campo expressam esses traços

característicos em defesa de todos os povos do campo, sendo a educação o primeiro ponto a se destacado na sua trajetória de lutas onde

quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas, sobretudo, para cultivar em si mesmo o valor do estudo e do próprio direito a lutar pelo seu acesso. (CALDARTE, 2003, p 62)

E tendo em vista esse processo histórico de lutas, é possível entendermos, assim como Miguel Arroyo (2007) afirma, que o campo é visto como extensão, ou como quintal da cidade, e que

a ênfase no paradigma urbano não teve e tem como intenção ignorar e desconstruir as identidades e as culturas, os valores e as resistências dos povos do campo, e a falta de políticas específicas de formação de educadoras e educadores e a desestruturação das escolas rurais fazem parte da desconstrução da cultura do campo. (ARROYO, 2007, p. 159)

Sendo assim, na história do MST, o movimento acabou fazendo uma verdadeira ocupação também nas escolas, em defesa de uma educação que atendesse essas populações, tendo em vista não só o acesso à escola nas cidades, mas sim a construção delas no campo, buscando um projeto político-pedagógico que tivesse como referencial a evidência da longa distância que os trabalhadores tem de percorrer para ter acesso às escolas nas zonas urbanas, assim como também diretrizes e bases curriculares que se enquadrem às demandas educacionais para essas populações que a muito tempo foram marginalizadas.

Em vista disso, a conquista da educação do campo vai além de uma política pedagógica, por ter originado nos movimentos de luta de classe, passando a fazer parte da identidade dos movimentos sociais do campo, como o próprio MST, onde as famílias mobilizaram-se pelo direito a escolas, uma que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido na vida presente e futuro dos camponeses, com um ensino contextualizado, trazendo a realidade do campo a esses sujeitos.

Deste modo, os sistemas educacionais de ensino das áreas urbanas funcionaram há muito tempo de forma excludente e elitista. Esse pensamento é reafirmado no Relatório do decreto nº 36, de 4 de dezembro de 2001, as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, no capítulo 5, Território da Educação Rural na Lei da LDB, em que é expressa a compreensão do que são as comunidades rurais. Segundo o documento, o território urbano seria onde a cidade está fisicamente constituída, e o rural como tudo que está fora deste limite. Partindo deste pressuposto, os camponeses passam a ser vistos como executores da parte rural da economia urbana, sendo negada a eles sua autonomia e sua condição como sujeito social.

Portanto, os camponeses buscam por uma educação de qualidade, sendo ainda um desafio para estes, por existir escolas tradicionais que, na sua estrutura formal e na política pedagógica, despreze ou desconheça sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. Há

também a existência de outro entrave ao avanço da educação básica do campo que se tornou cultural: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo, ou seja, uma situação de exclusão social para a qual o atual sistema de ensino favorece para a desigualdade educacional, e principalmente socioeconômica.

## **CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS CAMPONESES**

Com as reivindicações por uma educação de qualidade para a classe trabalhadora do campo, a educação passou a assumir um caráter conceitual e de movimento, em que sua “materialidade de origem (ou raiz) da educação do campo exigiu que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: campo - política pública - educação” (CALDART, 2000, p. 70).

Desta forma, construir escolas do campo é fundamentalmente ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos organizados e em movimento. Porque não haveria escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por essa identidade e por um projeto de futuro. Com isso, a educação do campo se instituiu como um contraponto a chamada educação rural, que historicamente esteve associada a uma educação precária, atrasada, com poucas qualidades e poucos recursos, sendo ainda compreendida como pertencente ao do rural tradicional, que

caracteriza-se por ter uma compreensão unidimensional do rural, não se propondo a fazer a inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas a sociedade por movimentos sociais e sindicais. (CALDART, 2003, p. 56)

Nesse sentido, a educação do campo passou a ser forjada no interior do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) a partir do Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997 em Luziânia-GO, que deu início ao processo de construção do conceito de educação do campo e das diversas ações que vem contribuindo para a consolidação da Política Nacional de Educação do Campo. E esse encontro estendeu para a 1 Conferência Nacional para de Educação Básica do Campo, em 1998, onde o momento consolidou bases para estruturar e organizar um conjunto de ações que culminaram para o conceito e de um movimento que passou a pautar a PNEC, congregando diversas questões inerentes a educação, a Reforma Agrária e as políticas públicas, dentre outras.

Assim, nas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo é destacado no capítulo 6 pelo PRONERA, os princípios da educação do campo que são: “o respeito a diversidade, a formulação de projetos político pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação e a afetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo”. Partindo desses princípios, o Programa de Educação Tutorial de História

da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) buscou seguir esse seguimento político pedagógico na atividade de extensão, contribuir na formação dos professores, atuando na escola com uma consciência histórico-crítica, tendo o conceito de educação do campo como fonte formadora educacional.

## **AS AÇÕES DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA ESCOLA PAULO FREIRE**

Para além dos conceitos teóricos já explorados, é de se considerar também que o próprio programa institucional buscou promover um maior contato entre a universidade e a sociedade. O Programa de Educação Tutorial (PET), em seu Manual de Operações Básicas, tem em seus objetivos específicos proporcionar ao petiano e petiana uma formação de qualidade, orientada pela cidadania e pela função social da universidade, unindo a pesquisa, o ensino e a extensão (MOB, 2006, p. 8). Dessa forma, aos participantes do programa foi permitido o contato com realidades outras da sua, além de necessitarem refletir historicamente sobre problemáticas sociais atuais.

De igual forma, próprios educandos para o qual dirigimos o curso de extensão se beneficiam, na medida em que se permitem problematizar e criticar a sua realidade concreta e a historicidade das lutas rurais no Brasil, uma problemática que consideramos estar longe de ser resolvida. Essa especificidade temática e metodológica, que difere de modelos das escolas urbanas, é um eco da necessidade da implementação de uma Educação do Campo, para o campo. Como coloca Paulo freire,

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força física a propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhe problematiza a situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela. (FREIRE, 2019, p. 24)

Considerando todos os pressupostos anteriores, o PET História UFCG deu continuidade ao projeto de extensão de educação do campo no ano de 2019 na Escola Cidadã Paulo Freire, na cidade de Remígio-PB, que atende a juventude do assentamento Oziel Pereira. É importante destacar que a escola atende apenas ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos). O projeto contou com a participação da petiana Mikaelly Kettlyn e dos petianos Rodrigo Pires, Marcos Naadison, e Arthur Reginaldo, que desenvolveram planos de aula relacionados a temas da história do Brasil, sempre se baseando nas Diretrizes e Bases Operacionais para a Educação do Campo. Os temas foram escolhidos guiados pela ideia de propor a discussão de temas de relevante interesse social, como é a questão da luta pelo campo e pela agroecologia, temas inseridos no conceito de Educação do Campo, sem se esquecer do compromisso maior com a classe, ao qual o PET História UFCG reiteradamente se põe como aliados na luta camponesa. Temas esse que se encontram no presente, mas que por necessidade histórica devem ser buscados em uma análise



mais profunda no próprio passado brasileiro e serem tomadas à contrapelo, seguindo a análise de Walter Benjamin (1987), sobrepujando a “camada de corpos deixados no chão da história”.

Para o desenvolvimento dos planos de aula, os petianos e a petiana responsáveis pelo curso de extensão, sempre orientados pelo tutor, pesquisaram em extensa bibliografia e fontes sobre os diversos momentos históricos explorados, a saber: a questão da terra na Colônia e no Império, as revoltas que se centravam na luta pela terra em períodos pré-republicanos, as organizações camponesas pré-1964, resistência do movimento do campo durante a Ditadura Militar, a história do MST e a agroecologia. Buscamos ter em mente metodologias de ensino que fugissem de modelos tradicionais (Figura 1), em constante interação com os educandos e de formas a aliar a análise entre presente e passado, assim como a realidade vivida deles, dos próprios membros do PET e do mundo que os cerca, na construção de saberes. Uma pedagogia que, seguindo Freire, seja “forjada *com* ele e não *para* ele [...] que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos [...], em que a pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2019, p.43).

**Figura 1: Aula aberta no pátio da escola**



**Fonte:** Facebook PET História (2019)

Também é importante destacar que a atividade de extensão não é apenas uma via de mão única, do PET História para a comunidade. Além da própria experiência de troca de saberes que ocorre dentro da escola, os petianos e a petiana envolvidos na extensão, junto com o tutor, buscam ouvir a própria comunidade e a sua história. Uma cultura rica e viva, que valoriza a própria localidade e as resistências daqueles que tentam manter a chama da tradição acesa, do qual os envolvidos no projeto podem ter acesso por meio da aproximação entre a Universidade e a comunidade. No espaço que visitamos, a tradição das ceramistas da comunidade, que é passada pelas mulheres da comunidade (Figura 2).

**Figura 2: A comunidade ensina ao PET História**



**Fonte:** Facebook PET História (2019)

Em relação aos métodos avaliativos, nas aulas foram explorados alguns materiais referentes aos temas das aulas, e que os estudantes acabaram sendo incentivados a interagirem e fazerem alguma espécie de crítica ao material, em consonância ao que estava sendo explorado pelo petiano ou petiana responsável pela aula. Assim, esperávamos uma construção ativa do conhecimento por parte do próprio alunado, interagindo com o petiano ou petiana e nos permitindo uma avaliação continuada da turma durante a aula.

Além disso, para uma outra forma de avaliação, tanto das aulas em separado como da própria atividade de extensão, foi-se optado pela fabricação, junto aos estudantes, de um mural com o título “Mártires da luta pela terra” (Figuras 2 e 3). Os membros do PET História escolheram previamente imagens de períodos e personalidades históricos brasileiros de relevância para a história campestre que foram explorados nas aulas para que fossem colocadas em um espaço apropriado em uma das paredes no pátio da escola, junto com um pequeno título referente a cada imagem. O mural foi feito no primeiro dia, com a presença e participação de todos os estudantes, para que no fim de cada aula os estudantes se dirigissem ao mural e que fossem desafiados a reconhecer nestas imagens que fazem ligação direta à aula. Também tínhamos em mente deixar para a comunidade escolar uma lembrança contínua da histórica luta campestre, da qual eles fazem parte.

**Figura 3: Construção do mural “Mártires da luta pela terra”**



**Fonte:** Facebook PET História (2019)

Indo para uma análise além da própria sala de aula, a atividade de extensão, voltada para a uma educação do e no campo, também não pôde deixar de observar a baixa quantidade de alunos atendidos pela Escola Cidadã Paulo Freire, o que nos levou a termos as atividades abrangendo a totalidade de alunos, ou seja, todo o Ensino Fundamental II. Em grande medida, a alta evasão de alunos evidenciada na escola se dá em grande parte pelo próprio modelo de Escola Cidadã Integral imposta à escola, não atendendo ou respeitando as condições próprias da vida do campo (BRAGA et al., 2019). Tal modelo escolar, com a imposição da permanência dos estudantes tanto pela manhã quanto em parte da tarde, sem uma infraestrutura adequada a tal permanência e que não atenta para as necessidades dos jovens de áreas rurais, acaba por afastar parte do público desejado.

## **ANÁLISE DA PRÁTICA DE EXTENSÃO**

A atividade de extensão na escola se constituiu de rica experiência tanto para membros do PET História quanto para os alunos. Percebemos que o alunado conseguia fazer associações entre o mural e o tema proposto nas aulas, que consideramos como um ponto positivo na questão da aprendizagem, ainda que percebamos certa dificuldade de interação na análise dos materiais durante as aulas, em parte devido a própria timidez dos alunos. Aos membros da atividade de extensão, foi rica a possibilidade de exercício do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão, ainda mais em se tratando de comunidades cotidianamente marginalizadas das mais diversas formas. A todos os envolvidos o contato com a história de luta da comunidade camponesa brasileira pelas aulas foi um valioso momento, que esperamos refletir na práxis de todos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Política de formação de educadores(as) do campo**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222-234.

BRAGA, Arthur Reginaldo Oliveira et. al. PET História e extensão na escola do campo. In: QUEIROZ, José Luciano (org.). **Dez anos de história**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, p.195-210.

BRASIL. MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONERA. **Manual de Operações**. Brasília, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Campo. Políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem fronteiras, São Paulo, v.3, 2003.

**Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 71º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MANUAL de Orientações Básicas (MOB) – Programa de Educação Tutorial – PET, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category\\_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192). Acesso em: 26 out. 2020.

# **POR UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NA ESCOLA DOM LUIZ EM CAMPINA GRANDE**

**Carlos Janiel Lourenço da Silva<sup>1</sup>**

**Ismael Lacerda Brasileiro<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O presente trabalho busca trazer um relato de experiência realizada na Escola Dom Luiz, no bairro das Malvinas, em Campina Grande PB, iniciativa vinculada ao programa PET História UFCG, levando aos alunos do ensino médio uma extensão crítica e emancipatória. Considerando o lugar social e a realidade dos educandos e realizada com alunos e alunas da escola pública e em sua maioria vindo da classe trabalhadora. Busca-se analisar o papel da Extensão Universitária conforme ensinava Paulo Freire, assim como, fundamentamos nossa atuação baseada no exercício de uma história a contrapelo, seguindo as “Teses sobre História” de Walter Benjamin. Por isso, os temas trabalhados em sala de aula, trazem conteúdos que passam por constantes ataques na atual conjuntura, por serem eles uma História das classes subalternas.

**Palavras-chave:** Extensão, História, Experiência de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Como tentativa de responder algumas perguntas em relação ao papel da Universidade pública hoje, dos programas de extensão e qual deve ser o papel da extensão quando aplicada numa escola num bairro de Campina Grande, na Escola Dom Luiz Gonzaga, com alunos e alunas geralmente vindas da classe trabalhadora e de baixa renda, elaboramos as discussões presentes no seguinte texto, com o intuito de discutir também a contribuição social do ensino de História. Nas discussões sobre nossa experiência em sala de aula, na qual levamos temas que geralmente passam despercebidos pelos currículos escolares voltados para o enem, a disciplina de História perde um pouco sua criticidade e passa a ser mais de uma História Geral, contemplativa e de um passado distante, desconectado com a realidade social daqueles alunos e alunas.

Em tempos de negacionismo, revisionismo histórico, escola sem partido e uma conjuntura no geral complicada para o ensino da História, o ensino em si torna-se um desafio, principalmente quando este traz consigo temas como Nazifacismo, ditaduras militares, gênero, raça,

movimentos sociais, dentre outros temas. Levando também em consideração, alguns problemas relacionados a sala de aula, como o tempo que é destinado ao ensino de História que, na maioria das vezes é um tempo curto, acabando por dificultar a possibilidade de construir um conhecimento crítico e a discussão de assuntos complexos, que requer semanas de debate e troca de conhecimentos. Algumas respostas para estes impasses na atualidade, na conjuntura e no ensino, pretendem ser elaboradas no decorrer do texto.

Dessa forma, pode-se lançar as seguintes perguntas: quais os caminhos para uma universidade mais democrática e mais popular? Qual o papel da universidade pública perante a sociedade? Como passar do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário? perguntas como estas serão discutidas com mais profundidade no presente trabalho.

## **O PAPEL DA EXTENSÃO E NOSSA PRESENÇA NA SALA DE AULA**

O Programa de Educação Tutorial do Curso de História da UFCG do qual fazemos parte trabalha com ensino, pesquisa e extensão. O colégio Dom Luiz Gonzaga Fernandes, localizado no bairro das Malvinas, é um dos colégios que atuamos como grupo, vale citar também os trabalhos nos colégios Elpídio de Almeida localizado no bairro da Prata e Major Veneziano Vital do Rêgo localizado no bairro Catingueira, que também possuem propostas de extensão voltadas para a preparação pro ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) com turmas do ensino médio.

Um dos critérios para selecionar as escolas é conhecer o perfil dos alunos e possibilitar o acesso à universidade. Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 67) nos traz reflexões acerca da elitização do meio universitário e como o acesso tem sido excludente; embora todos façam o mesmo teste de entrada, não são todos que possuem as mesmas condições para de fato concorrerem à uma vaga nas universidades. Como professores, entendemos que nossa função é contribuir para a entrada desses alunos da periferia.

Sabendo disso, desde o momento do nosso planejamento durante as reuniões de elaboração de planos de aula, buscamos conteúdos que serão úteis para o ENEM, possibilitando aos alunos maiores chances de ingresso. Boa Ventura de Souza Santos, célebre professor de economia na universidade de Coimbra, atualmente aposentado, discute em sua obra *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade* a respeito da legitimidade da universidade e algumas propostas de mudança na forma de atuar na sociedade.

Santos (2011, p. 73) defende que a extensão é uma forma da universidade lutar contra a exclusão social, em defesa da diversidade cultural; ao mesmo tempo que legitima o papel da universidade, por isso, entendemos que nossos temas devem abordar questões pertinentes à vida dos alunos. Uma extensão não somente voltada à entrada na universidade, necessitamos também atender à causas concretas da vida dos alunos, que enfrentam problemas sociais no meio em que vivem.

O fosso cavado entre a universidade pública e o saber pedagógico é prejudicial, tanto para a escola pública como para a universidade (...) O Princípio a ser afirmado é o compromisso da universidade e escola pública. A partir daí, trata-se de estabelecer mecanismos institucionais de colaboração através dos quais seja construída uma integração efetiva entre a formação profissional e a prática de ensino. (SANTOS, 2011, p. 82-83)

Através do grupo PET do qual participamos conseguimos exercer a função de professores e assim nos aperfeiçoarmos na nossa área de formação. Além dos conhecimentos que adquirimos ao realizar as atividades, contribuímos para a vida dos alunos, bem como aponta SANTOS (2011), para a legitimação da universidade. Defendemos uma educação que propicie ao aluno uma visão crítica da realidade, agimos assim numa ação dupla: de uma lado buscamos auxiliar a entrada na universidade, de outro propicia aulas críticas que façam os alunos refletirem sobre sua realidade. No ano de 2018, foi aplicado um questionário aos alunos das turmas que assistiram às aulas do PET naquele ano. Os dados nos mostraram que grande parte dos alunos é oriundo de uma família da classe trabalhadora, e também grande parte dos alunos mostraram interesse em cursar um curso superior em universidade pública.

Essas informações nos mostram o que buscar na hora de planejar nossas atividades como professores. Dessa forma, o PET-História trabalhou os seguintes temas no colégio Dom Luiz em 2019: Gênero, Movimento Sem Terra (MST), Religiões Afro-Brasileiras e Ditadura Militar. Temos melhores condições de detalhar as aulas que ministramos, por isso enfatizamos no tópico do fascismo. Esse tema em específico é muito importante na atualidade diante de uma conjuntura em que discussões políticas estão acaloradas. Apesar de um tema que aconteceu em um local distante, as ideias que nascem com o fascismo influenciaram políticos como Plínio Salgado, que adaptou as ideias europeias à realidade brasileira e foi tema da nossa segunda aula. Mostrar como determinado tema está presente na realidade do aluno é fundamental para que o aluno entenda a importância do que foi trabalhado, por isso a primeira aula foi um tema geral do fascismo europeu, e secundamente trabalhamos a sua abordagem no Brasil.

A experiência foi proveitosa. Trabalhamos a temática em duas turmas e houve participação dos alunos durante as aulas. Nossa metodologia buscou dialogar com os alunos, questionando a priori acerca do conhecimento prévio dos alunos e utilizando imagens em slides que propiciem o debate e a crítica. Paulo Freire (1983) discute como a "extensão" é um ato unilateral, e assim prefere o termo "comunicação", que enfatiza a participação de ambas as partes no processo de aprendizagem. O autor defende também que o conhecimento não pode ser transferido; o educador deve conscientizar para que o indivíduo possa ser crítico diante das situações concretas das quais vivencia, em uma troca de saberes na qual o aprendiz é ativo no processo de aprendizagem.

O conhecimento surge nas relações do homem com o mundo, e se aperfeiçoa com o pensamento crítico acerca dessas relações (FREIRE, 1983). Se praticamos a extensão de maneira mecânica, seguindo o conceito de "levar o conhecimento ao aluno" como se o professor fosse

o portador do conhecimento e o aluno o recipiente, fazemos uma invasão cultural, desconsiderando assim os saberes dos alunos e possivelmente, a aprendizagem não acontecerá. Por isso que durante nossa atuação em 2019, buscamos a participação dos alunos por meio de perguntas que estimulem o pensamento crítico. Acreditar na educação é acreditar no potencial do aluno e entender que ele também é detentor de conhecimentos.

De certo, a experiência foi crucial no nosso desenvolvimento como educador. Em 2019, lecionamos nossa primeira aula e pudemos aprender mais, além dos muros da universidade. Muitas vezes estudamos teorias sobre educação, pedagogia, questões sociais, porém é necessário entender como acontecem esses conceitos na prática. A teoria e prática devem andar juntas, por meio do PET História, há a possibilidade de experienciar logo cedo a profissão que estudamos para nos tornar. Nesse sentido, vemos a importância do professor na sociedade, que a partir de um ensino engajado modifica o meio no qual está inserido.

## **O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DE UMA HISTÓRIA A CONTRAPELO**

Muito se tem discutido sobre o papel da Universidade, seja nos países centrais, seja nos países semiperiféricos ou periféricos, no caso do Brasil, que recém saído da Ditadura Militar (1964-1985) adentrou no período em que o neoliberalismo tomava cada vez mais forma, o incentivo ao setor privado, a financeirização entre outros aspectos, o que não foi diferente para a universidade pública, que desde sempre encontrou diversos problemas, sejam eles econômicos, políticos e de sua formação como um todo. Pode-se dizer que a universidade pública hoje, ela ainda é bastante excludente, pouco democrática e não é pública no sentido completo da palavra, sendo que cada vez mais o setor do ensino privado tem um certo acesso sobre as universidades públicas no Brasil e no mundo.

Levando em consideração os desafios que a universidade pública encontra nos dias de hoje, e quais os caminhos para a superação de tais desafios, em época onde o ensino público vem sendo sucateado como parte de um projeto em prol das privatizações; há uma forte descrença no conhecimento científico, fazendo com que o meio universitário seja, em certa medida vista como um lugar fechado, de uns poucos privilegiados e que forma intelectuais arrogantes que pouco tem a oferecer como um retorno a sociedade.

Santos (2011) discute os diversos desafios já citados que a Universidade pública vem enfrentando nos últimos anos em todo o mundo, este impacto sendo mais significativo nos países semiperiféricos e periféricos e, quais os caminhos que as pessoas que compõem este espaço devem seguir para superar estes desafios e problemas. O autor discute o porquê de a Universidade, que era vista como uma instituição de excelência, tem perdido sua hegemonia e se tornado alvo de crítica social.



Somando a isto, o autor aponta a necessidade e o surgimento de um novo modelo; do modelo universitário ao pluriversitário. Como conhecimento pluriversitário leia-se um conhecimento formulado extramuros, um diálogo ou confronto com a sociedade que deixa de ser objeto da ciência e passa a ser ela própria sujeita a interpelações da ciência que, embora venha sendo feitas com a indústria, sob forma de conhecimento mercantil, também pode ser feito através de trocas voluntárias e solidárias

(...) Através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis (imigrantes ilegais, desempregados, doentes crônicos, idosos, portadores de HIV/Aids e etc) comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos. É um vasto conjunto de utilizadores que vai desenvolvendo uma relação nova e mais intensa com a ciência e a tecnologia e que, por isso, exige uma maior participação na produção e na avaliação dos seus impactos. (SANTOS, 2011, p. 43)

Dessa forma, podemos trazer ao debate a atuação dos programas de ensino, pesquisa e extensão, no caso do PET História, uma extensão que é feita com alunos de escolas periféricas, escolas quilombolas, escolas do campo busca levar uma educação e ensino extramuros, uma educação crítica e que ofereça um retorno aos filhos e membros da classe trabalhadora, utilizando as palavras do autor “à medida em que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência” (SANTOS, p. 44) Ao atuarmos na escola Dom Luiz Gonzaga no Bairro das Malvinas em Campina grande, busca-se além de fazer o que sugere Boaventura de Souza Santos, mas também a construção de um conhecimento crítico e de um conhecimento Histórico a contrapelo, um conhecimento Histórico que os alunos e alunas não estão tão familiarizados, mas que diz respeito ao seu lugar social.

Walter Benjamin, filósofo e pensador alemão que viveu o conturbado contexto do início do século XX e vendo de perto a Primeira Guerra Mundial, a ascensão do fascismo na Europa, a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, o Stalinismo, o advento da Segunda Guerra Mundial, deixou como último trabalho as Teses sobre o conceito de História, onde este lança uma série de considerações acerca de tais eventos e qual deve ser o papel dos historiadores em relação às vítimas, os anônimos, aqueles que foram derrotados e tiveram seus projetos interrompidos, os que geralmente não aparecem nas páginas da História.

“Rememorar e redimir” se tornam palavras centrais para compreender o papel da História e dos Historiadores engajados nas teses elaboradas por Walter Benjamin, ao falar sobre um Messias e sobre seu papel na história, nosso filósofo se refere a este como toda a classe oprimida, a que era em primeiro lugar atingida pelos problemas citados anteriormente no contexto em que viveu o autor, cabe ao Messias rememorar as lutas dos povos e dar voz novamente aos seus silêncios, para que assim eles sejam redimidos e seus projetos recuperados. Trazendo a discussão para o Brasil, é impossível fazer com que as vítimas na Cabanagem, Balaiada, Canudos, Contestado entre tantos outros eventos, tenham voz novamente e resgatem os seus projetos,

mas o historiador engajado pode trazer consigo uma História a contrapelo, recontando a História a partir dos de baixo e que foram derrotados.

Ao atuarmos em escolas da zona periférica de Campina Grande, assim como em escola do Campo, Quilombola, e discutimos temas como Nazifascismo, ditaduras militares, reforma agrária, gênero, movimentos sociais, escravidão, quilombos, raça e etc, tem-se como intenção retomar o que ensinou Walter Benjamin em seu último trabalho, não levarmos uma História dos vencedores onde os reis, as rainhas, os militares, o alto clero ganham vez e voz, mas trazer uma História vista de baixo, onde os alunos e alunas possam se identificar com aquelas lutas do passado e não as vejam como a Historiografia conservadora busca construir em memória, como algo subversivo e que toda a repressão foi necessária em prol da ordem e do progresso. Sobretudo, deve ser ensinado a não apenas contemplar o passado, mas agir sobre o presente tendo aprendido com o passado, com o que deu errado e evitar certos problemas recorrentes no presente.

Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, Walter 1940, p. 02)

Sendo assim, podemos nos perguntar qual o inimigo que não tem cessado de vencer. No tempo de Walter Benjamin seria fácil citar Hitler ou a Segunda Guerra Mundial; hoje podemos citar o vasto negacionismo da ciência e o revisionismo histórico que vem sendo feito por diversos grupos, via internet, cursos, palestras e que vez ou outra; chegam na sala de aula sobre forma de que: “não houve ditadura, e sim uma revolução”, “a escravidão negra não foi tão ruim”, por já haver escravidão desde a antiguidade ou que “o fascismo é uma ideologia de esquerda e que ficou no passado”.

Buscamos reverter algumas dessas questões e combater o revisionismo que ganhou forma no Brasil nos últimos anos, mesmo com certos impasses, como pouco tempo de aula, trabalhar temas complexos de forma rápida, entre outros problemas, todos os grupos atuantes na escola Dom Luiz buscam escovar a História a contrapelo, usando as palavras do próprio Benjamin, e fazer com que os alunos desenvolvam um ponto de vista crítico, politizado e que não apenas contemplem o passado junto com os grandes nomes que mais do que nunca, vem sendo reafirmados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um trabalho de extensão, portanto, podemos considerar que não só tem acrescentado como formação em uma licenciatura em História, contribuindo para desenvolver a prática de professores em rede pública de ensino, mas também contribuiu com a experiência de trabalhar com temas que dizem respeito a debates pertinentes na conjuntura atual, nesse caso o debate em torno do fascismo.

O PET História também merece menção, por proporcionar que esses trabalhos sejam desenvolvidos em conjunto e que, a cada ano, pretende manter um diálogo com alunos da rede pública de ensino, levando até eles aqueles conhecimentos em História que são construídos na universidade, mas que realiza um trabalho extramuros, proporcionando assim, um retorno aos filhos da classe trabalhadora, seja no campo, seja na cidade.

Como nossa primeira experiência de docência, foi marcante para nós realizarmos o trabalho do qual tratamos um pouco. Consideramos então, o nosso primeiro passo no que se configura uma das funções do historiador. Através da nossa experiência, tivemos a oportunidade de ensinar o que foi passado, e ao mesmo tempo aprender um pouco mais da realidade na qual vivemos.

## NOTAS

- 1 Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande e membro do PET História UFCG.
- 2 Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande e membro do PET História UFCG.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter **Teses sobre o conceito de História**, 1940. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod\\_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 09, ago, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS, Boa ventura de Souza. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

# ST 10

## **“O CRÈME DE LA CRÈME DA HISTÓRIA”: HISTÓRIA CULTURAL DAS SENSIBILIDADES**

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior  
Prof. Me. Rafael Nóbrega Araújo



# A DISCIPLINARIZAÇÃO NOS CORPOS DOS MENORES DA ESCOLA APRENDIZES DE MARINHEIROS DA PARAÍBA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Shairany Arias Palombo Sonntag

Azemar dos Santos Soares Junior

## RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar como a saúde e o condicionamento físico eram critérios importantes para o processo de seleção dos menores que pretendiam fazer parte da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no início do século XX. Essa instituição tinha por objetivo aumentar o corpo da Marinha do Brasil. Logo, oferecia uma ampla educação para jovens meninos, que ali seriam lapidados até se tornarem marinheiros. Essa escola atendia um público em vulnerabilidade social, de forma que estava em constante contato com juizes de órfãos, e com pais que talvez enxergassem ali, um futuro melhor do que a pobreza poderia dar aos seus filhos. Assim, para constituir a metodologia deste trabalho, foi analisado o 2º Livro Termos de Inspeções de Saúde da Escola de Aprendizes Marinheiros da Parahyba, com termos datados de 1927 até 1931. Bem como, o Decreto nº 11.479, de 10 de Fevereiro de 1915, que estipulava uma série de regulamentos para as escolas de Grumetes e de Aprendizes-Marinheiros. Teoricamente, dialogamos com a proposta de disciplina aos moldes de Michel Foucault (2009) e de cultura física de Azemar Soares Jr (2015). Pode-se concluir então, que a Escola Aprendizes de Marinheiros da Paraíba seguia as instruções do Decreto mencionado, e assim, além de moldar menores através de diversos métodos voltados para a disciplina, também estipulava uma padronização dos corpos.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Marinheiros; Disciplina, Cultura física.

## INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto das recentes investigações a respeito da Escola Aprendizes de Marinheiros, uma instituição que transitou entre os séculos XIX e XX e fez-se presente em todas as regiões do Brasil. Isto posto, este artigo delimita-se ao estado da Paraíba na primeira metade do século XX, dispondo de um olhar atento aos discursos médicos, acerca da saúde física, que permeavam o território e eram expressados através da educação, inclusive na referida instituição.

Sendo assim, a fonte utilizada nesta pesquisa foi o 2º Livro *Termos de Inspeções de Saúde da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba*. Nele, são encontradas vistas médicas de 1927 até 1931, dos menores que pretendiam entrar nessa escola. Assim, a avaliação médica completa constou-se como uma importante etapa para o recrutamento dos futuros aprendizes. Para complementar essa discussão, foi analisado também o *Decreto nº 11.479*, de 10 de Fevereiro de 1915. Esse tipo de documento era constantemente atualizado para agregar as novas demandas que surgiam nessas escolas, estipulando os regulamentos a serem seguidos. Desse modo, foi possível observar as semelhanças entre as duas documentações, principalmente no que diz respeito às especificações sobre o condicionamento físico.

Compondo o corpo teórico deste trabalho, foi de extrema relevância consultar os escritos acerca da história da educação e dos corpos, do pesquisador Azemar Soares Júnior (2019), em seu livro “*Phisicamente Vigorosos: Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*”, em que se propõe a discutir os discursos médico-pedagógicos na Paraíba no início do século XX. Assim como também, a tese de doutorado de Rozenilda Maria de Castro Silva, na qual desenvolve as particularidades e práticas educativas da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí entre os anos de 1874-1915. Em sua escrita, é possível encontrar apontamentos sobre a trajetória dessas escolas em geral, de acordo com os decretos estipulados neste período. Dessa forma, algumas observações em relação ao século XX foram proveitosas para este trabalho.

Por fim, um outro conceito que norteou essa pesquisa foi o de *disciplina* postulado pelo filósofo Michel Foucault (2008). Especialmente na terceira parte do seu livro *Vigiar e Punir*, na qual o autor trabalha reflexões acerca de corpos dóceis e adestramento, fazendo contrapontos com os corpos dos soldados. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar a importância dada ao condicionamento físico das crianças que desejavam entrar na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre 1927-1931. Bem como, examinar os critérios de estrutura corporal e saúde, exigidos pela instituição.

## **LUGAR DE DISCIPLINARIZAÇÃO DE MENTES E CORPOS: UM POUCO SOBRE AS ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS**

A Companhia Aprendizes de Marinheiros da Paraíba foi criada ainda no século XIX com o objetivo principal de aumentar o corpo da *Marinha do Brasil*. Sua criação estava inserida em um cenário de grandes transformações estruturais, em que a identidade nacional passou a ser um assunto de longos debates. “Foi nesse contexto que ganhou vida a Marinha do Brasil, responsável por contribuir com o fortalecimento da ideia de constituição do país enquanto projeto de nação” (FRANCISCO, 2018).

A formação dessa identidade permeou os mais diversos campos. No entanto, a educação parece ter sido o meio mais propício para colocar em ação os planos imperiais. Começou-se a pensar então, formas para adestrar a sociedade e impor uma ordem nacional baseada principalmente na moral (SANTOS; SOARES, 2018). As Companhias de Aprendizes Marinheiros, surgem como uma estratégia para estabelecer essa ordem através da educação.

Em 1885, a Companhia da Paraíba passou a se chamar Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, atendendo a meninos em vulnerabilidade social. De modo que as crianças em situações de rua, pobreza, órfãos e até mesmo aquelas que tinham cometido algum pequeno delito, passassem por uma rigorosa disciplinarização a fim de se tornarem marinheiros.

Uma vez alistados na Escola que funcionava no modelo de internato, era oferecido a esses meninos o ensino básico em que aprendiam a ler, escrever, contar etc. Também fazia parte do currículo o ensino profissional, no qual os aprendizes estudavam a arte de ser marinheiro. É interessante ressaltar, conforme explica Rozenilda de Castro Melo (2017, p. 187), que tanto o ensino elementar como o profissional, passaram por diversas mudanças durante a trajetória das Escolas. Como por exemplo:

No ensino profissional, em 1874, o aprendiz precisava saber a arte de marinheiro, como fazer nós, costuras e pinha, dentre outras; em 1912, o marinheiro precisava ser um especialista mecânico; em 1874, o ensino elementar poderia ser ministrado por um capelão ou um oficial marinheiro; em 1912, por um professor normalista com experiência.

Mas, seja no ensino profissional ou no elementar, seja na exigência de dominar a arte dos nós ou da mecânica, ambos eram envoltos pela disciplina. Michel Foucault (2008), fala sobre o quanto a disciplina empregada nas instituições moldam esses corpos transformando-os em corpos dóceis, obedientes. Ao analisar a obra de José Lins do Rego “Doidinho” (1933) obra que referencia a Marinha como disciplinadora e temida, Rozenilda de Castro (2017, p. 128), depara-se com a descrição de um lugar indesejado e com rígidas rotinas. “Castigo com palmatória quando não souber a lição; ficar isolado em um quarto, sentado em um tamborete, sem fazer nada, quando não obedecer; vigilância constante pelo diretor ou pelo decurião; horário definido para os afazeres; silêncio; acordar, comer e dormir à hora certa”. Desse modo, seja no império ou na república, os aprendizes eram lapidados pela disciplina para tornarem-se bons marinheiros. A disciplina era um fator tão importante, que traçava o caminho das Escolas Aprendizes de Marinheiros, como explica Laelson Francisco (2018, p. 22):

A disciplina era algo entendido como essencial e extremamente importante para o bom andamento e execução do serviço dentro das forças armadas. Seria o ponto chave ou motriz. Sem disciplina não haveria controle. Sem o controle a bordo dos navios, a Marinha estaria sob o caos, pois a desobediência gera conflitos internos e externos que refletiriam sob o trabalho, ruindo assim tanto com a hierarquização como com o exercício a que se propunha a Marinha de Guerra.

À vista disso, a disciplina estava presente em todos os campos das Escolas Aprendizes de Marinheiros. No estado da Paraíba, o *Livro de Termos de Inspeção de Saúde*, revela uma disciplina que molda a estrutura corporal dos aprendizes e que descarta aqueles que não se encaixam no ideal de um corpo robusto. Uma vez esse corpo julgado apto durante o recrutamento, ele ainda irá ser trabalhado para ser um corpo de marinheiro e revisado após um ano de internato, passando por um novo julgamento médico.

## **MÉDICOS, MEDIDAS E EXAMES: O CORPO APTO PARA SER MARINHEIRO**

Na primeira metade do século XX, a higiene se tornou um tema amplamente discutido e gerador de diversos projetos. Entre 1913 a 1942, as disciplinas Higiene e Educação Physica tornaram-se obrigatórias no currículo escolar. “Frutos de um projeto que almejou fazer da escola um lugar de excelência na arte de disciplinar corpos e mentes, mais especificamente, das crianças saudáveis que desejava possuir” (SOARES JR, 2019, p. 3). Ser saudável era um importante critério para o recrutamento de aprendizes de marinheiros na Paraíba, mas não só, era necessário estar dentro dos parâmetros impostos pelo decreto vigente.

O decreto nº 11.479 de 10 de fevereiro de 1915, estabelecia que os menores fossem portadores de corpos robustos. Para isso, dispunha de um Índice de robustez, que consistia em avaliar a diferença da altura do indivíduo com a soma do perímetro torácico na maior inspiração, do índice de respiração e dos diâmetros bideltodianos e bitrochanterianos. O resultado variava de fraquíssimo a excepcional, em que a diferença para menos de quarenta pontos era o pior resultado; entre nove e cinco, a criança era considerada fraca; menos que 4, significava regular. Os melhores resultados eram com a diferença para mais de quatro a cinco, sendo classificado como bom; seis a dez, como robusto; onze a vinte, muito robusto e acima de 21, excepcional (BRASIL, 1915).

O Decreto ainda traz um exemplo de como esse cálculo deveria ser feito: “[...] exemplo:  $38 + 32 + 7 + 2$ . Diâmetro bideltodiano, largura perímetro índice é igual a 146. Altura 161. Diferença 15. O que é fraquíssimo”.

No documento, ainda são elencadas oito características que o menino para entrar na Escola Aprendizes de Marinheiros, deveria possuir. No entanto, o médico durante o ato da inspeção, precisava estar atento às diferenças nos corpos das diferentes regiões e etnias. “[...] atendendo à diversidade de tipos criados das diferenças topográficas das localidades e raças cruzadas de que se compõem os inspeccionandos” (BRASIL, 1915). Desta forma, um corpo apto para ser Aprendiz de Marinheiro, continha as seguintes especificações, conforme o referido Decreto:

1ª A harmonia de traços physiônicos e geraes que constituem a beleza physica. 2ª A harmonia de desenvolvimento da musculatura, indicativa da robustez physica e que não deverá ser abafada por excessivo tecido adiposo. 3ª A qualidade dos dentes, sua implantação e estado de conser-



vação, bem como a qualidade ogival da abobada palatina. 4ª A qualidade das unhas, cabellos e especialmente da pelle e habito externo, para o estudo de cicatrizes, parasitas, vitnogo e ephehdes. 5ª A pitose visceral e a conformação do abdomen. 6ª Ao desenvolvimento psychico de que dá provas a vivacidade das respostas e o olhar intelligente. 7ª A disposição dos hombros e de attitude geral, onde os membros deverão se conservar em posição physiologica. 8ª Satisfeitas estas investigações visuaes, procurar o indice abaixo indicado, por isso que os indices de Fortiére, de Piguet, os processos de Mackieniez, de Themoin, de Huguene y e de Lemdine, não satisfazendo por completo uma tabella de robustez e idoneidade physica, quando se trata de organismos não de todo desenvolvidos como sóem ser os adolescentes de 13 a 16 annos, não podem constituir bases para admisão de inspecionandos das referidas escolas.

Essas instruções deveriam ser seguidas durante a inspeção que antecedia o alistamento e após um ano depois que o aprendiz era alistado. Conforme explica Azemar Soares Jr. (2015), ao analisar o jornal *A União* de 1914, a Escola de Aprendizes Marinheiro foi a primeira da Paraíba a adotar o modelo de caderneta sanitária. As primeiras páginas deste documento, apresentavam o resumo do exame médico do aprendiz. Esses dados que vêm sendo trabalhados, mostram o quanto essa instituição se mantinha como um cenário ideal para formar corpos úteis para a nação.

Para isso, o 2º *Livro de Termos de Inspeção de Saúde* (1927-1931), tem por finalidade registrar as inspeções de saúde que ocorriam com os menores que pretendiam entrar na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, além dos próprios alunos e funcionários. Essa inspeção ocorria pelos médicos contratados da Escola, os quais julgavam seus pacientes aptos ou inaptos para ingressar ou continuar nos serviços em prol da Marinha. Durante a consulta, eram avaliadas todas as características dos menores, como especificado no Decreto já mencionado.

Nas inspeções eram avaliadas a cor da pele e do cabelo, a altura, o peso, exames de audição, visão, ureia, avaliação dos reflexos, do nariz, da boca e garganta, esqueleto, perímetro torácico, aparelhos circulatório, digestivo e genitais. Além do histórico familiar, a fim de saber se os parentes gozavam de perfeita saúde. Também era obrigatório a vacinação no ato da inspeção. O pulso que era medido antes e depois do exercício físico. O médico deveria atentar-se também à presença de tremores e considerar a fala da criança como sendo normal. Caso o candidato apresentasse todas as características desejadas era então considerado apto para fazer parte da Escola ou continuar na mesma, visto que o mesmo procedimento era repetido um ano após a admissão.

É importante ressaltar, que essas inspeções ocorriam tanto para com os aprendizes marinheiros, quanto para com os próprios funcionários da Escola. Os exemplos que o documento traz de pessoas que foram consideradas inaptas são poucos e geralmente justificados por alguma doença a qual o indivíduo sofria. Como por exemplo, o caso do “[...] aprendiz marinheiro nº 6, José Jorge Maciel, com 16 annos de idade, de cor branca, natural do estado da Parahyba do norte, que foi julgado inapto para serviço armado por estar soffrendo de epilepsia” (2º LIVRO

DE TERMOS DE INSPECÇÃO DE SAÚDE, 1931). No entanto, essa documentação revela o papel dos médicos nas escolas, como ressalta Azemar Soares Jr. (2015, p. 129),

A novidade nos documentos não está apenas no fato de certificar a boa saúde, mas na participação dos médicos nas escolas e, principalmente, por legitimar a realização de atividades físicas. Dessa forma, consolidavam a escola enquanto o lugar mais propício para promover as transformações do corpo e dos hábitos. O ensino não contemplaria apenas o conhecimento das letras e das ciências, mas também os benefícios do saber médico para a saúde do corpo.

Como explicado, a escola era o cenário perfeito para disciplinar as pessoas. Na escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o objetivo era tirar aquelas crianças desvalidas, muitas vezes sem família e moradoras de rua e torná-las úteis para sociedade através da disciplina, tanto física como mental. Michel Foucault (2008), ao trabalhar com a percepção de soldado a partir do século XIII, apresenta o quanto as pessoas podiam ser transformadas e padronizadas através da disciplina.

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2008, p. 162).

Dessa forma, o soldado deveria ser reconhecido de longe pelo seu corpo e suas atitudes. Da mesma maneira, a Escola de Aprendizes Marinheiros, fabricava marinheiros a partir de uma “matéria prima” desvalida, mas que deveria apresentar sinais de robustez para então ser lapidado e digno de ser chamado de Marinheiro. “Dessa ‘arte de talhar pedras’ haveria uma longa história a ser escrita — história da racionalização utilitária do detalhe na contabilidade moral e no controle político” (FOUCAULT, 2008, p. 166). Como explica Laelson Vicente Francisco (2018) ao estudar a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, esse controle político destacado por Foucault, pode transferir-se a essas instituições visto que, uma de suas funções era a de adestrar crianças, realizando assim uma limpeza nas ruas, higienizando a cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se concluir que a disciplinarização era o ponto de partida da Escola Aprendizes Marinheiros da Paraíba. Os meninos desvalidos deveriam ser analisados nos mais pequenos detalhes para serem realmente alistados e merecedores de tal educação. Uma vez confinados no internato, passariam por treinamentos físicos e uma educação profissionalizante que os tornariam em verdadeiros marinheiros.

Portanto, pode-se discutir que a Escola Aprendizes de Marinheiros da Paraíba, prezava por corpos vigorosos e robustos para serem lapidados durante a formação de marinheiro, conforme o Decreto vigente orientava. Dessa forma, acabava por se tornar uma fábrica de marinheiros padronizados, tanto nos aspectos físicos quanto mentalmente.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Rozenilda. **A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba**. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes 2018.

FRANCISCO, Laelson Vicente. “**Um passo para o homem, um salto para a Marinha**”: a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte. 2018. 66 f. Monografia - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LIVRO DE TERMO DE INSPECÇÃO DE SAUDE DA ESCOLA APRENDIZES DE MARINHEIROS DA PARAÍBA – 1927. Arquivo da Marinha do Brasil.

SANTOS, Thaís Luana Felipe; SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. A escola de aprendizes marinheiros da Paraíba: fabricando o corpo-máquina para a salvação da criança desvalida:: (1910-1932). In: SOARES JUNIOR, Azemar do Santos. **Escritas do sensível**: experiência, história cultural e práticas educativas. João Pessoa: Ideia, 2018. p. 53-70.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Physicamente vigorosos**: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015

# A ESPADA DE DÂMOCLES: O CASO DA AORTITE SIFILÍTICA DO ESTIVADOR ANTÔNIO POMPÍLIO GONÇALVES (JOÃO PESSOA-PB, 1935-1937)<sup>1</sup>

Rafael Nóbrega Araújo<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo parte da análise de um agravo de petição cível de um processo indenizatório impetrado pelo estivador Antônio Pompílio Gonçalves contra a Cia de Comércio e Prensagem de Algodão, para problematizar se o caso de aortite alegada pelo trabalhador poderia ser considerada uma doença decorrente do trabalho. A Cia. de Comércio alegou que a causa de sua doença decorreria não do trabalho, mas teria origem sífilítica. A sífilis era tida pelo saber médico como um vasto e momentoso capítulo da medicina social, uma doença insidiosa, dissimulada em suas manifestações e nefasta em seus efeitos letais. A medicina social considerava que a lues era um fator de desbaratamento da economia, provocando estados de miséria física e moral que oneravam a sociedade. Em um contexto histórico no qual o trabalhador teve seu valor social mensurado a partir da sua capacidade produtiva, ser saudável era uma condição tida como imprescindível para o trabalho. Inserido no campo da História das Doenças, o artigo parte do pressuposto de que as doenças possuem uma historicidade e uma dimensão social, e de que a enfermidade não é somente um conjunto de sintomas que levam o enfermo a procurar o médico, mas que o fenômeno mórbido é também um acontecimento que ameaça e modifica a existência, individual e coletiva, mormente com graves consequências. Metodologicamente, a documentação levantada na seção judiciária do jornal católico *A Imprensa* é problematizada à luz da análise do discurso dentro de uma perspectiva foucaultiana, no sentido de realizar outras leituras e produzir interpretações distintas, deslocando os enunciados de onde julgam guardar a verdade.

**Palavras-chave:** História das Doenças; Sífilis; Doença do trabalho.

## INTRODUÇÃO

Na corte do tirano Dionísio de Siracusa, conta a lenda, vivia um cortesão bajulador de nome Dâmocles. Ele dizia que Dionísio era um homem de muito poder e autoridade e, por isso mesmo, muito afortunado. Ele desejava trocar de lugar um dia com o seu amo para gozar tam-

bém tamanha sorte. Certa feita, irritado com tanta bajulação, Dionísio ofereceu-se a Dâmocles para trocar de lugar por um dia como tirano. Para Dâmocles foi-lhe oferecido gozar de todo o luxo, sendo-lhe servido em ouro e prata com as melhores comidas e atendido por mulheres de extraordinária beleza. Dionísio ordenou então que, no meio de tanto luxo e opulência, fosse pendurada sobre a cabeça de Dâmocles uma espada, presa apenas por um fio de rabo de cavalo. Vislumbrando a espada afiada suspensa diretamente sobre a sua cabeça, Dâmocles, com medo da morte, perdeu de imediato o interesse pela boa comida, pelas belas mulheres, deixando de lado toda a pompa que desejava. A pintura abaixo é uma representação, em estilo neoclássico, feita pelo pintor inglês Richard Westall (1812) para ilustrar a narrativa dessa antiga anedota.

**Figura 1: Quadro *The Sword of Damocles*, Richard Westall (1812)**



**Fonte:** <https://ackland.emuseum.com/objects/485/the-sword-of-damocles>

A cena é ambientada na corte de Dionísio, suntuosamente construída em mármore e decorada com ouro, onde é possível ver Dâmocles na parte central à esquerda, sentado em um trono dourado, ladeado por belíssimas mulheres que lhe oferecem vinho, comida e tocam música. Ocupando a posição central na composição, imponente, está a figura Dionísio, o tirano de Siracusa, encontrando-se de pé ao lado de Dâmocles, que o encara aterrorizado, apontando para a espada suspensa sob a sua cabeça pelo fio do rabo de cavalo na parte superior da pintura. Dionísio de Siracusa, explicara a situação para Dâmocles afirmando-lhe que era assim vivia, sob o permanente risco de perder tudo. Essa anedota moral, contada por Timeu de Tauromênio,

historiador grego nascido na Sicília, e tornada famosa pelas mãos de Cícero, cônsul romano, é utilizada para referir-se metaforicamente ao sentimento de danação iminente.

Essa expressão foi apropriada pelo renomado sifilógrafo francês Alfred Fournier (1832-1914) para se referir a um doente sifilítico. Segundo esse médico “[...] a pessoa que tem sífilis ainda que aparentemente boa de saúde é ‘un homme avec un épée de Damocles sur le tête’”<sup>3</sup> (*A Folha*, 22 out. 1933). Ou seja, apesar de gozar de boa aparência, um sifilítico poderia se ver, de súbito, aplacado por um agravamento do seu estado de saúde e ter sua vida ceifada pelo *Treponema pallidum*.

Em meio a pilhas e maços de jornais com suas folhas amareladas, oxidadas, manchadas pela ação do tempo, deparei-me com o caso de um doente sifilítico que parecia ilustrar a metáfora do sifilógrafo francês Alfred Fournier. Seu nome era Antônio Pompílio Gonçalves. Entabulei conhecimento com sua história ao folhear as páginas da sessão judiciária do jornal *A Imprensa*<sup>4</sup> do dia 27 de junho de 1937. O periódico católico limitou-se a reproduzir trechos do processo, sem, contudo, manifestar-se sobre ele. O documento tratava-se de um agravo de petição cível, que se consiste de uma modalidade de recurso processual do Direito Trabalhista, que tem o condão de possibilitar a parte do processo impugnar decisões judiciais na fase de execução, prevista no art. 59 do Decreto n. 24.637 de 10 de julho de 1934<sup>5</sup>, que legislava a respeito das sentenças finais proferidas em ações de acidentes do trabalho, estabelecendo que caberia “[...] como único recurso, agravo de petição julgado em tribunal competente, do qual constava como autor do pedido o sr. Antônio Pompílio Gonçalves e como ré a Cia. Comércio e Prensagem de Algodão” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

Manifestando dores no peito em um dia de trabalho como estivador, o sr. Antônio Pompílio Gonçalves viu de súbito sua vida se transformar em face a uma enfermidade. O presente artigo parte da análise de um agravo de petição cível do processo indenizatório impetrado pelo estivador Antônio Pompílio Gonçalves contra a Cia. de Comércio e Prensagem de Algodão, para problematizar se o caso da enfermidade alegada pelo trabalhador poderia ter sido considerada uma doença decorrente do trabalho. A Cia. de Comércio alegou que a causa de sua doença decorreria não do trabalho, mas teria origem sifilítica. Inserido no campo da História das Doenças, o artigo parte do pressuposto de que as doenças possuem uma historicidade e uma dimensão social, e de que a enfermidade não é somente um conjunto de sintomas que levam o enfermo a procurar o médico, mas que o fenômeno mórbido é também um acontecimento que ameaça e modifica a existência, individual e coletiva, mormente com graves consequências (NASCI-MENTO, 2005). Metodologicamente, a documentação levantada na seção judiciária do jornal católico *A Imprensa* é problematizada à luz da Análise do Discurso dentro de uma perspectiva foucaultiana, no sentido de realizar outras leituras e produzir interpretações distintas, deslocando os enunciados de onde julgam guardar a verdade (FOUCAULT, 2008; FOUCAULT, 2012).

## SAÚDE, DOENÇA E TRABALHO NA DÉCADA DE 1930

Durante a década de 1930, sobretudo após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), foram elaboradas práticas mais efetivas no campo da saúde e segurança no mundo do trabalho. Segundo Anna Beatriz de Sá Almeida (2004; 2015) os debates no campo da saúde do trabalhador, especificamente, das chamadas doenças do trabalho, estiveram inseridos em um quadro social amplo, envolvendo atores sociais diferenciados. Esse processo fazia parte da crescente centralização político-administrativa e intervenção estatal que caracterizou a Era Vargas, que associando valores materiais e simbólicos na busca de consenso social, as ações no âmbito do direito trabalhista, higiene e medicina do trabalho se configuravam como elementos articuladores da proposta de regulamentação de conflitos sociais pelo Estado.

De acordo com Cristina Fonseca (2007), o período compreendido pelo Governo Provisório (1930-1934) foi marcado por grande instabilidade política decorrente, entre outros fatores, da heterogeneidade de forças que se agruparam durante o processo revolucionário. Para a autora, a diversidade de interesses em disputa por obter maior influência junto ao governo federal se fez sentir também no Governo Constitucional (1934-1937), cujas divergências poderiam ser percebidas nos acordos e nas conspirações que caracterizaram a prática política no período, bem como no plano ideológico entre as diversas concepções que orientaram um projeto político para o país. A instauração do Estado Novo, em 1937, veio atestar a inviabilidade de um pacto federativo, levando a implementação de uma política centralizadora de um Estado autoritário.

No que se refere a saúde pública, a tendência institucional de centralizar as ações e a gestão na esfera do governo federal se fez presente a partir de uma concepção desvinculada da ideia de direito, que imprimiu à saúde pública a atribuição unilateral do Estado, excluindo o processo de decisão da população beneficiária. Sobre o processo de constituição de políticas públicas durante a Era Vargas, Fonseca (2007) apontou para a existência de dois modelos de assistência à saúde inerentes ao processo de *state building*, quais sejam: os serviços do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP) e os serviços do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

O investimento político-social no campo da saúde pública, consagrou uma série de medidas no que tange tanto a legislação trabalhista, garantindo determinados direitos ao trabalhador, quanto sindical, impondo o controle direto do Estado sobre estas atividades. Ocupando uma posição de mediador, “[...] o governo se fortalecia e controlava o conflito de interesses e poderes entre dois importantes segmentos sociais [...] Tal sistema que aos poucos se desenhava, era resultado da relação tripartida entre Estado, trabalhadores e burguesia industrial” (FONSECA, 2007, p. 36-37).

Dessa maneira, a política social brasileira durante a década de 1930 se estruturou ancorada em princípios corporativos que possibilitaram garantias de direitos para os trabalhadores, porém permitiam também o controle estatal sobre o movimento sindical, atendendo de igual

modo os interesses dos industriais. Para Fonseca (2007), no que concerne à dimensão institucional do novo ministério, o MTIC consolidou a assistência médica individual previdenciária, que se tornou uma das principais referências para a prestação de serviços públicos de saúde que se voltavam para os indivíduos considerados como “cidadãos”, quais sejam, aqueles inseridos no mercado de trabalho e amparados pelos princípios do corporativismo.

A criação do MTIC, em 1930, significou a implementação de um arcabouço de legislativo que se configuram como referências para a incorporação da política social no campo da saúde enquanto um papel do Estado (ALMEIDA, 2015). Para Ângela de Castro Gomes (1999, p. 55) as práticas ideológicas do Estado pós-1930, em particular do regime do Estado Novo, demarcaram uma política de ordenação do mercado de trabalho “materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho”. De acordo com a autora, foi a partir desse aparato institucional que se tornou possível identificar uma estratégia político-ideológica, cujos discursos eram voltados para a promoção do trabalho como uma pretensa maneira de combater a pobreza.

Na política do Estado varguista, a forma de superação dos problemas socioeconômicos do país perpassava pela garantia para a população pobre abandonada de uma forma digna de vida. Assim, a promoção do homem brasileiro, a defesa do desenvolvimento econômico e a ordem social do país eram “[...] os objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação” (GOMES, 1999, p. 55).

Com o trabalhismo, o trabalhador, especialmente o mais pobre, teve seu valor social mensurado a partir da sua capacidade produtiva. Como condição imprescindível ao trabalhador produtivo era necessário ser saudável. Afinal, segundo o discurso médico, como ter um trabalhador produtivo para a lavoura, a indústria e o comércio, se estava corroído pela sífilis?

## **AORTITE SIFILÍTICA OU DOENÇA DO TRABALHO?**

Antônio Pompílio Gonçalves era um operário de estiva desde 1925. Nesse ano começou a trabalhar para a empresa Kronke & Cia. e em 1934 passou para a Cia. Comércio e Prensagem de Algodão, vindo exercer os mesmos serviços. Certa madrugada de setembro de 1935, quando em meio ao trabalho pesado, Antônio removia “grandes fardos de mercadoria” e sentiu, de repente, “Uma grande dor do lado esquerdo do coração que o obrigou a abandonar o trabalho” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

Procurando imediatamente o patrão, Antônio foi encaminhado por ele para a Companhia Internacional de Seguros, que respondeu dias depois dizendo o caso de Antônio Pompílio “[...] não era de acidente no trabalho, nem doença profissional”. O operário foi então submetido a um exame, em 12 de outubro, no qual os médicos legistas se limitaram a declarar:



[...] – quê externamente nada constataram de anormal, mas observava-se taquicardia”; e que “o examinando negava qualquer passado venéreo”, entretanto, “sabia-se” ter sido o mesmo tratado, em 1933 de aortite de natureza sifilítica fazendo uso de específicos anti-luéticos, em injeções”; concluíram que – “a aortite sifilítica de que é portador o examinando, não pode ser considerada doença profissional (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

No entanto, quatro testemunhas que estavam presentes no momento do ocorrido, afirmaram que Antônio “[...] na ocasião em que suspendia um fardo de algodão para arruma-lo na alvarenga, foi acometido de forte dor no lado do coração, que o impossibilitou de continuar no serviço” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937). A Cia. Comércio, por seu lado, concordava em relação a “[...] tudo quanto essas testemunhas repetem, como que fonograficamente, a respeito do MAL QUE VIRAM, em certa madrugada de setembro, acometer o estivador seu camarada” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

É preciso destacar que, no processo de acidente do trabalho, o operário não precisava provar que a sua doença não era de fundo infeccioso, bastando que para isso tenha se manifestado no trabalho e do trabalho possa ter se originado. Ao patrão era que caberia o ônus da prova de que a moléstia, nas condições supracitadas teve origem não profissional. Baseado no Art. 1º do Decreto n. 24.637 de 10 de julho de 1934, era considerado acidente de trabalho qualquer lesão corporal, perturbação funcional ou doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determinasse “[...] a morte, ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho” (BRASIL, 1934b). Exceto em casos de motivo de força maior, ou de dolo, fosse da própria vítima ou de terceiros, ou por conta de fatos estranhos ao trabalho, o Art. 2º do referido decreto determinava ao empregador o “[...] pagamento de indenização ao seu empregado ou aos seus beneficiários”. É preciso que fique claro: a legislação da época estabelecia a responsabilidade do empregador derivada somente pelo fator do trabalho (BRASIL, 1934b).

Assim, tem-se a seguinte situação: o operário Antônio que sentiu fortes dores no coração durante o trabalho, com testemunhas que confirmam a sua versão dos fatos; os médicos da Cia. Internacional de Seguros, que diziam que a dor provinha de aortite, o que lhe conduziu a abandonar o trabalho precisando ser recolhido ao hospital; e o empregador, a Cia. Comércio e Prensagem de Algodão, que não contestava o fato, mas a origem da moléstia não ter sido um incidente de trabalho e sim, uma aortite de natureza sifilítica. É preciso destacar que os médicos responsáveis pelo laudo, não declararam com conhecimento de causa que Antônio era sifilítico, pois:

[...] não lhe fizeram mais que um exame externo e sem qualquer pesquisa ou reação, mas por informações de terceiros que diziam ter o operário há três anos feito uso, aliás sem prescrição médica, de injeções anti-luéticas, deram-no como portador de uma “aortite de natureza sifilítica” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

O discurso médico da época, baseado no pensamento sifilográfico francês, considerava que a sífilis teria um lugar preponderante na patologia da aortite e aneurismas da aorta, muito embora também considerasse que nem toda aortite tivesse origem infecciosa. Poderiam provir de traumatismos (CARRARA, 1996, p. 72). Assim, o juiz responsável pelo agravo, o sr. Renato Lima da 3ª Vara Cível de João Pessoa, se via diante de um dilema.

De um lado, ao operário Antônio “[...] não cabia provar que a sua moléstia NÃO ERA de fundo infeccioso uma vez que ela se manifestou no trabalho e do trabalho poderia originar-se”, de outro à empresa Cia. de Comércio “[...] pretendendo atribuir à doença do operário uma causa não profissional, nada provou, contentando-se com um laudo médico sem base e que se destrói por si mesmo” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

Mas, se se admitisse a possibilidade de que Antônio Pompílio tivesse um processo sifilítico latente, pois que os médicos não identificaram quaisquer sintomas da doença, ele estaria apenas predisposto, tendo a aortite o surpreendido no trabalho e encontrando neste uma causa ocasional? Se levado em consideração o que afirmava o Art. 1 do Decreto n. 24.637 de 10 de julho de 1934, a doença do operário Antônio poderia ser considerada um acidente de trabalho e, portanto, uma doença do trabalho.

Os juízes da Corte de Apelação, em vista do exposto e, desprezado a preliminar de converter o julgamento em uma diligência para uma nova perícia médica, julgaram que as provas dos autos autorizavam uma decisão favorável ao operário Antônio Pompílio em dar provimento de agravo para condenar a ré Cia. de Comércio e Prensagem de Algodão a pagar ao agravante uma indenização correspondente a três anos de salário, previsto na legislação de acidentes do trabalho nos Arts. 1º, 24º e 15º, parágrafo único, do referido Decreto de 1934. O procurador do processo concluiu que:

O acidente ocorrido na hipótese, não foi a aortite, a que aludem os peritos, mas aquela perturbação funcional, consistente em fortes dores precordiais que forçaram o operário a abandonar o trabalho e recolher-se em um hospital. A aortite, dado que provada sua existência, teria sido mera concausa do acidente (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

No entanto, o juiz responsável pelo agravo de petição cível entendeu pelo deferimento do requerimento apresentado pelo Procurador, acima citado, para converter o julgamento em diligência para nova consulta ao médico, pois “Não sendo o agravante portador de uma moléstia profissional e, desde que o laudo médico o dava como afetado por uma AORTITE SIFILÍTICA, o caso envolvia um exame de concausa” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937). Então, o sr. Renato Lima julgou necessário precisar se o esforço que Antônio empregou na ocasião em que sentiu as dores de que se queixou significava a agravação de uma doença preexistente, para poder assim eliminar a hipótese de se tratar de um mero sintoma natural da doença.

Se verificada a ausência de nexos entre a causa e o efeito entre o exercício do trabalho e a doença de Antônio, não haveria obrigação de indenizá-lo, porque mesmo considerando a

legislação trabalhista, o motivo de sua doença não teria relação com o trabalho. Do contrário, verificada a hipótese de o esforço despendido em trabalho ter motivado a sua moléstia, Antônio seria indenizado pela Cia. de Comércio.

Ao final, verificou-se que a aortite sífilítica constava não somente nos laudos médicos que, embora, o exame externo nada tenha verificado, outros exames e pesquisa revelaram a aortite diagnosticada, como também no depoimento de um médico que ao examinar Antônio Pompílio, verificou “[...] ele sofria de uma “aortite antiga”, uma lesão da aorta bastante adiantada” e de um farmacêutico que depunha ter aviado “[...] medicamentos prescritos: “bismuto, iodorêto e outros todos eles indicados nos casos de inflamação da aorta e sífilis”. O próprio agravante haveria declarado em depoimento que “[...] antes do alegado acidente, estive em tratamento no Posto médico, tendo tomado uma caixa de injeções de mercúrio” (*A Imprensa*, 27 jun. 1937).

Assim, não tendo sido infirmado o laudo médico, ficou certo que Antônio não era portador de doença do trabalho, doença peculiar ao seu ramo de trabalho ou ainda resultante exclusivamente do exercício profissional e, por esse motivo, não se enquadrava nos termos da legislação trabalhista. Antônio estava em situação complicada. Não havia prova alguma que pudesse atestar a hipótese firmada do acórdão de que tivesse ocorrido um acidente de trabalho. Foi-lhe negado o provimento do agravo.

Doente, desempregado e sem indenização. Essa era a situação de Antônio Pompílio Gonçalves. Um trabalhador brasileiro acometido pela sífilis. Um homem, como dizia Alfred Fournier, com a espada de Dâmocles sobre a cabeça. Sua trajetória de vida parecia materializar o temor dos discursos médicos da época, pois seria considerado um indivíduo inutilizado pelo *T. pallidum*. Há que se diga sobre o caso de Antônio, lembrando ao que Michel Foucault (2008) chamou de formação discursiva<sup>6</sup>, o saber médico-científico da época ainda não sabia, mas no decênio seguinte a aortite sífilítica seria transformada em um “mito”. Citando o médico francês Peguignot (1988), Sérgio Carrara (1996, p.72), afirmou que o desenvolvimento da eletrocardiografia nos anos 1940 demonstrou a origem coronariana da “angina de peito”. Quem sabe se, talvez, Antônio Pompílio Gonçalves não tivesse sido, neste caso, indenizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Antônio Pompílio Gonçalves ilustra de maneira exemplar os impactos que a sífilis poderia causar na vida das pessoas, mostra também os estigmas que foram construídos sobre a doença e as consequências que um diagnóstico positivo para a sífilis, de acordo com o discurso médico da época, poderia acarretar. Na ausência de mais informações sobre esse homem resta-me, no papel de historiador, tentar imaginar o julgamento moral e o opróbrio social que ele provavelmente sofreu. Não da doença em si, mas dos sentidos e significados dos quais ela foi revestida ao longo do tempo, com o endosso dos discursos médicos que construíram a

imagem da sífilis como uma serpente maléfica que se estendia sobre todo o corpo social e cujo “veneno” se disseminava indiscriminadamente entre mulheres, homens e crianças na Paraíba, prejudicando a força de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “**As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador**”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920- 1950). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, p. 65-84, 2015.
- ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, imprensa e vida**. João Pessoa: A União, 1986.
- ARAÚJO, Rafael Nóbrega. **O “terrível flagello da humanidade”**: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da República dos Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1934a. Suplemento e republicado em 19 dez. 1935.
- CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1935)**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX**: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- WESTALL, Richard. **The Sword of Damocles**. 1812. Óleo sobre tela, 161,3 x 134 cm. Coleção europeia. Ackland Museum, Chapel Hill, Carolina do Norte, Estados Unidos da América.

## NOTAS

- 1 O presente artigo é parte da dissertação de minha autoria defendida no PPGH/UFCG intitulada de *O “terrível flagello da humanidade”: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)* sob a orientação do Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- 2 Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: rafael.nobreg.araujo@gmail.com
- 3 Em tradução literal do francês: um homem com uma espada Dâmocles na cabeça.
- 4 Periódico católico fundado em 27 de maio de 1897 por D. Adauto de Miranda Henriques, primeiro Arcebispo da Paraíba. O jornal trazia um noticiário variado e bastante técnico, cobrindo todo o Estado, alcançando também outros estados do país (ARAÚJO, 1986, p. 42)
- 5 “Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho e dá outras providências” (BRASIL, 1934).
- 6 Michel Foucault (2008) mostrou que todo discurso científico se inscreve no horizonte de um saber que conforma o que é possível ser dito a respeito das coisas em uma determinada época. A gênese e as mudanças pelas quais os discursos sobre saúde, doenças e terapêutica, aparecem na medida em que certas condições de possibilidade permitem essa emergência. Os enunciados médicos não podem ser considerados como um contínuo evolutivo, o resultado cumulativo ou a cristalização sistemática de um saber cientificamente constituído. Os discursos obedecem a relações de saberes e poderes, que configuram o que pode vir à tona, aquilo que pode ser dito sobre determinada coisa, ou ao contrário, na medida daquilo que não pode ser dito, o que deve ser oculto, excluído. Assim, os saberes e práticas médicas não expressam uma verdade absoluta, mas são constituídos e configurados historicamente. Desse modo, é possível compreender como em diferentes épocas, os discursos enunciam saberes e práticas distintos e limitados ao que é possível conhecer naquele determinado momento histórico.

# ANCORADOS NA SAUDADE: NARRATIVAS SAUDOSAS DE UM DISTRITO PARAIBANO SUBMERSO NAS ÁGUAS (2004)

Maria Emília Andrade de Medeiros<sup>1</sup>

Vivian Galdino de Andrade<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir as narrativas de saudade de moradores de Pedro Velho, distrito pertencente a cidade de Aroeiras-PB, que foi parcialmente encoberto pelas águas da Barragem de Acauã, no ano de 2004. Dos muitos espaços que compunham aquele pequeno distrito, por eles rememorados, estaremos enfatizando, sobretudo, as memórias relacionadas à antiga Escola José Cosme Irmão. Essa instituição escolar esteve durante décadas imbuída da educação dos pedrovelhenses, estando presente nas memórias e nos sentimentos de saudade compartilhados por alunos, professores e moradores. Para ter acesso a esses relatos, trabalhamos com a metodologia da História Oral, tomando-a na perspectiva de Alessandro Portelli, que a compreende como uma “arte de escutar”. Teoricamente, dialogaremos com Sandra Pesavento e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para pensar a relação entre a História, as Sensibilidades e os discursos de Saudade.

**Palavras-chave:** Barragem de Acauã; Discursos de Saudade; Escola José Cosme Irmão

## ALGUMAS SINALIZAÇÕES NECESSÁRIAS

Esse trabalho historiográfico é fruto de um trabalho dissertativo, ainda em desenvolvimento, que se propõe a pesquisar as práticas educativas advindas da relação da Escola José Cosme Irmão e o povoado de Pedro Velho<sup>3</sup>. Para este artigo, tomamos os discursos de saudade de moradores de Pedro Velho, principalmente a respeito da antiga Escola José Cosme Irmão.

Neste certame, trabalharemos metodologicamente com a História Oral temática e a abordaremos na perspectiva da escuta atenta, da experiência, das sensibilidades, sendo esses últimos conceitos dos quais a História Oral também se reveste, buscando perceber além dos fatos históricos, os sentimentos, os (não) ditos e as sensibilidades. Neste artigo lançamos mão de duas entrevistas (realizadas com duas narradoras pedrovelhenses), bem como jornais e letras de músicas produzidas por moradores locais, nas quais estão materializadas sensibilidades sau-

dosas. Fotografias também serão utilizadas como fontes históricas, a partir de uma abordagem sensível, que vê na saudade um elemento de historicidade.

Nosso diálogo teórico se dará pelo horizonte da Nova História Cultural, a partir de autores como Alessandro Portelli (2017), Sandra Pesavento (2007) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013 e 2016). Portanto, nessa trajetória teórica teremos a companhia da História Oral, na perspectiva de ser “em primeiro lugar uma *arte de escutar*” (PORTELLI, 2017, p.183.), das Sensibilidades e da Pedagogia da saudade.

## INTRODUÇÃO

[...] Um sentimento conserva  
Os sentimentos passados.  
[...] Meu pensamento é profundo,  
Estou só e sonho saudade.  
[...] A paisagem que não sei,  
Vista de trás da vidraça  
Do lar que nunca terei!

(Fernando Pessoa. Natal... Na província neva, 1928)

Era o fim da festa de São Sebastião, tradicional festa do Distrito de Pedro Velho, o qual pertencia a cidade de Aroeiras-PB. Mês de janeiro de 2004, período de férias escolares, crianças nas ruas, famílias deixando suas casas para a chegada das águas da Barragem de Acauã<sup>4</sup>. Na rua, eu atônita observava as águas escuras se aproximarem lentamente, carregando consigo o que encontravam pelo caminho; eram águas com odores, salobras quando se misturavam às lágrimas de muitas famílias que foram desabrigadas para poder recebê-las.

Algumas pessoas insistiam em ficar, “*A água dava no meio da canela*”, para passar mais tempo em Pedro Velho, povoado que era engolido paulatinamente por estas águas recheadas pelos jogos dos discursos, das promessas e das estratégias políticas que apostavam na modernização da economia, ditas como advindas por meio da Barragem Argemiro de Figueiredo, popularmente conhecida como Barragem de Acauã, à Paraíba. “Sentimentos passados”, conservados na saudade de um “lar que eu nunca mais terei”.

Este artigo trata dos discursos de saudades, e aqui inicio pelo meu. Quero deixar registrado fragmentos de um passado não muito distante. Indícios de práticas educativas e cotidianas de um espaço que marcou a minha infância e minhas lembranças. Rememoraré-las desperta-me sentimentos dos mais variados possíveis, dentre eles a tão conhecida e dolorosa saudade. Para Albuquerque Júnior (2016, p.293)

[...] nem sempre, a saudade quer dizer regresso, nem sempre saudade quer dizer conservação, retorno, manutenção de um dado passado visto como ideal, nem sempre a saudade é lembrança com desejo de retorno, tal como a definiu o poeta Teixeira de Pascoaes. O passado pode ser tomado como o ponto de partida para a construção de um outro presente e de um outro

futuro, pensados como diferença, como ruptura, como descontinuidade em relação ao tempo que foi e em relação ao tempo do agora. O passado, as narrativas que configuram dados eventos, dados personagens, dados tempos idos, devem apenas servir de pretexto, de textos prévios a partir dos quais novas narrativas, novas elaborações, novas reescrituras serão feitas para esses sujeitos, fatos e épocas.

Os usos do passado se dão de variadas formas, e a saudade pode nos direcionar à uma “pedagogia” que situa a História numa narrativa que se pode ser sentida e viva pela escrita. Por meio da saudade é possível se ter “[...] contato com a historicidade, com o histórico, com a história, que é a própria vivência social, cultural e temporal à qual todos os humanos estão submetidos”, já que “Não apenas aprendemos a história, mas a experimentamos, a vivenciamos, a sentimos na pele, na carne, na consciência” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p.152)

Naquele distrito, diferentemente dos outros que pertenciam à cidade de Aroeiras, passavam as águas de um rio, o Rio Paraíba. E isso foi fator determinante na vida dos ribeirinhos pedrovelhenses. Eles mantinham uma relação “amorosa” com o rio, é o que anuncia as lembranças de Andréa Bernardo da Silva<sup>5</sup> quando relembra que entre suas melhores memórias de Pedra Velho estar os “banhos de rio. [...] Lembro de brincar nas areias do rio, de pegar água na cacimba...” (Entrevista. A.B.S., 2020). O povoado sentia-se privilegiado em estar geograficamente situado a aproximadamente 200 metros do rio. Não sabiam os seus habitantes que após o barramento daquelas águas e a construção da Barragem de Acauã, as águas daquele Rio os expulsariam repentinamente do seu lugar.

Desde o ano de 1960 que o mapeamento da área para a construção da Barragem se dava, mas foi apenas no ano de 1982 que se deu o início da construção, sendo a obra finalizada apenas no ano de 2002. Diferentemente de outras barragens, Acauã carrega um discurso salvacionista, que garantia o abastecimento das cidades de Aroeiras, Itatuba, Salgado de São Felix, entre outras cidades, além de “reforçar” o abastecimento de água para a cidade de Campina Grande. Foi em 2004, diferentemente do que previa os planejamentos anunciados pelo governo, dentre os quais previam a chegada das águas para o ano de 2007, que a enchente chegou em Pedro Velho, sendo seus habitantes removidos às pressas para o Assentamento.

Casas, pracinha, mercado público, igrejas, lojas, instituições sociais como a Escola José Cosme Irmão, monumentos de um lugar, patrimônios afetivos que evocam sentidos, imaginários, memórias sociais de uma vivência submersa pelas águas da Barragem. Como anuncia Pesavento (2007, p.10), os monumentos são “por definição etimológica, obras que fixam a atenção, feitas para lembrar. Logo, o monumento é algo que se erige como um lugar de memória, como um marco significativo de referência para a rememoração...”. Estes marcos saltam aos olhos pelas lembranças, geralmente atreladas a um vínculo afetivo, a algo de que se tem saudade.



Minhas memórias atrelam-se, mais especificamente, às vivências na Escola José Cosme Irmão, onde estudei da 1ª a 8ª séries, e por isso me aprofundarei, dentre tantos lugares, nas saudades desta escola. Enquanto aluna daquela instituição educativa, trago lembranças que constituem minha identidade, quem sou e o que me tornei. Como anuncia Ricouer (1999, p.213), “Nossa própria existência não pode ser separada do modo pelo qual podemos nos dar conta de nós mesmos. É contando nossas próprias histórias que damos, a nós mesmos, uma identidade. Reconhecemo-nos nas histórias que contamos sobre nós mesmos”.

Acredito que rememorar fragmentos desse passado me permita ver outras possibilidades para a escrita da minha história, pois quando escrevemos, deixamos registrado parte de quem somos. As nossas escolhas falam de nós, de onde viemos, das pessoas que convivemos e dos lugares de onde somos. Então, volto ao passado, através de fragmentos da minha memória, para encontrar restos, cacos que são imprescindíveis para a configuração de quem sou e que me possibilitam escrever, de modo geral, uma escrita de si.

## **DISCURSOS DE SAUDADE: NARRATIVAS DE UM DISTRITO SUBMERSO NAS ÁGUAS**

**Ah! Como dói**

(Bartolomeu Firmino, 2002)

Ah! Como dói olhar de cima abaixo e ver tudo acabado, do cafundó até a esquina do mercado, de seu Nino ao outro lado onde seu Preto morou.

Ah! Como dói, a água chegou forte e não respeitou nada, casas, igrejas, alpendres e calçadas, da escolinha e da pracinha, nada, nada restou.

Ah! Como dói ter que voltar no tempo pra contar história, pegar raspas na leiteira, escutar lorota de Joquinha potoqueiro e de Zezé de João Dandão: Era playboy, era cantor que se dizia, goleiro de seleção, seu Zezinho desmentia, Caboclo dava razão e seu Gabriel gargalhava.

Ah! Que tempo bom! Domingo na feirinha, jogar conversa fora na barbearia, assistir o show de bola do Vale do Paraiba de Francisquinho, João Basílio e Seu Durval. Lá no bilhar, Manoel Felix dava pontos a Dedé Batista, mas ele não encarava Galego de João Cupira, de tudo, tudo isso, só *saudade* resta.

Como esquecer o bangalô avarandado lá da rua velha? O parque de seu Pedro animando a festa, a primeira volta sem pagar o carrossel?

Como esquecer o pé-de-pau de Zezito, sobe e não sobe a ladeira, o cacimbão de ilha grande, pitombeira, esperar cheia no rio com o jerere na mão?

Como esquecer o namoro de olho lá na Pedra do cruzeiro, na madrugada a voz do seresteiro, de tudo, tudo isso, só *saudade* resta.

Como se aprende a sentir saudade? Quais os sentidos que nós atribuímos a esse sentimento conhecido e partilhado por todos? Quando a expressamos traduzimos com ela sua historicidade e singularidade? Essas reflexões a respeito da saudade do antigo Pedro Velho, trazidas por

Bartolomeu Firmino de Normando, nos leva a indagar como esse sentimento atua sobre o sujeito histórico? E, sobretudo, como as experiências vividas contribuem na formação do sujeito saudosista, na educação de suas sensibilidades (PESAVENTO, 2007)? Ancorados pelos discursos de saudades dos pedrovelhenses, homens e mulheres que vivenciaram um momento ímpar, que lhes afeta e lhes produz saudades, é que passamos a refletir sobre esses questionamentos.

Julgamos necessário, por hora, retomar o que estamos entendendo por saudade. Albuquerque Júnior (2013, p. 156) define saudade enquanto “[...] sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém [...]”. Apesar desta concepção ser geralmente tomada para se conceituar saudade, não podemos esquecer que essa sensibilidade possui múltiplos significados, que variam de acordo com o tempo, o espaço e a cultura. No caso do povo de língua portuguesa, do qual fazemos parte, saudade é assim entendida, como “sentimento de ausência”, podendo ser expressada em gestos, ações e reações. Uma sensibilidade saudosista é chamada a existência, pois “o sentir saudade também nasce de um aprendizado, de uma experiência, de uma formação social e cultural, mas que também é histórica na medida em que se dá num dado tempo e num dado espaço específico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 157).

“Cada pedra daquele calçamento”, “a pracinha”, “o rio”, “as histórias”, “a casa” “os amigos”, “as areias”, “a escola”, são “substantivos” dotados de memórias, artefatos de valor de rememoração para àqueles que dele sentem saudades. O Jornal A União trouxe a seguinte notícia: “Nos últimos dias, parece que São Pedro resolveu recompensar suas faltas e despejar água à vontade. É bem verdade que veraneio na chuva não tem graça. Mas por outro lado no interior o agricultor agradece aos céus, satisfeito diante da possibilidade de uma boa safra que lhe garanta o sustento da família” (24-25 de Janeiro, 2004, p 6). Para os agricultores, aposentados, professores, alunos e demais pedrovelhenses, que naquele contexto estavam prestes a ver seu lugar indo “por água abaixo”, as possibilidades não foram tão entusiasmantes assim. Como tinham suas vidas “regidas” pelo rio, com a chegada das muitas águas perderam, além de seus bens materiais, os sonhos, as vivências, parte de suas histórias materializadas.

Um conflituoso momento da época foi o adeus aos seus familiares mortos, enterrados no Cemitério São José<sup>6</sup>. Seus restos mortais foram submersos nas águas da Barragem de Acauã, sendo transferidos para o cemitério de Aroeiras apenas no ano de 2015, após o período de estiagem, que baixou as águas da barragem.

### F1: Restos dos Túmulos do antigo Cemitério São José, em Pedro Velho



Fonte: GOMES, Iordam. Fotos das ruínas do antigo cemitério São José (Pedro velho), História de Aroeiras, 23-10-2020.

Diante das dores causadas por esta saudade é compreensível entender o que relata Rosana Firmino de Normando<sup>7</sup>, quando narra suas outras saudades:

Um *saudosismo* melancólico, sei lá. Quando se fala de Pedro Velho é tudo. Pedro Velho em si, cada pedra daquele calçamento, pracinha, o rio. A gente tem histórias ali! A igreja católica, a igreja adventista da qual eu fazia parte. Quando a gente ia para o cemitério, quando a gente ia para o rio tomar banho, que se juntava aquela turma. Se você me perguntar de que espaço em si que tenho *saudade*? É da escola! Quando eu vejo aquela foto que a escola tá só com o nome do lado de fora, parte o coração. Hoje eu consigo falar sem chorar, mas se você me perguntasse isso há dois anos eu não conseguiria falar da enchente sem chorar. Eu aprendi, assim como muitos, aprendemos a conviver com a perda, por que foi repentina e costume dizer foi um massacre sentimental (Entrevista, R.F.N., 2020).

A citação retrata a saudade de Pedro Velho, de seus espaços de sociabilidade e de seus lugares de memória. Dentre estes ambientes, Rosana elege a Escola José Cosme Irmão, criado na segunda metade do século XX, para atender crianças da educação infantil a 4ª série do ensino fundamental, durante o governo do então prefeito João de Brito (que esteve governando Aroeiras por duas gestões (1963-1968) e (1973-1976)). A imagem que Rosana faz referência é trazida logo abaixo e rememora os anos de 2012, quando em período de estiagem o antigo Pedro Velho começa a reaparecer na paisagem. Nela, em destaque, se encontram os restos da edificação da escola.

## F2: Imagem superior do Distrito de Pedro Velho



Fonte: Acervo das autoras, 2012

A escola recebe esse nome para homenagear o agricultor e criador de gado “José Cosme Irmão”, casado com Auta Feliciano de Brito e pai de Euclídia Cosme de Lira. Sua arquitetura, mesmo sendo pequena, abrigou sob o mesmo teto duas outras escolas, a Escola Estadual de Pedro Velho e a Escola Manoel Félix Ismael, que passaram a funcionar em turnos diferentes para atender as demandas e necessidades educacionais daquele momento, no Distrito.

## F3: Grupo Escolar José Cosme Irmão



Acervo das autoras, 2004

Após a inundação, as famílias foram realocadas no que chamaram de “Novo Pedro Velho”, um assentamento também chamado de Vila, situado a aproximadamente 2km do antigo Pedro Velho e a 12km da cidade de Aroeiras. Das casas de alvenaria e de uma estrutura adequada para um novo distrito planejado, restou a população casas de placas e um assentamento

sem água encanada e energia suficientes para atender a população. Indenizações mal pagas e promessas não cumpridas também se amontoavam junto a tristeza que sentia a população. De espaço de escolarização à abrigo, assim foi ressignificada a função da nova sede da Escola José Cosme Irmão, como relembra Andréa Bernardo da Silva:

Ah, foi muito triste. Chegamos num local onde não tinha casa pronta para morarmos. Tivemos que ir pra o colégio, onde se abrigou muitas famílias, em seis ou oito salas, tivemos que viver como uma família. Era um aperto, mas tínhamos que viver assim, sem energia, sem água, carregávamos água do barreiro. A gente se sentia em pânico, num lugar sem energia, sem água, com gente que não tinha intimidade, tínhamos que dividir o banheiro, dividir tudo. Cada família foi para uma classe. Uma foi para secretaria, outra para o pátio, e ficaram duas famílias nos pátios divididos por lençóis. ***E as crianças?*** Eram felizes, a gente brincava, fazíamos poças de lama no colégio e dizíamos que eram as piscinas das bonecas [risos]. (Entrevista. A.B.S., 2020). (***A indagação em itálico é nossa.***)

Quando indagada sobre onde passaram a estudar quando chegaram no Assentamento, responde Andrea Bernardo da Silva:

Se não me engano a gente só veio estudar quando passou para as casas, no colégio a gente não estava tendo aula não. Estudávamos em casas de placa, algumas ainda em construção, como na casa de Zacarias. Era uma casa que ainda estava terminando a construção, só estava coberta, com portas e piso grosso. Era bom, as salas eram apertadas (Entrevista. A.B.S., 2020).

No assentamento, outras comunidades ribeirinhas - também atingidas pela construção da Barragem - foram reunidas, como Melancia, Ilha Grande e Junco. Pessoas que foram levadas a ocupar outros espaços e tomar como seus, passando a gestar novos sentidos às suas vidas e às suas formas de ver e de se relacionar com o “novo”. O passado se fazia (e se faz) presente por meio dos sentimentos de saudade, que narrados entre eles (re)inventam e presentificam suas memórias.

Quando a gente veio pra cá já tinha o colégio pronto, mas ele não pôde servir como escola, o que pegou todos de surpresa. Ele serviu de moradia para os desabrigados da enchente. No ano que a gente veio pra cá não teve aula, não tínhamos onde ensinar. Se eu não me engano, foi dividido, e passamos a ensinar em oito casinhas, um quatinho de cada casa servia de escola. A igreja Adventista e a igreja Católica também funcionaram como escola. Essa remoção trouxe prejuízos no âmbito educacional, não é? Mas, com a construção das novas casinhas, o colégio já estava pronto, de grande porte, a gente costumava chamar de primeira classe, até hoje ainda está aí. Quando a gente passou a ensinar nele, a escola começou a ter a educação, ela voltou a funcionar de fato e de direito, foi quando a gente fez o primeiro desfile, com o pelotão maior das Forças Armadas, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. Foi o primeiro desfile aqui da Vila de Novo Pedro Velho. Foi quando a gente começou a tomar gosto pela educação novamente (Entrevista, R.F.N., 2020).

Aos poucos, os moradores foram se adaptando aquela nova realidade que a eles foi imposta. Um exemplo disso foi a nova realidade escolar, que passou a ser vivenciada de forma fragmentada, em pequenas casas de placa, ou em casas ainda em construção, algumas delas só possuíam portas, telhado e piso grosso. Para algumas crianças que cursavam o Ensino Fundamental II e o ensino Médio, fora necessário o deslocamento para escolas situadas na cidade de Aroeiras. Só com o passar do tempo é que efetivamente adentraram ao novo prédio da Escola José Cosme Irmão.

#### **F4: Imagem da atual Escola José Cosme Irmão, 2020**



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Gradativamente uma nova realidade ia sendo constituída no “Novo Pedro velho”, as lágrimas iam se misturando a composição das águas de Acauã. Essa experiência vivida pelos pedrovelhenses levou-os ao doloroso aprendizado da saudade, timbrada e expressa no último trecho da música: “Vai, Vai, carrega Acauã, parte do meu coração, a escolinha, a professora, o bê-a-ba, a água leva, mas a saudade vai ficar”, de Bartolomeu Firmino de Normando (1984).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Lidar com memória e História não é uma tarefa das mais fáceis, atividade que só foi possível neste trabalho mediante as nossas próprias lembranças, quando pela nossa própria história partimos para a construção desta narrativa. Em nosso caso, esse exercício tornou-se ainda mais complexo e sensível, quando compartilhamos e vivenciamos, juntamente com nossos narradores, as experiências em comum de um passado doloroso, marcado por muitas saudades...

Mas, esse exercício tornou-se desafiador e instigante, na medida em que íamos (re)vendo fotos antigas, (re)lendo letras de músicas, (re)vendo notícias em jornais de época, bem como

participando da construção de fontes que trazem à tona representações/versões desse passado pedrovelhense. Acreditamos que esse exercício de escuta nos levará a caminhar por horizontes diversos, que nos direcione a registrar memórias e sensibilidades sobre a Escola José Cosme Irmão como um espaço de educação, saudade e memória no Novo Pedro Velho.

## NOTAS

- 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFCG.
- 2 Professora do Departamento de Educação da UFPB/Campus III. Professora credenciada do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFCG. <vivetica@hotmail.com>
- 3 Pedro Velho na época estava localizado à aproximadamente 17 km da cidade de Aroeiras-PB
- 4 Para melhor aprofundar este debate consultar a monografia “A Barragem de Acauã: entre os discursos, as representações e as práticas ribeirinhas (1960-2011)”, de Abel Francisco de Andrade.
- 5 Andrea Bernardo da Silva é moradora de Pedro Velho e ex-aluna da Escola José Cosme Irmão. Na época foi moradora do prédio novo da escola, o qual inicialmente serviu como abrigo para os desabrigados. Queremos ressaltar que, nossos colaboradores assinaram a Carta de Cessão e fazem questão em ter seu nomes próprios apresentados nesse e em estudos posteriores.
- 6 Para saber mais sobre isto consulte a seguinte notícia publicada no G1 Paraíba: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/09/ossadas-de-cemiterios-submersos-por-barragem-na-pb-serao-relocadas.html>. Acesso em: 26-11-2020.
- 7 Rosana Firmino de Normando é natural de Pedro Velho e professora do Ensino Fundamental na Escola José Cosme Irmão.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Pedagogias da saudade: A formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português Antônio Correa d’Oliveira.** Revista História Hoje. Nº4.UFRN 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/95/75>. Acesso em: 26/11/2020.
- \_\_\_\_\_, **Vestida de saudade viva: o sentimento saudoso como tra(d)ição na poesia de Maria Teresa Horta.** Revista Esboços. Nº35. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p285>. Acesso em: 26/11/2020.
- ANDRADE, Abel Francisco. **Barragem de Acauã: Entre os discursos, as representações e as práticas ribeirinhas.** Dissertação (Especialização em História) IESP, Campina Grande - PB 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy **História, memória e centralidade urbana.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos, [S.l.] 05 jan 2007. Disponível em :<https://journals.openedition.org/nuevomundo/3212>. Acesso em 26/11/2020.
- PORTELLI, **Um trabalho de relação: observações sobre a história oral.** Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez,2017.p.182-195.
- RICOUER, Paul: **Historia y Narratividad.** Barcelona: Editora Paidós, 1999.

### **Entrevistas coletadas**

DA SILVA, Andrea Bernardo. Entrevista concedida a autora. Pedro Velho, 2020.

NORMANDO, Rosana Firmino. Entrevista concedida a autora. Pedro Velho, 2020.

### **Letras de músicas**

Normando, Bartolomeu. “Ah, como doí”. 2002. Disponível no acervo da autora

Normando, Bartolomeu. “Vai, vai, carrega Acauã. 1984”. Disponível no acervo da autora

### **Jornais**

Jornal *A união* – Edição 2004

G1 Paraíba: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/09/ossadas-de-cemiterios-submersos-por-barragem-na-pb-serao-relocadas.html>. Acesso em: 26-11-2020.



# AOS DESOLADOS, NOSSAS SINCERAS CONDOLÊNCIAS: OS ANÚNCIOS DO PÓS- MORTE NA PARAÍBA OITOCENTISTA

Rafael Coppi Borges<sup>1</sup>

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>2</sup>

## INICIANDO NOSSA CONVERSA SOBRE A MORTE

Algo de certa forma comum de se encontrar em um jornal do século XIX, eram as notícias sobre *fallecimentos*, ou os obituários<sup>3</sup> da Santa Casa de Misericórdia, órgão responsável, a época, pela administração dos hospitais e dos cemitérios públicos. Denominados de *necrológios* e, um tanto mais raros do que os obituários, eram uma espécie de homenagem a determinadas pessoas, que pareciam ter, elas ou seus familiares, uma certa notoriedade social, o que justificava as palavras de pesares estampadas nos jornais. Na verdade, naqueles tempos, “[...] os necrológios publicados nos jornais [...] eram páginas de amargar e dolorosa literatura, embebidas de dôce piedade e filosofia cristã” (CASTRO, 1945, p. 344). No entanto, nem todas as famílias possuíam condições de homenagear seus finados dessa forma, ou até mesmo pagar por uma outra forma (mais íntima) de comunicação da morte de um ente querido, função realizada por meio das *Cartas de Enterro*<sup>4</sup>, esse também era um luxo que as pessoas pobres não podiam pagar.

Cumprindo a função de noticiar um determinado *fallecimento*, os necrológios publicados nos jornais da Paraíba do século XIX, em muitos momentos, traziam uma narrativa sobre a vida do falecido e os fatos que estiveram, de alguma forma, ligados aos atos ou enfermidades que lhe deram *causa mortis*. Nessa direção, destacamos o necrológio sobre a morte de um ilustre cidadão paraibano, o Capitão Lucidato Gomes de Leiros, noticiado no jornal *O Publicador*<sup>5</sup>, e citado por Oscar Oliveira de Castro (1945), nele podia-se ler que,

[...] acometido o generoso parahybano Lucidato Gomes de Leiros de grave enfermidade, refractaria aos mais bem combinados recursos da medicina, procurou ainda n’esta capital esperanças de poder estender sua preciosa vida por mais alguns dias; e reconhecendo como eram sinceras as afeições e amizade de sua extremosa esposa e a de todos os seus outros amigos, que o acompanharão doente desde sua residência em Jacuman até esta capital, fez também aquella alma elevada todos os esforços para retribuir, como cavalheiro que era em ações, tantas afeições, tanta caridade, demorando-se (se lhe fosse dado) ais alguns dias no seio de sua extremosa família, e de tão grande numero de amigos e parentes de corações reconhecidos. Porém o homem há de fatalmente percorrer um dia (já tão perto para o generoso cavalheiro) esse caminho cuja sahida é um princípio horrível em que o prosta a cruel morte! (CASTRO, 1945, p. 347-348).

Os necrológios não eram a única maneira de anunciar publicamente um *fallecimento*, o toque fúnebre dos sinos nas igrejas e as cartas de enterro são outros exemplos das práticas ligadas aos ritos fúnebres tradicionais na Paraíba do século XIX e, que tinham a mesma função, ou seja, dar notícia de que alguma pessoa morreu.

Ao estudar os ritos fúnebres do passado oitocentista paraibano, percebemos que muitos usos e costumes desse contexto ainda são praticados hoje, bem como, outros tantos foram esquecidos. Nossa tarefa aqui é justamente investigar acerca das práticas ritualísticas funerárias vivenciadas na Paraíba oitocentista, focalizando de forma mais específica, nos anúncios veiculados nos principais jornais paraibanos que circulavam na época em estudo.

Pensar, falar, pesquisar sobre a “morte” não é, para muitos, visto como algo comum ou normal. Parece que estamos buscando algo que ninguém quer saber ou ouvir sobre. É muito mais fácil pensarmos nas nossas tarefas diárias, no trabalho, nos estudos, nas contas que temos que pagar no fim do mês e, várias outras situações, boas ou ruins que teremos que enfrentar nos dias vindouros, mas, a morte não costuma ter um lugar em nossas preocupações, ou quando muito, falamos sobre alguma notícia de que alguém morreu em um acidente ou que foi morto em um assalto, algo um tanto distante da nossa realidade.

No entanto, quando a morte se aproxima demais do nosso dia a dia, rompendo a normalidade de nossa rotina (REIS, 1991), como quando um parente ou um amigo vem a óbito, ou somos acometidos de grave enfermidade e tememos que a nossa *hora* tenha chegado, passamos a nos questionar sobre essa personagem tão cruel e implacável e, é nesse momento, que podemos visualizar melhor o quanto ela – a morte –, se faz presente, mesmo que de forma sutil, em nossas vidas. Na realidade, “[...] qualquer preocupação profunda e complexa, quer ocorra em nós, ou com outrem, traz em si o problema da morte” (HILLMAN, 2009, p.23). Podemos, então, afirmar que a morte tem um espaço privilegiado nas nossas relações sociais e culturais e isso se revela de forma mais contundente quando analisamos o longo processo histórico da humanidade e, evidenciamos diversas culturas que desenvolveram algum tipo de relação com a morte (como os antigos egípcios, por exemplo), criando usos e costumes ritualísticos mais ou menos importantes, relacionados a ela.

Honrar os mortos na maioria das culturas é algo tradicional e de grande importância social e religiosa e, não é diferente aqui no Brasil. Temos o costume de preparar o morto para que seja velado e depois, seguido o cortejo, enterrado.

Observar como procedemos hoje em nossas práticas ritualísticas fúnebres nos faz pensar sobre como nossos antepassados realizavam atos próprios ao tratamento dado aos seus mortos. Nesse sentido, uma pergunta nos faz refletir: como eram os enterramentos no passado? Para tentar responder esse questionamento, buscamos estudar essa prática na Paraíba do século XIX, tarefa que nos propomos realizar em nossas pesquisas vinculadas ao curso de mestrado em História, ofertado pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Neste artigo,

discutimos de maneira preliminar alguns aspectos da nossa pesquisa, mais precisamente no que se refere aos anúncios do pós morte, tendo como embasamento teórico os escritos de Ariès (2017), Reis (1991), Castro (1945), dentre outros autores que se dedicaram de alguma forma aos estudos sobre a morte e ritos fúnebres.

## **A MORTE NO CONTEXTO DA HISTÓRIA CULTURAL DAS SENSIBILIDADES**

O presente estudo se estabelece no campo historiográfico da História Cultural, pois a morte, apesar de ser algo naturalmente inerente a condição humana e a tudo que vive, ganha status de importante elemento cultural quando nos deparamos com variadas formas de manifestações ritualísticas, pensamentos e ideias que a ela se ligam de forma mais ou menos direta, tais como, o “medo da morte” e outros sentimentos a ela associados, as “formas de morrer”, as “doenças que causam mortes”, os “cuidados com o corpo morto” e sua “destinação final” (sepultamento, cremação) entre outras práticas que se se revelam específicas de determinadas culturas ou em outros casos, mais disseminadas e compartilhadas por diversos povos.

Para um melhor entendimento sobre como nosso objeto de pesquisa, “a morte”, se enquadra no campo da História Cultural, nos parece interessante esclarecer melhor acerca do que é a “História Cultural”, e para tanto, evocamos os estudos de Peter Burke (2005), que se propõe justamente a responder a esse questionamento. A partir de suas ideias entendemos que ela é fruto de mudanças profundas ocorridas no entendimento de muitos historiadores acerca do fazer historiográfico e de suas fontes. Desse modo, esse autor tenta mostrar como a História Cultural ganhou espaço dentre outros modos de se fazer história que foram surgindo desde antes da chamada “crise dos paradigmas historiográficos”, quando se apresentam novos e amplos leques de possibilidades de fontes e de métodos, ou seja, novos olhares sobre o passado. Sendo assim, Peter Burke (2005, p. 15) afirma que:

[...] a história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (Kulturgeschichte) há mais de 200 anos. Antes disso, havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem, e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações.

Com o objetivo de esclarecer melhor as dúvidas frequentes sobre a História Cultural, Peter Burke (2005) se propõe a demonstrar os caminhos que ela percorreu ao longo de sua história apresentando suas fases<sup>6</sup>. O que mais nos interessa nessa organização, diz respeito a última fase, conhecida por “Nova História Cultural” que entrou em uso no fim da década de 1980, quando Lynn Hunt publicou um livro com esse mesmo título, em 1989.

Peter Burke (2005, p. 68) afirma que, a chamada “Nova História Cultural”, hoje, “é a forma dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história

– praticada”. Uma “nova” forma de se fazer a história cultural, buscando respostas aos desafios que a ela se apresentaram ao longo de sua trajetória, atrelado “à expansão do domínio da ‘cultura’ e à ascensão do que passou a ser conhecido como ‘teoria cultural’” (BURKE, 2005, p. 69).

Uma das características da Nova História Cultural é de que se preocupa com a “teoria”, dialogando com as ideias de vários teóricos culturais, tais como, Jürgen Habermas, Jacques Derrida, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, entre outros importantes pensadores. Desse modo, diversos conceitos formulados pelos já mencionados teóricos são hoje utilizados pelos historiadores desse novo modo de fazer da história cultural. Podemos citar como exemplos desses conceitos ou ideias os seguintes: práticas, hábitos, representações, cultura material, construção cultural, corpo, gênero, sexualidade, discursos, disciplina, recepção, entre outros. Como vemos, “a chamada ‘nova história cultural’ tem mais de uma fonte de inspiração. Ela é mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual” (BURKE, 2005, p. 68. Grifos do autor).

Como visto, a História Cultural é fruto de todo esse percurso histórico evidenciado por Peter Burke (2005). Mas, como dizer que a presente pesquisa se enquadra dentro do campo de análise da “História Cultural”? De forma resumida, entendemos que a história é feita por meio de “representações”, ou seja, não é o real vivido que nos propomos a “resgatar” ou “trazer de volta”, mas sim, formular uma “narrativa” pautada em informações que representam o vivido para criar uma também “representação” possível acerca desse passado. Evocando as palavras de Sandra Pesavento (2003) no tocante a História Cultural e sobre a ideia de “representação”, vejamos o seguinte:

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Estamos, pois, diante de representações do passado que se constroem como fontes através do olhar do historiador. Fonte como representação do passado, meio para o historiador chegar às representações construídas no passado. Mais que um mero jogo de palavras, este raciocínio não leva a desconsiderar a realidade sobre a qual se construíram as representações, mas sim a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Desse forma, corroboramos com as ideias de Sandra Pesavento (2003), apresentadas na citação anterior. Nessa direção, destacamos que nossa pesquisa busca por meio do estudo das representações do passado a respeito da “morte” (“práticas ritualísticas”, “tradições fúnebres” e seu “simbolismo”, as “emoções” por ela despertadas e/ou “socialmente” e “culturalmente” estabelecidas, etc.) produzir uma narrativa historiográfica sobre as “formas do morrer, do “velar” e do “sepultar” os mortos, dentro do contexto da Paraíba oitocentista.

Uma escrita sobre a “morte” nos remete ao emotivo, ao emocional, à uma “sensibilidade”, e é nesse contexto que nossa pesquisa se enquadra, dentro dos estudos culturais, em um tipo de escrita historiográfica denominada de “história das sensibilidades”.

As “sensibilidades” se configuram em um tipo de conhecimento (PESAVENTO, 2007) que ultrapassa o campo da razão ou do pensamento científico, pois, não é algo que se pode classificar como pensamento racional ou de esforço de pensamento mais bem construído, visto que, surge antes da reflexão, trata-se de uma resposta corporal a estímulos advindos da realidade. Apesar de se tratar de um tipo de conhecimento histórico que se produz a partir da análise de elementos como “sensações” e “sentimentos”, no caso de nossa pesquisa, podemos citar como exemplo, a “tristeza” diante da morte, tais elementos se originam a partir da interação dos sujeitos com o meio social e cultural nos quais estejam inseridos. Nesse contexto, pode-se dizer que as *sensibilidades* são os modos como cada pessoa ou grupos de pessoas se projetam diante da realidade e assim, criam suas representações de mundo. Pode-se dizer que é por meio das sensibilidades que os sujeitos históricos traduzem a realidade por eles vivenciada.

A escrita historiográfica, em contexto das sensibilidades é, no dizer de Sandra Pesavento (2007), uma “aventura” individual que está centralizada para a história cultural como aquilo que ela mais ambiciona. No entanto, enveredar por seus caminhos não é tarefa fácil, pois,

[...] capturar as razões e os sentidos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o crême de la crême da história! Eis o grande desafio, se poderia dizer, para esta corrente historiográfica que trabalha com representações que os homens, através do tempo, construíram sobre si próprios e para o mundo e que são, por vezes, difíceis de ser abordadas ou mensuradas. (PESAVENTO, 2007, p. 10)

Nos propomos, pois, em nossa pesquisa, a realizar esse grande desafio, em busca de constituir uma narrativa histórica sobre o passado, evidenciando os sentidos, as sensações, ou as emoções que em cada indício analisado, nos venha a revelar as sensibilidades dos homens acerca da morte e de tudo aquilo que a ela esteja, em maior ou em menor grau, diretamente relacionada.

Sobre a história da morte, podemos citar duas obras de Philippe Ariès, as quais reputamos serem de grande relevância sobre o tema em questão, são elas: “O Homem diante da morte” (2014) e “História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos tempos” (2017).

Philippe Ariès (2017), em “História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos tempos”, nos ajuda a compreender melhor a visão da cultura ocidental sobre a morte em seus diferentes aspectos em uma longa trajetória temporal. Os diferentes ritos fúnebres, as formas de morrer, os modos de enterramentos, entre outras questões, são abordadas pelo autor supracitado e nos trazem informações que se ligam aos mesmos rituais vivenciados no Brasil desde

o período colonial, como é o caso dos enterramentos diferenciados entre ricos e pobres, e os sepultamentos dentro das igrejas, prática que em nosso país perdurou até o século XIX.

Segundo Ariès (2017, p. 44. Grifos do autor), enquanto os pobres desde a Idade Média eram enterrados em “grandes fossas comuns, ditas ‘fossas dos pobres’, largas e com vários metros de profundidade, onde os cadáveres eram amontoados, simplesmente cosidos em sudários, sem caixão. Os defuntos mais ricos eram enterrados no interior da igreja”. Quando as fossas já não suportavam mais novos enterramentos, abria-se fossas mais antigas, nas quais os ossos já estavam secos e, levava-os para os ossuários, também conhecidos como “carneiros” (uma referência a “carniça”). Também os ossos das pessoas mais ricas eram mais tarde depositados nos ossuários, pois, como destaca Ariès (2017, p. 44): “O corpo era confiado à Igreja. Pouco importava o que faria com ele, contanto que o conservasse dentro de seus limites sagrados”.

Na obra “O homem diante da morte” (2014), Ariès nos apresenta uma vasta gama de informações a respeito dos ritos fúnebres e das atitudes humanas diante do morrer, tendo o universo cultural ocidental como base. Uma ampla exposição que nos revela muitas práticas antigas, tais como os rituais do bem-morrer, quando uma pessoa encontrava-se em seu “leito de morte” ou ainda, em muitos casos buscava a absolvição de seus “pecados”, pois temia que sua alma fosse para o “purgatório” ou, ainda pior, para o “inferno”, de onde não mais poderia sair.

O “medo” da “condenação eterna”, era certamente um fator de crucial importância dentro da lógica cristã, e certamente influenciou e ainda influencia os sentidos que as sociedades ocidentais tem dado à “morte” e aos rituais de transição entre o “mundo dos vivos” e o “mundo dos mortos”. A obra supracitada, por problematizar a ritualística fúnebre e diversos outros elementos ligados “às atitudes humanas diante da morte”, tendo como referência a sociedade europeia, nos permite evidenciar muitas das raízes das tradições ritualísticas funerárias existentes no Brasil, e nesse contexto, na Paraíba, fruto da influência do colonizador europeu.

Tal ritualística em nosso país foi bastante estudada por João José Reis (1991), que em seu livro “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX” nos apresentou um leque de informações sobre as práticas fúnebres comuns no estado da Bahia durante o século XIX, uma importante fonte teórica para entendermos como se procediam os funerais nos mais variados recantos brasileiros, já que quase não havia alterações de uma província para outra.

Entre as práticas ritualísticas fúnebres, destacamos no presente artigo, os anúncios do pós morte que de forma um tanto comum, foram veiculados nos principais jornais e periódicos que circularam na Paraíba oitocentista. A esse respeito, passamos a discutir no tópico a seguir.

## OBITUÁRIO E NECROLÓGIO: *AMARGOS E SENSÍVEIS* ANÚNCIOS DO PÓS MORTE

Nos propomos a analisar, a partir do presente tópico, uma de nossas fontes, mais precisamente, uma edição do jornal *A UNIÃO*<sup>7</sup>, publicado na Paraíba em uma terça-feira, dia 29 de janeiro de 1895, o referido jornal estava em seu *Anno III e N. 446*, e trazia em sua segunda página alguns anúncios do pós morte que agora passaremos a analisar.

O primeiro anúncio que destacamos está impresso na coluna 2 da segunda página da já citada edição do jornal *A UNIÃO*, trata-se de um obituário da Santa Casa de Misericórdia, uma espécie de relatório que tornava público os últimos sepultamentos realizados em cemitério público da capital paraibana. Vejamos no quadro abaixo, a transcrição que fizemos desse obituário:

### Quadro 1: Transcrição de obituário

CEMITERIO PUBLICO	
Dia 26 e 27 de Janeiro de 1895	
Foram sepultados:	
Dia 26	
Candida Maria das Neves, 60 annos de idade, viúva, tuberculose pulmonar, Parahyba.	
Dia 27	
Maurina Ramos da Rocha, 3 annos de idade, angina, Rio Grande do Norte.	
João, 12 mezes de idade, gastro interite, Parahyba.	
João Batista da Cruz, 35 annos de idade, solteiro, tuberculose pulmonar, Parahyba.	
D. Anaa Roza de Mello Rapozo, 17 annos de idade, solteira, angina diphtenica, Parahyba.	
Secretaria da Santa Casa de Misericordia, Parahyba, em 27 de janeiro de 1895.	
O escripturario	
ASTOLPHO JOSÉ MEIRA.	

Observando o obituário transcrito acima, percebemos que apresenta-se como um anúncio *frio*, ou seja, não transparece nele nenhum tipo de sentimento quanto aos mortos ou para com seus familiares. Trata-se de um relatório oficial, talvez por isso, não se mostre qualquer sentimentalismo, ele precisa ser informativo e impessoal. Mas, ainda nos perguntamos sobre quais são as informações que desse obituário se pode extrair? São as seguintes e nessa ordem: nome do falecido(a), idade, no caso de pessoas adultas é informado o estado civil, causa da morte (a enfermidade ou os sintomas que o doente sentia) e, por fim, o local de nascimento. Como vemos, são dados meramente informativos que podem servir como espécies de estatísticas no que se refere as causas de mortes, as idades dos falecidos, entre outros.

No entanto, um outro tipo de anúncio do pós morte é encontrado na mesma edição e na mesma página (a segunda daquela edição do jornal) onde se encontra o obituário que transcrevemos anteriormente, mais precisamente na coluna de número 5. Trata-se de uma nota de falecimento, ou como também é conhecido, um *neclolégio*, e para nossa surpresa, ele se refere a

uma das pessoas que foram mencionadas no supracitado obituário. Vejamos no quadro abaixo, a transcrição que fizemos desse *necrológio*:

#### Quadro 2: Transcrição de *necrológio*

##### Fallecimento

Em consequencia d'uma *Angina* succulnbiu, traz-ante-hontem a tarde, uma interessante criança de nome Maurina Ramos da Rocha, com três annos de idade, dileta filhinha do distincto Capitão de Fragata, Irineu José da Rocha.

Feridos os desolados paes por golpe tão profundo, sendo aquella que constituia, só neste mundo, os prazeres, as glorias de sua existencia por encanto, resta-lhes hoje apenas, a mais cruciante saudade, que os punge de modo indisivel.

Compartilhando, pois, d'essa dôr que lhes dilacera a alma, apresentamos aos illustres progenitores do anginho que os contempla das *Alturas Divinas* as nossas sinceras e sentidas condolencias.

O *necrológio* transcrito acima, diferentemente do obituário que analisamos anteriormente, tem uma clara intenção de transmitir um profundo sentimento de tristeza pela morte da pessoa por ele homenageada. Isso não quer dizer que seja realmente o que o autor daquelas palavras esteja sentindo, mas, é o que precisa ser representado. Representa-se assim, os sentimentos que a sociedade da época oitocentista reputava como dignos de se transmitir aos familiares e amigos de um determinado falecido.

A nota de *Fallecimoto* que estamos analisando era de uma criança de apenas três anos de idade, seu nome era Maurina Ramos da Rocha. Tal *necrológio* tem como objetivo prestar condolências a um *distincto* cidadão, alguém de certa posição social no contexto paraibano da época em estudo. Trata-se de um *Capitão de Fragata*, seu nome era *Irineu José da Rocha*. É claro que se destinava – além dos familiares e amigos da família ilutada – também à mãe da criança, no entanto, seu nome não é mencionado.

A causa da morte da criança é mencionada no *necrológio*, *Angina* era nome dado a enfermidade que a vitimou. O jornal enfatiza as qualidades da falecida infante e como ela irá fazer falta, sobretudo aos pais e, por fim, se mostra solidário afirmando compartilhar *d'essa dôr que lhes dilacera a alma*.

Algo que também nos chama a atenção sobre a mensagem de condolências que agora destacamos, é o fato de que a criança é chamada de anginho, algo bastante comum nos oitocentos e, que em muitos lugares, sobretudo nas cidades interioranas, ainda se diz “anjo” ao se referir a uma criança falecida, principalmente quando ela tinha poucos dias ou meses. A esse respeito, Eduardo França Paiva (2002, p. 40) afirma que: *O tratamento dispensado no Brasil à criança que morre cedo é bastante sugestivo: diz-se em várias regiões do país, ainda hoje, “anjinho”, esse que morrera sem pecado. [...]*.



Nessa sentido, podemos entender que o costume de comparar uma criança falecida com um “anjinho”, está ligado a ideia de ausência de pecados, ou seja, refere-se à pureza da alma de alguém que não viveu muito para que pudesse fazer, dizer ou pensar em algo que a sociedade cristã considerasse imoral.

## FINALIZADO NOSSA CONVERSA SOBRE A MORTE

Finalizamos, por hora, as nossas discussões sobre o tema da morte, e aqui nesse artigo, mais precisamente a respeito dos anúncios do pós morte, enfatizando que ainda se teria muito a dizer, muitas notas de falecimento poderiam ser ainda analisadas. No entanto, aqui temos um espaço limitado que não nos permite discutir tal temática de forma mais ampla.

Desse modo, nossa proposta aqui foi discutir, brevemente, alguns aspectos de nossa pesquisa de mestrado em curso no PPGH/UFCG, evidenciando uma importante dimensão das tradições culturais que são as sensibilidades, algo, sem dúvida, presente na ritualística fúnebre, visto que, a morte e tudo o que a ela se liga em um contexto posterior, entre o preparo do corpo morto até o sepultamento, desperta, sobretudo, nos familiares e amigos mais próximos de um alguém falecido, as mais profundas emoções.

Tudo isso se mostra ainda mais forte em nosso contexto cultural, notoriamente marcado pela religiosidade e moral cristãs. As noções de pós morte ou ainda, “vida após a morte” refletem de maneira significativa na ritualística fúnebre, marcando, como vimos no *necrológio* transcrito anteriormente, os sentimentos de perda, mas também de esperança na imortalidade da alma. Paremos por aqui, mas sabendo que essa temática não se esgota em tão breves considerações.

## NOTAS

1 Graduado em História e em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especialista em História Cultural pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). É professor da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino da Paraíba. E-mail: rcborges@outlook.com.

2 Graduado em História. Doutor em Educação. Atualmente é professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Pesquisador do campo a História da Saúde e das Doenças.

3 Os relatórios de óbitos e de sepultamentos (Obituários), eram comuns de serem encontrados na imprensa oficial ou em jornais que mantinham uma seção para informar sobre questões oficiais, estando assim a serviço do poder público provincial.

4 As *cartas de enterro*, uma forma mais pessoal de levar a notícia de morte aos parentes e amigos do falecido, eram impressas em milheiros nas tipografias em troca do valor anunciado. Quanto aos relatórios de óbitos e de sepultamentos (Obituários), eram comuns de serem encontrados na imprensa oficial ou em jornais que mantinham uma seção para informar sobre questões oficiais, estando assim a

serviço do poder público provincial.

5 Era um jornal editado e redigido pelo Padre Lindolpho José Correia das Neves, mas de propriedade de J. Rodrigues da Costa. Teve vida longa. Seu primeiro número saiu no primeiro dia de setembro de 1862 e o último em 24 de setembro de 1866. De acordo com Fátima Araújo (1986, p. 37) esse jornal foi o primeiro a possuir circulação diária na Paraíba e destacou-se pelas célebres polêmicas em que se metia como pelo bom nível de seus editoriais. Os jornais analisados nessa pesquisa estão disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira e no acervo digital Jornais e Folhetins da Paraíba no século 19, da Universidade Federal da Paraíba. Para conhecer a Hemeroteca Digital Brasileira, acesse: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> e, para saber mais sobre o acervo digital da UFPB, acesse: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

6 Clássica, História Social da Arte, História da Cultura Popular e História Cultural.

7 Jornal com publicação diária, foi fundado por Álvaro Machado para ser o porta voz do Partido Republicano e apoiar a gestão de seu fundador. O número inicial saiu em 2 de fevereiro de 1893, pela tipografia da Imprensa Oficial, situada a Rua Duque de Caxias (ARAÚJO, 1986, p. 41). Trata-se de um jornal ainda em circulação e que pertence ao Governo do Estado da Paraíba

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução*. João Pessoa: A União, 1945.

HILLMAN, James. *Suicídio e alma*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. (in): PESAVENTO, S. J.; LANGUE, F. (Orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

REIS, José Carlos. O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção. (in): *Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica*. / Juciene Ricarte Apolinário, Antônio Clarindo Brabosa de Souza (Organizadores). – Campina Grande: EDEPB, 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

# AS FALCATRUAS DE UM PINTOR QUE SE PASSA POR ENGENHEIRO: A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA

Chrislaine Thuany Vieira Ferreira<sup>1</sup>

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar as astúcias de um pintor que se passou por engenheiro para conseguir o contrato de construção do prédio que funcionaria a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba em fins da primeira década do novecentos. Ao assumir a postura de “engenheiro”, o Sr. Ernesto Emílio Kauffman galgou o direito de edificar o prédio da referida escola que finalmente sairia dos espaços considerados insalubres em que habitaram desde sua fundação em 1871. O sonho do prédio próprio para funcionamento da escola tornou-se um pesadelo: a obra atrasou, o material utilizado para construção era de péssima qualidade, e, tudo que era edificado, parecia desmanchar-se com as primeiras chuvas. Assim, o imbróglio gestado pelo pintor acabou por evocar afetividades exaltadas e sofrimento para os aprendizes que tiveram que ocupar um espaço novo, porém em situação bastante precária. Para tanto, dialogamos com o conceito de sensibilidades a partir de Sandra Pesavento (2008), de disciplina elaborado por Michel Foucault (2009) e de espaço escolar defendido por Antonio Frago e Agustín Escolano (2001). Metodologicamente, nos apropriamos da análise do discurso conforme ensina Michel Foucault (2014) buscando entender os enunciados construídos sobre as afetividades sentidas mediante o acontecimento em tela. Os discursos analisados se encontram disponíveis para consulta no Livro de Copiador de Ofício da Escola de Aprendizes Marinheiros, localizado no Arquivo da Marinha do Brasil. Conclui-se que a construção de um prédio próprio para essa instituição evocou sentimentos capazes de produzir discursos exaltados e queixosos direcionados a Marinha do Brasil.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Marinheiros; Prédio escolar; Sensibilidades.

## INTRODUÇÃO

As Companhias de Aprendizes Marinheiros no Brasil, foram inspiradas nos modelos dos países como a Inglaterra, França e Rússia, e criadas na década de 1840 com caráter educativo,

como também, lugar de rígida disciplina. Além disso, abrigavam crianças desvalidas, em condição de vulnerabilidade como combate à marginalidade, em conformidade com o que manifesta Azemar Soares Jr. e Cláudia Cury (2019). Na província da Parahyba a instituição foi criada em 1871, tendo o seu prédio próprio somente em 1908.

Ao analisar os livros de *Copiador de Officio* produzidos na Escola de Aprendizes Marinheiros entre os anos de 1906 e 1911, que estão disponíveis para consulta no Arquivo da Marinha do Brasil, mas que foram transcritos pelos discentes de iniciação científica do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Diversidades (GEPHED), tendo como instituição vinculada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi possível constatar que havia uma certa urgência em edificar um prédio próprio com condições favoráveis para abrigar cerca de cem aprendizes marinheiros da cidade, considerando que o espaço, no qual, estavam abrigados era alugado temporariamente pela quantia de 100.000 nacionais desde o dia 21 de novembro de 1895.

Assim sendo, existia um clima de tensão por parte do *Ministério da Marinha do Brasil*, uma vez que, o contrato com o local estava próximo de encerrar e não encontraram um novo imóvel que comportasse esse quantitativo de aprendizes. Ademais, o abeiramento das fortes chuvas também preocupava, visto que com elas manifestavam casos de febre amarela, bem como se aproximava da época em que era comum surtos de varíola, correndo o risco de infectar toda a comunidade da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba podendo muitos irem à óbito. Em outros termos, ter um prédio próprio era inadiável. Era urgente retirar-se daquele ambiente considerado insalubre, frágil e que poderia desmoronar a qualquer momento.

Diante disso, o presente estudo busca investigar as artimanhas do então engenheiro Ernesto Emílio Kauffman, que foi contratado como diretor de obras para a construção do prédio na praia de Tambaú, localizado na cidade da Parahyba, hoje, João Pessoa, onde funcionaria a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. Para tanto, galgamos dialogar com a categoria de *sensibilidade* a partir de Sandra Pesavento (2008) que as define como uma forma de ser e estar no mundo. Dessa maneira, para alcançar o objetivo desta pesquisa, foi essencial considerar as sensações, emoções e os sentimentos de todos os envolvidos na primeira tentativa de erguer o prédio próprio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba.

Desse modo, para compor o nosso aporte teórico, nos apropriamos do conceito de *disciplina* conforme ensina Michel Foucault (2009) que traduz a disciplina como uma capacidade de aumentar as forças do corpo (em termos de utilidade), estabelecendo um elo compulsório com uma dominação acentuada. Para tanto, dialogamos com a ideia de *espaço escolar* defendida por Antonio Frago e Agustín Escolano (2001) que interpreta o espaço escolar como um ambiente político social capaz de controlar os movimentos e costumes dos aprendizes. Além disto, em direção aos caminhos metodológicos a noção foucaultiana sobre *discurso* também foi fundamental, uma vez que contribuiu para entender os enunciados construídos sobre as afetividades sentidas mediante o acontecimento.

Em suma, é válido ressaltar que o sonho de ter um prédio próprio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, tornou-se um pesadelo. O imbróglgio gestado pelo pintor com o atraso das obras, provocou afetividades exaltadas e sofrimento por parte dos aprendizes que tiveram que ocupar um espaço precário por mais tempo. Dito isto, a presente pesquisa é tida como precursora, visto que, há pouquíssimas explorações acerca da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, e no que tange a investigação desse pintor que se passa por engenheiro e instaura um caos em Tambaú não há trabalhos disponíveis nas páginas de internet.

A presente investigação parte de uma análise documental, através dos livros de *Copiador de Officio (1906-1909)* e *Copiador de Officio (1909-1911)* que norteiam os acontecimentos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, como também dos jornais antigos *O Norte* e *A União: Órgão do Partido Republicano do estado da Parahyba* disponíveis na página da *Hemeroteca Digital Brasileira*, que apresenta algumas informações sobre o senhor Ernesto Emilio Kauffman.

## AS FALCATRUAS DE UM DITO ENGENHEIRO

A partir dos resultados obtidos, evidenciamos o início da contratação do Sr. Ernesto Emilio Kauffman que foi contratado como engenheiro para construir o prédio próprio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, situado na praia de Tambaú, onde se encarregou da construção pelo preço de 50:000.000 contos de réis. A intenção era que o prédio fosse entregue em 30 de maio de 1907, todavia, Kauffman adiou para junho, depois para o dia 30 de agosto, sem sucesso pois, a escola não ficou pronta no mesmo ano.

Os trabalhadores contratados, começaram a alegar falta de verbas, sem fundamento, tendo em vista que foi repassado um determinado valor ao diretor de obras que supriria os recursos necessários para o andamento das mesmas. Kauffman, defendia que o prédio já estava pronto. Entretanto, nos livros constam que não. A seguir, uma relação das obras não começadas, retirada do livro transcrito *Copiador de Officio (1909- 1911)*:

**Quadro I - Relação de Obras não Começadas**

	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Latrilhos(?) e lavanderia	540.000
02	Telhas (15.000)	888.000
03	Camabização dos (?)	200.000
04	Corujas e Platinbandas	1.000.000
05	Encanamento das águas pluvias e esgoto	1.428.600
06	Calhas circuitadas(?)	740.000
07	Assoalhos dos dormitórios	3.437.500
08	Ladrilhos 900m.00	1.665.000

09	Reboco interno(1/3)	1.199.440
10	Escadaria cuicutadas(?)	725.000
11	Janellas (53)	2.650.000
12	Portas(14)	910.000
13	Portões de ferro(2)	500.000
14	Fogão de mão de obra	300.000
	<b>Total</b>	<b>16.184.148</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores a partir das informações contidas no *Livro de Copiador de Offício (1909-1911)*.

Neste documento, consta que o fiscal ao chegar na praia de Tambaú deparou-se com a listagem acima, representando o atraso das obras do referido prédio. Ao analisar o quadro, foi possível observar que faltavam partes fundamentais para a edificação do mesmo. A falta de portas, janelas, portões de ferro e telhas, especificamente, simbolizam o sentimento de insegurança por possíveis invasões e atos violentos, à vista que deixavam o corpo escolar dos aprendizes marinheiros da Paraíba em estado de vulnerabilidade, bem como sujeito à entrada de mosquitos e doenças, com as fortes correntes de ar.

O sr. Ernesto, concedeu um impetuoso prejuízo à Marinha. Cobrou um valor exorbitante a fim de edificar o prédio, atrasou as obras e ao que tudo indica fugiu com esse valor sem deixar evidências, deixando o corpo escolar dos Aprendizes Marinheiros da Paraíba desassistidos. É válido destacar que as fortes chuvas impossibilitavam o andamento das obras, como também o interrompimento da linha férrea que estava em reparos por oito dias, impedindo o transporte dos materiais de construção. A Delegacia Fiscal entregou a quantia de seis milhões de réis, como pedido por Kauffman, a fim de adiantar as obras. Na primeira quinzena do mês houve um avanço, mas as obras ficaram paralisadas devido as chuvas constantes no mês de junho, não deveria ser desculpa uma vez que, o prazo de entrega inicial era a data do último dia do mês de maio.

No entanto, fazendo uma rápida busca no jornal *O Norte*, disponível na Hemeroteca Digital, encontramos dezessete ocorrências com o nome *Kauffman*, o que nos permite tentar entender quem era esse homem e o que fazia. Na primeira instância, ele é apresentado como diretor das obras públicas. No decorrer do jornal o nome dele aparece no campo Lyceu Parahybano como professor contratado.

Por conseguinte, o jornal evidencia o sr. Kauffman como subdelegado. Relata também que ele ficou conhecido como “Director da Infeliz Ferrovia de Tambaú”, passando os passageiros por tormentos infínitos naquela estrada, colocando-os por vezes em apuros com incêndios nos trens da referida linha, provocando queimação até nas vestimentas dos passageiros. O que contribuiu para a fama de “Maxambomba de Fogo Satânica” do sr. Kauffman. No jornal, ainda, informa que ele fez parte da comissão organizadora dos festejos de uma determinada rua do *Club Astrea*.

Em outra instância do jornal, no dia 28 de maio de 1909 foi publicado que Emilio, visitou a Paraíba, mas ia ao Rio de Janeiro à passeio. Ele que estava de licença do governo e esperava voltar para reassumir os cargos que ocupava pelo mês de junho. No dia 7 de setembro de 1909, o referido jornal noticiou que o sr. Kauffman, passou a bordo no Estado do Pará, onde pretendia fixar residência. Em novembro de 1909, Ernesto pediu abandono do cargo público de professor.

Destacamos, por fim da análise desse jornal, uma carta escrita pelo próprio sr. Emilio no ano de 1917 destinada a um conhecido da cidade não identificado, que traz algumas informações pertinentes. Embora estivesse na Alemanha, ele foi naturalizado no Brasil e sentia saudades da sua terra. Relata que foi de tudo: súdito, chefe político, subdelegado, jornalista, professor, pintor, diretor de obras e construtor e por pouco não foi deputado estadual. O que nos faz refletir que talvez a sua fuga tenha sido para a Alemanha, onde segundo a carta, estaria passando por maus momentos com as relações diplomáticas do país.

Nesse sentido, no jornal *A União*, aparecem apenas quatro ocorrências com o nome do senhor em estudo. Neste, aponta o sr. Kauffman, como empregado público e uma curiosidade no campo “Editaes - Multas de Jurados”, o nome dele aparece como jurado multado no valor de 210 mil réis referente a segunda sessão ordinária do corrente ano.

Para tanto, sabendo do interesse da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba em ter um prédio próprio e o quanto o sonho tornou-se pesadelo, é fundamental proferir sobre as emoções sentidas pelos envolvidos, os discursos exaltados e queixosos direcionados à Marinha Nacional que causou disforia, forçando a Marinha tomar novas atitudes (investir mais uma vez na construção, contratando um outro fiscal para conduzir as obras; o prédio ficou pronto no ano seguinte). Cujo a compreensão do conceito *sensibilidades* pode ser dada pela citação abaixo:

As sensibilidades são uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade (PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10 apud Lupon, 2017, p. 2538).

No que se refere, as reflexões acerca da importância em ter um ambiente escolar saudável, no qual, favoreça o ensino- aprendizagem e possibilite a formação de corpos disciplinados, pode-se compreender disciplina conforme diz Foucault:

a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro

lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1999, p. 164-165).

Nessa perspectiva, um espaço escolar organizado manifesta identificação com as estruturas arquitetônicas, o que propicia experiências boas e/ ou ruins. Dessa maneira,

o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção, o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem (FRAGO, ESCOLANO, 2001, p. 26).

Sendo assim, os discursos discutidos no decorrer desse texto junto ao que pensa Michel Foucault (2014), nos possibilita refletir sobre o quanto o fato dos enunciados ditos e sentidos implica na representação da realidade vivida no contexto estudado. Os jornais antigos e os dois livros transcritos, foram fundamentais para fomentar essa análise, uma vez que, através deles foi possível investigar sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba e a sua primeira tentativa de edificar o seu prédio próprio. À vista disso, para Michel Foucault (2014) o discurso não pode ser entendido como uma retórica nem como um conjunto de palavras ditas, é essencial considerar as sensações e emoções experienciadas por aquele que enuncia, por isso, a relevância dos sentimentos vividos conforme o supracitado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o anseio de possuir um prédio próprio de imediato, provocou uma grande insatisfação. A falta de compromisso e responsabilidade do sr. Kauffman que não era engenheiro, cobrou um preço altíssimo para construir a escola e não construiu, nos dar repulsa. Perceber através das buscas nos jornais antigos que ele na verdade fazia parte da elite da cidade, nos faz questionar qual a necessidade de apropriar-se do dinheiro concedido pela Marinha do Brasil.

No entanto, após a confusão instaurada, a Marinha nacional contratou um novo edifício na praia de Tambaú a fim de sanar o problema. As obras iniciaram no dia 13 de dezembro do mesmo ano, com uma supervisão mais perspicaz, estando quase pronto em janeiro de 1908 quando a Marinha anuncia a fiscalização. Embora, tivesse um constante cheiro de uma lagoa infectada, provavelmente era o esgoto, que perdurou por 5 meses consecutivos na cidade, chegando a trabalhar 12 vezes por mês e a dificuldade em obter materiais de uma serraria que facilitasse o madeiramento já pronto, o prédio foi finalizado e entregue.

Portanto, ressaltamos a relevância da pesquisa à luz dos autores supracitados, uma vez que contribuíram para experienciar o contexto da época de uma maneira mais sensível e significativa. Assim sendo, salientamos a pertinência de dar continuidade ao estudo, visto que,



não há feitura de trabalhos anteriores a respeito do impostor Ernesto Emilio Kauffman, além de ser fundamental para o entendimento inicial da história referente a tentativa de construir o prédio próprio que funcionasse a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba.

## NOTAS

- 1 Bolsista de Iniciação Científica, UFRN. E-mail: chrislayne-thuany@hotmail.com
- 2 Orientador, UFRN. E-mail: azemarsoares@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

- FONSECA, Mário Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2014.
- DIGITAL, Hemeroteca. **O Norte (PB)- 1908 a 1956**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 14 de dezembro de 2020.
- DIGITAL, Hemeroteca. **A União: Órgão do Partido Republicano do estado da Parahyba (PB)- 1893 a 1899**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 14 de dezembro de 2020.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. V. 2, p. 19-57, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MARINHA DO BRASIL. Livro de Copiador de Officio (1906-1909).
- MARINHA DO BRASIL. Livro de Copiador de Officio (1909-1911).
- LUPION, Marcia. **O percurso da história das sensibilidades**. 2017. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3476.pdf>> Acesso em: 14 de dezembro de 2020.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. **Imagens na história**, 2008.
- SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; CURY, Cláudia Engler. “Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871–1890). **Educação & Formação**, v. 4, n. 10jan/abr, p. 112-130, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/581/1085>> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

# “DISCIPLINA CRAVA-SE EM PEDRA”: ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA E O DISCURSO DO ESPAÇO ESCOLAR NA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

Luiz Felipe Soares de Lima<sup>2</sup>

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar como a materialidade do espaço escolar interfere na prática educacional da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba durante a primeira década do século XX. É importante ressaltar que esta unidade faz parte de uma rede de instituições que começaram a se expandir pelo Brasil ainda no Império e que tinham como objetivo primordial formar crianças pobres e desvalidas na “honrosa” carreira da marinha. Para isso, na condição de colégio interno, ofereceu-se um cotidiano moldado em regras e correção, proporcionando ensino elementar e náutico, sem deixar de exigir um perfil totalmente subordinado dos aprendizes. Entretanto, conforme a metodologia aplicada para esta análise, foi possível observar nas fontes presentes no *Livro de Copiador de Ofício (1908-1911)*, incontáveis denúncias, pelo comando da escola, quanto a ausência de acomodações e um ambiente satisfatório para as práticas educativas, algo indispensável para o cumprimento do que se propunha no regulamento: o desenvolvimento físico e intelectual dos menores. Frente a isso, dialoga-se tanto com conceito de *disciplina* de Michel Foucault (2018), quanto com o de *espaço-escola*, trabalhado por Agustín Escolano (1998), numa tentativa de compreender quais as principais limitações que o edifício escolar, assim como sua localização, impunham a educação dos menores e se a unidade se utiliza de metodologias educacionais especiais para suprir tais dificuldades. Assim, pode-se constatar que a referida instituição, além de procurar caminhos para melhorias em suas instalações, buscou, muitas vezes, adaptar seus métodos de ensino de acordo com a realidade vigente, almejando manter suas obrigações formativas em andamento.

**Palavras chave:** Escola de Aprendizes Marinheiros, Prédio escolar, Disciplina.

## INTRODUÇÃO

Em meados do mês de dezembro de 1909, o Tenente Comandante da *Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba*, o Sr. Raul Quadros, expediu um minucioso relatório que se dirigiu diretamente à Inspeção da Marinha Nacional, com o objetivo de apresentar-lhe as ocorrências que se deram naquele estabelecimento durante o ano corrente. Quadros, de imediato, lembrou ao Contra Almirante Inspetor que, ao receber o comando escolar do então Cap. Agostinho de Souza e Mello, já encontrara os aprendizes aquartelados em um prédio alugado, um tanto deletério por sinal, mas que, mesmo após um ano à frente da escola, os jovens continuavam ali, pois não haviam encontrado outro espaço, mesmo que menor, que pudesse comportar a quantidade de cem aprendizes. A partir daí, o então comandante deu início a uma série de denúncias sobre as condições estruturais e sanitárias do referido edifício e localidade o qual ele pertenceu, expondo insatisfações que só poderiam ser superados mediante um prédio próprio, felizmente já em construção e certamente menos insalubre que aquele que gostariam de abandonar.

Tentar compreender como estes “transtornos”, relativos à uma arquitetura e geografia pouco adequada para o desenvolvimento físico e intelectual de crianças, impactam nas práticas educativas da instituição durante os anos de 1908 a 1911 é nosso principal objetivo neste trabalho. Antes de tudo, é importante salientar que a rede de *Escolas de Aprendizes Marinheiros* são instituições que emergiram ainda no Império brasileiro, inicialmente como *Companhias* fixas da Marinha, por meio do *Decreto nº 42, de 15 de outubro de 1936*, e tiveram como principal interesse acolher a infância desvalida daquela sociedade, isto é, jovens, que até então estavam fadados a pobreza e ao abandono social, e dar-lhes formação náutica e elementar, pavimentando um caminho para tornar seus corpos dóceis e úteis, nas palavras de Michel Foucault (2018), para as fileiras da Marinha Nacional.

Em relação à unidade da Paraíba, nos chama atenção Thaís Santos e Azemar Soares Júnior (2019, p. 51-52), sua fundação foi um pouco mais recente. No início da década de 1870, o *Decreto nº 4.680, de 17 de Janeiro de 1871* instituiu a *Companhia de Aprendizes Marinheiros da Parahyba*, em uma província tomada pela efervescência de conflitos sociais que foram comuns ao dado período e serviram de *estopim* para a exigência de uma escola com este perfil, pela elite paraibana, na região. Os principais desafios imediatos à sua instalação giraram em torno de arregimentar aprendizes e conquistar um prédio próprio para sua sede. Já nos anos de 1885, a Marinha do Brasil baixou um novo Decreto, de *nº 9.371, de 14 de fevereiro*, o qual fomentou mais uma série de mudanças no formato da rede, como a modificação nas nomenclaturas das *Companhias*, que passariam a se chamar *Escolas*, e a unificação de algumas instituições, como foi o caso da Escola do Rio Grande do Norte que ao ser abolida, teve seu recurso humano absorvido pela unidade paraibana.

Com o propósito de operar em formato de colégio interno, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba foi batizada pelo número 5 e após alguns anos funcionando no Porto do

Capim, às margens do Rio Sanhauá, a instituição foi transferida para o Convento Franciscano, instalada numa parte da capital chamada de Cidade Alta, onde permaneceu até o ano de 1890. Da última década do oitocentos até o ano de 1908, a referida escola assentou praça em diversos prédios alugados, até que no ano de 1909 iniciou sua mudança para o prédio próprio construído na praia de Tambaú, local a época distante aproximadamente de sete a oito quilômetros do centro da cidade da Parahyba (Cf. RODRIGUES, 1962, p. 149).

É justamente nesse cenário que a escola se consolidou em Tambaú, inicialmente em um prédio alugado, e mais adiante na sede própria, que buscamos privilegiar nossos esforços de pesquisa, visto a riqueza dos enunciados presentes nos registros remanescentes. A documentação analisada foi digitalizada como parte integrante do projeto de pesquisa intitulado “*Marchando com muito garbo e correcção*”: a disciplinarização de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiro no Rio Grande do Norte e na Paraíba”, fontes estas disponíveis para consulta pública no *Arquivo da Marinha do Brasil*, localizado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro.

Sem deixarmos de considerar a vastidão desta documentação, selecionamos para problematizar nesse texto o *Livro de Copiador de Officio (1908-1911)*, não só por se tratar de um registro bastante completo em informações, mas, principalmente, por denunciar de forma incisiva às enormes dificuldades que a Escola da Paraíba teve que superar conforme as condições pouco propícias, de arquitetura e higiene, que os prédios os quais se aquartelou, durante anos a fio, apresentavam. No tocante aos procedimentos metodológicos, buscamos abrir o diálogo entre os conceitos de *disciplina*, de Michel Foucault (2018), e de *espaço-escola*, de Agustín Escolano (1998), por meio da *análise do discurso* proposta por Michel Foucault (2014), nos propondo a demonstrar que não somente os personagens deste passado produziam discursos, mas a própria materialidade dos espaços respaldam tais intencionalidades.

## **ENTRE TERRENOS HORRÍVEIS E PRÉDIOS ARRUINADOS: A ESTADIA DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS NA PRAIA DE TAMBAÚ**

As comunicações estabelecidas entre o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba* e o *Ministério da Marinha*, por volta dos anos de 1908 e 1911, revela com riqueza de detalhes os modos como a materialidade do espaço escolar interferiu no cotidiano do corpo escolar daquela agremiação. Ao todo, dentro do aparato documental, identificamos fontes variadas, mas preferiu-se privilegiar informações de dois relatórios semestrais que foram enviados à Inspeção Nacional e buscavam delimitar a situação da escola nos períodos referentes aos anos de 1909 e 1910, oferecendo relatos passíveis de análise. No primeiro, que ganha destaque na introdução do artigo, o comandante da unidade procurou enfatizar o quanto a lentidão das

obras na nova sede perpetuou dificuldades, ao manter os aprendizes confinados em um edifício particular que nunca satisfaria os fins propostos sem que mais despesas fossem acometidas.

O Tenente Comandante da unidade à época, o Sr. Raul Quadros, explicou que durante os primeiros seis meses do ano de 1909, o estado sanitário da escola não foi dos piores, entretanto, com as primeiras chuvas que comumente se sucediam naquele lugar, não demorou muito para que diversas doenças atingissem os aprendizes, forçando a instituição a pedir autorização para a mudança de prédio que, ao fim, foi impossível por não dispor de um outro espaço minimamente adequado para comportar aqueles jovens. A solução encontrada foi inusitada: dar início a uma mudança provisória de quartelamento, já no dia 5 de novembro do mesmo ano, para o edifício próprio em fase de construção que funcionaria como sede da escola, na mesma Praia de Tambaú, já que aparentemente estava próximo de seu término e possuía alguma condição de receber os aprendizes.

Mas ao que parece, o que era um sonho até então, logo se tornou um novo pesadelo. Aproximadamente um ano após a mudança improvisada e seis meses da finalização do prédio, que se deu por volta de agosto de 1910, em primeiro de janeiro de 1911, um novo relatório foi enviado a Inspetoria da Marinha, o qual o recém empossado Tenente Comandante da Escola, Mário de Avellar Nazareth alertou quanto a “[...] infelicidade que presidiu a escolha daquele espaço para a construção do prédio em virtude de sua terrível localização” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1911). A sede própria em Tambaú se mostrou como um espaço extremamente suscetível a emergências epidêmicas, visto ser constantemente descrita como um local cercado de pântanos, doente e muito inclinado a causar terríveis febres aos aprendizes. Somado a isso, o espaço era apertado, faltavam acomodações para a enfermaria, farmácias e cômodos para oficiais, paredes precisavam ser derrubadas e erguidas em outros lugares, a falta de recursos mais elementares a uma vida coletiva satisfatória parecia relegar os aprendizes a uma situação de vida precária e vulnerável, algo bem diferente daquilo prometido na arregimentação dos mesmos.

Dos diversos problemas manifestados, alguns como a falta de abastecimento regular de água potável e a distância entre a Praia e o centro da cidade da Parahyba, ligados por uma única estrada de ferro com horários bastante restritos, acabaram por fomentar problemas muito significativos, sobretudo para as práticas educativas e saúde dos menores. O comando denunciou que durante o ano de 1910, “[...] gastou-se cerca duzentos e cinquenta mil réis com o fornecimento de água potável, com tendência para muito mais” (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1911), visto às demandas da escola, que sofria com a carência de recursos para às necessidades mais básicas, o que contribuiu diretamente para que a média mensal de enfermos atingisse índices entre 60% e 90%, especialmente nos meses chuvosos do ano.

Por outro lado, o transporte também gerava tributos bastante caros a serem pagos, além da própria impossibilidade de se chegar a Tambaú em algumas épocas do ano. As constantes interrupções na linha férrea, especialmente em alguns meses do ano, o qual a água inundava a

estrada de ferro e impedia o único meio de transporte que ligava a região a capital, impactava, por exemplo, na presença dos professores naquela instituição que, por muitas vezes, foram forçados a chegar atrasados ou mesmo permanecerem na escola durante a noite, dividindo um espaço apertado e insalubre com os aquartelados, só para que não deixassem de cumprir os horários e atividades que foram contratados para executar.

Essas foram justificativas exaustivamente repetidas e levadas a cabo por cada novo comandante, os fazendo solicitar, de forma contundente, verbas para a solução dos problemas e em último caso, a mudança para novos edifícios. Na tentativa de evitar gastos ainda maiores, tentou-se, em todo caso, aperfeiçoar os ambientes com reformas que, no entanto, acabavam por tornar a sede um canteiro de obras perpétuo. Assim, coube a procura incessante por prédios que comportassem os aprendizes com algum conforto, algo que só vem acontecer, aparentemente, por volta de 1911, quando um novo edifício, mais especificamente o *Antigo Quartel das Forças Policiais do Estado*, foi eleito depois de muita negociação com o Presidente do Estado e Ministro, por apresentar vantagens como “[...] água abundante e chrystalina para lavagem de roupa e banho para os aprendizes” (LIVRO COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1911), ainda que exigisse certas adaptações e gerasse novos custos de aluguel.

Diante do exposto, é possível perceber que a escola se manteve em constante ação para ajustar e, quando possível, substituir, sua estrutura material e localidade para evitar que a prática pedagógica adotada, centrada na disciplina e uniformidade subjetiva, fosse comprometida por fatores externos ao seu controle, reconhecendo o papel da materialidade escolar na subordinação dos sujeitos. Para Michel Foucault (2018), essa estratégia de utilizar o espaço de forma panóptica, isto é, como instrumento de vigilância e dominação, foi uma das formas mais amplamente adotadas por instituições que propunham o poder disciplinar como modelo de dominação sobre os corpos desde o séc. XVIII, quando

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2018, p. 133).

Dessa forma, o filósofo entende o poder disciplinar como aquele que incide nos sujeitos e implica em sua vigilância constante e perpétua, modelando corpos na forma da docilidade, submissão, utilidade e aperfeiçoamento. Ao estender esta prerrogativa a instituições como fábricas, hospitais e escolas, Foucault entra em diálogo direto com Agustín Escolano (1998), que ao se utilizar do conceito de *espaço-escola*, defende que

a arquitetura escolar é por si um programa, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, com os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para uma aprendizagem sensorial e motora

e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 96).

Logo, a disposição do espaço educacional se mostra embebido de intencionalidades baseadas na proposta pedagógica da instituição a qual ele pertence, e se tratando na rede de Escolas de Aprendizes Marinheiros, entende-se que a expressão formadora da entidade, isto é, o currículo, se vê arraigado à normatização e dedicação constante a cada parcela da vida dos futuros homens do mar, elegendo os espaços arquitetônicos que os comporta como parte de todo o ordenamento de uma unidade educacional tal como a citada.

Com isso em mente, portanto, é cabível admitir que o espaço interfere e é usado como parte da pedagogia de uma instituição. No próximo tópico, será possível identificar mais particularmente as práticas educativas voltadas para o ensino profissional e introjeção da disciplina e como tais ações podem se tornar disfuncionais se confrontadas com um espaço escolar decaído e fragilizado, como é o caso das sedes e localidades em que a Escola da Paraíba transita, forçando o comando a tomar atitudes adaptativas sobre o processo em questão.

## **ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA**

De acordo com o que foi esclarecido anteriormente, a modelagem das crianças arrematadas pela marinha se baseava em um caráter de dupla formação. A educação nas *Escolas de Aprendizes Marinheiros* funcionou por meio da instrução elementar e profissional, regulamentada em decretos específicos que interessavam-se na normatização das práticas pedagógicas nestes ambientes. De todo modo, o que nos chama atenção particularmente é o ensino profissional, que abarcou tanto a instrução militar, quanto a náutica. Os menores, submetidos a esta instrução deveriam adquirir uma diversidade de habilidades que os permitisse aprender os mistérios relativos à arte do marinheiro, como: fazer pinhas, costuras, alçar nós, coser, entalhar e manusear aparelhos de navios. É nesse último aspecto que a Escola da Paraíba enfrentava sérios problemas, visto a precariedade e ausência de acessórios adequados para a experiência do ofício.

Conforme anuncia Rozenilda Maria de Castro (2013), estudiosa da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí*, essas entidades, enquanto formadoras de profissionais para o mar, poderiam se instalar em navios, em terra ou de forma mista. Ao fazer um apanhado da situação de estalagem no Império, a autora indica que

[...] das dezesseis Companhias existentes no Império, três estavam aquarteladas em navios: a do Amazonas, a do Pará e a de Santa Catarina; três residindo em terra e a bordo, com turmas que se alternavam: a de Pernambuco, a da Bahia e a do Espírito Santo; dez, em terra, carecendo de embarcações especiais para exercícios: a Companhia do Mato Grosso, Maranhão, Ceará,

Na mudança para o período republicano, até o ano de 1911, o qual às fontes analisadas permitem chegar, não identificamos nem uma modificação significativa nesta condição em relação à unidade da Paraíba, que se manteve somente em terra, sofrendo com a carência de embarcações para as práticas dos exercícios náuticos. Mediante a situação, a infelicidade de ocupar Tambaú também residia não só nas constantes moléstias que se abatiam sobre os corpos, mas na própria distância que a praia estava do Porto mais próximo.

Ao transcorrer do documento, se torna recorrente a invocação da longínqua distância entre a Praia e o Porto de Cabedelo, onde se situava a Capitania dos Portos, como elemento que dificultava o acesso dos aprendizes ao aparelhamento dos navios. Entre as numerosas comunicações que se intensificaram ao decorrer do ano de 1910, cujo comando negociava uma nova sede, visto a péssima experiência que se passava naquela praia dita “[...] cercada de maceiós que são os germens das terríveis febres palustres” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1911), uma das justificativas para a transposição para o então Antigo Quartel das Forças Policiais do Estado, localizado na Cidade Baixa, era a vizinhança com a Capitania dos Portos. Uma vez que o local possuía uma malha de embarcações, o interesse em questão era de que proximidade permitisse aos menores o cumprimento do programa educacional proposto, já que no tocante ao ensino acessório, muitas vezes, deixaram de praticá-los por não disporem efetivamente dos aparelhos necessários ou verba suficiente para que fossem levados constantemente a baía, como sugere o Tenente Comandante ao Contra Almirante de Inspeção, em 1909:

[...] as aulas de aparelho de navio não poderão ser bem compreendidas pelos alunos por falta de um modelo de navio que poderiam ver de perto os diversos trabalhos, quanto os exercícios de escolares, cumpre declarar que durante a minha administração nenhuma foi feito por falta completa de embarcação para esse fim (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1909-1912).

Conforme foi descrito, a execução dos exercícios era diretamente impactado pela ausência completa de embarcações que pudessem servir de modelo ideal. Neste sentido, o próprio currículo escolar era solapado, pois se o objetivo consistia em formar sujeitos plenamente úteis a Marinha Nacional e conseqüentemente, aos interesses republicanos e patrióticos, a falta de uma educação profissional adequada poderia muito bem frustrar parte das expectativas presentes no imaginário militar em relação à escola, que deveria produzir, de forma física e intelectual, homens vigorosos para a honrosa carreira da Marinha.

Doravante, a Escola da Paraíba empreendeu esforços na tentativa de adaptar aquilo que foi possível. Embora faltasse de tudo, de modelos de navios a ferramentas náuticas, não foi rara a busca por formas criativas de dar continuidade às atividades programadas, respeitando a rea-



lidade vigente. A exemplo disso, temos a seguinte situação, apresentada pelo Sr. Raul Quadros a Inspeção da Marinha, em dezembro de 1909:

[...] para melhor execução dos aprendizes sobre os diversos nomes da marinha de guerra, recorri ao excelentíssimo sr. governador do estado para permitir que alguns aprendizes pratiquem nas machinas da Estrada de ferro que liga a cidade a escola, e devido não só a bôa (?) do Exel. Sr. governador, como também os esforços deste commando empregando alguns aprendizes que já se acham praticando nas respectivas machinas sem prejuizo de outros exercicios, mostrando-se alguns bastante aproveitaveis (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1909-1912).

De acordo com o relato, o comando da instituição procurou autoridades competentes com intuito de obter autorização para o treinamento dos menores mesmo em condições improvisadas, pois a escola se via carente de recursos materiais e econômicos para arcar com despesas na compra de uma embarcação, por exemplo.

Efetivamente, havia uma forte valorização das práticas profissionais. As instituições fixas da Marinha observavam como prioridade o instrução náutico, depois militar e, por último, elementar, correspondente ao “restante” (SILVA, 2017, p. 96) por entenderem que o principal conhecimento adquirido deveria ser o do ofício o qual os menores se ocupariam no futuro, e se estavam dispostos a tornarem-se marinheiros, “a prática do aprendiz no ambiente marítimo se torna evidenciada, como necessidade formativa futura da sua profissão” (SILVA, 2017, p. 99). Assim, uma boa ciência das execuções e manuseios de ferramentas profissionais eram conhecimentos imprescindíveis para a formação adequada dos novos marinheiros.

Entretanto, ao que tudo indica, não foi somente a ausência de embarcações que se evidenciou como um desafio a ser contornado pela unidade. Outros exercícios como natação, ginástica e esgrima de baioneta esbarraram na falta de acessórios ou de condições sanitárias satisfatórias para sua prática. No mesmo relato enviado a Inspeção em 1909, o comandante se queixa do uso de espadas de madeiras, adquiridas no mercado da capital, e utilizadas como modelo para os treinamentos de esgrima pelos aprendizes, pois não haviam outras em melhor condição de material. A suspensão da natação em períodos chuvosos também fora uma estratégia adotada, pois, se Tambaú apresentava-se como um foco de variadas doenças típicas de ambientes tropicais, limitar alguns exercícios a certos meses do ano se revelava como o método preventivo mais frutífero para o comando, à medida que perceberam a diminuição dos enfermos quando a medida foi adotada.

Em um último caso, também havia a falta de professores para ministrar as principais aulas dos aprendizes. Os oficiais nomeados e atuantes geralmente eram insuficientes para o contingente de turmas e atividades que deveriam praticar. A fonte denuncia que não foi incomum ao cotidiano da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, a presença de oficiais professores com numerosas disciplinas, ocupando funções das quais não eram designados a cumprir, apenas pelo interesse de que os estudantes não vissem-se prejudicados em sua formação. Este é o

caso do Tenente Comandante Mário Nazareth, que em 1911 ministrava o ensino de Rumos de agulha, Geografia e História do Brasil por não haver, na Escola, oficiais preparados para estes papéis, o que vemos como mais uma evidência das carências que esta e outras agremiações enfrentaram desde sua fundação, mas que não tenderam a cessar ou receber grandes melhorias com a chegada de um novo século.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta reflexão, é possível concluir que a referida unidade não se omitiu perante os desafios que enfrentava no seu cotidiano. Como foi apresentado, a falta de edifícios adequados para o aquartelamento satisfatório dos aprendizes foi um problema recorrente na trajetória da unidade escolar durante o período delimitado, o que, de acordo com as fontes, gerou enormes transtornos para o corpo educacional como um todo. Por outro lado, às constantes tentativas de substituir e adaptar não só o espaço escolar, mas às práticas e acessórios imprescindíveis para uma formação efetiva e repleta de intenções, sempre que estes elementos se viram decaídos, se revela como uma importante ação que merece reconhecimento. Ao fim e ao cabo, a unidade se utilizou inteligentemente de estratégias pedagógicas que visavam inculcar a disciplina nos sujeitos confinados e não mediu esforços para ajustar esse modelo quando necessário, afinal o aguerrido comprometimento que possuíam permitiu que se mantivessem fortes e atuantes no processo, mesmo em uma realidade tão adversa como a enfrentada.

## NOTAS

- 1 Esse artigo é parte integrante dos resultados do projeto de iniciação científica “Marchando com muito garbo e correção: a disciplinarização de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiro no Rio Grande do Norte e na Paraíba”, financiado pelo CNPq.
- 2 Graduando do curso de licenciatura em História da UFRN. Email: felipesoares013@gmail.com
- 3 Prof. Dr. do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da UFRN. Email: azemarsoares@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Rozenilda. A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.

FRAGO, Antonio; V. ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: PM&A, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO. Arquivo da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, 1908-1911.

RODRIGUES, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SANTOS, Thaís L. F.; SOARES JR., Azemar S... A Escola Aprendizizes de Marinheiros da Paraíba: Fabricando o corpo-máquina para a salvação da criança desvalida (1910-1932). In: SOARES JUNIOR, Azemar do Santos; ANDRADE, Vivian Galdino de (org.). *A Escrita do Sensível: Experiência, História, Cultura e Práticas Educativas*. João Pessoa: Ideia, 2019. p. 51-68.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. A prática educativa na Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874-1915). Teresina: Universidade Federal do Piauí. Tese (Doutorado em Educação), 2017.

# DORINA NOWILL: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jammerson Yuri da Silva

Louise Carla Siqueira da Silva

## RESUMO

O ofício do historiador tem sido pauta de debate ao longo dos processos de transformação da sociedade, sejam sociais, econômicas, culturais, filosóficas e educacionais. Considerando este último, ao tratar da história da educação, o historiador possui um papel ainda mais desafiador, pois, compreendemos que a história da educação não nos conta apenas como foram os processos formativos de um determinado tempo, nos conta muito mais sobre os fundamentos educacionais, a organização das estruturas formativas que possuímos no tempo presente e sobre as formas de como o imaginário social constrói o que entendemos por educação. Neste sentido, este trabalho busca através do conceito de *sensibilidades* apresentar e analisar a figura da educadora e intelectual Dorina de Gouvêa Nowill, sua importância e representatividade enquanto mulher e pessoa com deficiência visual na história da educação inclusiva no Brasil, nos processos de ensino-aprendizagem e nas relações sociais. Para tal, tomamos como referência o conceito *sensibilidades* postulado por Sandra Pesavento (2007) e Marcus Tabora de Oliveira (2020). Recorremos também às discussões de Michel de Certeau (1982) sobre o lugar de fala, a prática e a escrita, e a Romeu Sasaki (1997) acerca do ideal de educação inclusiva. Buscamos com esta pesquisa, esmiuçar a atuação de Dorina Nowill de forma complexa, traçando diálogos entre sua mente, corpo, espaço e tempo, corroborando de forma ambivalente com a necessidade de maiores conhecimentos sobre a relevância da autora no cenário educacional e com o compromisso ético de fazer história sem dissociarmos às problematizações inerentes ao campo subjetivo do sensível.

**Palavras-chave:** Dorina Nowill; Sensibilidades, Educação.

*A vida é algo que escapa a qualquer processo de mensuração. Na infância, o passado e o futuro se confundem. Na adolescência, o tempo não passa e os grandes momentos custam a chegar. O jovem tem pouco passado e quer viver o presente sem antecipar o futuro. Para o adulto o tempo passa tão rápido.*

*(Dorina Nowill, 2002)*

Que é a vida, que é o tempo? Indagações filosóficas que nos trazem reflexões profundas, com inúmeras possibilidades de problematizações e respostas, ou tentativas destas. Essas indagações são avivadas, diante da fala de Dorina Nowill posta na epígrafe acima. E, na tentativa

não de responder, mas de estabelecer compreensões sobre a vida e história – que nos remete ao tempo e a memória – dessa mulher, intelectual, educadora e pessoa com deficiência visual através do exercício da alteridade, conectando seu lugar de fala junto a história das sensibilidades, tecemos o presente texto, entendendo sua obra não apenas como relevante para o campo da educação inclusiva e da educação como um todo, mas como uma obra cuja conjuntura reverbera contribuições para a sociedade.

Nascida na cidade de São Paulo, aos dias 28 de maio de 1919, Dorina de Gouvêa Nowill, era filha do senhor Manuel Monteiro, e da senhora Gouvêa e Dolores Panelli. Nowill, teve dois irmãos, Amélia, a primogênita, e Manuel, o caçula. No ano de 1927, Nowill ingressou no Externato Elvira Brandão, onde estudou desde o primário até o ginásio, formando-se no ano de 1935, também na cidade de São Paulo. Ao ser acometida por uma doença, sofreu uma grave infecção ocular que causou hemorragia e cegueira, na adolescência, aos 17 anos de idade.

Tal situação, a fez compreender e apreender o mundo de duas formas diferentes, primeiro na condição de jovem mulher na sociedade brasileira e posteriormente enquanto jovem, mulher e deficiente visual. Esse deslocamento, mudança, e ou desvio em seu itinerário de vida, possibilitou com que Nowill pudesse perceber e sentir o mesmo mundo e inserção na sociedade brasileira de maneiras distintas, influenciando e direcionando suas escolhas, seus percursos e suas atividades, sua forma de agir e pensar, e por conseguinte, sua obra, legado e biografia.

Esses movimentos ocasionados pela mudança de percepção reverberam transformações de si que incidiram transformações partindo do indivíduo para o coletivo, permitindo de forma consciente ou inconsciente que Nowill aplicasse na sua trajetória e na trajetória de outras pessoas com deficiência visual, uma dimensão própria, que revela um cuidado de si, zelado para com os outros, que dá espaço para a dimensão da estética da existência (Taborda de Oliveira, 2020, p.4). A estética da existência situa o sujeito a caminhar de acordo com uma conduta ética, e assim consideramos que a educadora Dorina Nowill seguiu sua trajetória.

Retomando a narrativa sobre o Externado Elvira Brandão, local onde Nowill estudou, a instituição foi fundada em 1904 pela senhora Aída Caiuby, e recebe atualmente o nome de Colégio Elvira Brandão, permanecendo essencialmente como uma instituição particular localizada no distrito paulistano de Santo Amaro especificamente no bairro chamado Granja Julieta. Uma escola que tem em sua gênese, uma aprendizagem subsidiada por um currículo que possivelmente hoje seria considerado não regular e, portanto, não oficial. Um currículo elaborado por sua diretora e fundadora, objetivando e incentivando um ensino tradicional pautado na meritocracia, ordem e subserviência. Um ambiente de predominância feminina em seu alunado e corpo docente. Um espaço para desenvolvimento e aprimoramento intelectual e cultural da elite paulistana.

Com uma educação atrelada a meritocracia, pode-se dizer então que é preciso vê-la como sujeito politicamente imbricado numa filosofia onde a compreensão dos lugares onde se passa e

se tem acesso, as conquistas pessoais e profissionais dependem de um esforço individual. Identificar o uso dos sentidos presentes na não neutralidade que permeia a existência humana, nos possibilita delinear, ou conceber imagens acerca de outrem (CORBAIN, 2005).

Diante disso, ao identificar o sentido da formação educacional que a educadora teve baseada na concepção meritocrática pode ter influenciado Nowill, na superação das limitações anteriormente consideradas impossíveis de serem vencidas pelo imaginário social. Limitações atreladas a condição de uma pessoa com deficiência visual, que por ela foram superadas e enfrentadas de forma pioneira. Inferir entendimentos sobre alguém, vivente em um outro tempo e praticar alteridade com alguém do passado, no tempo presente praticando alteridade, não eximimo-nos de um entendimento crítico, ainda que sensível.

**Figura 1 – Dorina Nowill**



Fonte: <<<https://www.fundacaodorina.org.br/>>>. Acesso em: 10 Dez. 2020.

Por isso na prática da alteridade, dentro da corrente historiográfica das sensibilidades além de como postula Pesavento (2007, p. 4) de “Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos[...]em cada momento da história[...]”. Buscamos ao estabelecer análises sobre as fontes biográficas que apresentam e contam a história de Dorina Nowill, a fim de encontrar nas entrelinhas, no não dito e nas representações que os indivíduos, por meio da história e das gerações desenvolveram e foram capazes de atingir por meio de suas ações a si mesmo, e aos outros, portanto deixando no mundo e para o mundo transformações, ou caminhos para tal (PESAVENTO, 2007).

Essas compreensões além do que foi posto, mostram que não há como ser sujeito em lugar, passar por experiências, sem que elas movam algo dentro de nós. Com Nowill não foi diferente. Sua formação e sua forma de (re)agir à mudança ocorrida em sua trajetória, pela cegueira, podem ter sido determinantes no que veio a seguir. Dorina foi a primeira mulher com deficiência visual a formar-se professora pela Escola Normal Caetano de Campos em 1945. Ao

longo do curso, desenvolveu com o apoio de colegas um método para promoção da educação de crianças cegas. O projeto teve aprovação do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, abrindo caminho para a instalação do I Curso de Especialização de Educação de Cegos na América Latina.

A intelectual cursou especialização em ensino para cegos no *Teacher's College* da Universidade de Columbia, em Nova York, Estados Unidos. Por ocasião de sua estadia fora do Brasil, conheceu o seu esposo Edward Hubert Alexander Nowill, com quem teve cinco filhos, doze netos e dois bisnetos. Ainda nos Estados Unidos, expôs a carência brasileira com relação ao ensino destinado aos cegos, sobretudo, a falta de livros em braille. Isto sensibilizou instituições como a *Kellog's Foundation* e a *American Foundation for Overseas Blind*, que doaram uma imprensa braille completa à Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em 1948.

No tocante a educação, no ano de 1947 convenceu Carlos Pasquale a criar o Departamento de Educação Especial para Cegos, junto a Secretaria de Educação de São Paulo. Em 1951, assumiu a Presidência da FLCB, onde atuou por mais de 60 anos. Em 1953, passa a ser garantido no Estado de São Paulo o direito à educação inclusiva, através do Decreto Lei 2.287, processo em que sua atuação foi de primeira importância.

O presidente da República Jânio da Silva Quadros na ocasião do ano de 1961 a nomeou para dirigir o primeiro órgão Nacional de Educação de Cegos, no Ministério da Educação, Cultura e Desportos. No ano de 1979 foi eleita Presidente do Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos na VI Assembleia Geral do Conselho, hoje União Mundial de Cegos, chegando a discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1981. Em 1991, a FLCB mudou o seu nome e passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos, em sua homenagem.

Com sua autobiografia intitulada *E eu venci assim mesmo*, lançada no ano de 1996, traz uma compreensão dos fatos que nortearam sua vida e caminhada até o dado momento de sua publicação. Já no ano 2000, tornou-se presidenta emérita e vitalícia da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Dorina Nowill faleceu em São Paulo, aos 91 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca, no dia 29 de agosto de 2000. Recebeu em vida e também *post-mortem* uma grande quantidade de honrarias e homenagens, como o título de mulher do ano pelo Clube Paulistano de Senhoras (1966), mestra do ano nas comemorações do Dia do Professor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1961) e o título de *Women of Distinction Award*, da *Soroptimist Federation of Americas*, no EUA (1970), entre outras tantas premiações<sup>1</sup>.

Dessa forma, cabe compreendermos o lugar de fala de Dorina, não apenas como uma mulher, intelectual, educadora e deficiente visual, mas também o seu lugar enquanto sujeito pertencente a uma elite criadora e mediadora cultural. Nota-se também que a mesma situava-se em um local de privilégios, de classe social elevada com poder aquisitivo. Baseado em uma análise acerca do entendimento disposto por Michel de Certeau, a partir de sua obra *A Escrita da*

História (1982), podemos pontuar o tripé lugar de fala, prática e escrita da intelectual estudada. De tal modo, apresentamos a trajetória de Nowill, relacionando sua vida pessoal à sua atuação pública em prol da criação e consolidação de políticas públicas para a Pessoa com Deficiência.

Enxergamos aqui Dorina como uma pensadora que direciona toda a sua atuação política e educacional no sentido de promover a inclusão de pessoas com cegueira aos processos formativos. Nowill é, portanto, uma criadora de espaços para a discussão acerca da temática da educação inclusiva. À medida que cria, também ocupa esses espaços. É uma mediadora cultural que, ao passo em que busca popularizar e oportunizar o acesso ao braille como ferramenta educativa, torna-se também, ela própria, o veículo de informação da sociedade e de membros da política acerca das demandas e particularidades dos cegos no tocante à educação.

A sua militância e o trabalho que desenvolveu na promoção da igualdade e oportunidade de acesso à educação para cegos, não se deu de maneira aleatória. Tais percursos de sua vida pública entrelaçam-se com aspectos de sua vida pessoal. Sua atuação em prol da educação para cegos, relaciona-se diretamente com a sua cegueira. As barreiras enfrentadas por Dorina em seu processo formativo a impulsionaram a lutar pela causa dos cegos, bem como os espaços que ocupou ao longo da vida e as efetivas conquistas para comunidade cega, não se deram de maneira aleatória.

Segundo Romeu Kazuma Sassaki, inclusão social é definida como um

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...). A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (SASSAKI, 1997, p. 167).

Neste sentido, nota-se que não se trata de uma modalidade de ensino exclusiva ou segregadora destinada a pessoas com deficiência. Mas sim, uma postura de possibilitar a todos o acesso a educação e ofertá-la de maneira igualitária. Partindo desse olhar Dorina se propôs a atuar em favor de garantir equiparação desde o acesso a informação como também a formação para que possam ocupar os espaços sociais que lhes são legítimos.

O próprio fato de ter tido acesso à escolarização, à formação superior e a experiências acadêmicas no exterior garantiram a Dorina uma legitimidade e uma posição de autoridade para ser a porta-voz da inclusão educacional para os cegos do Brasil. O seu lugar de fala é, portanto, o de uma intelectual que conquistou espaço através de sua formação, mas também, e sobretudo, pela sua história de vida, reforçando a ideia de uma prática e uma escrita que não se dão de maneira naturalizada, mas sim orientadas pelas suas vivências e subjetividades.

Em termos de sua escrita, identificamos dois livros. No primeiro deles, intitulado *Venci assim mesmo* (1996), a autora apresenta sua trajetória desde sua infância passando por seus processos formativos, sua construção familiar e interpessoal, bem como os papéis que exerceu



como militante da educação inclusiva. Tudo isso é expresso de forma bastante sensível e descritiva acerca de si mesma. Já em sua outra obra *Para quem quer ver além: lições de Dorina de Gouvêa Nowill* (2002) expondo considerações sobre sua maneira de sentir o mundo e que implicações a envolvem em um universo de emoções que podem ser transmitidos aos que estão sua volta. Sendo, assim, observamos também uma escrita engajada da intelectual, relacionada ao seu lugar de fala e sua prática enquanto sujeito ativo no corpo social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao nos aproximar da história de vida de Dorina Nowill, através da prática da alteridade, analisamos seu lugar de fala, compreendendo que a intelectual era movida por suas experiências pessoais. É notório também, que a mesma fez uso de seu lugar de privilégio. A partir de uma estética da existência, se apropriou de uma ideia que poderia ter aplicado e desenvolvido apenas para si, mas levou-a para ser expandida, possibilitando acesso a educação as pessoas com deficiência visual, com vistas a uma prática mais inclusiva e democrática.

Seu pioneirismo trouxe esperança à vida de outras pessoas, tornando a educação e o acesso à escolarização algo palpável e possível, reverberando um legado que transformou parte da história da educação. Enquanto mulher e cega, Dorina rompeu barreiras e conquistou espaços que tradicionalmente lhe seriam negados, e por meio de sua atuação social e política garantiu visibilidade àqueles que durante muito tempo foram excluídos. Estudar Nowill não é apenas conhecer uma intelectual em suas múltiplas relações, mas desenvolver uma sensibilidade que vai além do olhar, comprometendo-se com um ensino humano e de qualidade para todos.

## NOTA

1 Informações sobre a vida de Dorina disponíveis no sítio eletrônico da Fundação Dorina Nowill para Cegos: <<<https://www.fundacaodorina.org.br>>>. Acesso em: 10 Dez. 2020.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica**. In: \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

HERVATINI, Luciana; SOUZA, Fátima Cristina Lucas de. **Educador da República e professor da modernidade**: formação de professores expressa no currículo da escola normal Caetano de Campos (1890-1892). In: \_\_\_\_\_. Congresso Nacional de Educação, Paraná, p. 1-12, 2009.

NOWILL, Dorina de Gouvêa. **Para quem quer ver além**: Lições de Dorina de Gouvêa Nowill. São Paulo: Editora Original, 2002.

NOWILL, Dorina de Gouvêa. **E eu venci assim mesmo**. 290f. São Paulo: Totalidade, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais/ organizado por Sandra Jatahy Pesavento e Frédérique Lange – Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007

SASSAKI, Romeu Kazuma. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. Pesquisas sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na história da educação: algumas indicações teórico metodológicas. In.: \_\_\_\_\_. **Revista História da Educação** (Online)v.24: p 1- 32, 2020.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. [Entrevista concebida a Laurent Vidal] **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 25, n. 49, p. 11-31, Jan. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882005000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 Nov. 2020.

# FOR NO ONE: O MACHISMO DE PAUL MCCARTNEY NAS CANÇÕES DOS BEATLES (1963-1968)

João Paulo Brito Lima<sup>1</sup>

## RESUMO

Os Beatles, mesmo em seus oito anos de formação – entre 1962 e 1970 – foram, e ainda são, um fenômeno mundial que, com suas músicas, letras e arranjos inovadores, revolucionaram os seguimentos da sociedade, da música e da cultura pop mundial na segunda metade do século XX. Mas, por trás de todo o fenômeno e glória que acompanha os Beatles mesmo se passando 50 anos após a dissolução da banda, existem elementos de preconceito e misoginia entrelaçados em algumas das letras e estrofes lançadas pela banda. Como suas vidas pessoais e suas canções se emaranharam e se confundiam, seus problemas pessoais e seus erros se transformavam em belas – diga-se de passagem – canções. É o caso do noivado entre o então casal jovem Paul McCartney e Jane Asher. O ciúme crescente de Paul McCartney, as cobranças e a desvalorização de sua então noiva, e porque não dizer, de figura feminina como um todo, foram temas de músicas onde o brilhantismo das composições não escondera o machismo da letra de McCartney. É sobre o machismo de Paul McCartney em relação a Jane Asher e a figura feminina como um todo nas composições dos Beatles num período de 1963 até 1968 que se tratará este artigo.

**Palavras-chave:** Paul McCartney, Beatles, Músicas, Machismo

## INTRODUÇÃO

O machismo e a perpetuação do patriarcado, subjugando as mulheres, estão presentes (pelo menos em grande parte do mundo) a praticamente toda a história da sociedade humana. Aparatados pelos discursos religiosos, eugenistas, científicos e mais precisamente hoje em dia, por pura e simplesmente ignorância. O discurso de que o homem (sexo masculino) tem uma maior aptidão física e mental maior que a mulher (sexo feminino) e, portanto, deve ser o “cabeça” das relações, ainda está vigorando e ganhando mais força mesmo neste século onde existem avanços genéticos e culturais antes dados somente as imaginações fantasiosas. Não é errado afirmar que a figura masculina está com medo de ter o seu posto de patriarcado ser derrubado, devido as crescentes ondas feministas e de igualdade de gênero. Devido a isso, em pleno século XXI, os casos sexismo, misoginia, de estupro, violência física e sexual e culminando no feminicídio, estão diariamente nas manchetes dos jornais e nos telejornais.

Na Inglaterra, no qual o caso deste trabalho se contextualiza, não foi nem é diferente. Uma sociedade aristocrata, patriarcal e com muito respeito e esmero pelas tradições seculares, a luta das mulheres em angariar seu espaço nessa sociedade não foi e ainda não é fácil. Fatores como advento do capitalismo, que implementou fábricas na Inglaterra com a Primeira Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, fizeram com que o trabalho braçal necessitasse da força masculina nas máquinas, e a figura feminina foi relegada ao ambiente do lar e a educação dos filhos.

Ainda na Inglaterra, voltando ao século XVIII por exemplo, as filhas das famílias aristocratas tinham todo um regramento na sua vida e suas famílias faziam questão de serem seguidas à risca, em nome dos status e do bem estar do bom nome da família. Por exemplo, as filhas raramente eram enviadas às instituições de ensino formal, pelo contrário, as meninas eram educadas em casa. A família pagava geralmente por alguma parente ou preceptora para ensinar essas meninas habilidades como se portar como uma “dama”, como se portar a mesa, o tom de voz, entre outras coisas como dança, canto, geografia e literatura, além de um pouco de francês. Enfim, esses elementos que tornavam a jovem moça “prendada”, tinham a finalidade de auxiliá-las a alcançar sucesso no competitivo mercado matrimonial. Naquele contexto, o casamento representava uma das únicas possibilidades de sobrevivência econômica e de existência social para as mulheres.

As mudanças na sociedade ocorreram no âmbito político, devido ao fato de países com um regime absolutista como a Inglaterra, foram de certa forma “derrotados” e viram seus poderes sendo divididos dando lugar a sistemas parlamentaristas. Nesses sistemas, a democracia funciona com a formação do corpo político sendo eleito por cidadãos, e os candidatos eleitos para ocupar esses cargos políticos representam a população e seus interesses (pelo menos em teoria), no governo.

Para tanto, os anos 50 e 60 do século XX, foram de intensas mudanças e transformações socioculturais. Essas mudanças nos regimes governamentais de vários países, impactando na sociedade, foi conseguida grande parte devido as várias manifestações e movimentos sociais, em busca de direitos e igualdade civis. Neste contexto social de intensas mudanças de visões e quebra de paradigmas, houveram (e ainda há) os que resistem aos ventos das mudanças e persistem em permanecer nas tradições a muito já sem valores e no obscurantismo. Foi o que ocorreu com o jovem Paul McCartney no seu relacionamento com Jane Asher.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar em algumas composições de Paul McCartney, enquanto membro da banda *The Beatles*, como ele cantou seu relacionamento conturbado com sua então namorada, e depois noiva, Jane Asher. Como suas brigas, insatisfações e desentendimentos se transformaram em letras de canções que preencheram os discos dos *Beatles* e podem ser ouvidas até hoje.

## “AND I LOVE HER...” O ELACE AMOROSO ENTRE PAUL MCCARTNEY E JANE ASHER

Antes de mais nada, é válido uma pequena biografia dos dois jovens antes de se conhecerem. A biografia, esse gênero literário que, assim como a música, foi um campo relegado pelos historiadores durante muito tempo. Apesar de ser considerado durante um tempo um gênero menor e até mesmo antiquado, sendo mais utilizado por amadores do que por profissionais propriamente ditos, principalmente antes das leituras e pesquisas propostas pela inovação da Escola dos *Annales*, que tinham uma abordagem positivista em que atribuíam a verdadeira História apenas aos “grandes” feitos de “grandes” homens do passado, foi entre o final do século XVII e na primeira metade do XVIII que a palavra biografia apareceu registrada nos dicionários europeus: *biography*, em inglês, em 1683; *biographie*, em alemão, em 1709; e *biographie*, em francês, em 1755.

É correto afirmar que a biografia é um elemento da escrita e da leitura um gênero tão antigo quanto a própria história. Pois antes mesmo da escrita ou pelo menos do conjunto de escritos para a formação de um livro, a biografia já era um gênero oral passado de geração para geração: era o passado iluminando o presente e reverberando para o futuro. A História era considerada a “mestra da vida” (*historia magistral vitae*) no tocante ao momento em que o passado lançava luz sobre o presente onde ensinava com exemplificações de grandes heróis, e vultos do passado, para dar exemplos de como o homem deveria no presente e no futuro se portar e dar seguimento a sua vida e seus costumes.

[...] Assim, incapaz de saciar-se por si mesmo, o presente voltou-se ao passado em busca de pertencimentos reais ou imaginários. A moda “retrô”, o gosto por filmes e romances históricos e o interesse pela memória, pelo patrimônio e pelas comemorações de efemérides nacionais constituem sintomas importantes dessas “falhas do presentismo”. Pode-se pensar, então, que o interesse contemporâneo pelas biografias, inclusive por parte dos historiadores, acompanha essa onda de história-memória, ou seja, os personagens do passado passaram a ser “ressuscitados” – ou, mais precisamente, recriados – com o objetivo de converterem-se em referências para os homens do presente e/ou como ícones de um passado idealizado, servindo de reforço a determinadas identidades de classe, gênero, raça, geração, região, religião, nação, entre outras. [...]².

Com o advento da chamada “renovação historiográfica” que ocasionou, pelo menos em teoria, uma mudança das mentalidades, desencadeada pelo que ficou conhecido como *Escola dos Annales*, fundada por Lucien Febvre e March Bloch em 1929, execrou de seus escritos a obrigação de se escrever a história apenas das grandes personalidades e heróis do passado para uma possível elucidação do presente, e passou a englobar novos elementos como fonte da pesquisa historiográfica. Os franceses ficaram famosos através deste movimento historiográfico que se constituiu em torno da revista francesa de nome completo *Annales d’histoire économique et sociale*. Numa linha do tempo histórica, pode-se demarcar o surgimento da História enquanto

disciplina unificadora dos estudos e pesquisas das ciências sociais a partir de da constituição dessa revista, em 1929.

Dito isto, para que o leitor se situe e possa saber – pelo menos a nível de informação – quem são Paul McCartney e Jane Asher, vamos a uma breve biografia dos dois. Paul McCartney nasceu em Liverpool, no Reino Unido, em 18 de junho de 1943. Tornou-se mundialmente famoso fazendo parte da banda de *rock* *The Beatles*, que permaneceu em atividade entre 1960 e 1970. Paul além de músico é compositor, multi-instrumentista, ator, produtor musical e empresário, sendo considerado um dos mais poríferos compositores do século XX, pois tem a marca de ter 29 canções de sua autoria em primeiro lugar nas paradas de sucesso em muitos países. Apesar de fazer parte dos *Beatles* em 1960, Paul está em atividade musical desde 1957.

Já Jane Asher nasceu em Londres em 5 de abril de 1946. Ela é a segunda de três filhos do Dr. Richard Asher e sua esposa Margaret Asher. Diferente das meninas da aristocracia inglesa do século XVIII anteriormente citadas neste trabalho, ela foi educada no Queen's College na Harley Street de Londres. Desde muito cedo começou sua carreira de atriz, aos cinco anos de idade, interpretando o papel de Nina no filme de Mandy, de 1952. Ela apareceu também em outros filmes subseqüentes mas razoavelmente notáveis, incluindo *The Quatermass Xperiment* (1955), *The Greengage Summer* (1961), *The Prince And The Pauper* (1962) e *Alfie* (1966).

Os dois se conheceram em 1963, no camarim do Royal Albert Hall, em Londres, em uma noite após uma apresentação da banda. Após essa noite, McCartney acompanhou Jane até sua casa e, chegando lá, eles combinaram de se encontrar novamente. Eles foram a vários encontros em Londres, e seu romance se tornou público quando foram fotografados saindo do teatro Prince of Wales depois de assistir à peça *Never Too Late*, de Neil Simon. A partir de então, eles se tornaram um dos casais com mais frequência na imprensa. Jane Asher, então com 17 anos, já era uma mulher com atitudes independentes em sua época. Na década de 1960 ela já havia participado dos filmes acima citados, e já ganhava seu próprio dinheiro, com pouca dependência de seus pais. E isso incomodou muito ao jovem Paul McCartney.

Após alguns meses de relacionamento, McCartney e Asher costumavam ficar na casa de seus pais em Wimpole Street, de número 57, uma casa com seis andares. E Jane sugeriu que ele considerasse a casa como sua casa em Londres, e sua mãe concordou em deixá-lo se mudar para o sótão. E assim o fez, e Paul morou na casa da família Asher por três anos.

Para o momento do contexto social em que este trabalho será pautado (anos 60 do século XXI), muita coisa mudou no que consiste no papel da mulher na sociedade e seus direitos. Mas, pensamentos machistas ainda perduravam, até mesmo entre os jovens. Os movimentos feministas que surgiram desde o século XIX com as sufragistas, e posteriormente, nos anos 60 com a Segunda Onda Feminista, possibilitou que comportamentos de mulheres como Jane Asher, que desejavam ser mais do que simples mulheres donas de casa e fossem em busca de sua independência financeira, artística, e por que não dizer, sexual, fosse possível.

[...] Na maioria das vezes, pensam que feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que o feminismo tem a ver com direitos – é sobre mulheres adquirirem direito iguais [...] (p. 12)<sup>3</sup>.

No caso em que este trabalho abordará, é um caso muito comum. De um lado, uma jovem moça da aristocracia inglesa, que queria casar, ter um lar com seus filhos e também queria ter uma carreira de atriz, conquistar sua independência financeira e sair detrás da sombra de seu então noivo e pretense futuro marido. Do outro lado, um jovem rapaz, música em ascensão meteórica, que amava essa garota mas queria que ela esquecesse essa história de trabalhar e ser independente dele. Ela deveria apenas ficar em casa e esperar seu futuro marido das infundáveis turnês mundiais. Só não é tão comum por se tratar de Paul McCartney e como ele compôs, gravou e lançou músicas a respeito de sua opinião sobre esse relacionamento e a figura de Jane Asher.

## **“WE CAN WORK IT OUT...” LETRAS MUSICAIS OU INSATISFAÇÕES PESSOAIS?**

A partir desse momento, a metodologia utilizada neste trabalho vai ser a análise de trechos de quatro músicas escritas e gravadas por Paul McCartney que venham a retratar suas frustrações com seu noivado e com a pessoa de Jane Asher. Apesar de fazer muitas canções, e baladas românticas para demonstrar todo seu amor e afeto a Jane – muitas dessas canções foram, inclusive, escritas na casa da própria Jane – Paul também viu todo seu amor se tornar um gosto amargo em sua boca e toda essa frustração foi também levada as páginas dos papéis e aos estúdios de gravação.

Neste período em que estiveram juntos, Paul McCartney não aceitava que Jane fosse uma mulher independente, pois a principal paixão de Asher era, os palcos, as câmeras, era atuar. Ela cresceu dessa forma e desenvolveu um jeito e uma mente independente, e isso levou ela a desejar ter uma profissão por conta própria. Com isso ela queria ser algo mais, continuar sua vida profissional, do que apenas ser uma jovem caseira e parceira de um *Beatle*. Ela era obstinada e se recusou a sacrificar sua carreira por McCartney, o que causou algum atrito no relacionamento deles.

Sobre as músicas, a relação entre elementos tão complexos como a História e a Música não foi algo que as academias e o campo historiográfico levaram muito a sério no tocante como a música sendo uma fonte, um objeto de estudo. Uma única música, se analisada de forma correta, analisada com uma “lente historiográfica”, pode trazer em seus versos, em suas linhas, em suas estrofes, muito a respeito da época em que ela foi concebida. A música, sendo analisada minuciosamente em sua composição, letra e melodia, pode mostrar ao historiador aspectos e particularidades são somente do próprio (ou próprios) compositor(es), mas também acerca da

sociedade em que foi feita e difundida. Qual o gênero estava em alta naquele momento? Quais os acontecimentos sociais e culturais estavam eclodindo naquela época e que foram cantados por determinado vocalista? Por que esse tema tão polêmico ganhou vida nas letras de música de determinada banda? Essas e muitas outras questões podem ser respondidas analisando a música sem se desvincular do contexto histórico.

Então certamente que não há dúvidas que as canções são vestígios importantes na tentativa de produzir um discurso histórico. A música é uma linguagem, e a relação entre ela e a História deve ser levada em consideração. O grande desafio nisso tudo, para o pesquisador, é mapear entre essas canções as nuances, os sentidos escondidos, empregados por seus criadores em meios aos seus versos e estrofes.

“[...] As informações presentes nas canções ajudam a ilustrar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e eventos do cotidiano de determinado país. Grosso modo, podemos dizer que a canção é uma interlocutora de acontecimentos culturais e sociais no mundo contemporâneo. [...]” (p. 04).<sup>4</sup>

Portanto, vamos as letras das canções e as respectivas análises. Sobre as letras das canções que Paul cantou sobre suas frustrações devido ao comportamento de Jane, a primeira é *We Can Work It Out* (Nós Podemos Dar Um Jeito), de 1965. “*Tente se colocar no meu lugar / Será que tenho que continuar falando até não poder mais? / Enquanto você se coloca no seu lugar / Corre o risco de saber / Que nosso amor logo pode acabar*”<sup>5</sup>. Podemos perceber neste pequeno trecho que o compositor canta sobre uma situação em que o rapaz da história coloca a mulher em uma posição egoísta. Ele pede que ela olhe apenas o lado dele, com um tom de ameaça de que enquanto ela não fizer o que ele está pedindo, há chances do amor deles acabar logo.

Seguindo a análise, trago *You Won't See Me* (Você Não Vai Me Ver), também de 1965. Mais uma vez, pela perspectiva do garoto, o seguinte trecho da letra diz assim: “*Quando eu ligo para você / A sua linha está ocupada / Eu já estou farto / Então não aja como uma criança...*”<sup>6</sup>. Durante 5 meses, Jane Asher partiu para os Estados Unidos com uma companhia de teatro inglesa e a música fala justamente disso. Durante sua ausência, Paul ligava para ela, mas em algumas ocasiões, ela não atendia, e ele já estava ficando farto dessa situação.

A terceira música analisada é *Another Girl* (Outra Garota), também da leva de 1965. O seguinte trecho da música diz assim: “*Pois eu tenho / Outra garota / Outra garota / Você quer que eu diga que não tenho / Ninguém além de você / E depois de hoje, bem, tenho visto / Um novo alguém / Não sou bobo e não aceito o que não quero...*”<sup>7</sup>. Na época em que Jane estava fora, e que Paul não conseguia contatá-la como fora dito no parágrafo anterior, o mesmo também se envolveu com outra mulher, e nesta canção ele quis deixar claro que tinha arranjado outra garota. O mais incrível é que é um caso de traição, que virou tema de música e se tornou um sucesso.



A quarta e última música apresentada nesta nossa pesquisa é a música que dá o título deste trabalho *For No One* (Por Ninguém), de 1966. Essa música tem uma melodia muito tocante, em forma de balada, e traz em seu conteúdo, o seguinte trecho: “*O seu dia amanhece / A sua cabeça dói / Você descobre que todas / As palavras de amor que ela disse / Permanecem na sua mente / Quando ela não precisa mais de você...*”<sup>8</sup>. Percebemos através desse trecho que a letra da canção relata um caso de um amor que está se acabando. O homem vai percebendo que a mulher é independente, não o ama mais e não precisa mais dele. Em outros trechos dá para perceber que mesmo nesta situação ele continua tendo alguma esperança de salvar seu relacionamento, que também vai se esvaindo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos aqui, depois de lermos alguns trechos de poucas músicas do portfólio de Paul McCartney em que ele relata sua insatisfação com Jane Asher e seu noivado, podemos perceber que apesar de ser muito querido entre os fãs, neste quesito, Paul McCartney estava errado. Ele não somente tentou impedir o crescimento profissional de Jane, como também não gostava nenhum pouco que ela viajasse, trabalhasse e tivesse sua independência financeira. Além do mais, enquanto Paul tentava impedir de forma egoísta que sua noiva obtivesse o crescimento profissional, ele desfrutava de outras mulheres, e que culminou na desagradável situação de ser flagrado por sua noiva e assim pondo um fim neste relacionamento.

O relacionamento dos dois vai se deteriorando na medida em que eles vão seguindo suas respectivas carreiras artísticas e cada vez menos vão se amando ou se falando. Quando um estava em casa o outro estava fora, trabalhando. Mas o jovem e famoso Paul McCartney não foi tão inocente neste período. Enquanto ele estava fora nas infundáveis turnês com os *Beatles*, é sabido que ele se relacionava com outras garotas ou *groupies*, como era conhecido. E enquanto Jane estava fora de casa ele também levava outras mulheres para casa. Foi o que aconteceu em 1968.

Após voltar inesperadamente de uma viagem, Jane Asher flagra Paul McCartney com outra mulher em sua casa. Apesar da imprensa da época especular quando finalmente seria consumado o matrimônio dos dois, Jane põe um basta na estreia do filme *Yellow Submarine*, dos *Beatles* e assim chega ao fim o relacionamento dos dois.

## NOTAS

- 1 Graduado do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em 2017. Atualmente mestrando no Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), aluno bolsista do CNPQ.
- 2 SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. 2012, p. 192-193.
- 3 HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/ bell hooks; tradução

Bhuvi Libiano. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa Dos Tempos, 2020.

4 MANOEL, Diogo Silva. “Música para Historiadores: [RE]Pensando Canção Popular como Documento e Fonte Histórica.” Encontro Regional de História: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, XIX. Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora (2014).

5 “Try to see it my way / Do I have to keep on talking till I can’t go on / While I see it your way / Run the risk of knowing / That our love may soon be gone...” We Can Work It Out é uma canção escrita por Paul McCartney e John Lennon em 1965, gravada entre 20 e 29 de outubro do mesmo ano. A banda gravou e lançou ela pela primeira vez como um duplo lado A de um single tendo a música Day Tripper como o outro lado do disco. O single foi lançado em 03 de dezembro de 1965. Possui 2:15 de duração. Letra e tradução disponíveis em <https://www.letras.mus.br/the-beatles/180/traducao.html>, acessado em 15/12/2020.

6 “When I call you up / Your line’s engaged / I have had enough / So act your age...” You Won’t See Me é uma canção escrita por Paul McCartney e John Lennon, também em 1965. A música fez parte do álbum Rubber Soul, de 1965, lançado em 03 de dezembro de 1965. Possui 3:25 de duração. Letra e tradução disponíveis em <https://www.letras.mus.br/the-beatles/272/traducao.html>, acessado em 15/12/2020.

7 “For I have got / Another girl / Another girl / You’re makin’ me say that I’ve got / Nobody but you / And as from today, well, I’ve got / Somebody that’s new / I ain’t no fool and I don’t take what I don’t want...” Another Girl é uma canção escrita por Paul McCartney com ajuda de John Lennon, de 1965. A música foi gravada em 15 de fevereiro e foi lançada em 06 de agosto do mesmo ano, no álbum Help!. A canção possui 2:04 de duração. Letra e tradução disponíveis em <https://www.letras.mus.br/the-beatles/249/traducao.html>, acessado em 15/12/2020.

8 “Your day breaks / Your mind aches / You find that all / Her words of kindness / Linger on / When she no longer needs you...” For No One é uma música de Paul McCartney e creditada a ele e a John Lennon. A música foi gravada entre 09 e 19 de maio de 1966 e lançada em agosto do mesmo ano no álbum Revolver. Possui 2 minutos de duração. Letra e tradução disponíveis em <https://www.letras.mus.br/the-beatles/261/traducao.html>, acessado em 15/12/2020.

# **O BANQUETE DO OLHAR NA MOITA: PRÁTICAS ALIMENTARES DE USO DOS CACTOS E DAS BROMÉLIAS NA COMUNIDADE MOITA DE BOQUEIRÃO-PB (-1998-2004)**

**José Carlos Silva<sup>1</sup>**

**Iranilson Buriti de Oliveira<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Esse artigo tem por objetivo analisar o olhar dos entrevistados da comunidade Moita de Boqueirão-PB, sobre uso dos cactos e das bromélias na alimentação humana. O recorte temporal (1998-2004) que nos debruçamos, fez com que tais práticas já comuns na localidade desde a sua fundação, ocorrida no final do século XIX, fossem anunciadas socialmente com maior intensidade. Em 1998/9 as águas do açude de Boqueirão baixaram drasticamente. A agricultura irrigada foi interrompida e a comunidade começou a explorar outras potencialidades. As práticas alimentares de uso dos cactos e das bromélias foi uma delas. A exploração dessas práticas, resultou na construção de uma agroindústria de derivados de cactos na referida comunidade, em 2004. Esse contexto, nos permite problematizar como os sujeitos da Moita usam a visão para experimentar (ALBUQUERQUE JR, 2008) e degustar o banquete das práticas alimentares a base dessas plantas, e como o olhar pode ser um instrumento de (re) significação sensível (PE-SAVENTO, 2007, 2008) dos espaços e das identidades desses narradores e da desnaturalização do discurso da seca, da fome e da miséria. Para termos acesso aos olhares alimentares do banquete da Moita, fizemos uma análise do discurso (FOUCAULT, 2008) dos antigos rememoradores, possibilitada pela história oral (ALBERTI, 2005, 2019). Inspirados em Certeau (2019), construímos uma história do cotidiano, observando que os olhares desses sujeitos ora driblaram e ora se misturaram com outros olhares, visíveis nas experiências (LARROSA, 2019) que os tocaram e os constituíram, permitindo e tornando possível (FARGE, 2019) reintroduzir essas existências e práticas alimentares de personagens comuns, no discurso histórico.

## **INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem por objetivo analisar o olhar dos entrevistados da comunidade Moita de Boqueirão-PB, sobre uso dos cactos e das bromélias na alimentação humana. O recorte temporal (1998-2004) que nos debruçamos, fez com que tais práticas já comuns na localidade desde

a sua fundação, ocorrida no final do século XIX, fossem anunciadas socialmente com maior intensidade. Em 1998/9 as águas do açude de Boqueirão baixaram drasticamente. A agricultura irrigada foi interrompida e a comunidade começou a explorar outras potencialidades. As práticas alimentares de uso dos cactos e das bromélias foi uma delas. Por isso, problematizamos como os cactos e as bromélias fizeram parte da dieta dos moitenses pelo olhar. O intuito é de com os saberes constituídos sobre os cactos e as bromélias, desnaturalizar as identidades dos sujeitos e desses espaços, associados à cultura da seca, da fome e da miséria.

A terra que apoiamos a panela do banquete, é denominada de comunidade Moita, desde o início do XIX e, está localizada no município de Boqueirão, no Cariri Paraibano, há 181 km de João Pessoa, a capital paraibana. A terra dessa comunidade é formada por uma “multiplicidade de territórios” (HAESBAERT, 2007) regados “de sonhos, desejos, projetos de vida, cura, amores” (OLIVEIRA, 2011, p. 764).

O recorte temporal que debruçamos nesse artigo é de 1998 a 2004. Em 1998, a agricultura irrigada foi interrompida no açude de Boqueirão, e, em 2004, foi construída uma agroindústria de alimentos de derivados de cactos na comunidade Moita.

A escolha do tema se deu pelo fato que cresci vendo e ouvindo esses sujeitos dizerem em suas rotinas alimentares que comiam cactos e bromélias crus, assados e cozidos não só por fome, mas também por prazer. Ao ampliar os espaços de ver desses olhares, incluiremos narrativas de resistências de pessoas comuns no discurso histórico, valorizando as experiências dos idosos, desnaturalizando estereótipos, trazendo reflexões sobre a importância do bioma caatinga e mostrando que a escola é o lugar de (trans) formação da sociedade por meio da (re) educação do olhar.

## **INGREDIENTES DO BANQUETE**

Nesse artigo, utilizamos o ingrediente Sensibilidade (PESAVENTO, 2007, 2008) para captar e traduzir as evidências do sensível nas experiências visuais dos habitantes dessa localidade A Tática (CERTEAU, 2019, p. 45-46), também foi outro ingrediente, entendida como os cálculos, as possibilidades de ganhos, os aproveitamentos das ocasiões dos habitantes da Moita para ressignificar o olhar sobre as práticas alimentares provenientes dos cactos e das bromélias desassociada da cultura da seca e da fome. O ingrediente Identidade (HALL, 2005, p. 13), por ser uma representação móvel fez parte do banquete. As identidades alimentícias derivadas dos cactos e das bromélias estão o tempo todo se deslocando e se reinventando, assumindo novos ingredientes para continuar existindo por meio da experiência. Compreendemos por “Experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA, 2019, p.18), escrita e inscrita nas memórias culinárias dos moitenses.

Outros ingredientes importantes foram as fontes, dentre as quais utilizamos as memórias dos entrevistados (entrevistas semiabertas, realizadas em 2008 e em 2020) na Comunidade Moita de Boqueirão-PB. Por isso, buscamos explorar tais práticas discursivas de ressignificação no campo da oralidade. Campo esse que “permite o acesso a uma pluralidade de memórias e perspectivas do passado” (ALBERTI, 2005, p. 38).

Com o intuito de manter o anonimato e evitar algum constrangimento aos narradores com a exposição de suas memórias, o nome deles/as foi substituído por nome de plantas da caatinga. As mulheres, passaram a se chamar: senhoras Craibeira (2008/2020), Barriguda (2008), Quixabeira (2008) Jucá (2020) Imburana (2020), Jurema (2020) e catingueira (2020) e os homens, a serem os senhores Juazeiro (2020), Umbuzeiro (2020), Pereiro (2020), Marmeleiro (2008/2020) e Baráúna (2008).

A Memória foi também um dos ingredientes. Segundo Candau (2019, p. 15), somos as nossas memórias e pela retrospectiva aprendemos “a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente”. Nesse sentido, fomos juntando os pedaços das memórias dos moitenses, por meio da oralidade e tecendo uma narrativa discursiva de resistência desses sujeitos sobre o uso dos cactos e das bromélias em seu cotidiano.

## **MODO DE PREPARO**

Por compreender que a linguagem é um tipo de poder que os sujeitos têm para se comunicar, trocar experiências e estabelecer vínculos sociais, usamos como modo de preparo do banquete à análise do discurso para ler os documentos. Para Foucault (2008, p.133), a noção de discurso é empregada como “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.”

Nessa perspectiva, Brandão (2004, p. 11) afirma que “a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural”. A autora acrescenta que “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Dessa forma, as fontes analisadas nesse artigo foram vinculadas às condições histórico-sociais de produção, isto é, ao lugar-tempo, aos interesses e intenções envolvidas na elaboração do discurso.

## AS CORES DO BANQUETE

Um banquete é composto por diversos pratos. Geralmente o que chama primeiro a nossa atenção por meio do olhar é a diversidade de cores dos alimentos. São as cores e formas dos alimentos que primeiro aguçam ou não o nosso apetite. O banquete de palavras (Larrosa, 2019) sobre as práticas alimentares de cactos e de bromélias que iremos servir pelo olhar é composto por múltiplas cores e formas, que poderá despertar em você a repulsa ou a vontade em saboreá-lo.

Segundo Giard (1996, p.223-233) a repulsa ou a vontade em saborear a comida que nos apresenta acontece pela culturalização dos alimentos escolhidos e preparados de acordo com as regras, leis de convivência de cada cultura. Para algumas pessoas, a projeção das imagens dos alimentos derivados de cactos e de bromélias pode causar repugnância, um certo mal-estar. Sobre o assunto Elias (1994, p. 72) nos diz que “o mal-estar ante uma diferente estrutura de emoções, o diferente padrão de repugnância ainda hoje encontrado em numerosas sociedades que chamamos de ‘não-incivilizadas’, o padrão de repugnância que precedeu o nosso e é sua precondição”.

Giard (2019, p. 232), ainda nos lembra do cão que é apreciado em Hong-Kong, dos gafanhotos em Magreb e dos vermes saboreados na Nova Guiné (...), ou as receitas indígenas divulgadas por Cascudo (1983, p. 577-583) que de acordo com a sua concepção, assombraram muitos naturalistas nos fins do século XIX, e um deles foi Karl Von den Steinen: irara, onça e tamanduá assados, macacos cozidos com bananas, cobras fritas, caramujos recheados, anum assado ou ensopado, entre outros.

Essa discussão do “não-incivilizado” e do “bárbaro” correu ao longo do tempo para os olhos de alguns discursos em relação ao uso dos cactos e das bromélias na alimentação humana. Josué de Castro (1959), por exemplo, chama os alimentos derivados dos cactos e das bromélias de alimentos bárbaros, comidas brabas ou iguarias bárbaras, frutos estranhos, com aparências exóticas, os últimos recursos a serem consumidos pelos sertanejos. Esse mesmo autor, na obra *Geografia da Fome* descreve “o cardápio extravagante do sertão faminto faz parte as seguintes iguarias bárbaras: farinha de macambira, de xique-xique, de parreira brava, de macaúba e de mucunã; (...) e de macambira mansa” (CASTRO, 1984, p. 219).

Moura (1970) publica na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* um artigo sobre alimentação. Em relação ao uso dos cactos e das bromélias ele escreve que “são os ‘alimentos bárbaros’ do Sertão do Nordeste, na denominação de Josué de Castro, – Farinha de macambira; Mucunã; (...) Farinha de Xique-xique (...). São alimentos consumidos nos períodos mais críticos das secas no Nordeste”.

A *Revista Veja* (1983, p. 61), traz uma matéria intitulada “A Tortura da Seca” e destaca uma família que “resolveu comer a palma, um cacto repleto de espinhos que serve normalmente para alimentar o gado”. Sobre a mesma temática, Cascudo (1983, p. 842) acrescenta, “o sertanejo tenta enfrentar a carência alimentar com as comidas brabas, os recursos desesperados

durante as longas estiagens aniquiladoras. Bromélias e cactáceas, [...] são as primeiras reservas mobilizadas, fornecendo [...] perturbadoras da laboriosa digestão”. Foi esse tipo de visão bárbara e civilizatória que se materializou-se em uma rede discursiva, descrevendo e criando o cardápio da seca e da miséria sobre os cactos e as bromélias no imaginário de muitos indivíduos.

No entanto, alguns sujeitos não compartilham com essa visão da subalimentação em relação ao uso dos cactos e das bromélias. Os depoentes da comunidade Moita, por serem construídos com essas práticas, tiveram uma experiência diferente da do cardápio da seca e por isso, sentem prazer em degustar tais alimentos com os “olhos” do paladar. “O paladar é um elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas, e está profundamente enraizado em normas culturais” (CASCUDO, 1983, p. 26-27).

As formas como eles relatam nos alimenta também pelos olhos da analogia. O xique-xique, por exemplo, tem a “cor de inhame” (CRAIBEIRA, 2020), “cor de macaxeira” (JUAZEIRO, 2020), “é branco” (UMBUZEIRO, 2020), “é um pouquinho mais vermelho, mais amarelada do que a macaxeira” (JUREMA, 2020). “É que tem de todo tipo. Tem xique-xique que você pega mais alvo. Tem outro que você pega mais roxinho” (PEREIRO, 2020). “Em trinta, arrancava macambira e (...) fazia aquele pão roxo e bota na mesa, mas menino e vamos comer, leite de cabra com pão de macambira” (BARAÚNA, 2008).

Para ver as cores dos objetos, e, portanto, dos alimentos do banquete que nos cercam se faz necessário a luz, ir para a luz ou até mesmo “fazer” a luz. “Faça-se a luz!”. E a luz foi feita” ou retirar o homem da caverna, para que ele com os “seus olhos machucados pela nova luz” (BENTANCUR, 2001, p. 12-13) veja as imagens dos alimentos no seu amplo espaço iluminado. A imagem dos alimentos enxergada pela luz cria e desperta em nós, os mais profundos desejos que transitam no nosso inconsciente.

Foram por essas luzes que os nossos olhos enxergaram as cores do mundo e foram por essas cores que o mundo foi visto ao longo da história. São por essas luzes que as cores do mundo entram em nós por meio da experiência (LARROSA, 2019) e pela experiência enxergamos esse mundo.

Esse mundo ora cinza, como algumas folhas da macambira e do caroá. Ora vermelho, como o fruto da cumbeba (quipá ou pêlo), ora preto como a semente do coroa-de-frade, ora branco como a flor do mandacaru e ora verde como o caule do xique-xique e do facheiro. “A visão é o aparelho de experimentação do mundo e o olhar é o instrumento de significação privilegiado quando se trata da construção de espacialidades, notadamente da cultura ocidental” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 121).

Literalmente na sociedade ocidental comemos o que construímos com os olhos nos espaços que habitamos ou que imaginamos habitar. Mas, essa concepção de prevalência do mundo da imagem que alimenta e mata “visões” e outros sujeitos e sentidos vem desde Platão e chega ao Brasil por meio do colonizador, o homem do Iluminismo, o “indivíduo totalmente centrado, uni-

ficado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2005, p. 11), que trazia modelos verdadeiros de existências a ser enxergados também pelos “selvagens” ameríndios.

De acordo com Pereira (2003) e Cascudo (1983), foram os índios cariris e jês que habitavam todo o Nordeste desde à Bahia ao Piauí, que deram início a hábito de comer cactos e bromélias. De princípio, os alimentos advindos dos cactos e das bromélias eram alimentos indígena (CASCUDO, 1983, p. 845), e basicamente as práticas dos povos primitivos, inclusive as da alimentação deveriam ser abominadas em nome da cultura europeia. Depois o colonizador, que não era um sujeito tão centrado e unificado como se pensava, começou a escorrer para dentro de suas práticas cotidianas, as identidades alimentícias provenientes dos cactos e das bromélias para permanecerem na região do Cariri Paraibano (PEREIRA, 2003, p. 125).

Dentro deste contexto, segundo os depoentes da Moita, os “primeiros” habitantes obtinham os alimentos plantando roçados nas margens do Rio Paraíba e no período chuvoso, criando animais (caprinos, ovinos e bovinos), comprando em Campina Grande-PB, Cabaceiras-PB e em Pernambuco e retirando da caatinga. “Papai fazia uma feirinha mais era pouca, não dava, aí essa comida era para inteirar [...]. Quando não tinha leite, minha mãe fazia aquela chaleira de café e a gente tomava com xique-xique assado e cozinhado, era gostoso e bom medonho, era uma beleza” (BARRIGUDA, 2008).

Para os narradores da Moita era considerado civilizado preparar e comer estes tipos de alimento provenientes das bromélias e dos cactos e comê-los sem acompanhamento, com peixe, leite de cabra, carne de gado, de bode, camaleão, teju, jabuti ou peba (QUIXABEIRA, 2008). Conforme Elias (1994, p. 23), o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos e não significa a mesma coisa para diferentes nações: “ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes.”

O conceito de civilização, pode ser também definido como o “modo como são preparados os alimentos” (ELIAS, 1994, p. 23). A forma como os depoentes da Moita relata como preparavam os alimentos derivados de cactos e de bromélias nos fornece essa ideia de civilidade para aquele grupo e ao mesmo tempo nos mostra como a visão experimenta o espaço e como o olhar dá significado ao que nos rodeia (ALBUQUERQUE, JR, 2008). “Corta o xique-xique e passa assim a mão, no facheirim no miolo dele, se aquilo ali for ligadinho aquele xique-xique é bom, mais se arrepiar não presta. Agora tinha do miolo verde e do miolo branco, todos dois era bom” (CRAIBEIRA, 2008). Dona Jucá (2020) acrescenta “a gente rapa o facheiro [...], se for pra fazer bolo [...] a gente vai botar a massa, bota um pouquinho de maizena, bota um pouquinho de fermento. Porque a gente bota trigo com fermento, mas não é o suficiente”.

Dona Craibeira (2008) e dona Jucá (2020), nos trazem em seus depoimentos não só o modo de preparo e a procedência dos alimentos derivados de cactos, mais também a estética dos alimentos por meio das cores, texturas e consistências da cozinha da Moita. “Olha, a comida tem que ser bem feita, bem cozinhada” (JUCÁ, 2020).



Observa-se que no ato alimentar a composição estética do prato assume grande relevância para a degustação. A “estética é parte do gosto da comida. A verdadeira revolução está na estética. [...] Aprendemos, e bem, que o olhar faz parte do gosto” (HORTA, 2018, s/p. Folha de São Paulo).

Nos dias atuais é comum diversos programas de TVs, grande reality show culinários, mostrarem não só as habilidades dos participantes em preparar uma comida saborosa, como também expõem a forma como o prato é construído. Os jurados e telespectadores degustam/avaliam pelo olhar a estética do alimento. Essa estética da comida extrapola o ambiente das telas e borbulham nas cozinhas dos restaurantes, pizzarias, padarias, supermercados, feiras, lares etc. Os elementos do prato passam a ser um discurso consumido pelos olhos. “Quando eu vou desenvolver um prato eu penso muito nas cores. Penso se não dá pra colocar algo verde, amarelo, vermelho que combine com o prato. Penso assim por que antes de comer pelo paladar, comemos com os olhos” (FOGAÇA, 2014).

Oliveira (2010) lembrou de uma obra de Miró ao analisar um prato de peixe. Segundo a autora o conteúdo principal do prato (o peixe), foi anulado ou valorizado em termo de cor e forma pelas tiras de legumes, pimentões verdes, vermelhos e amarelos e pelos pingos de mostardas. Esses novos elementos no quadro (prato) construíram outro discurso que a posta do peixe sozinha não produziria. Assim a autora conclui dizendo que esse prato “é um exemplo dos pratos que nos convidam a devorá-los a partir não só do odor que exalam, ou da ciência de suas capacidades potenciais de nos matar a fome, mas das qualidades visuais que apresentam. (OLIVEIRA, 2010, p. 2495-2496).

Dona Quixabeira (2008) também pinta com o pincel dos olhos da memória um prato digno de um quadro a altura de qualquer pintor famoso, nos transportando para dentro da tela produzida discursivamente dentro de nós. Assim ela nos fala

Nós fazia janta, almoço, ele (pai dela) chegava com o xique-xique, fazia um fogo no meio do terreiro, aí dizia Maria vou pegar e vou assando aqui pro meninos e outros ele cortava como se fosse pedacinhos de macaxeiras. Quando acabava minha mãe enchia uma panelinha, nesse tempo era panela de barro, aí ela colocava uma panela pra cozinhar e enquanto aquele xique-xique ia cozinhando ele ia assando pra gente aquelas varinhas de xique-xique e a gente ias comendo o xique-xique assado parecendo macaxeira e ela com uma panela no fogo e com uma tigelinha de peixe, aquilo era cangati, jundiá, cumatã, era um peixe chamado saburu, aí fazia aquela torradona de peixe e a gente comia com xique-xique. As vezes a gente nem jantava. Já tinha comido tanto xique-xique assado (QUIXABEIRA, 2008).

Dona Quixabeira (2008) nos traz em seu depoimento a arte de fazer no cotidiano ao relatar o processo de preparação e produção do xique-xique assado e cozido. Essa senhora usa a paleta de cores do dia a dia ao falar da diversidade de peixes (cangati, jundiá, curimatã e saburu), do feixe de xique-xique, da panela e tigela de barros ao borbulhar no fogo a lenha. Dona Quixabeira (2008) ao cair da noite, dá os últimos retoques na tela da vida e a pendura na galeria

do tempo, ao comentar um pouco da rotina da família dela, da parceria do pai e da mãe na elaboração da comida e da satisfação de todos em estarem juntos e alimentados com xique-xique assado e cozido e peixe guisado.

Dessa forma, cozinhar é uma arte visual e como toda arte, não importa a época ou o espaço, ela se materializa nas cores do cotidiano. Concretiza-se nos cavaletes dos procedimentos diários da história dos artistas anônimos ordinários, que ousam em pintar, diariamente o quadro da vida, como dona Quixabeira (2008) fez.

Essa forma de ver os cactos como dona Quixabeira enxerga se ressignifica (doce e cocada de facheiro) e adentra as habilidades de cozinhar do senhor Marmeleiro (2008, 2020) e da senhora Imburana (2020) que faziam essas iguarias para venderem em um pequeno comércio da família. Segundo esse casal, mesmo o açude de Boqueirão dando levadas sucessivas “sangrias” e dos grandes campos de irrigação, as pessoas da comunidade e de outras localidades vizinhas compravam a cocada e o doce de facheiro. “Vendia, vendia, Ave Maria, se tu ver meu filho, era bom demais. Era os meninos tudo atraí de comprar aquele copo de doce de facheiro, aquelas cocadas” (IMBURANA, 2020).

Essa mesma forma de ver esse tipo de alimentação invadem a Escola Municipal Osias Francisco de Normandia em 2002 e em 2003 por meio de projetos pedagógicos. “Novos” pratos são (re) inventados a partir dos cactos (xique-xique, coroa de frade, mandacaru e facheiro). “Eu fiz muita comida com o facheiro! Eu fiz o mousse, fiz sopa, fiz bolo, cocada, doce, mingau, até angu do facheiro eu já fiz (JUCÁ, 2020).

Esse processo (re) educa o olhar dos membros da comunidade escolar, distanciando-se da visão cultural da seca. Esse olhar sobre o uso dos cactos presentes nas narrativas dos depoentes da Moita, proporcionou por meio de uma associação comunitária, a construção de uma agroindústria de alimentos derivados de cactos no início de 2004. “Os meninos [...], fundaram a associação e começaram fazendo doce, cocada, bolacha” (CATINGUEIRA, 2020). Esses alimentos produzidos pela agroindústria eram vendidos em hotéis, eventos culturais e principalmente nas escolas do município de Boqueirão, como bem nos narra a depoente Catingueira (2020). “Nesse tempo eu era merendeira ainda servi um bocado de merenda para os meninos comer aqui, com as bolachas, o doce e a cocada”. É a cultura reinventando e educando o olhar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para Soares Júnior e Andrade (2018, p. 14), “é preciso ler nas fontes históricas os sentimentos, as emoções, as formas de agir e pensar, as motivações e os sentidos. Signos do sensível. Perceptíveis apenas quando o olhar foi educado para tal tarefa. Atividade que nós, historiadores da cultura aprendemos desde cedo!”.

Nesse sentido, por serem produções culturais e sociais, as práticas alimentares de uso dos cactos e das bromélias dos habitantes da Moita, é um campo de inovação e investigação teórico-metodológico por meio da (re) educação do olhar, principalmente pela resignificação de sentidos dessas práticas alimentares.

As formas de ver (agir, pensar, as motivações e os sentidos) dos depoentes sobre o banquete do olhar da Moita, nos permite captar os signos de um olhar sensível capaz de (trans) formar novas olhares, incluindo assim, narrativas de resistências de sujeitos comuns no “discurso histórico” (FARGE, 2019, p. 16), mostrando os múltiplos espaços e identidades desassociadas da cultura da seca.

## NOTAS

1 Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande; professor de História do Estado da Paraíba e das Séries Iniciais do Mun. de Campina Grande-PB. josecarlosfrance@gmail.com

2 Orientador e professor da Universidade Federal de Campina Grande; bolsista de Produtividade do CNPq. iburiti@yahoo.com.br

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manuel de história oral**. - 2. Ed. R. de Janeiro. Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. - RJ. Editora: FGV, 2019.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. O espaço em cinco sentidos: sobre a cultura, poder e representações espaciais. In: **Nos destinos de fronteiras: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- BENTANCUR, Paulo. **Os homens da caverna**. – Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. - 2. ed. rev. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 5ª reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** Josué de Castro. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO, Josué. Os alimentos bárbaros do Sertão do Nordeste. In: **Documentário do Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959. p. 161-181.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. –Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1994. 2v.

- FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 7 a 39
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ed. RJ: Forense Universitária, 2008.
- GIARD, Luce. A arte de nutrir. In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2019. v. 2. p. 211- 342.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 10. ed. RJ: DP&A, 2005.
- LARROSA, Jorge. **Tremores** - Escritos sobre experiência. BH: Autêntica, 2019.
- MOURA, Francisco. H. A. de Lima. Alimentação e Linguagem Popular. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. n. 17, JP, 1970. p. 54-71.
- OLIVEIRA, Iranilson B. de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. **Hist., Ciências, Saúde** – Mangueiras, RJ, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.745-755.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e. **Da arte de comer à arte comida: sentidos dando sentido**. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios” – 2010 – Cachoeira – Bahia – Brasil.
- PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. BH: Autêntica, 2008.
- PESAVENTO, Sandra J. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007
- PEREIRA, D. D. **Plantas, Prosa e Poesias do Semi-árido**: Campina Grande, 2003.
- SOARES JR, A. dos S.; ANDRADE, V. G. Apresentação. SOARES JR, A. dos Santos; ANDRADE, V. G. (orgs.). **Escrita do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. – João Pessoa: Ideia, 2018.
- A tortura da seca. REVISTA VEJA. Edição nº780. RJ, 17/08/1983. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33769?page=1&section=1>, aces. em: 27/11/2019.
- Entrevista com o Chef Henrique Fogaça. Disponível em: <https://melepimenta.com/2014/11/entrevista-com-o-chef-henrique-fogaca.html>, acessado em: 29/11/2020.
- Reportagem: HORTA, Nina. Estética é parte do gosto da comida. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ninahorta/2018/11/estetica-e-parte-do-gosto-da-comida.shtml>, acessado em: 11/12/2020.

# O TRABALHO COMO MEIO DE MORTE: DISCURSOS MÉDICOS NA SEMANA DA TUBERCULOSE (PARAÍBA, 1937)<sup>1</sup>

Leonardo Querino B. Freire dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste trabalho, analisamos os discursos médicos produzidos no contexto da “Semana da Tuberculose”, congresso realizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB) em João Pessoa, entre os dias 16 e 22 de agosto de 1937. Durante as sessões do evento, foram apresentados diversos trabalhos versando principalmente sobre: etiologia e diagnóstico da doença; novos tratamentos; medidas profiláticas; educação sanitária; tuberculose na infância; condições de trabalho e adoecimento; relatos de casos clínicos; e proposição de planos sanitários de combate à doença. Além disso, comprovando a importância que seus idealizadores atribuíam à educação sanitária, também foram realizadas palestras em escolas e transmissões radiofônicas. Ocupando esses espaços, os membros da SMCPB procuravam ampliar a “plateia” do discurso médico, levando a um público mais vasto seus ensinamentos sobre a prevenção da doença. Tal “democratização” momentânea do saber médico expressava o reconhecimento do caráter social da tuberculose, enfermidade que, embora afetasse especialmente as camadas mais pobres da população, colocava em risco todas as classes sociais devido à sua natureza contagiosa. Entre os temas mais abordados pelos participantes do congresso, destacou-se a relação entre trabalho e tuberculose, foco principal de nossas reflexões. Para construir esta narrativa, analisamos os trabalhos apresentados na “Semana da Tuberculose”, os quais foram posteriormente publicados na revista *Medicina*, órgão oficial da SMCPB. Para problematizar esta documentação, dialogamos com as reflexões de Ângela de Castro Gomes acerca da invenção do “trabalhismo” no Brasil e com as análises de Michel Foucault a respeito das relações entre poder e práticas corporais.

**Palavras-chave:** História da Paraíba; Medicina; Relações de trabalho.

## SITUANDO O PROBLEMA

Entre os dias 16 e 22 de agosto de 1937, os principais médicos que atuavam na Paraíba se reuniram em João Pessoa para discutir um dos principais problemas de saúde pública da época: a tuberculose. Para isso, organizaram um congresso, a “Semana da Tuberculose”, onde poderiam discutir as mais recentes descobertas científicas sobre a chamada “Peste Branca”. Contudo, os doutores da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB)<sup>3</sup>, organizadora do

evento, compreendiam que o problema da tuberculose era muito grave para que sua discussão ficasse restrita ao campo médico. Por isso, além das sessões circunscritas aos “homens de ciência”, os realizadores do congresso também promoveram palestras em escolas e conferências radiofônicas. Tal prática evidencia a representação que os médicos da época partilhavam sobre a doença: por seu caráter contagioso, a tuberculose colocava em risco a segurança sanitária de toda a sociedade, exigindo de todos, independente de sua classe social, um conhecimento básico sobre suas causas e métodos de prevenção.

Na passagem do século XIX para o XX, a microbiologia pasteuriana evidenciou a atuação dos microrganismos como causadores de doenças. Para além das polêmicas que suscitou no campo médico-científico, no âmbito social tal descoberta contribuiu para a emergência de uma nova maneira de pensar e praticar a saúde pública. Consolida-se então o que Gilberto Hochman (2006) chamou de “interdependência sanitária”, isto é, a percepção da dependência que existe nas relações sociais em função do caráter transmissível de certas doenças e dos efeitos coletivos que elas acarretam. O reconhecimento desta dependência tornou os grupos dominantes mais sensíveis a projetos de medicalização social, pois sua saúde também dependia das condições de vida dos mais pobres. É nesse contexto que devemos compreender a preocupação dos médicos paraibanos em torno das condições de saúde e educação sanitária da população em suas reflexões sobre a tuberculose.

Além da educação sanitária, o outro eixo que se destacou durante os debates da “Semana da Tuberculose” foi a relação entre as condições de vida dos grupos subalternos<sup>4</sup> e a propagação da doença. Este entendimento, que já vinha sendo construído na Europa desde meados do século XIX<sup>5</sup>, consolidou-se no Brasil justamente no governo Vargas (1930 – 1945) época marcada pelo que Ângela de Castro Gomes (1994) chamou de “trabalhismo”<sup>6</sup>. Durante a constituição desta ideologia, o Estado brasileiro promoveu uma política de valorização do trabalho e do trabalhador, entendida como elemento viabilizador de um novo projeto de nação, pautado no desenvolvimento econômico e na paz social (GOMES, 1999, p. 55).

Nesse contexto, por meio de ações no campo da legislação trabalhista, dos serviços médicos e da previdência social, o Estado varguista pretendeu preservar, aumentar e recuperar a capacidade produtiva das classes trabalhadoras (GOMES, 1994, p. 226). Porém, é preciso ter em mente que a saúde dos grupos subalternos era pensada prioritariamente em termos econômicos, com base em projeções sobre os valores que ela poderia gerar ou custar para a nação. Assim, disciplinar<sup>7</sup> as classes subalternas sobre os usos do corpo, educando-as em matéria de saúde, também fazia parte do esforço de (con)formação do trabalhador nacional embutido na retórica varguista de valorização do trabalho, visto que ela

[...] pretendia fornecer suporte ideológico ao reordenamento do mercado do trabalho que se empreendia então sob a direção do Estado. Esse reordenamento, por sua vez, atendia às demandas por modernização capitalista e disciplinarização da mão de obra, na esteira da Crise de 29 e das convulsões sociais dos anos 20 (FERLA, 2009, p. 243).

Dessa forma, ao abordar a tuberculose através do eixo trabalho/adoecimento, os textos apresentados na “Semana da Tuberculose” evidenciam que o saber médico não ficou imune às demandas da política nacional (BULCÃO; El-KAREH; SAYD, 2007, p. 472).

Partindo destas reflexões, o presente artigo analisa os discursos médicos produzidos no contexto da referida “Semana da Tuberculose” de 1937. Para estudar esse congresso, nossa fonte foi a revista *Medicina*<sup>8</sup>, órgão oficial da SMCPB, que publicou todos os trabalhos da “Semana da Tuberculose” de 1937 (tanto os artigos apresentados nas sessões, quanto os textos das palestras e conferências radiofônicas) em sua edição de janeiro de 1939<sup>9</sup>.

Durante as sessões do evento, foram apresentados diversos trabalhos versando principalmente sobre: etiologia e diagnóstico da doença; novos tratamentos; medidas profiláticas; educação sanitária; tuberculose na infância; condições de trabalho e adoecimento; relatos de casos clínicos; e proposição de planos sanitários de combate à doença. No entanto, considerando a relevância da “questão social” no contexto do projeto político varguista, optamos por focalizar as discussões médicas sobre a relação entre trabalho e adoecimento.

## **POBREZA, TRABALHO E TUBERCULOSE NO DISCURSO MÉDICO**

Ao analisar a documentação relativa à “Semana da Tuberculose” de 1937, percebe-se um consenso entre os médicos que dela participaram: as péssimas condições de vida e trabalho predispunham as classes subalternas à tuberculose. Embora a saúde dos trabalhadores não tenha sido o foco principal do congresso, o tema veio à tona em diversos momentos. Ao abordar esse assunto, os participantes do evento formularam a questão em torno do seguinte discurso: as condições de vida e trabalho das camadas mais pobres da população eram tão determinantes para a irrupção da tuberculose quanto a própria ação do bacilo de Koch.

Como dito anteriormente, todos os trabalhos produzidos por ocasião da “Semana da Tuberculose” de 1937 foram publicados pela revista *Medicina*, órgão oficial da SMCPB que era editado pela “Imprensa Oficial” do governo da Paraíba. Além disso, devemos lembrar que a Rádio Tabajara, onde foram realizadas as transmissões radiofônicas do congresso, era uma emissora oficial criada durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940)<sup>10</sup>. Nesse sentido, a realização e a comunicação do evento evidenciam a atuação de uma rede institucional, por meio da qual o saber-poder médico, em parceria com o Estado, fazia circular suas prescrições para a sociedade paraibana.

Buscando melhor elucidar o leitor acerca das principais questões debatidas no evento, bem como suscitar novas pesquisas sobre o tema, apresentamos a seguir um quadro que sintetiza os trabalhos produzidos no contexto da “Semana da Tuberculose” de 1937.

<b>Quadro 1: Trabalhos e discursos produzidos para a “Semana da Tuberculose” de 1937 (Continua)</b>		
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Natureza do trabalho</b>
Discurso	Oscar de Castro	Discurso de abertura do evento
Oração oficial	Onildo leal	Discurso de abertura do evento
A luta contra a tuberculose, na Paraíba	Raimundo Moniz de Aragão	Trabalho original
A tuberculose nas escolas	José de Seixas Maia	Trabalho original
Tuberculose na infância	João Soares	Trabalho original
<b>Quadro 1: Trabalhos e discursos produzidos para a “Semana da Tuberculose” de 1937 (Conclusão)</b>		
O óleo de “chaulmugra” na terapêutica da tuberculose laríngea	Cassiano Nóbrega	Trabalho original
Tuberculose renal e seu problema diagnóstico	Aryoswaldo Espínola e Osório Abath	Trabalho original
A tuberculose pulmonar nas minhas observações clínicas	Lourival Moura	Trabalho original
Tuberculose, flagelo social	Giacomo Zaccara	Palestra radiofônica
Hospital para tuberculosos	Aryoswaldo Espínola	Palestra radiofônica
Profilaxia da tuberculose	Piragibe Pinto	Palestra radiofônica
Tuberculose e casamento	Raimundo Moniz de Aragão	Palestra radiofônica
Da luta contra a tuberculose, um grande problema de governo	Lourival Moura	Palestra radiofônica
Sobre tuberculose	Higino Costa Brito	Palestra para professores e alunos da capital realizada na Escola Normal de João Pessoa

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em REVISTA MEDICINA.  
João Pessoa-PB, n. 1, jan. 1939.



Analisando os textos e discursos produzidos para o evento, nota-se que uma das grandes preocupações dos médicos era o prejuízo econômico que a tuberculose gerava, ao “invalidar” um número expressivo de trabalhadores. Tal concepção pode ser encontrada no discurso de abertura do evento, proferido pelo presidente da SMCPB, o Dr. Oscar de Castro:

Há, entretanto, um flagelo cuja complexidade exige recursos amplos e abundantes e ação rápida e vigorosa: é o da tuberculose [...] que tão barbaramente vem solapando as nossas energias, **que retira do trabalho profícuo tantas existências, e desfalca de nossa sociedade elementos de seu progresso e de sua riqueza**<sup>11</sup> (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 09, grifos nossos).

Desse modo, é possível perceber que os médicos paraibanos associavam trabalho e tuberculose a partir de dois eixos: 1) as condições de vida e trabalho das classes subalternas contribuía para a irrupção da doença; 2) afetando principalmente essa camada da sociedade, a tuberculose “invalidava” para o trabalho “braços” indispensáveis ao desenvolvimento do “corpo social”. Tais perspectivas ficam ainda mais evidentes no plano de combate à doença proposto pelo próprio Oscar de Castro ainda em seu discurso de abertura:

Dispensários, hospitais, sanatórios, preventórios, escolas ao ar livre, colônias de férias são órgãos de defesa contra a tuberculose. Ainda poderei acrescentar como complemento a reeducação profissional para os doentes curados nos sanatórios. Os meios indiretos são os que visam remover todos os fatores sociais indiretos de tuberculização como sejam alimentação deficiente, alcoolismo, trabalho insalubre, miséria e tantos outros (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 11).

Convergindo com as ideias do presidente da SMCPB, destacamos o trabalho “A luta contra a tuberculose, na Paraíba”, apresentado pelo Dr. Raimundo de Aragão, chefe do Laboratório da Diretoria Geral de Saúde Pública do estado. Ele também se mostrava preocupado com “a subtração, por morbidade ou mortalidade tuberculosa, de um contingente humano enorme, da parcela produtiva e capaz de retribuir o que da coletividade recebe”, o que acarretaria “sensível redução dos recursos [econômicos] gerais” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 20). Por isso, defendia que os dispensários de tuberculose funcionassem não só como centros terapêuticos, mas também como “órgão readaptativo do curado ao trabalho” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 24), embora não deixasse claro como isso seria feito.

Na mesma linha de Oscar de Castro, ao analisar os fatores predisponentes da doença, o Dr. Aragão ressaltava, ao lado das “condições orgânicas” individuais, “as posses materiais de cada um, tendo assim a tuberculose acentuada dependência das condições econômicas [...] e adquire nítida preferência pelas classes pobres, no que revela caráter de doença social” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 19). A novidade, contudo, é que o autor avançou em relação a seus colegas da Paraíba<sup>12</sup> ao defender medidas protetivas à saúde das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, ele considerava que, ao atingir “preferencialmente” as camadas mais pobres da população, a tuberculose

[...] enfoca a questão das famílias desamparadas moral e materialmente por morte ou invalidez de seu chefe, forçando as questões das responsabilidades patronais na assistência devida ao empregado adoecido, seja ou não em consequência do trabalho que exerce, da parcela que cabe aos legisladores e ao Estado, no estabelecimento do número de horas de trabalho, fixação da idade mínima de admissão ao mesmo, sua higiene e remuneração, esta suficiente à satisfação de necessidades físicas e espirituais preservadoras do equilíbrio eugênico (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 19).

Com efeito, o debate sobre a legislação trabalhista – incluindo propostas para a ampliação da proteção social dispensada às classes trabalhadoras – era incorporado pelo campo médico paraibano como uma medida profilática no combate à tuberculose. A esse respeito, as palavras do Dr. Aragão não poderiam ser mais claras:

Desdobra-se assim o *front* da tuberculose em setores importantíssimos – médico, econômico, social e moral – e a solução só poderá ser colimada através das medidas acauteladoras da higiene, completadas por uma legislação social equitativa. Cabe ao Estado a orientação da luta e a arrecadação dos recursos necessários à sua consecução, fortalecendo-se a ação estatal, na colaboração do particular nas obras de filantropia, pelos recursos resultantes da sindicalização do trabalho e principalmente da criação do seguro social contra a tuberculose (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 20, grifos nossos).

O Dr. Aragão incorporava em suas prescrições o discurso do “trabalhismo” patrocinado pelo governo Vargas. Contudo, precisamos lembrar que as leis e instituições de assistência ao trabalhador, constituídas no período getulista, foram desenvolvidas “visando mais à proteção das estruturas do Estado do que aos direitos do cidadão comum – conjuntura que ocorreu com a vigilância dos aparelhos de repressão e com a concentração de poderes que se centralizava na figura de Vargas” (SILVA; FONSECA, 2013, p. 1302). Além disso, a aproximação ideológica entre o discurso do Dr. Aragão e o projeto político-administrativo de Getúlio, também pode ser percebida numa defesa sutil do fortalecimento do Estado como mediador das relações sociais (GOMES, 1994, p. 285).

Contudo, a ampliação da proteção social dispensada às classes trabalhadoras não foi a principal medida de prevenção à tuberculose proposta pelos médicos que participaram da “Semana da Tuberculose”. Nesse campo, que poderíamos chamar de “profilaxia social” da doença, nenhuma outra ideia foi tão aventada quanto a educação sanitária da população. Ora, a realização de palestras e conferências radiofônicas para o “grande público” durante o evento demonstra que esta percepção constituía uma visão institucional sobre o problema.

Entre as ações desenvolvidas ao longo do congresso, nenhuma é mais sintomática a esse respeito do que a palestra do Dr. Higino Brito<sup>13</sup> na Escola Normal de João Pessoa “perante professores e estudantes dos cursos secundários e primários dos estabelecimentos de ensino

da Capital” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 111). Ora, o público-alvo dessa conferência não deixa dúvidas sobre a importância que os médicos da SMCPB atribuíam à educação sanitária no combate à tuberculose. Desse modo, como principal medida “para que a Peste branca não se alastre”, o palestrante propunha “Educar, antes de tudo educar. A divulgação máxima, por todos os meios e de todos os modos, dos preceitos gerais de higiene e profilaxia são o passo inicial e decisivo da grande jornada” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 115). E embora reconhecesse a necessidade de se empregar todos os meios possíveis na “educação sanitária das massas”, ele atribuía aos professores uma função primordial:

Ao professor, guia espiritual da mocidade [...] uma alta dose de obrigações está reservada na partilha. Observando o aluno, acompanhando, cotidianamente, a sua vida, o desenvolvimento do seu físico, a cota de rendimento escolar, **cabe ao mestre enviá-lo ao serviço médico à mais leve sombra de perturbação qualquer.** Ao professor cabe, ainda, reclamar por edifícios higiênicos e confortáveis para as escolas, metodizar o estudo e determinar as tarefas a fim de não exigir do aluno um esforço acima de suas possibilidades, **sindicar do mesmo as condições de saúde da família e orientar um interesse mais acurado por aqueles que vivam em meios suspeitos,** enviando esforços para afastá-los desse ambiente perigoso (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 115, grifos nossos).

A perspectiva de educação sanitária trabalhada por Higino Brito comportava um forte viés de vigilância sanitária. Falando aos professores, ele cobrava uma atuação “policia” no combate à tuberculose. É provável que esta proposta de controle social visasse os filhos das classes trabalhadoras. Isto porque, em outra comunicação apresentada no evento, o Dr. Seixas Maia, escolhido pela comissão organizadora para falar sobre “A tuberculose nas escolas”, afirmou que “As escolas primárias são povoadas por uma multidão de crianças, procedentes das classes proletárias mal alimentadas, as quais fora das aulas se ocupam de outros afazeres. Têm aparência de doentes e são predispostas a todas as infecções, especialmente a tuberculose” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 34). Dialogando com essa perspectiva, Higino Brito usou metáforas de guerra para convocar professores e alunos para enfrentarem a doença:

Quando um exército está na iminência de uma guerra o cuidado primeiro de seus generais comandantes é adestrar os soldados e armá-los convenientemente. Pois bem, **numa luta como a que precisamos iniciar, necessário se torna também, que adestremos os lutadores. Soldados somos todos nós, alistados no exército da Nação em defesa da saúde de seu povo. O preparo inicial consiste na educação sanitária das massas,** tornando-as conhecedoras dos recursos do inimigo [...]. A grande maioria, a quase totalidade de nossa gente ouve falar em Tuberculose, tem medo da Tuberculose, já viu, de perto, doentes tuberculosos, mas não sabe como ela chega, como se transmite. E é isto o que se precisa ensinar, se precisa dizer, alto e bom som (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 112, grifos nossos).

A linguagem bélica e o apelo ao nacionalismo buscavam convencer a plateia de que a tuberculose era um problema coletivo – embora o campo médico reconhecesse que a doença afetava de formas diferenciadas as diferentes classes sociais. Analisando outro trecho da palestra,

é possível perceber o quanto a noção de “interdependência sanitária” informava o diagnóstico desse médico acerca da tuberculose. Nesse sentido, ao discorrer sobre as formas de contágio da doença, Higino Brito sugere que o bacilo de Koch

Está em toda parte. Está na mãe que se diz “enfraquecida” pelos afazeres domésticos, no pai “combalido” pelo excesso de trabalho, no tio velho, tossidor impenitente carregando consigo uma “bronquite” que não cura nunca, na ama que guarda o segredo de sua doença, para não perder o ganha-pão de todo dia (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 113).

Nesse trecho, o palestrante praticamente associava a transmissão da tuberculose às classes trabalhadoras. Com base em uma concepção muito próxima do conceito de “periculosidade” (FERLA, 2009, p. 239), ele reiterava e difundia o estereótipo do trabalhador como “transmissor de doenças”. Ora, como ocorria normalmente, o doutor não apresentou nenhum relato ou evidência que comprovasse a sua análise “científica” sobre o papel das classes trabalhadoras na propagação da tuberculose. Desse modo, com base em uma visão estereotipada do “pobre”, o discurso médico legitimava as medidas sanitárias que pretendiam disciplinar o corpo dos trabalhadores na Paraíba do período getulista.

Com as palestras radiofônicas foi possível à SMCPB ampliar o público potencial de suas prescrições. Ao estudar a história do rádio na Paraíba, Aires (2012, p. 208) observa que a partir dos anos 1930 ele se tornou um instrumento “importantíssimo na busca da legitimidade dos governos vigentes. O espetáculo do poder conta agora com o reforço das ondas eletromagnéticas no que diz respeito à sua transmissão pela Paraíba inteira”. Analisando a “Semana da Tuberculose” de 1937, identificamos ainda outra forma pela qual os grupos dominantes utilizaram o rádio na Paraíba: para divulgar as prescrições médico-disciplinares.

As conferências radiofônicas realizadas no evento possuíam um caráter pedagógico. Evitando a linguagem técnica, os médicos da SMCPB focalizaram as formas de contágio e transmissão da doença. Além disso, discutiram os efeitos econômicos da moléstia, recorrendo a uma argumentação bem próxima ao conceito de “interdependência sanitária” para engajar todas as classes sociais no combate à tuberculose. Tais perspectivas foram expressas no trecho a seguir, retirado da fala do Dr. Giacomo Zaccara<sup>14</sup> aos ouvintes da Rádio Tabajara:

A tuberculose, sendo moléstia de contágio, é natural que nas cidades onde as aglomerações são densas, onde há promiscuidade humana, habitações anti-higiênicas e superlotadas, em que a alimentação é deficiente e irracional e em que impera o ar viciado das fábricas, ela se propaga mais facilmente. Estes fatores, todos eles, de origem social, facilitando a extensão do mal, contribuem para **o enfraquecimento do organismo humano, trazendo como consequência, resultados funestos nos meios sociais e destruindo a maior força social que, sem dúvida algum, é o trabalho. É por isso que a todos, médicos ou não, cumpre o imperioso dever de, nas medidas ao seu alcance, cooperar nas campanhas contra o grande mal** (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 106, grifos nossos).

Àquela altura, o campo médico paraibano partilhava dois consensos básicos sobre a tuberculose. O primeiro era a individualização do bacilo de Koch como patógeno da doença. O segundo era que as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras eram o principal fator “ambiental” não só da irrupção da doença, como também de sua disseminação no “corpo social”. Nesse sentido, falando aos ouvintes da Rádio Tabajara, o Dr. Piragibe Pinto, do Dispensário de Tuberculose de João Pessoa, classificou como polos irradiadores da doença os “densos núcleos de população [...] onde as condições de vida, o desconforto e a miséria da população pobre, influem, poderosamente, para o seu rápido incremento” (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 117). Contudo, à semelhança de seu colega Raimundo de Aragão, citado anteriormente, o Dr. Piragibe defendia que o combate à tuberculose não poderia prescindir de medidas sociais:

Não se pode obscurecer o importante papel dessas medidas diretas de profilaxia, entretanto, está fora de dúvida, que, se as medidas tendentes à elevar o nível de vida do nosso povo, suprimir a subalimentação, resolver o problema da habitação, e, portanto, colocar o homem em condições higiênicas, que o tornem resistente à infecção, não se poderá resolver plenamente esse problema, de importância máxima para nossa pátria. No dia em que for possível conjugar todas estas medidas de caráter médico-social, veremos conseguido o nosso desejo e libertado nosso povo de um dos seus maiores flagelos (REVISTA MEDICINA, 1939, p. 122).

Portanto, percebe-se uma unidade na forma como os participantes do evento abordavam a tuberculose, evidenciando uma ação institucional no campo da saúde paraibana. Além disso, algumas das pautas debatidas – notadamente as relativas ao universo do trabalho e às questões econômicas – revelam que aquele congresso buscava mais do que comunicar o conhecimento científico entre a comunidade médica: pretendia-se igualmente divulgar os diagnósticos e as prescrições do saber-poder médico para o conjunto da sociedade paraibana.

## NOTAS

1 Este trabalho constitui um resultado parcial da nossa pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, sob orientação da professora Dra. Márcia Regina Barros da Silva.

2 Professor do IFPB. E-mail: leonardo.barboza@ifpb.edu.br.

3 Fundada em maio de 1924, foi a primeira associação médica da Paraíba. Entre os seus idealizadores, destacavam-se médicos da Santa Casa de Misericórdia, tais como Lourival Moura, Seixas Maia e Flávio Marója. Além de congregar os doutores locais, a entidade desempenhou importante papel na produção e difusão de saberes médicos na Paraíba, ao realizar atividades como reuniões, conferências e congressos. Em 1976, filiou-se à Associação Médica Brasileira, passando a ser chamada de Associação Médica da Paraíba. A respeito da história desta entidade, Cf. Castro (1945, p. 373 – 380), Nóbrega (1979, p. 121).

4 Tendo em vista a complexidade dos grupos populares, decidimos empregar a noção de “classes subalternas”, caracterizadas por Gramsci (2002, 138 – 141) como um grupo fragmentado, porém antagonico em face do Estado e dos grupos dominantes. Além disso, também utilizamos o conceito de “classes trabalhadoras”, entendidas como o segmento das sociedades capitalistas que depende do trabalho assalariado como forma de subsistência (SINGER, 2012, p. 191).

- 5 Bertolli Filho (2001, p. 45 – 48) evidenciou as transformações históricas operadas nas representações da tuberculose. A partir da segunda metade do século XIX, abandona-se progressivamente a imagem “romântica” da consunção, ligada a noções como sensibilidade artística e genialidade, ao passo que se consolida a ideia da tuberculose como o resultado de uma existência desregrada ou como consequência de uma vida de pobreza.
- 6 Segundo Gomes (1994, p. 162 – 166), o “trabalhismo” foi uma ideologia estruturada pelo governo Vargas, com o fim de estabelecer um vínculo entre o presidente e os trabalhadores. Para tanto, a propaganda oficial apresentava as leis trabalhistas como uma “doação”, estimulando-se a “reciprocidade” das classes subalternas. Porém, o “trabalhismo” não era apenas uma estrutura de dominação, pois os trabalhadores se beneficiavam com os novos direitos e eram agentes do processo.
- 7 Foucault (2013, p. 164) define o “poder disciplinar” como uma forma de dominação que tem por fim a constituição de indivíduos produtivos e ordeiros. Para tanto, diversas instituições – como escolas, fábricas, hospitais, prisões, internatos, dentre outras – foram mobilizadas com o objetivo de (con) formar sujeitos “dóceis”, isto é, “aptos” para o trabalho e “inaptos” para a luta política.
- 8 Publicação oficial da SMCPB, *Medicina* circulou entre 1932 e 1959. Era editada em João Pessoa pela “Imprensa Oficial”, órgão do governo da Paraíba. Apresentava um discurso especializado, produzido e endereçado para os interlocutores do campo médico. Era composta por textos escritos pelos próprios associados da SMCPB, versando sobre casos clínicos, descobertas científicas e problemas de saúde pública.
- 9 Esta e outras edições da revista *Medicina* foram pesquisadas no Arquivo da Biblioteca Átila Almeida, da UEPB, localizado em Campina Grande-PB; e no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, em João Pessoa.
- 10 Sobre a história da Rádio Tabajara e sua articulação com a política varguista, Cf. Aires (2012, p. 185 – 224).
- 11 Para facilitar a leitura, optamos por adaptar a grafia das fontes às regras gramaticais atuais.
- 12 O Dr. Aragão era carioca, tendo chegado à Paraíba em 1937 para trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública, após ter concluído seu curso de Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Sua trajetória nos remete à comunicação de saberes através do “trânsito dos cientistas”, de que nos fala Knorr-Cetina (1999, p. 382).
- 13 O Dr. Higino Brito não era tisiólogo, evidenciando que os médicos paraibanos da época ainda se deparavam com situações nas quais lhes era exigida uma atuação mais “generalista”. Na verdade, ele era especialista em “doenças dos olhos”, atendendo em seu consultório particular e no Hospital Santa Isabel, em João Pessoa.
- 14 Chefe do Dispensário Noturno Antivenéreo da capital. Cf. Araújo (2020, p. 215).

## REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935 – 1945)**. Tese (Doutorado) – UFPE/CFCH, 2012.
- ARAÚJO, Rafael Nóbrega. **O “terrível flagelo da humanidade”**: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921 – 1940). Campina Grande, PB: Dissertação (Mestrado) – UFCG/CH, 2020.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900 – 1950**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. Ciência e ensino médico no Brasil (1930 – 1950). **História, Ciências, Saúde – Maguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr.-jun. 2007, p. 469 – 487.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes da sua evolução. João Pessoa-PB: A União, 1945.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida**: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920 – 1945). São Paulo: Alameda, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53 – 72.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

KNORR-CETINA, Karin. “A comunicação na ciência”. In: GIL, Fernando (org.). **A ciência tal qual se faz**. Tradução Paulo Tunhas. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1999.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba**: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1979.

REVISTA MEDICINA. João Pessoa-PB, n. 1, jan. 1939.

SILVA, Eliana Gesteira da; FONSECA, Alexandre Brasil. Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico *O Brasil Médico*, 1928 – 1945. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, supl., nov. 2013, p. 1287 – 1313.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 190 – 263.

# OS DISCURSOS SOBRE UM “ESTUPRO COLETIVO” E AS SENSIBILIDADES DA DOR: O CASO DE FEMINICÍDIO NA CIDADE DE QUEIMADAS-PB

Eduardo Sebastião da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar os discursos publicados na imprensa paraibana sobre o crime de feminicídio ocorrido na cidade de Queimadas-PB, caracterizado pelo estupro de cinco mulheres e o assassinato de duas delas. Os discursos em análise apontam para uma premeditação do crime de feminicídio que é caracterizado pela morte violenta de uma mulher por sua condição de gênero (GOMES, 2018). Uma comemoração entre amigos num domingo à noite acabou de forma bastante violenta, agredindo corpos e mulheres e lhes tirando o direito de viver. Para melhor entender esse caso, dialogo com o conceito de feminicídio a partir de Izabel Gomes (2018) e de sensibilidade através de Sandra Pesavento (2008). Metodologicamente, me apoio no método da análise do discurso de acordo com os escritos de Michel Foucault (2014), na tentativa de perceber a construção dos discursos elaborados com vontades de verdade sobre o corpo e o crime cometido contra essas mulheres. Conclui-se que se faz cada vez mais necessário e urgente discutir temas sobre o cuidado e respeito à vida, assumindo assim um caráter político de combate ao feminicídio.

**Palavras-chave:** Feminicídio, Mulheres, Discursos.

## INTRODUÇÃO

“A violência contra a mulher é produzida e reproduzida socialmente. As relações sociais de gênero continuam hierarquizadas, correspondendo à população masculina o exercício da dominação pela força física ou psicológica”

(Eva Alterman Blay, 2008, p. 218).

Num estado potencialmente dominado por forças masculinas desde a sua gestão econômica e política, representada por seus líderes e governantes, espelhando um cenário de ideologias machistas, misóginas e sexistas, não é de se admirar que práticas criminosas, diariamente cometidas contra o corpo das mulheres ganhe cada vez mais espaço nas mídias sociais e em jornais de grande circulação. A partir do contexto citado, situa-se a proposta desse artigo que



tem por objetivo analisar os discursos construídos e publicados na imprensa paraibana sobre o caso de feminicídio ocorrido na cidade de Queimadas/PB, que ficou conhecido nacionalmente pela “Barbárie de Queimadas”.

O crime aconteceu durante uma festa de aniversário promovida por Eduardo Pereira dos Santos, quando por volta da meia-noite foi anunciado um suposto assalto e em seguida o estupro coletivo de cinco mulheres. Segundo as investigações locais, o estupro das vítimas seria o “presente” de aniversário dado a Luciano dos Santos Pereira, irmão de Eduardo.

Durante as agressões sexuais, uma das vítimas, a professora Isabela Pajuçara, teria reconhecido um dos acusados que seria seu ex-cunhado e chamado pelo nome dele, pedindo ajuda. A ajuda não veio. Michele Domingues, outra vítima, estava junto nesse momento e acabou ouvindo tudo. As duas foram levadas numa *pick-up strada* por Eduardo em direção à zona rural da cidade e assassinadas a tiros. Michele foi morta ainda no centro da cidade quando conseguiu pular do carro e foi alvejada com quatro tiros ao lado da igreja católica. Isabela foi assassinada com três tiros e o seu corpo foi encontrado numa estrada que levava à cidade de Campina Grande.

Para melhor entender esse caso, dialogo com os conceitos de feminicídio a partir de Izabel Gomes (2018), que caracteriza o crime a partir da “morte violenta de uma mulher pela sua condição de gênero”, ou seja, quando a mulher é morta a partir de uma condição de submissão que historicamente agride, promove uma violência constante e mata diversas outras mulheres, delimitando assim os espaços por onde o gênero feminino deve ou não transitar. Esses assassinatos ocorrem ainda a partir de uma “transgressão” que ultrapassa o recorte desses espaços, quando a mulher, de certa forma, consegue se emancipar e a partir de então almejar a possibilidade de uma identidade que a distancie de uma relação de dependência. Segundo Eva Blay (2008, p. 67):

A independência financeira da mulher tem sido muitas vezes corretamente lembrada pelo movimento feminista como um instrumento de libertação da mulher da dependência econômica de homens violentos e dominadores. Mas, justamente por dar maior liberdade às mulheres e leva-las à emancipação, o trabalho remunerado pode provocar a violência.

Sabendo que essa também é uma história permeada dos mais diversos tipos de sensibilidades, dialogo ainda com o conceito de sensibilidade discutido por Sandra Pesavento (2007), que é definido como um fenômeno produzido a partir da capacidade do indivíduo de ser afetado e reagir diante da realidade que o toca, a partir das sensações e emoções impressas por suas emoções e sentidos. É quando o sujeito consegue elaborar a sua representação de mundo a partir da sua imaginação, impressa nas sensibilidades da dor, da saudade, da tristeza, da solidão, etc. Sentimentos que transcendem das narrativas encontradas nos depoimentos dos familiares e das vítimas, sinalizados nas edições dos jornais.

O caso de feminicídio na cidade de Queimadas é narrado por diversos jornais digitais, dentre eles o *ClickPB*, *Portal Correio*, *G1 Paraíba*, *PB AGORA*, que se tornaram as fontes problematizadas nesse texto. Procurei delimitar as informações sobre o crime a partir dos registros feitos pela imprensa paraibana divulgados em rede, afim de tentar perceber através da construção das notícias quais as impressões ou entendimentos seriam possíveis de acordo com as matérias divulgadas. Essa análise foi possível a partir do método da *Análise do Discurso*, proposto por Michel Foucault (2014), na qual procuro “estabelecer uma relação de intimidade e distanciamento. Método perigoso, por oferecer riscos de sedução e de engano” (SILVA, 2020, p. 11). Por fim, concordo ainda com Tânia Luca e Ana Martins (2006, p. 11) ao afirmarem que as informações jornalísticas se constituem num veículo capaz de formar opiniões, (des) estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público. É sobre esse trágico “o que aconteceu” na cidade de Queimadas que problematizamos a vontade de verdade dos discursos construídos sobre o crime de feminicídio.

## QUEIMADAS, 12 DE FEVEREIRO DE 2012: CENAS DE VIOLÊNCIA E DOR

“Sempre que chegava a época de natal, réveillon e São João, ficamos tristes, pois são momentos de família que não temos mais. [...] Eu sempre lembro da minha filha [...]”

Maria José Domingos, mãe de **Michele Domingues**.<sup>2</sup>  
G1 Paraíba, 12 fev. 2016.

“É como se hoje ainda fosse aquele dia[...].”

Maria de Fátima Frazão Monteiro, mãe de **Isabela Pajuçara**.<sup>3</sup>  
Portal Correio, 20 abr. 2018.

As citações acima marcam a dor de cada mãe das vítimas fatais desse crime. A localização temporal das entrevistas citadas acima foi feita de maneira proposital, no sentido de afirmar o período em que essa dor permaneceu instalada no corpo dessas outras mulheres, durante anos. O crime aconteceu em 2012, quando Michele Domingues e Isabela Pajuçara foram estupradas e assassinadas a tiros na cidade paraibana de Queimadas, por terem identificado um dos criminosos: Eduardo dos Santos Pereira.

Era um dia de sábado quando cinco mulheres<sup>4</sup> se preparavam para comemorar o aniversário de Luciano Pereira. Uma festa que celebraria a vida mas que se desfez em mortes. Nas mortes da professora Isabela Pajuçara, 27 anos, e da recepcionista Michele Domingues, 29 anos. Segundo o Ministério Público, o crime vinha sendo planejado há cerca de 15 dias por Eduardo Pereira, irmão do aniversariante, junto com mais nove homens que fariam parte da barbárie

que ceifou a vida dessas mulheres. Eduardo pretendia dar de presente de aniversário ao irmão uma noite marcada pelo estupro de cinco mulheres. Entre os envolvidos estão três menores que ajudaram a promover a noite do crime.

[...] conforme as investigações da Polícia Civil e a denúncia feita pelo Ministério Público da Paraíba, os estupros foram planejados pelos irmãos Luciano e Eduardo dos Santos Pereira, que teriam chamado amigos para abusar sexualmente das mulheres convidadas para a festa de aniversário de Luciano. Segundo informações contidas no processo, o estupro coletivo seria um “presente” para o aniversariante. (CLICKPB, 13 abr. 2018).

O crime teria acontecido “[...] entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 de fevereiro” (G1 PARAÍBA, 12 de fevereiro de 2016), quando três homens encapuzados e armados adentraram ao local da festa e anunciaram um assalto. Dentre as várias divergências encontradas nos jornais, há aqui uma recorrente no que diz respeito a dados quantitativos. Não parece possível definir a quantidade de pessoas exatas que haviam na noite do crime, a partir dos jornais analisados. O jornal *G1 Paraíba*, na edição mencionada no parágrafo anterior, afirma que dez homens combinaram que durante a festa, três deles apagaram as luzes e anunciaram um assalto, quando renderiam as vítimas e deram início ao estupro coletivo. Supõe-se então que além das cinco mulheres, havia ainda mais dez homens na casa, naquela noite. Enquanto que o jornal *PB AGORA* informou que “[...] bandidos encapuzados e fortemente armados invadiram a comemoração, amarraram as 15 pessoas que estavam no local e as agrediram, além de estuprarem todas as mulheres” (PB AGORA, 13 de fev. 2012). Ou seja, a primeira informação fala num total de 15 pessoas, 10 homens e 5 mulheres, sendo que entre esses 10 homens estariam os 3 homens que anunciariam o assalto. Na segunda informação existe a possibilidade de já existirem 15 pessoas no local do crime, além dos homens que invadiriam a festa, que no primeiro caso fariam parte do total dos 10 homens presentes. Uma matemática de entendimento que me pareceu desarticulado entre os jornais que publicavam as diversas matérias sobre o crime. Além da discordância na grafia dos nomes das vítimas, como já foi mencionado na página anterior.

Retomo o relato do Ministério Público, citado anteriormente, informando que o estupro das cinco mulheres seria o “presente” de aniversário na noite do crime. Aqui, o corpo de cinco mulheres aparece sendo objetificado, tomando a forma de um instrumento de desejo e satisfação masculina. Um presente geralmente consiste num objeto que é adquirido e entregue no sentido de trazer “alegria” ao satisfazer o “desejo” de quem o recebe. Essa parece ser a sua principal função, servir e alegrar ao outro. Quando, em algum momento, não mais servir ao seu propósito, o próximo passo pode ser o de descartá-lo, o presente. E assim foram tratadas essas cinco mulheres. Seus corpos seriam naquela noite objetos destinados ao desejo daquele que as receberia em forma de “presente”. Elas foram convidadas à festa sem imaginar que serviriam aos dez homens que desde algum tempo já se preparavam para a noite do crime.

Aquelas mulheres serviram como um “presente” maldito que submeteu seus corpos de maneira violenta à finalidade de servir e sucumbir aos homens que ali estavam. Seus corpos foram submetidos a uma relação de sujeição, historicamente construída sobre o corpo feminino em detrimento das vontades e do sexo masculino. Condição de domínio que por muito tempo permeia as relações entre os gêneros.

Segundo a delegada que ficou encarregada pela elucidação do caso, os acusados, além de promoverem o estupro coletivo, usariam a casa como uma espécie de “cabaré”, segundo a edição do jornal *Pragmatismo Político*, de 13 de fevereiro de 2012. Entendo aqui a palavra cabaré sendo utilizada no sentido de prostíbulo, espaço reservado para as “mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes” (RAGO, 2014, p. 115). Ficaria assim compreendido o local onde as vítimas seriam abusadas sexualmente por seus agressores. Embora o crime tenha acontecido na residência onde morava Eduardo Pereira e família, irmão de Luciano, o aniversariante. Num ambiente, a princípio, longe de qualquer suspeita. Na mesma edição, a delegada afirma ainda que “a motivação do crime era apenas a vontade de praticar sexo proibido”. Entendo também que os motivos que levaram a esse crime não se limitam apenas ao sexo que é delimitado como proibido. A maneira como o crime aconteceu e foi planejado, revela questões muito mais complexas acerca da violência cometida diariamente contra mulheres em todo o país: o fascínio provocado pelo exercício do poder que é impulsionado a partir de práticas machistas, naturalizadas diariamente. Eram homens que mesmo sendo conhecidos das vítimas, como já mencionado, em momento algum, durante o planejamento do crime, pareceram se questionar sobre o ato criminoso que iriam praticar naquela noite.

Durante o suposto assalto anunciado no decorrer da festa, os criminosos trataram de encaminhar os homens para um dos quartos da casa e as mulheres para outro. As vítimas foram amarradas com cordas e lacres do tipo “enforca-gato”<sup>55</sup>, compradas pelos organizadores da festa, afim de violentar as mulheres e forçar relações sexuais. Durante o estupro uma das vítimas conseguiu identificar um dos criminosos como sendo seu ex-cunhada, e passou a pedir ajuda. E esse pedido de ajuda acabou levando à sua morte: “[...] durante o ato sexual, Isabela se debateu muito e conseguiu identificar o ex-cunhado dela como um dos estupradores. Ela pediu por socorro, disse que estava vendo que o agressor era o amigo dela” (G1 PARAÍBA, 13 fev. 2012). O grupo que invadiu a casa usava máscaras de carnaval e capuz para não serem identificados.

Parecia um cenário inusitado onde, para que toda a trama tivesse sucesso, os corpos daquelas mulheres precisariam ser submersos num procedimento de dominação. Esse processo se deu desde a utilização de instrumentos direcionados para fins de repressão e manipulação, como a corda e o “enforca-gato”, além da violência física sofrida nos momentos de agressão sexual. Era necessário aos agressores que as vítimas se rendessem diante das medidas de *coerção* que lhes eram impostas, durante aquele processo de *violência*. Acredito que além da força empregada, palavras de *ordem* também foram proferidas para que aqueles corpos fossem *adestrados* e os estupros se consumassem. Aquelas mulheres foram brutalmente *disciplinadas* pela violência

masculina. Os estupros aconteceram. O corpo daquelas vítimas foi submetido a uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe.” (FOUCAULT, 2018, p. 135).

Num dado instante, durante as agressões sexuais, uma das vítimas identificou um dos acusados, gritando pelo seu nome. Naquele momento, uma força contrária ao controle que ali havia se instalado ventilou em direção à disciplina estabelecida. Houve um *desvio*. E era preciso uma forma de *contenção* dessa voz que tentou romper a ordem da violência e dos estupros que se sucediam. Isabela Pajuçara e Michele Domingues identificaram seus agressores e para que o crime seguisse seu plano, elas precisavam ser *punidas, silenciadas e castigadas*. Seu ato de *resistência* foi a última tentativa do que poderia significar uma fâisca de sua *microfísica do poder*, quando tentou sobreviver a partir da relação de “amizade” existente entre Eduardo e sua família.

Segundo o jornal *ClickPb*, em matéria publicada no dia 13 de abril de 2018, os acusados eram “supostos amigos das vítimas”. Isso parece reforçar o fato de que a normalização do domínio exercido por práticas machistas, desde muito tempo arraigadas em nossas sociedades, tem um alcance assustador e amplo, por mais íntima e harmoniosa que pareça um dia ter sido a relação entre opressor e oprimido. Eduardo, o mentor do crime, junto com seu irmão Luciano, o aniversariante, e os demais envolvidos não parecem em momento algum, durante os relatos encontrados nos jornais, se sentir constrangidos em planejar o estupro de suas “amigas”. Elas eram pessoas do seu convívio ou com quem se relacionavam no cotidiano da vida urbana, tendo Queimadas uma população de aproximadamente 40 mil habitantes. Seria comum que vez por outra os parentes e conhecidos de todas as famílias se encontrassem pelas ruas da cidade, como é apresentado no trecho a seguir:

Famílias se encontram. Na cidade, o clima é de silêncio. A tristeza está estampada no rosto das mulheres ajoelhadas na igreja para rezar durante a tarde. Quem é questionado sobre o caso, prefere não comentar. Mesmo depois de seis anos, ainda se vê o luto no rosto das pessoas, principalmente das mulheres (PORTAL CORREIO, 20 abr. 2018).

Embora a ordem do discurso jornalístico seja empregado por uma linguagem de cunho denotativo, no recorte acima é possível perceber algumas sensibilidades que atravessam os moradores da cidade de Queimadas, principalmente as mulheres queimadenses. O crime parece não ter afetado apenas as vítimas e seus familiares. O clima de solidariedade entre aquelas que se sensibilizaram com o pedido de justiça dos familiares das vítimas e suas dores parecia ser facilmente identificado no semblante da grande maioria das mulheres, percebido ao percorrer as ruas da cidade. A igreja se transforma no espaço onde se procura um outro tipo de justiça e conforto aos que permanecem mergulhados nas memórias desse terrível acontecimento: o alívio que o divino pode oferecer aos seus corações tristes e ressentidos. O olhar dessas mulheres reflete um novo tipo de sensibilidade a partir de então, um outro modo de enxergar a cidade, agora com cismas, medos e desconfianças. No campo das sensibilidades, Sandra Pesavento

(2017, p. 12) afirma que as emoções e sensações podem ser afetadas pela “reação dos indivíduos diante da realidade que os toca”. E após a “Barbárie de Queimadas”, a cidade não parece mais a mesma.

Ainda no mesmo ano, nove dos acusados foram julgados e tiveram suas sentenças proferidas pela Comarca de Queimadas, de acordo com o crime cometido por cada um dos acusados e vão cumprir pena no presídio de segurança máxima da Paraíba, o *PB1*, cabendo ainda apelação ao Tribunal de Justiça do Estado. Dentre eles, três adolescentes foram condenados a cumprir medidas socioeducativas no Lar do Garoto, na cidade de Lagoa Seca. Segundo a edição de 12 de fevereiro de 2019 do *Paraíba Online*, os menores foram libertados em fevereiro de 2015. Eduardo Pereira dos Santos foi preso momentos depois de ter ido ao velório das vítimas, na estrada que liga Campina Grande a Caruaru. Ele foi o único que teve seu julgamento levado à júri popular devido os exames de perícia terem constatado que a bala que matou as duas vítimas saíram do seu revólver. A pedido da promotoria e da defesa, Eduardo teve seu julgamento desafortado<sup>6</sup> para a cidade de João Pessoa, por se tratar de um caso “clamoroso” e que tinha “animosidade da população”, além de garantir que a imparcialidade do júri.

Em setembro de 2014, Eduardo foi condenado a 106 anos e 4 meses de reclusão pelos crimes de “dois homicídios, formação de quadrilha, cárcere privado, corrupção de menores e porte ilegal de arma, além dos cinco estupros”, (G1 PARAÍBA, 26 set. 2014). Além disso, recebeu também uma pena de 1 ano e 10 meses de detenção pelo crime de lesão corporal de um dos adolescentes envolvidos no crime, totalizando 108 anos e 2 meses de prisão. O julgamento durou cerca de 19 horas, enquanto a família das vítimas, que tinha cadeiras reservadas, assistia e aguardava ansiosa pela sentença a ser proferida. Ainda durante o julgamento a dor e o medo se fez presente entre aqueles que presenciaram aquela noite de barbárie quando, na edição mencionada acima, “[...] a pedido das testemunhas de acusação, (os depoimentos) não foram acompanhados por ele (Eduardo)”. A imprensa também não foi autorizada a acompanhar os relatos das vítimas nem dos adolescentes que já haviam sido sentenciados. Em abril de 2018 o primeiro dos acusados, Diego Rego Domingues, foi posto em liberdade quando progrediu para o regime semiaberto. Um segundo acusado, Jacó Sousa, foi assassinado em setembro de 2020, na cidade de Queimadas, quando estava em liberdade condicional há dois meses. No dia 19 de novembro desse ano Eduardo Pereira dos Santos fugiu da Penitenciária de Segurança Máxima, Doutor Romeu Gustavo de Abrantes, conhecida como PB1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ainda existia essa ideia de culpabilizar as vítimas. As pessoas questionavam: por que elas estavam na festa? Por que se envolveram com essas pessoas? Eles aparentemente eram pessoas de bem, do convívio de todo mundo. Mas é possível mudar alguma coisa a partir desse processo de desconstrução”.

É preciso concordar com Isânia. Embora tenhamos sido contemplados com algumas conquistas em se tratando de políticas públicas no combate à violência cometida contra mulheres, ainda se faz necessário um “processo de desconstrução” para que os crimes relacionados às condições de gênero possam ser estancados nesse país.

No ano de 2015 foi aprovada a lei 13.104/2015, quando o feminicídio passou a ser o termo qualificador para os crimes cometidos contra a mulher por sua condição de gênero, assim como também foi incluída no rol dos crimes hediondos. Porém, toda essa conquista ainda não é suficiente para conter as mortes que ocorrem diariamente. Segundo o Atlas da Violência 2020, de acordo com os dados fornecidos pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –, no ano de 2018 “uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas”. É preciso marchar além das leis e promover espaços de debate acerca das discussões de gênero e conscientizar a população a respeito dessa construção secular chamada machismo, que dá ao outro a permissão sobre os domínios do corpo feminino. Faz-se necessário levar o debate ainda para as escolas, adaptá-lo e aplicar a todas as séries iniciais, inclusive, afim de que possamos prever a garantia de um futuro onde questões de gênero não matem mais mulheres país a fora.

Além dessa desconstrução é preciso encorajar as vítimas a denunciarem seus agressores. Construir políticas públicas que, de fato, garantam a proteção dessas mulheres. E formar profissionais que recebam e ouçam as denunciantes sem constrangê-las, nos espaços que precisam servir como abrigo para elas. Mais que punição aos agressores, as vítimas precisam sentir protegidas e amparadas pelo poder público.

É preciso que consigamos ainda eleger mais mulheres para que elas ocupem espaços de fala e posições de onde possam ser ouvidas, representando diversas outras mulheres e a luta constante por igualdade de direitos. Não se pretende ocupar o lugar do opressor, como erroneamente e de forma temerária, acredito, é reproduzido entre aqueles que tentam deturpar os movimentos feministas. Faz-se necessário um lugar de fala feminino para que mais direitos possam ser conquistados, como chama a atenção Luiza Nagib Eluf (2017), quando afirmou que só foi possível a aprovação da lei do feminicídio graças ao trabalho da “Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, (porque) à época tínhamos uma mulher na presidência da república que apoiou nossa luta.”.

Enquanto homem e cisgênero, entendo que meu lugar de fala é outro. Por isso não pretendo aqui falar por essas mulheres, mas a partir delas. A partir de seus relatos, suas dores, suas dúvidas e seus anseios. Procuo falar delas para encorajá-las e, assim, possam ser protagonistas na construção desses espaços de fala, escrita, debate e denúncias.

## NOTAS

- 1 Graduado em Letras pela UEPB, Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG e pesquisador sobre crimes cometidos contra mulheres.
- 2 Utilizo aqui e durante todo o texto a grafia destacada em negrito expressa no jornal citado, para fins de padronização, visto que a escrita do nome das vítimas diverge em diferentes edições e jornais
- 3 Utilizo aqui e durante todo o texto a grafia destacada em negrito expressa no jornal citado, para fins de padronização, visto que a escrita do nome das vítimas diverge em diferentes edições e jornais
- 4 Os jornais pesquisados não procuram informar os nomes das demais vítimas, dando ênfase às que foram estupradas e assassinadas pelos acusados.
- 5 Também conhecida como Abraçadeira de Nylon, é uma ferramenta utilizada para firmar cabos elétricos e diversos tipos de embalagens. É produzida com material extremamente resistente e apresenta ainda forte resistência mecânica contra vibrações e choques.
- 6 Usa-se a expressão “desaforado” quando um processo judicial é deslocado de um foro para outro.
- 7 Isânia Monteiro passou a desenvolver na cidade de Queimadas um trabalho com o objetivo de ajudar mulheres que foram violentadas e têm medo de denunciar os casos. Ela também se tornou integrante do Centro de Referência que luta pelos direitos das mulheres na Paraíba, em Campina Grande.

## REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: USP, 2008.

**ClickPB**. Acusado por estupro coletivo em Queimadas é liberado para o regime semiaberto. ClickPB, Paraíba, João Pessoa, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/um-dos-acusados-por-estupro-coletivo-em-queimadas-e-liberado-para-o-regime-semiaberto-238378.html>. Acesso em: 08 novembro 2020.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais e feminicídio: de Pontes Visgueiro a Mizaél Bispo de Souza**. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

G1 Paraíba. **Estupros em festa com duas mortes na PB foram planejados, diz delegada**. G1 Paraíba, João Pessoa, 13 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/02/estupros-e-assassinatos-em-festa-na-pb-foram-premeditados-diz-delegada.html>. Acesso em: 08 novembro 2020.

\_\_\_\_\_. **Mentor da ‘Barbárie de Queimadas’ é condenado a 108 anos na Paraíba**.

G1 Paraíba, João Pessoa, 26 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/mentor-da-barbarie-de-queimadas-e-condenado-106-anos-na-paraiba.html>. Acesso em: 08 novembro 2020.

\_\_\_\_\_. **‘Barbárie de Queimadas’ completa 4 anos e caminhada marca data na PB**.

G1 Paraíba, João Pessoa, 12 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/>



noticia/2016/02/barbarie-de-queimadas-completa-4-anos-e-caminhada-marca-data-na-pb.html. Acesso em: 08 novembro 2020.

\_\_\_\_\_. **Irmã de vítima de estupro coletivo luta por direitos de mulheres na Paraíba.** G1 Paraíba, João Pessoa, 08 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/irma-de-vitima-de-estupro-coletivo-luta-por-direitos-das-mulheres-na-paraiba.html>. Acesso em: 08 novembro 2020.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. **Revista Estudos feministas.** Florianópolis, 2018, p. 1-16.

GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”; PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. **Sensibilidades na História:** memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 7-21.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e cidade.** São Paulo: UNESP, 2006.

PB AGORA. **Queimadas:** estupro de cinco mulheres foi armado. PB AGORA, Paraíba, João Pessoa, 13 fev. 2012. Disponível em: <https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/queimadas-estupro-de-cinco-mulheres-foi-armado/>. Acesso em: 08 novembro 2020.

PORTAL CORREIO. **Anos depois, famílias relembram a barbárie de Queimadas.** Portal Correio, João Pessoa, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://correiodaparaiba.com.br/cidades/policial/seis-anos-depois-familias-relembra-a-barbarie-de-queimadas/>. Acesso em: 08 novembro 2020.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SILVA, Eduardo Sebastião da. “**Morta tragicamente pelas mãos de seu marido**”: o caso de feminicídio de Luciene Colaço Agra. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, p. 11, 2020.

# “OS SENHORES DA CÁTEDRA”: OS SUJEITOS POR TRÁS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rita Thainá Correia da Cunha<sup>1</sup>

Azemar dos Santos Soares Jr.<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) durante sua fundação, tendo como principal interesse demonstrar que desde a fundação do Instituto, sujeitos envolvidos com o setor educacional estiveram presentes nesse espaço de construção da história norte riograndense. O IHGRN é a entidade cultural mais antiga do estado do Rio Grande do Norte e mostra-se aberto para novas pesquisas, sendo seu acervo, especificamente sua Revista, um material de valor considerável para os pesquisadores da área da educação ainda pouco utilizado. Para a realização desse trabalho, fez-se necessário o método histórico, abordado por Michel de Certeau (2006), visando a catalogação dos sujeitos envolvidos no espaço de construção histórica, o IHGRN, no seu primeiro ano de funcionamento, compreendendo que cada indivíduo associado contribui com a construção das ideias ali desenvolvidas. Os sócios responsáveis pela publicação de artigos na Revista do IHGRN serão analisados sob a ótica de Roger Chartier (2014) como autores, tendo em vista o processo de escrita e publicação em material impresso que facilita o reconhecimento entre seus pares. Esses sujeitos enquanto autores, também, estavam submetidos às normas da instituição a qual estavam vinculados e, por esse motivo, escreveram e realizaram suas pesquisas de acordo com os ideais do IHGRN. Conclui-se que ao apresentar os sócios, estaremos demonstrando, através do perfil escolhido pela entidade, que a História do Rio Grande do Norte, inicialmente, foi construída por homens da elite intelectual do estado, envolvidos com o setor educacional de forma direta ou indiretamente, e que o IHGRN, desde sua fundação, recebeu em seu corpo indivíduos preocupados com a educação, mesmo publicando seu primeiro artigo sobre o tema no ano de 1938, 36 anos após a sua fundação.

**Palavras-chaves:** IHGRN. Educação. Autores. História da Educação.

## INTRODUÇÃO

Na data do dia 29 de março de 1902, era criado em Natal, especificamente no salão do *Atheneu Norte Riograndense*, uma das escolas de considerado prestígio do estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), que viria a ser uma das instituições culturais de maior prestígio na história do estado. Com a finalidade de organizar um acervo com fontes e documentos referentes ao Rio Grande do Norte, um grupo seletivo de homens reuniram-se e deram início a esse espaço de escrita e pesquisa histórica e geográfica, ainda em funcionamento nos dias de hoje.

Até o período de criação do IHGRN, o estado não possuía um acervo organizado para o resguardo de suas documentações. Foi o que apontou o poeta maranhense Gonçalves Dias, em um dos seus artigos escritos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre os acervos e arquivos do norte do Brasil, publicado no ano de 1854, na Revista desse mesmo Instituto, denominado *Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*. A viagem de Gonçalves Dias, para a realização desta pesquisa, foi feita a pedido do Imperador, Dom Pedro II, que conjuntamente com o IHGB, tinha interesse em averiguar os acervos documentais de todo Brasil, com a finalidade de construir, através deles, a história da Nação. Gonçalves Dias deixou claro que muito de seu trabalho fora prejudicado devido às péssimas condições dos arquivos públicos da província do Rio Grande do Norte. O poeta maranhense acreditava que o Império Brasileiro deveria olhar com mais atenção para os arquivos públicos e reunir toda a documentação de seu interesse em um único local. Foi assim, que durante anos, muitos dos documentos referentes ao Rio Grande do Norte estiveram sob os cuidados do IHGB e espalhados em outras localidades do Brasil.

A documentação pertencente ao Rio grande do Norte só veio a ser totalmente reunida, como aponta o historiador Bruno Balbino (2011), no início da Regime Republicano, quando o estado entrou em uma disputa jurídica com o Ceará, reivindicando uma área contestada, próximo ao que hoje reconhecemos como o município de Mossoró. Devido a falta do arquivo público organizado e dos documentos referentes à região, o estado seguia frente a justiça em desvantagem nessa querela. Foi diante desse contexto que o IHGRN foi criado como uma instituição capaz de coligir, metodizar e reorganizar os documentos referentes à história e geografia do estado. O Instituto surgiu, portanto, com essa dupla finalidade de, além de contribuir com a construção da história norte riograndense, acumular e organizar os arquivos referentes aos limites da região.

Após a criação do IHGRN, houve a necessidade de compartilhar as pesquisas e documentos reunidos por seus sócios ao público interessado pelo assunto. Com isso surge em 1903 a Revista do IHGRN que viria a publicar, em seus primeiros anos de funcionamento, diversos artigos sobre a questão de limites enfrentada pelo Rio Grande do Norte e outros textos

[...] referente á geographia e historia do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida, desde o tempo da conquista, e também o que possível fôr conseguirmos da existencia selvagem dos primeiros povoadores — essas pobres hordas primitivas que as armas e a astúcia dos brancos despojaram (REVISTA DO IHGRN, 1903, p. 5-6).

Desse modo, observamos que, inicialmente, os assuntos abordados pelos sócios autores da Revista seriam em torno da história e geografia do estado, desde os tempos mais remotos, e sobre os indígenas que aqui viviam. Com o andamento de nossa pesquisa, constatamos que os artigos publicados nos primeiros anos da Revista, especificamente até 1909, discorriam prioritariamente sobre o período colonial.

Os sujeitos em torno da criação do IHGRN eram homens de reconhecimento público, advindo de uma elite econômica e política da região e denominados, na ata de instalação do Instituto, como doutores, coronéis e cidadãos<sup>3</sup>. Importante destacar que alguns, desses sócios fundadores, eram professores e, portanto, traziam em suas subjetividades experiências no setor educacional, nossa principal área de investigação. O objetivo deste artigo é apresentar os sócios fundadores do IHGRN, especificamente, aqueles ligados ao âmbito da educação, para, por fim, apresentar os textos escritos sobre a temática educacional, que vieram a ser publicados somente em 1938, problematizando o silêncio existente nos 35 anos iniciais do IHGRN sobre esse assunto. Salientamos, que esse artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, ainda em curso, que visa investigar como a educação foi tratada pelos sócios-autores na Revista do IHGRN ao longo dos anos; A pesquisa de mestrado é vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Como já mencionado anteriormente, os primeiros sócios do IHGRN, aqueles que receberam o nome de *sócios fundadores*, eram homens que possuíam determinado prestígio diante da sociedade devido a suas profissões, ao contato direto ou indireto com a política e aos próprios laços familiares. Vejamos, a seguir, um quadro com todos os sócios presentes no dia da instalação do IHGRN, com suas respectivas profissões.

**Quadro I: Sócios fundadores do IHGRN presentes no dia da instalação.**

<b>Sócio fundador</b>	<b>Formação</b>	<b>Profissão*</b>
Alberto Maranhão	Direito/Recife (1892)	Político
Olympio Manuel dos Santos Vital	Direito/Recife (1860)	Juiz Federal
Francisco de Salles Meira e Sá	Direito/Recife (1878)	Desembargador
Vicente Simões Pereira de Lemos	Direito/Recife (1873)	Desembargador
Francisco Carlos Pinheiro da Câmara	Direito/Recife (-)	Juiz de Direito

Francisco Pinto de Abreu	Direito/Recife (1892)	<b>Professor</b>
Luiz Manuel Fernandes Sobrinho	Direito/Recife (1885)	Juiz de Direito
Manuel Dantas	Direito/Recife (1890)	<b>Diretor da Instrução Pública</b>
Thomaz Landim	Direito/Recife (-)	Magistrado
Pedro Soares	-	Político
Joaquim Manuel Teixeira de Moura	-	-
Veríssimo de Toledo	-	Contador

\* Profissão exercida no ano de criação do IHGRN (1903).

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores do artigo, a partir de dados coletados em CARDOSO, 2000.

Além dos sócios presentes, ainda existiam aqueles que, também, receberam o nome de sócios fundadores, mas estiveram ausentes no dia da instalação do IHGRN. São eles:

**Quadro II: Sócios fundadores ausentes, mas citados na ata de instalação**

<b>Sócio fundador</b>	<b>Formação</b>	<b>Profissão</b>
Pedro Velho	Medicina/Rio de Janeiro (1880)	Político
Joaquim Ferreira Chaves	Direito/Recife (1873)	Político
Augusto Tavares de Lyra	Direito/Recife (1892)	<b>Professor/Político</b>
Eloy de Souza	Direito/Recife (1894)	Político
José Bernardo	-	Político
João Baptista de Siqueira Cavalcanti	Direito/Recife	Magistrado
José Theotônio Freire	Direito/Recife	Magistrado
Manuel Moreira Dias	Direito/Recife	Magistrado
Antonio de Souza	Direito/Recife (1889)	Político
Manuel Hemeterio Raposo de Mello	Direito/Recife (1893)	Desembargador
Sergio Barreto	-	-

João Avelino Pereira de Vasconcellos	-	Político
Henrique Castriciano de Souza	Direito	<b>Fundador da Escola Doméstica</b>
Pedro Avelino	-	Jornalista

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores do artigo, a partir de dados coletados em CARDOSO, 2000.

Vejamos que dos 26 sócios fundadores do IHGRN, 4 estão ligados diretamente com a área da educação no período de fundação do IHGRN. Outros, estiveram em contato com a área educacional ao longo de suas vidas, como é o caso de Francisco de Sales Meira e Sá, que foi o presidente da Liga de Ensino, sociedade formada por Henrique Castriciano, que tinha como objetivo auxiliar os poderes público com relação à instrução pública no estado, de 1911 até 1920, ano de seu falecimento.

É importante ressaltar que, durante a instalação do IHGRN, apesar de estarem presentes professores e sujeitos ligados ao âmbito educacional, os primeiros anos da Revista do Instituto foram dedicados aos assuntos referentes à história do Rio Grande do Norte, especificamente ao período das conquistas. Somente em 1938 foi publicado o primeiro artigo sobre educação, escrito pelo sócio José Augusto e denominado *A Cadeira de Gramática Latina da Villa do Príncipe* (1938); esse texto, visa apresentar uma documentação referente a instalação da primeira cadeira de latim na região, que hoje reconhecemos como Caicó, ressaltando a importância desse empreendimento, encabeçado pelo padre Brito Guerra, para o desenvolvimento da elite seridoense.

Outro fator que deve ser levantado aqui é o contexto dos anos de 1930 e início dos anos de 1940 para a área da educação que, possivelmente, tenha influenciado os sócios autores a publicarem textos, referidos ao âmbito em questão, “tardamente”. As mudanças de governo ocorridas no Brasil e o fervilhar de novos acontecimentos em todo o mundo, ocasionaram mudanças na forma de ver e pensar a História. Desse modo, apesar do primeiro artigo publicado na RIHGRN sobre educação ter sido circulado somente em 1938, é possível compreender os motivos e o contexto que possibilitou essa demora.

Após o período citado acima, os sócios do IHGRN continuaram a escrever sobre a educação e a vida de alguns professores considerados ilustres para o seio daquela instituição. Ao todo, contabilizamos vinte e seis artigos, publicados entre 1938 e 2016, sobre a temática em questão, sendo onze desses artigos pequenas biografias sobre docentes. Ressaltamos que nenhum dos sócios fundadores, envolvidos no setor educacional, publicou artigos referentes à educação na Revista do IHGRN nos primeiros anos. Entretanto, foram homenageados por outros sócios autores, como é o caso de Henrique Castriciano e Tavares de Lyra, nos artigos *Tavares de Lyra*

*e a Reforma do Ensino Público (1959) e Henrique Castriciano de Souza: um reformador social (1988)*, escritos por José Augusto e José G. de Albuquerque, respectivamente.

Analisando o corpo de sócios, presentes ou não, durante a instalação do IHGRN, notamos que muitos desses sujeitos estavam ligados à política e ocupavam lugares de prestígio e poder perante a sociedade. Muitos desses sócios eram desembargadores, senadores e magistrados, o que demonstra um certo elitismo presente no espaço de construção e pesquisa histórica norte rio grandense. A preferência por sócios advindos de uma camada mais abastada da população fica implícita no Estatuto do IHGRN, publicado na primeira edição da Revista. Assim, consta em documento:

Art. 7 — Para ser admittido como socio effectivo, deverá o candidato residir na cidade do Natal ou em logar que esteja em communicação fácil e constante com ella, ser cidadão de merecimento nas lettras, sciencias, industrias ou artes e ter de idade vinte e um annos, pelo menos. (REVISTA DO IHGRN, 1903, p. 10-11).

Tendo em vista a realidade em que se encontrava a educação nos primeiros anos republicanos do Brasil, em especial, no estado do Rio Grande do Norte, não é difícil imaginar que, aqueles que conseguiam acesso a instrução estavam ligados ao grupo de maior poder aquisitivo e figuravam nas altas camadas da sociedade. O Estatuto do IHGRN também deixa claro com “quem” o Instituto irá se corresponder ao longo de seu funcionamento. Em um dos primeiros artigos está escrito:

Art 2—O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações litterarias existentes nos diversos Estados da União, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe. REVISTA DO IHGRN, 1903, p. 9).

Se levarmos em consideração que esses outros espaços culturais, reservados a intelectualidade local, também admitiam no corpo de suas instituições figuras de igual reconhecimento e status, sócios e indivíduos vinculados ao poder, através de suas ocupações e formações ao longo de suas vidas, veremos que o IHGRN mantinha correspondência com homens instruídos, ou pelo menos alfabetizados, ligados ao poder político ou a grupos de sociabilidade intelectual, que garantiam suas participações em altos círculos sociais. Eram essas pessoas que escreviam, inicialmente, a história do Rio Grande do Norte e circulavam, entre si, os artigos e textos produzidos no interior da instituição.

Segundo Michel de Certeau (2006), o historiador ao escrever a História se liga a um lugar de produção, seja ele sócio-econômico, cultural ou político. Desse modo, os sócios autores do IHGRN, ao coletarem os documentos referentes ao estado do Rio Grande do Norte, para a partir deles produzirem uma História, estavam ligados a uma entidade cultural que permitia com que essa ação fosse realizada, ou seja, o próprio Instituto. Esses sócios, e segundo nos afirma Michel de Certeau (2006), estavam submetidos “[...] a imposições, ligada a privilégios, enraizada em

uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 2006, p.66-67).

Podemos observar, portanto, que os sócios autores ligados ao IHGRN estavam submetidos aos modos de *fazer história* dessa Instituição. Com isso, destacamos que os primeiros artigos publicados na Revista do Instituto foram sobre o período colonial e sobre a geografia do estado do Rio Grande do Norte, pelo interesse do próprio IHGRN em comprovar os limites do estado frente a questão judicial, enfrentada com o Ceará. Isso fica claro quando observamos que, a maioria dos homens, que fundaram o Instituto Histórico, estavam ligados diretamente com a política e, com isso, estavam enfrentando diretamente essa querela, prejudicados com a desorganização dos arquivos públicos até então.

Com relação aos artigos sobre educação e o silenciamento dos sócios, que eram profissionais da área, durante os primeiros 30 anos de funcionamento da Revista, inferimos que o motivo principal pela não escolha de abordagem dessa temática seja pelo motivo mencionado anteriormente. O IHGRN optou por priorizar a questão de limites do Rio Grande do Norte, tanto na coleta de documentos como na produção de pesquisa e artigos sobre a temática. Além disso, durante os primeiros anos da República, o setor educacional estava um pouco defasado e enfrentava problemas, também, em sua organização, tendo em vista a troca de regime e os problemas de estruturação para essa nova realidade. É o que afirma Maria Marta de Araújo (1979):

Os primeiros anos do novo regime foram difíceis para a Escola. Os recursos econômicos, advindos principalmente do algodão, açúcar, sal, couros e peles, cera de carnaúba e carne, tornavam-se insuficientes diante dos encargos que a República trouxera e que eram inexistentes no Império. Por conseguinte, a Instrução Pública, que entrara na era republicana dotada de 152 escolas primárias e de um colégio de ensino secundário, além de algumas aulas avulsas de Latim e Francês, passava a ser relegada a um segundo plano (ARAÚJO, 1979, p. 108).

Desse modo, pode-se pensar que o IHGRN, inicialmente, não tenha tomado “partido”, dentro dessa temática e durante os primeiros anos de seu funcionamento, apesar de ser uma instituição republicana, para a consolidação de seu espaço enquanto entidade cultural e pelos motivos mencionados anteriormente, sobre a reorganização do sistema de ensino.

Os sócios fundadores, envolvido com a área educacional, eram minoria frente a classe política que ali se organizava. Somente em 1938 a Revista do IHGRN lança um artigo sobre educação e abre caminho para essa nova forma de pensar a história através do ensino e da vida dos docentes que ali se organizavam, tendo em vista que todos os professores homenageados foram sócios do IHGRN. Os sócios que criaram o IHGRN não escreveram sobre educação, apesar de dois deles, posteriormente, terem sido homenageados enquanto figuras importantes para a história da educação do estado; dividiram forças para a criação e divulgação de uma Re-



vista de cunho histórico e geográfico que abordassem temas mais gerais sobre o passado do Rio Grande do Norte, deixando os assuntos mais específicos para os anos vindouros.

Entretanto, é notório perceber que a educação tomou espaço no IHGRN, desde o início, através de seus membros. As teias de sociabilidade são mutáveis de acordo com a subjetividade de cada indivíduo que ajuda a compor o organismo social e ter membros envolvidos na área da educação representa algo para uma instituição, seja na forma de aceitação de sócios, no perfil econômico e privilegiado da profissão, seja na importância oferecida aos sujeitos que compõem essa área. Segundo Marta Maria de Araújo e Marlene da Silva Mariz (1999),

O papel cultural da escola pública ou particular, veículo de formação intelectual dos filhos das elites e iniciação profissional dos filhos das classes trabalhadoras e, por conseguinte, de difusão e inculcação de valores e idéias dominantes pela sociedade, foi sempre uma preocupação histórica dos membros dessa agremiação político-cultural (ARAÚJO; MARIZ, 1999, p.65).

Ou seja, a educação era uma preocupação dos membros que se articulavam em torno do IHGRN desde os primórdios e isto pode se dever ao fato de ser uma associação de sócios ligados ao setor, que direcionaram um olhar para a área ao longo de suas participações em reuniões, pesquisas e discussões dentro do Instituto. A publicação de um artigo sobre a temática, somente em 1938, pode significar um amadurecimento no setor educacional do estado, através da consolidação de algumas ideias sobre educação como formadora da cidadania ou o aumento das discussões em torno da área, com a criação de universidades e cursos pedagógicos, que possibilitaram uma nova formação ao professorado; ressaltamos, também, que foi durante a década de 1930 que um novo regime se instaurou no país e seus dirigentes passaram a compreender a educação, principalmente aquela destinada às camadas mais pobres, como forma de organização de uma sociedade voltada para o progresso e trabalho.

Os primeiros trabalhos sobre a área educacional, publicados na Revista do IHGRN, deram ênfase no passado, não abordando temas contemporâneos a escrita dos sócios autores, mas, sim, o período do Império e da Primeira República. Percebemos que, os textos sobre educação, publicados na Revista, possuíam algumas características semelhantes. A maioria dos artigos eram resumos sobre determinados aspectos da educação no Rio Grande do Norte e isso se devia ao fato da Revista do IHGRN ser um impresso de temática e divulgação de pesquisas de cunho histórico, e, também, de pequenas biografias sobre professores, que eram sócios do Instituto, portanto, eram recordados pelo IHGRN como sujeitos importantes para a história da educação norte riograndense.

Ressaltamos, também, que a maioria dos sócios ou colaboradores que escreveram sobre educação estavam envolvidos com o setor educacional, o que demonstrava uma certa preocupação do IHGRN em atribuir às temáticas para sujeitos que de fato podiam contribuir com as discussões acerca do assunto, por possuírem experiência na área. Fica claro que, o IHGRN

contava com sócios professores, ou que licenciaram por alguns anos durante suas vidas, desde os primórdios da instituição, mas que só chegaram a escrever sobre a temática pós 1930.

Os sócios professores escreveram sobre e para seus pares. A Revista do IHGRN não foi pensada para as massas, embora nos últimos anos tenha se preocupado em tornar seus textos e apresentações mais atrativos para o público. Desde o início, como consta em estatuto, o impresso seria direcionado para aqueles interessados em conhecer um pouco sobre a história e geografia do Rio Grande do Norte e poderiam pagar por essas informações. Assim consta em estatuto:

Art. 4—A assignatura da REVISTA é fixada em (5\$000) cinco mil reis por dois números, pagos adeantadamente, sendo vendidos os números avulsos a [3\$000] tres mil reis cada um. Os socios terão direito a um exemplar de cada numero, a contar do dia da sua admissão, e o Instituto remettel-a-á gratuitamente às sociedades litterarias e às pessoas a quem quizer distinguir por este modo. (REVISTA DO IHGRN, 1903, p. 10).

Com isso, observamos que os sujeitos que entrariam em contatos com as pesquisas realizadas pelo Instituto Histórico, seriam indivíduos partícipes de outras entidades culturais que admitiam em seu seio homens de igual reconhecimento social, político e econômico, como os sócios do IHGRN. Apesar da venda avulsa, a Revista do IHGRN não era direcionada para um público amplo e podemos observar isso na forma que os artigos estão dispostos, na materialidade do impresso e nas referências à sujeitos que seriam conhecidos entre o meio intelectual. Não pretendemos abordar essa questão neste artigo, mas sabemos a relevância do suporte material para a compreensão do texto em si, como ressalta Roger Chartier (2014), ao trabalhar com a edição dos impressos. Essa lacuna deve ser sanada no decorrer da pesquisa de dissertação, que possibilitou a construção deste texto, e que ainda se encontra em construção.

Sendo assim, observamos que o IHGRN acolheu em sua casa sujeitos de relevância, a contar pelas profissões ocupadas por esses homens no início do funcionamento do Instituto. Professores, advogados, médicos, políticos e homens de reconhecimento social e econômico foram admitidos no IHGRN ao longo dos anos e eram esses sócios que durante muito tempo foram responsáveis pela construção da história do Rio Grande do Norte. Ressaltamos que, ao longo da trajetória desta Instituição, os perfis dos sócios foram sendo modificados, tendo em vista as mudanças ocorridas na sociedade, mas até hoje destacam-se sujeitos das letras, professores universitários, advogados e doutores dentro do IHGRN como sócios e colaboradores.

A Instituição forja-se através de seus membros e foi por causa deles que o IHGRN tomou espaço na cultura potiguar como um lugar de pesquisa e construção historiográfica, elevando seu nome para todas as demais instituições, de igual reconhecimento. A elite intelectual norte riograndense se fez presente dentro das paredes do IHGRN e foi reconhecida por ele na medida em que iam sendo admitidos sócios do Instituto, sujeitos que, para além do IHGRN, também, faziam história, através de suas vidas e ações na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à primeira república**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

ARAÚJO, Marta Maria de; MARIZ, Marlene da Silva. A Escrita da História da Educação do RN nas Revistas do IHGRN. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 88, p. 63-73. 1999.

CARDOSO, Rejane. **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura de Natal, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense”**: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902 - 1927). 590 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIAS, Antonio Gonçalves. Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854.

## NOTAS

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED-UFRN), onde desenvolve pesquisa sobre o debate da educação nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

2 Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG).

3 Segundo o historiador Bruno Balbino Aires da Costa (2017), os doutores seriam aqueles que possuíam formação superior, geralmente bacharéis formados em Direito ou Medicina, e os coronéis, apesar de não possuírem formação superior, estavam ligados ao serviço militar e a política estadual. Os cidadãos eram homens que, até o momento, não possuíam formação nem participavam no serviço militar, mas pertenciam a elite econômica e social do estado do Rio Grande do Norte.

# PAPO DE BOTEÇO ENTRE BICHAS E HTS, PERFORMANDO GÊNERO E DISCUTINDO POLÍTICA

Walber Ferreira da Silva\*

## RESUMO

Num país governado pela extrema direita e em uma guerra constante de narrativas, pensar as táticas de LGBTQIA+ e suas (sobre)vivências bem como uma estética da (r)existência e da amizade (FOUCAULT, 2017) se faz necessário e urgente. Assim, este artigo apresenta uma reflexão sobre as relações possíveis de alteridade. Um olhar sobre como o outro cis hetero me lê, quais são seus valores, modelos ou temores. Uma tentativa de se perceber, como são construídos os discursos sobre os LGBTQIA+, numa cidade do interior e quais os lugares sociais permitidos a eles e como todes se apropriam desses discursos, construindo suas próprias identidades. Metodologicamente, me aproprio da *análise do discurso* nos moldes postulados por Michel Foucault (2014) na tentativa de perceber as narrativas do outro sobre a alteridade, sobre o olhar para o corpo que transgrediu a norma. Percebe-se que a alteridade se revela de diferentes formas sensíveis, de admiração, sedução, desejo ou negação por discursos e corpos, colabora para que todes articulem suas identidades, frente ao mundo dos que nos rechaçam, numa história do tempo presente, onde as narrativas de si e do outro, fazem parte de uma trama inacabada.

**Palavras-chave:** Estética da existência; LGBTQIA+; Identidade.

## INTRODUÇÃO

Pensar ou escrever uma história das sensibilidades é partir inicialmente de uma realidade quebrada em cacos, onde o discurso tenta, a partir de muitas combinações, montar esse “quebra-cabeça” de pedaços de realidade, tentando encaixar essas peças com outras, percebendo o engate do singular com o universal, justapondo os sujeitos no social ou mesmo o sensível no racional, isso já nos ensinava Sandra Pesavento (2014) sobre a produção de uma história cultural. Não conseguiríamos fazer essa operação sem educar os nossos sentidos para a experiência, essa de pensar, dando sentido ao que somos e ao que nos acontece. E aquilo que nos acontece, está cercado de palavras que lutam por significados, por controles, por imposições, por silenciamentos.

A experiência tem sido destruída pelo combo “informação, opinião e velocidade”. O sujeito moderno é um dependente insaciável por consumir, por notícias, por novidades, pela

opinião alheia que está nas redes sociais, pelo ritmo frenético de nossos trabalhos e dessa forma, não paramos. Segundo Larrosa (2016), o sujeito da experiência, é aquele que toma o gesto da interrupção, que suspende sua opinião, cultivando a delicadeza do encontro, tendo paciência, ouvindo, calando, dando-se tempo e espaço.

Assim foi o nosso bate-papo, entre um professor e estudante de história, gay assumido, numa cidade do interior e um ex-aluno, formado em economia e atuante de sua área, casado e pai de um menino, viventes na cidade de Cubati, região do Curimataú paraibano. Encontro que partiu de meu interesse em ouvir, as narrativas que hoje traz em sua bagagem, experiências enquanto cis gênero e heterossexual, bem como de seu posicionamento político/econômico liberal, seus valores e pensamentos sobre o seu oposto, sobre essa relação de alteridade entre nós, gays e aqueles que partilham do heterossexismo<sup>1</sup> numa cidade do interior.

Além da relação de ex-professor e ex-aluno, partilhamos do mesmo interesse pela educação e convergimos para um entendimento de que é por ela, que nossa cidade pode ter um crescimento econômico ou social. No entanto, não é minha intenção, falar neste artigo, sobre os processos econômicos ou mesmo sociais, que ocorrem em Cubati, mas pensar um pouco sobre as representações que atribuem significados a nós, LGBTQIA+<sup>2</sup>, nesta cidade. Esse meu amigo, que me pediu sigilo quanto a sua identificação, em razão de seu trabalho lidar com pessoas de múltiplos marcadores sociais, será chamado aqui de João, nome escolhido aleatoriamente. Eu e João, marcamos esse encontro num bar da cidade, onde passava na tv um jogo de futebol e tomávamos algumas cervejas. Todos esses elementos, nos remete aos laços de uma masculinidade hegemônica, inscrita e escrita para si. Em uma conversa, por cerca de 40 minutos, li o resumo de meu artigo e de forma livre, pedi para falar sobre o tema proposto, dizendo que faria algumas intervenções em sua fala, quando julgasse necessário.

Nosso papo de boteco, começou com uma pergunta feita pelo João sobre o título de meu artigo, no qual continha uma abreviação, que o fez me indagar sobre o seu significado. Então disse a ele que HT<sup>3</sup> era uma gíria de nosso mundo, como não tenho a pretensão de fazer uma história das origens, coube a mim, apenas dizer que se tratava de uma expressão que representasse os heterossexuais que tinham relações “mais tranquilas” com LGBTQIA+, ou com menos tensões em relação as normas de gênero. Embora sejamos do interior, as migrações intrarregionais<sup>4</sup> que fizemos, tatuaram em nossos corpos e subjetividades, vários atravessamentos culturais, que aparecem em nossas falas, a exemplo da gíria HT, que as bichas importaram para Cubati, além de nossas formações acadêmicas.

## **METODOLOGIA**

Em momento algum, me coloquei como “bicha”, expressão que usamos entre nós, quando estamos livres dos olhares pesados e os cinquenta tons de homofobia de grande parte dos

moradores daquele interior. A violência sempre à espreita, na imposição da heteronormatividade, leva-nos, a criar nossas táticas de comportamento “seguras”, desta forma, preferi perfomar um gênero, que o deixasse mais confortável, enquanto estivéssemos realizando meu trabalho. Aqui me aproximo da teoria queer para dizer que a problemática deste artigo, não é sobre as homossexualidades em si e sim sobre a abjeção que nos é atribuída, por sermos uma ameaça a visão homogênea e estável da comunidade, da qual somos sujeitos, tanto que não me senti tranquilo, de chamar a mim e meus amigos, de bichas na conversa com o HT. Assim, Miskolci (2020, p. 25) afirma:

“O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo.”

Enquanto uma bicha branca e letrada, percebo meu lugar exequível de estar falando sem ser repudiado por outro homem cis branco, porém hétero, sentados na mesma mesa de um bar. Talvez João, não estivesse neste mesmo lugar, conversando com a travesti da cidade, que no período eleitoral, tomou de assalto o microfone de uma candidata a vice prefeitura, interpelando a sua fala e a deixando sem palavras, com o inusitado ou com alguma de minhas amigas afeeminadas. Embora não possa responder por ele, tais marcadores sociais (branco e letrado), contribuem para o meu “privilégio” de estar num bar com um HT, sem ele se sentir constrangido em estar numa mesa sozinho comigo, sendo socialmente aceito, para além da minha construção enquanto sujeito naquela cidade, onde todos me conhecem como professor de História.

Quis ser aquele sujeito da experiência, dito por Larrosa (2016), buscando a oportunidade de ouvir as palavras que me ajudaria a demonstrar, pela análise de discurso de Foucault (2005), as contradições ou equívocos que João, teima em dizer, como por exemplo, que a homofobia não é um problema grave, que o Brasil não é um dos países que mais mata LGBTs, no mundo, dentre outras falas, que me puseram à prova, a paciência e o exercício de uma escuta atenta, não só das palavras, mas dos gestos, tons de voz e olhares, que tentarei descrever ao longo deste texto, ainda que Gruzinski (2007, p.15) nos diga, o quão difícil é escrever uma história das sensibilidades: “As sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são nossos.”

Aqui, por questões de espaço, farei recortes da fala de João, para pensar um pouco sobre as reverberações da homofobia em Cubati, ditas em suas palavras, não o fazendo de forma linear, mas pensando-as a partir da negação, hierarquização e diversionismo das representações dos LGBTQIA+, percebidas por mim. Em pleno século XXI, vivemos uma “cultura dos direitos humanos”, falamos muito sobre direitos civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, no entanto, direitos sexuais e reprodutivos, ainda que façam parte do que chamamos de “direitos humanos”, nos parece que só dizem respeito a heterossexuais e suas normas de gênero.

Para tanto, os direitos sexuais e reprodutivos, são cercados pela vigilância das fronteiras de gênero, atingindo a todas, todes e todos, independente dos marcadores sociais que nos atravessam como cor, raça, gênero e condição social. É a homofobia, com suas variações, as vezes invisíveis ou mesmo, escancarada com muita violência, por vezes, subtraindo de nossas vidas, nosso sorriso, nossa alegria de viver. A homofobia é um sistema sofisticado que age a partir do uso de algumas ferramentas, como a humilhação, exclusão e a violência. Ela não acontece isoladamente, estando presente de forma interseccionada com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, para ficar nesses exemplos.

## INSPECIONANDO CONCEITOS

Em sua narrativa, João sempre aparece, tentando desconstruir e inferiorizar as políticas progressistas, dizendo por exemplo, que “a universidade foi tomada pela esquerda”. Na sutileza de suas palavras, se assume como um soldado de uma direita liberal na economia e conservadora nos costumes, representante daquilo que o governo federal tenta fazer com tanta incoerência, ao dizer “Brasil de todos”. Borrillo (2016, p.10) me ampara no que afirmo, dizendo que:

“A homofobia pode ser pensada como um consentimento social praticado por indivíduos, grupos e ideologias que pactuam em algum nível um mundo do sensível que exclui e inclui! Exclui porque o consentimento sempre pressupõe a exclusão de outras sociabilidades. E inclui porque busca, através da política do armário e do preconceito, integrar nas bases do consentimento a subalternização de alguns grupos e indivíduos.”

Meu entrevistado fala em “democracia madura”, quando governo e seus simpatizantes, instituem onde LGBTQIA+ devem estar, dentro do armário, subalternizados, fazendo parte do que chamam de “minorias”, e até somos minoria, porque somos silenciados, invisíveis. Há um claro descumprimento e negação dos direitos fundamentais como liberdade de pensamento e consciência, e fica a pergunta: Democracia madura para quem?

João começa falando que não é preconceituoso, que em sua formação pessoal sempre respeitou questões de gênero e a “opção sexual” das pessoas. Sua escorregada nas palavras, é um eco da voz dos demais HTs, e o que entendem sobre homossexualidade. Não é regra, mas os HTs, ao menos os de nosso convívio, não assumem uma homofobia afetiva (psicológica), aquela que condena com veemência a homossexualidade, no entanto, no início da conversa, João evidencia uma homofobia cognitiva (social), preconizando uma tolerância, por isso, fala que não rejeita gays, no entanto, ele e os demais que reverberam as mesmas narrativas e pensamento, não se incomodam com o fato de LGBTQIA+, não usufruírem dos direitos reconhecidos aos heterossexuais, como andar de mãos dadas pela praça, ter relações afetivas sem precisar estar se escondendo das piadas, do escárnio.

Ao falar em “opção”, de imediato o perguntei se ele também seria capaz de “escolher” ficar com homens quando quisesse, ao responder que não, entregou-nos não apenas o senso comum que expõe o preconceito, bem como o heterossexismo de nossa sociedade, que nos coloca como parte das sexualidades dissidentes. Se eles não optam por sua sexualidade, e aos LGBTQIA+, nos colocam essa condição de “escolha”, implicitamente estão nos chamando de obscenos, imorais, pervertidos, destruidores da civilização, porque nascemos “certos” e “optamos” por fugir à norma construída em um dado momento histórico e isso, João reconhece, quando fala que nossa cultura ocidental é “judaico-cristã” e que enquanto, viventes do interior, crescemos dentro dessa norma de gênero.

João me diz que sua formação acadêmica, parte de correntes de pensamentos diferentes, alguns economistas, estudam por um viés mais clássico colocando as pautas econômicas no centro de suas discussões, ainda que exista uma vasta bibliografia para além dos “manuais mofados de Chicago”<sup>5</sup>, ditos por um político que pleiteia a cadeira da presidência de tempos em tempos. Ele, em conversas anteriores, ao falar sobre questões de gênero, chegava a ser concordante com o governo no início de sua gestão, falando-nos que, os mandatários do país, sabem que a homossexualidade existe “desde que o mundo é mundo”, mas não há necessidade, segundo esse raciocínio, de estarmos evidenciando o nosso amor. Essa negação da homossexualidade está presente e repaginada na voz de João com sua “homofobia liberal”, que tomo de empréstimo o conceito de Borrillo (2016, p.76), ao dizer:

“Uma dupla ideia organiza o discurso dos liberais sobre os homossexuais: por um lado, eles consideram a homossexualidade uma escolha, cuja natureza é semelhante à de uma opinião política, de uma confissão religiosa ou de um compromisso intelectual; por outro, tal opção estaria relacionada exclusivamente à vida íntima do indivíduo. Em função desses pressupostos é que a homofobia liberal preconiza a tolerância para com os homossexuais, mas considera que a heterossexualidade é a única a merecer o reconhecimento da sociedade e, por conseguinte, o único comportamento sexual suscetível de ser institucionalizado.”

Percebe-se que a “opção sexual” dita por João não foi um lapso e sim uma máxima de seu pensamento, reforçado pela ideia de que existimos e devemos nos manter no silêncio de nossas alcovas, inclusive com alguns HTs, que transitam em nosso mundo LGBTQIA+, desde que seja, neste silêncio, desde que não se assuma bicha, desde que não saia descrevendo o seu desejo por outros buracos, o dispositivo da sexualidade dito por Foucault (2014), tanto silencia estes, como os vigia, a partir daqueles que estão à espreita para punir com as piadas de escárnio, constringendo, inibindo, impedindo-os de sua liberdade de pensamento e consciência, de manter suas relações afetivas com outros homens.

A homofobia liberal tem como mote a ideia de “tolerância”, como se fosse uma “permissão” de quem estar autorizado e é legítimo a ter seu prazer e desejo institucionalizado, o nosso, das bichas, sapas, travestis, queers, trans... não! precisamos do consentimento dos heterossexu-



ais, condicionado à nossa discricção, para poder frequentar os mesmos ambientes, ser cliente de seus negócios, fazer parte de seu mundo liberal da economia e conservador nos costumes. Esse formato de homofobia, usado dentro das dicotomias privado/público, dentro/fora, interior/exterior, é uma tecnologia discursiva que constrói e reforça uma hierarquização das sexualidades, como se fosse a dos heterossexuais, a legítima, as demais, inferiores, subalternas.

A subalternização das sexualidades LGBTQIA+, está presente também, quando João diz que “o pobre está mais preocupado com a segurança, com o uso indiscriminado das drogas” e que “a esquerda política brasileira perdeu o trabalhador pobre”, porque “a pauta identitária não interessa a ele”. Note-se que as sexualidades dissidentes, não são apenas negadas, mas denegadas, quando se hierarquiza as prioridades de um governo. Ainda que nossas lutas sejam legítimas, elas devem ficar, por essa ótica, no fim da fila. A construção de indicadores sociais que orientariam políticas públicas específicas, duela com os discursos homofóbicos liberais que estão em suas narrativas prontas para dizer de quem é a maior dor, quem merece mais atenção, qual a maior urgência, quem deve ser atendido, defendido ou abandonado.

Seriam essas agendas, inconciliáveis? Para que serve a escola, se uma de nossas alunas, lésbica e dentro do armário, abandonou os estudos, porque foi constrangida por um diretor escolar e paralelo a isso, vivia conflitos em casa, e a escola que poderia ser o lugar de amparo e libertação, silenciou, pois o espaço de discussão identitária é o privado? Por que não haver um tratamento integrado dos problemas de todo trabalhador brasileiro, seja ele hetero, homo, bi, trans ou qualquer outra sexualidade dissidente?

Os HTs em Cubati, não nos veem de mãos dadas na praça, nos beijando livremente, declarando nosso amor em público, porque estamos nos currais, nos lajedos ou no amparo da calada noite preta, recebendo como prêmio de consolação, o sexo, uma vez que, nossos direitos fundamentais são vilipendiados. Enquanto escrevo este artigo, uma amiga trans subtraiu de sua própria vida, toda a dor, que sentia, da rejeição social, de suas tentativas malogradas de entrar no mercado formal de trabalho, de não ter expectativas de vida. Precisou sair de Cubati, sua cidade natal, em razão da falta de oportunidade para ela, foi profissional do sexo, porque é isso que é oferecido, na maior parte das vezes, a pessoas com tal identidade de gênero. Quando morava na cidade, os HTs não perguntavam se ela estava bem, se precisava de alguma coisa, chegavam a mim, por saber de meu grau de proximidade com ela, para perguntar se “ela era operada”, evidenciando, quão abjeta era ela, para a cidade.

Assim, quando João afirma “eu não acredito que toda morte de gay seja por ele ser gay” e em seguida fala que o GGB<sup>6</sup> infla seus números sobre as mortes de nossas irmãs e irmãos, ele está denegando que nossas mortes, não acontecem apenas por armas de fogo ou brancas, também ocorrem, quando nos subtraem sonhos, pelo silenciamento, pela invisibilização de nossos corpos abjetos, sem políticas públicas que nos amparem.

Ao desconsiderar um trabalho científico com proposta e metodologia reconhecidas internacionalmente por parte do GGB, meu entrevistado usa de uma prática chamada de diversionismo, pela qual se caracteriza, por dizer que existem problemas maiores a ser enfrentados pelos brasileiros, apresentando argumentos fantasiosos (pesquisas que negam as mortes de motivação homofóbica) e discutindo aspectos escapistas para tentar dar um novo rumo a conversa, como por exemplo, que “o crime por motivação homofóbica é muito subjetivo”, que não há como ter certeza que tais assassinatos ocorram dentro desse espectro.

De fato, o GGB expõe números que não expressam a realidade, podendo ser ainda maiores, isto porque a entidade não recebe apoio financeiro para seus estudos, há anos, por parte do governo federal. Com tais recursos, seria possível apresentar números mais expressivos a partir da profissionalização da coleta dos dados, com possibilidade de verificação das informações junto ao Instituto Médico Legal, Polícia Técnica, Varas da Justiça, Delegacias, familiares e amigos. O que não seria interessante para um governo que nos coloca no fim da fila de suas prioridades, ou melhor, nos tira da fila, enquanto as subnotificações dos crimes e suicídios por homotransfobia estrutural, continuam a existir e a ser silenciados, com a anuência dos HTs, que diz “não é bem assim, isso é muito subjetivo”. Curioso é ter “pesquisas” com o interesse de desconstruir os números do GGB e não para ajudá-los a melhorar seu método e intensificar sua luta, a favor de uma parcela considerável da população brasileira que trabalha, que consome e que também paga impostos, que poderiam ser revertidos em políticas públicas de preservação de nossas vidas, para continuar gastando nosso pink money, tão interessante aos liberais.

## **ARGUMENTAÇÕES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Na perspectiva de uma história de abordagem cultural, pensar ou escrever sobre uma história do tempo presente, tem suas inúmeras dificuldades e limitações, pois não estou escrevendo sobre os que já morreram, eu não sei o desfecho dessa história, não posso concluir nada sobre ela, porque escrevo sobre os que estão morrendo, me refiro a uma história inacabada. Esse presente circunscrito, me coloca um perigo ainda maior que Pesavento (2014, p.93), descreve:

“Sem dúvida, tal História em curso, da qual o historiador é espectador e/ou participante, comporta riscos, como, por exemplo, o do envolvimento direto, com todo o curso de paixões e posicionamentos que acarreta, a prejudicar a distância que ele deve guardar com relação a seu objeto.”

Desta maneira, busquei fazer durante a escrita deste texto, muito mais questionamentos, que conclusões, ainda que a necessidade de refletir sobre a questão dos LGBTQIA+ na história, deva começar pelo nosso presente, antes que nos silenciem de vez, antes que nos matem, antes que nós tiremos nossas próprias vidas, por não haver discussões a respeito de nossas angústias, que não são menores por sermos heterodissidentes. Vivemos sob o signo da face mais perversa da alteridade, que é a negação, exclusão de nossas vidas, que nasce do olhar, dos gestos e pala-

bras de quem nos rejeita, repete à exaustão e quando essas tecnologias discursivas não funcionam, as masculinidades hegemônicas nos subtraem à vida, das mais variadas formas.

O final de nosso papo de boteco, consumou-se com um convite, um chamamento à direita. João fala que “as pautas identitárias teriam a ganhar se quem as defende, não se ligasse tanto à esquerda”. Talvez ele gostaria que eu fosse um Finkelstein<sup>7</sup>, que inspirou Bannon, a intensificar sua política dos afetos, a partir da construção do medo como ferramenta de mobilização social, criando inimigos imaginários que estariam prontos a destruir a moralidade, a família e até mesmo a tal cultura judaico-cristã, da qual fomos atravessados em nossa educação. Eu não sou esse tipo de bicha. Não à toa, João tocou em elementos (drogas, segurança pública) que são usados dentro de uma semântica do medo.

Wagner Moura, ator e diretor, chegou a dizer que “a mamadeira de piroca ganhou a eleição”. Essa política do temor e suas narrativas construídas com a utilização de fake news, faz com que João refira-se as pautas identitárias “de forma pueril” evidenciando uma moralização paternalista que tenta nos infantilizar, acreditando talvez, que nossos interesses, sejam restritos ao nosso gozo, quando na realidade, esta é a migalha que nos resta, já que nos é negado o amor, por parte destes agentes da sociedade ne(cr)oliberal. Pueril é esse medo de achar que vamos femininizar as instituições, que vamos emascular suas famílias heteronormativas.

Enquanto estivermos no fim da fila e as masculinidades hegemônicas, no falo, nós LGBTQIA+ não podemos esperar que, tenham a sensibilidade de elaborar políticas públicas de preservação de nossos corpos e prazeres, de nos tratar como iguais, porque tolerância, é a única coisa que nos reservam, precisamos de dignidade, reconhecimento. Ainda que tenhamos alguns direitos recém garantidos, fruto de muitas lutas em torno da palavra, ainda não estão positivados. Nesse sentido, compete-nos pensar sobre o nosso cuidado de si e a construção de uma estética da amizade, que transborde esses modelos de relação que não nos cabe e nem nos é consentido, por mais que que esteja no papel, criando a nossa resistência para (sobre)viver. Aqui me aproximo da leitura foucautiana de Ortega (1999, p.171):

“A amizade supera a tensão entre o indivíduo e a sociedade mediante a criação de um espaço intersticial (uma subjetivação coletiva) suscetível de considerar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos e de sublinhar sua interação. Processos de subjetivação dão conta da produção de formas de vida e de sociedade.”

A amizade é a relação que nos salva, que nos mantém vivos, que nos fortalece em nossas lutas individuais e coletivas. Essa arte de viver que nos é peculiar, escapa à sociedade disciplinar que nem nos acolhe com reconhecimento e quer manter-nos sob um olhar panóptico, nos vigiando e disciplinando. Nossas existências infames, circunscrevem uma estética comparada a uma obra de arte, que poucos conseguem ver em sua plenitude. Construimos nossas relações com mais liberdade, sem precisar estar submetidos aos regimes de verdade das instituições heterocisnormativas.

As nossas relações construídas dentro de uma ética da amizade, também são caracterizadas pelo poder, no entanto, elas não nos levam a um estado de dominação. Num casamento heterocisnormativo, em geral ou com raríssimas exceções, o casal abandona seus amigos e vida de solteiro, sendo atravessados por essa cultura judaico cristã que disciplina tais corpos, para o que eles dizem com tanto orgulho – “família, projeto de Deus” – enquanto nós somos inteiramente abertos a construir outros laços, inclusive adotando as crianças que os heteros abandonam ao nascer.

Pueril, é acreditar que nós, LGTQIA+, vamos viver entretidos, comprando, bebendo, festejando, rindo, transando e deixando de lado, nossos direitos fundamentais e o mais óbvio, nossa humanidade. Nossos corpos não fazem silêncio, mesmo quando nos matam. Nossos corpos lutam e fazem coro a nossa voz, enfrentando os preconceitos com solidariedade, não apenas contra a homofobia, mas dando-nos às mãos contra o machismo, contra a misoginia, contra o racismo e outras formas de discriminação. Enquanto João diz, que não se interessa nem procura saber de nossas lutas ou porque Marielle morreu ou quem a matou, nos damos as mãos, por ter a sensibilidade de pensar que todas as vidas importam, muito além da preocupação egoísta da “família como projeto de Deus”, cuja importância só atribui aos que estão dentro de suas confortáveis casas.

## NOTAS

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Professor da rede pública municipal de Cubati-PB.

1 Aqui me aproximo de Daniel Borrillo (2016) que define heterossexismo como uma forma de dominação, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior;

2 Fiz uma escolha pela sigla por considerar necessária para representar as diversas orientações e identidades sexuais, sem dar preferência para uma especificamente;

3 Lê-se “agatê”;

4 João, nasceu em Cubati, mas foi a Campina Grande cursar economia na UFCG. Eu sou natural de Campina Grande e passei num concurso municipal, para a prefeitura de Cubati em 2008, onde tenho residência até o presente momento;

5 Ciro Gomes (PDT), começou a combater fortemente as “políticas de estado mínimo” e a defender um estado capaz de construir um planejamento de longo prazo, definindo políticas de desenvolvimento para o país; Crítico contumaz da política econômica do atual governo federal, que tem Paulo Guedes, como um grande ícone da economia, sendo reverenciado por economistas de formação acadêmica, bem como de grandes empresas que são beneficiadas com suas práticas liberais;

6 O **Grupo Gay da Bahia** é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC); Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e desde 1998 a Secretaria de Saúde da mesma. Sua organização é realizada por doutores em Ciências Sociais e Antropologia da UniAGES e UFBA, garantindo

um respaldo científico sobre os dados de seu relatório anual de mortes violentas por motivações homo-transfóbicas;

7 Arthur Finkelstein foi um articulista político norte-americano, e mesmo sendo gay e tendo uma família fora dos padrões heteronormativos, foi o produtor de uma tática usada em eleições norte-americanas de criar inimigos imaginários para arregimentar votos. Sua estratégia foi intensificada mais recentemente por Steve Bannon, que participou como consultor político das eleições para presidência aqui no Brasil;

## REFERÊNCIAS:

BORRILLO, Daniel. **Homofobia e crítica de um preconceito**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira 1. Ed.; 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. – (Ensaio Geral, 1).

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque**. 1ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GGB – Grupo Gay da Bahia. Relatório anual de mortes LGBTI+. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 23/12/20

GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”; PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 7-21.

LARROSA, Jorge. **Tremores. Escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 15-34. “Notas sobre experiência e o saber da experiência”.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**/3ª ed. rev. e ampl.; 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2020 – Série Cadernos de Diversidade.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª ed.; 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOARES JR., Azemar dos Santos; ANDRADE, Vivian Galdino. **Escritas do sensível**. Experiência, história cultural e práticas educativas. João Pessoa: Ideia, p. 9-16.

# “PARA PESSOAS DE BOM GOSTO”: A DIFUSÃO DE PRÁTICAS HIGIÊNICAS NO ALMANACH DE ROSS COM ORÁCULO NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Ana Karoline Lima de Morais

## RESUMO

O presente artigo visa analisar as práticas de higiene difundidas para a população nas propagandas do *Almanach de Ross com Oráculo* entre as décadas de 1920 e 1930. Este periódico de pretensão de circulação nacional tinha por objetivo propagandar os produtos comercializados pela empresa de origem norte-americana *The Sydney Ross Company*. Embora o periódico inicialmente tivesse focado na difusão de medicamentos desse laboratório, encontramos a partir da década de 1920 a inserção de produtos de higiene em seus anúncios. Estes produtos deveriam ser inseridos no cotidiano da população e torna-se um hábito frequente atendendo não apenas ao interesse das empresas farmacêuticas, mas também dos médicos higienistas que viam no asseio um dos principais fatores de mudança de melhora na qualidade de vida da população. Neste sentido, analiso os meios utilizados pelo periódico para difundir estes novos produtos, sobretudo em um período que o asseio do corpo ainda não fazia parte do cotidiano da população no geral. Percebo que um dos principais argumentos elencados nas propagandas é a associação entre higiene e moral. Pessoas que cuidavam do asseio do corpo seriam, de acordo com as propagandas, não só elegantes, mas moralmente elevadas. Para isso me apoio no conceito de norma trabalhado por Michel Foucault (2010) e nas considerações de Alain Corbin a respeito da mudança na percepção dos odores nas sociedades ocidentais (1987). Compreendo como a difusão destes hábitos higiênicos ligava-se principalmente a um novo projeto de nação e de sua população que deveria ser higiênica, moral e sobretudo normalizada.

**Palavras-chave:** higiene, saúde, almanaques de farmácia.

## INTRODUÇÃO

Difícil mensurar a relevância dos almanaques de farmácia para pensar a história da saúde no Brasil, esses pequenos folhetos que traziam em seu interior propagandas de medicamentos e conselhos sobre a saúde, além de calendário de festas, anedotas, piadas e até o horóscopo, marcaram o início do século XX no Brasil, enquanto impressos populares e de fácil circula-

ção – uma vez que eram distribuídos de forma gratuita e não vendidos –, levaram para os lares brasileiros conselhos sobre saúde, higiene e comportamentos tidos como desejáveis a partir da visão dos médicos higienistas, que tinham por objetivo de difundir para a população aquilo que era tido como normal.

Aqui analisarei os anúncios dos produtos de higiene da empresa The Sydney Ross Company. Instalada no país em 1920, esta empresa adequou-se aos moldes de propagação dos medicamentos no país e distribuiu o seu próprio almanaque o *Alamach Americano de Ross com Oráculo*. Não há informações sobre o ano de início que o periódico passa a circular no Brasil, mas o próprio periódico, nas saudações da edição de 1928 aponta aquela edição como a sua trigésima sétima e, portanto, um marco. Por ser compreensível que o almanaque já existia muito antes da instalação do laboratório no país, é possível supor que conforme a empresa se instalasse em alguma nação, sobretudo da América-latina, ela estendia suas edições e levava o periódico à nova nação.

Editados anualmente, estes impressos, como aponta Patrícia Park (1999,p. 77) eram distribuídos pelas empresas farmacêuticas para as farmácias e lá eram ofertadas aos clientes e distribuídos pelo país. Por serem editados pelas empresas de medicamentos, os almanaques priorizavam em seus conteúdos a comercialização dos medicamentos e produtos de higiene e beleza destas companhias, ou seja, visavam sobretudo conquistar seus leitores com o objetivo de vender produtos. Logo, estes periódicos e suas propagandas divulgavam um novo modo de vida e um outro tipo de sujeito alinhado ao já mencionado objetivo do lucro para essas empresas, mas também ligados ao saber-poder médico e científico como etapa principal para se obter uma vida melhor e mais saudável. Vendia-se saúde e também subjetividades.

Em um momento em que o acesso a saúde e à própria figura do médico eram difíceis para boa parte da população, esses periódicos de destacaram enquanto guias de saúde, higiene e de comportamentos também, uma vez que era apontado as práticas que deveriam ser incorporadas no cotidiano da população, sobretudo em relação aos cuidados com a saúde e a higiene. Assim os almanaques também de mostraram como “um auxiliar potente dos médicos, higienistas, dos farmacêuticos e do próprio discurso publicitário” (MORAIS, 2020, P. 229), contribuindo para a vulgarização desses conhecimentos entre as camadas populares e, principalmente, aquelas que habitavam o meio rural.

Os produtos de higiene pessoal se destacam nestas propagandas, pois nestes anúncios não eram difundidos apenas estes artefatos, mas também um novo modo de vida que deveria ser incorporado nos hábitos da população a ponto de transformar suas práticas e também sua moralidade, uma vez que a higiene é associada, nestes anúncios, a uma retidão moral elevada e só as pessoas que estivessem em dia com o asseio corporal seriam cultas, disciplinadas e civilizadas. Assim, a atenção para o corpo e seu asseio mostra-se como um ponto principal das propagandas de produtos de higiene corporal

Sabonetes, talcos, pastas de dentes e cremes hidratantes, além de outros produtos, fazem parte do cotidiano da maioria da população hoje em dia, quando se trata de cuidados com a higiene pessoal. Além desses, tantos outros se fazem indispensáveis para manter o corpo limpo e cheiroso. Nas propagandas dos almanaques das décadas de 1920 e 1930 é possível acompanhar a introdução destes produtos que tratam do cuidado com a higiene do corpo, hábito este ainda pouco comum que fazia parte da procura por uma modificação dos costumes aliados à modernização e ao progresso da sociedade. Estando associados ao higienismo e à medicina, é nestes anúncios que vemos as principais ofensivas deste saber na procura da melhoria da saúde da população.

Por ser hoje em dia tão comum e tão “natural” dentro de nosso cotidiano, a higiene pessoal não emerge, inicialmente, aos nossos olhos como um fator histórico e de difícil implementação nos costumes da população. Entretanto, a incorporação desses hábitos na sociedade foi alvo de embates e disputas entre os meios científicos possuidores da verdade e a população tida como ignorante por estes homens de ciência. Mas não se engane, caro leitor, segundo Alan Corbin (1987, p. 201), mais do que algo natural e orgânico do ser humano, a higiene pessoal e sua propagação foram frutos de uma mudança na percepção olfativa ocidental que acarretou alterações drásticas, sobretudo no ocidente.

Tornar limpa não só a casa, mas também as roupas e o próprio corpo, cuidar para que os odores corporais se manifestem cada vez menos, passou a ser uma preocupação que todos deveriam ter, gradativamente. As primeiras décadas do século XX tinha-se a imagem de que a higiene pessoal seria principal sinônimo de civilidade e moralidade. Sim, caro leitor, limpar-se foi divulgado como moralizar-se e a medicina, um meio de modificar a moral e os costumes da população. Higiene como fator que favorece a manutenção da saúde assim aponta Vigarello (1996, p. 186).

Esta nova maneira de perceber os odores gerou modificações nos costumes com o auxílio de saberes científicos, sobretudo a química e a medicina. Sendo a medicina a principal ciência desenvolvida no Brasil no início do século XX foi dentro deste saber que essa nova mutação sensorial em relação aos odores ganhou mais espaço e difusão. As propagandas dos almanaques difundiram tais práticas de asseio corporal, assim como tiveram de estimular uma nova conduta moral na população e em sua subjetividade, uma vez que a higiene estava associada não apenas ao asseio do corpo, mas também com uma certa retidão moral.

## **LIMPOS, HIGIÊNICOS E SAUDÁVEIS:**

Os periódicos tratavam de difundir a higiene corporal como um fator importante para manter o organismo saudável e robusto, seus artigos e propagandas em alguns momentos não citam diretamente seus produtos como potenciais auxiliares do asseio, mas basta o leitor passar as



páginas do almanaque que é possível ver a variedade de produtos que o laboratório The Sydney Ross Company possui para dar conta da higiene da população. São sabões e talcos com diversos aromas e voltados para todos os membros da família. Seja na infância ou na velhice, cuidar da higiene pessoal mostra-se como algo indispensável através as propagandas dos produtos:



Fonte: *Almanach de Ross com Oráculo*, 1928, p. 19.

Na propaganda do final da década de 1920, foi apresentado aos leitores do almanaque o *Sabonete Ross* através de uma imagem em que dois homens e duas mulheres exibindo seus corpos tonificados em pequenos trajes de banho, faziam a propaganda do sabonete. Estes personagens parecem constituir uma família, sobretudo a proporção que estão o homem e a mulher da esquerda e as duas outras figuras que estão à direita. Os primeiros são claramente mais altos e tem o corpo mais desenvolvido que os outros dois. Enquanto a primeira mulher se hidrata, o primeiro homem volta-se e dirige o olhar para os adolescentes dispostos do lado direito da imagem. Ele lança um olhar fixo e sério para os outros dois personagens como se vigiasse os dois e seus atos. A menina que está entre o homem adulto e ao outro que possivelmente é um adolescente como ela, leva à boca do rapaz mais novo um copo com o que poderia ser água ou qualquer outro líquido hidratante, enquanto o jovem inclina-se para beber o que lhe está sendo oferecido.

Perceba que o homem encontra-se mais elevado que todos os personagens da imagem, ao mesmo tempo em que seus músculos também estão mais delineados que o de qualquer outra figura. Ele transmite uma ideia de virilidade, passando a ideia de que higienizar-se, assim como frequentar espaços de lazer não altera nem diminui a masculinidade. Todos estão posicionados acima do nome “Ross” e cada um ocupa uma letra da palavra, ao fundo da imagem é possível ver o que aparentemente é o mar onde acima está a frase *Certificado puro* referindo-se ao produto e à marca.

Esta imagem serve para explicitar que o corpo exercitado, saudável e habituado aos exercícios físicos é também o corpo limpo e higienizado. Tanto a limpeza quanto a atividade física

são sinônimos de modernidade e civilização. O momento da construção de praias e balneários enquanto espaço de lazer e diversão, assim como a exibição dos corpos atentou para o cuidado com a estética corporal no momento que este se desnuda, os discursos médicos e higienistas atentam para a higiene corporal, ambos mostram uma nova percepção do corpo, este mostrado como algo que precisa constantemente de cuidado seja para mantê-lo esbelto, seja para mantê-lo limpo, ambos são igualmente importantes e se ligam à saúde.

O corpo é, portanto o alvo desses saberes que investem sobre ele buscam modificá-lo, esquadrinhando-o. É, portanto como aponta Foucault (1982): “superfície de inscrição dos acontecimentos”, espaço onde estes saberes científicos como a medicina, a higiene, a educação física entre outros, buscaram atuar para fazer nascer um novo indivíduo de acordo com as demandas sociais, econômicas e culturais do momento.

As propagandas de produtos de higiene não estavam alheias ao que se passava na sociedade e, por mais que tivessem o objetivo de introduzir novos hábitos e costumes na população elas não deixavam de reiterar alguns lugares sociais para os sujeitos, sobretudo no tocante ao gênero e as posições na sociedade que homens e mulheres devem ocupar, por vezes é possível perceber a reiteração dessas posições por meio das propagandas, tudo para que a venda do produto esteja garantida e, os possíveis compradores, satisfeitos:



**Fonte:** *Almanach Americano de Ross com Oráculo*, 1929, p. 13.

Nesta propaganda do final da década de 1920, vemos um homem de uma mulher em trajes esportistas, mais especificamente de tênis, simbolizada pela raquete na mão da mulher. Enquanto a mulher aparece sentada e voltada para o homem que aparece em pé atrás dela, ambos se olham e sorriem abaixo das suas figuras emerge a frase: *Os sportmen conhecem e apreciam o Talco Ross*, deixando claro a qual das duas figuras o anúncio se destina.

O mais emblemático neste anúncio é, sem dúvidas a atenção que é destinada ao “*sportman*” figura que, naquele momento, era tida como símbolo de beleza, saúde e masculinidade como aponta Santanna (2014, p. 49). Ainda como aponta esta autora, a figura do sportman foi evocada no início do século XX, para ressignificar o padrão de beleza masculino e associá-lo a um modo de vida próxima à prática de esportes, ao corpo esbelto e a aparência saudável, associando a beleza masculina ao esporte e às atividades físicas e, sobretudo, à saúde.

Este *sportman* divulgado na propaganda do Talco Ross é, acima de tudo, asseiado e limpo, sobretudo após cumprir com seus exercícios que tanto marcam sua vida saudável, mas é necessário atentar-se para o fato que os cuidados com a limpeza corporal é também o cuidado com a saúde, de nada adianta praticar esportes e exercícios físicos no geral e não dar a atenção ao asseio após tais atividades, a sujeira também pode carregar doenças, assim como um corpo limpo e cheiroso passava a ser divulgado como o desejável naquele momento, dentro daquilo pensando enquanto normal.

O uso da figura do sportman, assim como da mulher ao seu lado não é algo desinteressado, uma vez que era necessário estimular nos homens o gosto pelo asseio sem questionar ou desestabilizar a sua masculinidade, assim apela-se para a figura símbolo da masculinidade naquele momento, o sportman, e ainda reforçam com a figura feminina do seu lado que sorri para ele e o prefere no lugar daqueles homens que não ligam para sua limpeza e odor corporal.

Percebe-se que as propagandas constroem um lugar para determinados sujeitos ao qual o produto se destina. Só assim é possível que a propaganda atinja o leitor, o faça refletir se se encaixa neste perfil proposto ou não. É um modo de endereçamento que visa afetar o público alvo e o fazer consumir determinado produto. Este lugar de sujeito construído não está alheio aos mecanismos de poder e, no caso desta propaganda, reitera as construções de gênero, tal como assinala Ellsworth (2001, p. 15).

Para que o leitor fizesse uso do talco proposto seria necessário que se sentisse um sujeito masculino e não enxergasse o odor do talco como algo não capaz de questionar o seu lugar de sujeito masculino, mas de reforça-lo. A propaganda se dirige a esses novos sujeitos masculinos que se quer tornar regra; esportistas, saudáveis e também cheirosos e limpos, sem questionar seu lugar enquanto homens na sociedade. Seria possível assumir essa postura diante do asseio corporal e continuar um homem viril. Portanto, as propagandas também visavam educar e moralizar seus leitores.

Em um momento no qual a aparência vai emergir como um ponto chave para as pessoas enquanto símbolo de civilização e modernidade, fator que nos aprofundaremos no próximo tópico, possuir roupas desgastadas, surradas, velhas e mal cheirosas por causa do suor que as impregnavam, seria um sério atentado às normas da boa etiqueta. O corpo e seus suores são expostos como extremamente prejudicial a ideia de população civilizada. Deste modo, seria precisa adestrar e conter os suores para que estes não danifiquem a aparência da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível encontrar, nestes anúncios de sabão e sabonete uma ação moralizante que atinge o corpo o penetra tornando-se “natural”. Não em vão um almanaque de 1928 aponta que o sabonete de Ross é “[...] um habito distinto entre as pessoas de bom gosto” (1928, p. 21). Tratar do asseio do corpo não é unicamente uma ação higiênica, mas uma ação moral e das mais elevadas. É disciplinadora, pois mantém a ordem e o bem-estar. As pessoas que não se preocupam com seus odores corporais e não cuidam da sua higiene são ameaças a norma social. Este pequeno aviso serve para lembrar as camadas menos abastadas que elas podem – e devem – incorporar no seu cotidiano os hábitos higiênicos das elites se quisessem civilizar-se e estar de acordo com os preceitos da modernidade.

A limpeza mostra, neste sentido, enquanto um princípio indispensável e sinônimo de elegância é o que nos mostra Corbin (1987, p. 233). Ela deve perpassar o corpo em todos os seus aspectos, nas roupas, nos banhos diários, na limpeza constante de partes específicas do corpo como as mãos, mas ela vai além da lavagem, deve persistir mesmo após o banho, sua presença deve ser sentida pelos odores agradáveis que devem emanar do corpo, longe do fedor do suor. Por fim, percebe-se que tais propagandas reforçam a higiene corporal para os seus leitores, sobretudo enquanto uma prática elevada, destinada somente aqueles de bom gosto e abertos aos novos costumes trazidos pela modernidade.

Neste sentido, os anúncios se utilizaram da pedagogização de seus leitores para estimular não somente estes novos hábitos de higiene, como também o consumo de seus produtos que garantiriam, de fato um bom asseio corporal. Essas propagandas reforçavam não só a higiene corporal, mas estimulam lugares de sujeitos generificados ao propagar também performances de gênero para o que era tido como normal para os corpos. Vemos, nesse sentido como a sociedade da normalização da qual nos fala Foucault (2010, p. 215), atua nos mínimos detalhes do corpo e da existência buscando criar sujeitos dóceis, úteis e saudáveis e higiênicos para a nação.

## REFERÊNCIAS

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 09-76.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MORAIS, Ana Karoline Lima de. A saúde que cabe nas mãos: reflexões sobre os almanaques de farmácia e a pesquisa história. *In*: SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; ANDRADE, Vivian Galdino de (org.). **Escritas do sensível II**: Práticas educativas, e História Cultural. São Paulo: E-manuscrito, 2020. p. 235-245.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 1999.

SANTANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma História da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

# QUANDO A ESCOLA IA ÀS RUAS: DISCIPLINA ESCOLAR E EXIBIÇÕES PÚBLICAS DO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO (1912-1930)

Iury Gabriel Amorim de Araújo  
Azemar dos Santos Soares Júnior

## RESUMO

A escola desenvolvia um papel central no projeto de sociedade disseminado durante Primeira República. Através dela era possível educar as novas gerações, ou ao menos parte dela, para atender às demandas daquele tempo que se tentava construir, aos ares republicanos. Nesse sentido, cada vez mais buscava-se retirar as crianças das ruas, as moças das janelas e cabeceiras e os direcionavam às instituições escolares. Dentre elas uma das principais porta-vozes da educação republicana eram os Grupos Escolares. E esse movimento não era unidirecional. Tal como era de interesse que, desde a tenra idade, os meninos e meninas fossem disciplinados pelos estabelecimentos de ensino, por sua vez, esses também deveriam servir de modelos de divulgação da escola republicana e de seus preceitos para a sociedade. Assim, eram potenciais modelos do discurso de ordem e da disciplina escolar para além dos muros da instituição. A escola preocupava-se então em moldar os educandos para exibir um comportamento intencionado à remeter ao que considerava como uma boa conduta moral, física e intelectual, e que se fazia em nome do progresso da pátria. Nesse sentido, tomamos por objetivo neste trabalho problematizar formas de exposição pública do *Grupo Escolar Felipe Camarão*, no município de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, durante o período da Primeira República. Buscamos então destacar atividades como passeios e festas escolares em que esta instituição promovia e exibia seus alunos publicamente para servir de exemplo de conduta disciplinar à população da cidade. Para tanto nos apropriamos do conceito de estratégia preconizado por Michel de Certeau (2008), na compreensão de disciplina empreendido por Michel Foucault (2014) e na definição de cultura escolar conforme Viñao Frago (1995). Metodologicamente analisamos os registros relativos à temática contidos nos Livros de termos de visitas e exames da instituição. Documento no qual se produziam descrições sobre essas atividades escolares. Tais escrituras eram mantidas preservadas para servirem de prova durante as inspeções escolares. Consideramos assim que as aparições escolares públicas eram estratégias utilizadas pelo estabelecimento de ensino para divulgar um ideal de cidadão republicano como forma de educar a população da cidade para seguir o modo considerado ideal e civilizado de se apresentar e de se comportar preconizado pela disciplina escolar.

**Palavras-chave:** Disciplina. Corpo. Festas escolares. Passeios escolares.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Onde estavam as crianças potiguares durante a Primeira República? As respostas podem ser diversas. Nas janelas, em suas cabeceiras e penteadeiras, nos cômodos escuros de suas casas, nas plantações, nas ruas, em instituições religiosas ou educacionais. Muitas são as opções. Mas no que se refere à sua presença na escola é possível dizer que ainda estavam ingressando em escala crescente. As primeiras décadas do período republicano marcou no Estado do Rio Grande do Norte um período de expansão da rede escolar primária. E isso acarretou o aumento gradativo da escolarização de crianças de diferentes idades e localidades. E uma das formas de executar a expansão escolar no Estado foi pela criação de Grupos Escolares.

Enquanto formato de instituição modelar para a instrução pública na época esses estabelecimentos de ensino se concretizavam também como uma proposta fundamental para a construção do ideário republicano. A criação e disseminação dessas propostas de escolas em coexistência a outros formatos marcou o que podemos chamar de o início de uma nova era no cenário educacional, como nos explica Antonio Carlos Pinheiro (2002) ao se referir sobre o que denominou de “Era dos Grupos Escolares”. Para sua criação aquelas escolas deveriam ser previamente projetadas ou reformadas para possuírem uma arquitetura que promovesse a racionalização do espaço interno, com espaços para as aulas, sala para a diretoria, pátio para atividades recreativas e para que os alunos tomassem sol e ar puro, jardins, espaços para higiene dentre outros que fossem necessários para promover um bom desenvolvimento das aptidões intelectuais, físicas e morais dos escolares (Cf. PINHEIRO, 2002).

Durante a Primeira República muitas modificações puderam ser percebidas no cenário educacional levando em consideração o desenvolvimento dessas instituições nas diferentes cidades e capitais do país. No **Estado** do Rio Grande do Norte não foi diferente. Desde o ano de 1908 uma série de Grupos Escolares foram erguidos ou instalados em prédios possíveis de serem adaptados em diferentes cidades ao longo do território potiguar, como explicam Crislane Azevedo e Maria Inês Stamatto (2012). Neles os professores deveriam instruir suas crianças conforme os métodos mais modernos que fossem indicados pela Diretoria da Instrução Pública. E como parte dessa expansão de instituições escolares no **Estado** do Rio Grande do Norte foi criado o ano de 1912 o *Grupo Escolar Felipe Camarão* na cidade de Ceará-Mirim. Inaugurava-se então um período de abertura de instituições escolares republicanas naquela cidade e parecia ser aquele estabelecimento o principal porta-voz escolar da República no município (Cf. ARAÚJO; STAMATTO, 2019).

Aquela escola se destacou de diferentes maneiras de todas as outras propostas escolares já existentes ou extintas em Ceará-Mirim. Por meio dela novas propostas de atendimento escolar passaram a existir na localidade. Representou ser a primeira possibilidade de matrícula de meninas em um estabelecimento especificamente construído para ser uma escola, dividindo ainda espaço com turmas masculinas. Antes disso as alunas estudavam em cadeiras isoladas nas suas

casas ou nas casas de suas professoras. Bem como nela também ocorreu pela primeira vez a inserção de crianças de tenra idade e criação de um jardim de infância na cidade (Cf. ARAÚJO; STAMATTO, 2018).

A escola da República propunha o quanto antes transformar os seus escolares em modelos de um ideal cidadão republicano visível, reconhecível e de longe possível de ser identificado. Preocupou-se em difundir um discurso em que demonstrava propor a transformação dos escolares, rejeitando a forma como eram tratados em períodos anteriores. A aparência de um aluno fisicamente atrofiado, esguio, pálido, curvado e forçado a desenvolver-se com maior ênfase nos aspectos intelectuais deveria ser combatido naquele contexto e isso estava claro nas legislações educacionais da época como no *Código de Ensino* (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p.102) que determinava que o ensino primário deveria ser “[...] proporcionado às condições physio-psychologicas do educando, com triplice fim intellectual, moral e physico, consoante a pedagogia experimental e processos da pedologia”.

Mais que alcançar essa proposta de formação de escolares cidadãos republicanos, o Grupo Escolar tinha então de realizar atividades para além dos seus muros para que alcançasse um público maior. Interessava então educar a população local. Dessa forma os alunos adentravam o estabelecimento de ensino para apropriar-se de uma série de conhecimentos. Ao mesmo tempo em que deveriam expurgar de seus corpos e mentes aquilo que era considerado no discurso escolar como inapropriado. Podemos dizer assim que eram então submetidos a processos de esquadramento e disciplinarização de seus corpos, de acordo com Michel Foucault (2014). A essa óptica o escolar era então fabricado. Mais que isso, eles também tinham de servir de modelos para a sua comunidade, contribuindo para a divulgação dos preceitos e resultados da escola da República. Vejamos então algumas das ações estratégicas utilizadas pelo Grupo Escolar para atender a esse fim.

## APRESENTAÇÕES ESPETACULOSAS: AS FESTAS ESCOLARES

As festas escolares eram recorrentes nos anos letivos do *Grupo Escolar Felipe Camarão* e aconteciam em diferentes datas. Uma delas era o *7 de setembro*, quando se comemorava a *Independência do Brasil*. Para isso naquele dia do ano de 1921 reuniram-se os alunos e professores no estabelecimento de ensino cedo da manhã.

Às seis (6) horas, reunidos noventa e oito (98) educandos com os respectivos professores, em frente á fachada do Grupo Escolar, foi içada a Bandeira, ao som do entusiastico “Hymno Nacional”. Após o Hymno, os trez cursos deste grupo, todos uniformizados, deslisaram em passeata, com muita ordem, pelas principais ruas desta aprasível cidade. Chegados ao edificio do grupo, e presentes, além de professoras, alumnos e muitas pessoas gradas, achava-se o Presidente da Intendência em exercício, convidado pela Directoria do mesmo grupo. Presidiu às oito (8) horas á festa de caracter aclamativo [...] (LIVRO DE TERMOS DE VISITAS E EXAMES, 1921, p. 17).



E essa não era a única festividade escolar realizada anualmente em que os alunos saíam do interior da escola para desfilar na cidade. Uma outra comemoração comum no calendário escolar era realizada no fim do ano e era conhecida como *Festa da Bandeira*. Vejamos um pouco do que se descrevia nos termos daquela festa no ano de 1930:

Ás 16 uma passeata cívica, composto dos alumnos do grupo, guiada pelo Auriverde Pendão, percorreu as ruas da cidade, estacionando e, todos os pontos em que tremulassem, ao topo dos mastaréis, bandeiras da nossa amada-terra. Durante estas estações, alumnos, em recitativos allusivos, saudavam-na as cheias de entusiasmo, incutindo a todas as presentes o sentimento de veneração por este symbolo que é o retrato perfeito da pátria, que nos viu nascer (LIVRO DE TERMOS DE VISITAS E EXAMES, 1930, p.82).

Essas eram então festas escolares que estavam determinadas na legislação escolar da época. Logo, compreendemos que uma vez apropriadas e realizadas anualmente pelo estabelecimento de ensino, caracterizava-se enquanto uma *estratégia* para difundir valores, resultados da formação escolar e conteúdos para a população por meio da apresentação dos educandos e de seus professores. De acordo com Michel de Certeau as estratégias podem ser compreendidas como “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2008, p. 102). Logo, pelas festas se operavam discursos a serem propagados na localidade e apreendidos pela população. E por sua vez ainda tinham respaldo legal, estavam amparadas pelo *status* de atividade institucional regulada pelo Estado.

Por meio das festas mencionadas, dentre outras que poderiam ocorrer, diferentes aspectos formativos eram expostos para a apreensão dos populares e eram tratados pela escola como importantes e necessários à República. Um desses elementos era a devoção aos símbolos da pátria. A fachada do edifício escolar era marcada pela presença do pavilhão nacional que era içado publicamente, enquanto os alunos entoavam o hino nacional, demonstrando assim que conheciam e respeitavam aqueles símbolos. Demonstrava ainda que eles deveriam ser compreendidos enquanto símbolos tão importantes que as atividades festivas só poderiam ser iniciadas com a realização daquelas cerimônias de reverência.

Pelo registro notariado destacava-se ainda a necessidade de que essas cerimônias fossem feitas com a presença de pessoas de importância social da cidade e também aos olhos de populares. Assim era uma forma de demonstrar que todos seriam alvo daquelas atividades e que todos deveriam aprender com os educandos-modelos enquanto eles exercitavam aquilo que lhes era ensinado cotidianamente na escola. O que demonstra que a festa era um momento que buscava centralizar a sociedade para a ocasião, chamava-lhe atenção, tentava fazer parar as suas atividades corriqueiras para vivenciá-la.

Durante os desfiles os alunos percorriam as ruas da cidade, exibindo seus uniformes limpos e sua capacidade de marchar ordenadamente enquanto cantavam hinos, demonstrando assim a capacidade de organização e o esmero da instituição escolar para com seu alunado. Por sua vez esses teriam que garbosamente saudar nos diferentes locais da cidade as bandeiras que estivessem hasteadas. Assim os moradores e trabalhadores das diferentes localizações da cidade poderiam perceber e aprender com os alunos sobre o civismo e sobre a necessidade de manter-se higienizado, limpo, de evitar a sujeira que poderia ser prejudicial ao corpo. A festa demonstrava ter como objetivo atingir o máximo de pessoas possíveis e transmitir tais valores. Nesse sentido Bencostta (2006, p. 313) contribui para esse entendimento ao explicar que:

Os desfiles patrióticos dos grupos escolares são vistos como uma forma de imprimir sentimentos cívicos, principalmente pelo fato de as autoridades de ensino responsáveis pela sua organização compreenderem essas celebrações como co-participantes da organização de sentido de comunidade escolar frente à vida social.

Além disso, Azemar Soares Júnior (2019) contribui também para a compreensão desses desfiles quando explica que naquele período existia a necessidade de demonstrar que a escola estava alinhada ao discurso higienista da época. Assim as práticas de cuidar do corpo mantendo-o limpo e saudável apresentadas através da escola na exposição dos seus alunos nos desfiles escolares era uma maneira de demonstrar que aquela instituição era também um lugar de cuidar da saúde, e, portanto, de zelar pela vida dos cidadãos republicanos desde a infância (Cf. SOARES JÚNIOR, 2019). Dessa forma ficava claro que festejar civicamente possuía interesse educativo e era então parte da estratégia adotada pelo Grupo Escolar que as desenvolvia. Que por sua vez pretendia que aquelas práticas fossem amplamente apreendidas pela sociedade.

## **DAS SALAS ÀS RUAS: PERCURSOS TRILHADOS E A CONSTITUIÇÃO DE PARTE DA CULTURA ESCOLAR**

Não era apenas durante as festas que a presença dos escolares tomava conta das ruas, praças e demais espaços públicos da localidade. Durante a realização de atividades como os passeios escolares os educandos também eram ensinados e, ao mesmo tempo, propagadores da disciplina e de valores que lhes eram ensinados no Grupo Escolar. Exemplo disso podemos identificar no *Livro de termos de visitas e exames* da instituição do ano de 1920, quando se descreveu que os alunos dos cursos infantil misto, masculino e feminino tiveram uma aula pública em meio a praça central da cidade. Notariou-se:

Tendo o Grupo Escolar “Felippe Camarão” recebido uma circular sob nº2, datada de 20 de abril findo, do dr. Henrique de Azevedo Junior, chefe de Culturas, oferecendo as machinas agricolas d’aquella repartição para serem aproveitadas em demonstrações praticas num dos passeios escolares. O diretor do grupo respondeu agradecendo e aceitando o referido ofereci-

mento. O local escolhido foi a Praça “Barão de Ceará-Mirim”, em frente ao edifício do grupo. Às sete e meia da manhã, com a presença do Presidente e membros do Conselho Escolar, professores e alunos, agricultores e pessoas gradadas do município, teve início a lição sobre machinas agrícolas, explicada pelo dr. Henrique de Azevedo Junior (LIVRO DE TERMOS DE VISITA E EXAMES, 1920, p. 7).

Pelo menos dois aspectos chamam atenção nesse registro. Um deles é que os alunos não estariam sozinhos durante aquele passeio escolar, que tinha como objetivo a realização de uma aula sobre o aparato tecnológico agrícola da época. Mas naquela mesma praça a população observava os alunos durante a realização de uma lição. E por meio da apresentação de materiais concretos a escola demonstrava-lhes a importância e necessidade do trabalho e da formação escolar enquanto elementos que dignificavam o cidadão. Era então uma aula espetáculo.

Outro aspecto a ser destacado é que o passeio escolar demonstrava ser mais uma forma de apresentar para a população que aqueles escolares estavam sendo educados a partir de métodos considerados modernos. E dessa maneira a escola apresentava que eles poderiam se desenvolver para no futuro contribuir para o progresso de seu país. Nesse sentido os passeios escolares serviam para o desenvolvimento de atividades de caráter prático, para atender aos pressupostos pedagógicos da época, com ênfase no método intuitivo, por meio dos sentidos, da observação e dos exercícios concretos, do toque, da observação, enfim dos sentidos, demonstrando a apropriação de práticas escolares indicadas na legislação da época (Cf. STAMATTO; SOBRINHO; ARAÚJO, 2020). Além desses os exercícios físicos também eram corriqueiros nesse tipo de atividade escolar, vejamos parte do termo do passeio escolar do mês de julho de 1926:

Aos 30 de julho de 1926, realizei com os alumnos deste grupo, um passeio escolar, no campo de foot-ball, onde executei todas as disciplinas de acordo com o programma por mim estabelecido.

O programma constau do seguinte: Lições geraes sobre Physica, Geographia e Lições de Coisas, respectivamente, para os cursos complementare mixto, elementar masculino e feminino e o infantil mixto. Após succederam varios jogos escolares e esportivos (LIVRO DE TERMOS DE VISITAS E EXAMES, 1926, p.49).

Mas nem sempre os passeios eram realizados nas redondezas do prédio escolar. Por vezes os alunos eram deslocados a pé para sítios, fazendas ou engenhos mais distantes do centro da cidade para a realização de atividades. Como ocorreu no de 1926, descreveu-se no *Livro de termos de visitas e exames do Grupo Escolar Felipe Camarão*:

Em obediência á lei do ensino, realizei, com um total de 60 alumnos um passeio escolar no engenho “União”, propriedade excelente do Cel. Felismino do Rego Dantas de Noronha, onde levei a effeito as lições geraes do costume, como tambem todos os exercícios e jogos recomendados. Recebemos do distincto proprietário as mais elevadas considerações pelo que ficamos gratos (1926, p.49).

Percebemos então que os passeios escolares eram também maneiras de apresentar os corpos disciplinados e fisicamente saudáveis dos escolares para a população. Ao se deslocar até os locais dos passeios escolares os estudantes eram exibidos durante todo o percurso para a população em meio as ruas da cidade. Estariam ordenadamente em fila indiana ou aos pares, um atrás do outro e deveriam demonstrar boa marcha, coordenação motora e bom desempenho e postura física. Esses também eram momentos em que o *Grupo Escolar Felipe Camarão* apresentava publicamente os resultados da sua disciplina escolar. Os estudantes eram treinados para agirem daquela forma, para obedecerem àqueles padrões de comportamento, provando assim que a escola possuía um controle sobre seus corpos quando estavam sobre sua estadia. Podemos dizer então que eram momentos que demonstravam o quanto eram os alunos corpos dóceis, como afirma Michel Foucault (2014). Eram sujeitos moldados para serem obedientes e executarem atividades úteis dentro das determinações pré-estabelecidas pelas autoridades escolares. Ao mesmo tempo, eram apresentados enquanto elegantes, limpos e bem asseados.

Explicitavam ainda os resultados da formação física que a escola republicana proporcionava. E não apenas isso, mas também a própria educação física sendo realizada. Sabemos que essas práticas mencionadas nos termos de passeios escolares anteriormente descritos eram também maneiras da escola formar corpos fisicamente vigorosos para atender aos interesses da época, tornar os corpos sadios, úteis e aptos ao trabalho. Uma maneira também de despertar na população o interesse pelo cuidado físico do corpo. Diante disso, Azemar Soares Júnior (2019) nos ajuda a compreender a importância dessas práticas ao explicar que naquele período a escola era uma das instituições responsáveis pela disseminação das ideias médicas de combate a doenças e ao despertar de um novo olhar sobre o corpo, que deveria ser esteticamente perfeito, vigoroso, sinônimo de saúde. Uma tentativa de evitar o acometimento ao corpo e mente daquelas crianças.

A realização de passeios escolares, festas escolares e de exercícios físicos eram ainda aspectos que eram alvo de observação e intervenção dos inspetores de ensino no grupo escolar. Por vezes os seus professores eram elogiados pelo cumprimento dessas orientações, como também poderiam ser chamados atenção e punidos para que não deixassem de realizar da maneira mais adequada e disciplinada tais atividades (Cf. ARAÚJO; SOARES JÚNIOR, 2019).

Junto das festas escolares, os passeios escolares, e assim as diversas intenções de ensino que poderiam suscitar à população, se constituíam enquanto alguns dos elementos da cultura escolar daquele estabelecimento de ensino. Conforme Viñao Frago tal cultura compreende

[...] práticas e comportamentos, modos de vida, hábitos e ritos – a história diária das atividades escolares –, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbolismo, introdução, transformação, desaparecimento ... – e formas de pensar, assim como significados e ideias compartilhados. Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

Esse conjunto de práticas mostram que não só os professores eram responsáveis pela educação da população, mas que os seus alunos ao saírem do estabelecimento de ensino eram potenciais disseminadores da educação proporcionada pela escola. Por meio dos escolares a escola transmitia a ideia de como era ser um ideal cidadão republicano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Diante do apresentado consideramos que as práticas escolares festivas e de passeios escolares demonstraram ser estratégias utilizadas pelo *Grupo Escolar Felipe Camarão* para educar a população por meio de exposições públicas. Compreendemos que naquele cenário interessava ao Estado moldar cidadãos aptos para trabalhar pelo desenvolvimento da sua pátria. Assim, os escolares deveriam ser fortes, vigorosos, fisicamente saudáveis e moralmente e intelectualmente alinhados à proposta de devoção aos deveres para com a sua pátria, que deveria ser amada e idolatrada. Dessa forma ao serem expostos por meio das festas escolares e dos passeios escolares eles poderiam contribuir para a promoção pública de tais preceitos que a escola pregava. Além de serem também práticas utilizadas para a promoção da educação cívica e física desses estudantes que, por sua vez, mostravam concomitantemente os resultados da formação que se dizia para moldar um ideal de cidadão promovido pela escola republicana que se pretendia moderna. Eram então potenciais multiplicadores da cultura escolar nas suas comunidades. Apresentavam um modo considerado pelo Estado como legítimo e civilizado de ser e de se portar que era manifestado por meio da disciplina escolar.

## **FONTES**

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Termos de Visita e Exames**. Ceará-Mirim, 1920.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Termos de Visita e Exames**. Ceará-Mirim, 1921.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Termos de Visita e Exames**. Ceará-Mirim, 1926.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Termos de Visita e Exames**. Ceará-Mirim, 1930.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 359 de 22 de dezembro de 1913. Código de Ensino. In. **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1913)**. Natal: Typographia d'A República, 1913.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. G. A.; SOARES JÚNIOR, A. S. As visitas ao Grupo Escolar Felipe Camarão (1918-1946): das observações e críticas às intervenções dos inspetores de ensino. *In: VI CONEDU*, 6., 2019, Ceará. **Anais [...]**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=1216>. Acesso em: 10 Out. 2020.
- ARAÚJO, I. G. A. de; STAMATTO, M. I. S. A construção histórica do Grupo Escolar Felipe Camarão: um marco para a instrução pública no município de Ceará-Mirim (1974-1920). *In: CINTEDI*, 3., 2018, Paraíba. **Anais [...]** Campina Grande, 2018. Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA22\\_ID1450\\_01082018160937.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA22_ID1450_01082018160937.pdf). Acesso em: 20 Set. 2020.
- ARAÚJO, I. G. A.; STAMATTO, M. I. S. Educação em Ceará-Mirim: uma trajetória histórica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetinga, v. 6, n. 1, p. 47-50, jan./mar. 2019.
- AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Escola da ordem e do progresso**: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liber Livro, 2012.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). *In: VIDAL, Diana Gonçalves, (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 269-291.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3 ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Phisicamente Vigorosos**: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942). São Paulo: e-Manuscrito, 2019.
- STAMATTO, M. I.S.; SOBRINHO, D. M. S.; ARAÚJO, I. G. A. O método de ensino e os passeios escolares dos Grupos Escolares Felipe Camarão e Senador Guerra: entre práticas e legislações (1909-1931). **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n. 11, p. 21-36. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3271>. Acesso em: 10 Out. 2020.
- VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

# RACISMO RELIGIOSO: UM MAL NO CONTEXTO HISTÓRICO, BRASILEIRO, PERMEADO DE SENSIBILIDADES

Dulce Edite Soares Loss<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a expressão do fenômeno que chamaremos de racismo religioso apontando para insuficiência da categoria da intolerância religiosa para compreender o que acontece na atualidade no contexto da violência aos territórios e pessoas que se vinculam aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas. Permeadas por emoções resultantes de palavras agressivas, imagens de violência e ataques que seus adeptos sofrem, as sensibilidades afloram na reação dos sentidos afetados por estes fenômenos ao contato com esta realidade. Expressando um ódio pelas comunidades de terreiro de matriz africana e o seus adeptos, as ofensas a elas direcionadas se propagam sob muitos aspectos, mas raramente são manifestadas como de fato o são, práticas racistas. Tomando como referência a História Cultural, buscamos compreender um retrato do racismo cultural presente desde o tempo da colonização.

**Palavras-chave:** racismo, racismo religioso, sensibilidades

## INTRODUÇÃO

*A história da humanidade desde os primórdios revela que o ser humano é social: vive em comunidade estabelecendo relações interpessoais. Entretanto podemos perceber pelos fatos narrados que dificuldades surgem na aceitação do diferente, principalmente se ele abranger algo pessoal como a religião. Em relação às religiões de matriz africana tendo como cenário a história do negro e sua cultura são notórios, as dificuldades estão presentes até os dias de hoje no qual podemos constatar no aumento significativo da violência contra as comunidades de terreiro nas últimas décadas. Partimos da compreensão que esta situação resulta do colonialismo brasileiro que nos legou heranças múltiplas de intolerância que até os dias de hoje continuam a atuar na manutenção e aprofundamento do racismo religioso não só restringindo a concretude das coisas, mas extrapolando os limites do corpo físico atingindo as dimensões sensíveis da existência.*

Ao longo da história até os dias atuais a tolerância como conceito, mobilizou grandes discussões e ainda hoje há quem o recuse como um princípio a ser divulgado. É no século XVII

que o conceito se impõe com a Reforma protestante como um princípio necessário, a liberdade religiosa. A partir desse momento, a tolerância ganha forma como a liberdade do indivíduo para escolher suas crenças.

Entre os diversos autores que se posicionaram sobre a temática, Voltaire no século XVIII apresenta a tolerância religiosa como uma reivindicação da sociedade civilizada, em que a evolução da razão enfraqueceria a ignorância, os preconceitos e o fanatismo.

Já em termos de intolerância, Paul Ricoeur (1997) argumenta que a intolerância é uma pré-disposição comum ao ser humano, em que convicções são impostas, sem legitimidade. A Intolerância segundo Le Goff (1997) se manifesta por meio de procedimento de proibição, de exclusão ou perseguição. É uma reação mais instintiva do não reconhecimento do Outro. A intolerância vem da exclusão, da ignorância, do medo e da cegueira, como uma forma de apropriação total da verdade. O Outro é visto como diferente por sua cultura, perspectivas, atividades, crenças, entre outros (HÉRITER 1997). A prática intolerante nega o outro, como um verdadeiro humano, excluindo-lhe, causando-lhe mal.

Quando falamos em intolerância religiosa no Brasil entendemos que a noção geral da expressão não é suficiente para entender o que acontece com as comunidades que vivenciam as tradições de matrizes africanas, pois, não é apenas, o caráter religioso dessas comunidades e sim o modo de vida negro, mesmo quando vivenciado por pessoas não negras, que se ataca.

O que está em jogo é exatamente um desrespeito em relação a uma maneira africana de viver, um modo negro de organizar as relações com o mundo, com a comunidade, com a natureza, com as outras pessoas e com os saberes ancestrais (JESUS, 2003). As ofensas direcionadas a estas comunidades difundem um ódio contra os territórios e a própria vida de pessoas “afro-religiosas”, que se expressam em nosso país sob muitas vestimentas, mas raramente se assumem como de fato o são: práticas racistas (NASCIMENTO 2017).

Diante do exposto o presente artigo tem como objetivo geral analisar e identificar *o racismo religioso às religiões de matriz africana, perpassado de sensibilidades, no contexto histórico brasileiro. Compreender a dinâmica do racismo religioso, identificar e dar visibilidade a estas práticas em relação às religiões de matriz africana em que seus adeptos até então oprimidos e constantemente violentados em seus sentimentos e em suas identidades se torna de suma valia considerando que, a história da cultura do negro representa além de uma expressão de religiosidade, a manifestação genuína de uma das culturas formadoras da sociedade brasileira, a cultura africana.*

Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa tem como base um conjunto de dados produzidos que devem ser interpretados, compreendidos e contextualizados e não quantificados ou mensurados. Em um levantamento bibliográfico os teóricos enfocados foram: Conrad (1975); escravidão; Jesus (2003), Nascimento (2017) racismo religioso; Pesavento (2007), Soares Junior (2019) sensibilidades entre outros. O artigo apresenta duas temáticas imprescindíveis,



quais sejam a relação religião e racismo religioso. A primeira consiste em um levantamento histórico sobre as perseguições aos cultos afro-brasileiros a partir de uma divisão geral entre os períodos colonial, império e república; e a segunda se fixa no século XX e XXI com relatos de ataques a religiões de matriz africana e vários terreiros, em alguns estados brasileiros.

## **RACISMO RELIGIOSO, SENSIBILIDADES AO LONGO DE SÉCULOS NO BRASIL**

Durante a formação do Estado brasileiro, “a escravidão foi à instituição mais característica da sociedade brasileira” (CONRAD, 1975, p. 5), um processo derivado de ideologias com superioridade do homem branco e darwinismo social<sup>2</sup>. A compreensão do racismo religioso presente no Brasil em relação ao negro escravizado passa, necessariamente, por uma análise da Diáspora Negra em que a imagem católica da época enfatizava que a África era um continente demoníaco, que todos os seus habitantes já estavam condenados ao fogo eterno. Assim, na visão religiosa racista da época, era um favor que os cristãos deveriam prestar aos habitantes da África, convertendo-os ao catolicismo.

Nesse contexto a demonização das religiões de matriz africana e as sensibilidades geradas no seu contexto tem origem no racismo que acompanha o povo negro há séculos, desde que chegou ao Brasil escravizado. Rufino e Simas (2019) identificam os efeitos de terror causados pela violência do racismo religioso nas últimas décadas como uma espécie de carregamento colonial. Em outras palavras, para os autores, “o carregamento colonial opera como um sopro de má sorte que nutre o assombro e vigência de um projeto de dominação que atinge os diferentes planos da existência do ser” (2019, p. 21).

Por cerca de três séculos e meio a liberdade religiosa para os negros escravizados e seus descendentes, no período da denominação senhorial não aconteceu. A estes negros escravizados ficaram somente a conversão, o sincretismo, a fé silenciosa, a celebração de cultos religiosos longe da casa-grande, a dor da perseguição dos capitães-do-mato, da polícia. Se houve liberdade ou algum traço de liberdade elas aconteciam somente nos quilombos, o que resultou, nessa dinâmica de resistência e reconstrução de heranças, memórias, tradições, todas mantidas e transmitidas através de saberes, crenças, cultos, liturgias, pela oralidade de geração em geração.

Por essa e por tantas outras razões, a Conferência Mundial de Durban na África do Sul, em 2001, reconhece que:

A escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas (Declaração e Programa de Ação da Conferência de Durban, p. 12).

A abolição da escravatura não trouxe reparações e reconciliações ao povo negro, pelo contrário suas comunidades e seus saberes continuou a receber ações de terror e humilhação. Novamente se torna oportuno o diálogo com o conceito de carrego colonial (Rufino e Simas, 2019), destacando que só é possível a manifestação do mesmo diante o imperativo de uma lógica de dominação contrário a vida em toda sua diversidade.

No Século XVII e XVIII estas práticas religiosas eram consideradas manifestações de magia ou feitiçaria, perseguidas pela igreja e pelas autoridades e, passíveis de punição pelo código canônico investindo na linguagem como uma das principais formas de exercício de seu poder. A política republicana no século XIX reforçou os esquemas de dominação herdados do período colonial e tampouco o advento do Estado Laico e a promulgação da Constituição de 1891 conseguiu romper com práticas arcaicas coloniais tão arraigadas.

Um dos cenários marcantes deste período foi à destruição de terreiros e espancamento de religiosos em Maceió/AL, em 1912, o Quebra-Quebra de Xangô, que revelam as comunidades afro-religiosas sendo alvo de marginalização e desterritorialização frente à intolerância religiosa. Segundo Rafael Ulisses Neves,

Na Alagoas de 1912, verificar-se-ia um dos episódios mais violentos de que se tem notícia na história dos chamados cultos afro-brasileiro, no caso, a “operação xangô”, como ficou também conhecido o quebra-quebra liderado por integrantes da Liga dos Republicanos Combatentes, associação civil de caráter miliciano, e que implicou na destruição das principais casas de culto da capital e de municípios circunvizinhos (NEVES, 2004, p.33).

O cenário de violações as comunidades de terreiro atravessa a Velha República e chega ao século XX, mais precisamente no Estado Novo de Getúlio Vargas. Neste período o racismo religioso se volta aos terreiros com perseguições mais acirradas. Com a institucionalização da Seção de Tóxicos e Mistificações (1934), os terreiros eram obrigados a terem registro na Delegacia de Jogos e Costumes, da Secretaria de Segurança Pública, e ter uma licença especial para realização de suas festas e toques se estabelecendo assim, uma “forte repressão contra as reuniões dos negros nos sambas e candomblés, sob a alegação de que eram coisas perigosas e deveriam ser extintas” (FRANCESCHI 2010, pg.94). Nesse contexto tudo que era encontrado nos terreiros eram classificados como magia e feitiçaria, “magia de negros”.

Na esteira dos acontecimentos, entre 1890 e 1943 veremos o racismo religioso se consolidar no Rio de Janeiro com extrema violência na atuação da polícia na perseguição aos terreiros de candomblé em busca e apreensão dos símbolos e adereços dos Orixás. Os objetos apreendidos até pouco tempo estavam sob a custódia do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e foi intitulada Coleção Magia Negra (MFDP/MPF, 2018). Atentemos para o termo negativo da coleção que representa a memória viva da não garantia de liberdade dos cultos da tradição religiosa afro-brasileira. Vale ressaltar que após intensa luta do movimento Liberte Nosso Sagrado,

um conjunto de 523 peças, coletado como “evidência de crime” neste período na atualidade já é parte oficial da história do Brasil.

Em uma retomada de uma democracia a Constituição Federal de 1988, iluminada por princípios democráticos e da laicidade, a Constituição Cidadã, como foi chamada, assegurou que todos, em igualdade de condições, têm liberdade de consciência e de crença, entretanto o racismo religioso não deu trégua. Em 1999, vem a público a informação de lançamento de um livro, *Evangelizando a África*, no qual seu autor, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella, dizia, entre outras coisas, que a Igreja Católica prega “doutrinas demoníacas”, que as religiões de matriz africana abrigam “espíritos imundos” e que sacerdotes dessas religiões afro-brasileiras são “feiticeiros e bruxos”<sup>3</sup> (MFDP/MPF, 2018).

Em outubro de 1999, a Iyalorixá Gildásia dos Santos, conhecida como Mãe Gilda, do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, no bairro de Itapuã, em Salvador sofreu ação de racismo religioso pela igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Por essa ocasião além de molestar o terreiro, a IURD colocou na Folha Universal (jornal da IURD) que na época tinha tiragem de 1.372.000 exemplares, a foto de Mãe Gilda com uma tarja preta nos olhos ilustrando a matéria “Macumbeiros charlatães lesam a vida e o bolso dos clientes”. Como consequência o terreiro sofreu descrédito e foi invadido, resultando na quebra de objetos sagrados. Com toda repercussão do fato a Iyalorixá sofre um enfarto e vem a óbito no dia 21 de janeiro de 2000.

Já o século XXI marcou o ápice da série histórica de registros de racismo religioso, temos terreiros invadidos e quebrados, agressões físicas aos adeptos da religiosidade, crianças impedidas de entrar na escola com suas contas, imagens do patrimônio público quebrada que nos leva a pensar que apesar de contarmos com a Constituição e muitas leis que permitiriam melhores condições de vida às comunidades de terreiro em se tratando de racismo religioso a mesma instância que produz essas leis são as que negam os direitos dessas comunidades.

Na Paraíba em 2016, mais precisamente em Cabedelo o Babalorixá Joelson de Iemanjá, teve seu terreiro invadido por funcionários da prefeitura municipal, com alegação de invasão de terreno do município, em um momento que não tinha ninguém no local. Todos os seus pertences da religiosidade foram retirados do local e levados para a prefeitura. À ação contou ainda com o agravo de esses funcionários fazerem brincadeiras com os atabaques sagrados na rua com a população. Acompanhando este caso a pesquisadora se recorda do choro e desespero do sacerdote que por ocasião proferiu as seguintes palavras, se conseguir rever os meus objetos sagrados, a casa de Iemanjá não fica mais aqui. E realmente após todo o processo em que ele teve ganho de causa, o pai de santo abandonou seu terreno e abriu nova casa na cidade de João Pessoa-PB. Esses acontecimentos dão o tom das vibrações sensíveis existentes nos cotidianos que se expressam como parte do caráter do carrego colonial, como um legado que assombra até os dias de hoje modos de vida (Rufino e Simas, 2019).

Registrar a memória desses fatos se torna cruel, principalmente em se tratando de tentar negar a história ou de reescrevê-la ao sabor das conveniências. Pelos seus próprios traços fugidios e não tangíveis, a história das religiões afro-brasileira e o racismo religioso nos exige compreender as sensibilidades de outrora até os dias de hoje, um mundo em que esta religião em constante resistência pela sobrevivência em suas experiências embaralham como estilhaços, ferindo nossos olhares, memorizando sensibilidades até então quase indescritíveis. Um mundo em que homens e mulheres foram e são ultrajados em suas crenças e devoções em um turbilhão de emoções, onde as complexidades da vida e do mundo social se entrelaçavam nas esferas da sensibilidade revelando-se na sua inteireza para além dos jogos prescritos pelo poder em governos ou em grupos sociais dominantes.

A desprevermos a realidade dos fatos históricos acontecidos a respeito do racismo religioso jamais conseguiremos reconstruir como de fato aconteceu. Entretanto a imaginação do historiador da cultura ao escrevê-las flui, as sensibilidades afloram com este passado cruel, mas “por não ser mais observável nem passível de reexperimentação, ele é apenas imaginado” (PESAVENTO, 2007, p. 19), pois, as sensibilidades não brotam do racional, mas das formas de apreensão do mundo, daquilo que se sente (PESAVENTO, 2007). Uma reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade descrita.

A sensibilidade exige percepção enquanto atividade reflexiva, Assim, ao reescrever a história dos passos do racismo religioso na história o historiador busca orientar seus leitores a refletir sobre as sensibilidades que “serão tocadas sempre após a leitura das fontes, momento em que se criam as representações por meio do imaginário” (SOARES JUNIOR, 2019, pag. 11).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Diáspora negra no período escravatório submeteu os africanos escravizados ao cristianismo imposto pelos colonizadores. Este estigma atravessou o Império, a República e o Estado Novo com várias perseguições a este povo, seus descendentes e a todas as suas práticas culturais. A Constituição Federal de 1988, com mais de 30 anos de promulgação, instituiu que a lei deve punir qualquer discriminação que atente aos direitos e liberdades do cidadão. Esta punição abrange inclusive o racismo religioso, entretanto no contexto histórico o sistema judiciário ainda vacila se revelando pouco efetivo no que diz respeito à obrigação de coibir e punir este crime.

Concluimos que embora a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5 assegure que todos são iguais perante a lei, diante dos fatos relatados no contexto deste trabalho, as religiões de matriz africana ainda enfrentam grandes desafios no que diz respeito a sua existência. O racismo religioso, uma história de dor, perseguições e lágrimas, profundamente marcada pela relação continuada com a escravidão nada mais é do que, um retrato do racismo cultural que

ainda assombra a laicidade desse país, onde, das ignorâncias da religiosidade derivam uma sensibilidade social que aumentam os impactos das informações sobre o cérebro ao revivermos nossa história.

## NOTAS

1 Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: dulceloss@hotmail.com.

2 **Darwinismo social** é um nome moderno dado a várias teorias da sociedade, que surgiram no Reino Unido, América do Norte e Europa Ocidental, na década de 1870. Trata-se de uma tentativa de se aplicar o **darwinismo**, conjunto dos estudos e teorias relativas à evolução das espécies, desenvolvidos pelo naturalista inglês Charles Darwin (1808-1882), nas sociedades humanas

3 Consta que, por ocasião da campanha eleitoral de 2016, o então candidato pediu perdão pelas referências equivocadas feitas em relação ao catolicismo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1823337-crivella-pede-perdao-por-trechos-de-livro-em-critica-igreja-catolica-religoes-africanas-e-homossexuais.shtml>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

## REFERÊNCIAS

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro, 1975.

DURBIN, Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Declaração e Programação de Ação. Adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao\\_durban.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf). Acesso em outubro de 2020.

FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de Sambar do Estácio 1928/1931**. São Paulo, Instituto Moreira Sales, 2010.

HÉRITER, Françoise. **O eu, o outro e a intolerância**. In: **BARRET-DUCROCQ (Dir.). A intolerância. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco**, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da intolerância**. In: **BARRET-DUCROCQ (dir.) A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997**, La Sorbonne, 28 de março de 1997. Tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

JESUS, Jayro Pereira de. Terreiro e cidadania: um projeto de combate ao racismo cultural religioso afro e de implementação de ações sociais em comunidades-terreiros. In: NORÕES, Ciano (coord.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano/Ashoka, p. 185-201, 2003.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **O Fenômeno do Racismo Religioso**, 2017. Disponível em: <http://revistaexico.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/515/279>, Acesso em julho de 2020.

NEVES Ulisses Rafael. **La noche de la gran hoguera desvariada Revuelta popular y**

**persecución religiosa en Alagoas en la primera república**, 2004. Disponível em: [http://www.vibrant.org.br/downloads/v7n2\\_rafael.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/v7n2_rafael.pdf). Acesso em julho de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidade na história**: memórias singulares e identidades sociais, p. 9-22. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e Ministério Público. (MFDP/MPF). Estudo da Relatoria: Estado Laico e Combate à Violência Religiosa, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/nota-tecnica-livre-exercicio-dos-cultos-e-liturgias-das-religoes-de-matriz-africana/view>. Acesso em 10 de junho de 2020

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RUFINO, Luiz & SIMAS, Luiz Antônio. **Flecha no Tempo**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Ensino de História e Sensibilidade**: o ver, o ouvir e o imaginar nas aulas de História. História & Ensino, Londrina, v. 25, n. 02, p. 167-190, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/186793437-O-ver-o-ouvir-e-o-imaginar-nas-aulas-de-historia.html> Acesso em outubro de 2020.

# “SÊDE ATENCIOSAS E CARINHOSAS”: OS DISCURSOS SOBRE AS SENSIBILIDADES E AFETOS FEMININOS COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DE MULHERES

Vitória Diniz de Souza<sup>1</sup>

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é identificar os discursos acerca da suposta sensibilidade feminina presentes na *Revista Escola Doméstica*. Essa foi uma revista escolar produzida pelo *Grêmio Lútero-Musical Auta de Souza da Escola Doméstica*, instituição de Educação Doméstica inaugurada na cidade do Natal em 1914. A *Revista Escola Doméstica* foi publicada entre os anos de 1925 a 1926 e possuiu apenas quatro edições. O intuito do periódico era publicar artigos relacionados aos conhecimentos ensinados na escola e servia como uma espécie de “vitrine” da escola para o mundo. A *Escola Doméstica* foi inspirada nas instituições europeias de *éducation ménagère* destinadas para a população feminina nas quais ensinavam as mulheres à serem “donas de casa”. Nesse sentido, metodologicamente, foi adotada a análise do discurso, de inspiração nas obras de Michel Foucault (1999; 2008), para a leitura dos enunciados publicados na revista. Dessa maneira, pretende-se discutir como esses discursos acerca da sensibilidade feminina produziam regimes de verdade sobre o feminino e o caráter coercivo dessas publicações. Aliás, essa discussão será auxiliada pela abordagem dos estudos de gênero a partir da perspectiva adotada por Judith Butler (2003) e Guacira Louro (2003; 2008; 2019). Portanto, foi possível perceber por meio dessa análise uma produção discursiva que associava o feminino à afetos relacionados a benevolência, a compaixão, ao amor, a delicadeza, ao carinho. Sendo tais afetos considerados atributos supostamente presentes nas mulheres e caso elas não se enquadrassem nesses pressupostos eram recomendadas, mesmo assim, a agirem dentro desses padrões.

**Palavras-chave:** Sensibilidades; Gênero; Escola Doméstica.

## INTRODUÇÃO

A corrente historiográfica da História Cultural permitiu que novos objetos se tornassem alvo do discurso histórico, as histórias macros, voltadas para as grandes eras, não eram as únicas a serem contadas, um olhar localizado também passou a ocupar um espaço importante, focando

em aspectos pouco óbvios da sociedade. Assim, as sensibilidades se tornaram passíveis do conhecimento histórico, sendo de grande importância os estudos sobre os sentimentos, os desejos, os afetos. De como essas categorias analíticas são produzidas historicamente e discursivamente e como elas afetam as vidas dos sujeitos, seja de maneira isolada, mas principalmente, como são coletivamente sentidas. E, nesse sentido, perceber as relações de poder/saber que as atravessam.

Desse modo, o objetivo desse artigo foi identificar os discursos produzidos acerca da suposta sensibilidade feminina presentes na *Revista Escola Doméstica*. Com o propósito de discutir sobre como os sentimentos são produzidos historicamente e discursivamente, ao estabelecer um conjunto de normas que impõe “verdades” sobre as emoções e afetos. Para tanto, foi realizado o diálogo com os estudos de gênero, a partir dos olhares de Judith Butler (2003) e Guacira Louro (2003; 2019), pensando em como foram construídos os discursos sobre as sensibilidades femininas. Em conjunto com a Análise do Discurso, inspirada nas obras de Michel Foucault (1999; 2008).

A *Revista Escola Doméstica* foi um periódico educacional que circulou entre 1925 e 1926 com o intuito de publicar textos direcionados para o público feminino sobre assuntos relacionados a Educação Doméstica, como a organização do lar, higiene, culinária, costura, jardinagem, filhos, cultura física, feminilidade, literatura e moral e civismo. Ela era administrada pelas alunas que faziam parte do *Grêmio Litero-Musical “Auta de Souza”* da *Escola Doméstica*, com a supervisão da direção da escola. Essa revista recebia a colaboração de textos assinados pelas alunas e professores/as, como também, republicações de outros periódicos.

A instituição escolar responsável pela publicação da revista era a *Escola Doméstica*, uma escola só para meninas localizada na cidade do Natal no Rio Grande do Norte. Foi inaugurada em 1914 e era inspirada na *École Normale pour la formation d’Institutrices d’Écoles Ménagère de Friburg* no Cantão Suíço. Ela era uma escola destinada para as “filhas” da elite, sobretudo, filhas de políticos, advogados, juizes, fazendeiros e comerciantes. Além disso, recebia alunas de diversos estados do Nordeste e apresentava uma modalidade de ensino pouco convencional, a Educação Doméstica. O seu objetivo era educar as moças para o lar, com o lema de “aprimorar as habilidades da futura dona de casa”. Ela era um instituição privada, mas subsidiada pelo Governo do Estado e administrada pela *Liga de Ensino do Rio Grande do Norte*. O responsável pela sua criação foi Henrique Castriciano, na época Diretor de Instrução Pública, que ao regressar de uma viagem à Europa, encantou-se com as *École Ménagère*<sup>3</sup> da Suíça e decidiu que era preciso uma instituição como aquela no Brasil.

Esse artigo está dividido em duas partes, na primeira, **a análise dos afetos à luz dos estudos de gênero**, discuto sobre como foram produzidos discursos sobre os sentimentos e afetos femininos e como eles apareciam na revista. Na segunda parte, **como uma moça deveria ser educada**, analiso como a Educação Doméstica era descrita na revista como uma prática de intervenção sobre os sentimentos femininos, que deveriam ser estimulados ao carinho, à atenção, ao afeto, sendo esse um requisito indispensável às alunas da escola.



## A ANÁLISE DOS AFETOS À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Os sentimentos e afetos são expressões das emoções humanas, o que faz com que sejam uma particularidade da subjetividade de cada pessoa. No entanto, isso não quer dizer que eles não possam ser transformados em categorias de análise, com o objetivo de perceber o seu caráter histórico e discursivo, pois apesar das sensibilidades serem parte da individualidade, elas também são produtos do discurso e marcadas pela historicidade do tempo em que foram produzidas. Ainda mais, quando esses discursos concebem a ideia de que as diferenças corporais e sexuais designam uma sensibilidade distinta entre as pessoas, produzindo uma generificação dos sentimentos e afetos.

Guacira Louro (2019) afirma que a inscrição dos gêneros nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, que são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Inspirada nos escritos de Michel Foucault ela analisa a sexualidade como um “dispositivo histórico”, compreendendo-a enquanto uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes e que produzem “verdades”.

Os estudos de gênero permitem desconstruir a estabilidade das categorias identitárias acerca do sexo. Reconhecendo que o gênero é histórico e discursivamente construído a partir de práticas coercivas marcadas por uma “microfísica do poder” (FOUCAULT, 1993) que atravessa as relações cotidianas e ordinárias. Sendo o ato da nomeação do gênero marcada pelo estabelecimento da norma e da exclusão, sendo esse poder não apenas restritivo, mas também, produtivo do gênero. Segundo Judith Butler (2003) o sexo, é ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero. Dessa maneira, é preciso designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Pois, o corpo é em si mesmo uma construção.

De acordo com Judith Butler (2003) a identidade de gênero é performativamente constituída pelas próprias expressões tidas como seus resultados. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Se o gênero é uma experiência discursivamente condicionada, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como domínio imaginável do gênero. Além disso, a construção do gênero estabelece intersecções com outros marcadores da diferença. Dessa maneira, uma análise acerca das desigualdades de gênero, precisa ser observada em conjunto com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais, entre outras. Sendo impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais com as quais ela se relaciona.

Por isso, a escolha da Análise do Discurso como metodologia para o desenvolvimento desse trabalho, a partir da leitura das obras de Michel Foucault (1999; 2008). O discurso pode ser entendido como um conjunto de enunciados, na medida que se apoiem na mesma formação

discursiva. Nesse sentido, o enunciado é um conjunto de signos em função enunciativa que se estabelecem dessa forma por terem sido produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Além disso, para Michel Foucault todo enunciado se relaciona a uma certa regularidade ao que já foi dito antes dele e que “nada, por conseguinte, podia ser considerado como pura e simples criação, ou maravilhosa desordem do gênio” (FOUCAULT, 2008, p. 165).

Para que ele seja dito é preciso que sua enunciação parta de um lugar autorizado, de um lugar de poder que o legitime e cause um efeito de verdade. Apesar da aparente dispersão desses discursos, existe uma coerência, uma ordem, que nem sempre é perceptível. De fato, a *Revista Escola Doméstica* era um periódico que partia de um lugar institucional, produzindo efeitos de verdade sobre a educação escolar e feminina daquele período, determinando normas, modelos de comportamento, em suma, discursos sobre a feminilidade. Sendo assim, os sentimentos femininos também eram alvos do discurso da escola, visando educá-los e submetê-los a norma de como deveria agir uma moça bem-educada.

De acordo com Sandra Pesavento (2007), apesar das sensibilidades começarem no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é sempre social e histórica. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social e na sua relação com o outro. Enquanto isso, Marcus Tabor da Oliveira (2012), defende a importância de compreender como foi possível ao longo do tempo educar os sentidos e forjar novas sensibilidades, sobretudo, nesse fluxo de tempo conhecido como modernidade ocidental. Nesse sentido, ele propõe o estudo de uma história da educação dos sentidos e das sensibilidades, na qual busca-se identificar quais eram as práticas de intervenção sobre as sensibilidades e como elas educavam os sentidos, sendo a instituição escolar uma das principais iniciativas com tal propósito. Contudo, não era a única, sendo a imprensa um desses meios de intervenção sobre as sensibilidades do público ao qual era destinada, como também, de quem a produzia.

No século XIX, com a invenção das ciências, vários discursos científicos sobre o corpo feminino começavam a circular, sendo que, esse corpo nomeado enquanto feminino era esquadrihado e analisado por médicos e cientistas com o objetivo de conhecer sua suposta natureza. Nesse mesmo período, surgiram as teorias sobre a fisiologia das paixões humanas, no propósito de formular uma teoria dos afetos que pressupunha uma natureza diferenciada entre homens e mulheres, e que, por essa razão, sentiam de maneira distinta. Wilson José Félix Xavier (2015), fez uma análise de como teorias relacionadas a “fisiologia das paixões femininas” e a “teoria dos afetos” contribuíram na construção de um imaginário que se baseava na existência de sentimentos que se associavam particularmente às mulheres. Entre as fontes analisadas estavam os textos do Dr. Mello Moraes que creditava à mulher como sendo de sua natureza orgânica os seguintes epítetos: “amável, nobre, sentimental, heroína, detalhista, tímida, sensível, terna,

doce, inocente, pura, cândida, benevolente, delicada, humilde, abnegada, ingênua, reservada, modesta e pacífica” (XAVIER, 2015, p. 157).

Nessa mesma perspectiva, apareciam enunciados os sentimentos femininos na *Revista Escola Doméstica*. Como, por exemplo, na primeira edição, ao publicarem o discurso de Phelippe Guerra, o então presidente da *Liga de Ensino do Rio Grande do Norte*, instituição que administrava a *Escola Doméstica*, pronunciado no encerramento do ano letivo de 1924 e publicado na revista no ano seguinte. Segundo Phelippe Guerra (1925), existiam sentimentos nas mulheres que lhes eram exclusivos, uma das justificativas seria de que elas foram assim educadas ao longo do tempo, e por isso, tal comportamento cristalizou-se através do hábito, “durante séculos e séculos a mulher foi a grande sofredora, a escrava. O sofrimento foi o seu mestre: purificou, elevou-lhe os sentimentos” (GUERRA, 1925, s/p). Nesse trecho, há uma evidente associação com a ideia de sacrifício e abnegação, de que a violência sofrida pelas mulheres purificou os seus sentimentos, o que fez com que elas tivessem emoções positivas, em comparação com as que os homens sentiam. Dessa maneira, o imaginário acerca da mulher estava imbricado com o de Nossa Senhora, a Virgem Maria, presente nos discursos católicos sobre o ideal de mulher cristão, a mulher devotada, abnegada e em eterno sacrifício.

Em outro trecho, Phelippe Guerra (1925, s/p) afirmou que “o homem teve a fortaleza, a arma do domínio; a mulher a bondade, a grande arma redemptora das dores humanas”. Novamente, é retomada a ideia de que a mulher seria a redentora das dores humanas, aquela que deveria cuidar dos sofrimentos e dedicar a sua vida à serviço dos outros. Além disso, estabeleceu uma ideia de oposição entre os sexos pautada em uma lógica binária dos gêneros, na qual homens e mulheres seria “naturalmente” opostos, ou seja, se a mulher era delicada, o homem era bruto, se a mulher era sensível, o homem seria insensível, um complementando o outro. O que justificaria a norma sobre o casamento que deveria ser formado por um homem e uma mulher, sendo ele a fortaleza, o provedor, o protetor, e ela a que cuida, a bondosa, a carinhosa.

Um aspecto interessante do discurso de Phelippe Guerra é que ele defendia que tais sentimentos advinham de um esforço e de uma educação sobre os sentidos e afetos. Sendo essa prática, reconhecida por ele, como mais recorrente nas mulheres do que nos homens: “Cultuar o bem, ser virtuoso, ser bom, é problema mais árduo: exige o refreamento das próprias paixões, impõe o desprendimento muitas vezes até ao sacrifício. Essa educação moral, essa inclinação para a bondade já é fortemente predominante em a natureza da mulher (GUERRA, 1925, s/p). É possível perceber nesse trecho a conciliação entre a ideia de que a educação da moral e da virtude eram frutos de um cuidado de si, de uma prática contínua sobre os próprios sentimentos, e que essa característica era mais presente nas mulheres, devido a sua suposta natureza bondosa, abnegada e pura.

Essa oposição entre a suposta natureza/essência masculina e feminina estava presente em diferentes discursos que circulavam naquele período – científico, religioso, jurídico, médico, educacional –, sendo as interpretações sobre as diferenças anatômicas nos corpos humanos

enviesadas por uma lógica generificada e racializada que através de sua constante repetição causavam um efeito de verdade.

## COMO UMA MOÇA DEVERIA SER EDUCADA

No início do vigésimo século, a educação feminina era objeto de discursos e alvo de intervenções políticas, científicas, filosóficas e religiosas. Diferentes modelos de educação foram criados com o intuito de educar as jovens para o novo mundo que surgia com a “modernização” das cidades. Dessa maneira, tensões passaram a ser percebidas nos discursos produzidos por aqueles que acreditavam saber qual era o melhor projeto de educação de mulheres.

Segundo Guacira Louro (2018, p. 448), “as concepções de educação feminina eram múltiplas, entretanto, um discurso ganhava hegemonia, o da mulher como o pilar de sustentação do lar”. Esse foi um momento crucial no processo de escolarização no Brasil e, no caso da educação feminina, ela passava a ser percebida como condição essencial para a formação das jovens moças. No entanto, não é qualquer educação, mas uma educação pautada na inculcação dos “valores da família”, da sujeição da mulher como filha, esposa e mãe, responsável pelo cuidado do marido e dos filhos, quase exclusivamente. Nesse momento, surgia também as mulheres inconformadas em como viviam, dessa forma, propunham mudanças nessa situação e enxergavam na educação um caminho. Apesar da atuação do movimento feminista e do seu questionamento do “destino” feminino como “dona de casa”, outros grupos reiteravam esse “destino” e defendiam uma educação que “aprimorasse” essa mulher para cumprir sua suposta “função na família”.

A *Escola Doméstica* surgiu com esse propósito, reiterar o lugar da mulher no lar. Em meio a crescente urbanização e modernização da sociedade nesse período, havia uma inquietação sobre o lugar que a mulher ocuparia nessa nova sociedade. Emergia então diversos discursos sobre a necessidade de educar a mulher para que ocupasse um lugar de relevância ao lado dos homens, argumentando que por muito tempo a mulher fora tratada como inferior, e por isso, permanecera ignorante, sem uma boa educação. Sendo assim, a partir desse momento, ela deveria ocupar um lugar de importância, mas não era qualquer espaço, seu lugar era na família e assim deveria permanecer. Desse modo, defendia-se uma educação que aprimorasse a sua função como “mãe” e “dona de casa”, a partir dos pressupostos da medicina higienista que prezava uma higienização dos hábitos e tinha o lar como objeto de intervenção.

Nesse sentido, o Curso Doméstico era destinado para as jovens a partir dos doze anos de idade, após concluírem o Curso Primário completo e realizarem um teste de admissão, estavam aptas para se matricularem na *Escola Doméstica*. O curso tinha a duração de cinco anos, sendo os primeiros dois anos focados nas matérias teóricas, o terceiro e quarto ano nas matérias práticas e o último nas matérias de Puericultura e Medicina do lar. A formação dessas jovens

era pautada em um método imersivo e experimental, no qual conciliava teoria e prática e funcionava no modelo de internato e semi-internato. As alunas passavam o dia todo na escola, sendo esse tempo dividido entre as diferentes matérias: Português, Aritmética, História, Inglês, Francês, Geografia, Ordem Doméstica, Cozinha, Costura, Lavanderia, Leitaria, Jardinagem, Criação, Direito Usual, Educação Social, Anatomia, Higiene e Medicina do Lar, Pedagogia, Puericultura e Cultura Física.

As alunas que frequentavam a escola vinham em sua maioria do interior e da capital, eram filhas de homens importantes da elite potiguar que acreditavam que essa era a educação ideal para suas filhas. Por vezes, essas jovens eram comparadas às flores e a escola a um jardim, dessa forma, a diretora seria a jardineira que “podaria” essas moças para que fossem mais belas, delicadas e graciosas: “aos lados do edifício, vêm-se os seus jardins, em plena floração, que constituem as aulas práticas experimentaes de floricultura, donde sahirá o gosto pelas flores para todo o Estado, levado pela carinhosa experiencia de suas alunas, muitas filhas do interior (A’REPÚBLICA, 1925, s/p). Nesse trecho, publicado no jornal *A República*<sup>4</sup> e republicado na *Revista Escola Doméstica*, foi feita uma descrição sobre uma visita à escola, então o narrador foi descrevendo como era o trajeto de adentrar o prédio escolar e se deparar com as alunas em suas aulas práticas. O interessante desse texto é o olhar do narrador ao evidenciar as aulas de jardinagem, mais especificamente, a de floricultura, na qual as alunas cuidavam das flores no jardim da escola. Reiterando a importância das moças gostarem das flores, de educarem os sentidos ao seu aroma e desenvolverem essas habilidades, evidenciando como elas eram carinhosamente educadas por meio dessa experiência.

Em outro momento desse texto, estava escrito que: “*as professorandas se voltam carinhosamente para a puericultura*. Num compartimento de construção americana, alguns leitos contêm crianças, cuja assistência ali se ensina, *sob os especiaes cuidados e carinhos de uma directora* (A’REPÚBLICA, 1925, s/p. Grifos Nossos). Novamente, é possível perceber a insistência em associar a educação de mulheres aos gestos de carinho, em um primeiro momento das alunas, as professorandas, e depois, dos cuidados da diretora. Ou seja, há uma predominância nos discursos publicados na *Revista Escola Doméstica* em relacionar a educação feminina como uma prática de carinho, de cuidado e de afeto. Entretanto, essa não é uma prática associada, geralmente, a educação dos rapazes.

Em outro texto, intitulado às minhas alunas e assinado pela professora Adelina Leitão, há um conjunto de recomendações para as estudantes da *Escola Doméstica*, enfatizando a importância de que elas agissem com delicadeza e comparando-as com as flores: “Diz um auctor que os poetas comparam as moças às flores, e na verdade, assim como ellas, *possuis a graça, a fragrância e as mais das vezes sois dotadas de belleza: mas, a par desses dons, é necessário que tenhais a ‘delicadeza’, tão própria para uma moça educada!*” (LEITÃO, 1925, s/p. Grifos Nossos). A professora Adelina Leitão elogia as suas alunas afirmando que elas são graciosas como as flores e que grande parte delas são belas, sendo essas características tão importantes

quanto a delicadeza, a marca de uma moça educada. Esse texto dialoga com o conjunto de outros textos publicados na revista que também enfatizavam a importância de uma feminilidade associada a delicadeza, a beleza, a graciosidade, como se essas características fossem naturalmente presentes nas mulheres.

Ao final das suas recomendações, Adelina Leitão finaliza afirmando que suas alunas já sabiam de tudo isso e que estava satisfeita com o comportamento das jovens. Por fim, acrescenta que: “auxiliae nessa campanha os vossos professores, estudaee, sêde attentiosas, carinhosas, e se vos admoestarem, desculpae-os, pois se assim procedem, é isto para o vosso bem, vosso futuro, e para alegria de vossos paes” (LEITÃO, 1925, s/p). Nesse trecho, ela recomenda às suas alunas que se forem repreendidas por algum professor, não se sintam mal ou reclamem, pois se assim o falam, é para o próprio bem das jovens. Reforçando a necessidade de que fossem carinhosas e atenciosas para com os seus professores e que fossem obedientes, mesmo que discordassem deles.

Em vista disso, foi possível perceber como a imprensa estudantil produzia discursos acerca das sensibilidades femininas, reafirmando que as mulheres eram “naturalmente” bondosas, carinhosas, atenciosas, afetuosas. Além disso, essa revista representava uma instituição de Educação Doméstica que prezava a formação da “dona de casa” racionalizada, enfatizando uma ideia de educação que acontecia através do carinho, do afeto, da atenção. Contudo, essas características, geralmente, não eram atribuídas aos rapazes, apenas as mulheres eram alvo desse tipo de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as edições da *Revista Escola Doméstica*, foi percebido a constância de publicações que associavam o “universo feminino” ao lar e à família. Eram recorrentes nesses textos enunciados que indicavam a existência de uma suposta sensibilidade feminina que era oposta às sensibilidades masculinas. Esses discursos acerca da sensibilidade feminina produziam regimes de verdade sobre o feminino e essas publicações tinham um caráter coercivo. Sendo esse periódico produto da *Escola Doméstica*, uma instituição de Educação Doméstica que tinha o objetivo educar as “donas de casa” e fazia isso estimulando as sensibilidades de suas alunas para que encontrassem no ambiente doméstico um lugar de pertencimento.

Foi possível perceber por meio dessa análise uma produção discursiva que associava o feminino à afetos relacionados a benevolência, a compaixão, ao amor, a delicadeza, ao carinho. Desse modo, representava as mulheres como delicadas e reforçava esse modelo de feminilidade como o correto e único possível. Sendo constante recomendações às alunas para agirem dentro desse padrão, que, por vezes, aparece como uma característica naturalmente presente nas mu-

lheres, e em outros momentos, como algo que deveria ser aprendido, sendo a escola esse espaço de aprendizagem.

Em suma, esses afetos e sentimentos associados a bondade, ao carinho, ao amor, a compaixão eram considerados atributos, supostamente, presentes nas mulheres e caso elas não se enquadrassem nesses pressupostos eram recomendadas, mesmo assim, a agirem dentro desses padrões. Esses discursos apareciam impondo uma norma, estabelecendo uma ordem do discurso sobre as sensibilidades e afetos femininos, se constituindo, dessa maneira, uma prática de educação de mulheres.

## NOTAS

1 Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB) e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Além disso, é Professor Adjunto do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3 *éducation ménagère* foi uma modalidade de ensino que emergiu na Europa na segunda metade do século XIX, com o objetivo de oferecer uma educação científica e racionalizada para as moças e futuras donas de casa. No Brasil, passou a ser nomeada como Educação Doméstica e incorporava conhecimentos de medicina do lar, puericultura, cozinha, costura, lavanderia, jardinagem e criação de animais. Tais conhecimentos eram considerados indispensáveis para que as mulheres exercessem sua suposta função como donas de casa e mães de família.

4 O jornal *A República* foi fundado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão em 1889 e tornou-se um dos principais veículos de difusão do projeto de República recém-instalada no Estado do Rio Grande do Norte. Ele era o jornal oficial do governo estadual e publicava notícias da cidade e de seus moradores.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

A REPÚBLICA. A Escola Doméstica. **Revista Escola Doméstica**. Natal, ano. I, n. 1, s/p, outubro de 1925.

LEITÃO, A. Às minhas alunas. **Revista Escola Doméstica**. Natal, ano. I, n. 1, s/p, outubro de 1925.

GUERRA, P. Pela Educação Feminina. **Revista Escola Doméstica**. Natal, ano. I, n. 1, s/p, outubro de 1925.

### Bibliografia

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2018, pp. 371-403.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 09-42.
- OLIVEIRA, M. T. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, M. T. **Sentidos e sensibilidades: sua educação na História**. Curitiba: UFPR, 2012, p. 07-19.
- PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, S. J. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 7-21.
- XAVIER, W. J. F. **Razões e Sensibilidades: Um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865-1917)**. 2015. 211p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.



# **SOBRE AS FORMAS DE DISCIPLINA E RESISTÊNCIA NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**Laelson Vicente Francisco**

**Azemar dos Santos Soares Júnior**

## **RESUMO**

Esse artigo tem por objetivo analisar o controle exercido sobre os corpos dos alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Essa instituição funcionou entre os anos de 1873 e 1940. Tinha por objetivo arregimentar e disciplinar a infância desvalida na cidade do Natal, com o intuito de fornecê-los à Corte, para que fizessem parte do corpo da Marinha, pois se encontravam aptos para o serviço ao mar. Dentro dessa logística institucional, realizamos tais análises e interpretações sob a luz do conceito de *disciplina* e de *resistência* através dos escritos de Michel Foucault (2012); soma-se ainda a proposta de perceber as sensibilidades, de acordo com Sandra Pesavento (2008) na intenção de perceber as emoções contidas nas ações promovidas pelos aprendizes. Problematicamos metodologicamente o *Livro de Castigos* da escola que possui anotações sobre as infrações cometidas, bem como as punições aplicadas aos aprendizes. Conclui-se que esses *menores*, submetidos a tais controles sob seus corpos, desenvolvem a disciplina pelo medo dos castigos, mas também trazem consigo as marcas do ódio, transpassados através da burla.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Marinheiros, Disciplina, Resistência.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca fazer uma análise acerca da *Escola de Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte e o controle que era exercido sobre os corpos dos aprendizes que ali assentavam praça.

Tal instituição foi pensada ainda no século XIX quando a Marinha do Brasil precisava fortalecer seu corpo de pessoal preparado e capacitado. Francisco (2018, p. 11) nos apresenta o vislumbre de tal cenário, assinalando que: O século XIX pode ser visto como um período de muitas mudanças no cenário cultural, político, econômico e social. Momento de transformações que foram decisivas para a construção da identidade dos brasileiros, pela luta por direitos como

a liberdade e o fim da escravidão, o surgimento de instituições disciplinadoras, o funcionamento de espaços que visavam educar. Foi nesse contexto que ganhou vida a Marinha do Brasil, responsável por contribuir com o fortalecimento da ideia de constituição do país enquanto projeto de nação. A Marinha moldava suas funções: não pretendia mais ser responsável por transporte de carga, aquela que levava e trazia toda sorte de coisas, mas sim, desbravar, proteger, lutar. No momento em que o país começava a “andar com suas próprias pernas”, fazia-se necessário, a partir das águas, vigiar, proteger a terra e sua gente dita brasileira

As Escolas de Aprendizes Marinheiros, antigas Companhias de Aprendizes Marinheiros, constituem-se como tais “instituições disciplinadoras” e espaços de formação educativa.

Quando foram pensadas estas instituições receberam o nome de *Companhia* e permaneceram com essa nomenclatura até 1884. No estante por meio do decreto nº 9371, de 14 de Fevereiro 1884, todas as “[...]Companhias de Aprendizes Marinheiros passam a denominar-se Escolas de Aprendizes Marinheiros”. (MARINHA, 1884, p. A3-5)

## RIO GRANDE DO NORTE

A primeira *Companhia*, aberta na Corte, na cidade do Rio de Janeiro, já no ano de 1844, apresentava os resultados tidos, pela Marinha, como essenciais e significativos, como podemos ver no relatório ministerial: “as vantagens que se tem colhido desta instituição são extraordinárias, a subordinação, asseio, e entelligencia sobressahem em taes individuos, que já contão cinco, e seis annos de praça, vantagens resultantes da disciplina e instrucção que recebem” (MARINHA, 1844, p. 167)

As então Companhias passam a ser um importante viveiro de futuros marujos. Logo passam a se espalhar por todo o litoral brasileiro e no estado do Rio Grande do Norte surge através do decreto número 5.181 de 16 de dezembro de 1872, tendo sua abertura oficial no

ano seguinte, 1873, por motivos de falta de pessoal capacitado, segundo relatório provincial. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1873, p. 24)

Ao mudar a nomenclatura de *Companhia de Aprendizes Marinheiros* para *Escola de Aprendizes Marinheiros*, “Em Agosto reuniu-se á Escola da Parahyba, sob n. 5, a Companhia do RioGrande do Norte”. (MARINHA, 1885, p. 15)

Como podemos ver a Escola que funcionou no Rio Grande do Norte passou por um período de fechamento ainda no século XIX, transferindo todos os seus aprendizes para o estado da Paraíba e que segundo Francisco (2018, p. 37) só retorna ao Estado dentro do período republicano.

## O CONTROLE

Os aprendizes quando eram acompanhados de processo educativo, passavam a serem aptos, de forma satisfatória, a exercer serviço na armada, “affeita de longa data, á vida e aos serviços do mar”, ou seja, esses menores, que passavam pelas Escolas de Aprendizes Marinheiros, estavam sendo educados, *construídos, elaborados, docilizados*, para o trabalho militar na Marinha do Brasil. (MARINHA, 1870, p. 15)

Esse ideário de soldado, que agora, a partir das Companhias de Aprendizes Marinheiros começariam a ser constituídos, foi descrita por Foucault (2009, p. 117) como,

[...] alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra.

Outro ponto importante que podemos citar aqui é o fato de que a Marinha estava disposta, através de seu novo sistema educativo, moldar os seus *menores*, pois “o soldado tornou-se algo que se fabrica: de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa”, que neste caso, ainda passaria pelo processo de *fabricação*. (Foucault, 2009, p. 117)

Para a Marinha brasileira era fundamental a formação de um corpo de “marinheiros capazes de compreender o funcionamento do navio, das armas, suas nomenclaturas, e, acima de tudo, capaz de responder às ordens, à disciplina” (FRANCISCO, 2018, p. 45)

Por se tratar de uma instituição de cunho educativo e de formação militar, todo o processo dentro das salas de aula da Escola de Aprendizes Marinheiros, buscava sempre aplicar a disciplina, como aponta Michel Foucault (2009, p. 122), reiterando que “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo”.

Por tanto, segundo o autor, a escola e a sala de aula, bem como seus muros, paredes e etc. funcionavam como uma espécie de barreira protetora e separatória do mundo exterior.

Era um lugar “fechado em si mesmo” pois havia a grande necessidade de esses alunos/aprendizes terem contato apenas com aquilo que estava sendo proposto, inculcado e internalizado nas mentes e nos corpos desses *menores* como forma de controle.

E impossível pensar escola e formação militar separadas do disciplinamento. A Escola de Aprendizes Marinheiros era a forma mais rápida “formar o “caráter” do indivíduo desde a mais tenra idade” (HALPERN; LEITE, 2014, p. 189).

Ainda pensando no espaço escolar, Michel Foucault (2009, p. 121), vai afirmar que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”. Esses espaços serão nos séculos XVIII e XIX. Com relação às escolas em si, o autor reitera que “o modelo de

convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito”.

## A RESISTÊNCIA

Entrelaçada a vida escolar e disciplinatória dentro da Escola de Aprendizes Marinheiros existia a burla, ou seja, a forma que os alunos/aprendizes encontravam de quebrar

as regras impostas. Essa seria a forma de resistência que esses *menores* possuíam e aplicavam corriqueiramente no dia a dia da instituição.

No entanto, por se tratar de uma Escola de formação militar e por ter como palavra de ordem a disciplina, toda e qualquer quebra das regras era vista como algo temeroso e inaceitável para os padrões militares. Logo, esses *menores* seriam punidos, castigados.

Dentro da Escola de Aprendizes Marinheiros existia um livro, chamado de Livro de Castigos de Aprendizes Marinheiros. Neste livro eram anotadas todas as faltas cometidas pelos *menores*.

Diariamente algum aprendiz entrava no Livro de Castigos. Muitos deles recorrentes.

O livro era distribuído da seguinte forma: anotava-se dia, mês e ano do ocorrido, o número do aprendiz, a especialidade (se era aprendiz, cabo, etc.), a classe a que pertencia, o nome completo, a contravenção praticada, os atenuantes e agravantes, a pena imposta, assinatura da autoridade que a aplicou e um campo para observações (que servia para a autoridade informar se era uma queixa recorrente, que era anotada em forma de falta. Ex.: 5ª falta ou 10ª falta).

Por várias vezes essa burla era feita por um grupo de aprendizes, como podemos constatar nas páginas do livro do dia 11 de novembro de 1940, onde 12 aprendizes não compareceram a primeira formatura e por isso foram impedidos de 1 licença. É interessante notar que neste caso específico que os aprendizes Maurício Alves de Oliveria e Ney Barros Cavalcante já estavam nas suas 21ª e 23ª faltas respectivamente. (MARINHA, 1840)

Era relativamente comum casos de aprendizes que eram pegos fumando escondido, sozinho ou em grupos. Faltando as formaturas alegando que suas roupas estavam sujas ou molhadas e que quando eram vistoriadas os comandantes/autoridades descobriam que era mentira do aprendiz.

Na mesma data de 11 de novembro de 1940 vemos a seguinte anotação de contravenção:

Não compareceu a primeira formatura da manhã, encontrei-o no pátio interno, nas imediações do refeitório, perguntado porque não foi formar respondeu-me com brutalidade e indisciplinadamente o que forçou-me mandar prendê-lo no bailão. Carlos Gomes da Costa - 1º Sargto de Estado

Tal contravenção foi realizada pelo aprendiz Antônio de Pádua Moura Caldas. Para analisarmos o porquê de tal atitude vinda do aprendiz em questão, trazemos o pensamento de Sandra Pesavento (2007, p. 10), que vai afirmar que “a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade.”, ou seja, a indisciplina cometida pelo *menor* foi uma atitude ou comportamento advindos talvez das muitas pressões que eram realizadas dentro da Escola de Aprendizes Marinheiros.

Pressões essas que traziam em si uma carga psicológica bastante acentuada. A reação imediata à pergunta feita sobre o porquê da falta na formatura da manhã, desencadeou um processo da chamada terceira lei de Newton que afirma que *a toda ação corresponde a uma reação de igual intensidade, mas que atua no sentido oposto*.

Sendo assim, podemos pensar que: foi anotada a falta do aprendize informada o grau de gravidade, uma vez que esse aprendiz foi rude nas palavras para com um superior. Mas podemos nos questionar se a abordagem foi realizada de forma sensata, calma. O que podemos interpretar de acordo com o citado nos parágrafos anteriores é que tais pressões sobre os crianças e adolescentes corroboraram, talvez, para que o ocorrido acontecesse. A reação de igual intensidade, só que no sentido oposto, de enfrentamento ao superior, só afirma que mesmo praticando diariamente estudos disciplinares, as cargas emocionais fazem parte do âmago do ser humano, independentemente de seu espaço de convivência e sua posição.

Pesavento (2007, p. 10), ainda vai afirmar que tais “sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela reação originária é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos.”.

## CONCLUSÃO

As Escolas de Aprendizes Marinheiros, foi pensada como uma instituição pública, em regime de internato, formadora de marujos, para uma vida militar à bordo das embarcações da Marinha do Brasil. Obviamente que também não podemos deixar de fora, esquecermos do verdadeiro intuito de implementação das Companhias/Escolas pelo país.

No entanto, vale salientar que embora tenha sido acompanhada de uma carga ideológica militar de disciplinamento extremamente dominante em sua constituição, as Escolas acabaram contribuindo também para a formação educativa numa vertente alfabetizadora dos *menores* que ali assentavam praça.

Destacamos também que disciplina e resistência andam juntas, de mãos dadas dentro das Escolas de Aprendizes Marinheiros e que por motivos diversos, tais situações coexistiram durante todo o período de funcionamento da instituição no rio Grande do Norte.

A disciplinarização de corpos é fundamental para a instituição. Tal feito elimina de dentro do corpo da Marinha “diversos vícios cotidianos considerados avessos à vida ao mar.” (FRANCISCO, 2018, p. 22)

Em contrapartida, esse corpos que eram docilizados, moldados de acordo com a vontade da Marinha, eram carregados de sensibilidades. Não eram homem “máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe”. (FOUCAULT, 2009, p. 138)

E também compartilhamos do pensamento de Pesavento (2007), que afirma que “As sensibilidades são sutis, difíceis de captura, pois se inscrevem sob o regime da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos.” Portanto esse exercício de perceber essas sensibilidades são delicados e profundos.

Utilizamos tais conceitos de forma subjetiva e interpretativa como o dever ser sempre. E reiteramos que este trabalho é um pequeno delenimento de um estudo que ainda pode apresentar diversos resultados e novas informações sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: educação, formação militar e política no Império.

\_\_\_\_\_. Os recursos para o bom adestramento. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2020. Terceira Parte: Disciplina. Cap. 2. p. 167-189

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

ALVES, Sandra Vandrêa Marcelino. “Indisciplinado, ofendeu com palavras obscenas”: disciplina e castigo na Escola de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte (1930-1942). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: < <http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/7121>>

CASTRO, César Augusto. Navegar é preciso: A Escola de Aprendizes Marinheiros no Maranhão Império. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/652.pdf>. Acesso em: dez/2020.

CASTRO, Rozenilda. O Surgimento da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí no contexto das Companhias do Império Brasileiro. In: A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. 2ª Ed. Teresina/PI: Editora Universitária da UFPI, 2013. p. 25-66.

\_\_\_\_\_. O cotidiano da Companhia de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba. In: A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. 2ª Ed. Teresina/PI: Editora Universitária da UFPI, 2013. p. 67-122

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 22. ed. Petrópolis, RJ.: Ed. Vozes.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2020. Terceira Parte: Disciplina. Cap. 1. p. 133-166.

FRANCISCO, Laelson Vicente. “Um passo para o homem, um salto para a Marinha”: a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/7118>>

GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”; PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 7-21.

LIMA, Solyane Silveira. Recrutá-los jovens: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Aracajú: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

MESQUITA, Simone Vieira de. Ensino militar naval: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864-1889). 2016.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Sentidos e sensibilidades: sua educação na História. Curitiba: UFPR, 2012, p. 07-19. (Ler a apresentação).

MINISTERIO DA MARINHA. **Relatório do Ministério da Marinha de 1840-1**. Proposta do ano de 1840 apresentada à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1840. Rio de Janeiro, 1840.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Marinha de 1840-2**. Relatório apresentada à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1840. Rio de Janeiro, 1840

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Marinha de 1870**. Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembleia Legislativa na 3ª sessão da 14ª Legislatura. Rio de Janeiro, 1871

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Marinha de 1884**. Relatório do ano de 1884 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 19ª Legislatura. Rio de Janeiro, 1885

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Marinha de 1885**. Relatório do ano de 1885 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 20ª Legislatura. Rio de Janeiro, 1886

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. **Relatório Provincial de 1873**. Relatórios com que installou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 11 de junho de 1873 o 2.º vice-presidente exm. sr. coronel Bonifácio Francisco Pinheiro de Camara, e passou a administração da mesma provincia ao exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho no dia 17 do mesmo mez. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1873

ROSENWEIN, Barbara H. História das Emoções: Problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 21-45.

SANTOS, WLB. A criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial. 2016. 240 f. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)– Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. A PRÁTICA EDUCATIVA NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO PIAUÍ (1874 a 1915). 2018.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física: raízes europeias e Brasil. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.



# VIVENDO A HISTÓRIA FORA DO COMPÊNDIO

Valquíria Lopes de Souto <sup>1</sup>

Érica Melo de Lima <sup>2</sup>

O presente trabalho visa promover, de maneira objetiva, discussões acerca das propostas didático-pedagógicas e teórico-metodológicas que permeiam o processo de ensinar a aprender história, referentes ao ensino-aprendizado na escola pública, especificamente no uso das aulas de campo nos centros históricos regionais, na utilização da interdisciplinaridade possibilitada no ambiente de ensino. Constituindo-se como instrumento para a formação contínua do corpo docente e discente.

Primeiramente, faz-se necessária a explanação acerca da história e seu papel no ensino regular. Muitos afirmam, mediante o senso comum, que a história é a ciência que estuda o ser humano e sua ação no tempo e no espaço concomitantemente à análise de processos e eventos ocorridos no passado. O termo “História” também pode designar todas as informações do passado arquivadas em todas as línguas por todo o mundo, por intermédio de registros históricos.

Entretanto, a historiadora Borges observou que, diferentemente do senso comum, explicar acerca do significado do termo “História” é mais complicado do que aparenta ser:

Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos desde a infância. A maior parte das pessoas [...] se considera em condições de respondê-la, coisa que não se daria, por exemplo, se se perguntasse ‘o que é semiótica?’. Mas, ao tentar uma resposta a ‘o que é História?’, a pessoa enrolará, não chegando a nenhuma definição precisa, ou dirá, com um certo desinteresse, refletindo um consenso mais ou menos geral: ‘A história é o que já aconteceu há muito tempo...’ (BORGES, 1980, p. 7)

Dessa forma, é fundamental o ensino da história desde os anos iniciais da escolaridade acadêmica dos alunos. A história será uma das responsáveis para o esclarecimento de fatos, expositora de acontecimentos e formadora de opiniões na sociedade contemporânea. De acordo com Berutti e Marques (2009, p.16):

Este, certamente, é um bom momento para esclarecer que, da mesma forma que a história de vida de cada um contribui muito para a construção da identidade deles, também os vários processos históricos do passado são essenciais para a compreensão da sociedade e do mundo atual. Essenciais inclusive para entender, comparar e formar opiniões sobre a maneira de viver e de pensar nos dias de hoje.

Ainda sob esse viés, escreveu o historiador francês Marc Bloch (1886-1994), “a incompreensão do presente nasce da ignorância do passado.” De tal modo, a historicidade local de Pedra Lavrada deve fazer-se presente nas escolas do referido município, a fim de contribuir para

a formação acadêmica e cultural dos seus descendentes. No município, os maiores símbolos são a escavação de minérios e a presença de sítios arqueológicos, como a Serra das Flechas, que possuem pinturas rupestres marcantes.

Mediante sua presença, desde os primórdios dos séculos, as pinturas rupestres são símbolos das primeiras manifestações artísticas realizadas pelos hominídeos, nos primeiros anos da “Pré-História”, sendo vestígios de nossa evolução cognitiva e cultural. De modo a demonstrar e comprovar a existência e hábitos das civilizações que nos antecederam, as pinturas rupestres são algumas das mais importantes fontes historiográficas que dão base aos historiadores para realizar a reconstrução da história até então não desvendada completamente.

O Brasil possui na extensão territorial diversos parques arqueológicos com vestígios de pinturas em pedra, entretanto, devido à indiligência governamental ainda existe uma carência significativa de financiamentos para preservação desses sítios arqueológicos. Na região Nordeste, encontra-se, por exemplo, o sítio de São Raimundo Nonato, localizado no parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, no qual a arqueóloga Niède Guidon realizou pesquisas que culminaram na formulação de teorias sobre o processo de povoamento da América. Especificamente na Paraíba, o sítio mais visitado e preservado são as Pedras de Ingá.

O estudo que aqui segue, tem como localidade geográfica o município de Pedra Lavrada, que fica situado na Mesorregião da Borborema, na microrregião do Seridó. No interior de território de Pedra Lavrada, próximo à sede do município, encontram-se sítios arqueológicos os quais apresentam pinturas rupestres que alimentam os mitos populares a respeito da fundação do município. O próprio município foi denominado de Pedra Lavrada com base nas pinturas presentes na região.

O termo Pedra Lavrada, que designa o município, detém de tal nomeação referente a uma pintura Itacoatiara conhecida pelos populares como “Pedra de Retumba”, localizada no sítio Santa Galo, que forma juntamente com outros sítios o complexo arqueológico do referido município. Pedra Lavrada possui uma área de 393.4 km, possuindo dentro de seus limites territoriais, cerca de 11 (onze) sítios arqueológicos, tendo na Serra das Flechas o segundo mural de Itacoatiara e o cenário de lendas populares.

A Pedra de Retumba se tornou o local para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa de campo, baseado na utilização de práticas pedagógicas e interdisciplinares que contribuam para a formação da identidade cultural dos alunos da EMEF Santa Ana Albuquerque, no Distrito Cumaru, município de Pedra Lavrada/PB, referentes ao ensino de História mediante aula de campo relacionada às pinturas rupestres presentes no município, sendo esse o objeto empírico do estudo.

Através de um estudo acerca do ensino e aprendizado da História no que se refere às pinturas rupestres como incentivo metodológico, acrescida de uma revisão bibliográfica baseados nos estudos da área. De modo a traçar uma relação entre o ensino da história e a representação cultural das Itacoatiara do município.

Inicialmente, foi realizada aula teórica em sala, com auxílio de slides através dos quais os alunos obtiveram informações técnicas e temporais. Em seguida, foi realizada a aula de campo com a turma concluinte do Fundamental II da EMEF Santa Ana Albuquerque, na qual os alunos visitaram o sítio arqueológico do Cantagalo, chamado de Pedra de Retumba, em Pedra Lavrada/PB. Na ocasião, os alunos tiveram o contato com a historicidade local, mediante a observância das pinturas rupestres presentes no local, e demais vestígios historiográficos da região visitada.

Dessa forma, a metodologia utilizada foi visita *in loco*, para a realização da análise das pinturas rupestres, que implicasse também no estudo geográfico do lugar onde se localizam os sítios e a diversidade de vegetação local. Além da compreensão dos vestígios pré-históricos presentes e, conseqüentemente, dos vestígios de destruição do patrimônio histórico, a partir de pichações e de cartazes colados por cima das Itacoatiara, colaborando com o conhecimento em relação a história local do município.

Posteriormente, ao retornarem da visita, durante a aula de história, os alunos relataram oralmente suas vivências e aprendizados adquiridos durante a aula de campo. Constatando-se a interdisciplinaridade como agente fundamental no ensino de História, entre as análises geográficas, científicas, artistas e historiográficas feitas nos sítios arqueológicos, acrescidas de pontos discutidos acerca de outras disciplinas, como: religião e Educação Ambiental.

A partir da aula de campo com visita *in loco* na Pedra De Retumba, observou-se que, o projeto de aula de campo, despertou a curiosidade por parte do alunado, em relação da história de fundação do município e do surgimento das histórias envoltas no imaginário popular. Mediante o fato de que os alunos da turma não conheciam o Sítio Arqueológico visitado, os resultados foram considerados positivos.

De acordo com os relatos orais dos alunos em sala de aula, a oportunidade de ter contato direto com as pinturas proporcionou um despertar do pensamento holístico no que se refere ao ensino-aprendizado da história. Presenciar o que antes era visto apenas em páginas das poucas obras nos quais encontramos a história local do município em questão, e dentro do próprio território de origem da maioria dos alunos, estimulou os mesmos no ato de buscar conhecimentos.

É notória a existência da importância nas aulas de campo para a agregação sociocultural e acadêmica, além de mostrar as fontes historiográficas e trabalhar outras disciplinas durante o processo. A aproximação dos alunos com a temática abordada torna-se um meio de promover o interesse e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, a aproximação dos alunos com o objeto de estudo, por exemplo, as pinturas rupestres, esse contato direto estrutura o interesse do aluno e tira a aula da rotina de sala.

Nessa perspectiva conclui-se que, através do estudo acerca das pinturas rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do município de Pedra Lavrada, na Paraíba, enfatizando o papel das pinturas como vestígio principal para a reconstrução da historicidade de Pedra Lavrada, bem como a construção ideológica da identidade cultural dos seus habitantes, são algumas

ferramentas e práticas metodológicas que contribuem para o ensino-aprendizado da História, a partir da interdisciplinaridade da aula de campo.

Mediante as aulas de campo, propôs-se um método diversificado e fora dos parâmetros educacionais tradicionais, de modo a incentivar o pensamento holístico, bem como a busca pelo conhecimento histórico. Além disso, salientou-se a importância das pinturas rupestres como objeto de estudo e Patrimônio Cultural, foi possibilitado para os alunos um contato real com uma fonte historiográfica tão rica em vestígios culturais das primeiras comunidades, de modo que conseguiram despertar a atenção e interesse da turma.

Portanto, concluímos que o contato direto dos alunos com as pinturas é um dos caminhos para a propagação da história do município de Pedra Lavrada e para o incentivo nas pesquisas na área da pré-história. O município deve incentivar a visita e o conhecimento da população acerca de suas origens, em concordância com o hino municipal: “[...] lavrada pela grandeza de uma civilização antepassada [...]” escrito por Paulo Sergio Guimarães de Aguiar Campos.

## NOTAS

- 1 Graduada em História pela UFCG, Pós-Graduada em Metodologia da Educação pela FIP e Mestranda em História (UFCG/CH), Campina Grande – PB. E-mail: valquiriacubati@gmail.com
- 2 Graduanda em História pela UFCG, Campina Grande – PB. E-mail: erica.limallo@gmail.com

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Jordan Lapa; ROSA, Geder de Rocha. **Uma reflexão sobre o ensino de história:** um estudo de caso do processo de ensino aprendizagem. Revista Ensaios Pedagógicos, v.6, n. 11, p.35-43, 2016.
- DIAS, Ledeny Priscila de Lima. **A arte rupestre em Pedra Lavrada:** uma discussão acerca da importância da preservação do patrimônio arqueológico local. Monografia - especialização em história do Brasil e da Paraíba, centro de educação, Faculdades Integradas de Patos, Campina Grande, 2015.
- DIAS, Ledeny Priscila de Lima. **A Pedra de Retumba:** escavando uma história. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em história, Centro de educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BERRUTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e Aprender História.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- RIETVELD, Padre João Jorge. **História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada:** A devoção de José Bezerra da Costa. Campina Grande: Maxgraf, 2010.

# ST 11

## **“LIBERDADE, LIBERDADE ABRE AS ASAS SOBRE NÓS”: A LUTA POR LIBERDADES E DIREITOS NA HISTÓRIA DO BRASIL**

Profa. Ma. Janielly Souza dos Santos



# A EXPULSÃO DO PE. VITO MIRACAPILLO DO BRASIL (1980). UMA HISTÓRIA CONTADA PELOS JORNAIS

Jonas Durval Carneiro<sup>1</sup>

Orientadora: Marcília Gama Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Em outubro de 1980, o padre italiano Vito Miracapillo foi expulso do Brasil. Miracapillo, ligado a correntes progressistas da igreja católica, havia entrado em conflito com autoridades do município de Ribeirão/PE, especialmente por sua atuação na mobilização de trabalhadores do campo locais. Contudo, o mesmo passou a ser alvo de inquérito expulsório impetrado pelo deputado Severino Cavalcanti, com base na proibição de atuação política por estrangeiro, quando o padre se recusou a celebrar missa em homenagem à semana da pátria e propalou carta na qual elencava entre outros motivos a “não efetiva Independência do povo brasileiro”. O caso, debatido por várias semanas nos jornais mais importantes do Brasil, expôs muitos desafios da transição da ditadura brasileira: o uso de lei de estrangeiros como forma de perseguição a religiosos, a redelimitação do papel da igreja e a abertura para mobilizações sociais.

## INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira trouxe em seus diversos aspectos, problemáticas ligadas as mais diferentes questões da sociedade. Nada fugiu ao seu controle exacerbado, nada passou despercebido. Segundo Reis (2000) “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”. No início da década de 80, dando sinal de seu esfacelamento, o governo ditatorial começava aos poucos a transição de devolução de poder ao povo. No final da década anterior João Baptista Figueiredo havia sido incumbido da difícil tarefa de garantir a transição do regime militar para a democracia. O AI – 5 já havia sido revogado, a Lei da Anistia havia sido aprovada de modo controverso porque além de perdoar os opositores do regime, a lei anistiava também militares que estavam envolvidos com crimes de tortura e assassinato.

A década de 80 pode ter sido “a década perdida” em muitos fatores da sociedade, mas com certeza, foi uma época de muitas mudanças na conjuntura política do país. Mudanças de paradigmas ou acentuação de outros aconteceram em muitas cidades pequenas e grandes dessa

nação. Cenários que possivelmente não foram contados nos anais da história ou que precisam ser revisitados a fim de que sejam compreendidos com outros olhares, como é o caso da expulsão do Pe. Vito Miracapillo, ex-pároco da cidade de Ribeirão-PE.

## **A CIDADE**

Não resta a menor dúvida que o período da ditadura militar foi um dos mais trágicos e terríveis para a história do Brasil. E que as influências desse regime não estavam presentes apenas nas grandes capitais, mas também em cidades pequenas do interior, como é o caso de Ribeirão/PE. Cidade situada na microrregião Zona da Mata Sul de Pernambuco, na época dos acontecimentos que serão narrados, era uma cidadezinha pacata do interior, com aproximadamente sessenta mil habitantes em que a vida seguia além dos acontecimentos políticos que envolviam a nação.

Distante cerca de 80 km da capital pernambucana, a cidade era conhecida como “Princesa dos Canaviais”, porque era e ainda é cortada por imensos canaviais. Sua fonte de renda primária, portanto advinha da cana-de-açúcar, na época o principal meio de subsistência da economia local. Diante disso, seria normal que o setor exercesse enorme influência política e econômica sobre a cidade. Além disso, outro gerador de riqueza era o comércio local, dependente quase que exclusivamente das usinas que estavam próximas à cidade, como as Usinas Estreliana<sup>3</sup> e Caxangá<sup>4</sup>.

## **O PÁROCO**

É um processo comum na igreja receber padres de outros países para evangelizarem em regiões onde a Santa Sé não dispõe de corpo eclesiástico suficiente. Foi o que aconteceu na Diocese de Palmares – PE, responsável pela administração episcopal da Zona da Mata Sul pernambucana, que recebeu em suas dependências o padre italiano Vito Miracapillo em 31 de outubro de 1975.

Filho de pequenos agricultores da região da Puglia na Itália ordenou-se padre e, aos 29 anos, optou por vir ao Brasil. Em janeiro de 1976 foi enviado para cidade de Ribeirão para exercer a atividade de pároco na cidade. Segundo Dalledone (2016), “A paróquia, embora fosse a segunda maior da diocese, havia ficado cinco anos sem pároco, contando apenas com o padre diretor do Colégio Paroquial, Pe. Antônio Borges, para a celebração de casamentos e batizados”. Miracapillo chegou à cidade num momento em que o poderio econômico local exercia uma enorme influência sobre o poder público e sobre a população mais pobre. Do mesmo modo, o governo ditatorial, embora fosse mister o início do seu esfacelamento, ainda mantinha um enorme controle sobre a população.

É diante desse contexto que o Padre Vito Miracapillo é inserido: um padre estrangeiro, fortemente ligado às linhas pastorais da Opção Preferencial pelos Pobres do Concílio Vaticano II (1965) e das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Diante dos cenários que foram vivenciados pelo pároco e das circunstâncias que a população se encontrava, o fez se envolver com a assistência e mobilização social de trabalhadores rurais e camponeses ligados a terra no interior de Pernambuco, especialmente com as irregularidades ligadas a Cooperativa Integral de Reforma Agrária – INCRA.

## O ESTOPIM PARA ABERTURA DO PROCESSO

Preste a completar 52 anos de emancipação política, a cidade de Ribeirão viu-se entregue a um jogo de poder que causaria um imbróglgio de proporções não apenas local, mas em nível nacional ou até mesmo internacional. A semana da Pátria do ano de 1980 seria o pontapé inicial para um processo de expulsão que colocaria a pacata cidade de Ribeirão no mapa nacional.

Há quatro anos servindo como pároco na cidade, Miracapillo já estava ciente da situação em que a população local se encontrava, principalmente o homem do campo. Porque comumente se dirigia aos locais ermos do município para celebrar missas em pequenas vilas, mantendo, assim, o contato com esses camponeses. Conhecendo essa realidade, era desejo do pároco mudá-la e o primeiro passo era alterar as práticas locais da igreja.

Miracapillo fez mudanças na igreja local e recusou favores do poder público, tudo isso como parte de um projeto pessoal de identificação com os mais marginalizados da população. Contudo, esse projeto não obteria sucesso se não houvesse uma intervenção nos conflitos econômicos e políticos da cidade.

As ações polêmicas do padre tomaram o seu ápice na semana da pátria de 1980, quando o mesmo recebeu do prefeito da cidade, Salomão Correia Brasil<sup>5</sup>, a incumbência de realizar uma missa em comemoração a Independência do Brasil e a emancipação política da cidade, cuja recusa o padre fizera questão de deixar claro mediante um ofício designado tanto ao prefeito como para a Câmara de Vereadores da cidade:

Paróquia de Sant’anna de Ribeirão Diocese de Palmares  
Ao prezado Prefeito Salomão Correio Brasil,  
À distinta Câmara Municipal

Tendo recebido o convite para as solenidades da Semana da Pátria, faço cientes os Excelentíssimos Senhores de que não será celebrada a Missa em Ação de Graças no dia 07 e no dia 11, na forma e no horário anunciados. Isto por vários motivos, entre os quais a “não efetiva independência do povo”, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos.

Atenciosamente,  
Pe. Vito Miracapillo  
Vigário<sup>6</sup>



Tanto o prefeito, como o presidente da Câmara de vereadores se sentiram ultrajados e ofendidos pela recusa do padre “estrangeiro” em celebrar a missa em comemoração a Independência do Brasil, e ainda mais pelos motivos declarados pelo pároco no ofício, que na visão das autoridades não tinha competência para julgar se as pessoas daquela região possuía ou não independência, tendo em vista o seu estado de estrangeiro no país. Se o poder econômico e político queriam uma oportunidade para calar a voz do padre, encontra um modo de fazê-lo.

## ABERTURA DO PROCESSO

O prefeito Salomão Correia Brasil, acompanhado do presidente da câmara de vereadores, **Amaury Morais de Oliveira**, depois de breve reunião reconheceram firma do ofício do padre e enviaram cópias tanto para o governador Marco Maciel, como para a Assembleia Legislativa do Estado onde encontrou caminho fértil para as investidas do deputado estadual pelo PDS Severino Cavalcanti<sup>7</sup>, mesma coligação do prefeito da cidade. O deputado se manifestou exigindo abertura de processo de expulsão do padre Vito, acusando o padre de ser um subversivo e comunista.<sup>8</sup>

Com um ambiente favorável na casa, por 22 votos a 11 um requerimento solicitando que a Assembleia formalizasse o pedido de expulsão ao Ministério da Justiça foi aprovado. A polêmica tomou conta do Estado e não demorou muito, o país. Virou notícia em todos os jornais sempre com reportagens em sua maioria desqualificando a atitude do pároco.<sup>9</sup> O processo administrativo foi instaurado em 24 de setembro de 1980 e foi conduzido pelo delegado da Polícia Federal Agildo Soares a pedido do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel.<sup>10</sup> A Igreja deu apoio irrestrito ao padre, ainda assim, o inquérito nº 25/80 seguia colecionando por meio de investigação muito rápida, documentos e depoimentos que tentavam provar as atividades políticas do padre<sup>11</sup>.

Segundo Dalledone (2016, p. 56):

A investigação local até tentou dar contornos mais claros à atuação político-subversiva de Miracapillo, de modo a afastar de vez o argumento de atuação religiosa. Denunciaram uma suposta organização criada pelo padre, o CIAC – Comunidade de Integração e Ação Católica. Sobre ela foram inquiridas todas as testemunhas, mas apenas o servidor da Previdência Social José Tenório Lima afirmou ter alguma informação: teria ouvido falar sobre uma reunião em que ela seria criada, pelo cidadão João Bosco, com orientação do padre Vito. Contudo, tanto João Tenório como as demais testemunhas, incluindo o prefeito Salomão e o ex-delegado da CIRA Carlos Eduardo, declararam não saber se a organização de fato existia. A organização foi pressuposta pelos investigadores de polícia e foi negada pelo padre Vito e seu advogado. Na falta de mais elementos, foi omitida pelo delegado nas conclusões de seu relatório final. O problema, assim, voltava a convergir para os limites da atuação pastoral da igreja progressista.

Configurou-se o que já era esperado pela parte que estava sendo julgada, o Relatório da Polícia Federal chegou a conclusão que as ações do padre eram revestidas de natureza política e comunista. O Estatuto do Estrangeiro, ou seja, a Lei nº 6.815/80 havia sido aprovada há poucos meses e foi usada pelo delegado da Polícia Federal para fechar o caso e culpar o acusado de infringir à legislação. De acordo com o art. 106 “O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil”. Sujeito então a pena de “detenção de um a três anos e expulsão”.

Diante disso, o advogado do pároco, Pedro Eurico de Barros e Silva<sup>12</sup>, tratou logo de arregimentar a defesa<sup>13</sup> demonstrando o trabalho sacerdotal realizado pelo padre na comunidade. Foi entregue a Polícia Federal uma defesa com treze páginas, quinze documentos e um abaixo-assinado com 14 mil assinaturas. Entre os documentos constavam três cartas, uma de Miracapillo ao presidente Figueiredo, e duas dos bispos Dom Acácio Rodrigues da diocese de Palmares-PE e Dom Marcelo Carvalheira da Paraíba. Além disso, constava atestado de conduta moral e cívica dos colégios onde lecionou em Palmares e Ribeirão e um pronunciamento do secretário de planejamento de Pernambuco, Jorge Cavalcanti.

Afastado de suas funções como religioso, o padre passou um tempo em Palmares até a finalização do inquérito e posteriormente foi para o Recife, na igreja da Madalena. Mas o apoio da igreja e da população pobre não cessaram e antes de tomar conhecimento das más notícias que viriam, organizaram no dia 02 de outubro de 1980 uma missa em apoio ao pároco<sup>14</sup>. No dia da celebração, dezenas de fornecedores de cana-de-açúcar armados ficaram na entrada da igreja cantando o hino nacional e impedindo a entrada dos fiéis. O protesto foi liderado pelo presidente do **Sindicato dos Cultivadores e da Associação dos Fornecedores de cana-de-açúcar de Ribeirão**, sr. Antonio Carlos, que eram favoráveis a expulsão do religioso. O incidente somente terminou quando o delegado da cidade proibiu a manifestação de repúdio.

Embora todo o apoio recebido<sup>15</sup>, inclusive de deputados<sup>16</sup>, ainda assim os esforços foram insuficientes. A Polícia Federal encaminhou o resultado das investigações para o Ministro da Justiça que elencou dois motivos para expulsão: vedação da atividade política ao estrangeiro e a proibição de atividade nociva à convivência do país, à segurança ou a ordem pública. Conhecedor das penalidades de quem inflige o art. 106 da Lei 6815/80, Ibrahim Abi-Ackel opinou pela expulsão tomando como base os artigos 65 e 70 da referida lei, conhecida como Lei do Estrangeiro:

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. [...]

Art. 70. Compete ao Ministro da Justiça, de ofício ou acolhendo solicitação fundamentada, determinar a instauração de inquérito para a expulsão do estrangeiro.

## A EXPULSÃO

Na manhã do dia 16 de outubro de 1980, a cidade de Ribeirão mostrava-se transtornada. No dia anterior, o presidente da República, João Figueiredo, acatando indicação do Ministro da Justiça, determinou expulsar o padre Vito Miracapillo. O decreto editado tinha as seguintes indicações:

Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65 da Lei nº 6.715 de 19 de agosto de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 34.019, de 1980, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território brasileiro, na conformidade dos artigos 64 e 70 da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, VITO MIRACAPILLO, de nacionalidade italiana, filho de Carmine Miracapillo e de Sabina Antolini, nascido em Andria, Itália, aos 15 de abril de 1947, que reside no Estado de Pernambuco. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, 2017, p. 316)

Segundo reportagem vinculada no jornal Diário de Pernambuco<sup>17</sup>, a população da cidade mostrou-se transtornada com decisão, embora soubessem que o processo de expulsão tratava-se de carta marcada. No interior da igreja ainda havia um grupo de pessoas rezando pedindo a Deus um pouco mais de justiça. O prefeito da cidade não foi visto durante o dia nem os fornecedores de cana que dias atrás havia feito protesto contra o padre. Os simpatizantes do vigário dirigiam a sua revolta ao deputado Severino Cavalcanti, apontado como o maior pivô do processo de expulsão.

No dia anterior, uma notícia trouxe esperança, a expulsão foi suspensa provisoriamente devido habeas corpus impetrado pelo advogado Ernesto Villa-Verde de Carvalho a pedido da CNBB. Outros três habeas corpus foram impetrados deixando a decisão final nas mãos do Supremo Tribunal Federal. Uma nova batalha jurídica precisava ser estruturada e o sacerdote precisaria aguardar decisão no Rio de Janeiro. Assim, no fim da tarde do dia 18 de outubro de 1980, padre Vito dava adeus a mais de quatrocentos pernambucanos que foram se despedir do pároco no Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Ainda no Rio de Janeiro, o sacerdote foi convidado pelo bispo auxiliar de São Paulo para esperar o resultado na sede da CNBB em Brasília, como forma da Convenção mostrar o seu apoio ao pároco. No dia 30 de outubro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal encaminhou ofícios ao presidente da República e ao ministro da justiça, informando que por unanimidade foram negados os habeas corpus a favor de Vito Miracapillo contra o decreto presidencial que no dia 15 de outubro de 1980 havia o expulsado.

Em análise ao julgamento, Dalledone (2017, p.91) explicita que:

Se nos jornais a crise entre igreja e Estado era o centro das atenções, no STF este tema apareceu apenas incidentalmente, de passagem. Da mesma forma, se no inquérito administrativo produzido em Ribeirão a crise entre trabalhadores e usineiros era o problema central e o motivo para a conde-

nação da atuação de Miracapillo, no STF este tema foi apagado, engolido por um conceito geral não definido de atividade política. A razão para a redução foi a competência constitucional da Corte, associada a uma teoria que lhe limitava a jurisdição na temática de soberania nacional. O resultado prático, porém, foi um limite na defesa de Miracapillo, que lhe custou a permanência no Brasil.

Em Ribeirão, a notícia sobre o julgamento do habeas corpus só chegou no fim do dia 30<sup>18</sup>. Embora grande número de pessoas já esperasse que o julgamento fosse desfavorável ao padre, a revolta, o desespero e a tristeza se abateram sobre a cidade. Quando a casa paroquial confirmou a expulsão por meio de um telefone do deputado federal Marcos Cunha (PMDB), a Matriz de Santana foi invadida pelo povo, que revoltados, desnudaram os altares retirando todas as flores. As imagens foram cobertas com pano branco, uma grande tarja preta foi fixada no altar e diversas faixas foram espalhadas pelo templo acompanhado por choro e cenas de histeria.

Logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal, o ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel determinou ao diretor-geral da Polícia Federal que preparasse o embarque do padre Vito Miracapillo para o Rio de Janeiro acompanhado de dois agentes. Vindo de Brasília num voo da Varig, o sacerdote desembarcou no Aeroporto Internacional do Rio Janeiro, que estava cercado por forte segurança. Passou as últimas uma hora e meia na sala da Polícia Federal sem nenhum contato. Dali pegou um voo com destino a Roma. Assim partia solitário aquele que tentou dar voz a pobres trabalhadores camponeses da zona rural de Ribeirão-PE.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando o padre Vitor Miracapillo assumiu a igreja em Ribeirão, ele era jovem e inspirou-se nos ideais de modelo da igreja dos pobres como parâmetro para servir a comunidade. Suas atividades paroquiais e pastorais estavam redirecionadas a servir aos mais pobres e não somente aos mais abastados da cidade. Com isso, recusou os benefícios que as autoridades locais dispensavam a autoridade eclesiástica representada pela Igreja. Mais do que isso, se preocupou e se ocupou em municiar os mais pobres por meio de suas demandas trabalhistas e agrárias, criando assim, desavenças com aqueles que detinham o poder.

O ápice dessa crise foi à recusa pelo padre de realizar a missa em celebração a Independência do Brasil e a emancipação política da cidade. Enviando como justificativa “a não efetiva independência do povo”, um claro momento de indignação do padre acerca da precária situação que vivia a população camponesa do município e a indiferença com que isso era tratado pelas autoridades locais. Porém, essa atitude do pároco municiou as autoridades que estavam a serviço da ditadura, como o deputado Severino Cavalcanti, de provas capazes de abrir um inquérito de expulsão, tendo em vista que o mesmo era estrangeiro.

O caso Miracapillo serviu para trazer à tona os problemas que o homem do campo e do trabalhador rural enfrentava diariamente. Tendo os seus direitos renegados e sendo constantemente abusados, outros vivendo concomitantemente numa situação análoga ao trabalho escravo. O caso serviu também para mostrar que embora a ditadura desse sinais de abertura política, ainda não estava pronta para ouvir a verdade nua e crua que assolava pelo interior do Brasil.

## NOTAS

- 1 Licenciando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: jonasdurval2004@hotmail.com
- 2 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marciliagama@yahoo.com.br
- 3 Situa-se no município de Gameleira, próximo ao Ribeirão. Foi fundada no engenho Amaragi, de João Siqueira, em 1891. O nome Estreliana foi uma homenagem à sua mãe, que se chamava Estrela. Em 1943, a fábrica foi adquirida por José Lopes de Siqueira Santos, que comandou a fábrica até 1981, quando morreu em um acidente de carro em Recife. A fábrica foi então vendida para o Grupo Fernando Maranhão.
- 4 Localizada no município de Ribeirão, na margem direita do rio Amaragi, foi fundada pelos senhores de engenho Arthur de Siqueira Cavalcanti e os irmãos Ethelmino e Antônio Bastos. Foi criada através de decreto de 12 de dezembro de 1894, incorporando os engenhos Caxangá, Lage, Caeté e Tolerância, moendo pela primeira vez em 1895.
- 5 Na época, filiado ao PDS, partido que surgiu com a extinção da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que dava sustentação política a Ditadura civil militar e que hoje é o atual PP (Partido progressista).
- 6 BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Termo de declarações que prestou Salomão Correia Brasil. Relatório, 26 set. 1980. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n.º 58.411, p. 35. Vito apresenta-se a Polícia Federal. Diário de Pernambuco, Recife, p. A4, 17 out. 1980.
- 7 Severino José Cavalcanti Ferreira, oriundo de uma família de pequenos agricultores, foi deputado estadual e federal, além de prefeito de João Alfredo, no agreste pernambucano, por dois mandatos. Vice-Líder da ARENA, 1975-1977; Primeiro-Vice-Líder do PDS, 1983-1985; Primeiro-Vice-Líder do Governo, PDS, 1983-1985. Faleceu em 15 de julho de 2020.
- 8 Padre recusa-se a celebrar missa em homenagem a pátria. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.1 06 set. 1980. O subversivo seria aquele que ameaçasse as instituições e o ordenamento social, independente de sua origem social. Ver: CAMARGOS, Júlia Lettícia. Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. 2012. (pág. 59).
- 9 Padre se recusa a rezar missa de 7 de setembro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.1, 6 set. 1980.
- 10 Deputado federal pela ARENA, licenciou-se do cargo em 1980 para ser nomeado Ministro de Estado da Justiça. Por iniciativa do governo, em março de 1981 tomou a frente nas negociações em torno do Estatuto dos Estrangeiros — conjunto de normas sancionado em agosto de 1980 que regulamentava as atividades públicas e a permanência dos estrangeiros no país —, cujo texto inicial fora um dos principais fatores do agravamento das tensões entre a Igreja e o Estado.
- 11 Inquérito só ouviu rivais do padre. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 1, 27 out. 1980.
- 12 Advogado. Iniciou sua carreira política como militante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Defendeu moradores de várias ocupações de terra no Recife e Região Metropolitana. Durante a ditadura militar, defendia presos políticos, denunciava a tortura e a perseguição política.
- 13 DPF recebe defesa do padre Vito. *Correio Brasiliense*, Brasília, p. 4, 10 out. 1980.

- 14 Igreja agradece ação de delegado. *Diário de Pernambuco*, Recife p. A4, 04 out. 1980. Missa em homenagem ao padre Vito gera tumulto. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 1, 3 out. 1980. Rebu ideológico na missa de Pe. Vito. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 5, 3 out. 1980.
- 15 População é contra a expulsão do sacerdote. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 set. 1980.
- 16 Cunha apoia religioso. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 set. 1980.
- 17 Ribeirão mostra-se transtornada. *Diário de Pernambuco*, Recife. p. A7 17 out. 1980.
- 18 Ribeirão: saída de Vito antecipa Finados. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A5 31 out. 1980.

## REFERÊNCIAS

- Assembleia condena o Padre Vito. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 de set. de 1980, p. 1.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus, nº 58.411, p. 35 – 43.
- BRASIL. Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. *Diário Oficial da União*, 22 ago. 1980.
- Carta aberta ao povo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 de out. de 1980, p. A3.
- Cunha apoia religioso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 de set. de 1980, p. 3.
- DALLEDONE, Maria Pia dos Santos Lima Guerra. O Padre e a Pátria: direito, transição política e o Supremo Tribunal Federal na Expulsão de Vito Miracapillo (1980). Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- DPF recebe defesa do padre Vito. **Correio Brasiliense**, Brasília, 10 de out. de 1980, p. 4.
- GASPARI, Elio. A Ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 308.
- Inquérito só ouviu rivais do padre. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 1, 27 out. 1980.
- Igreja agradece ação de delegado. **Diário de Pernambuco**, Recife p. A4, 04 out. 1980.
- Missa em homenagem ao padre Vito gera tumulto. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 1, 3 out. 1980.
- MIRACAPILLO, Vito. O caso Miracapillo: conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil. Recife: Nordestal, 1985.
- OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. Vol.15 n.43 São Paulo Set./Dez. 2001.
- PERNAMBUCO. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. Relatório Final: v. II. Recife, 2017, p. 314-316.
- Padre se recusa a rezar missa de 7 de setembro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 de set. de 1980, p.1.
- População é contra expulsão de sacerdote. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 de set. de 1980, p. 26.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Rebu ideológico na missa de Pe. Vito. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 de out. de 1980, p. 5.

Ribeirão mostra-se transtornada. **Diário de Pernambuco**, Recife. 17 de out. de 1980, p. A7.

Ribeirão: saída de Vito antecipa Finados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 de out. de 1980, p. A5.

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITOS E CONQUISTAS NO BRASIL

Layse Félix Oliveira<sup>1</sup>

Silede Leila Oliveira Cavalcanti<sup>2</sup>

## RESUMO

O seguinte artigo tem por objetivo fundante apresentar os marcos históricos fundamentais para a asseguarção de uma educação de caráter inclusivo no Brasil, que possibilitou a educação dos dias atuais, bem como discutir sobre alguns pontos tais quais: o tratamento da pessoa com deficiência ao longo da história e a própria história da educação do Brasil, traçando uma linha entre conquistas e lutas pelo direito ao saber consolidadas e amparadas na legislação brasileira.

**Palavras-chave:** História da Educação - Inclusão - Deficiência - Acessibilidade - Legislação

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história muitas foram as dificuldades encontradas por aqueles que nasciam com alguma deficiência física, as sociedades antigas que possuíam um forte senso de sobrevivência não conseguiam ou não achavam necessário encaixar aqueles que acreditavam ser “fracos” para sobreviver sozinhos, seja no interior das matas com os indígenas ou nas cidades com os ideais de corpo perfeito como os gregos a essas pessoas foi tirado muito, sequer tiveram direitos para reivindicar já que a elas foi negada a própria vida.

Nas sociedades modernas com o surgimento da maquinaria e industrialização, o conhecimento científico possibilitou as adaptações necessárias, se o preconceito atribuía um caráter religioso, místico, oculto, para tentar justificar as deficiências, na era da globalização com os debates sobre direitos humanos vemos as ruas ficarem mais acessíveis, as vagas no estacionamento, as calçadas, o pensamento de inclusão chega visualmente nos centros urbanos, e adentra também as escolas, foi pensando nesse processo de inclusão escolar que esse artigo irrompeu, a partir do intuito de informar e traçar um percurso entre passado e presente. No momento atual o cenário brasileiro emerge como uma corda bamba onde o menor passo em falso pode ocasionar uma perda de direitos nos vemos inibidos a pensar sobre caminhos pela educação, lutas e conquistas, que devem sempre ser pontuadas, e jamais esquecidas.



## BREVE APRESENTAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS SOCIEDADES

É de conhecimento nosso que, tal como ocorre ainda nos dias de hoje uma certa resistência a integração da pessoa com deficiência nas atividades sociais do cotidiano, nas sociedades antecedentes essa integração sequer existiu, por isso, quando falamos em inclusão estamos falando de um processo, um processo árduo que foi baseado em lutas por direitos e resistência, de pessoas que durante muito tempo foram invisibilizadas, negadas, esquecidas.

Em sociedades como a Espartana aqueles que nasciam fracos ou com alguma deficiência física eram atirados no Taigeto um enorme abismo com mais de 2.400 metros de profundidade, na Roma antiga o pai de família deveria se encarregar de eliminar o filho caso nascesse com alguma deficiência, ou esses filhos eram abandonados, em Esparta inclusive esse hábito era lei. Essa prática é claro também se estendiam as civilizações indígenas, um exemplo bastante interessante disso são os Astecas, que confinavam as pessoas com deficiência em uma espécie de campo como zoológicos para que os demais pudessem vê-los em exposição e escárnio público (FONSECA, Ricardo. P. 71)

Na idade da pedra essas pessoas eram deixadas para morrer ou simplesmente abandonadas, isso era comum devido aos deslocamentos dos grupos, o estilo de vida nômade mediante a necessidade de procurar comida não possibilitava a esses indivíduos com maior dificuldade de locomoção a permanência nos bandos, como a tribo dos Chiricoa, que mantém o estilo de vida nômade e habitam as matas Colombianas

É o que acontece com os índios Chiricoa – eles habitam as matas colombianas e mudam-se com facilidade ou de acordo com as exigências para sobrevivência do grupo. Esses índios, tanto quanto certas tribos do Caribe antigo também o faziam, abandonam pessoas muito idosas ou incapacitadas por doenças ou por mutilações por ocasião de suas mudanças. Cada membro da comunidade carrega tudo o que pode levar e transportar pela selva, e que é considerado como estritamente necessário. Essas pessoas deficientes ou muito velhas e doentes terminam seus dias abandonadas nos antigos sítios de morada da tribo, por não poderem se movimentar ou por não serem consideradas como fundamentais para a sobrevivência do grupo. (MARQUES, Otto. p. 25)

Na idade média muitas eram as justificativas e atribuições para as deficiências, acreditava-se que essas pessoas tinham sido amaldiçoadas por demônios ou magia negra, feitiçaria, quando acontecia alguma coisa ruim como uma praga, logo esse fato era imediatamente ligado a elas, “azar”, “má sorte”, todas essas coisas constituíram uma imagem fortemente enraizadas em preconceitos, até o surgimento da “caridade cristã”, com toda a ideia do amor de Deus em relação a criação.

Com a chegada da modernidade, e sobretudo, dos processos de industrialização aos poucos questões como a locomoção e a comunicação passaram a ser contornadas, já que a nova

sociedade possibilitava uma série de invenções como lembrou Maria Ivone Fortunado “Na idade contemporânea, diversos inventos vieram e facilitaram o acesso ao trabalho e a locomoção das pessoas com deficiência, dentre os quais as cadeiras de rodas, bengalas, bastões, próteses, macas, coletes, veículos, adaptados, camas e móveis e o sistema Braille<sup>3</sup> .” A mesma autora ainda ressalta como após as guerras, com o grande número de pessoas mutiladas em combate houve uma iniciativa de toda a Europa para passas a integrar esses indivíduos na sociedade e principalmente no mercado de trabalho.

Não podemos, entretanto, cair no erro de fazer uma grande generalização como se todas as sociedades pré-modernas tivessem preconceito em relação as PCD<sup>4</sup> e que em nenhuma delas houve quaisquer tentativa de inclusão, o Egito a modelo ficou conhecido como a “terra dos cegos” respectivamente ao número elevado de pessoas que desenvolveram cegueira por causa de doenças oftalmológicas, além disso, existem muitos registros que comprovam a existência de pessoas com nanismo<sup>5</sup> exercendo diversos cargos, pescadores, domadores de animais, dançarinos, enfermeiros...(HAMADA & RIDA, 1972), podemos achar ainda um maravilhoso manuscrito que se mantém preservado no museu Britânico e que servia como uma espécie de código moral e de conduta para os egípcios (CASIMIRO, Gustavo, 2013). O manuscrito diz: “Não faça gozações de um homem cego nem caçoe de um anão, nem interfira com a condição de um aleijado. Não insulte um homem que está na mão de Deus, nem desaprove se ele erra.” (KOZMA et al, 2011).”

Apesar disso devemos reforçar que foi somente com a ideia de direitos humanos, principalmente a partir de 1948 com a Assembleia das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos humanos que se pôde levantar um grande debate em relações aos direitos fundamentais para todas as pessoas, a partir disso e impulsionado, a questão da pessoa com deficiência entrou em maior evidência, podendo se abrir um série de discussões sobre a inclusão delas na sociedade como um todo, inclusive, na educação, que será a partir de agora o nosso foco no Brasil.

## **A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM CONTEXTO HISTÓRICO**

No Brasil colônia a educação foi única e exclusiva dos Jesuítas, deu-se a partir da Companhia de Jesus que chegou as terras do Novo Mundo com o intuito de Catequizar e Educar os povos indígenas. Escolas jesuítas foram abertas para atender a essas necessidades, é claro que, ainda que houvesse uma disposição para fazer os índios aprenderem a ler e escrever pois sem isso acreditava-se que não seriam convertidos, essa “educação” se restringia a um caráter puramente religioso, ficando a educação abrangente a exclusividade das elites, pois, também eram os jesuítas responsáveis pela educação dos filhos dos senhores de engenho e dos colonos. Essa monopolização se estendeu de 1549 até o ano de 1759 quando houve a expulsão dos jesuítas e se iniciou o período pombalino, esse período foi bastante conturbado haja vista que quando rechaçaram os padres ficou a cargo do Estado assumir essa função administrativa o que gerou

um verdadeiro caos, a educação brasileira se encontrou quase que estagnada, os professores além de receber salários muito baixos possuíam pouca ou nenhuma capacitação e aqueles que possuíam tinham sido instruídos anteriormente pelos religiosos.

Foi no período Joanino que a educação brasileira tomou novos rumos, com a vinda de Dom João VI e a Corte Portuguesa para as terras brasileiras muitas reformas e medidas foram implementadas. Lembremos que essa educação não era uma educação voltava para todas as camadas, sendo o foco de D. João atender a suas necessidades e as da própria máquina administrativa do Império que precisava de educação superior.

Com a presença de D. João VI no Brasil durante mais de uma década, verificaram-se mudanças no quadro das instituições educacionais da época, com a criação do ensino superior não-teológico: Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, os cursos médico-cirúrgicos, a presença da Missão Cultural Francesa, a criação do Jardim Botânico, do Museu Real, da Biblioteca Pública e da Imprensa Régia. Relevantes por serem os primeiros centros de educação e cultura do Brasil, não deixam de revelar as intenções aristocráticas de D. João, pois o ensino primário foi esquecido e a população em geral continuou iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber. Na Monarquia, deu-se muito valor ao ensino superior. Isto reflete a necessidade de pessoal capacitado para preencher os quadros administrativos do país que há pouco se libertara politicamente. (RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal, 1993)

Com a primeira república o ensino passa a abranger a população em geral, mas, para além das elites, o interesse da república não era oferecer educação de qualidade com o intuito de diminuir desigualdades, na verdade a preocupação com a alfabetização surgiu com a proibição do voto para analfabetos, o que fez com quem as oligarquias buscassem alfabetizar as massas para se manter no poder. (CLÉCIO, José Silva e Souza, 2018)

No período que se deu da segunda república foi criado o Ministério da Educação com a crescente necessidade de mão de obra especializada devido ao contexto de acumulação de capital e forte produção industrial, as universidades que até então não existiam foram fundadas.

O período mais fértil para a educação brasileira entretanto se deu com a Nova República e a nova constituição, que possibilitou um amplo debate em relação a educação como um direito de todos, foi inclusive neste período que Paulo Freire surgiu com seus métodos didáticos lançando uma campanha pela alfabetização, a educação passou a ser administrada por um ministério próprio, O ministério da Educação e Cultura além do surgimento dos conselho como pontua José Luiz de Paiva “em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.”

Depois do período da Nova República o Brasil entrou em uma educação extremamente conservadora e sem liberdade de expressão com o governo militar, professores foram perseguidos e presos, esse momento só teve seu fim no período de Abertura Política onde O Conselho

Federal de Educação foi substituído pelo Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Cultura, essa administração foi marcada fortemente pela execução de programas pedagógicos. Podemos perceber assim que, desde o descobrimento até os dias atuais o Brasil já viveu e vive uma série de mudanças educacionais, que foram se moldando a partir dos interesses das elites, até atingir a todos com o surgimento de medidas como o ENEM, que permite aos alunos independente da classe social ingressar uma universidade pública.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: MOVIMENTOS, LEIS E CONQUISTAS.**

Quando pensamos em inclusão escolar nos parece que esse debate é muito recente, temos essa percepção por muitos motivos: Pela ausência de pessoas com deficiência em nossa formação fundamental e média e do tema em atividades escolares: palestras, exposições, etc... Talvez essa ausência de memória se dê pelo fato de que, só a partir da popularização das mídias, aparelhos de celular, computador, podemos ter acesso a uma gama muito maior de informações do que tínhamos antigamente, nesse contexto de mídias as redes sociais aparecem como um mar onde emergem muitos movimentos políticos e sociais, e que são, muitas vezes impulsionados e mobilizados por meio delas, o que torna esses tempos propícios para a propagação de mudanças.

Muito antes dessa facilidade em se ter acesso a informações públicas e de se fazer organizações, as pessoas se aglomeraram e reivindicaram melhorias sociais, e ainda que para nós talvez a questão da inclusão seja uma coisa recente para aqueles que esperavam por ela essa temporalidade é muito mais remota, e esse debate é claro, muito mais antigo, e de fato é, em 1961 a lei nº 4.024 De diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) já apresentava em seu trecho a necessidade de se fazer uma integração da pessoa com deficiência na comunidade “A Educação de excepcionais<sup>6</sup>, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, 1961)

Antecessor a existir um movimento que fosse produzido pelas próprias pessoas com deficiências soas vozes sempre estiveram a cargo do Estado ou de pessoas que desenvolviam projetos de caráter assistencialistas, no Brasil a partir de 1979, observamos surgir um movimento protagonizado pelas próprias pessoas deficientes, esse movimento foi impulsionado pela institucionalização do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, como relembra DEINLIMG e MOSCARDINI:

Desde 1979, quando foi instituído o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), alguns grupos organizados e dirigidos por pessoas com deficiência começaram a se reunir, a fim de lutarem por seus direitos. Como consequência do movimento, ocorreu em Brasília, no ano de 1980, o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que contou com a presença de cerca de 1.000 participantes, incluindo pessoas com

diferentes tipos de deficiência, vindos de todo o país. Este foi o primeiro evento em que a pessoa deficiente não foi representada por especialistas, mas por si mesma. A partir dessa iniciativa, surgem, na década de 1980, novas organizações como: a Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a Federação Nacional de Integração de Surdos e a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB). Toda essa estrutura foi organizada pelas próprias pessoas com deficiência, lançando no Brasil o movimento de autoajuda em torno de um segmento até então tutelado pelo Estado e pelas instituições assistenciais. Como consequência desse movimento e de suas reivindicações, o governo federal começou a se estruturar para criar uma política em favor desse segmento, processo que teve início a partir das instituições de educação especial (p. 4-5)

Não houve de imediato uma integração do aluno com deficiência nas escolas regulares, muitas escolas especiais surgiram a partir desse momento como resposta do Estado para a questão da educação dessas pessoas, o que foi, inicialmente contraditório, já que segregar os alunos taxando-os como “especiais” e os negando a escola “normal” era, também segrega-los socialmente os amontoando com semelhantes, portanto, educar não queria dizer incluir.

Podemos compreender esse momento de 1980 como aquele que marcou o surgimento de uma identidade coletiva, essas pessoas buscaram a partir desse encontro construir reivindicações em comuns que mirassem o espaço público, se antes estavam sozinhas agora podiam se organizar juntas para desenvolver suas pautas. E em 1988 O Estado garante na constituição federal a educação básica e gratuita “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” Artigo 208. Apesar de existir uma série de críticas as leis brasileiras que, constantemente promoveram e ainda hoje promovem a segregação entre as pessoas com deficiências e aquelas que não são em escolas especiais e regulares a constituição<sup>5</sup> de 1988 e os seus conjuntos de leis destinadas a essas pessoas é amplamente reconhecida como uma das mais adversas do globo.

Mesmo que exista um longo histórico de leis na legislação brasileira os avanços mais significativos em relação a educação são de diretrizes mais recentes, com a ideia da inclusão no ensino regular toda uma estrutura em relação a escola foi pensada para atender as necessidades e de fato, conseguir estabelecer um ensino de qualidade, Izabel Maior reflete sobre isso em sua pesquisa sobre a trajetória dos movimentos inclusivos:

Em 2007, o MEC editou a Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, obedecendo à Convenção da ONU: sistema de ensino inclusivo, com aula na classe comum e atendimento educacional especializado em turno oposto, para garantir a inclusão com qualidade. São exigidas: sala de recursos multifuncionais, instalações acessíveis, formação de professores para o atendimento de alunos surdos na educação bilíngue e para o ensino do sistema Braille aos alunos cegos ou com baixa visão, além de material didático acessível. Persiste a defesa das escolas especiais separadas para alunos com deficiência intelectual e múltipla principalmente, pois parte da sociedade ainda as considera necessária e usa sua força política para mantê-las, apesar disso a educação inclusiva avança. (p. 4)

Na resolução n 4, de Outubro de 2009 se consta a necessidade de oferecer a inclusão das pessoas com deficiências nas creches e escolas, a resolução prevê que os espaços como, dormitório, refeitório, cantina, sejam de uso comum para motivar a interação, a escola deve ofertar também um local especializado que possa atender as necessidades dos alunos, esse local ficou conhecido nas escolas como “sala do AEE”.

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009).

Mesmo com toda a luta que começou a partir de 1979 e se estendeu desde reivindicações que melhorassem a cotidianidade e que tiveram bastante frutos em relação a acessibilidade urbana, acesso aos espaços públicos “A acessibilidade é tratada nas Leis 10.048 e 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, que regulamenta a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes) e estabelece normas para a promoção da acessibilidade” (MAIOR Izabel, p. 3) ainda é na educação que reside grande resistência, o Brasil atual vive um momento de retrocesso social e político, pais e mães, organizações, e as próprias pessoas com deficiência, físicas, visuais, auditivas, intelectuais e múltiplas, vieram se organizando ao longo dos anos para combater esse modelo de ensino que se propõe a defender a segregação, e ainda que muitos avanços tenham sido feitos e conquistados nos deparamos com um grande retrocesso; neste ano de 2020 o então presidente da república Jair Bolsonaro assinou o decreto nº 10.502 da nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE 2020) que prevê uma política que “(...) pretende ampliar o atendimento educacional especializado a mais de 1,3 milhão de estudantes no País, de acordo com o Ministério da Educação”.

A criação desses espaços de atendimento educacional promove a segregação no ambiente escolar, o que levanta para nós uma grande reflexão: Afinal o que é inclusão? Seria a inclusão e a igualdade um ato de separar para “atender as especificidades”? Onde essas especificidades devem ser atendidas e porquê longe dos demais? Nessa perspectiva os muros das escolas ainda seriam prisões, prisões de separação social onde As pessoas com deficiência tem de ser urgentemente desvinculadas.

## CONCLUSÃO

Podemos observar que as pessoas com deficiência travaram ao longo da história uma batalha para terem o direito de existir socialmente, desde os tempos mais remotos até a modernidade, essa luta pelo direito de se locomover pelas ruas, de frequentar ambientes públicos, de

se expressar em linguagem de sinais, de viver e de se educar ainda perdura. Ao mesmo tempo em que vemos avanços significativos nas leis brasileiras desde o surgimento do movimento em Brasília em 1980 somos levados a perceber também a fragilidade dessas leis onde todo um processo de construção de direitos e ambientes pode se esvaecer com uma nova postura.

É importante voltarmos no tempo e contextualizarmos o histórico da educação brasileira diante de tal acontecimento, afinal, existiu algum momento em que a educação deixou de atender as elites? Será que é de interesse das elites em um mundo globalizado na explosão da sociedade de consumo que pessoas com deficiência tenham acesso à educação e adentrem o mercado de trabalho? Que tipo de pessoas seriam as ideias para ser a mão de obra do futuro?

Muito mais complexo do que um preconceito social com aquilo que se apresenta de forma diferente, o contexto da educação brasileira dança conforme a música dos interesses dos grandes, e, diante de um governo que evidencia diariamente sua postura elitista, não nos surpreende que trinta anos de lutas por liberdade, avanço e infraestrutura sejam postos em jogo. Não podemos permitir que a sociedade tire de nós aquilo que é mais precioso: Nossa sensibilidade.

Ainda que busquemos imersos pelo consumismo atribuir valor somente aquilo que tem uma função econômica não podemos deixar de ver aquilo que é humano, quando perdemos a capacidade de nos colocar no lugar do outro somos corrompidos pela insensibilidade, pela falta de criticidade, e viramos escravos de um padrão. Além disso um outro fator é posto na mesa: Os beneficiados. Se pararmos para analisar a separação dos alunos com deficiência beneficiária diretamente determinadas instituições, é claro que, a criança necessita de um apoio além daquilo que é ofertado na escola, entretanto não podemos esquecer que não devemos isentar a escola do seu papel: Educar. Refletimos com a fala da ativista Mariana Rosa, integrante do coletivo Helen Keller:

“Eu compreendo as famílias de crianças com deficiência que encontrem respaldo e apoio nas instituições especializadas, porque lá, as crianças e jovens têm atendimento de fonoaudiologia, de fisioterapia e terapia ocupacional. Mas a escola tem que ter o lugar de escola. Ela é o lugar de ensinar e de aprender. Se gente substituir isso por uma vivência terapêutica, a gente está passando uma mensagem para a sociedade de que as pessoas com deficiência não aprendem, de que na verdade elas precisam ser tratadas para que possam performar dentro de um determinado padrão que foi estabelecido”<sup>7</sup>

Enquanto agentes de mudança devemos nos mobilizar e questionar todas essas discussões, a fragilidade das leis e a segregação escolar, a própria educação brasileira: quem se quer educar, para quê e para quem? Quem seria beneficiado com essa separação?

## NOTAS

- 1 Graduanda do curso de História pela UFCG Universidade Federal de Campina Grande

- 2 Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (1992), Mestrado em História pela UFPE (2000) e Doutorado em História pela UFPE (2013). Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande
- 3 O sistema Braille foi criado por Louis Braille, no ano de 1829. Louis feriu o olho esquerdo quando tinha três anos de idade e por causa de uma infecção que teve após o ferimento acabou ficando cego do direito. Ele desenvolveu a técnica a partir de um utilizado nos campos de batalha onde era necessário ler as mensagens sem usar a luz. (LARAIA, Maria Ivone Fortunado)
- 4 O termo PCD é uma sigla para a designação “Pessoa com deficiência”, fazendo referência as pessoas que podem possuir deficiências de natureza física, auditiva, visual, intelectual e também múltiplas
- 5 O nanismo é uma deficiência que afeta o crescimento da pessoa, resultando em uma baixa estatura e portanto em uma dificuldade de realizar muitas funções do cotidiano, basta pensarmos no exemplo do vaso sanitário, da maçaneta... Esse tipo de atividade do cotidiano que para nós, parece simples.
- 6 Atualmente esse termo “excepcionais” não é mais aceito. É interessante observarmos as terminologias historicamente pois elas explicitam pensamentos vigentes na época.
- 7 <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/10/nova-politica-de-educacao-especial-pessoas-com-deficiencia/>

## REFERÊNCIA

- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>.
- BRASIL lei nº 4.024 De diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 1961. Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> > Acesso em: 18 de Novembro de 2020.
- BRASIL, decreto nº 10.502 da nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE 2020). Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/09/nova-politica-nacional-de-educacao-especial-e-lancada-em-brasilia> > Acesso em 18 de Novembro de 2020.
- BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) > Acesso: 14 de Novembro de 2020.
- CASIMIRO, Gustavo Lopes. **O preconceito com o deficiente ao longo da História**. EFdeportes, Revista digital. Buenos Aires, ano 17, nº176, Janeiro de 2013
- CLÉCIO, José Silva e Souza. Educação e História da Educação No Brasil. **Revista Educação Pública**, 2018. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>> Acesso em: 28 de Outubro de 2020.
- DEINLING e MOSCARDINI. **INCLUSÃO ESCOLAR: POLÍTICA, MARCOS HISTÓRICOS, AVANÇOS E DESAFIOS**. Disponível em < <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9325/6177> > Acesso em: 18 de Novembro de 2020.
- FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. da. **A pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa**. São Paulo: LTr, 2006. p. 71.



HAMADA G, RIDA A. **Orthopaedics and orthopaedic diseases in ancient and modern Egypt**. Clinical orthopaedics and related research. 89: 253–268, 1972.

IVONE. Maria Fortunado Laraia. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. São Paulo: PUC-SP, 2009.

KOZMA, C. SARRY EDA. EL SHAFY, EB. EL SAMIE, KWA. LACHMAN, R. **Genetic drift. The ancient Egyptian dwarfs of the pyramids: the high official and the female worker**. American journal of medical genetics - Part A 155(8): 1817–1824, 2011.

MAIOR, Izabel. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência**. Disponível em: < <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf> > Acesso em 18 de Novembro de 2020.

MARQUES, Otto da Silva. **A EPOPÉIA IGNORADA: A pessoa com deficiência no mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS – Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Ribeirão Preto: Paidéia. 1993, n.4, pp.15-30

# **LEIS X REALIDADE: A LUTA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS PELA LIBERDADE PLENA (1988-2003)**

**Elane Cristina do Amaral\***

## **INTRODUÇÃO**

Podemos perceber que a luta dos negros por liberdade se estende aos dias atuais. Não a liberdade transmitida pela alforria ou pela lei Áurea de 13 de maio de 1888, mas a liberdade exercida plenamente, vislumbrada no exercício da cidadania. Neste sentido, o presente trabalho terá como objeto de estudo a análise do art. 68 da constituição Federal de 1988 que dá visibilidade aos remanescentes de quilombos quanto a efetivação de seu território além de questionarmos também outras leis e discursos que falam sobre o negro.

Ao analisarmos os discursos jurídicos e a emergência de alguns conceitos nos apoiamos teoricamente no pensamento pós-estruturalista sobretudo em Michel de Foucault, além de outros como Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva. Procuramos compreender, que na realidade, a luta do afro-descendente fora incansável, que dentro de um processo descontínuo, tem sido ressignificada até os dias atuais.

## **PARA NÃO CONTER O GRITO DE LIBERDADE**

Durante todo o período de escravidão no Brasil, o negro carregou a produção econômica sob suas costas, destacando-se principalmente no ciclo da cana-de-açúcar e da mineração e sua força de trabalho foi pensada para atender o projeto colonial posto por Portugal. Mas o trabalho realizado pelo negro na sociedade colonial abrange outros setores, incluindo as feiras até a produção no artesanato.

No entanto, independente do espaço em que o negro trabalhasse na sociedade, seus passos eram constantemente vigiados, havia discursos gerenciados pela elite para que esse policiamento fosse uma prática compartilhada por toda sociedade. É mediante o contexto de privações, sofrimento e saudades vivenciadas pelo negro que vai se brotar as mais variadas formas de resistência, entre todas uma ganhará uma maior atenção por parte dos senhores proprietários, as fugas para os quilombos<sup>1</sup>.

De modo geral, o Quilombo vai se configurar como um lugar de esperanças de um novo recomeçar para os negros que fugiam do seu calvário. Mas para além dessa consideração o

historiador José Maurício Arruti faz-nos refletir sobre outras possibilidades de significações do espaço do quilombo na atualidade, segundo ele:

Nesse caso, pergunta-se em que medida os quilombos são, ou buscam ser, reprodução do modo de vida do africano, ou que medida eles constituem criações mais ou menos originais e propriamente americanas, em que medida sua organização social e suas estruturas de poder reproduzem aquelas dos estados africanos, operando como um meio de resistência cultural.<sup>2</sup>

Desse modo, refletir na atualidade o espaço quilombola é compreender que o cotidiano de negros e negras, foi ao longo do tempo sendo ressignificado. Para além de representar um lugar de resistência cultural, e resistência ao poder opressor da sociedade escravocrata, o quilombo representou a luta e a valorização da terra por parte dos negros, não restringindo-se a isso seu significado. De acordo com Flavio dos Santos Gomes:

Os quilombos tão-somente abordados na perspectiva de protesto contra escravidão podem ser analisados no contexto da formação de micro-sociedades camponesas. Desde o século XVII – ganhando força nos séculos XVIII e XIX – constitui-se um campesinato no Brasil.<sup>3</sup>

O que mediante o exposto acima podemos afirmar, é que os negros e negras quilombolas procuravam se organizar em torno de um bem comum que era a terra. É a partir desse espaço e desse bem que eles vão se organizar social, político, econômico e culturalmente. Então não devemos enxergar o quilombo como uma extensão da vida tal como era no continente africano, não podemos ver os quilombos aqui construídos pela lente da continuidade, pois assim deixaríamos de fora todo processo de rupturas, descontínuos vivenciados por estes indivíduos. Em Arqueologia do Saber Michael Foucault nos coloca que:

E, assim, o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer [...], o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite, não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.<sup>4</sup>

Ao buscarmos compreender o processo de resistência do negro a escravidão, no tocante ao quilombo, é pelo caminho das transformações, das rupturas colocadas por Foucault que desejamos nos orientar. Quando lançamos mão de problematizarmos os fatos a luz da descon-tinuidade adentramos nas lacunas, nas brechas dos discursos formados, e é a partir daí que a história vai sendo construída incansavelmente.

Vale salientar que o discurso que ambicionamos construir, a partir da pesquisa sobre nos-so objeto, é passivo de outros desdobramentos podendo ser refeito e construído por possíveis outras leituras. Assim, o próprio conceito de quilombo tem sofrido algumas transformações ou adaptações. Conforme Flavio dos Santos Gomes:

[...] nas sociedades escravistas destaca-se a formação das comunidades de fugitivos [...]. No Brasil, desde o período colonial, tais comunidades de fugitivos escravos recebem as denominações de quilombos ou mocambos. [...] A palavra quilombo/mocambo para a maioria das línguas bantu da África Central e Centro-Occidental quer dizer “acampamento”.<sup>5</sup>

Como se percebe, essa idéia de quilombo posta por Gomes, remete-se ao período colonial no qual o significado de quilombo restringe-se a um lugar de negros fujões. Como o escravo era uma propriedade de seu senhor, sendo considerado uma mercadoria de alto custo, existia então todo um investimento desses proprietários em destruir os quilombos formados na época. Já de um modo mais elaborado, nós vamos ter a definição mais formal dos termos nos anos 90. Foi para apressar a regularização do artigo 68 da constituição de 1988 que o conceito foi reelaborado pela Fundação Cultural Palmares. De acordo com Arruti:

Segundo essa definição quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tinham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais (Revista IstoÉ, 20/06/1990, p.34).<sup>6</sup>

Segundo este enfoque a definição de quilombo se torna mais ampla, e facilita o processo de reconhecimento e tombamento das comunidades mocambeiras.<sup>7</sup> Aí leva-se em consideração a presença negra em determinada terra por diversas gerações ganhando destaque o fato etnográfico, as marcas arqueológicas e culturais. Neste contexto, o cotidiano e a convivência coletiva com sua produção cultural, vão ser valorizadas para o reconhecimento das terras quilombolas, tendo em vista sua ressignificação em nossa contemporaneidade.

Já em 1994 procurando mais uma vez perceber a realidade dos quilombos atuais, no seminário “Conceito de Quilombo” a Fundação Cultural Palmares lança uma nova noção de quilombo, representado por Glória Moura, a qual foi responsável pela formulação e implantação do artigo 68 da constituição de 1988. Conforme Arruti citando Moura:

Comunidades negras rurais que agrupam descendentes de escravos [que] vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais tem forte vínculo com o passado ancestral. Esse vínculo com o passado foi retificado pelos habitantes como forma de manter a identidade. (MOURA.1994).<sup>8</sup>

Nesse conceito nós podemos perceber que há uma certa atualização do que vem a ser quilombo, neste sentido, o próprio apego com a terra como meio de subsistência tem seu vínculo com o passado. É interessante também observar que nesta nova definição de quilombo, o termo identidade<sup>9</sup> é inserido, como sendo uma identidade escolhida pelos próprios moradores das comunidades de mocambos. Dá-se a compreender que os indivíduos a partir da sua vivência social e cultural optam por aquela (as) identidade (s) que melhor lhe satisfaz, é como se não existissem interesses governamentais por trás de tudo isso.

Embora, não podemos deixar de salientar, que as redefinições no conceito tinha exatamente o interesse em incluir as diversas identidades quilombolas. Nos dias atuais, alguns discursos<sup>10</sup> sobre o que é um quilombo, circula muito em nosso meio, e alguns módulos construídos e de aceitação comum passam a fazer parte da nossa compreensão sobre essas comunidades. Os negros quilombolas passam a ser naturalizados como se todos morassem em casinhas de taipa bastante pobre, fossem adeptos das religiões afro, como se todos tocassem berimbau e jogassem capoeira. Ora, esses indivíduos podem até escolher alguma ou todas essas identidades, mas isso não pode ser uma regra, algo imposto. Na obra *Identidade e Diferença* organizada por Tomaz Tadeu, Stuart Hall nos coloca que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.<sup>11</sup>

Deste modo, alguns discursos que são formados sobre as comunidades quilombolas, a medida que não aceitam a diferença e as escolhas identitárias desses indivíduos, na realidade estão de novo impondo a esses povos um outro tipo de escravidão, aquela em que o sujeito é cobrado a ter uma identidade fixa, inflexível, jamais mutável. De acordo com a historiadora Emília Viotti da Costa: “Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar a transição do escravo para o cidadão.”<sup>12</sup>

Neste sentido, os discursos dos abolicionistas, antes da abolição, que eram bastantes fortes e insistentes em sua grande maioria vão se enfraquecendo, perdendo as forças o negro é deixado a sua própria sorte. A grande maioria dos escravos sem bens, sem dinheiro e principalmente sem terra, vão cair na miséria, continuam a serem explorados buscando apenas sobreviver o dia a dia. Neste contexto, COSTA nos coloca que:

Nos anos que se seguiram à abolição, os sonhos de liberdade dos libertos converteram-se muitas vezes em pesadelo em virtude das condições adversas que tiveram de enfrentar. Eles não tardaram em reconhecer que sua luta não chegara ao fim.<sup>13</sup>

Deste modo, com a libertação da escravidão o negro começa uma nova luta, pela cidadania, pela dignidade, pela alteridade. Neste sentido, podemos afirmar que a abolição foi apenas o início de uma estrada longa que os negros teriam que percorrer, em prol de sua efetiva liberdade. Foi seguindo esta estrada, tortuosa, escorregadia, difícil, que o negro chega aos dias atuais numa luta incansável.

## **LIBERTOS SIM, MAS A LUTA, ACABOU NÃO!**

Após a libertação da escravidão, o negro no Brasil, continuou com sua luta. No século XX diversidade cultural e respeito á diferença tornou-se a pauta do dia, entretanto muito das discussões realizadas ficaram apenas no papel. É lógico, que podemos perceber que algumas mudanças, em relação á condição negra no Brasil, tem surgido para transformar esse cenário, como as políticas públicas com o objetivo de inclusão negra e a regularização dos territórios quilombolas. Dentre essas medidas de inclusão do negro, temos por exemplo a lei 10.639 de 09 de fevereiro de 2003, que torna obrigatório no ensino fundamental e médio, o ensino de história e cultura afro-brasileira.<sup>14</sup>

Durante um longo período no Brasil, se justificou a escravização do negro como fundamental para a economia colonial e todo o tratamento de violência ao negro foi colocado como se não pudesse ser diferente, pois o negro era percebido como inferior ao branco. Vemos que em pleno século XXI, alguns desses discursos pejorativos ainda persistem, embora os mesmos tenham chegado a nós, às vezes, camuflados, pois não esqueçamos que no Brasil praticamos um tipo de racismo singular e hipócrita, porque aqui ninguém tem racismo. Para Foucault:

[...] Ora eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.<sup>15</sup>

Sendo assim, cabe-nos problematizar as verdades nesses discursos sobre o negro desde a época colonial até os dias atuais. Se o poder no passado buscou impor lugar de inferioridade ao negro é porque isto atendida os interesses desses grupos. Dessa forma, é no âmbito dessas discussões que se inserem as questões sobre o negro e apesar da relevância de tudo isso discutido em nossa pesquisa, nosso interesse principal é discutir sobre a importância do artigo 68 da constituição de 1988, que dá visibilidade ao negro ao que se refere aos territórios remanescentes de quilombo<sup>16</sup>. Pensar sobre os remanescentes de quilombo é refletir a própria contemporaneidade deste termo, a escolha do termo não foi aleatória e por isso também tem suas implicações. De acordo com o historiador Arruti:

O uso qualificativo remanescentes está menos relacionado a uma estratégia argumentativa do que a um hábitos semântico que emerge da própria linguagem e prática dos aparelhos de Estado e que introduz o tema dos “quilombos contemporâneos” em um certo “senso prático”.<sup>17</sup>

Neste sentido, o termo remanescente presente no artigo 68 da constituição federal de 1988, vem dar uma maior visibilidade e atualidade ao negro. Mas esta nomeação ao negro não é despropositada, ela traz em si alguma expectativa em encontrar nas comunidades quilombolas do presente formas atualizadas ou ressignificadas dos antigos quilombos antes da abolição. O

termo também surge no artigo 68, não só para se perceber as reminiscências dos antigos quilombos, a questão material por exemplo dos resquícios do passado não é tão fundamental, o que este termo vem colaborar no artigo 68 é a relação desses indivíduos com a terra. Nesses termos, a relação com a terra dessas comunidades negras passam a ser fundamental, sendo até mesmo mais importante que as marcas memorialistas e de seu real parentesco com antigos quilombolas.

O artigo 68 da constituição federal de 1988, ao colocar que os remanescentes que estejam ocupando a terra, ao Estado cabe lhes reconhecer a posse, foi um modo do governo começar a perceber a sua falta de inclusão para com o negro, enquanto cidadão. Mas embora o artigo 68, enquanto anunciado, fosse bastante relevante para o negro remanescente de quilombo no Brasil, sua relevância ficou apenas no papel e por mais de uma década existiu o discurso, mas não sua aplicabilidade. Em termos gerais, os remanescentes não foram a princípio beneficiados com a lei.

Todavia, a partir de 2003, o INCRA, Instituto Nacional de Reforma Agrária, passou a ser o condutor oficial dos processos de demarcação e titulação dos territórios quilombolas, através do decreto 4.887 da constituição federal. O decreto 4.887 de 2003, que colocava a responsabilidade do processo de regularização do território quilombola pelo INCRA foi percebido como um sinal de que o governo realmente queria aplicar o artigo 68 da constituição federal de 1988, pois a partir daí o número de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo teve um aumento bastante acentuado. Ademais, não podemos deixar de frisar que em 1988 foi o centenário da abolição da escravidão, foi neste contexto que foi criada essa lei, talvez só como uma forma de comemoração, já que sua aplicação foi pouquíssima.

Já em 2003, temos na presidência da República Luiz Inácio da Silva, um presidente que pelo menos à princípio estava comprometido com os ideais da reforma agrária, e é neste campo de ação que ocorre o decreto 4.887 incumbindo o INCRA pelo reconhecimento das terras de remanescentes quilombolas. Entretanto o governo que acelerou o processo de regulamentação dos remanescentes de quilombo em 2003 é o mesmo que em 29 de setembro de 2008 instituiu a Instrução Normativa (IN) nº.49.

Com a IN nº.49, tem ocorrido de novo uma lentidão no processo de reconhecimento dos remanescentes de quilombolas, já que as novas normas são bastantes rígidas e pontualíssimas. Por exemplo, no art. 6º. Sobre a certificação da IN nº.49 se coloca que: “A caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto-definição da comunidade.” Ora, muito dos indivíduos dessas comunidades não se reconhecem como remanescentes de quilombos mesmo que seus antepassados provem que ele é. Neste sentido Stuart Hall nos coloca que:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, [...], de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.<sup>18</sup>

Neste sentido, considerando que nossas identidades são fluidas e podem se deslocar a qualquer momento, como então permanecer em torno de um eu fixo afirmando “eu sou um remanescente quilombola”? E podemos até nos reconhecer como tal, mas isso nem sempre corresponde a todos os membros do grupo. Desse modo, percebe-se, que embora o artigo 68 de 1988 e o decreto 4.887 dado ao INCRA em 2003, venham “reparar” a exclusão social, política, econômica e cultural em que foi por décadas reservadas aos afro-descendentes, essas leis tendem a caminhar a passos de tartaruga, porque as questões latifundiárias no Brasil há séculos obedecem a relações de poder muito bem postas a mais de cinco séculos. Neste sentido em Arqueologia do poder Foucault nos coloca que:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, [...], de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.<sup>19</sup>

Ao buscarmos problematizar o art. 68 e sua relação com a problemática afro, compreende-se que muito ainda falta para a efetiva inclusão do negro enquanto cidadão com seus direitos na sociedade brasileira. Direito inclusive a terra, que ele conhece melhor do que ninguém. Além disso, de acordo com Anjos: “A história brasileira somente recentemente está se referindo aos quilombos como se não fossem algo do passado.”<sup>20</sup> Assim, foi dessa forma, que os negros por muito tempo tiveram sua história negada e esquecida sendo impedido de diversas formas de poder exercer sua cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos alguns conceitos sobre o que seria quilombo, vimos que o conceito tem passado por uma constante revisão dentro da historiografia sendo revisitada por diversos autores. Isso nos levou a compreender, que os conceitos, os termos são construídos mediante relações e interesses de poder e eles carregam em si o papel de emitir suas verdades.

Ainda nos debruçamos sobre a noção de discurso de Michel Foucault, e diante disso problematizamos os discursos jurídicos que vislumbram a causa dos remanescentes quilombolas. Neste sentido, vimos que o discurso posto no artigo 68 da Constituição Federal de 1988, foi apenas o primeiro passo jurídico pela causa afro, embora sua aplicabilidade tenha sido modesta, tendo sido criada no âmbito de centenário da abolição. Já ao que se refere á Instrução Normativa nº.49, vimos que de maneira geral, esta pode ser um retrocesso em termos de conquistas afro. Seu discurso institui e naturaliza lugares em torno de um eu identitário.

Em linhas gerais, podemos averiguar que o processo de reconhecimento dos territórios dos remanescentes de quilombos tem sido descontinuo, percebe-se ainda que o discurso jurídico não abraça a causa afro de forma efetiva.



## NOTAS

\* Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP, mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

1 De acordo com Nascimento apud Arruti: “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.” ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006, p.76. Segundo Daniel Chiozzini “Atualmente, o conceito de comunidade de quilombo vai muito além dos antigos grupos descendentes de escravos fugidos das fazendas do período colonial. Ele também engloba grupos urbanos, como terreiros de candomblé, que se auto-definem como comunidades negras e pedem o registro de seu espaço como território negro.”Disponível em:[http://www.revista\\_eletronica\\_do\\_Iphan.htm](http://www.revista_eletronica_do_Iphan.htm).

2 Idem p.72.

3 GOMES, Flavio dos Santos. Quilombos. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p-452.

4 FOUCAULT, Michel. As regularidades discursivas. In: **Arqueologia do Saber**. 2ªed. Tradução Luiz Felipe B. Neves - RJ:Forense Universitária, 1986.p.6.

5 2003 p.449.

6 2006 p.83.

7 De acordo com a historiadora Apolinário: “Diferentes denominações foram dadas a estas comunidades: mocambos, quilombos, comunidades negras rurais e terras de preto. APOLINARIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial**: Vivências escravistas em Arraiais (1739-1800), 2ª edição, Goiânia: Kelps, 2007.p.128.

8 Idem p.84.

9 Stuart Hall nos coloca que: “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.”SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. p.108. E Bauman coloca que: “Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastantes negociáveis e revogáveis, [...]. BAUMAN, ZYGMUNT. **Identidade**: entrevista a Benedito Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p.17.

10 Para Michel Foucault: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder.”FOUCAULT,- Michel. **A ordem do discurso**. 15ª São Paulo: Edição Loyola, 1996.p.10.

11 2000 p.109.

12 COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**.8ªed. São Paulo: UNESP, 2008.p.137.

13 Idem p.138.

14 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03leis/2003/lio.639.htm> . É interessante frisar que a lei 10.639 é uma alteração da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual já incluía a temática e cultura afro-brasileira nas diretrizes e bases da educação nacional.

15 1996 p.15.

16 Diz o art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

17 2006 p.79.

18 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A,2006, p.13.

19 1986 p.31.

20 ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.116.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraiais (1739-1800)**, 2.ed., Goiânia: Kelps, 2007.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP:EDUSC, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedito Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8ªed. São Paulo:UNESP, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15ªed. São Paulo:Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. As regularidades discursivas. In: **Arqueologia do Saber**. 2ªed. Tradução Luiz Felipe B. Neves. RJ:Forense Universitária, 1986.

GOMES, Flavio dos Santos. Quilombos. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ªed. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.

SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4ªed. Petrópolis:Editora Vozes, 2005.

## CONSULTA À INTERNET

CHIOZZINI, Daniel. Território negro. Disponível em: <http://www.revista eletrônica do Iphan.htm>. Acesso em 04 de maio de 2008.

Lei 10.639 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2003/lio.639.htm>. Acesso em 04 de maio de 2008.

# NAS TRILHAS DA HISTÓRIA UM CAMINHO A SEGUIR: MEMÓRIAS DE LUTA POR LIBERDADE DURANTE A DITADURA MILITAR (1964\1968)

Erica Lins Ramos

Arquitetar a escrita deste artigo não foi uma atividade fácil, devido às múltiplas experiências de vidas que temos para compartilhar. Nesta perspectiva, a presente comunicação, tem por objetivo garimpar memórias através de entrevistas temáticas<sup>1</sup> e de história de vida, realizada pela própria autora desta comunicação aos discentes que militaram por meio das entidades estudantis, ou não, existentes, na cidade de Campina Grande – PB, entre os anos de 1964 a 1968 pela liberdade e garantia de seus direitos.

Escolhemos este recorte temporal por 1964 ser o ano do golpe militar e 1968 devido às políticas governamentais de enrijecimento nos quais os movimentos que contestavam o governo tiveram que entrar na clandestinidade.

Em nosso texto optamos por denominar este período de ditadura militar, e não de golpe civil-militar como alguns optam por chamar,

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente sobressaiu o papel dos militares. Além das motivações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo Governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para Presidente. (FICO, 2004a, p. 38).

Chartier (1990), ao analisar os discursos da escrita e suas publicações, leva-nos a perceber a existência de uma preocupação equivalente à forma como certo assunto será estruturado para alcançar a compreensão que o texto pretende transmitir aos seus leitores, de forma disfarçada.

A leitura é prática criadora, atividade produtora de sentimentos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros [...]. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. (p. 123).

Portanto, verificamos, na escrita, uma intenção do autor em prender o leitor, mas o leitor é livre para fazer suas próprias interpretações, a qual resultara em olhares distintos, mas, de certa forma, condicionados a uma posição social, particular a cada leitor. Neste sentido, embora, o

golpe de 1964 tenha recebido o apoio de alguns civis, estes em momento algum chegaram a governar o país durante os 21 anos de ditadura militar.

Para esse momento, trabalharemos com quatro depoentes<sup>2</sup> – Ana Rita de Castro Almeida<sup>3</sup>, Cacilda Filomena Castro Cavalcante<sup>4</sup>, Jorge de Aguiar Leite<sup>5</sup> e Simão de Almeida Neto<sup>6</sup> – que fizeram a gentileza de compartilhar momentos em que viveram e apreenderam ensinamentos a partir do seu meio social e que foram significativos na formação da militância que exerceram durante a ditadura militar.

Quando perguntei a Simão sobre o seu engajamento político, ele expressou:

A relação com a política ela se dava aqui de casa, na influência de casa. Os meus irmãos mais velhos que tinham algum contato com movimentos políticos. A partir de meu pai que sempre demonstrava muita simpatia pelos movimentos. Meu pai apoiava a revolução cubana de 1959, eu tinha ai meus 15 anos. Por influência do Grêmio fui organizando campeonatos estudantis de futebol. O campeonato estudantil de futebol do Estadual da Prata, e assim, eu me salientei no viés dessa programação, e a partir daí comecei também a participar do grêmio que naquele tempo se chamava Diretório Estudantil.

Ai foi quando eu conheci a JEC (Juventude Estudantil Católica). Eu já tinha algum sopro do partido comunista, através dos meus irmãos que tinham contato e eu tinha vontade de conhecer, mas terminei descobrindo a Juventude Estudantil Católica (risos), que era uma transação de militância política, mas também com a sua parte espiritual, é tinha prática católica, até intensas, para a juventude<sup>7</sup>.

Simão nos apresenta uma militância desenvolvida a partir do núcleo familiar, em que seus irmãos e o pai demonstravam simpatia por movimentos de sentido mais radicais, como era caracterizada a revolução cubana. Também contribuiu na sua formação como militante a atuação nos grêmios estudantis, onde lhe cabia a responsabilidade de organiza-los. Essa experiência lhe foi favorável quando precisou organizar os movimentos estudantis. Contudo, as experiências que adquiriu não vieram apenas da atuação em eventos estudantis, mas também de instituições religiosas, por intermédio da JEC, quando, de fato, começou a praticar sua militância ainda como aluno secundarista.

Outra questão que ainda podemos observar, no depoimento acima, refere-se à preocupação da igreja em plantar suas entidades não apenas nos grandes centros regionais e nas capitais, mas também nas cidades interioranas, como foi o caso de Campina Grande.

Não muito diferente do nosso primeiro depoente, Ana Rita nos deu essa resposta, quando lhe fiz a mesma pergunta:

Eu acho que eu também tinha uma influência dos meus pais, porque minha mãe era uma pessoa muito voltada para esse lado assim humanitário. Ela era assim, católica ferrenha, sabe? Ela já nos chamava atenção para a gente, ajudar as outras pessoas que viviam em dificuldades, a gente devia ajudar. E meu pai ele tinha estudado, ou melhor, ele estudou no Rio de Janeiro, ele vivenciou a fase exatamente de quando terminou a segunda guerra

mundial, ele fazia engenharia, participou de movimentos da resistência de esquerda. Eu acho que juntando essas coisas todas é, deu na minha cabeça tá certo, e também o seguinte, quando eu vim para cá (Campina Grande), eu tinha um namorado, e esse meu namorado ele era envolvido demais em movimento estudantil, ainda secundarista<sup>8</sup>.

Nas palavras de Ana Rita, são muito marcantes a presença e a importância da família em sua formação como militante, em que ela se vê cercada por três tendências: a da mãe, que demonstrava uma tendência ao catolicismo humanista; a do pai, que apresentava uma resistência de esquerda; e a do namorado, que era engajado na militância estudantil secundarista.

Cacilda, assim como Simão e Ana Rita, também obteve, em sua militância, uma significativa influência familiar. Quando perguntei sobre o seu engajamento político, ela respondeu:

A minha influência militante veio dos movimentos da igreja. A igreja tinha a JEC, a JUC e outras. A JUC era Juventude Universitária Católica. E a gente se encontrava uma vez por semana para estudar o evangelho, então, essas questões do social que a igreja defendia me influenciou muito. E também pelos meus irmãos. Tinha um que morava em Recife, estudava lá, então, primeiro veio essa influência, porque até então eu não entendia disto. Ele trazia os livros sobre Reforma Agrária, e outros, ele trazia uns folhetos, inclusive eu tinha muitos, mas, quando começou aquela pressão a gente teve que queimar todos, aquelas músicas de Geraldo Vandré e outras, tudo que a gente tinha então a minha influência veio primeiro daí, eu ainda não era universitária, mas já tinha vindo morar aqui em Campina Grande com meus pais<sup>9</sup>.

Cacilda menciona a importância das entidades criadas pela igreja, o que foi sobremaneira importante para que ela militasse pelas causas sociais. Todavia, antes de se engajar nas entidades religiosas, o irmão a direcionava para os problemas que alguns grupos vinham militando, como a Reforma Agrária, por exemplo, por meio de folhetos que trazia de Recife. Dessa forma, ela começou a trilhar um caminho que a aproximava dos problemas sociais, desde o convívio familiar. Posteriormente, engajou-se em entidades religiosas, razão porque passou a cursar a Faculdade de Serviço Social, com o objetivo de fazer algo por aqueles que eram menos favorecidos na sociedade. Assim ela justifica a sua opção pelo curso.

Eu queria mudança, porque o povo era muito reprimido, existia muita desigualdade social e eu me sensibilizei. Meu pai queria que eu fizesse o curso de direito, mas eu não quis fazer, ele queria ter um advogado na família, dos filhos dele, porque eram dez filhos. Mas, eu não queria e acabei fazendo Serviço Social, e ele me perguntou, e o que é isto? Porque ninguém sabia para que servia o curso de Serviço Social. E até eu mesma não sabia em que área o curso atuava, diziam que era nas políticas públicas, enfim, eu queria fazer, porque acreditava que o curso me daria oportunidade de trabalhar pelo social. E quando cheguei lá, o curso me dava oportunidade para fazer tudo o que eu queria fazer. Identifiquei-me de imediato com o curso. Eu fiquei muito realizada com o meu curso<sup>10</sup>.

Para o pai de Cacilda, um curso superior, não teria que ser escolhido por realização pessoal, mas pelo valor que inculcaria no sujeito diante da sociedade, pois, para algumas pessoas, “[...] as instituições [...] passam a decidir sobre o destino dos indivíduos, encaminhando seus infortúnios ou glórias, sua salvação ou condenação, condicionando seu futuro e traçando seus desejos e aspirações”. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 30). Entretanto, sob o ponto de vista de Cacilda, um curso superior teria que lhe trazer uma realização pessoal, já que ter uma formação superior não garante ascensão social, “[...] haja vista os ‘doutores’ que vendem cachorro-quente, tornam-se feirantes, comerciantes, dirigem táxis e se desdobram em busca de sua subsistência, etc.” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 349). Isso quer dizer que o título de “doutor” não garante uma ascensão social, pois, como refere Castelo Branco (2005), o mercado informal também é ocupado por aqueles que têm diploma<sup>11</sup>. Por outro lado, embora Cacilda não se deixasse influenciar em algumas decisões diretamente ligadas a sua vida, as influências familiares não se anulavam nela, visto que o irmão a influenciava a militar pelas causas sociais.

Ao refletir sobre as falas de Simão, de Ana Rita e de Cacilda, logo identificamos uma relação de manutenção deles com seus familiares. Para Foracchi (1977): “As relações de manutenção destacam-se como uma modalidade peculiar de relações interpessoais, geradas no âmbito de um grupo social específico: a família”. (p. 18). No entanto, essa interação não ocorre por acaso, mas por meio de uma relação existente entre o jovem e o adulto, que adota este último como um exemplo a seguir. E ainda que essa relação exista, ela não é uma regra que não possa ser burlada. Assim, quando perguntei a Jorge se sua família o influenciou em sua militância, ele respondeu:

Não, não, pelo contrário, eu sou de uma família de ruralistas, de Queimadas, ultraconservadora, toda a minha família, meus ascendentes, irmãos, pais, enfim, todos, isto era uma regra, e dentro dessa militância eu aderi a uma regra diferente da família, minha família condenava tudo, então eu via o preconceito dentro da minha própria família, então eu não tive apoio da família, pelo contrário eles condenavam quem era contra a ditadura<sup>12</sup>.

Em sua fala, a família está presente, mas de maneira diferente dos depoimentos até aqui apresentados. Ela apoia a ação dos militares, e Jorge vai de contra a uma política defendida pelo pai, que ele denomina de “ultraconservador”, em um momento em que muitos jovens defendiam mudanças, como a da Reforma de Base. Outra contenda no depoimento de Jorge se faz com relação a influências religiosas em sua militância, pois, embora ele tenha participado da JEC, esse momento de sua vida não é enfatizado com a mesma veemência em sua narrativa como o fez Ana Rita, Simão e Cacilda. No entanto, estar engajado em entidades religiosas não significa dizer que outras influências não sopravam sobre os estudantes, deixando poeira pelos caminhos que percorriam. Quando questionada sobre quais as literaturas que a influenciavam, Ana Rita se expressou assim:

Olhe, veja só, é a minha influência era o seguinte, naquele momento a gente tinha aqui a Ação Católica, ai tinha a Juventude Universitária Católica

(JUC), então essa JUC, era uma ala progressista da igreja certo, a gente trabalhava. O meu namorado tinha já uma ligação mais com a esquerda. Em Serviço Social eu também me aproximei da teoria Marxista, é até interessante, me deixa dizer, hora, mas, aqui era escola de freiras, o currículo da gente era muito interessante eu tive como aluna de curso superior aula de cultura religiosa, eu estudei doutrina social da igreja, mas, mesmo assim, eu tive um professor de economia que a gente estudou, estudou O Capital. Então naquele momento a gente tinha essas e outras coisas nós não éramos isoladas não, nós estávamos ligadas diretamente a movimentos estudantis de ordem nacional, a gente tinha ligação direta com a UNE<sup>13</sup>, a gente se ligou aqui a João Pessoa nós formamos a o UEE, era a União Estadual dos Estudantes, que congregava todos os diretórios do estado, então a gente era muito articulado, vivia com tudo<sup>14</sup>.

No depoimento de nossa entrevistada, percebemos a abertura de setores administrados por membros da Igreja a teorias marxistas que, no momento, eram rejeitadas pelo alto Clero, mas apoiado pelos leigos. Esse depoimento também denota que, nos movimentos em Campina Grande, as entidades estavam ligadas a entidades nacionais, como a UNE, e às estaduais, como a UEE. Ainda em sua fala, ela deixa clara a heterogeneidade existente dentro do movimento estudantil, ao se identificar em uma entidade criada pela Igreja e ao namorado, que pertence a outra entidade.

Nesse âmbito, segundo Certeau (1982), como sujeitos, seguimos uma tendência que está vinculada ao lugar social em que nos inserimos. Assim, devido ao vínculo com as doutrinas cristãs, Ana Rita segue, a princípio, uma militância que está vinculada às linhas teóricas da igreja, aberta às literaturas marxistas, o que, para ela, era um avanço, ao levar em consideração o contexto político da época, e que estudava em uma Faculdade administrada por freiras.

Ana Rita e seu namorado, mesmo sendo militantes universitários, atuavam com metodologias diferenciadas. Ana Rita apresentava uma militância mais moderada, por estar seguindo diretamente os princípios defendidos pela Igreja, enquanto o namorado, de forma mais radical, devido ao seu lugar social. Porém, nem todos os militantes se engajavam veementemente nas entidades. Quando perguntei a Jorge se ele participara da JUC como estudante universitário, ele expressou:

Não. Eu apenas participei da JEC, antes da ditadura, militando no Centro Estudantil Campinense, e depois na AP. Não fui muito engajado em entidades, apenas cumpria a minha tarefa que era abrigar as pessoas perseguidas. Não participava de reuniões e nada, eles nem queriam que eu participasse, apenas era para eu dar abrigo às pessoas perseguidas<sup>15</sup>.

Jorge, apesar de não participar assiduamente das reuniões, por orientação da entidade - uma tática do movimento estudantil - desenvolveu um papel de suma importância na militância, ao dar abrigo aos perseguidos pelo regime militar. Sobre essa atividade, ele nos esclareceu:

Como militante eu tinha uma função específica. As pessoas que vinham de fora perseguidas, eu arranjava lugar para elas ficarem aqui, seja na minha casa, na casa de um conhecido, ou em qualquer lugar, eu escondia

essas pessoas, então essa era a minha função. Eu não tinha vínculos diretos com a AP. Muitas das pessoas que eu abriguei foram posteriormente presas e outras assassinadas. Teve um que se chamava Comprido, ele apareceu morto, preso em Vitória de Santo Antão, foi levado para o DOPS do Rio de Janeiro, e ele apareceu morto por lá. Teve outra militante que eu abriguei e morreu no DOPS, a mídia publicou uma foto dela enforcada com um cinto que ela usava, no banheiro, como se ela tivesse cometido o ato, ela era de Natal. Teve também um chamado Jeremias, que sumiu, deve ter sido assassinado. Então morreram muitas pessoas que a imprensa não divulgou, porque ela era manipulada<sup>16</sup>.

A atividade desenvolvida por Jorge, ao abrigar pessoas estranhas em sua residência ou pedir abrigo a outros para proteger outras cujos nomes ele sequer sabia, fez a diferença entre a vida e a morte, a liberdade e a prisão, para alguns militantes, embora muitos dos que ele abrigara, posteriormente, “caíram”, foram presos ou mortos pelas causas que defendiam. No entanto, os casos mencionados por Jorge e tantos outros que resultaram no desaparecimento de militantes eram ofuscados, ou sequer mencionados pela mídia, porque a política das Forças Armadas procurava deter todo e qualquer instrumento ou ação que fosse contra os seus princípios, por isso a mídia era como um instrumento que o Governo precisa manipular.

Adotando como ponto de partida a fala dos depoentes aqui apresentadas, podemos perceber que eles não são apenas estudantes universitários que militam pelas causas em que acreditam, porquanto suas identidades transitam entre ser estudante, militante, subversivo etc. Mas, como entender essa multiplicidade de identidades em apenas um sujeito? Segundo Hall (2006), a modernidade trouxe um novo sujeito, capaz de assumir identidades no lugar de identidade. Assim, o homem moderno é capaz de assumir identidades diferentes em diferentes lugares. Dessa forma, nas Faculdades, os estudantes universitários eram estudantes, nas ruas, eram militantes, em casa, eram filhos, e para os militares, eram subversivos.

Ainda, a partir das falas dos nossos depoentes, podemos perceber que a militância universitária campinense não ocorria de forma homogênea, como também não eram homogêneas as influências apropriadas pelos militantes, visto que alterava conforme o lugar social do sujeito e os princípios que lhes foram inculcados como corretos. Assim, aqui, apresentamos os depoimentos de quatro militantes universitários. Porém, até 1968, eles militaram por entidades diferentes. Ana Rita, devido a sua formação familiar e acadêmica, iniciou a militância universitária na JUC e, depois, passou a ser uma militante de AP. Cacilda, apesar de ser a secretária do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social, restringiu sua militância à JUC. Jorge militou pela JEC, quando ainda estudante secundarista, não militou pela JUC e se vinculou diretamente à AP. Todavia, mesmo pertencendo à AP, não participa assiduamente das reuniões, porém, desenvolve um papel fundamental em sua militância, ao abrigar pessoas perseguidas pelo regime, colocando em risco a sua própria vida e as de pessoas que o ajudavam. Por fim, Simão que, mesmo iniciando a sua militância sob a influência de entidades cristãs, logo passa a ser um militante de AP.



Portanto, as falas dos nossos entrevistados denotam a defesa de uma cultura política transmitida pelas mais diversas instituições, já que as culturas políticas “[...] têm igualmente algumas instituições – chave – como família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas etc. – fundamentais para sua transmissão e recepção”. (GOMES, 2005, p. 32). Nesse sentido, a luta contra a política instaurada no Brasil com a gestão das Forças Armadas não se fez pelos universitários aleatoriamente, mas a partir de um propósito que foi ganhando forças entre os universitários, cujo ponto de partida foram as experiências vivenciadas por eles ou por sujeitos próximos a eles. Essas experiências foram se socializando por intermédio do universo acadêmico, a partir de valores políticos introduzidos nos sujeitos que por eles são interiorizados e colocados em práticas conforme suas necessidades. Dessa forma, a cultura política de acordo com Berstein (1998): “É, no conjunto, um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos”. (p. 359-360).

Em nossos militantes, identificamos um desejo de mudança que partia da instituição de ensino em que estavam inseridos, até as causas sociais. Todavia, embora esse desejo nasça do individual, ele é compartilhado no coletivo, mas, nem sempre, era compartilhado no meio familiar, como expôs o nosso depoente Jorge, mas entre outros vínculos, como, por exemplo, os companheiros de militância.

## NOTAS

1 “As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto a história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou ou de que se inteirou”. (ALBERTI, 2010, p. 175). Nesta perspectiva, optamos por trabalhar com os dois modelos de história, pois, a própria história de vida trata de várias histórias temáticas.

2 Na trajetória de nossa pesquisa, existiu um processo recíproco entre nós e os depoentes aqui mencionados, pois não fomos apenas nós que os escolhemos, eles também optaram por nos falar. No entanto, entramos em contato com algumas pessoas que preferiam não falar sobre sua experiência de vida durante a ditadura militar. Sobre os traumas da memória, ver POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. Revista de Estudos Históricos. Nº 3, 1989, v. 02, p. 3-15.

3 Ana Rita de Castro Almeida nasceu em 16 de agosto de 1945 em Campina Grande. Estudou o primeiro e o segundo grau no Colégio Estadual da Prata (Campina Grande), ingressou no Curso de Serviço Social, em 1965, e o concluiu em 1971, por ter sido presa e, posteriormente, ter se ausentado da cidade com medo de ser presa novamente. Hoje é aposentada como professora, pela Faculdade de Serviço Social. Chegamos a Ana Rita por indicação da Professora M<sup>a</sup> de Lourdes Lopo, que conhecia a sua história de militância. A entrevista com Ana Rita foi realizada no prédio da Faculdade de Serviço Social, em Campina Grande. Nosso interesse por ela partiu por identificarmos o seu nome no Jornal Diário da Borborema.

4 Cacilda Filomena Castro Cavalcante nasceu em 11 de janeiro de 1945, em Alcantil. Iniciou os estudos em Areia, com a pretensão de ser freira, mas desistiu. Veio para Campina Grande em 1960, onde concluiu os estudos no Colégio Estadual da Prata. Ingressou na Faculdade de Serviço Social em 1965 e concluiu o curso em 1970, por ter tido a matrícula cassada durante um ano em 1969. Hoje é aposentada pelo INSS. Chegamos a Cacilda com a ajuda de Waldir Porfírio, que me informou o seu número de telefone e endereço. O nosso interesse por entrevistá-la partiu por sabermos, por meio do Jornal

Diário da Borborema, que ela havia participado do Congresso de Ibiúna. A entrevista foi realizada em sua residência, em Campina Grande.

5 Jorge de Aguiar Leite nasceu em 04 de Abril de 1940, em Campina Grande, iniciou os estudos no Colégio Marista, em Recife, mas não se adaptou e voltou para Campina Grande, onde concluiu os estudos no Colégio Pio XI. Ingressou no Curso de Economia na FACE em 1968 e concluiu os estudos em 1972, devido ao fato de ter a matrícula cassada por um ano. Hoje está aposentado. O nosso interesse por entrevistá-lo veio de indicação do Professor Jonas, que conhecia a história de sua militância. A entrevista foi realizada em sua residência, em Campina Grande.

6 Simão de Almeida Neto nasceu em 09 de janeiro de 1944 em Cabaceiras. Veio com a família morar em Campina Grande em 1952. Estudou o científico no Colégio Estadual da Prata. Ingressou no Curso de Engenharia Elétrica na Politécnica em 1964 e o concluiu em 1968, mas não colou grau por não se encontrar mais na cidade com medo de ser preso. Concluiu o curso, de fato, em 1980, quando recebeu o certificado de conclusão. O desejo de entrevistá-lo surgiu porque encontramos o seu nome citado nas páginas do Jornal Diário da Borborema e por alguns militantes já entrevistados, inclusive por Ana Rita, que nos cedeu o telefone e o endereço de Simão. A entrevista foi realizada em seu gabinete em João Pessoa.

7 Entrevista concedida por ALMEIDA NETO, Simão de. Em 22/01/2008, a autora Erica Lins Ramos, João Pessoa, 2008.

8 Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

9 Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

10 Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

11 Castelo Branco (2005), em seu livro, “A Construção do Mito do ‘Meu Filho Doutor’”, procura desmistificar a ideia de que o fato de se ter um curso de nível superior implica diretamente em uma ascensão social, pois, concordando com Castelo Branco, acreditamos que um curso de nível superior não garante uma vaga na área escolhida pelo jovem no mercado de trabalho, que pode se defrontar com outra realidade e, para fugir do desemprego, opta pelo comércio informal. Para um debate sobre esta temática, ver: CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB – Editora Universitária, 2005.

12 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

13 Finalmente, depois de tantos anos de militância estudantil, segundo Poerner (1979), formou-se uma entidade ideal e “legalmente reconhecida”, a União Nacional dos Estudantes (UNE), de caráter amplo, nacional e permanente, surgida em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, com a instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes na Escola de Belas-Artes. A data é considerada também como de fundação da UNE, embora o reconhecimento oficial e formal dessa entidade somente tenha ocorrido em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes. Todavia, devemos ressaltar que, embora, o movimento estudantil com a UNE estivesse mais organizado, ele somente foi identificado como um movimento de valores políticos na década de 1960, principalmente a partir de 1964, período correspondente à primeira fase da ditadura militar, “[...] aquela que vai do golpe de 31 de março de 1964, ao Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968 -, os estudantes construíram a principal força de oposição ao Governo militar”. (MARTINS FILHO, 2007, p. 185). Ainda segundo Martins Filho (2007), “Nesse clima geral, formou-se uma geração de estudantes imersos no nacionalismo e na preocupação com os problemas nacionais, principalmente com a questão do desenvolvimento e da responsabilidade das elites”. (MARTINS FILHO, 2007, p. 188).

14 Entrevista concedida por ALMEIDA, Ana Rita de Castro. Em 15/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

15 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

16 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: história dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB – Editora Universitária, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a

FORACCHI, Marialice (Mencarini). **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2. ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **Cultura Política**: ensaios de história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**: 1964-1968. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. Ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. *Revista de Estudos Históricos*. Nº 3, 1989, v. 02, p. 3-15.

# POLÍTICA E RESISTÊNCIA NO ENSINO SECUNDARISTA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL CAMPINENSE – PB (1964-1985)

Talita Silva Araujo<sup>1</sup>

Luciano Mendonça de Lima<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como eixo problematizador investigar a participação dos estudantes secundaristas na luta contra a Ditadura Militar em Campina Grande- Paraíba entre os anos de 1964 a 1985. Temos a intenção de apresentar como a atuação política do movimento estudantil secundarista se inseriu na política campinense a partir do ambiente das Escolas Estaduais de Campina Grande, no período que segmentos da sociedade passaram a ser mais reprimida de modo sistemático pelo Ato Institucional nº 05 (AI-5/1968-1979) da Ditadura Militar (1964-1985). Esse trabalho se inscreve na tradição do materialismo-histórico-dialético. Utilizamos como fontes documentais os periódicos, tais como o *Diário da Borborema*, *Jornal Correio e Jornal da Paraíba* como participaram do processo analisado.

**Palavras –chave:** Ditadura Militar; Movimento Estudantil; Ensino Secundário

## INTRODUÇÃO

O Brasil e outros países da América Latina, a exemplo do Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala e República Dominicana enfrentaram no século XX uma grande batalha contra às Ditaduras as quais estavam diretamente associadas a disputa da Guerra Fria<sup>3</sup>, desse modo o Brasil no início dos anos 60 é instaurado um tortuoso regime de direitos, com grande repressão e limitações no campo social sendo implementado os atos institucionais e os governos de militares. Podemos dizer que esse foi o cenário do Brasil por mais de 21 anos de repressão, censura, prisões, torturas e mortes, não foi diferente para a classe dos Estudantes no Brasil, com a sociedade civil sendo atingida não ficou de fora a classe estudantil, com cassação de instituições, mortes, prisões e torturas.

Na Paraíba, à Ditadura também ocasionarão limitações e perdas, no qual muitos dos estudantes paraibanos, bem como membros de movimentos sindicais, políticos, artistas, professores, e até mesmo os que não participavam diretamente de nada considerado subversivo ou fora da implementações dos governos militares naquele contexto foram atingindo pelas medidas de

repressão a sociedade. Nesse contexto, Campina Grande – PB também sofre os impactos da Ditadura Militar com a extinção das entidades estudantis (CEC, DCE, UNE E CA)<sup>4</sup> que eram pioneiras na cidade ao desenvolver o interesse político dos jovens, tendo o papel importante na mobilização e de resistência sendo assim a sociedade civil sofrido também com as prisões, cassações e tortura.

Portanto, esse artigo tem como eixo problematizador investigar a participação dos estudantes secundaristas na atuação de resistência à Ditadura Militar em Campina Grande- Paraíba, nos anos 1964-1985, destacamos ao engajamento dos estudantes secundaristas na política campinense, pós 1969 depois do fechamento das entidades estudantis (como os grêmios estudantis e o Centro Estudantil Campinense (CEC), conseguiram se articularam e atuaram junto ao movimento político e ao universitário. E por fim, como foi a atuação dos estudantes secundaristas tiveram papel de mobilizando para luta e resistência dentro do período da Ditadura Militar, e também no final com a campanha das Diretas Já.

O artigo tem a necessidade de contribuir para a análise sobre algumas divergências acerca da luta estudantil sobre a ideia de *classe* estudantil a partir da conceituação de E. P. Thompson<sup>5</sup> podemos discutir sobre a classe do estudantes, esses conflitos que também estão dentro da produção historiográficas, podemos ver a mediante ao Thompson que a estrutura de classe e a dinâmica das lutas de classes são diversas, sendo essas lutas afetadas pelo ideário, práticas e instituições ao quais fazem parte.

## **CAMPINA GRANDE- PB, À DITADURA MILITAR E OS ESTUDANTES**

Na compreensão que a realidade dos anos 60, a militância estudantil fazia parte do conjunto de grupos sociais, preocupados com a conjuntura pré-golpe de 1964, desse modo, muitos dos estudantes dos Movimento Estudantil Campinense faziam parte de partidos políticos e organizações de esquerda que existiam na cidade, ou estavam engajando em grupos políticos como a Ação Popular (AP)<sup>6</sup> que tinha atuação dentro de parte da Igreja Católica Paraíba.

Mediante o entendimento que as discussões sobre os estudantes são importantes para a realidade atual, em uma conjuntura no qual os estudantes são constantemente atacados pelos poderes públicos (chefe do Poder Executivo)<sup>7</sup>, a constata importância de compreender como foram as lutas, discursões, mobilizações dos estudantes, através de comícios, passeatas e debates no período do golpe de 1964. Como aponta Silva (2014) “os estudantes que participavam do ME de Campina Grande são afetados pela dinâmica da luta de classes, surgindo o Movimento a partir da expansão de determinadas Instituições como Escolas e Universidades.” (SILVA, 2014, p.19), sendo assim o processo de estava inserido nas relações sociais e de conflitos contra o Estado, sendo mais perseguidos pelos governantes da junta militar, como vemos em Nascimento (2015):

“os mais movimentos investigados pelos órgãos de segurança nacional, o movimento estudantil procurou enveredar por outros caminhos, seja na luta armada ou dentro dos próprios órgãos de representação estudantil vigiados pela ditadura militar: os Diretório Centrais dos Estudantes (DCEs) (NASCIMENTO, 2015, P. 08 )

Como mostra Nascimento, os movimento que foram para a luta armada e partiram para o ataque direto aos militares foram mais atingidos pelo o Generais no comando, como fechamento das entidades estudantil pois 1968, foram os estudantes que resistiam contra os desmandos dos governos miliares, a luta e resistência eram constante sendo a sociedade civil mais atingida com as práticas dos militares, e isto é possível ver nas materiais editoriais dos jornais burguês como veremos em algumas notas no próximo itinerário da pesquisa.

## **O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA E A SOCIEDADE CAMPINENSE NA DITADURA.**

Expressando solidariedade a todos os estudantes brasileiros em resposta ao recente assassinato do estudante Edson Luiz na Guanabara, os estudantes campinenses realizaram ontem às 17:30 horas, na Praça da Bandeira, uma concentração que contou com a participação de grande número de estudantes universitários secundaristas, e do povo em geral.

[...]

GREVE

Um dos representantes da União dos Estudantes Paraibanos, anunciou uma greve de quarenta e oito horas, visando a uma definição da situação que para eles, “não pode mais continuar”. Segundo o orador caso continue indefinida a resolução governamental, a greve também continuara indefinidamente.

O representante o Centro Estudantal Campinense, fazendo uso da palavra, aderiu também ao movimento dos universitários, decretando greve geral de quarenta e oito horas, para os secundaristas campinenses, em represália a morte do companheiro, na Guanabara, visando a que se tome providencias para a regularização da situação. (Diário da Borborema, 02/04/1968, p. 08).

Essa citação do recorte do Diário da Borborema do 1968, a reportagem que tem por manchete “*ESTUDANTES FAZEM COMÍCIO DE DESAGRAVO NA PRAÇA DA BANDEIRA*” apresenta um dia após o “aniversário” de quatro anos do Golpe de 1964, e em solidariedade com aponta a reportagem a Estudantes Edson Luiz<sup>8</sup> assassinato no Rio de Janeiro, os estudantes secundaristas, a partir de representantes do Centro Estudantal Campinense (CEC)<sup>9</sup> e do movimento universitário, organizara uma greve geral por oito horas. Diante disso, podemos a partir daí compreender já a atuação da mobilização estudantil, quando se falavam em disputa contra os militares.

Em Campina Grande essas resistências se dava nas ruas da cidade como vimos na manchete do jornal do Diário da Borborema em constante retomada dessa disputas o jornal burguês traz constante relatos sobre uma luta contra o comunismo e a favor dos valores morais como podemos ver a seguir no dia 10 de Abril de 1964, com a manchete “*Batalhão de engenharia apreende material subversivo a devassa feito ontem ao Estudantil*” vejamos:

Dando prosseguimento à <Operação Limpeza> que o Exército está empreendendo para o expurgo de todas os focos comunistas do país, tropas do Batalhão de Serviço de Engenharia estiveram ontem, à tarde na sede do Centro Estudantil Campinense a fim de apreender materiais subversivos que veemente estava sendo distribuídos ao filiados a entidade e pelos seus dirigentes deposto.

As tropas da BSvE, a deposto do estudantes comunistas haviam queimado a maior parte das provas da inserção vermelha, conseguiu apreender ofícios assinados pelos seus ex-dirigentes endereçados a União Nacional dos Estudantes, Comando al dos Trabalhadores e ao canal comunista <Novo Rumo>. Livros marxistas e panfletos foram também encontrados e constituirão as provas essenciais para a constatação que o CEC era realmente um foco comunista em Campina Grande. (Diário da Borborema, 1964, p.8)

Podemos observar que o aspecto anticomunista era o problema central dos militares brasileiro, no quais mantinham constante vigilância contra as entidades de esquerda e a militância estudantil, De acordo com Motta (2002), o anticomunismo terminou por instituir uma tradição política no Brasil e foi importante para a constituição da cultura política<sup>10</sup> todavia esse conceito não explique o porquê de uma cultura anticomunista, que são repletos de acontecimentos que antecede como aponta Machado (2019)

“Desde a Revolução Bolchevique (1917), que foi de grande influência para que o proletariado, em nível internacional, se organizasse para fazer outras revoluções, o discurso anticomunista surgiu em termos práticos, principalmente no contexto do pós-Guerra quando “o entusiasmo e a esperança dos revolucionários somados à crise da sociedade liberal” os fizeram aderir as ideias comunistas.” (MACHADO, 2019, p. 03)

Como apresenta a historiadora Marília Machado, a guerra do anticomunismo vem de um tradição longínquo em uma disputa do capital, desse modo o anticomunismo é uma formar de legitimação do sistema capitalista de produção, portanto não só pode ser visto apenas como cultura política.

O anticomunismo é um reflexo uma sociedade liberal e moralista no qual legitima práticas de repressão e discurso de imposição a sociedade civil. Isto não foi diferente em Campina Grande durante toda a Ditadura Militar essas práticas coesivas a sociedade civil legitimou inúmeras prisões e tortura, a exemplo da Profa. Maura Pires que foi presa juntamente ao seu colega de vizinhança Roberto Cantalice quando conversavam a caminho da sua residência<sup>11</sup>, Maura Pires como tantos outros estudantes que foram perseguidos, torturados e até mortos tiveram na sua história de vida, o marco da Ditadura Militar, e mesmo após 35 anos do fim, ainda são

tortuosas os marcos na memória da sociedade brasileira, com o negacionismo<sup>12</sup> e descasos com os parentes e vítimas da Ditadura Militar Brasileira.

## CONSIDERAÇÕES INTEMPESTIVAS

A Ditadura Militar tem seus estudos importantíssimo para a escrita da produção historiográfica, no qual contribui para a formação da memória em disputa sobre a negação desse fato. Observando a atuação dos estudantes secundária campinenses em seus espaços na cidade como foram suas batalhas contra o desmando do “capital”. Ademais, essa pesquisa que ainda estar em andamento consiste no processo de investigação da cidade de Campina Grande, compreendendo que a classe estudantil se faz no espaço de relações sociais, culturais, político, assim a luta e resistência em suas práticas (práxis) foram alvos do período mais tortuoso da sociedade civil brasileira.

## NOTAS

1 Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGH-UFCG) E-mail: atalita98@gmail.com

2 Professor Orientador, Associado II da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande- PB. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo GEPMARX-UFCG E-mail: lml13cgbp@gmail.com

3 “Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não forma um período homogêneo único na história do mundo[...]. A história desse período foi reunida sob uma padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotência que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria” (HOBSBAWM, 1994, p.223)

4 CEC- Centro Estudantil Campinense; DCE- Diretório Central dos Estudantes; UNE- União Nacional dos Estudantes; CA- Centro Acadêmico.

Ver em Santana (2015): Questionado na entrevista do por que Estudantal e não estudantil, Josué Sylvestre<sup>20</sup> relatou-nos a seguinte frase: “toda censura é burra”. Quer dizer, quando o Centro foi fundado, “o país estava na ditadura de Getúlio Vargas” e, quem integrava o movimento Estudantil eram aqueles considerados de “esquerda radical contra o governo”, e numa forma de burlar essa denominação, as organizações estudantis não podiam colocar Estudantil, “se não, não registraria”, mas, “se colocar Estudantal, não tem nada” (SYLVESTRE, depoimento [Nov. 2013]). (SANTANA, 2015, P.28)

5 Para Thompson a ideia de classe social implica uma ação humana, o chamado “agenciar humano ou fazer –se do humano” em que a classe não é um mero produto do desenvolvimento das forças produtivas, mas seus indivíduos são sujeitos da história. Fazendo uma análise da luta de classe que fosse mais apropriada à história da classe trabalhadora britânica e, nesse sentido, “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada, ela estava presente em seu próprio fazer-se [...]”. Nesse sentido compreendemos a classe como algo que se constrói historicamente, algo que concentra uma série de acontecimentos, não sendo algo pronto, mas construído a partir das relações sociais. Ver mais em: THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária. Edward P. Thompson. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 09.

6 Surge, nesse período que antecede o golpe de 1964, a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica).



7 UNE denuncia nova tentativa de Bolsonaro de obter dados sigilosos de estudantes. Para as entidades estudantis, carteirinha estudantil de Bolsonaro tem entre seus objetivos o controle ideológico. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/une-denuncia-nova-tentativa-de-bolsonaro-de-obter-dados-sigilosos-de-estudantes/>> Acesso em 23 de Outubro de 2019

8 Estudante secundarista brasileiro assassinado aos 18 anos de idade, por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação estudantil.

9 O Centro Estudantil Campinense (CEC), surgiu em 1937, tinha sua filiação com União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), como aponta Nascimento (1999): “Proteger os estudantes pobres que fizeram parte do Centro, resolver as questões de classe e defender seus direitos, combater o analfabetismo, desenvolver a cultura física dos associados, prestar ajuda moral e material às associações congêneres que visem a proteção da juventude a critério da Diretoria”.(NASCIMENTO, 1999, p.130), sendo já no início de 1964 suas atividades suspensas, e em 1969 sua extinção, mediante a assinatura do ato Institucional-05.

10 A cultura política segundo Bernstein (1998), não é acidental e ocasional, faz parte de uma construção racional, elaborada a partir de ideias e ideais partilhados por um grupo de pessoas. “Corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações” (IDEM, p. 355). Sobre o conceito de cultura política, ver Bernstein (1998 e 2009), Rennó (1998), Dutra (2002), Gomes (2005) e Motta (2009)

11 No dia 29 de abril de 1974, quando saía do trabalho para casa, ao meio dia, fui sequestrada bem próximo da minha residência, por elementos que se diziam da Polícia Federal, que me transportaram, algemada e encapuzada, numa Kombi, para um local nunca identificado por mim. Tudo indicava tratar-se de uma granja, pois ouvia o cacarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves. Nesse local, serraram com serra elétrica as algemas que me prendiam os braços e os amarraram com cordões. Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos “telefones”, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças. Não tenho ideia do tempo que durou esse tormento. Creio que a tarde toda. Depois fui conduzida ainda encapuzada e com outras algemas, para o interior de um transporte sem bancos, juntamente com outras pessoas que lá se encontravam nas mesmas circunstâncias e que identifiquei, depois, tratar-se da Prof<sup>ª</sup> Dilza Rodrigues de França, que na época lecionava na Escola Pequeno Príncipe, dirigida por mim; Roberto Carlos Cantalice, estudante secundarista que vinha ao meu lado na hora do sequestro e a Prof<sup>ª</sup> Josélia Ramos Wallen, da Rede Pública de Ensino. Colocaram-nos no assoalho do carro, empilhados e cobertos como uma carga. (informação verbal). (Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, realizadas no dia 07 de agosto de 2013, no auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Bairro Bodocongó.)

12 Tal negacionismo age em duas vias; a primeira negando aquilo que se pretende negar por estar em desacordo com o pensamento ideológico de seu pregador, e a segunda de afirmar o exato oposto; há aqueles que negam que a ditadura tenha sido autoritária mas que afirmam que a tortura era sim necessária, ou aqueles que, como diz Dezemone (2014, p.66), defendem o regime “[...] por meio da valorização do que seriam “medidas positivas”, dentro da lógica dos anos de ouro, ao mesmo tempo que negam as ações dos anos de chumbo” (ROCHA, 2019,P.08)

## REFERÊNCIAS

HABSBWAM, Eric J. Guerra Fria. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**/ Eric Hobsbawn – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.P. 223-252

MACHADO, Marília Gabriela. **Anticomunismo e Gramscismo Cultural no Brasil**. Unesp, 2019 p.01-13. Disponível em <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/>

trabalhos/201911731438.pdf Acesso dia 19 de Dezembro de 2020

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração engajada:** Busca de espaços na velha estrutura de Poder (Um estudo sobre o Centro Estudantal Campinense), 1955-1960. Dissertação de Mestrado. PPGCS, 1999.

ROCHA, Andrey Porto. **Guerra de memória e um Brasil Paralelo:** Revisionismo e negacionismo no documento “1964: O Brasil entre armas e livros” Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - 2019 , 28 p.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre práticas e representações:** O Centro Estudantal Campinense como espaço de formação (1948-1964), Dissertação de Mestrado. PPGH, 2015.

SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande - PB:** entre sonhos, frustrações e lutas (Década de 60). 2014. 157f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2014.

# ST 12

## MUNDOS DO TRABALHO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, CULTURA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva  
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira



# A MORTE DE STÁLIN? WARREN ELLIS E O ASSÉDIO SEXUAL NA INDÚSTRIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

André Moreira de Oliveira\*

## RESUMO

Warren Ellis é um dos mais inovadores roteiristas de histórias em quadrinhos em atividade, tanto que a imprensa especializada chega a afirmar que ele mudou a cultura pop ao igualá-la com o conceito de tecnologia. Suas narrativas executadas com maestria reinauguram a ficção científica ao fazer uso da tecnologia como linha narrativa, mostrando seus impactos inclusive no cotidiano de massa. Assim tecnologia passa a ser apresentada como *habitus*, no sentido dado por Nobert Elias, e a ciência passa a definir a ética e seus limites. Justamente essa postura coloca em discussão as acusações de assédio sexual feitas por várias mulheres que participaram de seu fórum na internet (Warren Ellis Forum) durante o período de duração do mesmo (1998-2002). Como denúncias desse tipo não se restringem a Ellis, sendo possível inclusive rastrear-las desde a década de 1940, na figura de Julius Schwartz, passando pelas de comportamento abusivo feitas contra o diretor do último filme da Liga da Justiça (2017) Joss Wheldon mostram que esse comportamento tende a se repetir. Assim a discussão a ser feita nessa comunicação é: tal comportamento é colateral a organização trabalhista do Ramo das Histórias em Quadrinhos, ou se é um sintoma estrutural da Indústria de Entretenimento Norte-Americana.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo das histórias em quadrinhos não foi abalado pelas denúncias feitas por várias mulheres acerca dos abusos feitos pelo roteiristas de histórias em quadrinhos, games, filmes e animações Warren Ellis. O outro continua, até o momento dessa comunicação, com seus contratos com a Netflix para a continuação de sua animação “Castlevânia” e argumentando a História em Quadrinhos “Tumba de Batman” para a DC Comic’s. Logo se levanta o problema de como esses abusos ocorrem e em que ambientes eles proliferam.

No que tange aos abusos temos um perfil das vítimas: jovens mulheres, brancas e geralmente de classe média, no caso específico de Ellis. As vítimas pertenciam ao seu fórum de discussão na internet o *Warren Ellis Fórum* que durou de 1998 a 2002, sendo que ele era moderado justamente por mulheres que também podem ter sido abusadas.

Mas como se caracteriza tal abuso? Ellis e suas vítimas parecem convergir nesse sentido: não houve violência propriamente dita, e sim, promessas feitas pelo então autor de oportunidades no mercado de histórias em quadrinhos principalmente. Em troca de eventuais relações sexuais e outras formas de assédio, essas mulheres foram cedendo às promessas de Ellis.

Segundo a Equal Employment Opportunity Commission (EEOC), a agência federal criada por meio da Lei de Direitos Civis de 1964 para administrar e fazer cumprir as leis de direitos civis contra a discriminação no local de trabalho:

É ilegal assediar uma pessoa (um candidato ou funcionário) por causa do sexo dessa pessoa. O assédio pode incluir “assédio sexual” ou avanços sexuais indesejados, pedidos de favores sexuais e outro assédio verbal ou físico de natureza sexual. O assédio não precisa ser de natureza sexual, entretanto, e pode incluir comentários ofensivos sobre o sexo de uma pessoa. Por exemplo, é ilegal assediar uma mulher fazendo comentários ofensivos sobre as mulheres em geral. Ambas a vítima e o assediador podem ser uma mulher ou um homem, e a vítima e o assediador podem ser do mesmo sexo. Embora a lei não proíba provocações simples, comentários improvisados ou incidentes isolados que não sejam muito graves, o assédio é ilegal quando é tão frequente ou grave que cria um ambiente de trabalho hostil ou ofensivo ou quando resulta em uma decisão adversa de emprego (como a vítima sendo demitida ou rebaixada). O assediador pode ser o supervisor da vítima, um supervisor em outra área, um colega de trabalho ou alguém que não seja funcionário do empregador, como um cliente ou comprador. (SEXUAL HARASSMENT... ,2020(?)).<sup>1</sup>

No entanto fica a dúvida: assédios sexuais feitos por Ellis não foram feitos em ambientes de trabalho, então pode ser aplicada tal definição? O quanto o comportamento usado por Ellis não é *habitus* (no sentido dado por Nbert Elias) do ambiente laboral da Indústria de entretenimento, em especial a das histórias em quadrinhos?

## ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

No site *Paging Dr. Nerdlove* uma matéria exemplar foi publicada discutindo essa questão do assédio perpetrado por Ellis (cujo apelido no fórum era “Stálin”), ou melhores assédios, de jovens mulheres, que participaram de seu fórum. O clima de descontração e de inovação tecnológica, que será a marca de Ellis (que segundo *Dr. NerdLove* mudou toda face da cultura pop) na sua produção a aplicação da tecnologia não como adereço da cultura pop, e sim, sua linha narrativa é tido como um dos fatores que levaram os participantes do Fórum, inclusive o próprio *Dr. Nerd Love* (Harris O’Malley) a fazerem vista grossa sobre o comportamento de Ellis (O’MALLEY, 2020).

Cerca de 35 pessoas relataram no twitter de Katie West suas experiências com Ellis, em que elas revelam como ele as abordava, ganhava sua confiança e paulatinamente por meio de promessas profissionais passava a sugerir interações e favores sexuais. (O’MALLEY, 2020).

E não é uma exceção na indústria das histórias em quadrinhos. Em uma matéria de 2017 Aria Baci consegue traçar uma linha do tempo do *harassment* desde 1940 (BACI,2017), mostrando que esse tipo de comportamento tem acontecido sistematicamente, envolvendo predominantemente homens sendo abusadores de jovens mulheres embora alguns casos as vítimas incluam mulheres trans jovens e até mesmo homens.

Exemplos disso é o da editora Hope Nicholson, fundadora da editora de revistas em quadrinhos Bedside Press admitiu ter assediado o autor Tres Dean em 2018 (BACULI, 2019).

Já um caso envolvendo mulheres-trans foi denunciado por Carta Monir. A criadora de quadrinhos acusou Brandon Graham, criador de King City e editor da recente série de antologia da Image Island que se mostrou ser um Chaser (que guarda analogia com a designação de “predador sexual”) (PFAU,2014).

Além do caso de Gerard Jones preso em dezembro de 2016 por acusações de distribuição e posse de pornografia infantil que resultou de uma sentença seis anos de prisão, cinco de liberdade condicional e pagará uma multa de cerca de 10 mil dólares (MORCELLI, 2018).

Sendo assim o caso de Ellis não é uma exceção e sim uma regra. Mas não só no que se refere às vítimas: também os abusadores são predominantemente homens, heterossexuais e brancos. Aqui entra a discussão do *habitus* de Norbert Elias, que para ele incide que o indivíduo é dentro de seus limites uma síntese complexa do contexto sócio histórico onde está inserido, reflexo e derivativo ativo de uma configuração exterior em conjunto a sua interioridade. Essa interioridade se configura então de acordo com o espaço de interações e de redes intercomunicantes. Essas relações são interdependentes onde as identidades são interioridade expressa no social (MANZO,2010,07).

A pergunta nessa comunicação é como essa interioridade, o abuso sexual, pode estar encontrando local de expressão na indústria de histórias em quadrinhos: mais precisamente no sistema de contratação das chamadas “indústrias criativas” (rádio, televisão, cinema, por exemplo) na qual se inserem as histórias em quadrinhos (DA HORA; OLIVEIRA.2009, 01). As Indústrias Criativas, segundo a definição segundo Hanson e Gomes (2007,2) seriam:

[...] o produto cultural como um fator na acumulação de capital, iniciando sua trajetória no mercado a partir das classes mais abastadas, espalhando-se gradualmente para as classes média e baixa e mantendo uma ilusão de exclusividade e unicidade à medida que traz o vínculo com o artista que gerou o produto artístico/cultural original. Dadas as incertezas do mercado consumidor, cabe aos distribuidores do produto cultural massificado os riscos de sua não aceitação por parte desse mercado. Entender o mercado passa portanto a ser estratégico e atividades de publicidade e marketing são usadas para tentar assegurar a aceitação.

Entendendo os quadrinhos dentro dessa definição então vemos que eles se inserem na *culture float* (cultura de onda) que são definidas por quatro características: “pela continuidade da programação, a amplitude da difusão, a obsolescência instantânea e a intervenção do Estado

na sua organização” (HANSON;GOMES,2), a manutenção da indústria das histórias em quadrinhos tem de ser garantida por constantes atualizações de seu conteúdo dentro dos parâmetros suportados por seus sistemas de distribuição que padecem de certo conservadorismo estrutural (OLIVEIRA, 93-95). No entanto, como é feita tal contratação nessas indústrias? Pela figura dos *Humdrum inputs*.

*Humdrum inputs* pode ser entendido de certa maneira como “agentes”; “vistos como pessoas ou organizações, tais como as galerias de arte, os editores, as gravadoras, que promovem o trabalho dos artistas em troca de ganhos econômicos” (DA HORA; OLIVEIRA.2009, 04). Como muito dessa contratação é incluída, segundo Da Hora e Oliveira (2009, 04) nos termos *nobody knows*:

[...] essa incerteza de informações ou desconhecimento de informações” de “ como o que irá acontecer, qual será a receptividade do público e se a produção fará sucesso comercial ou não. Caves (2003) afirma que é importante a aplicação da teoria dos contratos nas indústrias criativas, pois assimetria de informações e informações desconhecidas, presente em tal setor, são preocupações chaves nas negociações contratuais.

Nessa “assimetria” de informações fica a dúvida: como os custos dos agentes *humdrum inputs* serão pagos? Se os roteiristas, desenhistas de histórias em quadrinhos estão procurando inserção na indústria de histórias em quadrinhos, eles não têm como arcar esses custos em valores monetários. Como então podem ser pagos os “ganhos econômicos”? Em alguns casos, com assédio sexual.

O assédio sexual é tão velho quanto a atividade de trabalho. Todavia ele só foi reconhecido como discriminação quando envolve o perigo de demissão, e quando isso acontece é classificado como infração e não como crime (DIAS, 2008,6). Esse tipo de concepção permanece ainda nas estruturas da moral dessa época: uma “mulher que trabalhava fora do lar era considerada uma séria candidata a ‘vadia’, pois a moral da Época interpretava que, para a mulher vencer uma seleção “ [...] “era condição „o *sine qua non* ter de se submeter ao famoso ‘teste do sofá’” (DIAS, 2008,6):

A necessidade de complementação do orçamento doméstico presente na vida de boa parte dos casais e maior reivindicação de direitos iguais entre os gêneros conduziram aceitação maior ou mesmo naturalização da presença da mulher nos ambientes de trabalho, porém isso não significa, necessariamente, que essa presença seja confortável e que tudo se passe sem conflito e mal-estar implícitos. Em boa medida, persiste ainda uma aura de “mal necessário” ou de “a gente tem de engolir”.

Por fim ela afirma que certas profissões liberais (nas quais se incluem escritores, roteiristas e desenhistas) como “médico e a enfermeira, o professor e a aluna, o diretor e a atriz, o chefe e a secretaria” têm maior tendência a esse tipo de noção (DIAS, 2008,6). Ela também destaca que a assimetria de poder, geralmente pendendo para o sexo masculino, mas não sendo

exclusivo dele, se expressa numa chantagem, em que geralmente o empregado, ou aquele que não tem tanto poder naquele ambiente de trabalho. Conseqüentemente a autora apresenta que o assédio sexual em ambientes de trabalho se resume a seguinte ação (DIAS, 2008,14), onde “A” se refere a quem tem poder e “B” a quem não têm:

O que está sendo sugerido não é um prazer, nem uma relação gratificante, mas um **preço que deve ser pago por B para que A não o prejudique, como em uma chantagem, só que nessa situação o preço é sexo.** O que de fato é proposto no assédio é uma relação sexual para evitar inconvenientes na relação de trabalho [Grifos meus].

Warren Ellis agiu como *humdrum inputs* de suas vítimas, onde seu pagamento foi sexo real ou virtual. E como esse tipo de estrutura de contratação nas indústrias criativa parece não sofrer alteração, seu caso não será o único, pois é um *habitus* nessa indústria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa breve explanação se mostra que esse tipo de comportamento não é de fato criminalizado em termos Legislativos e, sim, em, em termos culturais. É um começo, mas se não evoluir para crime é apenas mero placebo.

Tal punitivismo não se mostrará eficiente se não se alterar as estruturas de agenciamento dos profissionais que trabalham na indústria das histórias em quadrinhos. Tarefa árdua, pois, mesmo editoras pequenas ou de médio porte como a *Image Comic's* ou a *Dark Horse* (BRETT,2015) tem apresentado casos de assédio.

Não é apenas suficiente a denúncia se não se alterar as estruturas de agenciamento dos profissionais que trabalham na indústria das histórias em quadrinhos. O problema não está num lapso na organização da indústria e sim em sua estrutura de contratação, entre outros problemas aqui não listados e discutidos. Desculpas e arrependimentos de cunho moral, ou mesmo confissões emocionadas e temporadas em psicólogos, dificilmente vão resolver o problema em termos gerais, pois a estrutura das indústrias criativas parece reproduzir o *habitus* de assédio sexual. O ambiente parece estar criando o local adequado para esses comportamentos acontecerem, e não, atitudes individuais. Uma reforma trabalhista caberia ser pensada, mas acho pouco provável.

Por fim, seria bom deixar claro uma nota sobre Warren Ellis.

Ele é brilhante e competente e concordo com *Dr. Nerdlove* que ele mudou a cultura pop, no entanto, não acho que foi em termos de sua radicalidade e sim em termos de conteúdo.

Ellis atualizou o conteúdo das histórias em quadrinhos pop para a distribuição conservadora desses conteúdos, e nesse processo também atualizou o assédio sexual para a era do “politicamente correto”: não achamos em suas obras feitas até o momento insinuações abusi-



vas, racismo, homofobia ou outros comportamentos tido como desviantes da moral presente no imaginário atual da política das empresas de entretenimento.

Uma nova exploração para novos tempos tal qual fez, na sátira Revolução dos Bichos (1945) de George Orwell a contraparte de Stálin, Napoleão.

Realmente a ficção tem poder de dominar as pessoas na realidade. Tal qual o próprio Ellis sempre alertou.

## NOTAS

\* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo com a dissertação: Moral como mercadoria: a produção de Maurício de Sousa na Folhinha de São Paulo (1963-1970).

1 *“It is unlawful to harass a person (an applicant or employee) because of that person’s sex. Harassment can include “sexual harassment” or unwelcome sexual advances, requests for sexual favors, and other verbal or physical harassment of a sexual nature. Harassment does not have to be of a sexual nature, however, and can include offensive remarks about a person’s sex. For example, it is illegal to harass a woman by making offensive comments about women in general. Both victim, the harasser can be either a woman or a man, and the victim, and harasser can be the same sex. Although the law doesn’t prohibit simple teasing, offhand comments, or isolated incidents that are not very serious, harassment is illegal when it is so frequent or severe that it creates a hostile or offensive work environment or when it results in an adverse employment decision (such as the victim being fired or demoted). The harasser can be the victim’s supervisor, a supervisor in another area, a co-worker, or someone who is not an employee of the employer, such as a client or custome.”.*

## REFERÊNCIAS

BACI, Aria. Brief Timeline of Harassment. The Mary Sue. 2017. Disponível em :<<https://www.themarysue.com/comics-assault-timeline/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

BACULI, Spencer. Hope Nicholson Closes Bedside Press After Admitting to Alleged Sexual Assault of Creator Tres Dean. Bounding Into Comics. 2019. Disponível em :<<https://boundingintocomics.com/2019/12/13/hope-nicholson-closes-bedside-press-after-admitting-to-alleged-sexual-assault-of-creator-tres-dean/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

BRETT, ?. On Nathan Edmondson, Marvel, and the Cycle of Harassment (Updated). Graphic Policy. 2015. Disponível em :<<https://graphicpolicy.com/2015/09/10/on-nathan-edmondson-marvel-and-the-cycle-of-harassment/>> Acesso em: 18 jul. 2020.

CHURCHILL, Paola. A insólita ilha dos horrores de Jeffrey Epstein — que recebeu figuras famosas. Aventuras na História. 2020. Disponível em :<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-insolita-ilha-dos-horrores-de-jeffrey-epstein-que-recebeu-figuras-famosas.phtml>> Acesso em: 17 jul. 2020.

DA HORA, Priscilla Corrêa; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima. As Nuances Contratuais da Indústria Criativa: o Caso dos Quadrinhos no Ceará. IN: Encontro da ANPAD, 33., 2009. Anais Eletrônicos(?) ... São Paulo: ANPAD, 2009. p 01 – 16. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/45/ESO134.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/ESO134.pdf). Acesso em : 17 jul. 2020.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 57, p. 11-23, maio 2008 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292008000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292008000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 dez. 2020.

HANSON, Dennis; DA UFF–D, Incubadora; DA SILVA GOMES, Maria Helena Teixeira. *Indústrias criativas e sua relação com a propriedade intelectual*. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 4, 2007.

MANZO, Enrique Guerra. *Las teorías sociológicas de Pierre Bourdieu y Norbert Elias: los conceptos de campo social y habitus*. *Estudios sociológicos*, p. 383-409, 2010.

MORCELLI, Felipe. Gerard Jones: Quadrinista e historiador é condenado em caso de pedofilia. Terra Zero. 2018. Disponível em :<<https://www.terrazero.com.br/2018/08/gerard-jones-condenado/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

OLIVEIRA, André Moreira. *Moral como mercadoria: a produção de Maurício de Sousa na Folhinha de São Paulo (1963-1970)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2014

O'Malley ,Harris. *On Finding Out Your Heroes are Monsters (Or: Detoxifying A Culture)*. Paging Dr. Love. 2020. Disponível em :<<https://www.doctornerdlove.com/on-finding-out-your-heroes-are-monsters-or-detoxifying-comic-culture/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

PFAU, Nola. *Regarding Brandon Graham. Women Write About Comics*. 2014. Disponível em :<<https://womenwriteaboutcomics.com/2018/04/brandon-graham/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

*Sexual Harassment In U.S. Equal Employment Opportunity Commission (EEOC)* [Washington, DC, Equal Employment Opportunity Commission (EEOC), 2020]. Disponível em: < <https://www.eeoc.gov/sexual-harassment>> Acesso em: 12 dez. 2020.

# A PRODUÇÃO SOCIAL DE MEMÓRIAS PELOS TRABALHADORES NA LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRINHA. VALE DO JAÍBA-MG

Andrey Lopes de Souza<sup>1</sup>

O objetivo central deste texto é evidenciar fragmentos dos processos de produção social de memórias dos e sobre os trabalhadores no Vale do Jaíba/Vale do Rio Verde Grande enquanto arena de lutas sociais, de verdades que batem (CRUZ et al, 2006).

Cachoeirinha é um povoado que está gravado na memória dos moradores de Verdelândia, município do norte de Minas Gerais emancipado em 1996 que possui 8346 habitantes (IBGE, 2010).

Esse lugar possui grande significado para a vida dos moradores de Cachoeirinha, tais como o Senhor Sula, aposentado de 82 anos, nascido no povoado, que se identifica como descendente dos escravos que chegaram à região nos fins do século XIX e de trabalhadores do Brasil que compartilham histórias da expulsão e da luta de “posseiros” que marcou a região ao inspirar o movimento de luta pela terra. Nesse lugar, esses lavradores tiraram seu sustento através do trabalho, sendo que, ao desbravarem a região, criaram vínculos com as lagoas do Jaíba, do Tiririca e do Sapé, o Rio Verde Grande e a Serra do Sabonetal, formações naturais que são constantemente citadas nas conversas com o Senhor Sula na varanda de sua casa.

Quanto a esse tempo, a socióloga Kátia Monção, a partir de referências presentes em jornais e entrevistas, destaca que, no dia 14 de setembro de 1964, “um grupo de homens armados, onde se misturam policiais e simples pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir o mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.400 hectares de terras na região de Cachoeirinha” (MONÇÃO, 2009, p.72) A partir desse momento, foi possível perceber o acirramento do processo de luta pela terra nessa região. Nos anos de 1964 e 1967, ocorreram dois despejos de “posseiros” em Cachoeirinha, ocasião em que, por meio de decisão judicial, os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves tiveram reconhecido seu direito de posse. Com os despejos a luta se acirrou, e o coronel Georgino Jorge de Souza, advogado dos fazendeiros que recebeu parte das terras como pagamento dos seus honorários, foi dado pelos trabalhadores como o seu principal algoz.

No dia seis de outubro de 1983, o editor e diretor superintendente do periódico de circulação norte-mineira, *Jornal do Norte*, Geraldo Tito Silveira, abre a página sete do editorial Opinião com um texto assinado com o título “Posseiro e Grileiro”.<sup>2</sup> No texto, Silveira definiu as diferenças entre o grileiro e o posseiro: “o primeiro é o indivíduo que procura se apossar

*da terra alheia mediante falsa escritura de propriedade, ao passo que o segundo é aquele que toma posse dela sem documento nenhum*". Essa conceituação/nomenclatura, "posseiro", permeou a publicação dos jornais que divulgaram a disputa pela terra no norte de Minas, colocando os trabalhadores rurais da região sob a marca dos que tomam posse do que não lhe é seu de direito. De forma veemente e opinativa, Silveira expressa uma concepção de classe, isto é, dos fazendeiros que colocam tanto "grileiros, como posseiros" como "ladrões de terra", quando operam no sentido de interpretar o conflito entre fazendeiros e trabalhadores no processo de disputa pela terra.

O termo "posseiro" foi inúmeras vezes adotado pelo *Jornal do Norte*, dentre outros jornais, nas notícias e reportagens publicadas, reforçando uma noção modeladora que condena, classifica e negativiza as ações dos trabalhadores (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Deste modo, a difusão desses valores/atos por parte dos agentes da imprensa contribuiu para que as ações políticas dos trabalhadores fossem vista como atos de transgressão aos valores dominantes de propriedade e direitos à terra.

Ao conceituar grileiro e posseiro, Silveira, em seu texto, toma como exemplo o caso de Cachoeirinha e intitula os trabalhadores de "posseiros", indicando, conseqüentemente, a não existência de grileiros<sup>3</sup>, o que revela um posicionamento quanto aos fatos:

Esse *problema* de Cachoeirinha é 'arte' de comunistas, pois não há mais o que discutir, tendo em vista sentença judicial até do supremo Tribunal Federal. Por mais que se *procure solucionar o problema fora da justiça*, a solução não vem, principalmente com os comunistas insuflando o 'posseiro' que é um ladrão igual ao 'grileiro'.<sup>4</sup>

Nesse editorial, é possível perceber a disputa de memórias e versões por trazer os significados do problema ancorado numa concepção jurídico política que na época favorecia os interesses dominantes. Tal fato fica mais claro quando, o autor, que é um editor do jornal, lança mão de sua opinião para elaborar imagens e conceitos negativos do que é ser posseiro, enviando sua escrita de valores capitalistas e anticomunistas que permeavam a sociedade brasileira e compunham as páginas de diversos jornais, estando entre as rodas de conversas de Geraldo Tito Silveira, jornalista que circulava entre os grandes comerciantes e proprietários rurais do norte de Minas.

Os trabalhadores rurais de Cachoeirinha são retratados por esses agentes na imprensa como "posseiros", os fora da Lei, os que não agem segundo a Justiça que, até aquele momento, decidiram que o direito a terra era dos fazendeiros.

Ao afirmar quem eles são sob esse termo, a imprensa constrói percepções negativas e pré-concebidas em um processo de exterioridade à cultura, à história e à vida desses trabalhadores, sem ao menos compreender como os mesmos se auto-declaram.

As memórias em torno da constituição de Cachoeirinha revelam-se, nas diferentes linguagens, trazendo a tona a problemática da disputa e do direitos à terra. Se, por um lado, as ações

dos trabalhadores, que se movimentaram nesse tempo histórico em busca da terra são retratados nos jornais com o sentido explícito negativo, já que os jornais lidam com a presença dos trabalhadores como “posseiros”, por outro lado esse passado é trazido nas memórias produzidas pelos trabalhadores sob outras noções, que revelam a disputa pela memória, isto é, os atos de explicar os por quês e os “como” o problema fora vivido e dimensionado em suas consciências/experiências, afetivas, morais e portando na cultura e nos seus modos de viver e lutar.<sup>5</sup>

Assim, focamos nas memórias como forma de refletir sobre a presença desses trabalhadores como agentes ativos nesses processos de luta pela terra e pelos direitos a ela. Recorreremos a diferentes registros/linguagens que trazem essas memórias enquanto evidências desses conflitos e da luta dos trabalhadores, que no tempo da realização desta pesquisa, moravam e viviam em Cachoeirinha, no seu lote, em sua casa ou sítio, que durante as conversas atuou como suporte da produção de suas memórias. Também recorreremos aos jornais por entendê-los como agentes que no tempo do conflito constituíram significados negativos e com os quais os trabalhadores mantiveram e mantêm o diálogo buscando produzir um contra argumento. E por último focaremos o processo crime, que produz no campo jurídico versões sobre a luta e o direito a terra.

As movimentações em torno da disputa pela terra em Cachoeirinha revelam a recorrência de nomes e palavras citados em jornais, processos-crime e narrativas produzidas por trabalhadores que indicam, através das memórias, os processos de produção de luta. Dos nomes citados, o Senhor Sula e o Senhor Jader de Paula (falecido em 2015 e entrevistado em 2014) representam duas trajetórias presentes em periódicos como os jornais *Diário de Montes Claros*, *Jornal do Norte* e *Jornal de Montes Claros*.

Nesses registros da imprensa, a presença desses trabalhadores, Jader e Sula, é significada como “aqueles de fora”, “que não eram donos das terras”, os “invasores”, ser posseiro, o que se apropria das terras que não lhe pertence. No entanto, nas entrevistas, quando solicitados a falar deste tempo, os enredos reportam-se a outras dimensões, isto é, ao tempo quando chegaram a Cachoeirinha, como era a vida na época da infância, outras noções emergem durante o diálogo.

O Senhor Sula, aposentado de 82 anos, se diz “nascido e criado aqui dentro, filho daqui é eu”, “descendência dos índios com os africanos”.<sup>6</sup> Ele se define a partir de sua história, “já que pai, mãe, avó, avô, bisavó e bisavô, tudo é daqui”, “dos negros que foi comprado na África para vim aqui para o Brasil para carregar carroça que nem burro, sabe?”. O enredo construído pelo senhor Sula, de certa forma vem questionar a visão de “posseiro”, visto que há séculos sua família vive nessas terras de Cachoeirinha. Além do mais, a avaliação que faz de si mesmo e de sua vida dialoga com as políticas públicas contemporâneas que reafirmam os direitos dos grupos remanescentes de quilombo que foram salvaguardados pós Constituição de 1988.

O Senhor Jader de Paula e todos os demais entrevistados não empregam o termo “posseiro” para se definirem, sendo essa nomenclatura exterior às suas memórias/ modos de contar/

narrar sobre a história dos conflitos. Ele, que se diz “chegado de fora”, nasceu em Francisco Sá, cidade do norte de Minas, chegou a Cachoeirinha com as notícias que chegavam das políticas do governo dos militares que trataram aquelas terras como sendo “terras devolutas”.

Quando eu vim p’ra cá foi em 59, essas terra aqui era só mato. Era dos nativos, aí eu fiquei aqui nesse barreiro. O finado meu pai morava aí, aí o pessoal, o fiscal do estado falo comigo assim: ô Jader, você chego aqui e quer trabalhar essas terras aqui do outro lado e tudo terra do estado, ocê quer ir p’ra lá, nós vamu levar ocê p’ra lá, eu falei, eu vou, ai me levaram p’ra lá na beira da lagoa da Jaiba. Só mato, aí entrei lá com a família.<sup>7</sup>

Sua narrativa é construída a todo o momento demonstrar esses significados: primeiro, não era posseiro e segundo de que veio amparado numa expectativa de mudar de vida, de ter um terra para “morar, arar e plantar na terra para colher o alimento destinado à sua sobrevivência”.

**Jader de Paula:** eu moro aqui tem é 50 anos que eu moro aqui, n’ê? Eu conheço, porque não tem, pode ter terra boa, n’ê? Outro lugar que eu não conheço, mas mió que aqui num tem, eu porque num sei se tá lá ou se tá lá no tanque, eu tenho raiz de mandioca arrancada lá dentro do quintal com dois metro, tudo que plantar dá, aqui num tem por que o povo tem preguiça, porque eu já plantei feijão aqui uma medida de feijão e colher feijão molhando de regador, feijão de arranca, moiando de regado, agora tem gente aqui nascido e criado aqui cê vai na casa deles num tem um pé de planta, tudo preguiçoso, eu trabalho aqui só vejo gente chegar aqui pra pedindo outra hora pra comprar, nascido e criado aí, n’ê?<sup>8</sup>

A terra e o trabalho aparecem como duas noções importantes na narrativa do Senhor Jader de Paula. Esses temas podem ser percebidos quando o mesmo menciona a raiz de mandioca com dois metros que ele mostra dentro do seu tanque, as hortaliças produzidas em sua horta, como forma de dizer que a disputa pela terra foi para produzir e sustentar a sua família.

Os trabalhadores, em suas narrativas, trazem outros significados desse passado e ao mesmo tempo em que dialoga com a memória que os tratam como invasores, versão essa constituída nos circuitos da imprensa burguesa. Ao dizer o que produzia, o Senhor Jader procura desconstruir essa visão negativa que os colocou como posseiros, noção combatida por eles como forma de questionar uma concepção que enreda os trabalhadores rurais do país que investem em movimentos de disputa pela terra.

O editorial publicado por Geraldo Silveira no *Jornal do Norte* e as narrativas mencionadas acima nos levam a refletir sobre “a memória como escrita”, levada a efeito por Alessandro Portelli quando o autor afirma que a “prevalescência da oralidade numa cultura, portanto, implica uma distinção básica entre textos efêmeros e permanentes”. Enquanto os textos efêmeros estão vinculados ao tempo de sua criação e enunciação, os permanentes são “descolados do tempo”. As memórias produzidas pelos trabalhadores estão em disputa com a memória produzida pelo *Jornal do Norte* citada acima. Como a “formalização é um artifício da memória”, o termo “posseiro” está “descolado do tempo”, sendo utilizado a qualquer tempo e lugar como

forma de nomear processos sociais. Esse texto/termo posseiro “sobrevive quando pode ser separado da pessoa do seu criador original do seu tempo da sua criação, e ser apropriado (e transformado) pelo grupo para ser usado em outro momento,” (PORTELLI, 2005, p.311) opacizando o processo de disputa em torno do termo muitas vezes presente nas narrativas como as que estão nas páginas seguintes.

## NOTAS

- 1 Doutor e História Social pela UFU. Professor da Funorte Janaúba.
- 2 APAMF. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. *Jornal do Norte*. 06 de outubro de 1983, p.2.
- 3 Vinte e dois dias depois da publicação da opinião sobre os posseiros e grileiros, Silveira assinou novo texto intitulado “fazendeiro e grileiro”. Ele destaca que, nos últimos anos o fazendeiro vem sendo confundido com o grileiro, sendo colocado como criminoso o que faz parte de uma campanha do clérigo. Ao final, ele defende que “o verdadeiro FAZENDEIRO deve reagir a essas ameaças de ser expulso de suas terras, nem que seja com o sacrifício de sua vida.” APAMF. SILVEIRA, Geraldo Tito. Fazendeiro e grileiro. *Jornal do Norte*. 28 de outubro de 1983, p.2.
- 4 APAMF. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. *Jornal do Norte*. 06 de outubro de 1983, p.2.
- 5 Inspiramos em Thompson na introdução do livro “A formação da classe operária inglesa”, quando traz para o centro das discussões o termo experiência articulado com a consciência social, bem como ressalta o movimento de “autofazer-se” das classes sociais como fenômeno histórico. Segundo o autor, a luta de classes precede a própria classe, sendo que a “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.
- 6 SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.
- 7 SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.
- 8 SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

## REFERENCIAS

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras Histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’ água, 2006.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta**: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral.

*In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.



# HIDRARQUIA APLICADA ÀS HOSTES DO PRATA: UMA BREVE ANÁLISE DOS POSTOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS NAVIOS CORSÁRIOS QUE CIRCULAVAM A REGIÃO PLATINA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Eduardo Sartoretto<sup>1</sup>

No início do século XVII, o poeta inglês Richard Braithwaite ao comentar sobre os marinheiros de sua época, apontava para a seguinte situação vivenciada por esses indivíduos: “São instrumentos necessários, e agentes importantes na Hidrarquia em que vivem; pois as paredes do Estado não subsistiriam sem eles, mas são menos úteis a si próprios, e muito necessitados do apoio de outros” (BRAITHWAITE, Richard, 1631. In: LINEBAUGH; REDIKER. 2008. p. 156). Passados dois séculos das constatações de Braithwaite, o cenário da vida marítima, como veremos, não mudou muito. Pensando nisso, o presente trabalho busca compreender a organização social, hierárquica e laboral aplicada aos navios corsários que atuaram nos conflitos hispano-americanos do início do século XIX, mais precisamente os grupos empregados pelo Governo de Buenos Aires e pelo General Artigas, durante as guerras pela independência. Para tanto, fundamentaremos nosso estudo nas discussões propostas pelos historiadores Agustín Daniel Desiderato (2019), Daniel Calixto Garrido (2016) e Feliciano Gámes Duarte (2004). Além disso, nos utilizaremos da análise documental de alguns inventários de pagamento de tripulação, datados do ano de 1801; dos regulamentos e decretos para o curso, emitidos pelo Governo buenairense no ano de 1817; bem como dos relatos de viagem apresentados pelos ingleses John Luccock e John Mawe, a fim de identificarmos os elementos apontados pela discussão teórica.

## O ESTADO MARÍTIMO, OU A HIDRARQUIA DE BRAITHWAITE

Os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker promoveram um estudo sobre o desenvolvimento, organização e conflitos das sociedades marítimas na Grã Bretanha do século XVII e início do XVIII, nos apresentando, ao longo deste, aos conceitos de *Estado Marítimo* e *Hidrarquia*<sup>2</sup>. Grosso modo, ambos os conceitos se referem à forma de organização política, social e econômica dessas sociedades. Todavia, vale destacar, ainda que brevemente, as particularidades de cada uma das ideias.

Para os autores, o Estado Marítimo pode ser entendido como uma estratégia político-militar inglesa, que surgiu entre as décadas de 1640 a 1690, para a contenção do avanço holandês sobre o domínio dos mares, visando a garantia, para os ingleses, de uma maior influência e domínio nas rotas transatlânticas, bem como a obtenção de uma parcela mais significativa nas transações comerciais efetuadas. Essa estratégia efetivou-se através de um investimento maciço – econômica e juridicamente – por parte da Coroa britânica, nas atividades ultramarinas, principalmente com relação à Marinha Real, através da construção de navios, do recrutamento forçado de marinheiros, das leis severas relativas à servidão no mar, do incentivo à navegação, entre outros fatores (LINEBAUGH; REDIKER, 2008. p. 155-61).

Todavia, conforme aponta a historiadora Lauren Benton, o Estado Marítimo, também, pode ser entendido para além do projeto inglês. A autora estabelece que sua criação se deu como uma estratégia política, dos vários Impérios da época, para a construção e manutenção de uma Soberania Marítima, ou seja, uma jurisdição própria para os mares que funcionasse como extensão dos domínios desses mesmos Impérios e, assim, estabelecesse ligações e assegurasse o controle das áreas mais distantes, com relação às metrópoles (BENTON, 2010. p. 104-61). É nesse segundo cenário que conseguimos aproximar nosso espaço de pesquisa. Nesse sentido, o conceito proposto pelos autores funcionava como forma de organização e padronização dos grupos e atividades marítimas. Realizado de cima para baixo, o Estado Marítimo manifestava-se como uma extensão do poder estatal sobre os mares, uma intervenção e institucionalização da organização dos grupos marítimos.

Como já salientado, tal qual o Estado Marítimo, a Hidrarquia, proposta por Richard Braithwaite, consistia na organização hierárquica, social, política e econômica das sociedades marítimas. Contudo, diferente deste, essa organização era feita de baixo para cima e de maneira individualizada, ou seja, cada tripulação e cada navio possuía sua própria Hidrarquia, manifestada através de acordos estabelecidos entre os membros das nave.

No entanto, a existência de uma organização, aos moldes do conceito de Braithwaite, dentro das embarcações, não significava a ausência do Estado Marítimo nestes ambientes. Isso porque, para Linebaugh e Rediker, o navio era a estrutura capaz de unir em si as três principais formas de produção e exploração do trabalho, vigentes a partir da segunda metade do século XVII – a grande propriedade comercial para a prática da agricultura (cujo maior exemplo foram as *plantation* do continente americano); a pequena produção, advinda de pequenos fazendeiros e artesãos; e o sistema de subcontrato, ou sistema manufatureiro – e atribuí-las de circulação, através da navegação e das rotas comerciais. Nesse sentido, o navio, “cujo ambiente de ação fez dele algo ao mesmo tempo universal e *sui generis*”, proporcionava um panorama onde encontrava-se um grande número de trabalhadores que cooperavam entre si, na efetivação de tarefas complexas e sincronizadas, encontrando-se sob disciplina rígida – muitas vezes, escrava –, manifestada, principalmente, através da hierarquia e tendo a vontade humana subordinada aos equipamentos mecânicos, tudo em troca de pagamento em dinheiro. “O trabalho, a coopera-

ção e a disciplina do navio fizeram dele um protótipo da fábrica.” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008. p. 161-62).

Essa ambientação característica das embarcações, principalmente daquelas ligadas à Marinha Real, aliada às condições recrutamento, a disciplina rígida, a vida a bordo e os baixos valores pagos – com atraso, muitas vezes –; bem como a característica pluralidade étnica das tripulações<sup>3</sup> transformavam o navio em um gigante barril de pólvora, preste a explodir em motins e rebeliões. Essas revoltas, por sua vez, visavam e permitiam uma nova reorganização hierárquica dentro das embarcações e, mesmo, uma mudança com relação as atividades desempenhadas ali (LINEBAUGH; REDIKER, 2008. p. 161-67).

Assim, a partir da segunda metade do século XVII, os navios particulares, com indivíduos autônomos – engajados na subversão da ordem vigente, na promoção de um sistema social e hierárquico menos penoso e mais justo e na obtenção de riquezas por meios próprios –, tornaram-se tão comuns quanto os navios das Marinhas Real e Mercante (LINEBAUGH; REDIKER, 2008. p. 170). Utilizando-se principalmente das práticas de pilhagem em alto mar, esses marujos ficaram conhecidos como piratas e, durante algum tempo, foram agregados às hostes dos mais diversos governos, através da emissão das chamadas cartas de corso, para servir-lhes como corsários, enquanto estes estivessem em Estado de Guerra (BENTON, 2005. p. 702). É dentro desse segundo panorama que encontramos nosso objeto de pesquisa.

## A EMPRESA CORSÁRIA

Segundo o historiador espanhol Feliciano Gámes Duarte, “El corso era la manera de hacer la guerra en el mar, propia de los Estados que carecían de una marina de guerra” (DUARTE, 2004. p. 150) e, por esse motivo, a atividade pode ser compreendida como uma empresa, capaz de movimentar uma rede de indivíduos e órgãos interessados na obtenção de lucros e condições vantajosas (DUARTE, 2004. p. 149).

Entre os vários envolvidos no negócio, apontados pelo autor, destacamos seis grupos que compunham a pirâmide empresarial da atividade: *a) os governos*: estabelecidos na cúpula da pirâmide, eram os responsáveis pelas decisões de fomento ou combate aos corsários, dependendo de seus objetivos políticos. Sua atuação se dava por meio da emissão das cartas de corso e através do reconhecimento da legitimidade desses documentos; *b) os políticos*: eram os encarregados da fiscalização sobre a execução das ordens dos Estados, bem como da emissão de documentos de fomento ao corso, tratados e da autenticação das presas realizadas pelas embarcações corsárias. Em alguns casos, ainda, mirando uma parte do botim, como ganho extra, atuavam como sócios na armação de navios; *c) os empresários, armadores e fiadores*: localizando-se logo abaixo dos políticos, esse grupo de indivíduos eram o elo entre as classes anteriores e as posteriores. Em geral, também eram os donos dos navios, ficando responsáveis

pelo recrutamento da tripulação, pelo financiamento das viagens e pela comercialização dos produtos apresados; *d) os capitães*: eram os indivíduos responsáveis pela condução das atividades corsárias, tendo por atribuição o comando sobre as atividades dos demais marinheiros, o planejamento de estratégias de atuação e abordagem dos navios e, ainda, o reporte de informações sobre a viagem. Aos capitães, também, cabia a negociação das presas realizadas e, em caso de necessidade, a advocacia da defesa dos interesses sobre as mercadorias (BENTON, 2005. p. 706-707). Em muitos casos, esses indivíduos pertenciam ao grupo anterior, sendo os donos das embarcações e os mais experientes a bordo; *e) os oficiais*: atuavam como uma extensão do capitão e acompanhavam as tripulações para servirem como mestres, contramestres, escrivães e capitães de presas durante a viagem, podendo operar no comando dos navios apresados, a fim de enviá-los aos portos aliados mais próximos e oficializar as presas; e *f) a marinharia*: compunha a maioria da tripulação e configurava o corpo do navio. Nesta classe encontravam-se os indivíduos responsáveis por todas as funções essenciais para o bom funcionamento das embarcações durante as viagens: cozinheiros, operadores de armas, responsáveis pelas munições, timoneiros, responsáveis pela navegação, soldados e afins; variando, claro, de tripulação para tripulação (DUARTE, 2004. p. 149-222).

Se observado o decreto para o corso, emitido em Buenos Aires, entre 1816 e 1817, podemos comprovar essa estruturação comercial da atividade, já que, logo na abertura do documento, visualizamos a seguinte frase: “The Supreme director of the United Provinces of South America” (PUEYRREDON, 1817. p. 03) que nos permite identificar o cargo político ocupado pelo autor do documento, seguido do governo responsável pela emissão do mesmo. Seguindo adiante, no artigo 2º, também podemos visualizar a presença de órgãos de intermediação entre os governos e os armadores, já que “The licence being granted for fitting out a privateer, the Commandant of Marine will facilitate the equipment of the vessel with all the possible means in his power, allowing such number of crew to be embarked that are necessary” (PUEYRREDON, 1817. p. 04).

Além disso, no artigo 6º fica estabelecido que “A Commissioner from the General Marine Department, shall visit all privateers prior to their departure, and shall read the penal laws, an annotation of which shall be made in the visit, and a copy of them be given to the captain for the purpose of their being read to the crew every week”. A decisão estende-se ainda mais, ao apontar que “such privateers as are fitted out in friendly ports, shall be visited by the consuls or agents of the Government, according to their private instructions” (PUEYRREDON, 1817. p. 05).

Também, podemos verificar a extensão da estrutura, proposta anteriormente, na organização dos navios, a partir da legislação elaborada para a conduta da tripulação dos corsários. No artigo 1º, do tópico *Punishment for Crimes common to Seamen and Marines on board*, do decreto para corso, vemos a seguinte instrução:

All warrant officers, sergeants, corporals or privates., of the marine artillery, or seamen, must obey the commissioned officers both of the army

and navy with whom they are employed, in every thing appertaining to the service, and according to their separate stations, under pain of death. (PUERREYDON, 1817. p. 19-20).

Ou seja, conforme supramencionado e, a partir do documento, é possível constatar que a marinharia constituía-se como a base de sustentação da pirâmide comercial da prática de corso. Essa base, no entanto, era a que obtinha menor retorno financeiro, nas empreitadas de corso. Se analisada a certificação de pagamento do navio corsário *San Francisco Javier*, do consulado de Buenos Aires, referente aos meses de abril e maio de 1801, podemos verificar de modo mais claro essa distinção. Levando em consideração os valores mensais pagos aos tripulantes dessa nave, temos o seguinte panorama: 150 pesos pagos ao capitão; 110 pesos pagos ao segundo piloto; 50 pesos pagos ao contador; 40 pesos pagos ao contramestre e ao carpinteiro; 30 pesos pagos ao cirurgião e ao mordomo; 25 pesos pagos ao condestável; 20 pesos pagos ao cozinheiro da câmara (dos oficiais); 17 pesos pagos ao cozinheiro da tripulação e à marinharia em geral; e menos de 7 pesos mensais pagos às tropas que atuavam a bordo, como sargentos, canhoneiros, granadeiros e artilheiros (CAÑO, 31 de mai. 1801).

As informações provenientes dos artigos do decreto de corso e a diferença de 133 pesos do pagamento destinado ao capitão para o pagamento do corpo da tripulação, nos permite não só constatar a divisão entre as classes de trabalhadores marítimos, mas, ainda, identificar a existência de uma rigidez disciplinar aplicada às tripulações, aos moldes do Estado Marítimo, de modo que a Hidarquia dos corsários estaria submetida à uma hierarquia de poder decrescente que fluía do capitão aos oficiais e, então, para os marinheiros.

## **HETEROGENEIDADE NAS FROTAS NAVAIS DO PRATA**

Em sua dissertação de mestrado, o historiador argentino Agustín Daniel Desiderato destaca a existência de dois momentos relevantes para a compreensão do patrocínio do corso pelas autoridades da Região do Rio da Prata. Segundo ele, a “primera implantación del corso se realizó durante la guerra de independencia, conflicto militar contra españoles y otros realistas comprendido entre 1810 y 1820”, enquanto a segunda “se operó durante la guerra con el Brasil, entre 1825 y 1828” (DESIDERATO, 2019. p. 11). Apesar de, inicialmente, parecer irrelevante, a breve distância entre ambos os momentos serviu para influenciar a configuração das frotas e tripulações empregadas pelos governos da Região.

Enquanto no segundo momento os governos atuaram empregando “buques privados, buques del estado y buques mercantes con patentes corsarias de forma fluvial y marítima” (DESIDERATO, 2019. p. 11), no primeiro momento, nosso espaço de análise, esse emprego foi ainda mais heterogêneo e com menor participação das Marinhas locais – uma vez que não haviam Estados devidamente consolidados, com forças militares próprias e institucionalizadas

e, muito menos, espaços de formação naval na região (DESIDERATO, 2019. p. 33-42) –, conforme aponta Duarte ao afirmar que “las embarcaciones y las tripulaciones, en su gran mayoría, procedían de naciones ajenas al enfrentamiento entre la metrópoli y sus colônias” (DUARTE, 2004. p. 149).

Além dos motivos já destacados, podemos salientiar, pelo menos, três outros fatores que contribuíram para essa heterogeneidade das frotas corsárias empregadas na Região: *a)* a internacionalização do Rio da Prata, que, desde o final do século XVIII, atraía diversos olhares, grupos e indivíduos para si, graças à sua localização propícia para o desenvolvimento de rotas fluviais entre as minas de metais preciosos do interior do continente e o Atlântico, com caminho livre para a Europa (SARTORETTO, 2017. p. 13-34); *b)* o fim dos conflitos entre estadunidenses e britânicos, ocorridos durante os anos de 1812 e 1814, que deixou para trás embarcações armadas para guerra, portos de construção de navios e recepção de mercadorias e, o mais importante, tripulações treinadas e experientes nas atividades corsárias, desempregadas e ociosas (DUARTE, 2004. p. 267-277; DESIDERATO, 2019. p. 33-42); e *c)* o impulsionamento das cartas de corso para outras regiões do continente – em geral, para o hemisfério norte –, principalmente, a partir de 1816, com o surgimento das patentes emitidas em branco pelo General José Gervásio Artigas (BENTON, 2012. p. 6; DESIDERATO, 2019. p. 25-33).

Para além das frotas, essa heterogeneidade também pode ser vista dentro das tripulações que circulavam a região. Em seu relato sobre a viagem realizada do Rio de Janeiro à Montevideu, a bordo de um navio português, o comerciante inglês John Luccock aponta para o fato de que “the Captain, with the greater part of the sailors, were subjects of that kingdom; yet, besides the proportion of Foreigners, who were allowed to be mustered among the ship’s company, all of whom were Englishmen, we were three British owners of the cargo” (LUCCOCK, 1820. p. 140). John Mawe, mineralogista inglês a serviço da Coroa Portuguesa, também endossa o argumento aqui apresentado, ao afirmar, durante sua viagem de Cádiz à Montevideu, que “Our crew consisted wholly of Genoese and Catalans, with the exception of the pilot, a Biscayan, and one good Portuguese sailor” (MAWE, 1812. p. 05).

Apesar de não se tratarem, necessariamente, de embarcações corsárias, as tripulações apresentadas em ambos os relatos nos permitem a suposição de um padrão heterogêneo de composição das naves, característico não só do período, como supramencionado, mas do próprio ambiente, uma vez que, enquanto protótipos de fábricas flutuantes, os navios proporcionavam a introdução de indivíduos diversificados, a fim de fazer cumprir sua demanda produtiva.

## **A VIDA A BORDO DE UM NAVIO**

Dentro desse cenário diversificado e hierarquizado que caracterizava o espaço do navio, os tripulantes, ainda, enfrentavam outro elemento que configurava, de maneira decisiva, a vida

a bordo: o confinamento do indivíduo ao seu ambiente de trabalho, durante longos períodos. Segundo Desiderato, “el marinero quedaba encarcelado en su embarcación, alterando sus vínculos sociales previos al alistamiento. Vivía en su lugar de trabajo, entre sus colegas y sus superiores, pasando la mayor parte de su tiempo en el mismo lugar” (DESIDERATO, 2019. p. 47). Além disso, “A diferencia de los oficios en tierra, el trabajo en el mar era continuo y se organizaba en fracciones de servicio de cuatro horas, llamadas guardias” (DESIDERATO, 2019. p. 45).

Além do trabalho e da convivência, o confinamento ao espaço da nave também influenciava a qualidade de vida dos tripulantes, principalmente no quesito alimentação e saúde. Isso porque, assim como os marinheiros, os alimentos também eram colocados nas embarcações, durante a armação dos corsários, ficando armazenados durante o tempo da viagem e sendo repostos quando, e se, houvesse paradas em portos, durante a viagem (DESIDERATO, 2019. p. 51-58).

Segundo o historiador Daniel Calixto Garrido, em sua tese *Las Ordenanzas de Corso y el marco corsario*, tomando como base o artigo 1º do título terceiro das ordenanças de corso de 1754, é possível identificar uma variedade de alimentos que eram administrados ao longo da semana, dentro das embarcações. Entre os listados, identifica-se biscoito (uma massa sem levedura, cozida duas vezes, que poderia durar anos armazenada), sopa, vinho, carne, toucinho, bacalhau, queijo, azeite e vinagre (GARRIDO, 2016. p. 207-208). Apesar do distanciamento espacial e temporal entre os grupos analisados, a composição dos suprimentos dos navios era bastante semelhante, como nos mostra Desiderato ao afirmar que no “avitallamiento de los buques *Hálcón* y *La Argentina*, encontramos arroz, carne salada, verduras, galleta, tabaco, café, yerba, sal, azúcar, vino, ron y agua” (DESIDERATO, 2019. p. 57).

Todavia, apesar da aparente variedade de mantimentos armazenados nas embarcações, vale lembrar que a qualidade destes alimentos era bastante duvidosa, já que, as condições de armazenamento e o tempo em que ficavam contidos contribuía para sua deterioração. Além do mais, esse sortimento não era uniforme ao longo de todo o período, já que, como salientado, para ser mantido dependia do reabastecimento em portos. Nesse sentido, é possível afirmar que havia, dentro das embarcações, uma “Alimentación mala y pobre y totalmente desequilibrada, en donde en ningún momento de las largas travesías se comían frutas ni verduras frescas [...], y ni siquiera otros alimentos frescos” (GARRIDO, 2016. p. 211), que contribuía para a proliferação de doenças relacionadas à falta de nutrientes, necessários para o bom funcionamento do organismo. Dentre as doenças mais comuns, certamente, a mais conhecida é o escorbuto, doença que produzia nos infectados “apatía, debilidad, fáciles hematomas, pequeñas o grandes hemorragias de la piel, encías sangrantes, y piernas hinchadas” (DESIDERATO, 2019. p. 51).

Essas propriedades do ambiente marítimo, em relação à terra firme, induziam os marinheiros a um estado constante de tensão. Em seu relato de viagem, Luccock aponta para o fato de que, subitamente “several of the Brazilian sailors became so ill as to be incapable of duty”, isso ocasionou uma mudança no modo de abastecimento realizado na embarcação. Todavia,

apesar de serem “fornecidos liberalmente”, “they found access to the stores, and plundered them. Amongst other things, they devoured so much cheese and raw rice, as produced serious illness; deprived us for a day or two of several useful hands”. Tal fato, foi ainda mais agravado com a tentativa de desobediência e revolta da tripulação, durante o jantar dos oficiais e comerciantes, uns dias depois, por recusarem-se a trabalhar sob o mal tempo que surgia. Segundo o comerciante, graças ao ocorrido, julgaram necessário, “for the future, always to have an armed Englishman upon deck, in the character of a sentinel; for this occurrence was sulkily remembered, and the ill temper of the crew aggravated by the strict watchfulness and economy which their thievery obliged us to maintain” (LUCCOCK, 1818. p. 141-42). Acontecimentos como esse eram frequentes nas embarcações, se levarmos em consideração o ambiente em que se encontravam os embarcados. Nesse sentido, uma série de leis e penalidades eram criadas para tentar controlar essas revoltas.

Resgatando o tópico *Punishment for Crimes common to Seamen and Marines on board*, do decreto para o curso de 1817, é possível verificar 24 artigos que visam exercer esse controle, nas mais variadas esferas da labuta naval – hierarquia, convívio social, deserções, motins, alimentação, divisão do botim, etc. Entre as punições previstas para os delitos cometidos pela tripulação, é possível identificarmos a pena capital (artigos 1º ao 9º; 11º ao 14º; 16º 19º); a aplicação de castigos físicos (artigos 2º; 3º; 10º 15º; 18º e 22º); a imposição de trabalho forçado por período determinado (artigos 3º; 11º; 14º e 20º); a prisão de indivíduos (artigos 3º; 11º e 20); o ressarcimento financeiro, por parte dos marinheiros (artigos 15º; 19º; e 21º); a privação de suprimentos (artigos 10º e 18º); a privação de participação no botim (artigos 20º e 21º); a privação de emprego (artigos 19º e 21º); e a aplicação de multa (artigo 22º). Desse montante, apenas dois artigos não possuem previsão de punição clara (artigos 17º e 23º), apontando para como deviam ser conduzidas as ações de marinheiros e oficiais (PUERREYDON, 1817. p. 19-28).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto até aqui, a existência de uma Hidraquia, que funcionava como um acordo individual entre os tripulantes de um navio, garantindo-lhes certa autonomia e diversidade, não anulava a incidência de um Estado Marítimo sobre todos os navios, mesmo no caso platino. Da mesma forma, a existência de acordos, legislações, ou mesmo punições que chegavam à aplicação da pena capital, não garantiam a completa pacificação das tripulações. A vida no mar exigia muito dos indivíduos que nela embarcavam; doenças e morte eram tripulantes presentes em todos os navios. Como o resto do mundo, no Rio da Prata a pirataria e o curso eram atividades que só existiam a partir das práticas políticas e de guerra. O navio, portanto, era capaz de funcionar como fábrica, abrigo, prisão, arma, escudo e fonte de lucro, configurando-se, como supramencionado, como um espaço universal e, ao mesmo tempo, *sui generis*.



## NOTAS

- 1 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- 2 O referido estudo se encontra no capítulo cinco do livro *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, publicado em 2008, no Brasil.
- 3 Apesar de existirem leis inglesas que visavam tripulações homogeneamente nacionais, a composição dos navios, dificilmente, era feita somente com membros de uma mesma nacionalidade, podendo conter em suas tripulações desde ingleses e irlandeses, até holandeses, americanos e africanos (LINEBAUGH; REDIKER, 2008. p. 162-164).

## REFERÊNCIAS

- BENTON, Lauren. **A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400 – 1900**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BENTON, Lauren. Legal Spaces of Empire: Piracy and the Origins of Ocean Regionalism. In: **Comparative Studies in the Society and History**. v. 47. n. 4. Cambridge: Cambridge University Press. October. 2005.
- BENTON, Lauren. Strange Sovereignty. **20/10 El mundo atlántico y la modernidad Iberoamericana, 1750 – 1850**. n. 1. ed. 1. Noviembre. 2012.
- BLAKEMORE, Richard. The Politics of Piracy in the British Atlantic, c. 1640-1649. **International Journal of Maritime History**. v. 25. n. 2. December. 2013.
- CAÑO, Pedro del. Certificación del pagamento hecho del primero de abril hasta el último de mayo de 1801. In: Archivo General de la Nación. Sala IX 04-08-02. División Colonia – Sección Gobierno Consulado de Bs As. 1800 – 1807.
- DESIDERATO, Agustín Daniel. **Los marineros de las naves corsarias de las Provincias Unidas del Río de la Plata: sociabilidad, cotidianidad y resistencia (1815 – 1828)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2019.
- DUARTE, Feliciano Gámez. **El desafío insurgente**. Análisis del curso hispano-americano desde la perspectiva peninsular: 1812 – 1828. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade de La Rioja, Logroño, 2006.
- GARRIDO, Daniel Calixto. **Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario**. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidad Carlos III, Madrid, 2016.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LUCCOCK, John. **Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818**. London: Samuel Leigh, 1820. p. 138-169.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamonds districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata, and a historical sketch of the Revolution of the Buenos Ayres.** London: Longman, Husrt, Rees, Orme and Brown, 1812. p. 1-44; p. 337-348.

PUEYRREDON, Juan Martins de. Marine Laws and Regulations of the United Provinces of the River Plate – Translated from the original given in the fort of Buenos-Ayres. Buenos Aires, 1817. In: John Carter Brown Library Digital Repository. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:578717/>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

SARTORETTO, Eduardo. **“Tengo el honor de ser el más obediente y humilde servidor de Vuestra Excelencia”**: uma análise das movimentações e práticas de corso e pirataria na Região do Rio da Prata (1810 – 1822). 2017. Monografia (Curso de História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

# PARA ALÉM DO FLAGELO: OS SAQUES COMO RESISTÊNCIA SOCIAL DURANTE HIPERINFLAÇÃO (1990-1994)<sup>1</sup>

Ricardo Vicente Ferreira Filho<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem por base o projeto de iniciação científica “Mapeando saques e motins no Nordeste brasileiro em tempos de hiperinflação” com recorte cronológico de 1979 a 1994. No entanto, buscou-se aqui tratar do período que abarca os anos de 1990 a 1994, tendo em vista que foi um período de grande movimentação política que envolvia desde o primeiro presidente eleito após o regime militar, perpassando pelo presidente da SUDENE e chegando até os deputados e prefeitos no que tange as medidas adotadas para contornar a situação dos saques. Outro aspecto relevante aqui apresentado é a narrativa adotada pelos jornais de grande circulação, a forma que se referiam aos saqueadores era na de sujeitos passivos, flagelados da seca que por não lhes restarem alternativas saqueavam. Entretanto, inspirado no conceito de “economia moral” formulado por E. P. Thompson buscamos observar uma certa resistência das classes populares que estabeleciam determinadas relações históricas com os líderes da elite local, nesse sentido, apresenta-se uma outra perspectiva a analisar, a de sujeitos históricos que a sua maneira resistia não só ao problema da seca, mas a todo descaso para com eles e seus iguais.

## INTRODUÇÃO

No ano de 1993, o Brasil apresentou um índice inflacionário que chegou a marca de 2.477% ao ano. Diante desse cenário de crise do capitalismo brasileiro, observa-se o ambiente ideal para eclosão de tensões sociais e, atrelado a elas, existiam a pobreza, fome e desemprego por todo país, tanto no campo como na cidade. Entretanto, a narrativa encontrada nas notícias dos jornais apresentava que as tensões ocorridas nas cidades se davam pela crise econômica que existia no país. Já no campo, mais precisamente no sertão nordestino, os saques, a falta de emprego e a fome, ocorriam por conta da seca. Dessa forma, a partir do conceito formulado por E. P. Thompson no livro “Costumes em Comum” (1998), observa-se uma *economia moral* na qual a população marginalizada – como eram os ditos flagelados – agia de forma consciente em busca de seus anseios e, resistindo aos fatores externos que modificavam suas vidas, encontravam no saque uma forma de protesto social e imposição de limites aos caprichos da elite política.

Tendo em vista essa problemática acerca da percepção dos saques como forma de protesto social, buscou-se mapear as incidências no Nordeste brasileiro com o intuito de perceber essa cultura de classe que vai além da concepção espasmódica ou de que a multidão que saqueava, era composta por sujeitos passivos diante da seca. Apesar de defender a ideia de ação consciente, reconhecemos que a seca era um fator primordial para provocar agitação social, porém, o clima quente e a estiagem sempre foram recorrentes do sertão, por isso a pergunta a se fazer é “o que explica os saques ou as ameaças de saques em determinados momentos da história no Nordeste brasileiro?”. Thompson nos responde a respeito dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII, que o fundamento que estava baseada a identificação de práticas legítimas ou ilegítimas na atividade de mercado era “uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres”. (THOMPSON, 1998, p. 152). Portanto, a agitação social se explica para além do flagelo causado pela seca, pois inúmeras são as vezes que os saques só aconteciam depois de muita negociação não finalizada. Com isso, surge a possibilidade de pensar de uma forma mais ampla superando a concepção de que a calamidade ambiental seja o principal causador das mobilizações populares.

A partir dessa compreensão de uma *economia moral dos pobres*, pode-se considerar essa pesquisa de grande importância para entender as trajetórias de lutas das classes populares nordestina. Com o caminhar da investigação, constatou-se, em certa medida, como se dava a solução dos problemas reivindicados pela população, tendo em vista que, em determinados momentos, as ações da multidão ocorriam em depósitos pertencentes aos prefeitos das cidades. Com isso, Thompson nos traz outra ideia para entender as noções de bem-estar comum da multidão ao tratar da *economia moral* do camponês inglês do século XVIII. Ele entendia que essas noções “encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo” (THOMPSON, 1998, p. 152).

Diante dessas propostas para pensar os saques em tempos de hiperinflação como forma de protesto social, o mapeamento vem a ser o primeiro passo para algo muito maior. Em vários momentos, era possível analisar toda burocracia do estatal funcionando para manutenção da estratificação social e das relações de produção. Nesse sentido, em “Noiva da Revolução/ Elegia para uma re(li)gião” (2008), o sociólogo Francisco de Oliveira nos traz reflexões acerca da consolidação (ou homogeneização) do capitalismo brasileiro e como se deu seu desenvolvimento nas diferentes regiões do país, em especial o Nordeste brasileiro. Tal reflexão se torna importante, pois rompe com a ideia de que exista “brasis”, logo, a crise que afeta o Sudeste, também afeta o Nordeste e, da mesma forma que sofre o litoral (ou as zonas urbanas), também sofre o sertão (ou zonas rurais).

## METODOLOGIA

Para mapear os saques no Nordeste, o procedimento metodológico adotado foi a investigação em jornais de acervos físicos e digitais, sendo eles, a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o acervo digital da *Folha de S. Paulo* e o arquivo físico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o NUT-Seca.

A princípio, procurou-se analisar o acervo da Biblioteca Nacional Digital, porém, boa parte dos jornais que se referiam ao nosso recorte temporal (1990-1994) não estavam disponíveis, o que impossibilitou o acesso a jornais locais de vários Estados, como por exemplo, *O Diário de Pernambuco*. Entretanto, no arquivo do NUT-Seca, deparou-se com inúmeras ocorrências de saques, ameaças e invasões em alguns lugares do Nordeste, mas principalmente no Rio Grande do Norte, e por se tratarem de jornais locais, foi possível ter acesso a várias notícias detalhadas, que envolviam nomes e negociações referente a outros estados. Com relação ao acervo da *Folha de S. Paulo*, a pesquisa foi mais promissora, pois apesar de ser um jornal de âmbito nacional e as notícias chegarem via correspondentes não dando tantos detalhes dos saques, encontrou-se incidências em praticamente todos os Estados nordestinos. No geral, os jornais consultados foram: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *O Fluminense* (Rio de Janeiro), *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte* (ambos do Rio Grande do Norte).

Para encontrar as incidências do nosso objeto de pesquisa nos acervos digitais, procurou-se por palavras-chave, como *saques*, *motins*, *amotinados* e *flagelados*, contudo algumas problemáticas foram encontradas. A primeira delas foi o fato de que as palavras buscadas encaminhavam para outros temas, como foi o caso da busca por “saques”, que direcionava para os saques do FGTS, por isso, inúmeras eram as notícias, logo, dificultava o trabalho. A segunda dificuldade foi com relação ao termo “flagelados”, esse que era encontrado na maioria das vezes em colunas de opinião, que utilizava essa condição para se referir aos nordestinos que migravam para o sul, que vivenciavam a seca, morriam de fome e, por vezes, saqueavam. Para solucionar esses problemas, em especial no acervo da *Folha de S. Paulo*, buscou-se pelo verbo conjugado, ou seja, introduziu-se a procura por “saquearam”, pois era o termo mais utilizado nas notícias e, assim, as incidências de saques foram encontradas. No caso do arquivo do NUT-Seca, não houve problemas com relação a busca, visto que as notícias estavam separadas em caixas por temas.

Após a verificação das notícias que retratavam os saques, foi criada uma base de dados na qual foram inseridas as manchetes com as referências dos jornais, os locais onde ocorreram os saques e um breve resumo sobre as notícias e a data de ocorrência. Concluída essa etapa de preenchimento de informações, vale ressaltar que toda pesquisa em jornais foi acompanhada de reuniões que envolveram vários textos que discutissem e facilitassem a compreensão do tema. A terceira e última etapa representou a busca por uma plataforma que criasse um mapa interativo que possibilitasse a inserção de “alfinetes” nos locais de incidências de saques e, ao clicar

nessas marcações, fossem apresentadas todas as ocorrências da cidade assinalada. Outro objetivo era que a plataforma de criação fornecesse um link para que outras pessoas interessadas no tema tivessem acesso. Por fim, a plataforma utilizada foi a do *ArcGis Online* – esse sistema de informações geográficas e utilizada por vários órgãos governamentais – que possibilitou o preenchimento de todos os requisitos necessários mencionados, além de ser gratuito e de fácil utilização, poupando trabalho, tempo e oferecendo vários recursos, e com isso, foi finalizado o mapeamento dos saques no Nordeste com 40 (quarenta) situações em que a massa de populares se mobilizou no período de 1990 a 1994. Com relação ao projeto principal com recorte de 1979 a 1994 foram contabilizados 230 (duzentos e trinta) ocorrências.

## ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

No livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1984), o historiador Edward Palmer Thompson trabalha em um de seus capítulos a questão do anonimato que as populações pré-industriais adotavam para fazer suas demandas às elites. Uma das maneiras escolhidas eram as cartas anônimas que, na maioria das vezes, continham ameaças caso seus pedidos não fossem atendidos. Em determinados momentos havia um grande número de cartas publicadas nos jornais, o que ajuda a refletir sobre dois aspectos: as motivações que levavam as pessoas a escreverem as cartas anônimas e por qual motivo era interessante os jornais noticiarem ou não essas ameaças. Nesse sentido, o recolhimento dos dados a partir do mapeamento tem a intenção de entender ou, ainda, tentar responder alguns aspectos do contexto social de determinada época.

A partir do nosso levantamento, entre os anos de 1990 e 1994, conseguimos localizar 40 saques espalhados pelo Nordeste. Entretanto, ao distribuir esses saques por Estado, os números foram desiguais e, obviamente, deve-se levar em consideração as questões que puseram limites à nossa pesquisa, como o fato de nem todos os jornais estarem disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Digital. Com a distribuição feita, a contabilidade ficou a seguinte: Ceará com 13, Rio Grande do Norte com 10, Pernambuco com 7, Paraíba com 7, Piauí com 4; Bahia, Maranhão e Alagoas com 1 cada e em Sergipe não foi noticiada nenhuma incidência de saque.

Tendo em vista esses números, faz-se necessário novamente recorrer ao historiador E. P. Thompson, uma vez que no capítulo intitulado de “Economia moral revisitada” do livro *Costumes em Comum* (1998), ele responde a alguns dos seus críticos em relação a sua formulação do conceito de *economia moral*; e sobre o seu ensaio, Thompson diz que “ele tão tratava de *todos* os tipos de multidão, e ao leitor que assim supusesse teria de ser excepcionalmente estúpido. Tratava da “economia moral” da multidão no contexto definido pelo artigo”. (THOMPSON, 1998, p. 204). Dessa maneira, os dados levantam discussões acerca dos motivos que levaram os saqueadores se mobilizarem em determinados anos e locais diferentes, se de alguma forma todos compartilham, dada a narrativa das notícias, a mesma realidade, abrindo espaços para

estudar as relações que essas multidões mantinham com os líderes políticos e instituições governamentais e, até mesmo, com o meio ambiente.

As possibilidades de debates acerca desses dados não param por aí, visto que além da seca, existia a crise financeira com altas taxas inflacionárias. Nas notícias encontradas, em várias ocasiões as pessoas estão em busca de emprego, o que na cidade era associado a hiperinflação; no campo, era ao “flagelo”. Logo, dados como esses podem contradizer esse estigma de sujeito passivo, pois o saque, além de representar um elemento da cultura política de determinada população, também pode revelar como a multidão faz uso dessa cultura em momentos que os alimentos estão com preços extremamente elevados (ou que sentem que a sua renda é insuficiente para garantir a sua sobrevivência) e, em resposta a isso, uma população que é acostumada a ter ao menos o mínimo, mas por conta de uma crise não possui condições de comprar, comete o saque para que alguma medida seja tomada.

Em meio a esse caos econômico e ambiental, faz-se necessária a análise da situação política do período. No ano de 1990, o então presidente Fernando Collor de Melo, “passava por cima” dos governadores que não o apoiassem em eleições futuras, atrasando deliberadamente o envio de verbas da União para os Estados e, em certas circunstâncias, negociando diretamente com prefeitos que fossem seus aliados políticos. Nesse caso, é perceptível como o dito “flagelo” da população não estava apenas ligado a seca, mas a outros fatores que modificavam sua forma de vida, principalmente um povo cuja as raízes políticas são estabelecidas historicamente ao modelo paternalista.

A percepção da ideia de moralidade frente aos saques pode por vezes parecer contraditória, porém não deixa de ser um fator a se discutir. Em 1990, em matéria de *O Fluminense*, cerca de 100 agricultores invadiram o município de Bodocó (PE), porém a polícia interveio e levou presas seis pessoas, contudo os presos foram soltos após ser constatado que os motivos do saque eram a “fome e o desespero provocados pela seca” (“Agricultores saqueiam feira em Bodocó”. In: *O Fluminense*, 09 de janeiro de 1991. Edição 26.922, p. 5.). Nesse sentido, observa-se que o saque não era visto como um crime por certas autoridades, pois era moralmente justificável, mesmo que em alguns momentos a polícia reprimisse duramente. Outro aspecto relevante é a solução dos saques que, “nem sempre”, eram uma resolução permanente, mas que por hora solucionava os problemas daquelas pessoas, dado que o principal era não infringir o básico da subsistência para população saqueadora.

Ao analisar os motins da Inglaterra, Thompson considera que “o termo ‘motim’ é uma ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares” e que “a ação central nesse padrão não é o saque dos celeiros, nem o furto de grãos e farinha, mas ‘fixar o preço’”. (THOMPSON, 1998, p. 176). A partir disso e com os dados que temos, nota-se o caráter dos saques, assim como os motins da Inglaterra representavam um padrão de comportamento com raízes históricas, basta recordarmos da “Revolta dos Quebra-quilos”, em que a historiadora Maria Verónica Secreto, além de trabalhar com base no conceito thompsoniano, busca a

perspectiva de Hobsbawm e Rudé, na qual a luta dos revoltosos era para “defesa de direitos costumeiros e de uma ordem estável que havia permitido sua existência até então”. (SECRETO, 2011, p. 28). Trazendo esse argumento para os saques no Nordeste, percebe-se a presença dessa tradição de manutenção da subsistência, por exemplo, em 1992, cerca de mil pessoas invadiram o município de Mauriti no Ceará, todavia “para evitar o saque o prefeito começou a cadastrá-los para receber cestas básicas com quinze quilos de alimentos”. (“Flagelados saqueiam armazém”. In: *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1992. Edição 279, caderno 1, p. 4.) Por vezes, essas ações ocorriam não pela fome, mas pela falta de comprometimento de uma parte da elite política que não estivesse comprometida com a tradição moral de não deixar faltar comida ou emprego.

Inúmeras são as possibilidades de discussões acerca dos saques, perpassam da hiperinflação ao roubo da água por parte de fazendeiros, da corrupção do Estado burguês à organização moral das pessoas que sofriam dessas consequências, além das negociações entre população e políticos. Nos protestos, organizadores que preferiam o anonimato, a repressão policial e a permanência da seca, são alguns dos elementos que reafirmam a necessidade de uma investigação mais profunda, que possa ao menos construir a trajetória de luta dessas pessoas que, em boa parte dos discursos políticos, são vistas como massa de manobra ou, ainda, sujeitos inertes que sofrem com o flagelo da seca.

## CONCLUSÃO

Por fim, essa pesquisa se desdobrou como prospecção exitosa que, ao investigar fontes, permitiu estabelecer um banco de dados rico para futuras análises sobre as formas de protesto popular no Nordeste brasileiro no final do século XX. Obviamente uma série de perguntas não foram respondidas, pois o objetivo principal era localizar essas incidências em tempo e espaço, dando-lhes inclusive uma territorialidade específica a partir do mapa e, assim, em trabalhos posteriores, será possível auferir uma análise qualitativa sobre os repertórios dessas ações. O primeiro passo, portanto, foi dado: buscou-se um mapeamento de saques e motins no Nordeste brasileiro em tempos de hiperinflação apresentando tais ações como resistência social, e isso foi atingido, constituindo assim um campo de possibilidades para demais pesquisadores. Nesse contexto apresentado, há uma série de inquietações a analisar: a presença de movimentos sociais, partidos políticos, a relação entre a população e os órgãos governamentais, além de análises mais detalhadas sobre quem eram essas pessoas. Mulheres, negros, crianças, trabalhadores?

Tendo em vista que muitos jornais ainda precisam ser consultados, possivelmente a quantidade saques noticiados aumentará e isso possibilitará um contínuo trabalho de atualização da base de dados, o que gerará uma constante atualização das análises sobre o tema. Além disso, outras fontes podem ser consultadas, como registros memorialísticos, história oral, literatura e cancionário popular, processos crimes etc. A partir disso, se poderá escrever uma história de um



povo que sempre deu uma resposta a ordem de silêncio social. Há muito o que se pesquisar, sem abstrações a realidade da multidão tem muito a nos ensinar através da resistência e tradição.

## NOTAS

- 1 Trabalho baseado na pesquisa do PIBIC/PIVIC “Mapeando saques e motins no Nordeste brasileiro em tempos de hiperinflação (1979-1994)” sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza.
- 2 Graduando do curso de licenciatura em História (UFPB).

## REFERÊNCIAS

Agricultores saqueiam feira em Bodocó. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, Edição 26.922, p. 5, 09 de jan. de 1991.

Flagelados saqueiam armazém. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 279, caderno 1, p. 4, 14 de fev. de 1992.

OLIVEIRA, Francisco. **NOIVA DA REVOLUÇÃO; ELEGIA PARA UMA RE(LI)GIÃO**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SECRETO, Maria Verónica. **(DES)MEDIDOS**: a revolta dos quebra-quilos. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

THOMPSON, E. P. **COSTUMES EM COMUM**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **TRADICIÓN, REVUELTA Y CONSCIENCIA DE CLASE**. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

# TAQUIGRAFIA – INSTRUMENTO DE APOIO AO HISTORIADOR

Maria Cristina Lins de Oliveira Mello<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo aborda a história de Arte (técnica) milenar da Taquigrafia, explicando a diferença com a Estenotipia, e sugerindo o uso da Taquigrafia como instrumento de suporte para os pesquisadores da história oral, por tornar possível o registro, na íntegra de todas as oralidades estabelecidas entre as partes envolvidas nas entrevistas, dificultando os desvios comuns que possam vir a ser encontrados com a retextualização ou simplesmente a audição dos áudios e vídeos, através do trabalho de transcrição dos áudios realizado especificamente por profissionais habilitados, reforçando importância da Taquigrafia em qualquer evento que implique situação de coleta de oralidades e memórias, além de outro ponto a ser ressaltado neste estudo é reconhecer que atualmente, e cada vez mais, vem sendo importante para os Historiadores a preocupação com as condições de produção das fontes históricas, como foram elaboradas essas fontes, quando de suas pesquisas.

**Palavras-chave:** Taquigrafia. História Oral. Produção de Fontes.

## REPRESENTAÇÃO DA VOZ PELA ESCRITA

Toda Arte passa por um processo de aprendizado, através do tempo e da persistência para sua concepção e sedimentação como técnica. É de se ressaltar, aqui, o sentido da palavra – Arte – como sendo a utilização de toda forma de conhecimento ou das regras de elaboração de uma atividade humana, por exemplo a arte de escrever; e que faz parte do processo mecânico de toda e qualquer aprendizagem, que finda por modelar pensamentos e atitudes, e que definem identidades próprias. Com a arte da escrita não seria diferente, pois foi uma sublime técnica que se transformou pelos séculos passados e em ciclos vagarosos e evolutivos. Alguns historiadores enfatizam que foram os egípcios, quando de suas antigas tradições, que teriam concebido o alfabeto quando já havia decorrido mais de um milênio da [história da escrita](#), o que seria chamado de alfabeto semítico, pois representava o trabalho do povo semita. O primeiro [alfabeto consonantal](#) teria surgido por volta de 2.000 a.C., o que se tornaria decisivo para a humanidade, pois quase todos os alfabetos do mundo, hoje em dia, descendem diretamente deste desenvolvimento do alfabeto, ou foram inspirados por ele. É conhecido que a escrita hieroglífica dos egípcios, que era o [sistema de escrita formal](#) usado no [antigo Egito](#), combinava elementos [logográficos](#) (com

símbolos e desenhos), silábicos e alfabéticos, com um total de cerca de mil caracteres distintos, e se acredita que originou-se por volta de 3.000 a.C.. Daí a afirmativa de alguns pesquisadores em dizer que o alfabeto nascera dos hieróglifos e tentarem convencer que todos os alfabetos existentes são uma alteração de imagens e símbolos, pois se apoiam na ideia que o homem, na sua caminhada evolutiva, saindo do estado de selvageria em que vivia, e se elevando ao estado de vida social; antes se comunicando através de sons, gritos e interjeições; expressando seus sentimentos e pensamentos por palavras, chagando a inventar a primeira escrita simbólica.

Tomando por base esse desencontro na realidade histórica da representatividade da voz por caracteres da escrita, vem em auxílio da técnica da Taquigrafia, e junto a ela um outro questionamento: teria a taquigrafia partido do desenho primitivo? Para responder a essa pergunta, pode se iniciar ressaltando que é certo que os pesquisadores mais minuciosos das escritas antigas afirmam o caráter de antiguidade da Taquigrafia.

## CONCEITUAL HISTÓRICO DA ARTE DA TAQUIGRAFIA

É oportuno lembrar o sentido usado da palavra – Arte – como sendo a utilização de toda forma de conhecimento ou das regras de elaboração de uma atividade humana, por exemplo a arte de escrever, que também se traduz em – técnica, por ser também o domínio do conjunto de normas e regras necessárias à expressão e transmissão de sensações e sentimentos, uma habilidade técnica. É fato que todas as pessoas que tiveram e ainda têm contato com a Taquigrafia são acordes e unânimes na ideia em dizer que esta seria uma arte antiquíssima e conhecida em quase todos os continentes e que seria a arte de escrever as oralidades de forma rápida, ou seja, tal qual na mesma velocidade da voz e se utilizando de símbolos gráficos.

É difícil afirmar historicamente a origem da Taquigrafia, e que, com a ajuda da filosofia, torna-se também confusa tal afirmativa, pois esta é rica em assinalar várias passagens históricas acerca da evolução tanto da linguagem falada, quanto da escrita. Mas é cediço o enaltecimento do uso da técnica taquigráfica, demonstrando seus altos, relevantes e indispensáveis préstimos, assertivas que vêm atravessando séculos e que vêm assinalando um progresso evolutivo de aperfeiçoamento da técnica para se adaptar às modificações trazidas com a globalização e com o mundo informatizado, com a atual inteligência artificial. A Taquigrafia é uma Arte (técnica) milenar que tem que ser exercitada e aprimorada para trabalhar em conjunto, principalmente e atualmente com a tecnologia, agregando valor ao trabalho para o qual ela sempre se prestou – a representação da voz em forma escrita.

Ao caminhar pela história da Taquigrafia, diante da dificuldade de se encontrar dados precisos é de se tomar de apoio pesquisas já preexistentes e das mais variadas fontes, tem-se uma hipótese a qual se atribui aos Hebreus a invenção da Taquigrafia, devido a uma célebre frase de David, Rei de Judá e Israel (1040 a.C./970 a.C.): *“Lingua mea calamus scriba velociter scri-*

*bentis* (A minha língua é como a pena de um escritor, que escreve depressa)”(CURY,2000,p.5). Há relatos históricos que falam até que Moisés teria usado uma escrita simbólica e fonética para escrever o Pentateuco. Segundo Cury a invenção desta Arte teria partido dos gregos, pois Xenofonte, através do uso da taquigrafia, fez chegar até nós, pela história, os discursos de Sócrates (399 a.C.). Como também em outra fonte temos que Plutarco (historiador e biógrafo grego) reconheceu a Roma a invenção da Arte; e foi Tucídides, na sua obra “História da Guerra do Peloponeso – séc.V a.C.”, quem escreveu um trecho onde menciona: “(...) quão difícil era conservar os discursos que antes ou depois da guerra haviam sido pronunciados”(CURY,2000,p.2), demonstrando que na Grécia ainda era evidente tal dificuldade.

Mais à frente ainda encontramos fontes que nos mostram que esta Arte teria sido inventada por Marco Túlio Tiro, escravo e secretário do Senador romano Cícero, e que a primeira tomada taquigráfica teria ocorrido por ocasião de um discurso de Cícero contra Verres (magistrado romano), em 70 a.C. (CURRY,2000,p.8). Esse teria sido o primeiro sistema organizado da técnica taquigráfica a ser inventado, e que por Tritêmio, séculos depois, seria nominado de – Notas Tironianas, ou Abreviações Tironianas – e que foram usadas em Roma desde o séc. I a.C. até o fim do séc. XI; portanto, usadas por doze séculos. Mas, mesmo elas sendo usadas por tantas centenas de anos, ao final do séc. XI elas desapareceriam, deixando de serem usadas por mais anos adiante. São incertos e desconhecidos os fatos desse desaparecimento, deixando para nós alguns questionamentos, a saber: “o que haviam servido, durante tantos séculos, como o “gravador” – que tudo registrava e que haveria de deixar tantos legados para a História e a Cultura da Humanidade?”(CURY,2000,p.2). Mais séculos se passaram, quando por volta do ano de 1482, um abade beneditino chamado Johann Heidelberg, que mais tarde ficou conhecido como “o Tritêmio”, citado anteriormente, (por ter nascido em *Tritenheim* (Alemanha), e como o escritor salientou em uma de suas célebres obras – “A Poligrafia e a Esteganografia”, inclusive publicadas após sua morte, ele salienta assim (CURY,2000,p.3-4):

’De notis et mirabili modo sed nimis laborioso scribendi M. T. Ciceronis, est post eum Sancti Cypriani episcopi et martiris’ – no qual o Tritêmio afirma ter encontrado um livro de abreviaturas taquigráficas escrito por Marco Túlio, Cícero, e depois ampliado por São Cipriano para uso dos cristãos. O livro consistia em uma coleção de milhares de abreviaturas taquigráficas, as famosas “Notas Tironianas” com o significado ao lado. Alguns estudiosos supõem que Cícero tenha enviado essa lista de “Notas Tironianas” ao seu filho, quando este estudava filosofia e letras em Atenas.

Foram muito importantes as descobertas de Tritêmio e não parariam por aí, pois ele encontrou, em um monastério, um pergaminho que teria sido escrito por Santo Anselmo, intitulado – “*Psalterium in armenica lingua* (Saltério em língua armênia) – que seria uma coletânea de orações, salmos, cânticos e outros escritos religiosos: “(...) e que na realidade não estava escrito no idioma armênio – como se pensava – mas sim em Notas Tironianas.”(CURY,2000,p.4). Ressaltando que foi o Tritêmio quem deu o título de – Notas Tironianas – a esta grafia especial, e

não o seu inventor Marco Túlio. E o próprio Tritêmio ainda havia deixado registrado que: “(...) esse modo de escrita requer uma grande memória e um cansativo trabalho de tradução, pois cada sinal significa uma palavra, uma sílaba ou uma parte do discurso.” (CURY,2000,p.4). O que é certo dentro das pesquisas é que vários historiadores, filósofos, professores, religiosos, humanistas entre outras funções, nas épocas entre os anos de 1513 a 1817, foram contumazes usuários, quer seja escrevendo e reescrevendo obras com o intuito de decifrar e classificar a Arte da Taquigrafia a partir das Notas Tironianas.

Conceituar essa Arte – Taquigrafia – seria dizer, rapidamente assim como é o seu significado, que: é a Arte da Escrita rápida. Antigamente ficou conhecida também como estenotipia, e ainda o é em alguns lugares, mas é preciso fazer uma sutil diferenciação, pois a estenotipia atual seria a escrita rápida usando o estenótipo manual – máquina criada em 1943 por Juan Antônio Dominguez Carissimi (Uruguai) – dotada de teclas que se destina à transcrição estenográfica de palavras, ao ritmo da fala em sua velocidade normal; ao passo em que a Taquigrafia é a escrita rápida utilizando as próprias mãos humanas, seria realmente um manuscrito taquigráfico, usando símbolos da linguagem de sinais próprios. A Taquigrafia etimologicamente viria do – grego *taqui* = rápido e *grafia* = escrita, além de ser um termo geral que define todo método abreviado ou simbólico de escrita, visando melhorar a velocidade da escrita ou a brevidade desta se comparada a um método padrão de escrita manual. Entretanto, apesar da clara definição do termo Taquigrafia, é comum dizer que taquigrafia e estenografia são sinônimas. Taquigrafia seria, conceituando, também uma escrita fonética (CURY,2007,p.7):

A Taquigrafia é um sistema gráfico que se regula, em geral, pela Fonética. Daí chamar-se a taquigrafia uma “escrita fonética”. Na taquigrafia, cada sinal representa um determinado som. Um mesmo sinal pode ter vários tamanhos para significar diferentes sons. E dependendo do lugar que ocupa na pauta (embaixo ou em cima, aqui ou ali) representará um som específico. Um sinal ligado a outro tem um significado sonoro; separado, outro. Um simples espaço entre dois sinais pode ser também indicativo de um som diferenciado. Os detalhes diferenciais e determinantes de signos e sons variam de método para método.

Com isso temos, ainda, que a Taquigrafia é: “um sistema de sinais gráficos que prima por ser sucinta, breve, limita ao estritamente essencial.” (CURY,2000,p.7).

A seguir um caminho evolutivo, desde a queda do Império Romano (476 d.C.), onde ficou marcado o declínio das artes e das ciências, começaria, então, a Idade Média, tempo em que as Notas Tironianas entrariam também, paulatinamente, naquele momento de esquecimento já citado, e, mais ainda, estimulado pela interferência da religião, teria sido relegada à categoria de magia negra, pois que exatamente a Igreja quem mais se utilizou desta Arte, por que relegá-la a tal adjetivo? – Não seria porque exatamente através desta Arte que o povo iria saber os reais motivos dos interesses políticos e econômicos do monopólio da Igreja sobre ele? Pois tudo havia sido registrado por ela durante anos! Perpassando por esses questionamentos e andando

no tempo, já na Inglaterra as aspirações à liberdade de pensamento germinavam, o que viria a trazer de volta os bons tempos dessa Arte, sendo o País considerado o precursor da moderna Taquigrafia, através do médico e padre britânico chamado *Timothy Bright* que publicou, em 1588, uma obra que teria em seu conteúdo vários textos de sermões escritos no método da Taquigrafia *Bright*, assim por ele reinventada a partir das “velhas”, diria – antigas, e de grandioso valor histórico – Notas Tironianas.

A partir de então apareceram inúmeros estudiosos da técnica taquigráfica, entre os anos de 1671 a 1888, cada qual aplicando estilos e métodos próprios, reformando e ampliando a aplicabilidade da taquigrafia, tornando-a mais simples, cursiva e adaptáveis às várias línguas europeias e cada vez mais exercitada em vários meios, quer sejam em casas políticas, jurídicas, escolas, jornais, etc.. Todos os estudiosos e praticantes da Taquigrafia sempre empregaram esforços no sentido de obter maior velocidade e facilidade nos seus métodos taquigráficos. Assim como a Inglaterra citam-se a França, a Alemanha, a Espanha e Portugal como países Europeus que sempre utilizaram essa Arte de forma costumeira e com grande amplitude de usos sejam oficiais, sociais e educacionais, assim sendo utilizada desde sempre para escrever a história da humanidade, por assim dizer.

Vindo para as Américas, tem-se registros do seu uso na Argentina, como também no Uruguai. Quando, então, seria trazida ao Brasil no ano de 1823, com a Constituinte, e nos tempos iniciais da independência, por José Bonifácio de Andrada e Silva (Patrono da Independência Brasileira) que mandou instalar a primeira Escola Oficial de Taquigrafia, com apenas oito alunos taquígrafos, homens, com o intuito de preparar profissionais para trabalharem, a princípio, nas Casas Político-Imperiais da época e de onde advinham as demandas que necessitavam de profissionais tecnicamente habilitados para registrarem todos os acontecimentos, discursos, aprovação de legislações, solenidades, enfim, todas as oralidades que ali aconteceriam e que eram publicadas em *Annaes da Casa*, e com isso serem transformadas em memórias históricas conhecidas por todos nós, exatamente por ter sido mecanizada através do pleno exercício da Arte da Taquigrafia. Daí se evidencia a grande importância da aplicabilidade desta Arte no desenrolar histórico político-administrativo, dessa época, em nosso País.

## **ORALIDADES RETEXTUALIZADAS OU TRANSCRITAS**

A levar em consideração o emprego de alguns conceitos de transformação, descontinuidade, procedimento e de influência que uma informação retextualizada exerce sobre a informação transmitida de forma oral, e que coloca em situação de não representação da informação justa e correta, levantando inquietação diante de vários recortes ou reagrupamentos de informações inseridas e que tornam distintas as informações envolvidas nestes tipo de discursos (oral e escrito), que por si sós têm gêneros e formas até certo ponto análogas, no caso deste estudo, porém teriam que ser trabalhadas sem dar chances a manipulações e controvérsias.

A autenticidade, veracidade e fidedignidade de uma oralidade transcrita é de suma importância para a consistência da história oral captada, e tão somente a alternativa de consulta aos depoimentos em áudio, apesar disso, não desobriga o processo de transcrição daquelas histórias orais em serem apresentadas na forma escrita. O profissional de Taquigrafia é a pessoa tecnicamente preparada para trabalhar com a oralidade e a escrita não só na administração pública e, mais ainda, é o profissional capacitado para dar apoio ao historiador que usa da metodologia da história oral nas suas pesquisas. Então, utilizando-se de um silogismo direto, poder-se-ia perguntar: seria o profissional de Taquigrafia quem determinaria como e quando usar a transcrição e/ou a retextualização para não ocasionar prejuízos para as pessoas envolvidas nos depoimentos/entrevistas, para que possamos formar uma história oral transcrita fiel aos fatos decorrentes das relações em sociedade? É evidente que o trabalho de transcrição, em casos que ela seja necessária, e em contrapartida à retextualização de uma oralidade, será a técnica a não ser desprezada por ser mais eficaz e eficiente para se alcançar um real conhecimento de fatos com mais clareza e veracidade, sem interferências e minimizando os desvios com a simples anexação de áudio ou vídeo, por exemplo.

Algumas questões ultimamente estão sendo levantadas quando da importância da utilização ainda da transcrição, ou mesmo da Taquigrafia, não só nas Casas Jurídicas e Legislativas, mas no mundo moderno, já que seria uma Arte (técnica) tão antiga e ultrapassada, assim consideradas por alguns. Rebatendo e justificando esse ponto da discussão, a Arte da Taquigrafia quer andar junto com a tecnologia, não sendo uma técnica a ser esquecida ou abandonada, mas sim ser agregada, utilizando os mecanismos tecnológicos de registro e dando valor ao trabalho taquigrafado e transcrito oficial. Com relação aos mecanismos tecnológicos, a utilização da gravação, como um dos recursos tecnológicos que de fato facilita o trabalho da taquigrafia, demonstra-se que ela tem sido usada de maneiras diversificadas no que se refere ao apanhamento, com bem explica Cury (2000,p.5) que divide essa prática em fórmulas das quais salientem-se duas:

(...) 4ª Fórmula - Orador ao vivo + taquígrafo ao vivo + gravação – é, incontestavelmente, a fórmula que permite 100% de autenticidade, de fidedignidade, de fidelidade, de perfeição. Aqui o taquígrafo tem duas fontes a que recorrer: as notas taquígráficas e a gravação. Mesmo quando a gravação não tenha ficado muito boa, será muito mais fácil ao taquígrafo, que taquigrafou ao vivo, fazer a reconstituição do discurso, pois ao vivo ele pôde “sentir o orador”, ele pôde acompanhar todos os acontecimentos no plenário, no ambiente. E vice-versa, qualquer coisa que o taquígrafo não tenha conseguido entender ao vivo, ele a entenderá na gravação.

5ª Fórmula - Orador ao vivo + taquígrafo ao vivo + áudio + computador (e mais outra tecnologia que venha a surgir), pode-se acreditar na excelência da atividade.

É de se reconhecer que a gravação tem sido de grande utilidade para o registro taquígráfico exatamente por permitir ao taquígrafo trabalhar com mais tranquilidade e facilidade, com até

menos tensão emocional e menos angústia, além de ser um aparato que auxilia tal profissional, pois possibilita várias oportunidades de reaudições de uma mesma palavra, frase ou trechos de discussões ou entrevistas que, segundo Cury (2000,p.6): “(...) por algum motivo, não tenha sido entendido pelo taquígrafo durante o apanhamento taquigráfico”.

Os novos sistemas de taquigrafia em meio digital se utilizam da tecnologia da informação através de aplicativos de decodificadores de voz, por exemplo, embora ainda não sejam amplamente usados em nosso País atualmente, quer nas Casas Legislativas ou Judiciárias, pois cada Instituição tem rotinas de trabalhos que, nem sempre, adaptam-se a usar esses aplicativos. E, em sendo utilizados, indica-se que o profissional de taquigrafia seja o profissional habilitado para trabalhar e preservar toda essa documentação institucional, quer seja em formato de áudio, vídeo, e principalmente transcrito. É de se notar que está ocorrendo uma transformação, uma readaptação das funções, ou seja, os profissionais de Taquigrafia estão passando a ser gerentes operacionais do procedimento. É fato que a tecnologia diminui o trabalho braçal, mas, mais do que nunca, exige cognição humana para gerenciar todo esse desenvolvimento.

## **INSTRUMENTO DE APOIO AO HISTORIADOR**

Compreende-se a Taquigrafia como forma de linguagem e técnica de registro oral produzido pela sociedade. É uma técnica que se ampara na fonética da linguagem oral e se define como sendo o exercício da escrita rápida através de sinais próprios; termo que define o método abreviado e veloz de uma escrita; termo que acompanha, ou pelo menos tenta acompanhar, a velocidade das oralidades em sua forma escrita. Usa, em tempo posterior, a decodificação e transcrição desses sinais para compor o texto escrito.

A utilização da metodologia da história oral nos faz ter em mente o incansável trabalho com as gravações de entrevistas, e para tanto as novas tecnologias têm apoiado significativamente o trabalho dos historiadores. No entanto, nem sempre se tem à disposição, naquele dado momento, equipamentos, poucos que sejam, quando necessitamos reunir e anotar as oralidades das entrevistas. O registro taquigráfico seria como uma opção para os pesquisadores da história oral, não só por contar com poucos recursos e habilidade de registrador, mas também por ampliar a capacidade da coleta de informações com a captação do discurso com mais celeridade, e ainda assim, no momento posterior, verificada a importância da transcrição, a indicação seria a de um profissional de taquigrafia que é um especialista em transcrição de oralidades. A característica de ser um hábil transcritor se dá visto a sua intrínseca relação de trabalho com esse mecanismo de decodificação, a passagem do oral para o escrito é a práxis do profissional de taquigrafia.

Um outro ponto a ser ressaltado neste estudo é reconhecer que atualmente, e cada vez mais, vem sendo importante para os historiadores a preocupação com as condições de produção



das fontes históricas. A condição de produção da fonte histórica seria justamente, por exemplo: saber como aquela transcrição foi produzida. Vindo à mente um questionamento: a partir de qual processo ela foi produzida? Essa informação da condição de produção da fonte histórica é importantíssima para o historiador, pois para se analisar, por exemplo, uma transcrição realizada por taquígrafos há anos, o pesquisador tem que perguntar às fontes uma série de indagações, entre elas: em que ambiente se deu tal oralidade – Casas Legislativas ou Casas Judiciárias? Esse detalhe é importantíssimo para o historiador, pois a taquígrafia legislativa é diferente da taquígrafia judiciária no *modus operandi* da concepção do documento oficial produzido. Tendo-se que levar em conta também o momento temporal em que aquelas fontes foram efetivamente confeccionadas – para o historiador vai interessar muito conhecer as etapas, os caminhos entre o momento em que e onde ocorreu a captação das oralidades, dos testemunhos presenciados e transcritos, como também o processo de transcrição até a final anexação desta transcrição aos Annaes ou aos autos de um processo, formando o documento que está sendo analisado. Como essa fonte – transcrição do julgamento ou do discurso – foi produzida? - é uma indagação ligada à metodologia da história, pois é o pensar de como uma fonte foi produzida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da Arte da Taquígrafia como suporte para a história oralizada, demandada das incontáveis oralidades institucionais, enfatiza sua relevância para a coleta de fonte oral não só nos setores da Administração Pública, como também mostra ser esta uma atividade inter e multidisciplinar em sua natureza e aplicabilidade, e que deu e ainda dá grande suporte às diversas Instituições públicas, pois que prima pelo uso da metodologia da história oral através da transcrição para perpetuar memórias institucionais, desde sempre. É uma Arte que há milênios se encaixa no campo da técnica do fazer histórico e tem como eixo norteador de discussão a história social que privilegia o Ser histórico, ou seja, o Sujeito histórico e suas experiências, suas Memórias, historicamente localizado.

Notadamente é de se ressaltar que toda a informação registrada na documentação, decorrente da atividade administrativa das mais diversas Instituições, revela-se de suma importância à preservação como acervo de memórias institucionais e, conseqüentemente, a sua inserção no âmbito da proteção constitucional e legal conferida ao patrimônio histórico artístico e cultural, e se aplica a quaisquer outras instituições, pois são repositórios vivos de relatos e documentos históricos, os quais demandam preservação contínua.

## NOTA

1 Mestranda do PPGH – UNICAP/PE – Turma 04/2020 – e-mail: maria.2020608152@unicap.br

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ªed., Revista e Atualizada, Ed. FGV, Rio de Janeiro. 2013.

CURY, Waldir. Taquígrafo Revisor da ALERJ. Professor - Proc.1273/68-MEC. **Taquigrafia em Foco**. Disponível em: <http://www.taquigrafiaemfoco.com.br> – Acesso em: 10 jul. 2020.

LUZ, Pedro da Silva/Prof. **A Taquigrafia e o mundo da palavra falada e escrita**. Editora H. Antunes. Impresso na Companhia Brasileira de Artes Gráficas. Rio de Janeiro. 1963.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica: Recuperação e Divulgação da Memória do Poder Judiciário Brasileiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UNB. Brasília. 2007. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1563/1/Dissertacao\\_Otacilio\\_Guedes\\_Marques.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1563/1/Dissertacao_Otacilio_Guedes_Marques.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

PORTUGUESA, *In* DICIONÁRIO Brasileiro da Língua – **Michaelis** (*on line*). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>. Acesso em: 7 set. 2020.

RAMALHO, Ana Cristina de Macêdo. **A Importância do Registro Taquigráfico para o Processo Legislativo**. Monografia/Curso de Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados. 2007. Câmara dos Deputados. Brasília. 2007. Disponível em:[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5830/importancia\\_registro\\_ramalho.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5830/importancia_registro_ramalho.pdf?sequence=1). Acesso em: 15 set. 2020.

# TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS PROFESSORAS DE UM MUNICÍPIO NO VALE DO RIO PARDO/RS

Aline Caroline da Rosa<sup>1</sup>

Moacir Fernando Viegas<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo trata de uma pesquisa que se encontra em andamento, cujo objetivo é conhecer, compreender e analisar as condições de trabalho docente na Educação Infantil das professoras de um município do Vale do Rio Pardo/RS. Apresenta os primeiros resultados obtidos no levantamento de informações, para o qual utilizamos como instrumentos metodológicos questionários semiabertos aplicados com 34 professoras da Rede Municipal e entrevistas semiestruturadas com 4 docentes que estão em atuação na Educação Infantil. Focalizamos nos questionários aspectos que nos permitiram ter conhecimento da realidade na qual as professoras vivem e trabalham. As entrevistas com as participantes tiveram como mediação as categorias que emergiram dos questionários, considerando as histórias de vida e o contexto de realização do trabalho docente. A análise das informações teve como apoio a técnica da triangulação dos dados de Triviños (1987) e a proposta de análise de conteúdos de Bardin (1997). Os resultados foram categorizados em três principais temáticas: autonomia docente, reconhecimento e jornadas e contratos de trabalho. A pesquisa se fundamenta no materialismo histórico-dialético, sobretudo nas categorias historicidade, contradição e totalidade, as quais são compreendidas em constante diálogo com o objeto de estudo.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente. Educação Infantil. Trabalho e Educação.

## INTRODUÇÃO

As condições de vida e trabalho da categoria dos trabalhadores docentes é elemento essencial para compreensão dos sentidos e significados construídos pelas trabalhadoras acerca de sua atividade profissional ao longo de sua experiência. As condições materiais vão dando elementos para que o trabalho seja organizado, e a partir delas o homem vai construindo a história de uma categoria profissional. No caso do trabalho docente, não podemos desconsiderar o fato de que a docência é composta majoritariamente por mulheres já há mais de um século.

Partindo do pressuposto de que há relações entre os sentidos e significados que as professoras atribuem a sua atividade e as condições de trabalho nas quais laboram, apresentaremos nesta discussão os resultados preliminares de uma pesquisa que se encontra em andamento, realizada com docentes da Educação Infantil da Rede Municipal de um município no Vale do Rio Pardo/RS. Nosso objetivo principal é, com base nas informações obtidas no campo empírico da pesquisa, apresentar as condições de trabalho das docentes de nosso estudo de caso.

O processo de categorização das informações coletadas resultou em três principais categorias que nos possibilitam problematizar e apresentar as condições de trabalho das professoras com as quais dialogamos, sendo elas: 1) autonomia docente; 2) reconhecimento e 3) jornadas e contratos de trabalho. As categorias de nossa pesquisa não são estanques, portanto, consideramos em nossa análise diferentes aspectos que condicionam o trabalho docente.

Como fundamentação teórica deste estudo, utilizamos o materialismo histórico-dialético, tendo como referências Marx e Engels (1974), Kosik (1976), Cury (2000) e Konder (2008), que nos auxiliam na compreensão das categorias historicidade, contradição e totalidade. Além deles, autores como Tardif e Lessard (2009); Hypólito (2010) e Viegas (2020) contribuem com nossa discussão sobre trabalho docente, condições de trabalho e organização do trabalho.

## **METODOLOGIA**

O estudo que deu origem a este artigo é natureza *quali-quantitativa*, pois entendemos que o fenômeno que se pretende analisar e conhecer se manifesta por meio de múltiplas facetas que se expressam através dos diferentes instrumentos utilizados para a coleta de dados e informações, tanto qualitativos, quanto quantitativos (SOUZA e KERBAUY, 2017). Trata-se de um estudo de caso, pois aborda especificamente os resultados obtidos através de levantamento empírico de um determinado contexto de vida e trabalho.

Com apoio teórico em Triviños (1987), o campo metodológico se organiza a partir de três principais etapas: 1) *O reconhecimento do campo empírico*: etapa composta pelos primeiros contatos com a temática de pesquisa e com as sujeitas participantes; 2) *A análise do fenômeno através dos instrumentos de campo*: período no qual realizamos a aplicação de questionários semiabertos com 34 trabalhadoras docentes e 4 entrevistas semiestruturadas, sendo elas duas docentes atuantes em creches e duas na pré-escola e 3) *A realidade concreta do fenômeno e a produção de dados*: descrição, análise, síntese e triangulação de todas as informações coletadas.

Como fundamentação teórica do processo metodológico, utilizamos a técnica de triangulação de dados de Triviños (1987), que propõe a articulação entre os instrumentos de campo para o conhecimento da totalidade do fenômeno e o método de sistematização, descrição e análise de conteúdo proposto por Bardin (1997).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do processo de categorização e triangulação dos dados coletados e analisados em nossa pesquisa, elencamos três principais categorias, que mediadas pelas categorias analíticas da dialética e pela demais subcategorias de nosso estudo, nos permitem apresentar, descrever, analisar e entender em quais condições as professoras da Educação Infantil que participam deste estudo vivem e trabalham. Entendemos que para explicar a forma como as condições de trabalho implicam nos sentidos e significados do mesmo é preciso conhecer estas condições e problematizá-las. Nesse sentido, as categorias *autonomia docente* (TARDIF e LESSARD, 2007; 2009), *reconhecimento* (DEJOURS, 2004; GATTI, 2012) e *contratos e jornadas de trabalho* (SOUZA, FERNANDES e FILGUEIRA, 2015; VIEGAS, 2020; TARDIF e LESSARD, 2007; HYPÓLITO, 2010) servem de apoio à discussão dos resultados preliminares de nosso estudo e contribuem para descrever criticamente o contexto de trabalho das professoras atuantes na Educação Infantil no que diz respeito à organização das jornadas, das demandas, dos processos que envolvem a atividade e da própria forma como as trabalhadoras percebem seu trabalho, expressas pelas categorias autonomia e reconhecimento.

### 1.1 Autonomia no trabalho: Tensões, conflitos e contradições

A organização das jornadas de trabalho das professoras da Educação Infantil envolve uma ampla gama de tarefas e demandas que muitas vezes ultrapassam o período de interação com as crianças, pois é normal vermos as professoras “levarem trabalho para casa”, devido à sobrecarga e intensidade do trabalho docente. Assim, em muitos casos, estas exigências vão além do período que compõe a jornada de trabalho das profissionais em educação, constituindo, dessa forma, uma dupla ou tripla jornada para estas trabalhadoras, que no âmbito privado precisam realizar atividades de planejamento, elaboração e confecção de materiais pedagógicos.

O reconhecimento de que a docência não é uma profissão caracterizada por mera e simples execução e repetição é o ponto de partida para entendermos a importância e necessidade de autonomia nesta profissão. Importância esta bastante presente nas falas das docentes com as quais conversamos em nosso estudo e compartilhada por meio de tantos relatos de professores nas mais diversas pesquisas que tratam do trabalho realizado por estas profissionais.

Para Tardif e Lessard (2007), no trabalho docente a autonomia é elemento essencial no processo e organização da atividade, uma vez que é indissociável à necessidade de que as trabalhadoras se sintam “autoras daquilo que realizam e organizam diariamente, dando sentido para sua atividade” (TARDIF e LESSARD, 2007, p. 38). Consideramos, ainda, a implicação de suas emoções na própria percepção de ter ou não autonomia para organizar este processo. Entendemos que, desta forma, as docentes acabam se sentindo responsáveis pelo trabalho e no direito de organizá-lo da melhor forma possível para si.

A categoria da autonomia em nosso estudo emerge a partir das relações conflituosas e hierárquicas entre gestão e professoras, expressando constante conflito de interesses e percepções sobre o trabalho realizado com as crianças. Uma vez que, para a gestão e no trabalho prescrito, (presente, por exemplo, na Legislação Municipal) autonomia e reconhecimento são metas para a valorização da docência, enquanto que, para as trabalhadoras, são elementos que frequentemente se fazem ausentes na prática do cotidiano.

Para as professoras de nosso estudo, ter autonomia para organizar sua atividade é uma condição de trabalho imprescindível para que elas se sintam bem com aquilo que realizam. Elas trouxeram em suas falas a necessidade que sentem de “poder falar”, para os próprios gestores, sobre aquilo que não consideram atrativo na profissão. Um fator agravante na falta de autonomia percebida pelas trabalhadoras é o fato de estarmos em ano eleitoral nas redes municipais, o que, na percepção das docentes, contribui para que sintam a falta de valorização e de autonomia em seu cotidiano.

É tanta coisa... os nossos chefes, o sistema não está legal. Os nossos chefes não nos valorizam. Como eu te falei, nós somos substituíveis. “Ah faltou? bota outro no lugar e deu, né?”. A gente vê as condições de uma sala de aula, de não ter um monitor pra nos ajudar e infelizmente *hoje em dia tudo é na base da política*. Tudo é por politicagem. Se tu expressa a tua opinião de forma clara tu é chamada pra um canto, tu é repreendida, tu tem que assinar ata, tu tem que estar te justificando, tu tem que cuidar tudo o que tu fala (Professora L – atuante na Pré-Escola).

Nesse sentido e com base em Tardif e Lessard (2007), entendemos que as professoras deixam de se sentirem autoras daquilo que realizam, pois estão sujeitas às relações de hierarquia que consideram interesses políticos alheios e não o fato de que são as docentes que estão no “*chão da escola*” e possuem total conhecimento do trabalho que realizam e capacidade para organizá-lo.

Se prega tanto que o professor é importante, que é isso, porque aquilo... no papel. Porque a partir do momento em que tu te impõe, tu te expressa realmente como é, tu é marcado, tu é chamado pra um canto, tu tem que dar mil e uma satisfações, tu não pode ter argumento, tu não pode pensar por si só. Então pra mim isso aí é decadência. Se tu é professora e tu ensina a criança a pensar, a ser crítico a ser isso e isso, e tu como profissional não pode questionar nada, isso é decadência. É triste, mas é verdade (Professora L – atuante na Pré-Escola).

A falta de autonomia advinda do contexto em que se encontram atuando, marcado pela política municipal e considerando as demais falas que retratam o quanto as professoras sentem necessidade de poderem falar e expressar sua opinião, desde as atividades mais corriqueiras no ambiente escolar relativas à organização do próprio ambiente de trabalho até a sua percepção sobre as condições de trabalho, nos remete à segunda categoria emergente de nossa análise sobre as condições de trabalho das professoras, qual seja, o *reconhecimento*.

## 1.2 Reconhecimento do trabalho docente: “*Eu nem sabia que a creche servia para isso*”

Partindo do entendimento de que a autonomia para organizar o processo de trabalho corrobora para que as professoras se sintam reconhecidas pelo trabalho que realizam, destacamos que, de acordo com as participantes da pesquisa, reconhecimento simbólico e salarial é outra condição de trabalho essencial para a prática docente.

Das docentes que responderam aos questionários semiabertos, 64,7% destacou que se sente reconhecida pelo trabalho que realiza, enquanto 35,7% disse não sentir este reconhecimento. A grande maioria que respondeu não se sentir reconhecida como profissional diz respeito às docentes das creches, que possuem outra lógica de organização de sua atividade de trabalho, pautada nas especificidades da faixa etária na qual atuam.

Na realização das entrevistas semiestruturadas, as professoras trouxeram vários relatos que remetem à falta de reconhecimento e de valorização da categoria, expressando a necessidade de reconhecimento como uma condição para um trabalho considerado digno.

A maioria das famílias acha que é só cuidar. Largar lá e deus. “Ah, é só brincar”. “O que tu brincou hoje?”, “O que tu comeu?”. A gente percebe alguns assim. Outros não: “O que tu aprendeu hoje?”, “O que a profa fez hoje contigo?”, é diferente. Parece que a gente está ali e a gente não é nada. Que a gente está ali só pra cuidar. Eles acham que é isso (Professora O - atuante com bebês).

Para Dejours (2004), há na atividade do trabalho dimensões consideradas “*invisíveis*” a olho nu, difíceis de mensurar muitas vezes até mesmo pelas próprias professoras. No entanto, embora sejam invisíveis, se tratam de exigências do próprio trabalho, como é o caso do cuidado com crianças pequenas e bebês. Estas dimensões que não são reconhecidas social e culturalmente na percepção das professoras são inerentes à atividade. A falta de reconhecimento desta necessidade contribui para a desvalorização da profissão docente na Educação Infantil.

Neste sentido, ter autonomia para organizar os processos e o reconhecimento das especificidades de atuar com crianças desta faixa etária são elementos necessários para o trabalho docente, pois a falta de conhecimento do papel das creches e pré-escolas e sua função na vida das crianças e suas famílias é parte de um reconhecimento considerado *simbólico*, que trata de aspectos considerados não visíveis e mensuráveis (DEJOURS, 2004; 2013), envolvendo o cuidado, as emoções e as subjetividades das trabalhadoras e das crianças.

Outro dado relevante para nossa discussão advém do contexto de *home office* no qual as professoras se encontram atuando durante a pandemia ocasionada pelo Coronavírus/COVID-19. 50% das docentes relata estar se sentindo sobrecarregada emocionalmente com a nova configuração de sua atividade de trabalho, onde a relação interativa professora-alunos está baseada na manutenção de vínculos. As docentes relatam que discursos como “os professores não

estão trabalhando” contribuem para esta sobrecarga emocional e para a falta de reconhecimento do trabalho que está sendo realizado fora do ambiente da escola.

Contribui também para o cansaço emocional das docentes é a percepção de algumas famílias de que não é necessário manter o vínculo, por se tratar da Educação Infantil, o que faz com que muitas delas não busquem o planejamento preparado pelas professoras. Soma-se a esta realidade as poucas orientações recebidas do governo do Estado para as redes municipais de educação sobre como deveria proceder a Educação Infantil neste período. Não ocorreram formações para as docentes e o vínculo estabelecido não contempla a realidade de todas as crianças, o que acaba frustrando as profissionais.

### **1.3 Jornada e Contratos de Trabalho: intensificação e precarização das condições de trabalho**

No que se refere à *jornada de trabalho* das professoras e ainda considerando o contexto pandêmico no qual sua atividade tem sido organizada, constatamos que, embora as profissionais não estejam atuando nos espaços institucionais nas atividades de interação, há um aumento significativo das demandas de trabalho que elas realizam.

Quando questionadas sobre a intensificação do trabalho no período de isolamento social, 88,2% das professoras disseram ter observado aumento na intensidade de seu trabalho, o que se manifesta na quantidade de tarefas que precisam realizar, principalmente as burocráticas. Isso foi possível observar também em relatos que evidenciam a ampliação de suas jornadas de trabalho e as novas exigências advindas do uso das ferramentas tecnológicas.

Para Dal Rosso (2008), a intensificação do trabalho é expressa no dispêndio de energia gasto pelos trabalhadores em sua atividade. Pois “é exigido um empenho maior, seja físico (corpo), intelectual (mente/saberes) ou psíquico (emocional/afetividade), ou uma combinação desses elementos (DAL ROSSO, 2008, p. 20-21)”, tornando o trabalho ainda mais intenso. Das professoras participantes de nossa pesquisa, 58,8% consideram o trabalho docente uma profissão intensa.

A intensidade de um trabalho não se relaciona somente com o uso das forças físicas, mas, também, com as dimensões intelectuais presentes nas atividades de planejamento e organização das atividades, com o esforço emocional realizado no momento em que as professoras precisam gerir suas emoções e a dos alunos, com o cuidado e com o uso de sua dimensão afetiva. No cotidiano de uma professora de Educação Infantil, acreditamos que as profissionais fazem uso de todas estas dimensões e que isto acaba por sobrecarregá-las.

Para Souza, Fernandes e Filgueira (2015, p. 129), um dos fatores que nos permite considerar a atividade docente um trabalho precário é justamente a intensificação do mesmo e a ampliação das jornadas de trabalho, o que observamos estar ocorrendo no trabalho das professoras participantes da pesquisa no período de isolamento social.



O termo *precariedade* é polissêmico, pois envolve uma ampla gama de aspectos, como a forma de contratação, os espaços físicos e materiais disponíveis, etc., mas não resta dúvida de que a intensidade e quantidade de demandas que as professoras precisam “dar conta”, além da maioria atuar sem muitos direitos sociais por serem contratadas de forma temporária, permite caracterizar como precário o trabalho realizado.

Apple (1989) destaca que “a intensificação do trabalho docente representa uma das formas pelas quais os privilégios de trabalho dos(as) trabalhadores(as) da educação são deteriorados (APPLE, 1989, p. 48). Para o autor, quanto mais trabalho os professores tiverem, mais eles podem sentir necessidade de elaborar formas e “atalhos” para eliminar tanta carga, o que faz com que o trabalhador acabe por perder o controle de sua atividade (APPLE, 1989, p. 49).

Nesse sentido, outro aspecto relevante para a compreensão das condições de trabalho das professoras da Educação Infantil é a sua forma de contratação, pois observamos que as condições nas quais atuam e vivem sofrem influências do tipo vínculo trabalhista. Como exemplo dessa questão, citamos as interrupções dos contratos das docentes que possuíam contratos temporários no período de pandemia. Das 34 professoras que responderam os questionários de nossa pesquisa, 21 tiveram seus contratos interrompidos, perdendo sua renda mensal.

Sobre o corte dos contratos, só nos comunicaram por e-mail e ali a lista dos nomes. Nada assim informal, tudo formal. Então eu acho que da maneira como nos foi colocado, também, eu achei injusto sabe? Muito frio, *desumano* até. Porque simplesmente “*ah, a gente não precisa mais de vocês. Tchau*”, sabe? E foi de um dia pro outro. Não foi assim: “*ah vocês têm...*”, pelo menos pra gente se organizar né? Teve gente que pediu demissão e foi trabalhar em outro lugar, porque precisava comer (Profe. J - atuante na Pré-Escola).

A categoria *contrato de trabalho* nos permite compreender que os diferentes tipos de vínculos trabalhistas interferem na forma como as professoras significam o próprio trabalho. Entendemos que, para as docentes contratadas temporariamente, este terá um sentido, enquanto que, para as concursadas, terá outro, considerando sua seguridade perante o contexto social. Das docentes da rede com as quais dialogamos, 61,8% está na condição de professora contratada.

Nessa perspectiva, as relações contratuais correspondem a uma categoria essencial, na medida em que percebemos que as profissionais se encontram trabalhando com medo da perda dos contratos e conseqüentemente de sua remuneração.

Observamos durante todo o período de realização da pesquisa, a presença do sentimento de desvalorização pela atividade que as docentes realizam, que acreditamos ser fruto do contexto atual do trabalho dos professores, marcado pela intensificação e precarização das condições de trabalho, que faz com que as eles não se sintam reconhecidos profissionalmente.

## CONDISERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos, a análise das categorias apresentadas está em andamento e considera outras categorias e subcategorias não mencionadas em nossa discussão, como gênero, trabalho emocional e trabalho de cuidado. Destacamos que o conhecimento, a análise e a compreensão das condições reais de trabalho nas quais as professoras se encontram atuando é essencial para entender as relações entre o prescrito (o que o trabalho deveria ser) e o real (o que o trabalho está sendo) e, desta forma, possamos pensar alternativas que contribuam com a melhora das condições de vida e trabalho da categoria docente, entendendo que estas condições são decisivas para a construção do sentido que a atividade possui para as profissionais.

A discussão que apresentamos considera que a intensificação do trabalho docente, expressa no aumento das demandas e na ampliação das jornadas, a autonomia (ou falta dela) e a necessidade de reconhecimento simbólico e salarial por parte da categoria, se constituem como condições necessárias para a reflexão do trabalho que realizam as professoras da Educação Infantil. Desta forma, ao analisarmos o trabalho docente, procuramos abarcar a totalidade de questões que envolve a complexa atividade de aprender e ensinar em espaços institucionais.

## NOTAS

1 Pedagoga, professora da Educação Básica e mestranda em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação. Bolsista PROSUC/CAPES Modalidade II.

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vinculado à linha de pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michel W. **Maestros y textos**: uma economia política de las relaciones de classe y de sexo em educación. Barcelona: Paidós, 1989. 218 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. 225 p.

CURY, Carlos R.J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7ª ed. 2000.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. 206 p.

DEJOURS, Christophe. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, p. 9-28, 2013.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

GATTI, Bernardete A. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação

básica. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 88-111, 2012.

HIPOLYTO, Álvaro Vieira. Processo de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 250 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de; FERNANDES, Bárbara Pereira; FILGUEIRA, Vanessa. Racionalização, intensidade e controle do trabalho docente. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 3, p.139-157, set-dez. 2015.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente hoje: elementos para um quadro de análise. In: **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 3.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 2007, p.15-54.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VIEGAS, Moacir. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores docentes das escolas públicas do Vale do Rio Pardo (RS). In: VIEGAS, Moacir; KRUG, Susana Beatriz Frantz; SCHUH, Laísa Xavier (Orgs.). **Estudo e reflexões sobre trabalho, educação e saúde**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 259- 286.

# ST 13

## HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa



# “A MODERNIDADE CHEGA AO SERTÃO”: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, NA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB

Everson Moura da Silva<sup>1</sup>

Pedro Henrique de Sousa Ferreira<sup>2</sup>

Janaína Valéria Pinto Camilo<sup>3</sup>

## RESUMO

Com o advento da modernidade, ocorreram várias transformações socioculturais, como a tendência de dar um “ar novo”, renovando fachadas de prédios e a paisagem em sua volta. Essas mudanças tornaram-se perceptíveis até mesmo em cidades interioranas, onde por muitas vezes a perspectiva moderna demorava a chegar. Nessa perspectiva, existem questões que orbitam o debate da preservação patrimonial. Dessa forma, as instituições de preservação, como o IPHAN (em nível nacional) e o IPHAEP (em nível estadual), apesar dos esforços, mas ainda carecem de ações que alcancem amplamente as cidades brasileiras. Sendo assim, a sala de aula tornou-se um importante espaço para expandir as ações voltadas à salvaguarda do patrimônio histórico e cultural e à educação patrimonial, sendo um dos objetivos a preservação da memória histórica, das identidades e da diversidade cultural. Portanto, a dinâmica que se pretende para a construção deste texto é a partir do que (LE GOFF, 1992) propõe sobre memória e (ROLIM, 2010) e (MENDONÇA, 2011) discute acerca do patrimônio histórico e sua relação com os ensinamentos formal e informal. Logo, objetiva-se neste estudo considerar a educação patrimonial como veículo de preservação do patrimônio histórico.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Memória. Educação patrimonial.

*“Defender o patrimônio socioambiental, histórico e cultural é defender a vida e a identidade de um povo.”*  
- Nemilson Vieira de Moraes

## A CHEGADA DA MODERNIDADE

A pretensão de falar sobre modernidade, neste trabalho, é justamente ir de encontro com a formulação de modernidade em sua ação propriamente dita do que traçar/estabelecer um pe-

ríodo temporal do que é em si, o período moderno. Sendo assim, o advento da modernidade no alto sertão da Paraíba, foi um processo iniciado com a construção da linha ferroviária, assim afirma o historiador Osmar Luiz:

O trem dinamizara o cotidiano da cidade, uma vez que fora através dele que os habitantes passaram a receber a influência de pessoas, de idéias, e das novidades das capitais mais próximas.(SILVA FILHO,1999 pág. 294-295).



Figura 1. Estação ferroviária de Cajazeiras, inaugurada em 1926. foto, ano de 1975. Acervo: Estações ferroviárias disponível em: <[www.estacoesferroviarias.com.br/ce\\_crato/cajazeiras.ht](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce_crato/cajazeiras.ht)> acessado:16/12/2020.

Essa aceleração se deu, com a chegada do trem, que modificou um pouco a estrutura da pacata cidade de Cajazeiras. Além disso, ocorreu um aumento do comércio local principalmente, porque Cajazeiras tinha ligação, por via ferroviária, com duas capitais: Fortaleza e João Pessoa, o comércio de algodão era bem mais frequente em Fortaleza, que a mesma era conhecida por exportar algodão para a Inglaterra. O processo de produção do “ouro branco” era feito pelos pequenos fazendeiros e a distribuição, era realizada pelo trilho do trem, além de servir como meio de transporte tanto para os cajazeirenses como para as pessoas que viriam de outra cidade, assim afirma Álisson ”O trem permaneceu como meio de locomoção cajazeirense desde sua implantação na década de 1920, até a sua interrupção em meados da década de 1970” .

Comercialmente, a cidade era conhecida, região afora, porém, somente o comércio não teria força o suficiente, para elencar cajazeiras por muito tempo de capital do sertão paraibano, o coroamento, se dá com a incorporação diocese, na matriz e anos mais tarde a construção de uma opulenta catedral.

Outro aspecto que fala sobre o crescimento do município está centrado na escolha de Cajazeiras como sede da Diocese, entre os anos de 1914 e 1915, o que contribuiu para que a cidade fosse, aos poucos, conquistando o seu amplo reconhecimento na região do Rio do Peixe, ganhando novos significados e importância ante outras localidades no sertão paraibano.(OLIVEIRA, 2015 pág. 25-27)

É com esse cenário de ritmos, pessoas e ideias, que o patrimônio edificado de Cajazeiras se molda. Álisson expõe em sua monografia, que há marcas de uma elite local, que existia na cidade de Cajazeiras e é com essa elite que se constrói a grande maioria das casas existentes no centro histórico.

## A SEGUNDA ANDADURA DA MODERNIDADE NO SERTÃO

Desde a década de 80 na cidade de Cajazeiras viu-se emergir um momento de entusiasmo associado ao crescimento imobiliário, comercial e urbano, uma mudança que vai além dos aspectos físicos, mas do subjetivo (pensamentos) da população local, que segundo ROLIM (2010), afetaram diretamente as propensões das ordens locais, com relação às intervenções nos monumentos da cidade:

Esse crescimento urbanístico traz, em seu contexto, uma transformação nos interesses de grupos da comunidade local, em relação à preservação ou não de algumas construções arquitetônicas antigas da cidade.” (ROLIM, 2010 pág.03)

No tocante, esses novos interesses estão relacionados a inclinações mercadológicas, que surgem em decorrência do crescimento de construções e mudanças na urbanização de cajazeiras, no que se refere especialmente à prédios verticais, o que tem ocasionado a reforma e em alguns casos até mesmo a derrubada de vetustos imóveis e casarões locais, havendo assim uma descaracterização dos espaços. Um caso conhecido na cidade foi a derrubada e o recuo de várias casas para alargamento de parte da Rua Padre José Tomaz, no centro cajazeirense. Segundo OLIVEIRA (2015), esse episódio está sobre influência desses interesses financeiros de alguns grupos locais:

[...] Um episódio que certamente dividiu opiniões – pessoas favoráveis e contrárias a esse ato. A execução desta obra partiu da necessidade de alterar o cenário central visando o movimento automobilístico que começava a se acentuar, já que as ruas estreitas prejudicavam a fluidez do trânsito de pessoas e principalmente de mercadorias. ( OLIVEIRA,2015 pág. 12).

Assim com todas essas transformações no cenário urbano local, o patrimônio arquitetônico vem se perdendo ao longo do tempo, soterrado por um crescente processo de transformação urbana, no que se refere à edificação de construções “modernas”, o que tem se acelerado desde a década de 90 do século XX e, conseqüentemente, modificado a paisagem cajazeirense.

Com isso, fica evidente a importância da preservação do patrimônio, sabendo que esse ato garante a compreensão da memória social da localidade e assim sendo, um direito social. É notório que a destruição de edifícios antigos pode evidenciar a necessidade de se apagar uma memória ou no caso de Cajazeiras, responder a interesses mercadológicos, e em contrapartida, a manutenção de outros bens pode favorecer uma memória que se quer perpetuar.

## A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO

Desde o século XX e em especial sua segunda metade, tem-se um aumento da preocupação, e das discussões, em relação à preservação do patrimônio. Nos últimos anos dos novecentos observou-se uma busca contínua pelas raízes e pela memória, movimento que, por conseguinte, aumentou o campo do patrimônio histórico. Isso porque fica evidente o sentimento de comprometimento com um presente, que estará também presente para as próximas gerações, mostrando a preocupação em guardar e preservar os mesmos.

A preocupação que emerge em relação a proteção do patrimônio é “sintoma” da responsabilidade com a própria memória, que para LE GOFF (1994):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1994 pág. 476).

Assim, o patrimônio pode ser entendido enquanto uma extensão da memória coletiva, na qual as pessoas percebem a necessidade de preservar, proteger seus anamneses. A preservação do patrimônio se torna um requisito básico, visto que, sendo considerado um signo de memória, guardando em sua materialidade ou expressivas lembranças que são produzidas a cada evocação dos atores sociais (população). Esse poder de fabricação de lembranças, demonstra a importância de salvaguardar os monumentos que perpassam a ideia de cultura material, mas de lugares de identidade histórica para as sociedades nas quais foram idealizados e construídos.

A memória coletiva ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertencimento e na construção de saberes. Esta concepção mostra a riqueza e a complexidade da subjetividade da memória que, mesmo não se constituindo numa releitura do passado, tal como ele se produziu, uma cultura material, entendida como “rastro da memória”, ou seja a representação ou o significado das memórias de uma determinada comunidade, enriquecendo o estudo das relações passado/presente.

Vale salientar que, a construção de identidade que está associada à preservação de um patrimônio histórico possibilita aos próprios atores sociais que se percebem enquanto produtores, e sujeitos da História, seja ela local, regional ou nacional. Assim sendo, a eleição do que seria o patrimônio de um lugar, é feito pela própria população local, pois é escolhendo aquilo que lhes identificam enquanto sujeitos pertencentes daquela localidade.

Desse modo, compreender e preservar o patrimônio é conhecer tanto a história como as memórias produzidas, a partir das recordações. Por causa disso é fundamental a participação da população, especialmente quando se trata da questão do tombamento e preservação dos chamados *lugares de memória*, visto que esses devem possuir um sentido para essa coletividade. Isto é, o patrimônio deve ter um papel social, de inclusão, e não servir apenas para a exaltação



dos nomes que os construíram. Por isso acredita-se que a utilização da Educação Patrimonial é importante para aprofundar as discussões, inicialmente nas salas de aula.



Figura 2. Delimitação do centro histórico em Planta baixa, Acervo: IPHAEP e Fundação de Cultura Ivan Bichara.

Ao falar sobre o patrimônio material de Cajazeiras-PB, é necessário percebermos a visualização do centro histórico, que o mesmo se localiza em uma área comercial, onde é implementado vários elementos propagandísticos em prédios, que são parte desse centro histórico. Não estamos condenando a utilização do imóvel para o uso comercial, mas sim, elencando que precisa-se de uma atenção maior, quando o comércio e o patrimônio histórico, estão no mesmo espaço, onde o tradicional, representados pelos prédios construídos na década de 20 e estruturas históricas tombadas como a matriz, construída no início do século XIX e o novo se encontram.

Outrossim, assim como afirma MENDONÇA, O tombamento não significa a perda de propriedade do bem e nem implica no “congelamento” deste. Inobstante, os bens tombados, podem ser vendidos, comprados ou alugados, mas as modificações físicas, só poderão ser feitas, com autorização do órgão que fez o processo de tombamento. Em Cajazeiras-PB compete ao IPHAEP(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) fazer a mediação e acompanhamento técnico, para que aconteçam tais mudanças

O acervo patrimonial da cidade, contém 13 prédios e uma delimitação do centro histórico, dentre essas estruturas, possui a maioria dos seus prédios voltados às áreas de educação, religião e comércio. Esses três estratégias, impulsionaram e impulsionam o município, até os dias atuais.

## A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MECANISMO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A Educação Patrimonial, é um instrumento e uma metodologia de conhecimento da cultura, que incentiva a leitura do mundo que nos cerca, de nossas relações com nosso ambiente. Assim todos os processos educativos que primam pela construção coletiva do conhecimento, pelo diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. Que detém uma importância, que ultrapassa o discurso de salvaguarda de monumentos, mas uma função social

Segundo MENDONÇA (2011):

[...] Trabalhar com o conceito de patrimônio na escola fortalecendo a relação das pessoas com as suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social. (MENDONÇA,2011,pág.03).

Analisando os dados do artigo científico produzido por MENDONÇA (2011), percebemos que o principal momento da educação patrimonial é no ensino fundamental. Centrar-se nesse período é de grande eficácia para se ter uma educação patrimonial de qualidade. Sendo assim, o ensino-aprendizagem surge como um mecanismo de preservação material e imaterial, pois com a efetivação do conhecimento histórico, sobre os bens patrimoniais existentes na cidade, nos faz perceber que pertencemos ao patrimônio, que está à nossa volta.

No *Guia Básico de Educação Patrimonial*, HORTA(1999) ressalta a importância de uma Educação Patrimonial, que excede a ideia de apenas uma disciplina, mas como um mecanismo de preservação:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA, 1999,pág.04).

A Educação Patrimonial é um meio através do qual se faz possível a aproximação da comunidade com seu patrimônio. É a partir desse contato que se pode falar em sustentabilidade patrimonial, uma maneira de preservá-lo contando com a cooperação direta das pessoas, que teriam mais interesse nessa conservação, porque receberiam os benefícios de suas experiências através do estudo racional de atividades que promovam a história local e a valorização de suas identidades.

Conseqüentemente, os processos educativos se mostram enquanto forma de (RE)descobrir a riqueza cultural que faz parte da Memória e História da cidade e se identificar com a mesma. Reconhecer e valorizar essas riquezas culturais e, dentre essas, o patrimônio histórico,

bem como sua própria História e memória, são passos de suma importância para que o aluno desde cedo se reconheça enquanto indivíduo pertencente a uma coletividade.

Essa metodologia objetiva levar o estudante a uma relação de interação com o seu patrimônio e, conseqüentemente, com a comunidade que o compartilha. Dessa forma, o patrimônio histórico se torna um meio de inclusão social, através do qual os cidadãos passam a fazer outras leituras do contexto sociocultural de que participam, através de suas experiências compartilhadas e conhecimentos construídos por meio de trocas de vivências.

Assim, a Educação Patrimonial se torna para além de um instrumento de salvaguarda, uma formadora e preservadora de identidades. Proporcionando momentos de diálogos, de trocas de experiências, e de memórias, fazendo com que se desenvolva um sentimento de pertencimento ao local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o centro histórico da cidade de Cajazeiras significa estabelecer discussões em torno da relação entre memória e patrimônio que, suscitam questionamentos sobre:

Como decifrar as memórias em torno de suportes, de objetos, de signos, de palavras, de expressões, de vestígios da presença do ser humano? Como colocá-las como protagonistas na missão de entender quem sou e onde estou na cidade?” (Pinheiro, 2015, p. 13).

Esses questionamentos são importantes para estudarmos o patrimônio cultural na contemporaneidade, inclusive, por meio de projetos de educação patrimonial que objetivem “garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles” (Pinheiro, 2015, p. 13).

Nesse sentido, patrimônio é memória. Portanto, os bens culturais não são apenas registros que ficaram no passado, mas podem e devem ser instrumentos de construção e reconstrução do presente “que se atualiza[m] constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade” (Pinheiro, 2015, p. 13).

Efetivamente, devemos entender que as ações educativas, por meio do patrimônio, não significam observar os artefatos como peças estanques dos registros da memória, “mas na afirmação contínua de que as pessoas são protagonistas no processo, sendo os seus valores e conhecimentos produzidos [e] reconhecidos” (Pinheiro, 2015, p. 14).

## NOTAS

1 Graduando em História, UFCG/CFP. eversonmouraa@gmail.com

2 Graduando em História, UFCG/CFP. henrique.sousa@estudante.ufcg.edu.br

## REFERÊNCIAS

- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005;
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos históricos . v.28, n.55, jan/jun.2015, p.211-228;
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial,1999;
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994;
- LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004;
- MENDONÇA, Francicélia Maria. **Alfabetização cultural: o ensino de história e o patrimônio cultural na educação básica**. In: SEMINÁRIO DIDÁTICA E ENSINO DE HISTÓRIA. 20 a 22 de junho de 2011. Anais. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- OLIVEIRA, Francisco Álisson. **Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do Concreto e Cimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). UFCG/CFP. Cajazeiras, 2015
- PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.
- ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação (mestrado) PPGH/ CCHLA/ UFPB. Eliana de Souza Rolim. - João Pessoa, 2010;
- SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

# **‘BANANEIRAS CLUBE’ E ‘GRÊMIO MORENENSE’: INSTITUIÇÕES DE SOCIABILIDADE E MEMÓRIA DO BREJO PARAIBANO**

**Vivian Galdino de Andrade\***

**Thais de Cássia Cavalcanti Ramos\*\***

**Aline Ferreira da Silva\*\*\***

## **RESUMO**

Este artigo tem o intuito de historicizar o ‘Bananeiras Clube’ e o ‘Grêmio Morenense’, lugares de memória e sociabilidade localizados nas cidades paraibanas de Bananeiras e Solânea respectivamente. Tais espaços representam a forma como uma sociedade lê seu passado, além de constituírem fragmentos de sensibilidade das relações de lazer vivenciadas entre os sujeitos e as histórias por eles tecidas. Associados ao patrimônio histórico, estes lugares compõem, ainda, a identidade e a memória social destes municípios, devendo ser (re)conhecidos como memórias edificadas pelas novas gerações. O Bananeiras Clube (B.C) existe desde o ano de 1939, sendo oficialmente fundado apenas em 1962. Palco de muitas reuniões socioculturais, este clube esportivo também era sede de encontros literários e festivos, função que ocupa até os dias atuais. Já o Grêmio Morenense surgiu em 1924 como uma entidade lítero-recreativa, um espaço social ligado às heranças culturais, simbólicas e afetivas de Solânea. Desde a sua criação, o local já abrigou várias instituições sociais, como o cinema e a sede do Vila Branca Sport Clube, continuando até os dias de hoje sendo palco de diversas reuniões políticas e festivas, como o baile de carnaval “Vermelho e Branco”. Inspiradas pelas discussões da Nova História Cultural, e mais especificamente pelos estudos de Pierre Nora, tomamos estes espaços de memória como focos de nossa reflexão, metodologicamente amparadas pelas narrativas encontradas em fontes jornalísticas e livros de memória. Discorrer sobre a história destas instituições é pensar e produzir versões sobre a história local desses municípios do brejo paraibano, estimulando o desejo de pertencimento e preservação destes patrimônios.

**Palavras-chave:** Bananeiras, Solânea, Lugares de Memória.

## INTRODUÇÃO

Bananeiras é uma cidade centenária do brejo paraibano que está localizada na Serra da Borborema, a 141km de João Pessoa. Ela traz em seu entorno marcas significativas de seu passado cafeeicultor, também ligado ao cultivo da cana de açúcar. A cidade foi, ao longo dos anos, berço para a formação de outras cidades, entre elas Solânea que se emancipou em 1953. Ambas as cidades aqui mencionadas são partes integrantes da trajetória turística paraibana do Caminhos do Frio, trazendo atrativos históricos a partir de seu patrimônio arquitetônico e de seus casarões coloniais.

Tombada pelo IPHAEP segundo Decreto 31.842/2010, Bananeiras é descrita por Maria das Dores Guimarães<sup>1</sup>, em um documento datado do ano de 1983, pelos seus lugares de memória. Ela destaca o gosto da cidade pelas letras, festas e demais comemorações:

A nossa cidade sempre compareceu e prestigiou as promoções sociais que se realizavam nesta terra, daí a necessidade de se fundar vários sodalícios que viessem atender às aspirações e o espírito extrovertido de nossa gente. Dentre os clubes que mais marcaram época destacamos: Polínea Clube, Jaú, Vinte e Bananeiras Clube que até hoje é prestigiado pelo povo bananeirense onde a sociedade local se reúne para comemorar com festas e bailes suas datas especiais (Documento. Maria das Dores Guimarães, 1983, p.29).

Não diferente de Bananeiras, está Solânea, cidades vizinhas e muito próximas espacialmente. Para quem não as conhece fica até difícil discernir as suas fronteiras. Solânea já foi Chã de Moreno (em 1832), Distrito da Paz (pela Lei nº6.637, de 4 de dezembro de 1926) e Vila de Bananeiras. Ainda enquanto Distrito cresceu vivendo intensas relações econômicas (ligadas a produção de fumo), sendo elevada à categoria de Vila de Moreno pelo Decreto Lei nº1.164, de 15 de novembro de 1938. Como Solânea, foi denominada apenas quando recebeu sua emancipação administrativa, segundo Decreto Lei nº967, de 26 de novembro de 1953.

Estudar os lugares de memória destas cidades é permitir o acesso a parte de uma história de seus bens culturais, além de todo um imaginário afetivo que cerca estas memórias edificadas, até hoje existentes e ativas no centro destas cidades brejeiras. Nosso propósito, neste artigo, envereda por investigar – dentre tantos outros espaços possíveis – os lugares de sociabilidade do “Bananeiras Clube” e do “Grêmio Morenense”. A sociabilidade denota o desejo de viver em sociedade, a vontade de compartilhar interesses em comum, convivências que marcaram a história em salões literários, museus, associações, grêmios e etc., subjetividades que caracterizam um lugar e o povo que dele fazem parte. Discorrer sobre estes ambientes é refletir sobre a história local dessas cidades, enfatizando a necessidade de se conhecer e de se preservar seu patrimônio histórico.

## OS CAMINHOS TEÓRICOS

Os lugares de memória e sociabilidade representam a forma como uma sociedade lê seu passado, além de constituírem fragmentos das relações entre os sujeitos e as histórias por eles tecidas. Arévalo (2005, p.3), aponta que os lugares de memória são “[...]um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo”.

Nesta mesma direção, Pierre Nora (1993, p.12-13), define estes lugares de memória como:

[...]antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, por que ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado.

Com essa definição o autor demonstra uma insatisfação com o mundo dito moderno, que valoriza o “novo” em detrimento do que se passou. Para ele, a necessidade de existência destes espaços decorre pela ausência de memória. Essa citação é fruto de um grande debate que parece se encaixar na realidade atual, bem como na Paraíba. Esses lugares continuam existindo, porém, sem a atenção de políticas que os valorizem como ambientes que narram, guardam e monumentalizam vestígios de um passado.

Associados ao patrimônio histórico, estes lugares compõem, ainda, a identidade e a memória social de um lugar, devendo ser (re)conhecidos como memórias edificadas pelas novas gerações. Eles remontam sentimentos de convivência, encontros,

[...] redes estabelecidas em espaços sociais, onde as pessoas se encontram por livre e espontânea vontade, pelo prazer da conversa e pelo interesse em ser sociáveis como nos cafés e clubes, e também como relações estabelecidas entre indivíduos, remetendo dessa forma ao conceito de civilidade de que tal forma de sociabilidade também se reveste (TANNO, 2003, p.3)

Nessa perspectiva é que lemos e compreendemos o ‘Grêmio Morenense’ e o ‘Bananeiras Clube’, ambientes de lazer, de encontros, cultura e comemorações. Espaços de histórias afetivas, políticas e intelectuais, ambientes híbridos, tecidos dentro das relações sociais.

## O BANANEIRAS CLUBE: UMA SOCIEDADE “MODERNA” E RECREATIVA EM BANANEIRAS

### F1: Desenho da Fachada do “futuro” Bananeiras Clube



Fonte: Jornal O Renovador, 27 de dezembro de 1964.

A imagem acima retrata a fachada do futuro Clube de Bananeiras, um espaço recreativo, esportivo e literário para uma cidade “das letras”. A planta era do engenheiro Vauban Bezerra Farias, e surgiu a partir de um desenho adaptado do estudante José Cassiano, é o que anuncia o Jornal *O Renovador* (27 de Dezembro de 1964), semanário local produzido pelo Clube.

O Bananeiras Clube (B.C.) existe desde o ano de 1939<sup>2</sup>, e foi criado pelo “Dr. Agrícola Montenegro, Jamaci Andrade, Cloves Bezerra e José Bezerra, tornando-se palco de muitas reuniões sócio-culturais, encontros literários e festivos” (SILVA, 2007, p.31). De início se localizava no “velho casarão da antiga fábrica de cigarros” (LUCENA, 1965, p.65), recebendo um terreno para a construção de sua nova sede<sup>3</sup>, que só aconteceria de fato no ano de 1968. Fruto de inúmeras campanhas, divulgadas pelo jornal do clube, os custos com a obra iam sendo coletivamente rateados com a comunidade, como podemos perceber nas notícias publicadas no Jornal *O Renovador*, entre elas a de 3 de janeiro de 1965:

No próximo domingo, 10 do corrente, teremos um Bingo em Benefício da construção da sede do “Bananeiras Clube”. Os prêmios serão, um garrote, oferta do industrial José Rocha Sobrinho; um carneiro e um peru, oferta do fazendeiro Rildo Rocha. Cada cautela será vendida ao preço do Cr\$ 1.000. Ajuda a construção do Clube.

O jornal “*O Renovador - Semanário do Departamento de Cultura do Bananeiras Clube*”<sup>4</sup> foi um impresso criado pelo Clube para divulgar suas ações. Circulou pelo estado paraibano durante toda década de 1960, anunciando desde os eventos culturais e esportivos aos fatos cotidianos que se desenrolaram na cidade de Bananeiras.

De Clube – famoso pelas grandes festas e comemorações - à time de Voleibol Feminino, e Futebol Masculino (o Bananeiras Futebol Clube), era este espaço agregador de múltiplas funções. Em 1964, divulga o Jornal *O Renovador* a nova composição da diretoria do Clube, com a reeleição do diretor juiz Simeão Fernandes Cardoso Cananéa. Com ele, compunha ainda a diretoria:



Vice-presidente Péricles Fernandes de Oliveira; 1º Secretário Arlindo Rodrigues Ramalho; 2º Secretário: Fernando Antônio de Paiva; Tesoureiro: Ten. Otacílio Flor; Adjunto de Tesoureiro: José Holtz Guebert (reeleito); Orador: Dr. José Everton Nóbrega Araújo (reeleito); Vice-Orador: Dr. Fernando Antônio Diniz; Diretor de Esportes: Dr. Rubens Guerreiro de Lucena; Bibliotecário: Prof. Edgard Santa Cruz; Conselho Fiscal: Mozart Bezerra Cavalcanti, Rubens Neves Lins de Oliveira, Dr. Antônio Coutinho Filho. Suplentes: Dr. Eloi Farias, Homero de Almeida Araújo e José Rocha Sobrinho (O Renovador, 27 de Dezembro de 1964, p.1)

Entre os nomes citados, encontramos Arlindo Rodrigues, Ten. Otacílio Flor e o Prof. Edgard Santa Cruz como colunistas do Jornal *O Renovador*. Já o prefeito da época – Mozart Bezerra Cavalcanti (1963 a 1969) – integrava o conselho fiscal do Clube, juntamente com Antônio Coutinho e José Rocha Sobrinho, que seriam prefeitos de Bananeiras, entre os anos 1951-1955 e 1959-1963, respectivamente. O que demonstra que o Clube estava aliado com a política desenvolvida na cidade à época, o que nos leva a entender por que o Jornal *O Renovador* divulga – de forma detalhada - as reuniões ocorridas na Câmara Municipal à época.

Ainda sobre a primeira gestão de Simeão Cananea no BC, anuncia o jornal suas ações:

2. Recuperação dos móveis e jogos de salão, [...] também foram adquiridos novos jogos de salão.
3. Recuperação do campo do voleibol e da respectiva iluminação, com aquisição do material esportivo.
4. Criação do Departamento Cultural e circulação sob sua responsabilidade do semanário O Renovador.
5. Reorganização dos times de voleibol masculino e feminino.
6. Funcionamento do Bar, sob a responsabilidade da Tesouraria.
7. Reorganização do Regimento Interno, com ampliação de suas atribuições.
8. Mudança de local da Orquestra (O Renovador, 27 de dezembro de 1964, p.1)

Ainda sobre a atual sede do B.C., encontra-se localizada na Rua Pedro Almeida, no Centro. Foi inaugurada, como já mencionamos, no ano de 1968 pelo prefeito Mozart Bezerra, e até hoje resguarda os mesmos traços de sua construção. Ela traz em sua fachada as iniciais “B.C.”, que construídas em cimento armado sustentam a edificação. Era um sinal de modernidade para os parâmetros arquitetônicos da época, em cidades como Bananeiras.

## F2: Fachada construída na sede oficial do Clube



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HEBP, 2019.

As letras “B” e “C” da fachada não se encontravam no desenho original (cf. F1), e podem ter sido incorporadas depois ao projeto. Além, da parte esportista o Bananeiras Clube foi um grande difusor de cultura, havia um Departamento Feminino atuante, que promovia eventos festivos (para crianças), recreativos e esportivos (voleibol feminino). O Clube contava ainda com uma madrinha, eleita pela comunidade, que anuncia o jornal *O Renovador* (3 de janeiro de 1965), com a chamada “Soirée Dançante”, para a eleição da madrinha em uma festa carnavalesca. Ainda dando relevância a festividades que centralizava a figura mulher, o Bananeiras Clube organizava a coroação da Rainha da Colheita, “[...] inegavelmente mais uma das grandes promoções que o Bananeiras Clube preparou para seus associados no decorrer do ano de 1964, a coroação da RAINHA DA COLHEITA que decorreu num ambiente bastante agradável. Abrihantava a noitada a famosa e aplaudida orquestra “Los Românticos del Caribe” (O Renovador, 25 de outubro de 1964).

Festas, atividades esportivas, trocas de experiências com times de outras cidades, dentre tantas outras práticas e lazer, fazem referência às memórias que o Bananeiras Clube resguarda em todos os seus anos de existência. Para Tanno (2003, p.1), “Os lazes são práticas sociais entendidas como ocupação de determinados espaços, com os quais as pessoas identificam-se enquanto indivíduos e grupos sociais devido às redes de relações que são estabelecidas nesses lugares. São formas de demarcação de espaço e de identificação cultural que consubstanciam o sentimento de pertencer a cidade”. É com esta citação que tomamos o “Bananeiras Clube” como um lugar de memória em Bananeiras, espaço de história, tecido nas diversas relações.

## O GRÊMIO MORENENSE: UM LUGAR E DIVERSAS FUNÇÕES SOCIAIS

### F3: Fachada frontal do Grêmio Morenense



Fonte: Acervo pessoal do José Martins de Souza, 2020.

O Grêmio Morenense surgiu em 18 de maio de 1924, como uma entidade lítero-recreativa, um espaço social voltado para reunir a elite intelectual da cidade de Solânea, à época ainda denominada como Chã de Moreno, prestes a se tornar Distrito da Paz em 1926. “No dia 24 de maio de 1927, era inaugurada festivamente a sede social ‘Grêmio Morenense’, realização de tenacidade de um grupo de homens de boa vontade, constituído de Leôncio Costa, José Pessoa da Costa, Tancredo de Carvalho, Secundino Ferreira Pessoa, Alfredo Bandeira da Costa, Olegário Agápito da Costa, João Lali da Silva Pinto e outros” (CARVALHO, 1975 p.35).

O espaço encontra-se localizado na Rua Celso Cirne, no mesmo local de sua criação, resguardando externamente os mesmos traços arquitetônicos de sua construção inicial. Por meio dele, houve a criação do time de futebol ‘Vila Branca Sport Clube’ fundado no mesmo ano da instituição (em 18 de maio de 1924), marcado pelo uniforme nas cores vermelha e branca<sup>5</sup>. O *Jornal Correio de Moreno* (11 de dezembro de 1927), narra de forma suntuosa a notícia de “*Inauguração da sede social do Grêmio Morenense*”, juntamente associada com um evento que contava com a participação do Vila Branca, em jogo com a “Embaixada Campinense”. Segundo ele, após a chegada dos times e a pomposa recepção:

Em seguida falou o presidente do Grêmio, Tancredo de Carvalho, dando por inaugurada a séde do Grêmio Morenense. [...] O sr. Antônio Ramos, em ligeiras palavras, convidou o dr. Santiago Filho para, com os presentes, se encaminharem á sala da Biblioteca “Alvaro de Carvalho” a fim de, em nome do Grêmio Morenense, fazer apposição de dois retratos que lá se encontravam. Entroizados todos na sala onde se encontravam os retratos que se achavam cobertos com a bandeira do Grêmio, a professora Antonia Rangel os ter descoberto, falou o dr. Santiago Filho, que fez bella panegyrico as individualidades de Tancredo de Carvalho e Leôncio Costa. A fim de agradecer falou o presidente do Grêmio que, em comovidas palavras, disse estar muito aquem de seus meritos a alta distincção que acabavam de lhe prestar, fazendo a apposição de seu retrato naquella sala onde deveria figurar não o seu, mas sim, os dos abnegados consocios Leôncio Costa, João Pessoa e Olegario Costa. Acrescentando disse: não sabia nem podia attribuir a razão do ser, daquella alta distincção. Só uma coisa poderia attribuir: A’ generosidade sem par dos seus conterraneos e amigos. Porque se pesquerissem na sua actuação naquella casa, muito pouco de seu

encontrariam. Terminou dizendo que aceitava aquela prova de distinção não como um mérito aos seus serviços prestados ao Grêmio Morenense, porém, como uma generosidade do seus consócios, generosidade esta de que não se envaidecia, mas que lhe servia de estímulo. Em seguida dirigiram-se todos para fazer o hasteamento da bandeira na fachada principal do Grêmio Morenense, tendo nessa ocasião sido tocado pela banda de música o hino do <13> e se ouvindo uma salva de 21 tiros.

Além de idealizador do Grêmio Morenense, Antônio Tancredo de Carvalho foi também proprietário do jornal *O Correio de Moreno*, criado em Solânea, cujos os primeiros fascículos encontrados datam de 1927<sup>6</sup>. Primeiro prefeito interino de Solânea em 1953, Tancredo de Carvalho também é autor do livro “Memórias de um brejeiro” (1975). Já Leôncio Costa, também homenageado na cerimônia acima relatada, foi um comerciante, integrou o grupo dos pioneiros que empreendeu esforços para transformar o pequeno povoado de Moreno em Distrito de Paz. Era, junto com Tancredo, um dos fundadores do Grêmio, ao mesmo tempo que compunha, também com ele a equipe editorial do jornal. Olegário Ágape da Costa constituiria o grupo também fundador desta sede social.

O Grêmio passou por diversas funções, desde cinema (entre os anos de 1949 e 1953), Prefeitura Municipal (entre os anos de 1954 a 1957) à Fórum, sendo berço de muitos eventos históricos do município. Teatro, Biblioteca e Câmara Municipal também usufruíram de seus cenários. Discorrer sobre cada fase abriria para vastos caminhos de pesquisa, que tomariam o Grêmio Morenense como foco de suas discussões. Para desempenhar tantas funções, o espaço acabou perdendo suas caracterizações internas, tendo sido alvo de inúmeras reformas, é o que anuncia seu atual presidente, José Héilton Martins de Sousa, em entrevista a nós concedida em 2019:

[...] teve uma época, acho que na década de 40, ele passou por uma decadência, e em 55 Valdemar Nóbrega reformou ele. Ele foi o primeiro prefeito daqui eleito, após a emancipação de Solânea, era dono de uma construtora e com recursos próprios reformou o Grêmio. Na década de 70 houve uma reforma interna, devido a deterioração sofrida por um empréstimo do espaço ao Villa Branca. [...] Ele foi reconstruído e reinaugurado em outubro de 2005, a frente é a mesma, mas dentro teve várias alterações. Eu ainda o conheci como era no passado, estreitinho, com mesas fixas, um bar lateral, pequeno. Hoje, após as reformas, ele mudou tudo, só a parte da frente, que é a parte antiga, que restou (SOUSA, *entrevista*, 2019).

Ainda, segundo ele, houve significativo esforço de tornar esta sede social patrimônio arquitetônico de Solânea, tendo em vista que, ao contrário de Bananeiras, não houve nenhum tombamento de imóveis em Solânea realizado pelo IPHAEP. É o que ele cita, quando narra:

O Grêmio Morenense foi incorporado ao nosso patrimônio cultural pela Lei Municipal Nº 017/02, por iniciativa do nosso mandato, durante o qual (em 12 de março de 2001) foi apresentado o projeto de Lei Nº 06/2001, que levanta na justificativa, dentre outros, os argumentos: “É oportuno, pois - quando os municípios têm procurado preservar seu patrimônio e cultura, não só fito de resgatar a memória e história das comunidades, mas também como forma de atrativo turístico e de fonte de renda para os seus cofres -,

que sejam tomadas as devidas providências para que o Grêmio Morenense seja incorporado ao nosso Patrimônio Cultural, cumprindo-se, deste modo, o Art. 174 da Lei Orgânica do Município” (SOUSA, *entrevista*, 2019).

A Lei Orgânica Municipal (05 de abril de 1990, p. 57)<sup>7</sup> de Solânea, só considerava patrimônios da cidade o que cita em seu “Art. 175 – São considerados patrimônios históricos e culturais de Solânea o Convento denominado Santa Fé, localizado no povoado de mesmo nome e o sítio arqueológico Pedra Pintada, localizado no sítio Cacimba da Várzea”. O primeiro comumente conhecido como “Memorial de Pe. Ibiapina”, e o segundo marcado pelas pinturas rupestres tracejadas na pedra, ainda sem autoria definida.

Como uma das poucas edificações memorialísticas ainda de pé em Solânea vale destacar o seu valor histórico e a necessidade de seu tombamento, para que as novas gerações possam reconhecê-lo como patrimônio e parte integrante da memória social da cidade.

## CONCLUSÃO

O ‘Bananeiras Clube’ e o ‘Grêmio Morenense’ atualmente são lugares de lazer, os quais são entendidos como práticas sociais, indivíduos e grupos sociais se identificam com o local devido às redes de relações que são estabelecidas nele. As pessoas se encontram nesses locais por livre e espontânea vontade, pelo prazer da conversa e pelo desejo em serem sociáveis.

Pessoas que frequentarem o ‘Bananeiras Clube’ enquanto existia uma sociedade feminina ou enquanto tinha a sua parte esportiva, carregam consigo a memória daquele lugar, de quando se socializam nos bailes e festas. O BC é um lugar de memória e sociabilidade.

O ‘Grêmio Morenense’ já foi sede de vários lugares, inúmeras pessoas já passaram por lá viveram momentos que vão ficar marcados, eles se socializam e se divertia como ainda acontece atualmente no famoso e tradicional baile de carnaval ‘vermelho e branco’, onde pessoas são homenageadas a cada ano, memórias são lembradas ali, sentimentos de saudades e gratidão existe. O Grêmio Morenense é também considerado um lugar de memória e sociabilidade.

## NOTAS

\* Professora do Departamento de Educação, Campus III da UFPB. [vivetica@hotmail.com](mailto:vivetica@hotmail.com)

\*\* Graduanda do curso de Pedagogia, Campus III da UFPB, [thayscassia1999@gmail.com](mailto:thayscassia1999@gmail.com)

\*\*\* Graduanda do curso de Pedagogia, Campus III da UFPB, [af2242581@gmail.com](mailto:af2242581@gmail.com)

1 Professora da cidade de Bananeiras em meados da década de 1980.

2 Assim cita Maria das Dores Guimarães, em documento aqui já citado, datado de 1983.

3 A aprovação da compra do terreno obteve aprovação por meio da Lei Nº 211, de 28 de dezembro de 1962.

4 O Jornal se encontra digitalizado e disponível em nosso repositório História da Educação do Mu-

nício de Bananeiras – HEB, no seguinte endereço: <http://www.cchsa.ufpb.br/heb/contents/arquivos/jornais/o-renovador-1964-1965>.

5 Atualmente, o Grêmio é sede do Baile Vermelho e Branco, famoso carnaval local.

6 Consulte as versões de 1927 e 1929 desse jornal no repositório digital HEB, disponível em: <http://www.cchsa.ufpb.br/heb/contents/paginas/correio-do-moreno>

7 Esta Lei se encontra disponível em: <https://www.cmsolanea.pb.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/down310315041618.pdf>.

## REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje**. Revista eletrônica da história. Volume 3, Nº 7, 2005.

CARVALHO, Tancredo de. **Memórias de Um Brejeiro**. João Pessoa: Iterplan-PB. Campina Grande: Gráfica Júlio Costa, 1975.

Jornal O Renovador. **Semanário do Departamento de Cultura do Bananeiras Clube**, 1960-1965.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 1993.

PINTO JÚNIOR, Ednaldo Cordeiro. Entrevistas concedidas a Vivian Galdino de Andrade, Aline Ferreira da Silva e Thais de Cassia Cavalcante Ramos, 2020.

SOUSA Jose, Helton Martins. Entrevista concedida a Aline Ferreira da Silva e Thais de Cassia Cavalcante Ramos, 2020.

TANNO, Janete Leiko. Dimensões da sociabilidade e da cultura. Espaços urbanos e formas de convívio na cidade de Assis (1920-1945). In: **XXII Simpósio Nacional de História - ANPUH**. João Pessoa, 2003.

# O QUE APRENDEMOS COM OS ARQUIVOS? RELATOS DA PRÁTICA DE ESTÁGIO, PESQUISA E EXTENSÃO JUNTO AO ARQUIVO CENTRAL DA UFPB<sup>1</sup>

Patrícia Alves Ramiro<sup>2</sup>

Vilma Pires Bernardo<sup>3</sup>

Ana Victória Santos Batista<sup>4</sup>

## RESUMO

Este trabalho pretende apresentar as atividades de estágio, pesquisa e extensão desenvolvidas por alunos de graduação de ciências sociais junto ao Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba, dando ênfase para seu potencial junto à formação dos discentes. Tal possibilidade teve sua origem no ano de 2019, quando uma vasta documentação de uma usina sucroalcooleira na região do Brejo paraibano, falida na década de 1990, foi doada para essa instituição através de parceria estabelecida com o projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI”. Ao aprendizado de práticas de arquivologia, como os procedimentos de desmetalização, higienização e identificação de tipologias dos documentos, somam-se a participação destes alunos em grupo de pesquisa para realização de leituras acadêmicas sobre a região e o peso das plantations canavieiras na formação econômica e sociocultural da sociedade brasileira. Mostraremos como esse processo interdisciplinar de preservação da história regional encontra nas etapas de construção do referido acervo uma oportunidade ímpar de conhecimento de certos aspectos dos trabalhadores vinculados a esta agroindústria, bem como estimula a parte destes alunos ao aprofundamento da temática enquanto pesquisadores em formação.

**Palavras-chave:** Agroindústria canavieira. Arquivo. Formação acadêmica. Relato de experiência.

## INTRODUÇÃO

Em abril de 2019, o Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba recebeu a doação de um conjunto de documentos que pertenceu a uma usina sucroalcooleira, que esteve localizada, desde a década de 1930 até os anos de 1990, na região do Brejo paraibano. Tal doação concretizou-se através de parceria firmada com o projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI”, no âmbito do qual foram desenvolvidas

as atividades de pesquisa que culminaram na descoberta desse material e na sua subsequente doação.

De modo geral, este projeto tem pretendido compreender as estratégias de reconversões sociais adotadas pelos atores sociais que outrora estiveram ligados a essa usina. Quer dizer, a questão colocada diz respeito a como tais atores, de alguma forma vinculados à sua atividade produtiva, desde aqueles que ocuparam postos hierarquicamente elevados na administração, ou senhores de engenho que, diante da expansão usineira, tornaram-se fornecedores de cana-de-açúcar, até os trabalhadores rurais, se reorganizam no espaço social quando do encerramento das atividades dessa agroindústria. São propriamente os documentos pertencentes à tal usina que foram encontrados por nós e doados ao Arquivo Central da UFPB.

Contratos de arrendamento e/ou arremate de outros engenhos pelos então proprietários da usina, fichas de registro de seus ex-trabalhadores e rescisões de contratos de trabalho estão entre os diversos documentos encontrados. A partir deles, vislumbramos a possibilidade de traçarmos um perfil socioeconômico dos trabalhadores assalariados da usina, bem como acessar informações sobre o próprio funcionamento dessa empresa. Nesse sentido, observamos também a possibilidade de reconstrução de parte do histórico dessa agroindústria canavieira que esteve localizada no Brejo paraibano e que responde por importantes transformações na estrutura da sociedade rural e urbana da região.

Esse, portanto, é o panorama geral que nos conduziu ao trabalho de organização e catalogação desse material documental, que importa a nossa pesquisa, mas cuja divulgação nós também pretendemos viabilizar. Com o presente trabalho, desejamos expor as etapas iniciais desse processo, destacando a participação discente e suas repercussões para a formação acadêmica e profissional de graduandas em ciências sociais.

## **DA PESQUISA DE CAMPO AO ARQUIVO CENTRAL DA UFPB**

Como mencionado, este trabalho deriva de uma pesquisa que surge diante do acesso a um conjunto de documentos pertencente a uma usina sucroalcooleira, ocorrido em dezembro do ano de 2018, mas oportunizado por uma trajetória de pesquisas e contatos com informantes locais que teve início no ano de 2017. O referido material encontrava-se abandonado no que foi a sede administrativa da usina, localizada em área leiloadada pelo Ministério do Trabalho em julho de 2004. O arrematante, filho de ex-operário da usina, manteve a documentação lá onde estava por entender que se tratava de documentos de interesse de seus donos. Será esse novo proprietário da localidade o responsável pela doação dos documentos, através de parceria estabelecida com o projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI”.



Consolidada, então, a possibilidade de doação do material, o que tornou-se urgente foi a necessidade de apoio para a construção de um arquivo dessa documentação, tanto do ponto de vista estrutural, no que diz respeito a espaço físico, mobiliário e de equipamentos, quanto a cuidados e procedimentos fundamentais para a construção de acervos. Depois de alguma busca, a parceria foi firmada com o Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Assim, foi já com o auxílio do Arquivo Central que viabilizamos a transferência do material da antiga sede da usina, no município de Areia, para o Arquivo Central, no Campus I da UFPB, em João Pessoa. A primeira viagem ocorreu em 02 de abril de 2019, ocasião em que a coordenadora do projeto foi acompanhada por duas alunas de iniciação científica<sup>5</sup>. Com as devidas precauções, o que envolveu o uso de luvas, aventais e máscaras, retirou-se, aproximadamente, metade da documentação, o equivalente a vinte sacos sanito com capacidade para 20 litros e cinco caixas polionda. Na semana seguinte, em 11 de abril de 2019, também com a colaboração de discentes<sup>6</sup>, conclui-se a transferência da documentação.

No Arquivo Central, dispomos de um espaço físico climatizado, com mesas, cadeiras, estantes, mesas de higienização, computadores e scanners profissionais. Essas são ferramentas essenciais para os processos de armazenamento, higienização, digitalização e tabulação demandados pelo trabalho com arquivos e que pudemos aprender com a equipe do próprio Arquivo Central, coordenado durante boa parte de nossas atividades pela professora e arquivista Julianne Teixeira e Silva, colaboradora deste projeto. Destacamos, portanto, a importância do arquivo central para a viabilização do trabalho de construção e pesquisa do acervo em questão.

## **INICIANDO A ORGANIZAÇÃO E O TRABALHO COM A DOCUMENTAÇÃO**

As principais atividades desenvolvidas estão portanto relacionadas ao trato dessa documentação, objetivando sua organização para fins de nossa própria pesquisa, mas também para construção de um acervo público. Situados documentação e nossa equipe de trabalho no Arquivo Central, primeiramente, e em consequência da grande variedade e quantidade de documentos, operamos uma separação cujo critério foi um tanto quanto visual. Identificamos as fichas de registro de emprego dos ex-trabalhadores, e no seu conjunto uma distinção entre fichas brancas e menores (18 cm de altura e 23,4 cm de comprimento) e fichas rosas e maiores (36,2 comprimento e 26,6 de altura). Trata-se de dois modelos de fichas de registro que foram adotados pela administração da empresa. Identificamos também documentos que estavam organizados em pastas específicas, além daqueles que se encontram avulsos, como folhas soltas. A partir dessa divisão, realizamos uma estimativa da quantidade de documentos que compõem o acervo e uma organização prévia das etapas de trabalho. Nesse sentido, estimamos que haja no acervo um total de 7.555 fichas de registro de emprego, sendo 3.588 fichas de registro de em-

prego menores e 3.967 fichas de registro de emprego maiores, que contém informações como: nome do funcionário(a), local de nascimento, local de residência, nome dos pais, número da carteira profissional, estado civil, grau de instrução, idade, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, data de admissão e de dispensa, função exercida, salário, forma de pagamento, horário de trabalho, tempo de intervalo, total de horas semanais, beneficiários, assinatura do empregado e informações relacionadas a acidente de trabalho, alterações salariais, contribuição sindical e férias.

Quanto aos diversos documentos que se encontravam avulsos ou armazenados em pastas, estes somam, em conjunto, aproximadamente, 6.212 folhas. Ainda não conhecemos o conteúdo de toda esta documentação, mas sabemos que há: termos de rescisão de contrato de trabalho, pedido de demissão, escrituras públicas, contestações de reclamações trabalhistas, certificado de pesagem de cana, controle de materiais e animais, entre outros. Tais documentos deverão ser organizados conforme a criação de tipologias.

Após identificação e mensuração iniciais, passamos a submeter os documentos a determinadas etapas de trabalho, quais sejam: higienização, digitalização e tabulação. A partir das fichas de registro de emprego menores, cronologicamente os primeiros registros de emprego de trabalhadores na usina, iniciamos a higienização, tal atividade é definida como o processo de:

Eliminação mecânica de todas as sujidades que se encontram nos documentos e dos agentes considerados agressores, tais como: os cliques oxidados ou não, os excrementos de insetos, os grampos metálicos, os itens generalizados utilizados como marcadores de páginas, as poeiras e, todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos. (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011, p. 04)

Por questões procedimentais, dividimos esse processo em duas etapas: a preparação para a higienização e a higienização propriamente dita. Primeiro, desmetalizamos os documentos, além de desdobrar as folhas que eventualmente se encontrem dobradas. Finalmente, o documento pode mais facilmente ser higienizado na mesa de higienização. Aí, passamos apenas o pincel na frente e no verso da ficha. Toda essa atividade de manuseio dos documentos é realizada com o uso de itens de proteção individual, tais como luvas, máscara e jaleco.

Na sequência, iniciamos a digitalização. Tal processo consiste na conversão de documentos físicos para formato digital, operação importante pois visa:

Contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação; permitir o intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas; promover a difusão e reprodução dos acervos arquivísticos não digitais, em formatos e apresentações diferenciados do formato original; incrementar a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio (CONARQ, 2010, p. 9).

Além da digitalização, as fichas menores também começaram a ser tabuladas, visando a análise estatística a partir dos dados que portam. Para facilitar o processo de tabulação, testamos o programa OCR (Optical Character Recognition), com o intuito de que o mesmo pudesse identificar o preenchimento das fichas, mas, em todas as tentativas realizadas, e em virtude do estado de conservação das mesmas, não alcançamos a leitura esperada. Como alternativa, passamos a utilizar o programa EXCEL para realizar manualmente a tabulação de parte de seus dados, tais como: número de ordem, nome do funcionário, sexo, se consta registro de pai, se consta registro de mãe, estado civil, grau de instrução, idade, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, local de residência, ocupação, forma de pagamento, se consta emprego anterior, horas semanais de trabalho, beneficiários, data de admissão, data de dispensa, registro de acidentes de trabalho, registro de férias, registro sindical, alteração salarial, valor do salário e moeda vigente. Por portarem tais informações, que versam sobre as diferentes categorias de trabalhadores assalariados da usina e sobre o perfil socioeconômico de cada uma delas, as fichas de registro dos trabalhadores têm sido objeto privilegiado dos projetos de iniciação científica e de extensão que, junto com o estágio, constituem as formas pelas quais a participação discente tem ocorrido. Os demais documentos também têm sido higienizados e digitalizados, além do trabalho de definição de tipologias que permitam sua organização em acordo com princípios da arquivologia e com os nossos próprios interesses de pesquisa.

Tais procedimentos técnicos são acompanhados por reuniões quinzenais de nosso grupo de pesquisa para discussão de bibliografia acerca da agroindústria açucareira e do trabalho arquivístico.

Inicialmente, a equipe de trabalho no acervo da usina era composta por estudantes do curso de Ciências Sociais que eram membros do projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do Brejo Paraibano no século XXI”, além de um estudante voluntário<sup>7</sup>. Posteriormente, em agosto de 2019, com a aprovação de mais um projeto de iniciação científica, intitulado “Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba”, que permitiu a participação de novos estudantes em iniciação científica, a equipe foi ampliada. Nesse momento, novos alunos também ingressaram enquanto voluntários<sup>8</sup>. Além disso, o projeto passou a receber discentes a partir dos estágios supervisionados I, II e IV do curso de bacharelado em Ciências Sociais<sup>9</sup>, disciplinas obrigatórias na grade desse curso. Por último, o projeto de extensão denominado “Memória documental dos trabalhadores do açúcar na Paraíba”, aprovado no início de 2020, também tem contribuído para a construção da equipe vinculada ao acervo. Atualmente, devido a pandemia causada pelo novo coronavírus, essa equipe encontra-se reduzida, visto que as atividades presenciais no arquivo estão temporariamente suspensas<sup>10</sup>.

## **PARTICIPAÇÃO E EXPERIÊNCIA DISCENTE JUNTO AO ARQUIVO CENTRAL DA UFPB: UM RELATO DE ATIVIDADES E APRENDIZADOS**

Com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do trabalho realizado no arquivo em relação à formação dos discentes que dele participam, propomos, por meio de algumas questões, uma reflexão entre as quatro alunas do curso de Ciências Sociais que atualmente participam na construção do acervo, de modo a pontuar as atividades realizadas, os aprendizados e os desafios derivados dessa experiência.

Através de um questionário, buscamos identificar cada uma das alunas no que diz respeito à idade, períodos do curso em que atuaram no arquivo, tipo de vínculo e tempo total de atuação. Além disso, formulamos perguntas com o intuito de abarcar uma descrição das atividades realizadas, assim como uma reflexão sobre as mesmas.

Dessa forma, identificamos que Ana (24) ingressou no arquivo quando estava no 6º período do curso, vinculando-se primeiro com voluntária, mais tarde por meio do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) e, atualmente, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Catherine (23) ingressou durante o 7º período do curso por meio do PIVIC. Atualmente, continua atuando no arquivo, mas agora através de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Mariana (20) ingressou durante o 3º período enquanto voluntária, mas participou também a partir do Estágio Supervisionado I, do PIVIC e do PIBIC. Finalmente, Vilma (21) começou a atuar no arquivo durante o 5º período do curso, vinculou-se através do Estágio Supervisionado I e II, e da Extensão.

Quanto às respostas em relação às atividades executadas, percebemos que a atuação discente ocorre desde o transporte, armazenamento e organização dos documentos no momento da doação da documentação ao Arquivo Central até as ações de tratamento dos mesmos através da desmetalização, higienização, digitalização e tabulação. De modo semelhante, a participação nos encontros para leitura e discussão de bibliografia relativa ao trabalho em arquivo e às regiões de plantation canvieira esteve presente nas respostas.

Como forma de refletir sobre tais atividades, propomos no questionário pensarmos em aspectos positivos e negativos da prática. Também aqui sem divergências entre as respostas, notamos que os pontos positivos estão relacionados aos aprendizados proporcionados pelo trabalho no arquivo: a) aprendizado de práticas do trabalho em arquivo, tais como higienizar e digitalizar; b) aproximação da prática da pesquisa, especialmente com as temáticas relativas à agroindústria canvieira; c) o contato com um campo de estudos mais específico; d) o contato prático com os documentos como fonte de pesquisa; e) a possibilidade de trabalhar de forma coletiva; f) aprendizado de conhecimentos da arquivologia; g) conhecimento sobre importância dos acervos e a organização desses; e h) a possibilidade de explorar outros espaços da Universidade, no caso, o Arquivo Central.

Já os pontos negativos ficaram restritos a dificuldades de ordem material, no que diz respeito aos itens de proteção individual, como luvas e máscaras, mas também outros como clipes de plástico, necessários para a melhor organização e preservação dos documentos. O que aponta, entendemos, para a limitação dos recursos destinados à universidade pública.

Nesse sentido, o conjunto dos aprendizados mencionados justificam, finalmente, a contribuição da experiência de construção de um acervo e de pesquisa junto a arquivos para a formação acadêmica e profissional das participantes. Inclusive porque o engajamento nesse trabalho tem encaminhado as discentes para trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de mestrado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi apresentado o processo de construção de um acervo de uma usina junto ao Arquivo Central da UFPB e a experiência discente à ele associada com a proposta de refletir sobre o potencial que esse empreendimento interdisciplinar contém para a formação dos estudantes participantes.

Como visto anteriormente, a atuação discente na construção do acervo remonta às primeiras ações realizadas com a documentação no momento de sua doação, pelo transporte ao Arquivo Central e a organização nesse espaço. Ademais, também foram expostas as diversas atividades que os estudantes que atuam nesse acervo realizam, como a desmetalização, higienização, digitalização e tabulação da documentação, somada à participação em grupo de leituras sobre o impacto das plantations canavieiras na formação social e econômica do Brasil.

Por fim, a reflexão proposta aponta que, além dos aprendizados práticos e bibliográficos que relacionam a arquivologia com as ciências sociais, a experiência discente na construção de acervo no Arquivo Central por meio das práticas de estágio, pesquisa e extensão também contribui na formação de parte desses estudantes enquanto pesquisadores ao incentivar o aprofundamento nas temáticas relativas à agroindústria canavieira e os trabalhadores à ela vinculados, além de possibilitar a pesquisa com as fontes documentais contidas em arquivo.

## NOTAS

- 1 Simpósio Temático 13 - História e Patrimônio Cultural: experiências de ensino, pesquisa e documentação.
- 2 Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.
- 3 Discente do Curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista PROBEX (2020). E-mail: vilmapiresb@gmail.com.
- 4 Discente do Curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (2020/2021). E-mail: anavictoriasbatista@gmail.com.
- 5 Catherine Soffiati (voluntária PIVIC/ CNPq) e Yasmin Rodrigues (bolsista PIBIC/CNPq).

- 6 Caterine Soffiati (voluntária PIVIC/ CNPq), Ana Victória Santos Batista (voluntária) e Paulo Roberto dos Santos (voluntário).
- 7 Yasmin Rodrigues (PIBIC/CNPq), Caterine Soffiati (PIVIC/CNPq) e Paulo Roberto dos Santos (Voluntário).
- 8 Laís Alves Luna, Thayani Macegossa Rodrigues, Matheus Balbino Gomes e Maria da Guia.
- 9 Livia Vasconcelos Guedes Rodrigues, Vilma Pires Bernardo, Nayane Vieira, Gabriel Farias, Julia Gregório, Dayane Vieira e Isabelle Soares.
- 10 As atividades realizadas remotamente contam, no momento, com a participação de quatro estudantes: Ana Victoria Santos Batista (PIBIC/CNPq), Vilma Pires Bernardo (Extensão), Mariana Pereira de Melo Novais (Extensão) e Caterine Soffiati (Extensão). O trabalho tem concentrado-se nos documentos já digitalizados.

## REFERÊNCIAS

CONARQ. Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, abril 2010.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO; Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de preservação e conservação**: documentos extra judiciais (CNJ). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.

# POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL NA ERA VARGAS: UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS E PERPETUAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Sura Souza Carmo<sup>1</sup>

Quando se inaugurou um novo regime político na década de 1930 com Getúlio Vargas, um duelo estava sendo travado entre intelectuais que defendiam demolições para o país modernizar-se contra aqueles que viam na preservação do passado uma maneira do Brasil legitimar-se enquanto uma nação através da arquitetura colonial – que representava a origem país. O presente artigo busca discutir como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi um importante instrumento de legitimidade de um discurso pautado na unidade e identidade nacional caracterizados pela exaltação do aspecto monumental de determinados edifícios históricos, consagrando determinadas características da nação até a atualidade.

No projeto político de Getúlio Vargas de um estado central forte, contra as divisões internas causadas pelo poder oligárquico, o patrimônio foi utilizado como uma ferramenta de unidade e identidade nacional. No período houve uma nova compreensão de identidade nacional atrelada à valorização de alguns elementos da cultura das classes populares, pois era necessário incluir a população na nova configuração política que se iniciava. Algumas manifestações culturais foram eleitas como símbolos nacionais, algumas delas deixando de ser criminalizadas ou mesmo adentrando os grandes círculos sociais, tendo sua massificação realizada através de instrumentos do Estado ou de aliados do governo, como o rádio e publicações. O Brasil viveu, na década de 1930, o fortalecimento da identidade nacional a partir de elementos culturais que sinalizavam uma aceitação do elemento mestiço e expressões culturais de matriz africana como símbolo da nação, constituindo elementos da nacionalidade como o samba, o carnaval, a capoeira e o futebol (início de uma valorização de jogadores negros com Leônidas). A valorização de tais manifestações culturais foi proposital pois agregava ao governo ditatorial o apoio de um grande número de pessoas antes excluídas da caracterização do povo brasileiro.

Contudo, como salienta Ortiz, “a identidade nacional é uma entidade abstrata e como tal não pode ser apreendida em sua essência” (ORTIZ, 2006, p.138), ou seja, não possui uma existência real, é um jogo discursivo, uma criação muitas vezes com distorções que visa, sobretudo a consolidação do Estado. A partir do Estado Novo a ação do governo Vargas se intensifica, adotando a difusão de ícones culturais pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, pela inserção de intelectuais de vanguarda no governo e pelo incentivo ao turismo nacional – para que

a população conhecesse o patrimônio e território nacional (SIQUEIRA, 2012; KELSCH, 2018). Não bastava eleger símbolos nacionais, era necessária a ação do Estado na sua divulgação, e assim consolidar uma imagem do país.

Portanto, tipos nacionais, patrimônio e bens culturais compunham o arsenal de itens do imaginário nacional difundido pelo rádio através de canções ou informes do governo Vargas. Para Siqueira (2012), a identidade no Brasil, construída a partir da esfera cultural, teve a cultura negra, em especial o samba, como principal mola propulsora. Contudo, nas políticas patrimoniais a cultura africana e indígena não foram incluídas em prol de escolhas que se baseavam na monumentalidade do patrimônio para uma representação de um estado forte.

## **A CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL**

Seguindo os padrões estéticos da *Belle Époque* o Brasil era uma jovem nação no início do século XX que queria modernizar-se, através de reformas urbanas, inspiradas na realizada por Haussmann no século XIX na França, e por ações higienistas, com o intuito de apagar a presença africana na identidade nacional. Nas primeiras décadas do século XX havia intelectuais defensores da modernidade – alcançada apenas pela industrialização e reformas nos centros históricos – e aqueles que defendiam as antigas edificações como monumentos históricos – como um símbolo do país que não seria necessário eliminar para se alcançar a modernidade. Na década de 1920, um período de intensos debates, surgiu às primeiras propostas de proteção do patrimônio histórico do país que segundo Mário Chagas “buscaram criar um dispositivo legal para inibir as constantes ações de depredação e transferência para outros países dos bens culturais brasileiros” (CHAGAS, 2006, p. 84). Contudo, foi apenas na Era Vargas que se iniciou a proteção do patrimônio nacional.

Neste contexto de divergências intelectuais quanto à preservação de monumentos históricos, foi criada em 1934 a Inspetoria dos Monumentos Nacionais por Gustavo Barroso, diretor do Museu Nacional. Com orçamento e equipe técnica pequenos, pois era vinculado ao Museu Histórico Nacional, as ações da inspetoria se concentraram em obras emergenciais de conservação na cidade de Ouro Preto, considerada um símbolo da nacionalidade tanto por intelectuais que realizavam “um culto ao passado” como Barroso, quanto para intelectuais modernistas – visto que ambos os grupos fizeram viagens de conhecimento por Minas Gerais na década de 1920. Em 1937, a ação pioneira de Gustavo Barroso cedeu lugar à criação de um órgão mais abrangente para a preservação do patrimônio. Para Chagas (2009) o fim da inspetoria não ocorreu por problemas técnicos, pela falta de especialização ou ausência de ações em todo território nacional, mas por lutas pelo poder, disputas de projetos de memória entre o pensamento de Barroso e dos modernistas.



Em 1937, a Inspetoria foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, responsável pela criação de uma legislação que fosse capaz de ditar procedimentos para a salvaguarda de elementos que representassem a nacionalidade, ou melhor, um ideal de nacionalidade almejado pelas elites. Era o período de início da ditadura varguista com o Estado Novo (1937-1945) e havia a necessidade do governo buscar meios para garantir a unidade e identidade nacional, através de um Estado-nação forte, ancorado no patrimônio, como fizeram diversas nações européias no século XIX.

O principal instrumento de ação foi o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que instituiu o SPHAN como o órgão responsável por proteger e fiscalizar o patrimônio. O decreto, até a atualidade em vigor, estabeleceu o tombamento, ação de inventariar e identificar um objeto/edifício como patrimônio, ou seja, como a ação de valorizar tais bens como um símbolo nacional. O tombamento foi iniciado em 1938 e poderia ser feito em quatro livros de tombo: Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas-Artes; Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo das Artes Aplicadas. Desde quando foram iniciados os tombamentos não foram criados outros livros para a proteção do patrimônio imaterial, existindo apenas, de acordo com o Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, quatro livros de registro do patrimônio imaterial – Livro de registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos lugares. Contudo, apesar da existência de categorias diversas para abranger o caráter heterogêneo do patrimônio nacional, na prática, as ações, nos primeiros anos de atuação foram voltadas apenas para uma tipologia de patrimônio: edificações históricas do período colonial.

## **CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA ERA VARGAS**

As ações em prol da defesa do patrimônio na Era Vargas são marcadas pelo tombamento de edificações históricas do período colonial, utilizadas na “construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais” (CHUVA, 2009, p.42). A cidade de Ouro Preto, berço da Inconfidência, considerada o primeiro ato de grande envergadura pela historiografia da época para libertar o Brasil de Portugal, tornou-se o modelo estético e histórico de patrimônio que se pretendia perpetuar. O modelo de perfeição e da jovem pátria era o estilo Barroco, assim como a França escolheu o gótico para rememorar o nascimento da nação da Idade Média (CHOAY, 2001). A escolha talvez tenha sido motivada pela presença marcante de intelectuais mineiros no órgão, como a chefia exercida por décadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Podemos apresentar como dados quantitativos de tombamento, para o período de 1938 a 1945, o tombo de 442 bens, sendo o maior quantitativo do estado da Bahia, seguido de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. O número elevado de bens de tais estados reside no fato de possuírem um grande quantitativo de bens relacionados ao período colonial e pela riqueza dos grandes ciclos econômicos do período – a cana-de-açúcar e a mineração. Salientamos, entretanto, que alguns bens tiveram seu tombamento retirado, contudo, a título de análise quantitativa, mantivemos por indicar o tombamento no período de análise.

Dentre a tipologia dos bens, as edificações religiosas (igrejas, conventos, etc.) constam como a maioria dos bens tombados do período, seguido da arquitetura civil e militar. Tais escolhas demarcam a força da religião católica no período colonial, o poder econômico de senhores de engenhos e comerciantes na área mineradora através de grandes sobrados e o poderio bélico colonial alicerçado na construção de fortalezas e fortes.

Alguns estilos arquitetônicos que surgiram a partir da segunda metade do século XIX foram alijados pelos modernistas do processo de patrimonialização por décadas, sendo o Ecletismo, estilo do início do século XX, odiado por Lúcio Costa, por exemplo. Para Gonçalves (1996) a idade das edificações caracterizou a prática preservacionista do Brasil e não necessariamente o acontecimento no local de algum evento notório para a memória ou história nacional, ou seja, as escolhas foram pautadas no quanto mais antigo melhor. As preferências seguiram ainda as ideias de belo – com predomínio do Barroco no Brasil – e de monumento histórico do modelo francês de proteção do patrimônio (CHOAY, 2001) em que foi eleito um estilo arquitetônico para a representação do nacional.

Conclui-se que se caracteriza como a representação do Brasil a partir das políticas patrimoniais do período um país católico e senhorial, pois não houve nenhum tombamento referente a construções que simbolizassem a presença do indígena ou africano no Brasil. É necessário ainda salientar que templos religiosos construídos por irmandades africanas ou utilizados por grupos de negros, não tiveram em seus inventários o detalhamento dos grupos que utilizava tais espaços, em um silenciamento da participação dos mesmos nos processos construtivos e de uso. As igrejas da Barroquinha, do Rosário dos Pretos e do Bonfim em Salvador, de Santa Rita, no Rio de Janeiro, não tiveram a influência negra na sua construção evidenciada pelo SPHAN. Para Ana Paula Silva:

Ao selecionar por muito tempo bens cuja história remetia-se a uma ideia de Brasil branco, católico, elitista, de origem lusitana, ordeiro e disciplinado que se queria construir do Brasil na década de 1930 o IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios sociais afeitos ao Brasil do autoritarismo, correspondendo especialmente aos interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar (SILVA, 2017, p.15)

O principal problema do país foi a escolha de bens históricos e artísticos que testemunhassem uma herança sólida, de origem européia, para atestar a importância da ex-colônia

portuguesa no cenário mundial, negligenciando as heranças indígenas e africanas na formação do povo brasileiro. Apesar de ter ocorrido uma valorização do mestiço na década de 1930, a partir do mito da democracia racial, capitaneada por Gilberto Freyre, as ações não alcançaram o campo do patrimônio. Ao que parece, não era desejável um destaque para o elemento africano, sendo tolerada uma mestiçagem que, futuramente, segundo o desejo de alguns dirigentes do país, alcançaria um branqueamento dos costumes e da pele. A intervenção estatal na cultura no governo Vargas com a descriminalização da capoeira e da valorização do samba, por exemplo, podem ser observadas como atitudes populistas, distantes de uma verdadeira valorização do patrimônio indígena e afro-diaspórico brasileiro.

O SPHAN durante a Era Vargas realizou apenas um tombo relacionado à herança africana em território brasileiro, uma coleção de objetos sagrados fruto de apreensões da Polícia do Distrito Federal, através da Seção de Tóxicos e Mystificações, medida que visava cumprir o artigo 197 do Código Penal de 1890, que proibia, dentre outras coisas, práticas vinculadas às religiões de matriz africana. Os objetos foram tombados no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e denominados pejorativamente de Museu da Magia Negra, tornando-se o primeiro bem tombado de caráter etnográfico do país, mas, ao mesmo tempo, caracterizando as práticas discriminatórias relacionadas ao candomblé e outras atividades culturais realizadas pelos afro-descendentes (CORREA, 2005; LIMA, 2012; GURAN, 2017). A ação desta dos demais tombamentos realizados pelo SPHAN no período, devido a ausência de informações sobre os motivos da escolha, a carência de divulgação e abandono das peças no Museu da Polícia Civil no Rio de Janeiro pelo órgão, criou-se diversas visões sobre o tombo de tais objetos.

A história dos motivos do tombamento nunca foi revelada com clareza, sobretudo porque não havia a confecção de parecer detalhado nos processos como na atualidade. Compreende-se que o IPHAN não entendia os objetos como patrimônio, apesar de tombados, por não terem sido mencionados no livro de resumo de bens tombados por décadas, indicando um silenciamento em torno da coleção, pois só foi referenciada em 1984 quando um segundo bem de matriz africana foi tombado (CORRÊA, 2005; GURAN, 2017).

Diversos pesquisadores do patrimônio afro-brasileiro entendem que o tombamento da coleção pode ser compreendida como uma ação de salvaguarda de objetos considerados exóticos que evidenciavam informações sobre práticas tidas como incivilizadas e criminosas, portanto, não era uma ação de valorização de algo que simbolizasse a formação do povo brasileiro mas que deveria ser estudado e expurgado da sociedade. Portanto, sem publicidade no tombamento, a coleção para o SPHAN, possivelmente, não tinha o mesmo valor de outros bens patrimoniais, pois é presumível que a seleção de tais objetos tenha sido fruto da solicitação de alguém que queria assegurar a não dissipação de tais objetos. Para Lima o tombamento da coleção “não pode ser considerada um reconhecimento, nos moldes do que se pratica atualmente em relação às comunidades quilombolas, terreiros de candomblé ou mesmo às manifestações de natureza imaterial constituintes do universo cultural afro-brasileiro”, pois como enfatiza a autora, “a

lógica higienista e a literatura produzida sobre os negros, no início da atuação do SPHAN, indicavam uma percepção negativa de suas manifestações culturais objetificada na criminalização de suas práticas e na apreensão de seus objetos de culto” (LIMA, 2012, p.46). Portanto, apesar de seu tombamento, não compreendemos, no corpo deste artigo, o tombamento da Coleção denominada de Museu da Magia Negra como um bem patrimonial inventariado como representativo da nação na Era Vargas, mas como uma ação de guarda motivada por motivos vinculados a classificação de práticas culturais negras como incultas passíveis de serem investigadas sob o ponto de vista biológico e antropológico.

Na atualidade, as peças que compõem a coleção tombada Museu da Magia Negra, em setembro de 2020, depois de décadas de solicitações, líderes religiosos conseguiram a transferência de tal acervo para o Museu da República, a fim de desvencilhar tais objetos da atribuição de práticas criminosas. De acordo com Cruz e Piva (2020) foi assinado um termo no dia 7 de agosto com a cessão do acervo por dois anos, com a saída das peças do museu da polícia no dia 19 de setembro. O movimento “Liberte o nosso sagrado” teve acompanhamento do Ministério Público Federal desde 2017. Segundo as autoras (2020) a responsável pela documentação histórica do acervo, Maria Versiani, informou que a guarda será compartilhada com as lideranças religiosas devido a capacidade dos mesmos em explicar o significado dos objetos.

A ausência de tombamentos de espaços de convivência e artefatos indígenas, ou do tombamento de terreiros e quilombos, ilustram a permanência, mesmo com toda a propaganda do Estado Novo, de preconceitos raciais e sociais em relação à herança indígena e africana e uma percepção de patrimônio europeizada. De acordo com Silva:

Tombar um terreiro nos fins da década de 1930 e na década de 1940 seria admitir que negros e pobres tivessem relevância na formação histórica nacional, considerar que o progresso das elites foi conquistado por meio do trabalho escravo e que o processo de catequização feito massivamente pela Igreja Católica não conseguiu sufocar práticas religiosas de outras crenças, que inclusive conviveram no mesmo espaço físico com o catolicismo, vide o fato do Candomblé da Barroquinha ter funcionado por muito tempo em terreno anexo ao da igreja tombada em 1941 (SILVA, 2017, p.74)

Além da análise quantitativa e qualitativa dos tombamentos realizados, outra ferramenta que elucida as características das políticas patrimoniais do período foram os temas abordados na Revista do Patrimônio entre 1938 e 1945. De acordo com André Silva (2019), os textos possuíam concordância com o discurso oficial do Estado Novo, pois demarcavam a escolha de representação do Brasil através da arquitetura religiosa, civil e militar. Para André Silva (2019) os textos apresentavam o valor histórico, o valor estético, o valor de herança e o valor educativo, moral e cívico dos bens, demarcando valores para uma nação que pretendia se consolidar através da sua história.

A Revista do Patrimônio, assim como outros instrumentos do Estado de propaganda e legitimação do poder, foi um veículo de divulgação do discurso nacionalista do Estado Novo.

Para Chuva a maioria dos estudos possuía caráter historiográfico, a partir de um aparato de fontes inéditas que autenticavam a originalidade dos trabalhos (CHUVA, 2009, p 250). Diversos bens tombados no período tiveram longos artigos explicando suas características históricas e estéticas, em uma re-afirmação da importância em se preservar o bem. Os textos produzidos sobre bens que não eram oriundos da capital federal (Rio de Janeiro), foram redigidos por colaboradores das superintendências estaduais do SPHAN, como Godofredo Filho e Carlos Ott na Bahia.

A política patrimonial da Era Vargas, através do tombamento emergencial de inúmeros bens entre 1938 e 1945 caracterizam a vontade dos intelectuais modernistas em salvar diversos exemplares da arquitetura colonial, em ações que não visavam a restauração imediata mas um freio em demolições. Tal ação também elegeu, de maneira rápida, o estilo colonial como aquele que melhor definia as características da nação, gerando movimentos como o Neocolonial e turístico nas cidades históricas.

## CONSIDERAÇÕES

As ações impetradas pelo SPHAN na Era Vargas por Rodrigo Mello Franco de Andrade foram definidas como “faz heróica” devido as ações contra arruinamento e demolições dos edifícios históricos. Tal política teve continuidades nos anos seguintes pois, até o fim da gestão de Andrade, em 1967, as ações do órgão ficaram caracterizadas pela salvaguarda apenas do patrimônio edificado. Houve ainda perpetuações de características do governo Vargas como a predominância de arquitetos no quadro funcional, o grande número de bens tangíveis tombados em detrimento dos registrados como patrimônio intangível, a continuidade da Revista do patrimônio, o conselho consultivo, etc. Salienta-se que a hegemonia do patrimônio edificado tem cedido lugar, de forma democrática, através de solicitações da sociedade civil, a categorias de patrimônio capazes de demonstrar a pluralidade do povo brasileiro. Entretanto, frisamos que a ação de salvaguarda do patrimônio material na Era Vargas foi um projeto vitorioso no período para a construção da nação que reverbera na atualidade, e nos permitiu a contemplação da história do país através das antigas construções.

## NOTA

1 Docente Departamento de Museologia (UFS). suracarmo@yahoo.com.br

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM/Garamond, 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica** de Mário de Andrade. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. In: **Mneme Revista de Humanidades**, V. 07, p. 404-435, 2005.

CRUZ, Cíntia; PIVA, Juliana Dal. Depois de 130 anos apreendidas, peças de religiões afro-brasileiras chegam ao Museu da República. **Jornal O Globo**, 21 set. de 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/depois-de-130-anos-apreendidas-pecas-de-religoes-afro-brasileiras-chegam-ao-museu-da-republica-1-24652424>. Acesso: 10 out. 2020.

GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, p.213-226, Brasília-DF, 2017.

IPHAN. **Lista de bens tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 16 agos. de 2020.

KELSCH, Leonardo Teixeira. **Turismo em Salvador na Era Vargas: a trajetória das políticas de inserção e promoção da atividade na cidade da Bahia entre os anos 1930 e 1945**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2018.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio cultural afrobrasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. (Dissertação de Mestrado). Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Iphan, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Ana Paula da. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no livro do tombo histórico**. Franca, 2017. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, 2017.

SILVA, André Fabrício. **Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(1937-1945)**. Dissertação (mestrado) MAST/UNIRIO - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, 2019.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional: das origens à era Vargas**. São Paulo: Unesp, 2012.

# ST 14

## HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, IMAGINÁRIO E NARRATIVAS EM DIÁLOGO

Profa. Ma. Naiara Ferras Bandeira Alves  
Prof. Dr. Carlos André Macedo Cavalcanti



# DAS ENCÍCLICAS AS NOTAS DE DEVOÇÃO: CULTURA POPULAR E HEGEMONIA CULTURAL NAS COLUNAS DO JORNAL “SANTUÁRIO D’ APPARECIDA”<sup>1</sup>

**Julio César Minga Tonetti<sup>2</sup>**

## INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio é recolher os frutos dinâmicos e audaciosos da Disciplina História e Cultura que foi proposta no segundo semestre de 2018 no Programa de Pós- Graduação em História da PUC/SP. O adjetivo que melhor ilustra esse desafio é justamente “audacioso”, pois, pensar a Cultura dentro dos inúmeros campos historiográficos só é possível quando nos dispomos audaciosamente discutir e problematizar a análise de autores diversos que trilham o campo da cultura e nos ajudam a indagar, levantar hipóteses e instigar um novo olhar sobre os nossos objetos de pesquisa.

Para Benjamim (1987) dentre as narrativas nenhum acontecimento grande ou pequeno pode ser considerado perdido para a história. Temos, portanto, um desafio: indagar essas narrativas como elementos que ajudem a perceber a problemática da cultura como um conceito que atravessa a memória e não pode ser apenas ligado a tradições ou ações folclóricas.

Partindo desse ponto de vista propomos uma análise de alguns fragmentos do jornal “Santuário d’ Aparecida” onde percebemos um hibridismo cultural promovido pela circularidade que atravessa as notas deste periódico, noticiando desde as cartas encíclicas papais com estreitas orientações dogmáticas até os pedidos e graças dos devotos noticiados como uma demonstração de fé popular que evocam uma outra tradição católica que foi construída em diversas conjunturas históricas do nosso país.

O Jornal “Santuário”, fonte que problematizamos, foi fundado pelos Missionários Redentoristas no ano de 1900, congregação responsável pelo Santuário Nacional de Aparecida e pelo editorial do jornal que existe até hoje, sendo o veículo de comunicação de imprensa católica mais antigo do Brasil.

Além das informações relacionadas ao âmbito religioso e de propagação do culto a Nossa Senhora Aparecida, o periódico que era publicado frequentemente também trazia informações acerca dos conflitos políticos internacionais, destacando aspectos econômicos e locais da região do Vale do Paraíba Paulista e informando os devotos das atividades a serem realizadas no santuário tanto no âmbito do cerimonial religioso, como nas promoções beneficentes de apoio as



obras dos missionário redentoristas nas regiões de Aparecida –SP, nesta linha o jornal priorizava destacar uma coluna de “Notas”, nas quais concentrava pedidos de graças, agradecimentos e pagamento de promessas enviados por devotos diversos imbricando uma prática de catolicismo devocional ao lado de colunas de exortações romanizadoras e institucionais orientadas pela Igreja.

Portanto, indagarmos a hegemonia cultural e a cultura considerada popular são enfoques centrais para levantarmos hipóteses e relacionarmos as ações destas “Notas” neste veículo da imprensa religiosa, que de certo modo transparecem interesses de manutenção de práticas do catolicismo devocional e suscitam orientações e normas institucionais que reorganizam as mesmas.

## **ENCÍCLICAS E EXORTAÇÕES: TENTATIVAS DE HEGEMONIA CULTURAL**

O lugar da cultura é o lugar do conflito, ou seja, através de inúmeras formas se busca justificar as diferenças pelo viés da cultura. Dentro do espaço religioso do catolicismo brasileiro esse conflito aparece nas aproximações e reafirmações de aspectos presentes na cultura não oficial da Igreja e conduzem a tentativas inúmeras de conciliação entre vários setores que apesar de professarem as mesmas crenças transitam com particularidades diferentes, uma dessas particularidades é justamente a tentativa de homogeneização dos ritos que é sempre reforçada pela instituição, aspecto este que iremos indagar neste capítulo.

Ao tratar dessa relação entre instituições e grupos, ou subalternos e submissos destacamos:

[...] que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (MARTIN-BARBERO, 1997, p.107)

Desta forma ao analisarmos as publicações feitas nas orientações e cartas oficiais e institucionais da Igreja neste jornal podemos destacar que o processo de normatização de cerimônias e ritos devem ser percebidos a partir de um olhar a contra pelo, ou seja, existem nestas iniciativas questões catequéticas que vinham sendo promovidas pela Igreja como uma maneira de “purificar os excessos do Catolicismo no Brasil”<sup>3</sup>, e também tentativas constantes de normatizar práticas culturais que foram propagadas no Brasil pela propagação de um catolicismo com pouca orientação eclesial, dado o número reduzido de clérigos que havia no país.

Podemos observar que a estrutura do jornal “Santuário D’Aparecida”, vai dar um destaque nas manchetes em relação as orientações e normas encíclicas retiradas das cartas papais que conduzem a uma reflexão dogmática e teológica de reafirmação catequética doutrinal, nas edições que priorizamos analisar por amostragem podemos perceber que essas colunas se encontram na primeira página do jornal, condicionando o leitor em um primeiro momento identificar a voz da instituição de forma unificada nas palavras transcritas das orientações papais. Um

dados interessantes é que as encíclicas papais são publicadas no jornal de forma íntegra e em colunas das primeiras e segundas páginas, com continuação nas edições posteriores ocupando os mesmos espaços acima mencionados.

A Carta Encíclica sobre o Casamento Cristão, escrita pelo Papa Pio XI, ganhará destaque em várias edições do jornal, sendo publicada com subtítulos que destacam a centralidade do casamento religioso como forma de instrução para a vida católica, lançando uma dura crítica a relativização do casamento, do divórcio e do seguimento as leis da Igreja. Impressões que podemos constatar no trecho abaixo:

[...] E, a fim de não se privarem de um auxílio prestado com tão larga benignidade por Deus, devem prestar a devida obediência não só às definições mais solenes da Igreja, mas também, guardadas as devidas proporções, às outras constituições e decretos por que certas opiniões são proscritas e condenadas por perversas ou perigosas (Cf. Conc. Vat., sess. III, cap. 4; Cod. Jur. Can., c. 1324). (SANTUÁRIO D'APPARECIDA, N°26, 05/05/1931, p.01)

A normatização que é enfocada na encíclica publicada não se refere apenas ao Matrimônio, essas orientações estão atreladas ao processo de centralização do catolicismo que vai ser empreendido no início do século XX no Brasil. Fica evidente que o espaço ocupado nas edições do jornal sempre nas primeiras páginas associa a uma fórmula catequética que sistematiza a doutrina da Igreja como necessária e a obediência a todas as suas constituições como um valor para a prática religiosa.

Uma outra nota selecionada para analisarmos dentro dessa conjuntura é uma publicação feita sobre um fato ocorrido na Procissão de Corpus Christi em São Paulo no ano de 1931. Sobre esse evento o jornal publicado no dia 20 de junho chama a atenção para o seguinte fato:

Um sr. Que parece ter recebido nas escolas leigas muita instrução, porém nenhuma educação, colocou-se na passagem da procissão de Corpus Christi, em São Paulo, no caminho da Procissão conservando o chapéu na cabeça. É natural que explodisse a indignação popular e que ele tivesse de fugir para não apanhar[...] No Rio de Janeiro, entre um milhão de pessoas que assistiram a Procissão de N. Senhora Aparecida, não se viu nenhum mal-educado que se conservasse de cabeça coberta. (“SANTUÁRIO D'APPARECIDA, N°32, 20/06/1931, p.02)

De maneira geral destacamos dois aspectos que são relatados na nota: a dimensão devocional e popular da procissão, caracterizada como rito do catolicismo luso-brasileiro<sup>4</sup> e a ação do homem em não retirar o chapéu, prática fortemente ligada as normatizações do catolicismo oficial. De maneira sutil a nota informa que houve uma “indignação popular” e que o sujeito teve que fugir para não apanhar das pessoas que participavam da procissão.

Ao fazermos uma leitura um pouco mais detalhada deste fato podemos questionar: De fato a nota buscava destacar o conflito apenas como uma falta de respeito com o evento religio-

so? Ou podemos entender que de alguma forma também aproveita para reforçar normatizações ligadas as práticas oficiais do catolicismo?

A despeito disso, Chartier (1995) afirma que:

Compreender a “cultura popular “ significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto. (p.184-185)

Seja através das práticas simbólicas de normatização ou das relações que qualificam ou desqualificam ações a tentativa da busca de uma homogeneização de padrões culturais sempre tende a ser uma prática institucional do catolicismo romanizado que vai ser difundido com muita eficiência pelo periódico que estamos analisando. No entanto não podemos pensar que as normatizações e regras demonstram uma superioridade cultural e sim uma pluralidade de culturas que extrapolam conceitos e atravessam espaços múltiplos através dos mecanismos da circularidade entre os sujeitos que compõem espaços e conjunturas históricas diversas.

De acordo com Martin-Barbero (1997) nem o conflito nem a repressão paralisam as trocas e os intercâmbios culturais, muito pelo contrário, por vezes inclusive o estimulam. Através do intercâmbio entre as “culturas” é necessário considerar que os caminhos dentro do espaço religioso da devoção possuem aspectos conciliadores que são tutelados por mecanismos múltiplos de normatização de conduta pela Igreja, e que extrapolam os limites impostos por esses mesmos mecanismos, fator este que vamos problematizar no capítulo seguinte.

## **PROMESSAS E DEVOTOS: O POPULAR ATRAVÉS DE NOTAS**

Um ponto importante quando analisamos o adjetivo “popular” como espaço de conflito no meio dos estudos de cultura é a posição como nos apropriamos do conceito. Simplesmente não podemos utilizar o termo popular com um sentido raso e objetivo aludindo ao mesmo um papel maniqueísta em relação a cultura considerada erudita. O termo popular precisa ser problematizado a partir do objeto de pesquisa, e das fontes usadas como indicio para o historiador.

No caso do jornal que utilizamos como fonte o termo cultura popular vai ser problematizado como eixo da denominação “devoção popular” que aparece no âmbito das pesquisas religiosas. O pesquisador Chartier (1995) ressalta que a definição de cultura popular pode ser resumida em dois grandes modelos de interpretação: o primeiro concebe a cultura popular como um sistema simbólico autônomo que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia a da cultura letrada, o segundo percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação a cultura dos dominantes.

Ao analisarmos essas duas perspectivas de definição da cultura popular no campo da imprensa religiosa, podemos entender que a visão transmitida pelo periódico é justamente de uma dependência da devoção popular em relação as ações institucionais da Igreja argumento que numa leitura a contrapelo pode ser desconstruído. No trecho abaixo, vamos encontrar uma publicação de agradecimento a Nossa Senhora Aparecida feita nas notas do periódico publicado no dia 06 de junho de 1931 com os seguintes dizeres:

Maria Conceição de Jesus estando passando mal com cólica uterina, seu pae pediu a Nossa Senhora que encontrasse um remédio que a curasse e foi prontamente atendido. Por promessa ela fez uma novena de terços a Nossa Senhora, durante o mês de Maria. Enviou 1\$ a Nossa Senhora e 4\$ para a publicação por duas vezes. (“SANTUÁRIO D’APPARECIDA, Nº.30,06/06/1931, p.03)

Essa nota de agradecimento se assemelha as demais notas publicadas na sequencia na mesma coluna do jornal, ou seja, podemos compreender que os elementos da devoção popular são destacados de maneira eficaz dentro do próprio texto: a promessa, a cura e o cumprimento da promessa de maneira particular e sem ligação com os ritos oficiais do catolicismo, fato que fica evidente quando a autora destaca a novena e os terços que promoveu durante o mês de maio como parte do agradecimento. As práticas de terços e novenas, bem como os exercícios de devoção durante o mês de maio demonstram como a devoção popular possui uma característica e independência própria perante a realidade do catolicismo oficial.

Uma outra nota que chama atenção no jornal, foi publicada na edição do dia 05 de junho de 1931 a mesma reproduz a posição do periódico em relação a uma “milagreira” popular que ganhava fama na região do município de Entre Rios – MG no início da década de 1930. A nota diz o seguinte:

As romarias a Coqueiros acabaram tão depressa como se formaram: a desilusão não tardou-se a espalhar-se a vista do que todos notavam. A Central que tinha restabelecido o segundo nocturno e estabelecido um especial suprimiu após uma semana o nocturno e o especial. Manoelina caiu gravemente doente e recusando todos os remédios mostrou mais uma vez que não é Deus que a inspirava. A providência divina livrou assim de uma vez o povo ingênuo da mistificação que era vítima. (SANTUÁRIO D’APPARECIDA, Nº26, 05/05/1931, p.03)

Elemento típico da devoção popular as romarias são práticas culturais comuns entre os grupos católicos. No caso da romaria a Coqueiros, região onde vivia a chamada “Santa Manoelina dos Coqueiros” podemos perceber que existe uma criticidade esclarecida em relação a prática, até mesmo estendendo críticas a empresa ferroviária Central do Brasil pelo aumento no número de trens para a região. De forma evidente a nota nos coloca indícios que uma grande

concentração de devotos buscava nesta “milagreira” elementos considerados místicos e que são condenados pelo autor da nota.

De acordo com Canclini (1998) o popular não é monopólio dos setores populares, dado que uma mesma pessoa pode estar inserida em diversos grupos e integrar-se de forma diversificada nas relações simbólicas estabelecidas entre eles. Deste modo a utilização apenas do nome “Manoelina” por esse periódico da imprensa religiosa, contrapõe as notícias que aparecem na imprensa laica<sup>5</sup> do período que vai se utilizar dos adjetivos como “santa” e “milagreira” para referirem-se a figura de Manoelina.

O fato de constar esta nota no jornal reafirma o aspecto que pontuamos anteriormente: existe uma independência por parte da devoção popular da dimensão institucional da Igreja, possibilitando um hibridismo conciliador ou conflituoso que metodologicamente é sempre um desafio a ser enfrentado. Sobre a leitura e interpretação dessas narrativas destaca Benjamin:

“Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação”. (1989, p.203)

Analisando com criticidade a diferença entre as notas relacionadas a devoção popular compreendemos que para cada situação a narrativa muda, ocasionando um padrão que foge da normatização das notas institucionais. Nas diversas conjunturas a mensagem é muito individual, mesmo sendo pautada em agradecimentos relacionados a saúde, sucesso em alguma necessidade ou problemas familiares. Nessas notas a narrativa se torna expressiva e deixa transparecer a relação entre o devoto e o santo.

Através da nota publicada que transcrevemos a seguir, podemos constituir uma narrativa que é característica da devoção popular:

Cecy Tereno Borges, tendo transferido suas duas filhas do Colégio de Diamantina para o de Montes Claros e achando-se em dificuldade de realizar a matrícula das meninas por falta de um documento que ficara em outro colégio, começou uma novena a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e no último dia da novena foi atendida recebendo telegrama das referidas meninas. Por promessa fez a publicação no Santuário. (“SANTUÁRIO D’APPARECIDA, N° 30,06/06/1931, p.03)

A partir desse relato factual podemos levantar a seguinte hipótese: além dos despojos atribuídos a instituição e ao editorial do jornal, sempre surgem novas perguntas, novos questionamentos sobre a relação que os leitores têm e a percepção que os mesmos possuem. Questionamentos que conduzem a uma narrativa individual que mesmo passando por uma imprensa institucional não perde as suas características.

Com o pressuposto de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar e a da cultura subalterna resistir, muitas investigações não parecem fazer outra

coisa que não seja pesquisar para além das formas como uma e outra cultura desempenham seus papéis neste libreto. (MARTIN-BARBERO,1997, p.106)

Consequentemente podemos concluir que a cultura popular vai muito além dos espaços que tendenciosamente acabamos articulando, como por exemplo o espaço da resistência a cultura hegemônica. Sem nenhuma dúvida é algo que remete a um passado ou memória significativa que ganham um significado tradicional, só que não estão presas a uma centralidade de tradição, pois, os significados mudam, as relações mudam e até mesmo as tradições são termos cheios de pluralidade e circularidade.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES**

Para Benjamin (1987) “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”(p.232)”. O campo da cultura não pode ser considerado o campo do passado, ele se atualiza através de uma circularidade que abrange as diversas conjunturas históricas, inclusive as religiosas.

Cada vez mais cabe aos historiadores redimensionarem os seus objetos possibilitando que novas perguntas possam ser feitas aos seus indícios, principalmente no campo da História Cultural. As hipóteses levantadas neste ensaio ajudam a amadurecer uma reflexão crítica sobre o papel da imprensa religiosa como um instrumento de catequese e doutrinação condicionada com assertividade ao público leitor do periódico. O que chama atenção nesta leitura é que no espaço oferecido ao público para publicações, na coluna de notas do jornal é perceptível que suas práticas de crença não estão baseadas em seguir ou reforçar as regras divulgadas pela instituição. No caso que analisamos por exemplo, não aparecem notas que descrevem: Por seguir tal prática orientada pela Igreja recebi determinada graça...

A relação entre as graças e promessas recebidas evidenciam que a devoção popular que se constitui está ligada a práticas de votos e promessas que partem de uma relação muito mais íntima com a santa do que uma relação que é intermediada entre a Igreja, o santo e o devoto. Não podemos reduzir essas práticas simplesmente a conceitos ligados a tradição ou a folclore, e sim a elementos do cotidiano que evocam uma outra percepção de construção religiosa que parte das necessidades diversas da vida humana e abrem espaço para uma discussão ampla sobre cultura.

Conforme Fenelon (1993) o campo social da cultura só pode ser pensado em vista da pluralidade que ele abarca, acarretando que não utilizemos o conceito no singular e sim no plural “Culturas”. Partindo desse pressuposto, consideremos que pensar a devoção e a doutrina nas páginas de um jornal religioso como o “Santuário D’Aparecida”, reforçam metodologicamente a necessidade de ultrapassar barreiras possibilitando problemáticas que indagam “agoras” atu-

alizando os espaços historiográficos que ocupamos e repensem “culturas”, levantando novas hipóteses em relação aos objetos de pesquisa.

## NOTAS

- 1 Artigo apresentado como comunicação do Simpósio Temático : História das Religiões, Imaginários e narrativas em diálogo no no XIX Encontro Estadual de História – ANPHU PB: História: Liberdades e Direitos realizado em novembro de 2020.
- 2 Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC – SP.
- 3 Cf. AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOO-NAERT, Eduardo et.al., coords. História Geral da Igreja no Brasil. São Paulo/Petrópolis, Vozes/Paulinas, 1983.
- 4 Cf. KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (orgs.), FESTA. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Hucítec, Edusp, 2001.
- 5 O jornal “A noite”, do Rio de Janeiro – RJ, publicou no dia 06 de maio de 1931 na edição de Nº 57 publicou um noticiário de várias páginas sobre “A Santa dos Coqueiros”, informando a visita de médicos para atestar os milagres da mesma. In: Jornal “A noite”. Rio de Janeiro, Ed. Nº 57 06-05-1931pg. 1-10. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> visitado em 03/12/2018.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. O narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. “ Encenação do Popular” em culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1998. págs. 205-254

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico”. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Nº 16, págs.179-192.

FENELON, Déa R. “ Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa”. In: Projeto História 10. São Paulo: EDUC, Dez/1993. Págs.73-90.

MARTIN- BARBERO, Jesus. “ Redescobrimo o povo: cultura como espaço de hegemonia”. In: Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Págs. 90-115.

## FONTES

JORNAL “SANTUÁRIO D’APPARECIDA”. Anuário 1929-1931. Aparecida: Centro de Documentação e Memória Pe. Antão Jorge. Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Números consultados: 30 – 34 do ano de 1931.

JORNAL “A NOITE”. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Edição Nº 57 de 06/06/1931. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> visitado em 03/12/2018.

# O EMISSÁRIO DO CORDÃO ENCARNADO: A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, POLÍTICA E RELIGIÃO NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA

Isabelle Saraiva Tavares<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre literatura, história, política e religião na obra de Ariano Suassuna ‘Romance da Pedra do Reino e o Príncipe Do Sangue do Vai-E-Volta’, mais especificamente no folheto LXXIX, O Emissário do Cordão Encarnado. A História foi publicada em 1971, mas o folheto analisado tem clara inspiração nos acontecimentos da década de 30, período em que aconteceu a Intentona Comunista e embora este fato não tenha sido abordado diretamente na obra, podemos ver sua influência nos diálogos existentes entre Adalberto Coura e Arésio Garcia-Barreto. Mais do que reflexões sobre a violência revolucionária, de maneira cômica, tais diálogos expõe os grupos que detêm o poder e mantêm a ordem, sendo estes o Exército e a Igreja. Em sua própria circularidade temporal e fictícia, a obra disserta aspectos da história contemporânea e os transforma através de um imbróglie em algo épico.

**Palavras-chave:** Ariano Suassuna; Pedra do Reino; Movimento Armorial; Pensamento Social Brasileiro.

## 1. INTRODUÇÃO: RELAÇÃO HISTÓRIA E LITERATURA

O presente texto busca analisar a relação entre literatura, história, política e religião na obra de Ariano Suassuna ‘Romance da Pedra do Reino e o Príncipe Do Sangue do Vai-E-Volta’, mais especificamente no folheto LXXIX, O Emissário do Cordão Encarnado. A História foi publicada em 1971, mas o folheto analisado tem clara inspiração nos acontecimentos da década de 30, período em que aconteceu a Intentona Comunista e embora este fato não tenha sido abordado diretamente na obra. Destacando os diálogos existentes entre Adalberto Coura e Arésio Garcia-Barreto, a partir dos seguintes pontos: o uso de um objeto de cunho literário como fonte histórica, apresentando um pequeno balanço sobre a relação História e Literatura; a contextualização do cenário pós 30 nas cidades, afim de problematizar o cotidiano, o meio social, econômico e político; e por fim, o estudo das personagens do livro, com o intuito de exemplificar como essa produção literária consegue captar vários aspectos da realidade social desse período que marcou a história da Paraíba e de Pernambuco.



Partindo dessa interação entre a História e a Literatura, refletimos que a História enquanto ciência passou por diversas concepções de fonte histórica nos últimos séculos, saindo de uma perspectiva positivista ligada ao conceito de que apenas documentos oficiais se caracterizavam como objeto de pesquisa, até a grande abertura proporcionada pelos *Annales* no século XX que ampliou o conceito de fonte e documento, instaurando uma nova forma de fazer e pensar História. Essa ampliação das fontes documentais possibilitou que a História estabelecesse uma interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a Literatura, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras.

Essa interdisciplinaridade foi construindo uma nova forma de análise, pois esse tipo de fonte propicia uma visão inovadora sobre os fatos, visto que ela se encontra permeada pelo imaginário popular e pela subjetividade de quem a escreveu, saindo da ideia da fonte como uma forma de reconstrução do passado e levando a observar os questionamentos e os pensamentos das personagens da época. Desta forma, Chartier (2002) atenta que ao trabalhar com uma fonte de cunho ficcional, o historiador deve buscar um estudo sobre o contexto histórico (social, político e econômico) no qual a obra é escrita, pois nenhuma produção é neutra (seja ela histórica ou literária) de forma que esta realidade exterior influi nas representações que a fonte possui.

Para isso, a hermenêutica fenomenológica de Ricoeur nos ajuda a compreender não só sertanejo a partir de sua própria construção de no mundo, mas também os diversos elementos constituintes de Ariano enquanto pessoa, que fundamentam as críticas ao Brasil, numa obra que atravessa diversas épocas, desde a Idade Média até chegar a Contemporaneidade, compondo o tempo cíclico na narrativa literária.

Ao longo da obra, são citados fatos históricos, sendo alguns dos mais relevantes para o País: o assassinato de João Pessoa, em 1930; a Revolução Comunista, 1935; a insurreição comandada por Carlos Prestes, em 1935; e, o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, em 1937. A menção a eles não é gratuita, visto que estão relacionados diretamente ao texto criado pelo narrador. Tal associação é feita tanto por Dinis quanto pelo Corregedor e pode ser percebida na coincidência das datas: em 1930, foi degolado Garcia-Barretto – pertencente ao partido contrário a João Pessoa; em 1935, ressurgiu Sinésio, acompanhado por homens reconhecidos como aliados a Prestes. (MARTINS, p. 65)

Ao estudar a história política no Brasil, podemos ver poucas mudanças nas concentrações de poder ao longo dos séculos. Isto também ocorreu no panorama das políticas paraibana e pernambucanas. Levando em consideração que a ampliação ao direito de voto só ocorreu depois de 1930, nota-se que poucas pessoas tinham o poder de eleger seus candidatos durante período republicano. Com estas eleições, surgem as oligarquias, que se estabeleceram através principalmente do voto de cabresto, por influência do coronelismo. Devido à influência destas oligarquias, cria-se uma tradição familiar destas pessoas em posições de poder que transpassa pelo tempo até chega à atualidade.

Uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder era a união entre os membros de famílias importantes da elite local. Os casamentos entre pessoas que pertenciam ao ramo familiar dos Souza Rangel, dos Chacon e dos Carneiro da Cunha, funcionaram como uma via de acesso para o fortalecimento político desses grupos (MARIANO, 2011, p. 13).

A partir de tais estratégias, nas vilas e cidades do interior, as famílias criaram uma “tradição de dignidade e prestígio”, apresentando seu poder político e econômico a partir de sua descendência na rede familiar. A permanência no poder e a participação dessas famílias na administração pública consolidaram os laços de parentesco e passaram a dominar o cenário político nas Câmaras. Os sobrenomes funcionavam como pré-requisitos políticos e como sinônimos de status social. A força do parentesco na política brasileira passou por transformações que evitaram seu declínio, garantindo sua sobrevivência o presente século.

Em virtude do que foi mencionado, observa-se a trajetória das elites e das redes familiares na política e administração da Paraíba, onde estes laços de parentesco continuaram a ser utilizados como referências de prestígio e poder na sociedade. Não há dúvidas da importância da atuação destes grupos no processo de autonomia dos estados, visto a partir da História da Paraíba e sua consolidação. Por tanto, é importante que aja um estudo aprofundado sobre tais circunstâncias, mas dentro da narrativa do Romance da Pedra do Reino, que vai além disso e tem uma ligação com Península Ibérica, os impérios e o messianismo, montando uma intrincada teia histórica, política, e religião dentro de uma obra fictícia. É dentro desta discussão que fiz um recorte, envolvendo os diálogos existentes entre Adalberto Coura e Arésio Garcia-Barreto, devido as reflexões que são feitas acerca das revoluções e do nacionalismo, na luta contra o domínio dos países desenvolvidos sobre os Latino-americanos.

Além disso, Paul Ricouer, em sua obra *Em Tempo e Narrativa*, disserta sobre escrita, leitura, interpretação e verdade. Essas reflexões destacam o entrecruzamento da história e da ficção, pois ambas partem do mesmo lugar, que é o ato de narrar, e como é visto na obra de Ariano, o tempo é reconfigurado em sua circularidade, mas sem ignorar o realismo (1997, p.317).

O mundo é um circo e o mundo de meu teatro procura se aproximar dele: um mundo de sol e de poeira, como o que conheci em minha infância, com atores representando gente comum e, às vezes, representando atores, com cangaceiros, santos, poderosos, assassinos, ladrões, prostitutas, juizes, avarentos, luxuriosos, medíocres – enfim, um mundo de que não estejam ausentes nem mesmo os seres de vida mais humilde, as pastagens, o gado, as pedras, todo este conjunto de que o sertão, como qualquer terra do mundo, está povoado. (MARTINS, apud SUASSUNA, 2000. In O PERCEVEJO, p. 110 e 111)

Realismo esse que tem como base o imaginário de Suassuna e sua vida, marcada principalmente pela morte de seu pai em 1930, João Suassuna, morto a tiros no Rio de Janeiro a mando de inimigos políticos<sup>2</sup>. Após o assassinato, a família de Ariano se desloca constantemente fugindo da perseguição política<sup>3</sup> e em 1933 mudaram-se para Taperoá, onde ficaram bastante

tempo na fazenda dos tios maternos, que foi vendida devido a dificuldades financeiras, Ariano sendo mandado para estudar em um colégio interno.

Além de estudar os clássicos da literatura (Euclides da Cunha, José Lins do Rego, etc) e da literatura de cordel, também estudou música erudita e pintura, publicando seu primeiro poema enquanto ainda estava no colegial, em 1945 no *Jornal do Comércio*. Enquanto cursava direito continuou a escrever seus poemas que tinham como marco a tradição popular nordestina, estabelecendo laços entre o erudito e o popular.

Ariano enquanto intelectual tradicional, torna-se o criador e defensor do movimento armorial, que foi uma iniciativa artística cujo objetivo seria criar uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular do Nordeste Brasileiro. Esse movimento abrangeu a literatura, música, dança, teatro, artes plásticas, arquitetura, o cinema e etc.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 – A Obra

O Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta, publicado em 1971, é o primeiro volume de uma trilogia, intitulada *A maravilhosa desventura de Quaderna*, que se passa e tem como temática o sertão entre Pernambuco e Paraíba. Um reflexo da literatura popular nordestina, a obra que levou mais de 10 anos para ser concluída, tem inspiração no movimento messiânico<sup>4</sup>, mais especificamente, no sebastianismo português<sup>5</sup>. Embora o livro seja baseado na vida de Ariano, embora não seja uma biografia, sua formação e cultura se refletem no modo como os folhetos<sup>6</sup> foram escritos e distribuídos, atuando como representante do Movimento Armorial.

“Eu, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna, sou o mesmo Dom Pedro IV, cognominado ‘O Decifrador’, Rei do Quinto Império e do Quinto Naípe, Profeta da Igreja Católico-Sertaneja e pretendente ao trono do Império do Brasil.” (SUASSUNA, 2002, p. 5).

Se apresentando no primeiro folheto, Pedro Dinis Ferreira-Quaderna é o protagonista da obra e todos os acontecimentos narrados têm ligação com ele. Busca-se procurar saber quem foi o culpado por matar Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto, padrinho de Quaderna, também conhecido como Rei Degolado, que cuidou dele após ficar órfão.

Logo após a morte misteriosa de Dom Pedro, seu filho bastardo, Sinésio some. Esse desaparecimento também possui caráter messiânico, uma vez que a figura de Sinésio, passa a ser representada pela chegada epopeica do rapaz do cavalo branco. Ele viera para instaurar o Reino.

A Pedra do Reino situa-se numa serra áspera e pedregosa do Sertão do Pajeú, fronteira da Paraíba com Pernambuco, serra que depois dos terríveis acontecimentos de 18 de maio de 1838, passou a ser conhecida como “Serra do Reino”. Dela descem águas que através dos rios Pajeú, Piancó e

Piranhas, são ligadas a três dos “sete Rios sagrados” e três dos sete Reinos do meu Império. Hoje, a Serra está menos áspera e impenetrável do que no tempo do meu bisavô Dom João Ferreira-Quaderna. Ainda assim permanece de acesso difícil e penoso. [...] O elemento mais importante, ali, [...] são as duas enormes pedras castanhas a que já me referi, meio cilíndricas, meio retangulares, altas, compridas, estreitas, paralelas e mais ou menos iguais, que, saindo da terra para o céu esbraseado, numa altura de mais de vinte metros, formam as torres do meu Castelo, da Catedral encantada que os Reis antepassados revelaram como pedras-angulares do nosso Império do Brasil. (SUASSUNA, 2002, p. 32)

Quaderna é bisneto de João Ferreira Quaderna, o Execrável, que se proclamou legítimo rei do Brasil e causou a morte de muitos fiéis. O derramamento de sangue causado pelos sacrifícios cobrados por João e sua seita de fanáticos religiosos em 1838, se deu aos pés de duas rochas compridas e separadas, conhecidas como Pedra Bonita, pois elas seriam desencantadas com o sangue humano, pois acreditava-se que elas eram torres da catedral de Dom Sebastião.

Por fim, o execrável também foi morto neste mesmo lugar. Influenciado pela ideia de pertencer a realeza, herdeiro legítimo do trono do sertão e do Brasil, Quaderna vai à Pedra do Reino, sonhando estabelecer um outro reino. Em 1938, Quaderna foi preso devido a uma carta anônima enviada ao Juiz Corregedor da capital, por supostamente estar envolvido com uma insurreição popular, principalmente devido ao delicado momento político que se vivia durante a década de 30, com revoltas como a Intentona Comunista.

## **2.2 – Política e Religião: FOLHETO LXXIX, O Emissário do Cordão Encarnado**

Logo no início do folheto LXXIX, O Emissário do Cordão Encarnado, no que se relaciona aos personagens que me propus analisar, sendo estes Arésio, filho do primeiro casamento de Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto, e Adalberto Coura. Sobre isso, Arésio pergunta:

— “Foi por acreditar nisso que você mandou me chamar?” — perguntou hora de vingar todos os escorraçados, fazendo justiça aos oprimidos!”

— “E quem foi que meteu na sua cabeça a ideia de que eu quero fazer justiça aos escorraçados?” — perguntou Arésio, sem esconder um certo desprezo.

— “Ninguém meteu isso na minha cabeça, fui eu mesmo que me convenci!” — falou Adalberto. — “Você pensa que me engana, Arésio? Eu sei que você é solidário com os escorraçados porque você mesmo é um escorraçado; tenho certeza de que é como escorraçado que você se sente, porque eu mesmo sou um escorraçado e sei reconhecer meus iguais! Não é vergonha ser um escorraçado, vergonha é a dos que nos escorraçaram! Vergonha nossa seria deixar que a humilhação nos corrompesse! O que é necessário é lutar, colocando nossa humilhação, nosso ressentimento, a serviço da Verdade e da Justiça!” (SUASSUNA, 2002, p.567)

Coura sugeriu matar o Juiz, o Prefeito e o Padre, pois acredita que muitas vezes, para que a justiça seja feita, é necessária a violência revolucionária, beirando a crueldade, o que deixa

Arésio perplexo. O ataque ao Bispo criaria um ambiente de ódios e ressentimentos, que favoreceriam a insurreição, insurreição essa inspirada na revolução russa.

— “O que virá depois” — disse Adalberto quase delirando — “será o banho de sangue purificador, e a instauração do sol da Justiça para todos!” Ergueu-se da cama onde se mantivera meio deitado até aí e acrescentou: “No nosso caso particular, o que virá é mais do que isso ainda, porque só depois desse banho de sangue é que começaremos, mesmo, a ser uma Nação! Uma Nação unificada e forte, capaz de enfrentar e derrotar a Besta Loura<sup>7</sup> que vive sugando o nosso sangue!” (SUASSUNA, 2002, p. 568)

Nesse meio tempo, Quaderna se insere no diálogo de Arésio e Adalberto, afirmando “antes de ser uma Nação, o Brasil foi um sonho na cabeça de uma porção de gente. Assim, deixem-me sonhar, desde agora, com uma das maiores Nações do Mundo”<sup>8</sup>. O nacionalismo junto ao messianismo presente na Pedra do Reino explícita o sonho da volta do príncipe e a conquista do seu reino. Sobre isso, Adalberto comenta:

Ora, acontece que, entre nós, os Conquistadores ibéricos dominaram os Povos negros e vermelhos, e foi sobre o extermínio ou sobre a escravatura que se fundaram esses arremedos de Nações que somos nós. Veja como o problema é grave: separadamente, nenhum de nós é ainda um País, e só unidos é que seremos, no Mundo, a Nação que temos o direito de ser. Mas vamos adiante: dentro de cada um dos nossos arremedos de Nação, qualquer que seja a cor de um Brasileiro ou Mexicano pobre, ele é um Negro, submetido e escravizado. Por mais estranho que lhe pareça, nosso destino peculiar de herdeiros dos Ibéricos só poderá se realizar na medida em que caminharmos na direção do Povo, isto é, dos Negros! Sim, porque os descendentes dos Conquistadores ibéricos que não fizerem isso, terminarão traíndo. Subornados pela riqueza e pela tentação vulgar do conforto, fazem o jogo da Besta Loura e escravizam o Povo, vendendo a Nação em troca de uma pequena participação nos despojos, participação humilhanamente consentida por seus patrões da Besta Loura! O Brasil só será uma Nação quando reparar essa injustiça, acabando essa dualidade. Só assim, Arésio: acabando, pelo banho de sangue da pureza revolucionária, essa separação entre Brancos-ricos e Negros-pobres, e tornando-nos, todos nós, orgulhosamente Negros, Vermelhos e Brasileiros!”<sup>9</sup>

Arésio descobre que foi uma das pessoas que levou Adalberto a se tornar um revolucionário, mas se mostra desiludido quando aos devaneios quase juvenis de Adalberto Coura, uma vez que já se viu no mesmo local, muitos anos antes, mas não acha que esses esforços possam dar em algo frutífero.

Em desses diálogos políticos com Adalberto Coura, numa crítica a esquerda, Arésio fala: “Seus amigos são incapazes de ver que o Exército e a Igreja são, na América Latina, os únicos Partidos organizados, disciplinados e verdadeiramente existentes”<sup>10</sup>. Sendo assim, a união da América Latina tem que se fazer através dos nossos Exércitos, é necessário forjar um pensamento novo, uma nova Teoria do Poder, original, resultante das qualidades e defeitos, das peculiaridades e singularidades, sem necessariamente ter vindo de algum país exterior, mas algo adaptado a realidade brasileira. Sobre os governos, Arésio comenta:

Por enquanto, só existem dois tipos de Governo: o dos opressores do Povo e o dos exploradores do Povo. O primeiro, é o dos Tiranos, o segundo, é o dos Comerciantes. No primeiro tipo, o Povo é submetido e esmagado em nome da grandeza, no segundo é explorado em nome da Liberdade.<sup>11</sup>

Segundo Adalberto, a diferença para o povo oprimido, nesses dois governos, seria que o que os que oprimem em nome da justiça esperam instaurar a felicidade para todos. Arésio discorda, diz que esse é um ideal mesquinho, individual, e um sonho quando passa para o coletivo. Coura diz que para quebrar com isso, é necessário que as pessoas reajam e lutem, pois existem os que oprimem de início, sonhando com uma justiça mais alta, com uma sociedade nova.

Este livro está dividido em três partes. Das duas primeiras — ou seja, das partes sobre a Vida e sobre a Verdade — decorre a última, a parte sobre o Estado, a mais importante de todas, principalmente por anunciar a realização, no mundo, do verdadeiro Estado, num futuro de cuja chegada as atuais experiências e êxitos do Socialismo são os primeiros arautos. E embora os pensamentos nele contidos não expressem com fidelidade o alto esforço mental que exigiram do autor, o leitor perceberá que eles encerram a mais elevada Filosofia.” Quando Adalberto Coura leu isso para nós, Arésio não pôde deixar de sorrir.<sup>12</sup>

D/epois de toda a discussão, Arésio volta a falar que tudo não passa de um sonho, que a época não permitia mais que eles fossem possíveis. Adalberto confessa que tem esperanças que Quaderna ainda faça algo pela revolução. Além disso, pede para que Arésio leia um livro que ele escreveu, chamado “Coleção Livros Eternos — 1º Volume”.

— “A religião é nossa adversária, é o ópio do Povo e eu não quero aliança com padre de qualidade nenhuma!” — disse Adalberto um tanto infantilmente, a se levar em conta a advertência sobre os esquemas que Arésio acabara de fazer.

Após terem se acertado, uma vez que Arésio não participaria da revolução proposta por Coura, ele assume que o soco que deu no bispo não tinha nada de revolucionário, mas sim que foi algo irracional. Arésio ainda aconselha que Coura faça uma aliança com o Padre Daniel, que é quase da idade dele e, sendo um dos seus iguais, compartilhando os mesmos ideais de justiça, mas Coura se nega.

Um é revoltado e o outro é revolucionário e apesar da oposição de ideias entre os dois, há um desejo de na defender os valores brasileiros. O pensamento armorial mostra a simplicidade rural como característica do verdadeiro Brasil. Esses símbolos e significados foram construídos historicamente, de forma que a visão armorial os põe num patamar de originalidade, numa realidade embriagada. É interessante notar que apesar de A Pedra do Reino ter sido escrita na década de 70, as críticas feitas por Ariano Suassuna são bastante atuais, resistentes a passagem do tempo, uma vez que refletiram e refletem a realidade brasileira.

### 3. CONCLUSÃO

As narrativas dos folhetos nordestinos que inspiram A Pedra do Reino de Ariano Suassuna, tem como base a história, história essa associada a memórias de vida, de outras peças de teatro e romances populares, ganhando novas feições, sentidos e identidades, projetando tanto o passado quando o futuro, e é disso que falo quando digo que sua escrita reflete a contemporaneidade.

De acordo com Foucault (1999, p. 26), enquanto alguns enunciados são apagados, interditos, esquecidos, outros permanecem e se conservam indefinidamente, por serem incessantemente retomados, reatualizados (textos religiosos, jurídicos, científicos e literários). No presente estudo, se tratam dos discursos políticos, jurídicos e religiosos, onde na narrativa arianesca, representa a sociedade brasileira (já laica), quase como uma Teocracia<sup>13</sup> (o que na realidade não deixa de ser verdade totalmente), uma vez que até hoje boa parte do poder de administração da nossa nação enquanto estado é baseado em preceitos cristãos.

Os discursos jurídico, religiosos e políticos são chamados de “fundadores”, pois “para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1999, p. 22), e que assim, realizam uma função de dar credibilidade aos discursos que circulam em uma sociedade. Ele estabelece as condições de formação de outros discursos, sendo fundamental no processo de construção identitária de uma cultura (estereótipo do nordestino), de uma etnia, de uma nacionalidade, criando uma ilusão de verdade, constituindo a memória social.

### NOTAS

1 Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba, bolsista CAPES e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores - Campus Cajazeiras/PB.

2 CÉSAR, Constança Marcondes (2015) – Ariano Suassuna: o romance d’A Pedra do Reino. Erâncias do imaginário. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 147-160

3 Serioja R. C. Mariano (2011) explica muito bem essa problemática em seu texto Culturas Políticas, Administração e Redes Familiares na Paraíba (1825-1840), onde discorre sobre os arranjos e negociações entre as elites, nos espaços institucionais e em como as instituições serviam para a promoção destas elites, alimentar e dando movimento às conexões no jogo político e às relações do poder local com o poder central. Para entender compreender esta cultura, temos que investigar as redes familiares e as alianças que elas formaram, que inicialmente se articulavam através dos laços matrimoniais, então formando negócios. Durante o século XVIII, no Sertão, a distância em relação as metrópoles permitiu que estas famílias possuíssem mais autonomia e garantissem o monopólio político local. Inciavam com uma atividade específica, mas logo diversificavam seus empreendimentos econômicos. Estas famílias eram chefiadas por homens donos de engenhos e grandes proprietários de terra, sendo que no sertão a principal ocupação era a criação de gado e a produção algodoeira.

4 A crença na vinda de um Messias, enviado por Deus, que salvaria a humanidade.

5 Movimento que ocorreu em Portugal durante o século XVI, após o desaparecimento do Rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, pelo fato de seu corpo não ter sido encontrado, desenvolvendo a crença de que um dia ele voltaria e resolveria todos os problemas que aconteceram em Portugal após

sua partida.

- 6 Como o cordel também é conhecido.
- 7 Países desenvolvidos que exploram as nações sul-americanas.
- 8 SUASSUNA, 2002, p. 569.
- 9 IDEM, p. 572
- 10 IDEM, p. 577
- 11 IDEM, p. 576
- 12 IDEM, p. 581.
- 13 Sistema de governo em que o poder político se encontra fundamentado no poder religioso.

## REFERÊNCIAS

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. In: O PERCEVEJO. Número 8, 2000. p. 65 a 73.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução Mara Manuela Galhardo. [S.l.]: DIFEL, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999

MARIANO, Serioja R. C. **CULTURAS POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO E REDES FAMILIARES NA PARAÍBA (1825-1840)**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12432/7194/>>. Acesso em 10 de nov. 2017.

MARTINS, Cláudia Mentz. **A HISTÓRIA, O TEMPO E A MEMÓRIA EM A PEDRA DO REINO, DE ARIANO SUASSUNA**. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/viewFile/5105/4201/>>. Acesso em 05 de nov. 2019.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo II. Trad. Marina Appenzeller: Campinas: Papirus, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai e Volta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002



# O VATICANO DO DESERTO: A CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS NA CATEDRAL BASÍLICA DO PALMAR DE TROYA (1978-2018)

Pedro Luiz Câmara Dantas<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A Igreja Cristã Palmariana dos Carmelitas da Santa Face é uma dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana surgida no povoado espanhol de El Palmar de Troya, localizado no interior da Província de Sevilha. Sua história começou com as aparições de Nossa Senhora do Carmo, acontecidas e registradas pela primeira vez a 30 de março de 1968. As primeiras videntes da Santa foram quatro meninas oriundas do próprio povoado, que logo perderam o protagonismo e saíram de cena graças às manifestações de novos videntes, particularmente daquele que seria o fundador da Igreja Palmariana: Clemente Domínguez y Gómez (1946-2005).

Sua chegada ao terreno onde aconteciam as aparições, denominado até então de Fazenda La Alcaparrosa, provocou uma revolução no destino do grupo religioso que ali se reunia. Com a constante repetição do fenômeno, os devotos e demais frequentadores do grande terreno, passaram a chamá-lo de Lugar das Aparições, e foi lá onde Clemente Domínguez iniciou sua carreira como vidente. Em 23 de dezembro de 1975, tendo conquistado um grande número de seguidores e estando em posse do referido campo aonde acontecia o fenômeno, Clemente afirmou ter recebido de Jesus Cristo e da Virgem Maria, a missão de fundar uma nova Ordem religiosa: os Carmelitas da Santa Face.

Com o crescimento do número de seguidores e simpatizantes dessa congregação, que doaram grandes quantias de dinheiro a Clemente e aos seus colaboradores mais próximos, a nova Ordem passou a estender seus tentáculos para outras localidades fora da Espanha. Em janeiro de 1976, Clemente e mais quatro frades Carmelitas da Santa Face foram ordenados padres e sagrados bispos pela imposição das mãos do arcebispo vietnamita Pierre Martin Ngô Dinh Thục, que estava em visita a El Palmar de Troya. Todas as celebrações foram realizadas segundo o Rito Tridentino, oficiado em latim. O movimento religioso palmariano sempre teve um forte apelo ao Tradicionalismo Católico, aceitando apenas o uso das liturgias de origem anterior às que foram elaboradas pelo catolicismo no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Durante os anos iniciais de sua existência, as celebrações eucarísticas efetuadas pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face continuaram seguindo o Rito Tridentino. Porém, indo na contramão do pensamento tradicionalista, profundamente contrário a alterações e inovações, a Igreja Palmariana, já em 1983, aboliu este ritual e criou o seu próprio. Isso a afastou de sua ori-

gem tradicionalista, mas manteve, com sua nova missa, uma estética similar à do Rito Romano e demais liturgias católicas anteriores ao Concílio Vaticano II.

Ainda em 1976, no mês de maio, o então Bispo Clemente sofreu um grave acidente de carro, que o fez perder seus dois olhos. A partir desse acontecimento, estando completamente cego, Clemente Domínguez permaneceu como líder da Ordem religiosa que havia fundado, celebrando os ritos e afirmando que continuava a receber mensagens dos céus através de visões. Ele foi apelidado de “vidente cego”. Os palmarianos, enquanto Ordem dos Carmelitas da Santa Face até 1978, defenderam a legitimidade do Papa Paulo VI como Supremo Pastor da Igreja Católica, crendo que ele efetivou as reformas litúrgicas e doutrinárias do Vaticano II porque estava completamente drogado, em constante estado de demência, e não tinha ciência do que estava fazendo.

No entanto, em 6 de agosto daquele ano, ao tomar conhecimento da morte de Paulo VI enquanto se encontrava em viagem à Colômbia, Clemente teve um repentino êxtase diante dos bispos e religiosos que o auxiliavam. Segundo ele, Jesus Cristo havia lhe entregado o papado católico, transferindo a sede da Igreja de Roma para o povoado de El Palmar de Troya. Clemente agora era o Papa Gregório XVII da Igreja Católica Apostólica Palmariana, não mais Romana. Em 15 de agosto de 1978, o novo e autoproclamado Papa do Palmar de Troya foi coroado em Sevilha, recebendo as insígnias papais (tiara, anel e fêrula) das mãos de seus bispos. A Figura 1 apresenta o referido líder religioso da Igreja Palmariana:

**Figura 1 – O Papa Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) durante cerimônia de beija-mão na Basílica do Palmar de Troya (1990).**



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).<sup>2</sup>

A descrição anterior fez uma breve síntese sobre a fundação da Igreja Palmariana. A partir de seu estabelecimento formal, ainda em 1978, essa nova instituição religiosa, sob a liderança do Papa Gregório XVII, começou a elaborar e a publicar uma série de textos doutrinários que normatizaram suas crenças e o seu afastamento em relação ao Catolicismo Romano. Além disso, a Ordem dos Carmelitas da Santa Face já havia fixado sua sede administrativa na Cidade de Sevilha e sua sede religiosa em El Palmar de Troya, no terreno onde ocorreram as aparições que deram origem à congregação.

## **A CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO DO TEMPLO A PARTIR DA ORIGEM MÍTICA DA RELIGIÃO PALMARIANA**

O surgimento do movimento religioso liderado por Clemente Domínguez y Gómez se deu com base nas aparições acontecidas no Palmar a partir do dia 30 de março de 1968. Quando ocorreu a concretização do cisma que criou a Igreja Cristã Palmariana em 6 de agosto de 1978, o santuário mariano que estava sendo edificado no terreno do Lugar das Aparições converteu-se em sua sede física. De acordo com as crenças palmarianas, aquele era o lugar da nova Santa

Sé Apostólica, transferida misticamente da cidade de Roma para o povoado sevilhano de El Palmar de Troya.

Desde 1972, o grupo liderado por Clemente havia comprado o terreno onde ocorriam as aparições, dando o “pontapé inicial” para a institucionalização do seu movimento religioso. O ato da compra também possibilitou o início da construção do templo sede de sua Igreja Palmariana, pois logo após adquirir o terreno, construiu-se rapidamente um muro de cinco metros (5m) para cercar e proteger o Lugar do Lentisco e a primeira estrutura do edifício. Lá, onde já existia um altar dedicado à Santa Face de Jesus e à Virgem do Palmar, ergueu-se uma tenda de lonas e telhas de plástico que serviu de cobertura para as imagens sagradas e para abrigar os clérigos, religiosos e peregrinos durante as cerimônias. A Figura 2 mostra um grupo de palmarianos reunidos sob a estrutura de plástico que precedeu à basílica:

**Figura 2 - Fiéis da Ordem dos Carmelitas da Santa Face reunidos junto ao altar do Lugar das Aparições, sob a grande estrutura que o cobria (1977).**



Fonte: Acervo de Xavier Peral (ex-bispo palmariano).<sup>3</sup>

A existência desse proto-santuário partiu de uma instrução divina que teria sido dada por Jesus ao vidente Clemente em uma das aparições no ano de 1975. Foi a partir desta instrução celestial que começaram as arrecadações financeiras para que se pudesse construir uma catedral no meio do desértico campo de La Alcaparrosa. Na perspectiva religiosa palmariana, ali se ergueria a sede do autêntico papado católico sob as bênçãos de Cristo e de Maria. A partir daí começaram a se multiplicar as arrecadações de dinheiro que dariam suporte aos empreendimentos da Ordem Palmariana e ajudariam a organizá-la com sede fixa. No Palmar de Troya, sua sede apostólica e conventual seria o Santuário de Nossa Mãe do Palmar Coroada, denominado

depois de Basílica Catedralícia. Em Sevilha, um grande imóvel foi comprado para ser a Casa Generalícia dos Carmelitas da Santa Face.

Dessa maneira, já como ordem religiosa organizada e patrocinada financeiramente por seus adeptos e simpatizantes, o movimento palmariano caminhava rumo aos seus interesses. A construção da basílica passava a ser uma realidade plausível de ser concretizada, e a nova Igreja poderia ter seu Vaticano no meio do deserto andaluz. Clemente e Manuel Alonso, co-fundador da Ordem, não desejaram construir uma capela ou uma pequena igreja paroquial para sediar sua religião, mas de fato um imenso templo, equivalente à Basílica de São Pedro. Além disso, os palmarianos queriam uma catedral construída de acordo com modelos históricos, mas usando materiais modernos. Embora o Papa Clemente rejeitasse essa proposta de desenvolver uma arquitetura moderna, seu Secretário de Estado e futuro sucessor deu o aval para sua realização. Assim, a Basílica foi criada até o final da década de 1990 mesclando estilos ortodoxos, bizantinos e a arquitetura regional andaluza do século XVI. A Figura 3 apresenta o aspecto do prédio da basílica em 1981:

**Figura 3 – Ônibus que transportava peregrinos palmarianos estacionado junto à parte traseira da Basílica do Palmar de Troya (1981).**



Fonte: Acervo de Xavier Perals (ex-bispo palmariano).<sup>4</sup>

Essa fotografia, como registro do aspecto do templo sede da Igreja do Palmar de Troya em 1981, exprime uma série de fatores. O primeiro deles é o da questão do fluxo de peregrinos em direção ao santuário da Virgem do Palmar, ou seja, a Basílica Catedralícia. Segundo relatos do escritor Moisés Garrido Vázquez, autor do livro *El Negocio de la Virgen*, El Palmar de Troya deixou sua condição de pacata aldeia andaluza com o início do movimento religioso de Clemente Domínguez. Assim, o pequeno povoado acolhia cerca de 4.000 (quatro mil) pessoas vindas da Espanha e de outros países em dias de grandes peregrinações (GARRIDO VÁZQUEZ, 2004), porém esse fluxo foi reduzido a centenas de fiéis com o passar dos anos. Na Figura 3

também é possível observar o estado do terreno do templo, inclusive com a presença de montes de areia junto às paredes, que ainda apresentavam a cor do cimento aplicado sobre os tijolos.

Tendo em mente que “os historiadores devem ir além da mera descrição de um fato e de suas circunstâncias” (GINZBURG, 2004, p.51), se pode observar as intenções ocultas existentes no desenho da planta, bem como na totalidade do estilo da Catedral Basílica do Palmar de Troya. Primeiro, percebe-se uma visível forma de discurso colocada em prática por meio das dimensões do próprio edifício, que está realizado sobre uma área de 3.200m<sup>2</sup> com doze torres de aproximadamente 40m de altura. No subsolo da basílica existe uma grande cripta de quase 700m<sup>2</sup>, onde estão sepultados muitos religiosos da Ordem dos Carmelitas da Santa Face (padres e freiras), além de vários fiéis falecidos. Por uma das torres laterais do templo é possível ter acesso a este espaço funerário, e também através de sua nave. A Figura 4 apresenta o aspecto atual da Catedral-Basílica:

**Figura 4 – A Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada, sede mundial da Igreja Palmariana (foto de 2018).**



Fonte: Site oficial da Ordem dos Carmelitas da Santa Face.<sup>5</sup>

A Figura 4 apresenta o resultado final da construção do templo, que foi realizado a partir das generosas contribuições financeiras dos seguidores da Igreja Palmariana. Algumas características do projeto original foram modificadas, mas não provocaram grandes alterações no desenho inicialmente pensado. Eis a dimensão física do espaço sagrado da Igreja Cristã Palmariana dos Carmelitas da Santa Face, que em 2018 celebrou os 50 anos da primeira aparição da Virgem em El Palmar de Troya. Dentro da Basílica, as práticas ritualísticas elaboradas pelo Papa Gregório e seu colégio episcopal já estavam acontecendo desde que tudo não passava de uma capela coberta de lona na década de 1970.

Dentro do templo, já com todos os elementos ritualísticos necessários para a realização dos mais variados tipos de atos religiosos, o Papa Clemente, os bispos e demais sacerdotes, passaram a celebrar a liturgia da nova Igreja em seus muitos altares. O ritual tridentino dos

velhos tempos, ou seja, de quando a Ordem dos Carmelitas da Santa Face estava em comunhão simbólica com a Igreja Católica Apostólica Romana, foi dispensado. Surgiu o Rito Palmariano, no qual toda a celebração se centra na consagração e na comunhão sacrificial. No altar-mor da Basílica Catedralícia, que está exatamente abaixo da cúpula principal, acontecem os rituais mais solenes da instituição. Este altar também está carregado de um forte simbolismo que remete à fundação mítica da religião, pois foi erguido sobre o exato lugar do antigo lentisco onde, segundo a tradição, a Virgem do Palmar apareceu.

No altar-mor da Basílica Catedralícia, a dimensão física da espacialidade sagrada edificada pela Igreja Palmariana se faz visível através de duas representações iconográficas. A primeira delas é o quadro da Santa Face de Jesus, o mesmo que foi venerado no primitivo altar do lentisco, no Lugar das Aparições. A segunda representação é a imagem de Nossa Mãe do Palmar Coroada, santa padroeira da Igreja Palmariana, que ocupa lugar central no retábulo dentro de um nicho devidamente apropriado para recebê-la. A estátua da Virgem do Palmar de Troya, segundo a documentação produzida pela Igreja, é a mesma imagem de Nossa Senhora do Carmo que se venerou no primeiro altar do Lugar do Lentisco. A partir de 01 de janeiro de 1977, ela foi vestida e coroada de acordo com um estilo artístico muito comum na Espanha, particularmente na Região da Andaluzia, sendo revestida com mantos e adornos de cores que variam de acordo com as solenidades do calendário litúrgico da Igreja. A Figura 5 apresenta o altar principal da Basílica em detalhe:

**Figura 5 – Detalhe do altar-mor da Basílica Palmariana com destaque à imagem da Virgem do Palmar Coroada (1990).**



Fonte: Acervo de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).6

No que se refere ao altar-mor, sob a estátua vestida de Maria e o quadro da Santa Face, está a imagem do Cristo Crucificado entre a Virgem Dolorosa e São João Evangelista. Tradicionalmente, este conjunto de figuras recebe o nome de *Calvário*, pois representa a cena da crucificação de Jesus descrita nas escrituras. João, o evangelista, tem um importante papel dentro da doutrina palmariana porque é considerado o primeiro sacerdote ministerial da Igreja Cristã primitiva. Todos os altares palmarianos seguem o mesmo modelo de organização, dando grande destaque à figura de Maria, que sempre está conectada ao quadro da Santa Face. O *Missal Palmariano* de 1983 estabeleceu, em suas rubricas gerais, todas as normas referentes à maneira de organizar um altar e quais imagens sacras devem estar presentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente que não se pode tomar o espaço como fator pré-existente ou homogêneo, particularmente em uma análise histórica, observou-se que o espaço sagrado presente nas narrativas religiosas da Igreja Palmariana, foi produto de outras espacialidades bastante complexas. Nelas, o pensamento originário do Catolicismo Romano tradicionalista se transformou numa das bases para sua doutrina, que depois adicionou as mensagens das aparições e as devoções marianas da Andaluzia como novos alicerces.

A concepção de espaço como totalidade e fragmento, num mundo sob forma de mensagem transcendente da realidade, foi atrelada à concepção de sagrado presente nos textos produzidos pela Igreja Palmariana. Ao edificar sua sede mundial, especialmente para torná-la um lugar de culto primordial, essa religião aglutinou todos os fragmentos das espacialidades religiosas que a inspiraram, definindo a Basílica Catedralícia como extensão física do seu espaço sagrado.

## NOTAS

- 1 Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN – Brasil). E-mail: pluizcd@gmail.com
- 2 Figura 1 – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.
- 3 Figura 2 - Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Perals.
- 4 Figura 3 - Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Perals.
- 5 Figura 4 - Disponível em: <<https://www.iglesiapalmariana.org/wp-content/uploads/2018/07/Catedral-DSC00330-413kb-1024x626-1.jpg>> Acesso em: 18 dez. 2019.
- 6 Figura 5 - Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

## ICONOGRAFIA

**Figura 1:** Papa Gregório XVII em 1990 – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.



**Figura 2:** Fiéis reunidos sob a cobertura de lona (1977) – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Perals.

**Figura 3:** Ônibus que transportava os fiéis estacionado perto da basílica (1981) – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Xavier Perals.

**Figura 4:** Aspecto atual da Basílica Catedralícia do Palmar de Troya – Disponível em: <<https://www.iglesiapalmariana.org/wp-content/uploads/2018/07/Catedral-DSC00330-413kb-1024x626-1.jpg>> Acesso em: 18 dez. 2019.

**Figura 5:** Detalhe do altar-mor da basílica – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

## REFERÊNCIAS

BURÓN, Joaquín G.; ALONSO, António M. **El Enigma del Palmar de Troya**. Barcelona: Editorial Personas, 1976, 215p.

**CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR**. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2003, 149p.

DANTAS, Pedro Luiz Câmara. “**Mostrai-nos vossa santa face e seremos salvos**”: cultura política e construção dos espaços na Igreja Palmariana (1978-2005). 2020. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

**EL TRATADO DE LA MISA A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA**. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 248p.

**EXTRACTO ACTUALIZADO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS DE SU SANTIDAD EL PAPA GREGORIO XVII A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA**. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 360p.

GAMA, Victor Almeida. O leão e o sigma: a crítica de Plínio Corrêa de Oliveira ao movimento integralista. Niterói. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e parcerias**. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: [http://encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529802144\\_ARQUIVO\\_integralismo.pdf](http://encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529802144_ARQUIVO_integralismo.pdf). Acesso em: 29 jun. 2020.

GARRIDO VÁZQUEZ, Moisés. **El negocio de la Virgen**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2004.

GINZURB, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PALMARIANO, S. S. D. **Historia Sagrada o Santa Biblia Palmariana de Grado Superior Según el Magisterio Infallible de la Santa Iglesia** – Quinto Tomo: Parte 17 – Resumen Histórico de todos los Papas apacentadores de la Santa Iglesia fundada por Nuestro Señor Jesucristo. Sevilla: [s.n.], 2001. 1156 p.

\_\_\_\_\_. **Misal Palmariano**. Sevilla: [s. n.], 1983, 35 p.

# **“QUEM DÁ AO POBRE EMPRESTA A DEUS”: A REALIDADE DA PARÓQUIA DE SÃO JOÃO BATISTA DA LAGOA COMO ESTUDO DE CASO DO ATIVISMO SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL NO DECURSO DA PRIMEIRA REPÚBLICA ( 1912-1925)**

**Flávio Augusto Galvão de Medeiros<sup>1</sup>**

A Proclamação da República no Brasil, ocorrida em 1889, realizou dentre muitas outras mudanças de cunho político-administrativo, a laicização do Estado. Já em 1891, a primeira Constituição republicana, estabeleceu como pilar da nova formatação política, a laicidade, assim desfazendo um vínculo secular que unia política e religião no país. Desde os tempos coloniais, figurava a Igreja Católica Romana como instituição religiosa oficial, esta fé confessavam os reis de Portugal e, seus princípios foram alargados aos domínios coloniais do Império Lusitano. A moral do catolicismo e a apologia de seus dogmas foram introduzidas no ideário colonizador, sendo a cristianização dos povos colonizados questão de primeira ordem e de muito interesse por parte do reino. Com os ameríndios não foi diferente, na porção portuguesa nas Américas, as ordens religiosas tiveram uma elevadíssima contribuição no processo colonizador, os jesuítas, dominicanos, franciscanos, mercedários, dentre muitas outras ordens religiosas, uniram a vida missionária ao trabalho de inculcar nos nativos os valores civilizacionais do Reino e as regras de obediência e submissão à autoridade monárquica ultramarina. Nesse período, ainda no século XVI estruturou-se o Padroado Régio<sup>2</sup>, instituição jurídica legitimadora da união Igreja/Estado. A ação evangelizadora caminhava de mãos dadas com os intuitos de edificar o colonialismo. Figuras como José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e Fernão Cardin, traduzem concretamente a importância dos missionários no processo colonizador.

Quando da Independência em 1822, deu-se a ereção do Estado Nacional de natureza monárquica que conservou o vínculo entre Igreja e Estado, tendo o Império do Brasil se feito confessionalmente católico. A partir do período regencial, já se afiguravam as características das quais se investiria a relação entre a Igreja no Brasil e o Estado-Nação, sendo essas o pleno domínio do ente secular sobre o religioso e o distanciamento do catolicismo praticado no país da ortodoxia romana e, por assim dizer da autoridade papal. A Igreja Católica passou a ser na prática uma extensão da administração imperial, sendo a denominação cumulada de atribuições de natureza essencialmente seculares, em compensação, incumbiu-se o Estado da manutenção

da estrutura catequética, desde a fundação de dioceses e paróquias até o sustento do clero, por meio do pagamento de suas respectivas cômputas. Com a edificação do Segundo Reinado, período que se inicia com a Emancipação de D. Pedro II em 1840 estendendo-se até a Proclamação da República em 1889, a tutela estatal em relação à Igreja foi fortalecida e recrudescida. Houve a eliminação das poucas liberdades que ainda existiam pertencentes à instituição católica em face ao Império. O Estado tomou o controle de toda a vida religiosa institucional, por assim dizer “a rédeas curtas”, arbitrando desde elementos mais externos e aparentes da catequese, como o número de conventos e ordens religiosas a se estabelecerem no país, assim como o número de religiosos no interior dos claustros e as cores e paramentos litúrgicos, até aspectos teológicos. Nos seminários católicos, prevaleciam as vertentes da teologia afirmativas de uma correlação entre os poderes espiritual e secular, tais como o Galicanismo e o Jansenismo, tendências desenvolvidas segundo a mentalidade francesa pós-revolucionária, que viam a fé católica a partir dos postulados da laicidade do século XVIII, e do ideário de supremacia secular sobre a espiritualidade nos países. Como resultado da absoluta subordinação da Igreja, a vida religiosa institucional desenvolveu-se sob padrões próprios, muito distantes das diretivas papais. É notória a grande desassistência pastoral no Brasil, o governo imperial não demonstrava interesse no bom aparelhamento das estruturas de evangelização, pois investindo nesse particular, poderia fazer incentivo às mentalidades contrárias ao Padroado e ao sistema de tutela. Havia poucas dioceses, além de um número muito insuficiente de paróquias, a unidade básica da estrutura religiosa, o que culminava em vastas áreas onde a presença da instituição católica fazia-se difusa ou até mesmo inexistente. O clero igualmente exibia número elevado de lacunas: era flagrante a insuficiência no número de sacerdotes, dentre os poucos, havia deficiente formação em muitos aspectos, tanto relativos aos quadros intelectuais, quanto ao panorama moral: muitos tinham um rudimentar domínio do Latim, a língua ritualística da Igreja, além de possuírem precária bagagem teológica. Em relação a conduta moral, havia igualmente muitos problemas, dentre estes a quase total inobservância do celibato e a negligência das funções religiosas graças a dedicação a outros encargos laborais de naturezas diversas ao sacerdócio. O Estado mantinha o valor das cômputas sacerdotais em baixos numerários, o que obrigava os clérigos a abraçarem outros ofícios, assim como tornava as carreiras religiosas pouco atrativas. Essas ausências e defasagens se refletiam na religiosidade popular, que apresentava uma constituição notoriamente sincrética e supersticiosa.

Acerca da situação do catolicismo no Brasil imperial, em estudo já clássico, Émile G. Léonard<sup>3</sup> discorre sobre as condições que assistiram a implantação e disseminação do Protestantismo no país, chegando a balizar a ideia de que entre os séculos XIX e XX, veio-se a presenciar no cenário nacional a uma Reforma Protestante aos moldes do século XVI, na Europa. Como Lutero, os primeiros missionários protestantes a atuar em solo brasileiro depararam-se com a precariedade de uma vida cristã arrefecida e fragilizada. Os escândalos morais e a negligência pastoral do clero católico, assim como o descuidado do governo imperial, seriam os

motivadores da pobreza cristã e religiosa do povo. Ao juízo dos protestantes, o Brasil vivia uma ignorância generalizada em relação ao exercício e a vivência dos dogmas mais elementares da religião cristã, conforme se verifica no trecho a seguir:

O protestantismo do Brasil tem apenas um século, e isso mesmo em algumas raras famílias e raras igrejas. Fora delas ele se encontra ainda em sua primeira adolescência ou primeira infância. Nas imensas regiões do interior ele ainda apenas nasce ou mesmo, está por nascer. Ora, a característica do protestantismo consiste em afastar a tradição e a história e retomar de novo todas as questões, e recolocar todos os problemas todas as vezes em que ele aparece numa nova terra ou cria uma nova “denominação”, como dizem os anglo-saxões. Nesse sentido o protestantismo brasileiro em seus campos missionários mais recentes está na Idade da Reforma; em outros campos ele se encontra nos primeiros tempos após a Reforma, e em alguns outros pontos em que já envelheceu, ele se aproxima ao estado atual das Igrejas europeias. Ora, acontece que ao estudar de perto as condições eclesiásticas, políticas e sociais em que ele apareceu, vemos que elas se aproximam muito mais daquelas condições do Antigo Regime do Velho Continente do que das condições dos séculos XIX e XX. ( LÉONARD, 1953,p.16).

O referido quadro somente sofreu mudanças significativas a partir do século XX, já sob a vigência da República. Embora se verifiquem no decurso do século XIX algumas contestações ao regime de tutela, tais como a Questão Religiosa<sup>4</sup> da década de 70, que levou o bispo D. Vital de Olinda e Recife a descumprir ordens do Estado acerca do direito dos maçons à frequência dos sacramentos católicos, de um modo geral o Padroado Régio gozou no Brasil de grande estabilidade e solidez. Com a Proclamação da República operada em 1889, houve a laicização do Estado e pela primeira vez em toda a História do Brasil, a Igreja se viu apartada do aparelho governativo. A Constituição de 1891 definiu o país como Estado Laico, sendo a não confissão religiosa governamental uma das mais alardeadas características do novo regime, inclusive constante em sua propaganda pré-estabelecimento. O Estado confessional era visto como sintoma de uma mentalidade política arcaica e contraditória aos ideais da cidadania republicana, ademais, a religião católica era frequentemente associada ao monarquismo que a República ansiava esconjurar política e culturalmente do país. A influência do Positivismo Ortodoxo francês, ideário laicista que tinha o fenômeno religioso na condição de elemento de consolo emocional, portanto alheio à ciência e seus experimentos, contou em uma posterior relação de hostilidade do republicanismo estatal ao que diz respeito à Igreja. Somado a esse indiferentismo e estranhamento iniciais, algumas das mais impactantes rebeliões a que o governo de 89 teve que dirimir, possuíam raízes nos sentimentos católicos, ainda que não contassem com o apoio institucional da Igreja e de sua hierarquia, consideremos como exemplificações as revoltas de Canudos, ainda no século XIX, e a questão de Juazeiro do Norte, nos inícios do século XX. Segundo Sérgio Micelli<sup>5</sup>, no republicanismo a instituição católica viu-se na contingência de renovar-se e reinventar-se, pois a autonomia institucional impôs a Igreja à organização de um discurso e

de uma linha de atuação próprios do catolicismo, sem o endosso estatal a que se acostumara à hierarquia. O raciocínio está explícito no trecho a seguir:

[...] A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. ( MICELLI, 1988, p. 19)

Como afirma Micelli, a busca por uma formatação de independência institucional, veio a incluir muitas vertentes de atuação. A Igreja desejava revitalizar sua antiga posição junto a sociedade brasileira, contudo dentro da laicidade do novo regime. Pretendia-se inflar a participação da Igreja em todo o cenário social, para tal houve grandes investimentos em áreas tidas como basilares, tais como a educação, com o ingresso no país de muitas ordens dedicadas ao ensino tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, são exemplos dessas ordens, os Maristas, ingressos em 1897, as Irmãs de Nossa Senhora de Sion, entre os séculos XIX e XX, dentre muitas outras. Também a imprensa, havendo a fundação de muitos órgãos jornalísticos e de cultura ligados ao catolicismo. Foram revistas, jornais, boletins, dentre outros gêneros. Também as iniciativas beneméritas ou de caridade, foram enfoque de muito interesse. As ações caritativas para o catolicismo estão revestidas de uma roupagem especial: por um lado, cumpria o preceito da caridade cristã, por outro dava à religião um argumento moral de grande valor contra seus inimigos, dentre eles, a ideologia comunista que ganhava força em meio a industrialização, fenômeno constante no panorama econômico do período. Era interessante a Igreja, cativar o interesse da sociedade e sobretudo dos pobres em torno de si, para tal as ações de assistência social se colocam como um elemento de alto poder sensibilizador. Adiciona-se a tal quadro, a nova estrutura social brasileira que emerge da transição entre os séculos XIX e XX, tendo como carro-chefe a Abolição da Escravatura, concretizada em 1888. A transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre, deu-se de modo traumático, em especial porque à liberdade não procedeu-se de ações de encaminhamento social dos libertos, gerando-se assim um agigantamento no número de desfavorecidos sociais de todas as ordens, desde pessoas em situação de mendicância até praticantes de ações delituosas. Muitas das vezes essas duas categorias se mesclam, além dos subempregados ou desocupados. Para José Murilo de Carvalho<sup>6</sup>, a cidade do Rio de Janeiro, tinha um papel de espelho desse triste quadro social que se agigantava em toda a sociedade brasileira, sobretudo nas cidades de maior população e mais cosmopolitas. Acerca do papel destacado do Rio de Janeiro, então capital federal, escreve:

Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira, especial de portugueses ( CARVALHO, 1987, p.16).

Desse modo, uma sociedade historicamente racista, tendo como um de seus pilares o escravismo, via-se diante do trabalho livre sem qualquer amparo ou encaminhamento de inserção dos ex-cativos no mundo do trabalho remunerado, ainda sofriam esses a concorrência de imigrantes no caso do Rio de Janeiro por exemplo. Deste modo explica-se em grande medida, o quadro social de grande complexidade existente no Rio de Janeiro e, diante de tais condicionantes a atuação social da Igreja Católica no Distrito Federal, assim como no Brasil, torna-se de imprescindível relevância para a manutenção de alguma ordem e equilíbrio social. Em apelo aos fiéis da paróquia de São João Batista da Lagoa, no bairro de Botafogo, região Sul da capital, bairro esse de grande notoriedade econômica na cidade, vê-se a seguinte declaração do pároco, padre André de Arcoverde, contida no jornal paroquial, em sua primeira edição de 19 de setembro de 1919:

Os meus paroquianos sabem que não me faltam coragem e boa vontade para o trabalho. Conhecem as minhas intenções e o terreno prático em que me coloquei, para combater os males físicos e morais que viciam os nossos costumes, principalmente a classe pobre. [...] aí estão as obras paroquiais servindo de prova ao que acabo de dizer. A verdade, porém é que o que existe é infinitamente pouco. Quem estiver ao par do estado de miséria do nosso povo, verificará sem esforço, o nada que se tem feito, em comparação do que resta a fazer.

Ninguém ignora que o povo, não só aqui, como em todo o Brasil, vive à mercê da natureza, privado de tudo, desde o comer até o vestir, razão pela qual, esquecido da própria dignidade, entrega-se, sem cerimônias aos mais degradantes vícios (A Cruz, 19 de setembro de 1919).

Como se verifica no presente depoimento, o sacerdote lança ao seu rebanho um sensível apelo em prol das obras sociais de sua paróquia, que tem no referido veículo de imprensa, mais um recurso de conscientização e propaganda das referidas ações. Nota-se igualmente no texto que a miséria é a entendida como condicionante e favorecedor dos vícios e corrupções morais do povo, assim atenuar seus efeitos constitui-se em um preventivo as condutas tidas como desviantes.

## **O ATIVISMO DE SÃO JOÃO BATISTA EM BOTAFOGO**

A paróquia de São João Batista da Lagoa em Botafogo foi instituída em 1808, vindo a ser a primeira unidade eclesial da zona Sul do Rio de Janeiro, cuja matriz é um suntuoso templo, datado do mesmo ano. Sua criação objetivou ofertar aos fiéis católicos uma alternativa fora do centro no período de ocupação da corte de D. João VI na cidade. No século XX, em 1912, a paróquia recebeu como pároco, o jovem sacerdote André de Arcoverde, natural de Pernambuco e sobrinho do cardeal Joaquim de Arcoverde. O padre voltou grandes energias à causa da assistência social, tomada como complemento a missão da Igreja de conduzir seu rebanho segundo as diretivas morais da instituição, assim dando-lhe condições de habilitar-se ao bem-

-estar espiritual posterior a morte. Os anos que se seguiram a posse foram de grande empresa caritativa dentro da atuação paroquial, é alvo de grande atenção o fato das iniciativas possuírem complexidade incomum, muitas visam criar mecanismos de auto-sustentação, como a farmácia Dr. Francisco de Castro, um estabelecimento farmacêutico localizado no bairro, cujos lucros eram revertidos às ações de assistência. Também se faz notar o empenho em torno da educação e do letramento, com a criação do Patronato das Crianças Pobres da Lagoa, instituição educacional voltada a infância de ambos os sexos, que visava oferecer educação formal e religiosa a crianças pobres. Em 1919, verifica-se um marco nos trabalhos da paróquia, a criação do jornal quinzenário *A Cruz*, cuja primeira edição saiu em 19 de setembro do referido ano. O editorial de abertura do quinzenário, exorta os paroquianos a concorrerem com as obras paroquiais, estabelecendo esses incentivos como razão de ser da nova publicação:

[...] Alguém me disse que as obras paroquiais não melhoram de sorte porque eu não as propago. Pode ser. Porém não seja d'agora por diante, serei um propagandista de força. E é por isso que publico "*A Cruz*". Ela embora muito modesta, terá a missão sublime de pregar a caridade por todos os recantos desta paróquia, lembrando a cada um suas obrigações para com os pobres, e pedindo aos nossos capitalistas que, pelo amor de Deus, da pátria e de seus entes mais queridos, abram generosamente suas bolsas em favor dos que sofrem as crueldades da ignorância, da fome e das moléstias. (*A Cruz*,..).

Verifica-se por meio do referido trecho, o compromisso de *A Cruz*, com o desenvolvimento das muitas ações paroquiais, as quais sinteticamente qualificamos aqui, sendo elas:

O Patronato das Crianças Pobres da Lagoa; a farmácia Dr. Francisco de Castro e o Grupo de Escoteiros da Lagoa. A totalidade dos movimentos estava sob a supervisão dos clérigos, contudo as duas primeiras obras assistenciais se achavam sob a custódia do Sodalício São Vicente de Paulo, mantido pelas ditas senhoras da paróquia, sendo qualificado como um movimento religioso paroquial. O grupo de escoteiros tinha regulamento independente e jurisdição própria, contudo sujeitava-se ao crivo da autoridade paroquial e era liderado por membros da comunidade. Os escoteiros eram formados dentro dos preceitos e da doutrina do catolicismo.

O Patronato compreendia um conjunto significativo de iniciativas: uma escola de educação primária, voltada à alfabetização; ações de catequese e ensino e desenvolvimento de habilidades domésticas para as alunas. Em edificação própria, o Patronato compreendia ainda uma tipografia que lhe era dependente em termos de administração e de espaço, era voltada ao ensino profissionalizante, de nome Lima Drumond, disponível para encomendas, tendo participação de mercado nesse ramo.

A farmácia Dr. Francisco de Castro, um estabelecimento comercial do ramo farmacêutico, tinha por premissa reverter os lucros obtidos à assistência aos pobres, fazendo-se assim obra de caridade, conforme denomina o Cristianismo. Oferecia também aos assistidos da paróquia

consultas com profissionais da Medicina, que se valiam de suas dependências para a prestação de serviços, estes se complementando com a distribuição de medicamentos caso prescritos.

O Grupo de Escoteiros da Lagoa, como era denominada a agremiação, possuía organização e hierarquia próprias, mas submetendo-se ao crivo da autoridade paroquial, fazia-se constante na lista de ações beneméritas promovidas. Sob os valores tradicionais e originários do Escotismo, a que já fizemos menção, somava-se a catequese e a instrução dos membros dentro dos preceitos da Igreja. No grupo, os escoteiros considerados pobres eram assistidos com o fornecimento gratuito do uniforme e estavam isentos de quaisquer contribuições estabelecidas pela organização e impostas ao conjunto. O Escotismo católico tinha por característica a prestação de serviços à sociedade dentro das habilidades desenvolvidas na agremiação, sendo também instruídos dentro dos valores do nacionalismo e do patriotismo então presentes no ideário católico brasileiro assim como na pragmática republicana.

As citadas ações assistenciais ou caritativas se faziam perenes no âmbito paroquial, porém sofriam acréscimo de iniciativas esporádicas como a distribuição de alimentos, roupas dentre outros itens em havendo disponibilidade de recursos, além de alguns movimentos religiosos internos como o Apostolado da Oração, que abrigavam uma veia assistencial, demonstrando-se assim grande dinamismo religioso. A totalidade das ações era sustentada por doações da comunidade, assim como de alguns meios próprios de captação de divisas como os trabalhos gráficos desenvolvidos pela tipografia Lima Drumond e os lucros advindos da farmácia Dr. Francisco de Castro. Ao final da década de 1910, pretendia o vigário e seus auxiliares a ampliação do conjunto de obras assistenciais. Os voos de maior amplitude pareciam estar condicionados a um eficaz instrumento de propaganda e consolidação das atividades, que promovesse união em torno das iniciativas assim como da vida paroquial como um todo. O engajamento da paróquia na pragmática da imprensa católica foi à solução cogitada.

Assim, faz-se o jornal *A Cruz*, o principal meio de difusão das referidas ações caritativas, vindo a concorrer para sua manutenção e amplificação. O Rio de Janeiro torna-se espelho para o Brasil no campo da política e da sociedade, no meio católico, a arquidiocese carioca faz-se o grande centro do catolicismo nacional, graças ao número de instituições de alta relevância para a Igreja que esta abriga, tais como a Nunciatura Apostólica, além do único cardinalato da América Latina, dentre outras. O jornal *A Cruz*, torna-se semanário em 1922 e em 1925, faz-se órgão oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro, assim deixando o âmbito paroquial, assim não mais permitindo o acompanhamento das ações dessa paróquia.

## NOTAS

1 É licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é aluno ativo do Programa de Pós-Graduação em História, História e Espaços, da mesma Universidade.



- 2 Estatuto jurídico normalizador da associação entre Igreja e Estado, teve nascedouro no período colonial, prolongando-se por todo o Império.
- 3 LEONARD, Émile, *O Protestantismo Brasileiro*, São Paulo: Aste, 1953.
- 4 O evento denominado Questão Religiosa no Brasil Império, traduz-se por uma divergência em torno da aplicação da Bula Papal *Syllabus*, de 1864, segundo a qual, os maçons estariam apartados dos sacramentos católicos, no Brasil pela vigência do Padroado Régio, o Império tinha direitos sobre a Igreja e determinou a não efetivação da referida bula. O bispo de Recife e Olinda, D. Vital, portador de grande fidelidade à Roma, aplicou esse ordenamento em sua diocese, o que acarretou-lhe graves penalidades por desobediência.
- 5 Verificar MICELLI, Sérgio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- 6 Verificar CARVALHO, José Murilo, *Os Bestializados, O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1987.

## FONTES

ARCOVERDE, André, pe. Aos meus paroquianos. **A Cruz**, p.01, 21 de Setembro de 1919.

ARCOVERDE, André, pe. Aos meus paroquianos. **A Cruz**, p.01, 21 de Setembro de 1919

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi** . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LÉONARD, Émile, G., **O Protestantismo Brasileiro**: São Paulo: Aste, 1953.

MICELLI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

# ST 15

## 90 ANOS DE 1930 – DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Prof. Dr. Thiago Mourelle  
Profa. Ma. Daviana Granjeiro da Silva



# A POSSE DE JOÃO GOULART PELAS PÁGINAS DA ÚLTIMA HORA

Thiago Fidelis<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar como o jornal *Última Hora* (UH), uma das principais publicações brasileiras dos anos 1950 e 1960, retratou a posse do vice-presidente João Goulart ao cargo máximo do Executivo nacional, uma vez que o titular eleito, Jânio Quadros, renunciou ao mandato menos de sete meses após seu início. Retornando de uma viagem à China, Jango (como era conhecido) viu seu nome ser rechaçado pelos ministros militares, que não aceitavam a possibilidade de ele assumir o poder, mesmo que a Constituição reconhecesse tal direito. Apoiado por vários setores civis, esse grupo militar começou a movimentar-se para o impedimento da posse, gerando reação daqueles que defendiam que o então vice assumisse o posto e o UH posicionou-se durante o processo de maneira bastante veemente, não se furtando em demonstrar suas ideias e perspectivas. Sendo assim, no texto foram analisados exatamente esses aspectos demonstrados pela publicação em suas páginas.

**Palavras-chave:** Última Hora; João Goulart; Posse, Parlamentarismo.

## INTRODUÇÃO

Durante a eleição presidencial de 1950, a candidatura do ex-presidente Getúlio Vargas causou uma imensa discussão no meio político brasileiro (D'ARAÚJO, 1992, p. 72-78), tendo em vista sua passagem pelo poder entre 1930 e 1945, cuja censura exercida no período do *Estado Novo* ainda era bastante lembrada pelos jornalistas e donos dos conglomerados da imprensa (PAULO, 1994). Sendo assim, praticamente todos os jornais de grande circulação no Brasil se opuseram à candidatura de Vargas, sendo o principal porta-voz desse movimento o proprietário do recém-fundado *Tribuna da Imprensa* (TI), Carlos Lacerda, que escrevera, entre outras coisas: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (TI, *Advertência oportuna*, 01/06/1950).

Após a vitória e a posse em 31 de janeiro de 1951, Vargas tinha plena consciência de que não teria uma cobertura favorável na imprensa, independente do que fizesse. Desde 1949, após uma entrevista realizada na propriedade do presidente, em São Borja, o jornalista Samuel Wainer, repórter dos *Diários Associados* (DA), passou a acompanhar todo o cotidiano do po-

lítico gaúcho, sendo um dos poucos nomes a dar cobertura às ações do novo governo. Assim, após uma possível sugestão do próprio Vargas, segundo Wainer (WAINER, 1988, p. 127), foi fundado o jornal *Ultima Hora* (UH), que seria um meio de difundir os princípios defendidos por Vargas e pelos grupos trabalhistas, além de consolidar um sonho de seu proprietário, de organizar e gerenciar sua própria publicação (LAURENZA, 1998).

Durante os 20 anos em que a empresa ficou sob as mãos de Wainer (foi vendida em 1971, em meio à uma grave crise financeira durante a Ditadura Militar), o jornal manteve uma linha bastante coesa em relação às ideias defendidas em suas páginas, coadunando com os princípios da cultura política trabalhista, defendendo perspectivas bastante próximas como o nacionalismo econômico, interesses ligados aos trabalhadores e perspectivas de desenvolvimento econômico que beneficiasse tanto empregadores como empregados, entre outras (FIDELIS, 2018, p. 114-116). Além disso, expandiu-se pelo Brasil, tendo sucursais em 7 estados (MEDEIROS, 2009, p. 53-54) e consolidando-se como o segundo periódico de maior circulação do país no início dos anos 1950, ficando apenas atrás de *O Globo* (FIDELIS, 2018, p. 130-131).

Passando por inúmeras crises e reinventando-se até 1964 (durante a Ditadura, a publicação não conseguiu recuperar-se da perseguição política e boicote econômico sofridos por seu posicionamento político), a UH foi uma das principais defensoras do governo João Goulart na imprensa, destoando de grande parte dos jornais da época e mantendo, em suas páginas, a perspectiva de que a administração do considerado herdeiro político de Vargas, entre 1961 e 1964, era benéfica para o país e que possuía muito mais acertos do que erros (GOLDENSTEIN, 1987, p. 153-154). Sendo assim, o objetivo desse artigo, conforme já especificado no resumo, é analisar como a UH descreveu e estruturou o período da posse de João Goulart (conhecido como Jango), em 07 de setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, 13 dias antes.

## **A COBERTURA EM TRÊS MOMENTOS**

O artigo é baseado em um período de curtíssima temporalidade, abarcando 14 datas da UH de circulação nacional entre 25 de agosto e 09 de setembro de 1961. Nesses 14 dias (cuja maioria deles abarcou 2 edições da publicação, uma matutina e outra vespertina), todas as manchetes foram dedicadas à crise política, sendo 10 delas referentes ao vice-presidente que lutava para tomar posse (como, por exemplo, a do dia 30 de agosto, que destacou uma fala do político em uma entrevista em Paris - “VOU GOVERNAR COM TODOS”), 2 ligadas ao então presidente Jânio Quadros e outras 2 referindo-se aos movimentos militares para evitar a posse de Jango.

Nessas 14 datas também foram publicadas 11 editoriais, todos eles dedicados à crise política e a maioria relacionada à críticas bastante pesadas aos ministros militares que mobilizavam-se para evitar a posse de Jango, bem como à Carlos Lacerda, então governador da

Guanabara e considerado o “inimigo número 1” da UH e, de certa forma, também de Vargas e da própria cultura política trabalhista (MENDONÇA, 2002, p. 103-156). A posição da UH, embora conciliatória em alguns momentos, manteve-se bastante firme contra esses grupos, como fica evidenciado no texto *Vitória da Legalidade*:

Ainda bem que a resistência civil se impôs e impediu a consolidação do golpe. Para honra nossa, a posição firme asumida pelo Congresso não só estimulou a formação de uma frente única de repúdio ao golpe, em todo o País, unindo intelectuais, educadores, operários, estudantes, homens e mulheres, senão que encorajou amplos setores das Forças Armadas - diríamos, mesmo, a maioria delas - para salvar a Nação da guerra civil iminente e devolver o poder aos seus legítimos titulares. Hoje, sob um sistema de governo parlamentarista, inicia o Brasil uma etapa nova em sua História. Não vale discutir, no momento, se a adoção do parlamentarismo veio em hora oportuna ou intempestiva: Supremo Tribunal Federal dirá, em breve, se o que se fez está certo ou, através de um plebiscito, manifestará o País sua opinião sobre a decisão do Congresso. Vale, sim, ressaltar o grandioso espetáculo que o País ofereceu aos olhos do mundo: o povo unido em defesa da ordem e da legalidade (UH, *Vitória da Legalidade*, 05/09/1961).

Em relação à cobertura da publicação sobre a crise, é possível identificar três momentos: nas primeiras datas (mais especificamente nos cinco primeiros dias) havia uma certa calma em suas páginas, indicando que mesmo com as dificuldades aventadas, a posse de Jango deveria ocorrer sem grandes problemas; em segundo momento, o tom adotado foi bastante alarmista e crítico em relação à situação, com a UH posicionando-se, à todo o tempo, à favor de Jango e contra as movimentações golpistas dos ministros militares de Jânio Quadros e da ala civil que apoiava tais ações; por fim, as últimas edições adotaram um tom mais cauteloso, ensejando um clima mais apaziguador para preparar a posse do então vice-presidente, embora mantendo um tom bastante crítico em relação aos opositores, que ainda sinalizavam resistência ao cumprimento da Constituição.

Na edição do dia 29 de agosto, cuja manchete indicava “SORTE DE JANGO NAS MÃOS DO CONGRESSO”, o texto explicativo (que normalmente era publicado na página 4 e não na capa) indicava a situação complexa que existia no Legislativo brasileiro, uma vez que havia sido montada uma comissão de impedimento e que os grupos se dividiam na solução a ser adotada após a renúncia de Jânio. Ainda sim, havia um certo tom de otimismo, como indicado pelas reportagens publicadas, cujos termos mais destacados eram de defesa da posse. Mesmo enfatizando o pedido de impedimento encaminhado ao Congresso pelos militares, a UH reiterava que a bancada do PSD e do PTB eram favoráveis à posse, além de membros da UDN e de órgãos civis, como a *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* (UH, REUNIÃO DO CONGRESSO: EM DEBATE O “IMPEACHMENT”, 29/08/1961).

Também houve amplo espaço para declarações e movimentações de Jango, em especial a entrevista concedida por ele à *United Press (UP)* em Paris. Retardando seu retorno ao Brasil para esperar o desfecho da situação, o político gaúcho mantinha em suas declarações um nível

conciliatório (característico do então vice-presidente), embora com bastante firmeza quanto à assertiva por sua posse:

Parece-me - disse - que depois da surpresa causada pela renúncia de Quadros, não se poderá estabelecer governo algum em meu País a menos que se baseie em um acordo entre todas as forças responsáveis do Brasil” (...) “Por respeito à lei, devo regressar ao Brasil a fim de cumprir os deveres constitucionais que me correspondem e que resultam de meu mandato (a Vice-Presidência) que, pela segunda vez, o povo confiou em mim (...) (UH, JANGO: CONGRAÇAMENTO DAS FORÇAS RESPONSÁVEIS, 30/08/1961).

## A MOBILIZAÇÃO PELA POSSE

Em segundo momento, a cobertura da UH foi mais intensa, com textos e manchetes mais propositivos em relação à posse e ao combate contra aqueles que tentavam impedir. Nos primeiros dias, o jornal contara com poucos editoriais e textos próprios (nas edições dos seis dias iniciais da crise, foram publicados apenas dois), fugindo do padrão demonstrado cotidianamente, quando trazia essas colunas com frequência praticamente diária.

Na edição do dia 31 de agosto, o periódico “rompeu” o silêncio e indicou que tal perspectiva não fora por vontade própria, mas sim por uma censura imposta por Lacerda, que tentara impedir a UH de circular e que afetara os textos publicados pelo periódico. Tal ato do governador da Guanabara afetou praticamente todas as publicações, com exceção da própria TI (FERREIRA, 2011, p. 244). No editorial *Rompida a Barreira da Censura à Imprensa*, a UH consolidou sua posição perante o assunto, indicando (mesmo que indiretamente) quais os rumos que deveriam ser tomados em relação à provável posse de Jango:

EIS por que a missão da imprensa, liberada da censura, só pode ser uma neste momento: informar para orientar. E esta é uma missão de que ULTIMA HORA não se afastará um milímetro sequer. Uma vez que seja conhecida a verdade em todos os seus aspectos, como já agora se torna possível, o povo brasileiro saberá certamente escolher o seu caminho. Sem tutelas de “iluminados” e prepotentes. Sem mordanças. Para um destino de grandeza e emancipação, dentro da legalidade democrática (UH, *Rompida a Barreira da Censura à Imprensa*, 31/08/1961).

Com essa postura mais explícita, o jornal passou a combater, simultaneamente, o movimento iniciado pelos militares, em especial as lideranças que insistiam no impedimento da posse de Jango; e também as lideranças civis, em especial Carlos Lacerda, que acompanhavam os movimentos militares e não admitiam a solução constitucional (no caso do governador, ele continuou com a censura na GB, inclusive tendo fotos nas edições da UH da polícia cercando o prédio da publicação, no bairro de São Cristóvão); aos grupos de imprensa que acompanhavam os opositores à passagem do poder e, por fim, à solução encaminhada, no Legislativo, da adoção

do sistema parlamentarista, emenda que vinha desde as discussões da Constituinte, em 1945, apresentadas pelo deputado Rau Pila (PL-RS), que tentara levar a emenda à votação em 1949 e 1952, sem sucesso (FRANCO, 1999). Em 1954, a proposta fora encaminhada para a votação como uma possível solução para a crise do governo Vargas, embora não obteve sucesso também (FIDELIS, 2018, p. 169-170) e, sete anos depois, era “desenterrada” como forma de garantir a posse do vice-presidente.

Os textos da UH (sejam as reportagens ou editoriais) oscilavam entre a certeza da posse e a insegurança de um golpe de Estado. Nas edições do dia 02 de setembro, cuja manchete celebrava o retorno de Jango ao Brasil (via Porto Alegre), as informações eram conflitantes: o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, assegurara que o vice-presidente assumiria a presidência com ou sem o Parlamentarismo (que seria aprovado naquele dia), com o próprio João Goulart concordando com tal perspectiva mas seu partido não, mantendo seu combate ao novo sistema de governo. A posse de João Goulart estava marcada, segundo o jornal, para segunda-feira, dia 04, à tarde (UH, Posse de Jango Será Segunda-Feira às 15 H, 02/09/1961).

Embora a posse não ocorresse na segunda (na edição desse dia, a UH sinalizara que ocorreria na quarta ou na quinta - acabou ocorrendo nessa data, no dia 07), era dada como certa. Nesses últimos dias, diferentemente das edições anteriores, o jornal carioca publicou vários textos próprios sobre a situação, sempre em um tom bastante enfático de defesa do vice-presidente e contra os opositores, em especial os militares e o próprio Lacerda, duramente criticado mesmo com a censura vigente.

Dentre os textos publicados, talvez o mais enfático deles tenha sido o editorial A NAÇÃO CONTRA O “PUTSCH” E A GUERRA CIVIL, do dia 04 em que, após acusar setores do Exército e alguns “bolsões” civis de resistência à posse de Jango, finalizou o texto indicando o caminho vitorioso da democracia no Brasil, que não cedera às tentações ditatoriais, fossem elas de esquerda ou direita:

CONTRA os extremados, os fanáticos, os aventureiros e agentes de quantos interesses escusos estão rondando as portas do Brasil, ergue-se, neste momento, a formidável fortaleza cívica que o povo brasileiro construiu, do Amazonas ao Rio Grande, nestes 10 dias de resistência democrática sem paralelo na história dos demais povos da América Latina. O Brasil já provou que não há força humana capaz de submetê-lo a uma repelente tirania “trujilista” de direita ou a uma inaceitável ditadura “fidelista” de esquerda. Nós, os que acreditamos que é sobre a estrada da democracia que o Brasil realizará os seus destinos, já percorremos a metade deste penoso caminho que pode salvar a paz interna. A outra metade está livre e aberta para os que quiserem vir ao nosso encontro. Mas, que ninguém mais se atreva a cortar a marcha para a pacificação nacional, pois a reação do povo pode ser implacável e incontrolável. A hora dos compromissos já está selada. E a das concessões também (UH, A NAÇÃO CONTRA O “PUTSCH” E A GUERRA CIVIL, 04/09/1961).

Por fim, quando a posse parecia encaminhada e a solução do Parlamentarismo consolidada, a UH passou a adotar um tom mais cauteloso na abordagem, embora enfatizando os perigos que ainda rondavam a equalização da ação, como a ênfase na *Operação Mosquito*, que visava prender Jango quando ele entrasse em solo brasileiro (UH, “OPERAÇÃO MOSQUITO” PARA APRISIONAR JANGO EM PLENO VÔO, 05/09/1961), que não fora colocada em prática mas era algo bastante desejado por vários setores das Forças Armadas, cujo principal aspecto era, de fato, o abatimento do avião e a morte de Jango e seus tripulantes, e não somente encarcerá-lo (PARUCKER, 2009, p. 55-56).

A posse em definitivo de Jango ganhou imenso destaque nas páginas da UH, indicando como um ato vitorioso dos grupos que apoiaram seu nome, tendo destaque para a *Rede da Legalidade*, criada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado do futuro presidente, que encabeçou o processo de resistência civil à tentativa de impedimento de posse do vice-presidente (NAPOLITANO, 2014, p. 33-34). O discurso feito pelo novo presidente, publicado na íntegra, dava a dimensão dos aspectos que seriam buscados no governo de Jango e bastante enfatizados pela UH nesses últimos dias:

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República e que, agora, em impresonante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de tôdas as suas fôrças, para impedir que a decisão soberana fôsse desrespeitada (...) A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios ao nosso alcance, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que êle soube defender a lei, a ordem e a democracia (UH, Jango: “Agora, a Luta Contra a Miséria, 08/09/1961).

## CONCLUSÃO

Embora a UH optasse por uma abordagem um pouco mais amena após a posse, ainda sim as críticas aos opositores e às suas movimentações continuaram, embora apenas um assunto foi mantido em tom acima do que os outros: o Parlamentarismo. Durante todo o processo a publicação foi contrária a adoção dessa medida, indicando a injusta diminuição de poderes de Jango, em uma situação não prevista pela Constituição. Embora entendesse que tal medida foi fundamental para permitir a posse do político gaúcho, ainda assim haviam inúmeras reticências a serem abordadas, como descrito no editorial *É Preciso Ouvir a Voz do Povo*, com críticas contundentes à essa nova situação.

Após indicar, na introdução do texto, que o Parlamentarismo nunca trouxera aspectos positivos para nenhum país, sendo o principal instrumento para ditadores assumirem e perpetuarem-se no poder (dando exemplos de Franco, Hitler e Salazar) e minimizando os exemplos de países nos quais o sistema funcionaria bem (chamando a atenção de que, em todos esses ca-



sos, existiam Monarquias Constitucionais, cuja tradição do poder seria mais forte que o sistema político instituído), a UH indicava a ilegalidade da aplicação desse sistema no Brasil e o apelo para que o povo fosse consultado, em um movimento que seria muito forte durante a primeira parte do governo Jango, culminando com a realização do plebiscito em janeiro de 1963 (FERREIRA, 2006, p. 92-94):

A NOSSO ver, houve um absurdo e inaceitável açodamento, por parte do Congresso, ao votar em tempo recorde, a emenda parlamentarista. É verdade que, às costas de cada deputado e senador, enconstava-se o cano de um fuzil - que para os ministros militares, àquela hora, o fundamental era evitar-se a posse, pura e simples, do Sr. João Goulart na Presidência da República, com as prerrogativas que a Constituição de 1946 concedia ao Chefe de Governo. Configurou-se, sem dúvida, a coação militar sobre o Congresso, que, se havia, antes, resistido ao “ultimatum” do impedimento, solicitamente encaminhado pelo Sr. Ranieri Mazzilli a pedido dos ministros militares, rendeu-se afinal ao “poder militar”, poder ilegítimo, subversivo e impertinente (...) ORA, detentor originário da soberania é o povo, somente o povo, pois acima do povo não se reconhece outro poder. Em outros termos: sem a expressa concordância do povo, não poderia o Parlamento modificar os termos da Constituição, na parte em que se determina a forma de Governo, para abolir o presidencialismo e adotar o parlamentarismo (...) Fugir a êste imperativo será um desrespeito ao poder soberano do povo (UH, É Preciso Ouvir a Voz do Povo, 09/09/1961).

Nessa perspectiva, a UH manteve o tom utilizado na crise para o governo de Jango, defendendo todas as medidas propostas pelo novo presidente na perspectiva da cultura política trabalhista, bem como movimentando-se para dirimir os ataques oposicionistas e, sobretudo, para o fim da emenda parlamentarista, que seria um imenso obstáculo para a realização das ações empreendidas pelo novo governo. Tal linha foi estruturada e sustentada até o ano de 1964, cujos primeiros meses veriam o êxito do movimento contra João Goulart, que não conseguira consolidar-se em 1961.

## NOTA

1 Doutor em Ciências Sociais pela UNESP, campus de Araraquara e docente do curso de Licenciatura de História da UEMG, campus Passos. E-mail: thiago.fidelis@uemg.br

## REFERÊNCIAS

### Fontes Consultadas

Tribuna da Imprensa, jornais referentes ao ano de 1950.

Ultima Hora, jornais referentes ao ano de 1961.

## **Bibliografia**

D'ARAÚJO, Maria C. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos; 90).

FERREIRA, Marieta M. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIDELIS, Thiago. PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018.

FRANCO, Afonso A. M. Presidencialismo ou parlamentarismo? Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

GOLDENSTEIN, Gisele T. Do jornalismo político à indústria cultural. São Paulo: Summus, 1987 (Novas buscas em comunicação; v. 19).

LAURENZA, Ana M. A. Lacerda x Wainer - O corvo e o bessarabiano. 2º ed. São Paulo: SENAC, 1998.

MEDEIROS, Benício. A rotativa parou!: os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENDONÇA, Marina G. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002. 2º edição.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PARUCKER, Paulo E. C. Praças em pé de guerra: movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PAULO, Heloísa. Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Livraria Minerva, 1994 (Coleção Minerva-História 11).

WAINER, Samuel. Minha razão de viver: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

# “JOGO DUPLO”: O DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO BRASILEIRA NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Matheus Henrique da Silva Alcântara

## RESUMO

O presente estudo propõe uma discussão sobre o desenvolvimento da mineração no governo Vargas (1930-1945), que explorava o jogo político envolvendo os Estados Unidos e a Alemanha, em prol dos interesses da economia brasileira. Primeiramente, se analisará as principais transformações pelas quais passou o setor da indústria mineral no Brasil durante os primeiros anos de Vargas no poder. Posteriormente, será explorada a relação entre a produção mineral no país e o jogo político que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Como fontes para embasar a pesquisa, serão utilizados decretos-lei, o Código de Minas, e artigos da revista *Mineração e Metalurgia* entre os anos de 1939 e 1945. Para o desenvolvimento deste artigo, tornou-se necessária uma compreensão mais profunda do jogo político durante o governo Vargas, principalmente sobre os interesses econômicos, tendo como referência bibliográfica os estudos de Antonio Pedro Tota, Roberto Gambini, Felipe Demier, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca, entre outros.

**Palavras-chave:** Mineração – Governo Vargas – Política.

## INTRODUÇÃO

O ano de 1930 é extremamente significativo para a historiografia brasileira, a tomada do poder pelos “revolucionários de 1930”, representou a ascensão do projeto político da burguesia urbana em oposição manutenção do *status quo* das antigas oligarquias latifundiárias. Fruto da efervescência das transformações sociais pelas quais passava o país (a partir de meados dos anos 1920), alavancada pela explosão da crise de superprodução de 1929. A “revolução” significou a imposição de um projeto de Estado que se sobrepusesse aos vários grupos detentores do poder socioeconômico, portanto, um “pacto social” que concedia ao Estado a função de árbitro dos interesses conflitantes da sociedade brasileira, para auxiliar no desenvolvimento do capitalismo.

A tomada do poder por Getúlio Vargas resultou na instauração de uma “modernização conservadora”, segundo Gambini (1977), dirigida ou controlada pelo poder então estabelecido, sendo a modernização industrial impulsionada pelas necessidades dos mercados centrais. Es-

tudos mais recentes (Basto; Fonseca; 2012) apontam a ascensão de um projeto nacional-desenvolvimentista, tendo três pilares fundamentais (nacionalismo, trabalhismo, e o populismo), sob o ideário se desenvolver industrialmente para reduzir a dependência de insumos importados. Segundo Capelato (2015, p.119), “Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico”.

Ao assumir o governo, Vargas demonstrou interesse em criar uma base siderúrgica forte no Brasil, além de ter planos de incentivo à indústria. Para tanto, tratou de desenvolver políticas específicas para o setor mineral, visando em seu governo nacionalizar as reservas minerais, e as empresas que atuavam no país. Vargas optou por criar uma comissão, ligada ao Ministério da Guerra, em meio a polêmicas no Congresso e na imprensa (devido ao fechamento do mesmo, das assembleias legislativas e as câmaras de vereadores), com objetivo de alavancar a indústria siderúrgica, denominada de Comissão Nacional de Siderurgia (sendo a sigla, CNS), em 1931.

O acirramento da disputa política, ao redor da consolidação deste projeto de nação, que teve como ponto alto a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>1</sup>, é apontado pela historiadora Dr. Maria Helena Capelato (2015) como resultado do debate mundial entorno da natureza do Estado, que se desenvolve após a crise de 1929, atuando como fator de “polarização”<sup>2</sup>. Conjuntamente como a manutenção do café como principal produto de exportação, aliado a nova política financeira internacional caracterizada pela insegurança dos investimentos estrangeiros na América Latina, explicam o morosidade com que reformas na indústria, especialmente mineral eram efetuadas. Somente em 1933, o Ministro da Agricultura (então Juarez Távora) seguindo o plano econômico de nacional, altera o nome do órgão, responsável pela regulamentação das atividades de mineração, que era denominado de Serviço Geológico e Mineralógico, que passa a ser denominado de Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, dando novas funções a esse órgão, incluindo o serviço de taxaçaõ da tributaçaõ por serviços de extraçaõ mineral, e fiscalizaçaõ de minas e jazidas.

Em março de 1934, o Decreto-Lei nº 23.979, substitui o nome Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, que passa a ser chamado de Departamento Nacional de Produção Mineral (sendo a sigla, DNPM). No mesmo ano, o Decreto-Lei 24.642 de 10 de julho de 1934, instaura o Código de Minas, pautado em diretrizes nacionalistas. O Código de Minas estabelecia que qualquer empresa de mineração, seria inviável sem o prévio consentimento do Governo Federal. As mesmas empresas deveriam ter 60% de seu capital social sobre controle brasileiro (brasileiros natos ou naturalizados), sendo essa exigência condição indispensável a sua autorização. Ainda em 1934, uma lei promulgada pela nova constituição (Constituição de 16 de julho de 1934), separava o solo do subsolo, sendo este último pertencente à União.

No que diz respeito à separação do solo e do subsolo, agora pertencente à União, direitos legais sobre a exploração de jazidas ficariam a cargo do governo, que deveria fazer a escolha entre os interessados. Cabia ao proprietário do solo duas opções: pleitear junto ao governo a preferência na lavra<sup>3</sup> (podendo o mesmo negar a concessão de exploração), ou ser um acionista

e ter coparticipação nos dividendos. Isso está implícito no comentário do engenheiro de minas e geólogo brasileiro, José Luciano Jacques de Moraes, então oficial do Serviço do Registro de Minas do Serviço de Fomento a Produção Mineral:

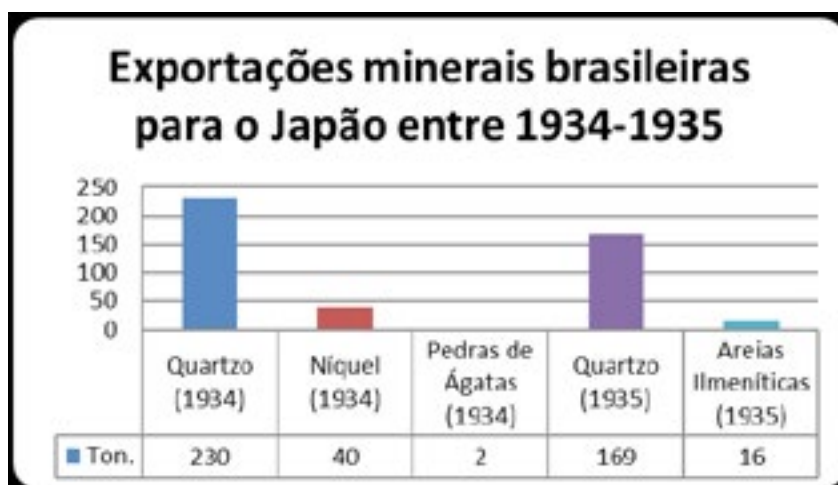
No regime do Código de Minas, o direito de propriedade é muito mais restricto que no direito commun. Trata-se de uma propriedade, não plena, mas limitada. Consiste a propriedade da jazida ou na preferência para a lavra ou na co-participação nos resultados da exploração. A primeira das alternativas succede quando o proprietario quer exercitar a preferencia que lhe assegura a lei e pede ao Governo a autorização de pesquisa e a concessão de lavra.... O Governo póde recusar a lavra, por isso mesmo que a atribuição de *conceder* que lhe conferiam o Código e a Constituição de 1934 implica necessariamente a de *negar*. (...) (MORAIS, 1936, p.85)

Estas reformulações administrativas visavam á implantação de um desenvolvimento da indústria de base alimentada pelo capital nacional, sinalizando um projeto político de maior independência frente ao capital internacional, contudo, sem romper definitivamente com este. Ou seja, objetivava a construção de uma indústria amparada legalmente pelo Estado, com a predominância do elemento nacional no comando das empresas. Dois fatores foram essenciais para auxiliar este projeto, primeiro a reformulação da instituição responsável pelas pesquisas e sondagens minerais (DNPM) que descobriu novas jazidas<sup>4</sup> minerais. Segundo, a nova diretriz da política financeira do grande capital, que procurava incentivar a liberação de empréstimos de curto prazo em setores de interesses econômico-militares (como a exploração mineral).

No período que antecedeu a Era Vargas á prática de exploração mineral era restrita a garimpagem de ouro, pedras preciosas, carvão mineral, quartzo, manganês e metais em inexpressivas quantidades em relação á produção mundial. A maioria dos governos deste período incentiva a monocultura do café, relegando á mineração um papel secundário, e até mesmo irrelevante a economia nacional, caracterizada pela exportação de gêneros alimentícios e matéria-prima para o setor têxtil.

Os resultados deste novo projeto econômico sobre a área da mineração resultaram em aumentos consideráveis nas exportações. A empresa responsável pela exploração de níquel no Morro do Corisco na cidade de Livramento-MG, formada essencialmente por capitais nacionais foi, conforme Guarani (1938, p.12), responsável pela exportação de 570 toneladas de minério de níquel para as empresas alemãs, Siemens e Krupp, e 40 toneladas para Mitsui em Tóquio, no Japão no ano de 1937. Pela Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda do Brasil, além de exportamos 40 toneladas de minério de níquel para o Japão, foram exportadas para o mesmo país, cerca de 230 toneladas de cristais de quartzo<sup>5</sup>, e mais de duas toneladas de ágatas<sup>6</sup>, no ano de 1934, o equivalente na época a 920.039,00 contos de Réis (moeda corrente antes do Estado Novo). Em 1935, foram exportadas 168.575 toneladas de cristais de quartzo, e 16.285 toneladas de areia ilmenítica<sup>7</sup>. Conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1º: Exportações minerais brasileiras para o Japão entre 1934-1935 (dados de Morias, 1937).



Fonte: Gráfico do autor, 2020.

Já no ano de 1938, a empresa “Plubum S. A.” fundada em 1937, no Estado do Rio de Janeiro, (de propriedade dos senhores Antônio Latirgau Seabra, Gervásio Seabra, e Alcides Pinheiro); exportou pelos portos de Santos e Paranaguá, cerca de 1500 toneladas de minério de chumbo para o exterior, por diversos navios (a saber “Pernambuco”, “Avaí”, “Sabor”, “Siris”, “Josefina Charlotte”, e pelo “Persier”). Em 1939, o governo brasileiro contabilizou aproximadamente 947 toneladas de minério de chumbo, destinado a exportação para os Estados Unidos e para a União Belga Luxemburguesa.

Em 1939, o Brasil exportou pouco mais de 79 toneladas de mármore, e mais de 275 toneladas de minério de berilo<sup>8</sup>. A exportação no mesmo ano, também demonstrou que os cristais-de-rocha brasileiros, estavam sendo cada vez mais aceitos no mercado internacional, com a exportação de aproximadamente 677 toneladas. Pedras preciosas, diamante e pedras semipreciosas somavam juntas, cinco toneladas de minério exportado.

A exportação de manganês<sup>9</sup> no mesmo período também havia se elevado, principalmente sob a perspectiva de uma nova guerra, chegando a exportar em 1938, o valor aproximado 136,843 toneladas de minério. O manganês havia sofrido uma grave queda nas suas exportações, após a grande crise de 1929, cortando suas exportações pela metade. A retomada das exportações animou o governo brasileiro, que passou a ver a exploração do manganês como um empreendimento lucrativo. As jazidas brasileiras que se localizavam nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Maranhão, Santa Catarina e Bahia; passaram a ser mais requisitadas no mercado internacional, com a eminência da Segunda Guerra. A segunda parte do trabalho procura discutir como o jogo político internacional está relacionado ao crescimento da exploração mineral brasileira.

## BARGANHANDO RECURSOS

A década de 1930 marca a consolidação de regimes fascistas pela Europa (Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, etc) fato que teria repercussões na América Latina. No Brasil a assinatura de leis trabalhistas, a criação do Ministério do Trabalho, a cooptação dos sindicatos ao Estado, a perseguição de lideranças políticas comunistas e sindicalistas minava gradativamente o espírito combativo do proletariado. Paralelamente Getúlio Vargas negociava com os grandes industriais brasileiros as possibilidades financiamento e importação de máquinas, bem como as forças militares eram agraciadas com aumento nos orçamentos anuais. Preparava-se o terreno para o golpe de 1937.

Contudo, esse cenário de aparente “controle”, escondia a efervescência de ideias políticas que se expressavam no cenário político e social. A partir de 1935, quando ocorreu o levante comunista no Rio de Janeiro e em Natal, a situação se radicalizou. A Aliança Nacional Libertadora<sup>10</sup> é fechada, seus membros passam a ilegalidade sendo perseguidos pela Polícia de Fillinto Muller, oficial simpatizante do fascismo. Uma intensa propaganda anticomunista surgiu para fortalecer a posição do governo, o estado de sítio decretado, e a Constituição de 1934 é insistentemente desrespeitada. Mas o estopim do golpe foi o “Plano Cohen”, um documento elaborado por conspiradores militares partidários do autoritarismo, que atribuía aos comunistas um complô para tomar o poder. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio anunciava a mudança de regime, abolia os partidos políticos e o parlamento, os governadores estaduais foram depostos e substituídos por interventores leais às diretrizes do governo federal, a Constituição era substituída, enquanto o Estado assumia maior controle sobre a economia.

Com advento do Estado-Novo a nação brasileira se transformava no palco de uma ação de neutralização das forças políticas no plano interno, com a supressão dos partidos e organizações políticas, enquanto que no plano externo promovia um jogo de duplo compromisso. Nos anos finais de 1930 o país já tinha toda a infraestrutura política e matérias primas, amplamente necessárias à instalação de uma siderúrgica de base, porém faltavam-lhes os meios monetários para ambicioso projeto, de construção da indústria siderúrgica no país. Osvaldo Aranha, amigo de Vargas e então Ministro de Relações Exteriores, ficou incumbido buscar apoio dos norte-americanos. Além dele, outros representantes foram enviados a países europeus, para atrair investimentos estrangeiros para o setor siderúrgico, entre os destinos desses embaixadores estava a Alemanha Nazista. Dando início ao “duplo jogo”, Getúlio Vargas procura se aproveitar das disputas políticas internacionais, em busca da concessão de empréstimos vantajosos ao capital estrangeiro (interessado no desenvolvimento da indústria mineral brasileira), mas principalmente para financiar a construção de uma usina siderúrgica. Nesta mesma época alguns minerais como rutilo, mica, berilo e zircônio passaram a fazer parte da pauta de exportações.

A mica<sup>11</sup> desempenhou um papel importante nas exportações, e no desenvolvimento da mineração do Brasil. Por possuir um elevado ponto de fusão, é passível de utilização como iso-

lante em circuitos elétricos. O Brasil era o sexto produtor mundial de mica, ficando atrás apenas de países como U.R.S.S., Estados Unidos, África do Sul, etc. Em 1940, a produção brasileira foi de 1.117 toneladas de mica, sendo exportadas principalmente aos Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, e Índia. Nos anos seguintes a produção decaiu, porém a necessidade do mercado era constante, em 1942 e 1943, as exportações somaram junto o equivalente a 1.662 toneladas (sendo respectivamente, 866 toneladas no primeiro, e 796 toneladas no segundo).

O Brasil produz a maior parte da tantalita de alto teor, indispensável à fabricação dos grandes canhões. O Brasil produz de um terço até a metade da mica de primeira qualidade, vital para a manufatura de equipamento elétrico. Estão igualmente sendo produzidos em quantidades cada vez maiores no Brasil, outros minérios de grande importância estratégica, como o berilo, os diamantes para fins industriais, manganês e tungstênio, além de numerosos outros. (CEL. NAMM; Apud. GUIMARÃES, 1944, p. 345).

A produção de rutilo que se iniciou em 1938, no estado de Goiás, sendo realizada através de garimpagem. Tornou-se um mineral estratégico para a Segunda Grande Guerra, por ser um mineral utilizado nos bastões de soldagem, logo empregado para a construção de armamentos, veículos de transportes, e construção naval. A produção em 1939 e 1940 foi respectivamente, 490 toneladas e 2500 toneladas. Sendo localizadas as principais minas e jazidas, nos estados de Goiás, Ceara, e Minas Gerais. No ano de 1943 foram exportadas 4556 toneladas, conforme afirma o autor:

Não só o Brasil é o segundo país de toda a América, um vastíssimo empório de riquezas e de valores potenciais, com o qual os Estados Unidos necessitam comerciar, como também é membro dos mais importantes das nações aliadas. É enorme a sua contribuição à causa aliada. (CEL. NAMM; Apud. GUIMARÃES, 1944, p. 345).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial no final de 1939, a demanda de minério de ferro pelos países aliados, especialmente Inglaterra, aumentou assustadoramente. Os países europeus fragilizados, pela violência e rapidez do avanço alemão, viram-se despreparados para abastecer sua indústria bélica. Em 1939, do total de 189.003 toneladas de manganês exportadas, aproximadamente 135.000 toneladas de minério foram direcionadas aos portos americanos. O restante da produção foi enviado à Alemanha, Holanda, Tchecoslováquia, e outros países da Europa. Em 1941, pouco antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, o mesmo havia se tornado o maior importador do manganês brasileiro.

No jogo político internacional os Estados Unidos e a Alemanha mantinham uma guerra comercial na busca por mercados consumidores de bens industrializados, e exportadores de matérias primas para suas indústrias. Paralelamente ambos os países tinham conhecimento da mútua escalada armamentista desencadeada para o iminente conflito entre suas nações, por isso procuravam através do poderio econômico estabelecer relações exclusivistas com os países latino-americanos. Neste sentido, o Brasil se encontrava-se em posição privilegiada para se



aproveitar deste combate econômico, por possuir reservas de recursos minerais inexploradas e um promissor mercado consumidor. Segundo Capaleto (2015, p.134):

No início do conflito, como foi dito, o governo brasileiro procurou manter a neutralidade, apesar das afinidades que o regime vinha demonstrando com os modelos fascistas (italiano e alemão). Getúlio Vargas fez um jogo duplo entre os seus dois maiores parceiros comerciais, procurando tirar proveito dessa situação. A neutralidade era vantajosa do ponto de vista comercial, e além disso, o governo brasileiro mostrava-se cauteloso, procurando observar o desenrolar dos acontecimentos.

Em 1940, foi editado o Decreto-Lei nº 1.985, que substituiu o antigo Código de Minas, definindo que os direitos sobre as propriedades, as quais apresentavam regime de exploração de minérios (jazidas, minas, garimpos, etc), e estabeleceu o regime de exploração. Definiu onde e quando o Estado faria intervenções no setor, além de gerar uma fiscalização para indústrias que utilizam bens minerais, como matérias-primas de produção, aumentando sensivelmente o controle sobre o setor.

Alinhemos algumas dessas cifras. Antes do Código de Minas (1933) o valor da produção mineral era de 100.000.000 de cruzeiros, após a sua promulgação subiu vertiginosamente até 600.000.000 de cruzeiros, em 1940. De 500.000 toneladas lavradas antes de 1934, passamos 2.878.794 em 1940. Isso sómente em 6 anos. É evidente, pois, que tem sido benemérita a influência do Código na economia nacional. (GUIMARAENS, 1943, p. 295).

O aumento na extração de minerais no Brasil já era palpável pelo governo, que via a arrecadação de impostos no setor aumentarem, no mesmo ritmo em que se diversificava a indústria nacional. No plano internacional, a pressão econômica dos Estados Unidos, para assinatura de tratados comerciais que visavam á extinção da influência alemã na economia brasileira, aumentava gradativamente. Principalmente devido á mudança da política-externa norte-americana, denominada “Política da Boa Vizinhança”, na qual o governo americano procurava controlar o mercado latino-americano através de tratados comerciais. Seguindo está política no final de 1940, dois geólogos norte-americanos, o Drs. Stephen Capps, e William Drumn Johnston Jr., do U. S. Geological Survey<sup>12</sup> chegam ao Brasil em meados de dezembro, para examinar as jazidas minerais dos estados da Bahia, Mato Grosso, e Minas Gerais, na busca por materiais estratégicos entre eles o manganês, cromo e ferro. Isso evidenciava o interesse norte-americano pelas reservas minerais brasileiras, para o abastecimento de sua indústria, em especial para a fabricação de armamentos a serem utilizados na eminente guerra.

Johnston Jr. trabalhou intensamente nos pegmatitos da Província Pegmatítica da Borborema, que abrange partes dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Durante a Segunda Guerra Mundial essa província foi uma das maiores fornecedoras, a nível mundial, de berilo e tantalatos, matérias-primas essenciais para os países aliados durante o período de conflito. Carles Will Whirght foi consultor técnico-chefe da Divisão de Metais e Minerais e participou

do projeto (1943) reafirma em seus estudos a importância da produção brasileira em relação à produção mundial:

A produção de tantalita, em 1941, foi de 60 toneladas métricas, ao passo que a columbita foi, apenas, 4 toneladas. Espera-se, que para 1942, um grande aumento para a tantalita. Julga-se que em 1943 o Brasil produzirá mais tantalita de alto teor do que o resto do mundo. Assim, em menos de 5 anos, o Brasil passou de um modesto quarto lugar ao primeiro. (WRIGHT, 1943, p.275).

O geólogo americano Johnston Jr. desenvolveu brilhante trabalho estudando os pegmatitos da Paraíba e Rio Grande do Norte. Estudou a mineralogia e estrutura dos pegmatitos, sendo o pioneiro na descrição da estrutura interna dos corpos pegmatíticos. Juntaram-se a ele destacados pesquisadores brasileiros como Paulo Aníbal Marques de Almeida Rollf, Sandoval Carneiro de Almenda, Evaristo Pena Scorza e Glycon de Paiva, que publicaram trabalhos importantes a nível mundial. Foi uma época de intensa produção de berilo e tantalatos, além de pesquisa científica de alta qualidade financiada com capital estrangeiro.

O minério de berilo possuía características de interesse industrial, que permitiam seu emprego na construção de ligas metálicas, entre esses aspectos do mineral podemos citar que o mesmo apresenta resistividade à pressão, choque e calor, podendo ser utilizada também para a fabricação de fios elétricos. Com a ascensão da guerra a procura por esse mineral aumentou consideravelmente, e o Brasil se colocou como o maior fornecedor da época. Porém 1938, exportamos 202.600 quilogramas de berilo para a Itália, que na época era a única interessada no berilo brasileiro. Segundo o engenheiro de minas Marcelo Soares Bezerra, e o geólogo Júlio Resende de Nesi (2005), ambos os pesquisadores da CPRM<sup>13</sup> o interesse pelo berilo ira se intensificar com a iminência da guerra:

O berílio é um dos mais novos metais em suas aplicações. Até 1926, não passava de uma mera curiosidade, quando então novas e excepcionais propriedades mecânicas foram descobertas na liga cobre-berílio com 2,0% de Be. Em 1932, os Estados Unidos iniciaram a produção comercial das primeiras ligas cobre-berílio. (...) A corrida pelo mineral berilo, verificada principalmente entre os anos de 1935 e 1945, proporcionou um apreciável aumento nos trabalhos de prospecção, pesquisa geológica e exploração mineral em depósitos minerais, principalmente de pegmatitos, em diversos países, atingindo o seu ápice durante toda a Segunda Guerra Mundial. (BEZERRA; NESI, 2005, p. 306)

Em 1939, conseguimos subir a produção, e exportamos 275,880 toneladas, sendo mais de 200 toneladas destinadas a Itália, e o restante distribuído entre Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha. Já em 1941, a produção se elevou novamente, exportando 1.702,445 toneladas do mineral para o exterior, tendo um enfoque especial no aumento das remessas enviadas aos Estados Unidos. Nos anos posteriores com a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Eixo, em 08 de dezembro de 1941, as exportações de berilo aumentaram assustadoramente, atingindo

níveis surpreendentes, tendo por consequência o aumento de capital investido na exploração do mineral, isso pode ser constatado no gráfico a seguir:

**Gráfico 2: Exportações brasileiras de berilo para os Estados Unidos entre 1939-1943 (dados de Guimarães,1944).**



Fonte: Gráfico do autor, 2016.

Em janeiro de 1941, as exportações de pedras semipreciosas, carbonatos, e diamantes somavam aproximadamente de 2,5 toneladas de minérios, que foram direcionados principalmente aos Estados Unidos, Alemanha, e Inglaterra respectivamente. Esses dados comprovam que Gambini (1977, p.117) havia se enganado ao afirmar que “em 1939 os tratados comerciais com regime nazista foram rescindidos pelo Brasil, e que no ano seguinte o comércio com a Alemanha já era praticamente inexistente”, enquanto que paralelamente reafirma a duplicidade da política internacional brasileira, que exportava minerais estratégicos para a produção de armamentos, para os Estados Unidos e para a Alemanha.

Isto representa a própria dicotomia interna do país, sob o regime autoritário do Estado-Novo o governo brasileiro, com membros de seu gabinete simpáticos a AIB (Ação Integralista Brasileira)<sup>14</sup> e os regimes nazista e fascista na Europa, a cada vitória do Eixo o governo fortalecia seus laços com a Alemanha. Enquanto que isso ministros, banqueiros e indústrias defendiam um alinhamento com os Estados Unidos, devido a três fatores: a) aos tratados comerciais firmados anteriormente que beneficiavam a exportação de café (ainda o principal produto de exportação) e a aquisição de máquinas para a indústria, seriam cancelados no caso de alinhamento com a Alemanha; b) a proximidade geográfica permitiria a melhor cooperação militar entorno da defesa costeira; c) o desejo das Forças Armadas brasileiras em promover a modernização de seu material bélico seria atendido pelos americanos. O rompimento definitivo com a Alemanha viria apenas em 1942, quando da assinatura dos Acordos de Washington.

Os Acordos de Washington foram assinados em 3 de março de 1942, eles previam a cooperação econômica e militar entre o Brasil, os Estados Unidos da América, e o Reino Unido. O Brasil recebeu apoio econômico para a criação de estatais, e deveria incentivar a extração mineral no território brasileiro, para atender a demanda dos mercados bélicos das duas nações. Como consequência o governo brasileiro decidiu estatizar a Companhia Brasileira de Mineração foi ratificado pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942. O documento também previa a criação de uma empresa de caráter misto, entre o governo americano e brasileiro, denominada de Companhia Vale do Rio Doce S.A., que além das minas da Companhia Brasileira de Mineração, possuía também a sua estrada de ferro Vitória-a-Minas. Além disso, previa indenizações aos acionistas, na forma de títulos da nova empresa, ou monetariamente pelo Tesouro Nacional. A mesma empresa possuiria capital inicial de 200 milhões de cruzeiros.

A Companhia Vale do Rio Doce S.A., possuía como compromisso transportar para o embarcadouro de Vitória, a quantidade de 1.500.000 toneladas de minério de ferro, que seriam embarcadas com destino aos Estados Unidos. A companhia era associada à Metals Reserve Co., pois está era responsável pelo transporte e estocagem do minério. Assim se refere Costa (1942, p.227), a criação da Vale do Rio Doce: “A Companhia Vale do Rio Doce tem, assim, como finalidade primacial, extrair, transportar e embarcar o melhor minério de ferro do mundo, para criar a maior e mais sólida riqueza do Brasil”.

Paralelamente a criação da CVRD, o governo brasileiro receberia capital para restauração da Estrada de Ferro Vitória-Minas, além de 20 milhões de dólares para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional ao fim das negociações o governo americano havia cedido 45 milhões em empréstimos ao Brasil (Leopoldi, 2015, p. 258). Em troca os norte-americanos requisitaram a assinatura de um acordo de cooperação militar, que entregava algumas bases no litoral nordestino para uso dos Estados Unidos, além de fornecer minerais estratégicos para aquele país. Deste modo, a busca pelos minerais estratégicos, pelos países em conflito (em especial pelos Estados Unidos) levou a uma expansão das atividades de mineração por todo o país, tornando os produtos desse segmento da economia, em um dos alicerces das exportações brasileiras nos anos vindouros. Como consequência desses eventos, o governo conseguiu o crédito necessário para financiar a indústria nacional.

## **A NECESSIDADE MUNDIAL ASSALTA A PARAÍBA**

Em 1940, o estado passou a ser foco de interesse devido à presença de minerais passíveis para a exportação, os chamados minerais estratégicos. Por consequência foram realizadas pesquisas minerais durante o Estado-Novo, que em suas conclusões apresentavam, reservas de estanho com teores elevados, porém em pequenas quantidades, assim como a grafita que era explorada em uma jazida em São João do Cariri, no norte do estado.

Tântalo, berilo e mica, podiam ser encontrados no Planalto da Borborema, nas proximidades das cidades de Picuí (os minerais se apresentam na jazida do Sr. Pedro Ortino), Juazeiro (depois denominada Juazeirinho), e em Pedra Lavrada (Jazida de Alto Feio, a aproximadamente 600 m da cidade), e Pedra Branca. Sendo o estudo e a descrição geológica da área, a cargo do Sr. Euzebio de Oliveira e o Sr. L. J. De Moraes, respectivamente antigo diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e o então diretor-geral do DNPM.

A Comissão de Compras Americanas instalou em 1941, em Campina Grande, um escritório, no exato município onde se encontrava um dos laboratórios de pesquisas minerais do DNPM, esses órgãos tinham como objetivo maximizar a produção de tantalita e berilo no estado paraibano. Sendo dotado de um laboratório de química para análise mineral, na coordenação do engenheiro Sandoval Carneiro de Almeida. O escritório de comprar americanas ficou responsável por obter a produção de berilo da região, que era coletada em diversos pontos do estado, como afirma Ferreira (2011):

Compravam os lotes em diversos pontos – era muito extensa a área produtora – uma tonelada em Picuí, um lote maior em Carnaúba dos Dantas, outro em Acari, alguns quilos em Parelhas e dessa maneira conseguiam formar as “partidas de minério”, que eram organizadas em cargas. Completava um caminhão, geralmente 10t a 12t e despachavam para Campina. (FERREIRA, 2011, p.138)

Em 1943, havia aproximadamente 60 localidades conhecidas que exploravam scheelita<sup>15</sup> nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. O município de Santa Luzia-PB apresentava uma quantidade surpreendente de afloramentos rochosos que apresentavam o minério de scheelita. Entre as minas exploravam esse mineral estão: a mina de Quixaba; mina de Riacho Caieira, mina Molhadinho, mina de São Nicolau, mina do Souto, mina Flamengo, mina Mimoso, mina Água Azul. Sendo a mina de Riacho de Caieira, produtora de 8 toneladas de scheelita durante o ano de 1943.

As necessidades da guerra impuseram o desenvolvimento das minas de tantalita, em especial no Nordeste brasileiro, que apresenta jazidas de considerável valor econômico. Esse mineral possui qualidades interessantes à indústria metalúrgica, em especial para o desenvolvimento de equipamentos de guerra, por apresentar características como: grande capacidade de absorção dos gases; alta resistência à corrosão por ácidos; ponto de fusão elevado; e resistente à tensão. Sendo aplicado em componente em radares, e rádios de alta frequência, equipamentos e processos cirúrgicos, e etc.

Em 1938, o Brasil exportou 25 toneladas. Já em 1942 e 1943 o país exportou a cada ano, quantidades superiores a 100 toneladas do minério de tântalo (sendo respectivamente, 113.479 Kg no primeiro, e 180.816 Kg no segundo). As principais fontes do minério de tântalo se encontram em regiões entre os estados da Paraíba e no Rio Grande do Norte, ocorrendo geralmente associada a berilo.

Mais de 400 minas estão atualmente em funcionamento. Para se ter ideia do que isso significa, basta dizer que é necessário trabalhar 3.000 toneladas de rocha para se obter uma tonelada de tantalita, e que cada homem precisa

trabalhar durante 130 dias no esmagamento, lavagem e preparação de uma única tonelada de minério para embarque. (FRIELE, 1944, p. 16).

A mina de Taboas, na proximidade entre as cidades de Picuí e Parelhas, foi considerada em 1944 a maior jazida de tantalita do mundo. A mina era explorada pela Silveira Brasil & Cia., natural de Campina Grande, a qual produzia mais de 60% do total de berilo e tantalita do país. Essa mesma empresa, se tornou uma das mais importantes exportadoras de tantalita e columbita do mundo no mesmo ano.

Outro exemplo de jazida de tantalita, que foi explorada na década de 1940, foi à localizada na região de Boa Vista, na Paraíba. Que foi descoberta em 1939, sendo inicialmente explorada por métodos de garimpagem, onde encontrou seu apogeu entre os anos de 1943-1944, época em que este mineral era explorado para exportação para atender as demanda do mercado bélico americano.

Porém, o alvoroço desenvolvido pela “corrida” em busca dos minerais estratégicos, e a riqueza mineral do estado, não proporcionaram a população um desenvolvimento da sua condição de vida. Muitos trabalhadores exerciam suas funções por longos e exaustivos períodos, a alimentação era precária, e o salário ínfimo, essas condições não eram apenas infligidas aos mineiros, mas também aos trabalhadores urbanos e rurais do estado. Os impostos recolhidos pelo governo estadual e federal não se converteram em benefícios a população do estado, que vivia majoritariamente nas regiões rurais ao entorno das cidades, e que por vezes enfrentava secas prolongadas, e escassez de alimentos (Menezes; Nobrega, 2010).

O Governo Vargas apesar de buscar o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil, centralizou seus esforços sudeste e sul do país, cabendo as demais regiões os papéis secundários na economia pós-guerra. Como consequência do estado de precariedade que viviam, milhares paraibanos migrariam para outros estados nas décadas futuras, em busca de melhores condições para suas famílias, em especial para as regiões sul e sudeste, tidas como eixo econômico da nação. Enquanto a mineração continuaria sendo uma das atividades mais rentáveis do estado.

## NOTAS

1 A Revolução de Constitucionalista de 1932 foi desencadeada pelo descontentamento da burguesia cafeeira paulista com os rumos da política nacional, pautada na centralização do poder no âmbito federal. Este movimento armado iniciado em julho opôs forças federais às milícias do Estado de São Paulo até outubro do mesmo ano, quando a escassez de recursos e o avanço das tropas federais obrigou a rendição dos revoltosos.

2 As discussões entorno da natureza do Estado, tema amplamente debatido na Europa e em outros países na América Latina, polarizaram posições: havia setores favoráveis à manutenção de um Estado Liberal descentralizado e com limitado poder de intervenção no plano econômico, social, político, e cultural e outros, seguindo as novas tendências internacionais, favoráveis a um modelo de Estado forte e intervencionista. No plano político, os conflitos foram violentos em torno da questão da centralização política versus autonomia dos estados. (CAPELATO, 2015, p.114)

- 3 Segundo o Código de Minas brasileiro em seu artigo 36º: entende-se por lavra, o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas. (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2011, p. 37)
- 4 Segundo o Código de Minas brasileiro em seu artigo 4º: considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa. (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2011, p.26)
- 5 Cristais de quartzo, comumente identificados como cristais de rocha, e considerado o segundo mineral mais abundante na Terra, possui diversas cores e formatos cristalográficos. É matéria-prima de diversas indústrias, pois é deste mineral que se extrai o silício utilizado na fabricação de instrumentos eletrônicos.
- 6 Ágata é uma variedade criptocristalina de quartzo, apresentando diversos tons de cores dispostas em faixas paralelas em camadas, apresentando assim o processo de cristalização e deposição mineral. São muito utilizadas na confecção de utensílios para decoração.
- 7 É composta de granulados minerais com alta concentração de ilmenita, mineral metálico do qual se extrai ferro e titânio, é encontrado na natureza em depósitos sedimentares, nas proximidades do litoral.
- 8 A importância deste mineral será mais bem trabalhada na próxima parte do trabalho.
- 9 O manganês chega ao mercado em duas formas: no estado natural e tratado. Este último é beneficiado com o objetivo de ser empregado em diversos produtos, tais como: baterias, agricultura (fertilizantes, fungicidas, rações), agente de secagem de pintura, agentes oxidantes para corantes, aromatizantes e agente de vedação, bem como aplicações no meio ambiente (tratamento de água, controle da poluição do ar, aditivos de combustão) e na hidrometalurgia (urânio e zinco), entre outros. (ANDRADE; DUTRA; PENNA; SAMPAIO, 2005, P. 516)
- 10 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização fundada em 30 de março de 1935, sob os auspícios do Partido Comunista Brasileiro (PCB), reunido intelectuais, funcionários públicos, professores, profissionais liberais e operários na luta contra o fascismo e o imperialismo no Brasil. (VIANNA, 2015)
- 11 O grupo das micas possui mais de 30 minerais classificados em micas ditas verdadeiras, micas frágeis e as de intercadas deficientes. Os minerais de mica mais conhecidos são: moscovita, biotita, lepidolita, glauconita, paragonita, flogopita, dentre outros. Como se observa, o grupo das micas é composto de inúmeros minerais, portanto, neste trabalho, propõe-se fazer uma abordagem da moscovita, por ser o mineral mais conhecido e com maior número de usos industriais.(...) A comercialização mais significativa da mica ocorre segundo a conhecida forma, folhas de mica, cujo preço é função das dimensões de suas folhas. Assim, aquelas folhas mais puras e sem defeitos, que não prejudicam o corte e a perfuração das mesmas, são as que possuem melhores ofertas de mercado. Entretanto, há demanda crescente por mica com granulometria fina para fins nobres, como pigmentos para indústrias de colorificios, plásticos e cosméticos. Esses produtos de mica são obtidos por flotação e ainda moídos ou micronizados. Essas micas podem ser obtidas a partir de pegmatitos com zoneamento bem desenvolvido. (BALTAR, Carlos Adolpho Magalhães; CAVALCANTE, Patrícia Maria Tenório; SAMPAIO, João Alves, 2005, p. 531-532)
- 12 Instituição pública americana responsável por pesquisas relacionadas a minerais, solos, topografia, ecossistemas, riscos ambientais e etc. Foi fundada em 3 de março de 1879, através de uma ato do Congresso norte-americano para incentivar pesquisas minerais.
- 13 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais é uma empresa pública brasileira veiculada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas minerais em território nacional.
- 14 A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em outubro de 1932, com nítidas simpatias pelo movimento fascista internacional. Encontrou no Brasil solo fértil para suas ideias autoritárias, devido aos séculos de escravidão. Era composto por membros da classe dominante, altos escalões militares, setores da classe média urbana, e operários. (VIANNA, 2015, p. 69)

15 A scheelita é um mineral que apresenta altas concentrações de tungstênio, que devido a sua resistência a altas temperaturas é empregado na produção de filamentos de lâmpadas, tubos de raios catódicos e válvulas termiônicas, resistências de aquecimento.

## REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Mônica Calixto de; DUTRA, Achilles Junqueira Bourdot; PENNA, Márcio Torres Moreira; SAMPAIO, João Alves Sampaio. **Manganês**. In. Rochas e Minerais Industriais / (orgs.) Adão Benvindo da Luz e Fernando Antonio Freitas Lins. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005, p. 515-530. Disponível no site: < <http://mineralis.ce-tem-.gov.br/handle/cetem/522> >. Acesso. nov. 2020.

BALTAR, Carlos Adolpho Magalhães; CAVALCANTE, Patrícia Maria Tenório; SAMPAIO, João Alves. **Mica**. In. Rochas e Minerais Industriais / (orgs.) Adão Benvindo da Luz e Fernando Antonio Freitas Lins. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005, p. 531-544. Disponível no site: < <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/522> >. Acesso. nov. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade** / (orgs.) Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca. – São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BEZERRA, Marcelo Soares; NESI, Júlio de Resende. **Berilo**. In. Rochas e Minerais Industriais / (orgs.) Adão Benvindo da Luz e Fernando Antonio Freitas Lins. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005, p. 305-326. Disponível no site: < <http://mineralis.cetem-.gov.br/handle/cetem/522> >. Acesso. nov. 2020.

BRASIL. Código de Mineração (1967). Código de Mineração: e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 112 p. – (Coleção ambiental; v. 2). Disponível no site: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bits-tream/handle/id/496300/000961769.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: nov. 2020.

CAPELATO, Maria Helena Capelato. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?**. In. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; p.107-144. (O Brasil Republicano, v.2)

COMPANHIA, VALE DO RIO DOCE. **Guia de fontes arquivísticas para a história da mineração do Brasil (1889-1990)**. Rio de Janeiro: DNPM /CVRD, 1993.

COSTA, Paulo. **O Maior sonho brasileiro converte-se em realidade**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.6, nº 35 (1º de novembro de 1942), p.227-228, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucio-nais/Red-edebibliotecas---Rede-Ametista/Acervo/Biblioteca-Virtual1327.ht-ml>>. Acesso: nov. 2020.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica** / Felipe Demier. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Muad X, 2013.

FERREIRA, José Aderaldo de Medeiros. **Trilhas da Mineração no Seridó** / José Aderaldo



de Medeiros Ferreira. – Campina Grande-PB. SEBRAE, 2011.

FRIELE, Berent. **Expansão Industrial e Comercial do Brasil**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.8, nº 43 (Abril-Junho, 1944), p.15-19, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucio-nais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Acervo/Biblioteca-Virtual1327.ht-ml>>. Acesso: nov. 2020.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

GUIMARÃENS, Caio Pandiá. **O Código de Minas**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.7, nº 41(Novembro-Dezembro de 1943), p.295, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.b-r/publique/R-edes-Institucionai-s/Rede-de-Bibliotecas---RedeA-metista/Acervo/Bibliot-eca-Virtual-132-7.html>>. Acesso: nov. 2020.

GUIMARÃES, Djalma. **Contribuição do Brasil em minerais estratégicos para o esforço de guerra aliado. Entrevista com o Coronel Benjamin Namm**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.7, nº 42(Janeiro-Março de 1944), p.345, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.b-r/publique/R-edes-Institucionai-s/Rede-de-Bibliotecas-RedeA-metista/Acervo/Bibliot-eca-Virtual-1327.html>>. Acesso: nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **A Contribuição Brasileira de Minerais Estratégicos para as Nações Unidas. Apreciações do Coronel Benjamin Namm ao deixar a chefia da Comissão Americana de Compras no Brasil**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.8, nº 43(Abril-Junho de 1944), p.55-57, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.b-r/publique/R-edes-Institucionai-s/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Acervo/Bibliot-eca-Virtual-1327.html>>. Acesso: nov. 2020.

GUARANÍS, Melcíades Ipiranga. **Niquel do Brasil**. In. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.3, nº 13 (Maio-Junho, 1938), p.12, ene. 1936-1978. Disponível no site:<<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucio-nais/Rede-de-BibliotecasRed eAmetista/Acervo/Biblioteca-Virtual1327.ht-ml>>. Acesso: nov. 2020.

LEOPLODI, Maria Antonieta P.. **A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência**. In. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; p.241-286. (O Brasil Republicano, v.2)

MENEZES, Marilda Aparecida; NÓBREGA, Jose Aderivaldo da Silva. **Homens “subterrâneos”: o trabalho informal e precário nos grandes garimpos de Junco do Seridó**. In Revista Raízes, v. 30, nº 2, jul.-dez./2010, p. 140-152. Campina Grande: UFCG, 2010. Disponível no site: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/is-sue/archive>>. Acesso: nov. 2020.

MORAIS, José L. Jacques de. **A questão crucial do Código de Minas**. Autor: José L. Jacques de Moraes. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.1, nº 3 (Setembro-Outubro, 1936), p.85-86, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/RedesInstitucionais/Rede-de-Biblioteca---Rede-Ametista/Acervo/Biblioteca-Virtual1327.html>>. Acesso: nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **O Japão com importador de produtos minerais do Brasil**. Autor: José L. Jacques de Moraes. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.1, nº 5 (Março-Abril, 1937), p.219-224, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Biblioteca---RedeA-metista/Acervo/Biblioteca-Virtual-1327.html>>. Acesso: nov. 2020.

NETO, Lira. Getúlio: **Do Governo Provisório á ditadura do Estado Novo (1930-1945)** / Lira Neto. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013

SILVA, J. J. de Lima e. **O Berilo e sua situação em face á guerra**. Revista de Mineração e Metalurgia. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.6, nº 34 (1º de setembro de 1942), p.173, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/R-redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---RedeA-metista/Acervo/Biblioteca-Virtual-1327.html>>. Acesso: 23 jan. 2016.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial** / Antônio Pedro Tota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANNA, Marly de Almeida G.. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935** / In. . O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Organização de Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 7º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (O Brasil Republicano, v. 2)

WRIGHT, Carles Will. Recursos do Brasil em Minerais Estratégicos. **Revista de Mineração e Metalurgia**. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, v.6, nº 36 (Janeiro-Fevereiro de 1943), p.273-276, ene. 1936-1978. Disponível no site: <<http://www.cprm.gov.br/publique/R-redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---RedeA-metista/Acervo/Biblioteca-Virtual-1327.html>>. Acesso: 23 fev. 2016.

# OS BÔNUS DE GUERRA E O FINANCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO CONFLITO MUNDIAL

André Barbosa Fraga<sup>1</sup>

Este artigo faz parte de uma agenda de pesquisa que tem por intuito analisar as políticas culturais de produção de cartazes desenvolvidas pelo governo Vargas (1930-1945). Embora produzidos aos milhares no período, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), não havia trabalhos historiográficos que se debruçassem sobre essa questão, fundamental para compreendermos os projetos políticos desenvolvidos pela administração de Getúlio no executivo federal. Abrimos tal discussão com um artigo publicado na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, no qual estudamos um concurso de cartazes promovido pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1939, para estimular a adesão da população à nova lei do serviço militar, instituída naquele ano (FRAGA, 2020). A presente pesquisa é uma continuidade desse esforço de compreensão a respeito da produção de cartazes pelo governo Vargas. Contudo, está ancorada em outro contexto, o da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Procurar-se-á analisar um concurso de cartazes criado em 1943 com o objetivo de estimular a população brasileira a comprar bônus de guerra para financiar os custos da participação do país no conflito.

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em 1941, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor, acabou contribuindo para modificar a posição até então neutra do Brasil. Vargas passou a negociar com os norte-americanos o fim das relações que mantinha com o Eixo. Segundo o acordo fechado entre as duas nações, o Brasil cederia bases militares no Nordeste e matérias-primas aos Estados Unidos em troca do investimento necessário ao reaparelhamento de suas Forças Armadas e à instalação de uma usina siderúrgica sob controle estatal. A entrada do Brasil na guerra deu-se em agosto de 1942. Segundo o conceito de “guerra total”, a mobilização da sociedade civil se tornava essencial para a vitória na guerra (HOBSBAWM, 1995). A partir dessa necessidade do envolvimento de todos para financiar a participação do Brasil, o governo Vargas optou por não criar novos impostos. Decidiu adotar um modelo já seguido em outros países: os bônus de guerra. Eles eram títulos públicos vendidos com a intenção de arrecadar dinheiro para os esforços de guerra. Quem os adquiria tornava-se um investidor e, no futuro, poderia resgatar o valor da compra acrescido dos juros do empréstimo.

Estabeleceu-se que a aquisição dos bônus era obrigatória para uma parte da população e facultativa para a outra, com base no imposto de renda. Sendo assim, um número considerável de brasileiros não era obrigado a adquirir. Consequentemente, o governo investiu em uma cam-

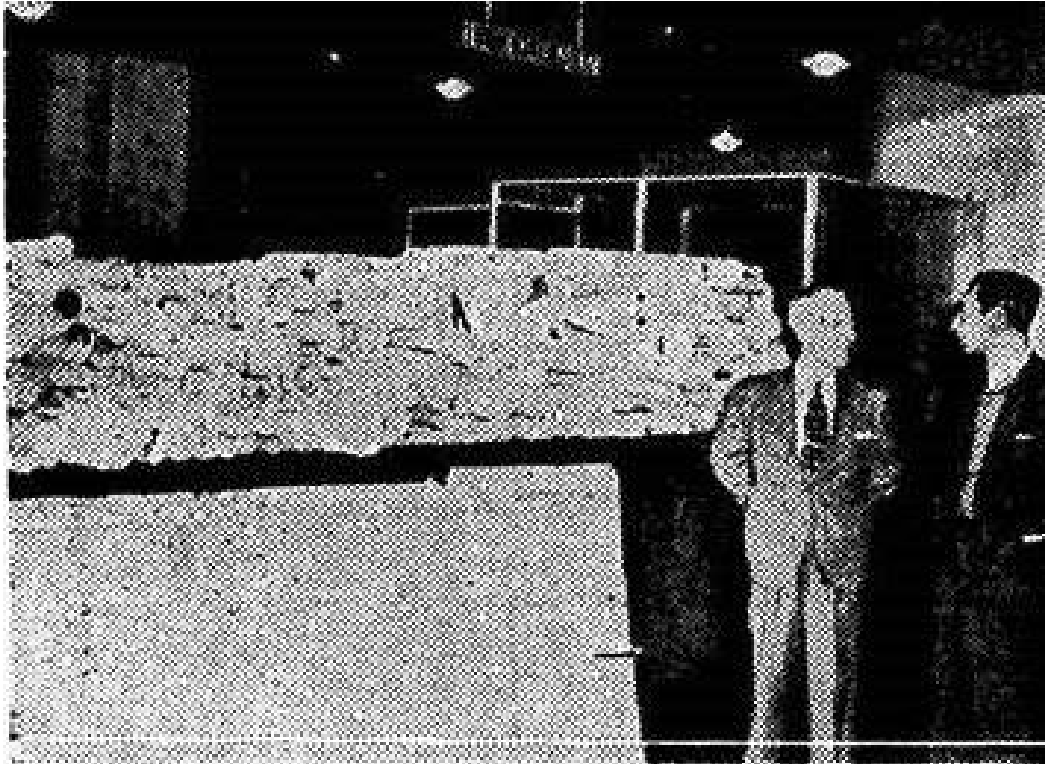
panha, em associação a entidades civis, para estimular aqueles que não precisavam colaborar a adquirirem os bônus de maneira espontânea. Para isso, é fundada a Comissão Executiva da Propaganda Nacional dos Bônus de Guerra, a qual teria a tarefa de articular a propaganda das obrigações de guerra em todo o território nacional. Ela era presidida pelo tenente-coronel Antonio José Coelho dos Reis, diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, e tinha como membros Romero Estellita, Pedro Rache, Oscar Santanna, Herbert Moses e Leopoldo da Cunha Mello. Sua sede ficava localizada no 7º andar da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (Gazeta de Notícias, 1943a).

Com o intuito de debater a respeito das melhores medidas a serem tomadas para disseminar entre a população a necessidade da aquisição dos bônus, a Comissão Executiva da Propaganda Nacional dos Bônus de Guerra reuniu-se em 7 de junho de 1943. No encontro, muitas estratégias de divulgação da campanha foram definidas, tendo uma delas sido considerada fundamental para ampliar o alcance dos esforços do Brasil no financiamento dos gastos com o conflito mundial, ao disseminar pelo território nacional a importância da aquisição dos bônus de guerra: o lançamento de um concurso de cartazes (A Noite, 1943a).

Já no dia seguinte à reunião o concurso foi divulgado nos jornais de grande circulação do Brasil, os quais apresentaram o edital com as regras da competição. Segundo ele, cada trabalho enviado deveria obedecer a seis condições: revelar-se simples e incisivo, apresentando de maneira imediata o objetivo patriótico da aquisição dos bônus de guerra; inserir frases curtas, as quais frisassem a intenção do cartaz; empregar no máximo cinco cores; estar formatado nas dimensões de 1m x 70cm; ser entregue até o dia 25 de junho, na secretaria da comissão, no 7º andar do edifício da ABI; e inserir no cartaz apenas o pseudônimo do autor, devendo ser entregue junto um envelope lacrado contendo a assinatura verdadeira dele (O Radical, 1943).

Os três primeiros colocados receberiam prêmios em dinheiro, respectivamente de 10.000, 5.000 e 3.000 cruzeiros. A comissão decidiu escolher uma parte de seus membros para fazer o julgamento: Herbert Moses, Leopoldo da Cunha Mello e Oscar Santanna. Estava previsto que o grupo se reuniria dentro de cinco dias após o término do prazo de inscrição, momento em que avaliaria os trabalhos inscritos e apresentaria os resultados. A inscrição na competição automaticamente proporcionava à comissão o direito de reproduzir quantas cópias dos cartazes vencedores julgasse necessárias (O Radical, 1943).

De acordo com os jornais da época, o concurso foi um estrondoso sucesso, contando com a participação de artistas do Brasil todo, sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (A Manhã, 1943). No último dia de inscrição, 25 de junho, o concurso chegou ao número total de 411 composições, considerado um recorde em competições desse tipo (Gazeta de Notícias, 1943b). Na imagem a seguir, da esquerda para a direita, Herbert Moses e o secretário da Comissão Executiva da Propaganda Nacional dos Bônus de Guerra, o jornalista José Custódio Barriga Filho, observam a pilha de centenas de cartazes formada após o encerramento do concurso.



Fonte: *Gazeta de Notícias* (1943b)

No dia seguinte, a Comissão Julgadora espalhou e prendeu, ao longo de um amplo salão, todos os cartazes recebidos, de maneira que os membros julgadores pudessem ter uma visualização tanto individual quanto em conjunto, permitindo uma melhor avaliação. Depois de encerrada essa organização, o júri pôde iniciar a análise das obras. Em vista do número significativo delas, optou-se por fazer uma primeira seleção, escolhendo as composições consideradas as melhores. Essa primeira etapa foi finalizada em 28 de junho, tendo como resultado a seleção de 71 cartazes. Na manhã do dia 29, a comissão voltou a se reunir, examinando dessa vez apenas esse conjunto menor de trabalhos, chegando à conclusão de quais entre eles seriam premiados (*Gazeta de Notícias*, 1943c; *Correio Paulistano*, 1943).

Silvio Lira Madalena, morador do Rio de Janeiro, recebeu, por meio do pseudônimo “Ariedan”, o grande prêmio de dez mil cruzeiros, ficando em 1º lugar (*A Noite*, 1943b). O cartaz de sua autoria apresenta um soldado morto em batalha, estendido de bruços sobre o solo, e a frase “Ele deu a vida e você? Bônus de Guerra”. O artista procurou passar a ideia de que se os militares brasileiros estavam dispostos na guerra a enfrentar a morte por sua pátria, o mínimo que se esperava dos civis era a compra dos bônus, acelerando a vitória contra o Eixo e garantindo que as vidas perdidas de tantos militares não teriam sido em vão.



Fonte: *A Noite* (1943b)

Já o prêmio de cinco mil cruzeiros, correspondente ao 2º lugar, foi entregue a Paulo da Rocha Gomide e a Americo Lani, também residentes no Rio de Janeiro. Eles haviam participado do concurso apresentando o pseudônimo de “9” (*A Noite*, 1943b). A composição elaborada pelos dois autores traz uma clara referência ao torpedeamento do navio “Baependi”, em 15 de agosto de 1942, causado por um submarino alemão, episódio trágico que matou 269 tripulantes. Essa agressão representou o primeiro ataque nazista em águas territoriais brasileiras e foi decisiva para o Brasil entrar na guerra ao lado dos Aliados (MOUTINHO, 2004). Na ilustração, que é acompanhada da frase “Vingai-nos, comprando Bônus de Guerra”, é possível observar a mão de uma das vítimas fatais do afundamento daquela embarcação, ao lado da boia salva-vidas do “Baependi”. Os autores do cartaz evocam o sentimento de revanchismo, tão presente na sociedade desde as primeiras incursões do Eixo à costa brasileira, buscando convertê-lo em motivação para a população adquirir os bônus.



Fonte: *A Noite* (1943b)

Por fim, o 3º lugar e, conseqüentemente, o prêmio de três mil cruzeiros foram entregues a Carlos Klanke, morador de São Paulo, o qual havia utilizado na inscrição o pseudônimo de “E você?” (A Noite, 1943b). Na composição dele, um militar é retratado com a cabeça enfaixada em consequência de algum ferimento causado por sua atuação no conflito mundial. A frase que acompanha o cartaz (“E você? Contribua para a vitória. Compre Bônus de Guerra”) segue lógica semelhante à empregada pelo trabalho que ficou em primeiro lugar. A responsabilidade pela vitória do Brasil estava nas mãos tanto dos militares quanto dos civis. Enquanto aqueles arriscariam a vida na guerra, estes, ao menos, precisavam financiar os custos da participação do país, garantindo que os crimes praticados pelos inimigos contra a soberania nacional fossem punidos.



Fonte: *A Noite* (1943b)

Com o objetivo de manter em destaque a campanha pela compra dos títulos, a Comissão Executiva da Propaganda Nacional dos Bônus de Guerra, assim que divulgou o resultado do certame, no dia 29 de junho, abriu na ABI, com entrada franca, uma exposição dos 71 cartazes selecionados entre os 411 iniciais (Gazeta de Notícias, 1943c; Diário de Notícias, 1943a). Por uma questão simbólica, a comissão escolheu o dia 21 de agosto para a entrega dos prêmios, por ele se aproximar da data em que o Brasil comemoraria o primeiro aniversário da declaração de beligerância contra os países do Eixo: 22 do mesmo mês (A Noite, 1943c). A fotografia abaixo retrata um momento da cerimônia de premiação, no qual aparecem, entre outros, a Comissão Executiva e os artistas vencedores.



Fonte: *Gazeta de Notícias* (1943d)



## NOTA

1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF. E-mail: andrebfraga@yahoo.com.br.

## REFERÊNCIAS

**A MANHÃ.** Hoje, às 17 horas, o encerramento do concurso de cartazes para a propaganda dos bônus de guerra. Rio de Janeiro, sexta-feira, 25 de junho de 1943, p. 2.

**A NOITE.** Reuniu-se, hoje, a comissão executiva da propaganda nacional dos bônus de guerra. Rio de Janeiro, segunda-feira, 7 de junho de 1943a, p. 2.

**A NOITE.** Os cartazes escolhidos para a propaganda nacional dos “Bônus de Guerra”. Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de junho de 1943b, p. 2 e 3.

**CORREIO PAULISTANO.** Concurso de cartazes para propaganda dos bônus de guerra. São Paulo, quarta-feira, 30 de junho de 1943, p. 2.

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS.** O concurso de cartazes para a propaganda dos Bônus de Guerra. Rio de Janeiro, quarta-feira, 30 de junho de 1943, p. 3.

FRAGA, André Barbosa. A contribuição do DNP para a defesa nacional: o concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 33, num. 3, set-dez. 2020, p. 176-197.

**GAZETA DE NOTÍCIAS.** Grande campanha pró-aquisição de obrigações de Guerra. Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 de maio de 1943a, p. 4.

**GAZETA DE NOTÍCIAS.** Propaganda dos Bônus de Guerra. Rio de Janeiro, sábado, 26 de junho de 1943b, p. 4.

**GAZETA DE NOTÍCIAS.** O concurso de cartazes para a propaganda nacional dos Bônus de Guerra. Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de junho de 1943c, p. 4.

**GAZETA DE NOTÍCIAS.** Campanha Pró Aquisição de Bônus de Guerra. Rio de Janeiro, domingo, 22 de agosto de 1943d, p. 4.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOUTINHO, Augusto Cesar Machado. O medo veio do mar. **Nossa História**, Ano 1, nº 11, set. 2004, p. 38-43.

**O RADICAL.** Em propaganda nacional dos Bônus de Guerra. Rio de Janeiro, terça-feira, 8 de junho de 1943, p. 2.

# ST 16

## A HISTÓRIA DOS VENCIDOS: MEMÓRIAS, VOZES E ESPAÇO DE LIBERTAÇÃO

Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva  
Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas



# A VOZ DO PROTAGONISMO: O USO DA HISTÓRIA ORAL NO CAMPO DA NOVA HISTÓRIA INDÍGENA

Dárcya Jeanne Silva de Araújo<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir como a história oral, enquanto metodologia da pesquisa histórica, contribui com o rompimento do silêncio imposto aos povos indígenas na História. Para tanto, propõe-se refletir sobre o advento do protagonismo indígena nos estudos da chamada nova história indígena no Brasil e de como essa nova perspectiva colabora com a desconstrução do lugar de não-existência produzido pelo conhecimento científico hegemônico, refletindo a partir dos conceitos de sociologia das ausências e ecologia de saberes, propostos por Boaventura de Sousa Santos. Como resultado, percebeu-se que o uso da história oral no campo história indígena se configura um importante instrumento de visibilidade do indígena como sujeito histórico ao trazer suas memórias e vivências para narrativa histórica.

**Palavras-chave:** História oral; Nova história indígena; Sociologia das ausências.

Dos relatos dos cronistas coloniais à historiografia tradicional do século XX, a imagem dos indígenas encontrada nas obras clássicas constitui uma visão estereotipada desses povos. A cristalização de um discurso que combinava indolência à barbárie legou aos povos originários um papel apático na História, como meras vítimas inertes e acomodadas diante de sucessivos processos de assimilação e genocídio. Isso quando não eram vistos e considerados como povos sem história<sup>2</sup>, em estágio inferior no processo de evolução para o estado dito *civilizado*.

Apenas recentemente, em meados da década de 1970, emergiu juntamente com a denominada “virada cultural” outra perspectiva com relação aos estudos de história indígena, o que posteriormente ficou conhecido como sendo a *nova história indígena*. O novo olhar lançado sobre os povos originários é resultado da aproximação entre a História e a Antropologia, se propondo pensar os contextos históricos em que tais indivíduos estavam inseridos e as diferentes estratégias de organização, luta e resistência empreendidas ora de maneira substancial, ora sutil, porém, todas faces de um protagonismo até então ignorado.

Discutindo aspectos fundamentais no processo de se pensar criticamente a história dos povos originários, Oliveira e Almeida (2016, p. 8) apontam a necessidade de se romper com o etnocentrismo e, mais do que apenas rejeitar a opinião da historiografia tradicional, buscar

compreender como esse ponto de vista, formado a partir das referências do colonizador, afeta a produção narrativa ao priorizar certos fatos e personagens em detrimento de outros. A proposta de investigação do passado por essa ótica rompe, assim, com a colonialidade do pensamento eurocêntrico, possibilitando que novas perspectivas surjam, outros personagens ganhem espaço nas narrativas e reconstruam um cenário até então inexplorado.

## DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Lançando luz sobre o protagonismo indígena, antes obscurecido ou deixado à margem nas narrativas históricas, põe-se em pauta outros debates a partir da crítica à invisibilidade a que foram submetidos os saberes produzidos por esses grupos e suas formas de organização, expressões e experiências. Apesar de a nova história indígena vir trazendo à lume vivências ignoradas e silenciadas na escrita da história, é importante, porém, entender que esse processo de apagamento do indígena como sujeito histórico, de rejeição do conhecimento produzido por esses povos e dos direitos que originalmente possuem, não se dá de modo fortuito.

Ao propor uma sociologia das ausências, Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 246) parte da concepção de que o que não existe, na verdade, é produzido como inexistente, ou seja, a ciência hegemônica não concebe experiências sociais que não partam de si, descartando e invisibilizando qualquer conhecimento que fuja da produção convencional. Dessa forma, as vivências dos povos indígenas foram – e, de certa forma, ainda são – desqualificadas como categoria de saber, sendo constantemente associadas à mitos ou folclores que depreciam seu caráter epistêmico e questionam a legitimidade de sua identidade.

Para a superação, então, das lógicas de produção de não-existência, Santos (2002) propõe uma sociologia das ausências a partir da substituição de tais lógicas de inexistência pelo que denomina de *ecologias*<sup>3</sup>. Para o debate proposto neste trabalho, partiremos da *ecologia de saberes* para pensar a produção e circulação do conhecimento histórico sobre os povos indígenas e de como essa propositura se relaciona com a história oral enquanto metodologia de pesquisa histórica.

Se contrapondo à monocultura do saber, em que a ciência moderna e a alta cultura se constituem como verdades e estéticas únicas, sendo a mais poderosa das produções de inexistência, a ecologia dos saberes parte da ideia da incompletude de todas as ciências, inclusive do conhecimento ocidental, possibilitando o diálogo e a disputa epistemológica que propicia a superação da ignorância. Nesse domínio da sociologia das ausências não se concebe, portanto, uma hierarquia entre os saberes, já que apenas através de uma relação dialógica de contribuição mútua é, então, possível romper com essa condição de inabilidade inerente a todos eles (SANTOS, 2002).

Pensando, assim, a educação básica como um espaço em que esses diálogos e disputas de saberes podem e devem ocorrer, é necessário reconhecer que a inserção da temática indígena nos currículos escolares, prevista na Lei nº 11.645/2008<sup>4</sup>, para além da inclusão de personagens indígenas, lugares e feitos, é a proposição de uma sociologia das ausências. Tal iniciativa tem por fim transformar a não-existência da história e cultura indígena em presença a partir de sua inclusão nos currículos e conseguinte discussão em sala de aula.

É, portanto, da possibilidade de circulação do conhecimento dos povos indígenas no mesmo espaço de circulação do conhecimento nomeado científico – a escola – que se pode pensar a práxis de uma ecologia dos saberes capaz de rescindir com o monopólio do pensamento científico hegemônico e eurocêntrico, como afirma Brighenti (2016, p. 251):

A sala de aula é o lugar privilegiado para estabelecer o diálogo de saberes, porque é o espaço em que a ciência se materializa e toma a dimensão social. A inclusão dos saberes indígenas significa mais do que apresentar a diversidade cultural. Significa dialogar a partir da multiplicidade de seus conhecimentos, suas sabedorias e suas cosmovisões, e estabelecer a interlocução com os conhecimentos ocidentais.

Se é certo, porém, que a Lei nº 11.645/2008 representa um passo importante em direção a uma educação intercultural e dialógica, não podemos também ignorar que, a despeito da iniciativa legal, a ausência dos saberes indígenas segue sendo perpetuada. Se nos voltarmos aos currículos escolares, por exemplo, perceberemos que, o conteúdo de História previsto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC ainda traz em seu bojo lacunas imensas sobre a história dos povos indígenas, sobretudo no que tange à história recente.

O pensamento evolucionista do século XIX, que acreditava que os índios seriam extintos ao longo do tempo, parece ainda presente nos livros didáticos e previstos nos currículos escolares. Além disso, a falta de acompanhamento e fiscalização da aplicação da lei nº 11.645/2008 contribui ainda mais para percepção do abismo entre a proposta transformadora que ela representa e sua capacidade de efetivo cumprimento (BRIGHENTI, 2016).

Compreendendo, porém, que, se o espaço escolar ainda resta a ser conquistado na luta por uma educação decolonial, capaz de trazer os saberes indígenas para participar dos debates epistemológicos promovidos nas salas de aula, no campo das pesquisas o debate sobre o protagonismo indígena na história vem ganhando cada vez mais espaço. A percepção de que ouvindo os indígenas seria possível obter respostas que os documentos oficiais não são capazes de responder, levou os pesquisadores a considerar novos caminhos metodológicos que permitissem ecoar a voz desses sujeitos subalternizados e, conseqüentemente, expandir a compreensão sobre o passado.

## CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL

Concebidos por muito tempo como povos ágrafos, a voz indígena foi constantemente silenciada sob a escusa de que, por não produzirem documentos escritos, não poderiam, assim, ocupar lugares centrais nas narrativas históricas. A sacralização de documentos escritos como as únicas fontes possíveis desconsiderava a tradição oral desses povos como fontes potenciais para a produção historiográfica. De modo que, dos relatos de viajantes e sertanistas aos documentos oficiais de Estado, a voz do indígena era substituída pela fala e interpretação de quem produzia tais vestígios escritos. Nesse sentido, Portelli, (1997, p. 37) chama a atenção para o fato de que

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido o controle sobre a escrita e deixaram para atrás de si um registro escrito muito mais abundante.

Como ressalta Portelli, as fontes orais não excluem a importância das fontes escritas. Não há uma hierarquia entre elas, porém, é necessário refletir, à luz do que pensou o autor, sobre a origem e a autoria dessas fontes, de maneira que, problematizando-as, possamos compreender que elas também estão marcadas por certa subjetividade, quer sejam orais, quer sejam escritas. Nesse sentido, cabe a elas funções específicas no processo de investigação do passado.

Uma vez, então, que as fontes escritas, sobretudo oficiais, são em grande parte vestígios produzidos pelas classes dominantes, que não só detém o domínio da escrita como também reproduzem o discurso hegemônico de poder, o uso de fontes orais, muitas vezes, se perfaz o único caminho para enxergar sujeitos, saberes e experiências que ficaram à margem da oficialidade, abrindo espaço para a construção de uma *história vista de baixo* (FREITAS, 2004, p. 184). É, portanto, dessa complementaridade e da multiplicidade de memórias que se pode extrair a relevância da oralidade e do uso dessas fontes para a pesquisa em história indígena, ao passo que permitem que atores de fora dessa classe dominante possam verbalizar suas experiências, oferecendo, assim, uma perspectiva outra de saber à narrativa oficial.

Num diálogo com a sociologia das ausências, podemos inferir que a história oral tanto pode visibilizar os saberes indígenas quanto pode igualmente ignorá-los, a depender das escolhas do pesquisador ao se apropriar do método da história oral. Se tomarmos como exemplo a invasão de territórios indígenas durante a Ditadura Militar a partir da documentação gerada pelos órgãos estatais ou, ainda, realizar entrevistas com pessoas não-indígenas que estiveram envolvidas nessas ações, é de suma importância e, certamente, oferecerá contribuições à reflexão histórica sobre o período e a temática.

No entanto, a realização de entrevistas com indígenas que viveram o período e experienciaram esses processos de invasão de suas terras, relatando não apenas os fatos em si, mas toda

a subjetividade que envolve a relação cultural com o território, permitirá ao pesquisador um olhar sobre outra perspectiva do poder exercido pelo Estado e dos impactos que tais atuações impuseram a esses povos. Nesse sentido, se referindo à pesquisa de história oral relacionada à classe operária, porém numa lógica claramente aplicável à reflexão que ora propomos, Portelli (1997, p. 37) entende que

[...] o controle do discurso histórico permanece firmemente nas mãos do historiador. É o historiador que seleciona as pessoas que serão entrevistadas, que contribui para a modelagem do testemunho colocando as questões e reagindo às respostas; e que dá ao testemunho sua forma e contexto finais. Embora aceitando que a classe operária fale através da história oral, é claro que a classe não fala no abstrato, mas fala para o historiador, com o historiador e, uma vez que o material é publicado, através do historiador.

O autor chama a atenção para a responsabilidade do historiador como entrevistador e produtor das fontes orais, ressaltando como a escolha e aplicação desse método está diretamente ligado a esse encontro de versões oficiais e não-oficiais, de saberes produzidos nos espaços do exercício do poder eurocêntrico ou nesses lugares marginalizados, concebidos como inexistentes e não-credíveis. É nesse sentido que Freitas (2004, p. 185) defende que a história oral precisa estar consciente da importância do diálogo com o *outro* na produção do conhecimento histórico, preocupando-se em resgatar aqueles cuja voz foi negada, de maneira a construir um saber que esteja comprometido com a experiência de vida desses indivíduos.

Por fim, pode-se perceber que a utilização dessa oralidade tão característica das diversas culturas indígenas, além de ser uma potente fonte histórica, já que por meio “da linguagem, um simples povoado ou uma nação inteira podem expressar sua maneira de pensar e conseqüentemente, atuar enquanto sujeitos históricos” (BRINGMANN, 2012, p. 11), é também um ato de ruptura com o pensamento ocidental hegemônico, ao passo que possibilita que esse protagonismo seja expresso pela voz do próprio indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma história em que os indígenas estejam contemplados em sua complexidade cultural, organizacional, política, de associações e resistências, e não apenas uma história adjacente à história do colonizador, passa, portanto, pelo desafio de se fazer uso da história oral como metodologia de pesquisa. Os silêncios que a história oficial não é capaz de elidir, ou, em determinados casos, nem sequer aborda, não podem ser ignorados.

Nessa lógica, a história oral se apresenta como uma alternativa metodológica poderosa na capacidade de integrar à história oficial as vozes das classes subalternizadas, deslegitimadas em suas existências e experiências pelo conhecimento eurocêntrico que não concebe saberes fora de si. Sem dúvida, a construção de uma sociologia das ausências no fazer historiográfico,

através da história oral, se perfaz um desafio ao pesquisador da história indígena, seja pelas especificidades que o próprio método impõe no campo da pesquisa com povos indígenas, seja pela escassez de trabalhos que envolvam esses dois elementos (SILVA e SILVA, 2010).

Contudo, se queremos ouvir os indígenas contando suas próprias histórias e construindo um caminho de encontro entre os variados saberes existentes, para além daquele convencionalizado como singular, precisamos enfrentar o desafio de promover a produção do conhecimento histórico epistemologicamente plural e capaz de ocupar um lugar de escuta das muitas vozes que, com força, emergem dos silêncios.

## NOTAS

- 1 Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: darcyajeanne@gmail.com.
- 2 “De taes povos na infancia não ha história: ha só ethnographia” (VARNHAGEN, 1877, p. 23)
- 3 Boaventura de Sousa Santos (2002) discute cinco lógicas de produção da não-existência: monocultura do saber; monocultura do tempo linear; lógica da classificação social; lógica da escala dominante; e lógica produtivista; para as quais propõe uma sociologia das ausências baseada em cinco ecologias: ecologia de saberes; ecologia das temporalidades; ecologia dos reconhecimentos; ecologia das trans-escalas; ecologia da produtividade.
- 4 A Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, tornou obrigatória temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos currículos escolares.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, cap. 8, p. 151-168.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade e decolonialidade no ensino de História e Cultura Indígena. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Protagonismo Indígena na História**. Coleção Educação para as relações étnico-raciais. Erichim, RS: UFFS, 2016, p. 233-256.
- BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2012.
- FREITAS, Edinaldo. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. In: **História Oral**, São Paulo, n. 7, p. 181-197, jun. 2004,
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. 235 f. Tese (Livre-docência em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Prefácio. In: SOUZA,



Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Protagonismo Indígena na História**. Coleção Educação para as relações étnico-raciais. Erichim, RS: UFFS, 2016, p. 7-14.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan-jun. 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Vol. I. 2 Ed. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, 1877. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>. Acesso em 29 de ago. 2020

# AS MELODIAS DE ZAPATA: O MOVIMENTO ZAPATISTA E A CANÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA

Jefter Cavalcante Porto<sup>1</sup>

Celso Gestermeier do Nascimento<sup>2</sup>

## “YA BASTA”

O dia primeiro de janeiro de 1994 estava previsto para marcar a efetivação do NAFTA – Tratado de Livre Comércio da América do Norte – que reúne Estados Unidos, Canadá e México. Mas, ao raiar do dia, também foi a data em que uma guerrilha surgiu no estado de Chiapas, conhecido pela carência de infraestrutura básica para educação, saúde, moradia etc, e de um passado que reflete a história do México desde o século XV, ou seja, de exploração das comunidades indígenas, de riquezas naturais e expropriação de terra.

Tal ação guerrilheira em Chiapas, que terminou com ocupação de dezenas de cidades do estado, trouxe à tona a visão de guerrilheiros indígenas - em sua maioria de origem maia – “midiáticos”, a começar pelo uso de máscaras que, soube-se depois, tinha a intenção simbólica de criar identidade entre os indígenas, pois cada um poderia vir a se tornar o rosto escondido de todos os explorados mexicanos.

As notícias logo se espalharam rapidamente não só pelo México como pelo resto do mundo, levando ao conhecimento da existência do Exército Zapatista de Libertação Nacional e de suas intenções de dialogar com o governo mexicano, buscando soluções para os problemas das comunidades indígenas.

Logo de início chamou atenção o uso da internet pelos zapatistas, caracterizando seu movimento como uma “netwar”, ou “guerra da tinta”, e seu site – [www.ezln.org.mx](http://www.ezln.org.mx) – invadiu rapidamente lares mundo afora, pois diariamente eram colocados comunicados, explicando a revolução, pedindo ajuda e se apresentando ao mundo. A partir do subcomandante Marcos - líder militar dos revoltosos, que se apresentou a serviço de um grupo de anciãos – muita “tinta” ganhava o ciberespaço, chamando atenção para o fato de que, uma revolução que se auto intitulava “indígena” – e não mais “camponesa” – utilizasse instrumentos tecnológicos de ponta, já que na América Latina as comunidades indígenas são vistas até hoje como uma espécie de “infância da humanidade” e, portanto, o atraso tecnológico deveria ser uma de suas características, ou até mesmo de “ódio contra as máquinas”.

Outra questão que se colocou na época é que os comunicados zapatistas atraíam pela forma como eram elaborados: além de discussões políticas ou econômicas, apresentaram também uma linguagem poética, lírica, com pequenos contos – atribuídos a Marcos - que exploraram questões cotidianas de um projeto político de oposição ao neoliberalismo. Porém, ao partir de questões locais, os zapatistas mostraram que muitas das suas reivindicações podiam ser percebidas como emblemáticas para várias regiões do mundo, tais como a preocupação com a preservação da natureza, os melhoramentos sociais, proteção a grupos em estado de miséria, oposição à política neoliberal etc. Nesta grande rede de comunicações, muitos movimentos sociais poderiam tecer juntos motivos de luta, transformando-se em “redes de solidariedade”.

Então, a palavra zapatista começou a correr o mundo e se transformou no maior instrumento de luta de seu povo, superando as preocupações militares, lembrando que entre as comunidades indígenas americanas a palavra é um elo fundamental entre a comunidade do passado e a comunidade do futuro e, por isso, a comunicação era importante para eles.

Podemos citar como exemplo a criação de personagens pelo subcomandante Marcos em particular dois: em primeiro lugar o escaravelho Dorito, um inseto “de viés marxista”, dotado de um mini micro computador e de ideias agressivas com relação ao neoliberalismo, ao lado de uma imagem romântica de cavaleiro andante, armado de um clipe de papel, um capacete de noz, e um cavalo-tartaruga chamado Pégasus: ele era um personagem trapalhão, engraçado, que constantemente interagiu com o subcomandante Marcos e em geral roubava-lhe coisas, como bolachas ou cordão das botas. Por outro lado, tivemos o personagem velho Antônio: um bruxo que que rememorava as antigas tradições maias para o subcomandante, nas noites frias da selva Lacandona, ou seja, a partir de uma do curso da palavra escrita o subcomandante Marcos corporificou a sua própria influência recebida nas selvas de Chiapas: por um lado a marxista, trazida de sua militância intelectual e, por outro, a tradição secular maia que aprendeu com os chiapanecos.

Esse é apenas um exemplo de como os artistas revolucionários começaram a “guerrear”, abandonando as armas e recorrendo a palavras, imagens, sentimentos, solidariedade. É neste contexto que nosso trabalho se insere: a recuperação de uma visão romântica, utópica, que propõe que “um outro mundo é possível”, mas um mundo de símbolos, encantado, que passa também por uma visão “artística” de protesto e de vida: a partir de uma bibliografia que discute a relação história e música, temos que ela aparece como importante elemento na constituição da guerra zapatista, tanto a música endógena quanto de grupos estrangeiros ao México, que abraçam a causa zapatista, levando-a a ser conhecida através da arte.

## **A ARTE NOS MOVIMENTOS POPULARES**

“Entre as inúmeras formas musicais, a canção popular (verso e música), nas suas diversas variantes, certamente é a que mais embala e acompanha as diferentes experiências humanas.”<sup>3</sup>

A relação entre a arte e os movimentos sociais, por muito tempo, foi relegada a um segundo plano. As problemáticas e os vieses analíticos usados para estudar os levantes populares que eclodiam ao longo da história mostraram-se, muitas vezes, incompletos, aliando exclusivamente aspectos políticos e econômicos, esqueceram-se do panorama artístico, cultural e intelectual ao qual os grupos estavam envolvidos. Contudo, como apontam José Gaspar Bisco Jr. e Sonia Cristina Lino (p.1, 2006), as transformações pelas quais os estudos históricos passaram durante o século XX demandaram do historiador novas posturas diante de seus objetos de estudo, desta feita, a “cultura popular” <sup>4</sup>passou a figurar entre os interesses do fazer historiográfico.

Ao nos depararmos com movimentos das classes populares e que, no dizer gramsciano, propõe-se a uma ação e uma comunicação contrahegemônica<sup>5</sup>, precisamos entender que as capilaridades e o leque das lutas desses subalternizados estendem-se ao panorama cultural e artístico, no que Netto (2007, p. 319), em sua tese de doutoramento, chama de “cultura de luta”, visto que tais manifestações artísticas desenvolvidas ou vinculadas aos movimentos sociais são essenciais para a própria “pedagogia do levante”, a arte aparece, pois, como um elemento privilegiado de expressão e contestação.

Visto isso, nos propomos a reduzir os aspectos artísticos analisados ao âmbito musical, seja em sua produção exógena ou endógena, e a importância da canção para o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Como defendido por Netto (Ibidem), longe de estar unicamente ligada aos aspectos artísticos, a cultura dos movimentos sociais representa sua ‘cosmovisão’, a forma pela qual compreendem o mundo, sendo produzida na própria dinâmica das lutas sociais. Dessa forma, a arte popular revela aspectos intrínsecos de cada movimento, suas especificidades e seus contextos históricos, contudo, como apontado por Roseli Caldart (2017, p. 16):

A cultura partilha do conjunto de relações sociais de produção que constituem a estrutura social como um todo [...]. ‘Mas, ao mesmo tempo, a cultura instaura relações sociais específicas à natureza de sua atividade produtiva. Precisa ser entendida na sua autonomia e na articulação com outras esferas que compõem a sociedade.’

Entende-se, pois, a formação de uma teia de relações específicas pautadas pela “cultura de luta” nesses movimentos sociais, incorporada e articulada a todas as esferas que os compõem. Por essa razão, é latente a importância da compreensão do universo sociocultural dos movimentos populares, permitindo assim atentar-se ao processo de formação subjetiva dos sujeitos, evocando a experiência humana de participação em lutas e nas reivindicações as quais o movimento encabeça (NETTO, op. cit.).

Desta feita, “o compromisso primeiro da cultura é com a reprodução da sociedade em seu conjunto, exatamente porque é instaurada pela necessidade social de organização” (CALDART,

op. cit., p. 36). Por essa razão, no caso do neozapatismo, analisar a canção<sup>6</sup>, enquanto produto cultural como ressaltado por Caldart, nos coloca diante de uma compreensão mais profunda das lutas por terras, das reivindicações históricas dos povos indígenas e camponeses no México, da formação subjetiva dos sujeitos zapatistas e, sobretudo, nos imerge na realidade cultural chiapaneca. Compreendemos, pois, que:

Um movimento social que se traduz em cultura, nesta concepção, significa um movimento social enraizado, tanto no sentido de que suas raízes podem ser encontradas na própria memória histórica do povo a que representa ou do qual faz parte, como no sentido de que deita raízes para uma continuidade histórica que vai além de si mesmo [...] (Ibidem, p. 247)

Por essa razão, a produção musical, seja ela feita por parte dos próprios membros do EZLN ou por simpatizantes externos, cria uma rede de solidariedade global e atua como um vetor central na comunicação e propagação do ideário zapatista. A arte é um meio para a compreensão mais profunda do mundo (HILSENBECK FILHO, 2017) e, acreditamos, como proposto por Netto (op. cit.), que a música possui um papel de destaque, em especial, no que diz respeito ao potencial comunicativo e ritualístico da arte<sup>7</sup>, sintetizando as lutas ao longo do tempo histórico e refletindo em seus versos e acordes a dura realidade a qual os camponeses e indígenas do EZLN são submetidos.

## **“SOMOS INDÍGENAS E TAMBÉM GUERREIROS”: <sup>8</sup>A CANÇÃO COMO ALIADA NA LUTA ZAPATISTA**

A cultura zapatista, ao emergir da dinâmica de lutas as quais os seus atores sociais estão envolvidos, nos mostra uma mescla entre lutas do passado e do presente, uma resistência contra à miséria e a morte, o descaso governamental e a destruição das suas terras. A cultura de luta e o enfrentamento permeiam a estética zapatista, sua produção artística e os discursos do Subcomandante Marcos (hoje conhecido por Subcomandante Insurgente Galeano), porta-voz do movimento até o ano de 2014, deixa isso claro, ao se referir às armas de fogo:

Certamente não é a única arma que temos, como mostra o aço que nos veste. Nós temos outras. Por exemplo, nós temos a arma da palavra. Temos também a arma da nossa cultura, do nosso modo de ser. Nós temos a arma da música, a arma da dança. (MARCOS, 2001)

A música faz parte desse fazer artístico produzido na própria dinâmica da luta social. No caso da canção, temos alguns aspectos particulares a serem ressaltados, o primeiro deles diz respeito ao papel pedagógico da arte e, nesse caso específico, da música popular; José Miguel Wisnik (2017), trata-a como sendo resultado de uma relação simbiótica entre som, ruído e silêncio, fomentando na música uma linguagem própria, uma ordem intrínseca particular. Para Wisnik ela se revela como a *presença do ser* exteriorizada pela articulação encantadora entre a palavra

e a música gerindo a canção, como elemento puro e essencial dessa relação contraditória da humanidade, existindo e sentindo de forma imanente e objetiva, ao passo que ressignifica a sua vivência material a partir de realidades intimamente subjetivas, psicológicas e emocionais.

A produção artística adquire, pois, um caráter constitutivo de uma pedagogia da luta do movimento, expressando participação e atuando como instrumento de interpretação da realidade e amadurecimento político da ideologia zapatista. Mostrando-se como oposição a cultura dominante e suas práticas, atuando no germe da transformação social proposta através de uma “desalienação cultural” (CALDART, op. cit., p. 54), a cultura alcança e expande seu potencial pedagógico à preparação da mudança estrutural proposta pelas suas lutas sociais.

No caso específico da canção temos que “o canto é a estruturação musical da palavra, portanto, organização temporal de ritmos, frequências e timbres que demonstram a profunda tessitura da palavra” (SCHERER, 2010, p. 248). De maneira análoga, como aponta Augusto de Campos (apud MORAES, op. cit., p. 221), “a palavra cantada não é a palavra falada, nem a palavra escrita”, a compreensão do binômio melodia-poesia é essencial para o entendimento da obra, visto que questões como altura, timbre, intensidade, duração e divisão silábica dos versos são essenciais para compreender uma canção (além de revelar aspectos da produção artística, seja em questões culturais presentes ou herdadas ou no que tange aos gostos particulares daquele grupo).

Tendo isso em vista, a musicalidade do movimento zapatista, além de trazer alento, atenuar os sofrimentos e servir para fins lúdicos, transporta uma mensagem de luta capaz de arregimentar os próprios chiapanecos para o apoio maciço as suas demandas; por exemplo, o Hino do Movimento Zapatista é uma demonstração clara da pedagogia pela canção, dotado de frases de efeitos, lemas do movimento e refletindo a realidade daquele povo, como atesta Netto (op. cit., p. 323): “os hinos dos movimentos são um grande exemplo de como as canções podem servir como manifestos políticos”,

Como nos fala Marcos Napolitano (2002), ao nos depararmos com a canção enquanto objeto de estudo, ao contrário do que foi comum por muito tempo na historiografia, não podemos nos ater somente ao aspecto lírico/poético da obra, uma vez que a canção é justamente a junção destes com a parte musical, desta forma, uma análise unicamente da letra torna-se incompleta. No caso do específico movimento zapatista a estética é deveras importante para evocar e solidificar os seus discursos, coincidindo com o que Augusto Boal (apud HILSENBECK FILHO, *Ibidem*) trata por “estética do oprimido”, criando pontes de solidariedade que integram o EZLN, internamente e externamente.

Para a relação com as pessoas exteriores ao movimento (sobretudo no caso dos zapatistas, visto que a comunicação é a principal arma que usam para a sua luta), a significação do mundo pela canção e a sua divulgação nos mostra uma visão da realidade à contrapelo, libertando-os das narrativas tradicionais e dos setores hegemônicos da indústria cultural e jornalística, um

pequeno exemplo da resistência e da autonomia pretendida pelo EZLN. Por essa razão, observa-se a criação de

uma estética política zapatista capaz de construir janelas e pontes para o reconhecimento do outro, que apesar de suas diferenças (ou talvez sobretudo por elas) mantém, também, uma relação de igualdade e, portanto, de possibilidade de unidade na diversidade. (HILSENBECK FILHO, op. cit., p. 85)

Somado a isso, a canção, por atuar no “universo da sensibilidade” (MORAES, op. cit., p. 211) pressupõem relações próprias marcadas pelas condições históricas e pela relação entre o som, a criação, a execução e os receptores da obra musical. Além do potencial comunicativo e pedagógico, a música se alia a resistência cultural zapatista permitindo a criação de uma simbologia e uma construção ritual da canção. Enquanto produto cultural, a música reflete as características em que está envolta a sua realização, isso torna-se claro no gênero musical, nas técnicas instrumentais empregadas, no estilo vocal, na língua em que é cantada (sobretudo no caso dos zapatistas, uma vez que a resistência linguística nativa é algo marcante) e nas suas formas de veiculação e reprodução.

Ao tratar da música para além da sua materialidade, buscando compreender as subjetividades e a “metafísica” por trás dela, Wisnik (2017, p. 30) ressalta:

A música, sendo uma ordem que se constrói de sons, em perpétua aparição e desaparecimento, escapa à esfera tangível e se presta à identificação com uma outra ordem do real [...]. O som tem um poder mediador, hermético: é o elo comunicante do mundo material com um mundo espiritual e invisível.

Estabelecendo o que o mesmo autor chama de “valor de uso mágico” do som, a questão ritual e identitária, tão marcante em qualquer movimento com características próprias, tem na música um ponto central. O EZLN é uma organização que valoriza muito o aspecto ritualístico e cerimonial das suas ações (VARGAS, op. cit.), basta ver, por exemplo, a forma como veiculam sua imagem e a indumentária mascarada clássica que sempre se faz presente em suas aparições públicas. Contudo, não só o aspecto imagético é importante, mas, como ressalta Miguel Arcanjo Lima Maia (2015), a música sempre fez parte vitalícia em rituais e ritos ao longo da história, sendo o neozapatismo um dos primeiros movimentos revolucionários pós-modernos, em um contexto de fluidez das identidades, a manutenção de rituais e de uma estética própria atua como fator importante para afirmação de sua identidade na contemporaneidade.

De maneira análoga, a canção, tendo em vista as tênues fronteiras para a sua expansão, em razão sobretudo da autonomia comunicativa que o EZLN vem alcançando, seja através do rádio ou da internet, atua de diversas maneiras com as culturas exteriores ao movimento. A sua efetividade e seu poder de ação se dão desde uma criação de uma rede de solidariedade exógena aos chiapanecos até uma forma de relação com a própria cultura musical das elites, interagindo

do, resistindo e influenciando (MORAES, op. cit., p. 214). Desta feita, como coloca Vinci de Moraes, a relação dialética de trocas contínuas e permanentes entre um cancionário contrahegemônico advindo de um movimento popular e as esferas dominantes estabelecem uma forma de atuação e de contestação das estruturas de poder que vai além dos aspectos econômicos e políticos.

## CONCLUSÃO

Desta feita, é notória a contribuição do movimento Zapatista no campo da experiência autônoma, uma contribuição vasta e que engloba diversas dimensões e, por conseguinte, o universo da estética e da arte (HILSENBECK FILHO, op. cit., 2017). Como apontado por HILSENBECK FILHO, é um movimento antiglobalização que, a partir da comunicação, mas, sobretudo das artes (em especial da música popular) criou uma rede de apoio interna e externa; a música passa, pois, a atuar como vetor de luta indispensável para o EZLN, não só um aspecto acessório, mas uma de suas armas mais importantes e letais.

Concordamos, pois, com o que, de maneira até um tanto quanto romântica, afirma Caldart: “a cultura popular como o que de mais puro e revolucionário exista na sociedade, sendo o único instrumento verdadeiro de transformação social”. A música gestada a partir da realidade de lutas dos zapatistas acaba por gerar engajamento na própria região da Chiapas, serve para ritos religiosos e cerimônias culturais, designa um papel de identidade e identificação, sobretudo entre a população nativa (essa identificação se dá em duas esferas: uma ligada aos costumes, gostos, idiomas e valores que embalam as canções e outra que faz referência ao conteúdo poético e didático das canções, evocando da realidade campesina e indígena, gerando identificação com a realidade dos chiapanecos) e, por fim, atua como propagando e vetor de dispersão da comunicação zapatista para o mundo.

A música é, pois, um local privilegiado de expressão e de manifestação artística para os zapatistas, sobretudo em razão do seu foco na guerrilha de informação e na busca por se infiltrar nos centros culturais hegemônicos a fim de subvertê-los. Além disso, a arte musicada é algo presente em todos os movimentos sociais e em todas as comunidades visto que, ao passo que se desenvolvem e complexificam os seus laços sociais, acabam por gerar caracteres musicais totalmente próprios e de identificação relacionados com a sua história e os contextos coletivos e individuais de produção cultural; Scherer (op. cit., 2010) reforça isso ao dizer que:

A música se faz presente em todas as manifestações sociais e pessoais do ser humano desde os tempos mais remotos. Schaeffner (1958) explica que mesmo antes da descoberta do fogo, o homem primitivo se comunicava por meio de gestos e sons rítmicos, sendo, portanto, o desenvolvimento da música, resultado de longas e incontáveis vivências individuais e sociais.



Para além das próprias necessidades humanas sobre o fazer musical e suas implicações, o uso das canções para (e pelo) EZLN se enquadra no que Caldart define como sendo “o nascimento do artista orgânico” (CALDART, op. cit., p. 15) – seria esse um tipo particular de intelectual orgânico, conforme o conceito de Antonio Gramsci – trata-se, pois, da produção artística por parte de camponeses e indígenas chiapanecos, mas não apenas por eles, se encaixam nessa categoria, segundo Caldart (Ibidem), “os artistas tradicionais que por origem ou identificação política se engajam na luta [...]”, fazendo de sua arte um instrumento para ajudar e fazer crescer a luta e as reivindicações dos zapatistas.

Nesse contexto, o EZLN assume uma posição extremamente privilegiada uma vez que cada vez mais grupos musicais aderem as causas do movimento e o propagam em suas canções, temos, por exemplo, o cantor *Manu Chao* e a banda de metal extremo *Brujeria*, ambos usam sua arte como vetor de apoio e engajamento para a luta zapatista, atuando como agentes exógenos e artistas orgânicos que se infiltram numa estrutura hegemônica (a indústria da música e toda sua estrutura de poder) e a confrontam. O que vem acontecendo, desde o fatídico primeiro de janeiro de 1994, é que, como aponta HILSENBECK FILHO (op. cit.) houve um amplo movimento de apoio musical ao EZLN no que ele define como sendo “um amplo fenômeno de ressonância musical no terreno dos movimentos sociais e, também, um novo tipo de ativismo e identidade na cultura popular” (op. cit., p. 80).

Os insurgentes chiapanecos avançaram nas demandas pela democratização dos meios de comunicação, da informação e das artes. O grupo que mais se destaca nesse aspecto é o *Rage Against The Machine* (RATM), tendo uma carreira consolidada e amplamente premiada (inclusive alcançando o topo da *Billboard 200* com o seu álbum *Evil Empire*, de 1996, dois anos após a eclosão da guerrilha zapatista e que abordava de maneira direta em suas canções a temática do EZLN), a banda dedicou grande parte de suas canções a valorizarem e retratarem a realidade do estado da Chiapas. É bem verdade que, desde sua fundação, a banda se propôs a misturar o peso das guitarras do *Metal* com a ferocidade das letras de *Rap* em um caldeirão temperado com uma pitada de anseios revolucionários e críticas ferozes ao capitalismo,

Contudo, é inegável que o EZLN se apresentou como assunto privilegiado em toda a produção artística do RATM, partindo desde aspectos como a temática das suas canções, a estética da capa dos álbuns e das apresentações ao vivo, até a realização de shows em Chiapas, produção de DVD temático (*The Battle of Mexico City*) que, de maneira documental, aborda o movimento Zapatista e a realidade desses povos.

Observa-se, pois, que a importância da canção enquanto instrumento de luta não se restringe apenas as fronteiras chiapanecas, mas estabelece redes de apoio globais e com estilos musicais diversos, fazendo com que novas classes e setores do mundo globalizado, que, normalmente não tomariam conhecimento da realidade dos camponeses e indígenas no sul do México pelas mídias hegemônicas tradicionais, passem a conhecê-las e, por muitas vezes, a

apoiá-las. Nisso consiste a guerrilha de comunicação do EZLN, tendo a música como uma de suas metralhadoras mais potentes.

## NOTAS

- 1 Graduando em História da UFCG.
- 2 Prof. Dr. Da UFCG.
- 3 MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 20, nº 39, 2000, p. 204
- 4 Como definida por Roseli Caldar (2017, p. 175), cultura popular é “a que encarna concretamente as contradições sociais que definem a produção cultural numa sociedade de classes”
- 5 Denis de Moraes, professor da UFRJ, em artigo para a editora Boitempo, elenca que a comunicação contrahegemônica (ou alternativa) é definida por uma contraproposição crítica, se define pela oposição política-ideológica dos grupos midiáticos, atuando como vetores de comunicação no campo popular, aliado com as forças sociais em uma luta pela “democratização da palavra”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/27/o-papel-e-os-desafios-da-comunicacao-contra-hegemonica-em-rede/>. Acessado em: 25 de out. 2019.
- 6 Para nosso trabalho usaremos a definição de canção tal qual propõe Diogo Silva Manoel (2014): “quando nos referimos ao termo canção, que é o foco desta reflexão, estamos especificando que verso e música juntos formam a canção como tradicionalmente a conhecemos”
- 7 Netto faz referência há quatro funções da arte, sendo estas: “veículo da mística e da ritualística dos movimentos; a arte simplesmente como celebração que dá sentido a existência com dignidade e gozo; a arte como dimensão do misterioso e do maravilhoso; a arte como comunicação e expressão da consciência” (Ibidem, p. 319). Acreditamos, pois, que a canção popular atinge todas essas esferas de função artística, por essa razão, nos propomos a analisá-la como meio para a compreensão das lutas zapatistas
- 8 MARCOS, Subcomandante. Da cultura underground à cultura da resistência. Discurso no “Multi-forum Alicia”. Trad. Yara Aun Khoury, 2001, p. 280.

## REFERÊNCIAS

- BISCO JR., José Gaspar; LINO, Sonia Cristina. Guerrilha Eletrônica: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o uso das mídias audiovisuais contemporâneos. “Usos do passado” – XII Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, 2006.
- CALDART, Roseli. **Sem-terra com poesia**: a arte de recriar história. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- CASTELLS, Manuel. A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global. In: **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HILSENBECK HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. Arte e estética política zapatista: o I Festival CompArte pela humanidade. São Paulo: **Lutas sociais**, v. 21, nº 39, p. 77-92, 2017.
- MAIA, Miguel Arcanjo Lima. **Black blocs, rituais e iniciação**: O desconhecido e os grupos contemporâneos. UFRJ, 2015.

MANOEL, Diogo Silva. Música para historiadores: [Re]pensando canção popular como documento e fonte histórica. ANPUH-MG: **Anais do XIX Encontro Regional de História**, 2014.

MARCOS, Subcomandante. Da cultura underground à cultura da resistência. Discurso no “**Multiforum Alicia**”. Trad. Yara Aun Khoury, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 20, nº 39, p. 203-221, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO Celso Gestermeier do. Guerreiros Zapatistas: Velho Antonio e Don Durito. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. N. 3, 2003. Disponível em <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/1350/1221>. Acesso em 21.nov.2020.

NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. **A mística da resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. USP: São Paulo, 2007.

SCHERER, Cleudet de Assis. A contribuição da música folclórica no desenvolvimento da criança. Goiânia: **EDUCATIVA**, v. 12, nº 2, p. 247-260, 2010.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

# BLACK BLOCS: MODOS DE AGIR E DE SENTIR O FUTURO

Celso Gestermeier do Nascimento<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

No ano de 2013 multidões tomaram as ruas de São Paulo para protestar contra um aumento de 20 centavos da tarifa de transporte coletivo. Inicialmente o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad recusou-se a atender a reivindicação do cancelamento do aumento mas, com a continuidade do movimento atendeu a exigência dos manifestantes. Mas os protestos não pararam e, aos gritos de “não é só pelos 20 centavos” espalhou-se com outros conteúdos, como o “não vai ter Copa”, já em 2014.

Foi nesse contexto que apareceram os black blocs no Brasil: em sua maioria jovens, vestidos preferencialmente com a cor negra, jeans e máscaras passaram a ser vistos nas manifestações e, aos poucos se destacaram nas mídias que, por sinal, inicialmente ignoraram os protestos e aos poucos se renderam a eles e, “arrastadas” pelos acontecimentos passaram a fazer coberturas que destacaram o perfil dos manifestantes “pacíficos e democratas”, embora com alguns “vândalos infiltrados”, especialmente quando bancos tiveram vitrines quebradas ou quando agências de carros de luxo foram apedrejadas.<sup>2</sup>

## UMA RÁPIDA PASSADA PELOS “ANTEPASSADOS” DOS BLACK BLOCS

O autor Francis Dupuis-Déri (2014) traça, em seus trabalhos, um perfil histórico que leva ao surgimento dos black blocs, apontando um traço de continuidade do movimento que remonta aos inícios do século XX na Inglaterra com as ações das suffragettes, mulheres que lutaram por participação política, passando pelos anos de 1960, com manifestações da juventude norte-americana e europeia, em eventos tais quais o maio de 68 na França e “os 8 de Chicago” em 1969, a tradição anarcopunk, e os autonomen na Alemanha de 1980, focando na política igualitária participativa como elo entre eles, mas que periodicamente se insurgem contra uma cultura dominante e que, ao serem combatidos, desaparecem do cenário político, deixando uma “brasa” escondida, que virá ajudar a detonar outro movimento similar.

Desta forma, o autor destaca a origem dos black blocs:

Não se sabe ao certo quando o termo “black bloc” foi utilizado pela primeira vez. Alguns afirmam que foi em 1980, quando um chamado pela mobilização anarquista de primeiro de maio em Frankfurt pedia às pessoas que “se juntassem ao black bloc”: outra história localiza o surgimento do termo

meses depois quando a polícia avançou para desmontar “a República livre de Wendland”, um acampamento em protesto contra a abertura de um depósito de lixo radioativo em Gorbelem, Baixa Saxônia. Nos dias seguintes, foram organizadas manifestações em solidariedade sendo a mais famosa a “Black Friday”, em que, segundo consta, todas as pessoas estavam vestidas com jaquetas de couro preto e um capacete de moto com os rostos cobertos por bandanas pretas. As reportagens sobre o evento faziam referência ao Schwartzer Block, isto é, black bloc”. (DUPUIS-DÉRI: 2014, p.43)

Podemos observar nos autores um “rascunho” de afinidade dos blocs com a contracultura:

Este movimento foi organizado numa espécie de contracultura, diante da crise das identidades e tradições promovidas pelo domínio do modelo americano. Este movimento pretendia para si um novo começo para as subjetividades e culturas nacionais européias, partidas ao meio pela dominação pós-guerra, alquebradas e esquecidas, diante da crescente globalização. Ou seja, um movimento a sombra da globalização (MAIA: 2015, p. 58)

E ainda:

Em manifestos como a declaração de Port Huron, a Nova Esquerda adiantada falou de necessidades universais, como o aumento da democracia, mas estruturou suas discussões de maneira abstrata - sem nenhuma compreensão real do racismo e do sexismo. Como os comunistas soviéticos, eles eram incapazes de integrar o racismo e o patriarcado em suas análises da sociedade. (KATSIAFICAS: 2006, p.252)<sup>3</sup>

## **APENAS UMA TÁTICA!?**

Podemos, então, inserir os black blocs na trajetória do arsenal de ações construído a partir de experiências históricas dos dominados em luta contra os dominantes, vemos uma importante auto definição dos black blocs enquanto tática. Solano (2014) apresenta a fala de militantes sobre isso:

Como a tática do Black Bloc migrou de Berlim Ocidental nos anos 80 para Seattle em 1999? Os sociólogos Charles Tilly, Doug McAdam e Dieter Rucht mostraram que, em diferentes períodos e lugares, existem repertórios de ações coletivas consideradas efetivas e legítimas para a defesa e promoção de uma causa. Tais repertórios são transformados e disseminados ao longo do tempo e através das fronteiras, de acordo com as experiências dos militantes e as mudanças no clima político.<sup>4</sup> (DUPUIS-DÉRI: 2010, p.52)

Para entendermos um pouco melhor a importância do movimento black bloc enquanto tática recorreremos ao trabalho de Michel de Certeau (2011):

(...) a tática depende do tempo, vigiando para “a captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (assim,

no supermercado a dona de casa em face de dados heterogêneos e móveis, como as provisões no freezer, os gostos, apetites e disposições de ânimo de seus familiares, os produtos mais baratos e suas possíveis combinações com o que ela já tenha em casa etc), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (CERTEAU, 2011, p.45-46)

Certeau diferencia a tática, instrumento dos dominados, da estratégia, definidora dos dominantes:

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. (CERTEAU, 2011, p. 93)

E, assim, complementando:

Black bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática. Uma tática não envolve relações de poder globais, nem tomadas de poder, um pouco tenta se livrar do poder e da dominação. Uma tática não envolve uma revolução global. Isso porém, não implica renunciar ao a ação e ao pensamento político. Uma tática como a dos black blocks é uma forma de se comportar nos protestos de rua. Ela pode ajudar a dar voz às pessoas que protestam na rua oferecendo-lhes a oportunidade de expressar uma crítica radical ao sistema, ou fortalecendo sua capacidade de resistir aos ataques da polícia contra a população. (DUPUIS-DERI: 2014, 11)

No que tange a organização dos black blocs podemos dizer que se trata de atividades que não exigem muita coordenação e que focam numa resistência fluida, que adquire diferentes configurações, como o próprio conceito dos “blocs” sugere. No entanto, eles podem ser bem sucedidos no enfrentamento com a repressão policial graças a tal organização:

“uma mulher que participou de vários black blocs no Quebec disse que essa forma de organização propicia um lugar, um espaço seguro onde os indivíduos podem se reunir, onde se sentem seguros porque as pessoas ajudam umas às outras, e outras pessoas estão ajudando por trás das linhas de frente. Algumas gostam da ação, do ataque, outras preferem proteger o grupo, especialmente contra infiltradores policiais, representantes da mídia e agentes da polícia”. . (DUPUIS-DERI: 2014, 62)

Tais questões nos permitem perceber elementos que compõem um “projeto de futuro” difuso nos black blocs: ações que se renovam e se transformam conforme a conveniência do momento, assim como a camaradagem e a segurança que provem aos seus membros, como modelo anti-capitalista.

## UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL?

É interessante que a mídia tenha divulgado a imagem dos blocs como “vândalos”, pois eles foram “bárbaros” que ajudaram a destruir Roma, berço da civilização ocidental. Isso nos parece uma boa metáfora: os bárbaros germânicos se insurgiram contra os “civilizados” romanos: a eterna luta entre a civilização e a barbárie.

A ordem racional do capitalismo tornou-nos consumidores, sujeitos de liberdade como “passeadores de shoppings” e “acumuladores de inúteis mercadorias”. Enquanto elege alguns para modelos de empreendedores, relega milhões ao “fracasso” culposos. Desse jeito, podemos observar os black blocs como frutos deste tempo, em que junto com a riqueza e a felicidade plastificada, o sistema nos ofereceu miséria e sofrimento, obrigando-os a tornarem-se os novos bárbaros, os “losers” urbanos.

Como bárbaros os blocs se encaixam numa sociedade “pré-racional”, encantada, tribal, prenhe de heróis guerreiros etc que foi destruída pelo capitalismo, a sociedade da produção, do materialismo, do desencantamento do mundo, do individualismo egoísta, das emoções contidas e acordos obscuros:

“cresci vendo como os políticos utilizam a violência para o que eles querem, como a polícia é utilizada politicamente. Aprendi isso, porque eu não posso fazê-lo, só o estado tem o monopólio dessa violência política? não, para mim não, eles não têm esse monopólio. Eu reajo a violência política deles com a minha. “ (SOLANO & MANSO & NOVAES: 2014, p. 108)

Na visão dos blocs, ódio e violência se completam contra a “ordem estabelecida”, produto da civilização. Então, o que melhor para definir tais movimentos como a-políticos, antigos, sem consciência? E o que melhor para compor o universo mental dos black blocs do que um mundo sem líderes, sem política, da anarquia? Um mundo movido não pela satisfação do consumo, mas pelo prazer, pela solidariedade, pelo conforto da fidelidade ao grupo, pela segurança? Pertencer a um grupo é ser por ele aceito, como um rito de passagem, como um guerreiro que precisa provar seu valor e dedicar sua vida ao coletivo<sup>5</sup>, daí o mundo “encantado”, movido por forças invisíveis, mitos, sacrifícios, lendas, recriar o mundo como emoção, sentimentos, como arte.<sup>6</sup>

Então, fazer um mundo novo com emoção, com arte:

A relação entre ação e cultura é complexa e múltipla. A música pode ajudar a decodificar a realidade de aumentar a sensação de pertencimento a uma comunidade, promover a solidariedade e confirmar a convicção de que o mundo é injusto e violento; ela também pode legitimar a violência contra a polícia e redimir o tumulto. Alguns músicos tocam em eventos de solidariedade a manifestantes e, em geral, também participam das manifestações. Além disso o ambiente da contracultura punk - assim como do hip hop, do techno e do eletro - é permeado de violência. Os punks vivem sendo hostilizados pela polícia, os shows são atacados por skinheads neonazistas, pessoas que ocuparam propriedade privada são brutalmente despejadas pela polícia é assim por diante. Em algumas ocasiões, as próprias letras das músicas são incorporadas aos protestos. (DUPUIS- DERY:2014 p.125)

Eis o “reencantamento do mundo”:

A destruição também é parte integrante desse processo em andamento - você precisa atacar e derrubar segmentos da sociedade para poder reconstruir novamente nas ruínas. Correndo o risco de soar clichê, minha crítica final ao editorial diz respeito à extensão em que parece ignorar a idéia de que atos de destruição podem estar intimamente ligados a atos de criação. Ações destrutivas podem criar espaços, físicos ou intelectuais, nos quais os projetos criativos e as sementes de uma nova sociedade podem florescer. Argumentar e fornecer exemplos de alternativas é crucial, mas também ilustra ativamente que as instituições que definem nossa sociedade não são infalíveis nem estão fora de alcance. O estrondo de uma janela de banco não cria uma nova sociedade, nem atear fogo a um carro da polícia. No entanto, essas ações mostram que o banco e as relações sociais que simboliza, (KOVICH: 2011)

E para construir uma nova sociedade é preciso começar pelas bases:

(...) existe na política uma hibridização da razão e da emoção (raiva, tristeza, medo, alegria, amor) que molda o pensamento e a vontade dos ativistas, lutando por uma sociedade consistente com seus princípios de liberdade, igualdade, solidariedade e justiça.<sup>7</sup>

(...) o termo “amilitant” é usado aqui para significar imediatamente a importância de amizade (ami é a palavra francesa para amigo) e a negação indicada pelo prefixo a-) da figura tradicional do militante, cujas ações e identidade foram em grande parte determinadas pelo patriotismo organizacional<sup>8</sup> (DUPUIS-DÉRI: 2010, p.60)

Tal “reencantamento” é, na verdade, um projeto de re-humanização a combater a sociedade robotizada. Portanto, a valorização do trabalho coletivo: artistas, médicos, advogados, professores etc que não permitem a proliferação de lideranças e concentração de poder, pois eles sabem que novas ações cotidianas valem mais do que os discursos e que as verdadeiras amizades se constituem na prática, no real do viver e compartilhar. Sabem que os mitos, os heróis das sociedades “bárbaras” sempre prometem voltar, retomar a luta, mesmo que a derrota seja certa. Tornam-se guerreiros românticos, às vezes transtornados e às vezes enfurecidos e violentos, que agora se foram e, como acontece como os mitos, um dia voltarão:

Se a globalização do pós-guerra pretendia instaurar uma “aldeia” global, robotizada e mecanicista, o autonomismo queria instaurar uma tribo a parte - antecedendo de alguma forma as subseqüentes tendências ideológicas dos movimentos New Age com sua carga naturalística e espiritual renovadora do contato do homem (industrial) com seu espaço. (MAIA: 2015, p.58).

Para concluir, gostaríamos de acrescentar que os black blocs fazem parte de uma tendência, tão humana à rebeldia, que sempre acaba se opondo à exploração e a desumanização do mundo. Cada vez que um projeto civilizatório pretender homogeneizar, dividir e explorar, algo como eles irá aparecer, e a história está cheia deles: em breve, sob as cinzas de 1999 em 1999 e 2013 no Brasil, a brasa da resistência detonará uma nova rebelião. Talvez os bárbaros tenham



a missão de lutar eternamente contra os civilizados, lembrando-nos que não somos máquinas, e nunca poderemos vir-a-ser.

## NOTAS

- 1 Professor da Unidade Acadêmica de História da UFCG.
- 2 A violência é, de fato, constituinte das ações black blocs, embora muito mais como espetacularização do que como ação efetiva, já que eles sequer têm condições de se opor às forças policiais.
- 3 In manifestos such as the Port Huron statement, the early New Left spoke of universal needs such as increasing democracy but framed its discussions abstractly - without any real understanding of racism and sexism. Like Soviet Communists, they were incapable of integrating racism and patriarchy into their analysis of society. (Tradução do autor). (KATSIAFICAS: 2006, p.252) (Tradução do autor).
- 4 How did the Black Bloc tactic migrate from West Berlin in the 1980 to Seattle in 1999'? Sociologists Charles Tilly, Doug McAdam, and Dieter Rucht have shown that, for different periods and places, there exist repertoires of collective actions deemed effective and legitimate for the defense and promotion of a cause. Such repertoires are transformed and disseminated over time and across borders in accordance with the experiences of militants and changes in the political climate. (DUPUIS-DÉRI: 2010, p.52) (Tradução do autor).
- 5 Talvez nada mais bárbaro do que isso, nos tempos atuais.
- 6 A própria violência é vista como arte por alguns blocs.
- 7 So there does exist in politics a hybridization of reason and emotion (anger, sadness, fear, joy, love) that shapes the thinking and the will of activists fighting for a society consistent with their principles of freedom, equality, solidarity, and justice. (DUPUIS-DÉRI: 2010, p.60) (Tradução do autor).
- 8 the term “amilitant” is used here to signify at once the importance of friendship (ami is the French word for friend) and the negation indicated by the prefix a-) of the traditional figure of the militant, whose actions and identity were largely determined by organizational patriotism. (DUPUIS-DÉRI: 2010, p.60). (Tradução do autor).

## REFERÊNCIAS

- CAPELLER, Ivan. A dupla máscara da anarquia Black Blocs, anonymous e outros fenômenos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.124-137, maio 2014. Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em 29.07.2019. ou <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3548>
- CARREIRO, Rodrigo. Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. **kLiinc em Revista**. Rio de Janeiro: v.10, n.1, p.241-257, maio 2014, Disponível em <http://www.ibict.br/liinc> Acesso em 29.07.2019.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes do fazer. RJ: Vozes, 2011.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contraponto :2003, p.19)
- DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. The Black Blocs Ten Years after Seattle: Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices. **Journal for the Study of Radicalism**, Vol. 4, No. 2, 2010, pp. 45–82.
- FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos Imaginários sociodiscursivos transgressivos sobre Black

Blocs. **Anais do II Congresso Internacional do Centre de Recherches Internationales sur l'Imaginaire**. Porto Alegre Imaginalis 2015. Disponível em [www.imaginalis.pro.br](http://www.imaginalis.pro.br) . Acesso 20 03 2020.

FIUZA, Bruno. Black Blocs: A origem da tática que causa polêmica na esquerda. **Falatório Política**. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>. Acesso em 25. Jun. 2019

KATSIAFICAS, Georgy. New social movements and the politics of identity. In **The subversion of politics: European Autonomous Social Movements and the Decolonization of Everyday life**. Oakland: AK Press, 2006.

KOVICH Tammy. O bloco negro e a nova sociedade. **Upping the Anti: a journal of theory and action**. EDIÇÃO 12/6/2/2011. Disponível em <https://uppingtheanti.org/journal/article/12-tammy-kovich-letter>

LIMA, Fátima Costa de & ARAÚJO Everton Lampe de. Pink Bloc e Black Bloc: A imaginação estética em táticas de resistência política. **Urdimento**, Florianópolis, v.3, n.33, p. 62-73, dez. 2018

LUDD, Ned. Urgência das Ruas: Black Bloc, Reclaim The Street e Os Dias da Ação Global. **Coletivo Sabotagem**, 2005. Disponível em: <http://anarkio.net/Pdf/UrgenciaDas-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>. Acesso 13.jun. 2019.

MAIA, Miguel Arcanjo Lima. **Black Blocs, rituais e iniciação**: o desconhecido e os grupos contemporâneos. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2015.

MALINI, Fábio Luiz de Lima & MOURA, Gabriel Herkenhoff Coelho & PASSOS, Nelson Aloysio Reis de Almeida. O Black Bloc e o papel das mídias sociais nas manifestações brasileiras de 7 de setembro de 2013. Villa Velha, **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 22 a 24/05/2014.

PINTO, Célia Regina Jardim Pinto. A Trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). São Paulo, **Lua Nova**,100: 119-153, 2017.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Vol. 21, nº 01, jan-jun/2002.

SOLANO, Esther & MANSO, Bruno Paes & NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo : Geração Editorial, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Francisco Luciano. Manifestantes e infiltrados: da excitação à transvaloração cínica nas manifestações de 2013 até 2016. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul./out., 2018, p. 537–574.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. SP: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward P. El delito del anonimato. In **Tradición, revuelta y consciência de classe**: estúdios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1979.

# JOSÉ COMBLIN: UM SACERDOTE “NÃO FEMINISTA” A SERVIÇO DA VISIBILIDADE DAS MULHERES NA IGREJA CATÓLICA\*

Elenilson Delmiro dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente texto apresenta um dos legados deixados pelo sacerdote católico José Comblin (1923-2011) na Paraíba a partir de uma de suas principais realizações: a Escola de Formação Missionária Feminina (1987), situada na cidade de Mogeiro/PB. Para tanto, estabelece como estratégia metodológica a História Oral, tendo como fonte básica as memórias e as narrativas de mulheres que, inicialmente, foram alunas de Comblin e, um pouco depois, se tornaram colaboradoras desse mesmo projeto. Por fim, conclui-se que apesar de Comblin não ter sido reconhecido como um teólogo engajado com as pautas dos movimentos das mulheres, tampouco com a teologia feminista, as reflexões que surgem dão conta que este sacerdote procurou se colocar nessa luta por meio de diferentes estratégias e campos de ação.

**Palavras-chave:** José Comblin; Mulheres; Formação; Religião.

## INTRODUÇÃO

O presente texto faz parte das pesquisas que venho desenvolvendo para minha tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. No referido estudo, tenho me dedicado a pesquisar a presença e a atuação do sacerdote católico José Comblin na Paraíba. Tendo nascido em Bruxelas, na Bélgica, em 1923, migrou para o Brasil em 1958, onde se instalou primeiro no Estado de São Paulo e um pouco depois veio para o Nordeste trabalhar na Arquidiocese de Olinda e Recife ao lado de Dom Helder Camara, em 1966. Por ser visto como um padre subversivo foi expulso do Brasil em 1972 pela Ditadura Militar. Apenas em 1980, com visto provisório, retornou ao Brasil onde, dessa vez, fixou sua presença e atuação na Arquidiocese da Paraíba.

Uma vez que passou a residir na Paraíba, na cidade de Serra Redonda e, sobretudo, quando passou a atuar pastoralmente ao lado do Bispo Dom José Maria Pires, enquanto este a frente da Arquidiocese (1965-1995), José Comblin encabeçou o desenvolvimento de importantes frentes de trabalhos a fim de propor novas perspectivas formativas e missionárias no âmbito desta Arquidiocese. Contando com o apoio de um grupo de colaboradores e colaboradoras, leigos/leigas; religiosos/religiosas, deu início a uma série de projetos que ajudou a redefinir a

perspectiva da Igreja Católica na Paraíba dentro do cenário nacional. Entre esses, destacam-se: o Seminário Rural fundado na cidade de Pilões, em 1981; O Centro de Formação Missionário (Masculino) fundado na cidade de Serra Redonda, em 1985 e a Casa de Retiro e Oração fundada na cidade de Bayeux, em 1995. Entre estes projetos, aqui o destaque é dado a Escola Missionária Feminina fundada na cidade de Mogeiro, em 1988.

Através dos depoimentos concedidos por algumas mulheres que ajudaram a construir parte dessa história, é possível dizer que esta Igreja local passou a ser reconhecida como um espaço onde o progressismo católico mais ganhou força e se materializou concretamente. Ao fazer uso da história do tempo presente, História oral, é possível confirmar não só a importância dos projetos de Comblin para o fortalecimento dessa Igreja progressista, mas a importância do papel de cada sujeito, particularmente das mulheres, na afirmação e permanência até hoje desses projetos.

Por tal percurso que marca a trajetória desse sacerdote e pelas questões que foram surgindo ao longo da pesquisa, é que o presente texto tem por objetivo apresentar alguns dos elementos pertinentes que torna possível reconhecer o sacerdote católico José Comblin como alguém que não só reconheceu, teoricamente, a necessária causa das mulheres, mas que procurou fazer, de modo prático, com que elas tivessem condições de lutar tanto por sua afirmação religiosa como, entre outros, por seus direitos sociais e políticos nos mais diferentes setores. Nessa direção, inclui-se como uma de suas maiores estratégias de ação a Fundação da Escola de Formação Missionária Feminina. Dessa Escola, teve origem um grupo de mulheres que ficaram conhecidas como as “Missionárias do Meio Popular”. Notadamente, o trabalho que passou a ser desenvolvido por essas missionárias, até hoje repercuti no meio pastoral não só dessa Arquidiocese, mas também nas Arquidioceses vizinhas.

Em vista disso, o texto se encontra dividido em dois momentos. No primeiro, procuro fazer um breve resgate da percepção histórica que Comblin teve da presença e atuação das mulheres nos poucos espaços que foram cedidos as mulheres na instituição patriarcal católica. Talvez seja melhor dizer nos espaços que foram conquistados com muito empenho por essas mulheres. No segundo momento, recorro ao tempo presente fazendo uso das memórias e das narrativas de algumas mulheres que tiveram suas vidas transformadas por conta da inserção destas nos projetos iniciados por Comblin em território paraibano, principalmente através da fundação do Centro de Formação Missionária Feminina.

## **AS MULHERES NA HISTÓRIA DA IGREJA, SEGUNDO COMBLIN**

A luta das mulheres por seu espaço e papel de visibilidade na Igreja Católica tem exigido, hoje, dessa instituição uma mudança no seu discurso que, entre outros, sempre pregou a manutenção da divisão social do trabalho e a restrição das mulheres ao mundo doméstico. Até então,

em pleno século XX e XXI, a Igreja, em sua totalidade, ainda não foi capaz de romper com essa antiga cultura teológica, com exceção de alguns dos seus representantes religiosos que, segundo Ivone Gebara (2012), conseguiram superar essa concepção e tem procurado dar um passo adiante, como parece ter sido o caso do sacerdote e teólogo católico José Comblin (1923-2011).

Ao longo de sua vida e obra, ao que sugere a Teóloga feminista Ivone Gebara (2012), o padre Comblin nunca assumiu a pauta do feminino como uma causa do seu interesse, tampouco a Teologia feminista. Mas, nem por isso, deixou de assumir a luta das mulheres nas mais diferentes esferas da vida, principalmente quando suas reivindicações assumiam causas concretas em favor da vida, sobretudo dos pobres. Os depoimentos e as narrativas ajudam a revelar que Comblin fez o que pode para colaborar para o desenvolvimento da causa de cada uma delas. Comblin foi, sem dúvidas, um teólogo que detinha um grande conhecimento da história da Igreja. Em um dos seus últimos livros, *A profecia da Igreja*, publicado em 2012, fez uma análise importante sobre a natureza profética da Igreja. Porém, um capítulo em especial chama a atenção por conta das personagens abordadas.

Ao tratar da profecia na idade média, Comblin dedica algumas páginas, poucas na verdade, para falar sobre um movimento feminino que, na segunda metade do século XII, surgiu com muita força e marcou o início da entrada das mulheres na Igreja, as beguinias.<sup>2</sup> Todavia, antes desse movimento, Comblin lembra que já tinham existido grandes místicas na história da Igreja, mas permaneciam isoladas e com pouca inserção na vida eclesial. Existiram também as ordens femininas, o problema é que mantinha uma forte conexão com as ordens masculinas. Mas, como exemplo de mulher que exerceu um importante papel profético no âmbito da Igreja, faz menção ao nome de Hildegarda de Bingen<sup>3</sup> (1098-1179). Hildegarda foi uma religiosa que passou toda sua vida num mosteiro, o que lhe conferiu uma sólida cultura e, por consequência, a possibilidade de manter contato com os mais importantes chefes da cristandade: papas, imperadores, bispos e abades. Mais do que isso, pode contribuir com significativas intervenções nos ensaios da reforma da Igreja, pregando missões e, principalmente, corrigindo o clero.

O movimento das beguinias se insere no âmbito das transformações econômicas, políticas e sociais que se operou na Europa Ocidental durante a idade média. Também na efervescência desse período, incluem-se algumas mudanças de natureza cultural e religiosa. Em face dessas novas possibilidades, que passam ainda pelo desenvolvimento social das cidades, começam a surgir novas espiritualidades a partir da expressão católica. Muito desses movimentos eram de caráter laical, entre os quais se encontram, justamente, o das beguinias.

De acordo com Comblin, esse movimento está na origem do próprio movimento místico que no século XIII vai penetrar nos mendicantes e até mesmo nas ordens monásticas. No seu entendimento, é um movimento que adquire importância na história porque mostra que diante de uma Igreja absolutamente institucional, poderosa e rica, que não se deixa abalar pelos gritos proféticos que se multiplicam, “surge paralelamente uma forma de cristianismo centrado no sujeito e na interioridade religiosa. Essa obra foi mérito das mulheres” (COMBLIN, 2008, p.

144). Não rejeitaram o sistema institucional da Igreja, mas conseguiram constituir um modelo próprio de vida cristã, livre, sobretudo, sem depender do sistema impositivo dos clérigos ou mesmo dos monges masculinos. “Como mulheres, estavam excluídas do poder, mas elas criaram para si um mundo religioso livre dentro do conjunto da cristandade” (COMBLIN, 2012, p. 145). Certamente, muito por conta disso, o movimento se tornou alvo de várias condenações pela instituição católica.

Ceci Baptista Mariani, numa linha de pensamento próxima a de Comblin, considera que o movimento beguinal está inserido num movimento maior, no caso, o de renovação da vida religiosa que a partir do século X espalhou-se por todos os países da Europa ocidental. Já no século XII, esse mesmo movimento passou a ser alvo da desconfiança eclesiástica. Afinal, associado a esse movimento, o fervor popular tocado por um clima de revolta começou a ganhar intensidade, profundidade e inquietude “diante de tudo o que consideram decadência do espírito primitivo da Igreja, inconformados, sobretudo, com o escândalo de um clero rico e poderoso” (MARIANI, 2012, p. 78). Ceci Baptista lembra que a primeira notícia que se tem de uma reprovação a esse movimento encontra-se em um pequeno tratado, *Scandalis Ecclesiae*, redigido por um frei franciscano, Gilbert de Tounay. O mesmo tinha sido destinado ao Concílio de Lyon, de 1274. As reprovações seguiram-se pelo Concílio seguinte, o Concílio de Viena (1311-1312). Foram muitas as motivações apontadas, mas a principal justificativa ficou por conta da obra *Le Mirouer des Simples Ames*<sup>4</sup> (*O espelho das Almas Simples*), de Marguerite Porete (1250-1310).<sup>5</sup>

No movimento das beguinhas, Marguerite Porete é, sem dúvidas, um dos nomes que até o presente tem inspirado a produção de inúmeros trabalhos acadêmicos que, de maneira geral, se debruçam sobre as mulheres intelectuais na Idade Média. Outros trabalhos também se direcionam para a espiritualidade dentro do espaço religioso. Mística e teóloga do século XIII, Marguerite Porete, através da *Le Mirouer des Simples Ames*, considerado por muitos como a grande obra prima literatura mística, sendo também o mais antigo da França, se tornou dentro do movimento das beguinhas uma das principais referências, senão a principal, do chamado movimento místico do livre espírito, do qual as beguinhas estavam associadas.

Fruto da efervescência espiritual do século XIII, esse movimento buscava, antes de tudo, o diálogo direto com o divino. “Seguidores do movimento do Livre Espírito buscavam uma ascese austera, perseguiram a união espiritual com Deus e, acreditavam, sobretudo, que esta união os libertaria do pecado e das restrições morais impostas pela igreja” (OLIVEIRA, 2018, p. 52). Vinculada a esse movimento, acredita-se que por intermédio de Marguerite Porete, a mística feminina começa a se constituir através da própria vida cotidiana, uma efervescência espiritual que se fazia fora do controle da igreja. A ortodoxia católica foi confrontada por uma espiritualidade assentada numa leitura da bíblia feita a partir da interpretação pessoal das mulheres. Com isso, a mística e a espiritualidade foram vivenciadas a partir dos valores da pobreza e da alteridade.

Apesar da contra-ofensiva do alto clero, para Ceci Mariani (2008), a obra de Marguerite Porete, *Le Mirouer des Simples Ames*, trás uma forte influência do neoplatonismo cristão, que tem por referência Santo Agostinho. Mesmo apresentando uma escritura sutil, que revela um romance de amor em tom alegórico e cortês, escrito em verso e prosa, ainda assim, sua obra apresenta uma consonância e continuidade refinada com a própria tradição teológica cristã. Com essa obra e, mais ainda, com sua ousadia e capacidade de integrar mística e dogma, Marguerite Porete “ousou comentar, discutir, atravessar e ultrapassar os limites que a instituição impõe à reflexão teológica, ousadia que acarretou como consequência para ela, a morte; e para o livro, vida para além do seu tempo, vida que talvez ainda possa iluminar a teologia em tempos atuais” (MARIANI, 2008, p. 14-15).

Em suma, guardadas as devidas proporções e circunstâncias históricas, o movimento das beguinhas, bem como a particularidade da vida de Marguerite Porete, vistas a partir da análise de Comblin, nos instiga o interesse de buscar algumas pontes que permitam um possível encontro entre esse movimento, surgido na idade Média, e as experiências religiosas femininas contemporâneas, sejam essas individuais ou coletivas.

## **MULHERES “PROFETAS E MISSIONÁRIAS” FORMADAS POR COMBLIN**

Entre os pesquisadores/as que estudam a vida e a obra de Comblin, é consenso que ele nunca colocou como pauta dos seus escritos temas relacionados ao feminino, tampouco se voltou para alguma análise na perspectiva desse movimento. Ainda assim, não desconsideram que, mesmo que indiretamente, Comblin contribuiu de alguma forma com as causas do movimento feminino.

Ao escrever um breve esboço sobre a *Visibilidade e invisibilidade das mulheres na vida e obra de José Comblin*, a teóloga feminista Ivone Gebara explica que Comblin assumiu de forma clara algumas das lutas das mulheres, em diferentes setores da vida. De acordo com essa autora, as posições públicas tomadas por Comblin em favor das mulheres deixam explícito “algumas linhas que se encontram com o feminismo e com a teologia feminista dos séculos XX e XXI” (GEBARA, 2012, p. 51). Desde a década de 1970, já existia por parte de Comblin o interesse que as mulheres estudassem teologia e desenvolvessem seus trabalhos missionários junto aos pobres. Gebara ainda explica que,

Comblin acreditava na importância da formação teológica das mulheres em vista da educação das comunidades cristãs. Através de suas ligações com a universidade católica de Lovaina e com outros centros internacionais de teologia, facilitava o acesso a bolsas de estudo nesses centros de pesquisa e estudo. Através do contato pessoal com ele, muitas de nós podíamos perceber o quanto ele apostava na constância e inteligência femininas para os

estudos. Com isso apostava na responsabilidade maior que poderiam ter na sociedade e na Igreja (GEBARA, 2012, p. 52).

Sendo ela própria resultado desse interesse de Comblin pela formação das mulheres, Ivone Gebara, dá o seu testemunho pessoal ao dizer que,

foi graças a ele que pude estudar na universidade católica de Lovaina e de certa forma continuar seu trabalho no instituto de teologia do Recife. E, graças a ele, muitas teólogas e biblistas da América Latina optaram por uma formação universitária em teologia para estar a serviço das comunidades cristãs. Mas não foi apenas em vista da universidade que Comblin apostou nas mulheres. (GEBARA, 2012, p. 52).

A meu ver esta narrativa, escrita em caráter de experiência pessoal, ajuda a pensar na contribuição “desconhecida por alguns” de José Comblin para as mulheres latino americanas. Por consequência, essas mulheres se tornaram agentes missionárias da Igreja dos pobres. Na dinâmica dessa Igreja elas ocupam um importante espaço. Não um espaço qualquer, mas um lugar histórico onde as decisões são tomadas com participação de modo justo e com equidade. Mas não pararam por aí. Além desse campo religioso, muitas dessas mulheres passaram a se dedicar a outros movimentos revolucionários nas mais diferentes frentes sociais. Avançaram no campo das políticas públicas e dos movimentos feministas. É claro que na instituição católica e na sua teologia oficial, tudo isso não tem sido bem aceito, muito menos valorizado por uma parte do corpo eclesial. Até hoje, é fato que existe uma resistência sobre o papel e a função das mulheres na Igreja e na própria sociedade.

Na contramão dessa orientação, as memórias e as narrativas femininas até então vem revelando que Comblin, de muitas maneiras, sempre apostou no público feminino.<sup>6</sup> Seja para a vida acadêmica ou para a vida missionária leiga, a inteligência, a capacidade de organização e articulação feminina, como Gebara já tinha lembrado anteriormente, sempre lhe motivou a tomar atitudes concretas no sentido de dar espaço e visibilidade para as mulheres. Comblin entendia que elas não poderiam ficar isentas de uma função maior. Por isso, a formação voltada para o público feminino, seja para a vida comunitária cristã, ou mesmo profissional, sempre teve um lugar privilegiado no pensamento de Comblin. Fátima Maciel (2018), em seu depoimento, chamou atenção para o sentimento paternal que ela nutria por Comblin. Sem hesitar, narrou que Comblin era como um pai para ela e que ele apostava nela de tal modo que queria que ela realizasse todo tipo de formação possível. Disse também que por ela ser uma mulher que gostava de se comprometer e fazer suas críticas, “de dizer as coisas”, isso foi motivo um grande motivos para despertar a atenção de Comblin.

O interesse de Comblin pela formação, a depender do momento e das circunstâncias, poderia ser em vista da formação universitária ou de uma formação para atuar frente às comunidades, a formação missionária. Contudo, as maiores revelações que pude encontrar se encontram na perspectiva da formação missionária. Nesse quesito, Comblin tinha uma maior



atenção com as mulheres, sobretudo com as do campo. Gebara lembra que ele acreditava que as mulheres do campo, particularmente, precisavam de uma formação mais adequada para enfrentar as dificuldades impostas pelo êxodo rural e pelo abandono cultural as quais as populações do campo passaram a ser submetidas. Comblin queria ajudar a superar essa questão. Movido por esse interesse é que “ele apostava nas lideranças femininas leigas e na sua capacidade de serem multiplicadoras na formação de pessoas responsáveis que podiam ajudar-se mutuamente” (GEBARA, 2012, p. 52). Foi com esse intuito que,

na década de 1980, ele se tornou um dos organizadores e o mentor das “missionárias do campo” do Nordeste brasileiro, conhecidas também por “missionárias do meio popular”. Organizou com elas um centro em Mogeiro, no estado da Paraíba, tornado depois escola de formação. Encontros e retiros periódicos foram organizados com o intuito de entregar uma formação humanista e cristã para mulheres. Muitas líderes do campo devem parte de sua formação à organização das missionárias do campo. Tornaram-se figuras ímpares nas paróquias e nas lideranças políticas locais sem deixar de provocar conflitos por seu compromisso, autonomia e responsabilidade social. Continuam até os dias de hoje como uma presença plural e eficaz em muitos povoados e pequenas cidades do Nordeste brasileiro (GEBARA, 2012, p. 52-35).

Quando se trata de resgatar esse projeto missionário, as diferentes narrativas muitas vezes contam a mesma história, porém contam de um jeito diferente. Cada uma delas guarda um ponto de vista pouco explorado, que é só seu. Outra voz que se coloca com grande autoridade e conhecimento de causa é a de Maria da Soledade. Ao dar início ao seu depoimento, o caminho que optou para construir sua narrativa foi por em evidência a sua relação com os movimentos que lutam pela terra. No seu caso, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Soledade fez questão evidenciar que o incentivo dado por Comblin para o seu envolvimento na luta pela terra foi de grande importância, pois ajudou a despertar nela, e em outras pessoas, o incentivo necessário a entrar na luta pela terra. “Padre Zé foi uma pessoa que ele sempre acompanhou a gente. Debaixo da lona quente, quando dava fé, ele chegava” (SOLEDADE, 2018). Conhecer Comblin e participar da formação em Mogeiro, conforme descreveu Soledade, “foi o ponto de partida para tudo isso” (SOLEDADE, 2018).

De fato, José Comblin esteve na origem da criação das Missionárias do Campo do Meio Popular, na década de 80. Mas não foi só ele. De fundamental importância para a formação desse projeto, foi à contribuição dada por outras mulheres que foram lembradas sucessivamente nos depoimentos. Dessas mulheres, três nomes se destacaram: Mônica Maria Muggler, irmã Mônica Lopes e irmã Socorro. Mônica Muggler, sua contribuição é amplamente reconhecida. Mais do que colaboradora desse projeto, ela mesma foi, e ainda é, uma missionária leiga, que atuou em parceria com José Comblin em vários de seus projetos de vida. Já a respeito da irmã Mônica Lopes, sobre essa, o que muito se lamenta é que por conta da sua vida consagrada, religiosa, ela teve que se ausentar dos trabalhos com a escola de formação em atendimento a

solicitação feita por sua congregação, que a transferiu para a cidade de Volta Redonda/RJ. Depois disso, foi eleita provincial da sua congregação e passou a residir em Belo Horizonte/MG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto específico desse breve texto, que no caso é refletir sobre visibilidade que o projeto formativo e missionário iniciado por Comblin procurou dar para as mulheres no âmbito da Igreja Católica na Paraíba, bem como a temática que o circunda, que tem haver com a inserção dessas mesmas mulheres em outras esferas da sociedade, além da religiosa, até aqui, tem ganhado grandes possibilidades investigativas tendo em vista que a pesquisa ainda se encontra em curso. No campo da história, através da noção da história do tempo presente e, sobretudo, da história oral, considero que seja preciso dar atenção aos desdobramentos que surgem desse caso aqui sucintamente refletido, pois eles se somam a outros eventos específicos que vão além das fronteiras locais.

Em busca desses desdobramentos recentes, é possível reconhecer que existem diversos caminhos para revisitá-lo. Sendo assim, apesar da vertente da história que trata do tempo presente ainda ser vista, por alguns, com desconfiança, prefiro me ater às possibilidades que sua abertura metodológica pode oferecer. Trabalhar com depoimentos orais, sendo que estes estão imbricados com a história vivida, história de pessoas que visualizaram e foram elas mesmas participantes da construção dessa história, é instituir uma fonte de pesquisa em que o tempo histórico esta em constante colocando em conflito o passado e o presente. Por isso, um choque para o historiador.

## NOTAS

\* De fundamental importância para a produção deste texto, tem sido o suporte financeiro oferecido pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

1 Graduado em História (UVA/CE) e Mestre em Ciências das Religiões (PPGCR/UFPB). E-mail: elenilsondelmiro@gmail.com

2 A partir do século XII, o movimento das beguinhas, ou beguinal, se desenvolveu na Renania e nos países baixos como uma alternativa mística e espiritual para a vida religiosa. Foi um movimento formado por mulheres, principalmente, e por homens que viviam em pequenas comunidades, casas agrupadas, no contexto das cidades. Em razão disso, pode-se dizer que foi um movimento que vivia na marginalidade, pois não obedeciam a uma regra específica estabelecida pela Igreja. Ao se conservarem como leigas e leigos, assumiam como compromisso fundamental a pobreza. As mulheres, chamadas de beguinhas, viviam da tecelagem, costura, entre outros trabalhos dessa mesma ordem.

3 Nascida na cidade de Bermersheim vor der Höhe, Alemanha, Hildegarda de Bingen, também conhecida como Sibila do Reno, foi uma monja beneditina, mística, teóloga, compositora, pregadora, naturalista, médica informal, poetisa, dramaturga, escritora alemã e mestra do Mosteiro de Rupertsberg em Bingen am Rhein, na Alemanha. É uma santa e doutora da Igreja Católica. É uma das primeiras compositoras de ópera da história. Foi abadessa de dois mosteiros, que ela mesma desenhou. Escreveu livros de medicina, teologia e filosofia. Trocou mais de 400 cartas com papas e reis. Faleceu em 17 de

setembro de 1179.

4 Essa é a tradução francesa para o título da obra de Marguerite Porete. Na edição romana encontramos *Le Miroir des Simples el aneanties* de Marguerite Porete.

5 As referências pesquisadas indicam que Marguerite Porete nasceu, em 1250, na região do Reno, no condado de Hainaut, que pertence a cidade de Valenciennes, noroeste da França, que encontra-se, atualmente, nos limites da França e da Bélgica. Foi condenada por heresia e morta na fogueira em 01 de junho de 1310.

6 Os depoimentos que serão apresentados daqui por diante, estão respaldados pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Cada depoente consentiu a publicação dos dados da entrevista através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE). Tendo por título *As sandálias do profeta: a representação de sentido de José Comblin entre agentes leigos(as) e sua contribuição para a formação de uma Igreja dos pobres na Paraíba*, este projeto tem o seu parecer registrado com o seguinte número: 3.033.781

## REFERÊNCIAS

COMBLIN, José. **A profecia na Igreja**. São Paulo: Paulus, 2008.

GEBARA, Ivone. Visibilidade e invisibilidade das mulheres na vida e obra de José Comblin: um breve esboço. In: HOONAERT, Eduardo. (Org.). **Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin**. São Paulo: Paulus, 2012. p. 49-67.

GEBARA, Ivone. As mulheres e o processo de libertação na América Latina: uma homenagem ao amigo José Comblin. In: **A esperança dos pobres vive: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin**. São Paulo: Paulus, 2003. p. 441-457.

MARIANI, Ceci Maria Costa Baptista. **Marguerite Porete, teóloga do século XIII: experiência mística e teologia dogmática em *O Espelho das Almas Simples* de Marguerite Porete**. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/2091/1/Ceci%20Maria%20Costa%20Baptista%20Mariani.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, Leandro da Motta. **Marguerite Porete: a importância da participação das mulheres nos movimentos espirituais e políticos da Idade Média**. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33093/1/2018\\_LeandrodaMottaOliveira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33093/1/2018_LeandrodaMottaOliveira.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

## DEPOIMENTOS ORAIS:

MACIEL, Fátima. Depoimento concedido no dia 03 de abril de 2018, em Santa Rita/PB.

SOLEDADE, Maria da. Depoimento concedido no dia 20 de fevereiro de 2018, em Alagoa Grande/PB.

# RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NEGRA DO QUILOMBO SAMBAQUIM

José Luiz Xavier Filho<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho aborda e propõe o esclarecimento acerca da ideia da ancestralidade quilombola e sua origem, dando ênfase ao Quilombo Sambaquim da cidade de Cupira - PE, em propósito de compreender e valorizar os significados da identidade negra do quilombo e sua construção. Na prática, a maioria das comunidades quilombolas permanece à míngua, convivendo com a iminente possibilidade de serem extintas lentamente. Entendemos que o desenvolvimento conceitual da ancestralidade, através da tradição oral da comunidade quilombola, nos dão clareza sobre os significados da identidade, memória e oralidade como um processo social. Desse modo, concentram valores (trabalho), práticas, símbolos e a representação das suas raízes. Trata-se de uma história que deve ser compreendida através de um novo olhar, isto é, o quilombola como protagonista.

**Palavras-chave:** Quilombo; ancestralidade; identidade; território; territorialidade.

## INTRODUÇÃO

O Quilombo Sambaquim, localizado no município de Cupira, pequena cidade do agreste pernambucano, como muitas das comunidades quilombolas da região, sofre com descasos públicos, como por exemplo, a falta de recursos e a desvalorização cultural. E esse, foi mais um fator que nos condicionou a pesquisar a comunidade.

Os diálogos aqui inseridos são muito mais valiosos do que mera descrição. São registros históricos de um povo, que por muito tempo foi silenciado pela sociedade da qual faz parte. Nossa função como historiador é levar adiante a pesquisa, tecendo a trajetória histórica do Quilombo Sambaquim, através de suas memórias, tradições e manifestações culturais.

O quilombo dista da zona urbana cerca de 4km, um trajeto curto, mas o acesso torna-se difícil, devido à estrada de terra, porém, não interferiu em nosso propósito. Tivemos algumas dificuldades, como os empecilhos políticos, as fontes (documentos) escassas e outras que não nos foram cedidas.

## ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE NEGRA QUILOMBOLA

Os relatos que nos foram fornecidos são decorrentes de uma herança ancestral, que ao passar do tempo, passaram a fazer parte da memória coletiva dos moradores. Em nossa pesquisa, buscamos reconstituir o processo de ocupação territorial do quilombo através dessas histórias, muito embora, elas parecessem um quebra-cabeça, os relatos foram significativos, no sentido de que, por meio delas, os entrevistados retomam o passado e reelaboram o significado de sua identidade no presente.

A história do negro brasileiro, em particular do negro que se fez camponês demanda a compreensão de um tempo de existência, que diz respeito ao presente das comunidades negras, mas diz respeito também ao seu passado, à sua origem que nos é contada por fragmentos. Fragmentos prenhes de vida, repletos de histórias, partes integrantes da memória e tradição (GUSMÃO, 2001, p. 338).

Alguns aspectos foram essenciais para identificar o significado dado, pelos moradores, aos seus ancestrais, como, nossas idas à casa de farinha, ao terreiro<sup>2</sup>, serras e rios do sítio. Através desses elementos visitados, os moradores ressaltam a importância dos “antigos” do sítio e os relacionam a sua identidade, pois eles registram esses locais como herança que faz parte da história deles.

Nesse aspecto, abre-se um leque de possibilidades para analisar e interpretar os estudos sobre os grupos étnicos, neste caso, a ancestralidade quilombola e suas relações históricas e interétnicas através da memória coletiva, tendo em vista que estes conceitos, como afirma Ginzburg, “são instrumentos de distanciamento para encarar criticamente a realidade, sem se deixar tragar por ela” (GINZBURG, 2001, p. 12). Logo, colocamos a identidade étnica como diferente de outras, pois ela está ligada e orientada para o passado.

Essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos “não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva” — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica (O'DWYER, 2002, p.7).

O ponto principal das nossas investigações é o limite étnico que define o grupo até onde alcança sua memória, portanto o que há de comum. Dentro desse contexto, de acionar ao passado, que nos permitiu entender e legitimar suas formações sociais e sua inserção dentro das políticas regionais com base em sua identidade quilombola. Segundo Dimas Silva:

Os quilombos são como núcleos de resistência contemporâneos, onde o uso e a posse de suas terras se realizam numa simultaneidade de apropriação comum e privada dos seus territórios secularmente ocupados, onde desenvolvem práticas culturais, religiosas, de moradia e trabalho, se afirmam enquanto grupo a partir de fidelidade às suas próprias crenças e noções de regras jurídicas consuetudinariamente arraigadas, atribuindo-lhes o papel

de *grupo étnico* elemento fundamental formador do processo civilizatório nacional (SILVA, 1995, p. 98).

Nessa perspectiva, João Pacheco de Oliveira, aponta em suas pesquisas que a permanência dos elementos culturais do passado não cumpre, por si só, papel fundamental para classificar um grupo como étnico.

Os elementos específicos de cultura (como os costumes, os rituais e valores comuns) podem sofrer grande variações no tempo ou em decorrência de ajustes adaptativos a um meio ambiente diversificado (OLIVEIRA, 1994, p. 119-120).

O que importa, segundo o autor, é a manutenção da forma organizacional, a qual prescreve e identifica o padrão de relações entre os membros. O autor ainda ressalta e previne sobre os riscos de atribuir identidade a um grupo étnico, porque isto só pode ser definido através de uma ancestralidade em comum, pertencimento a um espaço histórico e conseqüentemente herdado, e que seja elaborada pelos próprios membros, neste caso, os quilombolas.

Logo, a identidade histórica da comunidade surge como resposta a atual situação vivida por eles, quer seja por critérios de exclusão social ou pertencimento, confronto com grupos vizinhos ou ao município ao qual o quilombo está inserido, problemas econômicos, descasos políticos ou problemas com o território que ocupam (O'DWYER, 2002).

Voltando a ideia de grupo étnico, associando a ancestralidade da comunidade Sambaquim, utilizamos as formulações de Barth que define grupos étnicos como categorias de identificação que são utilizadas pelos próprios indivíduos para a classificação de si e do grupo, baseados em uma identidade mais geral que é determinada, supostamente, por uma ancestralidade em comum. Destacamos alguns pontos básicos que foram úteis, ao nosso entendimento, ao que se refere a grupos étnicos e suas origens através da memória.

Uma adscrição categórica é uma adscrição étnica quando classifica uma pessoa de acordo com sua identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e sua formação. Na medida em que os atores utilizam as identidades étnicas para categorizar-se a si mesmos e aos outros, com fins de interação, formam grupos étnicos neste sentido de organização (BARTH, 2002, p. 91).

[...]

As distinções étnicas categoriais não dependem de uma ausência de mobilidade, de contato ou informação; antes implicam processos sociais de exclusão e incorporação pelos quais são conservadas categorias discretas, apesar de mudanças de participação e afiliação no curso das histórias individuais (Idem, 2002, p. 10).

[...]

Deve-se considerar o compartilhamento de uma cultura comum mais como uma implicação ou um resultado que como uma característica primária e definitiva da organização do grupo étnico (Ibidem, p.12).

Dentro da comunidade, constantemente em nossas entrevistas, o quilombola se locomovia no ato da fala, como se o espaço ativasse algo em sua memória quando dizia “*aqui os antigos se reuniam*”, portanto, apontamos essa interação dos entrevistados com o meio em que vive, como uma construção ou, como aponta o autor citado, “*refabricação*” de sua história com a que foi passada para ele, através da tradição oral do quilombo. Nessa ótica, Neusa Gusmão afirma:

A memória é o caminho pelo qual os grupos percorrem os espaços da vida e constroem a imagem de si e da terra particular, no tempo (...). O mundo camponês, como universo próprio de coisas e signos, práticas e rituais, públicos e privados, individuais e coletivos, tem a oralidade como forma de preservação e sustentação desse mundo e busca nela os instrumentos de sua luta (GUSMÃO, 1995, p. 71).

Ligamos este ponto da memória ancestral ao lado da oralidade da comunidade que pela prática, regula a conduta dos membros do quilombo. Suas características familiares e culturais são moldadas à memória dos seus antepassados. Chegamos então a um ponto compatível dos diálogos recolhidos através das entrevistas, encontramos uma ancestralidade em comum nas falas quilombolas. Sobre os primeiros povoadores, podemos notar em quase todas as entrevistas, e os que souberam responder, que a origem do povo em Sambaquim é ligada a Família Cosme Lira e a Família Lourenço, são as famílias mais antigas e que têm um tronco hereditário extenso. A comunidade em si é quase toda formada por parentes, primos, tios, o que remete a quase uma única linhagem. Um dos moradores mais antigos, Ulisses Francisco da Silva, 91 anos, nos respondeu:

*Os primeiros que moravam? Já morreram tudo. O mais antigo que tinha era meu avô, Miguel Cosme de Lira, adepois, João Nicolau, que era meu sogro, e os troncos mais véi, meus tio, era, Francisco Cosme, a família Cosme. Um monte, tudo da família dos Cosme.*

Fato este reafirmado por outro morador, José Joaquim da Silva, 74 anos:

*Foi muito... Eu vou começar lá de Sambaqui, começar logo de lá, dos que eu conheci, tio meu de conhecido dos véi, que eu conheci, é assim que o senhor quer saber, dos mai véi, dos mai antigo, um foi Chico Miguel, Francisco Miguel, o pai de Ulisses, óia, o pai de Antônio Chico, era tio meu, o outro, Tio Cassiano de Cosme Lira, era primo de pai, eu pedia a bênça a ele, o outro, o avô... bisavô dessa menina, Manoel Nicolau, irmão do meu avô, outro, tinha muita gente né, Francisco Lourenço, o pai de Manoel Lourenço, e Antônio Lourenço, finado Antônio Lourenço. Outro, aquele menino, Tio Miguel Cosme, Tio Cícero Cosme, Tio Antônio Cosme, foi dos velho que eu conheci ele, tudo família de pai, tudo família da gente isso aí. (Grifos do autor)*

João Miguel Filho, 71 anos, conhecido na comunidade como mestre da Mazurca<sup>3</sup>, um dos membros mais ativos do quilombo, se propôs a conversar conosco e compartilhar tudo que sabia.

*Eu não vou dizer os primeiros porque a família foi Miguel Cosme, Francisco Cosme, foi finado, meu pai já é raiz, meu pai é João Miguel da Silva, finado Francisco Miguel que era amigo do meu pai, era muito velho, Antônio Miguel, finado João Francisco, que era tudo família dos Cosme. [...] tudo era gente ali que eu conhecia. Finado Joaquim Inácio, que foi dos primeiros fundadores, era inspetor nessa época por lá, o povo não gostava dele, o povo não gostava né, o povo por lá de Sambaquim, finado Manoel Mandu, mas já era no sítio novo, não era mais no Sambaquim. Mas a raiz de Sambaquim mesmo era a família dos Cosme, Cosme Lira, fiando Miguel Cosme Lira. (Grifos do autor)*

Antônio Francisco de Lira, 92 anos, nos forneceu a informação que o seu pai foi um dos primeiros povoadores de Sambaquim, as terras pertenciam ao seu pai, “*Eu sei que aqui foi do meu pai. Foi tudo de pai essas terras por aqui*” e que por conta disso, receberia a homenagem por parte do município, tendo seu nome dado à escola do quilombo. No entanto, a inexistência de fotografias de sua pessoa fez com que outro morador antigo receba a homenagem, que foi Francisco Lourenço.

*Tinha um véi que morava acolá, chamado Francisco Lourenço, Ai quando fizeram esse colégio aí colocaram uma foto dele aí. Iam colocar o nome do pai, mas pai num tinha foto* (Antônio Francisco Lira, 92 anos).

**Figura 01 – Escola da Comunidade**



Fonte: Arquivo do autor, 2019.

É muito comum em Sambaquim, nas falas dos entrevistados, notarmos a repetição do termo antes de responder “*segundo os mais antigos*”, ou até mesmo quando perguntávamos “os mais antigos/avós/pais te disseram isso?”, as respostas eram afirmativas.

*Ói, a origem, segundo os mais antigos, tinha uma árvore com um nome Sambaquim e por isso ficou chamado comunidade Sambaquim.*

**Pesquisador: Nos casos os mais antigos são teus avós?**

*É bisavós, eram esses... (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).*



*Ói que eu conheço mesmo foi... Francisco Lourenço que já morreu... bastante que já morreu, só que eu não conheço mais pelos nomes. Mas os pais diziam. Contava, só que a gente não ponha muito na cabeça, né. Mas... tem bastante (Josefa Estelina da Silva).*

*Sim, os meus avós, eles já participaram bastante do quilombo, até os bisavós fizeram parte da escravidão mesmo, do quilombo, a gente por ser mais novo, já pegou a história completa (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).*

**Pesquisador: Mas no caso tu aprendeu a Mazurca com teus pais e teus avós? Eles passaram pra tu essa herança cultural?**

*Foi sim. (Maria Sileide da Silva, 34 anos).*

Essa transmissão de conhecimento que foi passada para a geração atual do quilombo é um fator importante para a perpetuação das histórias, costumes, enfim, os aspectos culturais da comunidade, ou seja, a estrutura familiar e as moradias dos avós funcionam como um instrumento da construção e herança dessa história. É muito comum netos e bisnetos passarem o dia na casa dos seus avós enquanto os pais trabalham na agricultura ou na cidade. Os quilombos se constituem em comunidades construídas em torno da tradição oral. Isso também é uma característica herdada dos povos africanos tradicionais, os quais não possuem registros escritos sobre suas histórias, lendas, mitos. Tudo é repassado pela oralidade, através da fala. Dessa forma, a transmissão de conhecimento que foi passada para a geração atual do quilombo, é um fator importante para a perpetuação das histórias e dos costumes da comunidade. Nesse sentido, a estrutura familiar e as moradias dos avós funcionam como um instrumento da construção e herança dessa história.

As relações sociais entre os indivíduos podem ser vistas como uma contínua tentativa de se adaptar à maneira que seguem seu curso de vida, e, simultaneamente, com a de outras pessoas resultando em constantes modificações, transformações e atribuindo uma ordem significativa entre suas experiências e as construções identitárias. Cada indivíduo desenvolve um conhecimento construído de si mesmo e dele com o mundo, isto é, seus conceitos, ideias, crenças em consonância com o seu tempo e o meio em que vive. É nesse ambiente que surgem os processos e construções da identidade cultural do homem.

Tanto indivíduo quanto suas concepções de realidade são constituídas nas relações interpessoais. Essas inter-relações são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de toda uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é constituída por esse mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é casual, mas determinada pelo somatório das ações políticas de todos os indivíduos que a constituem. Ainda, a sociedade e seus participantes encontram-se inseridos em uma cultura maior, desenvolvida historicamente (FERREIRA, 2009, p. 44).

Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de suas concepções de realidade, desenvolvem uma sociedade e cultura específicas nas quais se inserem, sendo, concomitantemente, seu mundo simbólico por elas constituído, formando uma estrutura orgânica na qual todo

e partes influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento: o de manter uma certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura. Portanto, “Identidades são, assim, pontos de ligação temporária. [...] Elas são o resultado de uma articulação bem-sucedida ou ‘encadeamento’ do sujeito no fluxo do discurso” (HALL, 2014, p. 104). É a partir desse contexto, que inserimos a ideia da construção da identidade negra em Sambaquim. O espaço de pertencimento para o sujeito quilombola, mesmo que sua referência histórica seja uma jornada opressora de um passado colonial, será marcado também por um conjunto de significados entrelaçados pelo presente.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (HALL, 2003, p. 109).

Assim, não podemos falar de um sujeito quilombola único, a identidade se forma coletivamente, isto é, de um cruzamento de significados, pois resulta da intersecção de diversas faces de sua história e de seu presente.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros no mundo moderno e, diga-se de passagem, muito apegado a uma história pós-colonial (GOMES, 2003, p. 43).

O sujeito assume identidades diferentes e em diferentes momentos. Dentro de cada homem há inúmeras identidades que não estão unificadas ao redor de um “eu” coerente. Existem contradições que nos empurram para diferentes direções, de tal modo que as identificações são continuamente deslocadas (HALL, 2014). Se tivéssemos analisado os quilombolas a procura de uma identidade unificada desde o seu nascimento, estaríamos construindo uma cômoda história sobre eles mesmos, como seres históricos sem dinamicidade. A partir do momento que passamos a conviver mais dentro da comunidade, fomos confrontados com uma multiplicidade cultural identitária, tanto individual quanto coletiva.

A identidade é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são partilhadas com o grupo, ou ainda a partir de um mesmo ideal. A partir desse fundamento é que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. Discutir o conceito de identidade negra no quilombo Sambaquim, aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional.

As identidades estabelecem uma conexão entre o presente na comunidade e da origem de um passado histórico em comum com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Isso ficou evidente durante nossas entrevistas e nas relações sociais cotidianas da comunidade. Em contrapartida, a autoatribuição em se dizer quilombola, nos pareceu serem atribuídas e construídas por mediadores, pois as respostas adquiridas, quando questionamos “*o que é quilombo?*”, eram quase as mesmas, uma repetição do conceito e alguns não sabiam responder.

**Pesquisador: O que é quilombo?**

*Ói, não sei se vou responder no pé da letra, mas... Quilombo é o seguinte, quilombo acho que é aquele povo refugiado no tempo do cativoiro, né, que correram daquele mundo que não sei da onde, e saíram se refugiando (João Miguel Filho, 71 anos).*

**Pesquisador: O que é quilombo?**

*Sei não.*

**Pesquisador: Mas o senhor sabe que mora em um quilombo, né?**

*É... os negros trabalhava apulso. Cativoiro né... o tempo do cativoiro (José Joaquim da Silva, 74 anos).*

**Pesquisador: O que é quilombo?**

*O que eu conheço aqui... pra mim é... o que é quilombo, é aquela história que você, não sou quilombo, me considero descendente de quilombo, porque a gente já vive aqui numa terra sofrida, que vem dos escravos, acho que quilombo é essa coisa, viver da agricultura, não sei nem explicar, já peguei essa história caminhada, um pouco difícil pra mim ainda (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).*

Através das falas dos nossos entrevistados, entendemos que os mediadores, possivelmente, foram os que trabalharam na comunidade durante o processo de titulação em 2005, pois esses, segundo os moradores, esclareceram para eles o que era quilombo. Nessa ótica, não podemos afirmar com exatidão quando começou especificamente a discussão no quilombo, mas, através dos diálogos, o termo “ser quilombola” começa a ser usado após a fundação da Associação Comunitária Remanescente de Quilombo (ACORQ), estabelecendo uma relação com um dos papéis assumidos pela Associação: representar a comunidade nas questões sociais relativas ao quilombo e as atividades culturais e do campo.

Esses posicionamentos foram discutidos com todos os entrevistados: queríamos saber o que eles entendiam por quilombo e perguntamos se eles se consideram quilombolas e o que isso

influenciava na vida deles. Nosso interesse não é definir o conceito de quilombo, mas saber até aonde eles sabem o que é, o que torna mais relevante, portanto, são as memórias do grupo em relação ao que seus moradores sabem sobre eles mesmos e o que foi apreendido com seus antepassados sobre os conceitos deixados por eles. Os membros da comunidade assumem serem quilombolas, pois associam o termo com a associação da comunidade e as melhorias que trouxe ao quilombo. Todos os nossos entrevistados alegaram de modo consensual que Sambaquim mudou depois que “*virou quilombo*”.

O resultado das nossas entrevistas evidencia uma construção identitária recente sobre ser quilombola. Esse discurso é novo na comunidade, ganhando força a partir da certificação. Mesmo assim, existe uma consciência e um conhecimento sobre sua origem histórica, fato comprovado na fala dos moradores que é justificada por uma ancestralidade comum: descendentes de escravos. A mediação se torna perceptível porque os entrevistados tomam como referência a titulação. Em outras palavras, eles sabem que são quilombolas desde que nasceram, mas só se sentiram quilombolas depois de um documento oficial. Com base nos testemunhos orais do grupo construímos essa análise sobre a identidade negra em Sambaquim e como eles atualizaram esse conceito. A revalorização da cor passou a ser o símbolo da luta e tem evocado uma nova percepção sobre eles mesmo e nos processos identitários. Hoje, após a certificação, a comunidade começou a se politizar e a buscar melhorias para quilombo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quilombo Sambaquim, aos poucos, os moradores vão dando um novo significado as suas lutas. A condição “remanescente” apresentou para a comunidade a garantia sobre o direito de suas terras, voz política e a continuidade de suas manifestações artísticas, que agora ganharam maior visibilidade para a sociedade cupirense. O processo de reconhecimento intensificou os diálogos sobre memória e a história da comunidade, atribuindo dessa forma, uma nova simbologia ao seu passado, exaltando as tradições deixadas pelos seus ancestrais. A identidade negra da comunidade e a valorização recente da cor proporcionaram uma autoestima elevada na comunidade, mesmo diante das dificuldades, as questões identitárias e as expressões culturais sobressaíram à episódios de discriminação racial que o grupo sofreu por muito tempo, e ainda sofre, mas que não deixaram de lutar por um espaço político e de representatividade na sociedade.

## NOTAS

1 Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), especialista em Ensino de História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq>.

br/4762429040202808, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9088-8610>, E-mail: [jlxfilho@hotmail.com](mailto:jlxfilho@hotmail.com).

2 Destacamos aqui que o termo terreiro, de acordo com os moradores do quilombo Sambaquim, é usado como espaço para reuniões festivas e não para práticas de religiões africanas.

3 Título dado ao repentista da dança de roda tradicional do Quilombo Sambaquim.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Friedrik. Introduction. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educ. Pesq.** São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de. Caminhos transversos: território e cidadania negra. In: ABA. **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. de. Herança Quilombola: negros, terras e direitos. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília M. (Orgs.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis, UFSC, 1994.

SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil. In: ABA. **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro, 1995.

# ST 17

## DEBATES INTERSECCIONAIS: GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES

Profa. Ma. Dayane Nascimento Sobreira  
Profa. Ma. Geilza da Silva Santos



# A CONDIÇÃO DA MULHER: O DISCURSO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Eliane Salete Bruneto<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E A CATEGORIA DE ESTUDO MULHERES

Atualmente percebemos algumas mudanças na historiografia brasileira em relação aos novos sujeitos da história, ou seja, a categoria mulheres que por muito tempo se manteve excluída agora está se tornando presente nas narrativas dos historiadores, adentrando nas discussões, em novas abordagens e conceitos sobre a história das mulheres, suas condições e as relações de gênero e sexualidade dentro das diferentes fases históricas, não com o objetivo de evidenciar a mulher, mas sim problematizar as relações que se estabelecem seja elas políticas, econômicas, de hierarquias de poder, divisão do trabalho, classe, etnia e sexualidade, dentro de uma concepção de gênero.

Também vem se confirmando uma grande relação entre gênero e política, principalmente nas questões sociais e econômicas e as mesmas perpassam pelos episódios da história. De acordo com Wolff e Possas (2005, pág.02) “a temática mulher a partir de uma abordagem de gênero nos faz rever narrativas, observar a importância de uma história polifônica, o papel dos inúmeros sujeitos e perceber a marca de temporalidades”.

Por muito tempo foi utilizados o termo mulheres e ou condição feminina nas análises de fontes históricas, alguns autores diziam que falar das mulheres na história era uma forma de reparar um período de exclusão que as mesmas passaram devido ao domínio dos homens. Hoje já se aborda a história das mulheres e as relações de gênero não para reparar a exclusão sofrida, mas sim para refletir sobre a historicidade desse campo de estudo. Precisamos ter clareza que por muito tempo ao falarmos em homem se entendia que as mulheres estavam contempladas nesta categoria, mas ao analisarmos veremos que nem mesmo todos os homens estavam incluídos, apenas homens brancos, já os negros, orientais e indígenas ficavam a margem da história.

No final da década de 1960 as mulheres passaram a ser objeto e sujeito da história, devido aos avanços do feminismo e as transformações ocorridas na historiografia, como Pinsky (2009, pág. 02) esclarece com “ênfase em temas como família, sexualidade, cotidiano, representações e grupos de excluídos”. Reforçando essa ideia Soihet e Pedro (2007, pág.04) afirmam que “foram fundamentais as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista”. Logo a seguir esclarecem que levam em consideração o papel dos historiadores so-

ciais e afirmam que os mesmos “supuseram as mulheres como uma categoria homogênea; eram biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava, contribuindo para uma identidade coletiva”, Soihet e Pedro (2007, pág. 04).

Esse discurso fortaleceu o movimento das mulheres nos anos de 1970, criando uma forte oposição de ideias entre homens e mulheres, tendo como ponto positivo a mobilização política, gerando muitas tensões no final da década. Muitos questionamentos foram feitos, muitas contradições foram ponderadas e percebeu-se ser impossível analisar como uma identidade comum. Dessa forma, Soihet e Pedro, (2007, pág. 04) ressaltam que “a fragmentação de uma ideia universal de mulheres por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista”. Muitos pesquisadores, a partir da década de 1980 passaram a utilizar a categoria gênero ao invés de mulheres em seus trabalhos. Torna-se fundamental ter clareza que existem muitas diferenças e desigualdades entre os sexos, pois se trata de relações estabelecidas pelo poder.

Um aspecto importante para entender a categoria gênero é compreender a diferença entre o gênero e o sexo, o que são relações de gênero e qual sua importância. Dessa forma, Silva (1999, pág. 91) esclarece que “gênero se opõe a sexo”, o primeiro se relaciona aos aspectos socialmente construídos no processo de identificação da identidade sexual enquanto sexo é um termo reservado para os aspectos biológicos desta identidade. É utilizado para nomear sujeitos de sexos diferentes, segundo Soihet e Pedro (2007, pág. 04) “nas ciências sociais significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a extensão biológica” dos mesmos, sendo assim tanto os homens como as mulheres são produtos do meio social, portanto “gênero tem caráter social, cultural das distinções baseadas no sexo”. Podemos afirmar que sexo são as características inatas no que se referem a homens e mulheres, gênero por outro lado é a distinção social.

Dessa forma, os estudos sobre o gênero e a sexualidade procuram analisar como as identidades e as relações sociais são construídas nas diferentes culturas tendo como ponto de partida a diferenciação sexual, eles são fundamentais para entendermos como foram construídos historicamente os discursos e as relações de poder entre homens e mulheres, como afirma Soihet e Pedro (2007, pág. 05) não se trata apenas de analisar as relações no passado, “mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais”.

Ao analisarmos historicamente a condição das mulheres e em especial a categoria gênero e sexualidade percebemos que existem outros indivíduos que não se sentem representados nem pela categoria dos homens e nem das mulheres, é a diferença dentro da diferença, são os gays e lésbicas. E dentro dessas questões é necessário ressaltar os significados como afirmam Soihet e Pedro (2007, pág. 05) ser as “variáveis e os contraditórios” que são designados para a diferenciação sexual de um determinado indivíduo ou grupo. Reforçando essa ideia Declercq e Moreau (2013, pág. 21) “o sexo/gênero é uma dimensão tão intrínseca ao nosso ambiente quanto a adesão- ou não- aos papéis e aos valores típicos de nosso gênero faz parte da construção



de nossa identidade”. Desse modo, é importante que se desenvolva uma compreensão sobre a diferença para evitarmos que o outro se torne um estereótipo ou um ser exótico.

## **O DISCURSO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

O feminismo vem apontando fortemente questões relacionadas ao poder social, dessa forma, é necessário discutir questões enraizadas em nossa sociedade quanto aos papéis destinados aos homens e as mulheres pois os mesmos são construídos e incorporados pelas pessoas como se fossem naturais. Essas concepções e significados influenciam na conduta, no comportamento e geram expectativas, conforme (Scott, 1995, p.86) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também é um modo de conceituar o poder muitas vezes velado que existe nessas relações. Portanto, questionar essas representações é fundamental porque as imagens que temos sobre o passado contribuem para a formação de gênero no presente. Assim, os significados atribuídos ao que é ser homem, ser mulher ou as identidades e papéis que fazem referência à sexualidade como: bom moço, homem trabalhador, forte valente e seguro de si, moça para namorar x moça para casar, mulher frágil, passiva e delicada, precisam ser entendidos como situações que são produzidas e reproduzidas ao longo do tempo, mas que precisam ser transformadas.

Existe historicamente uma construção social do papel da Mulher, sendo que a mesma vive eternamente dentro do mito do “feminino”. Isso muitas vezes impede a mesma de sair do papel de objeto para se tornar um sujeito atuante e decidido. Ainda hoje, o homem possui maior liberdade para realizar-se em todos os âmbitos da vida. Existe certa dominação do masculino para com o feminino através de uma agressão simbólica, que geralmente ocorre através da educação, pela representação do masculino e do feminino, perpetuando a dominação, os homens possuem uma maior quantidade de material simbólico para desenvolverem o seu Eu do que as mulheres. Isso faz com que se reflita: Onde podemos encontrar a agressão simbólica para com a mulher? A resposta é simples: Em todos os campos: no casamento (desde a escolha livre, questões de separação, conduta, reputação, culpabilidade...) no lar (ter filhos sim ou não, modo de criação), na vida sexual (plena!!), no trabalho, na educação (libertação, reprodução do sistema...). Dessa forma, os autores explicam:

Muito se avançou em termos de se reconhecer a multiplicidade dos sujeitos sociais por meio da valorização de suas próprias narrativas e o tempo presente testemunha um repensar o passado de forma mais plural e menos estereotipada. Heranças culturais podem se tornar instrumentos importantes de autodeterminação, resistência e conquista de direitos. (RADIN, VALENTINI e ZARTH, 2016, p.128)

Precisamos ressaltar que muitos temas que eram considerados como “pesos” sociais hoje já não possuem mais a mesma relevância, se tornaram um assunto ultrapassado, mas embora

o discurso tenha mudado o debate ainda se torna necessário, pois outros sujeitos tornaram se presentes, novas conjunturas sociais se estabeleceram. Para isso é imprescindível que haja um diálogo entre a história e a condição da mulher, de modo a ampliar as reflexões sobre o tema gênero e sexualidade, abrangendo os movimentos sociais (feministas, gays e lésbicas).

Desse modo, precisamos compreender que o gênero possui uma relação direta com as questões de poder, com a construção, distribuição, igualdade e desigualdade. Portanto, não são questões inocentes, elas fazem parte de uma época e assim gênero é ao mesmo tempo um produto destas relações como também faz parte dela. Dentro dessa perspectiva é necessário rever a educação e promover reflexões profundas sobre as normas culturais e sociais que vem orientando como homens e mulheres são criados, bem como a promoção da igualdade de gênero, o enfrentamento da violência no que se refere à orientação sexual, para que desta forma a sociedade se beneficie como um todo.

Reforçando a ideia sobre a importância do estudo da condição da mulher, (Wolff e Possas, 2005, p.2) alegam que “retomar a análise diante da documentação histórica por uma perspectiva de gênero e sexualidade, é revisitar documentos, fontes, dados com um novo olhar”. Os estudos sobre a condição da mulher, na perspectiva de gênero e sexualidade devem ser entendidos como um modo de ouvir as histórias e dar voz não somente as mulheres, mas sim aos que são considerados diferentes. Sabe-se que a sexualidade é constituída através das diversas possibilidades de interação do indivíduo com o meio e a cultura.

Mas afinal, por que tratar dos estudos de gênero e sexualidade no ambiente escolar?

Responder a essa questão não é algo tão simples, primeiramente precisamos refletir que os discursos produzidos ou reproduzidos nas escolas devem partir do pressuposto que são produções históricas. E dessa forma, rever as práticas utilizadas pelos segmentos escolares é de extrema importância, já que a mesma desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos. Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos anos de 1990, a sexualidade e o gênero passaram a fazer parte dos discursos e das práticas educacionais de forma mais definida, mas não deixaram de gerar conflitos, pois os mesmos são uma resposta para uma parte dos problemas educacionais brasileiros.

Em seguida, visto que a escola é o campo onde o enfrentamento dos diversos grupos sociais acontece, por ser um espaço de construção do conhecimento, a mesma deve ser vista e entendida também como de formação cidadã e luta contra toda e qualquer espécie de preconceito e discriminação. Porém, muitas vezes acabam reforçando a desigualdade e a discriminação praticadas sobre as diversidades socioculturais, as questões de identidade de gênero e orientação sexual. As instituições de ensino desempenham um papel importante, porque são o espaço onde ocorrem as diversas possibilidades de interação do indivíduo com o meio e a cultura e desse modo o local específico para analisar e discutir as questões de gênero e sexualidade, conforme (Pinsky, 2009, p.4) afirma “as representações de gênero estão presentes, sendo construídas, re-

produzidas e contestadas em vários espaços”. Reforçando a importância da escola como espaço educativo (Gialdi, 1993, p.28 e 29) afirma que “a educação antes de tudo deve ser compreendida como experiência de mudanças e como fonte de transformação das mentalidades, das relações sociais e dos regimes sociais”.

No contexto atual deve-se ressaltar que ainda as escolas, por muitas vezes acabam ajudando a moldar visões e comportamentos. Portanto, ao abordamos o tema condição da mulher numa perspectiva de gênero e sexualidade além de analisarmos a dominação do homem para com a mulher e o movimento feminista, também é preciso pensar sobre a diversidade existente, ou seja, os grupos sociais compostos por muitos indivíduos que possuem uma identidade diferente aos padrões estabelecidos socialmente, que estão questionando o seu espaço social/cultural e histórico, enfrentando os discursos de ódio e o crescimento da violência. Procurando entender essas identidades como variadas, inúmeras e em transformação, onde os diferentes sujeitos possam se perceber como indivíduos pertencentes ao processo, ou seja, o gênero, a raça, a classe constituem o sujeito, como Louro (1995, pág. 25) enfatiza “nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos”.

A escola além do que foi exposto acima desempenha a função de controle. A ela compete o controle do tempo, espaço, disciplina e principalmente ao que se refere a produção do próprio conhecimento. E como todos sabem a mesma não é neutra, muitas vezes é reprodutora do sistema de dominação, agindo aos interesses do poder. Assim, o papel social da escola em diversos períodos históricos esteve articulado a submissão de uma classe em favor de outra. Na maioria das vezes essa construção social do papel da escola como de sexo e gênero se apresentam de uma maneira invisível.

Portanto, é necessário refletir sobre gênero e sexualidade com o olhar voltado para a criação de possibilidades de ação e também de alternativas que visam desconstruir práticas e discursos preconceituosos e moralistas. E é a partir da escola que os estudos de gênero devem se iniciados se quisermos diminuir ou até terminar com os processos de normatização e exclusão vigentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema abordado é de extrema relevância, porque as questões referentes às desigualdades de gênero ainda estão presentes na sociedade e fazem parte da vida diária da mulher, visto que a mesma sofreu e ainda sofre com essa condição muitas vezes imposta de forma machista e autoritária por um sistema estruturado historicamente. Por outro lado, já se evoluiu muito socialmente, ocorreram avanços no que se referem aos direitos femininos, através das lutas travadas pelos movimentos sociais que trouxeram muitas conquistas, entre elas o direito ao voto, a

remuneração do trabalho, controle sobre o próprio corpo, mesmo que parcialmente, embora ao lado disso possamos perceber que a forma de dominação imposta pelo homem também se modificou, as mesmas tomaram outras formas, mas continuam frequentes, trazendo consigo marcas do passado. Nesse sentido, reforça-se a ideia da importância de compreendermos como no passado a escola produziu e reproduziu conceitos e discursos através das práticas desenvolvidas em seus espaços e como os mesmos ainda se encontram presentes na atualidade, influenciando e controlando a sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário continuar a discussão sobre as relações de gênero de modo a ampliar os conhecimentos a respeito dos conceitos de gênero e sexualidade, sendo que os mesmos possibilitam a identificação dos fatos históricos dentro de um tempo e espaço determinado. Muitos conflitos sociais tiveram suas raízes históricas desde a época da imigração e colonização, pois através das mesmas o espaço acabou sendo modificado e a sociabilidade do lugar transformada e as relações de domínio e poder que se estabeleceram ocorreram em épocas, momentos e contextos históricos diferentes, mas trouxeram consequências até os dias de hoje.

Ao transportarmos esses conceitos ao tema da condição da mulher, percebe-se que a construção de gênero e sexualidade é histórica. As relações homem e mulher foram concebidas pela dominação/submissão que se deram através dos discursos e das representações produzidas pelas relações de poder. Sendo elas que regulam e normatizam comportamentos, pois a sociedade dita determinados padrões e regras para os seus membros e isso define o modo de agir dos mesmos. Também se faz necessário lembrar que as questões de gênero perpassam pelo entendimento da identidade do sujeito, pois as mesmas são múltiplas e transformam-se constantemente, no caso da sexualidade no que se refere à identidade sexual a mesma sofreu e ainda sofre com a censura, pois ainda existe a imposição de um padrão de normas e condutas para homens e mulheres.

Portanto, ao encerrar, reafirmasse que as análises sobre as narrativas históricas a partir da categoria mulheres, gênero e sexualidade precisam voltar o olhar para as questões da escola, a fim de entender as relações de poder que se constituíram no passado e que influenciaram o presente.

## NOTA

1 Pedagogia/ Mestranda em História/60619@upf.br

## REFERÊNCIAS

DECLERCQ, Christelle. MOREAU, Danièle. “As crianças não nascem meninos ou meninas: tornam-se um ou outro”. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano XI, n.36, p.19-21, jul/set, 2013.

GIALDI, Silvestre. *Educação e existência*. In: Alfabetização, espaços e desafios. Caxias do

Sul: Coord. Universidade de Caxias do Sul, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Leonardo. BEZERRA, Lucas. Relações patriarcais de gênero e a formação econômico-social brasileira: pressupostos e fundamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, p.151-169, ago/dez. 2018.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v.24, n.1, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. “Estudos de Gênero e História Social”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis v.17, n.1, p.01-18, jan/abr. 2009

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir. José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.) *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora UFFS, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n.54, p.01-10, dez. 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. “Escrevendo a história do feminino”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 01-03, set/dez. 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. “Profissões, trabalhos: coisas de mulheres”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p. 01-03, maio/ago. 2010.

# A DIVERSIDADE ECONÔMICA COLONIAL MARANHENSE ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA: SÃO LUÍS E VIANA (1802 – 1822)

Paulo Juracy Carvalho Neto\*

## INTRODUÇÃO

Tendo por objetivo pensar a diversidade econômica maranhense através da participação feminina, este trabalho se propõe a mostrar, também, quais atividades estavam envolvidas nessa diversidade e qual o real papel desempenhado por nossas personagens.

Para a composição deste trabalho, utilizamos inventários de mulheres alocados na Coordenadoria de Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Maranhão como fonte primária.

Aqui apresentamos uma parte dos resultados dessa pesquisa, mostraremos dados de 4 inventário de São Luís e 5 de Viana que foram escolhidos por retratarem bem o que este trabalho propõe - uma vez que esses documentos permitem visualizar os bens materiais dessas pessoas, e ainda indicam seus estados de conservação e valores de avaliação desses mesmos bens.

Justifica-se a escolha dessa documentação ao se levar em consideração que “deixam transparecer informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa”<sup>1</sup>. Além disso, a tipologia documental da qual se lançou mão, permite ainda “colher informações, não somente, sobre a chamada “elite”, mas incluir o que hoje se chama “povo”.

O espaço temporal abrangido na investigação fica entre 1802 e 1822, são 20 anos que mostram, através dos documentos consultados, um pouco de como funcionava a atividade econômica em São Luís, capital da capitania e Viana, uma das cidades mais importantes do período estudado, sendo uma área de produção algodoeira e de criação de gado.

A economia maranhense, pós Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755 – 1777), é marcada ainda pela produção de algodão, sobretudo na ribeira do rio Itapecuru, criação de gado *vacum*, seja para corte, uso do couro e etc, mas também era marcado pela diferença existente no período pré Companhia, onde a agricultura era voltada para a produção das chamadas “drogas do sertão” e marcada por uma situação de grande pobreza.<sup>2</sup>

Com esta pesquisa nos propomos a mostrar um pouco da dinâmica e das atividades desenvolvidas no desenvolvimento e participação de mulheres na economia das cidades citadas.

## SENHORAS DO MARANHÃO

Ao acompanharmos o processo de diversificação da economia maranhense ao longo de sua história vamos perceber a participação dos mais diversos grupos sociais existentes naquela época, homens livres, cativos, alforriados, mulheres, todos tinham a sua participação e a sua importância na composição econômica do Maranhão.

Pensar dessa forma nos leva a crer em uma sociedade multifacetada economicamente, que tinha como principal apoio a *plantation*, sistema encontrado em todo o Maranhão, e que era o mote principal da economia colonial brasileira. Mas não apenas da lavoura algodoeira e de arroz viveu o Maranhão durante o período pombalino, encontramos casos de mulheres, que estavam intrinsecamente ligadas a economia maranhense, trabalhando em diversas frentes.

Seguindo a perspectiva de crescimento econômico gerada pela Companhia de Comércio, encontramos na cidade de São Luís mulheres que atuavam na sociedade por meio de seu desempenho no jogo de poder que é a economia.

Percebemos ao analisar a documentação, que existiram aqui mulheres que viviam da renda de aluguel de casa, da venda de doces, da administração de terras e escravos, mas também as encontramos devotas aos seus lares, o que ajudou na construção do discurso Freyriano de submissão a que estas personagens estavam atreladas, como por exemplo, quando diz que eram fortemente ligadas aos laços matrimoniais sem participação alguma na vida econômica da família<sup>3</sup>, no entanto, Freyre nos dá uma brecha onde podemos perceber certa influência feminina nas decisões. Em “Sobrados e Mucambos” escreve que

da mulher-esposa, quando vivo ou ativo o marido, não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens; **quase nunca** aconselhando ou sugerindo o que quer que fosse de menos doméstico, de menos gracioso, de menos gentil; **quase nunca** metendo-se em assuntos de homem<sup>4</sup> [grifo nosso].

A noção do trabalho e do não-trabalho, muito nos importa. Maria Beatriz Nizza da Silva é de fundamental importância para compreender as atividades a que as mulheres estavam ligadas. Segundo a autora temos que começar a pensar algumas atividades como obrigações e não como trabalho, ela cita procissões, acompanhar defuntos à sepultura, rezar em casa ou na igreja, mas também comenta a administração de bens como forma de trabalho, em suas palavras

Deste modo, a gestão do patrimônio, a administração dos bens de raiz ou dos escravos deverá ser encarada como uma forma de trabalho, desenvolvida pelo chefe de família e, no caso das viúvas ou solteiras, pelas mulheres.

Ou seja, mesmo aquelas atividades voltadas para o lar e para a família, quando desempenhadas visando ou lucro ou apenas o sustento deve ser considerado uma forma de trabalho.

Tendo isso tudo em mente, passemos a falar sobre as figuras destacadas na pesquisa em São Luís e Viana.

### **São Luís**

Em São Luís, vemos dos dois casos citados, mulheres que buscavam meios próprios de sustento, e mulheres que não precisavam, por diversos motivos, ter essa preocupação.

Um exemplo de mulher da primeira situação é **Ignacia Correia da Conceição**, nos chama a atenção a presença de duas casas, uma em que morava e ainda outra que servia para aluguel, mesmo sem saber ler nem escrever mostra que estava atenta às necessidades locais e arruma uma forma de ganhar a sua vida, fato que se evidencia ao encontrarmos em uma folha solta o recibo de pagamento de aluguel que dizia:

Recebi da Senhora Jerônima Maria de Alugueis de casas da Defunta Ignacia Correia da Conceição quatro meses a cinco patacas por mês e por ser verdade lhe passei este que por não saber ler nem escrever pedi ao Senhor Francisco Jose Artman fizesse e por mim assinasse.<sup>5</sup>

Outro aspecto a ser analisado nos documentos são as dívidas, seguindo a trilha dos débitos deixados na terra após sua morte encontramos a senhora **Francisca Xavier de Andrade**, mãe de quatro filhos, tinha, em dinheiro, espalhado pela cidade a quantia de 725\$516, que estão divididos em 52\$219 em dívida contraída por mulheres, ficando o restante em dívida de homens para com uma mulher.

Percebemos que, monetariamente falando, não perdoava nem os mortos, pois cobrava uma dívida no valor de 10\$666 do “*Falecido Antonio Pinto Castello Branco*”, o que nos leva a crer que o mais importante era manter a ordem para compor certo grau de poder e influência sobre os que ficaram em vida, mesmo depois de sua morte e de seu devedor.

Assim como Marize Helena de Campos observamos que, em suas palavras “*o documento abre frestas por onde é possível observar cenas da economia. Quando [...] declara seus devedores [a mulher] indica transações feitas com base em trocas e créditos*”<sup>6</sup>, mostrando dessa forma que não estavam tão submissas à ordem patriarcal como nos passa a historiografia brasileira do começo do século XX.

Também há mulheres de posses mais consideráveis que essas e que tinham, pois, uma responsabilidade bem maior. **D. Theodora Joaquina Ferreira**, por exemplo, ajudava na composição da economia maranhense através de suas posses de terra, em São Luís e no interior da capitania, onde possuía culturas de algodão e mandioca.

Encontramos em seu inventário “*uma roça nova de 250 braças<sup>7</sup> quadradas plantada de anos e algodão com ruína [corr.] anos pelo pulgão; uma capoeira de algodão com duzentos braços quadrados; uma roça de mandioca de cem braços quadrados*” e mais “*uma porção de terras citas na paragem Coroatá<sup>8</sup>*” mais uma outra “*légua de lavar no distrito da Villa de Santa*



*Mônica de Icatu*” e “*uma no largo no rio Pindaré beira rio*”, ou seja, quando de sua morte essa mulher já deixava terras cultivadas e mais várias léguas de terra para cuidar, além de possuir um plantel de 55 escravos, ela, além de plantar, possuía ainda “*uma roda de mandioca com seus pertences*”, “*quatro engenhos de descarocar de roda*” e mais “*três engenhos de descarocar pequeno*”, além dos instrumentos de pesos e medidas como balanças.

Percebe-se assim a efetiva participação dessas personagens na economia local, que ainda tinha outras “companheiras”, que não plantavam apenas o algodão, mas também a mandioca, utilizada na fabricação da farinha.

No que tange às suas dívidas encontramos valores elevados. Em sua relação de dívidas ativas encontramos pessoas como o Comendador Antonio Jose Meireles, que “deve por obrigação” 927\$500, da mesma forma encontramos Antonio Jose Suares Duarte, que “deve por obrigação” 1:260\$000, do mesmo modo encontramos na relação dívidas de seus herdeiros como Sebastião Jose Pereira de Castro e Bernardino Jose Pereira de Castro, respectivamente 831\$936 e 950\$000, o que nos abre frestas para perceber como se tratava esse mundo de crédito, sem esquecer porém, que muitas pessoas emprestavam somas de dinheiro para amigos e familiares, no intuito de ajudar os parentes, uma vez que aqui ainda não havia bancos.

Mas também encontramos dívidas passivas, onde declara dever para três pessoas o montante de 3:256\$419, divididos da seguinte forma: para Theodoro Jose da Cunha deve 1:476\$660, para D. Anna Roza Ferreira deve 494\$000, e para Miguel Joaquim Ferreira da Costa deve 1:285\$759, a presença de uma outra senhora nos mostra o quão próximas estavam as relações econômicas existentes à época, o que corrobora a visão de Helena de Campos ao destacar em sua tese a existência de uma rede de proteção feminina no que tange a sua sobrevivência econômica no período colonial no Maranhão.

Esta senhora que tem o Monte-mor de aproximadamente 46:000\$000 tem ainda em suas posses “nesta ilha na paragem chamada Ribeira uma porção de terras, que é duas terças parte de meia légua em quadra, que lhe coube por herança” e que tem o valor de 800\$000, infelizmente não há indicação de quem deixou esta terra por seu legado pois ai teríamos mais brechas para ver as faces desta mulher.

A senhora **Maria Micaella Pereira Culares** é, sem dúvida, a que mais se destaca no que tange a variação da economia, é proprietária de terras, escravos, casas, sítios e árvores.

Fato interessante sobre os bens desta mulher são seus escravos. Possuía 45 cativos, dos quais, pouquíssimos não tinham uma profissão indicada no documento, encontramos costureiras, bordadeiras, gomadeiras, pedreiros, sapateiros, alfaiates.

Quanto às suas árvores são 552, divididas nas mais variadas frutas. Vejamos quais são:

Árvore	Com fruto	Sem fruto
Laranjeiras da terra	25	35

Laranjeiras da China	65	150
Limeiras	40	42
Coqueiros	2	130
Abacateiros	6	10
Jaqueiras	-	3
Mangueiras	2	4
Cajazeiras	50	-

Entre as que dão e as que não dão frutos chegam a custar 885\$000, valor muito alto, ao levar em consideração que deste pomar apenas 190 árvores são rentáveis, pois ainda põem seus frutos, mas aqui é onde podemos melhor perceber a diversidade econômica de São Luís, pois em um mesmo caso encontramos investimentos que geralmente ligamos ao espaço urbano, como casas e investimentos em áreas que julgamos como sendo rurais, como essas árvores.

### Viana

O caso da Villa de Viana<sup>10</sup> não é muito diferente do exposto até aqui. Também há nesta localidade mulheres preocupadas com o seu sustento e que estão envolvidas nas mais diversas atividades econômicas, mas sempre seguindo o padrão dos produtos com mais evidência na economia local.

De economia campestre tem como base no período colonial a pecuária, estando em primeiro lugar a criação de gado vacum, seguida pela criação de suínos e em seguida a de equinos, como bem pudemos observar no desenrolar da pesquisa, sem deixar de lado as plantações de algodão e mandioca.

**Mariana Pereira** (1813), tinha em sua posse oito “*engenhos de descaroçar algodão*”, e ainda mais “*uma e meia arroba de algodão em pluma*” e também “*seis arrobas de algodão em caroço*”, também apresenta “*hum tear de fazer rede*”, o que nos faz considerar que o tear serviria tanto para o consumo próprio quanto para a fabricação e venda de algum produto como redes, que eram usadas como meio de transporte e um local para dormir. A diversificação não para por aí, possuía uma máquina de “*relar mandioca*”. Demonstrando assim a diversificação de seu trabalho.

Junte-se a isso “*505 braços de terra de frente com 1.500 de fundo*”, e ainda “*5 braços de terra de frente em campos, com uma légua de fundo*”, terra suficiente para plantar algodão e mandioca, e ainda criar os seus 62 animais, entre gado vacum e cavalari.

Apresenta ainda, o montante de 440\$080 dividido entre herdeiros e “*estranhos*<sup>11</sup>” relativo à relação de crédito cedido; e 89\$000 de crédito recebido. Demonstrando assim que possuía crédito fora do seu círculo familiar e que também o concedia para além deste.

Essa mesma heterogeneidade de frentes de participação na economia pode ser observada no inventário de **Maria Joaquina Vieira** (1817), possuía, ao fim de sua vida, animais, são 24 no total, mas somam 203\$200, ou seja, uma quantia considerável. Pensando como Marize de Campos, encontramos aqui uma mulher que faz parte da rede de proteção composta por mulheres na hora de distribuir a sua herança já que esta recebeu a quantia de 2\$500 “*que lhe tocou na legitima de sua mãe em sua porção de terra no lago dos (ilegível)*”, que mesmo sendo pouco já aponta um fio desta trama protetora.

A senhora **Efigênia Maria** (1815), assim como a Maria Joaquina, não possuía tantos bens, no entanto a presença de gado vacum e cavalos chama a atenção, pois demonstra a participação efetiva dessas no desenvolvimento econômico local não ficando à mercê do acaso e de seu marido. Deixou para os vivos uma relação com 28 animais, e mais ainda “*uma roça nova de sessenta braças de comprimento em [corr.] uma de mandioca e algodão*”.

Temos aqui uma mulher que agia de acordo com os rumos da economia, plantando algodão - já que por conta da facilidade de produção era amplamente cultivado, facilitando assim a participação de famílias menos abastadas no desenvolvimento desta cultura - e que não se prendia a uma só atividade, diferenciando-se das citadas anteriormente. Também criava animais, de onde podia ser retirado o couro, e ainda a carne verde para ser vendida, ainda fresca ou mesmo como carne seca, que, segundo Sergio Buarque de Holanda vai ser bem aceita pelo comércio<sup>12</sup>.

No ano de 1820 o inventário de **Joanna Pereira da Silva**, foi aberto, nos revelando uma riqueza impressionante.

Era sem dúvida uma mulher ligada aos entrelaces da economia por todos os principais produtos da época. Esta senhora possuía um dos maiores plantéis de escravos encontrados até aqui, o que já começa a nos revelar a sua faceta.

Para abrigar 54 escravos era necessária uma porção de terra que fosse pelo menos de tamanho médio. E mais, não se tem essa quantidade de escravos apenas por ter, essa era uma pessoa diferente das outras, com um plantel desta dimensão é possível manter roça de vários produtos ao mesmo tempo, é isso que ela fazia.

No seu inventário, que é pequeno, a despeito do valor que alcança seu monte-mor, encontramos a maior diversificação produtiva de todas essas mulheres relatadas até aqui. A dita senhora possuía “*uma roça nova plantada de algodão, mandioca, milho, arroz de [corr.] braças quadradas; uma roça de dois anos com mandioca e algodão [corr.]; uma roça de três anos com algodão de duzentas e cinquenta braças*”, a isso, soma-se a presença de “*um forno de cobre com 34 palmos<sup>13</sup> de boca [corr.] de fazer farinha; dez engenhos de descarregar algodão [sic]*”

Vemos, pois, sua efetiva participação na economia com a inserção de produtos como o milho e a farinha, não apenas a mandioca. Com a presença do forno podemos fazer algumas suposições, como a de que não apenas plantava a mandioca para fazer a farinha para o comércio,

mas poderia sim, lançar mão de tal produto para a alimentação sua e de seus escravos, já que este é um artigo muito apreciado em nossa região.

A marca de diversidade econômica maranhense nesse período fica mais evidente quando levamos em consideração a existência de outros meios de subsistência além da lavoura ou de atividades ligadas a ela.

Luciano Figueiredo aponta, em Minas Gerais, a existência de mulheres que viviam de pequenos trabalhos e que sustentavam o lar, mesmo aqueles em que o homem era vivo, relata inclusive casos de mulheres que administravam bens, como tavernas de homens, não sendo necessariamente casadas, dessa forma, diz, “Encontram-se mulheres ocupadas no pequeno comércio com o que obtém rendas para sustentação do parceiro, outras administram a casa e os negócios do companheiro, permanentemente ou quando de sua ausência”. Nesse sentido, encontramos **Maria Raimunda Veloso** (1819), tudo em seu inventário nos leva a crer na propriedade de um pequeno comércio de artigos secos e molhados, pois encontramos de tecidos a réstias e alho e ainda água ardente e vinhos.

Segue a relação dos bens registrados em seu inventário:

6 tamboretos velhos	8 cascos de frasqueiras do reino ordinárias surtidas de frascos vazios	7 garrafas
9 frascos de água ardente do reino	Um resto de vinho em uma pipa	6 arrobas de açúcar branco
7 libras de manteiga em um barril	60 réstias de alho	1 balança de pesar retos com seu marco
1 balança de quitanda com seus pesos	3 medidas ordinárias de folha	Peça e meia de cassa grossa
1 peça de riscado bom	5 peças e meia de bertanha ordinária	4 peças e meia de paninho
1 peça de Holanda parda	Um resto de Holanda parda com 18 côvados	Um pano de uma rede de dormir
7 cortes de alfinete	12 copos de medidas	2 funis de folhos
200 cabeças de cachimbo	1 peça de ganga azul	4 botijões de azeite de carapato cheios
2 vidros, 1 vazio e outro com mercúrio	14 varas de brim	27 côvados de Holanda parda

7 lenços pequenos muito ordinários	5 varas de cassa grossa	6 lenços finos brancos
Dinheiro em moeda		

A partir destes indícios é que podemos perceber a participação desta senhora na economia, tida como pequena comerciante numa vila que ainda não tinha o tamanho e a importância que tem em nossos dias.

Alguns itens desta lista nos chamam bastante atenção, por se tratar de um pequeno comércio é normal a variedade de produto, principalmente em locais com poucos comércios<sup>14</sup>, mas vemos que estava preocupado em atender a praticamente todas as necessidades da clientela, pois encontramos pano para rede, açúcar, manteiga, alho, água ardente, vinho, tecidos, mas o que além de tudo isso nos leva a crer na circulação monetária gerada por esta atividade laboral é a quantia em dinheiro encontrada em moeda, são 27\$440, um bom valor para circulação.

Mas acima de tudo isso, devemos perceber mais uma condição “escondida” em meio à venda, suas dívidas.

Não há relação de dívidas passivas, ou seja, não podemos dizer que já trabalhasse com ideia de um fornecedor que lhe vendesse a crédito, mas sim a com a noção de compra para revenda, mas a quantidade de dívidas ativas é muito alta, são dezesseis devedores, entre os quais figura apenas um mulher, Anna Luisa (15\$830), no total são 542\$580, o que implica dizer que não era comum a circulação monetária com tanta frequência com que estamos acostumados e mesmo que chegamos a imaginar para aquele período.

Além de tudo isso há ainda uma casa do valor de 330\$000, não há, no entanto, uma referência quanto ao local da casa, mas sabe-se que é uma casa de morada de taipa coberta com telhas e não com palha, como é comum encontramos e ainda mais com 3 milheiros de telha, pertencente à obra da casa que estava em andamento.

Não se sabe ao certo se o comércio funcionava nesta casa ou em outra, mas é notório que esta atividade era lucrativa uma vez que permite a realização de uma obra de casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa pudemos perceber que a economia maranhense não se baseava na exclusividade de um determinado produto, como a historiografia acaba por nos passar, muito pelo contrário, estava sim pautada na variedade de produtos e de agentes na realização destas atividades.

Dizer hoje que apenas um produto movia uma determina economia é inconcebível, podemos sim reforçar a ideia da existência de um produto que puxasse a atividade econômica local, no nosso caso a produção algodoeira. Mas excluir a existência de outras atividades é tapar os olhos para o cotidiano da sociedade.

Atividades mais “simples” como aluguel de casas, venda de doces, pequeno comércio, eram desenvolvidas corriqueiramente em São Luís em Viana, onde podemos encontrar bem a diversificação das atividades desenvolvidas.

O que se pode inferir disso é que a despeito do passado pela historiografia há uma grande distinção entre o ideal e o real. O ideal encontramos na forma como a sociedade esperava que as mulheres se portassem, ou seja, subjugadas pelo domínio patriarcal, já o real encontramos no grupo de mulheres que fogem a essa regra, fazendo assim com que esse grupo se distinga das demais mulheres, encontramos esta realidade ainda nas senhoras que se encontravam atreladas ao sistema patriarcal, seguindo pois os ditames sociais.

No caso das mulheres, percebemos que, mesmo estando atreladas a um sistema patriarcal estavam também envolvidas em atividades que lhes permitiam fugir da marca, criada pela historiografia, de mulheres devotadas ao lar e ao seu marido, sem se preocupar com mais nada.

Sendo assim, vê-se como ponto chave da participação feminina na economia maranhense o ponto da readaptação junto com a variação das atividades a que estavam envolvidas. Readaptavam-se porque utilizavam de um sistema já instalado para seguir de acordo com suas vontades e necessidades. Variação porque não se detinham a apenas uma forma de manter-se acumulando várias funções ao mesmo tempo, como a criação de animais e empréstimos de dinheiro para outras pessoas, sendo desta forma, agentes da economia local, estando tão ativas quanto qualquer um que quisesse manter-se vivo em sua época.

## NOTAS

\* Bacharel em História UFMA

1 FLEXO, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fonte de pesquisa.

2 A historiografia brasileira e maranhense divide a economia colonial do Maranhão em dois momentos: a) 1616 – 1755: marcada por produzir as drogas do sertão e com finalidade apenas de enviar o produzido para a Europa, período de grande pobreza e pouco desenvolvimento das cidades e de riquezas pessoais; b) a partir de 1755: marcada pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, importação de mão-de-obra escravizada, fomento e aumento da produção do algodão para exportação, aumento de riquezas pessoais. Sobre esse segundo momento, é importante frisar que a historiografia maranhense também diverge sobre sua real importância, uma parte fala que foi um período de desafio econômico e outra parte diz que foi uma fase considerada como áurea na nossa história econômica. Não entramos nessa discussão, apenas ressaltamos que ambas as fases são importantes para nossa formação econômica.

3 FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**, Record, 2004.

4 Idem

- 5 Inventário de Ignacia Correia da Conceição.
- 6 Marize Helena de Campos. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. Local: editora, ano. p. 217.
- 7 Cada braça equivale a 2,2m.
- 8 Cidade distante 247 km de São Luís.
- 9 Cidade distante 109 km de São Luís.
- 10 Inicialmente chamado Aldeia Maracu, passa a ser chamada de Villa de Viana em 1757, conservando este nome até 1834, quando passa a ser cidade de Viana, nome que leva até hoje. A cidade fica distante 215 km de São Luís.
- 11 Utiliza-se este termo para indicar aqueles que não faziam parte do rol de herdeiros ou familiares.
- 12 HOLANDA, Sergio Buarque de. **Historia Geral da Civilização Brasileira**. 1993.
- 13 Cada palmo equivale 22cm.
- 14 Esta é a única referência a comércios em Viana que encontramos na documentação.

## REFERÊNCIAS

- AYOUB, Jalila. **A desagregação do Sistema Escravista no Maranhão (1800 - 1888)**.
- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo português 1415 – 1825**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Paulo, 2009.
- CARVALHO, Ozimo de. **Retrato De Um Município**. p 13. Disponível em: <http://www.aldeiamaracu.org.br/retrato.pdf> Acesso em: 01 jun.2012.
- FARIA, Regina. **Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755): uma discussão preliminar**. São Luis: EDUFMA.
- FLEXO, Maria Helena Ochi. **Inventários e testamentos como fonte de pesquisa**.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Record, 2004.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro 1993.
- MOTA, Antonia da Silva. **Aspectos da cultura material nos inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Família e Fortuna no Maranhão Colonial**. São Luis: EDUFMA, 2006.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **“Donas e Plebeias na sociedade colonial**. Estampa, 2002.

# A REPRESENTAÇÃO DA PROFESSORA NA IMPRENSA CAMPINENSE NA DÉCADA DE 1950

Ajanayr Michelly Sobral Santana<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão da representação da mulher professora na imprensa campinense da década de 1950. Ainda que outras sejam aqui tratadas, tem-se como principal protagonista a professora e escritora Sevy Nunes, em que analisei as suas práticas educacionais através de sua profissão de professora e como colunista social, sendo a mesma conhecida como um importante nome do jornalismo da cidade de Campina Grande- PB. Nesse sentido, conhecer um pouco da vida dessa professora/escritora, através de uma pesquisa biográfica, permitiu-me não apenas analisar e compreender a educação de uma época, mas também problematizar os discursos na imprensa sobre o feminino. Para isso, perscrutei as imagens femininas que foram enaltecidas nos jornais campinenses, como aquelas figuras frágeis e maternais, para buscar discrepâncias, como também analogias, com aquelas que estavam saindo do recôndito do lar para trabalhar. Quem escrevia sobre elas? Quais as imagens de mulheres a imprensa defendeu? Como as professoras foram representadas na imprensa campinense? Como aquelas figuras se assemelharam as docentes? Estes são alguns dos questionamentos que conduzirão esta abordagem.

**Palavras-chave:** Feminino; Imprensa; Educação.

## INTRODUÇÃO

Busco analisar neste trabalho a escritora e educadora Sevy Nunes, bem como outras educadoras, e a sua contribuição acerca do papel da mulher na vida pública na sociedade campinense na década de 1950, enfocando aspectos de sua vida profissional e pessoal e de suas escritas no universo jornalístico na cidade de Campina Grande-PB.

Como seu nome aparece enquanto destaque por suas contribuições em colunas sociais no jornalismo campinense, direcionei meu olhar para sua história de vida com acontecimentos significativos (BOURDIEU, 2000, p.184-185) que considerei importante e relevante para se conhecer o universo para além de sua atuação como colunista social. Disto, tanto a sua vida privada quanto pública me possibilitou pensar não somente sua prática de *ser* escritora na década de 1950, mas também perceber os limites e lugares de trânsito de outras mulheres, que assim



como ela, criaram caminhos e inventariam percursos nesse árduo ambiente machista que foi a imprensa campinense naquela época.

Sevy Nunes usou de um pseudônimo, o qual inverteu o seu nome e assinava suas colunas como Yves<sup>2</sup>, quando escreveu para o jornal *Evolução*, nos anos de 1958-1959. Assim, Yves foi uma personagem cuja vida agitada, passadas pelas longas e divertidas horas em festas sociais e das muitas viagens pelo mundo, não poderia ser apenas lembrada ou mencionada como uma brilhante colunista social. Desta forma, proponho conhecer um pouco mais de Sevy Nunes, e nessa medida, transcender aos tópicos das notas na história do jornalismo campinense que a nomeia apenas como mais um “importante nome do colunismo social de Campina Grande” ou pelo “importante trabalho que fez nos salões da cidade” (EVOLUÇÃO, 1959).

Deste modo, foi por meio da personagem Yves que pude percorrer os limites e as possibilidades que nortearam a vida de mulheres que não apenas percorreram os domínios das letras, mas também participaram da vida social e política para narrarem sobre os acontecimentos da vida social da elite campinense.

Mas, afinal, quem teria sido essa colunista que foi tão influente no meio jornalístico por mais de 40 anos? Quem teria sido Yves? Através de conversas informais com seus amigos e admiradores, ao lê seus textos jornalísticos e/ou vê suas fotos por onde andou, se formaram intrigas<sup>3</sup> onde se constituiu algumas histórias sobre a sua vida. Desta forma, os registros biográficos, bem como as fotografias e as matérias de jornais foram relevantes, como uma forma de investigar a participação de professoras no jornalismo campinense e percorrer os ambientes que foram vivenciados por elas.

Assim, pretendo dialogar tanto com fontes escritas quanto as iconográficas, particularmente as fotografias que retrataram a vida de Sevy Nunes que fazem parte de seu acervo pessoal, e as imagens publicadas em jornais campinenses. Partindo da análise de Peter Burke (2004), sobre a utilização de imagens como fonte de conhecimento histórico, as imagens, quando utilizadas “os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações” (2004, p. 12), não levando em consideração os aspectos intencionais e o que se pode descobrir através das mesmas. Desta forma, dialogar com as fontes iconográficas contribui para pensar os discursos – às vezes, escassos e dispersos – que informam sobre as representações de educadoras que foram manchete no jornalismo campinense na década de 1950, em torno de momentos de suas vidas educacionais.

Capelato (1988) vê a imprensa como “um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”. Por isso o/a historiador/a deve pesquisar os jornais como agentes da história, capturando “o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas (suas) páginas”. Para tanto, a imprensa em vez de espelhar a realidade, “passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sócias de uma época” (CAPELATO, 1988, p.22-26).

Assim, esses jornais se constituíram em um lugar de sociabilidade, divulgação de interesses, transmissão de ideias e aspirações para muitas mulheres. Através desses jornais, analisarei as notícias que fizeram manchete, as imagens que enriqueceram as suas páginas com as notícias que acompanharam a presença do feminino.

## IMAGENS DE MULHERES INSCRITAS NA IMPRENSA CAMPINENSE

A partir das primeiras décadas do século XX as mulheres vêm ocupando cada vez mais as ruas nas cidades brasileiras, com a (re) definição de novos papéis para as elas, com o surgimento de novas atividades femininas no espaço público, a exemplo do magistério. Para tanto, parti da análise de D’Incao, intitulada *Mulher e família burguesa* (2008), para perceber essa maior participação da mulher no espaço público, seja para estudar e/ou trabalhar.

Com um melhor acesso a escolarização, acabam por abrir novos meios de profissões fora do lar, tais como: professoras, enfermeiras, datilógrafas, secretárias, médicas especializadas em saúde da mulher, dentre outras. Dessa forma, seja desempenhando funções comerciais, como profissional da educação e da saúde e/ou cronistas de periódicos as mulheres vêm, desde as primeiras décadas do século XX, afluindo cada vez mais na busca de se profissionalizar.

Podemos perceber essa participação feminina, na imagem de um curso de datilografia na cidade de Campina Grande, ministrado pela professora Joaquina França<sup>4</sup>. (Ver imagem 01 – curso de datilografia década de 1950).



**Imagem 01:** Curso de datilografia ministrado pela Professora Joaquina França na década de 1950 (Arquivo Pessoal Sevy Nunes).

A educação profissional possibilitou à mulher mais do que uma autonomia, ofereceu, principalmente, uma quebra da barreira entre o lar e a rua, onde os tradicionais papéis domésticos elaborados para o feminino se (re) configuraram. O trabalho fora de casa se constitui em uma

alternativa à formação feminina. Assim, percebem-se na cidade de Campina Grande profissões que serão valorizadas pela sociedade e referenciadas pela imprensa, a exemplo do magistério.

Nesse campo de atuação, destaca-se na imprensa campinense, por exemplo, a professora Apolônia Amorim. Nascida em 09 de fevereiro de 1904, na cidade de Barra de Santana-PB, essa professora atuou ativamente nas campanhas cívicas, inclusive do movimento popular de apoio à candidatura do presidente João Pessoa em 1930. Ainda envolveu-se nos episódios do levante comunista da Intentona de 1935<sup>5</sup>, no repúdio a Lei da Segurança Nacional e na fundação do Comitê feminino “Clara Camarão”<sup>6</sup>, contribuindo, ainda, “com vários artigos de cunho político e social nos jornais, a exemplo do jornais ‘A União’ e a ‘Imprensa’, na página Feminina. Faleceu no Rio de Janeiro em 1949” (COUTINHO, s/d, p. 07).

Pioneira na educação infantil e fundadora do primeiro Jardim de Infância em Campina Grande foi professora do Grupo Escolar Sólon de Lucena. Para tanto, O jornal *O Rebate* (1949) fala sobre a atuação dessa professora, Apolônia Amorim, ao exercer suas funções como educadora no campo educacional nesta cidade: “O desvelo para com os seus educandos era uma das facetas mais brilhantes do seu espírito (...)”, ou ainda, “empenhava de alma e coração (...)” ao ensino. Quando da impossibilidade da mesma não mais exercer suas funções educacionais, a notícia do jornal rememora saudosamente a “merecida recordação aquela que ofereceu o melhor de seus esforços pela sua criação e manutenção atendendo a um desejo da juventude dedicada à grande arte de Carlos Gomes” (O REBATE, 04.10.1949).

Na década de 1950 e início da década de 1960, os jornais da cidade publicaram artigos com assuntos referentes à educação, professores/as e alunos/as, situações precárias das escolas oficiais (públicas) e privadas, e as dificuldades do ensino. Essas discussões giraram em torno da defesa da escola e da educação pública, em que estas questões se tornaram o centro de discussões pelo poder público pela busca por um ensino de qualidade.

É discorrendo na matéria do jornal *Gazeta Campinense* sobre os baixos salários dos professores/as que o jornal pretendia como solução a “Escola gratuita para todos”, com aqueles/as recebendo melhores salários e, o mais importante, que “todos os alunos (ricos e pobres) pagos pelo imposto estatal”, e mais, se as escolas deveriam ser “públicas”, as escolas confessionais não deveriam ser diferentes (GAZETA CAMPINENSE, 13/08/1961, Ano II, Num. 73, p. 3).

Com a frase “para ser pública deve ser gratuita” o jornal *Gazeta Campinense* defendeu a profissionalização do magistério, e também criticou os atrasos das bolsas de estudo pagas pela Prefeitura de Campina Grande aos alunos e alunas que estudavam em escolas particulares, alegando que os prejudicados por tais medidas seriam os/as professores/as, pois, se os/as estudantes ficassem sem as aulas, seus educadores ficariam sem receber seus vencimentos. E finaliza a matéria: “[...] não se deve perder a esperança de melhores dias para o ensino brasileiro e seus professores” (GAZETA CAMPINENSE, 13/08/1961, Ano II, Num. 73, p. 3).

Desta forma, percebe-se na imprensa campinense a importância da criação de escolas públicas e de qualidade como premissa essencial para a valorização do magistério. Assim, mulheres como Apolônia Amorim (re) apropriam-se da melhor forma possível das mudanças materiais de ordem social e política, provocadas pela modernidade que buscaram, principalmente, a valorização da educação como ferramentas para o progresso do país, em que buscou conciliar as suas necessidades aos seus desejos, o que as levaram a procurar trabalho fora de casa, como uma forma de se autoafirmar como membro ativo da sociedade através do magistério.

Nos anos 1950 houve a presença da mulher desempenhando papéis não apenas no meio educacional, mas também em outras áreas. Disto, a crônica de Terezinha Brasileiro<sup>7</sup> para o semanário o *Formação* (1950), sobre a participação da mulher na vida pública, é significativa para perscrutar essas atuações, especialmente as campinenses, desempenhando diversas funções de trabalho na cidade:

Ao contrario do que se verifica em outras cidades nordestinas, a mulher campinense não é ociosa, como se ela apavorasse a idéia de cultivar a mãe dos vícios, segundo provérbio [...] Ela trabalha e trabalha muito. Entretanto, desculpe-me a franqueza, o seu trabalho é de um alcance restrito e pessoal. Dificilmente afronta as canseiras que um empreendimento sem escopo de lucro, embora conversível em bem coletivo, lhe traria [...] A mulher, a mulher jovem, sobretudo, tem uma extraordinária capacidade de se dedicar... (FORMAÇÃO. Dez de 1950, Ano XV, N.1).

A representação da mulher campinense laboriosa explicitada em sua fala é bastante significativa para se perceber a presença de mulheres em trabalhos fora do ambiente privado. Contudo, ainda que o número de mulheres que exerciam alguma ocupação seja bastante significativo nos anos de 1950, não chegavam a competir com as profissões voltadas para o sexo masculino. Assim, segundo a notícia do jornal *Evolução* (Coluna: Ocupação das mulheres diplomadas, 26.01.1958, Ano I, N 21, p. 02), uma pesquisa que fora realizada pelo IBGE:

Mostra a preferência das profissionais liberais, em conjunto, pelas atividades sociais e pela administração pública, achando-se virtualmente ausentes da indústria extrativa, da agropecuária, do comércio em geral (exceção feita por motivos óbvios, das farmacêuticas e praticas de farmácia) e dos serviços de defesa nacional.

Constata-se nesta citação que, as atividades desempenhadas por mulheres na década de 1950 na cidade, ainda eram aquelas voltadas para o magistério ou para a área da saúde, sendo considerável o número de mulheres médicas que possuíam consultórios próprios atendendo a uma clientela feminina ou infantil.

Segundo a autora D’Incao (2008), como contraponto ao surgimento de atividades femininas fora do âmbito doméstico também emergiram discursos normativos nas primeiras décadas do século XX que por sua vez não apenas questionou essa busca de mulheres por trabalhos fora do âmbito doméstico, bem como valorizando as relações familiares, como o matrimônio e

a maternidade, em uma forma de tentar atrair o retorno das mulheres para o interior do espaço doméstico. Essa valorização será fundamentada pelos discursos dos meios médicos, educativos e da imprensa, com suas propostas que “visavam educar a mulher para [desempenhar] o seu papel de guardião do lar e da família” (D’INCAO, 2008, p. 226).

Desta forma, a imprensa campinense ressaltou a importância e o sentido da educação doméstica e de profissões voltadas para as mulheres. Na matéria intitulada *A mulher dona de casa* do intelectual e cronista campinense Christino Pimentel<sup>8</sup>, tem-se o enaltecimento do âmbito doméstico e as funções desempenhadas pelas mulheres donas de casa. Nos casos em que os maridos encontravam-se impossibilitados de desempenharem suas funções, devido à perda do emprego, a mulher dona de casa deveria possuir o espírito e convicção de Josephine Claes, pois:

Na agonia de um desespero Deus inspira a mulher, e esta finda encontrando a salvação no methodo simples que empregue na direção de sua casa. Costurando, alinhavando os panos usados, transformando o molde e a cor de um vestido visto, cuidando da panella e da despensa a dona de casa é como a combustão produzido o calor, e deste gerando-se a felicidade no sentido que aqui é empregado (VOZ DA BORBOREMA, 25.01.1938, p.03).

Disto, compreende-se a preocupação do cronista em incentivar a educação doméstica para as mulheres, pois antes de possuir uma profissão deveria primeiro possuir atributos de uma boa dona de casa. Sua fala segue a direção de muitos intelectuais e jornalistas da época que já percebiam, desde a década de 1930, o afastamento de mulheres de seus antigos “papéis” domésticos.

Sobre a mulher professora na segunda metade do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX no Brasil, Louro (2008) afirmou que existia uma educação voltada para as mulheres, “vinculada à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania das jovens”. Todavia, essa educação visava às necessidades sociais de “educadora dos filhos, e na linguagem republicana, das funções de formadoras dos futuros cidadãos” (LOURO, 2008, p.247).

Assim, as mulheres professoras eram representadas como possuidoras de uma natureza própria para cuidar de crianças, já que eram as primeiras educadoras de seus filhos. Ainda segunda essa autora, o destino da mulher “era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, [pois] cada aluno ou aluna eram vistos como um filho/a” (LOURO, 2008, p. 245).

Por isso, a profissão do magistério foi associada à mulher professora, possuindo características “tipicamente feminina [como]: paciência, minuciosidade, afetivação, doação” (LOURO, 2008, p250). Destarte, essas representações foram significativas para a construção da professora, “elas fabricaram a professora, elas deram significados e sentidos ao que era e ao que é ser professora” (LOURO, 2008, p. 250). Por consequência, percebe-se que o magistério se constitui como uma janela de acesso que as conduziriam a desempenhar uma função no espaço

público. Com isso, algumas mulheres não se restringiram ao âmbito das letras, visto que muitas professoras escreveram na imprensa de sua época.

Para tanto, nos espaços das escolas as meninas tinham cursos voltados para as práticas domésticas, como o de “culinária, corte e costura ministrada pelas professoras” (BORBA<sup>9</sup>, dep. [maio 2014]), onde esses lugares foram separados por gênero, não apenas entre os/as estudantes, mas também entre os/as docentes, em que para as professoras eram reservadas, principalmente, as matérias destinadas às meninas. Na escola secundária, muitas estudantes participaram de outros cursos voltados para as mulheres, por exemplo, o de economia doméstica destinada as jovens futuras esposas e mães (Revista ARIÚS, 1955). Ainda, as estudantes conviviam em diferentes espaços, além do da escola, onde faziam parte simultaneamente de frentes de lutas em igrejas, creches e sociedades de bairro. Uma dessas entidades era o JEC – Juventude Estudantil Católica<sup>10</sup>.

Logo, o cotidiano escolar para mulheres era caracterizado como aquele onde as meninas deveriam possuir gestos e movimentos contidos, “docilidade, meiguice, serenidade e resignação” (AREND, 2012, p. 71), e onde aprenderiam como as meninas deveriam se comportar, falar, olhar, andar, e as docentes caberiam esses ensinamentos. Esses métodos rígidos e disciplinares foram utilizados pelas escolas e professoras, que de acordo com Machado e Mendes (2011, p. 23), sobre a história da educação na Paraíba entre os anos de 1903 a 1982, “seria o meio mais eficaz de educar as crianças e para que elas tivessem um bom desempenho na aprendizagem”.

Contudo, não apenas os espaços das escolas que incentivaram a educação doméstica para as meninas, mas também a imprensa promoveu esse discurso de valorização, como uma forma de atrair o retorno de mulheres afastadas dos “recônditos do lar”. Para isto, não foi apenas de discursos de intelectuais e cronistas que a imprensa se utilizava para tentar “amarrar” a mulher no espaço privado e/ou trazê-las de volta. A imprensa também se utilizou de propagandas com as maravilhas domésticas, que buscavam seduzir principalmente o público feminino, estimulando o seu consumo através de expressivas imagens desses produtos. Esses apontavam para o lugar doméstico reservado as mulheres, que utilizou de artifícios e meios apelativos através de imagens com figuras femininas desempenhando tarefas domésticas com um perceptível sorriso no rosto (Ver imagem 02).



**Imagem 02:** Propagandas na imprensa campinense na década de 1950: Os magazines seduziam o público, principalmente o feminino, com as maravilhas domésticas: a máquina de costura MINERVA; o fogão BERTA e MIPA; a máquina de costura LADA; e a geladeira GELOMATIC (O MOMENTO (1950); O REBATE (1952)).

As mulheres casadas - ou as jovens que pretendiam casar-se - da “boa sociedade” campinense poderiam refrigerar seus alimentos possuindo a GELOMATIC, refrigerador que não precisava da eletricidade para funcionar, dando “mais conforto a dona-de-casa e sua família”. Não querendo refrigerar os alimentos ela poderia cozinhá-los com o fogão BERTA, a melhor entre os “melhores fogões da industrial nacional” (O MOMENTO, 17.09.1950, Num 1, Ano I).

Para costurar seus vestidos a dona-de-casa poderia ter a máquina de costura MINERVA, “ideal para a senhora... para sua filha... e mais tarde, para a sua netinha”. Com a MINERVA, a dona-de-casa aprimora suas habilidades na costura e ainda economiza costurando seus vestidos. Não satisfeita com a MINERVA, a dona-de-casa ainda tem a opção de costurar com a máquina de costura LADA. Essa maquina é a “melhor” e é a que toda dona-de-casa “precisa ter em seu lar” (O MOMENTO, 17.09.1950, Num 1, Ano I).

Quase sempre as propagandas são recorrentes quanto ao fato de ser o destinatário das maravilhas domésticas que seduziam o público, principalmente o feminino, mostrando os produtos que as mulheres deveriam possuir. Não era apenas a aquisição de uma nova e moderna máquina de costura, mas a própria obtenção de produtos que as destinavam ao lugar do privado.

Esses produtos eram realçados pela figura feminina exercendo tarefas domésticas, através de atrativos de mais facilidade e modernidade e identificados com elas mostrando-se sempre felizes e satisfeitas com um ostensivo sorriso no rosto. Assim, as mulheres nos anos 1950, que estavam saindo de casa para trabalhar fora precisariam retornar para os seus lares, pois lá encontrariam os mais maravilhosos e modernos produtos domésticos que toda mulher “deveria ter”.

Tal questão vem acompanhada pelo discurso da modernidade na Paraíba, no início do século XX. O trabalho de Waldeci Chagas, *Urbanização e cotidiano na Parahyba de início do século XX* (2010), descreve um quadro panorâmico sobre esse processo de desenvolvimento e modernização no Estado, como resultado, também, de questões culturais. Nessa pesquisa, analisou os emblemas do moderno vivenciados no cotidiano da população paraibana através de propagandas em periódicos, como um recurso para divulgar as novidades da “arte de viver modernamente”. Assim, segundo este autor, a mulher que estava inserida nessa modernização se aproximou mais do espaço público através dos atrativos proporcionados pela moda: “A moda [ia] aproximá-las para uma conduta que passa a independe do referencial social” (CHAGAS, 2010, p. 48-49).

É nesse contexto da década de 1950, em meio a todo um cenário de transito de mulheres, ora aquelas que saíram “de casa” para trabalhar e foi valorizada como profissionais da educação no jornalismo campinense, ora aquelas que tiveram suas imagens estampadas na imprensa local, como aquelas que precisam voltar e/ou continuar a “pilotar” fogão e toda essa maquinaria do espaço doméstico, que Sevy Nunes se lançou como professora e colunista social.

### **SEVY NUNES: “UMA MULHER COM BELEZA NA ALMA”**

Severina Nunes de Farias nasceu na cidade de Monteiro, Estado da Parahyba, no dia 08 de agosto de 1920, filha de Cícero Nunes de Farias e Isabel de Farias. Residiu em Campina Grande-PB desde os primeiros anos da infância, quando ficou interna no ano de 1935 no Colégio Imaculada Conceição – Damas<sup>11</sup> – colégio destinado a moças da boa sociedade campinense e região. Recebendo o título de cidadã campinense no ano de 1999, essa solenidade foi noticiada em diversas colunas sociais da cidade, a exemplo da coluna de Graziela Emerenciano no *Diário da Borborema* - DB (15.08.1999); Tessituras de Elizabeth Marinheiro, também no DB (29.08.1999); o Polo Político de José Morais Lucas no *Jornal da Paraíba* (22.08.1999), dentre outras notícias, sempre como a mais importante colunista social e ex-mestra e uma das “figuras mais amadas e respeitadas” desse mesmo impresso.

Sevy Nunes atuou em vários órgãos de imprensa do estado da Paraíba, como *A União*, *Diário da Borborema*, *Gazeta do Sertão*, *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *A Folha*, *A Palavra*, *Jornal da Paraíba* e no jornal *a Evolução*, usando um pseudônimo de Yves. Trabalhou como professora de latim, em que lecionou durante muitos anos em escolas de Campina Grande-PB entre as décadas de 1940-1970, educando, sobretudo, o público feminino. Foi, também, assídua participante de congressos brasileiros sobre Teoria e Crítica Literária e membro atuante da Associação Cristão Feminina desta mesma cidade.

Não sabemos muito sobre a família Nunes, a não ser através das poucas conversas informais com seus amigos os quais relataram que foi influente na cidade de Monteiro. Por não ter



regressado a sua terra natal, Sevy Nunes sempre morou sozinha em um apartamento no centro desta cidade, não casou e nem teve filhos. Esse estado civil pode ter proporcionado à escritora um círculo grande de amizades, indo desde famílias mais abastadas até os intelectuais e letrados. Essa convivência pode também tê-la incentivado a dedicar-se às atividades jornalísticas.

Sevy Nunes é o exemplo de mulher que não deixou que as conveniências sociais afetassem seus objetivos e vontades, e foi uma jovem que se aventurava pelas ruas da cidade, seja para trabalhar, estudar ou apenas para participar dos eventos sociais, pois, as transformações advindas com o processo de modernização que atingiu Campina Grande, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, levaram muitas mulheres a saírem do âmbito do privado. Essa saída ocasionou questionamento por parte da sociedade, visto que consistia em uma maior participação feminina na esfera pública (SOUSA, 2006). Para tanto, com relação à presença feminina em lugares públicos, Maluf e Mott afirmam que:

Era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas de “boa família”, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que se fizesse necessárias [...] (MALUF; MOTT, 1998, p. 368).

Portanto, essa educadora/escritora foi contemporânea dessas transformações na sociedade campinense, convivendo com esse novo cenário de inserção da mulher na vida pública e no espaço urbano. Foi uma das poucas mulheres que empreendeu várias e longas viagens pelo mundo, onde passava férias em companhia de amigos e amigas, e também uma das poucas mulheres que conduziam automóveis.



**Imagem 03:** Fotografias de Sevy Nunes em alguns dos vários lugares que ela frequentou: salões de clubes sociais da cidade, como o *Campinense Clube*; em companhia de amigos e intelectuais da cidade e reuniões políticas, como a visita com Cônsul Noujaim Habib; e com o escritor Jorge Amado (Arquivo Pessoal Sevy Nunes).

Com notável posição de dizibilidade e visibilidade no campo jornalístico e nos salões com festas sociais, Sevy Nunes se deslocou para fora do território do privado, que durante muito tempo foi sugerido para as mulheres da boa sociedade campinense (EVOLUÇÃO, 1958). Assim, muitas mulheres buscaram esses espaços públicos através dos lugares que foram reservados para elas, tendo o magistério como um dos principais atrativos de trabalho.

A construção de discursos sobre as representações de profissionais da educação e de imagens femininas desempenhando atividades domésticas na imprensa é emblemática para perceber as contradições desses lugares, e colocar também o magistério como espaço pertencente ao feminino, pois se assemelhava aos “recônditos do lar”, visto que se identificava com as características dos cuidados com as crianças e com a saúde da mulher. Assim, as práticas exercidas pelas mulheres não fugiram de espaços comuns para o feminino, dado que voltados para as habilidades do cuidado, do afeto e do maternal, onde a imprensa enfatizou essas vivências da “mãe-professora”.

As escritas nas colunas sociais de Yves, Sevy Nunes, seguiram esses caminhos, de a mulher não fugir de espaços que lhes foram reservados, ao narrar assuntos que foram considerados como de interesse ao público feminino:

“Sociais”

O fato mais importante da semana foi sem dúvida, a escolha da Miss Paraíba 1958, que teve lugar este ano em João Pessoa, numa festa no Clube Astréia. [Mas] não alcançou aquele retumbante sucesso de 1956 quando em uma festa jamais esperada no Campinense Clube, a senhorita Martha Zélia Cardoso, candidata da Associação Atlética Banco do Brasil, concorrendo com 4 outras senhoritas da sociedade local e com 4 representantes de outros municípios do Estado conquistou com brilhantismo e sucessivamente, os títulos de Miss Campina Grande e Miss Paraíba(...) Este ano o título de Miss Paraíba 1958 coube à senhorita Stella Maria Stuchert, Miss João Pessoa, que esperamos represente tão bem quanto Zélia Cardoso e Margarida Vasconcelos a beleza da mulher paraibana, no concurso Miss Brasil (Evolução, Ano I, Num, 2, 14.06.1959, p. 4).

Essa colunista frequentava as festas e possuía essa coluna regular *Sociais* no jornal *Evolução* (1958-1959), mas sua escrita deveria ser direcionada a um público específico e conter assuntos que dialogassem com o que estava sendo discutido naquele contexto histórico, que era o de trazer a mulher para o “recôndito do lar”. Assim, ela foi identificada como aquela que narrava os acontecimentos variados das personalidades locais, nacionais e também mundiais, principalmente de mulheres, em que os temas enfocavam as repercussões nos estilos de vida no universo feminino, que iam desde as eleições para a escolha de misses às receitas culinárias. Não escreveu sobre política, economia ou esporte, nem tampouco sua coluna mereceu as primeiras páginas do jornal, sendo essas exclusivas às escritas dos jornalistas.

Sevy Nunes, apesar de todas as limitações nas suas escritas nas colunas sociais, onde os discursos sobre a escrita feminina ocupou um lugar previamente moldado pela intelectualidade

local, não deixou de buscar sua afirmação como escritora num terreno de conflitos sociais e de gênero, como uma mulher influente e participativa em eventos sociais e políticos, como uma pessoa que saiu dos limites territoriais de uma cidade que impôs regras de escritas e convivência para as mulheres e ousou viajar com amigos/as e parentes. Assim, o direito de participar dos espaços públicos foi disputado cotidianamente através das atuações de mulheres como Sevy Nunes na imprensa campinense.

## NOTAS

1 Graduada em História pela UEPB (2010). Pedagoga pela UNINTER (2020). Especialista em História Cultural pela UEPB (2012). Mestre em História pela UFCG (2015). Doutora em Educação pela UFPB (2020). Sócia Efetiva do Instituto Histórico de Campina Grande – IHCG.

2 Pseudônimo usado por Sevy Nunes, quando escreveu para o semanário a *Evolução*, nos anos de 1958-1959. No início do século XX, segundo Norma Telles (2008, p. 431), muitas escritoras adotaram pseudônimo para “encobrir a identidade, para serem aceitas pelo público”. O pseudônimo passa a ser um nascimento do segundo eu, que assinala o surgimento da escritora.

3 Para Regina Guimarães Neto (2012, p. 31), “(...) há intriga todas as vezes que a história reúne fragmentos e dá sentido à diversidade, porque intriga (como atividade literária) cria efeito de coesão e torna possível o relato histórico, em que circunstâncias, objetivos, fins e acasos das ações de homens e mulheres adquirem novos significados”.

4 Não localizei outras informações sobre essa educadora

5 Intentona Comunista, também conhecida como Revolta Vermelha de 35, Revolta Comunista de 35, Levante Comunista foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas realizado em 27 de novembro de 1935 por militares, em nome da Aliança Nacional Libertadora, com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na época denominada como Partido Comunista do Brasil. (<https://cpdoc.fgv.br/acessadoem20denovembrode2020>).

6 Clara Filipa Camarão foi uma indígena brasileira, da etnia potiguara e que teria nascido na metade do século XVII, supostamente, na região onde se localiza atualmente o bairro de Igapó, em Natal (Rio Grande do Norte), às margens do rio Potengi. Foi catequizada por padres jesuítas juntamente com seu marido, Filipe Camarão. (<https://cpdoc.fgv.br/acessadoem20denovembrode2020>)

7 Terezinha Brasileiro Souza foi estudante, centrista, escritora e poetiza. Nasceu na cidade de Piancó, sertão da Paraíba, no ano de 1929. Em 1945, se mudou para Campina Grande/PB para concluir os estudos secundários como interna no Colégio Imaculada Conceição – Damas. Escreveu para os jornais *Formação* e o *Momento*, entre os anos de 1948 a 1951. Sua história como escritora ilustra as várias experiências da vida de mulheres e a diversidade e contradições dos limites e acessos e exercício da escrita feminina no jornalismo, tradicionalmente masculino. Ver: SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Tecendo caminhos escriturísticos nas páginas da História: cartografia da escrita feminina na imprensa campinense** (1950). Monografia de Graduação em História. Campina Grande: UEPB, 2010.

8 Escritor, intelectual e historiador, Cristino Pimentel (1897-1971) foi autor de obras como *Abrindo o livro do passado*, *Mais um mergulho na história campinense*, e o raríssimo *Pedaços da História de Campina Grande*. “Observador criterioso da cidade de Campina Grande, o cerne de seu pensamento exalta palavras como ‘progresso’, ‘civilização’ e ‘mudança’, numa contraposição do que seria a ‘ignorância’ e a ‘incompreensão’. Graças à utilização de termos como estes é possível ao leitor perceber a opção por um pensamento humanista, influenciado por um iluminismo ansioso por um progresso que ao mesmo tempo viabilizasse o desenvolvimento material e intelectual” (GAUDÊNCIO, 2012, p. 35). Para saber mais sobre este escritor e seus escritos sobre a cidade, cf.: SOUSA, 2006.

9 Maria Auxiliadora Bezerra Borba foi líder estudantil e centrista entre os anos de 1955 e 1958. Nas suas memórias, considerou a sua entrada no CEC como um marco, como a primeira mulher a se candidatar como representante entre os 21 escolhidos nas eleições estudantis. Contudo, localizamos nas pesquisas outras meninas que

participaram antes e juntamente com ela como representantes centristas. Mestre em Serviço Social, foi fundadora e professora do curso de Serviço Social em João Pessoa-PB, chefe do Departamento e coordenadora do curso em referência, além de ocupar a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Hoje ocupa a cadeira número 28 do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).

10 Juventude Estudantil Católica foi uma entidade católica para a mocidade do curso secundário. Afirmaram-se como não tendo envolvimento político, pois foi uma entidade que colaborou com missões da Igreja (FREIRE, dep. [maio 2014]).

11 A fundação do Colégio Imaculada Conceição aconteceu no dia 1º de março de 1931, “por solicitação do Arcebispo D. Adauto de Miranda Henriques. As fundadoras foram as irmãs Dominique, Alice, Livine e Martina”, localizada na Av. Marechal Floriano Peixoto, centro desta cidade, até os dias atuais. (www.cicdamas.com.br).

## REFERÊNCIAS

AREND, Silva Fávero. *Trabalho, escola e lazer*. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BOURBIEU, Pierre. *A Ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *Urbanidade, modernidade e cotidiano na Parahyba do início do século XX*. In: ABRANTES, Alômia. SANTOS NETO, Martinho Guedes (orgs.). **Outras histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010.

COUTINHO, Ana Maria. **Literatura e memória: resgate das escritoras paraibanas no início do século XX**. ([http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo\\_ana\\_coutinho.htm](http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_ana_coutinho.htm))

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família Burguesa*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Charliton José dos Santos ;MENDES, Márcia C. F.; SILVA, Viviane Freitas da. *História da Educação na Paraíba: o legado da educadora Maria Tércia Bonavides Lins (1903-1982)*. IN: MACHADO, Charlinton J. dos S.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVECENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque a Era do Rádio. vol 3. São Paulo; Companhia das Letras. 1998.

SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 1920**. Dissertação (Mestrado em história).

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SILVA, Favianni. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891-1945.**

Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE.

UFPB, João Pessoa, Paraíba, 2007.

SOUSA, Fabio Gutenberg Ramos Bezerra. *Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945.* Campina Grande: EDUFPG, 2006.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras.* In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

## **FONTES JORNALÍSTICAS**

Jornal O MOMENTO, Campina Grande - PB, 1950.

Jornal O REBATE, Campina Grande – PB, 1949-1950.

Jornal VOZ DA BORBOREMA, Campina Grande – PB, 1938.

Jornal A FORMAÇÃO, Campina Grande – PB, 1958.

Jornal A EVOLUÇÃO, Campina Grande – PB, 1958-1959.

## **ENTREVISTAS**

**Maria Auxiliadora Bezerra Borba**, entrevista concedida à autora em: 21 mai. 2014.

**Valda Freire**, entrevista concedida à autora em: 14 mai. 2014.

# A SAÚDE FEMININA PELO PRISMA DA BELEZA: A MÍDIA IMPRESSA E MEDICAMENTOS PARA MULHERES NA DÉCADA DE 1950

Adriana Augusta Beltrão de Andrade<sup>1</sup>

## RESUMO

A década de 1950 trouxe algumas novidades para os meios de comunicação, os mesmos sofreram grandes investimentos e alcançaram um público cada vez maior. A imprensa como reprodutora de códigos de conduta para as mulheres, contava com sessões dedicadas para o público feminino e também medicamentos com fins estéticos, as revistas se tornaram também espaços de divulgação desses produtos. Nesse sentido, pretendemos analisar na Revista da Semana, como esses produtos influenciaram na criação de padrões de beleza das mulheres da década de 1950 até os dias atuais e quais os seus efeitos nessas mulheres. Estaremos utilizando a história das mulheres, a história da imprensa e a categoria de gênero para relacionar com os periódicos e refletirmos sobre a criação de padrões de beleza e a influência da mídia impressa na reprodução desses padrões.

**Palavras-chave:** Revistas, mulheres, medicamentos.

## INTRODUÇÃO

A década de 1950 trouxe aspectos de esperança por mudanças com a eleição de Juscelino Kubitschek (1956-1961), bem como a modernização da imprensa, mais especificamente, mudanças editoriais e pelo melhoramento gráfico. Além disso, os periódicos passaram a buscar um melhoramento na sua redação, afim de melhorar a circulação das notícias, esse processo pode ser explicado por Ana Luiza Martins;

Importa considerar que a existência do periodismo se ancorava em agremiações e/ou grupos que se queriam colocar, valendo-se do aperfeiçoamento do papel e suportes técnicos que uma imprensa secular vinha permitindo operacionalizar, conjuntura favorecida, especialmente, pelo evoluir dos meios de transporte.<sup>2</sup>

Nesse sentido, pode ser compreendido que as revistas são um lugar de afirmação coletiva, e para isso acontecer os periódicos devem circular. Além disso, a década de 1950 se encontra após o fim da Ditadura do Estado Novo e da censura que foi imposta pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda. Então, a mídia impressa buscava mais espaço, pois “Essa oposição deve-se à repressão e censura sofridos por esse veículo de comunicação durante o Estado Novo (1937-1945)”<sup>3</sup>.

Como mediadora entre as novidades e os seus leitores, as revistas discursavam e influenciavam a opinião das pessoas. O objetivo deste trabalho consistiu em analisar como, através de anúncios de medicamentos, a mídia impressa reproduzia um padrão de beleza eurocêntrico, e como fonte de pesquisa, a revista que usaremos para a análise será a Revista da Semana<sup>4</sup>, que foi uma revista carioca que circulou por todo o Brasil desde o começo do século XX, com algumas divergências a respeito do ano de sua produção, se foi em 1901 ou 1900, como apontado por Nelson Sodré<sup>5</sup> e Dulcília Butoni<sup>6</sup>, e a revista encerrou suas atividades no ano de 1959.

A revista possuía em média 64 páginas por edição, e trazia em suas capas, majoritariamente imagens de mulheres bem vestidas e que dão a impressão de uma beleza inalcançável, tinha frequência quinzenal e era uma revista que se endereçava mais ao público feminino. Nesse sentido, faz-se necessário refletirmos que as revistas criam imagens sobre as mulheres e o feminino;

Nessa direção, a imprensa salta aos olhos não apenas como um observatório, mas como um *corpus* que institui regras e condutas que devem agir sobre os indivíduos, os quais formulam e/ou subjetivam suas práticas discursivas, adensando-as, e/ou tencionando-as, produzindo ecos e silêncios. Por ela correm, atravessam, chocam-se sensações, valores, afetos, que vão modelando imagens e tecendo efeitos de veracidade, de realidade, para a época.<sup>7</sup>

Estas imagens sobre as mulheres dizem mais do que como a sociedade enxerga o feminino e a feminilidade, são imagens que dizem sobre as mulheres e moldam como elas mesmas se enxergam, além de ditar o que é belo. Com isso, criavam-se padrões de beleza para o corpo feminino, pois; “o corpo, e o conjunto das representações e práticas sobre ele, tornou-se objeto de reflexão, de conhecimento e de intervenção”.<sup>8</sup>

Quando falamos sobre padrão, nos referimos ao conceito de padrão usado pelo dicionário Aurélio, como conceituado por Ferreira; “1. Modelo oficial de pesos e medidas; 2. O que serve de base ou norma para avaliação, medida; 3. Objeto que serve de modelo à feitura de outro”.<sup>9</sup>

No século XX, o conceito de beleza foi muito influenciado pelo que vinha de fora e era anunciado nas revistas, o belo constituía-se também a partir do que as pessoas tinham;

Beleza escrevia-se principalmente no feminino. No raiar do século XX, a arte de ser bonita se fazia “com quasi nada”, mas dependia da boa escolha de vestidos, cujos tons precisavam combinar com os cabelos e a cútis de cada mulher. Era preciso zelar pelo bom estado dos calçados e ser faceira, lembrando que “em casa (e só em casa)”, poder-se-ia deixar “entrevêr um braço claro e bem torneado, de que a manga, mais ou menos curta, revela o necessário para ser tentador sem chegar a indiscrição.”<sup>10</sup>

Nesse sentido, a mídia impressa influenciava em como as mulheres deveriam ser e aparentar fisicamente, e na *Revista da Semana*, além de vestidos e sapatos que estavam na moda, alguns medicamentos eram anunciados para que as mulheres pudessem atingir o padrão de beleza que as revistas mostravam.

Sant'anna ainda explica como as imagens, que se intensificaram nas revistas na década de 1950, contribuíam bastante para como as mulheres se viam, criando um apreçamento ou um desprezo em relação ao próprio corpo;

A difusão das fotografias acentuou a importância da aparência física, enquanto a paulatina banalização dos espelhos fez da contemplação de si mesmo uma necessidade diária, apurando o apreço e o desgosto pela própria silhueta. A imprensa divulgava alguns artigos sobre a “belleza”, contribuindo para que os leitores pensassem a respeito de seus dotes físicos e aprendessem a valorizá-los.<sup>11</sup>

Na *Revista da Semana*, alguns medicamentos eram divulgados com a finalidade de que as mulheres atingissem um padrão de beleza física que realçasse seus corpos nas roupas da moda. O primeiro exemplo que analisamos foi o Bél-Hormón, este medicamento é o que mais aparece<sup>12</sup> na Revista da Semana em termos de medicamentos com fins estéticos.

O Bél-Hormón era um medicamento a base de hormônios produzido no Rio de Janeiro e destinado as mulheres, ele servia para embelezar os seios de dois modos: o tipo 1 do medicamento servia para aumentar os seios pequenos, e o tipo 2 servia para endurecer seios avantajados, essas informações estavam contidas no seu anúncio, que não sofreu alterações ao longo do período de análise, apenas subiu de preço.

O medicamento aumenta de preço ao decorrer da década de 1950, onde inicia custando Cr\$ 50,00 e enviando para todo o Brasil, e no ano de 1956 o medicamento sobe para Cr\$ 75,00. No ano de 1957, já no primeiro periódico do ano temos um aumento de preço do Bél-hormón, que passa a custar Cr\$ 88,00 cruzeiros no varejo e também amplia suas formas de pagamento, oferecendo o medicamento por Cr\$ 125,00 pelo reembolso postal e por Cr\$ 113,00 por vale postal. O aumento de preço pode nos sugerir um aumento do consumo pelas brasileiras, fruto de uma possível influencia das mídias por um corpo perfeito.

O anúncio do Bél-Hormón ao longo dos anos na década de 1950, trazia no início do seu anúncio, a ilustração de uma mulher com seios avantajados e o seu título era “*A beleza dos seios*”, logo acima da ilustração e o seu texto era feito com o objetivo de persuadir os leitores a aderirem produto;

Quando o busto for insuficiente ou sem firmeza, use Bél-hormón n 1 e quando for, ao contrário, demasiadamente volumoso, use Bél-hormón n 2, BÉL-HORMÓN, a base de hormônios é um preparado moderníssimo, eficiente, de aplicação local e resultados imediatos. Adquira-o nas farmácias e drogarias ou pelo Correio.<sup>13</sup>

Podemos perceber a partir do anúncio, uma preocupação com a imagem das mulheres,



tanto das mais novas quanto das mulheres mais velhas. O anúncio focou na beleza física, a colocando como algo primordial durante toda a vida das mulheres, pois assim conseguiria ser vista, e o medicamento também garante resultados imediatos, o que sugere que as mulheres tivessem a necessidade de serem notadas por alguém, e assim terem uma relação como um possível casamento;

A beleza é um capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial. Uma troca desigual em que o homem reserva o papel de sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto da sedução, embora seja bastante engenhosa em sua pretensa passividade.<sup>14</sup>

O segundo exemplo que analisamos na *Revista da Semana* de medicamentos com fins estéticos, foi o Antisardina<sup>15</sup>, que era um creme de beleza com a finalidade de tratar sardas, manchas, espinhas e rugas. O seu anúncio mudou uma vez apenas ao decorrer da década de 1950. No primeiro modelo de anúncio temos uma mulher branca de traços finos e o seu título é “*Como um banho de luz...*”, e sugeria a garantia uma vida nova e uma nova sedução as mulheres.

O anúncio do Antisardina seguiu falando sobre o produto e como ele age na pele das mulheres;

Antisardina é o creme ideal para sua cutis. Renova as células gastas, protege as células novas restituindo a pele cansada, ou prematuramente envelhecida, sua normal elasticidade. Cientificamente preparado com ingredientes rigorosamente selecionados, o creme de beleza Antisardina extingue sardas, manchas, espinhas e rugas.<sup>16</sup>

Podemos perceber mais uma vez que o produto atrelava saúde a beleza, e a colocava como primordial para as mulheres, que deviam tratar desde as espinhas até as rugas. Podemos perceber também que a mulher que aparece ilustrada na descrição do anúncio do medicamento é branca, o que sugeriu a compreensão de que o produto não se aplicava a todas as mulheres, estimulando a criação de um padrão de beleza que valoriza mulheres brancas e de classe alta e média.

No segundo modelo de anúncio do Antisardina, percebemos que apareciam duas mulheres, uma loira e uma de cabelos pretos. E o texto do anúncio também sofreu mudanças: “Não importa a cor... Todas podem ser belas e atraentes submetendo-se ao método de beleza do crême ANTISARDINA. Existem três fórmulas distintas, cada qual oferecendo os melhores resultados. Procure saber qual delas se adapta melhor à sua pele”.<sup>17</sup>

Neste novo modelo de anúncio, vemos que houve uma preocupação com a variedade de tons de peles das brasileiras e com a representatividade, mas as duas mulheres que apareceram desenhadas ainda eram de pele branca, apenas com a cor do cabelo diferente, o que pode ser compreendido é que essa preocupação com a representatividade foi uma estratégia de venda do produto.

Durante a análise, pôde ser percebido que muitas vezes o Antisardina apareceu na mesma página e ao lado do Bél-hormón, o que pode ser compreendido, mas sem comprovações, que o Antisardina poderia ser utilizado como um cuidado para os efeitos colaterais dos hormônios do Bél-hormón. Além disso, a revista não trazia o preço do produto Antisardina, o que tornou difícil o acompanhamento de seu processo de venda.

Todos esses medicamentos com fins estéticos serviram como um degrau para que as mulheres pudessem se encaixar no perfil de beleza que as revistas da década de 1950 reproduziam. Cada parte do corpo exigia um cuidado e a imprensa usava dessa necessidade de ser bela, para anunciar e comercializar produtos de diversas marcas; “Cintura fina, quadris largos, ombros roliços, seios insinuantes, pernas grossas e bem torneadas: o ideal da beleza feminina durante a década de 1950 sugeria volúpia, mas ao mesmo tempo maciez e conforto. Isso não era uma novidade”<sup>18</sup> (PINSKY, PEDRO, 2018, p. 114)

Além desses medicamentos com fins estéticos, podemos perceber outros anúncios de remédios com o mesmo fim, porém com uma produção mais natural. Esses medicamentos apareceram mais nos periódicos do início da década de 1950 na Revista da Semana, e vão diminuindo progressivamente ao longo dos periódicos, dando lugar aos de produção mais sintética, como o Bél-hormón e o Antisardina.

Outros exemplos de medicamentos eram o *Leite de Arroz*, o *Vinho Chico Mineiro* e o *Eutrichol Especial*, faz-se interessante falar desses três exemplos de forma conjunta porque seus anúncios apareceram sempre em conjunto, no mesmo quadrante e na mesma página nos periódicos. Os três apareciam em um único bloco, com o título “*O segredo de sua beleza...*” e eram fornecidos pela Multifarma<sup>19</sup>.

O leite de arroz servia para limpar a pele e era indicado principalmente para as mulheres manterem a higiene da pele, o anúncio produto explicava o seu modo de usar;

Para manter a higiene e a limpeza da pele, use LEITE DE ARROZ pela manhã, à tarde antes da maquiagem, e à noite antes de deitar. Para fixar o pó de arroz não há melhor que o próprio LEITE DE ARROZ. O seu uso constante remove as partículas mortas e queimadas da pele, sardas, manchas, panos e cravos tornando-a lisa, macia, aveludada e eliminando o cheiro desagradável de suor. Exigir a embalagem verde.<sup>20</sup>

Pode ser compreendido que esse produto era mais um cosmético do que um medicamento, mas a ele foi atribuída a função de curar a pele das mulheres e deixá-las impecáveis e claras, o que era requisito indispensável na década de 1950; “Durante a década de 1950, o rosto permanecia o ponto alto da beleza vendida nas propagandas. Nas fotografias das revistas femininas que retratavam mulheres belas, era comum a presença da pele branca contrastada com sobrancelha e cabelos escuros.”<sup>21</sup>

O anúncio dos três produtos não sofreu alterações ao longo da década de 1950, e logo abaixo do leite de arroz, aparecia o *Vinho Chico Mineiro*, que servia para a perda de peso, e atribuía o seu uso a inteligência;

SEJA INTELIGENTE! NÃO ESPERE ENGORDAR DEMAIS. TOME DE HOJE EM DIANTE VINHO CHICO MINEIRO QUE CONSERVARÁ O SEU PORTE ELEGANTE. A perda de peso é natural, não faz mal e não provoca rugas. Insista no tratamento e depois do terceiro vidro o seu corpo tomará linhas firmes e delgadas adquirindo forma elegante indispensável a mulher moderna.<sup>22</sup>

É possível perceber que o anúncio apelava para a inteligência, qualidade racional que era atribuída pela mídia impressa ao masculino. Então o anúncio buscava falsear uma noção de poder as mulheres que usaram o *Vinho Chico Mineiro*. Além disso, a perda de peso não danificava o corpo das mulheres, que deveria estar sempre belo como nas capas das revistas. O anúncio ainda trazia a noção de modernidade, considerando que o corpo gordo seria um sinônimo de atraso.

Por fim, o último exemplo é o *Eutrichol Especial*, que servia para voltar a cor do cabelo natural quando o mesmo estava branco. Não se remete as mulheres explicitamente, mas se entendia-se que estava voltado a este público por aparecer no mesmo anúncio que o *Leite De Arroz e O Vinho Chico Mineiro*;

Que faz voltar a cor natural aos cabelos brancos. Fórmula completamente inofensiva, não contém nitrato de prata ou outro sal que prejudique à saúde. Revigoriza o cabelo, não o deixando quebradiço. Pode ser usado indefinidamente e o seu uso previne a queda do cabelo e elimina a caspa. Antes de acabar o primeiro vidro, o seu cabelo estará completamente revigorizado, tendo voltado, portanto, a sua cor natural.<sup>23</sup>

A partir do texto do anúncio do *Eutrichol Especial*, pode-se perceber o quanto envelhecer não era visto com bons olhos em nenhuma idade feminina. Engordar e envelhecer eram sinônimos de feiura e atraso, e as mulheres deveriam se manter magras, bonitas e jovens como as mulheres exibidas nas capas da *Revista da Semana*. Essa desvalorização das mulheres mais velhas é pontuada por Pinsky e Pedro;

Mas os anos 1950 já haviam começado a privilegiar os jovens e seu consumo. São brilhantes ou “dourados” exatamente por isso. E essa valorização da juventude vai atingir principalmente a representação das mais velhas, dando continuidade e ênfase à clássica avaliação social das mulheres pela aparência física. Com evidentes desvantagens para estas.<sup>24</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as revistas tem grande influência na forma de ser e de como se comportar das mulheres brasileiras. As imagens produzidas e reproduzidas pelas revistas das décadas de 1950 dizem muito sobre a década e também sobre o que se esperava das mulheres, desde a capa até a última página de cada periódico, percebemos uma constante e incessante imposição do que as mulheres deveriam usar, vestir, falar, fazer, entre outros.

Com isso, percebe-se um controle do corpo feminino que agora não se dá apenas por fora, controlando o que vestir ou como cortar o cabelo. O controle também se dava por dentro, mostrando o que as mulheres deveriam usar para serem consideradas modernas, saudáveis e bonitas. A higiene ia além do banho, e a imagem refletida no espelho deveria agradar a sociedade que caminhava cada vez mais para a modernidade, e que olhava com desprezo para os corpos que não a acompanhassem.

A busca pelo corpo perfeito segue até os dias atuais e temos um padrão que se renova constantemente e se revela cada vez mais inalcançável e cruel. O que era colocado como uma saúde que iria refletir na beleza das mulheres da década de 1950, terminou por adoecer os corpos que muitas vezes não se reconhecem mais.

O que nos faz refletir sobre a importância de se considerar a aceitação do corpo, das suas fases, das suas texturas, das suas cores de cabelo, das suas rugas, para que assim as mulheres não se percam em um ideal que muitas vezes é irreal, e também não é saudável, para que possamos assim reconhecer que a saúde feminina deve ser feita de forma humana, e não se trata apenas de beleza.

## NOTAS

- 1 Graduada em licenciatura pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do grupo PROJETAH – História de mulheres, sertões, gênero e imagens. E-mail: thedookiedumb@gmail.com
- 2 (MARTINS, Ana Luiza. Revistas em revistas: **Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890 – 1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa oficial do Estado, 2001, p. 39)
- 3 AREAS, Daiana Maciel. **Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã**. Anais do XV Encontro Estadual de História, 2012, p. 02.
- 4 A Revista da semana foi uma revista carioca que passou seus primeiros 15 anos de produção estando vinculada ao Jornal do Brasil.
- 5 SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- 6 BUITONI, D. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990 (série Princípios).
- 7 ABRANTES, Alômia. Femini(ci)dade: a cidade, o feminino e o ambíguo (parahyba, 1920). In: ANDRADE, Andreza O. et al. **Feminismo, Gênero e Sexualidade: Diálogos Contemporâneos**. Mossoró, RN: EDUERN, 2016. Pp. 154-174, p.156.
- 8 SOARES, A. **Velhos esportistas: utilidade e estética**. Motus Corporis, Rio de Janeiro, v.4, n.2,

p.102-120, 1997, p. 106.

- 9 FERREIRA, A. **Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- 10 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- 11 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 19 – 20.
- 12 Alguns dos exemplos da assiduidade com que o Bél-Hormón aparece na Revista da Semana é que no ano de 1955, o Bél-Hormón apareceu em 52 dos 53 periódicos produzidos naquele ano e no ano de 1956, o Bél-Hormón apareceu 51 vezes, de um total de 52 periódicos, por exemplo.
- 13 Revista da Semana, 05/01/1957, ed. N 1)
- 14 PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea]. - 2º edição. 6º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 50.
- 15 No ano de 1956 o Antisardina apareceu em cerca de 22 periódicos de 52 que foram produzidos no ano. No ano de 1955 o Antisardina apareceu em cerca de 18 periódicos de 53 que foram produzidos no ano.
- 16 Revista da Semana, 01/01/1955, ed. N 1
- 17 Revista da Semana, 01/10/1955, ed. n° 40.
- 18 PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1º edição, 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- 19 Multifarma é uma distribuidora de medicamentos e produtos voltados para uso hospitalar.
- 20 Revista da Semana, 20/02/1950, ed. N 04
- 21 PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1º edição, 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018, p. 113.
- 22 Revista da Semana, 20/02/1950, ed. N 04
- 23 Revista da semana, 20/02/1950, ed. N 04)
- 24 PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1º edição, 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alômia. Femini(ci)dade: a cidade, o feminino e o ambíguo (parahyba, 1920). In: ANDRADE, Andreza O. et al. **Feminismo, Gênero e Sexualidade: Diálogos Contemporâneos**. Mossoró, RN: EDUERN, 2016. Pp. 154-174
- AREAS, Daiana Maciel. **Imprensa e política na década de 1950: o caso do *Correio da Manhã***. Anais do XV Encontro Estadual de História, 2012.
- BUITONI, D. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990 (série Princípios).
- FERREIRA, A. **Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revistas: Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890 – 1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa oficial do Estado, 2001.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** [tradução Angela M. S. Côrrea]. - 2º edição. 6º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil.** 1º edição, 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SOARES, A. **Velhos esportistas: utilidade e estética.** Motus Corporis, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.102-120, 1997.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

# A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1930 EM CAMPINA GRANDE - PB: UMA ANÁLISE DAS SIGNIFICAÇÕES DO FEMININO A PARTIR DO DISCURSO JURÍDICO

Renally Rodrigues Leão <sup>1</sup>

José Luciano de Queiroz Aires <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca analisar como o contexto histórico de profundas transformações sociais e econômicas, no qual a cidade de Campina Grande – PB estava inserida, no início da década de 1930, teve influência direta na produção do discurso jurídico, especialmente no que diz respeito a produção de uma norma social reguladora do corpo feminino. Neste sentido, busca-se discutir como neste quadro de reordenação social os limites entre as esferas do público do privado tornaram-se cada vez mais tênues, e de como o Estado passa cada vez mais assumir o papel de regulador da ordem social utilizando-se do jurídico como uma ferramenta para garantir a honra familiar burguesa. Servirá como fonte de análise um processo crime de defloração do ano de 1934, catalogado no Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

**Palavras-chave:** Gênero; Violência contra a mulher; Discurso jurídico.

## INTRODUÇÃO

Na década de 1930 o Brasil, assim como outros países que passaram a integrar uma ótica capitalista que já vigorava internacionalmente, enfrenta uma série de processos e transformações nos âmbitos econômicos, culturais e sociais, que influenciaram diretamente a sociedade brasileira naquele período. Novas maneiras de se comportar tornam-se parte do cotidiano em um ritmo cada vez mais acelerado, velocidade essa que se torna sinônimo de preocupação entre as camadas mais conservadoras da sociedade, principalmente se levarmos em consideração que esse processo de transformações é um verdadeiro sinônimo de contradições no que se diz respeito a sociedade brasileira da época, afinal de contas tínhamos uma recém instaurada República liberal mas que ainda era marcada por feições monárquicas e patriarcais.

Nesse contexto de reordenação social temos então novos discursos que passam a ganhar força no que concerne à regulamentação da sociedade, já que a família e os corpos agora serão

conduzidos por discursos científicos, principalmente quando esses corpos diziam respeito às mulheres ou crianças.

Dentro dessa perspectiva, temos nas primeiras décadas do século XX também novas condutas e novos lugares que vão sendo assumidos e determinados pelas mulheres nesse contexto de sociedade que se aburguesava, os limites entre as esferas públicas e privadas se tornam cada vez mais tênues, o Estado agora passa a regular as condutas sociais, se tornando agora o responsável por garantir a ordem social que passava a tomar forma naquele momento.

Quanto ao discurso jurídico, esse passa a receber ainda mais importância no contexto da modernidade, a partir daquele momento, determinados assuntos que antes ficavam restritos ao âmbito do privado tornam-se responsabilidade de outras instituições. O Estado republicano agora assume como uma de suas responsabilidades a garantia da ordem moral e da honra familiar. Assim, no presente estudo buscaremos destacar as questões e crimes que remetem a questões referentes ao que era considerado como esta honra feminina.

Partindo dessas questões, vemos como a modernidade trouxe consigo uma série de mudanças nos papéis tidos como femininos, o que influencia diretamente as discussões dos próprios juristas, tendo em vista até dentro do seu próprio meio existiam uma série de discussões conflitantes, o que se relacionava diretamente com o papel da mulher moderna, que naquele momento suscitava diversos debates, como aponta a historiadora Sueann Caulfield:

Os juristas, principalmente os juízes, desempenham um papel central [...] por terem julgado os casos de conflitos sexuais privados (e, por conseguinte, documentando-os) e trabalhando incansavelmente na tentativa de estabelecer uma definição clara do papel do Estado na defesa da honra das famílias. Na primeira metade do século, especialmente da década de 20, o pensamento jurídico sobre questões como virgindade, uniões consensuais e crimes passionais tomou direções diversas e algumas vezes conflitantes. (CAULFIELD, Sueann, 2000, p.27).

Sendo assim, também podemos observar uma série de mudanças no que passa a ser constituído como justiça penal no decorrer do século XX, o sistema jurídico começa a ser reestruturado a partir do final do século XVIII na Europa, a repressão agora deixa de ser uma violência aplicada de forma exclusivamente física, levando em consideração que essa transição marca o fim do suplício como punição, como afirma Foucault, o corpo deixa de ser o principal alvo de repressão. O próprio processo de julgamento incorpora a partir desse momento elementos extrajurídicos que requalificam o poder do julgamento, antes era restrito apenas a figura do juiz.

A justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato dela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. (FOUCAULT, Michel, 2007, p.13)

Como já apontado, o papel das mulheres na sociedade passava por diversas mudanças, e estas acompanhavam o próprio processo de transformações da sociedade que se insere a partir



daquele momento neste contexto de modernidade, no que se refere ao papel das mulheres dentro deste cenário, uma das principais mudanças que passa a ser sentida é que a partir desse momento a mulher passa a transitar entre as esferas pública e privada. Vemos que essa passagem é conduzida por diversas normas que buscam garantir uma nova ordem social que se constituía naquele cenário, o que se reflete numa vigilância direta dos comportamentos femininos.

Assim, no que se refere a realidade de Campina Grande podemos observar como a cidade enfrenta intensas e rápidas transformações, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, sendo estas mudanças influenciadas diretamente pelo desenvolvimento do comércio de algodão na região instaurado na região a partir de 1910. Todo esse processo faz com que a cidade passe por reestruturações tanto físicas, já que a partir daquele momento, principalmente após a chegada da linha ferroviária, o cenário urbano campinense também sofre mudanças, tendo em vista que a chegada do trem também traz consigo a chegada de uma série de pessoas que passam a ocupar os espaços da cidade, que até então em sua história não tinha enfrentado tantas modificações no seu espaço urbano.

Toda essa conjuntura é sentida e vivenciada pela população, e os papéis de gênero também se inserem nesse contexto de transformações. Homens e mulheres faziam parte daquela Campina Grande que se modernizava e as funções de gênero são socialmente instituídas, sendo reflexo da construção histórica, cada época constitui suas relações, devemos interpretar essas construções sociais como algo que vai além de algo que é naturalmente instituído. Como afirma a historiadora Joan Scott quando se refere aos estudos de gênero, devemos entender como as relações sociais estruturam as relações de gênero.

Eu acho que não podemos fazer isso sem dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido. (SCOTT, Joan, 1989, p.6)

## **JOANA MARIA: QUANDO O “PROBLEMA” PASSA A SER DO ESTADO**

Diante do que foi exposto, fazemos então uma análise de caso a partir do processo crime de defloramento que tem como vítima Maria José da Conceição, filha do já falecido Manoel, esta morava com sua mãe e padrasto nas imediações de Campina Grande, mais especificamente na localidade de Puxinanã. Maria ainda menor de idade, tinha apenas 15 anos, quando foi deflorada por seu primo João Manuel Cardoso, que aproveitou de um momento no qual estavam sozinhos na residência da vítima, considerando o fato que este já apontava para Joana que iriam se casar, para violentá-la, o que aconteceu após a jovem não ter cedido as suas tentativas de avanço de seu primo. Ainda prometendo o casamento com a vítima, João Cardoso planeja fugir com ela para Campina Grande, a fuga é colocada em prática, mas ao chegarem na cidade o réu abandona Joana e foge.

A partir do caso analisado podemos observar como o relato deste processo crime é algo que se torna parte do cotidiano do meio jurídico, já que a partir daquele momento o Estado passará a se responsabilizar por colocar em prática a justiça por esses crimes, fica agora a cargo do Estado encontrar respostas para esses casos, tendo em vista que estes deixam de ser uma questão que fica restrita apenas ao meio familiar, ao meio privado.

O caso de Joana é um exemplo muito claro de como este fenômeno se dá, é importante que se observe a origem pobre da vítima, sendo ela doméstica e seu padrasto analfabeto e agricultor e residente de uma região rural, o que mostra como a classe social dos envolvidos é um fator muito importante quando se analisa quem eram os sujeitos que agora recorriam a tutela do Estado, ali estava representado pela instituição da polícia..

João Cardoso é solteiro, confessa sua culpa, porém não quer casar-se com Joana, *e como o declarante não tem meios para mover ação contra João Manuel Cardoso, veio trazer o fato ao conhecimento da polícia.* (grifos meus)<sup>3</sup>

Nesse contexto, a moral passa a ser pública, e os códigos criminais do período influenciavam diretamente nessa questão, tendo em vista que todas as condutas consideradas desviantes para esse controle eram marginalizadas por esse discurso jurídico. E os juristas de Campina Grande não fugiam estas “regras” que dominavam esse discurso.

Quando observamos os relatos das testemunhas do caso de Joana, estas afirmam como ela era uma jovem que não fugia aos comportamentos que era definidos como ideais para uma mulher da época, como é o caso do depoente Manoel Avelino, também agricultor e vizinho da ofendida e de sua família “Joana é uma menina bem comportada, e que ninguém nunca ouviu falar má de sua conduta”. Todos os relatos mostram como a vítima estava sempre restrita ao convívio do ambiente familiar, o que era tido como o comportamento adequado para uma jovem de sua idade que fazia parte daquele círculo social, ou seja, estava sempre em constante vigilância.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia aquilo que era pregado pela Igreja, ensinado pelos médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do deve ser (MALUF, M. e Mott, M.L., 2006. p. 374)

Sua adequação aos parâmetros sociais que eram estabelecidos faz com que os discursos construídos acerca de quem era Joana a caracterizem como a vítima que foi seduzida, partindo da perspectiva de que a virgindade era um patrimônio que deveria ser preservado até o casamento, este também era um bem sobre o qual a família tinha posse, a partir do momento que Joana já não possui mais esse bem significa que ela não correspondia mais as condutas pré-es-

tabelecidas, devendo agora ser encaminhada para o casamento como uma forma de se adequar novamente a estas regras.

Vemos também que Joana é inabilitada da possibilidade de se responsabilizar por seus atos, afinal era jovem e inexperiente e deveria portanto ser tutelada por figuras masculinas, assim, podemos observar que em nenhum momento do processo crime vemos algum depoimento ou colocação da própria vítima sobre o crime, sua participação se dá apenas no momento em que ela deve prestar o exame de corpo de delito, no qual ela tem que comprovar que foi deflorada, assim vemos como o hímen significa a “cientificação” do corpo da mulher, e todo esse procedimento de certa forma representava uma violência contra a própria vítima, que teria que reviver as circunstâncias que lhe causaram traumas.

A dita autoridade compromissou os peritos que prometeram bem e fielmente cumprir seu dever e encarregou-lhes de procederem exame de defloramento da menor Joana Maria José da Conceição e de responderem os quesitos seguintes: 1º - Se houve com efeito defloramento; 2º - Qual o meio empregado; 3º - Se houve cúpula carnal; 4º - Se houve emprego de violência para fim libidinoso, 5º - Qual o meio empregado, se força física, se outros meios que privassem a mulher de suas faculdades e assim da possibilidade de resistir e defender-se; 6º - O defloramento há quantos dias ocorreu; 7º - Qual a idade da ofendida

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de tudo que foi exposto, e por meio da análise realizada podemos compreender e concluir como o processo de modernização em todos os âmbitos que circundavam a sociedade influenciaram de forma direta a população, que vivenciou e experimentou diretamente todo esse processo. O aburguesamento da sociedade trouxe consequências diretas para todos os campinenses que viverem as décadas de intenso desenvolvimento patrocinado diretamente pelo boom do algodão na nessa região, no entanto, esse processo de modernização é sentido de formas diferentes pelas diferentes camadas da população.

O discurso jurídico, que é o foco de observação desse referido artigo, foi um dos responsáveis por estabelecer esses “novos” valores de uma sociedade que se modernizava, mas que ao mesmo tempo mantinha suas raízes patriarcais. Dentro desta perspectiva, vemos que este discurso afetava diretamente o corpo feminino, já que agora a mulher agora passa a compor ativamente o cenário urbano, deixando de ficar restrita ao âmbito privado, no entanto, a figura feminina segue em constante vigilância, como uma forma de garantir que ela corresponda aos moldes estabelecidos.

Assim, o Estado agora se torna responsável por tutelar o corpo feminino, e é nesse contexto vemos uma espécie de popularização nos registros dos processos crime, já que a partir

deste momento passa a ser de sua responsabilidade resolver esses conflitos, que agora são repassados para as instituições jurídicas.

## NOTAS

- 1 Graduanda em licenciatura em história e membro do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de Campina Grande
- 2 Professor da Unidade Acadêmica de História da UFCG, membro do PPGH/UFCG e Tutor do PET História/UFCG.
- 3 Processo crime de defloramento sem número datado de 28/02/1934. Processo arquivado no Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gervácio Batista. Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro - 1907/1957. Paraíba: UFPB, 1991. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural – UFPB.
- BRITO, JOSEFA JOSIANA BEZERRA. Mulheres desvirginadas: o corpo feminino e a normatização social em discursos jurídicos em Campina Grande- PB (experiências em processos-crime de 1933 a 1954). Paraíba: UFCG, 2014. Dissertação de mestrado em História – UFCG.
- CAVALCANTI, Silêde Leila O. Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: O Discurso Jurídico e a Moralização dos costumes - Campina Grande 1930/1950. Recife: UFPE, 2000. Dissertação de mestrado em História - UFPE.
- CAULFIELD, Suen. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2000.
- ESTEVES, Martha de Abreu de. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- FOUCAULT, MICHEL. A Ordem do Discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil na análise histórica. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). (Acesso em: 02/12/2019)
- SEVCENKO, Nicolau. A história da vida privada no Brasil. Volume 3. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

# INVENTARIANDO A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES PARAIBANAS NO CONGRESSO NACIONAL

**Josineide da Silva Bezerra**

**Victor Manoel Soares**

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões acerca da participação da mulher na cena política vêm sendo intensificadas, notadamente por influência de movimentos sociais organizados, como os movimentos feministas. Nesse âmbito, a ascensão das mulheres a postos de poder é uma das metas das políticas de desenvolvimento global, com foco na equidade de gênero. Assim, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as Nações Unidas anunciam um compromisso com a valorização do empoderamento das mulheres (ONU, 2015).

O Brasil é signatário dessa Agenda. Aqui, a afirmação do estado democrático segue pautada por princípios de eletividade e de representatividade política. Entretanto, a participação feminina é obstaculizada pelo recorrente lugar de “inferioridade” conferido às mulheres, a partir de valores machistas e sexistas. Sob tais valores, temos uma ordem política que privilegia a esfera pública como palco da atuação masculina (AVELAR, 2001).

Nesse curso, o país é marcado por relações de gênero desiguais, que repercutem na sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Exemplo disso, em média, somente 10% dos postos legislativos são por elas ocupados, mesmo que somem metade da população e do eleitorado. No caso da Paraíba, entre as quinze cadeiras atualmente destinadas ao estado no Congresso Nacional, apenas duas delas são ocupadas por mulheres.

Por abordarmos essa discussão, tratamos o conceito de cidadania a partir de um recorte político-institucional, tomando a presença de mulheres no parlamento federal como ponto de partida. Assim, lembramos que o voto feminino apenas foi assegurado em todo o país com o Código Eleitoral de 1932, mais de cem anos depois da independência política, da qual resultou a formação do Estado brasileiro, bem como de um parlamento nacional.

Não bastasse essa discrepância, com um recorte mais específico na Paraíba, somente no pleito de 1986 é que uma parlamentar veio a representar o estado no Congresso, integrando o limitado conjunto das 26 deputadas federais eleitas naquele ano, as quais vieram a participar da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. Essa representação também foi alcançada a partir dos pleitos de 1990, 2002, 2010 e 2018, sempre com a eleição de apenas uma deputada, havendo, nesse último ano, a eleição da primeira senadora.

O nosso estudo nos possibilitou refletir sobre a temática da cidadania política relativa às mulheres, por meio de um projeto de iniciação à pesquisa desenvolvido a partir do Colégio Agrícola, no campus III da UFPB. Com ele, fomos ao encontro da formação escolar na Educação Básica, em especial porque esse tema, historicamente perpassado por um viés de gênero, é abordado de modo recorrente nas Ciências Humanas.

Desenvolvemos a pesquisa no amparo de dois procedimentos metodológicos. Realizamos sistemáticas sessões de estudo, dialogando com categorias como processos eletivos, representação política e direito de voto. Neste contexto, enfatizamos a luta das mulheres pelo direito à participação política, tomando os conceitos de cidadania e de gênero como mediadores das nossas discussões.

De outro modo, fizemos levantamentos de dados eleitorais no portal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), que reúne um amplo conjunto de informações eleitorais, com abrangência de todos os pleitos ocorridos no estado desde 1945. Nesse portal, verificamos as mulheres eleitas para o Congresso Nacional, nas eleições de 1986 a 2018. A partir de então, buscamos informações sobre o capital político das quatro parlamentares eleitas naqueles pleitos, investigando aspectos do capital político de cada uma delas.

Para tanto, buscamos informações sobre a biografia dessas mulheres, por meio de sites de notícias, como jornais locais, que trazem a cobertura jornalística de ações parlamentares, e dos portais da Câmara e do Senado. Igualmente, recuperamos a primeira inserção dessas agentes na disputa eleitoral, por intermédio do site do TRE/PB, investigando vínculos de parentesco com outros integrantes da elite política do estado, uma vez que deparamos com sobrenomes tradicionais na cena política paraibana contemporânea.

## **ASCENÇÃO DE MULHERES AO PARLAMENTO: NOME DE FAMÍLIA, LUGAR NA FAMÍLIA**

Começamos por mencionar o trabalho de Codato, Cervi e Perissinoto (2013), que se debruçaram sobre o perfil de candidaturas eleitas para o Poder Executivo dos 5.567 municípios brasileiros, em 2012. Uma das variáveis analisadas pelos estudiosos envolveu o lugar de homem ou mulher da pessoa que é candidata. Neste aspecto, concluíram que a condição de mulher representou um atributo negativo para o fato de “ser eleito”.

O nosso estudo envolveu eleições proporcionais. Os autores acima abordaram eleições majoritárias. Todavia, consideramos a pertinência de tomar as suas conclusões como referência, porque a arena política para o executivo ou para o legislativo está inserida em contextos comuns, modulados pela história exclusão das mulheres da vida política de viés institucional, que envolve o Estado.

Aquela condição desfavorável à vitória eleitoral tem implicações na presença de mulheres nos espaços de representação política. Ao que somamos o fato de que, antes disso, o quantitativo de candidaturas de mulheres ainda é restrito, apesar de ter havido um crescimento, nas últimas eleições. Então, duas variáveis permeiam essa discussão: a limitada presença nos espaços de poder político e a expressiva ausência nas disputas por esses espaços.

No pleito de 1986, 6 mulheres concorreram à Câmara Federal pela Paraíba, o que representa pouco mais de 8% do total de concorrentes. Já em 2018, foram 46 candidaturas, pouco mais de 30% do total. Tal percentual, finalmente, cumpriu as cotas de candidaturas necessariamente de mulheres, a serem obedecidas por coligações e partidos políticos.

O cenário trazido acima é perpassado pelas desigualdades que caracterizam, estruturalmente, as relações de gênero nas democracias ocidentais, socialmente marcadas por valores machistas, sexistas e misóginos. Essas democracias, conforme Araújo (2001, n.p), “trataram de definir espaços e direitos distintos para homens e mulheres, com estas últimas ficando excluídas da esfera pública e da cidadania política por um longo período”.

Como já assinalado, Lúcia Braga (PFL) foi a primeira Deputada Federal eleita pela Paraíba, em 1986, sendo reeleita em 1990 (correndo pelo PDT) e em 2002 (concorrendo pelo PSD). Na sequência, mas também em pleitos não continuados, a “sua” vaga foi ocupada por Nilda Gondim (PMDB), com as eleições de 2010, e por Edna Henrique (PSDB), eleita em 2018. Nesse último ano, Daniella Ribeiro (PP) chegou ao Senado. Dessa forma, a exclusão mencionada acima foi apenas precariamente superada, uma vez que a presença feminina nos espaços legislativos ainda é muito limitada. Vejamos o quadro abaixo:

**Quadro 1. Total de candidaturas que concorreram e que foram eleitas para a Câmara dos Deputados, por ano da eleição (1986-2018)**

Eleições		1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Candidaturas de homens	Total	66	84	50	49	81	79	64	70	103
	Eleito(s)	11	11	12	12	11	12	11	12	11
Candidaturas de mulheres	Total	06	06	01	06	06	06	13	26	46
	Eleita(s)	01	01	-	-	01	-	01	-	01

Fonte: BEZERRA, Josineide e SOARES, Víctor Manoel. Pesquisa direta, 2020.

Os dados confirmam as duas variáveis indicadas acima, relacionada ao restrito número de candidaturas, embora tenha havido um crescimento desse quantitativo, bem como em relação ao restrito circuito de candidatas eleitas.

Destacamos que os sobrenomes daquelas parlamentares, de imediato nos remeteram a sobrenomes já conhecidos da vida política paraibana. Assim, por termos trabalhado com Rabay

(2010), partimos do entendimento de que não havia coincidência entre esses nomes de família, o que nos levou a investigar a biografia das parlamentares. Observemos o quadro seguinte.

**Quadro 2. Parlamentares eleitas para o Congresso Nacional, com indicação de vínculo familiar com outras/os políticas/os (1986-2018)**

Parlamentar	Eleição	Parentesco (e seus cargos eletivos)
Lúcia Braga	1986, 1990 e 2002	Esposa de Wilson Braga (ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual e Federal e ex-Governador)
		Cunhada de Vani Braga <sup>1</sup> (ex-Deputada Estadual)
Nilda Gondim	2010 e 2014 <sup>2</sup>	Filha de Pedro Gondim (ex-Deputado Estadual e ex-Governador)
		Esposa de Vital do Rêgo (ex-Deputado Estadual e Federal)
		Mãe de Vital do Rêgo Filho (ex-Deputado Estadual e Federal e ex-Senador)
		Mãe de Veneziano Vital do Rêgo Neto (ex-Prefeito e ex-Deputado Federal. É Senador)
Edna Henrique	2018	Esposa de João Henrique (Deputado Estadual)
Daniella Ribeiro	2018	Filha de Enivaldo Ribeiro (ex-Prefeito e ex-Deputado Estadual e Federal)
		Filha de Virgínia Veloso Borges (ex-Prefeita de Pilar)
		Irmã de Agnaldo Ribeiro (ex-Deputado Estadual. É Deputado Federal)

Fonte: BEZERRA, Josineide e SOARES, Víctor Manoel. Pesquisa direta, 2020.

<sup>1</sup>Primeira Deputada Estadual da Paraíba, eleita em 1982. <sup>2</sup>Suplente do Senador José Maranhão, eleita em 2014.

À luz desse quadro, chegamos à conclusão de que, na Paraíba, a elite política está diretamente articulada a grupos familiares, os quais, a partir de diferentes nomes, ocupam os espaços político-institucionais de poder no estado. Todas as mulheres eleitas foram tecidas com base nessa articulação. Portanto, para além do desempenho pessoal de cada uma como candidata, ou da condição de mulher, a força do nome de família é um fator determinante para o sucesso eleitoral. Historicamente, isso envolveu representantes políticos masculinos, contornando, de igual modo, a inserção das mulheres na arena política.

Em estudo sobre elite política paraibana, Monteiro (2016) analisa a produção dos sujeitos que comandam a vida política no estado. O estudioso assinala que esses sujeitos, majoritariamente,

são oriundos de famílias e pertencentes às classes sociais privilegiadas, classe dominante. São detentores de expressivo capital. Tal distintivo é o que tem contribuído para o acesso e o recrutamento da elite política da Paraíba. Todavia, dois têm sido os capitais (*capital econômico e capital político-familiar*) preponderantes para o acesso ao campo político – a representação política no Estado (MONTEIRO, 2016, p. 87 – grifos do autor).

Em suas ponderações, o autor acresce o capital econômico ao nome de família. Indiscutivelmente, as parlamentares eleitas para o Congresso Nacional trazem essa convergência, como



continente e conteúdo: elas representam a força desses capitais, ao tempo em que são por eles produzidas.

Naquele mesmo estudo, temos uma radiografia das/os congressistas que vêm de uma trajetória de poderio familiar. Na Câmara, na legislatura eleita em 2010, dos 151 parlamentares da Região Nordeste, 91 têm vínculos de parentesco com outros políticos. Já naquela advinda das eleições de 2014, esse vínculo envolve 95 parlamentares. Com menor incidência, essa vinculação é destacável para todas as regiões.

Nesse curso, duas das deputadas pela Paraíba tiveram na eleição para a Câmara dos Deputados a conquista do seu primeiro mandato eletivo, nestes contextos: Lúcia Braga tinha o esposo, Wilson Braga, findando o seu mandato como Governador; e Nilda Gondim tinha um filho, Veneziano do Rêgo Neto, como Prefeito reeleito de Campina Grande, o segundo maior colégio eleitoral do estado, e outro filho, Vital do Rêgo Filho, sagrando-se Senador no mesmo pleito, em 2010.

Por sua vez, antes de ser Deputada Federal, Edna Henrique havia sido Prefeita de Monteiro, importante município do Cariri, que já era base eleitoral do seu esposo, o Deputado Estadual João Henrique. Já Daniella Ribeiro, antes de ser eleita Senadora em 2018, havia sido Vereadora em Campina Grande e Deputada Estadual – município cujo pai já foi Prefeito, sendo o atual Vice-prefeito.

Em pesquisa anterior<sup>1</sup>, voltada às mulheres que ocuparam uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba, considerando as eleições de 1982 (quando a primeira delas foi eleita) a 2014, já havíamos chegado a uma conclusão similar. O capital político das deputadas estaduais é assentado em uma bagagem de origem familiar. Das vinte parlamentares que passaram pela Assembleia nesse intervalo, dezoito delas são irmãs, sobrinhas, filhas ou, principalmente, são esposas de alguém que foi ou que é portador de cargo eletivo.

Portanto, os vínculos de parentesco embasam a ascensão política das parlamentares eleitas no estado para os níveis estadual e federal. Segundo Rabay (2010), essa realidade, que expressa a importância do “nome” de família, confere longevidade a grupos oligárquicos tradicionais. Em vista disso, a elite política regional é retroalimentada.

Sob o resultado eleitoral de 2014, inclusive, o parlamento estadual inaugurou, no que tange às mulheres, uma cena comum na representação política de corte masculino. Camila Toscano foi eleita deputada, “substituindo” a sua mãe, Léa Toscano, que era deputada até então. Os dados apontam para uma transferência de votos entre elas, a contar com municípios que consagraram uma e outra, sendo Guarabira, na região do Brejo, o mais importante deles, cuja prefeitura era ocupada por Zenóbio Toscano, pai de Camila e esposo de Léa.

Abrimos, então, outra possibilidade de problematização, embora não a façamos neste texto. A bandeira da equidade de gênero foi e é encampada por movimentos sociais organizados, como os movimentos feministas, inscritos em um campo ideológico à esquerda. A busca

por ações afirmativas para a inserção de mulheres em postos eletivos foi encetada nesse campo, com a chamada política de cotas, que define uma reserva de vagas para mulheres na competição legislativa. As cotas foram instituídas no Brasil em 1997, a partir de um projeto da então deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A questão é que os movimentos sociais e o campo ideológico à esquerda caminham na contramão daquela tradição oligárquica. Ou seja, a presença de mulheres em cargos eletivos enseja discussões que vão da busca pela equidade de gênero na arena política à problematização do perfil político das mulheres que configuram a presença feminina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso projeto de iniciação à pesquisa, desenvolvido no âmbito do Colégio Agrícola da UFPB, nos aproximou do Congresso Nacional, ao buscarmos a composição dessa casa legislativa, considerando a representação feminina neste espaço. O uso de dados eleitorais foi muito produtivo, especialmente por termos tido contato com o acervo digital do TRE/PB, que disponibiliza um banco de informações sobre todas as eleições que ocorreram na Paraíba, desde 1945, na totalidade dos seus municípios.

Concluimos que a representação feminina no teatro político-institucional é bastante limitada, sendo esta, do mesmo modo, muito recente, a contar com eleição da primeira Deputada Federal pelo estado, que se deu em 1986. Uma representação que não foi mantida como uma constante. Ao considerarmos os pleitos que ocorreram desde então, temos que o estado não elegeu congressistas mulheres como titulares em 1994, 1998, 2006 e 2014.

Além disso, apesar do sistema de cotas remontar a 1997, somente no pleito de 2018 foi que o percentual de candidaturas necessariamente femininas veio a ser cumprido: entre as 150 pessoas concorrentes à Câmara de Deputados, 46 delas eram mulheres. Daí que a sub-representação de mulheres começa pelo seu limitado lugar como candidata.

De um modo geral, essa sub-representação é verificável em todo o país. Para a Câmara dos Deputados, dentre as 513 cadeiras, foram eleitas somente 80 deputadas para o atual mandato. O Distrito Federal apresenta a maior bancada de mulheres, com 5 parlamentares. Na contracorrente, Amazonas, Maranhão e Sergipe não têm representação alguma. Já no Senado, as senadoras somam 12 entre os 81 lugares dessa casa legislativa, advindas de apenas 10 estados brasileiros, sendo um deles a Paraíba.

Portanto, a representação feminina no Congresso está longe de uma aproximação com o princípio da igualdade de gênero, construída, entre outras formas, por meio da participação política igualitária entre homens e mulheres. Isso repercutirá sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assinada pelo Brasil. Politicamente, essa representação é também

marcada por uma característica observável na arena política eletiva: a força do nome de família na garantia de base eleitoral para uma candidatura.

Porque focada na cidadania política, a pesquisa foi ao encontro de uma formação escolar que privilegia a pessoa educanda como sujeito de direitos. A transversalidade dessa temática amplia a discussão, disposta ao diálogo com as mais diferentes disciplinas. Afinal, segundo compreendemos, a escola deve ser um espaço aberto à problematização de temas contemporâneos, a exemplo das desigualdades de gênero no tocante à política institucional. Nesse sentido, como iniciação à pesquisa, confiamos que o projeto cumpriu o seu papel.

## NOTA

1 Estudo desenvolvido a partir do Colégio Agrícola, na modalidade de iniciação à pesquisa voltada ao Ensino Médio (PIBIC-EM).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. *Dados*, 2001, v. 44, n. 1. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-525820010001000006&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-525820010001000006&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 15 abr. 2017.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2001.

CODATO, A.; CERVI, E.; PERISSINOTTO, R. Quem se elege prefeito no Brasil? Fatores de sucesso político nas eleições de 2012. *Cadernos Adenauer*, 2013, v. XIV, n. 2, p. 61-84. Disponível em <http://www.kas.de/wf/doc/10387-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

ONU. **Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RABAY, Glória. Em nome do pai - mulheres e herança política. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23., 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2010, p. 1-10.

# NARRATIVAS DE UM PANFLETO: A MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA NA PARAÍBA

Laís de Oliveira Neves<sup>1</sup>

Mayara Gomes da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Na travessia do Atlântico rumo a América, os impressos garantiram uma variedade de publicações no Brasil. Os panfletos, por exemplo, são meios de divulgação que compreendem a uma dessas ramificações de impressos, os quais estão presentes em diversas culturas, remetendo a acontecimentos e eventos diversos. Nesse contexto, a Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia na Paraíba, consiste em um evento organizado pelas mulheres do Pólo da Borborema e pela AS – PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, e tem como pauta as reivindicações de autonomia, igualdade, equidade e justiça pela vida das mulheres rurais. Este ensaio tem por objetivo analisar um dos panfletos distribuídos na segunda edição da Marcha, através de uma perspectiva feminista decolonial. Para tanto, elaboramos três categorias de análise: a primeira diz respeito ao *discurso*, tal como propõe Foucault (2002), a segunda refere-se às implicações das lutas de mulheres rurais através dos Feminismos e da Agroecologia, discutida por Siliprandi (2015), e a terceira inclui a noção de *lugar*, descrita por Certeau (1994).

**Palavras-chave:** impressos, feminismo decolonial, mulheres rurais.

Os escritos esculpidos na madeira e a criação do papel na China atribuíram novos sentidos à leitura, através da produção de livros e outros impressos publicados ao redor do mundo. Embora o pensamento eurocêntrico negligencie as origens do desenvolvimento das (re)produções textuais e as publicações em larga escala no Oriente, de acordo com Chartier (2002), a prensa de Gutenberg, em meados do século XV, possibilitou a publicação, a propagação e a recepção de muitas cópias de materiais impressos (e.g. livros, jornais, folhetos, panfletos) no Ocidente. Isto é, tanto nos anos iniciais na China, como nos anos de Gutenberg e na contemporaneidade, o desenvolvimento de tecnologias e estratégias de publicações moldaram as práticas de leitura e de escrita, provocando inúmeras transformações e revoluções de pensamento.

Na travessia do Atlântico rumo a América<sup>3</sup>, a impressão de materiais escritos possibilitou uma variedade de publicações no Brasil. No entanto, essa diversidade ainda era carregada de ícones e símbolos eurocêntricos. A impressão inicial dos folhetos de cordéis na região Nordeste

do Brasil, por exemplo, mesclava influências portuguesas com os enredos dos poetas nordestinos em seus contextos individuais, sociais e culturais. A partir do século XIX, os cordéis brasileiros passaram a ser elaborados e impressos com características simbólicas da tradição e cultura popular nordestina.

Os panfletos de divulgação também compreendem a uma ramificação dos impressos, os quais foram criados com o propósito de informar determinados acontecimentos e/ou conhecimentos, contendo, de acordo com Barbosa (2007), elementos simbólicos que nos contam uma história por entre as linhas e as imagens ali contidas. É nesse contexto que selecionamos um panfleto da segunda edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB), no intuito de analisar de que maneira as narrativas textual e imagética presentes neste material refletem a complexidade dos espaços, das vivências e das temporalidades das mulheres que compõem este movimento.

Para tanto, partindo de uma perspectiva feminista decolonial, elaboramos três categorias de análise: a primeira diz respeito ao *discurso*, tal como propõe Foucault (2002), a segunda refere-se às implicações das lutas de mulheres rurais, através dos Feminismos e da Agroecologia, discutida por Silliprandi (2015), e a terceira inclui a noção de *lugar*, descrita por Certeau (1994).

A Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia na Paraíba é organizada, desde o ano de 2010, por mulheres do Polo da Borborema, as quais anualmente saem às ruas com pautas que incluem o combate ao feminicídio e às monoculturas, reivindicando autonomia, equidade e justiça pela vida das mulheres. Em sua segunda edição no ano de 2011, a marcha saiu às ruas no dia 18 de março (em alusão ao Dia Internacional da Mulher), contando com aproximadamente 1500 mulheres na cidade de Queimadas (PB). Essa edição marcou o encerramento de vários eventos municipais através dos quais ficou explícita a persistência sociohistórica da cultura patriarcal. Assim, a II Marcha consistiu em um importante momento de denúncia das desigualdades sociais e das violências contra as mulheres, evidenciando as problemáticas enfrentadas por mulheres agricultoras, suas lutas por direitos, suas resistências e, principalmente, suas inovações nas esferas organizacionais, políticas e produtivas (AS – PTA, 2011).

O panfleto abaixo (Figura 01) foi socializado nos municípios do Polo da Borborema<sup>4</sup> no intuito de divulgar a II Marcha, e apresenta um discurso de denúncia, de reivindicação das pautas referentes à luta das mulheres rurais e de estratégias para o fortalecimento da participação das mulheres na construção do seu projeto agroecológico. O panfleto está impresso na vertical, tem o texto corrido, com algumas topificações e elementos imagéticos (um pássaro, uma árvore, e uma mulher) que evidenciam sua própria temática: agroecologia e mulheres. As imagens lembram o estilo de impressão de xilogravura<sup>5</sup>. Percebemos em sua estrutura a ausência de datação e descrição do local do evento.

Figura 01: Panfleto de divulgação da II Marcha



Fonte: AS – PTA, 2011.

O panfleto apresenta uma denúncia ao viés patriarcal na agricultura familiar no Polo da Borborema, elencando a ausência de um reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres neste setor, a pouca participação das mulheres agricultoras nas decisões sobre a produção, a desconsideração sobre as contribuições das mulheres na geração de renda das propriedades, a desqualificação dos conhecimentos e habilidades das mulheres, o pouco acesso à informações externas, o limitado convívio social e lazer das mulheres rurais, e as violências morais e físicas que ocorrem contra essas mulheres.

Notamos que neste panfleto a estruturação do discurso está sob a ótica das relações históricas e políticas dessas mulheres. Para Foucault (2002), o *discurso* é um caminho construído através das vinculações simples entre a representação e a coisa, o significante e o significado. Ou seja, assim como as palavras são construções da linguagem, a linguagem constrói as interpretações das realidades, define os (as) sujeitos (as) e determina as práticas sociais. Nesse

sentido, os tópicos de denúncia do panfleto ressaltam os significados atribuídos às mulheres rurais, significados de inferioridade, de subordinação e de práticas de violência verbais e físicas, justificadas por uma lógica dominante de exploração. Esse tipo de denúncia realizada pelos movimentos de mulheres camponesas é fundamental para viabilizar a sua acessibilidade à terra, para reconhecer as suas profissões, garantir os seus direitos na participação de movimentos sindicais, bem como fornece subsídios para a construção da sua autonomia e liberdade de viver sem violências (SILIPRANDI, 2015).

O panfleto não apenas denuncia, mas segue com uma proposta de participação e sugestões de ações políticas e sociais, demonstrando que é possível resistir, denunciar, organizar e construir sujeitos (as) políticos (as) que, a partir de suas múltiplas identidades e do seu reconhecimento identitário, conseguem formar novos modelos de vida (SILLIPRANDI, 2015). Assim, o Polo da Borborema destaca no panfleto alguns pontos para o fortalecimento das mulheres rurais na construção do seu próprio projeto agroecológico, tais como: a valorização das práticas tradicionais das mulheres agricultoras (por exemplo, gestão da casa) para a afirmação da cultura, da segurança alimentar e da economia familiar; a criação de espaços onde as mulheres possam compartilhar conhecimentos; e o fortalecimento da autoestima das mulheres, através das suas participações e do autorreconhecimento dos seus trabalhos.

O Polo da Borborema evidencia ainda no panfleto que as relações desiguais entre mulheres e homens constituem um obstáculo na construção de um modelo de desenvolvimento com base na agroecologia, repudiando “toda e qualquer forma de violência contra as mulheres”. Partindo da máxima apresentada por Sobreira (2017), “Sem feminismo não há Agroecologia”, destacamos que a incorporação da perspectiva feminista nos movimentos organizativos das mulheres rurais passou a ser recorrente tanto por pressão das próprias mulheres agricultoras como pela exigência das entidades internacionais. A ação das mulheres nesses movimentos vem gerando importantes resultados, tais como, o reconhecimento da sua participação no processo de construção de experiências basilares e a abertura de espaços nas esferas de direção das entidades (SILIPRANDI, 2015). A autora ainda discute que a organização das mulheres rurais não se restringe aos sindicatos e aos movimentos sociais, mas ocorre também na formação de associações e grupos de produção e comercialização, bem como na construção de centros formativos com a finalidade de prestar assessorias técnicas e organizacionais.

Os elementos imagéticos em forma de xilogravura no panfleto selecionado também seguem como aproximação do *lugar* de onde se produz esse discurso sobre/para essas mulheres. Podemos interpretar o pássaro do lado esquerdo do título e a árvore no canto lateral direito do panfleto, como dois símbolos ligados à representação da luta da agroecologia pela preservação e conservação da fauna e da flora. Já a mulher no canto esquerdo com um coque e vestido de bolinhas, pode ser pensada como uma aproximação ao visual estereotipado da mulher camponesa. Isso indica que esses elementos não estão dispostos sem nexos ou de maneira aleatória no panfleto, mas fazem referência a um *lugar* que, de acordo com Certeau (1994), é produzido a

partir de determinações próprias das suas esferas de circunscrição. Assim, ao compreender que o *lugar* tanto produz como localiza, Certeau (1994) aponta que o *lugar* também impõe limites ao discurso, pois dentro dele contém tanto o dito, como o não dito.

Conforme exposto, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB) é um importante momento de denúncia e de visibilidade pública das desigualdades de gênero. Percebemos que esse movimento atribui um lugar de luta histórica e social para a vida das mulheres rurais. Dessa forma, a partir da reflexão sobre os aspectos constituintes dos impressos e a complexidade dos espaços e das temporalidades que carregam, foi possível identificar e compreender de que maneira o panfleto de divulgação selecionado referente a II Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, reflete entrelaçamentos entre as noções de discurso, luta pela vida, lugar social, bem como as vivências das mulheres envolvidas neste evento.

## NOTAS

- 1 Historiadora, mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB), pesquisadora na PROJETAH - Imagem Mulheres e Sertões (UFPB).
- 2 Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PPGECM/UEPB), Psicóloga em formação (UFPB). Integrante do Grupo de Estudos da Complexidade e da Vida (GRECOMVIDA/UEPB).
- 3 Lélia Gonzalez aponta para a Améfrica como fruto da categoria político-cultural amefricanidade, acerca dos acontecimentos ocorridos pela travessia do Atlântico.
- 4 O Polo da Borborema corresponde a uma rede de sindicatos rurais, associações e organizações de base agroecológica, assessorada pela Organização Não-Governamental - AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia (SOBREIRA, 2017).
- 5 Xilogravura é uma técnica que utiliza madeira como matriz e possibilita a reprodução da imagem gravada sobre o papel. Conhecida também por ser utilizada para ilustração de cordéis no nordeste do Brasil, nas demais regiões do nosso país e ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

Assessoria de Serviço e Projetos de Trabalho em Agricultura – AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. *II Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia*. 07 de Maio de 2011. Disponível em: < <http://aspta.org.br/2011/05/07/ii-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/> >. Acesso em 05 de agosto de 2020.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa no Brasil – 1900 - 2000**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2010.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª edição. **Col.**



**Memória e Sociedade. Difel: Algés, 2002.**

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Editora UFRJ, 2015.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. A construção de um feminismo rural na Paraíba: conexões contemporâneas. João Pessoa: UFPB, 2017.

# O PAPEL DAS MÍDIAS E DA HISTÓRIA DIGITAL NO CONHECIMENTO DE TRAJETÓRIAS FEMININAS: FAZER SABER AS RESISTÊNCIAS

Lucas Dantas Costa\*

Kamylla Rayanne Gouveia\*\*

Ana Maria Veiga\*\*\*

## RESUMO

O presente trabalho traz as iniciativas do grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, sendo que as letras AH referem-se a Audiovisual e História, mostrando a intenção de, ao mesmo tempo, divulgar e acolher saberes populares e produzir material para o conhecimento histórico. Neste trabalho realizamos um estudo das narrativas de mulheres que deixaram o sertão/interior para morar em cidades maiores, com o desejo de dar continuidade aos estudos e à ampliação dos seus saberes formais. Essas trajetórias narradas fazem emergir as mulheres como agentes de suas próprias histórias, e permitem entender coletivamente as trajetórias de outras mulheres. Tomando como base do estudo o projeto “Fala Sertaneja”, buscamos demonstrar como as mídias digitais e os meios virtuais, sobretudo as produções independentes de vídeos e podcasts, vêm possibilitando que pesquisadoras/es e produtoras/es criem redes de divulgação e socialização mais amplas e acessíveis, produzindo história digital como um meio de acesso a uma história pública sobre as trajetórias de mulheres sertanejas. Deste modo, memórias e localidades específicas transbordam para além do espaço de produção acadêmica, podendo chegar a públicos diversos, que variam entre o próximo e o distante. Assim, pretendemos demonstrar como o investimento nessas mídias pode criar um acervo compartilhado, que vem sendo estudado e documentando, democratizando saberes sobre e dessas mulheres, promovendo um lugar de escuta ativa e de reconhecimento para suas memórias, lutas e histórias de vida; por fim, partilhando sensibilidades e desafiando epistemologias hegemônicas.

**Palavras-chave:** Mulheres sertanejas, História digital, Mídias digitais, Fala Sertaneja, ProjetAH.

## TRAÇANDO CAMINHOS NOS PERCURSOS DE UM GRUPO DE PESQUISA

A ProjetAH (o AH refere-se a Audiovisual e História) surgiu no final de 2018 por iniciativa da Prof<sup>ª</sup> Dra. Ana Maria Veiga, reunindo professoras pesquisadoras de diversas universi-

dades brasileiras, interessadas em compartilhar estudos e trabalhos alinhados a uma postura de acolhimento e de trocas de saberes. Como temáticas que se destacam nas pesquisas do grupo estão as trajetórias das mulheres sertanejas, com recorte de gênero, as vivências periféricas, bio/necropolíticas contemporâneas, margens e territorialidades não-centrais. Em um primeiro momento, foi trabalhada a perspectiva de entender sujeitos em situação de margem e o “ser periférico” a partir da vivências de mulheres nascidas no sertão.

Hoje, dois anos depois da criação do grupo de pesquisa, a ProjeTAH sediada em João Pessoa, Paraíba, se divide em dois subgrupos dedicados a Leituras Feministas e Teorias Decoloniais, nas perspectivas localizadas latino-americana, brasileira, nordestina e sertaneja. Os encontros na Universidade Federal da Paraíba, para debates e discussões de textos, a realização de minicursos, oficinas e subprojetos audiovisuais, em 2020 adotaram a modalidade remota (devido à pandemia de covid-19), por meio dos cursos “Necropolíticas e teorias decoloniais” e “Olhares decoloniais e pluralidades teóricas no campo da História”, conduzidos por Ana Maria Veiga e Telma Dias Fernandes. O grupo tem como pressuposto a troca de ideias, textos e dados de pesquisas e a transdisciplinaridade entre áreas afins; desta forma, além de abrigar membros de diferentes regiões do país - professoras interessadas em temáticas trabalhadas em comum sobre história das mulheres, gênero e sertões -, é também um espaço de divulgação científica e iniciativa docente, visto que partilha a dedicação a teorias e conceitos ricos para a teoria da história e o ensino de história, porém, visando ainda contribuir para uma compreensão positiva de pessoas/sujeitos e grupos sociais.

Entre os subprojetos audiovisuais, damos destaque neste artigo ao *Fala sertaneja*, que se apresenta atualmente como podcast<sup>1</sup> e está sendo construído visualmente no formato web-documentário. No *Fala sertaneja*, dialogamos com acolhimento de saberes e narrativas das “sujeitas” em situação de margem, que encontram na universidade uma janela para conquistar novos espaços e meios de alcançar o mundo em que desejam viver. Essas narrativas, observadas sob um olhar decolonial e interseccional, nos ajudam a compreender saberes outros, distantes dos saberes formais. O interesse em pesquisar tais mulheres parte do esforço de compreender as relações entre os contextos das grandes cidades e dos sertões nordestinos e brasileiros em suas vidas, em reflexões a partir de um *locus social*, utilizando a noção de localização (RIBEIRO, 2017). Torna-se imprescindível um debate que vá para além das opressões, pensando hierarquias sociais produzidas a partir desse lugar e de que modo isso impacta no próprio lugar e no sujeito subalternizados (de acordo com Spivak, 2010); também a percepção de como sujeitos em situação de margem podem ser analisados num contexto translocal.

Nas narrativas dessas mulheres percebemos movimentos e deslocamentos entre o “lá” e o “cá” (VEIGA, 2018; VEIGA; VASCONCELOS, 2019), sendo os sertões e os grandes centros urbanos seu ponto de partida e muitas vezes de retorno. Partindo de uma observação pessoal e afetiva, é possível vislumbrar relatos de emoção, coragem, determinação, que falam sobre

quem elas foram, suas experiências e vivências, e quem são na atualidade, deixando emergir questões e estratégias identitárias.

## TRAJETÓRIAS FEMININAS E SERTANEJAS: AS MULHERES COMO AGENTES DE SUAS HISTÓRIAS

Partimos agora para alguns trechos das falas de cinco mulheres que passaram pelas lentes da ProjetAH. Neste primeiro momento, apresentamos Mayra, oriunda de Timbaúba, interior de Pernambuco, a 90 km de João Pessoa e 102 km de Recife; e Nayana, que migrou de Princesa Isabel, distante 424 km da capital da Paraíba. É Mayra quem nos conta:

Eu senti muito medo antes de vir para cá, porque é muito diferente a cidade, né? A cidade é maior. Aqui a gente tem que fazer tudo de ônibus, andar. **Até a diferença de distância**, se eu digo que vou para o centro em Timbaúba é uma distância, se eu vou para o centro aqui em João Pessoa é uma distância muito maior. **Então tipo assim, meu referencial de distância mudou.** (Mayra, 2019, Grifos nossos)

Nayana também revela seus receios iniciais:

**Escada rolante era algo estranhíssimo**, eu nunca tinha visto aquilo na minha vida, **andar de ônibus, assim eu achava louco**, assim “então quer dizer que tudo que eu for fazer, eu vou pegar um ônibus?”, eu tava acostumada a tudo que eu tinha que fazer eu ia a pé né, então eu ia ali e resolvia tudo; enfim essa coisa de ter que pegar um ônibus pra fazer tudo. (Nayana, 2019, Grifos nossos)

Em ambos os relatos podemos perceber mudanças entre o “lá” e o “cá”, onde a própria Mayra coloca que até o referencial de distância sofreu alteração. A estranheza com o local, o medo de se perder na grande cidade, de pegar ônibus para ir de um lugar ao outro, o espaço.

Outra sertaneja que chegou ao projeto é Marianna, que tinha na época 30 anos e é natural de Igaracy, no sertão paraibano, uma cidade distante 427 km da capital. Em seguida vem Alômia, natural de Sousa, no alto sertão da Paraíba, cerca de 440 km de João Pessoa.

**O costume** muito presente também no **sertão é de enterrar o umbigo da criança no curral**, que é justamente para fortalecer essa união com a terra, com o território. (Marianna, 2019, Grifos nossos)

**Ela sabe determinadas magias** - vou dizer assim - como por exemplo queria lavar roupa e botar pra quarar, botar pra enxugar, mas estava ameaçando chuva, então **colocava ali um pires com sal e água no meio do que a gente chamava de muro [...] e de repente não chovia mais, o sol aparecia**, depois eu fico pensando: meu Deus, em pleno sertão, minha mãe como é que você fazia isso [risos]. (Alômia, 2020, Grifos nossos)

Relatos cheios de emoções se misturam nas falas de cada uma dessas mulheres que expõem costumes e crenças populares da sua cidade natal. Os contrastes entre *o lá e o cá* pas-

savam também por outras questões, como no caso de Preta, que encontrou outros desafios, passando pela questão interseccional de se assumir como mulher pobre, feminista e negra. Ela tem 30 anos, é formada em Ciências Sociais e na época da entrevista acabara de se tornar mestra em Antropologia; natural de Pilar, cerca de 58 km de João Pessoa. Isso mostra que sertão não é apenas como o semiárido, mas como interior de um Brasil profundo, que se apresenta mais no sentido periférico-social do que propriamente geográfico ou climático.

**Por ser negra** é uma das coisas que eu sempre senti dentro da própria universidade, **é que para ser reconhecida e valorizada eu tenho que provar que eu sei e eu tenho que falar duas vezes mais** e provar ali que eu sei, porque só a minha questão de ser negra, das **pessoas me enxergarem ali como se eu não tivesse o conhecimento, como se eu não merecesse estar ali**, então para ser vista eu tenho que mostrar, eu tenho que provar que eu sei, e ainda tem, essa coisa do ser aceito. (Preta, 2018, Grifo nosso)

**Venho morar aqui** [João Pessoa], **mas eu não me identifico com aqui**, eu ainda digo que eu sou da minha cidade, eu sempre vou, eu não consigo criar ainda essa coisa de pertencimento daqui. **Aqui é meu local de estudo, de trabalho, mas o meu lugar é a minha cidade**. Não pretendia voltar para lá, às vezes eu penso assim “ah, eu não quero voltar”, às vezes “ah, eu quero voltar, quero contribuir com a minha formação, com o conhecimento que eu tenho para com as pessoas da cidade”. (Preta, 2018)

Por suas palavras, entendemos que a luta das mulheres negras não é exclusivamente contra a desigualdade de gênero, mas também contra o racismo como um sistema de opressão. O racismo estrutura as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, e vai incidir sobre a população negra de forma cruel, como argumenta Sílvio Almeida (2018). De acordo com Carla Akotirene (2018), a fala de Preta pode ser também analisada sob a luz do conceito de interseccionalidade, entrelaçando opressões por ser uma mulher, negra, pobre e periférica. Podemos identificar em Preta o sentimento de não pertencimento do espaço no qual a mesma vive já há alguns anos, havendo uma separação entre local de trabalho e o seu local.

Citamos novamente a Marianna e a Nayana, pois com elas podemos perceber o sentimento de orgulho e certa autonomia do que significa, de acordo com suas falas, ser uma mulher sertaneja.

[...] eu assumo o meu lugar de fala, **de onde eu sou com orgulho às minhas origens** e não deixo mais ninguém ficar diminuindo pela minha origem, pela minha identidade.” (Marianna, 2019, Grifo nosso)

Eu acho que é essa coisa da mulher sertaneja, **a mulher sertaneja é muito forte**, eu acho que **tem uma tradição de uma certa autonomia, enfim, de um ir adiante**, de lutar, que eu acho que a sertaneja tem bastante; acho que é uma mulher, um pouco de fibra, uma mulher que **mesmo com todas as adversidades ela continua firme**. (Naiana, 2019, Grifos nossos)

## ACERVOS DE “NOVOS TIPOS” DOCUMENTAIS

Em termos de uma base teórica voltada ao pensar do objeto de análise em questão, as iniciativas audiovisuais da ProjetAH, aqui sumarizadas no projeto audiovisual *Fala Sertaneja*, se inscrevem em um movimento teórico-metodológico nas entranhas da produção historiográfica, que passou a admitir, ainda no século passado, a necessidade da História se atentar a novas fontes documentais que não se resumissem aos já clássicos documentos de Estado e seus párias. Com o passar das décadas e a transição rumo ao novo milênio, podemos afirmar com expressiva certidão que este debate não esfriou, conquanto tenha tomado em consideração novas problemáticas, sujeitos e direções. O aprofundamento desse debate em novos rumos, que não deixam de ser condizentes com aqueles já iniciados na segunda metade do século XX, é fundamental para se pensar e situar propriamente as produções mobilizadas a partir da ProjetAH e, para efeito deste artigo, através do *Fala Sertaneja*.

Quando falamos, acima, nas novas direções e formas que este debate assume, pensamos em como no âmbito do *Fala Sertaneja* estão encarnadas pautas e demandas verificáveis como centrais para os campos não só da História Oral, que é uma base pujante para o projeto, mas também na História Pública e História Digital, este último campo tendo ainda uma trajetória relativamente recente, sobretudo na academia brasileira, onde por vezes ainda encontra descontentamento e resistência, ou uma interpretação insatisfatória de que estes esforços seriam simplesmente trazer formatos antigos para o espaço digital (BRENNAN, 2018; NOIRET, 2015). Apesar disso, enxergamos que as reflexões que propiciam geram uma convergência fundante e fundamental entre a iniciativa do *Fala Sertaneja*, tanto em seu formato webdoc como podcast, e essa tríade teórico-metodológica supracitada.

Situada nesse diálogo promissor entre História Pública e História Digital, uma das diretrizes e objetivos marcantes do *Fala Sertaneja* foram, desde o princípio, “acolher e abrir espaços dentro e fora da academia para as experiências, conceitualizações, teorias, indagações e sobretudo os debates próprios em torno de sujeitos em situação de margem” (SIMÕES; OLIVEIRA; VEIGA, 2019). Como se percebe no artigo de Kamylla Simões, Amanda Oliveira e Ana Veiga, o *Fala Sertaneja* se afasta, como proposta, de uma iniciativa que tomaria como base a noção de que é possível simplesmente transformar a trajetória dessas mulheres em um objeto que é então introjetado na academia, no seu linguajar, e cujos resultados são projetados tão somente no limite de seus muros, físicos ou epistemológicos.

O projeto, portanto, busca mobilizar diálogos que reconheçam as especificidades do *locus* social de cada sujeito, ou “sujeita” (RIBEIRO, 2017), e isso inclui tanto o âmbito da produção em si, como dos resultados do projeto e da pesquisa. Seria insuficiente incluir os sujeitos de margem no projeto sem reconhecer que os resultados alcançados também se insiram nas diversas demandas sociais dos respectivos envolvidos, como se a produção científica pudesse atuar como uma verdadeira “torre de marfim” desconectada do seu espaço de produção social.

Nesse mesmo sentido, o fato de que o *Fala Sertaneja* tenha sido pensado como produção audiovisual também não se deve ao acaso. Trata-se não somente do audiovisual enquanto fonte, mas enquanto resultado, no seu formato webdocumentário (em produção) e também em podcast. O irromper do rádio, o surgimento do cinema, o acesso doméstico a aparelhos televisivos, computadores e internet, a disseminação global desta última em níveis e condições ainda mais acessíveis, foram todas uma série de mudanças radicais tanto nos formatos de acesso a informação, quanto na própria forma como nos relacionamos com a informação em si e aprendemos (CAIMI, 2014). Semelhantemente, “com o surgimento da *web 2.0*, a história e a memória não se mantiveram mais prerrogativas apenas da comunidade científica acadêmica” (NOIRET, 2015), de forma que sua reivindicação em espaços digitais fora da academia demanda dos historiadores públicos não somente a adequação da linguagem de produção, mas, quando necessário, de seu próprio formato.

É preciso reafirmar que a produção audiovisual não pode ser resumida ao “texto falado e filmado”, de forma que sua linguagem seria, em essência, aquela mesma do texto escrito. Como explicitam Simões, Oliveira e Veiga (2019), a confluência entre o acolhimento das trajetórias de sujeitos à margem e as possibilidades do audiovisual promovem o exercício de uma linguagem que transmita, simultaneamente à informação técnica-teórica pretendida, as experiências dessas mulheres, em suas particularidades e coletividades. A sensibilidade aparece como uma ferramenta fundamental nesse veículo informativo e de aprendizado, por possibilitar uma apreensão radical de quem são essas sujeitas, que são retratadas transbordando em subjetividade e complexidade. O lugar de escuta para suas falas é aberto e vai sendo permanentemente ressignificado, de acordo com novas análises.

Isto não só permite como também fomenta uma percepção e análise mais profundas dos fenômenos abordados, sobretudo na potencialidade de se inquirir e refletir como essa identidade de um “outro” fora da norma é construída, e quais os efeitos reais dessa subalternização, posto que são as realidades dessas mulheres que aparecem retratadas. Aparecem, aliás, mediante suas próprias palavras, entonações, sotaques, metáforas, figuras de linguagem, enfim, experiências que conferem tanto personalidade como particularidade a suas próprias trajetórias, e que só poderiam aparecer mediante as ferramentas e possibilidades específicas do audiovisual.

O debate acerca das possibilidades e potências do audiovisual que principiamos aqui também apresenta seu grau de confluências com o campo da História Digital. Por mais que a referência a esta esteja frequentemente mais voltada às discussões de problemáticas que circundam a criação e manutenção de acervos digitais, considerações acerca de novos formatos de mídia, tanto como fontes ou como produções, não são estranhas ao campo da História Digital. Em 2001, ainda no começo do século, o historiador Edward L. Ayers já escrevia como

Outros historiadores estão experimentando com novas mídias não tanto para amplificar formas tradicionais de aprendizado ou estudo quanto para mudá-las nas suas formas fundamentais. [...] Estas combinações multi-

midiáticas oferecem possibilidades tentadoras que proliferarão conforme a *Web* se tornar mais hospitaleira ao uso complexo de imagens e sons.<sup>2</sup> (AYERS, 2001, p. 6. Tradução nossa)

O sucesso que plataformas como o YouTube e o Spotify alcançaram em um intervalo de pouco mais de uma década reflete como se concretizaram as expectativas do historiador: não só a internet tornou-se mais hospitaleira ao audiovisual, como criou-se um interesse popular intenso por plataformas dedicadas a sua ancoragem e difusão, não à toa um dos primeiros slogans do YouTube - *broadcast yourself* (2005 a 2012).

A experiência da utilização de fóruns e da criação de acervos digitais compartilhados, conquanto estivessem ainda voltadas ao âmbito de mídias textuais, já refletiam o potencial dessas ferramentas como veículos de trocas instantâneas entre comunidades de pesquisadores e pesquisadoras que, por ocasião geofísica, se viam distantes, mas não no espaço digital. O interesse e busca por experimentar com novos formatos também foi um grande mérito dentre a consolidação da História Digital, e é um diálogo que, como viemos até agora demonstrando, a iniciativa do *Fala Sertaneja* mobiliza e potencializa. A sua inclusão em formato podcast reafirma o compromisso com esse aspecto de *crowdsourcing* (pesquisa em massa) da História Pública Digital (NOIRET, 2015), expandindo em cima do gênero de webdoc, não necessariamente em termos de alcance meramente numérico, mas de possibilitar uma nova linguagem e novo formato que busquem engajar e mobilizar novos e diferentes públicos e fazê-los dialogar com as propostas do projeto. Os efeitos disso no ensino de história e como produção efetiva de material didático para este fim, ainda estão por ser dimensionados.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Como buscamos demonstrar, o projeto *Fala sertaneja*, em suas dimensões físicas e como produção audiovisual, encontra-se na intersecção entre práticas de acolhimento e valorização de saberes outros e a meta de transformação das vivências e experiências registradas em material de divulgação de saberes próprios, muitas vezes inacessíveis por outros meios, bem como a elaboração de material didático para o ensino de história. Promover discussões sobre sujeitos/as e territorialidades não-centrais faz parte dos objetivos do grupo de pesquisa analisado neste texto, do qual autor e autoras fazem parte.

A iniciativa do *Fala Sertaneja* aponta para a necessidade de se pensar uma série de questões sobre as quais a historiografia hegemônica até o momento não vem atentando, e este é um indicativo das possibilidades de dinamização do quadro apresentado. A predileção do projeto pela linguagem audiovisual possibilitou que um de seus objetivos se efetivasse com notável concretude: a percepção de que o trabalho não deveria buscar “falar *por* essas mulheres”; a primazia de suas falas, captadas em áudio e vídeo, objetiva uma outra relação de pesquisa que



não esteja fincada na hierarquia pesquisador-objeto quando tratamos de subjetividades, experiências e trajetórias de sujeitas construindo a história: sua trajetória, em termos particulares, mas a história das mulheres e a história dos sertões coletivamente.

Esta aliança entre audiovisual, teoria decolonial, interseccionalidade e história pública digital permitiu ao *Fala Sertaneja* uma conexão profunda entre as escalas locais e globais, promovendo a acessibilidade do material produzido tanto no âmbito das mulheres que integram e constroem o projeto, quanto em um âmbito público internacional, na comunidade acadêmica e fora dela também. O mergulho do projeto na internet é uma ampliação dessa investida, na busca por fazer saber e democratizar produções e trajetórias não alinhadas aos saberes já estabelecidos, colaborando para a efetivação de outros acervos documentais, de “novos tipos”, não restritos à academia e que mobilizem uma percepção reflexiva e crítica sobre essas “sujeitas outras” da história: se antes silenciadas, jamais permaneceram em silêncio.

## NOTAS

\* Discente do curso de licenciatura em história da Universidade Federal da Paraíba. Aluno voluntário de Iniciação Científica (PIVIC - UFPB/CNPq).

\*\* Discente do curso de licenciatura em história da Universidade Federal da Paraíba. Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - UFPB/CNPq).

\*\*\* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões.

1 Fala Sertaneja Podcast. Disponível em: <<https://linktr.ee/falasertaneja>>.

2 “Other historians have been experimenting with the new media not so much to augment traditional scholarship as to change it in fundamental ways. [...] Such multi-media combinations offer tantalizing possibilities that will proliferate as the Web becomes ever more hospitable to complex uses of images and sounds” (AYERS, 2001, p. 6).

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C.SANTOS, C. A. S. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: LETRAMENTO, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AYERS, Edward L. The Pasts and Futures of Digital History. **History News**. Vol. 56, nº 4, p. 5-9. Disponível em: <<https://scholarship.richmond.edu>>. Acesso em: 10 nov 2020.

BRENNAN, Claire. Digital humanities, digital methods, digital history, and digital outputs:

History writing and the digital revolution. **History Compass**. Vol. 16, nº 10, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/hic3.12492>>. Acesso em: 10 nov 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração Homo Zappiens na escola: os novos suportes de informação e

a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo *et al.* (org.). **Ensino de História: Usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 188-210.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 1, p. 28-51, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SIMÕES, Kamylla R. G.; OLIVEIRA, Amanda P. A. de; VEIGA, Ana M.. Fala Sertaneja: um projeto entre o “lá” e o “cá”. **Anais do VII Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa - UFPB. Disponível em: [https://viisngpc.files.wordpress.com/2020/04/gt1-kamylla-rayanne-gouveia-simoes-amanda-paulo-lopes-de-oliveira-ana-maria-veiga\\_.pdf](https://viisngpc.files.wordpress.com/2020/04/gt1-kamylla-rayanne-gouveia-simoes-amanda-paulo-lopes-de-oliveira-ana-maria-veiga_.pdf). Acesso em 21/12/2020.

VEIGA, Ana M. **Teorias de(s) coloniais e interseccionalidades na pesquisa e no ensino de história**. Projeto de pesquisa em execução no DH e no PPGH da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, maio de 2018.

VEIGA, Ana Maria e VASCONCELOS, Vânia N. P. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, p. 196-203, 2019.

## ENTREVISTAS

Preta. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjeTAH em 27 de novembro de 2018. Transcrição feita por Mylena Vieira Alves.

Mayra. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjeTAH em 18 de Junho de 2019. Transcrição por: Wesley Sousa Rodrigues

Marianna. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjeTAH em 21 de outubro de 2019. Transcrição feita por Kynara Eduarda Gonçalves Santos.

Alômia. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjeTAH em 10 de fevereiro de 2020. Transcrição feita por Millena Luzia Carvalho do Carmo.

Nayana. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjeTAH em 12 de Setembro de 2019. Transcrição feita por Gabriela Tinoco.

# RETÓRICA E GÊNERO: OS USOS DO FEMININO EM ISEU III<sup>1</sup>

Ana Carolina Simões Silva<sup>2</sup>

Priscilla Gontijo Leite<sup>3</sup>

Os discursos de Iseu oferecem importantes percepções acerca das disputas sucessórias, das ações judiciais, do cotidiano ateniense e das relações de gênero na antiguidade. Iseu está inserido no cânone dos oradores áticos, tendo escrito sessenta e quatro discursos, dos quais apenas onze chegaram ao conhecimento atual na sua integralidade. (SEGURADO E CAMPOS, 2014). Uma boa parte dos seus discursos tem como tema o direito sucessório, o que faz com que seja considerado um especialista no assunto. Uma das características da sua escrita é a exploração do caráter (*ethos*), tanto da defesa quanto da acusação, para embasar as ações dos envolvidos e, conseqüentemente, usar em favor do seu cliente. O discurso *Sobre a Herança de Pirro* (Is. 3) trata de uma disputa sobre a herança do mesmo, cujos principais argumentos são focados na tentativa de ilegitimar a suposta mulher de Pirro, que não tem seu nome revelado, tornando tal união e os frutos desta, que seriam então os herdeiros do oikos, ilegítima.

Tais discursos que têm por tema as disputas sucessórias evidenciam umas das principais preocupações dos cidadãos atenienses: a manutenção do oikos, ou seja, da unidade familiar. A principal forma de perpetuação dessa unidade é através do casamento, da interligação de famílias (FLORENZANO, 2010). Esse é um dos principais pontos que envolvem as mulheres nessas disputas. Após a Lei de Péricles, 451/50 a.C., torna-se necessário que ambos os pais tivessem o status de cidadão ateniense para que os herdeiros também pudessem deter esse status. Com isso, a relação entre a mulher e a pólis torna-se mais forte, tendo em vista que quem vai determinar a legitimação desses cidadãos serão elas (MEGA, 2001). Uma vez que a pólis necessita dessa participação feminina, as cobranças acerca do comportamento dessas mulheres se acentuam, e é nesse sentido que o discurso Is. 3 vai explorar a caracterização da suposta mulher de Pirro.

Na referida fonte, aborda-se a situação de Pirro que, na ausência de herdeiros, adota seu sobrinho Êndios para que ele possa herdar seus bens e dar continuidade ao oikos. Com a morte de Pirro, Êndios recebe os respectivos bens e vive tendo posse por vinte anos, sem qualquer contestação de outros (Is. 3.1). Quando Êndios morre, também sem deixar filhos, Xénocles faz a reivindicação (*diamartyria*) da herança em nome de sua esposa, File, alegando que a mesma seria filha legítima de Pirro e de uma mulher cujo nome não é revelado. No entanto, a mãe de Êndios - irmã de Pirro - e o irmão mais novo - o orador, entram também com a reivindicação e conseguem que tanto Xénocles, quando Nicodemo, tio de File, fossem condenados por falso testemunho (Is. 3.4-6).

O orador foca principalmente em dois pontos: a falta de um dote e a falta de um acordo de casamento. A entrega de um dote não era uma prática obrigatória no processo de união matrimonial, mas constituía uma forma de assegurar as despesas da mulher e dos filhos, e dificultava que o marido entrasse com o pedido de divórcio, tendo em vista que ele teria que devolvê-lo (Is. 3.28; 3.36):

A respeito dele, eu ainda me espanto: se quem não entregou nenhum dote e quem não recebeu estariam de acordo sobre a mulher a ser desposada. Por um lado, se Pirro tivesse dado algo, seria provável também que aquilo que foi dado teria sido testemunhado pelos que se diziam estar presentes ali; e, por outro, se nosso tio, por sua vontade, tivesse casado com tal tipo de mulher, é evidente que quem estava entregando a mulher em casamento concordaria em dar muito mais dinheiro a ele para o dote dela, para que não lhe ocorresse livrar-se facilmente da mulher quando desejasse.<sup>4</sup> (Is. III. 28)

O dote poderia ser dado através de dinheiro, propriedades e bens móveis. O acordo de casamento, no entanto, era uma prática pouco comum de não ser realizada, pois acontecia a transferência da *kyrieia* – a responsabilidade com a mulher – do seu *kyrios* – parente masculino mais próximo – para o futuro marido, que passava a ser, então, seu senhor (*kyrios*). Não havendo evidências desses processos, o orador passa então a caracterizar a mulher com quem Pirro se relacionou como uma cortesã (*hetaira*), e não como uma esposa legítima (Is. 3. 8 – 10, 18, 28 – 29, 35, 38, 78).

No início do discurso, o orador elenca algumas questões que direcionam o conteúdo do discurso, evidenciando quais teriam sido as providências necessárias no caso da morte de Pirro, caso a mulher fosse sua esposa legítima (Is. 3.8-10). As etapas de um casamento legítimo consistiam no acordo de casamento entre o *kyrios* – o representante da mulher – e o futuro marido; na concessão de um dote pelo *kyrios*; e na transferência da *kyrieia* para o marido. Devido à importância que os atenienses davam ao bom funcionamento do oikos, incluindo os direitos de sucessão, instala-se dúvidas sobre o porquê de tantas alternativas terem sido negligenciadas, principalmente no que diz respeito à mulher e, conseqüentemente, da filha File. O orador questiona i) o tipo do dote que Nicodemo teria dado, considerando que era o *kyrios* de sua irmã; ii) se a suposta esposa teria ido embora enquanto ele estava vivo ou se após a sua morte; iii) como Nicodemo havia restituído o dote oferecido e caso não tenha conseguido, que tipo de ação ele propôs para receber; e, por último, iv) se ele não havia recuperado o dote, que ação judicial ele teria feito para receber uma pensão alimentícia durante os vinte anos que se passaram, ou se havia conversado com alguém sobre a reclamação do dote do então herdeiro, Êndios (Is. 3.8- 9).

Para sustentar a transição do status de uma esposa legítima para uma cortesã (*hetaira*), o orador vai pontuar os testemunhos do comportamento inaceitável da suposta esposa de Pirro, mostrando que por ela havia disputas, brigas e serenatas, atitudes que não são compatíveis com as regras de decoro que uma esposa legítima teria que seguir, tendo em vista que ela nem mesmo deveria ser vista em público ou estar perto de outros homens (Is.3.14). Muitas são as

menções sobre os comportamentos inaceitáveis da mulher de Pirro, que indicam que ela não era uma esposa legítima (Is. 3.10; 11; 13; 14; 27; 29):

Acabou de ser testemunhado perante vós, pelos demais parentes e vizinhos de Pirro, que aquela que Nicodemo alega ter oferecido em casamento a ele, era uma cortesã para quem a desejasse, e não a mulher de nosso tio. Eles alegam que, na época em que a irmã de Nicodemo estava na casa de Pirro, havia ali discussões, festas e muita libertinagem em torno dela. (Is. III. 13)

Ora, é fato que ninguém ousaria festejar com mulheres casadas, nem mulheres casadas vão com seus maridos aos banquetes, nem consideram digno banquetear com estranhos, ainda mais com os primeiros que aparecem. Mas nossos adversários não acham justo refutar este testemunho. E, como digo a verdade, lê de novo para eles este testemunho. (Is. III. 14)

No cotidiano ateniense, há a mulher legítima e as “outras”. Com base nas definições apresentadas por Curado (2013) na introdução do discurso *Contra Neera*, a mulher legítima (*gyne*), tinha como papel principal a geração de herdeiros – de preferência homens – e o comando do lar; a concubina (*pallake*), que estava responsável pelos cuidados do corpo; a prostituta (*porne*), que se estabelecia em um bordel, podendo ser livre ou escrava; e a cortesã (*hetaira*), que caracterizava uma relação voltada para os prazeres sexuais, podendo ser ou não exclusiva de um cliente, e também poderia ser companheira de banquetes. A existência dessas relações mostra uma clara divisão de valores sociais. A mulher legítima tinha seu propósito e as demais iam além dos limites impostos as esposas. Considerando tais papéis, Iseu constrói sua acusação na transformação de uma esposa legítima em uma *hetaira*, baseada no *ethos* da mulher e dos que a rodeiam.

Em uma outra tentativa de ilegitimar a esposa de Pirro, o orador desacredita a única testemunha que Nicodemo indicara que havia presenciado o noivado de sua irmã, e afirma que o fato de não existir muitas testemunhas estava ligado ao caráter vergonhoso da união com uma mulher daquela categoria, e que seu tio preferia esconder tal vexame. (Is. 3.18; 26) Além disso, afirma que seu tio poderia estar apaixonado (Is. 3.17), e que relações por isso motivadas não costumavam ter longa duração (Is. 3.28).

Um dos pontos mais relevantes na construção dos argumentos é a exploração dos costumes que envolvem o processo de casamento. Para sustentar sua acusação, o orador expõe que há divergências sobre o relato da apresentação de File na fratria de Pirro, e até mesmo sobre o nome que teria sido atribuído a ela. Enquanto o marido entrou com a ação colocando o nome dela de File, os irmãos de Pirro afirmam que na apresentação ela foi chamada de Clitarete, em homenagem à sua avó (Is. 3.30). Essas menções somadas vão formando uma caracterização negativa de File, e também de seu marido Xénocles e de seu tio Nicodemo, colocando-os em uma teia de incertezas.

O orador explora bem todas as alternativas que essa história poderia ter seguido, com o objetivo de mostrar o quão indefinido é esse arranjo familiar, muito diferente da estabilidade

que o oikos deveria ter. Uma dessas alternativas, caso File fosse fruto de um casamento legítimo, teria sido o epiclerato. Este acontece quando o senhor do oikos morre sem deixar herdeiros homens. Nessa conjuntura, a mulher age como um meio de transmissão da herança, uma vez que não podem ser excluídas desse processo (Is. 3.68; 69):

A lei diz expressamente que é lícito a qualquer um legar seus bens em testamento como desejar, se não tiver filhos legítimos homens; se tiver filhas, deverá incluí-las. Por isso, com a participação delas, é possível doar e deixar em testamento seus bens; já sem a participação das filhas legítimas, não é possível adotar nem dar a ninguém nenhum de seus bens. (Is. III. 68)

O parente masculino mais próximo poderia reivindicar ao Arconte Epônimo (*epidikasia*) a mulher, e a herança seria passada para os filhos dessa união ou, se já houvessem filhos, estes receberiam a herança quando atingissem a maioridade. Os homens não teriam a herança para si, mas administrariam até que os filhos obtivessem a idade (Is. 3.50).

Sobre as diferentes circunstâncias que poderiam levar uma mulher a tornar-se uma epiclera, Ana Lúcia Curado afirma que:

“A epiclera podia ser reclamada juridicamente, depois da morte do seu pai, em quatro cenários possíveis. No primeiro cenário e ainda em tempo de vida do pai, a filha fora dada em casamento a um cidadão que não era o seu parente mais próximo, mas, entretanto, ela tornara-se epiclera com a morte dos seus irmãos. O segundo cenário podia dar-se quando a filha, já sendo epiclera, fora dada em casamento a um cidadão que nem era o seu parente mais próximo, nem fora adotado pelo pai, e nem lhe tinha sido dada a posse da herança. O terceiro cenário podia ocorrer quando existia um testamento que atribuía a um cidadão a herança e a mão da epiclera. Por último, no quarto cenário, na ausência ou na cassação do testamento, o parente mais próximo reclama a epiclera com base na lei.” (CURADO, 2008. p. 162)

Outro comportamento suspeito consiste na ausência de qualquer interferência no momento em que Êndios recebe a herança. Sabendo que File era uma filha legítima, Êndios não a teria dado em casamento a outro, correndo o risco de perder a herança, e sim casado com ela (Is. 3.45-54). Os tios de Pirro, por sua vez, também teriam o direito de reivindicar File como sua esposa, mesmo que essa já estivesse casada. Nicodemo também poderia ter tomado providências ao Arconte Epônimo, responsável pelos direitos das epicleras, denunciando Êndios por maus tratos a uma epiclera. No entanto, nenhuma medida foi tomada para proteger a filha legítima de Pirro, o que leva a questionar o motivo que o próprio Pirro teve para não beneficiá-la e reconhecê-la como sua.

A respeito dessa reclamação, alguém poderia alegar uma falsa escusa diante de vós: ou fingiria que eles não sabiam de nada ou, inclusive, nos acusaria de mentir. Deixemos, portanto, isso de lado. Quando Êndios entregou sua sobrinha em casamento a Xenócles, tu consentiste, Nicodemo, que a filha da esposa legítima de Pirro fosse desposada por ele como nascida de uma cortesã? (Is. III. 45)

Ao final do discurso, o orador faz uma nova menção acerca dos costumes e práticas cerimoniais que não foram realizadas (Is. 3.79-80). A fala consiste na ausência da celebração de um banquete de apresentação da filha e da esposa na fratria, e na falta de um banquete em celebração ao festival das Tesmofórias, um culto à Deméter e Perséfone, que era restrito a mulheres casadas (CURADO, 2008, p.191). Para uma família de boas condições como a de Pirro, cuja fortuna era avaliada em três talentos (Is. 3.8, 3.18), a não realização dessas festividades era muito incomum, tendo em vista que as cerimônias eram um meio de legitimação social, principalmente nos casamentos, uma vez que não havia registros para filhas e esposas na fratria.

Pergunta-lhe, para que comprove ainda a quem ele entregou a irmã em casamento antes e depois, ou se ela teve filhos de algum outro. Só assim considerais justo procurar saber esses assuntos da parte de outro, e não podeis esquecer de perguntar a respeito do banquete nupcial para os membros da fratria, posto que essa não é a menor das provas contra o testemunho dele. É evidente que, se nosso tio tivesse sido persuadido a se casar, teria sido persuadido também a oferecer um banquete nupcial dedicado a ela para os membros da fratria e a inscrever na fratria a filha que foi apresentada como legítima. (Is. III. 79)

Ademais, no demos também, tendo posse de um oikos avaliado em três talentos, caso tivesse se casado, seria necessário tanto oferecer em nome da esposa um banquete nas Tesmofórias para as mulheres quanto outras liturgias que convém fazer no demos em nome da esposa, tendo em vista de tamanha fortuna. Assim, é evidente que nada disso jamais aconteceu; os membros da fratria já vos testemunharam acerca disso. Tome tu também o testemunho dos membros do seu demos. (Is. III. 80)

Analisar a atuação da mulher através de seu matrimônio e sua atuação na esfera religiosa nos diz muito sobre a organização sociocultural da Atenas clássica. A mulher é, antes de tudo, um meio de perpetuação legítima da família. Com a Lei de Péricles de 451/50 a.C, a mulher adquire uma maior conexão com a pólis, transformando-a na legitimadora de todo um modo de viver e de organização social, fazendo com que o seu status fosse elevado.

Considerando os argumentos do discurso, das definições de esposa legítima, concubina, cortesã e prostituta, e da compreensão da importância do estatuto legítimo que era necessário nas disputas jurídicas, pode-se observar um leque mais diversificado para se pensar na atuação e influência da mulher na sociedade. Para pensar nessa atuação, torna-se necessário ir além da mulher como integrante alheio aos acontecimentos na pólis. De fato, sua atividade se fundamentava no interior da casa e no âmbito religioso, e é possível identificar uma maior importância do seu status com a Lei de Péricles, mas, como afirma Marta Mega de Andrade:

“... se a cidadania feminina, em parte reconhecida pela lei atribuída a Péricles, tinha um sentido ativo de prática cidadã, esta prática só poderia ser exterior ao sistema político-institucional. Se as mulheres de Atenas tinham uma prática cidadã não institucional dentro da pólis, resta compreender a conexão desta prática das mulheres com a definição de um lugar próprio ao feminino, lugar de identidade e atividade na dinâmica da cultura grega, masculinizada, sobretudo no período clássico.” (ANDRADE, 2003, p.3)

Apesar dos argumentos serem criados com o objetivo de ganhar disputas, os discursos eram construídos para que o júri pudesse se relacionar com o caso, com informações que eles poderiam acreditar. Tendo isso em vista, os argumentos que envolvem as mulheres podem nos proporcionar um acesso às concepções mais difundidas e enraizadas na cultura ateniense. Com isso, podemos verificar como se davam as concepções de relações de gênero e estas com o sistema jurídico.

Observa-se, portanto, no discurso *Sob a Herança de Pirro* a construção de argumentos baseados no caráter (*ethos*) dos envolvidos na situação para ilegitimar uma reivindicação de herança, pondo em evidência questões que cercavam o cotidiano ateniense. A recorrência ao feminino para legitimação no discurso possibilita assim um maior entendimento sobre a influência que a mulher exercia nessa sociedade. Os discursos forenses nos dão um cenário que indica uma flexibilização na divisão do público e do privado, pois mostram que a mulher poderia ter influência em ambos. O estatuto da mulher cidadã ateniense nos fornece um panorama para a compreensão das divisões de atuações na pólis, e das constantes controvérsias da não atuação feminina.

Quanto a essa atuação, a cidadania feminina não se encontra com a mesma efetividade nas funções políticas do que a cidadania masculina, no entanto, a esfera religiosa – que representa a atuação pública feminina – se encontra no topo da sociedade, e tem um valor ímpar para os atenienses, o que nos leva a considerar que, utilizando as palavras de Marta Mega de Andrade:

“... podemos refletir sobre o grau de envolvimento das mulheres com os termos de um modelo do enquadramento feminino: não o quanto esse modelo as “subordinava”, mas de que modo se podia erigir uma identidade, de que modo esse modelo poderia “servir” a outros fins” (ANDRADE, 2003, p.8).

O estudo dos conceitos de esposa legítima, concubina, prostituta e cortesã auxilia a entender essa representação feminina na pólis, pois nos permite explorar as diversas atividades femininas. Observar a constituição da esposa legítima possibilita um entendimento sobre o casamento e todas as questões que ele engloba, lembro aqui que o casamento representa uma forma de conexão entre famílias, para a perpetuação de um modo de vida. O olhar sobre a legitimidade da mulher permite ver também a preocupação de uma nação em proteger o seu estatuto, concedendo uma oportunidade de analisar a cidadania através da atuação feminina.

Percebe-se, portanto, que os estudos de retórica e dos discursos jurídicos nos permitem uma análise da construção de uma imagem feminina pelos oradores e do uso da mesma de acordo com a intenção dos envolvidos. Essas imagens consistem, em sua maioria, na tentativa de mostrar uma mulher que não segue as condutas morais e cívicas da méliッサ - a boa esposa, casta, silenciosa - e que apresentam uma ameaça para o bom funcionamento dos direitos e deveres, principalmente em uma sociedade que tem por ideal o direito de cidadão. A exemplo de exceção, o discurso *Sobre a Herança de Ménecles* (Is. 2), de Iseu, busca legitimar uma herança



através do uso da boa imagem da mulher, provando assim que não haveria motivos para a desconfiança. Além disso, conclui-se a necessidade de uma maior divulgação do uso dos discursos jurídicos enquanto fonte historiográfica, bem como da promoção de pesquisas que visam a tradução dessas fontes, facilitando assim o acesso e os avanços na área das ciências humanas, como a história, filosofia e direito.

## NOTAS

- 1 Trabalho orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscilla Gontijo Leite, resultado do Projeto de Iniciação Científica (PIVIC) “A retórica de Iseu: tradução e estudo”, 2019-2020. A professora é coordenadora do projeto “A retórica de Iseu: tradução e estudo” aprovado na chamada do CNPq Universal MCTIC/CNPq Nº 28/2018.
- 2 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: acarolinasimoess@gmail.com.
- 3 Professora doutora em História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: priscillagontijo.ufpb@gmail.com.
- 4 As traduções de Iseu utilizadas neste artigo foram realizadas pelo grupo Rhetor na UFPB, a partir do projeto “A retórica de Iseu: estudo e tradução”. A tradução do discurso não é definitiva, mas sim uma proposta ainda em estudo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marta Mega de. **A “Cidade das mulheres”: a questão feminina e a pólis revisitada**. FUNARI, Pedro P.; FEITOSA, Lourdes C.; SILVA, Glaydson J. da. Amor, desejo e poder na Antiguidade—relações de gênero e representações do feminino. Campinas: ed. UNICAMP, 2003.
- ANDRADE, Marta Mega. **A “cidade das mulheres”: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica**. Rio de Janeiro. ILHA, 2001.
- ANDRADE, Marta Mega de. **A POLÍTICA E A “VIDA COMUM”**. PHOÏNIX, v. 25, n. 1, p. 124-140.
- ANDRADE, Marta Mega de. **O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica**. 2011.
- CURADO, Ana Lúcia. **Mulheres em Atenas: as legítimas e as outras**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2008.
- DEMÓSTENES. **Contra Neera** [Demóstenes] 59. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2013.
- EDWARDS, Michael. **Isaeus**. Austin: University of Texas Press, 2007.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **Polis, e Oikos, o público e o privado na Grécia antiga**. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 5, n. 4-5, p. 113-118, 2001.
- FOXHALL, Lin. **Studying gender in classical antiquity**. Cambridge University Press, 2013.

GERNET, Louis. **Recherches sur le Développement de la pensée juridique et morale en Grèce: Étude Sémantique.** Paris: Albin Michel, 2002.

HATZILAMBROU, Rosalia. **The use of the ad hominem argument in the Works of Isaeus.** L'antiquité classique, Tome 80, 2001, p. 37-51.

ISEU. **Discursos.** Traducion M. D. J. López. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

ISEU. **Discursos VI: a herança de Filoctémon.** Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2014.

LEITE, P.G. **Querelas familiares no tribunal: o uso do culto aos mortos nas disputas jurídicas dos discursos de Iseu.** Calíope: presença Clássica, 32, 2. 2016, p. 49-70.

LEITE, Priscilla Gontijo. **Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

WOHL, V. **Law's cosmos. Juridical discourse in Athenian forensic oratory.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

# SER “DONA” NO SERTÃO: HISTÓRIA DAS MULHERES NO TERMO DO PIANCÓ (CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)

Alanna Soares de Morais

Rodrigo Ceballos

## RESUMO

A pesquisa desenvolvida nas páginas seguintes nos guia a pontos importantes para o entendimento da sociedade do sertão do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, no século XVIII. Percebendo os silêncios no meio acadêmico em dar ênfase às mulheres enquanto sujeitos ativos no desenrolar das teias sociais sertanejas, tivemos o cuidado em analisar mais a fundo autos de querelas e procurações referente ao setecentos, na tentativa de situar o feminino dentro do contexto colonial brasileiro. Partimos do pressuposto de que as mulheres estavam presentes no desenrolar das atividades socioeconômicas nos sertões do Norte, administraram seus patrimônios, comercializaram seus produtos e formaram ligações de interesses com sujeitos da própria região do Termo do Piancó e de distintas capitanias. Desse modo, buscamos reconhecer as estratégias utilizadas pelo feminino no desenrolar das dinâmicas sociais pelas ribeiras dos sertões da Capitania da Paraíba do Norte.

**Palavras-chave:** História da Paraíba colonial, História das Mulheres, Sociedade colonial.

## INTRODUÇÃO

Pouco foi abordado sobre o feminino no cotidiano para além do espaço do lar, onde à mulher cabia o lugar de dona da casa e mãe, sem que houvesse a análise de suas ações no social mutável. É a partir desse ponto que surge a necessidade da produção do presente trabalho, onde buscamos reconhecer que em meio ao período colonial no sertão paraibano, as mulheres foram comerciantes, detentoras de bens e sujeitos que recorriam à justiça para serem contemplados pelo direito. Elas exerceram práticas que não chegaram a interromper o andar do sistema patriarcal, nem extinguir os discursos masculinos sobre o papel feminino da época, mas constituíram subterfúgios na busca de sobrevivências e de fazer valer seu lugar diante da sociedade patriarcal referente ao século XVIII, no sertão da Capitania da Paraíba.

A partir de autos de querelas e procurações, pretendemos abordar uma imagem feminina voltada para a capacidade de reação diante da sociedade; mulheres que não eram passivas e que tentavam usufruir o máximo de situações em suas realidades através de estratégias pessoais. (SOARES, 2017, p. 15) Portanto, utilizando-se da análise de pequenos indícios presentes na documentação, procuramos compreender os subterfúgios utilizados por essas sertanejas no desenrolar do cotidiano, entendendo que o lugar do lar e a esfera pública puderam ser ocupados e utilizados com proveito e astúcia pelo feminino. O ponto alentado nesta pesquisa trata de enxergar mulheres como sujeitos que também construíram as tramas do sertão colonial na Paraíba.

Segundo Suely Creusa de Almeida (2003, p. 15), o lugar da mulher dominada e subjugada ao homem passou por questionamentos a partir da influência da história francesa, indicando uma postura que abrange um maior número de corpos documentais e analisa novas perspectivas de grupos anteriormente excluídos. Esta nova interpretação adveio de fontes onde é possível identificar a “pluralidade de atividades femininas” existentes ao longo da história. A ênfase sobre as maneiras de fazer (CERTEAU, 1994) que o feminino se utilizava no período colonial brasileiro, buscando a própria sobrevivência em um meio masculino e violento, é construída a partir da importância dada a essas pequenas evidências que poderiam passar despercebidas, mas nos deram a possibilidade de conhecimento sobre formas de viver.

Nesse contexto, debruçamo-nos num sertão em processo de conquista lusitana para identificar mulheres atuantes no espaço social; mulheres que esbarravam no discurso da necessidade de serem subjugadas a uma figura masculina, e encontravam meios de possuir bens e de existir como sujeitos históricos nos fazeres oficiais da colônia.

O palco que recebe essas tramas protagonizadas por mulheres localizava-se no extremo oeste da então Capitania da Paraíba do Norte, na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual cidade de Pombal), na Ribeira do Piranhas em meados do século XVIII. O adentramento e ocupação dessas localidades foram incentivados logo após a expulsão dos holandeses, onde observou-se uma crise econômica atingir a Paraíba entre os séculos XVII e XVIII. Dentro desse contexto, a pecuária surge como uma importante atividade econômica nessa região, tornando-se uma das principais formas de conquista do sertão, além da terra e do gado carregarem significados relativos à enriquecimento e poder no período por nós trabalhado. (MORAES, 2009, p. 17)

Além da necessidade de novos espaços para recuperar-se de uma baixa na economia desenvolvida no norte do Estado do Brasil, a conquista dos sertões paraibanos fez parte de um projeto de ocupação da Coroa lusitana. Nesse contexto, a instalação do Arraial de Piranhas (Termo do Piancó), posteriormente Vila de Pombal, buscou legitimar a povoação daquelas novas terras em nome do governo português, servindo como um lugar de estratégia na defesa dos territórios conquistados. (SOARES, 2017, p. 36)

Segundo Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2009, p. 28), o sertão das capitanias do norte, incluindo assim o sertão paraibano, era um lugar economicamente interessante, o que impulsionou diversos sujeitos a adentrarem os sertões e a utilizarem os recursos como desejavam. Nesse contexto, a autora afirma que existia uma forte circulação de pessoas devido a necessidade de melhoria na situação de vida das pessoas.

A documentação utilizada nesta pesquisa abrangeu autos de querelas e procurações presentes nos Livros de Notas do Cartório de I Ofício “Cel. João Queiroga”, localizado em Pombal (PB). As querelas correspondem a denúncias, queixas, e nesse tipo de documento encontramos conteúdos relativos a roubos, defloramento de mulheres antes do casamento, estupro, violência, etc. Em relação às procurações, entendemos que “são documentos cartoriais menores, através dos quais alguém (o outorgante) concede poderes a outra pessoa (procurador ou outorgado) para representá-lo ou exercer atividades em seu próprio nome.” (SILVA, 2013, p. 22).

Nossa intenção é analisar tais fontes visando o lugar do qual a mulher fala e as suas possibilidades de ações a partir da produção dessas documentações oficiais. Procuramos validar os diversos espaços ocupados por mulheres enquanto atuantes no desenrolar da história colonial brasileira, já que acreditamos não terem recebido a devida atenção no decorrer da produção historiográfica paraibana. A prioridade para a seleção de ambos tipos de fontes foi a presença feminina. Foi realizada a leitura e transcrição de oito processos no total, entre eles cinco autos de querelas e três procurações, em ambos notamos a presença de mulheres como querelantes – quem realizava a denúncia – e outorgantes, formando indícios importantes para a desconstrução do estereótipo de passividade que acompanhou a imagem da mulher por décadas.

## **A PEDRA DA HONRA**

No dia dezoito de agosto de 1763, Joanna Maria de Lima recorre ao escrivão João Antunes Ferreira, empenhada em querelar e denunciar formalmente o furto de sua honra. De acordo com este auto, Luciano de Souza teria habitado a casa da querelante, comido e dormido, além de ter feito amizade com seus pais. A partir do desenvolvimento dessa proximidade, iniciou-se episódios de carícias que levaram a moça a perder a sua honra e virgindade. No próprio corpo do documento, é afirmado que o rapaz deixava claro a sua intenção de casamento, porém após o defloramento, ele nega-se a continuar com Joanna. É possível perceber que o acontecido partiu do interesse de ambos, onde a moça passa a se encantar pelo rapaz e entrega-se ao amante sendo guiada pelos carinhos demonstrados por ele. Ao perceber que ele não tinha intenção de permanecer consigo, Joana denuncia-o, recorrendo à Lei do Reino para que seja realizado o casamento.

O fato de a honra feminina ser tão importante no setecentos parte do dever social da mulher em relação ao matrimônio, pois com sua honra roubada as chances de casamento diminuam.

Neste período, o casamento era sinônimo de sonhada estabilidade ideal, além de ser um caminho para a formação e alianças socioeconômicas entre as famílias. (DEL PRIORE, 1995, p. 79)

A mulher que desejasse o casamento cabia o papel de casta, e o homem que procurasse matrimônio deveria se informar da fama de sua futura esposa antes de contrair casamento. A escolha do futuro cônjuge deveria ser pautada no princípio de igualdade. Do homem eram exigidos um estabelecimento sólido e um modo de vida estável, e a mulher devia ser honrada, honesta e discreta. (SOARES, 2017, p. 111)

Outra situação semelhante ocorre com Luisa Maria do Nascimento que, enquanto moça solteira, é levada através de promessas e afagos até a perda de sua honra, em 1767. Diante da acusação, o juiz ordinário pede que sejam feitos exames que comprovem a perda da virgindade da moça e que o autor do crime seja preso. No desenrolar do documento, foram designadas duas mulheres para a realização do exame de vistoria, e essas insistiram para que a denúncia fosse, de fato, oficializada. No final do auto, o juiz ordena que dentro de vinte dias haja o retorno da querelante e do acusado, acompanhados de testemunhas.

O terceiro caso analisado pertence a Maria Francisca de Sá, em agosto de 1767. A querelante, também declarada como moça solteira, menor de quatorze anos, denunciou Antonio Alvez de Jesus, morador em Pernambuco. A razão da denúncia foi:

a rasão de sua querela e denuncia he que vivendo a supplicante na companhia de sua may muito honestamente para estado de honra e casamento a supplicante o solicitou de amores e afagos e de se casar com ella e na noite de dose de Dezembro do anno próximo e passado de setecentos sessenta e seis atras da casa da supplicante no matto as sete para as oito horas da noite [ilegível] de sua honra e virgindade.<sup>1</sup>

O procedimento de exame de vistoria para analisar a veracidade da denúncia, foi executado. De acordo com Baíza Faustino Soares (2017, p. 114), a sedução, assim como os três casos aqui citados, seria recompensada pelo casamento, caso não houvesse o matrimônio, uma quantia era indicada pelo juiz para que o acusado pagasse a família da mulher.

Todavia, a honra perdida não significava o fim de tudo, na verdade exprimia que tudo poderia se justificar. (DEL PRIORE, 1995, p. 76) Nesse contexto, podemos afirmar que diante da situação de possível abandono, a mulher estava pronta para utilizar o direito ao seu favor. Isso demonstra que o feminino não estava alheio em relação ao social do período, pelo contrário, as mulheres buscavam agir de melhor forma para com o preenchimento de suas expectativas de vivências, usando estratégias, como a própria denúncia, para conseguir o tão esperado matrimônio.

Segundo Mary del Priore (1995, p. 79), “No XVIII, o casamento era invocado com habilidade por mulheres que viam seus companheiros se afastarem, abandonando-lhes e roubando-lhes a oportunidade de possuir um nicho familiar...”. Dito isto, observamos que essas situações – presentes na documentação – apresentam mulheres que se entregaram ao ato sexual com os

indivíduos, através de promessas de matrimônio e juras de amor, e quando não cumpridas, recorriam aos juizes para contornar o acontecido. São nesses lugares que percebemos a mulher não como vítima, mas como sujeito consciente de práticas para resolver determinadas situações.

## **“SENHORA POSSUIDORA E ADMINISTRADORA DOS BENS”**

No século XVIII, a administração de patrimônios era entendida como uma tarefa majoritariamente masculina. Segundo Ana Cecília F. Alencar (2014), o discurso acerca da incapacidade e fragilidade estava impregnado na figura do feminino, portanto houve uma grande dificuldade para que as mulheres pudessem ter sua liberdade diante da esfera pública no sertão. Existia a necessidade de uma tutela masculina para todos os âmbitos para além dos afazeres domésticos e os cuidados com a prole. Nesse contexto, a mulher passava da tutela do pai para a do marido. (ALENCAR, 2014, p. 45)

As formas de acesso aos patrimônios, no que refere a mulheres, giravam em torno do dote e da herança. O dote correspondia a herança adiantada no contexto do matrimônio; os bens organizados pelo pai serviam como princípio para um bom casamento, sendo necessário que o cônjuge de sua filha pertencesse à mesma classe social, sendo necessário para a formação de alianças econômicas e políticas na colônia. O matrimônio, assim, era baseado na igualdade entre as famílias. (SOARES, 2017, p. 17). Dentro da prática do dote, entendemos que mesmo sob a tutela do marido, era necessário o consentimento da mulher em relação a movimentação dos pertences por ela trazidos para o casamento. Porém, mesmo sendo preciso a provação da mulher na movimentação dos bens de seu dote, toda a responsabilidade relacionada ao patrimônio familiar recaía sobre o homem. (ALENCAR, 2014, p. 50-51)

Em contexto de morte do cônjuge, os casamentos realizados por carta de ametade, proporcionavam o direito da mulher em possuir metade dos bens do casal. Mesmo nesse contexto, a mulher ainda era submetida a ideia de inferioridade, com discursos relativos a fácil influência e, conseqüentemente, ao desperdício dos pertences herdados. (ALENCAR, 2014, p. 52)

A viúva Joanna da Rosa, citada no início deste relatório, é reconhecida no auto de querela como possuidora e administradora dos seus próprios bens, esses herdados a partir da morte do seu cônjuge. Joanna necessita realizar a denúncia do furto de um de seus escravos, ela recorre à justiça após um conflito entre seus filhos e a família do acusado. Na tentativa de recuperar o escravo, de legítimo pertencimento à senhora Joanna, os filhos passam por uma situação de violência. Joanna não se intimida em relação ao uso de forças por parte do acusado, e recorre ao poder judicial para que seus direitos perante o escravo Manoel sejam afirmados.

O fato de Joanna da Rosa ser reconhecida na documentação com uma mulher de posses e que realiza a administração de seu patrimônio, nos indica uma figura de resistência perante todo o discurso social acerca do grande erro que seria uma mulher em frente a atividades

consideradas masculinas. Também podemos notar o laço formado entre a prole e a querelante, onde identificamos a proximidade entre ambos os lados, construída no espaço da casa. Segundo Mary del Priore (1995, p. 65), era no seio do convívio doméstico que as mulheres se aliavam aos filhos para enfrentar dificuldades econômicas e sociais.

Em outro caso, Antonia Maria do Nascimento, viúva e possuidora de bens, identificada como dona de diversas cabeças de gado *vacum* e *cavalar*. A querela é feita a partir do roubo de trinta cabeças de gado *vacum*, todos marcados pelo acusado João Rodrigues da Sylva. No corpo do documento, deixa-se claro que a querelante não teve nenhuma intenção de se desfazer dos animais a ela pertencentes através da venda. Diante dos meios de direito, Antonia solicita a devolução de seus bens semoventes. Além do explícito fato de que Antonia era detentora de bens tão importantes economicamente para o sertão, pudemos tropeçar em sua assinatura.

A situação de confortabilidade pensada para o feminino naquele período não incluía qualquer tipo de aprendizado para além da organização da casa, filhos e marido. Portanto, não se colocava como pertinente em uma sociedade patriarcal, mulheres que pudessem tomar posse de si e estivessem presentes em questões públicas, sendo o analfabetismo uma das formas de dominação feminina. A assinatura do próprio nome indicava, portanto, indício de conhecimento e de instrução. (SOARES, 2017, p. 115).

## **“ADMINISTRADORA GERAL DOS BENS”: A MULHER COMO OUTORGANTE**

No período colonial, os cabedais familiares iam além do acúmulo material, envolviam também a criação de laços de poder em relação a outras famílias igualmente abastadas, e até mesmo com autoridades da região. Designar pessoas de altos cargos, militares e administrativos, para que tivesse acesso ao seu patrimônio, significava o desenvolvimento de fortes alianças. (SILVA, 2013, p. 105).

Nesse sentido, as procurações permitiam que um indivíduo concedesse poderes de representação a outras pessoas por si apontadas, diante disto, em seu nome poderiam praticar atos e administrar interesses, nas regiões solicitadas pelo dono do patrimônio. (SOARES, 2017, p. 60) Apresentado o potencial econômico e social presente nesse tipo de documentação, podemos analisar mais um espaço ocupado pelo feminino no século XVIII.

Tivemos acesso a cinco procurações realizadas por mulheres, ou seja, a mulher ocupa o papel de outorgante, onde, no discorrer da fonte, há a apresentação de seu querer em relação aos seus bens. Nesse momento, o feminino, destacado pela posse de bens, demarca a quem será entregue a permissão de agir em nome de si. Entendemos que tal documentação era produzida a partir do interesse de acumulação de riquezas, não só no espaço onde viviam, como também em outras regiões. (SILVA, 2013, p. 102)



Em primeiro de fevereiro do ano de 1763, Isabel de Barros Oliveira aponta os procurados para que pudessem representá-la caso fosse necessário. Dentre os nomes citados, foi possível notar sujeitos da própria Ribeira das Piranhas e em outras localidades, como na Cidade da Parahiba, Pernambuco, na cidade da Bahia e Cidade do Rio Grande. No momento em que é realizada a descrição acerca dos poderes disponíveis ao alcance dos nomeados em relação ao patrimônio da outorgante, nos chama atenção o seguinte trecho:

Possam cobrar e arecadar todas as suas dividas assim de dinheiro outro pratta legados heranças escravos e seus produtos encomendas e carregações como de outro qualquer genero ou especie que forem havendo o seu poder todos os seus bens moveis semoventes e de rais.<sup>2</sup>

É possível analisar, a partir deste trecho, que Isabel de Barros participava do ramo comercial no sertão da Capitania da Paraíba do Norte. A outorgante declarou seu desejo de ser representada por indivíduos de outras regiões para que esses pudessem auxiliar, se preciso, em relação aos seus próprios bens e aos produtos e encomendas a ela direcionados.

O mesmo acontece na procuração de Francisca Mones de Mello, em 1763, onde observamos o semelhante indício de atividade comercial a partir do acesso dado aos procuradores a seus produtos. Segundo Janice Correa Silva (2013, p. 107), as ligações estabelecidas entres os habitantes da Ribeira das Piranha, no nosso caso as mulheres apresentadas, com outros lugares do sertão, eram indicativas de comunicação comercial por vias diferenciadas.

Ainda no ano de 1763, a viúva Marianna Dias Antunes, que “vivia de seus gados”, recorre a justiça em busca da arrecadação dos bens deixados pelo falecimento de seu marido, João Mendes Barros. É informado que um escravo, de sua posse, encontrava-se na Ribeira de Inhamum, portanto, os procuradores foram apontados para que tivessem a responsabilidade de adquirir o lucro dos negócios que envolviam o escravo da outorgante, em seu nome. Neste documento, também é possível ver as ligações entre espaços no sertão, onde temos procuradores na Ribeira de Jaguaribe e na Cidade da Bahia.

Diante das situações apresentadas, podemos observar a presença das mulheres nas teias sociais, não apenas na Capitania da Paraíba do Norte, mas em outras capitanias através da tentativa de manutenção do próprio patrimônio e a formação de alianças, sociais e comerciais, com sujeitos que pudessem representá-las em outras regiões.

## CONCLUSÃO

Ao longo da análise da documentação e das discussões propostas, foi possível identificar outras perspectivas de uma história já contada. Entendemos que os estigmas estruturadores de uma imagem feminina voltada para o cuidado da casa e do lar foram implementados moralmente através de discursos provindos da Igreja e do próprio Estado.

É possível afirmar que práticas do feminino resistiram e persistiram dentro de uma sociedade dominada por valores patriarcais. Mulheres sem honra souberam o momento de recorrer à ação jurídica e garantir seus direitos dentro do espaço colonial; souberam agir diante de injustiças relativas ao roubo de suas legítimas posses, exigindo que essas voltassem para suas mãos; as mulheres atuaram ativamente no desenrolar das dinâmicas comerciais, indo de encontro a todos os discursos normatizadores. O nosso objetivo foi apresentar essas mulheres que mesmo em um contexto opressor e violento, estavam conscientes do meio em que viviam e criaram, mesmo em pequeno número, possibilidades de atuação nos espaços públicos.

## NOTAS

1 Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1762. “Auto de querela e denúncia que da Maria Francisca de Sa moça solteira de Antonio Alves de Jesus”, sem paginação.

2 Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB (Cartório, Pombal-PB). Livro de Notas de 1762 a 1764. “Procuração bastante que faz Isabel de Barros Oliveira”. 1763. Folhas: 32v, 33.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### **Autos de Querela (Livro de Notas de 1761-1770):**

Joanna Maria de Lima, 1763, sem paginação;

Joanna da Rosa, 1766, sem paginação;

Luisa Maria do Nascimento, 1767, sem paginação;

Maria Francisca de Sá, 1767, sem paginação;

Antonia Maria do Nascimento, 1768, sem paginação;

Maria da Conceição de Jesus, 1780. Folhas: 19v, 20, 20v, 21.

#### **Procurações (Livro de Notas de 1761-1770):**

Isabel de Barros Oliveira, 1763. Folhas: 32v, 33;

Francisca de Mello, 1763. Folhas: 33, 33v, 34;

Marianna Dias Antunes, 1763. Folhas: 35v, 36.

## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **Declaro que sou “dona”, viúva e cabeça de casal:** mulheres administradoras de seus bens nos sertões de Quixeramobim. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014. 151 f.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império português (XVI-XVIII). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. 332 f.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009. 134f.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas**: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do Século XVIII). Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 170f.

SOARES. Baíza Faustino. **Dotadas de bens**: os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 145 f.

# ST 18

## HISTÓRIA E FONTES VISUAIS

Prof. Me. Márcio dos Santos Rodrigues



# MARVEL, JOVENS VINGADORES E MASCULINIDADES: CONTESTANDO UMA HEGEMONIA?

Leonardo Stabele Santos\*

## RESUMO

As revistas de histórias em quadrinhos têm uma intrínseca relação com a história. Retratam os mais variados acontecimentos humanos, desde as Grandes Guerras, Guerra Fria, religiosidades, nacionalidades, sexualidades. As histórias em quadrinhos tiveram seu lugar como objeto-fonte negado, e são obras com vastos campos para a pesquisa (LIMA, 2014), pois possuem relações estreitas com o mundo “real” de sua época (NETO, 2012). A intenção desta comunicação é unir as revistas de histórias em quadrinhos com a História Pública, um campo crescente no cenário brasileiro que, entre outras especificidades, busca fazer divulgação do conhecimento histórico. Para isso, temos como objetivo analisar e problematizar o “ideal” de masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT; FERNANDES, 2013) retratadas pelo jovem casal Hulkling e Wiccano, de Os Jovens Vingadores (2005), que protagonizaram experiências que contestam esse ideal de masculinidades, e sofreram censura em várias partes do mundo. Contudo, em 2020, os protagonistas casam-se, não apenas uma, mas duas vezes. Estaria a *Marvel Comics* dando passos em direção à uma maior diversidade em suas revistas? Estaria apresentando diferentes abordagens do que é “ser homem”?

**Palavras-chave:** Homossexualidade; História em quadrinhos; História pública; Masculinidades.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história pública, parafraseando Jill Liddington, tem se apresentado nas últimas décadas com grande procura, variadas representações, ressignificações do passado estão acessíveis para o grande público por meio de filmes, documentários, programas seriados com caráter histórico (LIDDINGTON, 2011, p.31) e com as revistas de histórias em quadrinhos não é diferente.

Conforme Ricardo Santhiago, [...] nos últimos anos um esforço enfático em favor de sua difusão internacional tem se dado, evidenciando essa prática como uma das formas, entre outras, de refletir sobre as múltiplas relações entretidas entre a história e seus públicos (SANTHIAGO, 2018, p. 287).” Campo ainda recente no cenário brasileiro vem se destacando cada vez mais, sobretudo no ano de 2020 com o mundo sendo assolado pela pandemia de Covid-19, e recursos de videoconferência sendo amplamente buscados e necessários para o ofício de cada

dia. Disso, iniciativas surgiram com a ideia de dispersar a história pelo mundo *on-line*. Dando visibilidade para este campo.

Ainda seguindo o pensamento de Santhiago a história pública,

Tem funcionado como um denominador comum para indivíduos que compartilham o impulso de publicizar conhecimento histórico, de adotar modelos participativos de construção de saber, ou de reconhecer a legitimidade discursiva de agentes que questionam de forma cada vez mais sonora e inventiva qualquer tipo de monopólio sobre o passado (SANTHIAGO, 2018, p.288).

Vem a possibilitar novas abordagens para a pesquisa histórica, novas legitimidades perante a sociedade em tempos que negacionismos, revisionismos de toda sorte para as ciências em geral, não somente a história. Nesse “guarda-chuva” (LIDDINGTON, 2011, p.32) a história pública abraça as mais variadas iniciativas de pesquisas, desde acadêmicos até os professores das redes básicas de ensino, e suas iniciativas de tornar a história acessível e prazerosa para os mais diversificados estudantes. A história pública pode ter sua prática considerada “como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção histórica (LIDDINGTON, 2011, p.34) e histórias em quadrinhos. Exemplos como *Wachtmen*, revistas do Capitão América, Capitão Átomo, O Incrível Hulk são algumas das diversas histórias contadas nas páginas de uma revista de história em quadrinhos.

Neste sentido, as revistas de histórias em quadrinhos, popularmente conhecidas como HQs, ou no Brasil com gibis (muitas vezes o termo foi entendido com conotação pejorativa) são grandes aliadas para a divulgação, aprendizagem de temas históricos. Desde as Grandes Guerras pelas quais o mundo passou, a corrida atômica e o medo do holocausto nuclear, a epidemia de AIDS sobretudo nos Estados Unidos, mais recentemente, diversos casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Diversidade, representatividade, alteridade, respeito, aprendizagem, alguns dos benefícios que a leitura desses objetos pode vir a proporcionar, além do prazer em ler. Conforme Scott McCloud,

Palavras e figuras juntas são consideradas, na melhor das hipóteses, uma diversão para as massas; na pior das hipóteses, um produto do comercialismo crasso. Quando crianças, nossos primeiros livros tinham muitas figuras e pouquíssimas palavras, por ser “mais fácil” assim. À medida que crescemos, fomos lendo livros com muito mais texto. Figuras, só ocasionais, até que, finalmente, chegamos aos livros “de verdade”, aqueles sem figura. Ou, como acontece hoje em dia, deixamos de ler (MCCLOUD, p.140).

Tendemos a concordar com Scott McCloud. A leitura, sobretudo sobre história, está voltada para as curiosidades. Youtubers que tratam disso são famosos e variados. Aqueles que tratam as histórias em quadrinhos como meros meios de entretenimento proliferam-se às dezenas. Histórias em quadrinhos e história caminham juntas. No Brasil, o uso e incentivo de histórias

em quadrinhos em sala de aula vem desde 2006 com a Lei de Diretrizes e Bases, e Parâmetros Curriculares Nacionais.

## **IMAGENS HISTÓRICAS: DIVERSIDADE E REPRESENTATIVIDADE NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, NOVAS POSSIBILIDADES**

As histórias em quadrinhos constituem um gênero complexo que abraça elementos do cinema, do teatro, da linguagem, em sua construção. Daí o fascínio, curiosidade, enredamento que transmitem. Ora tidas como mero entretenimento para crianças, ora como sinônimo da expansão imperial-capitalista do modo de vida estadunidense, as revistas de histórias em quadrinhos eram vistas com desconfiança pela academia. Assim sendo,

[...] apesar de seu potencial para a pesquisa, as tiras de quadrinhos, as revistas de histórias em quadrinhos, e os cartuns [...] permaneceram virtualmente não-estudados por décadas. Quando a arte dos quadrinhos, na forma de revistas, finalmente achou o seu caminho para os “labs” da universidade Americana nos anos 1940, na maioria das vezes ela era tratada como um pária, um perigo para a juventude, para a moral, para o próprio tecido da sociedade Americana (LOMBARD *apud* VERGUEIRO, 2011, p.02)

Sobretudo a História. Tempos mudam. As histórias em quadrinhos elevaram-se e alcançaram *status* de confiabilidade e legitimidade para a pesquisa acadêmica. As temáticas diversas ali retratadas como as guerras, segregações, racismo, sexualidade puderam adentrar os muros da academia, da História, possibilitando novas e diferentes abordagens. Assim, “as mudanças nos paradigmas historiográficos produziram uma amplitude tanto nas fontes de pesquisa quanto nas eleições de teorias e métodos” (LIMA, 2014, p. 1814). O abanar de novas possibilidades havia ganhando novos ares.

Conforme Waldomiro Vergueiro (2011), as histórias em quadrinhos tiveram esse reconhecimento com o advento do mundo pós-guerra, e sobretudo da eclosão de movimentos sociais que buscavam reconhecimento, (re)existência, voz, como o movimento dos quadrinhos *underground*<sup>1</sup>, assim, a mesmice, a simplicidade dos quadrinhos iam ficando para trás e novas abordagens surgiam. Em reconhecimento ao mundo real, o mundo ficcional sofria transformações.

Nesses caminhos diversos de possibilidades entre a história pública e as histórias em quadrinhos “a feitura de um exercício de reflexão sobre tais posicionamentos e domínios é mais que bem vinda e pode fomentar ainda mais avanços” (LIMA, 2014, p. 1815) na pesquisa, e na divulgação da mesma. A ideia outrora de que as revistas em quadrinhos eram meros meios de entretenimento barato não deve ser mais aceita. As editoras sabem do potencial de exploração de novas aventuras. O mercado colecionador é um nicho que cresce a cada ano. Todavia, é necessário analisar as revistas de histórias em quadrinhos com criticidade, sem ingenuidade. Pelo dito acima, são construções do tempo em que estão inseridas, isto é, possuem muitas vezes

motivações políticas, culturais, sociais do mundo contemporâneo. São escritas por homens e mulheres inseridos em um determinado contexto social.

Personagens homossexuais sempre existiram nas histórias em quadrinhos. Não necessariamente significando representatividade para esta parte da população minorizada. Dentre fatores como imaginário social de cada época, receio editorial, códigos de conduta sobre as publicações<sup>2</sup>, estes personagens e suas sexualidades eram abjetos. As histórias em quadrinhos em sua leitura, a imaginação é um recurso usado constantemente para preencher as lacunas entre um quadro e outro. Neste caso, as sexualidades, a imaginação era a mais importante ainda, pois, durante décadas vários personagens somente davam pistas sobre sua orientação.

## DIVERSIFICANDO AS SUPERAVENTURAS

Um dos personagens *gay* mais conhecido nas revistas de histórias em quadrinhos é o mutante Estrela Polar (*North Star*) membro da Tropa Alfa e dos *X-Men*. Tendo passado por várias fases em sua vida nos quadrinhos desde sua primeira aparição em 1979. Tendo cogitado revelar sua sexualidade por meio da AIDS que atingia o mundo e sobretudo os Estados Unidos, ideia descartada posteriormente. Todavia, revela sua sexualidade em 1992. E, em 2012 se casa com seu noivo de longa data, Kyle Jinadu, em uma cerimônia que uniu os membros da Tropa Alfa e dos *X-Men* e muitos outros personagens da Casa da Ideias, a *Marvel Comics*.

Posto isto, podemos nos remeter a Reinhart Koselleck e suas categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, pois

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, 309-310).

Ao lermos uma história em quadrinhos com personagens homossexuais presenciamos um ideal de sociedade mais igualitária, justa, democrática, respeitosa. Algo que se almeja alcançar. Estrela Polar constituiu, abriu esse passado que experienciou em finais da década de 1970 o nascimento da primeira personagem homossexual nas histórias em quadrinhos *mainstream*. Possibilitando que um horizonte se construísse para novas expectativas acerca do futuro da diversidade, sobretudo a representatividade nas histórias em quadrinhos. A partir da primeira



década dos anos 2000, ocorre um grande surgimento de novas personagens não heterossexuais nas HQs (DALBETO, 2014, p. 10). É o caso da equipe conhecida como Jovens Vingadores. Surgem em 2005 até o presente, tendo entre seus membros desde personagens gays, lésbicas, bissexuais. Ou seja, é uma equipe formada por personagens que destoam da sexualidade normativa, a heterossexualidade.

Essa abertura que ocorreu nas HQs da *Marvel Comics* permite que normas sejam contestadas, como a masculinidade hegemônica. Norma vigente na sociedade de onde homem somente pode abraçar, beijar mulheres. Homem não chora. Leitores os mais diversos espelham esse ideal das HQs. Estes meios de comunicação exercem fascínio a décadas nas pessoas, e justamente por essa manifestação da superaventura que todos os males podem ser superados, como racismo, homofobia, misoginia, xenofobia e outros “ismos”, elevam as histórias em quadrinhos como modelos igualitários de uma sociedade.

Conforme Dalbeto, as histórias em quadrinhos fazem parte da cultura da mídia e visam

Refletir assuntos e preocupações atuais que atinjam a sociedade de maneira efetiva. Devido ao seu caráter fervilhante, o sistema simbólico da representação do imaginário passa por constantes modificações que são incorporadas pelas diversas mídias, de modo que podem impor uma dominação ideológica aos grupos sociais a que se destinam (DALBETO, 2014, p. 65)

Isto é, se até aos anos 2000, personagens que destoassem da sexualidade normativa eram abjetificados, somente “dando pinta” de sua sexualidade, sobretudo, a partir de 2005 personagens, e narrativas que fogem à essa heteronormatividade ganham mais destaque. É o caso dos Jovens Vingadores. Como observado na figura 1, nas páginas da edição especial de Vingadores, A Cruzada das Crianças, após longa busca por sua mãe, Wanda Maximoff, no fim, Wiccano (Billy) e seu namorado Hulkling (Teddy) protagonizam seu primeiro beijo. Permitindo, e contribuindo para que o imaginário, novas representações do social entrem nas histórias em quadrinhos, ramo este ainda dominado por homens heterossexuais.

Ainda em consonância com Dalbeto, as histórias em quadrinhos “como veículo de comunicação em massa, as HQs são importante instrumento para a reflexão e o debate acerca do outro, considerando diferenças culturais, étnicas, religiosas ou sexuais (DALBETO, 2014, 66)”. As histórias em quadrinhos enquanto veículo de comunicação, e de fácil acesso e ampla gama de públicos, tem o potencial para mudanças, sejam sociais, culturais, sexuais, políticas. As HQs oportunizam uma tal representação de um mundo almejado por grupos minoritários.

Durante décadas as histórias em quadrinhos eram escritas majoritariamente por homens. As personagens ali retratadas eram femininas hiper sexualizadas, homens salvadores da nação e das mocinhas, com seus corpos hiper másculos, humanamente impossíveis de se alcançar por pessoas comuns. Todavia, com a ascensão de movimentos sociais sobretudo a partir da década de 1960, movimento feminista, movimento negro, movimento *gay power*, os quadrinhos *un-*

*derground*, o reflexo também começou a alterar as histórias em quadrinhos, possivelmente de forma bem lenta.

Mas, esse mexer de engrenagens que possibilita aberturas para novos pensamentos. Conforme Souza,

As discussões sobre um ‘novo homem’ se inserem a partir daí, permitindo estabelecer uma relação com a temporalidade, vista que a visão acerca deste ‘novo homem’ está relacionada a uma noção de transformação geracional – se vivemos em um novo tempo, um novo padrão de comportamento calcado em bases não tradicionais e mais flexíveis, se faz emergente (SOUZA, 2009 p. 133)

Podemos assim, inserir as nossas histórias em quadrinhos nessa temporalidade. Os Jovens Vingadores, em especial Hulkling e Wiccano, estão inseridos nesta nova etapa geracional, dentro de novos padrões comportamentais, uma temporalidade mais aberta a entender o “diferente”. Os mesmos são concebidos pelas mãos de um homem abertamente gay<sup>3</sup>.

A figura 2 retirada da revista *Senhores do Império*, retrata um dos vários momentos de sentimentalidade do casal Hulkling e Wiccano ao longo desses 15 anos de existência. Hulkling em sua forma humana declara para seu namorado o quanto ele o faz bem, o quanto é “seu tudo”. Em outros tempos tal retratação em uma história em quadrinhos seria impossível, ou até motivo para censura. Resultante disso, conforme Souza,

[...] se sobressai uma noção de um novo modelo de homem: o que chora, que é fragilizado e assustado e necessita dividir o peso das grandes responsabilidades que lhes são cultural e socialmente impostas. Há uma projeção de um novo modelo focado na mudança do papel dos atores sociais masculinos (SOUZA, 2009, p.134)

Nas histórias em quadrinhos cada vez mais esses personagens que fogem à regra da heterossexualidade compulsória, e do ideal de masculinidade hegemônica, ganham destaque. As HQs foram um local predominantemente masculino e branco, o que conseqüentemente era um reforço de seus construtores reais, isso vem mudando, e a realidade posta nas páginas das histórias em quadrinhos vai de encontro com o ímpeto de quebrar paradigmas solidificados na sociedade e tidos como corretos, desde as masculinidades até o casamento *gay*.

## CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Como exposto acima, as sociedades humanas passam por mudanças temporais constantemente. Os veículos de mídia, sobretudo os da indústria cultural tendem a incorporar tais mudanças em seus produtos. Com as histórias em quadrinhos não seria diferente. Produto cultural consumido pelos mais diversos públicos, as HQs são um nicho em expansão. As grandes edi-

toras se reinventam todos os anos. Incorporam mais e mais aspectos culturais, políticos, sociais em suas tramas.

Como apontado neste texto, a *Marvel Comics* mudou sua percepção da superaventura. Sexualidade destoantes da heterossexualidade tem se tornado normal. As personagens femininas, na medida do possível estão menos sexualizadas. As próprias masculinidades, como o caso analisado do jovem casal *gay* nas páginas dos Jovens Vingadores aponta para caminhos de abertura para esse “novo homem” sentimental, caloroso.

Sendo assim, pensamos que as histórias em quadrinhos se abriram para o que outrora era motivo de censura. As editoras estão atentas aos anseios dos seus públicos leitores, e entendem que não há mais espaço para homofobia, racismo, preconceitos diversos em suas páginas. As histórias em quadrinhos mostram-se abertas para o novo, para o diferente, para o invisível.

## NOTAS

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Pública- UNESPAR

1 Foi um movimento encabeçado por quadrinistas em desacordo com a censura que os quadrinhos sofriam em grande medida proporcionado pelo *Comic Code Authority* na década de 1960. O movimento vislumbrava a criação de quadrinhos independentes que fizessem oposição às editoras e suas histórias simplistas.

2 Nesse ponto, podemos citar o *Comic Code Authority* (CCA) que fora um código de conduta ético-moral sobre o que poderia ou não constar nas páginas de uma HQ. Durante décadas as histórias foram publicadas dentro destas normas, entre elas, não poderia ocorrer alusão aos vilões despertarem paixões nos leitores; o bem sempre deveria prevalecer perante o mal; nada era dito diretamente, mas sexualidade que fugissem a heterossexualidade eram proibidas, um dos motivos das personagens ficarem tanto tempo no “armário” dos quadrinhos, porém não o único. Tal código foi também o estopim para o surgimento do movimento *underground* citado acima.

3 A equipe dos Jovens Vingadores foi criada em 2005 para a Marvel Comics, pela dupla Jim Cheung e Allan Heinberg. Allan homem *gay* e ativista em Hollywood para maiores direitos para as minorias.

## REFERENCIAS

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT James W.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2013.

DALBETO, Lucas do Carmo. Reflexos do imaginário social na representação do homossexual nas histórias em quadrinhos. **9ª Arte**. São Paulo, vol. 3, n. 1, 59-73, 2014.

HEINBERG, Allan. **Os Vingadores Especial: A Cruzada das Crianças #02**. Panini Comics, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e “Horizonte de Expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio. 2006. p. 305-330.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Introdução à História Pública**. 1. Ed. Letra e Voz, p. 31-53, 2011.

LIMA, Savio Queiroz. **A abordagem epistemológica das histórias em quadrinhos enquanto objeto-fonte**. In. Anais do congresso internacional da Faculdade Est. São Leopoldo, p. 1814-1828, 2014.

MCCLLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos: história, criação, desenho, animação, roteiro**. São Paulo: M. Books, 2005. 217 p.

NETO, Rodolfo Grande. **Manifestações políticas na obra “O Cavaleiro das Trevas” de Frank Miller**. 2016. 160 t. Dissertação (Programa de Pós-Graduação História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati. 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: **Que história pública queremos? What public history do we want?** 1. ed. São Paulo- SP: Letra e Voz, 2018.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). **Mediações**, Londrina, v.14, n.2, p. 123-144, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. **De marginais e integrados: o processo de legitimação intelectual dos quadrinhos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011.

ZDARSKY, Chip; OLIVEIRA, Anthony; GLEASON, Patrick. **Lords of Empyre: Emperor Hulkling #1**. Marvel Comics, 2020.

# MASCULINIDADES E AUTORREPRESENTAÇÃO NO DOCUMENTÁRIO THEODORICO, IMPERADOR DO SERTÃO (1976)

André Fonseca Feitosa

O documentário *Theodorico, O Imperador do Sertão* foi realizado por Eduardo Coutinho para o Globo Repórter em 1976. A convite, Coutinho se prontificou a cobrir uma realidade relativamente familiar: seja pela experiência com *Cabra Marcado pra Morrer* (1964) ou na anterior reportagem para o Globo Repórter em *Seis Dias em Ouricuri* (1976).<sup>1</sup> A Rede Globo tinha relação ambígua com o regime militar e, mesmo naquele contexto de censura, havia no Globo Repórter um espaço de certa liberdade jornalística.<sup>2</sup>

*Theodorico, o Imperador do Sertão* foi de realização rápida seguindo a dinâmica televisiva. Sua exibição não sofreu censura como tantos filmes do período: foi transmitido nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, exceto no estado do Rio Grande do Norte devido a uma disputa eleitoral em curso que envolvia seu protagonista. O filme teve bastante repercussão na época. Coutinho não era um cineasta bastante conhecido nessa época, e *Theodorico, O Imperador do Sertão* seria lembrado pela crítica anos depois quando Coutinho já deixara a Rede Globo e já era reconhecido como documentarista independente.

O filme aborda a vida de Theodorico Bezerra rico dono de terras e influente político. Mostra a administração de sua propriedade e sua relação com trabalhadores e moradores dali; exhibe aspectos de sua atuação política, de sua vida particular e de sua visão de mundo. As filmagens ocorreram majoritariamente na Fazenda Irapuru no agreste do Rio Grande do Norte. O título do documentário evoca dois signos importantes: o sertão que oferece uma localização geográfica (embora imprecisa) e remete a um espaço marcado por um imaginário de pobreza, arbitrariedade, violências e arcaísmo, já bastante elaborados antes pelo cinema e literatura; e o signo de imperador que remete a concentração de poder autoritário nas mãos de um homem sobre um território e sua população. Assim, não se trata da biografia de um homem qualquer ou ordinário, mas de alguém “importante”, cujas realizações e história não são apenas suas, mas se confundem com a trajetória de seus domínios.

A articulação entre sertão e império pode ainda remeter vagamente ao imaginário de coronelismo atribuído ao sertão e ao Nordeste. Este sentido fica mais evidente no decorrer da narrativa fílmica: pela administração, pela visão de mundo e pela postura de Theodorico Bezerra. Não se usou o termo coronel para identificar o Theodorico no filme, mas o título de Major ou “Majó” pelo qual era conhecido pelos seus conterrâneos.<sup>3</sup> Isso não impediu, porém, que o

protagonista fosse reconhecido como tal em comentários sobre o filme publicados em jornais após a exibição do filme.<sup>4</sup>

O documentário não usa um narrador onisciente em voz off ou intelectuais que “expliquem” aquela realidade. As filmagens acompanham o protagonista que “dirige” as cenas ao mostrar situações, às vezes até provocando ou produzindo cenas para o filme<sup>5</sup>. O reconhecimento do conteúdo fílmico como um exemplo da permanência do coronelismo pelo público pode ser lida de várias maneiras: como uma denúncia de sucesso das relações de mando ou coronelísticas pelo documentário; como uma recepção inevitável dada que aquela “era” a realidade; ou como agência dos espectadores ao elaborar uma interpretação através de um imaginário disponível. Sozinhas, porém perdem sua força: não haveria filme sem um cenário para ser investigado: seus atores sociais, relações, etc; não haveria reconhecimento social para o filme sem público; não há espectador sem agência interpretativa; e, por fim, o documentário não é refém da realidade, mas a constrói através de seu discurso: outros elementos poderiam ser ressaltados, selecionados ou provocados se este documentário fosse realizado de outra maneira. O primeiro e último pressupostos são centrais para essa análise.

## **UMA ANÁLISE ENTRE O CINEMA, A HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO**

Observar a linguagem cinematográfica é central para o historiador que queira analisar filmes, pois eles só existem através dela. Ao cinema documentário ou de não ficção diferenciamos do gênero de cinema mais conhecido: o cinema de ficção.<sup>6</sup> Para ambos existe uma vasta produção teórica e metodológica de cineastas, críticos de cinema e especialistas. Esse estatuto tem impacto direto na linguagem cinematográfica analisada. Há também historiadores que discutiram a relação entre cinema e história. Consideramos portanto esta tradição ao elaborar este artigo, embora não desenvolvamos aqui este debate.<sup>7</sup>

Para a análise de gênero articulamos duas obras: *A Dominação masculina* (1998) de Pierre Bourdieu e *Nordestino: A invenção do ‘falo’*. Uma história do gênero masculino (1920-1940) de Durval Muniz de Albuquerque Jr. Apesar do documentário ser de 1976 e o texto historiográfico de Albuquerque Jr. falar da construção do Nordeste nas décadas de 1920 e 1940, isto nos pareceu possível. Mesmo com as importantes transformações brasileiras na configuração do poder político, no domínio oligárquico, na estrutura produtiva, nos costumes e no âmbito do gênero, houve porém profundas permanências e reacomodações de poderes e sociabilidades. E isto que é talvez o mais interessante e marcante em *Theodorico, Imperador do Sertão*: a possibilidade de identificar na segunda metade do século XX, um personagem que em alguma medida encena tão espontaneamente o estereótipo de coronel da Primeira República. Além disso, podemos afirmar que não houve mudanças radicais nas relações patriarcais no quesito da dominação

masculina. A contribuição historiográfica de Albuquerque Júnior. O “nordestino” emerge como uma identidade que simultaneamente delimita uma regionalidade e masculinidade. Neste sentido, o nordestino, enquanto regionalidade, faz um recorte territorial afirmando especificidades; enquanto gênero, reparte espaços e comportamentos para homens e mulheres; enquanto masculinidade distingue diferentes formas de ser homem – históricas e múltiplas.<sup>8</sup>

A masculinidade nordestina foi elaborada por homens preocupados com a ascensão da sociedade burguesa, moderna no Brasil, que entendiam como o declínio do patriarcalismo. O movimento regionalista se apropriou de múltiplas identidades masculinas disponíveis (sertanejo, brejeiro, etc) encaradas com saudosismo como elementos viris de uma ordem social do passado. Esse “regionalismo” rejeitava as transformações modernas em curso. Tais mudanças, eram vistas como uma efeminação da sociedade. O “nordestino” representava a salvaguarda dessa virilidade social que se perdia. A democracia, a República, a civilidade – termos femininos – traziam uma horizontalização social que subvertia e enfraquecia a ordem da memória destes homens nos anos 1920 e 1940 (ALBUQUERQUE Jr, 2013, p.150).

A masculinidade nordestina nessa ótica de nostalgia patriarcal, era ao mesmo tempo a saudade de uma ordem social de poder baseado na família chefiada pelo patriarca. Estrutura autoritária, rígida e rural. Em Theodorico, Imperador do Sertão, muitas destas características estão na ordem de seu “império”: Theodorico se apresenta explicitamente como um “homem do campo”, seus domínios estão ligados à sua casa e mando particular, o espaço público e privado não estão tão separados. Sua fazenda, suas regras (leis), sua família bens, trabalhadores de alguma maneira se confundem. A postura do Majó oscila entre um pai que cuida e outro que pune. A relação com os trabalhadores e seus familiares é de um patriarca generoso ou rígido a partir do nível de merecimento ou obediência daqueles que estão sob seus cuidados. Ele encarna a vitória do homem sobre a natureza (campo), o desejo sexual pelo sexo oposto e a chefia de sua família e de outros homens.

Nas primeiras imagens do filme vemos seu título, uma plantação enorme de algodão com Theodorico Bezerra em seu centro, enquanto ouvimos a música Algodão na voz de Luiz Gonzaga. Os planos mostram indicam o cenário rural do filme, e o ator social e protagonista, Theodorico Bezerra, o Imperador do Sertão indicado pelo título; e a música fornece sentidos a realidade documentária que somos introduzidos. O trecho da letra da música diz: “Bate a enxada no chão / Limpa o pé de algodão / Pois pra vencer a batalha / É preciso ser forte, robusto, valente ou nascer no sertão”.

A música Algodão reforça sentidos possíveis para o signo sertão presente no título: o trabalho (bate enxada), o espaço rural (pé de algodão), uma luta, esforço, conflito (batalha) e uma necessidade para a vitória: “ser forte, robusto, valente” ou “nascer no sertão”. Sugere-se qualidades masculinas necessárias para vencer a batalha, ou seja, sobreviver neste cenário: ser forte, robusto, valente, qualidades morais, físicas, masculinas e viris. A música sugere que ao

nascer no sertão se teria todas essas qualidades, ou seja, que são características daqueles que vivem naquele território e por conseguinte de seu Imperador: Theodorico Bezerra.<sup>9</sup>

O plano seguinte mostra Theodorico B. na entrada de uma casa. Ouvimos sua voz que predominará no documentário em diante: ele indica que nasceu em Santa Cruz em 1903 e que fala da sua Fazenda de Irapuru. Se apresenta como “um homem da agricultura, um homem do campo”. Afirma sua simplicidade e desse espaço, procurando se mostrar alguém humilde, dizendo que não se acha a altura de ser filmado, mas que aceitou o agrado. Esta imagem elaborada por ele através de sua autorrepresentação é sutilmente questionada pela montagem. Na fala seguinte inserida, Theodorico se vangloria pelas suas realizações na região: a compra da propriedade em 1928 por 12 conto de réis, do açude que ali fez, que fez cerca, casa, “estábulo”, fez “escola” e que é “só essa palavra” que se lhe “aplica: fiz, fiz, fiz”.<sup>10</sup> Mostra-se fotos de viagens de Theodorico por vários países, as quais comenta indicando países que conheceu. O documentário, assim, sugere outra face de Theodorico: de um homem rico, viajado; diferente do humilde ou camponês que poderíamos imaginar pelo seu discurso.

Este passo da análise permite indicarmos uma das marcas do discurso fílmico de Theodorico Imperador, do Sertão. O filme foi formado por imagens filmadas in loco, música de estúdio Algodão, sons registrados diretamente durante as filmagens (cantorias, músicas, entrevistas diversas, conversas provocadas, etc), letreiros com “conselhos” escritos na parede da propriedade de Theodorico e sua autorrepresentação (a entrevista principal). Estes compósitos do discurso foram filmados nos limites da situação de filmagem: um espaço pré-existente (não um cenário produzido para a câmera em estúdio), atores sociais (não profissionais que representam vida de outras pessoas, mas que se auto representam). Enfim o que o tempo de estadia no Rio Grande do Norte permitiu e aquilo que Theodorico deixou que fosse visto e dito diante das câmeras. Por outro lado, a organização dos registros pela montagem posterior marcam a possibilidade estética de contar uma história. (Re)Constrói-se uma nova narrativa a partir das narrativas iniciadas pelas entrevistas, pelas filmagens, etc - processo essencial ao resultado fílmico final. Em Theodorico, Imperador do Sertão se recorre a uma montagem de evidência e de antíteses que procura gerar sentidos para ressaltar aspectos da realidade (machismo, mandonismo, afetação, exagero, etc) ou constroem contradições sobre essa realidade, como a oposição entre simplicidade X vaidade na cena de abertura.

Ainda sobre as filmagens é importante ressaltar que Eduardo Coutinho e sua pequena equipe andaram pela propriedade sempre em companhia de Theodorico Bezerra. Foram raros depoimentos e registros possíveis longe da supervisão de Theodorico. Este é um dado importante para análise: a supervisão constante de Theodorico não precisa ser vista, porém, como um gerador de lacunas, mas como um dado daquela realidade social e como parte integrante do discurso documentário.<sup>11</sup> Aquilo que foi dito e permitido registrar (filmar) sem pudores nas falas e imagens nos permite vislumbrar elementos daquilo que Theodorico não vê problema ou hesita em mostrar a seu público.



Selecionamos sequências centrais para discutir as relações de gênero no documentário. Compreendemos que elas falam mais da visão de Theodorico Bezerra que da experiência de todos que vivem na propriedade. Theodorico afirma que gosta de três coisas: das flores, da música e das “meninas bonitas” que quando passam ele fica olhando até se perderem vista. Em seguida ouvimos o Majó comentar que gosta “daquelas músicas” mais sentimentais, tristes, comoventes, que lembram do passado. A câmera passeia pela casa na fazenda de Irapuru onde vozes femininas acompanhadas de sanfona cantam “Esperanças Perdidas”. O eu lírico desta música fala de nostalgia e do samba que o consola nos momentos de tristeza: “quando nas noites de tristeza ele me consola / Tenho como testemunha a minha viola”. Esta cena mobilizada pelo gosto musical do “Majó” e sua autorrepresentação parece indicar um homem nostálgico e sentimental. Ela abre a sequência que apresenta a visão de Theodorico sobre as mulheres. O cenário muda e uma legenda informa que agora estão no “apartamento do major junto à sede da fazenda”. Theodorico mostra um quarto com paredes repletas de imagens de mulheres nuas, e espontaneamente comenta:

ah, se não houvesse as mulheres o que seria de nós? Se nós trabalhamos, temos vaidade, [é] por causa das mulheres se só houvesse homem [não conclui].. (...) é bem agradável isso quem é que não gosta? Agora se em vez de ter essas meninas assim, tivesse aqui outros retratos, outras coisas, ninguém nem olhava, nem ligava, olha porque desperta a atenção e a curiosidade a todas as pessoas que vem aqui (...) olha que posição bonita, quem é que não gosta disso? Olha que bonita (...) veja que seios bonitos dessa menina, ela sentada toda direitinha, olha...

A articulação dessas cenas permite estranhar e questionar o relato de Theodorico. O gosto pela música sentimental, a dor na voz feminina da música que fala de consolo contrastam à admiração dos corpos femininos objetificados na decoração do apartamento de Theodorico. O título da música parece uma ironia: *Esperanças Perdidas*.<sup>12</sup> Após esse relato no apartamento, a montagem insere a imagem de um dos “dizeres” da propriedade de Theodorico em Irapuru.<sup>13</sup> Lemos: “O pranto da mulher abrandando o coração do homem”. Essa frase-imagem oferece nova inquietação trazendo uma espécie de romantização do sofrimento feminino. A música e os dizeres falam de tristeza e choro que parecem relacionados às mulheres. Essa articulação traz uma estranha valorização do sofrimento feminino que serve de abrandamento ao temperamento ‘natural’ do homem. As mulheres, assim, suavizariam os “selvagens” homens ou os duros e ríspidos homens sertanejos. Bourdieu indica como o gênero masculino e feminino foi construído frente a uma oposição entre tais qualidades que reflete dualismos como rigidez x flexibilidade, sentimento x razão, etc. Para ele, essas qualidades tidas como “inatas” são parte da estrutura própria da dominação masculina através do poder simbólico. Dirigindo maneiras de perceber e entender o mundo ao redor dos sujeitos. Quando Theodorico afirma sobre as qualidades femininas (incluindo sua beleza) e indica como elas “completam” o homem (fazem dele vaidoso, fazem ele trabalhar, abrandam sua dureza) assume concepções que essencializam as funções

dos homens e mulheres no mundo, que, para ele, são percebidas apenas como a ordem natural das coisas. As relações amorosas, sexuais ou matrimoniais se encaixam nessa sua visão natural das coisas, inclusive aí a percepção da tristeza feminina ou do lugar de provedor do homem. A mulher existiria assim para o homem, não para elas mesmas, nem mesmo suas lágrimas. Isto nos leva a formular algumas hipóteses: o sentimentalismo de Theodorico não estaria ligado inconscientemente ao seu gosto pelas mulheres que inclui a própria relação subjugadora, falocêntrica, que coloca a mulher como um objeto para sua fruição, inclusive aí o sofrimento delas que causaria uma espécie de prazer mórbido? O sofrimento da mulher parece ser desapropriado do índice de sua tristeza e transformado em um signo para o homem e para seu consolo. Neste sentido acreditamos que a montagem almejou usar de uma antítese de sentidos/imagens para provocar novos significados a partir do material colhido durante filmagem.<sup>14</sup>

Outro elemento no relato de Theodorico em seu apartamento interessante é sua afirmação de que se houvesse fotos de outras coisas (homens? Paisagens?) não “despertariam” “atenção” e “interesse”. O Majó enxerga seus próprios desejos e prazeres estéticos como parte de um modelo universal. Ao subentender o interesse automático dos homens por corpos femininos e por exposições eróticas como aquela, Theodorico Bezerra ignora completamente a existência de outras possibilidades de vida sexual: lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, etc.<sup>15</sup> Pressupõe ainda uma ordem social organizada por espécie de economia sexual centrada na busca necessária masculina pelo capital simbólico e econômico, para conquistar parceiras sexuais: vendo as mulheres como uma moeda ou mercadoria.<sup>16</sup>

Em seguida, vemos Eduardo Coutinho provocar o Majó:

“Eduardo Coutinho: ô Majó, (...) senhor acha que um homem pode ter oito mulheres, cinco mulheres, dez mulheres, assim e a mulher não pode?”

Theodorico Bezerra: A natureza é assim clara e ela mostra isso (...). eu tenho dez galinhas no chiqueiro só tenho um galo; (...) tenho vinte vacas no curral, tenho um touro; eu tenho vinte cabras no chiqueiro, tem um bode; tenho vinte ovelhas, um carneiro; é essa coisa que está na nossa compreensão. Se nasce 8 meninas, nasce um menino, tá claro que o homem dá conta de oito mulheres”

Theodorico afirma a legitimidade do homem poder ter várias mulheres segundo uma justificativa naturalista. Administrando um ambiente rural e “natural”, sua visão de mundo parece “ler” a ordem “natural” das coisas, justificando através disso a dominação masculina. Para Bourdieu o gênero se encontra no âmbito simbólico e que a ordem masculina e seus papéis de gênero conseguem operar justamente por serem considerados auto evidentes, não carecendo de explicação: são tidos como uma ordem natural, portanto não questionada. Para Bourdieu a dominação masculina inscrita na natureza biológica é ela própria uma “construção social naturalizada” (p.33). Quando uma sociedade tenta, porém, refletir sobre o próprio gênero ou a dominação masculina (nas suas palavras) recorre frequentemente a modos de pensamento que são produto dessa dominação incorporando por isso inconscientemente estruturas históricas da

ordem masculina (percepções, apreciações, etc)(BOURDIEU, p.13). A imagem do nordestino então parece encaixar nesta análise. Albuquerque Jr. indica que ela foi uma invenção gestada na década de 1920, uma masculinidade dura, rígida resultado da exclusão dos homens fracos, débeis, que sequer conseguiriam “vencer”, “vingar” ali como sugere a música de abertura, Algodão. São homens que resultam da mistura das raças e da luta com o ambiente que explicam seu temperamento, porte físico e costumes.<sup>17</sup>

Tanto no movimento regionalista como Theodorico Bezerra compartilham de uma ordem dualista e heteronormativa. Apesar das mudanças nas décadas do século XX tais princípios passaram a construção social nordestina. Os indícios apropriados a partir dos “tipos” regionais da literatura e folclore, teorias antropológicas, geográficas pareciam confirmar estas diferenças, pois também partiam de pressupostos comuns. Legitimavam assim a dominação masculina baseada na violência simbólica das mulheres. Para que o homem nordestino fosse mesmo um reduto de virilidade se reapropriava de esquemas viris construídos a partir do pênis, do falo que fecundam e preenchem o feminino – completando-o, legitimando-o. Quando o Majó afirma que um homem pode ter várias mulheres, pela capacidade de fecundação, indica os corpos femininos como meros receptáculos da ação produtiva masculina e os ignora como seres que podem se realizar fora de tal lógica.

Se hoje a maneira como Theodorico se refere às mulheres pode soar ofensiva isto se deve por mudanças vividas aqui e ali na estrutura da dominação masculina nas últimas décadas. A espontaneidade das declarações do Majó, sem hesitar ou se envergonhar, indicam a profunda inscrição da dominação masculina na percepção de uma geração. Externar e afirmar o desejo masculino pelos corpos femininos até hoje parece algo completamente masculino e inato; enquanto é inscrito ao ser feminino a discrição e outras qualidades como a compreensão, a maternidade (em sentido amplo) (Bourdieu, 1998, p.51). O pranto feminino não é visto como um igual, pois os sentimentos inscritos nos corpos sexuais não são iguais. Bourdieu comenta que faz parte da própria sociabilização masculina a inflexão ao sofrimento, pois sua virilidade é constituída sob uma indiferença ao sofrimento próprio e, principalmente, dos outros. Por outro lado a feminilidade se inscreve na atenção, submissão, contenção e apaziguamento, mas principalmente na aquiescência às vontades masculinas reais ou supostas (Cf. 1998, p.64-66; p.82). Poderia assim o discurso fílmico de Theodorico, Impeador do Sertão ao contrapor estas falas nos permitir acessar a algum desse inconsciente individual e ao mesmo tempo coletivo de que fala Bourdieu? Talvez o pranto de que fale os letreiros seja o transbordar dessa aquiescência que comove o coração de Theodorico, chorando por ele o pranto que sua virilidade não permitiria lamentar? Porém é importante lembrar que esses esquemas são políticos e são engrenagens da dominação e violência simbólica masculina.

Em conclusão, é importante comentar que o documentário não apresenta vozes femininas, salvo curtíssimas respostas femininas em resposta ao Majó. Por outro lado, temos muitas situações de diálogo do Majó com colegas, trabalhadores, todos homens. Apesar disso, o docu-

mentário procura oferecer através dos elementos filmados o questionamento do machismo ou patriarcalismo de Theodorico Bezerra através dos próprios discursos disponíveis na captação de sons e imagens – seja pela sua evidenciação ou, principalmente, pela sua montagem em antíteses. Esperamos ter demonstrado isso de maneira satisfatória.

## NOTAS

1 O filme *Cabra Marcado pra Morrer* estava sendo filmado em 1964 quando houve o golpe militar. As películas do filme foram apreendidas, e a equipe fugiu para se preservar. O filme seria uma ficção ao estilo do neorealismo italiano: com atores sociais representando uma realidade que viveram ou que eram próximos. Contariam a história do assassinato do líder João Pedro Teixeira da Liga Camponesa da Paraíba. As filmagens aconteceriam em Vitória de Santo Antão em Pernambuco. Anos após o aprisionamento das películas Eduardo Coutinho resgatou o material produzindo um documentário sobre o próprio documentário e a vida daqueles que participaram das filmagens. Esta “segunda versão” foi finalizada em 1984. Assim, embora Coutinho não tenha finalizado o filme, podemos dizer que houve uma experiência com a realidade camponesa e sua filmagem, mesmo que incompleta.

2 O próprio Coutinho afirmou a ousadia do trabalho de *Globo Repórter* para o jornalismo do século XXI Disponível em < <https://curtadoc.tv/curta/artes/coutinho-reporter/> > Acesso em 18 de dezembro de 2020. Sobre a atuação Coutinho no *Globo Repórter* Cf. Coutinho no *Globo Repórter*, primeiras experiências como documentarista: ética e estética dos filmes *Seis Dias de Ouricuri* (1976) e *Uauá* (1977).

3 Cf. BEZERRA, L. Majó Theodorico, o Imperador do Sertão.

4 Idem.

5 Um documentário pode funcionar com o registro de imagens de vários tipos. Pode se basear em entrevistas que narram realidades e elas podem ser de autoridades intelectuais que atribuem prestígio ao discurso pelo reconhecimento de seu saber; de atores sociais que vivem ou viveram uma determinada realidade, provocando prestígio ao discurso pela experiência; porém outras entrevistas podem ser usadas por outras motivações: prestígio por outros motivos (personalidades consideradas importantes) ou até pelo seu anonimato (fazendo uma voz da população em geral, etc). Basicamente temos três tipos de entrevistas: a majoritária de Theodorico Bezerra, raras de seus trabalhadores e alguns de “colegas” políticos. Todas são pautadas na experiência e ligação íntima com a realidade que comentam. Outro recurso bastante utilizado são as filmagens *in loco* que podem ser contemporâneas – o documentarista participa de eventos em andamento – ou posteriores – ele filma um cenário no qual se passaram os eventos narrados. Ambas situações *in loco* estão presentes em *Theodorico, Imperador do Sertão*. Há ainda uma terceira possibilidade de imagem: a reconstituição que também é utilizada pelo documentário. Porém, não é uma reconstituição em estúdio com atores profissionais, mas pelo próprio Theodorico Bezerra que reproduz rapidamente para as câmeras um desfile que realiza anualmente em Santa Cruz. Esse “teatro” representa aspectos contundentes e documentais da próprio evento de que é simulacro. Por fim, o documentário pode provocar situações que produzem um conflito para a câmera, que não aconteceria caso não houvesse a situação de filmagem e a intervenção da equipe. O filme tanto mostra situações que aconteceriam independente da câmera como o discurso dominical na Rádio de Theodorico para seus moradores, mas também provoca situações para a câmera, como diálogos entre o Majó e seus trabalhadores, como na conversa com um desafeto seu, Francisco Frutuoso, ex funcionário e morador da propriedade de Theodorico, ou na conversa com Lauro Arruda, proprietário vizinho e ex deputado com o qual lembram situações políticas.

6 Sobre o que é cinema de ficção e não ficção conferir Introdução ao Documentário de Bill NICHOLS.

7 Discutimos sobre a relação entre cinema, história e documentário em trabalhos anteriores, entre os quais destacamos: O Documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas (2013) e Documentário e cultura histórica: o sertão de trabalho e relações de classe em *O País de São*

Saruê (1971) (2014).

8 Cf. Albuquerque Jr. 2013 p. 23.

9 É importante ressaltar que o algodão é e foi uma das grandes riquezas das elites agrárias e sertanejas em alguns estados do Nordeste. Esta abertura também se refere à riqueza de Theodorico Bezerra nesta atividade econômica. A letra adiante afirma: “Ouro branco que faz nosso povo feliz/ Que tanto enriquece o país / Um produto do nosso sertão”. Este pedaço não consta no documentário, mas uma imagem conhecida (embora menos) do sertão.

10 Em outra sequência em diálogo com Lauro Arruda questão do açude na propriedade de Theodorico Bezerra é retomada. Arruda afirma que o açude não foi “feito” pelo Theodorico com seus recursos, mas que conseguiu como Deputado Federal esta obra do Departamento Nacional de Obras no Contra a Seca e que sendo com dinheiro público ele não pode evitar o uso pelos populares, em um dos raros momentos de confronto direto a Theodorico.

11 Ler um documentário pela sua falta, no entanto, seria uma saída bastante pobre analiticamente. Acharmos mais interessante compreender a proposta fílmica em suas potencialidades e limitações possíveis do que culpá-lo por omissões. Isto evita que projetemos no documentário nossas expectativas e crenças, cobrando-as ao seu cineasta, focando no como e porquê foi dito assim.

12 O documentário não revela o nome da música, porém isso não impede que sua seleção intencionasse tal sentido. Várias músicas foram cantadas e filmadas na fazenda de Irapuru e usadas diferentemente durante o documentário.

13 No filme Theodorico informa que esses dizeres na parede da sede servem de conselho e advertência para visitantes A montagem os utilizam em planos que ironizam ou evidenciam a narração do Majó.

14 Chamo de montagem de antítese a produção de novos significados a partir da sobreposição de planos ou outros elementos que não oferecem uma continuidade necessariamente, mas que juntos criam novos sentidos.

15 A isto nomeamos de estrutura heteronormativa. Cf. D. Borrillo Homofobia: crítica e história de um preconceito.

16 Sobre a mulher como objeto ou símbolo na economia das trocas simbólicas Cf. Bourdieu, 1998, p.53-56.

17 O movimento regionalista e tradicionalista definiu a figura do nordestino brasileiro como um tipo regional brasileiro. Definiu seus traços físicos e psicológicos. Baseou-se para tanto em várias teorias disponíveis. Foi essencial a atuação do Centro Regionalista do Nordeste criado em 1924 com forte atuação de intelectuais como Gilberto Freyre. Cf. Albuquerque Jr. 2013, p.140

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. **Nordestino: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ª Ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, I. **Coutinho no Globo Repórter, primeiras experiências como documentarista: ética e estética dos filmes Seis Dias de Ouricuri (1976) e Uauá (1977)**. In XIX Seminário de Iniciação Científica da PUC-RIO. 2011, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em: < [https://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2011/index.html](https://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/index.html) >

BEZERRA, L. **Majó Theodorico, o Imperador do Sertão**. Natal: Editora RN-Econômico, 1982.

BORRILLO, D.. **Homofobia: crítica e história de um preconceito**. Belo Horizonte, Autêntica Editora: 2010

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COUTINHO, E. *In* TARDIN, R. **Coutinho Repórter** Rio de Janeiro: Caos Cinema, 2010.  
Disponível em < <https://curtadoc.tv/curta/artes/coutinho-reporter/>>. Acesso em: 22.dez.2020.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. 4ª Ed. Campinas SP: Papyrus, 2005.

# MÉTODOS E CAMINHOS: O RECURSO CINEMATOGRAFICO NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA EM JOGOS DE MUNDO ABERTO

Vitor Bernardi Bündchen<sup>1</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para além da discussão específica a respeito da estruturação da trama em um jogo eletrônico é imprescindível destacar a abordagem conceitual da pesquisa concebida a partir da ideia de intersecção entre Videogame, Cinema e História. O tratamento metodológico projetado retrata a incipiente discussão que tem por objetivo analisar a construção de arcos narrativos complexos em jogos ambientados em mundo aberto, suas particularidades, referências, apelo estético, comercial e sobretudo enquanto produto cultural direcionado a um público específico e crescente do tecido social.

Tendo em vista as distintas elaborações em um universo eletrônico que evolui e se reinventa seguidamente, o artigo que aqui se apresenta adota como fundamento a análise da linguagem cinematográfica introduzida em uma produção de grande escala estabelecida desde a concepção pré-roteirizada até a publicação do produto final. A obra finalizada, seja ela direcionada ao cinema, televisão ou videogame é resultado da convergência entre intenções e possibilidades. Esta equação deve incluir a escolha de gêneros e as condições de produção oferecidas pelo organismo financiador do projeto. Deste modo, é indissociável aludir que a imagem é portanto a matéria-prima fílmica, mas também simultaneamente, uma realidade particularmente complexa (MARTIN, 2005:27).

Neste sentido, a evolução dos jogos projetados em outras épocas com bases simplificadas em razão das limitações técnicas de *hardware* para obras audiovisuais essencialmente narrativas, configurou uma revolução estética profunda na utilização da imagem em movimento projetada também como elemento de confecção e auxílio narrativo. Cabe destacar que as experiências narrativas em mundo aberto compõem um arcaçouço extenso de gêneros e possibilidades. É possível constatar a multiplicidade de organizações que demonstram padrões na publicação de jogos de mundo aberto orientados com bases habituais. A estruturação de histórias roteirizadas jogáveis representam apenas um fragmento dentre tantos gêneros existentes nos catálogos das empresas produtoras. Intencionando solucionar a lacuna existente na discussão proposta, será utilizado como objeto de análise o jogo eletrônico *Days Gone* (SIE Bend Studio, 2019).

Em *Days Gone*, o método cinematográfico se apresenta em um total de seis horas de projeções em planos abertos, fechados, gerais, de conjunto, médios, primeiro plano, primeirís-

simio plano e plano detalhe. Por óbvio, ressalta-se que a construção narrativa através do uso de cinemáticas *cutscene* configura um elemento essencial no encadeamento de ações que aferem a recorrência da linguagem cinematográfica incorporada aos mecanismos técnicos da produção audiovisual.

## ORIGENS, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A obra que deu início a ideia deste trabalho é uma produção dirigida por Jeff Ross e John Garvin e financiada inteiramente pela Sony Interactive Entertainment Worldwide Studios. A afirmação, dura e concreta, reside no entendimento de que toda criação artística fomentada por organizações privadas orientadas ao lucro satisfaz interesses dos mais distintos. O mesmo ocorre nas obras financiadas como política de Estado embora seus objetivos primários sejam por vezes direcionados a exaltação de regimes e da manutenção do *establishment*.

Enquanto a produção fílmica de ficção direcionada ao cinema se estabelece tendo em perspectiva a construção de estruturas narrativas orientadas sob estreita supervisão e controle do diretor, no jogo eletrônico, sobretudo o de grande orçamento, este entendimento se difere tendo em vista o próprio arranjo particular da obra jogável. Cada setor específico constrói mecanismos orientados por uma liderança que define, em maior ou menor grau, o uso de determinada *feature* na composição do jogo. Desta forma, é seguro afirmar que a direção compartilhada do jogo eletrônico expõe uma característica única do videogame: a descentralização da direção e em simultâneo sua centralização nas empresas produtoras e *publishers*.

Isto posto, se faz necessário estabelecer a relação entre o produto final obtido em uma narrativa gráfica e os objetivos comerciais da cadeia produtiva nos estúdios autorais da empresa desenvolvedora. A compreensão desta situação apresenta a possibilidade de discutirmos a fricção entre Videogame e História sob a mesma interferência teórica projetada por Marc Ferro em sua obra inaugural nos estudos inter-relacionais de Cinema e História. Na medida em que os encadeamentos surgem intercalados, podemos ponderar as particularidades intrínsecas a produção audiovisual jogável. Enquanto no cinema, lapsos, memórias e zonas intangíveis são objeto de análise e muitas vezes esta fricção se dá originalmente através da influência do Estado (FERRO, 1993:15-21) nos jogos eletrônicos a ressignificação das temáticas pós-apocalípticas atendem fundamentalmente intenções estéticas, de fluidez técnica e de acentuado apelo mercadológico ao seu público-alvo.

Para definirmos a narrativa e como ela se entrelaça nas mecânicas de jogo, agregaremos a exposição proposta por Marco de Almeida Fornaciari:

A narrativa embutida é aquela que existe previamente à interação do jogador com o jogo, e geralmente tem o papel de definir as motivações e objetivos que levam os personagens a agirem dentro do mundo de jogo. Funciona de forma similar às narrativas do que os autores chamam de “mí-



dias lineares”, como o cinema. Já a narrativa emergente é aquela que, como diz o nome, emerge da ação de jogo, através da qual o jogador influencia os acontecimentos no mundo de jogo dentro dos limites do que é feito possível pela estrutura de jogo. (ALMEIDA, 2016:47)

O arco narrativo que compõe o universo de *Days Gone* é amplo e diverso. O protagonista, Deacon St. John, é apresentado como membro ativo de um moto-clubes fictício. Seu *background* de soldado norte-americano nas guerras no oriente-médio o expõe como sujeito de pouca instrução formal, porém dotado de qualidades éticas e morais. Sua companheira Sarah Whitaker é apresentada como ponto de equilíbrio em uma relação afetuosa que coloca em perspectiva um vínculo condutor de toda a aventura. A fundamentação do roteiro apresentado revela que os produtores da obra optaram por expor circunstâncias usuais e correlatas ao futuro de militares norte-americanos para delinear a elaboração do enredo. A atribuição deste procedimento legitima o envolvimento dos personagens e estabelece a inquietação apreciada pelo jogador durante a condução narrativa da aventura.

Quando ocorrem as primeiras transformações aterrorizantes em humanos infectados que se movem em alta velocidade para atacar outros humanos, o mundo pós-apocalíptico passa a ser apresentado através da utilização de elipses temporais. O recurso habitualmente empregado no cinema tradicional se torna um vetor estável e recorrente em toda projeção de cinemáticas apresentadas. Isto é, a inserção gradual dos diálogos possibilita a construção do argumento central narrativo e sua exposição constante ao jogador.

A partir da ampla liberdade de exploração oferecida tão logo o jogo se inicia, é possível ratificar que a estrutura da trama se delimita na fronteira indissociável entre o emocional e o racional. A busca afetiva e humanizada da esposa e a procura incessante por descobertas científicas e sobretudo pela reestruturação do país devastado por um vírus desconhecido.

O moto-clubes, outrora composto por diversos *chapters*, possui agora somente dois membros ativos: o próprio Deacon St. John e seu inseparável amigo Boozer. O vínculo fraternal entre ambos é ressaltado em uma extensa cena pré-gravada ativada logo nas primeiras horas de jogo. Sua função técnica é justificar ao jogador a importância dos objetivos futuros, sobretudo após os recortes audiovisuais revelarem um grave acidente que acometeu seus entes mais próximos e exige ações diretas na condução dos acontecimentos.



Figura 01: Frame exemplificando cena pré-gravada. Deacon St. John ao centro e Boozer ao lado esquerdo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_b8WqGKLjw8](https://www.youtube.com/watch?v=_b8WqGKLjw8) Acesso em: 03 de setembro de 2020.

Enquanto uma obra cinematográfica se sustenta em três temporalidades articuladas – narrativa, produção e o espectador, a aventura jogável em terceira pessoa, fonte primária de análise neste trabalho, adiciona na composição as escolhas individuais executadas no controlador. Em oposição ao audiovisual como mídia passiva, as definições de livre-arbítrio por parte do jogador estabelecem o jogo eletrônico como mídia ativa. “Quando se fala em imagens, é impossível pensar a estética independentemente da intervenção da técnica” (MACHADO, 2011:203). A elaboração de Arlindo Machado, em que pese sua explanação a respeito das imagens técnicas, é primacial para definirmos que as decisões assertivas do espectador/jogador, permitem distintas abordagens para o mesmo problema exposto na tela. Em meio a situações adversas e em um número expressivo de missões pré-definidas, o objetivo central do protagonista se torna encontrar Sarah Whitaker em meio ao caos no estado norte-americano do Óregon, agora subdividido em acampamentos regidos sob novas leis. O outro mote central ajustado para conferir características cinematográficas a ação apresentada na tela refere-se a busca pela elucidação do mistério acerca da infecção, seu tratamento, diagnóstico e essencialmente, formas de controle. Enquanto Deacon St. John descobre evidências e busca sanar as necessidades básicas dos acampamentos, em simultâneo é possível desenvolver ações instrumentalizadas na ideia de encontrar a cura.

## **OBJETIVOS PRINCIPAIS, SECUNDÁRIOS E NÃO ESSENCIAIS**

As aventuras jogáveis em mundo aberto podem ser caracterizadas como narrativas de livre ação. A liberdade observada permite em determinados momentos e cenários, estabelecer prioridades de execução ou realização de atividades secundárias não-obrigatórias para a continuidade da narrativa. Estas atividades se amparam em *puzzles* que exigem raciocínio lógico para resolução, opções de caçada de animais selvagens encontrados na fauna local e que rendem recompensa monetária *in-game*, pontos de controle, busca por colecionáveis, acampamen-

tos de saqueadores para libertar e atividades aleatórias que surgem de forma ocasional como por exemplo o resgate de transeuntes ameaçados em múltiplas situações. Já a melhoria de atributos do personagem principal é um aspecto que confere propriedades consagradas em jogos do gênero *RPG* e são vislumbradas a partir da conclusão de objetivos secundários.

Diante disso, é coerente assegurar que a jornada completa constitui um total de 60 horas líquidas de *gameplay*. A duração média pode oscilar considerando o nível de dificuldade escolhido. Ademais, o jogo dispõe de modalidades oferecidas após o lançamento regular em caráter de benefício ao comprador. Estas modalidades compreendem atividades não correlatas a história original e preenchem uma lacuna ordinária nos jogos de ação em terceira pessoa sem o modo *multiplayer* embutido. A adição de novos modos atribui longevidade a obra uma vez que mesmo após sua conclusão é possível prosseguir desenvolvendo novas atividades.

“As técnicas determinam a sociedade ou a cultura? Se aceitarmos a ficção de uma relação, ela é muito mais complexa do que uma relação de determinação” (LÉVY, 1999:25). Ainda que tenhamos em consenso que a jogabilidade em *Single Player* represente a essência técnica de uma narrativa pré-determinada com constantes interferências por parte do jogador, as ocorrências excepcionais que norteiam a evolução da campanha principal são significativas.

Tal qual o apreciado em outras produções do *mainstream*, *Days Gone* estabelece como máxima em suas interações a consolidação da confiança de Deacon St. John nos acampamentos encontrados como medida de qualificação para progressão da narrativa. Se o jogador assim quiser, pode simplesmente vagar pelo imenso cenário aberto com sua moto e realizar atividades secundárias não essenciais. Eliminar hordas gigantescas de frenéticos – nomenclatura dada aos *freakers*, na localização brasileira do jogo, é uma das tarefas mais divertidas e desafiadoras embora não seja absolutamente essencial.

Em contrapartida, quando da sucessão dos acontecimentos visualizados nas cinemáticas, o uso de *flashbacks* assume considerável relevância na narrativa embutida, ao passo que no transcorrer dos acontecimentos visualizados o jogador é apresentado a reviravoltas que reformulam objetivos iniciais em novas interações derivadas de ramificações roteirizadas. Embora estas bifurcações na trama aparentem ser acidentais, pode-se garantir o oposto. Mesmo que a ordem de execução das missões seja elencada em grau de importância definido exclusivamente pelo jogador, em deliberadas situações a evolução narrativa decorre unicamente como consequência no avanço de momentos pré-determinados pelo jogo.

Desta maneira, ainda que o jogador opte durante a progressão na campanha por um percurso narrativo específico adotando ordens aleatórias, o desfecho será rigorosamente o mesmo. Em caso de continuidade por parte do jogador após o encerramento regular da história, um recorte pós-créditos é inserido nas cenas pré-gravadas. Para ativá-lo, basta realizar algumas missões adicionais surgidas após a conclusão. A singularidade do videogame permite manobras que não são possíveis no cinema. Múltiplos finais em uma mesma aventura são elementos próprios das

narrativas embutidas em jogos eletrônicos mesmo que na produção analisada os caminhos se findem em uma semelhante conclusão. O que se observa atentamente no epílogo da obra é uma adição que objetiva projetar continuações ambientadas no mesmo universo pós-apocalíptico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição de *Days Gone* o categoriza como um jogo eletrônico de mundo aberto pós-apocalíptico em terceira pessoa. Para além das definições comerciais o jogo se encontra na intersecção entre Representação, Cinema e História. Seu arranjo técnico o expõe como obra de mídia ativa. Seu método cinematográfico de condução narrativa o aproxima do cinema. O encadeamento de narrativas, a ação direta do jogador em um mundo moldado nos pequenos detalhes o correlacionam ao estudo das representações.

Ainda que o uso de recursos imagéticos estabeleçam relações dicotômicas na composição e escrita da História pois derivam e se complementam na intersecção entre narrativa histórica e ficcional, é prudente afirmar que as referidas narrativas histórica e ficcional são heterogêneas e se opõem, pois a primeira produz “variações interpretativas” e a segunda cria “variações imaginativas” (REIS, 2010:71). A História e a ficção por vezes se encontram através das representações. “A representação é um preparado mais forte que a verdade. A representação contém a verdade – não está contra, mas além da verdade. A representação contém a verdade mas também pode fazer algo com ela” (ANKERSMIT, 2012:223). A representação, em suma, é o elo entre o que é e o que deveria ser. Na composição estética de um jogo eletrônico, ela se apresenta através da criação e do encadeamento de cenas em formato *cutscene* como estrutura imprescindível na organização e construção narrativa.

## NOTA

1 Universidade Federal de Pelotas. Mestre em História. Email: vitorbundchen@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.<sup>[1]</sup><sub>[SÉP]</sub>

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FORNACIARI, Marco de Almeida. **A guerra em jogo: a Segunda Guerra Mundial em Call of Duty, 2003-2008**. Niterói: UFF, 2016. (Dissertação de Mestrado em História).

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas & Pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 2011.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. Lisboa: Dinalivro, 2005.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

## OBRA AUDIOVISUAL

**Days Gone**, SIE Bend Studio. Sony Interactive Worldwide Studios. Bend: 2019 1 jogo eletrônico.

## ANEXOS

### FICHA TÉCNICA: DAYS GONE



Título: Days Gone

Diretores: Jeff Ross, John Garvin

Roteiro: John Garvin, Anne Toole

Diretor de Cinemáticas: Pablo Chavez

Trilha Sonora: Nathan Whitehead

Engine: Unreal Engine 4

Mídia: Blu Ray e Download Digital

Plataforma: Playstation 4

Quantidade de jogadores: 1

Classificação Indicativa: +18

Estúdio: SIE Bend Studio

Publicadora: Sony Interactive Worldwide Studios

Data de Lançamento: 26/04/19

# O DIÁRIO DE ANNE FRANK EM QUADRINHOS: UMA ANÁLISE DA CULTURA HISTÓRICA

Mirielen Machado Rodrigues

## RESUMO

Em seu livro *The End Of the Holocaust* o historiador Alvin Rosenfeld traz a tese de que Anne Frank seria um grande símbolo de um dos momentos mais terríveis da história humana: o holocausto. O diário de Anne Frank, publicado em 1947 é um livro que ganhou vida através dos relatos cotidianos de Anne durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A presente pesquisa tem como objetivo analisar a adaptação em quadrinhos do livro O Diário de Anne Frank (1947), publicado em 2017 pela editora Record, com adaptação de Ari Folman e ilustração de David Polonsky. A obra será analisada através do conceito de cultura histórica de Jörn Rüsen. A cultura histórica é um fenômeno coletivo, que apresenta a soma dos conhecimentos históricos (comum e científico) como prática no interior da sociedade, ou seja, os conhecimentos que retornam como orientação à sociedade, em diferentes formatos e funções: produtos ou educação formal/institucional. (Barom, W. C. C., p.26, 2017, uma vez que a junção do pensamento histórico e do entretenimento constroem espaços para o desenvolvimento do pensamento, possibilitando que o quadrinho histórico seja encarado como ferramenta de trabalho didático. (Santo. J.P. E. p.07, 2018)

**Palavras chaves:** Cultura histórica; História em quadrinhos; antissemitismo.

## O DIÁRIO DE ANNE FRANK

“O diário de Anne Frank”, postumamente publicado em 1947 é um livro que ganhou vida atrás de um diário onde Anne Frank relatava seu cotidiano e as complicações de um país em guerra, sendo principalmente relatos relacionados ao holocausto ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Anne Frank era uma menina de 13 anos judia, que junto com sua família e milhares de judeus foram vítimas do antissemitismo liderado por Adolf Hitler, na Alemanha. Naquele período, diversas famílias judias estavam sendo oprimidas pelo estado nazista, e muitas não conseguiam buscar refúgio em outros países, como foi o caso da família de Anne Frank.

No dia primeiro de setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia e a Segunda Guerra Mundial começou. Alguns meses depois, os alemães invadiram a Holanda e ocuparam o país. Foi assim que a Família Frank foi alcançada pelos alemães, pois não era possível fugir, as fronteiras estavam todas cercadas. Desta forma, como em outros lugares, os alemães tomaram medidas rigorosas contra os judeus, tudo começou com a demissão de judeus em cargos públicos, e através da “arianização” ou “desjudaísmo” tanto da economia quanto da sociedade, que levou a população judia a perder seus direitos.

Em 1942 começaram a chegar as primeiras convocações dirigidas aos judeus, onde deveriam comparecer em determinados lugares para serem enviados aos campos de trabalhos forçados. Margot, irmã mais velha de Anne Frank acaba recebendo uma destas convocações, que faz com que a família se apresse em adiantar a fuga para o anexo secreto que já estava sendo organizada por Otto Frank, pai de Anne a algum tempo. Assim, a família Frank acaba se escondendo junto a família Van Pels e o senhor Fritz Pfeffer em um anexo secreto cheio de limitações que ficava na sede da sua empresa chamada Opekta. Os oito integrantes se esconderam por aproximadamente dois anos, até serem traídos e mandados para os campos de concentração nazistas, onde somente Otto Frank, pai de Anne sobreviveu. Durante mais de dois anos, o diário de Anne Frank foi para ela seu refúgio. A última vez que Anne escreveu em seu diário data de 1 de agosto de 1944. Em 04 de agosto de 1944 a família Frank e as outras pessoas que também estavam escondidas no anexo secreto acabaram sendo traídas, pegas pelos nazistas e encaminhados aos campos de concentração.

Após a confirmação da morte de suas duas filhas e de sua esposa Edith, Otto Frank volta para Amsterdã e recebe de Miep Gies, uma das pessoas que ajudou a família a se esconder dos nazistas o diário que Anne escreveu durante todo o tempo que esteve escondida. Logo após ver todos os relatos que a filha escreveu em seu diário, Otto buscou ajuda para publicar as memórias de Anne, e após sua primeira publicação em 1947 surgiram diversos estudos em relação ao diário de Anne, assim como a criação da *Anne Frank house* em Amsterdã, que funciona como um museu, onde é possível visitar o anexo onde a família ficou escondida. Otto Frank também criou a empresa *Anne Frank Fonds*, comprometida a mais de 50 anos com a defesa dos direitos da infância em todo o mundo, e hoje a figura de Anne Frank é símbolo da luta aos horrores ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial.

Com a representatividade da história de Anne, a Anne Frank Fonds, sediada em Basileia, Suíça, procurou Ari Folman para fazer uma adaptação da história de Anne para um quadrinho, com ilustração de David Polonky, o desafio agora era em poucas páginas ilustrar e mostrar a história de Frank de uma nova forma, e que chegasse a um maior público, principalmente crianças, como disserta Ari em uma nota do autor no quadrinho (p.154). O objetivo principal era trazer novamente todos os múltiplos momentos que Anne passou e relatou em seu diário. O quadrinho sobre a história de Anne Frank traz de uma forma ilustrada a história dos momentos escritos no diário, como coisas corriqueiras, até brigas de Anne com a mãe.

Querida Kitty, espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda.



Figura 01 – Anne com “Kitty”, seu diário. “Espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda”.

Fonte: FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **O diário de Anne Frank**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017. (p.11)

Desde 1947, quando foi originalmente publicado, o livro “O Diário de Anne Frank” foi publicado no Brasil no ano 2000 pela editora Record, e em 2017 a mesma editora publicou o “Diário de Anne Frank em quadrinhos”. Um dos objetivos era ampliar o seu público leitor, como principalmente adolescentes e crianças sendo atraídas por uma linguagem mais fluida, trazendo uma nova e visão sobre a história.

## QUADRINHOS E SUA HISTÓRIA

Para analisar uma sociedade uma boa ferramenta é utilizar a sua produção cultural, pois nela o ser humano possui a tendência de representar seu cotidiano, mostrando suas diferentes manifestações em sociedade. As histórias em quadrinhos são uma das manifestações do ser humano que se desenvolveram ao longo do tempo e que com na medida em que foram se estabelecendo, começaram a abordar cada vez mais temas sobre a sociedade; tendo como principal função comunicar ideias e mostrar o cotidiano. Imagens são informações recebidas. Ninguém



precisa de uma educação formal para entender a mensagem dos quadrinhos, pois ela é instantânea (McCloud, 1995, p.49), assim é possível perceber seu alto alcance dentro de uma sociedade. Uma das primeiras manifestações dessa arte segundo Scott McCloud foram primeiramente encontradas em desenhos feitos em cavernas pré-históricas, onde o ser humano descrevia seu cotidiano em uma espécie de “sequência” através da pintura rupestre, outra manifestação de desenhos sequenciados segundo o mesmo eram também os vitrais das igrejas católicas no período medieval, onde os desenhos em sequência possuíam a função de ilustrar as passagens bíblicas que geralmente eram lidas em latim pelo padre nas missas e que a grande maioria das pessoas não entendia por não saberem o latim, assim os vitrais tinham a função de ilustrar para as pessoas as passagens bíblicas. Contudo, ao longo do tempo, as histórias em quadrinhos se desenvolveram, criando suas próprias características de linguagem e desenho, e para serem classificadas como “um quadrinho” devem passar por uma análise rigorosa.

Para definir e entrar em um consenso do que seja ou não um quadrinho é preciso passar por uma longa discussão, pois, para cada conceito existe sempre uma definição junto com diversos argumentos que caracterizam um quadrinho. A definição mais clara e mais aceita até os dias atuais é a de Will Eisner que ao longo do seu livro “Desvendando

os quadrinhos” expõe as dificuldades de se fazer uma definição precisa dos quadrinhos. Para ele os quadrinhos são “Imagens pictóricas ou de outra espécie justapostas em uma sequência deliberada, com a intenção de transmitir informações ou produzir uma reação estética no espectador/leitor”, onde quando dispostas individualmente são apenas imagens que muitas vezes não possuem significado, mais quando são dispostas em uma sequência elas elaboram uma narrativa e desenvolvem uma história onde se torna fácil compreender sua mensagem.

Tomadas individualmente, as figuras abaixo não passam disso, figuras. No entanto, quando são parte de uma sequência mesmo uma sequência só de duas, arte da imagem é transformada em algo mais: a arte das histórias em quadrinhos! (McCloud, 1995, p.05)

Outra discussão assídua é onde as primeiras histórias em quadrinhos surgiram. Vários países reivindicam para si a criação dos primeiros quadrinhos. Segundo Nobu Chinen em seu livro “Linguagem HQ: conceitos básicos” em 1995 foi criado um comitê de especialistas que se reuniram para estudar e chegar a um consenso de onde haviam surgido as primeiras histórias em quadrinhos levando em conta as características básicas.

A série americana Yellow Kid criada em 1895 por Richard Felton Outcault, foi considerada a primeira história em quadrinhos produzida, onde possuía personagens, uma narrativa com imagens e diversas características que a colocavam na categoria de uma história em quadrinhos. Contudo até os dias atuais existem contestações em relação em relação a isso, mais o que pode ser levado em conta é que os quadrinhos só se desenvolveram como uma forma de comunicação de massas por causa da indústria americana. Ao longo do tempo, os quadrinhos começaram a abordar em suas histórias deferentes assuntos, desde econômicos, históricos a

histórias ficcionais. Assim, por serem uma das manifestações mais significativas da expressão do ser humano, as histórias em quadrinhos são uma forte ferramenta metodológica e histórica para o desenvolvimento de pesquisas dentro das diversas áreas do conhecimento, além de seu alto potencial didático.

## **CULTURA HISTÓRICA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE**

No Brasil, as contribuições teóricas do filósofo alemão Jörn Rüsen vem ajudando em vários estudos sobre história, tendo várias obras, inúmeros artigos traduzidos e publicados no Brasil, além de outros em língua espanhola e inglesa que também circulam nacionalmente. Suas principais obras que trazem diferentes reflexões sobre os fundamentos de uma teoria da história são Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica; Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica e História viva: formas e funções do conhecimento histórico.

Para Rüsen, o pensamento histórico está no cotidiano do historiador. Estes fundamentos, definidos como “princípios”, seriam elementares, gerais e comuns a todos os seres humanos. (BARON. p.03, 2017) O historiador estaria em contato direto com o conhecimento histórico comum, que embora apresente uma diferença com relação ao conhecimento histórico científico, o complementaria. A ciência não é a superação do senso comum, mais a sua metodização. (BARON. p.03, 2017)

A metodização significa sistematização e ampliação dos fundamentos que garantem a verdade. Não se trata, pois de uma divisão entre não-saber e saber, mais entre saberes distintos que podem se relacionar produtivamente. Desta forma, caberia a teoria da história lançar uma reflexão sobre este cotidiano do historiador, de onde partem as angústias e anseios – substratos do pensamento histórico –, identificando e problematizando esta relação entre o trabalho metodológico e disciplinado e sua origem no pensamento comum, no cotidiano. (BARON. p.03, 2017)

Rüsen traz cinco princípios que estariam presentes no ofício do historiador, que seriam fatores essenciais de todo pensamento e conhecimento histórico, enraizadas na vida e no trabalho historiográfico. Seriam eles: Interesses, Ideias, Métodos, Formas e Funções. Esta organização segundo Wilian Carlos Cipriani Barom busca separar e dar visibilidade aos princípios e permite à teoria da história criar uma estratégia metodológica para refletir sobre o modo específico pelo qual tanto o pensamento histórico, quanto à historiografia acadêmica, constituem sentido sobre a experiência do tempo, ou seja possibilita à teoria da história refletir sobre a ligação existente entre a história, como produto historiográfico, e as carências de seu tempo. (BARON. p.07, 2017)

Assim, a contribuição mais marcante na teoria da história de Rüsen consiste na descrição e explicação tanto no pensamento histórico quanto na historiografia acadêmica. Rüsen constrói para dar fundamento a isso o conceito de matriz disciplinar da ciência histórica. A matriz disciplinar busca abranger todos os elementos essenciais presentes na produção de histórias pelos

historiadores profissionais que marcaram o debate sobre a história e o conhecimento histórico, principalmente nos anos 80. (ASSIS. p.02, 2010)

Rüsen em sua teoria traz diferentes reflexões sobre a ciência histórica, carências, métodos de pesquisa empírica, narrativa e consciência histórica, mas a reflexão mais importante neste trabalho é sobre a Cultura Histórica. A Cultura Histórica é um fenômeno coletivo que está em constante diálogo com uma cultura mais ampla, se relacionando com meios mais eficientes de comunicação.

Podemos apontar que a cultura histórica no presente diverge das anteriores (do passado) por conter em si um sistema mais eficiente de meios de comunicação de massa (televisão, rádio, revistas, internet, livros, cinema), produtos de uma indústria cultural com maior amplitude de circulação, além de conter em si um contexto social de maior acesso universitário e produtos e eventos que derivam do conhecimento histórico científico (teses, dissertações, artigos, revistas, revistas online, congressos, palestras, entrevistas, documentários, etc). Por isto mesmo, não convém imaginarmos a cultura histórica como uma cultura homogeneia, da humanidade ou de uma época – dada a forma desigual como esses produtos da cultura e dados da memória se distribuem no interior da sociedade –, mas antes como nichos de cultura que se marcam e delimitam pelo momento e lugar, numa combinação entre os arranjos herdados do passado e as criações do presente. (BARON. p.13, 2017)

A Cultura Histórica surge de 5 fatores: (1) pensar, (2) sentir, (3) querer, (4) valorizar e (5) crer, e pode ser compreendida a partir de cinco dimensões: a dimensão cognitiva, estética, política, moral e religiosa. A dimensão cognitiva é caracterizada pelo conhecimento científico e de fundamentação empírica, a dimensão estética traz critérios de sensibilidade, beleza, atração, a dimensão política relaciona-se com a potencialidade de servir a interesses, jogos de poder, a dimensão moral se caracteriza pelas normas éticas e morais do presente sobre as representações/produtos relacionados ao passado e a dimensão religiosa referisse subjetividade humana, quando as ideias históricas se apresentam, ou são interpretadas, no presente, a partir de critérios transcendentais, teleológicos, remetendo a noções tais como salvação, morte, céu, inferno, espiritualidade. Deste modo, a cultura histórica é a articulação, percepção, interpretação, orientação no tempo, sendo determinante na vida humana, sendo uma síntese dos conhecimentos históricos (comum e científico) como prática dispostos no interior da sociedade. O conhecimento histórico comum “não científico, ou seja, formação compensatória diz respeito a informações não científicas dispostas na sociedade e que orientam as pessoas no seu cotidiano, por isso não apresentam o rigor da metodologia científica e que auxiliam nas identificações do presente.

Levando em considerações essas reflexões, é possível desenvolver reflexões entorno do quadrinho O Diário de Anne Frank, entendendo-o como uma formação compensatória dentro da sociedade, ou seja, um objeto que pode vir a ligar o senso comum e o científico. Sendo uma síntese de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica, este trabalho ainda está na sua fase

inicial. As reflexões feitas até o presente momento são fruto de leituras feitas sobre a teoria desenvolvida por Jörn Rüsen, história da história em quadrinhos e sobre o Diário de Anne Frank.

## REFERÊNCIAS:

Assis, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Vol. 2. Ed. UFG, 2010.

BAROM, William Carlos Cipriani. “**Os principais conceitos da teoria da história de Jörn Rüsen: uma proposta didática de síntese.**” albuquerque: revista de história 9.18 (2017).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Holocausto: crime contra a Humanidade**. São Paulo: Ática, 2005.

CHINEN, Nobu, **Linguagem HQ: conceitos básicos**. Editora Criativo, São Paulo, 2011.

EISNER, W. **Quadrinhos e Arte Seqüencial**. São Paulo Martins Fontes, 1989.

FRANK, A. **O diário de Anne Frank. Edição integral**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **O diário de Anne Frank**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

Página oficial Anne Frank House. Disponível em: <<https://web.annefrank.org/pt/Anne-Frank/>>. Acesso em: 27 maio. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

McCLOUD, S. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo Makron Books, 1995.

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos**. Porto Alegre. L&PM, 1986.

RÜSEN, Jörn. **Que és la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la história**. Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: [www.culturahistorica.es/rusen.english.html](http://www.culturahistorica.es/rusen.english.html).

# O NORDESTE NO WESTERN: O CANGACEIRO (1953) E A DICOTOMIA ENTRE FORÇAS ARCAICAS E MODERNAS

Darlysson Bezerra de Sousa<sup>1</sup>

Lourival Tavares de Lima Neto<sup>2</sup>

## RESUMO

Produzido pela *Companhia Cinematográfica Vera Cruz* e lançado em 1953, o longa *O Cangaceiro* do cineasta Lima Barreto foi um dos primeiros filmes nacionais a ter prestígio entre a crítica nacional e estrangeira. Responsável também por implantar a estética do *western* em temáticas populares e criar um gênero brasileiro (*Nordestern*) essa produção se tornou um marco na cinematografia nacional. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir – por meio da análise fotográfica do filme *O Cangaceiro (1953)* – as representações presentes no longa sobre o espaço, a cultura e as tradições nordestinas a partir da estética norte-americana (*western*) com a finalidade de entender os contrastes entre o processo de construção do sertão (representado pelo espaço rústico de homens bárbaros e arcaicos) com a emergente sociedade moderna brasileira e os primeiros traços do que viria a se chamar de *progresso*. A investigação dessa pesquisa será realizada a partir do estudo sobre as técnicas utilizadas na montagem de cenário, caracterização dos personagens e no enredo em si, tendo como aporte teórico Albuquerque Júnior (2011) e Tolentino (2001) que apontam relevantes contribuições sobre representação, cinema industrial e o gênero *western*.

**Palavras-chave:** Cinema; Western e Representação.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo parte de inquietações acerca da penetração da cultura estrangeira impostas pelas ideologias desenvolvimentistas, especificamente no cinema nacional, tendo como norte da problematização a estética de faroeste (*Western*) advinda dos grandes estúdios norte-americanos e a representação da cultura nordestina. Para o apontamento dessas questões, será analisado o filme *O Cangaceiro* – dirigido pelo paulista Victor Lima Barreto –, produzido em 1953 nos estúdios da Companhia Vera Cruz no Estado de São Paulo, cuja estética, inspirada no *Western*, traz relevantes discussões sobre modernidade e dramatização da cultura nordestina no cinema nacional.

De grande investimento para a época, o longa teve cerca de nove meses de produção e a sua importância se deu justamente pelo sucesso nesse período, tanto nas bilheterias nacionais quanto pela crítica estrangeira ao vencer o prêmio de melhor filme na categoria *aventura* no festival de Cannes. Sucesso esse que, não apenas foi recebido por críticos especialistas em cinema, mas por pesquisadores de diversas vertentes historiográficas.

Portanto, tendo em vista a importância cinematográfica e historiográfica da produção, a metodologia dessa pesquisa será desenvolvida a partir do estudo das imagens coletadas no próprio filme e da leitura crítica e reflexiva, utilizando-se referências bibliográficas, sobre as problemáticas acerca da estética e as técnicas utilizadas no longa. (NÓVOA & BARROS, 2012)

## **O SERTÃO RÚSTICO DA COMPANHIA CINEMATOGRAFICA VERA CRUZ E O *WESTERN MADE IN BRAZIL***

De relevância na historiografia cinematográfica nacional, o filme *O cangaceiro* descreve uma história fictícia e aventuresca do líder cangaceiro Galdino (Milton Ribeiro) e o seu bando. Marcado pela violência, saques e perseguições no *sertão nordestino*, o filme tem como ápice dessa sequência de ações a invasão de um povoado seguido pelo sequestro da professora Olívia, interpretada por Marisa Prado, e a traição do cangaceiro Teodoro (Alberto Ruschel) que se apaixona pela educadora e a resgata do cativo do líder do bando.

As primeiras cenas do filme são marcadas pela apresentação da paisagem e do bando de cangaceiros ao som de *muié rendeira* (Imagem 1). A paisagem, inspirado na literatura regional, tem um cenário marcado por representações que enfatizam a predominância da barbárie e das condições inóspitas, cuja a função não é somente desenvolver uma paisagem rústica, mas de eleger os homens do sertão como sumo de brasilidade, ancestralidade e bravura. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011)

### Imagem 1 Cangaceiro sobre o horizonte na abertura do filme



Fonte 1: O cangaceiro (1953)

Inspirado também na estética norte-americana *Western*<sup>3</sup> e reconfigurada em *Nordestern*<sup>4</sup>, o longa *O Cangaceiro* tem como marca um roteiro imbuído por uma narrativa que não se preocupa com questões históricas e sociológicas. Parafraseando Tolentino (2001), a inclusão de elementos estrangeiros impossibilitaram o diálogo profundo sobre as questões nacionais e regionais, tanto almejadas pelos críticos da época, pois o gênero fílmico no qual orientava o longa priorizava a criação de uma atmosfera de aventuras e fantasias.

Sem precisão histórica e amarrado com as técnicas estrangeiras, o filme *O Cangaceiro* é marcado por uma narrativa superficial, que almeja, antes da inclusão dos elementos nacionais, o tom aventuroso dos filmes de *bague-bague*. Entre esses deslizes, podemos destacar a incorporação de cavalos, como os *cowboys* nos filmes de faroeste, quando se há pesquisas e relatos que discorrem que os cangaceiros raramente andavam à cavalo (Imagem 2) (*idem*). “Outro exemplo, ainda, dessa inadequação são o aparecimento de um índio Caraíba<sup>5</sup> em pleno cenário sertanejo e a presença de mata densa e rios caudalosos enquanto o discurso verbal dos personagens refere-se ao sertão árido.” (TOLENTINO, 2001, p. 68)

### Imagem 2- Cangaceiros a cavalo como os cowboys do western



Fonte 2 O Cangaceiro (1953)

### Imagem 3- Índio Caraíba, mata densa e o rio caudaloso do sertão do western



Fonte 3 O Cangaceiro (1953)

Vale ressaltar que a inserção desses elementos não foram apenas descuidos de produção, visto que a sua inclusão dos cavalos, índios e o ambiente místico, assim como os *contos do Oeste*, atendiam perfeitamente as necessidades imaginárias da comunidade letrada e urbana, ou seja, de desenvolver uma era *heróica abasileirada*. Utilizando do *Nordestern*, o cangaço se tornou manifestação cultural favorita dos cineastas para desenvolver essa era heróica, tendo os sertanejos como representante da bravura, da ancestralidade nacional e do passado que precisava ser superado e ser substituído pelo desenvolvimentismo. (*idem*)

Sobre essa relação dicotômica entre o arcaico e o moderno implantadas na estética



*Western* no filme *O Cangaceiro* (1953), Albuquerque Júnior (2011) cita:

Este filme se esmera em mostrar a distância existente entre o homem da cidade e o homem do sertão, entre o civilizado e o primitivo. É o Nordeste visto a partir da estética do *western* estética voltada para mostrar o distanciamento entre estes dois pólos da sociedade americana: o da civilidade, representado pelo mundo urbano-industrial, e o da barbárie representado pelo Oeste. (Pág. 300)

Na narrativa do filme *O Cangaceiro* podemos identificar essa dualidade, enfatizadas pelos autores Tolentino(2001) e Albuquerque Júnior (2011), a partir da relação dos cangaceiros Galdino e Teodoro (Imagem 4), especificamente ao longo do sequestro e do resgate da professora Olívia, tendo o líder do bando Galdino como representação da barbárie, cuja a personalidade é marcada de crueldade e desequilíbrio e em oposição a essa *força do mal* o cangaceiro Teodoro, responsável pelo resgate da professora Olívia (Imagem 5), cujo o desenho de personalidade é provida de racionalidade e civilidade.

**Imagem 4 - Galdino (à esquerda) e Teodoro (à direita) no embate final.**



Fonte 4- O Cangaceiro (1953)

### Imagem 5 - Professora Olívia sendo sequestrada por Galdino



Fonte 5 - O Cangaceiro (1953)

Toda essa construção da dualidade que marca o filme teve início na invasão do grupo a uma cidade que resultou no rapto da professora, onde o filme explicita o olhar urbano sobre a cultura sertaneja pautado na desordem e destruição. Enquanto a câmera se delicia com a violência e tumulto na cidade, o filme destaca o vilão da trama: Galdino, cuja representação é posta como cangaceiro autêntico com motivação guiada pela balbúrdia e na *lei da bala*.

Se por um lado Galdino é um personagem que exala violência e ignorância, uma chacota por parte da ótica urbana, em contramão, seu parceiro de bando Teodoro é apresentado como um homem permeado, apesar de estar em meio a violência do cangaço, de costumes e características da civilização (perfil físico, cavalheirismo e fé cristã). Imbuído de qualidades exaltadas pela classe média, o herói da trama também é demonstrado como cangaceiro arrependido e conhecedor/crítico das barbáries do cangaço, cuja missão será resgatar a educadora – a professora Olívia – das mãos da ignorância. (TOLENTINO, 2001)

No decorrer da aventura, após salvar a professora Olívia do cativeiro dos cangaceiros, as cenas do filme serão orquestradas por uma perseguição obsessiva, marcada pelo apogeu da discórdia entre os cangaceiros Teodoro e Galdino, causada pela educadora, que no decorrer do caminho se torna par romântico do cangaceiro traidor. Nessa perseguição, notamos que o filme exibirá cenas explícitas de violência, na qual todos os cangaceiros são cruéis, ignorantes, perigosos e principalmente avessos ao desenvolvimentismo, exceto Teodoro, que foi o único cangaceiro agraciado pelo roteiro, pois teve a possibilidade de contar a sua história de vida – com ênfase no passado regido por uma educação e criação cristã – e justificar a sua entrada no

cangaço. Além disso, o personagem reconhece que é um *fora da lei*, afirmando as forças regentes do longa (civildade e barbárie) e as leis (divinas e civis). (TOLENTINO, 2001)

A própria professora considera Teodoro diferente dos demais cangaceiros, pois tem modos de se comportar, pensar e falar distintos dos demais do bando, porém, o roteiro ressalva que o cangaceiro tem fortes ligações telúricas e por ser um homem do sertão teria ligações vitais com esse espaço, ao qual o impossibilita de viver na cidade. Isso se mostra de forma nítida em um dos diálogos entre a professora Olívia e Teodoro, onde ela faz uma proposta: a de abandonar a vida no cangaço e no sertão e ir para a cidade junto a ela, ele recusa essa possibilidade justificando com o seu apego a terra a qual nasceu, a qual vive e que por sentir essa ligação forte de afeto também seria o lugar que teria de morrer, nem mesmo a mulher na qual lhe despertou o sentimento de amor, sentimento esse, que o fez trair seu bando para salvá-la é capaz de lhe tirar desse espaço que é o sertão. Em toda a sua fala Teodoro mostra seu elo inquebrável com seu lugar de origem, defendendo que não seria feliz longe dali, como ele mesmo fala para Olívia, parece que aquela terra está desmanchada em seu sangue e que é ali o seu lugar, se desprender dele significaria o mesmo que a morte.

Dessarte, o nordestino é representado no filme em questão como um ser pertencente ao seu local de origem, um povo que conservaria os seus valores, onde o tradicionalismo vem a ser uma marca dessa região e que transfigura também a identidade regional e até nacional, pois para o movimento intelectual brasileiro do final do século XIX e início do século XX, sobretudo na década de 1930, que se empenharam em definir os traços da nossa identidade nacional, a identidade brasileira estaria no que havia de mais puro e autêntico, se buscaria a essência do povo e essa essência refletiria a imagem formadora do que se entenderia por nacionalidade brasileira. O nordeste seria uma região privilegiada por ter uma cultura tradicionalista ligada fortemente as camadas populares, onde a modernidade ainda não teria afetado os seus costumes e portanto seria a imagem desse povo tradicional, longe do cosmopolitismo – que estaria fortemente presente nas outras regiões – que contribuiria para se pensar e se traçar a construção da identidade nacional brasileira. Essa intrínseca relação entre nacional e popular foi pensada e defendida por muitos intelectuais, principalmente folcloristas, entre eles Sílvio Romero e Mário de Andrade (ZUCON & BRAGA, 2013). Logo, a cultura regional nordestina contribuirá para a formação de nossa identidade nacional, onde, segundo Albuquerque Júnior (2013, p.49):

O povo que será figurado nesses discursos que definem o que seria cultura regional é um povo ingênuo, simplório, subserviente, embora corajoso, destemido e até heróico. É na reação a esta face perigosa e amedrontadora do povo que se elaborará a face do povo nordestino, bem como na reação aos novos personagens da cidade.

No que diz respeito à professora Olívia, não poderíamos tratá-la como um simples par romântico e/ou motivo de discórdia entre os cangaceiros. Para o filme, a professora não é uma mulher qualquer ou uma simples refém do bando de Galdino, mas uma figura imbuída de signos

e gestos que remetem a civilização, a mentalidade urbana e o desenvolvimentismo. Para os intelectuais que pensaram o filme, Olívia é a personificação de uma *guardiã* da educação, do saber e da informação, cuja função é ser a ponte para o progresso e figura de combate a ignorância, a violência e a luta armada e qualquer adversidade contra a emergente modernidade - incluindo o cangaço e tradicionalismo regional. (TOLENTINO, 2001)

Ao final da perseguição com o romance desenvolvido entre Teodoro e Olívia, o longa elabora o duelo final entre os cangaceiros. Inspirado no *western*, a trama desenvolve uma polarização extrema entre o *herói* que almeja fazer a sua última benfeitoria (salvar a professora) e *vilão* em busca de punir o traidor do cangaço. Diferente dos clássicos *Happy End*, o resultado desse combate é finalizado como a morte de ambos os cangaceiros, onde a morte de Galdino reflete o possível fim da barbárie enquanto o fim de Teodoro é martirizado como o salvador da civilidade - a educadora. (idem)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a estética e efeitos pitorescos implantados pelo gênero aventura no filme *O Cangaceiro* trata-se de um ensaio para se entender o olhar desenvolvido pela classe intelectual sobre as tradições e a cultura nordestina. Nota-se uma espécie de um protótipo cinematográfico, permeado de generalizações e sem preocupações históricas e sociológicas, cuja intenção estava pautada em delimitar pólos imaginários entre o que é arcaico/moderno e

civilizado/primitivo, sendo o sertão tratado como o atraso, onde as leis e valores precisavam ser superados.

Por último, mesmo com a forte ligação com o modelo norte-americano de produzir cinema, podemos concluir que o sucesso do filme *O Cangaceiro* garantiu a sobrevivência do cinema nacional e inspirou diversos outros filmes com temáticas sobre o sertão e o sertanejo, apesar dos descasos, fronteiras financeiras e técnicas. Trata-se de filme essencial para se entender de onde partiram as primeiras representações do Nordeste no cinema nacional como um espaço bárbaro, anti-moderno e arcaico, aspectos esses que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a formação de generalizações que influencia produtoras e diretoras até os dias atuais.

## NOTAS

1 Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras. Email: darlyssonsousa70@gmail.com

2 Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras. Email: lourivalmh@gmail.com

3 O *western* trata-se de um gênero cinematográfico norte-americano que tem como traço definidor o conflito entre a civilização e a selvageria. (MARCONDES, 2009)

4 Nordeste ou Northeastern corresponde a um neologismo criado pela crítica para definir o western brasileiro. (TOLENTINO, 2001)

5 Ver imagem 3.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)**. 1. ed. São Paulo:Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo:Cortez, 2011.

MARCONDES, C. I. (26 de 07 de 2009). **A dessimbolização do faroeste**. Casa: Caderno de Semiótica Aplicada. Acesso em 18 de 11 de 2020, disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/1771>

NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. **Cinema-História: Teoria e representação social no cinema**. – 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

TOLENTINO, C. A. (2001). **O rural no cinema brasileiro**. São Paulo: UNESP.

ZUCON, Otavio, BRAGA, Geslline Giovana, **Introdução às culturas populares no Brasil**, Curitiba :Intersaberes,2013.

## FILME

O Cangaceiro (1953, São Paulo) Direção: Lima Barreto. História e Adaptação: Lima Barreto. Diálogos: Rachel Queiroz, sobre os originais de Lima Barreto. Fotografia: Chick Fowle. Edição: Hafenrichter. Cenografia: Caribé. Música: Gabriel Migliori. Produção: Vera Cruz. Elenco: Alberto Ruschel, Marisa Prado, Milton Ribeiro, Vanja Orico.

# PRÁTICAS COM O CINEMA NA SALA DE AULA: ELEMENTOS PARA UMA CONTRA ANÁLISE DA SOCIEDADE

Luís Rafael Martins Moraes\*

Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre o ensino de história e o cinema para a construção do raciocínio histórico<sup>1</sup>. As análises aqui presentes partiram de ações didáticas realizadas com duas turmas do ensino médio regular. Portanto, foi elaborada para considerar proposições que colaborassem para que os alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Praia do Siqueira, em Cabo Frio (RJ), tivessem subsídios para entender os métodos da produção histórica.

Para Circe Bittencourt(2009), destacada pesquisadora sobre o ensino e a aprendizagem em história, entender conceitos, relacionando-os à questão temporal e às atividades humanas é de suma importância para o entendimento da história. A construção do raciocínio histórico por parte dos estudantes do ensino básico é essencial para que se percebam como sujeitos históricos, evidenciando seu papel como agentes das mudanças sociais. É preciso que entendam os caminhos percorridos para a construção das narrativas históricas, para que obtenham um conhecimento qualificado e significativo. O ensino de história para cumprir esse objetivo deve ser trabalhado considerando as variadas perspectivas temporais, os inúmeros modelos problematizadores, a diversidade de fontes e documentos, a multiplicidade de atores sociais e suas experiências, desconstruindo a ideia que a história é produzida de uma forma impositiva, pronta e imutável.

Uma das hipóteses para despertar a noção do pensar histórico é o trabalho com fontes históricas em sala de aula. Para dar suporte a esse trabalho foram importantes os textos de Bittencourt (2008), Ana Maria Monteiro, Nicholas Davies, Marco Napolitano, Vera Candau e Rodrigo de Almeida Ferreira, autores de destacadas obras sobre conceitos e métodos do ensino de história. O uso das fontes aproximou os alunos dos métodos de produção da história e possibilitou que percebessem como é possível complexificar diversas questões cotidianas a partir de uma reflexão histórica. Para que o trabalho com fontes históricas ganhasse sentido, alguns cuidados relativos à adaptação didática do documento foram observados:

Para que o documento se transforme em didático significativo e facilitador da material compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém aos alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais

diversos e encontram-se em toda a parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2008, p. 331).

Nas atividades desenvolvidas utilizamos filmes como fontes históricas, a fim de debater as formas de escrita da história e a questão do descaso com os Direitos Humanos. O uso do cinema como fonte histórica na sala de aula pode contribuir para a ampliação das referências históricas dos estudantes, possibilitando sua maior autonomia nas análises. Tomando como base as perspectivas de Marc Ferro (1992), referências nos estudos da relação entre cinema e história, é preciso analisar “as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas da realidade que ela representa.” (FERRO, 1992, p. 87).

Marc Ferro não trabalhou propriamente as relações entre ensino de história e o cinema, sua perspectiva era a relação entre a pesquisa histórica e o cinema, entretanto entendemos que a utilização do cinema em sala de aula pode possibilitar a análise de inúmeros aspectos da sociedade. “Trabalhar com cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte” (NAPOLITANO, 2009, p. 11)

A utilização das obras cinematográficas em sala de aula, portanto, pode revelar aspectos sociais de grande relevância para o aprendizado crítico e reflexivo. Para, além disso, o cinema pode ser entendido como próprio objeto da história, propondo a composição de narrativas históricas a partir da sua produção. Nessa linha, a utilização do cinema como recurso para a mediação pedagógica possibilita ampliar as percepções sobre a construção do conhecimento histórico, ultrapassando a visão do cinema como ilustração de determinado fato histórico.

As ações didáticas utilizaram dois filmes: *A Onda*; *Uma história de amor e fúria*<sup>2</sup>. O trabalho com o filme *A Onda* possibilitou refletir sobre o cotidiano dos estudantes e suas relações com discursos ideológicos. Além disso, relacionamos com os movimentos nazistas e fascistas, surgidos na Itália e Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial. No filme *Uma história de amor e fúria*, destacamos a história vista a partir da perspectiva dos excluídos, ressaltando a repressão do Estado brasileiro contra as classes oprimidas. Os filmes, portanto, foram trabalhados didaticamente fugindo ao sentido de ilustração para evidenciar algum fato histórico. Pelo contrário, os eventos históricos, enquanto conteúdos disciplinares, apresentados nas obras nem eram os objetivos principais do trabalho. “Trata-se de buscar os elementos narrativos que poderiam ser sintetizados na dupla pergunta: o que um filme diz e como ele diz”. (NAPOLITANO, 2008, p. 245).

O trabalho com o cinema foi preponderante para o desenvolvimento do raciocínio histórico nestas turmas, por ser uma fonte que está muito presente na vida dos alunos e pelas amplas possibilidades de análise que se abrem quando trabalhamos com esse material. Dessa forma, o

objetivo da sequência didática com os filmes foi proporcionar subsídios para que eles pudessem identificar que existem várias informações inscritas em um filme. Seja no enredo que é apresentado na tela, a perspectiva que o diretor apresenta sobre a história, o contexto em que o filme foi produzido ou quais as intenções dessas obras. Com a utilização dos filmes escolhidos foi possível estimular nos alunos a crítica a essa fonte histórica, além de pensar a variedade das interpretações sobre a história e a realidade dos DH. Contribuindo, deste modo, para o entendimento de como a história é produzida.

A exibição dos filmes compôs um diálogo com os conteúdos presentes no livro didático. Nesse sentido, com objetivo de despertar o debate sobre as características dos regimes fascistas, relacionando-os ao tempo presente e aos Direitos Humanos, o filme *A Onda* foi preponderante. A película dirigida por Dennis Gansel foi baseada em fatos reais e apresenta ações realizadas por um professor em uma escola alemã, quando criou uma organização com características autocráticas. A experiência era para trabalhar uma organização que levaria os estudantes a se envolverem e integrarem enquanto corpo social. Nela havia elementos de liderança inquestionável e disciplina rígida. A turma trabalhada pelo professor desconhecia que o tipo de sociedade que era construída com eles.

Utilizamos o filme por entender que tem relação com a vivência dos alunos, já que nele se discutem assuntos presentes nas escolas, como *bullying*, participação em grupos, influência do professor, ideologias, possibilidades de governos autoritários e do surgimento de movimentos como uma onda entre os jovens. Para, além disso, sugere o debate sobre uma sociedade controlada, na qual os direitos são concessões de um líder ou de um partido. Nesse sentido, permitiu um diálogo entre a existência dos Direitos Humanos e as características dos governos nazista e fascista, no tocante à obediência, submissão e perseguição aos eleitos inimigos do regime.

Para organizar o debate sobre essa fonte fílmica foi elaborado e aplicado um questionário que ampliava a discussão de diversos pontos da película. Por fim, dentro da perspectiva de que “enquanto professores, devemos estimular o diálogo entre os textos acadêmicos, os materiais educacionais, o conhecimento histórico corrente no senso comum e a perspectiva adotada na narrativa cinematográfica” (FERREIRA, 2018, p. 112), ressaltamos o papel do cinema como fonte histórica por meio de um debate sobre a sua utilização não apenas como algo que ilustra as aulas de história, mas como própria fonte de conhecimento.

Feito esse trabalho de ambientação do uso do cinema como fomentador de reflexões históricas e cotidianas, exibimos o segundo filme: *Uma história de amor e fúria*. A obra foi realizada em animação clássica, com muita ação, algo que costuma estimular o interesse dos estudantes. No filme, os personagens ganharam as vozes dos conhecidos atores Selton Mello, Camila Pitanga e Rodrigo Santoro; algo que também favoreceu o interesse pelo filme, dada a familiaridade do público com esses artistas e suas vozes. O enredo se desenvolve em quatro períodos da História do Brasil: a primeira parte trata do período colonial brasileiro, da guerra entre portugueses e franceses pela região do atual Rio de Janeiro e suas consequências para



os indígenas; o segundo momento trabalha a Revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão, no período regencial do Império Brasileiro, apresentando a repressão e descaso com os escravos e classes populares por parte do Estado brasileiro; no terceiro ato, o filme agora durante o período republicano, apresenta o contexto de luta de estudantes que se dedicaram à resistência e integraram a luta armada contra a ditadura civil-militar, instalada no Brasil a partir de 1964; por fim, o filme traz um futuro distópico, no qual um grupo guerrilheiro luta pelos direitos dos excluídos em um Rio de Janeiro dominado por milícias e com escassez de água potável.

O filme foi escolhido em decorrência da multiplicidade de recortes possíveis para problematizar, a temporalidade, o fato e o processo histórico. Além de ser uma linguagem audiovisual atrativa para os jovens, a animação suscita a reflexão a respeito das permanências do descaso com os direitos dos cidadãos, bem como a violência do Estado brasileiro contra as classes oprimidas.

A atividade avaliativa do filme aconteceu no mesmo sistema trabalhado anteriormente. A partir das respostas dos alunos a uma série de perguntas elaboradas pelo professor que encaminharam o debate de ideias a respeito tanto das intenções da produção de um filme com essa temática, quanto do contexto do período em que a obra foi produzida, além da problemática tratada na obra e as possibilidades da construção de diversas narrativas históricas.

Um dos focos desta ação didática foi estabelecer relações entre o cinema com a construção do raciocínio histórico. Nesse sentido, foram debatidas as possibilidades de narração de um fato histórico, ressaltando que sempre devem ser adotados os critérios referentes à verificação de fontes e de como as narrativas foram construídas. Um dos pontos destacados foi a ideia da *história vista de baixo*, contada a partir da perspectiva dos vencidos, dos oprimidos e das classes populares. Além da perspectiva do debate historiográfico e de construção do raciocínio histórico, foram problematizadas as relações do Estado brasileiro com as camadas populares, ao longo de sua história.

Acreditamos que o trabalho com os filmes pode servir de uma *contra análise da sociedade*, fomentando reflexões que não são o tema principal da obra, como bem apontou Marc Ferro (1992). Na mesma perspectiva, podemos refletir que o cinema, trabalhado na faixa etária desses alunos (Ensino Médio), pode servir como fonte de questionamentos mais amplos. Para Marcos Napolitano, “o cinema mais direcionado ao público adulto tem maior capacidade de perturbar o espectador adolescente, e não é exagero afirmar que em alguns casos, é particularmente responsável por um processo de formação de personalidade e valores morais e ideológicos” (NAPOLITANO, 2009, p. 27). A experiência das atividades didáticas com os filmes ratificou para a docência e para os alunos a importância da utilização do cinema como fonte histórica e como ferramenta didática para a problematização dos conteúdos em sala de aula.

Ao fazermos uma análise das interpretações dos estudantes sobre a atividade, é possível notar que despertou um olhar mais amplo para as possibilidades do trabalho com cinema. Nesse

sentido, foi possível depreender sua compreensão quanto à viabilidade do uso de filmes para contextualizar a história, fazendo uma correlação com o seu cotidiano e os interesses por trás da sua produção.

As reflexões possibilitaram a análise de como o trabalho com cinema e história poderia suscitar questões, tanto relacionadas ao conteúdo das aulas da referida disciplina, no caso o fascismo e a Segunda Guerra Mundial, quanto da vida cotidiana e temáticas relacionadas à história do tempo presente. Tal condição se enquadra na perspectiva que Rodrigo de Almeida Ferreira aponta:

É mais pertinente dimensionar o potencial educativo que os filmes podem desempenhar. Nesse sentido, assume-se a compreensão do filme como temática histórica a partir das discussões sobre a chamada história pública:

- Por ampliar o público que terá contato com aquele acontecimento histórico narrado, seja ele de uma temporalidade passada ou referente ao tempo presente;
- Por estimular, a partir da circularidade do conhecimento histórico, o debate que costuma emergir juntamente com o filme, e que pode impactar nas representações sociais e culturais existentes;
- Por produzir uma narrativa cinematográfica da História elaborada a partir da mobilização de saberes e técnicas de áreas distintas, cujo resultado favorece a problematização e significação do processo histórico. (FERREIRA, 2018, p. 71).

Partindo para uma parte mais analítica das respostas, identificamos que houve certa mudança no perfil das respostas. Nas primeiras atividades desenvolvidas anteriormente, percebemos que havia muito desconhecimento e rejeição aos Direitos Humanos. Porém, a partir das reflexões iniciadas com as questões sobre a Segunda Guerra Mundial e potencializadas com as atividades baseadas nos filmes, a maioria dos estudantes ressignificou seus conhecimentos. Foi notória, então, a valorização dos DH, que passaram a ser compreendidos por eles como algo importante.

Além disso, conseguiram perceber que o descaso com os seus direitos, muitos inscritos nos DH, é algo no cotidiano deles. Como já havíamos expressado antes, as atividades em torno dos filmes ajudaram a proporcionar reflexões sobre as diversas possibilidades para a escrita da história. Notamos, nesse sentido, que os alunos já conseguem identificar como o trabalho da história é constituído. Feito esse diálogo entre cinema-história-educação.

A respeito do uso do cinema como fomentador do debate histórico, os estudantes mostraram-se entusiasmados com as possibilidades de pensar o filme como algo que revela diversos aspectos da sociedade. Para A.P.S. e B.M

Os filmes foram legais, gostei do filme *A onda*. Porque trabalhava coisas do nosso dia a dia, *bullying*, liderança, dentre outros temas. O cinema na escola pode facilitar o entendimento do conteúdo trabalhado, mas também pode mostrar um pouco da sociedade que vivemos. Isso deu para perceber

após os debates nas aulas. No filme *A onda* deu para ver que podemos ter governos e pessoas que seguem ideias que podem acabar levando a uma sociedade de conflito e de não respeito ao outro. (A.P.S.)

Consegui perceber a partir das atividades e debates que somos personagens que constroem a história diariamente. Como diz aquela parte do filme *Uma história de amor e fúria* “o passado é o que tá acontecendo agora, a cada dia uma nova página é escrita com histórias cheias de amor e fúria, viver sem conhecer o passado é viver no escuro.” A história não é feita pelos governantes ou autoridades, mas construída das opções e lutas diárias. (B.M.)

Foram importantes as afirmações dos alunos para deprendermos que a partir do uso do cinema, eles conseguiram fazer as conexões entre os conteúdos das aulas, a sua realidade e as possíveis interpretações sociais que podemos fazer a partir da análise do que não é filme. Assim como o trabalho com as fontes atingiu seus objetivos, afirmamos que os estudantes conseguiram perceber as maneiras pelas quais podemos trabalhar com a fonte filmica, especificamente.

O desenvolvimento deste projeto na escola mostrou-se algo bem trabalhoso e complexo. Entretanto, percebemos que as atividades conseguiram atingir os objetivos propostos ao iniciarmos tal empreitada. A nossa inquietude frente à dificuldade dos alunos em relacionar o ensino de história aos episódios políticos, sociais e culturais que vivenciam diariamente, somados a uma crescente banalização da violência e do descaso com os DH, nos motivou a seguirmos nesse projeto.

Como já apontamos anteriormente, notamos uma resistência muito grande dos alunos em realizarem o debate sobre os DH. Muitos, utilizando-se de falas do senso comum, afirmavam tratar-se de tentativa de doutrinação. Porém, no decorrer do desenvolvimento das ações, o diálogo com as fontes históricas possibilitou uma nova vivência para o professor e os alunos. Notamos que, a cada nova atividade, os discentes reorganizavam as ideias e conseguiam articulá-las ao raciocínio histórico.

Acreditamos que, ao trabalharmos o cinema como produtores de sentido histórico, ampliamos a percepção dos estudantes sobre as possibilidades de diálogos entre o cotidiano e a História. Ao final, avaliando as suas impressões sobre essas atividades, ficou evidente que já não tinham a mesma visão sobre o cinema. Ao contrário, depreenderam que poderiam buscar elementos nos filmes que relacionassem suas vidas com a história.

## NOTAS

\* Mestre em ensino de história (UFF). Professor de história SEEDUC RJ. E-mail: [secorafael1@gmail.com](mailto:secorafael1@gmail.com)

1 Apesar do termo raciocínio histórico não ser um conceito definido, utilizamos ele nesse texto no sentido de qualificar o entendimento sobre como a história é produzida. Não só de maneira cognitiva e subjetiva de cada aluno, mas algo que estimule uma horizontalidade nos processos de ensino e aprendizagem, ampliando as percepções sobre os caminhos necessários para a escrita da história.

2 DIE WELLE (*A Onda*). Direção de Dennis Gansel, Alemanha, 2009.

UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA, Direção Luiz Bolognesi, Jean de Moura, Brasil, 2013.

## REFERÊNCIAS:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, **Ensino de história fundamentos e métodos**, São paulo: cortez, 2008.
- CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In : SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, etal. (Org) **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos** – João Pessoa: Editora Universitária, 2007
- DAVIES, Nicholas. Elementos para a construção do currículo de história. IN: DAVIES, Nicholas (ORG), **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Rio de Janeiro: acess, 2001.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando de Araújo. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente a BNCC e ao ESP. IN: ALMEIDA, Juniel Rabêlo; MENESES, Sônia. **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações dos passado (org)**. São Paulo: letra e voz, 2018.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História Pública e ensino de história: um olhar sobre o filme no livro didático. Revista observatório - dossiê por uma história pública: comunicação e ensino, v 3, n 2, Palmas, abr-jun 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/178>
- \_\_\_\_\_. **Luz, câmera e história: praticas e ensino com cinema**, Belo horizonte, Autêntica, 2018.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de janeiro: ed. Paz e terra, 1992.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & Santhiago, Ricardo (org). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e voz, 2016.
- MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer. In: DAVIES, Nicholas (Org). **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Rio de Janeiro: acess, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi, **Fontes Históricas**. São Paulo : Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.
- OLIVEIRA, Marco Antônio. A Escola frente aos Direitos Humanos. In : ALMEIDA NETO, Antônio Simplicio; SIQUEIRA, Lucília Santos. **Direitos Humanos e Cultura Escolar**. São Paulo: Alameda, 2017.

# “QUERO QUE ATRAVESSE O RIO GRANDE E ATAQUE OS APACHES”: A MORTE DE INDÍGENAS NO FAROESTE DE JOHN FORD

Lucas Henrique dos Reis

Texas, 1879. O tenente-coronel Kirby Yorke, interpretado por John Wayne, é o líder de um regimento da cavalaria dos Estados Unidos responsável por proteger os colonos de ataques de apaches violentos. Mas frequentemente os apaches atravessam o Rio Grande em direção ao México para se refugiarem dos soldados estadunidenses. Yorke, por sua vez, recebe ordens de não cruzar a fronteira para evitar problemas políticos. *Rio Grande*, filme dirigido por John Ford e lançado em 1950, começa exatamente no momento em que Yorke e seu exército chegam a um forte da cavalaria levando alguns apaches amarrados sobre os cavalos, dentre eles seu chefe Natchez.

Mesmo que a ação principal do filme se concentre num drama familiar entre Yorke, sua ex-esposa e seu filho que ele não via há quinze anos, um dos novos recrutas do regimento, o drama dos protagonistas está submetido ao conflito existente entre a cavalaria e os apaches, o arco central de *Rio Grande*.

Quando todos os personagens já foram apresentados, o forte da cavalaria é atacado pelos apaches, que matam soldados, queimam mato seco perto do estábulo com os cavalos e libertam alguns companheiros que tinham sido presos no início do filme. Depois do combate, o tenente-coronel Yorke analisa os cadáveres de quatro apaches dispostos no chão de terra do forte.

O objetivo desta comunicação é analisar as imagens dos apaches mortos em *Rio Grande*, propondo um diálogo com outras imagens de indígenas mortos na América Latina, mais especificamente Bolívia e Brasil, na intenção de aproximar contextos históricos diferentes.

Para analisar tais imagens, pretendo utilizar o “roteiro teórico” do historiador da arte alemão Hans Belting, apresentado num artigo da Ana Maria Mauad (MAUAD, 2014). Mesmo que esses autores estejam tratando especificamente de fotografias, acredito que algumas reflexões podem me auxiliar na análise das imagens selecionadas para esse texto. Partirei da noção de que “todas as imagens possuem uma biografia, que ensejam trajetórias nem sempre lineares” (Ibid, p. 109), articulando as diferentes imagens selecionadas enquanto proponho uma aproximação entre contextos históricos diferentes. Ao selecionar a antropologia da imagem de Belting como meu arcabouço teórico-metodológico, entendo que as imagens são capazes de mobilizar “imagens novas e distintas”, num trânsito constante entre elas (BELTING, 2009 *apud* MAUAD, *op. cit.*, p. 116).

Belting considera que, na análise, é preciso considerar dois olhares distintos: o olhar do produtor e o olhar do espectador. O olhar deste último é “afetado pela presença das imagens na foto, percorre o trajeto que parte das imagens apresentadas e ruma para imagens imaginadas e projetadas” (MAUAD, 2014, p. 117). E, na escrita deste texto, coloco-me como um espectador num espaço e tempo histórico específicos que me permitem fazer as conexões propostas. Ao sugerir um diálogo entre imagens dos Estados Unidos, Brasil e Bolívia, não quero dizer que necessariamente essas imagens são herdeiras umas das outras, mas que é possível perceber uma afinidade entre elas, ao considerar seus objetivos.

### Os cadáveres em *Rio Grande*



Figura 1: Os rostos dos cadáveres são descobertos.



Figura 2: Um plano geral mostra a quantidade de apaches mortos.

Depois do ataque ao forte da cavalaria, um soldado indígena vestido com uniforme militar e chapéu de *cowboy* analisa os cadáveres alinhados no chão e um único sobrevivente do enfrentamento entre exército e indígenas. Sob a supervisão do tenente Yorke, ele revela que, dentre os mortos, há membros de três tribos diferentes – Chiricahua, Mescalero e Montanha Branca.

Inicialmente, a câmera se aproxima dos rostos dos cadáveres, evidenciando os traços físicos, que foram sendo descobertos e analisados um a um (Figura 1), como um corpo sendo dissecado por estudioso de ciência natural. Depois, ela se afasta para um plano geral mostrando o impacto do confronto e o número de índios mortos pela arma de fogo dos soldados estadunidenses (Figura 2). Por fim, um plano médio mostra o soldado “aculturado” analisando o único sobrevivente, examinando seus adornos e a parte de trás de suas orelhas: então, ele finalmente revela que era um membro dos Montanhas Brancas (Figura 3).



Figura 3: Um soldado indígena com chapéu de cowboy, à direita, analisa um sobrevivente

O número de grupos envolvidos no ataque ao forte da cavalaria indicava que os apaches estavam empenhados em libertar seus companheiros e contra-atacar o exército. Isso serviria de justificativa para a cavalaria partir em direção ao Rio Grande, antes que os apaches cruzassem a fronteira com o México.

Depois de uma tentativa fracassada, finalmente organizam um plano de ataque aos apaches, enquanto transferiam mulheres e crianças para outro forte. Mas, mesmo sob a proteção de alguns membros da cavalaria, as crianças são sequestradas pelos violentos guerreiros apaches, que as levam para o território mexicano.

As crianças brancas foram presas dentro de uma igreja católica no mesmo momento em que os apaches festejam sua vitória com cantorias, instrumentos de madeira e *whisky*. Na cena, indígenas bêbados cantam e dançam em grupo. O conflito se resolve quando o filho do tenente Yorke e mais dois companheiros entram na igreja e atacam os apaches. O cano da espingarda é colocado no meio do desenho de uma cruz na porta de madeira da igreja (Figura 4): os apaches vão caindo mortos quando são atingidos pelos tiros saindo da cruz entalhada (Figura 5). Numa cena com um intenso tiroteio, as crianças são resgatadas dos seus sequestradores.



Figura 4: Os recrutas Tyree, Jeff Yorke e Boone enfrentam os apaches de dentro de uma igreja católica



Figura 5: Os apaches são mortos pelos tiros disparados do burado na porta em formato de cruz

Assim como em outro filme de John Ford – *Stagecoach*, 1939 – a matança de figurantes indígenas é parte central na narrativa: acompanhando os conflitos pelo ponto de vista dos soldados e recrutas da cavalaria, o espectador é conduzido a se identificar com os “americanos” ao mesmo tempo em que se opõe aos apaches, transformando a vitória sobre os indígenas parte da diversão e do entretenimento.

Antes de algumas considerações sobre *Rio Grande*, proponho um passeio pela América Latina, mais especificamente a Bolívia e o Brasil, onde também encontramos algumas imagens de indígenas mortos.

## **OS ÍNDIOS MORTOS NA AMÉRICA LATINA: A REVOLUÇÃO BOLIVIANA DE 52 E O INDIANISMO BRASILEIRO**

Em *Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina*, Sílvia Rivera Cusicanqui analisa alguns aspectos do Movimento Nacional Revolucionário da Bolívia que tomou o poder em 09 de abril de 1952 e implementou uma série de reformas estatais, como, por exemplo a nacionalização da mineração e a reforma agrária. O desenrolar dos acontecimentos que culminaram na posse do líder revolucionário Victor Paz Estenssoro começaram décadas antes, “quando a derrota dos bolivianos na Guerra do Chaco (1932-1935) provocará um contínuo de crises governamentais ao lado do fortalecimento dos sindicatos e partidos ligados às forças sociais operárias, populares e da pequena burguesia” (ANDRADE, 2007: p. 19). A partir da análise de alguns documentos, Cusicanqui mostra algumas contradições do movimento revolucionário que, segundo a autora, tinha como tarefa prioritária “excluir os índios da memória” e transformá-lo “em ‘mestiços sem identidades’, ou seja, em camponeses” (CUSICANQUI, 2015, p. 95).

Para os objetivos desse texto, vou me deter na análise que a autora faz do *Álbum de la Revolución*, publicado 1954. Este *Álbum*, que contém 159 fotografias e tem uma edição “luxuosa” impressa em papel couchê e com capa dura, foi organizado pelo intelectual do MNR, José Fellman Velarde que ficou a cargo de “reinventar a história” nos moldes das ideias da Revolução de 52. O *Álbum* foi publicado exatamente no mesmo ano em que foi promulgado o decreto de revisão da história: esta publicação “revela a urgência com que se empreendeu o esforço estatal mediado pelo MNR de elaborar uma visão coerente e duradoura do processo histórico que acabavam de protagonizar” (Ibid, p. 109).

Ao evidenciar ou excluir certos acontecimentos da história da Bolívia, Velarde organiza uma narrativa da nação através da montagem de séries de fotografias. Num determinado ponto de seu livro, Cusicanqui analisa o espaço reservado às mulheres e aos indígenas na narrativa do intelectual. Desconsiderando as lutas dos que ela chama de “caciques apoderados” que, entre 1910 e 1940, reivindicam suas terras roubadas pela expansão dos latifúndios, o protagonismo



feminino na organização sindical da Federación Obrera Femenina e a participação indígena na Guerra do Chaco <sup>1</sup>, as mulheres e os indígenas são mostrados como miseráveis e atrasados:

o *Álbum* propõe uma leitura hegemônica da história contemporânea da Bolívia, da qual se obliteram as lutas sociais protagonizadas por estes setores sociais majoritários – homens e mulheres indígenas, cholxs e mestizxs da classe trabalhadora – e os molda num perfil de cidadãos submissos, subordinados ao líder [Víctor Paz Estenssoro] e privados de nome e identidade próprios (Ibid, p. 151).

De acordo com a análise de Cusicanqui das imagens do *Álbum* sobre o período anterior à Revolução, quando a Bolívia era governada por oligarquias autoritárias, ou seja, projeto de nação que os revolucionários queriam derrotar, as mulheres aparecem no *Álbum* de Vellarde como “viúvas”, sempre chorando ao lado do túmulo de um ex-presidente ou ao lado de mineiros caídos; enquanto os homens indígenas, além de aparecerem como “miseráveis”, apareciam também “como mortos, cadáveres colocados sem identidade nem rosto ou trabalhadores anônimos carregando seus mortos” (Figuras 6 e 7) (Ibid, p. 159).



Figura 6: “Massacre de camponeses, massacre de trabalhadores” (legenda do *Álbum*).



Figura 7: “Em caminhões de lixo, os cadáveres que não foram reclamados imediatamente por seus familiares são transferidos para o Cemitério Geral pelos policiais. A última homenagem do regime ao melhor dos filhos da Bolívia é uma vala comum”.

Ao mesmo tempo em que exaltava heróis mestiços da Revolução, colocando-os em posições de destaque no *Álbum*, Vellarde – o intelectual do movimento de 52 – excluía mulheres e indígenas do período anterior à Revolução, ou seja, não os considerava como sujeitos do processo revolucionário. Num álbum de fotografias que teve 20 mil exemplares distribuídos em escolas, universidades e bibliotecas públicas e privadas, as mulheres e indígenas eram borrados da história nacional, tendo suas identidades destituídas em nome do projeto nacional do MNR enquanto eram transformados em camponeses sem nenhuma identidade étnica <sup>2</sup>.

O apagamento de índios e mulheres da história se faz assim compatível com o advento de uma nova ordem social e política onde a noção de “ci-

dadania” adquirirá uma tonalidade predominantemente eurocêntrica e mestiça (Ibid, p. 155).

Imagens de indígenas mortos também foram recorrentes no que conhecemos como movimento indianista no Brasil. Relacionado com o romantismo brasileiro, o indianismo, gestado em meados do século XIX por obras de autores como Gonçalves de Magalhães – *A confederação dos tamoios* (1857) – e Gonçalves Dias – *Canção do Exílio* (1843) –, tinha os indígenas como figura central nas suas discussões sobre identidade nacional brasileira pós-independência. De acordo com o antropólogo e professor do Museu Nacional João Pacheco de Oliveira Filho, a elite brasileira que promovera a independência precisava lidar com um dilema:

Por um lado, necessitava desesperadamente se distinguir da elite portuguesa, para instituir sua própria legitimidade e apregoar sua longevidade. Ter uma visão positiva dos indígenas e valorizá-los como precursores da nacionalidade parecia a via mais simples e lógica para afirmar a singularidade e antiguidade da jovem nação. Por outro lado, os índios, como os escravos negros, não eram aceitos como integrantes da vida política [...]. Para engendrar uma história e uma identidade nacional, os letrados e membros da elite tinham que falar de extermínio dos indígenas e explicar como havia sucedido. Como poderia erguer-se a nação que pretendia eternizar em cima de semelhante culpa? (OLIVEIRA, 2017, p. 170)

A morte de indígenas, então, tornou-se central na argumentação de literatos e pintores do século XIX, no contexto de consolidação do Estado brasileiro. Oliveira Filho analisa três tipos de morte nessas obras: a primeira, é a *morte gloriosa dos guerreiros*, que era mostrada como uma ação a “ser imitada; exemplar, ritualizada, plena de sentido, antecipada, sábia e pública”<sup>3</sup>; a segunda é a *morte trágica dos indígenas*, que tem componentes de “estupor, sofrimento e dramatismo” e que não apresenta “elementos de continuidade” como o tipo anterior: “é uma morte em seu aspecto final, último” (Ibid, p. 172-176); por fim, a *morte como síntese e simbiose*, que é a morte de Iracema, que “não é uma celebração nostálgica de um passado indígena, mas a afirmação do mestiço, resultado da conjunção entre colonizador e colonizado”<sup>4</sup>.

Acredito que as imagens das mortes trágicas dos indígenas na pintura brasileira do século XIX, como *Moema* de Victor Meirelles (Figura 8) e *O último tamoio* de Rodolpho Amoedo (Figura 9) dialogam com outras imagens analisadas anteriormente nesse texto<sup>5</sup>.

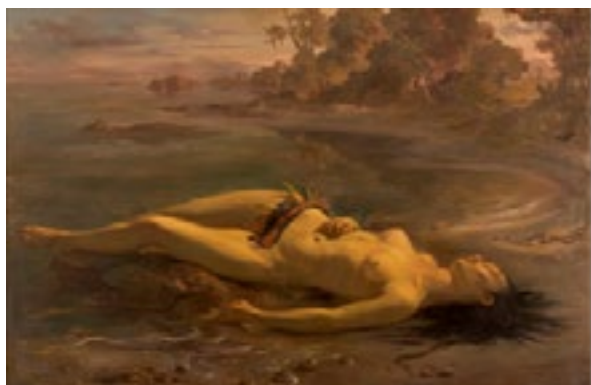


Figura 8: Moema, Victor Meirelles (1866).



Figura 9: O último tamoio, Rodolpho Amoedo (1883).

Percebe-se, na leitura dessas imagens, uma narrativa sobre a nação brasileira que não nega totalmente a existência dos indígenas, mas, estetizando sua morte, relega-os ao passado. Essa estratégia tem impacto nas reivindicações dos povos indígenas no presente. Oliveira Filho afirma que

esse modo de pensar teria consequências sociais muito negativas para os índios reais, funcionaria como uma espécie de certificado poético da inexistência ou irrelevância dos indígenas contemporâneos e justificaria políticas que implicariam grandes prejuízos para estes povos (Ibid, p.167).

Acredito que essa leitura feita da literatura e das pinturas brasileiras, pode ser também aplicada nas leituras sobre as fotos do *Álbum de la Revolución* do José Fellman Velarde analisado por Cusicanqui e também aos filmes de John Ford.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Stam e Shohat dizem que, no discurso colonialista, “metáforas, tropos e motivos alegóricos exerceram um papel fundamental na ‘figuração’ da superioridade europeia” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 199). Considero que os corpos mortos de indígenas sejam um desses tropos para analisar o discurso colonial na América e, especificamente, nos Estados Unidos, o recorte da minha pesquisa <sup>6</sup>. Esse texto pretendeu mostrar que, em países e contextos históricos diferentes, intelectuais e artistas fizeram uso da imagem de indígenas mortos para a construção de suas narrativas sobre nação, que “se baseia em processos violentos de submissão das diferenças, bem como na erradicação sistemática e rotineira das heterogeneidades e autonomias” (OLIVEIRA, op. cit., 160).

É possível afirmar que a nação “americana” também foi construída com base na exclusão e no esquecimento das diferenças. Assim como na Bolívia e no Brasil, havia nos Estados Unidos um “apego romântico” aos indígenas e admiração pela sua “ferocidade como guerreiros,

a ‘simplicidade’, ‘pureza’ e ‘nobre selvageria’, bem como a suposta isenção dos efeitos contaminadores da civilização” (GERSTLE, 2008, p. 413). Porém, segundo Gary Gerstle, “esse romantismo raramente levou os americanos brancos a tratar os índios como seus iguais ou a lhes garantir a assistência necessária para lhes permitir tornar-se participantes plenos na nação americana” (Idem).

Em *Rio Grande*, John Ford mostra que existiam duas possibilidades: ou o índio se adequa à narrativa de nação “americana” branca – como o personagem que é um soldado indígena e que, inclusive, usa um chapéu de *cowboy*, símbolo da violência indígena no cinema hollywoodiano – ou ele é morto, já que não faz parte da proposta do que é a nação americana. Stam e Shohat lembram do absurdo de atores indígenas vivos serem instruídos a se fingirem de mortos diante da câmera “com o objetivo de representar uma narrativa de destino manifesto na qual o papel deles não seria – no final das contas – outro senão o de desaparecer” (STAM; SHOHAT, op. cit, p. 175). Há um paradoxo:

A eliminação dos índios dá margem a uma nostalgia elegíaca que se expressa na utilização dos verbos sempre no passado para se referir aos índios, descartando assim as reivindicações deles no presente, ao mesmo tempo em que se expressa, postumamente, uma ternura de natureza tanatológica em relação à memória daqueles índios (Ibid, p. 174-175).

Tanto o filme de John Ford quanto o *Álbum* de Velarde e as pinturas dos indianistas brasileiros foram produzidos em contextos em que todos esses países americanos já eram independentes das suas metrópoles europeias. Ou seja, discursos típicos do contexto colonial continuam sobrevivendo ao período que erroneamente entendemos como “pós-colonial”. Numa sobreposição de temporalidades, percebemos que os vários grupos indígenas – sejam apaches, navajos, quéchua, aymara ou yanomani – continuam lidando com os ataques frequentes de políticas de governos alinhados ao colonialismo interno.

## NOTAS

1 Segundo a autora, o *Álbum* de José Fellman Velarde omite todas as fotografias da Guerra do Chaco, mesmo que esse seja um dos episódios mais fotografados da história da Bolívia. CUSICANQUI, op. cit., p. 157.

2 Importante ressaltar que o *Álbum de la Revolución* era apenas um produto de divulgação dos ideais da Revolução de 52. Essas ideias foram transformadas em ações práticas, como em projetos de escolas indígenas com o objetivo de “converter os índios em agricultores integrados ao mercado” e também projetos de higiene para inserir o índio nos modos de vida modernos e “incorporar os elementos da civilização universal na vida do índio”. CUSICANQUI, op. cit., p. 102-4.

3 Ele cita os exemplos do poema *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias (1851) e a novela *Ubirajara*, de José de Alencar (1874). OLIVEIRA, p. 171-172.

4 O exemplo é o livro *Iracema*, também de José de Alencar (1865).

5 O autor cita outros exemplos, como *Lindóia*, de José Américo de Almeida (aprox. 1870), *Moema*, de Décio Vilares, e *As exéquias de Atala*, de Augusto Rodrigues Duarte (1878).

6 Oliveira diz que a morte, um “tema tão frequente e importante para o romantismo, se transformou em um *tropos* fundamental para pensar no indígena no século XIX, durante a formação do Estado brasileiro”, apresentando esses indivíduos como um “fato do passado mais remoto”. OLIVEIRA, op. cit., p. 170.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: PAMPLONA, Marco. DOYLE, Don. **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de História Visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez., 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/39008>>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco. Las formas del olvido. La muerte del indio, el indianismo y la formación de Brasil (siglo XIX). **Desacatos: Revista de Ciencias Sociales**, n. 54, 2017.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

# USOS E SENTIDOS DA FOTOGRAFIA: AS IMAGENS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA NA INTERFACE ENTRE A ESCOLA E A EDUCAÇÃO

Glasiely Virgilio Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O texto pretende refletir sobre a presença das imagens, especialmente fotografias na produção do saber histórico escolar como ferramenta de pesquisa, bem como evidências de trabalho no ensino e suas funções. Focaliza nas possibilidades de se associar história visual à produção do conhecimento histórico em ambiente escolar, na qual permite a leitura de indícios e análise de práticas na área da educação, sendo que o significado das imagens é ampliado pelo contexto que está inserido. Assim, dentro da proposta teórico-metodológica da história cultural se faz necessário perceber os desafios e as perspectivas de uso dessa fonte.

**Palavras-chave:** fotografias escolares; história visual; educação.

## INTRODUÇÃO

As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim, visões contemporâneas daquele mundo (...). O testemunho das imagens necessita ser colocado no “contexto”, ou melhor, em uma série de contextos no plural cultural, político, material, e assim por diante (...). Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais (...). No caso de imagens, como no caso de textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir (BURKE, 2004, p 236-238).

Segundo Burke (2004), o significado das imagens é ampliado pelo contexto que está inserido. Assim, dentro da proposta teórico-metodológica da história cultural se faz necessário perceber os limites, os desafios e as possibilidades de uso dessa fonte. As imagens são representações e tornam-se testemunhas de uma época, bem como documento histórico quando revela valores, costumes, sentimentos de um certo período.

A utilização das imagens, principalmente da fotografia na área da educação, permite a leitura dos indícios, dos vestígios e de marcas, pois “toda fotografia é um resíduo do passado”

(KOSSOY, 2001, p. 45). Um artefato que serve de fonte histórica para historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos de “diferentes vertentes de investigação, disso resultando uma retro-alimentação contínua de informações, na medida que consideramos a interdisciplinaridade das abordagens” (KOSSOY, 2007, p. 35).

Conforme Samain (2012), pensar a imagem é situa-la no sistema no qual está inserida, as imagens se apresentam como:

Memórias que, de novo, trabalham, que reacendem velhas lembranças e outras imagens e, com elas, sobretudo, interrogam nosso tempo presente. São questões e questionamentos postos ante o nosso dia-a-dia planetário. Elas são uma espécie de clarão na noite, um grito, um apelo, ao mesmo tempo recordação e convocação para aqueles que somos e para outros que nunca chegaremos a conhecer. Memórias que não morrem, que viajam, inquietas (SAMAIN 2012, p. 161).

## O USO DAS IMAGENS COMO FONTE HISTÓRICA

Segundo Almeida (2012, p. 78), as imagens transportam significados e devem ser analisadas em diferentes aspectos, como também em diferentes suportes, como por exemplo, a análise em suas dimensões estruturais (foto, jornal, pintura, quadro, desenho...), em suas dimensões artísticas (forma, cores, edições, enquadramento...) e em suas dimensões ideológicas (o que significa, que pensamento carrega, que política expressa).

Algumas fotografias analisadas no artigo mostram a relação das imagens com os ex-alunos da E.E. Prof. José Leme do Prado. Interessante ponderar sobre o período em que foram reproduzidas, a dificuldade das famílias em adquiri-las, pois as consideravam de alto custo e observar como se portavam diante da máquina fotográfica.



Figura 1. Alunos da 5ª série da E.E.P.G. Prof. José Leme do Prado, 1972.

Fonte: acervo pessoal de Reginaldo Guirardello, formando de 1975.

Na Figura 1, podemos reconhecer as dimensões que Almeida (2012) se refere: a estrutural, em se tratando da fotografia, as dimensões artísticas como o enquadramento privilegiando a frontalidade, os alunos posicionados em fileiras, sendo que a primeira fila de alunos sentados aparece dividida quase pela metade de meninas de um lado e meninos de outro. Os alunos das duas fileiras atrás estão em pé para que todos coubessem na foto. Todos estão com o corpo voltado para frente e o olhar para o fotógrafo, a simetria da composição é assegurada pelo número de alunos das fileiras. A foto foi reproduzida em branco e preto, no pátio da escola, em frente do palco do teatro.

Apesar de estarem alinhados e uniformizados, o comportamento não é militarizado, percebe-se os sorrisos de alguns, que pareciam estarem à vontade, e que podiam ter um relacionamento de amizade com quem estava arrumando a pose.

Por fim as dimensões ideológicas, que se configuram na importância de estar matriculado em uma instituição escolar, no uso obrigatório do uniforme com a camisa de gola branca e bolso costurado, onde se estampava o emblema da escola conforme a Figura 2. Prática comum do período, em relação aos uniformes escolares, a representação do contorno do mapa do estado de São Paulo quase sempre fazia parte dos emblemas das instituições públicas. Calças para os meninos e saias para as meninas, sapatos escuros, percebendo a possibilidade de exclusão para alunos de baixa renda. Chamando a atenção, também, para a pouca quantidade de alunos negros.



Figura 2. Emblema do uniforme.

Fonte: acervo da E.E. Prof. José Leme do Prado, Valinhos.



Conforme argumenta Kossoy (2001), toda fotografia teve sua origem a partir do desejo de alguém motivado a congelar em imagem a realidade de um determinado lugar e época, por isso a ela é resultante da ação do homem e carrega uma história.

Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios (...). Em primeiro lugar houve uma *intenção* para que ela existisse; (...) o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram (p. 45).

O autor nos apresenta o que chama de “binômio indivisível”, ou seja, o testemunho do fotógrafo é indissociável de seu ato criativo ao escolher determinada cena e registrá-la, sendo que o que registra carrega sua visão de mundo. “Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho” (KOSSOY, 2001, p. 50).



Figura 3. Parte frontal, mais especificamente na rua São Paulo, alunos e professores na calçada da E.E. Prof. José Leme do Prado, maio de 1975.

Fonte: acervo pessoal de Marcos Vitor Romanini Pinto.

A Figura 3 retrata alunos e professores num momento de descontração em frente à escola, o então aluno Marcos Vitor Romanini Pinto de blusa vermelha em primeiro plano concedeu-me uma reprodução da foto. O personagem de barba era o professor Francisco de Ciências, conhe-

cido como “Chicão” e o senhor da esquerda em pé usando óculos era o professor Edgar Rizzo que lecionava as disciplinas de Matemática e Teatro.

Os primeiros alunos da escola que tiveram sua formatura, missa e colação de grau em 19 fevereiro de 1976, encerrando pela primeira vez o ciclo de conclusão de curso de oito anos, a partir desta data trilharam seus caminhos. Um conjunto de fotografias foram encontradas em 2015, quando a escola estava em vias de fechar pelo governo do Estado de São Paulo.



Figura 4. Cerimônia de colação de grau dia 19 de fevereiro de 1976.  
Fonte: acervo da E.E. Prof. José Leme do Prado.



Figura 5. Cerimônia de colação de grau dia 19 de fevereiro de 1976.  
Fonte: acervo da E.E. Prof. José Leme do Prado.

Na Figura 4 o prof. Edgar Mário Rizzo, que foi paraninfo da oitava série B, estava em pé fazendo algum pronunciamento. Da esquerda para a direita estava em pé como mestre de cerimônia o prof. Claudio José Lopes; sentados estavam Vitório Antoniazzi, Maria Helena Novaes Rodriguez, Amelio Borin, prof. Miguel do Prado, prof. Francisco Antônio de Brito, Antônio Castro e Waldemar Pinto Soares

A cerimônia de colação de grau aconteceu no cinema da cidade, conhecido como cine Saturno, que funcionava nesse período para diversas apresentações e eventos. O interessante é que nesse acervo da escola não havia nenhuma imagem dos formandos, apenas de autoridades, como a do vice-prefeito e dos vereadores da cidade, professores e gestores.

Percebemos que os usos das fotografias permitem conhecer ou levantar hipóteses sobre como as relações sociais são construídas, mas também agem como “testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano”, objetos que “através dos quais é possível ler as estruturas de pensamento e representação de uma determinada época” (BURCKHARDT apud BURKE, 2004, p. 13).

A Figura 5 apresenta os mesmos personagens, por outro ângulo dando visibilidade aos convidados que compunham a mesa de honra da sessão solene de formatura. “O encontro da prática com a experiência se apoia nas formas simbólicas da cultura e nas produções materiais dos sujeitos (...), que produzem memória na forma de álbum etc” (MAUAD; LOPES, 1997, p.

279). Nesse sentido, pode-se deduzir que o acervo da escola tem a prerrogativa de preservar e evocar uma dada memória, mas também de passar valores representados em figuras célebres e acontecimentos passados.

As imagens servem de elementos constitutivos da narrativa histórica em relação a rememoração como disparadores da memória, suporte e meio de conhecimento. Por esse motivo, os “registros visuais que gravam micro aspectos dos cenários, personagens e fatos; daí sua força documental e expressiva, elementos de fixação da memória histórica individual e coletiva” (KOSSOY, 2007, p. 35). A reconstrução histórica “constitui valiosa contribuição para recuperação das informações, pela força documental” (KOSSOY, 2007, p. 41).

## **A MATERIALIDADE ENTRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E AS IMAGENS**

Ao pesquisar a história de uma instituição escolar, é primordial respeitar as especificidades, as singularidades e as complexidades, que cada uma possui. O estudo não pode ser realizado de modo superficial, mas devem ser analisados os caminhos, projetos e lembranças possíveis que fazem parte e contam a história de sua identidade. Conforme Magalhães,

(...) historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural do contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Nesse sentido, ao estudar a história das instituições educativas, Magalhães apresenta a aplicação de categorias operacionais, que permite esboçar o seguinte esquema: a materialidade, a representação e a apropriação, reorganizando os desafios infringidos ao cotidiano desse espaço no transcorrer dos anos, através das fontes encontradas.

Em relação a materialidade, Magalhães (2004) nos esclarece que se enquadram em tal categoria as condições materiais, espaços como a estrutura e arquitetura, modo de produção e realidade em desenvolvimento processual e regulamentos, objetos e funções meios e suportes históricos.

Na relação com a representação, na qual se enquadra a informação, o autor supracitado explicita o dimensionamento das categorias de análise como a memória, contendo os arquivos e artefatos, mas também os agentes, fatores, percursos profissionais e condicionantes.

Já com a apropriação, na qual se enquadra a identidade e a diferenciação, públicos, objetivos, avaliação, projeção e histórias de vida. Surgiram, então, uma série de questões que ultrapassam os muros da escola, dentre elas o fato da escola ter sido construída para os trabalhadores da classe operária. Questiona-se: A escola pública, laica e para todos cumpria essa função na década de 1960 e 1970? O exame de admissão era classificatório e excludente até 1971? As

crianças tinham o direito à educação e a frequentar a escola sem uniforme? Festas cívicas e religiosas aconteciam com frequência? Todos participavam desses eventos?

Esses questionamentos vinculam-se a aspectos relacionados às políticas educacionais, à memória individual e coletiva, ao cenário urbano-industrial da cidade e às relações de poder. Sendo que,

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolveu-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até os aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Dessa forma, abordar a história da escola, implica em múltiplos fatores e apresentam considerações em relação aos personagens que são importantes para o trabalho de reconstituição histórica da instituição escolar. Portanto, é necessário levar em consideração, também, as ausências, sendo que a escola é um produto de trabalho em conjunto, que envolve muitas pessoas, inclusive as que atuam anonimamente, as que são “invisíveis”.



Figura 6. Parte frontal da E.E. Prof. José Leme do Prado, [ca. 1980].  
Fonte: acervo da E.E. Prof. José Leme do Prado.

A Figura 6 traz a imagem da parte frontal da escola, com o portão que dá acesso à secretaria, aos andares de baixo e ao pátio, muitas vezes, utilizado para entrada e saída de alunos. A fotografia retrata a fachada com as grandes janelas de folhas deslizantes que permitem uma abertura ampla, esse formato segundo alguns arquitetos<sup>2</sup>, é ideal para construções onde se dese-

ja luminosidade. A rua atualmente é de mão única, os muros foram construídos posteriormente, pois o fechamento, inicialmente era apenas com mourões de concreto e tela de arame.

Afinal, o que é a escola? A escola é uma instituição sociocultural formada por grupos que vivenciam códigos e sistemas num processo, que é ao mesmo tempo produto e instrumento cultural, segundo a perspectiva de Faria Filho (2005, p. 33). Bem como em seu percurso histórico, a escola como totalidade a ser construída, sistematicamente concebe sua identidade.

As fontes utilizadas neste âmbito estão em movimento constante, portanto um campo em construção em que documentos vem sendo revisitados e fontes têm sido buscadas, especialmente, as fotografias que se constituem em pistas que podem permitir que sejam produzidos novos olhares da e sobre a escola. Além disso, deve-se levar em consideração os agentes que são chamados a obedecer, como também a aplicar, buscando identificar modos de pensar e agir difundidos no interior da sociedade.

As imagens fotográficas caracterizam-se por documentarem, tanto as situações que figuram no registro visual, quanto a sua própria fatura como produto de relações sociais. A análise histórica de imagens convoca para a sua total compreensão a sociedade que a produziu e consumiu, que a imaginou e arquivou, que a vivenciou e esqueceu. As imagens do passado, na condição de sínteses de tempos e de espaços, devem assumir lugar central na abordagem didática da História.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao se deparar com os muitos desafios em relação as fontes de pesquisa para a história da escola, uma instituição híbrida (social, cultural, política, econômica, educacional, familiar) que abarca múltiplas relações no campo da história da educação relativos as fotografias. Se faz necessário perceber as implicações geradas a partir da “problematização da relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente e pelos questionamentos e (re)construção das representações simbólicas das práticas educativas que marcam a sua identidade” (MAGALHÃES apud SOUZA, 2001, p. 76).

Nesse sentido a “fotografia é, ao mesmo tempo, uma forma de expressão e um meio de informação e comunicação a partir do real e, portanto, um documento da vida histórica” (KOSSOY, 2001, p. 138) e está inserida na história cultural que traz múltiplas informações da realidade selecionada. Representa o momento vivenciado congelado pelo registro da cena “do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza.” (KOSSOY, 2001, p. 155).

A fotografia é a memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – es-

colhida e refletida – de uma íntima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois, o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 2001, p. 156).

Para Didi-Huberman (2015), conhecer por imagens é aproximar-se delas, da sua singularidade, complexidade, especificidade e representação, é um conjunto de relações de tempos dos quais decorre o presente, no qual os acontecimentos tornam-se memória.

Na medida em que se articula ao contexto histórico e social que o produziu, e a análise deve buscar elementos narrativos que poderiam ser sistematizados na questão: “o que diz a imagem e como diz?”

Tudo isto, claro está, não quer dizer que bastaria percorrer um álbum de fotografias da época para compreender a história que elas eventualmente documentaram. As noções de memória, de montagem e de dialética estão lá para indicar que as imagens não são nem imediatas, nem fáceis de compreender. Aleias, elas nem sequer estão no <presente>, como frequentemente e espontaneamente se pensa... são capazes de tornar relações entre tempos mais complexos que implicam a memória na história (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 301-302).

Em sua concepção, a imagem é muito mais que um simples recorte praticado no mundo, é uma marca do tempo que ela quis tocar e vários tempos enquanto arde na memória. E as suas relações de representação do passado possam ser olhadas, interpretadas e questionadas no presente para que a história e a memória sejam ouvidas e interrogadas nas imagens.

Os autores citados nesse artigo destacam a capacidade das imagens não apenas de registrar o passado e o contexto social, mas de criar uma memória própria, em que o espectador, o produtor e o meio move acontecimentos e problemáticas, portanto o trabalho historiográfico de análise deve estar atento as representações e subjetividades.

## NOTAS

1 Mestra em Educação pela UNICAMP, professora na rede estadual de ensino - SEE/SP. E-mail: glasiely.virgilio@gmail.com.

2 O governo Carvalho Pinto, em 1960, criou o FECE e o IPESP que contrataram arquitetos como João Batista Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e João Clodomiro de Abreu, arquitetos modernistas paulistas, ligados ao racionalismo construtivo. Nesse pensamento os edifícios relacionavam-se diretamente com o entorno urbano, e com o pátio interno aberto como uma praça de encontro e lazer, tendo ao redor planos elevados com salas de aula e salas administrativas. Grandes espaços livres cobertos, apoiados sobre “pilotis”, esses edifícios distinguiam-se pela forma geométrica simples de concreto aparente. Cf. BUFFA; PINTO, 2002.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milton José. Educação, Linguagem, texto e imagem in: Educação e cultura:

formação de professores e práticas educacionais. In: Oliveira Jr. Wenceslao Machado de, & Martins. Maria do Carmo, (Org.). **Educação e Cultura: formação de professores e práticas educacionais**. São Paulo: Alínea, 2012.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares paulistas (1873-1971)**. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 236-238.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Falenas**. Ensaio sobre a aparição 2, Lisboa, KKYM, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 19-35, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tecendo Nexos**. História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 263-281.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. In: **Visualidades- Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual**, Goiânia, v.10 n.1 p. 151-164, jan./jun. 2012.

SILVA, Glasiely Virgilio. **Professor José Leme do Prado: histórias e memórias de uma escola pública de Valinhos (SP)**. 2020. f. 207. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em revista**, Curitiba, n.18, p.75-101. Jul-dez 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.235>>. Acesso em: 20 set. 2020. ISSN 0104-4060.

# **HISTÓRIA: liberdades e direitos**



XIX Encontro Estadual de História ANPUH - PB